FICHA DE META DADOS – CEDIM 2018/2	
Nome da Pasta	Comissão Pastoral da Terra
Autor/Instituição	Curia Diocesana de Nova Iguaçu
Número de Documentos	783
Quantidade e tipo de documentação	Relatórios; Folhetos; Livretos; Manuscritos; Rascunhos; Jornais; Informativos;
Dia/ Mês/Ano	1985 – 2017
Formato	A4
Resumo	Possui documentação variada relacionada à Comissão Pastoral da Terra, como relatórios, questionários, avaliações, jornais e informativos, além de cartilhas e folhetos destinados à conscientização do trabalhador no que tange aos seus direitos, principalmente à terra.
Palavras-Chave	Nova Iguaçu; Diocese; Centro Ecumênicos de Documentação e Informação; Comissão Diocesana de Justiça e Paz; Confederação Nacional dos Trabalhos na Agricultura; Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário; BANDERJ; Prelazia do Xingu; PROCERA; PROMOV;
Notas explicativas	A documentação foi doada para digitalização pela Curia metropolitana de Nova Iguaçu, local em que estão depositados os documentos originais. Mantemos a mesma organização da documentação que se encontra no Arquivo da Curia: de forma

	geral, trata-se de Fundos, que estão subdivididos em caixas.

Geraldo

CPT

COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 - CEP 20001 - RIO DE JANEIRO - RJ
TEL. (021) 232 0495 FAX 221 4109

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1992

Companheiros,

Como foi sugerido no nosso último encontro, sobre produção estamos enviando uma pequena avaliação das formas de crédito disponíveis para os produtores rurais e para os assentados (PROCERA, PROMOV e "Credito Normal").

Esta é uma avaliação geral onde procuramos ressaltar as implicações destas linhas de crédito, principalmente no que diz respeito à garantia do empréstimo e forma de pagamento.

Contando que seja de utilidade de para o nosso trabalho diário, despedimo-nos cordialmente.

José Ricardo Rodrigues

CEDIM

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL. (021) 232 0495 - Fax: (021) 221 4109

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1992

"Ai dos que se têm por sábios e se julgam espertos!"
(Is 5,21)

Companheiros(as),

D. Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil(CNBB) a pouco tempo alertava: "A sociedade, de quem tanto sacrifício se tem exigido em nome da estabilidade econômica, não suporta mais conviver com o espetáculo constante dos desvios de recursos públicos para enriquecimentos ilícitos.", assim sendo, hoje vemos essa mesma sociedade nas ruas, manifestando o desejo de mudar essa situação com as seguintes palavras de ordem: FORA COLLOR! IMPEACHMENT JÁ! E nós da CPT somos conclamados a participar dessa luta, de unirmos nossa voz a essas palavras de ordem, primeiro pela inspiração de Deus que condena esse tipo de prática e segundo pelo nosso compromisso de estarmos contribuindo para Transformação da Sociedade, com a construção de um Novo Homem e de uma Nova Mulher.

Nesse sentido estamos enviando para a sua área uma proposta de abaixo assinado, que é para posteriormente, mais breve possível, ser devolvida ao Regional para o devido encaminhamento. Pois o mesmo precisa chegar em Brasília até no máximo, 25/09.

Entendemos ser essa uma das contribuições que podemos dar a esse movimento que luta pela Ética na Política.

Na certeza de contribuição da sua área um forte abraço.

REFORMA AGRÁRIA, JÁ!

Weverton J. F. de Moraes
P/Coordenação

Nós vos pedimos com insistência:
não digam nunca "isso é natural"
diante dos acontecimentos de cada dia,
numa época em que reina a confusão,
em que corre sangue
em que o arbitrário tem a força de lei,
em que a humanidade
se desumaniza,
não digam nunca:
"isso é natural"
para que nada passe
a ser imutável!

Bertolt Brecht

SUMÁRIO

Apresentação 5

I – Histórico 7

II – Os Problemas Fundamentais da Realidade Brasileira 11

III – Alternativas: O que é preciso fazer para mudar o Brasil? 21

IV – O que é uma Assembléia Popular 33

V – Exigências da Participação Popular nos Destinos do País 43

VI – Propostas de Ação e Calendário 45

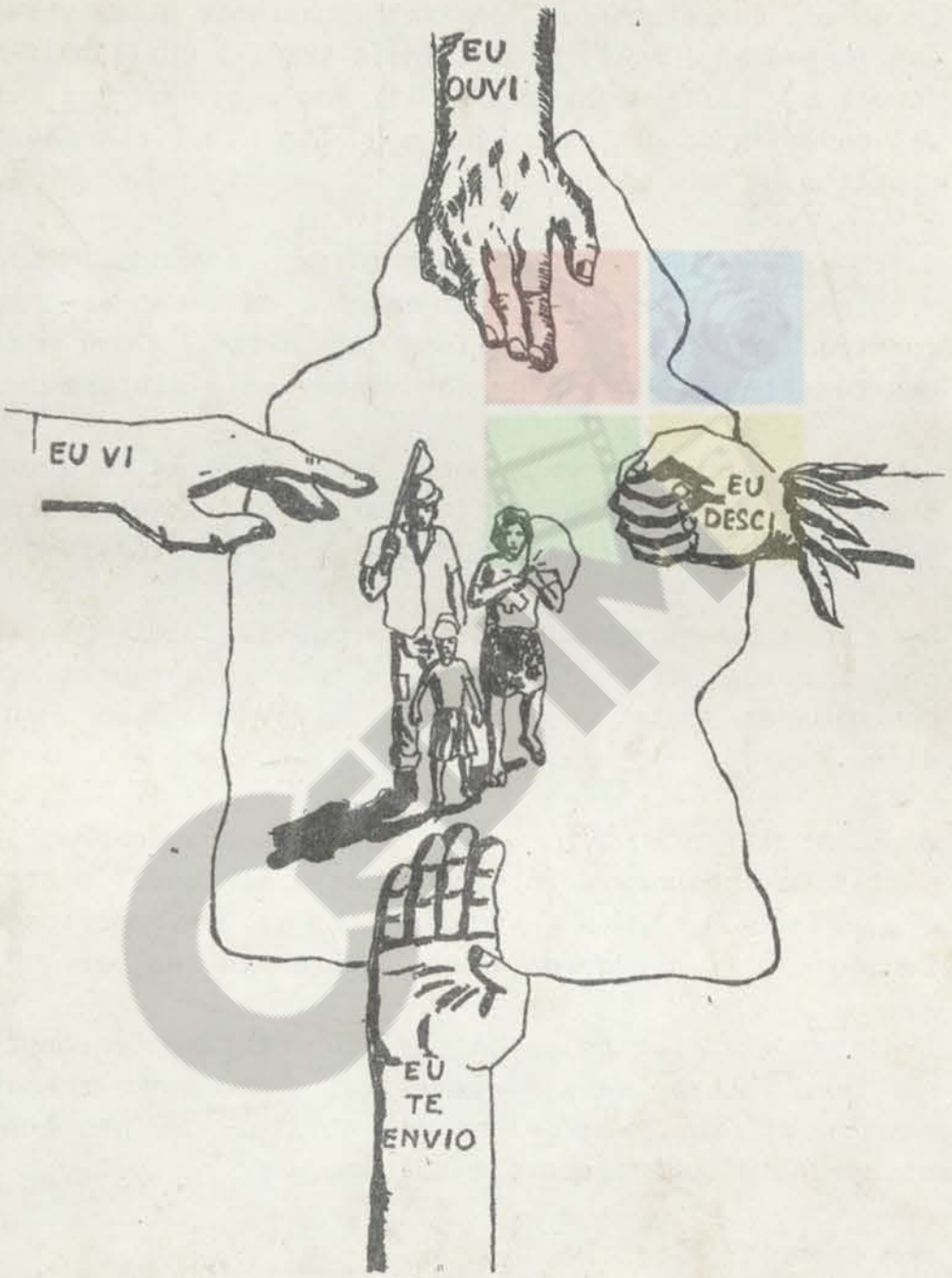
Anexo – Questionário para o mutirão de trabalho de base "Que Brasil Nós Queremos" 49

CEDIM

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

AOS QUESTIONÁRIOS DA PRIMEIRA CARTILHA

4ª ASSEMBLÉIA DO POVO DE DEUS



DA PRELAZIA DO XINGU

Altamira, 11-14/11/99

Fevereiro-Maio 1999

APRESENTAÇÃO

Você tem em suas mãos a síntese dos relatórios produzidos pelas comunidades, em resposta aos questionários da primeira cartilha de preparação.

Para o melhor entendimento, precisamos recordar que:

1. Recebemos 82 relatórios, com valor bastante diferenciado, pois uns (Catedral [CA01], Medicilândia [ME02], Ourilândia do Norte [OU01] e Vitória do Xingu [VI01]) são o resumo dos relatórios das comunidades das paróquias enquanto a maioria são fruto do trabalho de uma só comunidade.

2. Outro problema: algumas paróquias, achando difíceis os roteiros produzidos pela Coordenação, enviaram às comunidades roteiros feitos por elas. Ficou mais difícil fazer a tabulação dos resultados, como pode ser visto nesta síntese.

3. Os relatórios das comunidades que chegaram em nossas mãos depois de 20 de junho, não foram incluídos neste dossiê, mas serão guardados e utilizados dentro da possibilidade.

4. Este dossiê será mandado só às paróquias (2 exemplares cada), aos membros da coordenação e aos assessores. Para as comunidades estamos preparando um resumo bem sintético e simplificado.

5. O pe. AFONSO FLOHIC, assessor, está preparando uma "leitura a partir da conjuntura internacional e nacional" deste dossiê. O seu trabalho também será encaminhado ás comunidades, como subsídio para a segunda etapa do trabalho na base.

Pedimos desculpas pelas faltas, que certamente cometemos, na hora de ler, interpretar, sistematizar e unificar trabalhos tão numerosos e diferenciados. Tentamos acertar. Se não conseguimos pedimos perdão a quem ficou prejudicado.

Bom proveito.

Altamira, 28 de junho de 1999

Equipe de Trabalho
(Beto, Hélia, Kátia, Marcos, Mason, Mírtila, Sávio, Tarcísio)

EU VI

Quais são as misérias que Deus vê e nós vemos em nosso lugar, no Estado, no Brasil e no mundo de hoje?

- brigas entre pais e filhos - **PS03**,
- O ambiente familiar tranqüilo - **PS04**,
- A família desestruturada - **PS04**
- separação de casais - **ME02**
- perdição de muitos jovens no mundo inteiro, principalmente hoje falta de respeito de um para outro o desrespeito com os nossos pais que muitas vezes não têm orientação para nos dar - **PM04**,
- falta de assistências às famílias carentes - **BR06**,
- a juventude de hoje que se droga e se mata, não pensa no futuro e nem querem viver o presente - **TU02**,

- falta saúde - **PS03**, **TU01**, **BR08**, AN01, TU01, TU05, SO09
- falta de assistência médica - **UR01**, **BM03**, **TU04**, **TU07**, **BR02**
- falta de atendimento nos hospitais - **BR02**
- principalmente a falta de atendimento médico - **TU04**
- falta saúde para todos - **TU05**
- doenças - **UR03**, PM03, TU02, ME02, AN02, AN03, TU12, BR02, SO14, **PM07**
- doença, especialmente aquelas pessoas que não têm recursos para se tratarem - **BR01**
- saúde, só para quem tem dinheiro **BN01**
- doenças, como AIDS, cólera e outras coisas ruins que acontecem - **BR02**,
- falta uma saúde mais justa - **TU05**
- Já faz muito tempo que nossas crianças foram vacinadas **SO06**
- mortalidade infantil - **BR02**, **AN01**
- falta de apoio da vigilância sanitária - **BR06**,
- falta de médico odontólogo - **BR06**,
- falta de remédios - **BR06**, **SO02**
- a saúde andando a passos lentos por falta de médicos, recursos e profissionais qualificados para a área - **UR02**,
- falta saneamento básico - **PS03**
- Saúde - centralizado o poder do prefeito **TU15**
- na saúde, está fraco. Mas tá bem **SO15**

- educação e saúde precárias (o povo vive fazendo exames e nunca acusa nada, mas as pessoas vivem doentes - **VI01**,
- falta boa educação - **PS03**, UR01, PM03, TU01, TU05, ME02, BR07, BR08, AN01, SO09
- o analfabetismo - **PS01**, **UR03**, **BR03**, SO03, SO04, SO05, SO12
- educação: está ajudando a desorganizar as nossas famílias e principalmente os jovens líderes das comunidades (causa: aulas aos sábados) **BN01**
- transporte escolar, péssimo **BN01**
- falta de colégio - **TU07**, **TU14**, **SO06**
- o jeito de educação familiar - **ME02**
- Falta de educação civil **TU15**
- Falta de escola para a educação de nossas crianças **TU016**
- a educação está mais ou menos **SO15**

- falta de amor ao próximo - **PS05**,UR04, TU09, PM05, OU01
- falta de união - **PM05**, **PS05**, **UR07**, **UR09**, **OU01**, **PM04**, **TU01**, **TU10**, **TU13**, **ME02**, **BR04**, **BR07**, **BR08**, **TU14**, **TU18**, **SO14**, **SO15**, **TU09**, **PM07**
- discórdia - **UR02**
- A falta de solidariedade - **PS04**, UR04, PL01, BR08, SO14
- desentendimento - **PL01**
- desumanidade - **PL01**

SO01, SO14
- gangues - **CA01**,
- pescadores roubando o peixe dos Asurini - **PI01**,
- madeireiros roubando a madeira - **PI01**
- moradores na área dos Asurini - **PI01**
- maldade - **TU04**,
- seqüestro - **TU01, ME02, BR02**
- roubos - **BR02, SO08, SO13**
- idosos abandonados pelas ruas - **BR02**,
- mentiras - **BR08**
- crimes - **BR08**
- Drogas - plantação e tráfico **TU15, PM07**
- Impunidade (de morte, violência, vingança) roubos e assaltos **TU15**
- aborto **SO01**
- assassinatos **SO08**

- a falta de temor a Deus - **PS04**
- falta de fé em nossa caminhada - **??01, UR09, PM06, TU01, TU09, ME02, BR08, BR04, TU14, PM07**
- o desobedecimento nosso da palavra de Deus, isto é não cumprimos o que está escrito nas Escrituras - **??01**,
- falta de estudos bíblicos para a pregação do Evangelho - **??01**
- falta de conhecimento bíblico - **BR07**
- Existe tudo isso por desobediência das palavras de Deus - **??01**,
- falta de compreensão por faltar interesse até mesmo de freqüentar a nossa igreja - **UR07**,
- Deus vê o homem num plano espiritual. Para ele o que importa é a nossa vida espiritual. O pecado é o gerador de toda miséria. Porém, quando o homem olha para a cruz de Cristo e se arrepende de seus pecados, ele automaticamente se liberta dessa corrente - **TU13**
- o Brasil, o Pará e Tucumã são reflexos de uma sociedade capitalista, onde as pessoas honram a Deus com os lábios, mas os corações estão longe dele. - tudo isso gera inúmeros conflitos que por sua vez gera a miséria em todo seu contexto. O mundo precisa de ter Jesus como centro, pois se abríssemos nossos corações para ele, tudo mudaria, teríamos um mundo mais justo, onde cada um se preocuparia com seu próximo - **TU13**
- Aqui está muito desanimado, não temos catequese e nem grupo de jovens. Mas, não está tudo perdido. Temos culto todos os domingos com distribuição da eucaristia, feitos pelos mutirões, sem esquecer dos dízimos **BM03**
- Falta de fé do povo: sem fé, a pessoa fica sem rumo na vida, pois a pessoa quando tem fé supera mais fácil as misérias que existem no mundo **TU016**
- muita desobediência **SO08**
- a tentação **SO13**
- falta de religião **SO14**

- A corrupção - **PS04**, VI01, TU09, ME02, BR03, BR08, SO01, SO13
- A injustiça social - **PS04**, UR07, TU05, TU07, BR08, ME02, SO01, SO14
- injustiças - **ME02, PM07**
- comunidades fracas no sentido sócio/político/econômico **BN01**
- a realidade do povo atual: a situação atual do povo está da pior maneira possível, pois foi esquecido pelos governantes, tanto municipal, que estadual e federal e do jeito que está caminhando, até a Igreja vai acabar se esquecendo do povo - **UR03**,
- o sistema vigente: o sistema está do jeito que os governantes gostam, o povo cada vez sofrendo mais e eles só aumentando os seus recursos - **UR03**
- exploração - **UR03, TU01, TU07, ME02, BR05, PM07**
- falta de administração política - **UR04, ME02**
- está faltando administradores para o Brasil ser governado - **PL01, ME02**
- opressão dos governantes - **VI01**, TU04, TU12

das pessoas que adquirem terras entram, lutam e vendem depois de novo **TU15**
- Falta de terra : para muitas pessoas plantar os alimentos para poder matar a fome **TU016**
- Falta de estradas pelo pouco interesse dos nossos governantes **TU016**
- A maioria das pessoas saíram daqui devido ter entrado fazendeiros para comprar terras **SO06**
- As pessoas mais pobrezinhas que ajudam os que necessitam de ajuda e os ricos que tem muito mais nada fazem pelos pobres. É por isso que tem pobre sem terra e tem gente que tem terra e não cede para os pobre trabalharem. A gente sabe que tem muitas pessoas sem terra por aí por fora. Nós da comunidade, todos temos um pouco de terra que só dá para tirar o nosso alimento. Nós somos pessoas proletárias **SO07**
- pequena produção **SO09**
- Só três pessoas participam do Sindicato dos trabalhadores **SO09**
- falta maior produção e assistência ao produtor **SO09.**
- poluição **SO12.**
- falta de transporte para a cidade **SO15**
- a falta de energia para nossa comunidade ou as comunidades - **UR02,**
- egoísmo - **PL01, TU09, AN01, AN02, TU09**
- ambição - **PL01, UR09, TU01, ME02**
- ganância de muitos e outros sem nada
- a ignorância - **UR09,**
- o comodismo - **UR09,**
- a ilusão - **UR09,**
- a inveja - **UR09, VI01, AN01, AN02**
- ganância - **VI01, TU10, AN01, AN02**
- machismo - **VI01**
- alcoolismo - **VI01,** BR01, SO01, SO16, **PM07**
- falta de perdão - **VI01,**
- nossa acomodação - **ME02,**
- alcolismo - **BR01**
- Individualismo **TU15**
- Falta de disposição para o trabalho, com o objetivo de garantir sua sobrevivência **TU016**
- a falta de padres/irmãs para dar mais assistência às comunidades **UR02**
- necessidades de ajuda aos missionários - **PM03**
- divisão de religiões **TU15, PM07**
- religiões que querem cada uma criar seu próprio Deus **PM06**
- Maçonaria **TU15**
- Tudo isso dificulta a aproximação da igreja com seu povo **SO01**
- sem salário - **VI01**
- trabalho escravo - **VI01,**
- salário injusto - **VI01,** PM06, TU05, **PM07**
- falta de emprego - **TU09, SO11, SO14**
- falta de curso profissionalizante - **ME02**
- Benefícios Sociais (aposentadoria, política de assistência na agricultura) **SO09**
- falta de união e organização do povo - **VI01, ME02**
- entrada do dinheiro, cultura do "branco", TV - **PI01,**
- falta de segurança - **TU04,**
- no mundo de hoje, há tristeza - **TU05**
- desorganização - **TU10**
- desespero - **TU12**
- nossa impotência - **ME02**
- Medo de dizer uma coisa, engajamento (medo de perder o emprego até a vida) **TU15**
- Pressão **TU15**
- meios de comunicação **SO01**
- diante dos problemas do mundo, os nossos são pequenos **SO01**

EU VI
Por quê existe tudo isso?

- Porque não temos governos competentes e sim com falta de dignidade, respeito com o ser humano **PM07**
- os governantes só pensam em tirar proveito, querendo enricar com o dinheiro público **PM07**
- o eleitor não sabe escolher seus representantes **PM07**
- não há leis verdadeiras, justas **PM07.**
- Porque na hora de eleger um governo, um prefeito o povo vacila **BM03**
- por falta de diálogo **AN01** - falta de responsabilidade dos nossos governantes **AN01**
- Por causa dos grandes gananciosos que vivem no mundo inteiro **AN02.**
- ganância **AN03**
- falta administrador competente para minimizar dos problemas da sociedade. **TU17**
- Falta do nosso governo gera emprego. **TU18**
- Por falta de projetos do governo **SO08**
- falta emprego **SO08**
- falta de amor por parte dos governantes **PS05**
- Por falta de incentivo dos governantes **UR03**
- má distribuição da renda, que se concentra nas mãos de poucos enquanto a maioria é marginalizada **UR03, BR03**
- Tudo isto que acontece de mal é culpa da maioria de nossos políticos que são corruptos e só pensam em si próprios. Os bons projetos que são elaborados só ficam no papel, os políticos só defendem seu próprio interesse e só lembram do povo no tempo da campanha política. Os eleitores que são sempre desinformados e desorganizados se deixam levar mais uma vez pelas falsas promessas. **UR01, VI01, PM03**
- a ganância do poder fala mais alto **UR08**
- os pobres não têm vez para falar e quando vão procurar seus direitos são enganados com promessas que não saem do papel **UR08**
- porque as políticas do mundo dá prioridade ao capital em vez da pessoa **VI02**
- subir na vida usando os outros. Nos perguntamos: será que o dinheiro vai comandar até o fim? **OU01**
- injustiça **CA01**
- falta de partilha **PM03, TU12**
- porque os nossos governantes só querem para si, são incapazes de lutar pela classe pobre, só quando querem subir no trono **PM05,** PM06
- porque não há leis verdadeiras e justas **PM06**
- o eleitor não sabe escolher seus representantes **PM06**
- a maior miséria do nosso país para nossa comunidade é o sistema político que não dá condições **TU02**
- falta escolhermos as pessoas certas na política **TU04,** TU07
- falta de administração **TU07**
- corrupção **TU12**
- descompromisso dos governantes **TU12**
- parece também que nossos governantes gostam de ver essas misérias acontecerem **BR01**
- são os políticos, falta de atenção do povo que acreditou nessas promessas que não levam a nada, isto faz com que o povo se sinta frágil e sem vontade de lutar contra tudo isso que existe **BR02**
- pelo pouco caso das mesmas (autoridades políticas) em não administrar os bens públicos **BR04**
- má administração do governo federal e seus representantes **BR06**
- gastos absurdos de dinheiro nas campanhas políticas **BR06**
-porque todos querem ter poder acima do permitido **BR07**
- por culpa dos nossos governantes no município, no estado, no Brasil e no mundo **BR08**

- Por falta de humanidade **AN01**
- desumanidade do povo **BR08**
- falta de responsabilidade de pessoas que não assumem seu papel como cristãos **AN01.**
- falta de amor e união na comunidade **PS05, PS04, UR08, TU01, TU03, TU04, TU10, TU12, BR08, AN01**
- A falta de fé **PS04**, TU01, TU04, TU10, TU12, AN01
- A falta de religião **PS04**
- a ambição e a falta de Deus **PS01**
- Existe porque se as pessoas não se amam, de um modo geral, influenciam para o aumento da miséria, nas famílias, nas comunidades, no estado, país, enfim, no mundo. Porque o amor é a base essencial para o cristão. **UR04**
- falta mais participação, justiça, trabalho, união, fé e paz **PL01**
- certos tipos de festas no pavilhão que não está certo, ainda na quaresma. **PL01**
- estar sempre ao lado das coisas mundanas, esquecendo as espirituais **UR09**
- riqueza demais estraga o homem **UR09**
- falta de segurança em sua religião **UR09**
- tudo isso existe por falta de amor, de conscientização de que aos olhos de Deus somos todos iguais **OU01**
- desobediência das palavras de Deus **??01**
- desinteresse religioso **CA01**
- não temos respeito pelo próximo **PM06**
- falta de oração **TU04**
- por falta de temor de Deus **TU05**
- em fim, tudo é conseqüência do pecado **TU13**
- por falta de uma fé consciente, pois se esta fé existir, n´so lutaríamos contra todas as misérias. **BR01**

- por falta de estruturas **AN01**
- violência **CA01**
- guerra **CA01**
- miséria moral **CA01**
- falta de responsabilidade da nossa comunidade **AN01**

- Egoísmo **AN03, PS05**
- O individualismo **PS04**
- O consumismo **PS04**
- muitas vezes as pessoas se acomodam com a situação que vivem e não fazem nada para que aconteça uma mudança. **PS03**, PM06, CA01
- a moda preenche a vida dos jovens **UR09**
- por falta de consciência e organização do povo **VI01**
- intriga **CA01**
- fofoca **CA01**
- falta de respeito **CA01**
- falta a compreensão **TU04**
- falta solidariedade **TU04**
- falta de organização: há muito desânimo para participar das reuniões **TU07**
- porque falta o amor e a compreensão de cada pessoa **TU09**
- O mundo se encontra nessa condição de miséria quase que total porque as pessoas são individualistas, sem amor para com o próximo **TU13**
- tudo isso se deve ao individualismo que leva ao comodismo que é conseqüência da globalização **BR03**
- hoje a cada dia que passa o ser humano é mais acomodado, materialista se esquece da partilha, da solidariedade, da comunhão que deve existir entre nós que somos irmãos e filhos do mesmo Pai **BR05**

- falta de educação **AN03**, SO08
- falta profissionalização **SO08**.
- a falta de consciência de cada ser humano **UR09**
- por falta de oportunidade **TU18**

- falta moradia **SO08**
- falta saúde **SO08**

- por causa da ambiçãc **TU12**
- ganância de quem tem muito **UR03**
- no mundo de hoje aqueles que são considerados da alta sociedade vivem se aproveitando dos mais fracos como se não fossem filhos do mesmo Pai **OU01**

- falta de conhecimento das comunidades com as pessoas em relação à saúde **PM03**
- o avanço da tecnologia **TU03**
- a globalização **BR06**

C:\MyFiles\assembleia\#vimotivos-def.wpd

CEDIM

EU OUVI
Quais os clamores do povo hoje?

Qualidade de vida
- por melhoria de vida **PS03**
- por Trabalho **PS04**, OU01, CA01
- por Saúde **PS04, PS01, UR03, AN03, SO11, SO12, SO01**
- por Segurança **PS04, BR05**
- por Alimentação **PS04**
- por Moradia **PS04, PS01, TUO4**
- por Saneamento **PS04**, SO01
- por segurança **PS01, CA01**
- por respeito à vida **PS01**
- por paz **PS01, TU04, BR01**
- por amor ao próximo **PS01**
- por educação **PS01**, TU05, BR08, AN03, SO11, SO01
- por justiça **UR01**, PS04, PS01, PS03, OU01, CA01, BR01, BR05, BR08, AN03, BR09, SO12, SO01, **UR08, OU01, CA01, TU04, TU12**
- pede punição para os assaltantes, assassinos e seqüestradores. **UR01**
- falta de compreensão **PL01**
- falta de atenção no Evangelho: muitas vezes escutamos o Evangelho mas não praticamos **PL01**
- falta de compreensão **PL01**
- falta de atenção no Evangelho: muitas vezes escutamos o Evangelho mas não praticamos **PL01**
- saúde **UR08**
- estrada **UR08**
- dignidade **OU01**
- por silêncio noturno **CA01**
- por respeito ao espaço de cada um **CA01**
- a própria formação **PM04**
- pelo pão **TU04**
- pelo remédio **TU04**
- políticos que prometem e cumpram com caráter e dever de cidadão, para com seu país, e tenham seu mandato voltado para aqueles que mais necessitam **TU05**

SAUDE
- a falta de atendimento de saúde pública **UR04**
- por saúde igual para todos **TU05**
- falta uma boa assistência médica **PM02**, TU12
- falta de medicamentos nos hospitais para atender os doentes **BR02**
- falta de uma política de saúde **AN02**
- programas de saúde muito precários em muitos lugares **??01**
- falta de saúde **PL01**, VI02, TU09, ME02, BM03

EDUCAÇÃO
- falta de educação de qualidade **UR04**
- é a necessidade para vida digna **UR08**, BR09
- falta boa educação **PM02, VI02, TU09, BM03, SO13**
- falta de chances para estudar **ME02**
- falta de educação no meio rural **AN02**
- educação UR08

DESEMPREGO
- por falta de condições de trabalho **UR02**
- por falta de lazer **UR02**
- por falta de recursos **UR02**
- desemprego **UR04**, PS05, PL01, TU02, TU03, TU10, TU12 BR07, AN02, TU18, SO05, URO8
- salário baixo **UR08**
- o povo clama pela falta de emprego **PM04**, UR02, VI01, PM02, TU07, TU09, BR02, BR03, BM03

- clamor dos desempregados **ME02**, UR09
- recurso financeiro **SO11**
- muita gente sem emprego **PM05**
- clamores por emprego **TU05**, PS01, UR03, BR08, AN03, SO12
- falta de salário digno **VI01**, TU07, BR03, SO1

POBREZA
- A fome **PS05, PM04, TU02, TU03, TU10, ME02, BR07, AN02**
- falta de moradia **UR04, UR09, BR02, BM03, AN02**
- as crianças abandonadas **UR09**
- sobrevivência **OU01**
- a seca **PM04**
- miséria **PM04**, TU10, SO05
- abandono das famílias **PM04**
- sem terra para trabalhar e começa a passar fome enquanto têm alguns grupos de pessoas que estão vivendo uma vida de passeio **PM05**
- as manifestações do povo contra as medidas adotadas pelo governo contra os direitos dos trabalhadores, privatização das empresas estatais, pagamento do juro da dívida externa **TU01**
- muita carestia **ME02**
- baixos salários **BR02**
- falta de administração **BR07**
- inflação alta **AN02**
- condição financeira péssima **AN02**
- muita pobreza **SO05**
- Falta de dinheiro **SO13**
- clamor das organizações do povo diante da situação de empobrecimento **ME02**
- os problemas financeiros **UR08**
- há carestia dos produtos alimentícios e baixos salários **??01**

VIOLÊNCIA
- falta de transparência na administração com o dinheiro do povo **VI01**
- promessas dos políticos não cumpridas **ME02**
- a guerra **PS05, TU02**
- seqüestros **PS05**
- falta de amor e solidariedade **PS05**
- exclusão **PS05**
- a perseguição **PS05**
- a prostituição **PS05**
- violência **PL01**, TU03, TU12, ME02, AN02
- falta de união **PL01, TU07, SO11, URO8**
- os jovens que vivem no mundo das drogas **UR09**
- falta de segurança **VI01**
- medo de roubos e assaltos **VI01**
- tapagem nos rios **PM03**
- os ricos estão nos massacrando o quanto podem **PM02**
- por uma sociedade mais justa e fraterna **TU01**
- drogas **TU03**
- falta de comida **TU07**, BR02, SO13
- falta de apoio **TU07**
- desorganização **TU07**
- falta de condição financeira **TU07**
- falta de salário agrícola para a produção **TU07**
- falta de casa **TU09**
- falta de pão **TU09**
- desigualdade **TU10**
- tantas dificuldades **TU11**, UR09
- falta de escola **TU12**
- falta de apoio político **TU12**

- o clamor maior hoje é a falta de amor para com o próximo, pois disto se originam as guerras, a fome, a miséria, as doenças incuráveis e a falta de fé, quem vem ocasionar a fraqueza de espírito **TU13**
- desrespeito para com os mais fracos **ME02**
- injustiça entre os pequenos **ME02**
- jovens envolvidos nos vícios e nas drogas **ME02**
- jovens sem futuro **ME02**
- jovens sem acompanhamento para que crie uma visão de futuro **ME02**
- atraso do pagamento do salário **BR02**
- a corrupção contra a classe pobre (ex. energia elétrica em Altamira) **BR06**
- A falta de fé em Deus.. **TU18**
- A falta de obediência.. **TU18**
- A falta de honestidade.. **TU18**
- Os crimes **SO02**
- furtos **SO02**
- desrespeito aos cidadãos e aos idosos **SO02**
- as drogas que fazem a cabeça dos jovens e adolescentes **SO02**
- falta de justiça é lutar pelos direitos de muitas pessoas que trabalham anos e quando perdem o emprego não tem direito a nada **SO08**
- As prefeituras, o estado não garantem os direitos dos pobres **SO08**.
- falta de uma defensoria pública **ME02**

PRECONCEITOS
- as desigualdades **UR09, AN02**
- desvalorização das pessoas **VI01**
- cadeia para quem merece e não só para pobres, sem regalias de raça, cor ou religião **TU05**
- nós muitas vezes ficamos surdos a esses clamores e passamos despercebidos por nossos irmãos enfermos materialmente e espiritual e pensamos: "Ah! Eu não sou Deus, portanto nada posso fazer". E esquecemos que o segundo mandamento é "Amar o próximo como a nós mesmos". **TU13**
- desigualdade **ME02**
- exclusão **ME02**
- mudança de religião **BR07**
- por discriminação **UR02**
- o individualismo **SO11**

IGUALDADE SOCIAL
- por igualdade social **PS03**, PS01, OU01
- O povo aspira a um mundo sem droga, **UR01**
- O povo aspira a um mundo sem prostituição **UR01**
- O povo aspira a um mundo sem violência, **UR01**
- O povo aspira a um mundo onde existam políticos honestos. **UR01**
- política que ajude de verdade os mais fracos de situação **UR03**
- aliança, fraternidade **PI01**
- solidariedade **PI01, SO01**
- respeito da sua terra e da sua cultura **PI01**
- por uma política mais justa e solidária na distribuição de renda, geração de empregos, assistência técnica, na saúde, estrada, crédito agrícola e apoio às organizações e movimentos sociais e uma integração e união da sociedade **TU01**
- clamor por direito e respeito pela vida: CEBs, movimento de mulheres, jovens, partidos políticos **ME02**
- por seus direitos **BR01**
- por Deus **BR01**
- por igualdade **BR01**
- o povo clama a compreensão dos políticos que eles não têm, para mudar estas condições do nosso país **BR02**
- por mais emprego **BR04**
- melhor situação de moradia **BR05**
- assistência médica e educacional **BR05**
- por mudança no sistema político brasileiro **BR06**
- por salário justo **BR06**
- que as classes pobres sejam vistas como pessoas humanas **BR06**
- por união **BR08**

- por partilha **AN03**
- pão em abundância **BR09**.
- No momento à comunidade está buscando se levantar. Programamos a construção de uma capela. **SO10**
- fraternidade **SO01**
- família **SO01**
- os clamores do povo de hoje são através das organizações populares **PM07**
- sindicato **PM07**
- passeatas **PM07**
- associações **PM07**
- abaixo-assinados **PM07**
- comunidades **PM07**

TERRA
- por falta de terra UR02, PL02, TU09, AN02, PM04, UR03, TU05, TU04, SO01
- a falta de recursos para os pequenos agricultores, como financiamento, estradas, transporte, etc. **UR09**, ME02
- por falta de estrada **VI02**, BM03
- falta de reforma agrária **VI01**
- enchentes **PM03**
- falta de valor na produção **PM02**
- estradas, pontes caídas **ME02**
- isolamento **ME02**
- sem ajuda das autoridades **ME02**
- pessoas sem terra **ME02**
- pessoas sem condições de tocar o lote **ME02**
- comunidades isoladas sem estrada e transporte **ME02**
- desprezo dos governantes para com a agricultura **ME02**
- preços injustos para os produtos agrícolas **ME02**
- falta de permanência na terra **ME02**
- falta de uma reforma agrária melhor **BR02**
- falta de água em local que não pode cavar poço por dar em lages **BR04**
- falta de condição para o cultivo da terra **AN02**
- falta de estradas para o escoamento dos produtos **AN02**
- falta de uma assistência técnica na agricultura **AN02**, SO10
- falta de transporte **SO10**

DESÂNIMO ME02
- milagres imediatos **BR03**
- falta de fé e que seja colocada em prática esta fé (fé sem obra esta fé é morta) **BR04**
- Que Jesus esta demorando a vir, quanto todo mundo está desesperado e não todo estão preparado para vinda de Cristo. **TU17**
- Todo mundo reclama destes fatos, parece que nada foi feito até agora, para resolvê-los. **SO10**

C:\MyFiles\assembleia\#OUVIclamores-ja.wpd

EU OUVI

Nós prestamos atenção a esses clamores? Como?

ORGANIZAÇÃO

- sim, através dos meios de comunicação social no nosso dia a dia nos mostra esta realidade de nossa comunidade agora. Imagine fora. **BR06**
- e tentamos nos organizar através de reuniões, mostrando a situação vigente, conscientizando e mostrando as conseqüências existentes e as que poderão vir se não nos organizarmos. **UR01**
- Sim, algumas vezes, na medida do possível juntamos em união para reivindicar os nossos direitos mas sabemos que nem sempre conseguimos alcançar os nossos objetivos **UR08**
- sim, quando tentamos organizar algo para melhorar a situação, trabalhando e incentivando o povo para lutar contra a má política que fere todos os povos com promessas mentirosas **UR09**
- na formação de sindicatos **OU01**
- campanhas **OU01**
- questionamos **CA01**
- somos chamados a melhorar tudo isso através de passeatas, organizações, sindicatos, encontros para estudo, associações, comunidades, movimentos de mulheres e muitos outros meios **PM06**
- são os fatores que nos levam a participar e acreditar cada vez mais na sociedade organizada **TU01**
- sim, ajudando as pessoas mais necessitadas da nossa comunidade **TU03**
- exigindo das autoridades competentes os seus deveres para com a população **TU05, TU09**
- que as pessoas se unam em grupos ou associações em busca de seus direitos e anseios **TU05**
- sim, ajudando na partilha e na melhor forma possível **TU10**
- justiça praticada pelas próprias mãos **TU12**
- manifestação do MST **TU12**
- ajudando a comunidade **BR07**
- Prestamos atenção aos clamores - somos nós mesmos que clamamos **AN03, BR01**
- nós, os cristãos do Xingu, estamos muito atentos a esses clamores atuais **SO03**
- a comunidade está bem atenta a esses clamores **SO04.**
- Sempre nos reunimos para resolver estes problemas, esses clamores **SO11**
- Às vezes não somos acomodados **SO12.**
- Sim, sempre que os assuntos aparecem, é comentado na comunidade e nas celebrações **SO14**
- Participando, denunciando, pedindo, colaborando **UR02**
- Sim, nas famílias que sofrem esses tipos de coisas. **PS05**
- na persistência do povo na luta por seus direitos **OU01**
- decretamos calamidades públicas nos abaixo-assinados **PM03**
- prestamos atenção que isto provém dos nossos governantes, presidente, governo, deputados, prefeito **PM05**
- a Igreja não se cala, nos incentiva para nos unirmos, para lutar por nossos direitos, nos dando força para nos unir e se associar no sindicato, partido político, nos movimentos populares para questionar e fazer nossas reivindicações, porque Cristo é o

caminho, a verdade e a vida **PM02**

AJUDA FRATERNA

- nas campanhas missionárias em nossa comunidade sempre ajudamos algumas pessoas necessitadas **??01**
- celebrações **OU01**
- nós ouvimos, tentamos fazer alguma coisa **TU04**
- resolver com muita oração, amor e partilha **TU04**
- Sim. Pedindo a Deus para nos ajudar sim. Rezando todos os dias com fé em Deus. **TU18**
- Nós prestamos atenção nos clamores do povo. Ajudando e dando força com união. **TU18**
- Sim, através do nosso dia a dia com a realidade que vivemos. **SO02**

DESVALORIZADO

- algumas pessoas lutam por este interesse mas a política que temos não dá importância **VI02**
- falta de confiança no policiamento **TU12**
-no caso de colonização de terras, muitas pessoas algum tempo atrás tiveram boas oportunidades de nossos governantes, só que, com muitas mudanças, a situação foi ficando pior e muita gente, não só das colônias, como também nas cidades, o povo clama esta situação que pouco a pouco lhes tira o que têm. **BR02**
- Prestamos atenção, mais não temos como ajudar. **TU18**
- sim, nós prestamos atenção, porém não temos força suficiente para atuar, precisamos de mais união, mais organização para lutarmos pelos nossos direitos **BR04**
- pensamos que não temos condições e estruturas para ajudar, mas se não temos estrutura para trazer a solução, devemos buscar ajuda de outros e unir-nos em jeito solidário para melhorarmos a situação **BR08**

EGOISMO

- Sem fé **PS04**
- muitas vezes, não. Pois, nos preocupamos com nossos próprios problemas. **PS03, PM07**

DINHEIRO - DESEMPREGO

- Nas necessidades financeiras **PS04**
- Sem empregos **PS04**
- falta de professor e salário digno **TU12**
- vendo os desempregados sem condição de trabalho **BR07**

EXCLUIDO

- Quando nos sentimos abandonados **PS04**
- Sem amparo **PS04**
- Humilhados **PS04**
- Sem apoio **PS04**

SAÚDE

- Na doença **PS04**
- nas filas nos hospitais **TU12**

INJUSTIÇA

- Injustiçados **PS04**
- só nos escutam quando exigimos alguma coisa **BR 01**
- nós, o povo, vemos e prestamos atenção em todas estas situações, mas não fazemos nada para mudar porque não temos poder algum e a situação continua crescendo não só no município, mas em todo o Brasil **BR02, TU18**
- nós não só ouvimos os clamores como também clamamos pois somos vítimas da violência, da opressão, tanto a nível municipal como mundial **BR05**

COMODISMO - PROBLEMAS PESSOAIS

- o nosso grupo dialogou e chegou a uma conclusão que nós damos pouca atenção a estes clamores. Motivo: comodismo **PS01**
- Prestamos atenção a tudo isto **UR01**
- nós não prestamos atenção, porque muitas vezes nos encontramos na mesma situação **UR03**
- sabemos que ele existe. Às vezes somos solidários, às vezes não. Ficamos de braços cruzados, por medo, ou até mesmo por egoísmo **UR04**
- muitas vezes prestamos atenção mas não agimos em cima dos clamores, porque cabe a cada um fazer a sua parte e também é através de incentivos unindo que teremos mais força de agirmos para o nosso melhoramento **PL01**
- falta de incentivos na parte da juventude em ajudar o outro a participar também **PL01**
- não prestamos atenção completamente **CA01**
- mesmo assim, muitos de nós não damos ouvidos por medo e por comodismo **PM06**
- nem todos os problemas nós conseguimos resolvê-los **TU05**
- nem sempre prestamos atenção aos clamores, porque na correria do dia a dia chegamos a nos esquecer do outro **BR03**
- não damos atenção **BR08**
- Nem sempre, às vezes .**BM03**
- Caminhando nas comunidades e nas reflexões nas leitura de hoje, nós vimos desespero mais ainda não é o fim. Devemos esperar o novo milênio. **TU17**
- sim, mais nem tanto. A gente fica sensibilizado, mas ficamos parados sem fazer nada **BR09**.
- Ainda há dificuldade para resolver e precisamos avançar mais e nos unir em torno dos problemas e resolve-los ou ameniza-los **SO14**.
- às vezes cruzamos os braços dizendo que não podemos fazer nada **TU04**
- ouvimos os clamores mas não fazemos muita coisa **CA01**
- nos reunimos mas tudo fica na discussão **CA01**
- nos acomodamos por medo de perder o emprego PM07
- ouvimos os clamores mas não levamos a sério como deveríamos levar, como fosse uma coisa comum do dia a dia **BR08**

C:\MyFiles\assembleia\#OUVI-já.doc

EU DESCI

Nesses 05 anos, quando sentimos mais forte a presença de Deus no meio de nós?

NA COMUNIDADE

- encontros catequéticos, nos encontros de estudo, nas famílias **PS03**
- Quando o Padre participa conosco das celebrações da missa, na comunidade, no Corpo de Cristo, nos festejos, e quando nos reunimos. **PS05**
- Quando, reunidos em comunhão (comunidade), com objetivo comum na luta pela vida e nas celebrações da mesma **PS01, SO02**
- Durante a nossa caminhada sentimos mais forte nos momentos em que estávamos reunidos nas celebrações, nos grupos e nos encontros de jovens e catequese. **UR01**
- quando estamos cantando ou rezando UR02, SO08
- recebendo a eucaristia, a crisma, se batizando - **UR02**
- quando aparece mais um membro em nossa Igreja **UR02**
- quando estamos reunidos na comunidade **UR04, TU09, ME02, BM03, BR04, PM04, SO08, PM07**
- nas campanhas missionárias nos sentimos mais fortes e mais unidos **??01**
- muitas vezes as campanhas vêm nos dando conhecimento da miséria em nosso país e em outros países **??01**
- as campanhas fazem olhar para o céu e clamar com fé as nossas necessidades ao Senhor nosso Deus **??01**
- Celebração pela comunidade do nascimento de crianças, nas casas dos pais **ME01**
- Visita e celebração dos doentes pela comunidade, na casa dos doentes **ME01, BM03**
- sentimos a presença de Deus mais forte em nosso meio depois que nós se unimos, construímos uma igreja, apenas com nosso esforço **UR08**
- é quando estamos reunidos para celebrar juntos com o coração firme na fé em Jesus Cristo, diante das dificuldades **UR09, BR09**
- nas orações **VI02**
- no culto **VI02, BR04, SO14**, PM07
- na catequese **VI02**
- nas celebrações **VI01, PM04, TU12, PS03, TU18, SO12**
- no Evangelho **VI01**
- na leitura e meditação da Palavra de Deus **VI01**
- no encontrão das CEBs **VI01**
- no desempenho do Conselho Paroquial **VI01**
- na visita da equipe pastoral **VI01, ME02**
- na oração diária pessoal **VI01**
- durante a oração ecumênica **VI01**
- no estudo dos temas da Campanha da Fraternidade, especialmente o tema "política" **VI01**
- no período de preparação do festejo da Padroeira e outras comemorações há aumento de participação do povo nas comunidades **OU01**
- nas avaliações e planejamentos que acontecem nas assembléias paroquiais **OU01**
- recebendo a presença do bispo em nossas festas religiosas **PM03**
- visita do vigário em nossa comunidade **PM03, TU03, SO14**
- no ano de 1994 nos sentimos fortes porque Deus iluminou nosso coração e formamos uma comunidade e tivemos casamentos, batizados e estamos lutando até hoje com fé em nosso Deus **PM05**
- quando tivemos vários encontros reunidos na fé **TU01**
- o encontro com o bispo Dom Erwin que celebrou a Missa em 98, juntamente com o padre José e a Agnes **TU01**
- tivemos encontros com o frei João, Agnes e Amarildo na Páscoa com que se fez nós nos reanimarmos a nossa fé e nos sentirmos mais perto da presença de Deus **TU01**
- para outros, quando passam a freqüentar mais a comunidade **TU02**
- o grupo carismático trouxe força **TU02**
- a presença de Deus aumentou com a vivência da sua palavra **TU02**
- os sacramentos realizados **TU02**
- quando celebramos as Missas **TU03, BR04**
- quando nós vimos todas a igreja reunida e unindo o povo para juntos compartilhar, orar e refletir, em busca de apoio e amparo para os mais fracos, então sentiremos a presença de Deus no meio de nós **TU05**

- procurando mais viver os critérios dos sacramentos **TU09**
- ordenação de mais padres na Prelazia **TU09, TU18**
- diante de Deus temos força para enfrentar **TU011**
- sentimos mais forte a presença de Deus quando achamos jeito para enfrentar o trabalho, a caminhada **TU13**
- quando sentimos forte para anunciar o Evangelho TU13, AN02
- quando as comunidades, apesar de tudo, se reúnem para celebrar e festejar suas pequenas conquistas: catequese, STR, estrada, casa familiar rural, construção da igreja, barracão comunitário, almoço comunitário **ME02**
- quando celebramos, lemos a Bíblia e sabemos da vida de todos **ME02**
- Deus presente na nossa caminhada, muitas vezes parece sem saída **ME02**
- jovem da comunidade entrou no seminário **ME02**
- visita do bispo e crisma dos jovens com renovação das promessas do batismo **ME02**
- a presença das crianças, evangelizando, nos trabalhos comunitários **ME02**
- apoio da comunidade nas horas difíceis **ME02**
- mutirão na construção da igreja **ME02, TU012**
- quando nos reunimos para celebrar a Palavra de Deus e a vida **BR01**
- nesses cinco anos, de modo geral, nos sentimos melhores com as mudanças que vêm acontecendo na comunidade, como por exemplo: celebração de missas na igreja, catequese, crisma, casamentos, batizados e alguns eventos que podemos realizar na comunidade **BR02**
- no 2º congresso jovem **BR03**
- na procissão da sexta feira santa uma vez realizada aqui mesmo na nossa comunidade **BR04**
- quando todas as comunidades se juntam para trocar experiências, para festejarmos nossa caminhada como a 4ª assembléia do povo de Deus **BR05**
- quando estamos reunidos para louvar o Senhor e pedimos forças e que tenhamos mais fé no nosso dia a dia **BR07**
- nós sentimos mais forte em nossa comunidade em nosso meio a presença de Deus a partir do momento que construímos a nossa igreja e nela nos reunimos em culto, reuniões, onde fazemos nossas orações e partilhamos os nossos problemas e encontramos soluções nos batizados, sacramentos, primeira Eucaristia, nas assembléias **BR08**
- Quando estamos com Deus **AN02**
- fazendo a nossa caminhada **AN02**
- chegada de Padre Amaro e Ir. Rita **AN03**
- nas Santas Missões Populares **AN03**
- reuniões de irmãos **TU18**
- sentimos a Presença de Deus no Estudo dos Sacramentos, **SO01**
- sentimos a Presença de Deus nos Festejos Religiosos **SO01, TU12, BR04, VI01**
- sentimos a Presença de Deus nos Encontros de Casais **SO01**
- sentimos a Presença de Deus nos Grupos de Vizinhos **SO01**, VI01, ME02
- quando caminhamos com fé e coragem nas Cebs **SO03**
- quando começamos nos organizar em comunidade **SO04**
- quando tentamos nos organizar em Comunidade Eclesial de Base e sentimos bem de perto a presença real de nosso Deus no meio de nós **SO05**
- rezamos e nos reunimos na capela e sentimos a presença de Deus quando estamos reunidos com as pessoas que vem da paróquia **SO07**
- Quando nos reunimos sentimos a força de Deus que renova **SO09**.
- Sentimos sempre a presença de Deus em nosso meio **SO11**, SO13
- no Batismo **SO14**
- no Casamento **SO14**

NA SOLIDARIEDADE

- quando damos uma palavra de conforto a nosso irmão **UR02**
- Mutirão para ajudar pessoas necessitadas **ME01, VI02, TU03, TU04**
- Amor dos pais por seus filhos **ME01**
- quando sentimos reunidos aos irmãos, principalmente os mais necessitados **PL01**
- na participação de Movimentos Populares **VI01**
- na reunião do sindicato **VI01**
- quando somos solidários com os vizinhos e quando deles recebemos uma ajuda **VI01**
- sentimos mais forte a presença de Deus quando estamos apoiados nos grupos das pastorais, na solidariedade e partilha **CA01**

- demarcação da terra **PI01**
- construção da "towywa", casa grande das festas **PI01**
- continuando as festas Asurini **PI01**
- nascimento de crianças **PI01**
- nas reuniões da comunidade e de outros orgãos **PM04**
- todas as vezes que anunciamos e denunciamos as injustiças **PM04, SO02**
- quando os nossos órgãos nos dão apoio como: o sindicato, o partido dos trabalhadores (PT) **PM02**
- na organização da área comunitária **PM02**
- ampliando um roçado **PM02**
- associação **PM02**
- Deus não nos abandona e sentimos ele mais forte quando nos organizamos, nos reunimos nas comunidades para lutar por justiça, direitos e dias melhores **PM06**
- no Natal sem fome **TU04**
- nos mutirões **TU012**
- quando se sentimos com a nossa idéia mais clara para entender e compreender os nossos irmãos como eles são **TU13**
- quando as comunidades conseguem reunir para discutir, planejar e lutar por uma transformação **ME02**
- nas conquistas das organizações do povo, nos movimentos populares, cooperativas e associações **ME02**
- quando acontece a solidariedade e a partilha **ME02, SO08**
- quando nos reunimos e lutamos a favor do povo, de nossa vida **ME02, SO08**
- quando nos unimos para fazer um trabalho comunitário **BR01**
- Sim, na terra tivemos a luta pela fixação do homem **SO01**
- Pela fome fizemos arrecadações e partilhamos com quem mais precisava **SO01**
- ajudamos o SOS Nordeste passamos por toda comunidade e arrecadamos do povo aquilo que tinham e que puderam dar de bom coração **SO01.**
- Surgiu novas pastorais como a do Negro, Criança que lutam juntas por dignidade e mais espaço **SO01**
- As pessoas estão engajando-se nos movimentos sociais, sindicatos e associações **SO01**
- sentimos a Presença de Deus nos movimentos como SOS Nordeste **SO01**
- quando começamos a lutar por um mundo mais humano e justo **SO04.**
- quando nos ajudamos **SO08**
- quando ajudamos o irmãos necessitado **PM07**

NA PROSPERIDADE

- quando temos saúde para realizar nossos planos **UR02, AN02, SO08**
- quando recebemos benefícios das mãos de Deus **UR02**
- nas alegrias **VI02, TU04**
- equipe de saúde que visita a nossa comunidade **PM03**
- nas nossas vitórias **TU04**
- quando estamos de bem com todos **ME02**
- conquistando melhorias (carro escolar) **ME02**
- quando estou doente e estou melhorando **BR01**

NAS PROVAÇÕES

- na hora do sofrimento, na alegria e tristeza **UR03**
- na hora da dificuldade do nosso dia a dia **TU04, TU010**
- sentimos Deus em todas as dificuldades e nas grandes alegrias **TU07**
- no peso da nossa cruz **TU010**
- diante dessas dificuldades nos sentimos fortes e juntos enfrentamos tudo **TU011**
- quando sentimos forte para carregar a nossa cruz **TU13**
- quando estamos carentes e necessitados **ME02**
- através da corrupção, marginalidade, prostituição infantil, má administração dos cofres públicos, gastos exagerados nas campanhas políticas, fome, desemprego. Para sobreviver tudo isso, o que nos sustenta é a fé que temos em Deus. Com esperança de um dia as coisas mudem para melhor **BR06**
- Quando estamos mais desamparados **TU17**
- quando sentimo-nos fracos, somente Deus está ao nosso lado **SO03.**
- em nossa casa **SO12**
- principalmente no dia a dia. **SO12**

EU DESCI

Quando nos sentimos mais desamparados?

MOTIVOS PESSOAIS e FAMILIARES

- quando discriminamos alguém, às vezes sem perceber **UR02**
- quando pensamos em praticar a injustiça **UR09**
- na doença **VI02**, PM03, ME02, BR08
- quando estamos doentes, sozinhos, nas humilhações dos nosso irmãos **TU07**
- quando enfrentamos problemas na família como doença grave, briga entre os pais, separação do casal **VI01**
- falta de paz na familia **TU03**
- falta de obediência da gente com os filhos **TU03**
- quando vivemos em pecado **TU04**
- na tristeza **TU010**
- estando nos vícios **ME02**
- quando estamos desanimados **ME02, BM03**
- quando a família não participa da mesma religião **BR04**
- no desespero **BR08**
- na morte **BR08**
- Quando estamos em momento de tristeza, mal humorados e querendo fazer acontecer um sonho irrealizável **AN02**

MOTIVOS SOCIAIS

- Nos sentimos desamparados quando procuramos nos apoiar nos nossos irmãos e eles nos abandonam, não assumem seu papel de cristão **PM07**
- Quando não achamos soluções para nosso problemas e por parte dos governantes e da própria comunidade em que estamos envolvidos. **PS05**
- quando estamos sozinhos, nas estradas ruins **UR03**
- quando estamos doentes sem condições de conseguir chegar a um hospital por falta de estrada, transporte, pois moramos muito distante **UR08**
- quando não olhamos a realidade da vida em que vivemos **UR09**
- na falta de apoio e interesse dos políticos que representam o povo nos setores públicos **VI01, ME02**
- quando falta água, luz, escola para os filhos **VI01**
- quando falta posto de saúde **VI01**
- quando vemos tantas pessoas e crianças não terem uma família e por não terem roupa suficiente para os defender contra o frio **VI01**
- quando não há justiça **PM03**
- nas invasões de terras **PM04**
- quando briga pequeno com pequeno **PM04**
- quando lutamos por nossos direitos e a justiça não nos ampara **PM04**
- quando o nosso governo age tão covardemente, vendendo nós aos poucos. Como vamos ficar? **TU05**
- quando vemos nossa luta desarticulada pelo sistema **ME02**
- na falta de companheirismo, falta de apoio **ME02**
- na exploração **ME02**
- quando acontece a injustiça entre pós pequenos **ME02**
- quando perdemos a esperança **ME02**
- quando experimentamos a exclusão **ME02**
- quando experimentamos a desigualdade **ME02**
- quando ficamos sem carro da linha **ME02**
- exploração e exclusão planejada e estruturada **ME02**
- quando a gente elege que não corresponde a nossas expectativas **BR01**
- nos momentos de divisão em que nossas áreas disputavam o poder **BR03**
- quando somos injustiçados **BR06**
- quando somos esquecidos pelas autoridades que representam a saúde, a

educação, os meios de transporte **BR07**
- quando somos mal atendidos pelas autoridades que dominam nosso município **BR07**
- na guerra **BR08**
- Quando o atual prefeito assumiu a Prefeitura da cidade e não assumiu as suas devidas responsabilidades **AN03**
- Quando precisamos de ajuda e não somos ajudados **SO02**
- Quando o povo não vem para a reunião **SO09**

MOTIVOS ECONÔMICOS

- Falta de moradia **PS05**
- quando nos sentimos desvalorizados como colonos no escoamento e preço dos produtos **ME01, ME02**
- quando não conseguimos os créditos que o governo oferece **ME01**
- na despedida do emprego **VI01, BR06**
- quando trabalhamos muito e vemos pouco dinheiro em nossas mãos para a nossa comida **VI01**
- em 98-99 sentimos mais desamparados porque o plano real caiu e tem muitos pobres passando necessidade **PM05**
- quando os ricos e poderosos nos massacram e nos deixam oprimidos **PM02**
- quando recebemos salário atrasado **BR06**
- quando temos nosso salário reduzido **BR06**
- quando não temos estabilidade trabalhista **BR06**
- na fome **BR08**
- na miséria **BR08**
- quando vemos o povo na miséria **BR09**

MOTIVOS COMUNITÁRIOS

- Quando marcamos reunião e não aparece ninguém **PM07**
- quando vemos que a finalidade da participação na comunidade é só batizar, depois some **PM07**
- na desunião **PS03, VI02, PS05**
- Quando há uma desunião e sem esperança, então nos sentimos fracos e sem coragem **PS01**
- quando há um descontrole em nossa família ou dos membros da Igreja **UR02**
- quando desligamos da comunidade **UR04, UR09**
- quando as celebrações são desanimadas, com pouca participação BR04, ME01
- na hora da dor, dos desentendimentos, que é a hora em que mais precisamos de ajuda **PL01**
- quando não vemos nosso próximo como irmão **UR09**
- quando sentimos falta de liberdade para expressar nosso sofrimento e somos obrigados a silenciar **VI01**
- quando falta animação e incentivo nas comunidades **OU01**
- quando alguns grupos dentro da Igreja estão pouco receptivos a novas idéias **OU01**
- sentimo-nos desamparados quando nos isolamos **CA01**
- quando o irmão não acredita no outro **PM04**
- quando há brigas PM04, BR01
- nos sentimos desesperados porque as pessoas parecem não se interessarem quando fazemos reuniões que com certeza são de interesse de todos, poucos aparecem, outros não assumem seu papel, sua responsabilidade **PM06**
- quando frequentam a comunidade é porque o interesse pelo batismo é maior, principalmente em nossas comunidades urbanas **PM06**
- quando estamos afastados da Igreja **TU01, SO08**
- quando a comunidade começou a fracassar **TU02**
- na fraca participação no culto **TU012**

- na falta de compromisso de alguns **TU012**
- no fracasso da catequese **TU012**
- quando estamos afastados da comunidade, longe dos irmãos **ME02**
- quando pessoas saem da comunidade **ME02, BR01, TU18**
- quando demora a vinda do padre e das irmãs **ME02**
- quando ficamos sem a presença dos padres e das irmãs na nossa igreja pois assim o povo vai esquecendo-se da igreja **BR02**
- quando todos não participam **BR04**
- quando sentimos que o nosso povo está indo para o lado errado, quer dizer, quando se desvia do rebanho **BR05**
- quando tratamos mal nossos irmãos **SO12**

MOTIVOS RELIGIOSOS

- quando enfraquece a fé **PS03**
- na falta de fé de alguns da comunidade **VI02**
- quando estamos sem Deus em nossas vidas **PM03**
- quando estamos afastados de Deus **TU01, TU04**
- quando não rezamos **TU04, SO08**
- quando estamos sem fé **TU01, TU04,** TU09
- quando estamos sem força para seguir seus ensinamentos **TU01**
- quando vivemos distantes da Palavra de Deus **TU13, TU18**
- quando só queremos viver na vaidade **TU13**
- Quando estamos distantes de Deus sem as Igrejas, sem concentrar **TU17**
- Só não de Deus; ele nos dá coragem e fala. **SO09**
- Quando sentimos pouca fé **SO13**
- Quando nos afastamos das obras de Deus como : Missa, catequese **SO12**

MOTIVOS GENÉRICOS

- nas dificuldades **PS03**
- quando nós não conseguimos aquilo que mais precisamos **UR02**
- quando estamos com problemas **TU010**
- enfrentando dificuldades **TU010**
- quando não conseguimos alcançar nossos objetivos **ME02**

C:\MyFiles\assembleia\#descidesamparo-ja.wpd

CEDIM

BR07
- da comunidade **UR02, UR02, PS03, BR01, ME02, AN03, SO14**
- das organizações eclesiais **UR02**
- a força nos vem de Deus, através da participação nas celebrações da comunidade **VI01**
- dos encontros pastorais **CA01**
- da celebração com nossos padres, leigos e irmãos. **TU18**
- Nos sentimos mais forte com a presença da pastoral na comunidade **SO16.**
- dos cantos e orações da comunidade **CA01**
- da catequese **CA01**
- do incentivo dos nossos bispos, vigários e irmãos que acreditam em Deus **PM07**
- incentivo das irmãs, do padre **VI02**
- do bispo, padres, irmãs e lideranças que animam as comunidades **VI01**
- dos nossos religiosos e administrador **PM03**
- da ajuda da Prelazia de Altamira **PM05**
- da paróquia de Porto de Moz que vem nos incentivando para enfrentar a caminhada **PM05**
- do encontro de formação **ME02**
- das famílias e lideranças que lutam para ter um mundo melhor **BR02**
- dos jovens nos quais era perceptível a presença de Deus pois estavam alheios a essa disputa e queriam apenas o bem comum **BR03**

DAS PESSOAS

- das famílias **UR02, BR01**
- através dos irmãos onde Deus nos mostra suas obras **PL01**
- do apoio de algumas pessoas **VI02**
- através de um bom conselho de uma família ou alguém da comunidade **VI01**
- do apoio de quem nos cerca **BR08**
- de uma mão amiga **PS04**
- de uma palavra de conforto **PS04**
- de um gesto de solidariedade **PS04,** BR09, ME02

DA ORGANIZAÇÃO

- do povo reunido **UR04**
- da nossa organização **PM04,** TU07, SO14
- das organizações populares **ME02**
- dos(as) companheiros(as) **BR01, SO12**
- sentimos a força para nos dá o caminho **SO07**
- dos que estão na luta por uma vida mais humana e mais justa **SO12.**
- das necessidades de algumas pessoas (solidariedade) **SO14**
- do companheirismo **SO14**

DE NÓS MESMOS

- confiando em nossa coragem e força de vontade junto com Deus. **VI01**
- da boa vontade de cada um **OU01, SO08**
- nossa humildade **BR08**
- do anseio por justiça e paz **AN03**
- de cada indivíduo que está seguindo a caminhada com objetivo de alcançar uma salvação **TU17**

- da alimentação **TU07**

C:\MyFiles\assembleia\#desciforça-ja.wpd

EU TE ENVIO

O que o povo faz?

Se conforma

- Se conforma, em parte uma grande maioria **PS03, VI02**
- Se conforma **UR02, VI02, PM04, TU12, BR01, SO12** - muitas pessoas correm atrás do que necessitam e outras se conformam com tudo o que vêem **??01**
- a maioria do povo se conforma devido à forte opressão que vivemos no município **VI01**
- a maioria se acomoda e se fecha no seu próprio mundo, acha inútil lutar - **OU01**
- o povo de uma certa forma se conforma com a situação dele, pois está passando fome e não se dispõe a lutar **CA01**
- outros não colaboram e se conformam com a situação **BR02**
- Não luta **SO12**
- uns reclamam diante do sofrimento e nada fazem **ME02**
- O povo muitas vezes cruza os braços e se conforma com muitas coisas, mais nós devemos nos dar as mãos , unindo-se mais e lutar pelas necessidades. Não se conformando com as falsas promessas e por propagandas enganosas. Jamais se conformar e esperar por um milagre. Exigir das autoridades as realizações, os direitos das promessas feitas ao povo e que a justiça seja igual para todos sem discriminação de raças, cor ou classes sociais **TU016.**
- às vezes ficamos de braços cruzados, esperando que as coisas aconteçam sem fazermos nada **TU13**
- nós, povo de Deus, às vezes nos acomodamos; **BR05**
- O que o povo faz diante dos problemas? Nada. **SO12**
- o povo muitas vezes se acomoda porque não sabe a força que tem, a união e a organização e desfalece **TU05**

Luta

- luta **UR02, VI02, PM02, PM04, TU01, TU09, TU10, TU11, TU12, ME02, BR01, BR07, AN02, TU18, SO03**
- as comunidades na ajuda mútua **OU01**
- O povo se organiza para resgatar a memória **UR03**
- se organizando nos setores e surgimento de novas comunidades e grupos, refletindo a Palavra de Deus como luz na caminhada **OU01**
- resistência **PI01**
- a ação da Pastoral da Criança no acompanhamento das gestantes e crianças **OU01**
- já começa a reivindicar e a exigir seus direitos **PM02**
- existem pessoas que realmente se preocupam com a realidade e acreditam em Deus
- nós resolvemos nossos problemas em comunidade, através da união, da oração e do trabalho **TU04**
- vive lutando para viver **BR07**
- o povo luta em busca da realização dos seus objetivos **BR08**
- Luta por moradia, trabalho, salário digno **TU17**
- O povo de Deus jamais ficou calado diante de todas essas injustiças que destroem o Reino de Deus. Sempre lutou em favor da vida nas associações, movimentos e sindicatos. **SO03**
- Diante dos problemas o povo não se contenta e vai lutar e clamar em busca de solução e justiça **SO04.**
- O Povo luta muito diante dos problemas e injustiças e não espera o milagre acontecer **SO05**
- O povo luta, espera da parte de Deus, mas não das autoridades. Para conquistar alguma coisa é preciso lutar. **SO08**
- continua a sua cultura e festas **PI01**
- nascimento de crianças **PI01**
- se reúne em comunidade **PM03**
- debate **PM03**
- reza, canta e ajuda **PM03**
- o povo luta muito mas consegue muito pouco pelo que merece **BR02**
- alguns lutam, outros acomodam-se **AN03**
- O povo não fica parado luta mais as vezes sem sucesso **BR09**
- O assunto é conversado durante o culto aos domingos **SO14**
- devemos lutar pelos nossos direitos e não esperar que tudo caia do céu **OU01**
- o povo fica com medo dos grandes e luta com pouca fé **PM05**
- uns lutam por melhoria, alguns derrubam por politicagem ou porque acham que está bom e estão conformados, outros acham que a luta é inútil e que só milagre

dá jeito **PM06**
- nós não se conforma com esse sistema que está no nosso Brasil **TU01**
- se organizar para buscar os seus direitos **TU09**
- não espera um milagre; devemos lutar para que o milagre aconteça **TU010**
- fazemos o que está ao nosso alcance, lutando por melhores condições de vida **BR05**
- O povo trabalha em prol do evangelho. **TU17**
- uma parte se conforma, mas sempre têm aqueles que arregaçam as mangas e lutam e se colocam a lado dos excluídos e sofredores, através de visitas nas famílias, distribuição de cestas básicas - **OU01**
- Muitos se revoltam, outros cruzam os braços e há ainda aqueles que esperam um grande milagre. **PS05**
- Não se conforma, mas não confia, tem medo **UR03**
- o povo tenta lutar mas é obrigado a ficar calado porque precisa do emprego e se se manifesta perde o emprego e fica pior **BR06**
- muitos lutam e tentam conquistar seus objetivos **PS03**
- lutamos pelos excluídos, pelos demitidos, pelos emasculados, pelos sem teto, pela saúde, pelos drogaditos **PS01**
- O povo luta, mas a vitória é difícil e pouca **UR03**
- Coragem, lutar, não acomodar, não marcar as pessoas, olhar com os olhos de Deus **PL01**
- vive sofrendo, enfrentando muita miséria, vive lutando para uma vida melhor **UR08**
- não se conforma, mas vive tentando para buscar vida digna **UR08**
- Luta sim, mas é difícil conseguir e não desanimar, lutam com muita garra e fé em Deus **UR08**
- a minoria luta, é um pequeno grupo **VI01**
- o povo não se conforma, luta, não espera que milagre venha acontecer **PM02**, BR07, TU18, SO13
- alguns lutam para mudar a situação e tentam fazer alguma coisa **BR02**
- uma pequena parte luta em resposta aos clamores do povo **BR03**
- Transmite o evangelho para mostrar as boas novas de hoje nas comunidades com sinceridade e dignidade para que possamos entender melhor **TU17**
- Evangelizar e trabalhar pela vida do Povo. **TU18**
- Não perde as esperanças e luta. **SO02**
- não espera um milagre, vive trabalhando para ver se consegue alguma coisa porque um milagre é muito difícil acontecer **UR08**
- não se conforma, mas luta para prosseguir a caminhada, tentando organizar algo melhor para sobreviver em busca de terra, moradia e trabalho digno **UR09**

Espera um milagre

- a maioria espera um milagre imediato, por isso procura outras seitas e religiões **BR03**
- acho que tem gente que ainda espera que aconteça um milagre do político **VI02**
- o povo pensa que vai haver um milagre **PM05**
- O milagre acontece quando se acredita **PS03**
- Espera um milagre, pois quando acontece é milagre **UR03**
- esperamos um milagre, sim, confiamos que Deus vai nos libertar **PM03**, PM04
- esperamos um milagre, sim, todos nós acreditamos, esperando um milagre **TU03**
- reza **TU010**
- espera que Deus ajuda **TU011**
- outros esperam por milagre **ME02**, BR01
- Se conforma. Com o amor de Cristo, que só ele pode dar a salvação a nós todos. **TU17**
- Espera que o Senhor, nos possa libertar dos maus caminhos e dos infernos. **TU17**
- Uns esperam um milagre, outros desanimam **SO12**

- Sem o povo a Igreja não existiria, a igreja somos nós **PS03**
- "Vai bem, tudo bem", só pra ver se fica melhor e vai levando a vida sofrida mas cheio de esperança de dias melhores **BR04**
- reclama muito sobre a falta de trabalho, de união e de luta **TU03**
- reclamamos dos nossos políticos que precisam mudar nossas leis, amparar mais os pobres, os oprimidos **TU04**
- o povo tem medo de manifestação **VI01**
- alguns esperam um milagre, outros não **BR02**
- sempre há alguém que vai atrás das soluções nos órgãos públicos e organizações. **SO14**

EU TE ENVIO

E a comunidade, e a paróquia o que fazem para mostrar solidariedade e ficar ao lado do povo sofredor e dos excluídos?

Organiza

- as paróquias criam grupos em função de acabar com as pragas **BR08**
- as comunidades se reúnem, discutem os assuntos com as **entidades** **PM04**
- viverem organizados como filhos de Deus **SO03.**

Atua concretamente

- quando é oportuno faz alguma campanha de gêneros alimentícios para algumas famílias mais carentes **VI01**
- lança as diversas campanhas e forma vários grupos pastorais **OU01**
- eles nos orientam ajudando financeiramente **PM03**
- A paróquia tenta ajudar, porém nem sempre recebe apoio da comunidade em geral; uma das conquistas foi a construção da igreja e as pastorais organizadas que caminham com fé e perseverança **PS03**
- tentam tirar do sofrimento da melhor forma que podem **TU010**
- a paróquia ajuda discretamente quando possível **BR03**
- ajudando, colabora TU18
- campanha contra a fome **TU012**
- tentam resolver os problemas fazendo o Natal sem fome **TU04**
- as comunidades estão lutando **TU07, SO13, SO16**
- nós devemos ajudar todos aqueles que precisam de nós **TU03**
- dar apoio no que pode, uma palavra amiga às vezes **UR02**
- cada dia mais cresce esta força de vontade de ajudar o povo sofredor **BR02**
- acolheu e partilhou, participando das dores e dos sofrimentos dos irmãos mais necessitados **TU09**
- nós como comunidade vamos em passeata, denúncias para ajudar os sofredores, mas eles mesmos não fazem nada para melhorar suas vidas **CA01**
- Nossa comunidade vive unida apesar dos problemas as vezes falha mais de uma maneira ou de outra sempre si ajuda de alguma forma através de alimentos, roupas a gente procura ajudar os mais necessitados que são poucas podemos dizer que ninguém aqui e pobre a ponto de passar fome, os mais precisados em torno de duas ou três famílias **BR09.**
- As comunidades juntamente com as paróquias demonstram sempre suas solidariedade ao lado dos excluídos e sofredores **SO05**
- A comunidade e a paróquia faz o possível, mas os governantes não ajudam. **SO12.**
- A paróquia juntamente com as comunidades estão sempre presentes lutando para conscientizar o povo a lutar por seus direitos **SO03**
- a comunidade e a paróquia está lutando para que possa melhorar a vida de nós pobres sofredores que acreditam nos governantes que vivem enganando o povo **PM05**
- A comunidade e a paróquia ajuda o povo sofredor a lutar com fé. **SO08**
- tratam bem, sem rejeição **TU010**
- ajudam muito a comunidade **TU011**
- visitas às famílias **TU012, AN03**
- visita nos assentamentos **TU012**
- visitas e trabalhos nas comunidades **ME02**
- visitas aos doentes **ME02**
- lutando, apoiando junto com eles. **BR09,AN02**
- ficam do lado dos pobres sofredores e excluídos, tentando construir um mundo de irmãos **UR09, TU01**
- há um grande despertar das mulheres **ME02**
- apoio aos movimentos populares **TU012**
- movimento pela paz **TU04**
- trabalho dos conselhos **ME02**
- há sinais de solidariedade, não só em dinheiro, mas em alimentos e acolher filhos de pais em tratamento fora **ME02**
- fomento à alimentaçãc alternativa (farelo) **ME02**

- organizações sindicais **ME02**
- financiamento **ME02**
- grito da terra **ME02**
- STR **PM02**
- mostraram solidariedade fazendo campanhas, coletas de alimentos **BR02**
- lutando pelas reivindicações **BR02**
- sempre ajudaram os excluídos nas leituras e principalmente na campanha da fraternidade que traz o lema "Sem trabalho, por que?". Pode existir alguém que tem um trabalho e já vai dar àquele desempregado **BR07**
- as comunidades promovem eventos solidários para ajudar os necessitados **BR08**
- partido político **PM02**
- pastoral da terra **TU04**
- há tentativas de saída. Ex. venda conjunta de produtos (cacau) **ME02**
- há mais interesse pela organização **ME02**
- saúde alternativa **AN03**
- Pediram veneno para Secretaria de Agricultura , mas não foram atendidos **SO09**
- agentes comunitários de saúde **ME02**
- grupos de jovens **ME02**
- incentivo à produção agrícola **AN03**
- gleba Surubim **ME02**
- grupo gerador **ME02**
- construção de igreja **ME02**
- eleição de vereador do povo **ME02**
- rádio comunitária **ME02, AN03**
- fórum **ME02**
- construção de pontes **ME02**
- lutam por escola **BR01, ME02**
- lutam por estrada **BR01**
- denúncia **AN03**
- fazendo manifestações religiosas através da classe estudantil e os demais movimentos religiosos e sociais **BR06, BR01**
- cursos de formação (PEP) **AN03**
- educação **AN03**
- organizações **TU04, AN03, PM02**

Incentiva

- a paróquia traz muitos incentivos e ajuda a orientar as pessoas e permanecerem unidas **UR08**
- incentiva o povo a lutar pelos seus direitos **VI02**
- a paróquia e está sempre nos dando força, apesar de ver nosso povo dividido **PM06**
- Tenta reunir-se na Igreja para mostrar um caminho reto, e acolher os excluídos para que se amenizem dos sofrimentos que tanto atormentam o povo de Deus. **PS05**
- tem nos ajudado muito orientando BR09
- Incentivam através de encontros e palestras, orientam, entre outros **SO02**
- incentivam o povo dando apoio **PM02**
- sempre que há visita do Padre recebe e orienta a comunidade. **SO14**
- encontros que nos animam e nos conscientizam para ficar do lado dos pobres e excluídos **ME02**
- incentivar o povo a entrar na luta **ME02**
- o STR e a Associação orientam como pode fazer e muitas vezes faz-se até manifestação **PM04**
- acontece também o incentivo para ninguém vender a sua terra. O sindicato orienta a população para buscarem seus direitos e ajuda os colonos na sua aposentadoria **VI01**
- a paróquia tenta despertar a consciência do povo através das celebrações, encontros, cursos **BR03**
- a paróquia com suas visitas nas famílias (os padres e as irmãs) dando mais força espiritual **BR04**
- as paróquias promovem campanhas sobre temas como educação, emprego **BR08**

- a Igreja tem divulgado as injustiças sociais, promovido as lutas dentro dos conselhos para defender as crianças, combater as violências e fazer justiça **TU05**
- a Igreja orienta, esclarece fica sempre do lado mais fraco **BR06**
- a Igreja tem conscientizado o povo de que é necessário organizar, formar associações, participar de conselhos municipais, fazer parte da elaboração das políticas públicas, sempre ressaltando a necessidade deste povo sofrido e excluído **TU05**
- A Igreja ajuda orientando o povo a libertar-se da escravidão **UR03**
- a Igreja, graças ao seu acompanhamento para conosco vem nos mostrando a realidade e como se lidar com ela **BR05**
- temos necessidade de fazer mais só fazendo individualmente, coletivamente está fazendo pouco **PL01**
- nós ficamos de reunião em reunião falando dos políticos que compram votos e até procuramos conscientizar o povo, mas os políticos um ano antes já se organizaram e articulam tudo **CA01**
- o povo passa fome e quando alguém chega para matar a fome deles por uma semana, eles aceitam **CA01**
- a nossa comunidade só tinha três famílias. Hoje todos somos famílias **SO16**.
- unem as pessoas religiosas para um melhor conhecimento da vida e necessidade de cada um, em busca de um melhor futuro **BR08**
- A comunidade juntamente com a paróquia lutam para ajudar o povo em geral a se tornarem cristãos **SO04**
- a comunidade e a paróquia faz o anúncio da justiça nas celebrações e grupos de vizinhos **VI01**
- conscientização **TU012**
- abrir os olhos e não deixar-se enganar pelos oportunistas **ME02**
- oferece diálogo com o povo através de suas pastorais, como a Pastoral da Criança. **TU18**
- tentam conscientizá-los mostrando diretamente a solidariedade aos mais sofredores e excluídos às margens de nossa sociedade, tanto local como estadual e nacional **SO04**.
- conscientiza para não vender o seu voto em época de eleições **VI01**
- fazem o possível para ajudar as pessoas mas a maioria das pessoas não quer ouvir e acreditar, não gostam de ouvir a Palavra de Deus **TU13**
- chegam a passar uma semana sem levar as crianças à escola; o prefeito promete visitas, mas só apareceu na inauguração da energia e com a presença da mãe e isto deixa muito a desejar para a comunidade **SO09**

Celebra
- fazendo celebrações **BR02, AN03**
- Nas celebrações os padres e leigos ligam a Palavra de Deus com a dura realidade do povo e tem coragem de falar o que está errado **PM07**
- Santas Missões **AN03**
- muita oração **TU04**
- a comunidade e a paróquia faz o anúncio da justiça nas celebrações e grupos de vizinhos **VI01**

Não faz nada
- nós que estamos aqui não fazemos nada para incentivar o povo **CA01**
- como ficam os acontecimentos da história, como a derrubada da igreja do travessão da 20? **BN01**
- Ainda não fez nada. **SO15**
- a comunidade ora muito mas não luta para melhorar, esperando um milagre **TU02**
- busca de saídas momentâneas na hora da crise **ME02**
- A comunidade não tem transporte **SO09**

C:\MyFiles\assembleia\envioparoquia-ja.wpd

EU TE ENVIO - CONQUISTAS

Quais as conquistas alcançadas para melhorar para melhorar a vida do povo?

ORGANIZAÇÃO
- conquistou várias lutas: a melhoria da estrada, o FNO, o linhão, a educação melhorou muito, o assentamento dos sem-terra **UR04**
- aposentadoria dos velhos **PI01**
- transporte **PM03**
- uns governantes que lutam para defender a classe pobre **PM05**
- uma fábrica de lacticínio **TU01**
- alguns políticos que trabalham em prol dos excluídos e dos sem terra **TU09**
- a vicinal principal **TU011**
- boas estradas **BR07**
- aberturas de ruas SO08
- estrada **UR02**, TU01, TU09, SO03

UNIÃO
- os encontros **PM07**
- os esclarecimentos **PM07**
- a catequese **PM07**
- A luta **PS04**
- Se conformar **PS04**
- Empenho maior dos leigos com a Igreja **PS04**
- clube de mães com alguns cursos **PL01**
- cursos e encontros de setor **UR08**
- associação **UR08**, **PM04**, **PM05**, **TU01**, **TU05**, **BR06**, **SO02**
- trabalhando em mutirões, formando associações para os pequenos que sofrem falta de recursos para poder trabalhar e construir um mundo de igualdade **UR09**
- o povo passou a ter mais entendimento nas reuniões **PM04**
- comitê **PM04**
- corte de lotes, feito pela comunidade **PM04**
- sindicato dos trabalhadores **PM05**
- já alcançamos algumas conquistas como reserva comunitária, deputado eleito pelo povo pobre e sofredor que tem esperança de alcançar a terra prometida **PM02**
- já conseguimos algumas conquistas como documentação pessoal, documentação de terras, catequese, tudo isso porque somos incentivados por nossos vigários, nosso bispo e todos que acreditam que a situação pode ser mudada **PM06**
- seremos mais unidos **TU03**
- não se calar com os rejeitados ao nosso lado **TU03**
- participação em diversos conselhos **TU05**
- formação de equipes pela paz e justiça **TU05**
- visitas domiciliares para sentir de perto os problemas do povo **TU05**
- grupos de vizinhos **TU05**
- através de conversas **TU010**
- diálogo **TU010**
- estar ao lado do povo sofrido e dos excluídos, acolhendo e ajudando na hora que precisa **TU13**
- a máquina de descascar arroz **BR01**, AN02
- projetos alternativos: caminhão comunitário **BR03**, BR01, AN02
- congresso jovem **BR03**

- novas comunidades **BR03**
- os movimentos sociais **BR06**
- movimento pela sobrevivência na Transamazônica **BR06**
- sindicatos **BR06**
- movimento de mulheres **BR06**
- Nos encontros de Altamira. TU17
- União TU18, SO13
- conselho TU18
- As convivências nas comunidades SO02
-organização da comunidade
- roça comunitária SO09
- Força SO12
- coragem que nos é dada através de cada irmão, para darmos continuidade no projeto de Deus SO12
- aquisição do meio de comunicação (rádio) SO14
- criação de um campo de futebol para o lazer. SO14

REFORMA AGRÁRIA
- demarcação **PI01**
- através dos órgãos conseguimos uma área comunitária em nossa localidade, da qual já foi concluída a demarcação; possamos ter mais conhecimento a respeito da terra **PM04**
- nem uma pessoa tinha documento de suas terras e hoje várias pessoas já têm **PM04**
- área comunitária **PM04**
- a reforma agrária foi uma luta, com dificuldades e conquistas **TU02**
- assentamento de 28 famílias BN01
- assentamento de muitas famílias no nosso país **TU09**
- Agora estamos conscientizando as famílias para não venderam suas terras SO06
- envios de pessoas para representar a comunidade SO09
- luta pela demarcação da terra SO09
- farinheira instalada num terreno de dimensões 200 de frente por 1000 de fundo SO09
- a documentação de terras **PM07**
- financiamento **UR08, TU07, TU09, TU10, AN02**

ESCOLA
- Uma escola maior **PS04**
- educação: supletivo na comunidade **UR02**
- escola **UR08, TU01**
- escola funcionando **PM03**
- escolas rurais, com o avanço da 5ª à 8ª série do 1° grau, aqui em Tucumã **TU02**
- educação **TU09**
- mais salas de aula **BR04**
- uma boa educação **BR07**
- Funcionamento de duas escolas no setor do Cariá SO14

SAÚDE
- temos posto de saúde na comunidade - município precário **UR02, TU02**
- na nossa vila conquistamos um posto de saúde **TU01**
- hospitais conveniados com o SUS **TU09**
- um posto de saúde (que não está funcionando) **BR04**
- saúde **BR07**
- Agente Comunitário de Saúde **AN02,** SO14

SEGURANÇA
- um posto policial **BR04**

EMPREGO
- professor **UR08**
- salário digno **BR07**
- geração de emprego **BR07**

RELIGIÃO
- Reformas na liturgia **PS04**
- reforma na igreja para conforto dos fiéis. **PS04**
- religião: nos participantes grupo religioso **UR02**
- capela **UR08**
- abrir novamente a comunidade Santa Luzia **VI02**
- foi feita uma igreja para ver se o povo participava **VI02**
- celebrações nas casas **BR03**
- diversas já aconteceu e continua acontecendo no dia a dia na vida do povo. SO03
- Construção da capela SO09
- a catequese **PM07**
- Orações familiares **PS04**

INFRA-ESTRUTURA URBANA
- vinda da energia para o município **UR02, UR08, BR07**
- energia elétrica com ajuda das entidades e alguns políticos comprometidos **VI01**
- água SO08
- luz SO08
- limpeza das ruas SO08.
- depois de muita luta, a energia, água, asfalto, escola **BR02**

SOLIDARIEDADE
- Doações de donativos **PS04**
- barco doado por um vereador para transporte de passageiros e produtos para a cidade de Vitória nos sábados **VI01**
- construção de um depósito na beira do rio para os colonos colocarem seus produtos
- doação da área na qual está construído o depósito **VI01**

JUSTIÇA
- Acolhida aos problemas sociais **PS04**
- uma grande vitória foi a democracia, que é a grande vitória do povo **UR03**

FÉ EM DEUS
- oração com o coração contrito em Deus **TU18.**
- a fé em Deus **SO02.**
- Não temos ainda grandes conquistas, mas há sinais da presença de Deus em nosso meio. **SO06**

AINDA PARA FAZER
- Nenhuma, exceto a grande caminhada do povo de Deus que ainda espera um milagre e reza para que isso venha acontecer. **PS05**
- tem muitas famílias mais que participam **VI02**
- Nossas conquistas são poucas **SO05**

EU TE ENVIO - LAVAPÉ

A nossa é uma comunidade que "lava os pés" do povo?

- muitas vezes um lava e outros não **UR08**
- muitos ajudam os necessitados e outros se fazem de cegos **UR08**
- ajuda do CIMI, Prelazia **PI01**
- reuniões, informações, organização, conscientização, presença **PI01**
- nossa comunidade se esforça para ser uma comunidade que serve; fazemos isso colaborando uns com os outros saindo de suas casas para ajudar uma pessoa que precisa, colaborando na hora da doença com alimento dinheiro e muita oração **TU04**
- Sim, a partir do momento em que trabalhamos para a comunidade através da catequese, pastorais sociais e a pastoral da juventude **BR03**
- sim, visitando os doentes **BR04**
- trabalho de catequese **BR04**
- preparação da liturgia em mutirões **BR04**
- trabalho nas festas comunitárias **BR04**
- programação de lazer com espírito de colaboração e doação **BR04**
- Lavar os pés significa *servir* e que nossa comunidade está seguindo os mandamentos de Jesus. **AN04**
- Em nossa comunidade, na maioria das vezes que encontramos alguém necessitado procuramos ajudá-los sempre que podemos **AN04.**
- No caso de doenças, como já aconteceu várias vezes, tivemos que tirar os pacientes em redes para levá-los ao hospital mais próximo, pois devido a localização em que nos encontramos, como a vicinal de 6 km e a estrada que no inverno fica intransitável e, é a época em que as doenças mais atacam, fazemos o possível para ajudar nossos irmãos. É dessa forma que a nós entendemos "lavar os pés uns dos outros ". **AN04**

- da nossa comunidade não podemos dizer que é uma comunidade que "lava os pés" porque são poucas as pessoas que se disponibilizam a servir aos irmãos e irmãs. Fazemos pequenos gestos e ajudas de várias formas, mas não podemos chamar isso de "lava-pés" **CA01**
- a nossa comunidade nem sempre "lava os pés" uns dos outros; em gestos sim, todos os anos é feito, mas em servir há muita negação de uma pessoa para outra **PM04**

- Questionamento: como viver a nossa fé no desafio do dia a dia? **BN01**

C:\MyFiles\assembleia\#enviolavape-ja.wpd

Prelazia, Conselho de Pastoral, Paróquia, Conselho Paroquial, Coordenações, padres, irmãs, dirigentes, ministros, pastorais

Essas estruturas da igreja ajudam ou atrapalham?

EM QUE AJUDAM?

AJUDA RELIGIOSA
- celebrações PS03
- preparação das festas PS03
- evangelizando PS03, UR02
- a Prelazia poderia renovar os livros de cantos e enviar para as paróquias. E fica a cargo da paróquia mandar uma vez por mês, ou como achar mais fácil, uma pessoa capaz de ensinar os cantos nas comunidades para que não se torne uma coisa repetitiva, pois quando o padre vai na comunidade fica reclamando que toda vez são os mesmos cantos, fazer o quê se ninguém sabe outros e o jeito é repetir várias vezes o mesmo canto. UR03
- Com relação, a igreja tem passado para o povo muita fé e esperança, onde se viu grandes mudanças a partir dos encontros, palestras e celebrações UR08
- sim, ajudam a abrir os nossos corações com relação ao Evangelho; ajudam na caminhada do dia-a-dia, enfrentando os desafios da nossa sociedade injusta UR08
- nas visitas pastorais VI01
- nos conselhos (pastoral e paroquial) VI01
- ensinam também a descobrir o verdadeiro caminho de Cristo PM04
- os padres e as irmãs nos ajudam, nos incentivam nas visitas em nossa comunidade fazendo sacramentos PM02, VI01, ME02
- a Prelazia incentiva o povo para a grande Assembléia do povo de Deus PM02
- realizam as semanas catequéticas PM02
- na catequese BR06
- ajudando na caminhada Evangelizadora da Igreja PM02
- coordenando as paróquias PM02
- os dirigentes também assumem o seu dever nos domingos celebram e dão sua força PM02
- toda a estrutura que existe dentro da Igreja é preciso e nos ajuda a fazermos o nosso trabalho, ajudando na organização, orientação e oração TU04
- com base no fundamento da caminhada do povo de Deus, no Alto Xingu, relatamos a importância dos conselhos pastorais, padres e ministros e dirigentes de comunidade que se empenham e dedicam sua vida a serviço do próximo como anunciantes da Palavra do Senhor, na fé, nas boas obras, nos serviços sociais, em busca de um mundo mais justo e fraterno e uma sociedade mais igualitária, na consecução da paz, do amor, da união, da partilha e da justiça e nos bons ensinamentos da palavra do Filho de Deus TU06
- o conjunto da Igreja ajudou TU011
- ajudam na fé TU012
- animação dos cânticos TU012
- celebração dos sacramentos TU012
- culto dominical TU012
- novenas TU012
- festejos TU012, PS03, PL02, ME02, BR06
- na preparação espiritual e também corporal TU012
- ajuda-nos a ligar a fé com a vida TU012
- ajudam a escolher um rumo de trabalho, um rumo de evangelização (prioridades) TU012

- o conselho paroquial ajuda na programação das atividades da paróquia ME02
- o conselho paroquial ajuda na interlocução das comunidades e entre paróquias ME02
- o conselho paroquial ajuda na animação das comunidades ME02
- o conselho paroquial ajuda na decisão de construir o centro de formação ME02
- os padres ajudam quando estão preocupados com o ambiente estrutural das comunidades e paróquia ME02
- as irmãs ajudam em tudo, são a presença viva em todas as ações da paróquia ME02
- a Prelazia ajuda as comunidades a se estruturar nas construções de igrejas, centros de formação, etc. ME02
- a Prelazia ajuda na evangelização e nos sacramentos ME02
- a Prelazia ajuda com a presença do bispo ME02
- o conselho de pastoral ajuda pois é um mecanismo de ida e volta das ações entre Prelazia e comunidade ME02
- a paróquia ajuda nas visitas às comunidades ME02
- a paróquia ajuda na evangelização ME02, UR02, TU012, PM02, PS03, TU16
- a paróquia ajuda na realização da festa da padroeira ME02, BR06
- na orientação espiritual BR02, PM04, TU04, TU010, TU012
- sem a presença do padre, das irmãs e do leigo engajado em geral - dirigente e ministro, conselho pastoral - a comunidade seria morta BR02
- todas ajudam porque todas têm um trabalho específico. Cada uma é essencial para a comunidade BR03
- ajudam no crescimento espiritual e social do povo de Deus BR05
- ajudam no desenrolar de nossas vidas BR05
- na vida da caminhada nas comunidades BR05
- nas celebrações na comunidade BR06
- Agora falaremos em que nossa área precisa cooperar mais. Com ajuda para o Seminário e com o dizimo, que está muito fraco em nossa comunidade. Porque do jeito que está indo, não dá. Os gastos com o carro do padre, são demais. Será que estamos vendo isto ? Ou estamos fingindo? É hora de mudar. Se todas as comunidades devolvessem o dizimo, doassem algumas coisas para o Seminário, poderia melhorar bastante. Não está dando nem pro salário do padre, e o culpado de tudo isso somos nós. BM03

INCENTIVO
- incentivo PS03
- os métodos = incentivar mais os dirigentes de comunidades para que eles possam passar essa atitude de vontade para o povo UR03
- a solidariedade de padres e seminaristas, leigos, acompanhando outras comunidades PL02
- o apoio à criatividade do povo na caminhada - Festa de padroeiro PL02
- não nos atrapalham, ao contrário nos dão mais força PM04
- outros encontros TU012
- a paróquia ajuda na formação em diversas áreas das pessoas da comunidade ME02
- com a animação, o esforço, o apoio de continuar a lutar, mesmo se o grupo é pequeno BR04
- As estruturas da Igreja tem ajudado orientando trabalhando em prol do povo porém gostaríamos de ressaltar que os padres, religiosos e religiosas deve ser mais animadas e criativas e mais amor e mais fé. Por exemplo: quando uma comunidade esta desanimado e chega até acabar procurar ver as causas e fazer com que ela ressuscite senão todo o trabalho feito antes é jogado fora. BR09

- A gente não quer dizer aqui que essa tarefa é somente para tais e também das lideranças das comunidades agindo assim temos a certeza que seria evitado que muitas comunidades acabassem. BR09

CONSCIENTIZAÇÃO
- Promovendo cursos para desenvolver mais a capacidade das pessoas VI02
- ajuda a criar uma unidade de informação e formação através de diversos cursos que a Prelazia oferece no decorrer do ano através da paróquia para as lideranças VI01
- ajuda, porque precisamos esta organização para fazer um bom trabalho CA01
- ajudam, orientam, ensinam como se organiza PM04
- alguns conselheiros e dirigentes e a coordenação também ajudam desta mesma forma PM04
- ajudam em entender mais TU010
- nos trazem orientação TU010
- organização dos encontros TU012
- nos levam além da oração (ação) TU012
- os padres ajudam quando não encabrestam as comunidades ME02
- os padres ajudam quando deixam nascer da base ME02
- os padres ajudam com celebrações animadas e dinâmicas dentro da realidade ME02
- a paróquia ajuda no apoio às organizações do povo para um mundo melhor ME02
- a paróquia ajuda na conscientização do povo ME02
- na parte da organização BR02, CA01, PM04, TU04, TU012
- na execução das atividades BR02
- preparam os leigos para a vida através de cursos, assembléias de avaliação e de planejamento, encontros de palestras BR06
- Grupos de jovens, reuniões em famílias. TU016
- Trabalho feitos em grupos, esta utilizando os mais diversos métodos para evangelização do seu povo. TU016
- Ajudam na educação TU016, na evangelização dos povos TU016, dão orientação TU016, ajudam na união TU016.

AJUDA MATERIAL
- Ajudam no fornecimento de materiais PS03
- a paróquia ajuda no apoio financeiro e estrutural ME02
- no apoio efetivo BR02

- ora ajudam, ora atrapalham PL02
- ajuda muito BR04
- a estrutura da Igreja mais nos ajuda do que nos atrapalha BR05
- não atrapalham, do contrário ajudam BR06
- As estruturas eclesiais são boas. TU016

C:\MyFiles\assembleia\#estraju-ja.wpd

Prelazia, Conselho de Pastoral, Paróquia, Conselho Paroquial, Coordenações, padres, irmãs, dirigentes, ministros, pastorais

Essas estruturas da igreja ajudam ou atrapalham?
EM QUE ATRAPALHAM?

ESTILO DE TRABALHO
- pouca comunicação, orientações e livros atrasados **PL02**
- a visita pastoral muito apressada **VI01**
- o conselho paroquial atrapalha pela ausência de muitos conselheiros nas reuniões **ME02**
- o conselho paroquial atrapalha devido a conselheiros com pouca capacidade de proposição e argumento **ME02**
- não ter um padre definitivo, para fazer um trabalho planejado mais a longo prazo **ME02**
- padres com celebrações muito compridas **ME02**
- o conselho de pastoral atrapalha com materiais produzidos para as comunidades muito técnico de pouco entendimento pelas comunidades **ME02**
- a paróquia atrapalha pelo pouco apoio prático ao movimento de jovens **ME02**

AUTORITARISMO
- atrapalham quando criticam, quando não reconhecem os trabalhos realizados, quando não se fazem presentes nas reuniões, quando não compreende que o leigo tem outros compromissos extra comunidade. **PS03**
- as estruturas eclesiais: não estão totalmente de acordo com a realidade do povo porque as autoridades eclesiais muitas vezes ou nenhuma aceitam as idéias dadas pelo povo e no fim só é aceita a idéia dos seus representantes na Prelazia ou das paróquias. Para mudar essa situação era preciso deixar o povo dar suas opiniões e que os membros eclesiais apóiem os que tiverem de acordo com as necessidades de cada comunidade. E também formar pessoas para terem mais capacidade de transmitir os assuntos nas suas comunidades **UR03**
- as dificuldades consistem em falta de disponibilidade de pessoas para os trabalhos na igreja e as pessoas que ajudam muitas vezes não são compreendidas por serem leigos e leigas, casados e com outros compromissos, como o trabalho na própria família **CA01**
- muitos conselheiros e dirigentes às vezes impedem o desenvolvimento das comunidades **PM04**

IDEOLOGIA
- política partidária **UR02**
- incentiva os movimentos sociais, como o MST a ocupar terras produtivas, quando estão descumprindo as leis do país, isto deixa um mal visto para uma parte da sociedade brasileira, mas lutar pela justiça é um direito **TU06**

PROBLEMAS SOCIAIS
- o que mais nos atrapalha é a falta de estradas nas vicinais **TU04**
- e o desemprego que gera a fome, a violência e muitas vezes a falta de fé e oração **TU04**

- não atrapalham, nós é que se atrapalhamos **PM02**
- as irmãs, pelo tamanho do trabalho a equipe é muito reduzida **ME02**
- a paróquia atrapalha pelas poucas pessoas nas equipes pastorais **ME02**
- falta de presença **BR02**
- distância **BR02**
- apoio de ajuda efetivo **BR02**
- olhando o lado negativo e positivo, vemos que a Igreja (conselhos, padres, ministros) sempre luta a serviço do próximo no sentido de bem servir como um bom samaritano, mas como a maior parte dos membros da Igreja baseiam a sua vida como a vida de Jesus, muitos são que até morrem pelo próximo **TU06**

C:\MyFiles\assembleia\#estruturasatrapalham-ja.wpd

PRIORIDADES

OBJETIVO, PRIORIDADES e DIRETRIZES

Passados 5 anos. olhamos para trás e nos perguntamos: Nos orientamos por essas escolhas ou seguimos outros rumos?

- as prioridades da nossa Prelazia: avaliamos na nossa área como estão essas pastorais, infelizmente não estão muito bem, principalmente a pastoral da família. Porém ainda podemos mudar esta realidade, e estamos trabalhando com este objetivo. **PS03**
- desenvolvemos na nossa comunidade um trabalho em conjunto, tentando buscar a união das pessoas e animando com várias atividades **UR08**
- na catedral seguimos e nos orientamos pelas escolhas que fizemos na 3ª Assembléia do Povo de Deus **CA01**
- Em umas nos orientamos, em outras não **PM04**
- sim, estamos seguindo o mesmo rumo **PM02**
- por este rumo **TU010**
- certamente nos orientamos sim **PS03**
- orientamos por essa escolha **TU011**
- nos orientamos por algumas destas escolha **TU012**
- de certa forma, algumas coisas foram seguidas **BR03**
- foi dado destaque maior por algumas pastorais, como por exemplo o congresso de jovens que trabalhou as três prioridades, o conselho de pastoral e o ministério leigo também estudaram as prioridades **BR03**

Diretrizes

- CEBs
- Cidadania: Só funciona em parte como: associações, partidos políticos, sindicato, movimentos populares e conselhos municipais **PS04**
- Povos indígenas: A Prelazia trabalha incansável na defesa do índio e seus direitos, enquanto que a discriminação racial não se vê empenho por parte de nossa igreja. **PS04**
- pastoral social não tem **PS01**
- Precisamos que os participantes da Comunidade permaneçam na religião e o compromisso de evangelizar mais. **UR02**
- Que haja mais Educação nas comunidades. **UR02**
- Mais atenção do bispo junto à paróquia **UR02**
- nós nos orientamos por essas escolhas **UR08**
- seguimos o rumo certo **UR03**
- falta de evangelização **TU08**
- falta de reflexão **TU08**
- Proposta: ter um programa de rádio religioso ou, quem sabe, na televisão **BR06**

Terra

- apoio que a Igreja deu ao conflito dos indígenas nos km 120 e conflito da área da lagoa do bairro Independente I **PS04**
- Até os dias de hoje ainda não conseguimos mudar a maneira de pensar das pessoas que ao invés de preservar a natureza preferem destruí-la, mesmo sabendo que isso pode trazer grandes prejuízos sociais e financeiros. Ex. as queimadas nas matas da Amazônia. **PS04**
- Terra: não foi feito nada **PS01**
- houve um incentivo na área rural e na cidade para não venderem sua terra, seu lote **VI01**
- para um melhor aproveitamento da terra foi realizado um encontro com a EMATER de apoiar e incentivar os colonos a plantarem diversas árvores frutíferas e fornecer as mudas para o plantio **VI01**
- foram demarcadas e lagalizadas alguns lotes na área **VI01**

FAMÍLIA

- está desestruturada **TU08**

- na maioria de nossas igrejas esta pastoral não funciona por falta de casais disponíveis para esse trabalho e também por falta de preparação à esses casais para esse trabalho. **PS04**
- Não foi feito nada na pastoral da família **PS01**
- Proposta: visitar famílias que tenham filhos ou parentes viciados em drogas **PS01**
- fazer um encontrão com as famílias na igreja, convidar padres, o bispo **PS01**
- apesar de ter sido feito trabalho em relação à questão familiar, a nível de região de Altamira, percebe-se hoje muitas separações de casais. Motivo: meios de comunicação social, tudo liberado, fome, desespero, leviandade **BR06**

Ministérios Leigos
- Não houve novos adeptos por falta de preparação de pessoas por parte da Prelazia. **PS04**
- Valorização com os leigos **PS04**
- Fazer com que essas pessoas sejam respeitadas e valorizadas nas comunidades e prepará-los para ministrar palestras com os jovens, fazer visitas aos presídios, visitar os doentes em hospitais. **PS04**
- Ministérios leigos: tem um grupo trabalhando **PS01**
- o conselho paroquial não está funcionando **PS01**
- o grupo acha que tem poucos padres e poucas irmãs **PS01**
- há poucos ministros da eucaristia **PS01**
- está faltando diálogo entre os ministros da eucaristia **PS01**
- vão se reunir para distribuir os trabalhos **PS01**
- na paróquia há muitas pessoas exercendo o seu ministério como: catequista, liturgista, líder de grupo de vizinhos, coordenação de grupo de jovens, coordenação das legionárias - mas não foi oficializado. Não houve um envio direto. **VI01**
- O conselho já refletiu e sugeriu alguns nomes de pessoas da comunidade para que este ano acontecesse a formação dos mesmos a fim de serem enviados para o ministério da palavra e ministério da Eucaristia. **VI01**

CULTO
- Maneira de celebrar os cultos com mais alegria e participação das pessoas. Há alguns tempos atrás, não funcionava porque havia um grupo de pessoas radicais que não aceitavam este tipo de culto. Entretanto nos dois últimos anos houve uma grande mudança e as celebrações estão passando a ser mais alegres e bem mais participativas. **PS04**
- Missa com o padre com mais freqüência: ex. De 2 em 2 meses **UR02**
- Mais fé dos participantes **UR02**
- Muitas vezes que fazem as pessoas não ir à Igreja católica é:
    - forma de interpretar a Bíblia; **UR02**
    - distância a Igreja **UR02**
    - o compromisso em casa **UR02**
    - às vezes está doente **UR02**
    - outras religiões **UR02**

C:\MyFiles\assembleia\#prioriorient-ja.wpd

PRIORIDADES
Tivemos avanços? Quais?

Prioridades

- Tivemos avanços sim, estamos evangelizando, a família é muito difícil de se trabalhar, terra é mais organizações **PS03**
- Sim, ministérios leigos **UR03**
- prioridade família: houve uma tentativa de fazer pequenos grupos na própria família durante um ano **VI01**
- tivemos avanços: a pastoral familiar, a pastoral do batismo - Leigos e leigas estão mais engajados nos trabalhos da Igreja e a participação das pessoas na comunidade e nas celebrações aumentou **CA01**
- tivemos avanços sobre terra, sobre leigos **PM04**
- na questão da terra algumas iniciativas foram tomadas, mas não foram levadas à frente **BR03**
- quanto à família está se tentando estruturar a pastoral familiar **BR03**
- já nos ministério leigos surgiram muitas polêmicas, discussões foram abertas, mas quase nada foi desmistificado, sendo que houve avanço no sentido em que foi criado o conselho de leigos da Prelazia do Xingu **BR03**
- Na parte dos ministérios leigos: ministro da eucaristia, ministro do batismo e catequese e terra **AN03.**
- Sim, na terra tivemos a luta pela fixação do homem **SO01.**
- Encontros de Casais **SO01**
- Das conquistas: a família permanecerá nas suas terras, houve legalização para assegurar a terra às famílias **SO01.**
- Nos ministérios leigos, por exemplo, houve o adotamento do compromisso correntes e preceitos. **SO01**
- Família: Há convivência em casa, na comunidade e prestamos solidariedade-. **SO02**
- Terra: A orientação é para que as pessoas não abandonem suas terras. **SO02**
- Ministérios Leigos: celebrações. **SO02**
- Na família conseguimos conscientizar o povo a caminhar nas Cebs **SO03**
- Em relação a terra, nós percebemos que temos que permanecer nela, porque ela é de Deus e Ele deixou para os seus filhos e filhas. **SO03**
- Assentamos também muitas famílias no nosso município, e demarcamos as propriedades rurais **SO03**
- Ministérios Leigos sentimos que a maioria dos cristãos ainda não entenderam o que é o ministério leigo, e pensam que os leigos podem substituir os padres na Igreja. Só que por fim alguns estão entendendo o seu ser Igreja **SO03**
- sobre a terra nada fizemos **SO04**
- os ministérios leigos também não assumimos o compromisso na comunidade **SO04.**
- Esclarecendo todas três de modo bem claro. Em relação á terra, não fizemos nada **SO04**
- Família, ainda tentamos conscientizar e organizar um grupo, mas também não conseguimos fazer coisa alguma **SO04**
- ministérios leigos, não entendemos nem o que é **SO04**
- Não podemos esclarecer quanto as prioridades, pois não fazemos nada **SO05.**
- Somente na família tentamos conscientizar da necessidade de serem cristãs hoje **SO05.**
- Sobre as prioridades de nossa Prelazia, ainda não foi feita nada, ou quase muito pouco. Estudamos e refletimos na assembléia da paróquia. **SO06**
- Decidimos que este ano iremos oficializar alguns ministérios, com algumas pessoas que tem uma certa preparação. **SO06**
- Visita às famílias **SO09**
- demarcação de terras. **SO09**
- Família - nessa comunidade não. **SO11**
- Terra - Nos unimos e não deixamos nos tomar a terra dos Igarapés; **SO11**
- Ministério leigo - a igreja está tentando oficializar esse final de ano; **SO11**
- Família - visita família, ajuda, **SO13**
- Terra - encaminha assentamentos dos sem terra; **SO13**
- Ministérios leigos - temos pessoas trabalhando; **SO13**

- Conseguimos fazer das três prioridades da Prelazia tudo. **SO16**
- Terra - Controla com o IBAMA, também a fiscalização com as comunidades sobre as grandes e médias devastações das florestas e o meio ambiente em que as comunidades, ou seja, no lugar não só floresta mas também rios e igarapés. Achamos que com a participação do Ibama , nos da comunidade, juntos iremos descobrir todo o sentido do trabalho da fiscalização **SO17**
- Ministério Leigo - Discutir entre a comunidade no sentido da participação do povo para que possa mais se comprometer com o ministério leigo de toda a Igreja do Xingu, afim de mais aprofundar na evangelização. Criar clima para que o povo se sinta mais responsável para isso. Precisamos também de apoio de ajuda para fazer acontecer o Reino de Deus na nossa comunidade. **SO17**
- em relação as três prioridades de nossa ação pastoral na Prelazia do Xingu mais alcançada foi a família, a terra e os ministérios leigos, o povo ainda não o entendeu quase nada em todas as comunidades paroquiais **SO03**.

Vida da comunidade

- reuniões da comunidade **PL01**
- encontros de CEBs **PL01**
- CEBI **PL01**
- pastorais diversas **PL01**
- visitas às comunidades (fé e vida) **PL01**
- em reuniões somos orientados e enriquecendo nossos conhecimentos **UR08**
- a paróquia está atuando na discussão na educação **VI02**
- celebração do padroeiro(a) **VI01**
- participação maior no batismo **VI01**
- preparação para o crisma **VI01**
- participação jovem na comunidade **VI01**
- ficou no mesmo porque não desanimamos; a comunidade está sempre caminhando **PM02**
- o povo ainda tem sede da palavra de Deus **PM02**
- a grande conquista do povo de Deus é sempre estar consciente da importância da vida para o próximo, no amor, na partilha e na justiça, lutar e se organizar por uma vida melhor **TU06**
- sim, mais participação **TU010**
- sim, unimos famílias **TU011**
- incentivo nas CEBs **TU012**
- comunhão fraterna **TU012**
- sim, em parte tivemos avanços na participação nas celebrações litúrgicas **BR02**
- o povo participando mais na partilha da Palavra **BR02**
- reuniões da coordenação com a presença da irmã **BR02**
- amadurecimento da fé **BR04**
- nos conscientizamos mais **BR04**
- a permanência das famílias na comunidade **BR04**
- a participação e o desempenho dos jovens na igreja **BR04**
- distribuição de terrenos urbanos pela Prelazia **BR06**
- nascimentos de comunidades e paróquias **BR06**
- participação em massa nas celebrações, apesar de outras religiões também avançarem **BR06**
- Surgiu novas pastorais como a do Negro, Criança que lutam juntas por dignidade e mais espaço **SO01**.
- sentimos a Presença de Deus nos movimentos como SOS Nordeste **SO01**,
- Estudo dos Sacramentos, **SO01**
- Festejos Religiosos **SO01**,
- Grupos de Vizinhos **SO01**.
- O valor da nossa sociedade esta centralizado nas lutas e conquistas que mantém firme esse fervor por Deus **SO01**
- Desde a catequese, ensinamos as crianças o valor da família. Nas visitas as casas falamos da importância que a família possui. **SO01**
- Olhando o objetivo de nossa Prelazia, será que conseguimos alcança-lo? Sim. Celebrando, anunciando e colocando em prática a palavra de Deus. **SO02**
- Quanto ao objetivo da Prelazia se olharmos um pouco, veremos que pouca coisa alcançamos. **SO03**

- assumir a sua fé como cristão fiel do Deus da vida **SO03.**
- Olhando de modo concreto o objetivo da nossa Prelazia , na verdade não conseguimos alcançar quase nada em conscientizar as famílias **SO04**
- Portanto, de maneira alguma conseguimos alcançar as metas prioritárias ao qual queríamos chegar **SO04.**
- A comunidade anunciou e celebrou **SO09**
- Nesses cinco anos Igreja conseguiu alcançar o objetivo. Em parte sempre consegue **SO11**
- Diante do que acontece em nossa comunidade os objetivos da Prelazia são feitos, são eles: catequese, matrimônio, justiça na terra com ajuda das organizações e sindicatos **SO14**
- Objetivo da 3ª Assembléia. Será que conseguimos alcança-lo ? Em parte, pois evangelizamos, anunciamos e tentamos buscar a justiça **SO06.**
- Em nossas celebrações buscamos a força para a luta. **SO06**

Engajamento social

- na saúde **VI02**
- nos movimentos populares **VI02**
- nas assembléias do sindicato **VI02**
- no partido político **VI02**
- está presente nos conselhos municipais **VI02**
- tivemos avanços na educação de movimentos populares, STR, partido político, pequenas associações **PM04**
- documentação pessoal **PM04**
- conquistamos STR **PM02**
- movimentos populares **PM02**
- partido político **PM02**
- grupos de vizinhos **PM02**
- avançamos nas conquistas dos direitos dos trabalhadores, apesar de que vimos nossos direitos sendo renegados pelos governantes do poder público **TU06**
- o apoio político **TU011**
- na educação **TU012**
- poucos avanços **BR03**
- Sim. A educação. **AN01**
- Pela fome fizemos arrecadações e partilhamos com quem mais precisava **SO01,**
- ajudamos o SOS Nordeste passamos por toda comunidade e arrecadamos do povo aquilo que tinham e que puderam dar de bom coração **SO01.**
- As pessoas estão engajando-se nos movimentos sociais, sindicatos e associações **SO01**
- Temos mais liberdade de assumir aquilo que escolhemos. Infelizmente não conseguimos alcançar todos os objetivos por serem muitos e muitos comprometedores. Achamos que é sério e ainda não chegamos lá. **SO01**
- Luta para fazer acontecer as justiças **SO09**
- Conseguimos alcançar o objetivo: algumas coisas foram alcançadas **SO09.**
- Esperamos alcançar grande vitórias - **SO13**
- Melhoramento pelo nosso lugar **SO13**

C:\MyFiles\assembleia\#prioriavanços-ja.wpd

PRIORIDADES
Houve recuos? Quais? Porquê?

- não houve recuos **UR08**

- um recuo que sentimos foi em relação aos ministérios leigos, por não ter havido uma abertura **PS03**
- as duas prioridades, terra e família, ficaram paradas, devido à burocracia **UR03**
- Recuo na pastoral da família: a causa é a situação política e econômica **VI01**
- tivemos recuos também na pastoral familiar por falta de pessoas para o trabalho **CA01**
- Na família, não houve trabalho neste sentido. **AN03.**

- pouca participação de encontros, congressos, assembléia de leigos, jovens, CEBs, CEBI, etc **PL02**

- falta de confiança de um para o outro **PM04, TU012**

- falta de pessoas que participam e se envolvem no trabalho orientando, reunindo, explicando tudo o que ocorreu na Assembléia porque os líderes nunca participaram de uma Assembléia **PM04**
- falta de participação: a comunidade ficou parada com os movimentos populares, mutirão no sindicato, partidos políticos, por interesse, falta de coordenadores pela ausência de companheiros de caminhada **PM02**

- às vezes se omitimos por não denunciar alguns fatos irregulares que acontecem em nosso meio ou em nossa região, talvez por falta de apoio ou assessoramento de algum representante do povo no poder legislativo ou até mesmo por medo ou falta de segurança **TU06**

- houve alguns recuos: presença e atuação nos partidos políticos e associações **TU012**
- falta de mobilização **TU012**

- falta mais vibração nas celebrações por parte dos animadores **BR06**

- Sim. Do Projeto Lumiar. Por falta de interesse do nosso prefeito. **AN01**

C:\MyFiles\assembleia\#priorirecuos-ja.wpd

PRIORIDADES
O que impediu avançar mais?

1-ELEMENTIOS PESSOAIS
- O que impediu de maiores avanços foi a falta de pessoas para se comprometer na comunidade. **PS03**
- não vontade de participar das reuniões e discutir os problemas da comunidade **PL01, VI01**
- o machismo **VI01**
- a acomodação **VI01**
- falta de apoio **PM02**
- falta disposição **PM02**
- falta de conhecimento **PM02**
- falta amor **PM02**
- falta de fé em Cristo Jesus **PM02, AN03**
- desânimo **BR02, AN03**
- pouca atenção **BR02**
- o comodismo **BR03**
- o medo do novo **BR03**
- Descompromisso **AN03**
- pessoas que são testemunhas **AN03**

2-LIDERANÇA/POVO
- pouca comunicação entre as lideranças e o povo **UR03**
- desarticulação das lideranças. Causa: distância, estrada - **PL02**

3-FORÇAS FORA, MAS DA IGREJA
- dízimo na comunidade **PL01**
- falta também na pastoral mais trabalho em conjunto **CA01**
- má orientação **BR02**
- a disputa pelo poder **BR03**
- falta de padre **BR07**
- falta da presença do bispo **BR07**
- falta de organização dos dirigentes **BR07**
- o povo sem acompanhamento do estudo das prioridades nestes 5 anos **PL02**

4-FORÇAS SOCIAIS
- algumas dificuldades relacionadas com a comunidade e condições financeiras **UR08**
- a politicagem prejudica uma missão maior **PM07**
- falta de igualdade
- notamos um certo desânimo nas pessoas diante do desemprego, da fome e da miséria do povo **CA01**
- doenças **PM02**
- fome **PM02**
- alguns são os fatores que impediram de avançar, na certeza que a própria realidade que vivemos, no país, com o sistema autoritário do poder capitalista **TU06**
- assim também como a desorganização e desunião do povo e a própria falta de poder financeiro, impediram de lutar e avançar nas conquistas e na organização e fortalecimento da Igreja do povo de Deus **TU06**
- a disputa pelo poder **BR03**
- abandono total das pessoas **BR07**
- Falta de estrutura, falta de apoio, falta de estrada, muitas

vezes falta de interesse da própria comunidade e de empregos. **AN01**
- finança pesa muito (passagem, tempo, contribuição) **AN03**

5-RELAÇÕES NA COMUNIDADE
- algumas dificuldades relacionadas com a comunidade e condições financeiras **UR08**
- a desunião **VI01**
- falta união **PM02**
- assim também como a desorganização e desunião do povo e a própria falta de poder financeiro, impediram de lutar e avançar nas conquistas e na organização e fortalecimento da Igreja do povo de Deus **TU06**
- as críticas destruidoras **TU010**
- falta de participação do povo **BR02, PM02**
- a disputa pelo poder **BR03**
- Falta de estrutura, falta de apoio, falta de estrada, muitas vezes falta de interesse da própria comunidade e de empregos. **AN01**

- nada impede, só incentiva para avançarmos mais **BR06**

C:\MyFiles\assembleia\#priorimpedim-ja.wpd

CEDIM

Avaliação do "MUTIRÃO DE CAMPO ALEGRE" (final)
****

1.- em 20 junho 1985
2.- local: CPT-RJ
3.- participantes: Fernando Brito, Eduardo, Dyrce, Fernando Moura, Arsênio, Miguel
convidados: Helio, Mariela e Célia (Com. Ass. Fundiários RJ)
Severino e José "Sanitária" (coord. do Mutirão)
ausente: Laerte

(resumo das colocações)

VI.- Os Coletivos (continuação: elementos indicativos da continuidade)

Severino: Acho que para mostrar a lvaoura deveria ter uns 5 ou 6 coletivos. Seria bom também para ocupar aquels qeu não tem condições de tocar sítio individualmente. Algumas terras foram aradas pelo presidente do Mutirão, com recursos que eu não sei de onde vieram. O problema de continuar com os coletivos é conseguir recursos. A gente fica prometendo começar os coletivos mas não sabe quando. O idela era começar em alguma lavoura que já tenha alguma coisa plentada. Tem dois sítios que os companheiros foram embora e passaram para o Mutirão. Perguntei também a alguns que tem sítio, se eles podem emprestar por algum tempo, mesmo continuando a morar na terra. Na região do Mato Grosso não tem terra disponível para coletivo, já está tudo distribuído. Tem uns 4 sítios não tocados que dariam para umas 15 famílias trabalharem coletivamente.

José Sanitária: É quase impossível implantar consciência coletiva. A maioria trabalha visando o "ordenado". Deveria juntar todos para ir trocando idéias, ver o que deu certo e avaliar o que deu errado. Eu tenho 6 companheiros no coletivo. Redistribuimos um saldo de Cr$ 250.000 para cada um, mas agora na colheita está tendo problema na divisão do produto. Amanhã vou reunir e mostrar que não é assim. O produto tem de ser divido por igual, sem ver quem plantou e quanto plantou. Temos de tirar o complexo de individualista dos companheiros. Tem muitos que tem sítio e que não precisariam ficar no coletivo. O coletivo devia poder plenatar em qualquer área abandonada por um período de dois anos, depois devolvia ao dono. Se o dono puder trabalhar a terra, a gente devolvia, já com a terra amansada Com esta idéia de "dono" de coletivo e de "assalariado" acaba ficando idéia de empresa rural. O coletivo é a única coisa que pode melhorar Campo Alegre. O individual não tem condiç por falta de recursos. Os coletivos tem de segurar os sítios abandonados é a única solução de trancar a venda de sítios. Sem criar atrito, sem tirar terra de um e dar para outro.

Severino: O coletivo do Zé está dando certo porque eles plantam, colhem e replantam. Não é como os outros que colheram e não replantaram. Se não botar uma mentalidade que o coletivo não é projeto pequeno só par os meses, não vai dar certo.

Fernando Moura: Foram feitas algumas reuniões de avaliação dos coletivos. Surgiram algumas indicações que podem até não coincidir com o que a gente pensa. A questão é que os coletivos foram compostos por sitiantes e alguns acham que deveriam ser só com os sem terra. Isto foi combatido, mas ainda permanece. Disseram que os coletivoscom sem-terra leva à rotatividade dos trabalhadores e não se consolida. Foi sugerida a construção de um alojamento e cosinha para os sem-terra. Outro problema é o do financiamento. Houve reclamações sobre a ajuda de custo que é muito pequena. Sugeriram financiamento em banco, que pelo menos cubrisse até a safra. Dado o fracasso de 2 coletivos, cuja responsabilidade caiu sobre os dirigentes, foi proposto que a administração deles fosse centralizada por um funcionário dos coletivos. Acho isso sério porque corrigindo um problema cria outro: joga a dministração sobre um homem sério mas de fora dos coletivos. Se questiona se o caminho seria o de centralizar. Outra questão é a comercialização, se questiona que 60% ds renda é para pagamento das dívidas, e como isso não ocorreu se aponta também para a comercialização centralizada por pessoas especializadas, que já descontariam os 60% de cada comercialização. Mas não existe solução conclusiva, só propostas.

Severino: No coletivo do Maranhão já houve rotatividade, apesar de ser um coletivo de uns 6 meses só. Houve muita troca de pessoal. Mas está progredindo porque está tendo muito incentivo por parte da direção central. Também teve despedício de muita terra arada, é verdade que a chuva castigou muito, mas em parte por não ter sido plantada. Agora vai ter de arar de novo. O Maranhão também jogou o seu fundo de garantia no coletivo. Quanto à ~~comercia~~ centralização eu só aprovo na comercialização. Pode até ter um coordenador geral, mas tem de ser pessoa que fique com a gente e não no escritório. Tem de ter também um técnico que possa orientar melhor na parte agrícola, deve ser um acompanhamento quase diário.

Fernando B.: Dos 4 coletivos existentes já se conversou porque dois fracassaram e 2 continuam ?

Mariela: A assistência técnica não é tão difícil. Em Campo Alegre tem tanta coisa a fazer que eu posso escolher uma e abandonar 10. Se ficar decidido que os coletivos são prioritários posso me dedicar só aos coletivos. Mas agora tem um funcionário do Mutirão que é responsável pelos coletivos e por isso eu não tenho me integrado nisso.

Fernando M.: Os coletivos tinham dirigentes que impuseram normas, etc. Mas tinham autonomia grande: plantaram o que quizeram, etc. A proposta que existe é centralizar mesmo.

Célia: A proposta de centralização está se concretizando com a preparação da terra e busca de recursos para o alojamento. Os coletivos serão só para os sem-terra. Isto não é só uma proposta, a direção central já está avançando neste sentido. A proposta das bases é diferente e as duas propostas ainda não foram confrontadas.

Fernando M.: A questão que está em jogo é uma proposta de coletivo pensada

de forma permanente. O que a gente defende é ser os coletivos compostos também por sitiantes. A outra proposta é do tipo frente de trabalho não permanente, imediatista, para atender os sem-terra e de forma a não ocupar a terra dom caráter permanente. Acho que deve haver uma proposta de coletivo temporário dos sem-terra com finalidade de aprendizado.

Eduardo: Coletivo não é uma forma natural de trabalho. Conheço um lugar em Mato Grosso onde 20 famílias trabalharam em coletivo e todas as outras não aceitaram. Todos lutaram juntos, houve até mortes, mas depois de conseguirem a terra preferiram o lote individual. Acho que dirigismo não funciona, cria dependência. As pessoas tem de fazer opção, não devem sonhar por razões políticas ou religiosas. Em Campo Alegre o que existe é a questão da necessidade e ainda não a política de socializar.

José S.: O que não deu certo nos coletivos foram as idéias individualistas e também a concentração do dinheiro. Quando chegava no sábado, o cidadão não recebia e passava fome. Isso foi o desvirtuamento da idéia, porque contava com a "micharia" e passava 3 a 4 semanas sem receber. Quando chegava semente, alguns apanhavam tudo e deixavam nada para o coletivo. Tinha de esperar a boa vontade de quem centralizava tudo. No fim da semana eu tinha de me virar para conseguir dinheiro para pagar os companheiros do coletivo. A centralização é desastrosa. Cada grupo tem de ter responsabilidade. Cada "regional" tem de ter um coletivo, até para quando daqui a 3 ou 4 anos a terra individual cansar, o sitiante ter alternativa. Na centralização invés de cada um trabalhar satisfeito, trabalha oprimido.

Fernando B.: Os que tem sítio individual e trabalham no coletivo, cuidam dos seus sítios ?

José S.: Sim, porque trabalham 3 dias no coletivo, recebem diária que garante e comida, e quem não está no coletivo tem de trabalhar fora.

Fernando B.: Assim, estamos chegando a uma conclusão danada: o lote individual não dá certo.

VII.- OS MUTIRÕES (objetivos declarados e objetivos reais/ como são organizados atualmente/ quem participa e com que objetivos)

Fernando M.: Surgiram no contexto da conquista da terra, como uma necessidade do povo estar junto, para se defender, para ocupar a terra O mutirão se impõe como uma necessidade. Em seguida, na consolidação, passam a surgir problemas: os sem-terra dão o seu trabalho para consolidar a produção dos que já tem lote. Não fica claro para os sem-terra porque tem de dar este trabalho. É colocddo na cabeça deles como uma espécie de pagamento: trabalhar na terra dos outros para poder ganhar um sítio. Surgem queixas que um sem terra fez tantos e tantos mutirões e não ganhou sítio; que fez trabalho em terra individual e não em obras comuns. O mutirão foi sempre centralizado pela direção que nunca estimulou mutirão entre

vizinhos nos momentos em que a roça exigia trabalho junto. Surgiram umas poucas iniciativas de abertura de valas, etc. que não foram estimuladas pela direção. Agora começa ganhar força e legitimidade o mutirão entre vizinhos.

Severino.: O desmatamento foi um mutirão geral. Mas quando ganharam sítio houve desetímulo a ponto de só fazer mutirão os que ainda não tinham terra. Os mutirões depois que a direção centralizou houve uma falta de comunicação d e estímulo e as pessoas que já estavam no sítio não procuravam mais fazer mutirão. Agora os "regionais" estão tentando estimular os mutirões porque está passando o tempo e nem todos estão conseguindo tocar suas lavouras ou obras que são necessárias, tipo valas, diques, caminhos. Mas a direção ainda pede satisfação para que os mutirões sejam informados para a direção central. Mas os regionais acham que não tem satisfação a dar. Mutirão nós fazemos sem ter de informar a ninguém. Nós vamos dar continuidade, 20, 40 homens vem trabalhar constantemente em mutirão. Ainda existem os mutirões centrais das ~~xexeeee~~ terças-feiras e só vem gente para almoçar. Chegam tarde e saem logo depois que comem, isto não é mutirão.

Fermando M.: Tem havido aceitação da prática do regional do Mato Grosso, porque está levando relatório dos mutirões para as reuniões gerais, a ponto de fazer constar nas atas do Conselho que os regionais podem fazer mutirões por conta própria.

José S.: Toda a vida achei mutirão legal. Mas em Campo Alegre foi desvirtuado. Quando a gente fez o primeiro mutirão em Campo Alegre para preparar a roaç coletiva, mas alguém se apropriou desse trabalho individualmente. Mutirões para beneficiar sítio de A, B, ou C é errado. Se a gente fizesse mutirão de 1 dia por mes em terra coletiva, teria produção para doar para a associação. Mas os mutirões que a gente fez estão nas mãos de terceiros. Lá da Fazendinha, fomos fazer mutirão do outro lado, muitos dias. Depois ninguém veio de lá para nos ajudar. Aí passamos a fazer mutirão só do nosso lado. Agora todas as quintas feiras trabalhamos para consertar asnnossas estradas. O mutirões devem ser para benefício público e não para beneficiar um só, principalmente dirigente. Acho que não deve ter mutirão dos sem-terra, isto é desumano, enquanto o inscrito está esperando terra ele tem de se virar para conseguir comida para os filhos. Ele já paga mensalidade de Cr$ 3.000 para a organização e já se sabe que em Campo Alegre já não tem mais terra para eles. Se ele perder toda a 3a. feira está sujeito a perder o emprego que tiver. Se ele ganhar sítio, aí sim, só depois, ele deve dar um dia por mes para o trabalho em mutirão ou em horta coletiva, cada um escolhendo o seu dia.

Célia: Se observa tanto nos processos de mutirão quanto no de distribuição da terra, uma centralização. Agora começa um processo de descentralização através dos regionais, porque agora a centralização é negativa. Tem também as promessas do Estado que levam a uma expectativa junto com a centralização por parte da direção. Mas está se visualizando uma tendência o a

muito positiva que é a decentralização através do Conselho. O mutirão dos sem-terra é mais uma obrigação para ganhar terra do que contribuição. Os mutirões nos regionais de assentados está gerando o reforço do Conselho

Dyrce: Os dirigentes não deveriam se desligar do trabalho na terra. É muito errado ter gente trabalhando na terra deles. Deveria ter uma direção tão ampliada que permitisse revesamento dos dirigentes, só uns poucos dias por mes afastados do trabalho na terra. Ficar na direção, afastar do trabalho na terra, botar outros para fazer o serviço, dá em deformação.

José S.: Se 300 famílias ficam lá, com falta de incentivo e opressão, a união vai diminuindo cada dia mais. O mutirão concentrado em um só lugar desetimula. Tudo devia ser mutirão. Não pode ser trabalhar só para chefe..

Severino: Desde o início não foi estimulado grupo para trabalhar nesta ou naquela terra. Foi sim, para trabalhar em terra comum ou então em benefício de todos. Com esta distorção que se implantou, não está dando certo. A gente está sentindo necessidade de ver quais os sítios que não estão bem trabalhados por falta de condições dos companheiros, e então fazer mutirão para ajudar.

Mariela: A função dos mutirões das terças feiras é também para organizar novas ocupações. Seria uma forma de reunir os sem-terra e discutir com eles, fazer um trabalho político. Mas houve distorção e esse mutirão é inútil.

Célia: A má articulação do mutirão dos sem-terra não significa que se deva eliminar esse mutirão. Deveria ser mantido como forma de aglutinar os sem-terra. É o único elemento de promover com os sem-terra o seu entrosamento no conjunto. Seria mais justo adequar o mutirão a uma forma deles se apropriarem do produto.

Severino: Boa idéia, invés de mutirão seria reservar uma terra para um coletivo de sem-terra. Se poderia custear a comida desse coletivo sob forma de empréstimo.

José S.: No nosso mutirão, da Fazendinha, cada um traz mantimentos e a gente faz cosinha coletiva. O tipo de mutirão que a direção organiza não só não dá certo como esvasia nossos recursos com o pagamento do almoço, que está custando Cr$ 1.400.000 por mes. O pessoal chega tarde e vai embora logo depois do almoço. Durante o mutirão que chega a juntar 300 homens não há nenhuma discussão, nenhum processo de educação. O pessoal vai chegando, e os "chefões" vão distribuindo 10 para lá, 10 para aco acolá, sem nenhum entrosamento.

VIII. - IRRADIAÇÃO (quais os efeitos do Mutirão de Campo Alegre em populações próximas/ como se relaciona com outras ocupações/ que elementos políticos, ideológicos e organizativos transfere ?)

Eduardo: Um colega meu que foi a Campo Alegre ficou com impressão negativa. Viu muitos carros, muitos sítios vazios. Achou que Campo Alegre deveria ser para pobres que não tem nada.

Severino: Campo Alegre se tornou conhecido por toda a redondeza. O pessoal mais próximo começou com muita desconfiança. Vinha gente no ônibus com foice embrulhada e a conversa foi crescendo. O pessoal foi se acostumando. Em Queimados os pessoal queria saber como apanhar um pedaço de terra e a gente saia explicando. Agora a gente traz mercadoria para vender e o povo sempre pergunta se é de Campo Alegre. Tem gente vendendo nas calçadas e isto faz Campo Alegre ficar conhecido. Em Nova Iguaçu também Campo Alegre é muito falado. Os jornais contribuiram para isto. A gente ficou conhecido até internacionalmente com as visitas que passaram por lá...

Fernando M.: Erros e distorções que foram espalhados leva desmoralização para a organização. Mas Campo Alegre foi uma demonstração de que é possível conquistar a terra. O primeiro recado que as milhares de pessoas que passaram por lá levam, é de que é possível conquistar a terra. Mas os que ficam lá meses e meses trabalhando nos mutirões e não conquistam um pedaço de terra, levam um recado de desesperança. Campo Alegre se mobiliza em solidariedade a outros movimentos. No início a organização foi muito rígida e disciplinadora, mas agora a mobilização é pelo fato de que a população de lá recebeu muito apoio e solidariedade. Hoje a mobilização se dá na consciencia. Na manifestação que Campo Alegre foi em solidariedade ao Guandy houve pouquíssima mobilização por parte da direção e o povo foi expontaneamente.

Severino: No início tinhamos de incentivar muito para mobilizar, fazer muito apelo. Mas agora não precisa mobilização. No caso da passeata nem foi anunciado em assembléia. Foi só sair rapidamente anunciando quem encontrava e falar sobre a passeata. Assim, foram umas cem pessoas.

Célia: Registrar a relação de Campo Alegre com as comunidades organizadas mais próximas. Por exemplo, foram 13 associações de moradores de Autin na Fazendinha solicitar produtos para a feirinha do bairro. Isto expressa que existe divulgação e interesse de integração de Campo Alegre com as comunidades urbanas organizadas. Dois dias antes da passeata no Rio em solidariedade ao Guandu, o povo de Campo Alegre estava mobilizado e consciente de que não ia ter nenhum ganho pessoal, era puramente apoio. Muita gente pagou sua própria condução para descer ao Rio. A pequena burguesia do Rio, também tem uma visão bastante romântica de Campo Alegre.

Fernando B.: O fato de se divulgar a ocupação atraiu muito a atenção urbana. Em Volta Redonda quando se organizou a visita a Campo Alegre, a gente pensou em fretar uma kombi, mas foi preciso ir de ônibus que lotou. Isso desenvolveu na nossa região o movimento de grupos de lavradores ou não, que levou em parte a luta pela terra. Abriu os

olhos para a condição do campesinato brasileiro. Mas faltou fazer um caderno, uma publicação, contando o que foi Campo Alegre, o que foi a luta. Estou vendo que de ocupações bem menores, tem chegado material e a gente acompanha quase dia-a-dia. Mas de Campo Alegre falta esta divulgação. Campo Alegre teve efeito e continua tendo até nas ocupações mais próximas, mas continua desconhecido. Sinto falta de que seja escrita a história de Campo Alegre.

Fernando M.: Acho que Campo Alegre encontrou espaço na Igreja local, como forma de divulgar experiências. Mas a organização que agora se coloca é a organização sindical. O sindicato local chegou a um cáos tão grande que praticamente acabou. Foi feita uma assembléia para tirar uma junta governativa, e Campo Alegre foi lá e influiu. No processo de reorganização ficou claro que em NovaIguaçu havia uma nova realidade e a FETAG acabou em levar em conta. Agora, sem maior esforço já tem 120 novos sócios de Campo Alegre no STR.

Helio: Tem de se destacar a parte de realidade e a parte de fantasia. A escolha da terra, por exemplo foi um desastre.

IX.-NÚCELOS INTERNOS DIFERENCIADOS (análise comparativa/ que elementos políticos, ideológicos e organizativos conseguem transferir para o conjunto de Campo Alegre/ como a direção de Campo Alegre se relaciona com esses núcleos)

Severino: Nós estavamos indo a reboque devido a certas tendências que eram diferentes de nossas idéias e mesmo filosofia. Mas comparando Fazendinha, deu vontande da gente se libertar de certos movimentos suspeitos. A pressão, as críticas e até mesmo as "fofocas" contribuiu para que a diretoria agora mudasse de atitutde. Nós queriamos fazer nossas reuniões, resolver nossos problemas, administrar os recursos que viessem. Isso foi depois que vimos Fazendinha. Nas reuniões que nós fizemos em "Mato Grosso", isso ficou claro e em reunião já elegemos fiscais de sítio no lugar dos fiscais nomeados pela diretoria. Esses não vão mais mexer em nada na nossa área. Os problemas que a gente não der conta, então a gente leva para a reunião do Conselho. Mas isso sem despresar o conjunto de Campo Alegre. Prestigiando a assembléia e as outras reuniões, respeitando o presidente. Isso ainda vai ser iniciado, e a gente pretende levar relatórios para o Conselho dando conta de como a gente resolveu problemas.

José S.: O espírito de independência de Fazendinha começou porque no início a gente era marginalizado. Nem as doações chegavam até nós. A gente criou indipendência porque não podia contar com a direção central. A gente comprometeu os 17 que estavam na área com o tipo de trabalho.

Não desligando do Mutirão, mas dando troca do que a gente recebia. O presidente passa 6 meses sem ir na nossa área, e a gente tem muita necessidade que ele apareça por lá. A gente ia ao Mutirão e voltava sem nada. Por falta de comida até morreram duas crianças, ou em consequência do frio. As doações de roupa que chegavam do outro lado não chegavam para nós. Nós vimos da direção do Mutirão um esforço de fazer a gente dependente. Botavam uma turma para ocupar área com a finalidade de desvirtuar nosso trabalho. Acho que hoje Fazendinha é a única área de Campo Alegre que tem comunicação casa por casa e tem muita fartura. Ninguem mais passa fome. Mas teve ocasião que eu pensava que coletivo não foi feito para a gente. Na hora de arar não teve dinheiro, faltou semente. Tive até de devolver terra a grileiro porque não podia fazer nada com ela. Na administração tem companheiro que não tem condição de estar lá. Laerte não é desses. Eu tenho a maior admiração por ele. São outros. Hoje acho que Fazendinha não tem modo diferente dos outros "regionais". Todo o mundo trabalha igual, só que na Fazendinha todo o mundo é direção, não tem essa de chefe. Prova é que quando vinha jagunço nunca fiquei sozinho, era todo o mundo junto. E eu nunca andei armado. Mas isso dependeu de muita reunião. A diferença que tem entre eu e o Severino é que nossas idéias são iguais só que ele só acordou agora.

Severino: A minha região já existia, mas devido ao imobilismo a gente ia a reboque. Mas quando via a concentração em um lugar só, aí tive de esquematizar as coisas. De um mes para cá começamos a agir. Agora já conseguimos que o Conselho aprovasse por unanimidade que os regionais buscassem resolver seus problemas sem intervenção da chefia. Isso que estamos fazendo lá é para tornar Campo Alegre mais autêntico. Não é uma dissidência. O Zé ficou muito tempo isolado mas sempre teve muito jogo de cintura. Agora já estamos prevendo eleições para janeiro para substituir a direção.

José S.: Fazendinha não quer ficar independente. Só que nós não estamos aqui para seguir os mais atrasados, queremos seguir as idéias mais avançadas que tiver. Não estamos aqui para tirar terra de ninguém, estamos querendo ajudar todos a se organizarem e produzirem. A gente pensa em formar uma cooperativa para educar o produtor. Eu não parei só na Fazendinha. Eu sou secretário agrário do PT, estou na comissão do Sindicato. A gente tem de incentivar as outras bases.

Severino: O trabalho de "Mato Grosso" está intenso nesses últimos 15 dias. Muita discussão, muito esclarecimento, escutar as rixas até o ponto das pessoas concordarem. Já reunimos mais de 90% do povo e temos tirado conclusões. Estamos iniciando mas pzrece um trabalho já antigo. Está faltando só a questão da lavoura. Ainda tem dificuldade para muitas famílias mudarem para a terra.

Fernando B.: Quais são as maiores críticas e o que é possível para fazer mudar ?

José S.: São só algumas pessoas que não pensam como nós. No Conselho está até bom. O ruim é que não tinha autonomia e a direção achava que

que não devia ir na reunião do Conselho. Agora cada base se organiza e deve tirar um número grande de companheiros para representação no Conselho. A direção que a gente diz é Laerte, Bastos e Almir. Mas eleitos mesmo são só Laerte, Severino e eu. Laerte é gente boa mas não corre atrás para saber das críticas. A maioria das críticas é com respeito a negócio de terra. Por mínimo detalhe ele deveria ir atrás. Não é dizer: "arruma testemunha". O presidente é que tem de apurar.

(neste ponto foi interrompida a avaliação, e o grupo considerou suficiente o material para se tentar um planejamento de trabalho em Campo Alegre. O próximo passo deverá ser uma "tabulação" das questões para então a discussão se dar em cima de problemas concretos. Não foi marcado prazo para continuidade, em razão da falta de agenda durante o mes de julho.)

CEDIM

Mais um assassinato

Vivemos intensamente, na V Assembléia, a realidade da violência e do assassinato de companheiros trabalhadores rurais e agentes pastorais. Só neste ano já foram assassinadas 95 pessoas. Todas estas mortes, pela nossa fé se tornam certezas de ressurreição.

No mártir Pe. Ezechielle Ramin nós nos ligamos aos familiares e amigos de todos os mortos. Publicamos, por isso, o texto de D. Antônio Possamai, bispo de Ji-Paraná, Rondônia, como um apêlo

AOS HOMENS DE BOA VONTADE E RETA INTENÇÃO

Dia 24 do mês de julho, tombou vítima das armas de jagunços a serviço de latifundiários, o PE. EZECHIELLE RAMIN. Missionário Comboniano, 5 anos de sacerdócio, 32 de vida. Trabalhava na equipe de padres e irmãs que animam a Paróquia Sagrada Família de Cacoal, RO. Estava nesta diocese há cerca de um ano.

Em seu trabalho pastoral tinham preferências: os mais pobres. Por isso mesmo tinha uma forte presença entre os posseiros e os índios.

Neste dia 24 deslocara-se, em companhia de Adílio de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal, até a fazenda CATUVÁ, no estado de Mato Grosso, desta diocese, para conferenciar com os posseiros e persuadi-los (aconselhá-los) a deixar a região por ser muito perigoso devido ao avultado número de jagunços que lá atuavam.

Obteve êxito em sua missão e já ia retornando quando as balas e os chumbos o atingiram de morte. Mesmo depois de caído os jagunços continuaram atirando de perto, dando a impressão, pelo estado a que ficou reduzido seu corpo, que descarregaram completamente suas armas sobre ele.

Diante de fato tão bárbaro, a diocese de Ji-Paraná:

Repudia com veemência tal barbaridade, impensável num país que se diz cristão e civilizado;

Sente-se envergonhada diante do que estarão pensando de nossa Pátria os povos civilizados de onde veio nosso missionário;

Repudia o uso da violência para solucionar qualquer questão. Somente os que cultivam injustiça lançam mão deste estratagema para assegurar seus falsos direitos;

Exige que as autoridades competentes elucidem os fatos até o fim, chegando aos mandantes e esclarecendo a opinião pública sobre o resultado do seu trabalho de investigação;

Exige que sejam tratados como criminosos e que sejam aplicadas as penalidades previstas em lei;

Insiste na prisão e punição dos mandantes, pois só existe pistoleiro enquanto houver quem os contrate;

Reafirma sua opção pelos pobres e pela implantação da justiça em nossa Pátria;

Compromete-se em continuar a sua caminhada de ajudar o pobre a se libertar de todas as opressões de que é vítima;

Compromete-se a continuar seu engajamento em favor da Reforma Agrária justa e honesta;

Perdoa os assassinos e seus mandantes e pede a Deus que se desviem de seu caminho de pecado e violência.

10 Anos de CPT, 10 anos de serviço

Foi uma longa caminhada: 10 anos da CPT foram avaliados e celebrados nas assembléias dos seus 19 regionais espalhados em todo o Brasil, desembocando na V Assembléia Nacional.

Mais do que ponto de chegada, entretanto, a Assembléia tornou-se ponto de partida para uma luta ainda maior em favor da libertação dos camponeses e da terra.

É só ler - e pôr em prática - o compromisso cristão e as linhas de ação aprovadas nos 5 dias de encontro, estudo e decisão pelos trabalhadores e agentes pastorais delegados pelos regionais. Não há dúvida que essas decisões foram enriquecidas pelas experiências, questionamentos e sugestões apresentadas pelos amigos de Nicarágua, México, Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai e pelos representantes de organismos ligados à luta dos lavradores.

V ASSEMBLÉIA NACIONAL DA CPT
LINHAS DE AÇÃO

A Comissão Pastoral da Terra - CPT reuniu-se em Assembléia Nacional de 4 a 10 de agosto de 1985, em Goiânia. Com a presença de bispos, pastores, padres, agentes pastorais e trabalhadores rurais, contando com o apoio solidário de irmãos da América Latina que vieram nos enriquecer com sua experiência, a V Assembléia Nacional da CPT reafirma o compromisso evangélico de ser serviço aos Trabalhadores Rurais o qual norteou seus 10 anos de trabalho.

Coerente com esse compromisso e buscando aprofundá-lo cada vez mais, no sentido de contribuir para as necessárias transformações no campo brasileiro, a V Assembléia da CPT adotará para o seu trabalho pastoral de apoio aos trabalhadores rurais do Brasil, as seguintes Linhas de Ação:

1. FRENTE À QUESTÃO AGRÁRIA

- Considerando que a "Terra é um dom de Deus para todos os homens", (Sal 24, Sal 115, 16) e portanto, a sua função social se coloca acima dos interesses individuais;

- Considerando que a Terra deve ser fonte de vida, lugar de trabalho, produção e moradia, não deve ser de negócio e objeto de compra e venda;

- Considerando o avanço das lutas dos trabalhadores rurais brasileiros, a resistência e a reconquista da terra em todas as partes do país;

Nos propomos:

1.1. Promover uma ampla discussão ao nível das bases a partir das experiências concretas de luta de todo país, para definir com clareza o Projeto Popular de Reforma Agrária, divulgando as Conclusões do 4º CONGRESSO DA CONTAG, 1º CONGRESSO DA CUT, e 1º CONGRESSO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, e as experiências populares de ocupação e uso da terra. Essa discussão deve incorporar o maior número possível de entidades comprometidas com a luta dos trabalhadores, sob coordenação das entidades de classe autênticas.

1.2. Apoiar o direito dos trabalhadores de executar a Reforma Agrária utilizando as iniciativas que acharem necessárias.

1.3. Apoiar as diversas formas legítimas que os trabalhadores adotarem como pressão política para as mudanças no campo, como: ocupações de terra, mobilização massiva, acampamentos, pressão sobre órgãos do governo e parlamentares, uso de canais partidários, etc..

1.4. Estimular a prática de novas concepções de uso e posse da terra, como uso comunitário, concessão de uso, etc..

1.5. Apoiar as ações de resistência e de conquista da terra pelos trabalhadores por meio de intercâmbio entre as lutas dos trabalha-

dores rurais e da cidade; estimulando formas coletivas de produção, comercialização direta, associações de compra e venda, tecnologias alternativas e beneficiamento caseiro dos produtos agrícolas.

1.6. Incentivar e apoiar a luta dos trabalhadores assalariados. E na área da cana, exigir o cumprimento da "lei do sítio".

1.7. Desenvolver a conscientização para os valores culturais do trabalhador rural, da terra, dos direitos do trabalhador, ajudando-o a ter uma maior visão crítica do sistema de dominação vigente.

1.8. Ajudar o pequeno proprietário a compreender a importância e as vantagens da Reforma Agrária.

1.9. Estimular o debate da Reforma Agrária no meio urbano, ajudando a conscientizar os trabalhadores da cidade sobre a importância da Reforma Agrária para melhorar suas condições de vida e sobre o problema do solo urbano.

1.10. Tomar o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo) como elemento de mobilização junto aos trabalhadores, a partir do conhecimento aprofundado e crítico do mesmo, confrontando com o Projeto Popular, fazendo avançar a organização e a luta pela terra.

1.11. Exigir a participação dos trabalhadores organizados, através de suas entidades de base, sindicatos, movimentos, nas comissões oficiais de estudo e execução do PNRA, obedecendo uma proporcionalidade de acordo com o peso social dos trabalhadores.

1.12. Em relação ao projeto nordeste, fornecer aos trabalhadores e agentes, as informações necessárias para enfrentarem criticamente o projeto, com ações articuladas a nível local, estadual e regional.

1.13. Valorizar na ação popular, sindical e política, a incorporação das mulheres, dos jovens e das crianças trabalhadoras.

1.14. Conscientizar as próprias Igrejas da legitimidade das reinvindicações e lutas dos trabalhadores rurais, e cobrar delas o compromisso de apoio.

1.15. Apoiar a luta dos povos indígenas pela demarcação e respeito às suas terras e favorecer a solidariedade e aliança entre índios e lavradores.

2. FRENTE A QUESTÃO DA CONSTITUINTE

- Considerando que a imensa maioria da nação exige a reformulação imediata do quadro jurídico-institucional do país;

- Considerando que historicamente as maiorias têm sido marginalizadas do processo político-institucional do país, o que configura uma situação de injustiça indefensável;

- Considerando que a Democracia no Brasil só se consolidará com a participação efetiva dos trabalhadores rurais e urbanos na vida institucional da nação;

Nos propomos:

EM RELAÇÃO AS BASES

2.1. Estimular todas as formas possíveis de participação dos trabalhadores organizados na Assembléia Constituinte.

2.2. Formar, estimular e participar de Comitês Municipais para dinamizar a discussão e assegurar os interesses dos trabalhadores na Constituinte.

2.3. Despertar os agentes pastorais para a importância de ação conjunta com organizações populares para a Assembléia Nacional Exclusivamente Constituinte.

2.4. Discutir nas bases e estimular para que elas comecem a elaborar as próprias leis a serem reinvidicadas e incluidas na Constituição, e fazer com que estas discussões ganhem espaço político a nível municipal, estadual e nacional.

2.5. Que as discussões e mobilizações sejam estimuladas a partir de questões concretas: saúde, educação, moradia, reforma agrária, extinção do serviço militar obrigatório, propriedade privada, posse, sindicatos, política agrícola eficiente, descentralização administrativa em todos os níveis e eleições de prefeitos não ligados aos partidos, questão indígena, voto a partir dos 16 anos, reforma do judiciário, etc..

CONVOCAÇÃO DA CONSTITUINTE

2.6. Apoiar as iniciativas no sentido de alterar a forma de convocação da Constituinte feita pelo governo, para uma Assembléia Constituinte que garanta uma efetiva participação popular.

2.7. Participar juntamente com o maior número possível de entidades, para criação de uma frente supra-partidária, para pressionar o Congresso pela convocação de uma Assembéia Constituinte Exclusiva e que seja Democrática e Popular, buscando aliança com Parlamentares que defendem as posições dos trabalhadores.

2.8. Junto com outras entidades, criar canais para levar os Projetos Constitucionais Populares à Assembléia Constituinte, mesmo aquela convocada de acordo com a emenda governamental.

2.9. Propor às entidades envolvidas, a manutenção de articulação permanente, para levar aos trabalhadores discussão e denúncias dos projetos em andamento na Assembléia Constituinte.

MATERIAL PEDAGÓGICO E DIVULGAÇÃO

2.10. Preparação urgente de um subsídio, com fundamentação bíblica, confrontando as Leis de Deus e as leis dos homens, para ser discutido nas bases.

2.11. Utilizar os meios de comunicação, especialmente o rádio, para desenvolver programas de esclarecimento e conscientização da Constituinte e da Constituição.

2.12. Aproveitar todos os espaços existentes, em Boletins, Jornais, Folhetos Populares para discutir as questões da Constituinte e da Constituição. Bem como aproveitar encontros e reuniões de base.

3. FÉ - PASTORAL E MOVIMENTOS POPULARES

- Considerando o momento de mudanças e incertezas de nossa sociedade, queremos continuar solidários e comprometidos com os lavradores em suas lutas e angústias. Como Igreja de Cristo Libertador, sem receio, reafirmamos o compromisso de nossa fé com a realidade de morte do povo para vivermos a esperança que leva à libertação.

Propomos:

3.1. Promover a unidade entre fé e luta, superando o dualismo, dentro da globalidade da vida dos lavradores e agentes, através de: aprofundamento bíblico, celebrações, vigílias, romarias, etc... descobrindo novas formas de expressão de espiritualidade.

3.2. Valorizar, recolher, sistematizar e devolver ao povo, suas histórias e seus símbolos culturais e religiosos.

3.3. Fortalecer as CEBs para que elas reflitam o compromisso com a luta e realidade do lavrador, estimulando todo o povo que ainda está fora dessa caminhada libertadora.

3.4. Aprofundar os métodos de análise da realidade que ajudam o povo a ter uma visão mais crítica da realidade, uma vivência mais política da fé e dão firmeza aos movimentos populares.

3.5. A CPT, por convicção de fé, repudia a violência que destrói a vida e se compromete a aprofundar mais a reflexão bíblica sobre o uso da força para defender a vida.

3.6. Fazer uma campanha em favor da vida, sobretudo em defesa dos trabalhadores, agentes e outras pessoas cujas vidas estão ameaçadas em consequencia da luta pela justiça.

3.7. Incentivar as dioceses para que nos planos pastorais entrem as preocupações com os problemas da terra.

3.8. Estimular a comunhão com as Igrejas locais e suas pastorais, prestando um serviço específico, seguindo as orientaçõoes e as linhas assumidas nas Assembléias da CPT.

3.9. Aprofundar e ampliar o ecumenismo nas lutas concretas, na partilha da fé, nas orações em comum, buscando a unidade plena em Jesus Cristo.

3.10. Apoiar e articular-se com os movimentos pastorais, sem perder a autonomia.

3.11. Atuar na educação de base, preparando os lavradores (cristãos ou não) para terem suas organizações próprias.

3.12. Relacionar-se com outras entidades de serviço envolvidas no processo de transformação da sociedade, respeitando a autonomia dos movimentos e das organizações dos trabalhadores.

3.13. Continuar dando contribuição ao Movimento Sindical Autêntico, na formação e acompanhamento de novos sindicatos.

BOLETIM INFORMATIVO

CPT. - NOVA IGUACU / PARACAMBI

No. 07 - JULHO/AGOSTO DE 1989

TIÃO LAN

01 = Eleição presidencial

P.M.D.B.

. 1966 - Regime militar/criação de dois partidos/um de apoio e outro de oposição "confiavel".
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
M.D.B. - Mov. Democrático Brasileiro
O M.D.B. absorveu as forças contrárias ao golpe e os descontentes com os rumos do nosso regime. O partido enfrentou grandes dificuldades para se constituir devido as limitações à atividade política após a consolidação do regime militar. Sofreu inúmeras cassações de parlamentares pelo AI-5. A partir de 74 quando conquistou sua 1a. grande vitória eleitoral cresceu bastante com o voto das regiões mais desenvolvidas do país.
. O periodo de 79 a 84 houve a "abertura" os 2 grandes partidos da época, a ARENA que passa a ser P.D.S. após a demolição do bipartidarismo em 79, constituiu-se em 81 e tentou ampliar sua base eleitoral "modernizando" seu programa com pitadas da preocupação social. A base eleitoral do P.D.S. era no campo, principalmente no nordeste.
O P.M.D.B. foi a sigla adotada pelo antigo M.D.B. e continuou um partido especialmente urbano. Abrigou setores do empresariado e da classe media, populares, intelectuais e progressistas.
O seu candidato a Presidente é Ulisses Guimarães, que foi presidente do extinto M.D.B. ate 71, assumindo posteriormente a presidencia do atual P.M.D.B.

Continua...

...nunciou esse ano a presidencia do partido para ser candidato a presidencia da republica.
Raposa velha do cenario politico, teve serias dificuldades para atingir o seu objetivo de ser candidato do seu partido, criando um racha dentro do proprio partido. Eleito deputado fedederal pelo Estado de São Paulo no periodo do golpe eleitoral do plano cruzado eleborado pela equipe economica do P.M.D.B. e pelo governo federal. Foi presidente da Assembleia Nacional Constituinte assumindo junto com todos aqueles que se aproveitaram do golpe do plano cruzado uma postura de acordos e conchavos com os empressariado e o governo federal, indicando inclusive varios nomes aos ministerios. Assumindo varias vezes à presidencia da republica nas viagens do Sarney, apoiou na constituinte os 5 anos do presidente Sarney e varios acordos que favoreceram ao poder economico e governo federal, com isso foi contra todas as leis que beneficiavam os trabalhadores e geral. Com o fracasso do plano cruzado e a crise que passa o pais, tenta desvincular o partido do governo federal e assumi um discurso contrario ao que defendia anteriormente. Isso tudo porque o repudio da sociedade Brasileira ao governo federal traria serios problemas à sua candidatura a presidencia.

02 = Comissão dos assentados

Foi realizado no último dia 03 de junho o encontro dos assentados, que deve como objetivo a formação de uma comisso dos assentados, sendo o referencial dos trabalhadores rurais do Rio de Janeiro.Antes de propor a pauta foi encaminhada uma discussão sobre a viabilidade de dar continüidade no encontro, tendo em vista que até o momento a maioria dos assentados não chegaram.

. Recuar no momento e não acreditar no avanço
. Mesmo que não dê um passo definitivo, mais fazer o que é possivel
. Assessores = Há uma grande possibilidade de chegar outros companheiros, pois a situação de transporte é precária e hoje estão muito mais.

Em seguida foi feita apresentação e junto colocaram o tipo de discussão que ocorreu nas areas.

- Valença / Parati / Pinheiral / Guandu / Italva / Sol da Manhã / Cachoeiras / Conceição de Macabu / Campos / Vila de Cava / Paracambi / Paes Leme / [illegible] / Fazendinha / São José da Boa Morte / Fazenda Alpina /

Trabalho em grupo

Foi discutidos as sequintes perguntas em grupo..
01 - Necessidade de criar uma comissãao.
02 - Como será composta
03 - Onde ira se reunir
04 - Atividades
05 - Plantão da comissão

Plenaria

A) Por que será um instrumento de luta de todos os trabalhadores rurais.
- Devido a desarticulação que existe entre os assentamentos, dificultando as negociações em bloco com os orgãos governamentais.
- Para que estabeleça autonomia dos trabalhadores frente os orgãos público.
- Fonte de intercambio estre as areas
- Um resgate da capacidade dos trabalhadores de dar direção ao movimento.
- Trabalho a partir das bases e ao mesmo tempo obter respaldo da mesma.
- Criação de um forum de discussão nos assentamentos.
- Articular as luta dos mutirões
- Organizar e fortalezer os assentamentos e mantê-los informados.

B) A composição sera através de:
- Cada 3 ou 4 mutirões 1 representante/ou o No. de representante será proporcional ao No. de multirões da região.
- Por 2 representante de cada assentamento - reunir uma vez por mês.
- Sub-comissão - reunir a cada 15 dias
- 2 representante de cada assentamento
- 2 representante por região p/fazer as articulações nas regiões.

Encbamento desse ponto.

Dividiu o Rio em oito regiões, são elas:
01 - Campos/Italva - Edilson (Campos)
02 - Tajano/Conceição de Macabu - Isaias (Conceição de Macabu)
03 - Cabo Frio/Macaè - ?
04 - Magé/Cachoeiras/Alpina - Gilberto (São José da Boa Morte
05 - Baixada Fluminense: Nova Iguaçú/Caxias - Adedir (Guandu)
06 - Baixada Fluminense: Itaguai/Paracambi/Paes Leme - Ribamar (Sol da Manhã)
07 - Piraí/Valença - Genésio (Piraí)
08 - Paratí/Mangaratiba - Hermes Barcelo (São Roque)

Esses 8 representantes das regiões, compõem a executiva. A comissão ampliada é composta por representantes de cada assentamentos, a escol esta a criterio das areas. 2

C) Local da reunião - Na sede da CUT/RJ
A 1a. reunião da comissao ampliada será na 1. quinzena de setembro.

D) Atividades
- Fazer um levantamento das reivindicações comuns e encaminhá-las.
- A partir das necessidades dos assentamentos.
1 sub-comissão (responsavel por questões especif - cas)
.Pavilhão no CEASA
.PROCERA
.Precionar o INCRA (questão fundiaria da terra)
- Ampliar a discussão com relação à organização, intercâmbio, estreitar as relações com os sindicatos locais, formação das liderancas.

E) Plantão da comissão
- Fica a criterio

Departamento Rural da CUT

No dia 02 de Junho os companheiros de diversas areas, sentaram para discutir sobre a importancia da criação do departamento rural da CUT. Foi discutido e avaliado que este departamento tem as seguintes finalidades
- Entrosar os sindicatos que estao isolados
- Apoiar as oposições sindicais que estão isolados
- Apoiar as oposições sindicais combativas
- Se organizar para atuar dentro da Federação para:
  . Para discutir e participar a proposta dos cursos de formação da FETAG
  . Influenciar os outros sindicatos para nossa proposta
  . Desvendar a maquina administrativa da Federação

Na reunião decidiu-se:
1) Mandar relatório da presente a todos os sindicatos.
2) Visitar os sindicatos e travar uma discussão sobre a importância do Departamento Rural da Cut.
3) Apoiar as oposições nos sindicatos de Cachoeiras de Magé e Paracambi.
4) Que o companheiro Valdevino (STR-Parati) visitará o STR de Mangaratiba e Rio Claro
Que Paulo César visitará Cachoeira de Macacu e o o STR de Cabo Frio.
Que a secretáaria Rural da Cut acompanhará a oposição de Macaé, Paracambi e o SRT de Piraí.
5) Que a CUT Rural e a CPT num 1o. momento custearão as visitas dos companheiros aos demais sindicatos.
6) Programar visitas aos demais Estados vizinhos onde já esteja organizado o Departamento Rural da CUT.

Foi eleito no dia 05/07 a nova Diretoria do Mutirão de Paracambi, e a chapa foi composta pelos sequintes companheiros.

Paulo Jorge - Presidente
José Joaquim - Vice Presidente
Marcos Silva - 1a. Secretário
Sebastião Carlos - 2a. Secretário
Manoel Alves - 1a. Tesoureiro
Antônio Claudino - 2a. Tesoureiro

Conselho Fiscal

Sebastião Eugenio - 1a. Conselho
Adão Cardoso - 2a. Conselho
Valter Marciano - 3a. Conselho

Suplentes

Alfredo Moreira - 1a. Suplente
Valdelino da Conceição - 2a. Suplente

Informes

Congresso da CUT Baixada
dias 04, 05 e 06 de agosto
Colégio Monteiro Lobato.

Romaria da Terra
dia 20 de agosto
saída dos ônibus 00:00 hs - Catedral
Barragem sem justiça:
Deus não quer,
A gente barra.

Curso de Administração Sindical
destinado à:
- diretores e agentes sindicais
dias 04, 05 e 06 de agosto
Local: Associação dos Trabalhadores Cristãos em Santa Teresa

Reparação da Romaria da Terra
última reunião: 14 de agosto às 19:00 hs
Catedral de Nova Iguaçu.

CEDIM

- Comissão Diocesana de Justiça e Paz.

- Fichas de Atendimento.

- Correspondência.

- Comunicados.

CEDIM

Fichas de Atendimento

CEDIM

CARITAS DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU- COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ

Rua Aimorés nº 8 - Moquetá - Nova Iguaçu

Nome: José Jesuino da Costa Sobrenome:

Residência: Rua Mariquita, nº Bairro: Sta Rita

Paróquia: Sta Rita - Encaminhado por: Irmã Beth

Nº Carteira de Identidade: CP 85464/477 Órgão expedidor:

Nº Carteira Profissional: 85464 Série: 477

Assunto: S. José está aposentado pelo Funrural, dos filhos nenhum está dependente dele apesar de serem 3 ainda de menor, procura colocar eles como dependente para poder participar dos benefícios do INPS. Nem a esposa tem o benefício do INPS. - Um filho afastado de Trabalho a 4 anos ?

1 João Batista Costa de Oliveira Costa - 12 anos - Mª de Oliveira Costa 18 anos - Israel de Oliveira Costa 13 anos. S/-

Parecer do Advogado:

Providências: Levar documento no dia 29/6/81 —

Documentos solicitados:

Em __/__/____ encaminhado a cartório; em __/__/__ ação ajuizada __Vara Cível; __Vara Criminal; __Vara de Família; __Vara de Menores /acompanhamento do Processo:

Nova Iguaçu __/_____/____

Advogado

Registro Civil casamento: Nr 192 - Distrito de Vila Calixto - M.G.
José Jesuino da Costa e Rita Francisca de Oliveira
Lavrador 4 - 7 - 1909

- Procure colocar como dependentes seus filhos.
JNPS - Matrícula 350.642

-

CARITAS DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU - COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ

Rua Aimorés nº 8 - Moquetá - Nova Iguaçu

Nome: Ozeias Jesuino Sobrenome:

Residência: R. Marequita nº 19 Bairro: Rancho Fundo nº 19

Paróquia: Sta Rita - Encaminhado por: P. Hilário

Nº Carteira de Identidade: Órgão expedidor:

Nº Carteira Profissional: 35423 Série: 326

Nº 0277/78

Assunto: Foi encostado pela firma Organizações Tudanta S/A Av. Brasil Nº 7305 - RJ. por motivos de doença, recebeu alta mas não voltou ao trabalho porque não se sentiu, esta com o processo Dra Josina Maria de Freitas Fernandes e Dr. Therezinha M. Jesus Fernandes. Já teve a partir do 26/12/78 12 vezes - próxima consulta mercado para o dia 30-06-81.

Parecer do Advogado:

Providências: Comparecer na Caritas dia 23/6/81 —

Documentos solicitados:

Em __/__/____ encaminhado a cartório; __/__/__ção ajuizada __Vara Cível; __Vara Criminal; __Vara de Família; __Vara de Menores /companhamento do Processo:

Nova Iguaçu 23 / 6 / 81

Advogado

INPS COMUNICAÇÃO DE RESULTADO DE EXAME MÉDICO

SEGURADO: Otília Jesuino de Santa

ENDEREÇO:

DOC. INSCRIÇÃO: 8.963.326 | NB: 160.491.338

LOCAL E DATA: Rio 25/7/78

O RESULTADO DA PERÍCIA MÉDICA A QUE O SEGURADO ACIMA SE SUBMETEU, NESTA DATA, PARA FINS DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE, ESTÁ INDICADO NA CONCLUSÃO ABAIXO:

CONCLUSÃO TIPO 1

NÃO EXISTE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO.

OBSERVAÇÃO: A presente comunicação vale como o "Certificado de Capacidade" previsto na letra A do § 1.º do Artigo 29 da Lei 3.807, de 26/8/60.

CONCLUSÃO TIPO 2

EXISTE INCAPACIDADE P/ O TRABALHO ATÉ__/__/__

OBSERVAÇÃO: A presente comunicação vale também — depois da data indicada acima — como o "Certificado de Capacidade" previsto na letra A do § 1.º do Artigo 29 da Lei 3.807, de 26/8/60.

CONCLUSÃO TIPO 3

NÃO EXISTE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO POR MOTIVO DE MOLÉSTIA. O CASO SE ENQUADRA NO ARTIGO 393 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

CONCLUSÃO TIPO 4

EXISTE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO; A DATA DA REALIZAÇÃO DO PRÓXIMO EXAME SERÁ COMUNICADA AO SEGURADO POR OCASIÃO DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO.

QUANDO A CONCLUSÃO É A DO TIPO 2 OU A DO TIPO 4, A PRESENTE COMUNICAÇÃO VALE TAMBÉM PARA OS EFEITOS DO ARTIGO 25 DA LEI 3.807, DE 26/8/60 (PAGAMENTO DOS PRIMEIROS 15 DIAS DE AFASTAMENTO DO TRABALHO).

CIENTE

ASSINATURA DO SEGURADO

ENDEREÇO DO ÓRGÃO LOCAL

CRM/RJ 520.2407-8

MÉDICO - PERITO

SSS - - 51

SRRJ - 15/6

INPS COMUNICAÇÃO DE RESULTADO DE EXAME MÉDICO

SEGURADO	DOC. INSCRIÇÃO	NB
Ozias Jesuino de Souza	CP 35933-346	1044178 8
ENDEREÇO	LOCAL E DATA	
	NT. 23-12-77	

O RESULTADO DA PERÍCIA MÉDICA A QUE O SEGURADO ACIMA SE SUBMETEU, NESTA DATA, PARA FINS DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE, ESTÁ INDICADO NA CONCLUSÃO ABAIXO:

CONCLUSÃO TIPO 1

NÃO EXISTE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO.

OBSERVAÇÃO: A presente comunicação vale como o "Certificado de Capacidade" previsto na letra A do § 1.º do Artigo 29 da Lei 3.807, de 26/8/60.

CONCLUSÃO TIPO 2

EXISTE INCAPACIDADE P/ O TRABALHO ATÉ 31/12/77

OBSERVAÇÃO: A presente comunicação vale também — depois da data indicada acima — como o "Certificado de Capacidade" previsto na letra A do § 1.º do Artigo 29 da Lei 3.807, de 26/8/60.

CONCLUSÃO TIPO 3

NÃO EXISTE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO POR MOTIVO DE MOLÉSTIA O CASO SE ENQUADRA NO ARTIGO 393 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

CONCLUSÃO TIPO 4

EXISTE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO; A DATA DA REALIZAÇÃO DO PRÓXIMO EXAME SERÁ COMUNICADA AO SEGURADO POR OCASIÃO DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO.

QUANDO A CONCLUSÃO É A DO TIPO 2 OU A DO TIPO 4, A PRESENTE COMUNICAÇÃO VALE TAMBÉM PARA OS EFEITOS DO ARTIGO 25 DA LEI 3.807, DE 26/8/60 (PAGAMENTO DOS PRIMEIROS 15 DIAS DE AFASTAMENTO DO TRABALHO).

CIENTE

ASSINATURA DO SEGURADO

ENDEREÇO DO ÓRGÃO LOCAL

MÉDICO - PERITO

SSS - - 51 SRRJ - 15-6

31/12/1961

INPS COMUNICAÇÃO DE RESULTADO DE EXAME MÉDICO

SEGURADO	DOC. INSCRIÇÃO	NB
Oscar Gomes de Braga	35423-326	164411288
ENDEREÇO	LOCAL E DATA	
	N. Sr. 060178	

O RESULTADO DA PERÍCIA MÉDICA A QUE O SEGURADO ACIMA SE SUBMETEU, NESTA DATA, PARA FINS DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE, ESTÁ INDICADO NA CONCLUSÃO ABAIXO:

CONCLUSÃO TIPO 1

NÃO EXISTE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO.

OBSERVAÇÃO: A presente comunicação vale como o "Certificado de Capacidade" previsto na letra A do § 1.º do Artigo 29 da Lei 3.807, de 26/8/60.

CONCLUSÃO TIPO 2

EXISTE INCAPACIDADE P/ O TRABALHO ATÉ __/__/__

OBSERVAÇÃO: A presente comunicação vale também — depois da data indicada acima — como o "Certificado de Capacidade" previsto na letra A do § 1.º do Artigo 29 da Lei 3.807, de 26/8/60.

CONCLUSÃO TIPO 3

NÃO EXISTE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO POR MOTIVO DE MOLÉSTIA. O CASO SE ENQUADRA NO ARTIGO 393 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

CONCLUSÃO TIPO 4

EXISTE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO; A DATA DA REALIZAÇÃO DO PRÓXIMO EXAME SERÁ COMUNICADA AO SEGURADO POR OCASIÃO DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO.

QUANDO A CONCLUSÃO É A DO TIPO 2 OU A DO TIPO 4, A PRESENTE COMUNICAÇÃO VALE TAMBÉM PARA OS EFEITOS DO ARTIGO 25 DA LEI 3.807, DE 26/8/60 (PAGAMENTO DOS PRIMEIROS 15 DIAS DE AFASTAMENTO DO TRABALHO).

CIENTE	
ASSINATURA DO SEGURADO	
ENDEREÇO DO ÓRGÃO LOCAL	MÉDICO PERITO

SSS - - 51 SRRJ - 15/6

CARITAS DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU - COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ

Rua Aimorés nº 8 - Moquetá - Nova Iguaçu

Nome: João Clementino Sobrenome _____

Residência: _____ Bairro _____

Paróquia : _____ Encaminhado por: _____

Nº Carteira de Identidade: _____ Orgão expedidor: _____

Nº Carteira Profissional: _____ Série: _____

Assunto: _____

Parecer do Advogado: _____

Providências: Pedir nº do Processo e Vara Cível ao advogado

Documentos solicitados: _____

Em__/__/___ encaminhado a cartório; Em__/__/__Ação ajuizada

___Vara Cível; ___Vara Criminal;___Vara de Família;___Vara de Menores

Acompanhamento do Processo: _____

Nova Iguaçu____/_____/____

_____

Advogado

CEDIM

RELATO , EM RESUMO, DA AÇÃO JUDICIAL PROPOSTA CONTRA O SR. JOÃO CLEMENTINO e S/M.- Rua ~~Abel Elói~~ Manoel Peixoto, 373 Sala 303

1.- Ação de Reintegração de Posse movida por Helio Barcia e outros, em 18/9/1975 , tendo como advogado dos Autores- Dr. Paulo Machado, processo nº 3566- da 3a. Vara Cível de Nova Iguaçu.

2.- Houve Contestação do feito,através do advogado -Dr.- Jorge Miguel Teixeira, levado pelo espirito humanitário, que convenceu ao MM. Dr. Juiz a não conceder o pedido liminar dos AA. para assumirem a posse do imóvel.

3.- O Dr. Juiz julgouu procedente a ação, reconhecendo que a posse era dos Autores, em 12/janeiro/1976.

4.- Contra tal sentença , o Réu , por seu advogado (inclusive arcando com as despesas processuais) recorreu para o Tribunal de Alçada , levantando , entre outras razões, a nulidade da sentença.

4.- Finalmente, o Acórdão do Tribunal manteve a decisão do Juiz desta comarca, estando o processo para execução (imissão de posse).

Providências: _____

Documentos solicitados: _____

Em___/___/___ encaminhado a cartório; Em___/___/___Ação ajuizada
___Vara Cível; ___Vara Criminal;___Vara de Família;___Vara de Menores

Acompanhamento do Processo: _____

Nova Iguaçu___/_____/___

_____

Advogado

Correspondência

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
OMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ
CAPITÃO CHAVES, 60 – TEL. 767-0472
26.000 – NOVA IGUAÇU–RJ

Nova Iguaçu, 08 de maio de 1979

lo
NH - S.B.P.E.
/C Dr. Luiz Augusto G. C. de Albuquerque
v. Presidente Wilson nº 164 - 3º andar
IO DE JANEIRO - RJ.

Prezados senhores:

A Comissão Diocesana de Justiça e Paz e as Associações Amigos de Bairro, escolhidas porta-vozes dos moradores dos Conjuntos Habitacionais de Nova Iguaçu, dando prosseguimento às gestões junto ao BNH, na busca de uma solução racional e humana para os problemas que tanto afligem aos moradores desses Conjuntos, vêm apresentar, conforme prometido, um documento contendo críticas e sugestões.

A falta de conhecimento técnico seria um entrave natural às nossas pretensões, se não houvesse, em compensação, uma significativa experiência vivencial e um contato ininterrupto com todos os problemas sociais da baixada fluminense.

Por outro lado, a receptividade e a sensibilidade do Dr. Luiz Augusto G.C. de Albuquerque e de sua equipe, abertos a um diálogo franco e honesto, muito nos encorajou.

Entendemos ser nossa obrigação, como brasileiros participantes que somos, de dirigir estas críticas, bem como as sugestões, com o ardente desejo de colaborar na solução de tão angustiantes problemas. De fato, reconheçamos, alguma coisa não confere com a realidade. É preciso que se diga que está errado, para possibilitar as necessárias correções.

O acúmulo de afazeres na mobilização e orientação dos moradores, somados à exiguidade de tempo, só nos permitiram concluir parte do trabalho. O restante será encaminhado em breves dias.

No aguardo de um pronunciamento oficial sobre a suspensão dos despejos, e na certeza de que estamos prestando um serviço à nossa comunidade, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Paulo de Almeida Amaral
Vice Presidente-CDJP-NI

Braulio Rodrigues
Braulio Rodrigues
Coordenador-AABNI

CARITAS DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU - COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ

Rua Aimorés nº 8 - Moquetá - Nova Iguaçu

Nome: João Clementino Sobrenome _____

Residência: Av. Joaquim Costa Lima 1369 Bairro _____

Paróquia : Pe. Lacunzeiras Encaminhado por: _____

Nº Carteira de Identidade: _____ Orgão expedidor: _____

Nº Carteira Profissional: _____ Série: _____

Assunto: Ação de despejo, há mais de cinco meses sem advogado participar.

O processo está perdido -

Parecer do Advogado: _____

Providências: _____

Documentos solicitados: _____

Em___/___/___ encaminhado a cartório; Em___/___/___Ação ajuizada

___Vara Cível; ___Vara Criminal;___Vara de Família;___Vara de Menores

Acompanhamento do Processo: _____

Nova Iguaçu____/_____/____

_____

Advogado

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ
RUA CAPITÃO CHAVES, 60 – TEL. 767-0472
26.000 – NOVA IGUAÇU–RJ

Nova Iguaçu, 08 de maio de 1979

Ao
BNH - S.B.P.E.
A /C Dr. Luiz Augusto G. C. de Albuquerque
Av. Presidente Wilson nº 164 - 3º andar
RIO DE JANEIRO - RJ.

Prezados senhores:

A Comissão Diocesana de Justiça e Paz e as Associações Amigos de Bairro, escolhidas porta-vozes dos moradores dos Conjuntos Habitacionais de Nova Iguaçu, dando prosseguimento às gestões junto ao BNH, na busca de uma solução racional e humana para os problemas que tanto afligem aos moradores desses Conjuntos, vêm apresentar, conforme prometido, um documento contendo críticas e sugestões.

A falta de conhecimento técnico seria um entrave natural às nossas pretensões, se não houvesse, em compensação, uma significativa experiência vivencial e um contato ininterrupto com todos os problemas sociais da baixada fluminense.

Por outro lado, a receptividade e a sensibilidade do Dr. Luiz Augusto G.C. de Albuquerque e de sua equipe, abertos a um diálogo franco e honesto, muito nos encorajou.

Entendemos ser nossa obrigação, como brasileiros participantes que somos, de dirigir estas críticas, bem como as sugestões, com o ardente desejo de colaborar na solução de tão angustiantes problemas. De fato, reconheçamos, alguma coisa não confere com a realidade. É preciso que se diga que está errado, para possibilitar as necessárias correções.

O acúmulo de afazeres na mobilização e orientação dos moradores, somados à exiguidade de tempo, só nos permitiram concluir parte do trabalho. O restante será encaminhado em breves dias.

No aguardo de um pronunciamento oficial sobre a sustação dos despejos, e na certeza de que estamos prestando um serviço à nossa comunidade, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Paulo de Almeida Amaral
Vice Presidente-CDJP-NI

Braulio Rodrigues
Braulio Rodrigues
Coordenador-AABNI

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ
RUA CAPITÃO CHAVES, 60 – TEL. 767-0472
26.000 – NOVA IGUAÇU–RJ

CRITICAS E SUGESTÕES

1. HISTÓRICO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DE NOVA IGUAÇU.

Os Conjuntos Habitacionais Populares, vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação, situados em Nova Iguaçu, foram construidos no período de 1965 a 1970.

Prevalecia, na época, a figura dos chamados " iniciadores ", responsáveis pela construção de todos esses Conjuntos. Ultimada a construção, tinham os " iniciadores " determinado prazo de carência para iniciar o pagamento do financiamento, o que poderia ser feito, quer parecer, com o repasse das cédulas hipotecárias de outorga dos compradores.

Dessa forma, era de interesse dos " iniciadores " promover a venda de todas as unidades antes de terminar o prazo de carência, pois evitavam que viessem a desembolsar numerário próprio para pagar unidades não alienadas.

Estimulavam, assim, aos pretendentes à aquisição dessas unidades, a falsear a declaração de renda familiar, criando dessa forma, condições irreais que levaram, a médio prazo, a inadimplência e, com isso, ou a venda das chaves, ou o abandono simples com a ocupação posterior do imóvel por terceiro necessitado. São os chamados " ocupantes ".

Para que se tenha uma idéia da gravidade do problema, basta dizer que os " iniciadores " mantinham equipes de corretores especializados em inscrever pessoas, principalmente, as mulheres, para complementar a renda dos maridos, como autônomas : costureiras, manicures, doceiras, confeiteiras, tudo enfim. A cada uma categoria era atribuida uma renda fictícia capaz de atender as exigências, ultrapassando em muito a renda familiar exigida.

Outra artimanha era a apelação publicitária. Os imóveis eram vendidos com fogões, geladeiras etc.

Remanescem nesses Conjuntos, um percentual ínfimo de compradores originais, acumulando um débito impossível de ser resgatado de pronto, como querem os agentes financeiros.

As execuções Judiciais, promovidas pelos agentes financeiros, se situam dentro desse quadro, do qual reponta, como primeira etapa, já agora, despejos de 3.500 famílias, com processos ultimados, restando ' a desocupação. Em segunda etapa, em vias de processamento, ou a ser ' iniciado, acorrerá outra leva de despejos da ordem, possivelmente, de mais de 6.000 famílias.

À guisa de ilustração, cumpre informar que só o UNIBANCO, segundo informações, dispõe em Nova Iguaçu de 10.000 unidades residenciais, das quais perto de 80%, se encontram na situação delineada.

...

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ
RUA CAPITÃO CHAVES, 60 – TEL. 767-0472
26.000 – NOVA IGUAÇU–RJ

2. *CRITICAS.*

Fatores diversos, contribuiram para distanciar o BNH dos fins sociais para o qual fora criado - dar teto a quem não tem casa para morar - o que significa, estender os financiamentos para a população de baixa renda.

As críticas se sucedem. O silêncio era a tônica das autoridades responsáveis. Parecia-nos que os argumentos eram irrespondíveis.

Figuras proeminentes da vida pública nacional e, diga-se, insuspeitas e de moral ilibada, têm se manifestado publicamente, através da imprensa falada, escrita e televisada, sobre o angustiante problema da população de baixa renda, no que diz respeito às condições de habitação popular, sem contudo, deixarem de reconhecer os méritos da política habitacional, como um todo.

Não é que não haja um esforço no sentido de se encontrar soluções. Ocorre, que a contradição entre as políticas econômica e social, somadas à falta de contato com a realidade social dos Conjuntos, diretamente, pelo BNH, contribuiu sobremaneira para o agravamento da situação .

Estamos certos de que a palavra final sobre o dia-a-dia nos Conjuntos, cabe aos agentes financeiros, através de seus relatórios.E não nos consta que haja o mínimo interesse por parte dos agentes financeiros, em fazer uma abordagem social dos problemas. Os números frios substituem o efervecente clima social. A figura humana do mutuário e/ou ' ocupante, incompreendidos em seus propósitos, é pintada até mesmo de forma Dantesca, para justificar os despejos em massa. São metamorfoseados em incômodos " resíduos ". Irrecuperáveis. Depredadores. Enfim, o resto. Tudo se resume nos aspéctos econômico e jurídico. Um instrumentalizando o outro. a visão é uma só: os adimplentes e os inadimplentes. Se esquecem que os Conjuntos, hoje considerados " Conjuntos-problema", foram abandonados desde a implantação.

Encontramos no " RELATORIO DE ATIVIDADES - BNH/78 ", no capítulo " HABITAÇÃO - AREAS DE PROGRAMAS DE NATUREZA SOCIAL ", algumas realizações que, efetivamente, não ocorreram nos Conjuntos Habitacionais de N ova Iguaçu. Senão vejamos:

> *" f) concessão, pelo Banco, de assistência técnica e de recursos financeiros, inclusive a fundo perdido, para a execução de programas de desenvolvimento comunitário destinados, prioritariamente, às populações residentes nos Conjuntos habitacionais populares;"*
>
> *" g) criação do Programa de Apoio aos Centros Sociais Urbanos - PROCENSO - beneficiando os conjuntos habitacionais na faixa de interesse so-*

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ
RUA CAPITÃO CHAVES, 60 – TEL. 767-0472
26.000 – NOVA IGUAÇU–RJ

social, com recursos do BNH, aplicados a fundo perdido;"

" h) intensificação dos empréstimos do Banco para conclusão de conjuntos paralizados, recuperação de núcleos deteriorados e execução de obras de infra-estrutura e equipamentos comunitários em numerosos Conjuntos já construidos e deficientes na disponibilidade de serviços públicos. Esta estratégia teve como finalidade fundamental reduzir o número de chamados " Conjuntos-problema ", facilitando sua comercialização pelos agentes;"

Da mesma forma, não sabemos a importância atribuida ao PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 112, DE 1976 - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O DESEMPENHO E COMPORTAMENTO DE TODOS OS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO, que reproduzimos na íntegra:

"SUGESTÕES PARA VIABILIZAR OS FINANCIAMENTOS ÀS CAMADAS DA POPULAÇÃO DE MAIS BAIXA RENDA (menos de 5 salarios mínimos)"

" O Plano Nacional de Habitação, por tudo que foi dito, tem encontrado resistências aparentemente difíceis de vencer. Como conciliar, por exemplo, sua meta social com um angustiante quadro de mais de 10milhões de trabalhadores percebendo, no máximo, um saldrio mínimo mensal? Como dispensar, para segmentos mais pobres da população, o instituto da Correção monetária, em uma economia em que a inflação, nos últimos 12 meses, anda rondando os 50%? E se num impulso para cumprir suas metas, o BNH dispensasse essa correção monetária, como se instrumentaria financeiramente daqui há dois ou três anos?

Tentaremos esboçar algumas considerações:

A parcela do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que puder ser remunerada pelo Fundo resultante do Decreto-Lei nº 157 - cuja destinação obviamente alterar-se-ia - seria alocada na construção de casas eminentemente populares de baixo custo unitário. Conforme depoimentos colhidos durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, ficou-nos a convicção da perfeita exequibilidade da construção de tais casas a um preço unitário por volta de Cr$60.000,00. Ora, segundo previsões governamentais, e supondo-se o custo do dinheiro a 33% anuais, concluimos que 10% do FGTS pode ser remunerado pelo Fundo 157 no exercício de 1977. Esse montante, apenas, e poderia ser de maior vulto, permitirá

...

a construção de nada menos que 100.000 casas populares, ensejando, assim ao BNH a arrancada para o cumprimento de sua finalidade precípua e intrínseca - que é o objetivo social - o qual não encontrou, ainda, oportunidade para se explicitar.

Essas residencias seriam alugadas a uma taxa simbólica de ocupação àqueles trabalhadores cuja renda familiar não permitisse adquirir o imóvel, ensejando-lhes, todavia, o acesso à habitação.

Surge aqui uma inovação: o produto dos sucessivos aluguéis ficaria vinculado a uma conta pessoal do locatário, vencendo correção monetária para ser utilizada quando o trabalhador possuisse condições financeiras de comprar o imóvel, revertendo essas quantias em seu benefício, como entrada ou princípio de pagamento. Sabedores de que a casa que ora aluga pode ser comprada, inclusive computados os aluguéis pagos como crédito a seu favor, estará o trabalhador suficientemente motivado para cuidar da conservação da habitação, pela certeza de que no futuro pertencer-lhe-á. Conjugue-se essa situação à eventualidade de se adicionar ao inicio do pagamento do imóvel a disponibilidade do trabalhador no F. G.T .S., conforme Resolução já adotada pelo BNH.

O investidor opcional do Fundo 157 não terá seu capital imobilizado nas Financeiras, já que na realidade o Fundo 157 malogrou, pelo menos do ponto de vista do investidor. As sistemáticas e sintomáticas prorrogações do saque determinadas pelo Governo Federal comprovam a assertiva.

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMILIAS DISCRIMINADAS POR REGIÃO METROPOLITANA SEGUNDO SUA PARTICIPAÇÃO NA RENDA (v. Diário do Congresso Nacional - seção I - suplemento - terça feira - 30.11.76-fls. 0017).

O fluxo de capital decorrente de uma tal posição poderá ser melhor entendido pelo diagrama a seguir (Diagrama - v. Diário do Congresso Nacional - seção I - suplemento - terça feira - 30.11.76 - fls. 0017).

O consequente enfraquecimento das sociedades de capital aberto em uma economia que já caminha a largas passadas para os conglomerados econômicos, terá uma réplica que sublimará qualquer sombrio prognóstico de depressão econômica.

Ressalte-se, por seu turno, a necessidade de desenvolvimento horizontal da economia, mesmo porque o II Plano Nacional de Desenvolvimento coloca a distribuição de renda como meta prioritária. Esta nova vocação político-econômica não se tem exercitado entretanto.

A agilização da indústria da construção civil, setor que se caracteriza pela absorção em massa da mão-de-obra semiqualificada, ou mesmo desqualificada, significará maior universalização das oportunidades de emprego, fator insofismável de melhoria do bem-estar social.

Em contrapartida, a locação de recursos populares no fortalecimento de sociedades anônimas, em sua grande maioria empresas multinacionais, tem um conteudo fortemente concentrador de rendas, Sobreleva notar,

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ
RUA CAPITÃO CHAVES, 60 – TEL. 767-0472
26.000 – NOVA IGUAÇU–RJ

todavia, que a construção civil mobiliza grandes contingentes de mão - de - obra, enquanto as sociedades anônimas mobilizam tecnologia e importações, determinando os atuais e crônicos problemas já quase insuportáveis no nosso balanço de pagamentos e no endividamento externo. Terá com isto, o Governo Federal, a oportunidade de exercitar a apenas enunciada intenção de uma melhor distribuição de rendas, ao tempo em que irá emancipando a economia interna das fortes pressões internacionais a que está submetida, alinhavando destarte o desenvolvimento econômico, objetivando a solução de nossos problemas sociais mais gritantes.

Na realidade, a questão do atendimento deste segmento da população - de mais baixa renda - impossibilitada da aquisição da casa própria, é menos um problema de mecanismos financeiros que uma opção política.

Não consideramos paternalismo o atendimento a uma larga faixa de trabalhadores com rendimentos inferiores a cinco salários mínimos e são milhões, subsidiando-lhes os juros e correção monetária, mas ao contrário, humanismo e dever do Estado.

Pode-se conjugar, igualmente, visando a ampliação dos recursos a serem aplicados na área social de que tratamos, a criação de uma sobretaxa a incidir sobre o Imposto de Renda, contrabalançando com a redução do produto do Fundo 157, para subsidiar o capital necessário à construção de casas populares. No caso da pessoa física, para exemplificar, 2% mais que seja recolhido do imposto a pagar, terá vários aspectos:

1º) como o Fundo 157 é um benefício fiscal, dele abrindo mão o erário público em favor do contribuinte e da política econômico-financeira do País, esta sobretaxa não significará intrinsecamente aumento da carga tributária incidente na pessoa física, mas a diminuição de benefícios existentes. O produto desta sobretaxa seria aplicado, a fundos perdidos, na remuneração do capital investido na construção de casas populares;

2º) a conjugação desta sobretaxa com o Fundo 157, permitirá, ao longo dos anos, pelo progressivo aumento da taxação extra e consequente diminuição da opção para investimento, compatibilizar a política econômico-financeira do Governo com sua atuação no campo social, otimizando ambos os resultados.

No caso das pessoas jurídicas, o processo é o mesmo, transferindo o Governo parcelas dos incentivos fiscais em benefícios de um objetivo mais imediato, mais humano, mais justo (SUDENE, SUDAM, EMBRATUR, Reflorestamento etc.)

Convém salientar, à guisa de fundamentação da proposta em tela, que o Governo não estará subsidiando graciosamente a construção de casas populares. O impulso econômico que uma tal atitude irá condicionar, associada à multiplicação decorrente dos fatores da produção e o consequente aumento da arrecadação, oriundo tanto da dinamização da economia

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ
RUA CAPITÃO CHAVES, 60 – TEL. 767-0472
26.000 – NOVA IGUAÇU–RJ

como pelo alargamento do mercado consumidor, feitas as contas talvez até redunde em lucro contábil, abstraindo o cumprimento da missão do Estado que é a de promover o bem-estar social.

Poder-se-ia, também, pensar na Loteria Esportiva. O trabalhador de baixa renda sabedor dos obstáculos que se levantam à concretização de seu sonho para aquisição da casa própria, fica em estado de graça com o mito da " loteca ". Mecanismo altamente concentrador, nada mais razoável que se reivindicar-se a disseminação do produto da loteria esportiva pelos bolsões de pobreza espalhados pelo País, construindo-se habitações condignas. O que, de resto, significa devolver ao povo, agora bem administrados, os parcos recursos pessoais que somados podem representar uma missão social coerente e significativa. São alternativas e alternativas que a imaginação criadora, se canalizada para solução dos nossos maiores problemas sociais, por certo encontrará o caminho correto. O Problema não é insolúvel, e talvez nem chegue a ser complexo. O mais difícil em nossa opinião é aceitar o desafio de quedar-se frente a frente com a realidade, tomar uma posição e finalmente exercitar a vontade política."

As conclusões a que chegou a Comissão Parlamentar de Inquerito, canalizam as soluções para o futuro, ou seja, a construção de casas para os trabalhadores de baixa renda.

No caso dos Conjuntos residenciais de Nova Iguaçu, todos considerados " Conjuntos-problema ", a solução se nos apresenta bem mais fácil, principalmente considerando-se que já estão construidos. O investimento já foi feito. Não há que se capitalizar recursos. Torna-se apenas necessário deixar um pouco o lado econômico e dar ênfase ao social. Somente isso, nada mais.

3. SUGESTÕES.

Por estranho que pareça, algumas de nossas sugestões já se encontram materializadas nos programas de natureza social do BNH. Mais estranho ainda, é que os mutuários e/ou ocupantes não podem exercer esses direitos. Em primeiro lugar, não existe a popularização de tais benefícios. Os mutuários e/ou ocupantes carecem de informações, às vezes até mesmo elementares. O elo de ligação entre os mutuários e/ou ocupantes e o BNH, é o agente financeiro e tudo termina do Setor Jurídico. Nunca se obtem respostas objetivas. São apenas evazivas e ameaças de despejo. Mas porque isso ? A resposta é muito simples. Já dissemos reiteradas vezes que os agentes financeiros querem cumprir um calendário de obrigações assumidas junto ao BNH. Afirmam até que a culpa é do BNH que estabelece prazos fatais. A solução não é outra senão executar, despejar, revender Tudo segue uma linha horizontal, rígida, Ora, se houvesse uma política de flexibilidade para atender a multiplicidade de casos que surgem a to

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ
RUA CAPITÃO CHAVES, 60 – TEL. 767-0472
26.000 – NOVA IGUAÇU–RJ

a todo momento, casos estes com características eminentemente sociais , não haveriam tantos problemas.

Mas, vamos às sugestões:

3.1. Utilização do FGTS, PIS, PASEP, para amortizar a dívida, servindo como entrada, nos casos de novos financiamentos.
No citado RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO BNH/78, encontramos as fls. 13:
" Em 1975, foi regulamentada a utilização do FGTS para poupança e/ ou amortização extraordinária da dívida relativa à aquisição da casa própria, ao mesmo tempo em que se retornou ao mecanismo de crédito trimestral de juros e correção monetária nas contas vinculadas do Fundo."

3.2. Redução das taxas de juros.
Mesmo RELATÓRIO fls. 8:
" Além da instituição de subsídios aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, através do Decreto-Lei 1358/74, foi aprovada a Resolução de Conselho do BNH nº 36/74, que estabeleceu como medidas principais a redução das taxas de juros dos empréstimos habitacionais, a elevação dos prazos de financiamento, ampliação da faixa de atendimento do PLANHAP, maior participação do BNH no valor dos investimentos do PLANHAP, e o aumento do valor dos financiamentos concedidos pelo programa de Cooperativas.

3.3. Reescalonamento da dívida para os mutuários em atraso.

3.4. Novos planos de financiamento para os atuais ocupantes com a dilatação do prazo para os de baixa renda.

3.5. Dedução da quantia já paga para os mutuários em atraso.

3.6. Venda do imóvel pelo valor original do contrato, isto é, pelo mesmo número de UPCs, corrigindo-se apenas o valor das UPCs.
O agente financeiro, hoje, estabeleceu o custo para venda do imóvel no Conjunto Manoel João Gonçalves, em Cr$250.000,00, que corresponde a 713 UPCs.
Obviamente, houve uma reavaliação atendendo o preço do mercado imobiliário, que elimina as possibilidades de aquisição pelos ocupantes atuais.
Se o custo fosse arbitrado com base apenas na correção do número de UPCs originais, o que poderia ser aferido através de levantamento nos cartórios de Registro de Imóveis, praticamente, se alargaria o horizonte de possibilidade s para a quase totalidade dos ocupantes. Um exemplo concreto:
O imóvel sito a Estrada de Adrianópolis nº 80 – Bairro Botafogo – foi vendido em 1969, pelo preço de Cr$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos cruzeiros) que corresponde a 384.71817 (trezentos e oitenta e quatro inteiros, setenta e um, oitocentos e dezessete ,

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ
RUA CAPITÃO CHAVES, 60 – TEL. 767-0472
26.000 – NOVA IGUAÇU–RJ

centésimos milésimos) de Unidades - Padrão de Capital do BNH.
Se corrigissemos apenas o valor das UPCs, teriamos:

384.71817 x 350,51 = 134.844,70

3.7. Venda do imóvel no estado em que se encontra para evitar o acrescimo do valor da avaliação para recuperação.
A recuperação seria feita pelos próprios ocupantes, com assistência técnica e financeira do Banco, dentro do Plano Comunitário, cujos recursos serão aplicados a fundos perdidos.
As Associações de Bairro se encarregariam de promover campanha educativa no sentido de preservar o estado físico dos Conjuntos, bem como o aspecto moral, incluindo-se a pontualidade dos pagamentos.

3.8. Instituição de Fundo, dentro da previsão para a nova política do BNH, extraindo recursos em outras áreas.
Acredita-se na viabilidade da medida, considerando-se que para socorrer as entidades do SBPE, foi criado o Fundo de Assistência e Liquidez, sendo justo que se encontre uma fórmula para corrigir os desvios da política habitacional, no que diz respeito a uma assistência ao mutuário dos chamados " Conjuntos-problema".
Com a transferência da responsabilidade direta do BNH para os agentes financeiros dos Conjuntos Habitacionais, acreditava-se na solução dos problemas dos mutuários inadimplentes, inclusive com a redução dos custos. Mas, aí sim, houve a chamada " inversão de expectativas " que hoje é uma realidade.
Considerando que o BNH dentro de todo seu vasto plano de habitação tem a baixada fluminense, como única área considerada crítica, deve admitir que, para se corrigir as distorsões, somente será possível através de seus próprios recursos, assumindo a responsabilidade dos prejuizos, inclusive, com a venda em determinados casos pelo custo zero.

3.9. Utilização do seguro para os casos de invalidez e morte dos mutuários, mesmo inadimplentes.

3.10. Utilização do seguro desemprego , de imediato, para impedir que o acúmulo de prestações em atraso crie um círculo vicioso, do qual o mutuário jamais sairá.
A incidência desses casos ocorre exclusivamente por falta de informação por parte do mutuário. O agente financeiro demonstra prefe - rir a inadimplência, possibilitando-lhe a retomada do imóvel para revenda, por preço infinitamente superior ao do contrato original, quando a solução seria bem mais simples, humana e racional, se fosse o mutuário orientado no sentido de beneficiar-se de um direito liquido e certo.

...

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ
RUA CAPITÃO CHAVES, 60 – TEL. 767-0472
26.000 – NOVA IGUAÇU–RJ

3.11. Para amortização da dívida, que fosse criada uma linha de crédito, aceitando como permuta, lotes de terreno que o mutuário possua, possivelmente, havidos por herança ou mesmo por compra, os quais poderão em futuro imediato ser incorporados como reserva patrimonial do Banco.

3.12. Em determinados casos o ocupante ficaria no imóvel, por periodo não inferior a 60 meses, como locatário, com opção de compra. Os valores pagos seriam depositados em conta pessoal e na ocasião da compra, amortizados, valendo como sinal e princípio de pagamento.

3.13. Transferência dos Conjuntos-problema para instituições tipo CEHABs cujas finalidades são eminentemente sociais, ou a criação de uma linha própria dentro do BNH.

Os agentes financeiros, como administradores ou financiadores dos Conjuntos Habitacionais de Nova Iguaçu, distantes do problema social e muito próximos do lucro, para solucionar o problema da inadimplência (se é que isso é solução), recorreram às vias judiciais com a execução e subsequente despejo em massa, levando a população dos Conjuntos ao desespero, e a região da baixada fluminense às portas de uma comoção social.

Com essa providência a imagem dos agentes financeiros ficam inteiramente resguardadas, absorvendo o BNH, todo o impacto, altamente negativo, porquanto o seu nome e a sua reputação estão à frente, escudando a ação dos agentes financeiros.

Nesta eventualidade, ninguém jamais poderia imaginar que os agentes financeiros tenham se afastados dos seus objetivos sociais, porquanto na realidade, jamais cuidaram disso. Agora, o BNH, e isso é público e notório, foi criado com finalidades sociais.

São inconciliáveis os objetivos do BNH, como entidade com fins sociais, de um lado, e os agentes financeiros com fins econômicos e expeculativos, de outro.

Não resta dúvida que a presença dos agentes financeiros, atrelados ao Sistema Financeiro de Habitação, pelo menos sob o aspecto social não melhorou e m nada a situação anteriormente verificada, com a presença no Sistema dos chamados " iniciadores ".

3.14. Criação de Fundo com recursos provenientes dos benefícios instituidos pelo Decreto-Lei nº 1358/74, do qual uma parcela se destinará à restituição de parte de prestações pagas, somente para os mutuários de Conjuntos Habitacionais Populares; e, outra parte, para atender a resolução de casos oriundos de Conjuntos -problema.

3.15. Eliminação da entrada para a compra de imóveis nos Conjuntos Habitacionais Populares.

Nova Iguaçu, 08 de maio de 1979

Paulo de Almeida Amaral
Vice Presidente-CDJP-NI

Braulio Rodrigues
Braulio Rodrigues
Coordenador-AABNI

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
Rua Aimorés, 8 - Moquetá - CEP 26.000
Nova Iguaçu - tels.: 767-2370 e 767-7677

Nova Iguaçu, 27 de novembro de 1981.

Ilmo. Sr.
José Soares da Silva

Prezado Senhor:

Pela presente V. S., fica notificado de que deverá comparecer no dia 7 de dezembro de 1981 às 9:00 horas em nosso escritório na rua Aimorés, 8 Bairro Moqueta- Nova Iguaçu-RJ., a fim de tratarmos assunto relacionado com o imovel de propriedade do Sr. Thomaz Pereira de Brito.

O não comparecimento importará em ajuizamento de Ação competente para o caso.

Sem só para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente.

delório de souza ribeiro
advogado

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
Rua Aimorés, 8 - Moquetá - CEP 26.000
Nova Iguaçu — Tel.: 767-7677

Ilmo. Sr.
Alfredo
Nova Iguaçu - RJ

Nova Iguaçu, 04 de outubro de 1983.

A Comissão Diocesana de Justiça e Paz foi procurada pela Sra. Geraldina que já ocupa por 30 anos uma pequena parte de terra, agora de propriedade da MUNDIAL Mineração Indústria e Comércio Ltda.

Diante das justificativas apresentadas pela Sra. Geraldina, venho convidá-lo para um encontro com o Dr. Delário de Souza Ribeiro, membro da Comissão Diocesana de Justiça e Paz, na proxima sexta-feira, dia 07, às 10 h, na Rua Capitão Chaves, 60 nesta cidade.

Certos de que juntos encontraremos uma solução adequada para o caso, apresento-lhe nossos cumprimentos cordiais.

Sada Baroud David - Vice-Presidente

CEDI

Comunicados

CEDIM

Comissão Justiça e Paz

C O M U N I C A Ç Ã O

A toda a população, especialmente aos padres, religiosos e católicos da Diocese de Nova Iguaçu:

Na última Quinta-feira Santa, tomamos conhecimento de que novas ameaças foram feitas ao nosso Bispo Diocesano, Dom Adriano Hypolito. "O Bispo de Nova Iguacu não aprendeu a lição", por isso estaria em andamento o plano de novo "castigo" desta vez mais violento, de modo que este Bispo "que não quer calar a boca" passaria uns meses no hospital". Para isto, Dom Adriano, já faz algum tempo, estaria sendo seguido, inclusive de helióptero, em suas viagens e visitas às diversas comunidades, no seu trabalho pastoral. Uma data teria sido fixada para o "castigo", mas falhou e foi adiada.

Meros boatos, como tantos que surgem, muitas vezes sem fundamento? Balão de ensaio? Tentativa de intimidação? Ou guerra psicológica para atrapalhar a pastoral da nossa Diocese?

Alguns fatos permitem crer que não se trata de boato apenas, mas de um plano arquitetado por quem perdeu o sentimento de justiça social e de amor ao próximo, por quem não compreende o esforço da Igreja em construir a paz.

Poderíamos ignorar tudo ou entender tudo como boato, caso não houvesse as ameaças precedentes, o fato do sequestro, que revoltou a opinião pública nacional e internacional, e os inquéritos que, apesar de tantos interrogatórios e promessas de seriedade, foram afinal arquivados pelas autoridades competentes do Exército e da Polícia "por falta de provas".

Seria ingênuo e mesmo irresponsável não nos preocuparmos com as ameaças veladas ou claras que são feitas primeiramente à pessoa de nosso Bispo, mas nele visam realmente a atingir a Igreja Católica em nosso País e a silenciar a pastoral de nossa Diocese que optou, numa linha de inteira fidelidade a Jesus Cristo e ao Evangelho, pela conscientização do povo da Baixada Fluminense e pela defesa dos marginalizados por uma ordem social injusta.

Diante dos fatos e das denúncias recebidas, o Conselho Presbiteral da Diocese de Nova Iguaçu, em sessão de 28 de março passado, encarregou a Comissão Diocesana de Justiça e Paz de coordenar a posição da Diocese, em face das presentes ameaças. Não podemos calar. Temos de informar o povo, sobretudo os fiéis de nossa Diocese.

A Comissão Diocesana de Justiça e Paz reuniu-se, no dia 1º de abril último em sessão extraordinária e deliberou, pela unanimidade de seus membros, dar todo apoio e solidariedade ao Bispo Diocesano; protestar contra essas violações dos direitos humanos e da ordem jurídica do País, planejadas e cometidas, agora como tantas outras vezes, por um poder paralelo que, no anonimato, com dinâmica própria, se investe de uma autoridade que não tem e se mostra capaz de todas as violências, para executar suas metas criminosas.

Chegou a hora de mais uma ação conjunta de toda a nossa Diocese, em favor da justiça. É preciso mobilizar a opinião pública. É preciso denunciar publicamente a insegurança em que vivemos, inclusive para relembrar o sequestro e outros crimes não investigados seriamente nem punidos.

Em nome da Cúria Diocesana, em nome do Conselho Presbiteral da Diocese, a Comissão Diocesana de Justiça e Paz pede que esta comunicação, urgente e necessária, seja transmitida aos fiéis em todas as Santas Missas e em todas as reuniões do próximo domingo dia 09 de abril, para despertar em todas as comunidades um movimento de orações e de solidariedade em favor de Dom Adriano. Todos entraremos em vigília de fé e de fraternidade.

Nova Iguaçu, 02 de abril de 1978

Comissão Diocesana de Justiça e Paz, em seu próprio nome e em nome da Cúria Diocesana e do Conselho Presbiteral da Diocese de Nova Iguaçu.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ
RUA CAPITÃO CHAVES, 60 – TEL. 767-0472
26.000 – NOVA IGUAÇU–RJ

COMUNICADO AO POVO

No momento em que o Povo Brasileiro, apesar de arcar com o ônus de uma política econômica desastrosa que gera injustiças sociais jamais vistas em nossa história, espera com ansiedade pela fórmula oficial do retorno à DEMOCRACIA PLENA, através da distensão lenta e gradual, manifestamos publicamente a nossa estranheza ante o aguçamento da repressão, com a prisão de 22 jovens e estudantes e jornalistas, ligados ao movimento Convergência Socialista.

Condenamos o recrudescimento e a imunidade das organizações de extrema direita, nos seus atentados aos jornais EM TEMPO e VERSUS, levando o terror e a intranquilidade a todo o nosso indefeso povo. Enquanto tais fatos ocorrem, os trabalhadores sentem os efeitos da Lei, quando reivindicam melhores salários e mmelhores condições de vida. Aí a Lei se faz presente, "para preservação da ordem pública".

Manifestamos nossa solidariedade aos jovens presos e sequestrados e estamos à espera, como de resto toda a Nação, de que as Autoridades esclareçam o motivo das prisões e dêem a essas pessoas o direito inalienável de se defenderem.

Com tantas injustiças,incertezas e omissões, só podemos concluir que, para este povo sofrido, "cada dia morre mais um pouco daquela que é a última que morre: a esperança".

Estamos solidários com os jovens sequestrados e presos e encampamos a luta do COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA: anistia ampla,geral e irrestrita para todos os presos políticos e banidos.

COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ - NOVA IGUAÇU

29 de agosto de 1978

C O M U N I C A D O A O P O V O

Eis a palavra final de nossa COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ sobre a greve de fome de membros da Convergência Socialista, encerrada, hoje, no Centro de Formação da Diocese de Nova Iguaçu:

1- Se bem que, desde o início da greve, nem se cogitou em solidariedade ideológica e menos ainda político-partidária, a COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ reitera aqui solidariedade humana e cristã a um gesto que é objetivamente desprendido e corajoso.

2-Reconhecemos e proclamamos, mais uma vez, o direito fundamental que todos têm de participar no encaminhamento da vida política de sua comunidade; quando a escolha na maneira de participar não atenta contra o bem-comum, ninguém e nenhum regime podem licitamente impedir esta participação.

3- Julgamos positivo e profundamente animador o surgimento, no meio das trevas circundantes, de uma nova geração não contaminada, que recusa ser teleguiada pelo arbítrio e robotizada pelos apelos massificantes da sociedade burguesa, baseada na exploração do homem pelo homem e consolidada [illegible] desigualdade.

4- Sem a pretensão de fechar a questão moral das greves de fome, julgamos que apresentar a força da fraqueza contra a força da prepotência tem bases profundas n'Aquele que, livre e conscientemente, entregou sua vida para resgatar o homem cativo.

5- A greve de fome, ontem encerrada, coloca, entre outras, a seguinte pergunta: Por que é que muitos cristãos, que dão prova de generosidade tão heróica, a ponto de doar toda a vida numa prática exigente e penosa em hospitais, orfanatos, favelas, colégios, paróquias, etc. nem sempre encontram as estratégias e práticas mais eficazes para a contestação das injustiças e para as mudanças sociais inadiáveis?

6- A greve de fome de um punhado de jovens chama a atenção nossa para as profundas dimensões políticas da fé religiosa que talvez não estejamos vendo bem e, por isso, por falta de metas concretas e históricas, muitos esforços pastorais terminam desembocando na distância e no esvaziamento.

Nova Iguaçú, 14 de setembro de 1978.

COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

CARTA - DENÚNCIA

INTIMAÇÃO DE PROFESSORES PARA DEPOR NO DPPS

1. Nesse momento em que nossa história real vai,aos poucos,sendo desvendada ante os olhos horrorizados da Nação;
2. Nesse momento em que as trevas da prolongada noite começam a se dissipar e a madrugada de novo dia começa a raiar nos horizontes de nossa esperança;
3. Nesse momento em que o Sol da liberdade está demorando a surgir e as Autoridades ainda se mostram omissas e incapazes de elucidar os crimes que constantemente escandalizam nosso povo;
4. Nesse momento em que os Direitos Humanos fundamentais ainda são permanentemente violados pela repressão do Governo e por um pacto social que marginaliza a Nação brasileira;
5. Nesse momento em que as forças policiais se mostram totalmente incapazes de manter a ordem e garantir os direitos do povo;
6. Nesse momento em que as Autoridades demonstram total incapacidade de chegar ao fim das investigações e elucidar o insulto à comunidade brasileira,sobretudo ao povo da Baixada Fluminense,que foi o sequestro de nosso Bispo Diocesano Dom Adriano Hypolito;
7. Nesse momento em que nossas Autoridades demonstram,como de hábito,total incapacidade para descobrir e desmascarar os criminosos que soltaram bombas na CNBB,na OAB,na ABI e nas redações de jornais que lutam para serem independentes;
8. Nesse momento em que o terror policial aparece,todos os dias,nos jornais,baleando,por exemplo,uma garotinha de 12 anos em sua própria escola;
9. Nesse momento em que o próprio Sr.Presidente da República precisa intervir pessoalmente,para que prossiga e chegue ao fim,com o desmascaramento e punição dos policiais responsáveis,o inquérito sobre o assassinato de um operário em dependências policiais;
10. Nesse momento em que,como concentração e resumo de todo o Brasil,nossa Baixada Fluminense vive na mais completa insegurança,o povo sujeito à ação dos criminosos e não distinguindo mais o que é ação criminosa e ação policial,não dintinguindo mais o que é medo de criminosos e medo da polícia;

Nesse momento e nesse contexto,quem é chamado a prestar contas à polícia?Os responsáveis pela insegurança e pelo medo do povo? Aqueles que desempenham a função imposta,por um Governo repressivo,de bloquear a caminhada da consciência do povo? Em vez dos responsáveis pelos sofrimentos do povo,quem é intimado insultuosamente a sentar-se no banco dos réus são quatro pacíficos e indefesos professores:Professora Ângela Brigagão,Professor Salomão Baroud David,Professor Wilson de Freitas e Professor Júlio Tavares.

Em vista disso,a DIOCESE DE NOVA IGUAÇU,na pessoa de sua COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ,

1. Manifesta publicamente seu protesto veemente diante das ações injustas,que ferem os princípios fundamentais dos Direitos da Pessoa Humana.
2. Solidariza-se com todos os professores da Rede Oficial,através de nosso apoio à entidade máxima da classe, o CEP,injustamente atingido por atos governamentais que estabeleceram seu fechamento.
3. Demonstra sua surpreza e indignação ante as ameaças,perseguições e punições de vários de nossos professores,por não entender que,no justo momento em que se discutem amplamente a abertura política e o projeto de anistia,sejam os pacíficos professores chamados a depor numa dependência policial.
4. Apoia todos os professores da Rede Oficial,em suas justas reivindicações por melhores condições de vida e de ensino,não entendendo a ação do Governo que não cumpriu integralmente a promessa feita,em março passado; ao invés de punir e intimidar,caberia ao Governo partir para o diálogo amplo e aberto,como tem desejado e solicitado o CEP.

Deste modo,a DIOCESE DE NOVA IGUAÇU,na pessoa de sua COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ, vem a público,mais uma vez,manifestar solidariedade ampla,geral e irrestrita a todos os professores,integrantes da Rede Oficial de Ensino do Estado e do Município do Rio de Janeiro.Paralisando as atividades docentes em sala-de-aula,unindo-se em Assembléias e buscando,por todos os canais,a compreensão e o diálogo com o Governo,a população e os alunos,eles estão agindo de acordo com os princípios universais dos Direitos Humanos;pois a liberdade de se reunir e de manifestar seu pensamento é inerente à Pessoa Humana e dignifica o Cristão.

COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ - NOVA IGUAÇU 14/8/79.

COMUNICADO DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU RJ

A SER LIDO EM TODAS AS MISSAS

A Diocese de Nova Iguaçu,através de sua Comissão de Justiça e Paz,sob a presidência de Dom Adriano Hypolito,recebeu perplexa a notícia da intervenção no CEP - Centro Estadual de Professores - órgão máximo e pacífico da classe. O mais estranho é que isso ocorre no exato momento em que o Governo acena para a população com promessas de abertura política.

Nossos professores estão em greve não apenas por melhores salários,mas também pelo ensino melhor,pelo direito de se aperfeiçoarem e pela dignidade da profissão.Desde o início do movimento,os professores vêm conseguindo o apoio e a solidariedade de seus alunos,dos pais dos alunos e de toda o povo de nosso Estado.Os órgãos de comunicação, tendenciosos,divulgam notícias falsas,colocando os professores em situação injustamente ilegal.Mas as autoridades também sabem que nosso povo não pensa assim.

A Diocese de Nova Iguaçu,cujas metas pastorais se baseiam sobre o direito e a luta pelos Direitos Humanos fundamentais,apoia e incentiva a luta justa de nossos mestres pela conquista de suas metas.Em reunião da Comissão de Justiça e Paz,seu Presidente,o nosso bispo Dom Adriano Hypolito pede aos Srs.Vigários de todas as nossas Paróquias o favor de lerem,em todas as missas de sábado e domingo,o seguinte aviso de nossos professores:

"OS PROFESSORES CONTINUAM ENSINANDO"

Os professores não estão dando aula,mas continuam ensinando.E o que é que os professores ensinam? Ennsinam que todo trabalhador devo receber um salário condigno,que lhe permita morar,alimentar-se,vestir-se e aperfeiçoar-se em seu trabalho.Ensinam que, ao aposentar-se,o trabalhador tem o direito de continuar recebendo os mesmos vencimentos que recebem seus companheiros que continuam na ativa,pois que suas necessidades continuam as mesmas,quando não aumentam,por força da velhice ou da doença; ensinam que estes são direitos dos trabalhadores e não dádivas que um ou outro governante se dispõe a conceder.Ensinam que os profissionais devem se unir para lutar conjuntamente pelos seus direitos,ao invés de tentar,cada qual,"dar um jeitinho" em sua própria vida.

Estas são as lições mais importantes para a formação de um cidadão. E tais lições estão sendo ministradas aos alunos,na prática.Os alunos estão vendo seu professor vilipendiado conscientizar-se de suas necessidades,unir-se a seus companheiros e lutar por seus direitos.Os alunos serão levados a fazer o mesmo,durante sua vida.Estas lições não necessitam da sala de aula, para serem aprendidas. Na verdade,o espaço da comunidade é a grande escola, em que todos nos somos alunos. Portanto,não acredite em quem diz qque o movimento dos professores prejudica os alunos. O movimento dos professores, do qual a greve é apenas a última instância,também é ensino.É uma aula de responsabilidade,de solidariedade,de amor.

CEP - RJ (CENTRO DE PROFESSORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ZONA SUL)

. . . . . .

NOTA DE APOIO DOS AMIGOS DE BAIRRO AO MOVIMENTO DOS PROFESSORES

Nossos professores estão em greve novamente,pela segunda vez.Mais uma vez,é necessário recorrer à greve.E por que? Porque não lhes foram atendidas as reivindicações pelas quais lutaram e trabalharam,quando foram obrigados a paralizar suas atividades educacionais e começar uma atividade de luta pela conquista de seus direitos.Estão em greve,não porque preferem ficar sem trabalhar,mas porque lutam por melhores salários e por um ensino de melhor qualidade.

Nós,através do movimento AMIGOS DE BAIRRO,vimos dar total apoio nessa luta,que é também nossa.Na qualidade de pais e mães dos alunos,na qualidade de trabalhadores,compreendemos e apoiamos os professores.Porque sabemos,sofremos e lutamos por melhores salários,por uma vida melhor,e queremos que nossos filhos tenham bons professores,tenham direito a ensino de melhor qualidade.Para que isso aconteça,é preciso que eles recebam,de acordo com seu trabalho,aquilo que lhes é de direito.

A televisão e os jornais quiseram mostrar que os professores estão recebendo salários que são até razoáveis,em relação ao custo de vida.Mas a grande verdade são con contra-cheques,que entram em choque com os números do Governo e as reivindicações que não foram atendidas.Por tudo isso,o movimento AMIGOS DE BAIRRO apoia a luta dos professores.Apoia não só através dessa nota,mas com participação ativa nos bairros,esclarecendo pais e alunos,visitando igrejas e distribuíndo notas do CEP.Esta luta não é apenas de vocês,mas de todos aqueles que querem ver respeitados os seus direitos.Contem conosco!

Nova Iguaçu,9 de agosto de 1979 - MOVIMENTO AMIGOS DE BAIRRO.

Robson

Comissão Diocesana de Justiça e Paz
Nova Iguaçu, 05 de julho de 1980
Centro de Formação - Moquetá
Dia de Reflexão

I - Objetivos: Esse encontro quer aprofundar:

1. a consciência de que a nossa luta pela justiça só tem sentido como transbordamento da justiça que haja em nós;
2. a motivação do nosso engajamento pelos Direitos Humanos;
3. o espírito de grupo entre os membros da Comissão.

II - TEMAS DO DIA:

1. O que o Evangelho tem a ver com justiça social?
2. A Igreja e os Direitos Humanos
3. A Comissão Diocesana de Justiça e Paz e o conjunto da Pastoral Diocesana

III - Introdução aos 1º e 2º temas:

1º tema: Por que estou na CDJP?

2º tema: A seu ver o que a Igreja tem a ver com justiça social?

D. Ivon

HORÁRIO

9,30 h - Apresentação da programação.
Explicitação dos objetivos.

9,45 h - 1ª. pergunta: Técnica do cochicho:
Por que estou na CDJP ?

10,00 h - 1ª. exposição: O que o Evangelho tem a ver com justiça social ?

10,30 h - Discussão : plenário

11,00 h - Cafezinho

11,15 h - 2ª. pergunta: A seu ver o que a Igreja tem a ver com justiça social ?

11,30 h - 2ª. exposição: A Igreja e os Direitos Humanos

12,00 h - Discussão : plenário

12,30 h - Almoço

14,00 h - Avaliação dos trabalhos da CDJP

15,00 h - Cafezinho

15,15 h - 3ª. exposição: A CDJP e o conjunto da Pastoral Diocesana

15,45 h - Avaliação do Encontro

16,00 h - Término

CEDIM

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU,RJ

C O M U N I C A D O - C O N V I T E À I M P R E N S A

Prezado Sr.Redator,

Por meio deste, estamos comunicando a V.Sa. a presença de Dom Pedro Casaldáliga, na Diocese de Nova Iguaçu. Com satisfação e a amizade de sempre, convidamos nossos amigos jornalistas, a fim de tomarem parte e reportarem, para seus leitores, a significativa presença de Dom Pedro Casaldáliga entre nós.

Dom Pedro foi convidado pela Diocese de Nova Iguaçu, para cumprir a seguinte programação:

Dia 18 de outubro - às 17 h - debate na Comunidade de Base de São Simão,no Lote XV, em Nova Iguaçu.

Dia 19 de outubro - às 09,30 h - palestra e debates sobre Igreja e lutas populares - no auditório do Colégio das Irmãs(IESA), Nova Iguaçu - Rua Barros Júnior 1124.

Dia 19 de outubro - às 15 h - Concentração de todas as Comunidades de Base da Diocese de Nova Iguaçu na Praça da Liberdade - Nova Iguaçu - e caminhada do povo para a Catedral de Santo Antônio - onde haverá a Concelebração das Comunidades com Dom Pedro Casaldáliga, que fará a pregação sobre a dimensão eclesial e missionária das Comunidades.

Naturalmente,nosso Bispo Diocesano Dom Adriano Hypolito estará ao lado de seu irmão bispo e no meio de seu povo, celebrando,com nosso povo da Baixada Fluminense, a força libertadora do mistério de Cristo encarnado nesta nossa Igreja local.

Caro amigo jornalista, contamos com sua presença,mais uma vez, em nossa Diocese, captando para os leitores de seu jornal, estas pequenas lutas e vitórias de nosso povo.

Nova Iguaçu,13/10/1980

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU,RJ

Comissão de Justiça e Paz
Diocese de Nova Iguaçu

C O N V I T E

D. ANTÔNIO FRAGOSO EM NOVA IGUAÇU

No dia 19 de julho, às 9.30 h, no Centro de Formação, estará conosco D. Antônio Fragoso, bispo de Crateús, Ceará.

Ele vem visitar a Diocese de Nova Iguaçu para animar a caminhada das Comunidades trazendo a experiência das Comunidades de Base do Ceará.

Crateús é uma das regiões mais pobres do Ceará, muito castigada pelas secas. D. Fragoso é bispo de Crateús há 17 anos.

Existem na diocese de Crateús umas 400 Comunidades de Base e, sobretudo, uma "grande esperança neste povo que se conscientiza e que procura viver a sua fé na busca da libertação".

Há dois anos as Comunidades de Crateús festejaram o seu trabalho com uma grande romaria chamada "A Caminhada da Libertação".

A caminhada reuniu mais de 30.000 pessoas vindas de todos os pontos da diocese.

E o povo cantava:

"Queremos plantar a roça / Onde plantamos o amor. / Lavrador a terra é nossa / É de quem nela plantou/ Retirante chega o dia / De assentar o pé no chão / Com fé em Deus e teimosia / E na força da união./ Conhecemos a verdade / E o direito de ser mais mais / E exigimos liberdade, / Terra, casa, mesa e paz."

E saudavam a D. Fragoso como "um novo Moisés" e estendiam faixas onde se lia: "A Coragem do bispo anima a luta dos pobres"

E continuavam a cantar:

"Balaio é coisa comum / que em toda morada tem. Não custa muito dinheiro / nem custa fazer também./ Eu quero levar comigo, prá sempre no coração / A lição que o balaio ensina: Como é bela a união. / Os cipós vivem à toa, no mato sem serventia / mas quando eles se ajuntam / Eles tem força e valia."

Todas as Comunidades estão convidadas para juntos celebrarmos com D. Fragoso a caminhada das nossas comunidades com as comunidades espalhadas no sertão cearence.

Dia 19 de julho - domingo - às 9.30 horas

Centro de Formação.

TODAS AS COMUNDDADES ESTÃO CONVIDADAS PARA O CURSO " IGREJA NO BRASIL: 1960 - 1980". TODOS OS SÁBADOS DE AGOSTO E SETEMBRO DE 1981.

LOCAL - COLÉGIO DAS IRMÃS

HORÁRIO - DAS 14.30 h às 17.30 h

IRFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES : 1 - CARITAS DIOCESANA
2 - CATEDRAL
3 - CEPAC
4 - COLÉGIO DAS IRMÃS

Comissão Diocesana de Justiça e Paz
Nova Iguaçu - RJ
I Encontro de Entidades de Direitos Humanos
Região Leste e Juiz de Fora

Realizou-se no dia 05 de junho de 1982, no Centro de Formação, Moquetá, Nova Iguaçu - RJ, o I Encontro das Entidades de Direitos Humanos da Região Leste e Juiz de Fora. O trabalho do dia teve o desenvolvimento que segue:

. O problema dos Direitos Humanos foi introduzido no encontro através de apresentação dos dados da realidade brasileira. Realidade que privilegia um mínimo da população, às custas do trabalho explorado da imensa maioria do povo. Tal dissimetria terá forçosamente consequências sociais, em toda espécie de carências do povo brasileiro. O resultado é a violência: violência dos marginalizados buscando individualmente, pela força, o que a sociedade lhes nega; violência sobretudo do sistema, a fim de manter a chamada ordem social e a sociedade de privilégios.

. Os dados da realidade nacional foram aduzidos com a intenção de fundamentar a violência de nossa Baixada Fluminense. E vimos que as violações gritantes dos Direitos Humanos na Baixada Fluminense são perfeitamente compreensíveis no contexto global do País. Em consequência das forçadas migrações internas, a Baixada transformou-se numa concentração das mazelas nacionais: área de muita pobreza, com todas as suas consequências, área de profundo individualismo na luta pela vida e de concorrência feroz pelo pão de cada dia.

. Na Baixada, aprofundam-se o atávico paternalismo político nacional, juntamente com a corrupção generalizada por parte dos poderes instituídos. O resultado, mais uma vez, é a violência individual, a violência do sistema, a marginalização do povo e a diluição das estruturas legais.

. A esse mundo-cão, a Diocese de Nova Iguaçu tenta responder com uma pastoral de conscientização e união. Como nunca vem de cima a justiça para os oprimidos, nossa pastoral esforça-se para organizar os povos em grupos, movimentos e comunidades; na certeza de que é de baixo para cima que começará a crescer um processo social que dará força ao povo, facultando-o a lutar pelos seus direitos.

. Além das grandes linhas de conscientização e organização, nossa pastoral diocesana assume a linha de denúncia profética ante as violações dos Direitos Humanos e a violência da Baixada.

. Para não persistirmos numa denúncia genérica, foi criada, há 5 anos a Comissão de Justiça e Paz. Nossa Comissão de Justiça e Paz tem funcionado como altofalante da justiça social em nossa Baixada. É através dela que a Diocese de Nova Iguaçu oficialmente denuncia as arbitrariedades contra o povo e assume a defesa dos Direitos Humanos, sobretudo em situação de injustiça coletiva.

. Foi assim que a Comissão de Justiça e Paz, após rudes e prolongados esforços, conseguiu sustar o despejo de 19 mil famílias, ameaçadas de despejo dos Conjuntos Habitacionais. E diversas outras lutas, travadas com êxito. De um modo geral, pode-se dizer que a nossa Comissão de Justiça e Paz é o instrumento diocesano oficial que coordena os enfrentamentos pelos Direitos Humanos na área da Diocese de Nova Iguaçu. E boa parte de seus sucessos deve ser creditado ao trabalho conjunto com os Movimentos Populares da Baixada, sobretudo o Movimento Amigos de Bairro.

.A apresentação inicial do Encontro foi feita, mostrando a realidade local, com a intenção de despertar a discussão sobre a realidade local e a situação da luta pelos Direitos Humanos dos participantes de outras áreas representadas.

. O intento foi conseguido pois, nos trabalhos de grupos a seguir, os presentes fizeram a descrição de suas áreas e as maneiras variadas e ricas de travar lá a mesma luta que travamos aqui.

. Fica bem claro que as preocupações de todos são as mesmas, os problemas sociais são semelhantes, idênticas são também as motivações da luta e os instrumentos sociais ou pastorais de enfrentamento.

. Nosso encontro evidencia a possibilidade e a necessidade da luta coordenada dos diversos movimentos, nas áreas representadas.

. Por isso, uma das preocupações do Encontro foi como levar à prática nossa ação conjunta em prol da Justiça, da Paz social e do respeito aos Direitos Humanos.

Conclusões Gerais:

1. O relatório desse Encontro deverá ser enviado:

   1.1 - ao Regional Leste 1 da CNBB
   1.2 - à OAB
   1.3 - aos Bispos da Reg. Leste 1
   1.4 - às Entidades de Direitos Humanos da Regional Leste
   1.5 - à CJP de São Paulo

2. Sejam conhecidas, através de relatórios, as atividades semestrais das Entidades de Direitos Humanos da Regional Leste

3. Tentar garantir a presença de 1 representante de cada Entidade da Regional Leste na:

   - reunião da Regional Leste 1 da CNBB
   - reunião da OAB (Centro de Defesa dos Direitos Humanos)

4. O próximo Encontro desse REgional será no dia 14/08 no Centro de Formação - Moquetá - Nova Iguaçu

O Encontro contou com a participação das seguintes Entidades:

. Grupo de Ação Justiça e Paz de Petrópolis	-	3 representantes
. Comitê Brasileiro Pela Anistia (Rio)	-	2 "
. Liga Brasileira de Defesa dos Direitos Humanos (Rio)	-	1 "
. Centro de Defesa dos Direitos Humanos (Rio)	-	3 "
. Comissão Diocesana de Justiça e Paz (Nova Iguaçu)	-	6 "
. Diocese de Volta Redonda	-	2 "
. Diocese de Itaguaí	-	1 "

Nova Iguaçu, 22 de junho de 1982.

Sada Baroud David

Sada Baroud David - Vice-Presidente

CEDIM

Comissão Diocesana de Justiça e Paz
Nova Iguaçu - RJ

À

C O N V I T E

Venho lembrá-lo do próximo Encontro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos que será no dia 14 de agosto, das 8,30h às 17h, no Centro de Formação, Moquetá, em Nova Iguaçu.

Seria bom a participação da sua Entidade com o maior número possível de representantes para que as decisões tomadas sejam mais expressivas. Sugestões para o andamento dos trabalhos e futuros passos a serem tomados pelo grupo, também, serão interessantes, para justificar o nosso esforço nessa tentativa que parece a todos nós muito importante.

Despeço-me com um abraço e até lá

Nova Iguaçu, 15 de julho de 1982.

Sada Baroud David

Sada Baroud David - Vice-presidente

Comissão Diocesana de Justiça e Paz
Nova Iguaçu - RJ

PROPOSTA DE PAUTA

1. Depoimento de D. Adriano Hypolito: "A Baixada Fluminense e minha visão dos Direitos Humanos"

2. Situações contrárias dos Direitos Humanos na Baixada Fluminense e as respostas que encontramos (painel)

3. Grupos: Levantamento das Situações de violência nas áreas representadas no Encontro

4. Plenário

5. Questões abertas:

   a. Como fazer o levantamento completo das situações de violência?

   b. Como fortificar a coordenação no conjunto do nosso trabalho pelos Direitos Humanos?

   c. Como aproveitar o resultado do nosso Encontro como preparação para o Encontro de São Paulo?

   d. Como dar nossa contribuição efetiva à Campanha da Fraternidade/83, cujo o tema é Violência?

   e. Um documento final do nosso Encontro?

   f. Qual o projeto concreto que vamos assumir neste Encontro?

CEDIM

Comissão Diocesana de Justiça e Paz
Nova Iguaçu - RJ

À

C O N V I T E

Venho lembrá-lo do próximo Encontro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos que será no dia 14 de agosto, das 8,30h às 17h, no Centro de Formação, Moquetá, em Nova Iguaçu.

Seria bom a participação da sua Entidade com o maior número possível de representantes para que as decisões tomadas sejam mais expressivas. Sugestões para o andamento dos trabalhos e futuros passos a serem tomados pelo grupo, também, serão interessantes, para justificar o nosso esforço nessa tentativa que parece a todos nós muito importante.

Despeço-me com um abraço e até lá

Nova Iguaçu, 15 de julho de 1982.

Sada Baroud David

Sada Baroud David - Vice-presidente

Comissão Diocesana de Justiça e Paz
Nova Iguaçu - RJ

PROPOSTA DE PAUTA

1. Depoimento de D. Adriano Hypolito: "A Baixada Fluminense e minha visão dos Direitos Humanos"

2. Situações contrárias dos Direitos Humanos na Baixada Fluminense e as respostas que encontramos (painel)

3. Grupos: Levantamento das Situações de violência nas áreas representadas no Encontro

4. Plenário

5. Questões abertas:

   a. Como fazer o levantamento completo das situações de violência?

   b. Como fortificar a coordenação no conjunto do nosso trabalho pelos Direitos Humanos?

   c. Como aproveitar o resultado do nosso Encontro como preparação para o Encontro de São Paulo?

   d. Como dar nossa contribuição efetiva à Campanha da Fraternidade/83, cujo o tema é Violência?

   e. Um documento final do nosso Encontro?

   f. Qual o projeto concreto que vamos assumir neste Encontro?

Associação de Moradores do Conjunto Pistóia

Comissão Diocesana de Justiça e Paz

Levantamento sócio-econômico - Tabulação

Fichas Devolvidas: 92

		Nº	%
01. Estado civil:	casados	57	62
	solteiros	25	28
	desquitados	2	2
	divorciados	3	3
	viúvos	4	4
	sem resposta	1	1
		92	100

02. Número de filhos em casa por família:

	De 1 a 5 filhos	69	75
	De 6 a 9 filhos	12	13
	nenhum filho	04	4
	sem resposta	07	8
		92	100

03. Nº de filhos menores de 18 anos: 200

04. Nº de filhos maiores de 18 anos: 52

252

05. Está empregado?

	SIM	61	66
	NÃO	16	17
	Aposentado	06	7
	Sem resposta	09	10
		92	100

06. Salário do chefe de família:

	Menos de 1 salário	05	06
	De 1 a 2 salários	51	56
	Até 3 salários	10	10
	Acima de 3 salários	09	9
	Sem resposta	17	19
		92	100

07. Renda Familiar: Nº de famílias

	Menos de 1 salário	5	5
	De 1 a 2 salários	34	37
	Até 3 salários	28	30
	Acima de 3 salários	6	7
	Sem resposta	19	21
		92	100

08. Tempo que reside no local:

	De 1 a 10 anos	16	17
	De 1 a 5 anos	52	57
	De 6 a 10 anos	19	21
	Acima de 10 anos	2	2
	Sem resposta	3	3
		92	100

	Nº	%
09. Nº de pessoas que trabalham por família:		
1 pessoa	56	61
2 pessoas	21	23
3 pessoas	2	2
sem resposta	13	14
	92	100
10. Nº de filhos que estudam:		
De 1 a 3 filhos	56	61
De 4 a 6 filhos	12	13
Sem resposta	24	26
	92	100
11. Escolas em que os filhos estudam:		
Pública	117	crianças
Particular	44	crianças

PROFISSÕES LEVANTADAS

A

Aposentado	02
Auxiliar de serviços médicos	01
Auxiliar de serviços gerais	02
Auxiliar de contabilidade	01
Almoxarife	01
Agente de segurança	01
Armador	01
Auxiliar gráfico	01
Auxiliar de costureira	01
Auxiliar administrativo	01
Autônomo	04

B

Balconista	01
Bombeiro Hidráulico	01
Bailarina	01

C

Comerciante	03
Cobrador	03
Costureiro	02
Comerciário	04
Contador	01
Chefe de Suíte	01

D

Doméstica	20
Datilógrafo	01
Desenhista	01
Despachante de ônibus	01

E

Estagiária	01
Eletricista	05
Encarregado de cantina	01
Encarregado	01

F

Ferroviário	01
Feirante	01

L

Ladrilheiro	02

M

Mecânico	05
Motorista	05
Marceneiro	02
Meio oficial de soldador	01

O

Operador de máquinas	01

P

Professora	01
Pintor	01

R

Representante Comercial	01

S

Servente	08
Segurança	01
SEM RESPOSTA	03

Separata n.° 3
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Boletim Aconteceu Semanal
Campanha Nacional pela Reforma Agrária

A VIOLÊNCIA CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS

No final de 1984, ainda durante o regime militar, foi denunciado que a cada 5 dias era assassinado um trabalhador rural em conflito pela posse da terra, ou à frente da luta sindical. Há 8 meses, os militares transferiram o poder aos civis. Inaugurou-se, dizem, uma nova etapa na história política do país. No entanto, essa violência, que atinge os trabalhadores que participam da luta pela terra e por melhores condições de vida e trabalho, é crescente e não foi atenuada com o fim do regime militar. Na primeira semana de novembro já haviam sido levantados os nomes de 187 trabalhadores rurais mortos por causa da terra. O que equivale dizer que a cada 2 dias, aproximadamente, foi assassinado um lavrador.

Esses dados, contudo, não expressam a dimensão da violência exercida diariamente por grandes proprietários, grileiros, patrões e seus prepostos contra os trabalhadores rurais e suas famílias, que conta com freqüência com verdadeiras milícias privadas de capangas, e não raro com o apoio do aparato policial. Além de assassinatos, os trabalhadores rurais sofrem espancamentos, encarceramentos, seqüestros, estupros, despejos, queimas e invasões de roças, mortes e roubos de animais domésticos, fechamentos de caminhos, saques e destruição de casas, trabalho sob a mira de armas e toda sorte de ameaças.

A violência no campo brasileiro é uma **violência generalizada**. Os conflitos explodem em todo o país envolvendo milhares de pessoas. Essa violência generalizada é, ao mesmo tempo, **uma violência seletiva**. Se olharmos com atenção a vida dos trabalhadores assassinados, veremos que são precisamente aqueles que mais se destacaram nas lutas sindicais ou na luta pela terra. Os grandes proprietários e seus jagunços estão matando os dirigentes dos trabalhadores rurais, as suas lideranças, os seus assessores. Trata-se portanto, de uma **violência organizada**. Os números demonstram a agudização dos conflitos. Essa agudização vem acompanhada de fatos do domínio público: os grandes proprietários rurais se armaram e avisaram à sociedade e ao governo por que estavam se armando. Não houve da parte das autoridades nenhuma providência séria no sentido de desarmar os latifundiários. O resultado desta paralisia foi o fortalecimento dos sindicatos do crime.

Por fim, os fatos demonstram que esta é uma **violência impune**. E a impunidade tem sido a garantia e o estimulador desta violência. Escudados na força política do latifúndio os jagunços, a mando dos fazendeiros, têm feito verdadeiros massacres como no sul do Pará,ou trucidamentos como no caso do Padre Ramin, em Rondônia.

A Nova República deve demonstrar a que veio. No campo, os números demonstram que a violência aumentou assustadoramente desde 15 de março. E se alguns assassinos e mandantes foram identificados, não se tem notícia em todo o país de um único deles que tenha respondido por seus atos. Todos permanecem protegidos pela mais rigorosa impunidade.

Diante disso, diversas entidades representativas dos trabalhadores rurais ou que apóiam suas lutas, reuniram-se para, junto à Campanha Nacional pela Reforma Agrária, organizar uma Campanha Contra a Violência no Campo. Organizada a nível nacional a Campanha realizou um ato público em Brasília no dia 27 de novembro, na Câmara dos Deputados. A Campanha culminará com uma Semana Contra a Violência no Campo, entre 8 e 15 de dezembro, comemorando o dia 10 de dezembro, dia Universal dos Direitos Humanos. Caberá, em cada Estado, às forças solidárias às lutas dos trabalhadores rurais a organização de ações conjuntas que contribuam para a denúncia junto à população das violências que recaem sobre os trabalhadores rurais; para a pressão das autoridades para que cesse a impunidade dos criminosos e sejam promovidas medidas que ponham fim a essa violência; e para a demonstração de solidariedade aos trabalhadores atingidos pela violência no campo, seus familiares e companheiros.

Gostaríamos que vocês se juntassem a nós nessa Campanha, cuja primeira iniciativa será o envio em massa de telegramas e cartas ao Ministro da Justiça, ao Ministro da Reforma Agrária, Presidente da República e às autoridades estaduais e municipais, durante e logo após a Semana Contra a Violência no Campo. O envio de mensagens às autoridades, bem como a divulgação dessa iniciativa junto a outras pessoas e entidades, inclusive as não ligadas diretamente à luta dos trabalhadores rurais, contribuirá para a informação e sensibilização da sociedade a respeito da situação dos trabalhadores rurais no país, e também para a pressão das autoridades, através da demonstração de que muitos somos os que estamos atentos à atuação do Governo e à sua inquestionável responsabilidade na perpetuação da violência que abate impunemente milhões de trabalhadores brasileiros.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1985

PROPOSTA DE TELEGRAMA

Preocupados impunidade e crescimento violência contra trabalhadores rurais exigimos: Fim violência campo, punição criminosos e Reforma Agrária Já.

ENCAMINHAR TELEGRAMA PARA:

- Fernando Lira
  MINISTRO DA JUSTIÇA
  70.000 - BRASÍLIA - DF

- Nelson Ribeiro
  MINISTRO DA REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
  SBN - Ed. Palácio do Desenvolvimento, 18º andar A
  70.000 - BRASÍLIA - DF

- Presidente José Sarney
  Palácio do Planalto
  70.000 - BRASÍLIA - DF

CEDIM

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL. (021) 285-6840

Rio de Janeiro, 05 de maio de 1986.

Companheiro(a)

Na última assembleia do nosso Regional da CPT, foi decidido fazermos uma Romaria da Terra. Em reuniões posteriores ficou decidida a data da Romaria ' (21/09) e a primeira equipe de preparação: Pastora Maria. Pe. Agostinho, Frei Fernando e Pe. Geraldo. Esta equipe fez uma primeira reunião. Vimos principalmente '' que era necessário contar nesta equipe com uma pessoa de cada município atingido pelo nosso trabalho e também de cada mutirão e de diversas denominações religiosas. Para que a preparação seja mais participadae ao mesmo tempo que a motivação ' nos municípios seja mais viva.

Estamos convidando você para nos ajudar. Faremos uma reunião no dia 14/05 na Casa de Oração de Nova Iguaçu, de 9 às 17 horas. Contamos com sua presença. Se você pessoalmente não puder compor esta equipe, indique alguém de sua área que esteja indetificado com nosso modo de trabalhar e que acredite nesta forma de celebração da luta dos lavradores.

Para facilitar o acesso ao local, desça do ônibus no centro de Nova Iguaçu, no último ponto da rua Barros Junior. Este ponto dá para os fundos da Catedral. Vá até a Catedral que aí haverá condução para nos levar à Casa de Oração. Esteja na Catedral às 8 horas. Para qualquer outra informação, telefone para o Pe. Geraldo ou Pe. Agostinho (021)767-8570 na Catedral ou para D. Colomba na Casa de Oração (021)767-0722.

Se alguém precisar chegar na véspera, avise antes.

OBSERVAÇÃO: Como a questão financeira da romaria só deverá ser discutida neste encontro, o regional se propoẽ a arcar com as despesas das diárias e pede que as equipes de área da CPT e Igrejas convidadas assumam as passagens das pessoas.

Atenciosamente,

Pe. Geraldo Lima
Coordenador

Caro amigo:

Nas chuvas de fim de Primavera, há quase dez anos atrás , comecei a ajudar na criação do Regional Rio de Janeiro da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Agora, nas águas de março, me desligo da entidade.

Não cabe a mim avaliar meu próprio trabalho. Isto talvez o façam os lavradores de Paraty, Angra dos Reis, Nova Iguaçu, Paracambi, Cachoeiras de Macacu, Trajano de Morais, e tantos outros lugares de nomes bonitos que encobrem tanta injustiça. São eles também, meus companheiros e irmãos, que saberão entender essa minha decisão.

Os homens fazem a História, mas não exatamente como querem ...

Não fosse o companheiro advogado Declieux Crispim ter morrido por negligência hospitalar, em 1961 (é longa a história do (des)serviço de saúde em nosso país), e não se apresentar outro profissional para substituí-lo, talvez eu não tivesse me engajado no serviço aos camponeses. Foram muitos anos, e foi em muitos outros lugares de nomes bonitos — Alvorada do Norte, Santa Rosa, Flores, Sítio d'Abadia, Mambaí, Damianópolis, Campos Belos, Almas — que com paciência e, porque não dizer, resignação, os oprimidos me ensinaram meu trabalho, e comigo partilharam seus desesperos mas também suas esperanças.

Depois foram outros anos e outros lugares. O perfume da alfavaca era uma tênue lembrança que buscava recuperar do fundo da memória, para encobrir o cheiro dos corpos de companheiros estraçalhados na tortura. Mas nunca cessava a fé, mais que esperança, de que algum dia eu poderia voltar a somar meu pouco saber e forças à luta dos deserdados da terra.

Aprendi a humildade reconhecendo a grandeza e a sabedoria do explorado, e diante delas relativizar meu saber e minhas perspectivas. Mas, por tudo isso, talvez não consegui o mesmo em relação a alguns daqueles que se colocam como seus assessores. Por isso, quem sabe, o que se me apresenta como sectarismo, voluntarismo inconsequente, manipulação, etc.etc.etc., não passe de uma metodologia que não consegui entender.

Confesso que não é com leveza de alma que me retiro da CPT-RJ, mas meu compromisso é com o oprimido e não com grupos.

E o cimento desse compromisso está mais que solidificado.

Outras formas de luta e outras trincheiras estão aí. Em breve, certamente muito breve, encontrarei meu novo posto. Até lá, meu endereço é: Rua Tobias do Amaral, 99 - Rio de Janeiro - RJ (22241).

Fraternalmente

Rio de Janeiro, 30 de março de 1986

miguel pressburger

Campanha Nacional Pela
REFORMA AGRÁRIA

INFORMA

Rio de Janeiro nº 16 - Mai/Jun - 1986

A CRISE DA REFORMA

Fica cada vez mais transparente a crise da política do governo em relação à Reforma Agrária.

A nomeação de Dante de Oliveira para o MIRAD, de Rubem Ilgenfritz para o INCRA e até mesmo as 37 desapropriações assinadas pelo Presidente Sarney não foram suficientes para caracterizar uma decisão real de passar o discurso para a prática da Reforma Agrária.

No que diz respeito aos recursos financeiros da Reforma Agrária, aconteceu um fato curioso. O ministro reivindicando Cz$ 12,8 bilhões para sua realização e o governo que só dispõe de Cz$ 1,2 bilhões para este objetivo. No entanto, um impasse dessa natureza (recursos dez vezes menores) não gera nenhum problema político e tudo continua como se nada tivesse sido dito. Será que Dante de Oliveira caiu na real? E, de agora em diante, passará a aceitar o pressuposto de realizar uma reforma agrária dez vezes menor do que o próprio plano de outubro de 85, que por sua vez era dez vezes menor do que o reivindicado pelos trabalhadores rurais e pela sociedade civil?

Enquanto isso cresce a consciência dos movimentos sociais da necessidade da Reforma Agrária, enquanto continuam as lutas dos Sem Terra e a violência dos grandes proprietários.

Frente a tudo isso a Campanha Nacional pela Reforma Agrária na reunião de 17 de junho em Brasília deu um passo à frente, ampliou suas forças e representatividade e definiu um programa de ação adequado à nova conjuntura.

NOTAS

No dia 17 de junho, a Campanha Nacional pela Reforma Agrária reuniu 15 entidades, promovendo um encontro, em Brasília. Deste encontro surgiu uma redefinição da coordenação que passa a contar com a representação das seguintes entidades: CONTAG/CPT/ABRA/IBASE/CUT/CGT. Deixa de existir a figura do coordenador nacional e todos os representantes passam a responder, igualmente, pela Campanha. A União das Nações Indígenas e Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra foram convidados a participar da coordenação.

A CNBB linha 6 passa a atuar como entidade de apoio. A secretaria da Campanha continuará funcionando no IBASE.

Estão sendo criados, nos locais de trabalho e universidades, comitês de mobilização pela reforma agrária. Os primeiros são do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

No dia 21 de maio, no Rio de Janeiro, cerca de 3 mil pessoas participaram de um Ato Público em favor da reforma agrária.

O documento elaborado na última reunião da CNRA e um dossiê sobre Reforma Agrária e Constituinte, elaborado pelo CEDI, foram anexados ao boletim.

No dia 27 de maio, 250 colonos sem terra (homens, mulheres e crianças) saíram em caminhada da fazenda Annoni até Porto Alegre. Foram aproximadamente 450 quilômetros, passando por 15 cidades. No dia 23 de junho, chegaram à capital. A Romaria Conquistadora da Terra Prometida tinha como objetivo mobilizar a sociedade e, dessa forma, garantir alguma pressão sobre o governo para a realização da reforma agrária.Os colonos exigem do governo federal o pagamento das benfeitorias

feitas na área; 50 milhões em Letras do Tesouro Nacional; e 50 milhões em dinheiro para retirar as cabeças de gado existentes na área.
Jornal do Brasil 27.05/ Folha de São Paulo 19.06.86

No dia 20 de maio, conforme notícia da Gazeta Mercantil, o ministro da Justiça, Paulo Brossard disse estar resolvido o problema da fazenda Annoni. A solução encontrada prevê o assentamento de 300 das 1.500 famílias acampadas na área há oito meses. A Annoni foi desapropriada há 14 anos mas dependia de decisão judicial sobre o valor da desapropriação das benfeitorias. O governo federal decidiu negociar diretamente com os proprietários, adiantando, em dois anos, os resultados finais da discussão. O valor total negociado deverá chegar a Cz$ 700 milhões.
Gazeta Mercantil, 21 e 23.06.86

O novo ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, assinou nos dias 23 e 24 de julho, 40 desapropriações em 12 estados, cobrindo um total de 302.135 hectares. Continuamos muito longe da meta de 4.047 milhões ha. prevista para os próximos seis meses.

Algumas entidades internacionais desenvolvem um trabalho de apoio à reforma agrária. A Anistia Internacional preparou um dossiê sobre violência no campo e a morte do padre Josimo. O Comitê França/Brasil tem enviado, ao presidente José Sarney, telegramas de solidariedade e apoio aos lavradores.

CONFLITOS

Pará

Aproximadamente 500 pessoas foram dispersadas a golpes de cassetetes e chutes, por 40 homens do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Pará, no dia 07 de maio. Essas pessoas tinham sido expulsas de um terreno, pertencente às empresas Construção Civil da Amazônia e Freire Melo Ltda., localizado na rodovia Augusto Monte Negro, próximo ao estádio Mangueirão. A investida da PM contou com a ajuda de oito agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Dezenas de pessoas ficaram feridas; 15 foram presas; e Rosacleide Fernandes de Freitas, de 16 anos, sofreu um aborto.
SIN/Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

Foram assassinados 10 posseiros e um pistoleiro num conflito entre as fazendas CIB e Terra Rica, no município de São Geraldo do Araguaia, na região de Castanhas. A CNBB obteve essa informação através de um sindicalista rural do sul do Pará; ainda não houve confirmação, pelo MIRAD. O sindicalista afirma que cerca de 100 famílias de posseiros estavam lavrando a terra quando foram atacados por pistoleiros.
Gazeta Mercantil, 13.06.86/ Cronologia/IBASE

Bico do Papagaio

São 500 armas apreendidas no Bico do Papagaio, em dois dias de desarmamento.
O Globo, 13.06.86/ Cronologia/IBASE

Ceará

Três agricultores foram assassinados, no último dia 09 de junho, na fazenda Jundaíra, no município de Trairi.
JB, 16.06.86/ Cronologia/IBASE

Antonio Amorim, presidente eleito do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá, está sendo ameaçado de morte. Essa ameaça não se restringe a uma única pessoa mas às lutas de organização do sindicato, comunidades de base, partido dos trabalhadores e aos movimentos populares. Os trabalhadores de Tauá esperam providências para que a ameaça não se concretize.
SIN/Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá

Maranhão

Assassinado Padre Josimo Moraes Tavares, 33 anos, em Imperatriz, Maranhão, na sede da CPT local. Padre Josimo era vigário da Paróquia de São Sebastião (GO). No dia 15 de abril foi

vítima de um atentado; conseguiu escapar. No dia 10 de maio foi morto. O assassino, Geraldo Rodrigues da Costa, foi preso em Goiânia e confirmou os nomes dos mandantes: o vereador Osmar Teodoro da Silva (PMDB) e seu irmão Guiomar Teodoro da Silva. Várias denúncias foram feitas para evitar a morte de Pe. Josimo, no entanto, nenhuma medida foi tomada.
CPT-Nacional

Pistoleiros e jagunços do fazendeiro Francisco Ferreira de Lima vem ameaçando os trabalhadores rurais, mulheres e crianças do povoado São José dos Mouras de Cima, Maranhão. A denúncia foi feita pelo Movimento da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR). O movimento responsabiliza o INCRA e pede que medidas urgentes sejam tomadas.
SIN/Equipe Regional Nordeste IV da ACR

Sergipe

Aproximadamente 156 famílias se encontram acampadas, desde setembro de 1985, na fazenda Riacho do Capim, conhecida como fazenda Barra da Onça. Os lavradores ocuparam a sede do INCRA em Aracaju e querem a desapropriação imediata da área.
SIN/Setor de Comunicação - Diocese de Propriá

Pernambuco

Os trabalhadores rurais da cana denunciam que a violência patronal continua na Zona Canavieira de Pernambuco. Os trabalhadores continuam sendo assassinados quando reclamam de seus mais elementares direitos. A violência continua na mais absoluta impunidade.
CONTAG/FETAPE/Sindicatos

Os trabalhadores da Zona Canavieira denunciam o não cumprimento dos direitos defendidos pela Convenção Coletiva de Trabalho, assinado pelos usineiros. Na entressafra milhares de trabalhadores são desempregados; e, os que ficam, recebem tarefas muito maiores do que o estabelecido na Convenção. Dessa forma, um único trabalhador faz o trabalho de dois ou três. Os usineiros não têm pago o repouso semanal remunerado e negam o direito de férias ao trabalhador. É grande o número de desempregados.
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE)

Aproximadamente 150 famílias estão ameaçadas de perderem suas terras com a construção da barragem de Algodões. Apesar dos acordos firmados, as famílias não participaram do planejamento das obras que já foram iniciadas. Não foi adquirida outra terra para a população despejada nem existe decisão sobre a indenização das benfeitorias.
SIN/Comissão de Moradores/Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oiricuri (PE)

Mato Grosso

Grileiros da região de Nova Brasilândia estão tentando expulsar os posseiros que, há mais de 15 anos, ocupam a terra. Os grileiros mandam prender e espancar os lavradores e cortam as cercas, permitindo que o gado destrua as lavouras. Deuzimar, um dos agressores, jurou que matará padre Miguel se ele continuar ajudando aos posseiros.
SIN/Comissão de Defesa dos Direitos Humanos - Prelazia de Rondonópolis

Goiás

120 trabalhadores ocuparam o escritório da unidade fundiária do INCRA, em Porto Nacional, Goiás, no dia 31 de março. A ocupação foi feita para lembrar a promessa, feita pelo MIRAD e pelo INCRA, de desapropriar diversas áreas da região. O INCRA se comprometeu em realizar, no prazo de 15 dias, o levantamento das oito áreas reivindicadas; preparar toda a documentação que vai servir de base para a desapropriação; e regularizar as áreas.
SIN/Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Nacional

Bahia

Foi assassinado, no dia 21 de maio, o técnico da Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco, Josael de Lima. Josael orientava o INCRA sobre a existência de latifúndios improdutivos e passíveis de desapropriação para reforma agrária, em Barra do Rio Grande, Bahia.
Nota Oficial da FUNDIFRAN/Diocese de Barra

Minas Gerais

Os trabalhadores rurais de Matozinhos, Baldim e adjacências, expulsos da fazenda Fortuna, em 1967, lutam para que parte das terras dessa fazenda seja desapropriada. O INCRA, após alguns levantamentos, caracterizou-a como latifúndio por exploração, enquadrando-a, assim, dentro das exigências do PNRA para desapropriação.
SIN/Secretariado da CPT-MG, Contagem

Em Varzelândia, norte de Minas, Filogônio Francisco da Silva, representante do INCRA, e, Valdeci Alves de Almeida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia, foram atingidos por tiros disparados por Milton Barbosa dos Reis. Os dois, apesar de feridos, conseguiram escapar.
SIN/Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia

Espírito Santo

A fazenda Georgina, no município de São Mateus, foi desapropriada no dia 10 de janeiro. Até o presente momento, não foi dada a emissão de posse, prolongando-se, assim, os sofrimentos de inúmeras famílias acampadas há mais de seis meses. No Espírito Santo, foram assentadas, até hoje, apenas 50 famílias das 200 previstas no Plano de reforma agrária, para 1986.
SIN

Rio de Janeiro

No dia 22 de abril, vários trabalhadores rurais concentraram-se em frente ao INCRA-RJ. Os trabalhadores querem que seja tomada alguma providência para tornar efetiva a posse das terras da fazenda Boa Esperança, desapropriada, em março, pelo presidente José Sarney. Além disso, reivindicam a desapropriação de outras áreas em conflito; a garantia de alimentação, na fase inicial de ocupação da terra, até a primeira safra; saneamento básico; condições de educação; e incrementos agrícolas.
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

São Paulo

Os fazendeiros do oeste paulista estão cancelando contratos e expulsando de suas terras os arrendatários, com medo de que sua permanência possa influenciar o INCRA na desapropriação das propriedades para efeito de reforma agrária. A denúncia foi feita pelo prefeito do município de Castilho (SP), o arrendatário José Miguel do Nascimento.
O Globo, 13.06.86/Cronologia/IBASE

A CUT retoma a campanha nacional contra a violência no campo e responsabiliza o fazendeiro Boaventura José de Magalhães pelo assassinato do lavrador Júlio Rodrigues de Miranda, ocorrido em 06 de outubro de 1985, em Benfinópolis, Minas Gerais, na localidade de Mandiocal.
SIN/Central Unica dos Trabalhadores-SP

Rio Grande do Sul

130 colonos da fazenda Annoni fizeram um acampamento, em frente ao INCRA- Porto Alegre, para pedir uma solução definitiva para os acampados. No dia 12 de maio, 60 crianças da fazenda Annoni visitaram o acampamento. Elas foram levar uma carta aos representantes do INCRA, no estado, contando sua história. Na Annoni existem hoje 2.600 menores, 900 em idade escolar; e 400 mulheres grávidas. As crianças e os adultos passam fome, frio e não tem condições básicas de saúde e educação. As crianças dizem, em sua carta, que se nenhuma medida for tomada para resolver, definitivamente, o problema das famílias acampadas, muitas crianças vão morrer de fome e frio nesse inverno.
Zero Hora, 15.05.86

O Movimento Sem Terra do Rio Grande do Sul entende que para se realizar uma reforma agrária que beneficie os trabalhadores deve-se considerar, pelo menos, as seguintes exigências:

1. a criação de um módulo máximo, de 500 ha., que uma família ou empresa rural possa ter;
2. a desapropriação das empresas rurais que ultrapassem esse módulo (nas regiões que forem prioritárias para fim de reforma agrária);
3. que as terras agricultáveis, que não são parques, reservas florestais ou indígenas, pertencentes ao governo federal ou estadual, bem como às empresas públicas, sejam distribuídas aos agricultores sem terra;
4. que a distribuição das terras seja coordenada pelos próprios agricultores, cabendo ao Estado dar todas as condições, sem interferir na forma de organização e produção, cabendo aos próprios assentados decidir o que querem fazer e como será a sua lavoura;
5. que o INCRA regional cumpra, imediatamente, o Plano Regional de Reforma Agrária, cuja meta é de assentar 3.800 famílias, ainda este ano; (...)
6. que o governo não coloque a Brigada Militar para reprimir o Movimento dos Sem Terra ou qualquer outro movimento popular;
7. que os deputados pressionem o Congresso Nacional, para a criação imediata de uma lei que desaproprie as empresas rurais.

Jornal Ocupação NO 1/maio 1986

VIOLÊNCIA NO CAMPO

1 mil 123 pessoas, entre trabalhadores rurais, pequenos agricultores, agentes de pastoral e advogados foram assassinados, em todo o Brasil, no período compreendido entre 1964 e 1985, por problemas de terra.
Assassinatos no Campo-- Crime e Impunidade-- 1964/1985. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

As questões envolvendo a disputa pela terra no Brasil chegam a 2.224 de acordo com os dados computados pela Coordenadoria de Conflitos do MIRAD. Este ano, 115 pessoas foram assassinadas. Em 1985, no período de janeiro a abril, ocorreram 63 mortes e, durante todo ano, foram 214 casos. Em comparação com o ano passado, até maio, houve um aumento de 63% no número de mortos. Os conflitos violentos cresceram nos últimos meses, principalmente na região do Bico do Papagaio. No período de julho a setembro, época de preparação da terra para o plantio, a disputa costuma aumentar. Este ano, o MIRAD prevê índices muito mais elevados, em vista do acirramento dos conflitos.
O Estado de São Paulo, 25.05.86/MIRAD

Esta é também a conclusão da Ordem dos Advogados do Brasil, depois da realização, em Araguaína, do III Encontro sobre Violência e Direitos Humanos. Segundo o presidente da entidade, Dr.Hermann de Assis Baeta, muitos dos assassinatos e atentados, ligados a questões agrárias, apesar das notícias das comunidades rurais, não são levados ao conhecimento público por falta de provas concretas
Folha de São Paulo/ 22.06.86

Alguns membros da CONTAG, ABRA e CNBB reuniram-se para discutir a atual situação do homem do campo, em especial, sobre os conflitos e atos de violência. Desse encontro, tiraram algumas diretrizes que apontamos, resumidamente: denunciar a ação organizada dos que resistem sistematicamente à reforma agrária, no Brasil; repudiar o recurso à violência por parte dos que armam pistoleiros; apuração da veracidade das notícias de importação de armas por parte dos proprietários rurais e formação de milícias a seu mando; enquanto a nova Constituição não estabelecer as bases para o Direito e a Justiça Agrária, agilizar formas imediatas de atuação.
CONTAG/CNBB/ABRA

TRABALHO ESCRAVO

Rondônia

800 trabalhadores, entre eles cinco menores, vivem sob regime de escravidão em Guajará-Mirim, no estado de Rondônia. Esta denúncia foi feita pelo bispo D. Geraldo Verdier, na assembléia dos bispos brasileiros, em Itaici, São Paulo. Pelo menos em sete dos 15 municípios de Rondônia existe trabalho escravo. As denúncias, geralmente, nem são apuradas. (JB)

Pará

No dia 24 de março de 1986, em Belém, o Tribunal Regional do Trabalho deu ganho de causa aos peões que tinham processado a fazenda da Volks - Cia. Vale do Rio Cristalino - Agropecuária Comércio e Indústria. A fazenda terá de pagar todos os direitos trabalhistas aos peões da Canabrava, escravizados durante um ano.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luciara - PA

TERRAS INDÍGENAS

Durante todo ano de 1985 nenhuma área indígena do estado de Amazonas ou do território de Roraima teve a sua demarcação homologada pelo presidente José Sarney. Nessas unidades da federação vive quase a metade da população indígena do Brasil. A demarcação é dificultada pela própria legislação. Até 1983, a FUNAI era quem a realizava. A partir do Decreto 88.118 de 23.02.83, o Ministério do Interior passou a fazer parte desse processo. Agora, a identificação, a demarcação e a regularização das terras serão feitas pelas Superintendências Regionais. A coordenação técnica caberá à Superintendência de Assuntos Fundiários, com sede em Brasília. Só depois de passar pelo GTI (Grupo de Trabalho Interministerial), Ministério do Interior e MIRAD é que o processo vai chegar ao Presidente da República para ser assinado. É um processo complicado que demonstra o interesse dedicado ao problema.
PORANTIM/abril 1986

Minas Gerais

No dia 13 de maio, um índio morreu e dois ficaram feridos num ataque realizado na aldeia Pindaíba, área dos Índios Xacriabá. O ataque foi feito por Alfredo Ferreira Leite, Gonçalo dos Santos, Vidoca e seu irmão. A área tem conflitos antigos devido à disputa com o prefeito local, José F. de Paula que se diz dono da terra.
telex do CIMI, 16.05.86

Mineração em Terras Indígenas

O Conage e o CEDI prepararam um dossiê sobre empresas de mineração e terras indígenas na Amazônia, onde consta que 77 áreas indígenas estão sendo destruídas pela ação de 74 empresas ou grupos econômicos envolvidos em pesquisa mineral. Apesar do impedimento legal, o Departamento Nacional de Produção Mineral expediu 537 alvarás de pesquisa mineral. Há outros 1.732 requerimentos em tramitação. Quanto ao tipo de empresa, 268 alvarás (50%) favorecem grupos privados nacionais, 215 (40%) grupos multinacionais e 54 (10%) grupos estatais. 351 alvarás incidentes em áreas indígenas foram concedidos pelo DNPM, entre 1983 e 1985.
PORANTIM maio/86

CEDI

Boletim da Campanha Nacional pela Reforma Agrária

Produzido pela Secretaria da Campanha

Rua Vicente de Souza, 29 - 22251, Rio de Janeiro - RJ

Editor: Ana Kronemberger 18630/86/7V

geraldo

LEGISLAÇÃO CITADA.

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

.....

Título VII

DA ORDEM ECONOMICA E FINANCEIRA

Capítulo III

DA POLITICA AGRICOLA E FUNDIARIA E DA REFORMA AGRARIA

Art. 184. Compete a União desapropriar por interesse social para fins de reforma agraria o imovel rural que não esteja cumprindo sua função social mediante previa e justa indenização em titulos da divida agraria, com clausula de preservação do valor real, resgataveis no prazo de ate vinte anos a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei

§ 1º As benfeitorias uteis e necessarias serão indenizadas em dinheiro

§ 2º O decreto que declarar o imovel como de interesse social, para fins de reforma agraria, autoriza a União a propor a ação de desapropriação

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditorio especial, de rito sumario, para o processo judicial de desapropriação

§ 4º O orçamento fixara anualmente o volume total de titulos da divida agraria, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agraria no exercicio

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferencia de imoveis desapropriados para fins de reforma agraria

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

.....

TÍTULO II

DAS PARTES E DOS PROCURADORES

.....

CAPÍTULO II

DOS DEVERES DAS PARTES E DOS SEUS PROCURADORES

.....

Seção III

Das Despesas e das Multas

.....

Art. 24. Nos procedimentos de jurisdição voluntária, as despesas serão adiantadas pelo requerente, mas rateadas entre os interessados.

. . . . . .

. . . . . .

DECRETO-LEI N.º 554 — DE 25 DE ABRIL DE 1969

DISPÕE SOBRE DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL, DE IMÓVEIS RURAIS, PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969, decreta:

Art. 1.º — A União poderá promover a desapropriação, por interesse social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária, nos termos do artigo 157 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pelo Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969.

§ 1.º — A desapropriação a que se refere este artigo far-se-á por ato do Presidente da República ou de outra autoridade a quem forem delegados poderes bastantes.

§ 2.º — O ato expropriatório deverá conter a descrição e demais características do imóvel.

Art. 2.º — Ainda quando situados nas áreas de que trata o artigo 1.º, não serão objeto de desapropriação, na forma prevista neste Decreto-lei, os imóveis que satisfizerem os requisitos para classificação como empresa rural, fixados na Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e sua regulamentação.

Art. 3.º — Na desapropriação a que se refere o artigo 1.º, considera-se justa indenização da propriedade:

I — o valor fixado por acordo entre o expropriante e o expropriado;

II — Na falta de acordo, com o valor da propriedade, declarado pelo seu titular para fins de pagamento do imposto territorial rural, se aceito pelo expropriante; ou

III — O valor apurado em avaliação levada a efeito pelo expropriante, quando este não aceitar o valor declarado pelo proprietário, na forma do inciso anterior ou quando inexistir essa declaração.

§ 1.º — Se entre a data da declaração a que se refere o inciso II e a do ato expropriatório houver decorrido mais de um ano, o valor da indenização será corrigido monetariamente de acordo com os índices oficiais.

§ 2.º — Para a avaliação prevista no inciso III, que será precedida do cadastramento *ex officio*, o expropriante basear-se-á no efetivo rendimento econômico do imóvel, verificado no ano agrícola imediatamente anterior.

§ 3.º — Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação deste Decreto-lei, os proprietários de imóveis rurais poderão apresentar, mediante justificação, nova declaração do respectivo valor, em substituição à anteriormente formulada para efeito de pagamento do imposto territorial rural.

Art. 4.º — Não havendo acordo, o expropriante depositará, em banco oficial, o valor da indenização, fixado nos termos do artigo 3.º e seus parágrafos.

Parágrafo único — O valor da terra nua será depositado em títulos especiais da dívida pública, e o das benfeitorias, em moeda corrente do País.

Art. 5.º — A ação da desapropriação será proposta perante o Juiz Federal do Distrito Federal, do Estado ou do Território onde estiver situado o imóvel.

Art. 6.º — Na petição inicial, o expropriante, juntando um exemplar da publicação, em órgão oficial do ato de desapropriação, bem como o recibo bancário do depósito feito nos termos do artigo 4.º e seu parágrafo único, requererá seja o depósito convertido em pagamento do preço e ordenadas, em seu favor, a imissão na posse do bem e a respectiva transcrição no registro de imóveis.

Art. 7.º — De plano, ou no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o juiz deferirá a inicial, declarando efetuado o pagamento do preço e determinado a expedição, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, dos competentes mandados, em nome do expropriante.

Parágrafo único — A transcrição da propriedade no registro de imóveis far-se-á no prazo improrrogável de 3 (três) dias, contados da data da apresentação do mandado.

Art. 8.º — Certificado nos autos o cumprimento dos mandados de que trata o artigo anterior, o Juiz ordenará a citação do expropriado para responder aos termos da ação.

Art. 9.º — A contestação só poderá versar sobre o valor depositado pelo expropriante ou sobre vício do processo judicial.

Art. 10 — Contestada a ação, a causa seguirá o rito ordinário.

Art. 11 — Na revisão do valor da indenização, deverá ser respeitado, em qualquer caso, como limite máximo, o valor declarado pelo proprietário, para efeito de pagamento do imposto territorial rural, e eventualmente reajustado nos termos do § 3.º do artigo 3.º.

Art. 12 — Aplica-se às desapropriações por interesse social de que trata este Decreto-lei o disposto, relativamente às desapropriações por utilidade pública, no artigo 9.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 13 — O depósito, que se haverá como feito à disposição do juízo da ação de desapropriação, será levantado mediante prova da propriedade, da quitação de dívidas que recaiam sobre o bem expropriado, e das multas delas decorrentes, e depois de publicados editais, na Capital do Estado e na sede da comarca de situação do bem, com o prazo de 30 (trinta) dias, para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único — Havendo dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo.

Art. 14 — Os bens expropriados, uma vez transcritos em nome do expropriante, não poderão ser objeto de reivindicação ainda que fundada na nulidade da desapropriação.

Parágrafo único — Qualquer ação, julgada procedente resolver-se-á em perdas e danos.

Art. 15 — O juiz que descumprir os prazos estabelecidos neste Decreto-lei incorrerá na sanção prevista no artigo 24 do Código do Processo Civil, aplicada mediante representação de uma das partes ao Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único — Tratando-se de serventuário da Justiça, ou de Oficial do Registro de Imóveis, ficará ele sujeito a multa igual a dois terços do maior salário-mínimo do País, por dia de retardamento.

Art. 16 — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEI N.º 4.504 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

. . . . . .

TÍTULO III — DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

CAPÍTULO I (III) — DA TRIBUTAÇÃO DA TERRA

. . . . . .

Seção II — Do Imposto Territorial Rural

. . . . . .

Art. 49 — As normas gerais para a fixação do imposto territorial obedecerão a critérios de progressividade e regressividade, levando-se em conta os seguintes fatores:

I — os valores da terra e das benfeitorias do imóvel;

II — a área e dimensões do imóvel e das glebas de diferentes usos;

III — a situação do imóvel em relação aos elementos do inciso II do art. 46;

IV — as condições técnicas e econômicas de exploração agropecuária-industrial;

V — a natureza da posse e as condições de contratos de arrendatários, parceiros e assalariados;

VI — a classificação das terras e suas formas de uso e rentabilidade;

VII — a área total agricultável do conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário no País.

§ 1.º — Os fatores mencionados neste artigo, exceção feita dos indicados no inciso III, serão declarados pelo proprietário ou obtidos em levantamento cadastral.

§ 2.º — Todos os proprietários rurais ficam obrigados, para os fins previstos nesta Lei, a fazer declaração de propriedade, nos prazos e segundo normas fixadas na regulamentação desta Lei.

§ 3.º — As declarações dos proprietários, para fornecimento de dados destinados à instrução cadastral são feitas sob sua inteira responsabilidade e, no caso de dolo ou má fé, os obrigarão ao pagamento em dobro dos tributos realmente devidos, além das multas decorrentes das despesas com as verificações necessárias.

. . . . . .

. . . . . .

DECRETO-LEI N.º 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941

DISPÕE SOBRE DESAPROPRIAÇÕES POR UTILIDADE PÚBLICA

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º — A desapropriação por utilidade pública, regular-se-á por esta lei, em todo o território nacional.

Art. 2.º — Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados, pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

§ 1.º — A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.

§ 2.º — Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.

"§ 3.º — É vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República."

Art. 3.º — Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

Art. 4.º — A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em conseqüência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.

Art. 5.º — Consideram-se casos de utilidade pública:

a) a segurança nacional;

b) a defesa do Estado;

c) o socorro público em caso de calamidade;

d) a salubridade pública;

e) a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência;

f) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica;

g) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;

h) a exploração ou a conservação dos serviços públicos;

i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização, o loteamento de terreno, edificados ou não, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais; (Lei)

j) o funcionamento dos meios de transporte coletivo;

k) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;

l) a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico ou artístico;

m) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios;

n) a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves;

o) a reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária;

p) os demais casos previstos por leis especiais. (Lei)

§ 1.º — A construção ou ampliação de distritos industriais, de que trata a alínea *i* do *caput* deste artigo, inclui o loteamento das áreas necessárias à instalação de indústrias e atividades correlatas, bem como a revenda ou locação dos respectivos lotes a empresas previamente qualificadas. (Lei)

§ 2.º — A efetivação da desapropriação para fins de criação ou ampliação de distritos industriais depende de aprovação, prévia e expressa, pelo Poder Público competente, do respectivo projeto de implantação. (Lei)

Art. 6.º — A declaração de utilidade pública far-se-á por decreto do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.

Art. 7.º — Declarada de utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial.

Aquele que for molestado por excesso ou abuso de poder, cabe indenização por perdas e danos, sem prejuízo da ação penal.

Art. 8.º — O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo, praticar os atos necessários à sua efetivação.

Art. 9.º — Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.

Art. 10 — A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.

Neste caso, somente decorrido um ano, poderá ser o mesmo bem objeto de nova declaração.

Do Processo Judicial

Art. 11 — A ação, quando a União for autora, será proposta no Distrito Federal ou no foro da Capital do Estado onde for domiciliado o réu, perante o juízo privativo, se houver, sendo outro o autor, no foro da situação dos bens.

Art. 12 — Somente os juízes que tiverem a garantia de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos poderão conhecer dos processos de desapropriação.

Art. 13 — A petição inicial, além dos requisitos previstos no Código de Processo Civil, conterá a oferta do preço e será instruída com um exemplar do contrato, ou do jornal oficial que houver publicado o decreto de desapropriação, ou cópia autenticada dos mesmos, e a planta ou descrição dos bens e suas confrontações.

Parágrafo único — Sendo o valor da causa igual ou inferior a dois contos de réis, dispensam-se os autos suplementares.

Art. 14 — Ao despachar a inicial, o juiz designará um perito de sua livre escolha, sempre que possível, técnico, para proceder à avaliação dos bens.

Parágrafo único — O autor e o réu poderão indicar assistente técnico do perito.

Art. 15 — Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imiti-lo provisoriamente na posse dos bens.

§ 1º — A imissão provisória poderá ser feita, independentemente da citação do réu, mediante o depósito

a) do preço oferecido, se este for superior a 20 (vinte) vezes o valor locativo, caso o imóvel esteja sujeito ao imposto predial;

b) da quantia correspondente a 40 (vinte) vezes o valor locativo, estando o imóvel sujeito ao imposto predial e sendo menor o preço oferecido;

c) do valor cadastral do imóvel, para fins de lançamento do imposto territorial urbano ou rural, caso o referido valor tenha sido atualizado no ano fiscal imediatamente anterior;

d) não tendo havido a atualização a que se refere o inciso c, o juiz fixará, independente de avaliação, a importância do depósito, tendo em vista a época em que houver sido fixado originariamente o valor cadastral e a valorização ou desvalorização posterior do imóvel. (NR)

§ 2º — A alegação de urgência, que não poderá ser renovada, obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias.

§ 3º — Excedido o prazo fixado no parágrafo anterior, será concedida a imissão provisória. (NR)

Art. 16 — A citação far-se-á por mandado na pessoa do proprietário dos bens; a do marido dispensa a da mulher; a de um sócio, ou administrador, a dos demais, quando o bem pertencer à sociedade; a do administrador da coisa, no caso de condomínio, exceto o de edifício de apartamento constituindo cada um propriedade autônoma; a dos demais condôminos e a do inventariante, e, se não houver, a do cônjuge, herdeiro, ou legatário detentor da herança, a dos demais interessados, quando o bem pertencer a espólio.

Parágrafo único — Quando não encontrar o citando, mas ciente de que se encontra no território da jurisdição do juiz, o oficial portador do mandado marcará desde logo hora certa para a citação, ao fim de 48 horas, independentemente de nova diligência ou despacho.

Art. 17 — Quando a ação não for proposta no foro do domicílio ou da residência do réu, a citação far-se-á por precatória, se o mesmo estiver em lugar certo, fora do território da jurisdição do juiz.

Art. 18 — A citação far-se-á por edital, se o citando não for conhecido, ou estiver em lugar ignorado, incerto ou inacessível, ou, ainda, no estrangeiro, o que dois oficiais do juízo certificarão.

Art. 19 — Feita a citação, a causa seguirá com o rito ordinário.

Art. 20 — A contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço, qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta.

Art. 21 — A instância não se interrompe. No caso de falecimento do réu, ou perda de sua capacidade civil, o juiz, logo que disso tenha conhecimento, nomeará curador à lide, até que se habilite o interessado.

Parágrafo único — Os atos praticados da data do falecimento ou perda da capacidade à investidura do curador à lide poderão ser ratificados ou impugnados por ele, ou pelo representante do espólio, ou do incapaz.

Art. 22 — Havendo concordância sobre o preço, o juiz o homologará por sentença no despacho saneador.

Art. 23 — Findo o prazo para a contestação e não havendo concordância expressa quanto ao preço, o perito apresentará o laudo em cartório, até cinco dias, pelo menos antes da audiência de instrução e julgamento.

§ 1º — O perito poderá requisitar das autoridades públicas os esclarecimentos ou documentos que se tornarem necessários à elaboração do laudo, e deverá indicar nele, entre outras circunstâncias atendíveis para a fixação da indenização, as enumeradas no art. 27.

Ser-lhe-ão abonadas, como custas, as despesas com certidões e a arbitrio do juiz, as de outros documentos que juntar ao laudo.

§ 2º — Antes de proferido o despacho saneador, poderá o perito solicitar prazo especial para apresentação do laudo.

Art. 24 — Na audiência de instrução e julgamento proceder-se-á na conformidade do Código de Processo Civil. Encerrado o debate, o juiz proferirá sentença fixando o preço da indenização.

Parágrafo único — Se não se julgar habilitado a decidir, o juiz designará desde logo outra audiência que se realizará dentro de dez dias a fim de publicar a sentença.

Art. 25 — O principal e os acessórios serão computados em parcelas autônomas.

Parágrafo único — O juiz poderá arbitrar quantia módica para desmonte e transporte de maquinismos instalados e em funcionamento.

Art. 26 — No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, não se incluirão direitos de terceiros contra o expropriado. (NR)

§ 1.º — Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação, as úteis, quando feitas com autorização do expropriante.

§ 2.º — Decorrido prazo superior a um ano a partir da avaliação, o juiz ou Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado, conforme índice que será fixado, trimestralmente, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. (NR)

Art. 27 — O juiz indicará na sentença os fatos que motivaram o seu convencimento e deverá atender, especialmente, à estimação dos bens para efeitos fiscais; ao preço de aquisição e interesse que deles aufere o proprietário; à sua situação, estado de conservação e segurança; ao valor venal dos da mesma espécie, nos últimos cinco anos, e à valorização ou depreciação da área remanescente, pertencente ao réu.

§ 1.º — A sentença que fixar o valor da indenização quando este for superior ao preço oferecido, condenará o desapropriante a pagar honorários de advogado, sobre o valor da diferença.

§ 2.º — A transmissão da propriedade decorrente de desapropriação amigável ou judicial, não ficará sujeita ao imposto de lucro imobiliário.

Art. 28 — Da sentença que fixar o preço da indenização caberá apelação com efeito simplesmente devolutivo, quando interposta pelo expropriado, e com ambos os efeitos, quando o for pelo expropriante.

§ 1.º — O juiz recorrerá *ex officio* quando condenar a Fazenda Pública em quantia superior ao dobro da oferecida.

§ 2.º — Nas causas de valor igual ou inferior a dois contos de réis observar-se-á o disposto no art. 839 do Código de Processo Civil.

Art. 29 — Efetuado o pagamento ou a consignação, expedir-se-á em favor do expropriante, mandado de imissão de posse, valendo a sentença como título hábil para transcrição no registro de imóveis.

Art. 30 — As custas serão pagas pelo autor se o réu aceitar o preço oferecido; em caso contrário, pelo vencido, ou em proporção, na forma da lei.

Disposições Finais

Art. 31 — Ficam sub rogados no preço quaisquer ônus ou direitos que recaiam sobre o bem expropriado.

Art. 32 — O pagamento do preço será prévio e em dinheiro (pf).

Art. 33 — O depósito ao preço fixado por sentença, à disposição do juiz da causa, é considerado pagamento prévio da indenização.

§ 1.º — O depósito far-se-á no Banco do Brasil, ou, onde este não tiver agência, em estabelecimento bancário acreditado, a critério do juiz.

§ 2.º — O desapropriado, ainda que discorde do preço oferecido, do arbitrado ou fixado pela sentença, poderá levantar até 80% (oitenta por cento) do depósito feito para o fim previsto neste e no art. 15, observado o processo estabelecido no art. 34. (9)

Art. 34 — O levantamento do preço será deferido mediante prova de propriedade, de quitação de dívidas fiscais que recaiam sobre o bem expropriado, e publicação de editais, com o prazo de dez dias, para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único — Se o juiz verificar que há dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para discuti-lo.

Art. 35 — Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

Art. 36 — É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização.

O expropriante prestará caução, quando exigida.

Art. 37 — Aquele cujo bem for prejudicado extraordinariamente em sua destinação econômica pela desapropriação de áreas contíguas terá direito a reclamar perdas e danos do expropriante.

Art. 38 — O réu responderá perante terceiros, e por ação própria, pela omissão e sonegação de quaisquer informações que possam interessar à marcha do processo ou ao recebimento da indenização.

Art. 39 — A ação de desapropriação pode ser proposta durante as férias forenses, e não se interrompe pela superveniência destas.

Art. 40 — O expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei.

Art. 41 — As disposições desta lei aplicam-se aos processos de desapropriação em curso, não se permitindo depois de sua vigência outros termos e atos além dos por ela admitidos, nem o seu processamento por forma diversa da que por ela é regulada.

Art. 42 — No que esta lei for omissa aplica-se o Código de Processo Civil.

Art. 43 — Esta lei entrará em vigor dez dias depois de publicada, no Distrito Federal, e trinta dias nos Estados e Território do Acre; revogadas as disposições em contrário.

CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

Título VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Capítulo II
DA POLÍTICA URBANA

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

. . . . . .

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I — a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II — a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I — aproveitamento racional e adequado;

II — utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III — observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV — exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

. . . . . .

. . . . . .

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

. . . . . .

Título IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

. . . . . .

Capítulo III

DO PODER JUDICIÁRIO

Seção I

Disposições Gerais

. . . . . .

Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

.....

LEI N.º 4.132 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1962

DEFINE OS CASOS DE DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL E DISPÕE SOBRE SUA APLICAÇÃO (10)

Art. 1.º — A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social na forma do art. 147 da Constituição Federal.

Art. 2.º — Considera-se de interesse social:

I — o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;

II — a instalação ou a intensificação das culturas nas áreas em cuja exploração não se obedeça a plano de zoneamento agrícola, (*Vetado*);

III — o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola;

IV — a manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com à tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias.

V — a construção de casas populares;

VI — as terras e águas suscetíveis de valorização extraordinária, pela conclusão de obras e serviços públicos, notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação, armazenamento de água e irrigação, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas;

VII — a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.

§ 1.º — O disposto no item I deste artigo só se aplicará nos casos de bens retirados de produção ou tratando-se de imóveis rurais cuja produção, por ineficientemente explorados, seja inferior à média da região, atendidas as condições naturais do seu solo e sua situação em relação aos mercados.

§ 2.º — As necessidades de habitação, trabalho e consumo serão apuradas anualmente segundo a conjuntura e condições econômicas locais, cabendo o seu estudo e verificação às autoridades encarregadas de velar pelo bem-estar e pelo abastecimento das respectivas populações.

Art. 3.º — O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.

Parágrafo único. (*Vetado*).

Art. 4.º — Os bens desapropriados serão objeto de venda ou locação, a quem estiver em condições de dar-lhes a destinação social prevista.

Art. 5.º — No que esta lei for omissa aplicam-se as normas legais que regulam a desapropriação por unidade pública, inclusive no tocante ao processo e à justa indenização devida ao proprietário.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Publicado no DCN (Seção II) de 07/07/92

Centro Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 67, DE 1992 - COMPLEMENTAR
(nº 71/89 - Complementar, na Casa de origem)

Dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O processo judicial de desapropriação de imóvel rural por interesse social, para fins de reforma agrária, obedecerá ao procedimento contraditório especial, de rito sumário, disposto nesta lei complementar.

Art. 2º - A desapropriação de que trata esta lei complementar é de competência privativa da União e recairá sobre imóveis suscetíveis de desapropriação, situados em áreas prioritárias para reforma agrária.

§ 1º - Intentada a desapropriação parcial do imóvel, o expropriando poderá requerer, na contestação, a desapropriação de todo o imóvel e o expropriante não a poderá recusar, quando a área remanescente ficar prejudicada substancialmente em suas condições de exploração econômica.

§ 2º - A desapropriação dependerá de prévia declaração de interesse social, para fins de reforma agrária, através de decreto do Presidente da República.

§ 3º - Fica o órgão federal executor da reforma agrária autorizado a promover as desapropriações de que trata esta lei complementar.

§ 4º - Declarado o interesse social, para fins de reforma agrária, poderá o órgão expropriante ingressar no imóvel, para vistoria e avaliação, e em caso de oposição, mediante prévia autorização judicial, recorrer ao auxílio de força policial, responsabilizando-se por perdas e danos a que causa ou por excessos e abusos cometidos, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 3º - A ação de desapropriação deverá ser proposta dentro do prazo de dois anos, contados da publicação do decreto declaratório.

§ 1º - Decorrido o prazo de que trata este artigo, ou revogado o ato declaratório, extingue-se a sua eficácia, podendo o decreto ser renovado somente um ano após sua extinção ou revogação e apenas uma vez.

§ 2º - A existência de medida judicial impeditiva do ajuizamento ou da tramitação da ação de desapropriação interrompe o curso do prazo extintivo da validade do decreto .

Art. 4º - A ação de desapropriação será proposta perante o juízo federal competente e poderá ser ajuizada durante as férias forenses.

Art. 5º - A petição inicial, além dos requisitos formais indicados no Código de Processo Civil, conterá a oferta do preço que terá como mínimo o valor da Declaração de Propriedade, e será instruída com:

I - o texto do decreto declaratório de interesse social para fins de reforma agrária, publicado no Diário Oficial da União;

II - certidões atualizadas de domínio e de ônus reais do imóvel;

III - o documento cadastral do imóvel;

IV - o laudo de vistoria e avaliação administrativa que conterá necessariamente:

a) a descrição do imóvel, por meio de suas plantas geral e de situação, e memorial descritivo da área objeto da ação;

b) a relação das benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias, das culturas e pastos naturais e artificiais, da cobertura florística, seja natural ou decorrente de florestamento ou reflorestamento; e dos semoventes;

c) discriminadamente, os valores de avaliação da terra nua e das benfeitorias indenizáveis.

Art. 6º - O Juiz, ao despachar a petição inicial, de plano, ou no prazo máximo de quarenta e oito horas:

I - autorizará o depósito judicial correspondente ao preço oferecido;

II - mandará citar o expropriando para contestar o pedido, indicar assistente técnico e formular quesitos, se quiser.

§ 1º - Efetuado o depósito do valor correspondente ao preço oferecido, o juiz mandará, no prazo de quarenta e oito horas, imitir o Autor na posse do imóvel expropriando.

§ 2º - Para a efetivação da imissão na posse poderá o juiz, se necessário, requisitar força policial.

Art. 7º - A citação do expropriando será feita por mandado, na pessoa do proprietário do bem, do representante legal, no caso de sociedades comerciais, ou do inventariante, se espólio.

Parágrafo único - Serão intimados da ação os titulares de direitos reais sobre o imóvel desapropriando.

Art. 8º - Encontrando-se o citando em lugar certo, mas fora da jurisdição do juiz, a citação será feita por precatória ou rogatória, observada, ainda, a regra do art. 230 do Código de Processo Civil.

Parágrafo único - A citação será feita por hora certa ou por edital com prazo de quinze dias, nos casos e formas previstos nos arts. 227 ou 231 e seguintes do Código de Processo Civil.

Art. 9º - A contestação será oferecida no prazo de quinze dias, a partir da juntada do mandado cumprido, da precatória, ou da rogatória ou, ainda, da publicação do edital nos autos da ação de desapropriação.

Art. 10 - Na contestação poderá ser alegada qualquer matéria de interesse da defesa, excluída a apreciação quanto ao interesse social declarado.

§ 1º - Recebida a contestação, o juiz, se for o caso, determinará a realização de prova pericial, adstrita a pontos impugnados do laudo de vistoria administrativa a que se refere o art. 5º, inciso IV desta lei complementar.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, o juiz desde logo:

I - designará o perito do juízo;

II - formulará os quesitos que julgar necessários;

III - intimará as partes para, no prazo de dez dias, indicar assistentes e apresentar quesitos.

§ 3º - O perito e os assistentes prestarão compromisso no prazo de cinco dias, contados da intimação.

§ 4º - A prova pericial será concluída no prazo fixado pelo juiz, não excedente a sessenta dias, contados da data do compromisso do perito.

Art. 11 - Havendo acordo sobre o preço, este será homologado por sentença.

Art. 12 - O juiz fará realizar a audiência de instrução e julgamento em prazo não superior a trinta dias, contados da conclusão da perícia.

Art. 13 - O juiz proferirá sentença na audiência de instrução e julgamento ou nos trinta dias subseqüentes, indicando os fatos que motivaram o seu convencimento.

§ 1º - Para a fixação do valor da indenização, o juiz não ficará jungido aos laudos periciais, podendo valer-se de outros meios de convencimento, inclusive pesquisa mercadológica.

§ 2º - O valor da indenização será contemporâneo ao da data da perícia, ou de qualquer levantamento em que se basear o juiz, corrigido monetariamente até a data do seu efetivo pagamento.

§ 3º - Na sentença, o juiz deverá individualizar o valor do imóvel, de suas benfeitorias e dos demais componentes do valor da indenização.

§ 4º - Tratando-se de enfiteuse ou aforamento, a indenização será depositada em nome dos titulares do domínio útil e do domínio direto, cabendo-lhes disputá-la em ação própria.

Art. 14 - Da sentença que fixar o preço da indenização caberá apelação com efeito simplesmente devolutivo, quando interposta pelo expropriado e, em ambos os efeitos, quando pelo expropriante.

§ 1º - A sentença que condenar o expropriante em quantia igual ou superior a duas vezes o preço oferecido na inicial ficará sujeita a duplo grau de jurisdição.

§ 2º - No julgamento dos recursos não haverá revisor.

Art. 15 - O valor da indenização estabelecido por sentença deverá ser depositado, pelo expropriante, à ordem do juízo, em dinheiro, para as benfeitorias úteis e necessárias, inclusive culturas e pastagens artificiais, e em Títulos da Dívida Agrária para a terra nua.

Art. 16 - A pedido do expropriado, após o trânsito em julgado da sentença, será levantada a indenização ou o depósito judicial, descontados, pelo juiz, o valor de tributos e multas incidentes sobre o imóvel porventura devidos aos cofres públicos, exigíveis até a data da imissão na posse pelo expropriante.

§ 1º - O expropriando poderá levantar parte da indenização ou do depósito judicial, a qualquer tempo, demonstrando que o direito à parcela pretendida já não é objeto de impugnação pelo expropriante naquela fase processual.

§ 2º - Havendo dúvida acerca do domínio ou de algum direito real sobre o bem, ou sobre os direitos dos titulares do domínio útil e do domínio direto, em caso de enfiteuse ou aforamento, ou, ainda, existindo indivisão, o respectivo valor ficará depositado à disposição do juízo, enquanto os interessados não resolverem seus conflitos em ações próprias.

Art. 17 - Efetuado o levantamento, ainda que parcial, da indenização ou do depósito judicial, será ratificada a imissão na posse e expedido em favor do expropriante, no prazo de dez dias, mandado translativo do domínio, para registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, na forma e para os efeitos da Lei de Registros Públicos.

Art. 18 - Em caso de reforma da sentença, com o aumento do valor da indenização, o expropriante será intimado a depositar a diferença, no prazo de quinze dias.

Art. 19 - O julgamento das ações concernentes à desapropriação de imóvel rural, para fins de reforma agrária, em qualquer fase, é preferente e dispensa pagamento de preparo ou de emolumentos.

§ 1º - Qualquer ação que tenha por objeto o bem expropriado será distribuída, por dependência, à vara federal onde tiver curso a ação de desapropriação, determinando-se a pronta intervenção da União Federal.

§ 2º - O Ministério Público Federal terá vista dos autos, obrigatoriamente, após a manifestação das partes, antes de cada decisão ou acórdão a ser proferido no processo.

Art. 20 - As despesas judiciais e os honorários do advogado e do perito constituem encargos do sucumbente, assim entendido o expropriado, se o valor da indenização for igual ou inferior ao preço oferecido, ou do expropriante, na hipótese de valor superior ao preço oferecido.

§ 1º - Os honorários do advogado do expropriado serão fixados em até vinte por cento sobre a diferença entre o preço oferecido e o valor da indenização.

§ 2º - Os honorários periciais serão devidos em valor fixo, estabelecido pelo juiz, atendendo à complexidade do trabalho desenvolvido.

Art. 21 - A qualquer momento processual, mesmo depois de proferida a sentença, compete ao juiz, a requerimento de qualquer das partes, arbitrar valor para desmonte e transporte de móveis, bem como para transporte de semoventes, a ser suportado, ao final, pelo expropriante, e cominar prazo para que o promova o expropriado.

Art. 22 - Aplica-se ao processo de que trata esta lei complementar, no que for compatível, o Código de Processo Civil.

Art. 23 - As disposições desta lei complementar aplicam-se aos processos em curso, válidos os atos já praticados.

Art. 24 - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto-Lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRÁFICO CONTAGRI 70.750 BRASÍLIA DF -

MANIFESTO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA CONTAG AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA SOBRE OS PLANOS REGIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA.

O Conselho de Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, reunido em Brasília, vem, através do presente, manifestar integral apoio aos termos da Nota de 10/04/86 em que a CONTAG reprova a decisão do Presidente da República, uma vez mais, adiando a aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária.

Os sucessivos adiamentos revelam uma inexplicável vacilação na aprovação dos Planos Regionais, comprometendo e dificultando a execução da Reforma Agrária.

Além disso, a protelação da assinatura dos planos transmite a toda a sociedade a desagradável sensação de que o Governo estaria se curvando à pressão do latifúndio.

Essa sensação se fortalece diante da omissão do Governo que, totalmente indiferente a violência desencadeada no meio rural pelos latifundiários, assiste passivo a ilegal formação de arsenais pelos grandes proprietários de terras.

A reiterada omissão do Governo está levando os trabalhadores rurais a desacreditar na possibilidade das autoridades virem a enfrentar realmente o latifúndio, gerando a convicção de que será preciso organizar mecanismos de auto defesa da classe, o que poderá ocasionar incidentes indesejados.

Simultaneamente a não assinatura dos Planos Regionais e a indiferença e omissão do Governo diante da formação de arsenais pelo latifúndio, assistimos, com estranheza, a formação de organismos paralelos ao MIRAD, esvaziando as atribuições deste Ministério.

Assistimos ainda a utilização da política do FINOR, implementada através da SUDENE, SUDAM e de outros órgãos governamentais como instrumentos da perpetuação do latifúndio e da concentração da propriedade da terra, através da

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRÁFICO CONTAGRI 70.750 - BRASÍLIA DF -

concessão de financiamentos de somas elevadas, sem a garantia efetiva de que esses recursos serão destinados efetivamente a produção de alimentos.

Por outro lado, o novo Ministro da Agricultura, até agora, não revelou a mesma disposição de apoiar o Programa de Reforma Agrária, como era manifestado pelo ex-Ministro Pedro Simon, razão porque entendemos necessário o pronunciamento a respeito do Ministro Iris Resende.

Nessas condições, a CONTAG, as Federações e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais manifestam a decisão de convocar a classe em toda o País para se mobilizar, em estado de alerta e vigilância para reclamar ao Presidente da República a assinatura imediata dos Planos Regionais e a efetiva execução da Reforma Agrária, com o cumprimento das metas definidas no Plano Nacional ainda durante o ano de 1986, promovendo-se ainda a desapropriação, também imediata, das áreas de conflito pela posse da terra.

Brasília (DF), 13 de abril de 1986.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO ACRE

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE ALAGOAS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO AMAZONAS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DA BAHIA

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRÁFICO CONTAGRI 70.750 - BRASÍLIA DF -

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DA PARAÍBA

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SERGIPE

DELEGACIA SINDICAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRAFICO CONTAGRI - 70.750 - BRASÍLIA DF —

NOTA OFICIAL

Diante das notícias veiculadas pela imprensa, hoje, de que o Presidente da República decidiu adiar, uma vez mais, a aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária, para que sejam revisados em sua "forma e fundo", por uma comissão especial, a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG, em nome dos mais de 11 milhões de famílias de trabalhadores rurais que representa, torna público o seguinte:

1. Apesar de haver uma decisão formal do Presidente da República de levar a efeito a Reforma Agrária e de colocá-la como uma das prioridades do seu Governo, inclusive adotando medidas importantes nessa direção — como a criação do MIRAD, lançamento da proposta do PNRA para debate, instituição de grupos de trabalho para colher subsídios, escolha e manutenção de uma equipe para o MIRAD e o INCRA comprometida com a Reforma Agrária —, na prática, o PNRA não tem recebido do Governo o mesmo tratamento dispensado aos demais programas.

2. Ao examinar o PNRA e os Planos Regionais de Reforma Agrária, o Presidente da República tem adiado decisões importantes no que diz respeito à aprovação e consequente execução desses Programas.

Desde janeiro que os Planos Regionais estão em seu poder, portanto, não se justifica que, só agora, após todo esse atraso, quando a Nação esperava que eles fossem finalmente aprovados e implantados de imediato, o Presidente da República resolva criar uma comissão para revê-los, sem data prevista para terminar. E o que é mais grave, revê-los em sua "forma e conteúdo", o que pode tornar nulas as contribuições oferecidas às propostas iniciais tanto do PNRA como dos Planos Regionais. Isto pode levar a crer que o Presidente da República está assumindo a inteira responsabilidade pelo êxito ou pelo fracasso da implantação da Reforma Agrária no País.

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B - Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRÁFICO CONTAGRI - 70.750 - BRASÍLIA - DF —

Algumas questões importantes devem ser levantadas: em que consistirá essa mudança de "forma e fundo"? Vão ser reduzidas as metas do Plano? Vão ser eliminadas as áreas prioritárias? Vão ser estabelecidos critérios aquém do Estatuto da Terra para desapropriação?

3. Essa mesma preocupação a CONTAG tem com relação a outras medidas adotadas pelo Governo que, se não forem bem delineadas, poderão se contrapor à idéia de levar avante a Reforma Agrária. Exemplo: a criação do Ministério da Irrigação.

Se não for bem determinada a política de irrigação, ela poderá tornar-se um instrumento de confronto com a Reforma Agrária. Diferentes órgãos a níveis federal e estadual, atuando na questão fundiária, estão atropelando o próprio órgão encarregado de sua execução — o MIRAD —, que não tem espaço suficiente na elaboração do PNRA e dos Planos Regionais. Não está claro quais serão os beneficiários dos projetos de irrigação, se o Plano representa um reforço ou não aos latifundiários; quais os critérios que serão utilizados para execução desse Plano, ou seja, as terras serão desapropriadas por interesse social, por utilidade pública, compradas ou negociadas?

4. Com relação à política agrícola, a CONTAG tem dúvidas se haverá por parte do novo Ministro da Agricultura a mesma disposição de apoiar os Programas de Reforma Agrária, como era decisão do ex-Ministro Pedro Simon.

5. A Reforma Agrária é hoje, mais do que nunca, imprescindível, até mesmo como medida que, somada a outras, poderá fazer com que o País encontre o caminho para o desenvolvimento harmônico.

Se as terras hoje controladas pelo latifúndio forem desapropriadas e distribuídas aos milhões de famílias sem terra ou com terra insuficiente, milhões de empregos serão criados no campo; haverá uma efetiva distribuição da renda no meio rural; aumentará a produção de alimentos; o Governo passará a ter estoques

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B - Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRAFICO CONTAGRI - 70.750 - BRASÍLIA DF —

reguladores, ficando em condições de competir com os especuladores e atravessadores; os milhões de camponeses, passando a ter renda, poderão contribuir para a expansão do mercado interno; o êxodo rural será estancado e, logo, os operários urbanos terão condições de se organizar para barganhar melhores salários, sem a concorrência da mão-de-obra rural; e a violência acabará, no campo e na cidade.

Por isso, nem nós nem o Governo tem o direito de atropelar a implantação de um Programa de Reforma Agrária dessa magnitude. O País vive um grande clima de tensão social no campo, com a multiplicação dos conflitos e da violência, haja vista os 240 assassinatos registrados em 1985; os grileiros encontram respaldo em policiais para expulsar posseiros, destruir suas casas e lavouras.

A CONTAG receia que os trabalhadores entrem numa fase de cansaço e de descrédito. E, se isso ocorrer, não lhes resta outra alternativa senão lutar pela sobrevivência, entrando nas terras de forma indiscriminada, intensificando-se, na certa, o confronto. Ainda existe credibilidade, mas frustrada a expectativa de uma solução, é impossível prever o que poderá ocorrer.

A CONTAG espera que essa decisão do Governo de retardar a aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária não esteja relacionada com a pressão dos latifundiários que, frequentemente, têm-se manifestado contra a Reforma Agrária, contra as desapropriações por interesse social.

Assim como o Governo tomou a decisão de levar à prática as medidas de caráter econômico, por que não assumir a mesma posição com relação a um Programa amplo de Reforma Agrária? O povo quer fiscalizar os super-mercados, mas quer fiscalizar também... a implantação da Reforma Agrária no Brasil, que deve ser feita de forma criteriosa.

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B - Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRÁFICO CONTAGRI - 70.750 - BRASÍLIA - DF —

O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais vai continuar refletindo sobre essa questão. Vamos solicitar, para a próxima semana, uma audiência com o Senhor Presidente da República, para analisar com ele sobre a importância da agilização da aprovação dos Planos Regionais, e de manter esses Planos, pelo menos, coerentes com o Estatuto da Terra, até que essa lei seja aperfeiçoada.

Brasília, 10 de abril de 1986.

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
Presidente

CEDIM

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

REGIMENTO INTERNO - REGIONAL ESPIRITO SANTO/RIO DE JANEIRO

Capítulo I Da Denominação, Sede e Foro

Artigo 1. A Comissão Pastoral da Terra, Regional Espirito Santo/Rio de Janeiro, também denominada CPT ES/RJ, é uma entidade jurídica de direito privado, pastoral, ecumênica e filantrópica, sem fins lucrativos, sob a forma de associação de promoção e defesa dos direitos sociais dos povos do campo, abrangendo os Estados do Espirito Santo e do Rio de Janeiro, com sede ??????? e foro na mesma cidade, sendo um dos regionais que compõe a Comissão Pastoral da Terra Nacional (CPT Nacional), com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Artigo 2. A CPT ES/RJ rege-se pelas leis do país e pelos Estatuto Social e Regimento Interno da CPT Nacional e regula suas atividades internas pelo presente Regimento, aprovado em Assembleia Geral Regional.

Artigo 3. A CPT ES/RJ tem como finalidade as mesmas do artigo 3º do Estatuto Social da CPT Nacional:

I – interligar, assessorar e dinamizar os que exercem atividades pastorais em favor dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das águas e das florestas, adiante denominados camponeses e camponesas;

II – desenvolver atividades educacionais, culturais, ambientais e assistenciais junto às comunidades rurais, prestando assessoria e elaborando materiais pedagógicos destinados à formação e acompanhamento das iniciativas dos camponeses e camponesas e suas organizações para que conquistem sua autonomia e os meios adequados para sua manutenção e de sua família;

III – promover campanhas de conscientização e outras formas de ação em favor dos direitos dos camponeses e camponesas contra a violência, a impunidade, o trabalho escravo, o latifúndio e o agro e hidronegócios, em prol da reforma agrária, da defesa dos territórios das comunidades tradicionais e da defesa da água, das florestas e da ecologia;

IV – encaminhar e divulgar estudo e análises visando a compreensão da metodologia do trabalho pastoral, das expressões da religiosidade popular e das questões ligadas ao campo;

Parágrafo único – A CPT poderá estabelecer ligações e firmar convênios com organismos que, como ela, busquem a concretização dos interesses do conjunto dos camponeses e camponesas.

Capítulo II Dos membros da CPT ES/RJ

Artigo 3. São membros da CPT ES/RJ todas as pessoas que atuam ativa e diretamente na pastoral em favor dos camponeses e das camponesas, e que manifestem a disposição de vincular-se à Entidade como agentes, voluntários ou liberados, aceitos pelas Equipes de Base, Conselho Regional e sejam participantes, devidamente constituídos dos encontros oficiais nas diversas instâncias da Entidade. Assim como os Bispos, pastores, pastoras e religiosos acompanhantes da CPT.

& 1º. Entende-se por agente liberado (a) aquele (a) que deverá ser contrato (a) em regime de CLT, exercendo atividades a ele (a) atribuídas pela Equipe de Base da micro área do Regional.

& 2º. A CPT ES/RJ conta com colaboradores, constantes ou eventuais, ligados a outras entidades que prestam serviços gratuitos ao Regional.

Artigo 4. São direitos dos membros da CPT ES/RJ:

I – participar dos encontros locais, regionais, nacional quando indicados para isso;

II – fazer uso de voz e do voto nas diversas reuniões, encontros e assembleias da Entidade;

& 1º. Nenhum membro pode ser impedido de exercer seus direitos ou a função que lhe tiver sido atribuída, a não ser nos casos de negligência, má fé e descumprimento dos deveres conforme o Estatuto Social, podendo ser afastado provisória ou definitivamente.

& 2º. Em nenhuma instância da CPT ES/RJ será permitido voto por procuração.

Artigo 5. São deveres dos membros da CPT ES/RJ:

I – acompanhar os camponeses e camponesas nas diversas situações em que se encontram;

II – registrar os conflitos vivenciados pelas comunidades e a violência que sobre elas se abate;

III – Zelar pelo patrimônio e bom nome da CPT ES/RJ e divulgar seu trabalho

Artigo 6. O membro da CPT ES/RJ poderá pedir seu desligamento em qualquer tempo, comunicando-se com à Equipe de Base, e/ou com Coordenador (a) da micro área regional de atuação da Equipe de Base.

Artigo 7. A exclusão de algum membro poderá ser feita pelo Conselho Regional, quando houver justa causa sempre garantindo-lhe o amplo direito de defesa.

Parágrafo Único – da exclusão cabe recurso à Assembleia, conforme o caso.

Capítulo III Da organização e funcionamento

Artigo 8. A CPT ES/RJ organiza-se através das seguintes instâncias:

I – A Assembleia Geral Regional;

II – O Conselho Regional;

III – A Coordenação Executiva Regional;

IV – As Equipes de Base

Capítulo IV Da Assembleia Regional

Artigo 9. A Assembleia Geral Regional é o órgão deliberativo sobre todas as questões referentes a vida e ao trabalho da CPT ES/RJ

Parágrafo Único – Assembleia Regional compete:

I – motivar e fortalecer a mística do conjunto dos agentes e trabalhadores da CPT ES/RJ;

II – definir e aprovar as linhas gerais de ação da CPT para o triênio;

III – avaliar e aprovar relatórios de atividades e a prestação de contas do exercício, e emitir parecer sobre a gestão do Conselho Regional e da Coordenação Regional;

IV – examinar e aprovar planos e orçamentos da Entidade, definir e aprovar relações com igrejas e entidades;

V – Homologar nomes dos membros escolhidas pelas Equipes de Base para o Conselho Regional e a Coordenação Regional;

VI – referendar ou destituir membros do Conselho Regional e da Coordenação Regional escolhidos pelas Equipes de Base, de acordo com o disposto neste Regimento.

VII –Modificar o presente Regimento Interno.

Parágrafo Único – A alteração do Regimento será feita em Assembleia especialmente convocada para este fim e requer aprovação por maioria absoluta.

Artigo 10. A Assembleia Geral Regional, convocada ordinariamente a cada 3 (três) anos, será composta:

I – pelo Conselho Regional;

II – pela Coordenação Regional;

III – pelos Bispos, pastores, pastoras e religiosos acompanhantes da CPT ES/RJ;

IV – pelos (as) representantes das Equipes de Base;

V – pelos (as) demais convidados, sem direito a voto.

& 1º. Cada equipe de base da CPT ES/RJ deverá indicar agentes de pastoral e trabalhadores (as) todos (as) com direito a voto na Assembleia.

& 2º. O Conselho Regional definirá o número de participantes conforme o volume de trabalho nas Equipes de Base. Considerando os aspectos de gênero e geração.

Artigo 11. A Assembleia Regional Ordinária será convocada pela Coordenação Regional da CPT ES/RJ ou por um dos seus representantes. E efetuada através de aviso por escrito encaminhado com antecedência de pelos menos 30 (trinta) dias. A Assembleia Geral Extraordinária será convocada, quando necessário, pela Coordenação Regional ou pelo Conselho Regional.

Artigo 12. As decisões da Assembleia Geral Regional serão sempre tomadas mediante voto declarado dos (as) presentes habilitados (as), pela maioria absoluta (50% + 1). Não havendo requisito de quórum para início dos trabalhados da Assembleia.

Capítulo V Do Conselho Regional

Artigo 13. O Conselho Regional é um espaço de reflexão e partilha e tomada de decisão entre as micro áreas do Regional CPT ES/RJ.

Artigo 14. O Conselho Regional, CPT ES/RJ, será referendado para um mandato de 3 (três) anos podendo ser reeleito por mais um mandato consecutivo. E será composto por 6 membros, sendo 3 efetivos e 3 suplentes.

& 1º. O Conselho Regional reúne-se 02 (duas) vezes por ano.

Artigo 15. Ao Conselho Regional compete:

I – definir, acompanhar e avaliar a execução dos programas de trabalho do regional, garantindo as linhas de ação e a missão da CPT;

II – aprovar planos, projetos e orçamentos conforme deliberação da Assembleia Regional;

III – garantir a articulação dos trabalhos com as igrejas;

IV – organizar a Assembleia Regional;

V- dar outros encaminhamentos desde que não firam o Estatuto e esteja de acordo com o estabelecido pelo Regimento Interno Regional.

VI – emitir parecer para Assembleia Geral sobre balanços e prestação de contas propondo sua aprovação/reprovação;

VII – Criar ou suprimir Equipes de Base da CPT ES/RJ, de acordo com o Estatuto.

Parágrafo Único – A convocação do Conselho Regional da CPT ES/RJ quando de caráter extraordinário, deverá ser efetuada:

I – por membros do Conselho Regional em sua maioria relativa (simples);

II – pela Coordenação Regional ou por um de seus (suas) representantes.

Capítulo VI Da Coordenação Regional

Artigo 16. A Coordenação Regional é o órgão executivo colegiado composto por 3 pessoas, escolhidas pelo Conselho Regional e referendado na Assembleia para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos por mais um mandato. E deve atuar de acordo com os objetivos e a mística da CPT.

Artigo 17. A Coordenação Regional compete:

I – apoiar a coordenação dos trabalhos das Equipes de Base garantindo a linha de ação da CPT nas micro áreas de atuação do Regional;

II – manter as Equipes de Base informadas das decisões nacionais e regionais;

III – organizar e coordenar os encontros regionais e outras atividades que o trabalho da região exigir;

IV – monitorar a prestação de contas e relatórios de atividades nas diversas instâncias da CPT;

V – a coordenação executiva pode constituir comissões para assessorá-la ou executar políticas especificas, sob sua coordenação e responsabilidade com deliberação do Conselho Regional;

VI – receber delegação de poderes para representar a CPT ES/RJ ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;

VII – substabelecer ou outorgar procurações para administrar e gerir o patrimônio da CPT ES/RJ, abrir, monitorar e encerrar contas bancárias, assinar boletos e contratos de câmbio.

& 1º. A Coordenação Regional da CPT ES/RJ reunir-se-á ordinariamente 3 (três) vezes ao ano, ou ainda sempre que houver necessidade.

& 2º. Para assumir o cargo de Coordenação, o membro deverá ter experiência no trabalho da CPT, estar atuando junto as Equipes de Base, e ter compromisso com os objetivos e missão da CPT.

Capítulo VII Das Equipes de Base

Artigo 18. Constituem as Equipes de Base da CPT ES/RJ os agentes pastorais e representantes dos grupos apoiados responsáveis pela organização e o serviço da CPT em âmbito regional, que atuam orientados (as) pelas linhas e princípios da CPT.

Artigo 19. As Equipes de Base estão ligadas pastoral, funcional e juridicamente constituindo o Regional ES/RJ.

Artigo 20. São atribuições das Equipes de Base do Regional CPT ES/RJ:

I – planejar e executar os trabalhos da CPT na sua micro área orientando-se pelas linhas e princípios da CPT

II – manter-se articulado com a Coordenação Regional nos trabalhos de planejamento, execução e monitoramento dos projetos;

III – participar das reuniões do Conselho Regional;

IV – indicar delegados para a Assembleia Ordinária Regional;

V – apresentar semestralmente relatório de atividades a Coordenação Regional;

VI – contribuir, uma vez ao ano, com a elaboração do relatório de avaliação das atividades, orientando-se pela metodologia utilizada pela CPT.

Capítulo VIII Das Finanças e Patrimônios

Artigo 21. Constitui fontes de patrimônio da CPT ES/RJ, os previstos nos Estatutos Social e Regimento Interno da CPT Nacional, e de acordo com projetos financeiro do Regional.

& 1º. O uso dos bens patrimoniais da CPT ES/RJ como automóveis, equipamentos de informática, telefones e outros, será exclusivamente para os serviços da CPT, não sendo admitido o uso dos mesmos para fins pessoais, devendo-se evitar qualquer forma de expressões faladas ou escritas que deem sentido de posse particular dos referidos bens.

& 2º. A movimentação das contas da CPT ES/RJ será efetuada em conjunto, devendo constar 2 (duas) assinaturas para validar qualquer documento.

Artigo 22. O uso dos recursos financeiros para o trabalho das Equipes de Base, conforme projeto financeiro, será acompanhado pela Coordenação Regional cabendo a Coordenação das micro áreas das Equipes de Base prestar relatório de prestação de contas, mensalmente.

Artigo 23. A prestação de contas: entradas, fontes de recursos, saídas e aplicações deve ser discriminadas; bem como: encontros, viagem pessoal, material de escritório, publicações e outras despesas se fará na Assembleia Regional e no último encontro do ano vigente do Conselho Regional da CPT ES/RJ.

Artigo 24. A aquisição de imóveis e/ou veículos por qualquer das equipes de Base deverá receber aprovação do Conselho Regional e da CPT Nacional.

Artigo 25. As rendas da CPT ES/RJ serão aplicadas integralmente no país para os fins estabelecidos neste regimento, não podendo haver distribuição de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou membros, sob nenhuma forma ou pretexto.

Capítulo IX Das disposições gerais

Artigo 26. A CPT ES/RJ tem duração indeterminada e sua dissolução só poderá ser decidida por 2/3 (dois terços) dos membros em Assembleia Regional, especialmente convocada para este fim.

Artigo 27. As dúvidas na interpretação deste Regimento, bem como os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Regional e referendados em Assembleia.

Este Regimento, aprovado pela XXX Assembleia e referendado pelo Conselho da CPT Nacional entra em vigor na da de sua aprovação, podendo ser modificado pela mesma Assembleia Regional, por maioria absoluta de seus membros votantes.

Espírito Santo, _____/_____/_____.

_____

1º Coordenador

_____

2º Coordenador

_____

3º Coordenador

Fizemos uma proposta de programação que segue abaixo:

Sábado:
8h Acolhida
Celebração da vida
Análise de conjuntura
Socialização das equipes
Relato das reuniões anteriores do regional com os encaminhamentos
(Regimento, coordenação)

Almoço 12h

14h retorno
Elaborar o Plano de ação da regional
Sistematização eixos comunicação, formação, projetos de mobilização de recursos
Socialização dos grupos
Definir a agenda da reunião do conselho, segundo semestre, coordenação, conselho

18h Vídeo da romaria e ler carta

Jantar Noite cultural

Domingo
7h30 café
8h Celebração da vida
9h 00 encaminhamentos e avaliação
12h almoço e encerramento

CEDIM

CPT
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX· POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL· (021) 232 0495

CURSO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

LOCAL CPT-RJ 22 e 23 de agosto de 1992

PRESENTES:

Nova Iguaçu - Rosangela, Cláudio, Luiz Carlos, Joana, Sonia.
V. Redonda - Valdecir, Vanderleia, Fidelis
Grande Rio - Atelisa, Adolfo
CPT/RJ - José Ricardo, Generosa

Modelo Tradicional de Agricultura - exposição José Ricardo

O processo de industialização inicia-se no governo

30 - 45 - Vargas
- Dutra
50 - 54 - Vargas
55 - JK

e com ele a entrada da indústria automobilística, instaura-se neste período a modernização aliada a produção e é neste momento em que se dá a entrada dos tratores, fertilizantes, venenos.

A agricultura passa por um processo de transformação, e que requer um volume de investimento, como fertilizantes, venenos, etc.

O processo de modernização até 62 + ou - foi implementado no país de modo camuflado.

1950 - 302% da população morava na cidade e 70% na área rural.

O projeto de RA assinado por João Goulart inviabilizava a proposta de modernização.(15km nas margens das federais)

Em 1964 o projeto de modernização aparece de modo concretizado no I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

Os acordos que influenciam o governo militar: MEC/USAID. Banco Mundial, Fundação FORD, Fundação Rockfeler, FMI é através desses acordos e com a entrada da modernização na agri agricultura, que o trabalhador é expulso do campo, consequentemente se dá o endividamento do país, que irá eclodir em 1979.

A exigência imposta pelos investidores foi da exportação de grãos, a partir da divisão internacional do trabalho a

nível internacional.

O álccol surgiu como alternativa energetica em funções da queda do preço do açúcar no USA e na Europa.

Em 1980 30% estão no campo e 70% na área industrial.

2.-Fita vídeo - agricultura - questionando o modelo

3 - Plenária

4 - Almoço

5 - Divisão em grupos por áreas

- objetivo
- anotador
- relator

cartaz relatando os pontos mais críticos.

Indentificar os problemas da região

N. Iguaçu

- objetivo - Sonia
- anotação - Rosangela
- relator

Nova Iguaçu

Identificar os pontos mais críticos

- Sem assessoria técnica
- dificuldades de acesso a sementes e mudas
- análise do solo
- banana, quiabo, aipim, milho, laranja, maracujá.
- mecanismo
- assessoria técnica não é permanente - EMATER
- solo avaliado
- venda da terra
- solo desgastado / diversificado
- admistração de bens
- água não é potável
- presença outras entidades, rural, Emater, Capina, Franceses
- recebem insumos mas não sabem utilizar
- análise do solo
- assessoria técnica da Emater recente num aspe
- plantação de lavoura branca
- dificuldade de plantar/
- desinteresse, desorganização
- presença da assessoria SEHURB, EMATER (ocilante) asprcto técnico e organizativo

- diferença de linguagem trabalhador e técnico (latina social/ /cultural)
- análise do solo sem no entanto pensar saídas
- desgaste do solo/ discussão de propostas de produção diversificada (com cooperativa)
- ruptura da tradição cultural na produção
- ter cuidados com utilização: agrotóxicos, utilização de modo espontâneo com assessoria, defensiva quanto mecanismo alternativos,
- 2 modos de comercializar
- difiuldade administrar bens
- existe compra coltiva de mudas e sementes - CEASA - cooperativa
- presença da assessoria técnica tem caráter político direcionado, é oscilante
- mais linguagem trabalho técnico (leitura social/cultural)
- análise do modo sem propostas concretas de saídas.
- nível de organização dos trabalhos
- predomínio de produção tradicional
- conjunto do saber técnico e do saber popular
- aipim, milho, quiabo, banana, maracujá

Cartazes

Nova Iguaçu

- Assessoria técnica
  . caráte político direcionado
  . oscilante
  . saber técnico x saber popular
  . análise do solo sem proposta concreta
  . organização dos trabalhadores
  . predomínio da produção tradicional (casamento do "moderno" com o tradicional)
  . produção comum: aipim, banana, milho, quiabo, maracujá

Volta Redonda

- queimada para preparação do solo
- falta de recursos técnicos para a preparação
- falta de sementes para o plantio (ex. milho)
- desgaste do solo
- utilização de defensivos, produtos para o crescimento, comprometendo além do mais a saúde dos trabalhadores pela fal-

ta de equipe
- falta de assistência técnica

Grande Rio

. queimadas para a preparação do solo comprometendo as minas pelo desmatamento
. utilização de defensivos
. retirada de areia
. falta de assistência e recursos

SISTEMATIZAÇÃO

Pontos comuns

Assentamentos

1 - acompanhamento técnico
2 - organização dos trabalhadores
3 - desgaste do solo
4 - presença de um casamento entre o "moderno" e o tradicional
5 - total descapitalização

Outras formas de relação com a terra

1 - uso de venenos
2 - falta de assistência que respeite o saber tradicional, acumulado durante séculos

7 - Por que a agricultura alternativa surge?

Lavoisier (1743 - 1797) lembra a teoria do Flogistico que dizia que em toda matéria existe uma parte viva. E esta teoria partia do pressuposto de Aristóteles (384 - 322 ac) que acredita que só existem 4 elementos: fogo, terra, água e ar.

Três cientistas lembram a famosa teoria humanista, de que tudo vinha do humus

- Saussurê - 1767 - 1845
- Bonssingault - 1802 - 1887
- Liebig - 1803 1873

Afirmamos que, as palntas se nutrem de sais.

Após a 1ª Guerra Mundial, 1918 a indústria bélica começa a utilizar o hidrogênio para o crescimento das plantas, acentuando-se patemente após II Guerra Mundial (1945).

e posteriormente os inseticidas e herbicidas.
Apartir das consequências reradas pelo modelo químico, começam surgir na Europa as alternativas.
Não se sabe claramente se na Alemanha ou na India, 1924 -
Alemanha Rudolf Staim 1899- Indis Sir Albert howard

Possuiam a visão da agricultura como um todo e que deveriam estar integrada com homem, com o cosmo, etc. com uma visão mais ampla.

Modelos Agricultura - Biodinâmica

8 - Projeção de Slides

9 - Divisão de grupos
- levantamento das possibilidades de saídas
- Ajudar ao trabalhador a discutir com o técnico as propostas apresentadas pelo técnico.
  Procurar travar uma relação com o técnico (agente CPT X técnico)
- capacitação / informação sobre os aspectos do plantio subsidio a nível da informação
- pesquisa de outras experiências alternativas em contrapartida a situação de desgaste do solo
- resgaste histórico sobre a produção da terra
- repensar a metodologia da ação juntas aos trabalhadores no aspecto da organização

PROPOSTAS:

Nova Iguaçu

1. Ajudar o trabalhador na sua relação com o técnico
2. trabalhar com o técnico no sentido de subsidiá-lo
3. capacitação sobre questão específicas propostas pelos técnicos
4. levantamento as causas que determinaram a depouperização dos solos e como combatê-lo.

Volta Redonda

1. Estímulo à organização em pequenos grupos
   capacitar o agente, no objetivo
2. propagar as técnicas que respeitem o saber acumulado e a cultura do trabalhador
3. criar uma estrutura de ensino não formar para difusão técnica alternativas (para trabalho)

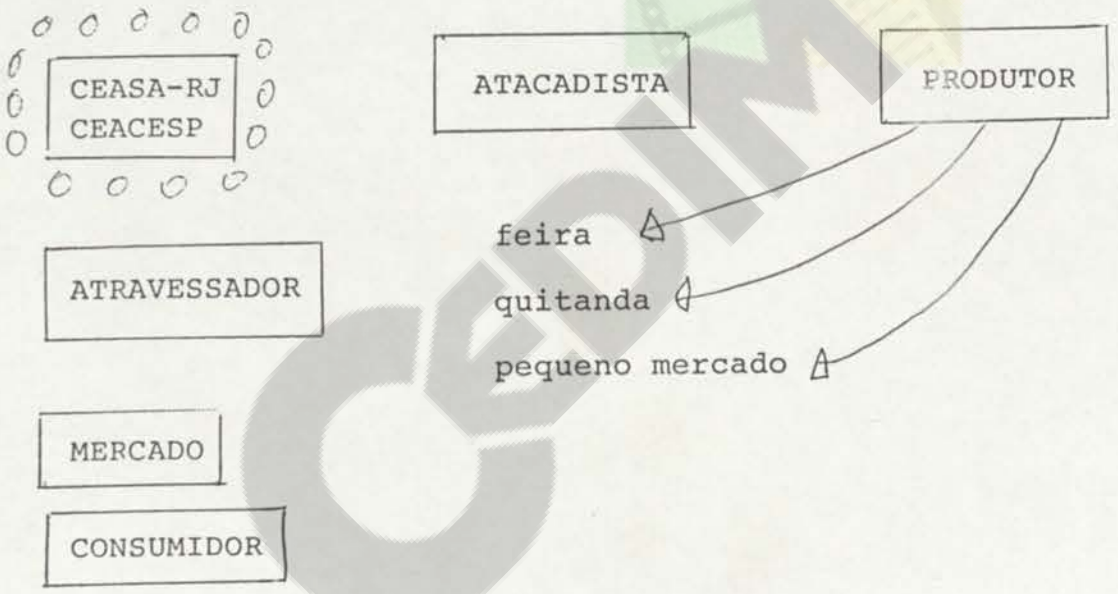
DIA - 23/08 - domingo

Comuns / Propostas

1. levantar as causas do desgaste dos solos e como reverter este quadro
2. estímulo à organização em pequenos grupos
3. capacitar o agente respeitando o saber acumulado, a cultura e a realidade do trabalho
   . propagar as experiências alternativas
   . ajudar o trabalhador na sua relação com os técnicos
   . trabalhar com os técnicos no sentido de sensibilizá-lo para a realidade
4. Criar uma estrura para a difusão das técnicas alternativas (como já foi proposto / Capina)

Propostas

Exposição sobre o processo da comercialização



. elaboração material sobre crédito: Procera, Banerj, outros será enviado via folha informativa ou diretamente para as áreas.

. causas do desgaste do solo
  Fazer um levantamento histórico da agricultura no Rio e suas consequências em relação ao solo. Apontar linhas de trabalho que possam reverter este quadro de degradação dos solos.

com os eixos para pesquisa

Colegiado 29, 20 de setembro - fazer uma sondagem da neces
sidade da estrutura para difusão das técnicas

AVALIAÇÃO:

Conteúdo	Avaliação	Participação	Infra
. atual	. metodologia	. boa	. ótima comida
. apropriado		. bom tratamento	. bom para o nº de pessoas
. faltou resposta		. atraso	
. práticas		. celebração	
		. restrita	

PRESENTES:

Adolfo
Atelisa
Vanderleia
Joana
Fidelis
Luiz Carlos
Sonia (e Mean)
Rosangela
Generosa
Valdecir
Claudio
José Ricardo

CEDIM

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 . CEP 20001-970 . RJ
TEL(021) 232-0495 FAX(021) 221-4109

Desafios da Comissão Pastoral da Terra

Grupo - 1

- Pastoral
- Ecumenismo
- Formação e Informação
- Colegiado
- Credibilidade
- Avaliação Permanente

Questionamentos colocados pelo grupo:

Sindicalismo é a linha de ação?

Pastoral é linha de ação?

Trabalho Escravo também -é linha de ação ?

Grupo -2

Ecumenismo - Realidade da Base ou da Cupula das Igrejas?

Na Base o ecumenismo acontece naturalmente, onde as pessoas trabalham sem se agredirem.

Nas cúpulas das igrejas é que esse ecumenismo não passa.

-Questionamento

É Romaria ou caminhada do povo de Deus?

Grupo 3

Rever a concepção metodologica da C.P.T. junto ao Trabalhador Rural de maneira que proporcione:

- Mais conhecimento da realidade
- Participação efetiva do trabalhador
- Integração e Intercâmbio das Equipes
- Recuperação da Credibilidade
- Partilha da Fé

Grupo dos Trabalhadores

Resgate do Inicio da C.P,T.

Confronto dos trabalhos da C.P.T. com o sistema Capitalista

Grupo dos Acessores e Agentes que não participaram do encontro de avaliação..

- C.P.T. junto com os trabalhadores nos momentos criticos.
- A C.P.T. como apoio aos movimentos: Multirões,Sindicatos,associações e etc.:
- A C.P.T. apoiando não direcionando
- Ter clareza do seu trabalho não confundindo com o do P.T.

Governo do Estado

GOVERNADOR
Leonel de Moura Brizola

VICE-GOVERNADOR
Darcy Ribeiro

SECRETARIOS DE ESTADO

GOVERNO
Edson de Almeida Brasil (Interino)
JUSTIÇA E DO INTERIOR
Eduardo Seabra Fagundes
PLANEJAMENTO E CONTROLE
Teodoro Buarque de Holanda
ADMINISTRAÇÃO
Luis Fernando Ribeiro Matos (Interino)
FAZENDA
Shirley de Oliveira Pinto
CIÊNCIA E CULTURA
Edmundo Ferrão Moniz de Aragão
EDUCAÇÃO
Maria Yedda Leite Linhares
SAÚDE E HIGIENE
Miguel Angelo Roberto D'Elia
PROMOÇÃO SOCIAL
Ailton Leite da Silva (Interino)
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TECNOLOGIA
Geraldo Di Biase
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Aureo Gama de Souza (Interino)
PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
Carlos Alberto Selano Barcellar
TURISMO
João José Ribeiro Galindo
TRANSPORTES
Carlos Menezes de Melo (Interino)
VIAÇÃO
Ubirajara Muniz (Interino)
OBRAS E MEIO AMBIENTE
Jorge Foutié Bandeira de Mello (Interino)
MINAS E ENERGIA
Edir Inácio da Silva (Interino)
POLÍCIA CIVIL
Nilo Batista
POLÍCIA MILITAR
Cel. PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira
DEFESA CIVIL
Cel. BM José Halfeld Filho
TRABALHO E HABITAÇÃO
Ivan da Silva Pereira (Interino)
ESPORTE E LAZER
João Alberto Barreto (Interino)
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, ASSENTAMENTOS HUMANOS E PROJETOS ESPECIAIS
Paulo Alberto Schmidt
GABINETE MILITAR
Cel. PM Rubem de Almeida Cosme
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Leláclo de Medeiros Jansen Ferreira Júnior
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Luiz Roldão de Freitas Gomes

Sumário

Atos do Poder Legislativo	—
Atos do Poder Executivo	5
Atos do Governador	10
Despachos do Governador	10
Gabinete do Vice Governador	—
Gabinete Militar	—
Secretaria de Estado de Governo	10
Secretaria de Estado de Justiça e do Interior	11
Secretaria de Estado de Planejamento e Controle	—
Secretaria de Estado de Administração	13
Secretaria de Estado de Fazenda	17
Secretaria de Estado de Ciência e Cultura	—
Secretaria de Estado de Educação	18
Secretaria de Estado de Saúde e Higiene	—
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Tecnologia	—
Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento	20
Secretaria de Estado para o Desenvolvimento da Região Metropolitana	—
Secretaria de Estado de Turismo	—
Secretaria de Estado de Transportes	—
Secretaria de Estado de Viação	—
Secretaria de Estado de Obras e Meio Ambiente	20
Secretaria de Estado de Minas e Energia	—
Secretaria de Estado da Polícia Civil	20
Secretaria de Estado da Polícia Militar	—
Secretaria de Estado da Defesa Civil	—
Secretaria de Estado do Trabalho e da Habitação	—
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	20
Secretaria de Estado de Promoção Social	20
Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais	—
Procuradoria Geral do Estado	21
Procuradoria Geral da Justiça	—
Tribunal de Contas	—
Ministério Público Especial	—
Avisos, Editais e Termos de Contrato	21
Repartições Federais	23

Atos do Poder Executivo

Decreto 9.516 de 29 DE OUTUBRO de 1986

Regulamenta o processo discriminatório de terras devolutas do Estado, de acordo com a Lei nº 508 de 03/12/81 com as alterações constantes da Lei nº 545 de 25/05/82.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-28/16/86,

D E C R E T A:

Art. 1º - O processo discriminatório de terras devolutas do Estado atenderá ao disposto no presente Decreto, obedecidas as normas da Lei Federal nº 6.383, de 07/12/76, e a Lei Estadual nº 508, de 03/12/81.

DAS TERRAS DEVOLUTAS:

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto, são terras devolutas aquelas que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo.

Art. 3º - Incluem-se entre os bens do Estado aquelas terras devolutas localizadas dentro de seu território e que por Lei não tenham outra destinação.

Art. 4º - As terras discriminadas serão obrigatoriamente destinadas a regularização e a assentamentos de comunidades de baixa renda.

Art. 5º - A Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, na qualidade de órgão estadual específico, caberá a iniciativa do processo discriminatório e de assentamento, ouvido primeiramente o Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado

Art. 6º - A determinação das áreas a serem discriminadas, levará em conta, preponderantemente, existência de tensões sociais, e outros critérios tais como:

a) áreas de maior concentração de famílias;
b) áreas de maior produção rural, efetiva ou potencial;
c) áreas de maior concentração fundiária.

Art. 7º - Os processos discriminatórios administrativos serão instaurados por Comissões Especiais constituídas de 3 (três) membros, a saber: 1 (um) Procurador da Procuradoria Geral do Estado, que a presidirá; 1 (um) engenheiro agrônomo da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais; e 1 (um) representante do Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, que exercerá as funções de secretário.

Parágrafo Único - Quando o processo discriminatório tiver por objeto áreas situadas, ainda que parcialmente em zonas urbanas, as Comissões Especiais serão também integradas por 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Controle da Governadoria do Estado.

Art. 8º - As Comissões Especiais serão criadas por ato conjunto do Secretário de Estado de Justiça e do Secretário Extraordinário de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, e do Procurador Geral do Estado, e terão jurisdição e sede estabelecidas nos respectivos atos de criação, ficando os seus Presidentes investidos de poderes de representação do Estado, para todos os atos do processo discriminativo administrativo.

Parágrafo Único - Concomitantemente à criação das Comissões Especiais serão estabelecidos os procedimentos relativos ao apoio técnico e administrativo da Comissão.

Art. 9º - A Comissão Especial instruirá inicialmente o processo com memorial descritivo da área, do qual constará:

I - O perímetro com suas características e confrontância certa ou aproximada, aproveitando, em princípio, os acidentes naturais;

II - a indicação de registro da transição das propriedades;

III - o rol das ocupações conhecidas;

IV - o esboço circunstanciado da gleba a ser discrimina da ou seu levantamento aerofotogramétrico;

V - outras informações de interesse.

§ 1º - A Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, ouvido o Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, procederá a elaboração do memorial descritivo, realizando, para tal fim, as diligências necessárias à identificação dos imóveis localizados na área.

§ 2º - Colaborarão com a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais na elaboração do memorial, todos os órgãos do Estado que possam prestar informações necessárias à esse fim.

§ 3º - Uma vez constituída a Comissão Especial a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais remeter-lhe-á o memorial e demais elementos que julgar necessários à instauração do processo discriminatório.

Art. 10 - As Comissões Especiais funcionarão sob a coordenação da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, ficando garantida a participação das organizações dos trabalhadores rurais da região, através da indicação de representante, com direito a voz e voto em todos os momentos, inclusive na seleção e execução.

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 11 - O Presidente da Comissão Especial convocará os interessados para apresentarem, no prazo de 60 (sessenta) dias e em local a ser fixado no edital da convocação, seus títulos, documentos, informações de interesse e, se for o caso, testemunhas.

§ 1º - Considera-se de interesse as informações relativas a origem, a seqüência de título, localização, valor estimado e área certa ou aproximada das terras de que se julgue legítimo proprietário ou ocupante; suas confrontações e nomes dos confrontantes, natureza, qualidade e valor das benfeitorias, culturas e criações nelas existentes, financiamento e ônus incidentes e comprovantes de impostos pagos, se houver.

§ 2º - O edital de convocação conterá a delimitação perimétrica da área a ser discriminada, com suas características e será dirigido, nominalmente, a todos os interessados, proprietários, ocupantes, confinantes certos e respectivos cônjuges, bem como os demais interessados incertos ou desconhecidos.

§ 3º - O edital deverá ter a maior divulgação possível, observado o seguinte procedimento:

a) a afixação em lugar público na sede dos municípios e distritos onde se situar a área mais indicada;

b) publicação simultânea, por duas vezes no órgão oficial do Estado e na imprensa local onde houver, com intervalo mínimo de 8 (oito) e máximo de 15 (quinze) dias entre a primeira e a segunda.

§ 4º - O prazo de apresentação dos interessados será contado a partir da segunda publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 12 - A Comissão Especial autuará e processará a documentação recebida de cada interessado, em separado, de modo a ficar bem caracterizado o domínio ou a ocupação e suas respectivas confrontações.

§ 1º - Quando se apresentarem dois ou mais interessados no mesmo imóvel ou parte dele, a Comissão Especial procederá a apensação dos processos.

§ 2º - Serão tomadas a termo as declarações dos interessados e, se for o caso, os depoimentos das testemunhas previamente arroladas.

Art. 13 - Constituído o processo, será realizada, desde logo, a vistoria para a identificação dos imóveis e, se forem necessárias, serão realizadas outras diligências.

Art. 14 - Encerrado o prazo estabelecido no edital de convocação, o Presidente da Comissão Especial, dentro de 30 (trinta) dias improrrogáveis, deverá pronunciar-se sobre as alegações, títulos de domínio, documentos dos interessados e boa fé das ocupações, mandando lavrar os respectivos termos.

Art. 15 - Se ocorrer dúvida sobre a legitimidade do título, o Presidente da Comissão Especial reduzirá a termo as irregularidades encontradas, encaminhando o respectivo processo à Procuradoria Geral do Estado, para a propositura da ação competente.

Art. 16 - Encontradas ocupações, serão lavrados os respectivos termos de identificação.

Art. 17 - A Comissão notificará por ofício aos interessados para no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da juntada ao processo do recibo de notificação, celebrarem com o Estado os termos cabíveis.

Art. 18 - Celebrado, em cada caso, o termo que couber, o Presidente da Comissão Especial designará agrimensor para, em dia e hora avençados com os interessados, iniciar o levantamento geodésico e topográfico das terras objeto de discriminação, ao fim do qual determinará a demarcação das terras devolutas, bem como, se for o caso, das retificações ajustadas.

§ 1º - Aos interessados será permitido indicar um assistente técnico para colaborar com o agrimensor designado.

§ 2º - A designação do assistente técnico a que se refere o parágrafo anterior deverá ser feito até a véspera do dia fixado para início dos levantamentos geodésico e topográfico.

Art. 19 - Concluídos os trabalhos demarcatórios, o Presidente da Comissão Especial mandará lavrar o termo de encerramento da discriminação administrativa, do qual constarão obrigatoriamente:

I - o mapa detalhado da área discriminada;

II - o rol de terras devolutas apuradas com as respectivas confrontações;

III - a descrição dos acordos realizados;

IV - a relação das áreas com titulações transcritas no Registro de Imóveis, cujos presumidos proprietários ou ocupantes não atenderam o edital de convocação ou notificação (Art. 17 deste Decreto);

V - o rol das ocupações legitimáveis;

VI - o rol das propriedades reconhecidas;

VII - a relação dos imóveis cujos títulos suscitaram dúvidas.

VIII - as legitimações provisórias de posse eventualmente promovidas (Art. 27, § 4º).

Art. 20 - Encerrado o processo discriminatório, o respectivo resultado será encaminhado à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais e ao Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, cabendo a este providenciar quanto às terras devolutas discriminadas, a arrecadação, o registro imobiliário em nome do Estado, e o cadastramento como bens integrantes do Patrimônio Estadual.

Parágrafo Único - Caberá ao Oficial do Registro de Imóveis proceder à matrícula e ao registro da área devoluta discriminada em nome do Estado.

Art. 21 - O Presidente da Comissão Especial comunicará a instauração do processo discriminatório administrativo a todos os ofícios de Registro de Imóveis da Jurisdição.

Art. 22 - Uma vez instaurado o processo discriminatório administrativo, o Oficial do Registro de Imóveis não efetuará matrícula, registro, inscrição ou averbação estranhas à discriminação relativamente aos imóveis situados, total ou parcialmente, dentro das áreas discriminadas, sem que destes atos tome prévio conhecimento o Presidente da Comissão Especial.

Parágrafo Único - Contra os atos praticados com infração do disposto no presente artigo, o Presidente da Comissão Especial solicitará que a Procuradoria Geral do Estado utilize as medidas legais e judiciais cabíveis.

Art. 23 - Os interessados estão isentos do pagamento de emolumentos no processo administrativo, salvo para os serviços de demarcação, e diligências de sua exclusiva conveniência.

Parágrafo Único - Os ocupantes de terras públicas de 1 módulo rural ficam dispensados das despesas de demarcação e titulação.

Art. 24 - Cabe à Procuradoria Geral do Estado promover a discriminação judicial das terras devolutas.

Art. 25 - O processo discriminatório judicial será promovido:

I - quando o processo administrativo for dispensado;

II - contra aqueles que não atenderam ao edital de convocação ou à notificação (Arts. 11 e 17 deste Decreto).

§ 1º - Os presumíveis proprietários e ocupantes nas condições do presente artigo, inciso II, não terão acesso a crédito oficial ou aos benefícios de incentivos fiscais, bem como terão cancelados os respectivos cadastros rurais junto ao órgão competente, na forma do art. 14, parágrafo único, da Lei Federal no. 6383, de 07/12/76.

§ 2º - O presidente da Comissão Especial tomará as providências necessárias à efetivação das medidas previstas no parágrafo anterior.

Art. 26 - O processo discriminatório obedecerá o disposto nos artigos 20 a 23 da Lei Federal no 6383, de 07/12/76.

DA LEGITIMAÇÃO DE POSSE

Art. 27 - O ocupante de terras do Estado que as tenham tornado produtivas com seu trabalho e o da sua família, fará jus à legitimação de posse da área contínua de 1 módulo rural, desde que preencha as seguintes exigências.

I - não ser proprietário de imóvel rural;

II - residir com sua família no imóvel, salvo casos excepcionais constatados pela Comissão Especial;

III - explorar efetivamente o imóvel, com força no trabalho exclusivamente familiar, pelo prazo mínimo de um ano;

IV - conservar 20% (vinte por cento) da área do imóvel em mata ou promover, no prazo de dois anos a reposição da proporção existente antes do desmatamento, se houver sido devastada;

V - comprometer-se formalmente a continuar residindo no imóvel e explorar a terra em regime de economia familiar, pelo prazo estabelecido na titulação.

§ 1º - A legitimação da posse, quando não se caracterizar a aquisição por usucapião especial consistirá no fornecimento de um título de Concessão Real de Uso, por prazo indeterminado, não podendo ser cancelado, desde que satisfeitas as exigências do presente artigo.

§ 2º - A Concessão Real de Uso é intransferível intervivos e inegociável, não podendo ser objeto de penhora ou sequestros, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 29, in fine, da Lei Federal nº 6383 de 07/12/86, e será transferível administrativamente ao sucessor que preencha iguais condições do titular.

§ 3º - Ficam assegurados à mulher com filhos, ou descendentes, casada ou não, todos os direitos de que trata este artigo.

§ 4º - Não obsta a legitimação da posse o fato de estar ainda em curso o processo discriminatório, caso em que terá ela caráter provisório, tornando-se definitiva quando encerrado o processo.

Art. 28 - Para os fins do artigo anterior a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais providenciará a identificação dos ocupantes de terras devolutas, verificando se os mesmos preenchem os requisitos necessários à obtenção da Concessão Real de Uso, ouvindo-se entidades das organizações de trabalhadores rurais da região.

Art. 29 - A Concessão Real de Uso dará acesso aos financiamentos concedidos por instituições financeiras do Estado.

Parágrafo único - Ocorrendo inadimplência do favorecido, a instituição financeira que conceder o financiamento providenciará, junto à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais, o cancelamento da Concessão Real de Uso e providenciará a alienação do imóvel, na forma da lei a fim de ressarcires do que houver assegurado.

Art. 30 - Compete à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais mediante prévia autorização do Governador e ciente para anotações o Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, expedir e cancelar a Concessão Real de Uso.

Art. 31 - O cancelamento da Concessão Real de Uso ocorrerá:

I - em caso de descumprimento, por parte do Concessionário, das exigências enunciadas no Art. 27;

II - em caso de inadimplência do ocupante que tiver obtido financiamento na forma do art. 29 deste Decreto;

III - por necessidade ou utilidade pública, em cujo caso, o Estado poderá cancelar a Concessão Real de Uso e imitir-se na posse do mesmo, promovendo sumariamente a sua desocupação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - As benfeitorias existentes serão indenizadas pela importância fixada na avaliação procedida pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário da Procuradoria Geral do Estado e caso o interessado se recuse a receber o valor estipulado, o mesmo será depositado em juízo.

§ 2º - Antes do cancelamento da Concessão Real do Uso, em qualquer dos casos acima, será ouvida a Comunidade interessada.

Art. 32 - O portador do título de Concessão Real de Uso, na hipótese prevista no item III fará jus, se o desejar, à instalação em outra gleba do Estado, assegurada justa indenização.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 33 - Iniciado o processo discriminatório não poderão ser alteradas quaisquer situações de posse ou dívida nas áreas discriminadas, sendo defesa a derrubada de cobertura vegetal, a construção de cercas e transferências de benfeitorias a qualquer título, sem consentimento da Comissão Especial.

Parágrafo Único - Distribuída na Comarca ação possessória ou reivindicatória relativa a terras situadas na área discriminada, o Juiz oficiará ao Presidente da Comissão Especial, através da Procuradoria Geral do Estado, para que dela tenha ciência.

Art. 34 - No caso de infração ao disposto no artigo anterior, a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais incumbir-se-á da apuração dos fatos, por solicitação do órgão encarregado do processo discriminatório.

Parágrafo Único - Comprovada a infração no curso do processo administrativo, o Presidente da Comissão Especial comunicará o ocorrido à Procuradoria Geral do Estado, para as providências judiciais cabíveis (art. 25 da Lei Federal nº 6.383, de 07/12/76).

Art. 35 - O Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado indicará à Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais as áreas já adquiridas pelo Estado para fins de assentamento, cabendo àquela Secretaria de Estado a identificação dos respectivos ocupantes, de forma a possibilitar-lhes a imediata legitimação na posse, contanto que preenchidas as exigências do art. 27, bem como a adoção de medidas judiciais cabíveis contra aqueles que não atendam a tais exigências.

Art. 36 - Para os fins previstos da Lei nº 508, de 03/12/81 e no presente Decreto, poderá a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais celebrar convênios com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

Art. 37 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 5.580, de 14/05/82 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1986
LEONEL BRIZOLA
THEODORO MUARQUE DE HOLLANDA
SHIRLEY DE OLIVEIRA PINTO
EDUARDO SEABRA FAGUNDES
PAULO ALBERTO SCHMIDT

DECRETO Nº 9317 DE 29 DE OUTUBRO DE 1986

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área que menciona, situada na Praia Vermelha, Mambucaba, 4º Distrito de Angra dos Reis, RJ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nº art.5º, alínea "E" e "I", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o que consta no processo nº E-06/14.217/86,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação uma situação de terras locali-

DATAS

~~DAS~~ IMPORTANTES NA VIDA DO PADRE GERALDO JOÃO LIMA

1. Nascimento: Bom Jardim, 16 de Outubro de 1937
Filho de José Rodrigues de Lima e de Marieta da Conceição Carriello Lima.
2. BATISMO.? 1937 Dez? 1944 29 de junho - Primeira Comunhão
3 1945 - Mudei-me para Petrópolis
4 1946 - Entrei no Colégio São Vicente - Gratoso - Rio
5 ~~1948~~ 1949 - Entrei para o Seminário N.ª S.ª do Amor Divino no em Correios - Petrópolis - 22/03/~~1948~~ 1949
6 1958 - Entrei para o Seminário Maior São José no Rio Comprido - Rio de Janeiro.
7 1963 - Fiquei ordenado Subdiácono.
8 1964 - 29 de junho. Catedral São Pedro de Alcântara Petrópolis ordenado sacerdote pelo Bispo Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra.
1964/30/06 - 1ª Missa Rezada no Seminário de Correias
07 1ª Missa solene - Catedral S. Pedro de Alcântara.
1964 - julho Missas e pias de semana em São Nicolau de Sumi
1965 - janeiro - nomeado Auxiliar do Padre da Paróquia de Sant'Ana e S. Joaquim Cebolas - (Paraíba do Sul)
1965 - ~~Nomeação de Coadjutor~~ Nomeado Vigário Coadjutor da Paroquia de Nª Sª Auxiliadora de Areal Três Rios
1966 - Nomeado pároco da paróquia Nª Sª da Conceição de Sapucaia - Três Rios e continuava ajudar domingos à noite em Areal.
1968 - Nomeado pároco da Paróquia São Nicolau de Sumi
1970 - Nª Sª da Conceição de Vila S. Luiz

1972 - Transferido de Petrópolis para a Diocese de Nova Iguaçu, por interferência do Padre Pedro Sesto e de D. Adriano Hipólito - Começa trabalhar na Equipe Catequética do Centro de Pastoral Catequética de Nova Iguaçu
1975 Fica Vigário da Paroquia São José Operário da California em Nova Iguaçu.
1980 - Indicado por Padre Agostinho como Assessor Nacional da Juventude Operária Católica.
1983 - Indicado Coadjutor da Catedral de Nova Iguaçu.
1985 - Indicado Pároco de São João Batista de Queimados
1995 - Indicado Cooperador da Catedral de Nova Iguaçu
1997 - " Pároco de Vila de Cava.
2001 - " Auxiliar do Pe Mateus em S. Francisco Queimados
2005

2009 - Vila de Cava.
2013 - Cooperador Pe Vicente Paroquia S. Miguel Arcanjo - N Iguaçu

2005 ⟶ 2009 ?

CEDIM

DOC.
115.

29 DE JUNHO FESTA DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO

1964

Catedral de Petrópolis
Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra
confere ordenação sacerdotal
ao Diácono Geraldo João Lima

1998

Prelazia do Xingú
Travessão da Kuneguna
Município de Altamira
padre Geraldo Lima celebra
a primeira MISSA na Comunidade

Nasce uma Comunidade

Seu Ambrósio Pereira dos Santos, há 12 anos vive no travessão do Kuneguna, plantando arroz, mandioca e algumas frutas. Kuneguna fica do lado direito de quem desce o Rio Xingu. Os dois povoados mais perto são a Ressaca que é um garimpo em decadência e a Ilha da Fazenda. A Ressaca fica a 10 ou 15 minutos de barco do Travessão, tem uma centena de casas .uma fábrica beneficiadora de arroz e um comércio bem ativo.

O Travessão , ao contrário, tem as casas ,no mínimo a 500 metros de distância umas das outras, não tem luz, nem estradas , nem barcos. O que mais me impressionou foi não haver aí nenhum animal de carga, nenhuma cabeça de boi. O povo obrigado a carregar sacos de 60 kilos de arroz nas costas , 5, 6, ou mais quilômetros É sem dúvida a Comunidade mais pobre que encontrei. No entanto são mais de 50 famílias , todas ou quase todas católicas. A escola é uma sala de pau a pique . a mesa e as cadeiras são um arranjo de tocos de árvores e algumas tábuas . Aí a professora dá aula para 32 alunos de 1* à 4*série..As casas no Travessão são de pau a pique , cobertas com palha ou cavaco (pedaços pequenos de madeira , do mesmo tamanho.)Poucas frutas , e não se vê legumes e verduras. O único transporte são os barcos da Ressaca, quando passam por lá. Para Altamira gasta-se 2 horas de voadeira e paga-se R$10,00 . De barco comum se gasta 6 horas e se paga R$5,00 . quando se tem

Por que Comunidade na Kuneguna?

Foi um pedido insistente do Sr. Ambrósio Ele realiza todos os anos a Festa e Novena do Divino Espírito Santo, indo cantar e rezar nas casas .alem disso reza o terço quando pedem e nos principais festejos das devoções dos moradores. Ambrósio é também , médico popular . Muitos o procuram e Ele visita os doentes e receita. Ele diz que já curou muitas pessoas desenganadas pelo médico. Para se chegar à sua casa caminha-se 2 quilometros da beira do rio. Na frente de sua casa tem uma cobertura grande , onde se fazem o s festejos, rezas, e se estende as redes para dormir. Demais a casa é só um quarto e uma cozinha. Aí celebramos a 1* MISSA de fundação da COMUNIDADE.

22 mulheres, 20 homens e 45 crianças estavam presentes. Ficaram felizes pela missa e pelo aniversário do padre. Tinha gente que não acreditava que o padre fosse lá para celebrar uma missa. No dia seguinte realizamos um encontro da comunidade com umas 10 pessoas . Um dirigente sindical veio passar orientações de como garantir documentação da terra, salário maternidade,INSS, e aposentadoria .À tarde fomos à escola distante 5 quilômetros dalí, andando na mata ou em meio às plantações. Lá Ambrósio tirou o terço, e conversamos sobre a comunidade. Apareceu gente vinda de outras comunidades querendo ajudar.. Todos os domingos às 10 horas a Comunidade vai se encontrar para rezar, meditar o evangelho e se ajudar. e 2 pessoas cada mês irão a Altamira ao encontro dos Dirigentes das Comunidades. Como havia gente que não pode ir na véspera, encerramos com a Eucaristia. Uma dança de quadrilha completou a animação daquela noite.

, 1*de julho , foi um dia de medicina natural. Com 10 ou 12 pessoas entre elas 3 parteiras , fizemos troca de experiências, pomadas ,óleo de angico e xaropes. Terminou com oração , benção e partilha dos remédios. A ultima atividade foi uma reunião com os pais e mães que querem batizar suas crianças.(15) e alguns casais querem regularizar sua união. Marcamos para setembro mas em agosto voltaremos a nos encontrar..

Assim eu fiquei feliz de poder atualizar a graça de minha ordenação sacerdotal para esta Comunidade tão desasestida de tudo até da religião .Sentir a alegria, a satisfação e a esperança deste povo ,foi para mim o melhor presente nesta data. Os pobres são para mim revelação de Jesus Cristo. Ő Espirito do Senhor está sobre mim, porque Ele me consagrou com a unção, para anunciar a boa notícia aos pobres.....enviou-me para libertar os oprimidos e proclamar um ano de graça do Senhor.

A FREGUESIA DE SÃO JOÃO BATISTA DE MERITI

Igreja de Santa Terezinha, berço da Freguesia de Meriti

A freguesia de Meriti tem sua origem na capelinha construída em Trairaponga (peixe que produz som) no inicio do século XVII. Criada freguesia em 22 de janeiro de 1645, a igreja permaneceu no mesmo lugar até 1660. Neste ano foi construída uma nova igreja de "pedra e cal", mais próximo ao rio Meriti. A igreja já não comportava o crescimento da Freguesia e logo começou uma longa obra de ampliação da Matriz. Em 1699 os fregueses foram admoestados pelo Visitador Pastoral Revdo. João Álvares Maciel a concorrem com suas ofertas para agilizar a obra e tentando solucionar tão demorada obra recomendou o Visitador: "que a quantia de dinheiro, que ficava na mão do tesoureiro, fosse entregue ao Revdo. Vigário Mateus Jacques Maciel, toda as vezes que ele a pedisse para se conseguir por diante a obra da Igreja".Nos parece que esta obra foi feita sem técnica pois em 1708 se arruinou a capela- mor e foi preciso transferir o orago e a demais imagens para a capela de N. Sra. da Conceição no Engenho do Porto. Em 1738 após solicitação do povo, Dom João V ordena ao provisor da Fazenda que erguesse uma nova Matriz. Mas nada se fez e no ano de 1747 o Pe. Missionário Ângelo de Siqueira "por conta das suas esmolas" construiu a nova Matriz.Por provisão de 12 de fevereiro de 1752 permitiu que se conservasse perpetuamente o Santíssimo Sacramento.

A Igreja de São João tinha cinco altares, dedicados ao Padoeiro, N. Sra. da Conceição, Santo Antonio, N. Sra. do Rosário e São Miguel. Irmandades eram três: Irm. do Santíssimo Sacramento, Irm. de N. Sra. do Rosário e Irm. de N. Sra. da Conceição. No território da freguesia existiam cinco capelas : N. Sra. do Bonsucesso no Engenho da Covanca, N. Sra. da Conceição no Engenho do Porto, São Mateus no Engenho São Mateus e N. Sra. da Ajuda. Oratórios particulares com as devidas licença para padres celebrarem eram dois: oratório da Fazenda Pau Ferro e oratório da Fazenda Olaria.

Segundo a visita de Monsenhor Pizarro, em 1794 a Freguesia de São João de Meriti possuia 175 casas e 1295 moradores. Contava com 11 engenhos de açúcar, engenho Gramaxo, engenho Covanca (hoje bairro Jd. Metrópolis), engenho do Porto (hoje centro de São João), engenho do Barbosa (hoje Vilar dos Teles), engenho do Carrapato (hoje Vila Rosali),engenho N. Sra. do Desterro da Pavuna, engenho São Mateus (hoje Nilóplis), engenho Bananal e engenho Gericinó (proximidade da Vila Militar). Além do açúcar destacam-se a produção de farinha de mandioca, arroz, milho e feijão.

Em 1875 a sede da paróquia é transferida para a atual Matriz de São João Batista de Meriti, no centro. A antiga igreja que fica no bairro Parque Lafaiete em Duque de Caxias ficou durante anos abandonada. Em 1930 Dom Guilherme Muller, bispo de Diocese de Barra do Piraí(até1960 as paróquias da Baixada pertenciam a esta diocese) mandou reforma-la, dando-lhe um novo orago, Santa Terezinha do Menino Jesus.

Antonio Lacerda de Meneses

Até Breve

Padre Geraldo

Por que tomei a decisão de ir trabalhar na prelazia do Xingu, no sul do Pará? Quando eu me ordenei padre eu disse: "estou crucificado com Cristo para dar minha vida por meus irmãos". Revendo esta minha opção durante o ano sabático eu descobri Cristo me dizendo: "Eu te ressuscito hoje em teu corpo para construíres um novo Geraldo, numa nova terra, numa nova humanidade, numa democracia integral, onde cada dia darás tua vida para acabares com a exclusão".

Agradeço a Deus por ter vindo aqui na Catedral neste dois anos em que experimentei isso e fui ajudado por padre Agostinho e por todos os que levam as comunidades adiante. Foi muito bom. E aqui me senti realizado e fazendo o que acredito, ser expressão de um povo que se liberta. A todos, Deus lhes paguem!

Os acontecimentos, encontros e desencontros são questionamentos por onde temos que descobrir a vontade de Deus. Tentando com Padre Agostinho tornar nossa liturgia inculturada, acho que muitos gostaram e se calaram. Outros não gostaram e falaram. Disseram que teve gente que deixou a Igreja por causa de mim. Tudo para mim é objeto de reflexão, meditação, questionamento. Com São Paulo muitos vezes tenho rezado: Senhor que queres que eu faça? Nesta busca estou a 33 anos, ligado a Fraternidade Sacerdotal de Charles de Foucauld, que tem um compromisso de inculturação e vivência no meio dos mais pobres à imitação de Jesus, na sua vida oculta em Nazaré. Este grupo de padres tem me ajudado muito a não me acomodar e a perseguir sempre os caminhos que Cristo e a Igreja me apontam. Aqui em Nova Iguaçu aprendi a fazer pastoral popular, catequese incarnada, formação libertadora, liturgia inculturada, educação popular, compromisso com a libertação da classe operária e os excluídos.

Eu sou hoje um padre de 60 anos bem vividos e amadurecidos adultamente na prática pastoral que esta diocese me desafiou a fazer.

Agora, um grupo de padres da Fraternidade, formou com outros um Fórum de Padres Diocesanos, preocupados com as Missões na Igreja. Procuram saber no Brasil, as Dioceses mais carentes e buscam no meio deles quem se coloca disponível para uma missão. Estou fazendo parte deste grupo com quem me sinto identificado. Descobri também através de um desafio concreto do Padre Agostinho, a importância desse padre missionário diocesano no Xingu.

É muito difícil a gente deixar pessoas e grupos com quem a gente caminhou. Eu sei que sou hoje um pouquinho de vocês e vocês um pouquinho de mim. Mas depois de muito pensar e meditar eu me senti chamado por Deus para essa missão. Vou trabalhar com Dom Erwin e Padre Alínio em Altamira, no Xingu por um ano, mas continuo ligado ao clero de Nova Iguaçu.

Obrigado a todos vocês que de certa maneira me ajudaram a madurecer essa decisão. ■

REFORMA AGRÁRIA

Para que?

- DISTRIBUIR OS 280 MILHÕES DE HECTARES DE TERRA NÃO EXPLORADAS DOS LATIFÚNDIOS AOS 12 MILHÕES DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA OU COM POUCA TERRA.
- MULTIPLICAR A ÁREA DAS LAVOURAS, AUMENTANDO A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.
- AMPLIAR O MERCADO INTERNO, ATRAVÉS DA REDISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE E DA RENDA AGRÁRIA.
- ELIMINAR A ESPECULAÇÃO, POSSIBILITANDO PREÇOS JUSTOS PARA PEQUENOS PRODUTORES E ALIMENTOS MAIS BARATOS PARA A POPULAÇÃO.
- CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES DE VIDA E DE TRABALHO PARA OS DESEMPREGADOS E SUBEMPREGADOS NAS CIDADES.
- REESTIMULAR AS ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE OFERECEM MAIS EMPREGO E VOLTADAS AO BEM ESTAR DA POPULAÇÃO.
- QUEBRAR O MONOPÓLIO DAS MULTINACIONAIS NA PRODUÇÃO AGRO-INDUSTRIAL E RECUPERAR AS TERRAS QUE ESTÃO EM SUAS MÃOS.
- ACABAR COM A ESPECULAÇÃO DE TERRAS
- ELIMINAR AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS E OS POVOS INDÍGENAS.
- CONTRIBUIR PARA A IMPLANTAÇÃO DA DEMOCRACIA NO PAÍS, DEMOCRATIZANDO O ACESSO À PROPRIEDADE DA TERRA.

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA

CONTAG / CPT / CIMI / CNBB - LINHA 6 / ABRA / IBASE

CEDI

ARTE: DANIEL G. 1988

05. Que sejam proibidos os despejos, uma vez que o trabalhador dá à terra sua função social;

06. Que seja instituída uma lei que limite o tamanho da propriedade de acordo com a região;

07. Que no caso de constatação de áreas griladas por latifundiários seja processado criminalmente o grileiro e a área seja titulada e entregue imediatamente aos trabalhadores;

08. Desapropriação imediata das grandes propriedades ocupadas por parceiros e arrendatários;

09. Desapropriação das terras das pessoas jurídicas estrangeiras e multinacionais;

10. Fim da política de incentivos e créditos aos grandes projetos agropecuários, manifestamente anti-sociais;

11. Demarcação imediata das terras indígenas, com reassentamento dos posseiros em áreas da mesma região;

12. Elaboração de uma Política Agrícola que favoreça aos pequenos produtores, aos beneficiários da reforma agrária e que promova a produção de alimentos para o mercado interno;

13. Extinção imediata do GETAT;

14. Revisão da Política de Colonização oficial com participação do movimento sindical dos trabalhadores rurais;

15. Suspensão imediata das licitações de terras públicas, da colonização privada e da entrega de terras aos latifundiários nacionais ou estrangeiros;

16. Apuração imediata de todos os crimes contra os trabalhadores rurais com a punição dos assassinos e mandantes.

O TRABALHADOR E A CONSTITUINTE

A nova Constituinte deve estar baseada em princípios que permitam a execução de uma Reforma Agrária que atenda os direitos econômicos e sociais dos trabalhadores rurais sem terra e dos pequenos e médios agricultores.

As propostas levantadas no IV Congresso da CONTAG e no 1º Congresso dos Trabalhadores Sem Terra devem ser asseguradas através da Assembléia Nacional Constituinte. Para isso é fundamental que os trabalhadores votem naqueles candidatos objetivamente comprometidos com a Reforma Agrária.

MOBILIZAÇÃO

Uma Reforma Agrária que atenda às necessidades dos trabalhadores e da sociedade brasileira resultará da mobilização de todas as forças sociais comprometidas com essa luta.

Mobilizar pela Reforma Agrária é uma tarefa urgente e fundamental.

—Brasília, 17 de junho de 1986. — CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA — CONTAG/CPT/CIMI/ABRA/IBASE/ Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/CUT/CGT/INESC/FASE/ Pastoral Operária/Diocese de Goiás.

A URGÊNCIA da REFORMA AGRÁRIA

As entidades que integram e apóiam a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, iniciada em abril de 1983, vêm a público denunciar as manobras de distorção e a liquidação do processo de reforma agrária, tanto por parte dos latifundiários como do próprio Governo. Fundamentam esta grave denúncia nos fatos que são relacionados a seguir.

Desde a aprovação do Primeiro Plano de Reforma Agrária pelo governo Sarney, em 10/10/85, vem se sucedendo uma série de recuos em relação à proposta inicial, demonstrando que o Governo não tem nem decisão política, nem força para realizar a reforma agrária.

Mas, em relação a que se está retrocedendo? O Plano de Reforma Agrária do governo Sarney pretendia desapropriar 43 milhões de hectares, em 4 anos, para atender a 1 milhão e 400 famílias de agricultores. No entanto, segundo o cadastro do INCRA, existem 416.588.377 hectares de terras em mãos de latifundiários – latifúndio por exploração mais latifúndio por dimensão – ambos passíveis de desapropriação por interesse social, de acordo com o Estatuto da Terra. Conforme cálculos da CONTAG, há 12 milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Este plano visava desapropriar apenas 10,3% do total dessas terras, beneficiando 11,6% das famílias necessitadas. Visto deste ângulo, não era, realmente, um plano de reforma agrária.

Ao invés de eliminar o latifúndio do Brasil, esse plano apenas criaria pequenas ilhas de assentamentos de trabalhadores sem terra dentro do oceano de latifúndios. Não era difícil se prever que o plano estava destinado ao fracasso, pelo fato de que esse espaço, assim como se abre, pode se fechar rapidamente. Em primeiro lugar, por estar rodeado de latifúndios; em segundo, porque a meta é assentar uma quantidade de pessoas menor do que o contingente que migra a cada ano para as cidades. Enquanto o Governo assentasse 1,4 milhões de famílias, num período de 4 anos, 4 milhões estariam deixando a terra por causa da manutenção de estruturas agrárias que continuam expulsando os camponeses da área rural.

Nem esse plano, que atendia apenas 10% da reforma agrária e que, a duras penas, estava sendo defendido pela sociedade civil, foi sustentado.

Após a aprovação do Plano de 10/10/85, o Governo assinou alguns decretos de desapropriações devido a fortes pressões dos trabalhadores sem terra, com seus acampamentos e ocupações, e das entidades representativas dos trabalhadores rurais. Tentava-se, assim, aliviar a tensão social através de algumas desapropriações de emergência. Entretanto, os latifundiários não aceitaram, nem sequer, esse ato mínimo do Governo e intensificaram seus ataques à reforma agrária.

Primeiramente, organizando as UDR's, promovendo abertamente leilões de gado para compra de armamentos e formação de milícias privadas, intensificando os massacres e chacinas de camponeses e financiando campanhas de políticos contra a reforma agrária. Entre janeiro e maio de 1986, quase 100 pessoas foram vítimas da violência dos latifundiários, aumentando o ritmo em relação aos primeiros 4 meses do ano passado, quando 53 pessoas foram assassinadas. Hoje, estamos chegando ao alarmante nível de 1 assassinato por dia. As chacinas e os crimes, como o do Padre Josimo, de trabalhadores rurais, de lideranças e até de crianças, revelam que se trata de uma ação articulada. Dessa ação fazem parte governos estaduais, polícia e juízes, contando com a cumplicidade de alguns membros do Governo Federal.

Frente à iniciativa tomada pelos latifundiários, a maioria do Congresso e das Assembléias Legislativas parece preferir uma atitude de indiferença total.

O executivo, a invés de atacar de frente a onda de criminalidade crescente e impune, acobertada muitas vezes pelas autoridades estaduais, prefere investir contra os trabalhadores rurais e aqueles que apóiam as suas legítimas lutas, tentando remilitarizar a questão agrária. Rotulando de invasão as posses e ocupaçoes pacíficas de terras ociosas, essenciais para a sobrevivência de populações rurais, o Governo não só coloca de lado o princípio da função social da propriedade, como gera, na opinião pública, injusta suspeita sobre o caráter dessas ações.

Essa é também a conclusão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que, no 3º Encontro sobre Violência e Direitos Humanos, em Araguaína, afirmou: "Sobressai neste quadro a evidente conivência do Poder Público que, segundo depoimentos, se revela não só na omissão de investigação de crimes, mas também quando os inquéritos policiais e processos judiciais são promovidos contra lavradores, líderes sindicais e membros da Igreja Católica que se posicionam em defesa dos trabalhadores, invertendo contra as vítimas a ação que deveria ser efetuada contra os torturadores, assassinos e seus mandantes, que, no mais das vezes, procuram resguardar propriedades rurais de titulação discutível". Mais grave é a afirmação do Conselho Federal da OAB de que "o Poder Judiciário está, sem qualquer margem de dúvida, absolutamente falido, impossibilitado de cumprir sua missão constitucional".

Na frente institucional, a pressão dos latifundiários conseguiu desmontar os planos regionais de reforma agrária, afetando o principal: **a determinação das áreas prioritárias da reforma agrária.** Assim, a escolha dessas áreas passa à jurisdição das Comissões Regionais. Estas Comissões são formadas por 3 representantes dos trabalhadores rurais, 3 representantes dos proprietários rurais, 1 do sistema de ensino rural, 1 representante dos organismos agrícolas dos governos estaduais e 1 do INCRA. Na medida em que os representantes dos organismos de ensino e do INCRA são nomeados pelo presidente do INCRA, a correlação de forças dependerá do arbítrio do Estado. Nessas Comissões de 9 membros poderá ocorrer que os trabalhadores venham a contar com apenas 3 votos.

O quadro fica mais claro a partir da decisão do presidente Sarney de não mais assinar decretos de desapropriações sem antes passar pelas Comissões Agrárias, deixando também nas mãos dessas Comissões a resolução das situações emergenciais que poderão paralizar totalmente a reforma agrária ou no máximo desapropriar as terras esquecidas ou de pior qualidade de cada estado. Acrescente-se a isto o fato de que o INCRA não recebeu até agora as verbas solicitadas para realização das desapropriações e assentamentos.

O círculo está praticamente fechado. Frente a esta situação, aumenta a tensão social e a preocupação dos mais de 20 mil acampados que acreditaram nas promessas e compromissos do Governo e que continuam pressionando por terra, vivendo em extrema penúria.

Finalmente o Governo prepara seu "golpe de mestre" contra o que sobrou da reforma agrária. Um governo dentro do governo, a comissão Marco Maciel elaborou um documento chamado "Plano Mestre" que pretende partir da estaca zero, como se nada tivesse acontecido. No entanto, não parte de zero. Na realidade é parte da estratégia que já vem sendo implementada nos gabinetes militar e civil, com o objetivo de manter intocada a estrutura latifundiária. Uma vez eliminados os poucos defensores da reforma agrária, passará a se falar novamente de "Reforma Agrária da Nova República", tentando "desmistificar a imagem de que o Governo não a quer"

No "Plano Mestre", retoma-se o fracassado modelo de colonização privada e dos grandes projetos oficiais, do tempo da ditadura, como alternativa a uma efetiva reestruturação fundiária. Em suma, o recuo levou a reforma agrária não apenas para trás dos insignificantes 10% do Plano. Na realidade, está se voltando à situação dos anos Figueiredo, quando se usava os meios de comunicação para transmitir a falsa imagem da maior reforma agrária do mundo, quando se fazia colonização na região amazônica e muitas das famílias ali assentadas serviram de mão-de-obra barata para os grandes grupos latifundiários nacionais e estrangeiros, ou tiveram de voltar por falta de condições mínimas para trabalhar na terra.

A NOVA COORDENAÇÃO DA CNRA

A reunião das entidades que compõem a Campanha Nacional pela Reforma Agrária realizada em 17 de junho de 1986, em Brasília, criou uma coordenação nacional composta pelos representantes das seguintes entidades: CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; CPT – Comissão Pastoral da Terra; ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; CUT – Central Única dos Trabalhadores; CGT – Central Geral dos Trabalhadores.

Também foram convidados a participar da coordenação o Movimento Nacional, os Sem Terra e a União das Nações Indígenas.

A REFORMA AGRÁRIA E A CIDADE

A luta pela reforma agrária não é uma luta isolada e exclusiva dos trabalhadore rurais; o interesse pela redistribuição da terra alcança também a classe trabalhadora da cidade. A falta de alimentos, as miseráveis favelas na periferia das cidades, as famílias desmembradas, os milhões de menores na rua, são só alguns dos problemas que os operários da cidade estão vivendo.

A POLÍTICA INDIGENISTA DA NOVA REPÚBLICA

O mesmo resultado teve a questão da demarcação das terras indígenas. Apesar do prazo firmado pelo Estatuto do Índio, que vencia em 1978, as terras indígenas continuam sem demarcação. Apenas 8,76% delas chegaram ao processo final de homologação. Existem 36 processos que, embora aprovados pelos órgãos competentes, estão engavetados no Ministério do Interior. Neste ano, foram homologadas apenas 6 pequenas áreas indígenas.

Ultimamente, o posicionamento do General Bayma Denys sobre "o critério de razoabilidade", em relação às terras indígenas, tem dado uma luz sobre o impasse neste ponto. O critério de demarcação de terras proposto pelo Conselho de Segurança Nacional não respeita a forma natural e ancestral de ocupação e uso das terras pelas nações indígenas, e implica, na prática, na liquidação do território tradicional, tão fundamental para esses povos. Este mesmo órgão não aceita igualmente áreas indígenas nas regiões de fronteiras. Por isso quer excluir uma faixa de 66,6 km, sob o argumento de que, cedo ou tarde, os povos exigiriam autonomia de suas terras, desmembrando-as do território brasileiro.

Para realizar estes objetivos, o Governo propôs uma nova FUNAI, criando seis superintendências regionais. Diante da situação atual, descentralizar a FUNAI significa reforçar o poder político das oligarquias locais. A ineficácia do sistema judicial na solução dos conflitos locais mostra que a armadilha está bem articulada e tem o apoio do Governo Federal. Nesta Nova República foram assassinados 17 índios e 2 missionários. Cada vez mais o movimento indígena sente as pressões do poder econômico e político.

PROPOSIÇÕES DA CNRA

Diante dessa realidade a Campanha Nacional pela Reforma Agrária vem a público reiterar seu pleno apoio às reivindicações básicas dos trabalhadores rurais, expressas no IV Congresso da CONTAG e no I Congresso dos Sem Terra:

01. Que o governo tome a imediata decisão política de implantação da reforma agrária, anti-latifundiária, ampla, massiva e imediata, com a participação e controle dos trabalhadores rurais e seus órgãos de classe, pondo-se fim ao latifúndio nacional e estrangeiro, com distribuição aos trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente, dando prioridade aos que moram na região, de acordo com as necessidades e aspirações dos trabalhadores, e àqueles que foram expulsos e querem voltar à terra;

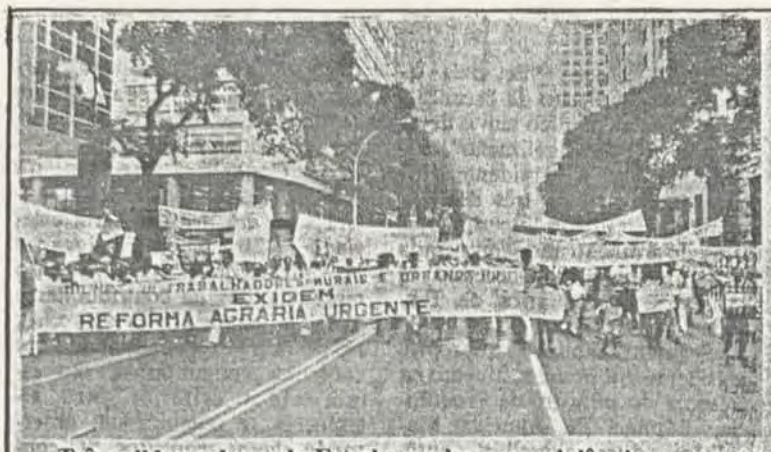
02. Imediata aplicação do Estatuto da Terra para que seja iniciado o processo de reforma agrária, respeitadas as decisões do IV Congresso Nacional os Trabalhadores Rurais;

03. Desapropriação imediata de todos os latifúndios nas áreas de conflito;

04. Assentamento definitivo e imediato dos posseiros e ocupantes nas terras desapropriadas, ou não, com participação dos trabalhadores rurais diretamente interessados;

FOLHA INFORMATIVA CPT - RJ

Nº 12 - MAIO 86



Três mil lavradores do Estado condenaram violência no campo

Passeata no Rio pede uma reforma agrária pacífica

Cerca de três mil lavradores realizaram, ontem, no centro da cidade, uma passeata em defesa da reforma agrária já. O movimento reuniu líderes de sindicatos rurais de vários municípios do Estado do Rio e contou com a participação de representantes da CGT, Cut, Faferj, Famerj e partidos políticos.

As bandeiras vermelhas e a participação de estudantes e membros da classe média, presenças constantes no movimento das diretas já, foram substituídas por bananas, abóboras e aipins carregados, sob os papéis picados jogados dos edifícios da Avenida Rio Branco, por lavradores de chapéus e calças rotas. À frente da passeata, cerca de vinte crianças, filhas de camponeses, anunciavam algumas das palavras de ordem ditas no movimento, como "reforma agrária sim, violência não" ou "latifúndio é parasita para o Estado e a Nação".

Antes da passeata, os lavradores se concentraram na Candelária, onde ouviram discursos de políticos, como o secretário de Obras, Luiz Salomão — que afirmou ter a reforma agrária o apoio do governador Brizola — e de líderes de sindicatos rurais de Campos, Paraty, Valença e Araruama.

Oswaldo de Oliveira, coordenador nacional do Movimento dos Sem-Terra, disse estar insatisfeito com "os reais objetivos do plano de reforma agrária do presidente Sarney" e ressaltou que o ato público é importante para denunciar a violência no campo, como ocorreu recentemente com o padre Josimo Morais, da Pastoral da Terra e com o lavrador Osmar Teodoro da Silva, assassinados no interior do Maranhão.

O candidato a Governador pelo PT, Fernando Gabeira, disse que o sucesso do movimento pela reforma agrária já depende do nível de conscientização das populações da cidade, pois a questão se reflete no cotidiano das grandes capitais. "Com a reforma, teremos alimentos mais baratos e haverá um decréscimo na invasão das cidades pelo homem do campo, diminuindo o número de favelados", frisou Gabeira.

Após a passeata, em concentração na Cinelândia, o representante da CGT afirmou que os lavradores "não querem guerra e sim a reforma pacífica e ordeira, lutando unidos sem ideologias políticas". Dom Mauro Morelli, Bispo de Caxias, afirmou que "não há Nova República sem reforma agrária, pois a terra é a base da democracia, é indispensável para a sobrevivência das nações indígenas e importante para que o negro conheça aquilo que a Lei Áurea não fez por sua raça".

O padre Geraldo Lima, da Pastoral da Terra, lembrou que o sangue da morte do padre Josimo "exige a reforma agrária dos lavradores e sem união não se vai acabar com a violência no campo".

Reforma agrária está distante da realidade

Jucara Braga

Entre o compromisso assumido pelo Presidente Sarney de realizar no campo as reformas necessárias ao equilíbrio e à justiça social e a assinatura dos planos regionais de reforma agrária ano se passou. Hoje, entre as muitas dúvidas que existem sobre as respostas concretas que o Plano Nacional de Reforma Agrária pode dar às necessidades do trabalhador rural surge uma certeza. O tempo que transcorrerá entre a aprovação dos planos e o início efetivo da implantação da reforma é uma das grandes preocupações dos sindicatos e entidades envolvidas na luta do trabalhador sem terra. Após a assinatura de todos os planos, o próximo passo é a nomeação das comissões estaduais que vão estudar as áreas a serem desapropriadas. Esses grupos de trabalho serão compostos por três representantes dos latifundiários, indicados por federações patronais, três trabalhadores rurais, um representante do INCRA, um de escola agrícola e outro de órgão de pesquisa em agricultura. Esses três últimos indicados pelo presidente do INCRA.

Indicados esses nomes serão submetidos ao ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário que procederá a nomeação. Só então terá início o estudo das áreas a serem desapropriadas que, concluído, será enviado para aprovação do presidente da República. Mesmo aprovada não significa que a desapropriação seja colocada em prática, pois ainda é dado aos proprietários da terra o direito ao recurso judicial: "coisa que, certamente, eles farão", segundo Fernando Moura, sociólogo e coordenador da Pastoral da Terra no Rio. "Está certo de que o Governo vai continuar agindo de maneira a dar à impressão de que a reforma já está acontecendo, mas não vai permitir que ela se inicie, de fato, antes das eleições de novembro," E explica: "Nesse ano eleitoral, o Governo não quer se atritar com sua principal base de sustentação política, que são os latifundiários. E o caminho que cria condições para impor nova Constituinte, onde se evite a reforma agrária."

Se a expectativa de Fernando Moura não é das mais otimistas, a dos demais representantes de entidades voltadas para a questão agrária também não é das melhores, especialmente depois de saberem da existência de um Plano Mestre elaborado dentro do gabinete da Casa Civil sob os auspícios do ministro Marco Maciel. Para eles essa novidade deixa claro que a discussão sobre a reforma agrária passa cada vez mais longe do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Consequentemente está mais condicionada ao poder de pressão dos latifundiários. Preocupado com o crescente esvaziamento político do ministro Nelson Ribeiro, o coordenador regional da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Carlos Minc, chega a dizer que, caso a reforma não deslanche nos próximos dois meses, eles vão pedir a renúncia do ministro.

Agostinho, do INCRA: "A tarefa é dificultada pelos poderosos"

Lembrando a tática do ex-presidente João Figueiredo que, ao distribuir títulos de propriedade anunciava estar fazendo a reforma agrária e, no entanto, aumentou os latifundiários para 420 milhões de hectares em 83, quando não passavam de 280 milhões em 1972, o presidente da ABRA faz um paralelo com o comportamento do presidente Sarney, que anuncia a reforma, mas não chega aos assentamentos. Herbert de Souza, presidente do IBASE e coordenador da campanha nacional de reforma agrária, completa, alertando: "Do total de latifundiários existentes no Brasil, o Governo pode fazer a reforma em apenas 10% num prazo de 4 anos. O plano prevê a desapropriação de 43 milhões de hectares para 1 milhão e 400 mil famílias quando somente os 20 maiores proprietários detêm metade dessa área."

Posse da terra no Brasil para muitos é atalho para a morte

Até chegar à aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária, através de decreto presidencial assinado em 10 de outubro do ano passado, a posse de terras no Brasil atravessou um longo e doloroso processo. A primeira lei de terras é de 1850, coincide com o fim da escravidão, e permite aos homens livres tomarem posse da terra, justamente para evitar a expansão de posseiros. Antes vigorava o regime das Sesmarias, a terra era concedida pela Coroa. Cem anos depois, a Constituição de 1946 coloca, pela primeira vez, que a propriedade deve desempenhar uma função de produtividade e justiça social estando sujeita à desapropriação em caso contrário. Estabelecendo níveis médios de produção e relações justas de trabalho fica aberto o espaço para a ambiguidade e a falta de fiscalização completa as razões que mantêm a estrutura fundiária inalterada.

Com o general Humberto de Alencar Castelo Branco é legalizado o Estatuto da Terra, através da lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Esse documento responde em parte às lutas camponesas na medida em que aponta para a modernização do campo e ao estimulo das empresas rurais. "O grande entrave é a interpretação dada pelo regime militar ao estatuto. Ao invés de assentar e instrumentalizar o trabalhador rural, o governo centraliza seus objetivos na modenização dos latifúndios, que obtêm incentivos fiscais e cria empresas que não estão voltadas para os interesses reais para a realização de uma reforma agrária plena são os seguintes:

— Negociação e entendimento com os fazendeiros ao invés de desapropriação imediata das terras improdutivas.

— Estão descaracterizadas as áreas prioritárias, fica valendo toda a extensão rural para efeitos de desapropriação.

— Evita a desapropriação dos latifúndios que funcionam com parceiros e arrendatários, protegendo esse tipo de propriedade.

— Antes todos os latifúndios eram passíveis de desapropriação, agora apenas os improdutivos.

— O Estatuto previa a criação de propriedades em condomínio mas, sob a alegação de que isso é prática comunista, os latifundiários conseguiram a proibição desse tipo de ocupação;

— A indenização, determinada pelo fato da propriedade não cumprir seu valor social, seria estipulada pelo Governo, agora terá que ser dado pelo valor de mercado.

— O beneficiário terá que pagar integralmente o dispêndio que o poder público tiver com a indenização e benfeitorias. Esse pagamento será parcelado.

Como se não bastassem tantas objeções, as lideranças rurais e grandes problemas pela frente, agora apenas os improdutivos. Cresce dentro do Governo a força do coronel Pedro Dantas, nomeado para a presidência do INCRA contra a vontade dos trabalhadores e à revelia do próprio ministro Nelson Ribeiro. Com plantação de uma reforma, que atenda, verdadeiramente, os anseios e necessidades do trabalhador sem terra.

Enquanto as discussões se desenrolam por aí, a União Democrática Ruralista (organização latifundiária) reforça suas bases e é acusada de gerar fundos para armar os fazendeiros. Em 1985, alçado ao cargo mais importante do País, José Sarney reafirma os compromissos assumidos por Tancredo, a reforma ganha o espaço do debate e nasce o Plano Nacional de Reforma Agrária que, em alguns pontos, retrocede com relação ao estatuto.

As vitórias garantidas pelos donos da terra, que significam atraso com relação ao estatuto e quer ponto do Brasil, outras vidas podem estar sendo ceifadas em nome da "defesa da propriedade".

Apoio popular é importante

Embora reconheça que a realização da reforma agrária no Brasil não é uma tarefa fácil, "pois mexe com a estrutura de poder", Agostinho Guerreiro, delegado regional do INCRA no Rio de Janeiro, considera que tanto o plano nacional, quanto os regionais, são instrumentos que podem viabilizar a reforma. Ele explica que isso não depende apenas do INCRA, mas também da manifestação das populações rural e urbana e afiram que esse processo vem ganhando força especialmente a partir da repercussão nacional que teve o assassinato do padre Josimo, em Imperatriz do Maranhão. Guerreiro acredita que a organização popular é fundamental e determinante na rapidez com que se dará a reforma.

Levando em consideração que esse é um período de transição, Guerreiro admite que sempre haverá tentativa de esvaziar a reforma agrária, dentro e fora do Governo. Cuidadoso, mas objetivo, se manifesta sobre o Plano Mestre, de Marco Maciel. "Qualquer plano não debatido dentro do MIRAD, no mínimo, traz elementos que precisam ser considerados melhor. É preciso ficar de sobreaviso, pois essa missão é do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário." Com relação ao Estado do Rio, o delegado regional do INCRA é otimista, apesar de reconhecer o nível de organização de expressões como a TFP, por exemplo. "O Rio é um dos Estados mais politizados sobre a questão da reforma agrária e, além disso, o elevado índice de êxodo rural afeta não só a produção, mas cria sérios problemas para a população urbana com o aumento acelerado da violência."

Existem no Estado do Rio 120 mil famílias sem terra e 150 áreas de conflito abrangendo 34 municípios. Os principais focos estão nas regiões de Campos, São João da Barra, Cabo Frio, Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu, Parati, Angra dos Reis, Magé, Teresópolis, Araruama, Casimiro de Abreu, Macaé, Nova Iguaçu e Paracambi. Para resolver esses problemas, o plano regional propõe beneficiar no primeiro ano da reforma apenas 3.500 famílias, sendo 1.800 casos de regularização em terras já ocupadas, e 1.700 novos assentamentos. Nos 4 anos previstos o objetivo é desapropriar 30 mil hectares num Estado onde os 20 maiores proprietários de terras detêm nada menos que 200 mil hectares e as entidades representativas dos trabalhadores julgam necessário a desapropriacao de 500 mil h

Eraldo Lino, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, esclarece: "Nas regiões de conflito a maioria dos camponeses ganha menos que um salário mínimo. De 1978 até hoje 25 trabalhadores foram assassinados, a maioria em Cachoeiras de Macacu, fora os vários atentados e prisões. Em Macacu, recentemente, um trabalhador entrou na justiça para cobrar férias e 13.°, que nunca havia recebido, e foi assassinado."

Lavrador faz passeata no Rio pela reforma

JB

Quase três mil pessoas, a maioria lavradores fluminenses, fizeram ontem uma caminhada pela Avenida Rio Branco para protestar contra a demora na execução da reforma agrária. Fernando Gabeira, candidato do PT ao governo do estado, disse que os participantes "plantaram ali a semente da reforma agrária".

Os agricultores caminharam lentamente, levando mais de uma hora da Candelária à Cinelândia, onde o bispo de Duque de Caxias, dom Mauro Morelli, resumiu o seu discurso: "Companheiros, a terra é a base da democracia. Não haverá Nova República sem reforma agrária, quando muito seremos fiscais do Sarney e não cidadãos brasileiros".

Um dos muitos panfletos distribuídos ao longo da caminhada pela Avenida Rio Branco, assinado por 15 entidades, dizia que "o Plano Nacional da Reforma Agrária, apresentado no 4º Congresso de Trabalhadores Rurais, em maio de 1985, foi alterado 10 vezes e, quando foi finalmente assinado em outubro, representou enorme recuo em relação ao Estatuto da Terra".

O panfleto criticava ainda a nomeação de Pedro Dantas para a presidência do Incra, como alguém "que não tem nenhum compromisso com a reforma agrária". Todos os oradores na Cinelândia criticaram o encaminhamento da reforma e a iniciativa recente do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, de propor novas alterações na reforma.

Mais de 3 mil lavradores sem-terra invadiram a Rio Branco para pedir reforma mais justa

GLOBO

Lavradores sem-terra do Rio dizem que Estatuto da Terra é bastante

O trânsito no centro do Rio parou ontem à tarde por mais de duas horas por causa de uma passeata de lavradores sem-terra. Vindos de mais de 15 municípios fluminenses onde existem conflitos de terra, os lavradores exibiam uma abóbora de mais de 10 quilos, cachos de banana, mandiocas e outros alimentos, atraindo a curiosidade dos transeuntes.

Após uma concentração na Candelária, o grupo de cerca de 3 mil pessoas caminhou pela Avenida Rio Branco em direção à Cinelândia, interrompendo totalmente o trânsito. Na Cinelândia, cerca de 20 pessoas discursaram, entre eles o Bispo de Caxias, Dom Mauro Morelli, dirigentes da confederação nacional e da federação fluminense de trabalhadores agrícolas e o Diretor Regional do Incra, Agostinho Guerreiro.

Os lavradores sem-terra fluminenses procuraram mostrar durante a manifestação que a reforma agrária que o Governo está propondo não é a que os camponeses querem. Para eles, basta a aplicação do Estatuto da Terra, criado no Governo Castello Branco.

O Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Affonso Gregory, criticou ontem o aparecimento de propostas paralelas ao Plano Nacional de Reforma Agrária, lamentou que os partidos políticos estejam mais interessados nas próximas eleições do que em resolver os problemas da população e disse que enquanto não for feita a reforma agrária continuarão a ocorrer mortes nas áreas de conflito.

JORNAL DOS SPORTS - 22/5/86

Rurais ocupam a Cinelândia exigindo a reforma agrária

Em protesto contra a violência no campo, que culminou com o assassinato do Padre Josimo, no Maranhão, cerca de três mil trabalhadores rurais e entidades de classe de todo o Estado, fizeram uma passeata, ontem, à tarde, na Avenida Rio Branco, e ato público na Cinelândia, para chamar a atenção do povo e pressionar o Governo Federal a colocar em prática o Plano de Reforma Agrária, no menor prazo possível.

A manifestação contou com a participação de trabalhadores de Itaguaí, Valença, Caxias, Cachoeiras de Macacu, Campos, Paraty, entre outras regiões, e foi promovida por 14 entidades classistas e comunitárias, entre eles a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro — FATAJ — IBASE, FAMERJ, CGT, CUT, FAFERJ, Movimento dos Sem Terra e Arquidiocese de Caxias.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio (FETAJ), Eraldo Lirio Azevedo, disse que a Reforma Agrária é a única forma de resolver os grandes problemas no campo e, inclusive, baratear os alimentos nas cidades. Ele acrescentou que apenas no Rio de Janeiro se registram conflitos de terra em 33 municípios, envolvendo 50 mil pessoas e 119 latifúndios.

Para o presidente da Famerj, Chico Alencar, "o crescimento populacional de mendigos e a violência humana tem tudo a ver com o êxodo rural, e também apontou a reforma agrária como "o único meio de colocar as cidades mais abastecidas e humanas".

Carregando produtos agrícolas, como arroz, abóboras, aipim, cachos de banana e frutas, os manifestantes, em passeata desde a Candelária, onde se concentraram, até a Cinelândia, engarrafaram todo o trânsito e gritaram slogans como "aumentar a produção só com a terra em nossas mãos".

Em panfleto distribuído aos populares, as entidades promotoras do movimento, denunciaram que só no último ano foram assassinados 216 trabalhadores rurais e mais de um milhão de trabalhadores foram expulsos do campo. Diz ainda, que só uma autêntica reforma agrária, do jeito que os trabalhadores querem, é que poderá resolver os problemas da fome, do desemprego e assassinatos".

Valeu tudo no protesto dos rurais

Lavrador sem terra exige no Rio a reforma agrária

Passeata culminou com comício na Cinelândia

Com o produto de seu trabalho – banana, milho, quiabo, feijão, arroz, mamão e abóbora – cerca de três mil trabalhadores sem terra, em passeata pela Avenida Rio Branco, reivindicaram uma reforma agrária efetiva e a definição das áreas prioritárias para ação do plano. Os manifestantes se concentraram nas imediações da Câmara dos Vereadores, na Cinelândia, e ali realizaram ato público.

Dados do Movimento dos Sem Terra, calculam que há 12 milhões de brasileiros sem acesso às terras no Brasil. Esses números denunciam que 200 camponeses foram mortos na luta pela terra e mais de um milhão expulsos do campo em 1985.

Os trabalhadores se concentraram na Candelária às 15 horas e os discursos dos sindicalistas rurais se sucederam. Com a chegada de 30 ônibus do interior do Estado começou a passeata. José Salustiano, 51 anos, camponês de Teresópolis carregava uma abóbora de 25 quilos "para mostrar à cidade grande que a produção vai parar se não houver uma reforma agrária". Ele denunciou que "os fazendeiros soltam os bois nas nossas plantações para nos expulsar da terra". Dona Orlandina Correia, 53 anos, sem terra de Itaboraí, estava arrumada, e dignamente vestida, "para mostrar que o lavrador não é sujo, é gente honesta, que quer terra para trabalhar".

Manifestantes pediram a definição das áreas prioritárias para ação do plano

Carlos Minc, do Partido Verde, e um dos organizadores do manifestação denunciou que o plano de reforma agrária de Tancredo Neves "que seria profundo, corajoso e inadiável", está sendo reformulado por Sarney.

"Sarney, está enterrando a Nova República. Reformulou por dez vezes o Plano Nacional de Reforma Agrária, adiou por três meses a assinatura dos planos regionais, e retirou as áreas prioritárias. Nomeou um coronel para o Incra, a conselho do ministro Antonio Carlos Magalhães e depois mandou Marco Maciel (ministro do Gabinete Civil) fazer um plano mestre, que só vai mexer com terras públicas e comprar algumas terras de latifundiários".

Às 16h, um cordão de crianças, carregando faixas, desenhos, legumes e uma bandeira do Brasil, abriram a passeata. Um caminhão de som comandava com slogans do tipo "um, dois, três, quatro, cinco mil, ou sai a reforma agrária ou paramos o Brasil", "arroz, feijão, na panela do povão", ou ainda "aumentar a produção, só com a terra em nossa mão". Os trabalhadores dos prédios da Avenida Rio Branco, jogavam papel picado ante os manifestantes.

Na Cinelândia, vários representantes de categorias de trabalhadores, sindicatos e partidos políticos discursaram, para os sem terra. O presidente da Famerj, Chico Alencar, alertou que "a violência urbana e o crescimento populacional dos mendigos são conseqüência do êxodo rural".

O presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, disse que "até a Seleção Brasileira precisa da reforma agrária para comer bem e ficar forte, para ganhar a Copa".

A passeata foi organizada pela Fetag, Famerj, CGT e teve o apoio da Faferj, Movimento, dos Sem Terra, Arquidiocese de Duque de Caxias, sindicatos de quase todas as regiões do Estado do Rio, vários partidos políticos e sindicatos urbanos.

MATÉRIA DE CAPA "DIRIGENTE RURAL"

União dos empresários rurais contra a reforma

Os planos regionais de reforma agrária foram concluídos pelas delegacias do INCRA, sem se ouvir a opinião do empresariado rural, exceção feita aos Estados do Paraná e Espírito Santo, resultando em propostas que tornam propriedades produtivas passíveis de desapropriação.

"Quem produz, nada tem a temer. A reforma agrária não violentará de maneira nenhuma a propriedade." Esse foi o primeiro dos dez mandamentos estabelecidos pelo presidente José Sarney, quando da assinatura, em outubro do ano passado, do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). E é exatamente esse aspecto que vem causando sérias preocupações no meio rural, porque no detalhamento do PNRA, por intermédio dos planos regionais, se estão fixando critérios contrários àquele mandamento.

Flávio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), cita o exemplo do plano de São Paulo, no qual se considera que uma propriedade com mais de 80% de pastagens pode ser passível de desapropriação. "É uma discriminação clara da pecuária e em nenhum artigo do Estatuto da Terra, da legislação complementar ou regulamentar está escrito que quem produz na pecuária tenha limite para produzir; ou seja, qualquer propriedade pode ter no Brasil, por lei, 100% de sua área com pecuária e isso jamais, enquanto não for mudada a lei, pode ser considerado critério para desapropriação. Isso é um absurdo jurídico, econômico e social."

Ele lembra que no mesmo plano se estabelece um conceito de semi-ociosidade tão absurdo como se falar de semi-honestidade, sendo apenas mais um exemplo dos erros de avaliação e formulação presentes nos planos regionais, que de forma geral não tiveram a participação de representantes de proprietários rurais em sua discussão e elaboração final.

Menezes diz que o PNRA teve a participação ampla de todos os segmentos interessados e por isso as federações de agricultura o apóiam, ao contrário dos regionais elaborados pelas delegacias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que não só não ouviram os empresários como sequer os notificaram do teor do documento levado ao presidente Sarney para aprovação.

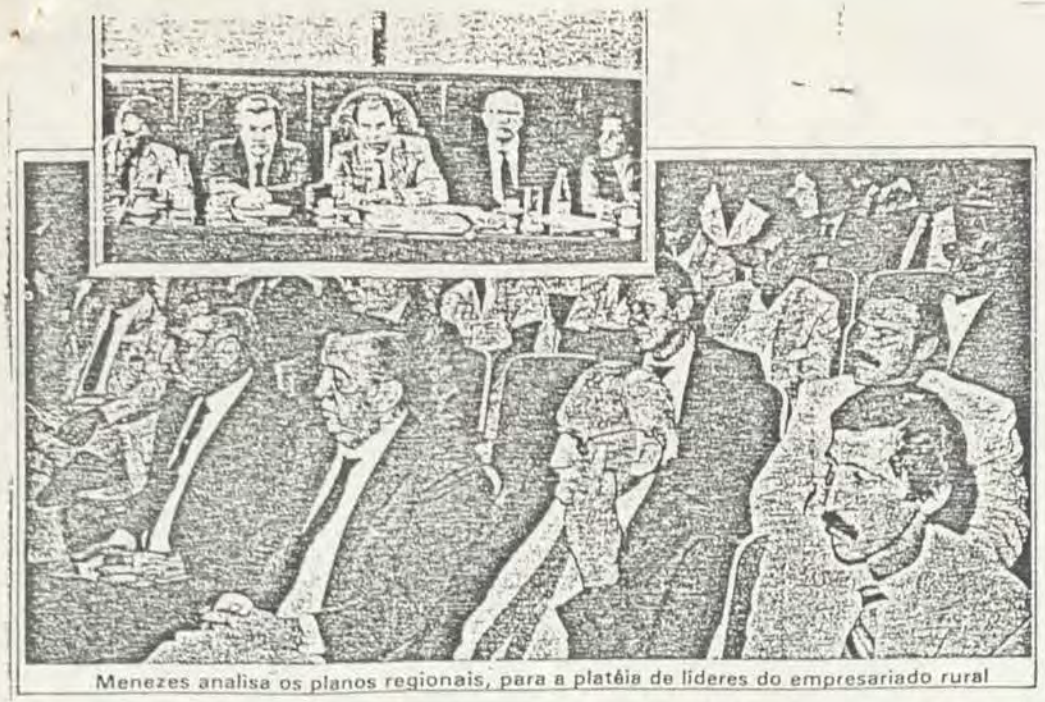
Na verdade, não houve uniformidade de ação quanto ao cunho desses planos, ocorrendo uma diversidade de condução em cada Estado. Assim, enquanto na maioria dos Estados pouco se conhece sobre eles — em Minas Gerais nem o governador teve conhecimento de seu teor —, no Paraná e no Espírito Santo houve diálogo, com representantes dos empresários participando diretamente da elaboração do plano regional.

A participação dos proprietários rurais está garantida pelo Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 10 de novembro de 1964, o instrumento básico da reforma agrária aprovada pelo Governo Federal). Seu artigo 42 estabelece que os empresários atuarão nas comissões agrárias, às quais compete, entre outras providências, oferecer sugestões às delegacias do INCRA, visando à elaboração dos planos regionais. Contudo, a maioria das delegacias decidiu levar em conta o parágrafo 1º desse mesmo artigo, no qual se diz que a comissão agrária será constituída quando estiver definida a área prioritária regional da reforma agrária. Como o presidente Sarney decidiu definir essas áreas nos planos regionais e não no plano nacional, criou-se a controvérsia.

Independentemente dessa interpretação, o presidente da SRB comenta que os planos regionais não podem fugir a uma adequação ao PNRA, numa violação dos princípios aprovados pelo presidente da República. "O que se verifica é que burocratas de governos estaduais e também do Governo Federal pensam que podem, em nome do poder público, determinar além das leis." O resultado dessas atitudes, diz Menezes, é que existe por parte dos proprietários inquietação, desconfiança e até irritação e revolta, em relação ao comportamento dos funcionários do órgão, que se mostraram despreparados para a tarefa de formulação dos planos regionais.

Menezes lembra que o PNRA propõe o assentamento de novos produtores rurais em áreas ociosas e não a substituição de produtores que dedicaram toda a sua vida à atividade agropecuária por pessoas que nem se sabe se serão ou não produtores. E, pelo pouco que se conhece dos planos regionais, afirma Menezes, observa-se que os técnicos do INCRA não estão respeitando esse princípio, esquecendo-se, assim, de que a política oficial não é distribuir terras e sim transformar terras ociosas em produtivas, aumentando o número de produtores mas não à custa dos que já estão produzindo.

Na definição da ociosidade, um dos itens mais controversos, que é preciso aclarar nos planos regionais, é a não participação das federações de agricultu-



Menezes analisa os planos regionais, para a platéia de líderes do empresariado rural

ra, fato que pode levar a sérias distorções, como é exemplo o caso de São Paulo. Nesse sentido, Menezes lembra que uma propriedade que tenha determinado nivel de produtividade na lavoura ou pecuária, abaixo dos índices fixados pelas delegacias do INCRA, se torna passivel de desapropriação, quando o correto seria o Governo procurar dar condições para que o produtor melhore sua eficiência. "Esse aspecto é extremamente delicado, pois do ponto de vista teórico e técnico é possivel desapropriar o Brasil inteiro, bastando para tanto que os técnicos do INCRA estabeleçam de tempos em tempos índices mais elevados de produtividade, até um ponto em que ninguém mais será produtivo para os burocratas. Essa possibilidade efetiva me leva a perguntar se se quer um país que produza mais ou se a intenção é desapropriar todo o Brasil."

Para o presidente da SRB, a atuação do INCRA na maioria dos Estados não chega a causar surpresa, uma vez que se sabe que as lideranças desse órgão em vários deles seguem uma corrente marxista. "Isso é um contra-senso", assinala, "pois como podem pessoas filiadas a uma escola filosófica marxista ser responsáveis pela execução de uma reforma agrária capitalista, como é a brasileira?"

Reunião — Todos esses pontos destacados por Flávio Teles de Menezes foram apresentados à imprensa durante uma reunião, promovida em abril pela SRB, que trouxe a São Paulo representantes de federações de agricultura de quase todos os Estados, além de outras entidades do meio empresarial rural. O encontro objetivou fazer um apanhado geral do andamento da reforma agrária no país, valendo-se dos inúmeros depoimentos prestados pelos representantes, para chegar a uma posição comum de como deve proceder a classe empresarial rural diante da atual fase da reforma.

Os pronunciamentos foram marcados por críticas à conduta do INCRA e denúncias sobre ações no meio rural de grupos interessados em desestabilizar todo o sistema produtivo, tendo sido aprovadas pelo plenário cinco propostas:

1 —Envio ao presidente da República de telex pedindo sustação dos planos regionais de reforma agrária, em função de as entidades representativas da classe rural não terem participado deles.

2 —Solicitação de audiência imediata com o presidente, a fim de manifestar as preocupações do empresariado rural com relação aos possíveis desvirtuamentos nos rumos da reforma agrária.

3 —Constituição de comissão representativa da classe empresarial rural, para oferecer ao Governo subsídios visando ao reexame dos planos regionais.

4 —Arrecadação de fundos entre as entidades, para que se possa mobilizar e esclarecer a opinião pública sobre as questões das invasões e outros desmandos, mostrando ao público as verdadeiras posições do empresariado rural diante do plano de reforma agrária.

5 —Envio de ofício ao ministro da Justiça, após a audiência com o presidente da República e de acordo com o seu resultado, pedindo instauração de inquéritos no meio rural pela Polícia Federal, para que sejam investigados os movimentos de incitamento às invasões e desestabilização do processo produtivo, promovidos por entidades políticas e religiosas.

A seguir, um apanhado dos vários depoimentos prestados durante o encontro, que permitem formar uma visão da preocupação dos empresários rurais com os rumos que vem tomando a reform agrária no país.

Ari Morimon, presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, comentou que o objetivo do pessoal do INCRA do Estado sulino parece ser o de trazer pânico, falando de áreas ociosas mas sem nada encaminhar e fazendo levantamento apenas em empresas rurais. Segundo ele, o caso mais sério é o da Fazenda Anoni, desapropriada há catorze anos e que representa hoje o quartel-general dos que pretendem fazer a reforma agrária no Estado. Na fazenda há uma atuante participação da Igreja, incluindo religiosos estrangeiros, além de diversas entidades políticas, disse Morimon.

Ernesto de Savio, presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais, lembrou que foram recentemente desapropriadas seis empresas rurais, desclassificadas por laudo do INCRA dessa condição e consideradas latifúndios improdutivos. "Não é possível o diálogo com o INCRA no Estado, porque o objetivo desse órgão é desestabilizar o empresariado rural, ante a insensibilidade absoluta do Governo Federal", alertou o dirigente. Ele destacou que os empresários precisam somar as suas forças para se contrapor ao outro lado, "que é uno, forte e ideológico", lembrando que, quando governador de Minas, Tancredo Neves desapropriou na região de Cachoeirinha 17 mil ha destinados a 2 mil ex-posseiros que não viviam nessas terras. Mas a FAEMG recorreu à Justiça e ganhou a causa.

A importância da união dos empresários foi enfatizada também no pronunciamento de Paulo Carneiro Ribeiro, presidente da Federação da Agricultura do Paraná, ao comentar que havia no setor público estadual um grupo bem organizado e atuante contra os interesses da classe empresarial. Disse que a Federação se movimentou e conseguiu a saída do secretário da Agricultura, do presidente da Emater e do diretor do Instituto de Cartografia, graças à compreensão do governador. "O campo ficou livre para nossa atuação e dessa forma pudemos participar intensamente da elaboração do plano regional."

Paulo Cerone, da Federação da Agricultura de Goiás, comentou que, ao contrário dos Estados do Sul, o seu tem uma imensa fronteira agrícola a ser incorporada ao processo produtivo. Contudo, três propriedades já foram desapropriadas e outras estão ameaçadas. "Grupos de esquerda bem organizados dirigem invasões; os proprietários entram com liminar de reintegração de posse e ganham o recurso. Mas logo novas invasões acontecem, seguidas de novas liminares; com isso aqueles grupos conseguem caracterizar a propriedade como área de conflito e, portanto, passível de desapropriação, independen-

temente do plano regional. Tudo isso tem de ser denunciado, porque o objetivo é desordenar o processo produtivo e não realizar um assentamento correto dos sem-terra", salientou Cerone. Em relação às denúncias de Dom Ivo Lorscheiter sobre violências na fazenda do Vale do Juari, o dirigente lembrou que sua entidade enviou telex ao presidente Sarney mostrando que tais afirmações não eram verdadeiras e denunciando a atuação nas invasões de pessoas estranhas ao meio rural, assim como distorções da Comissão Pastoral da Terra.

A situação no Acre foi apresentada em detalhes por Luiz Saraiva, presidente da Federação da Agricultura do Estado. Disse ele que foi chamado para discutir o plano regional mas não foi permitida sua participação no documento final, nem mesmo recebendo uma cópia do documento enviado a Brasília. Comentou que o Acre tem 15 milhões de ha e apenas 400 mil pessoas (200 mil nas cidades), havendo muita área para ser incorporada ao processo produtivo, sem necessidade de desapropriações violentas. Demonstrou sua estranheza ao saber que havia para o Estado um Plano de Meio Ambiente para Comunidades Indígenas, envolvendo uma área de 1,5 milhão de ha, quando a população indígena não chega a mil pessoas. O INCRA local, afirmou Saraiva, tem procurado descaracterizar diversas empresas rurais com o objetivo de desapropriação, rejeitando qualquer tentativa dos proprietários que procuram alterar seu cadastro para empresa rural, o que demonstra que os responsáveis pelo cadastramento do INCRA estão imbuídos de má fé. O dirigente acreano considerou que "as reuniões de empresários rurais estão virando muro de lamentações" e propôs "um movimento nacional em defesa do empresariado rural, para a criação de uma Frente Rural Brasileira".

Participação — No Espírito Santo foi possível a participação de uma comissão de reforma agrária da Federação da Agricultura nas discussões do plano regional, juntamente com representantes de trabalhadores e das entidades governamentais, conforme informou o presidente Pedro Burnier. Segundo ele, há diálogo com o INCRA no Estado mas o panorama geral não é muito diferente do de outras regiões. Já aconteceu a desapropriação de duas propriedades, que continuam ociosas, e as invasões são extremamente bem organizadas, com a participação da Igreja e da Central Única dos Trabalhadores.

Também em Mato Grosso do Sul a Federação da Agricultura participou do debate junto ao INCRA mas o documento final não levou em consideração as sugestões da entidade, conforme denúncia de seu dirigente, Odair Hildebrando D'Ávila. Ele disse que os dez acampamentos estão repletos de "brasilguaios", tendo tomado conhecimento de que se comercializa o direito de permanecer nesses locais. Também informou que os acampamentos são organizados pela Pastoral da Terra, com apoio vindo do exterior, assim como do governador, na forma de remédios, alimentos e também de dinheiro. Por outro lado, o governador já avisou que só terá direito a assentamento quem estiver morando no Estado há mais de dois anos.

Francisco Vaz, da Federação da Agricultura de Santa Catarina, comentou que a situação em seu Estado não se diferencia da dos outros, não tendo o empresariado participado da elaboração do plano regional. Disse que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil incita invasões e agitações.

Fábio Meireles, da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, salientou que os vários depoimentos provaram que o INCRA, com apenas duas exceções (Paraná e Espírito Santo), não ouviu as lideranças do empresariado rural e quando o fez não levou em conta as sugestões na hora de concluir os planos regionais. Na sua opinião, o que ocorreu não foi falha técnica mas sim um defeito político-ideológico, e o objetivo é destruir a agropecuária brasileira. "O 1º PNRA era comunizante e coletivista e conseguimos mudá-lo; agora precisamos fazer o mesmo com os planos regionais que não estão de acordo com o plano nacional aprovado pelo presidente Sarney", destacou Meireles. Observou ainda que a agricultura paulista tem mostrado crescente eficiência, conforme dados governamentais que indicam um crescimento da produção agrícola do Estado nos últimos anos, apesar da diminuição da área ocupada com atividades rurais. Observou também que existe muita terra disponível do Governo e que deveria ser usada para a reforma agrária, exemplificando com o Pará, onde o Governo Estadual está colocando em licitação 3 mil ha, e também com Mato Grosso, onde existem 2,5 milhões de ha disponíveis. Segundo o presidente da FAESP, o que se verifica é uma violência ao processo democrático, com uma política ideológica que visa a destruir o campo produtivo e a estatizar. Fez referência às áreas desapropriadas no Vale do Ribeira e no Pontal do Paranapanema, onde dezenove empresas rurais foram desapropriadas e logo duas invasões aconteceram, com apoio do Governo do Estado.

Mais queixas — Diversos outros depoimentos na reunião na sede da SRB (de dirigentes de associações de produtores, da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, de sindicatos rurais e de proprietários) reforçaram as queixas contra os planos regionais, sua ameaça à propriedade privada e a necessidade de união do empresariado rural. Vale destacar a participação do ex-ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, atual presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, que apresentou propostas concretas de atuação da classe empresarial frente à questão da reforma agrária, como o encaminhamento de um pedido de audiência com o presidente Sarney e a participação da classe na reformulação dos planos regionais.

Também se concretizou a proposta de Ney Bittencourt de Araújo, presidente da Agroceres, de que se promovesse uma campanha publicitária para mostrar à opinião pública o papel do empresariado rural na agricultura brasileira, do mesmo modo que o setor alcooleiro se vem defendendo das críticas ao Proálcool. Araújo comentou que as entidades dos proprietários rurais reconhecem haver um problema fundiário no Brasil mas discordam da maneira como está sendo conduzida a reforma agrária, principalmente a postura ditatorial na formulação dos planos regionais. Ele considera que há um consenso nacional no sentido de que é necessário organizar melhor a estrutura fundiária no país, não podendo mais a terra ser tratada como reserva de valor mas sim como fator de produção. Criticou as propostas do INCRA de organizações comunais de trabalho, modelo socialista que não dá resultado, como mostram as experiências na China e na União Soviética.

Já Olacyr de Moraes, proprietário da Fazenda Itamaraty, comentou que o plano, tal como está formulado, será um fracasso, pois de nada adianta colocar famílias em pequenas áreas sem lhes dar condições de se desenvolverem. O resultado será a existência de milhares de minifúndios improdutivos. Propôs que o Governo aplique recursos para a aquisição de áreas improdutivas extensas, desmembrando-as em áreas de 500 a 1.000 ha, que seriam compradas com financiamento de até vinte anos, assim como se financiaria a aquisição de máquinas e insumos. Propriedades desse tipo empregariam de vinte a trinta pessoas e seriam economicamente viáveis. Na sua opinião, no atual Plano Nacional de Reforma Agrária não existe racionalidade mas apenas demagogia barata, com apoio da Igreja. ●

VOZ DA UNIDADE

25/4 a 1/5/86

REFORMA AGRÁRIA

Não se pode eternizar o processo de debate e frustrar a Nação

Foto: Gabriela Magnoli

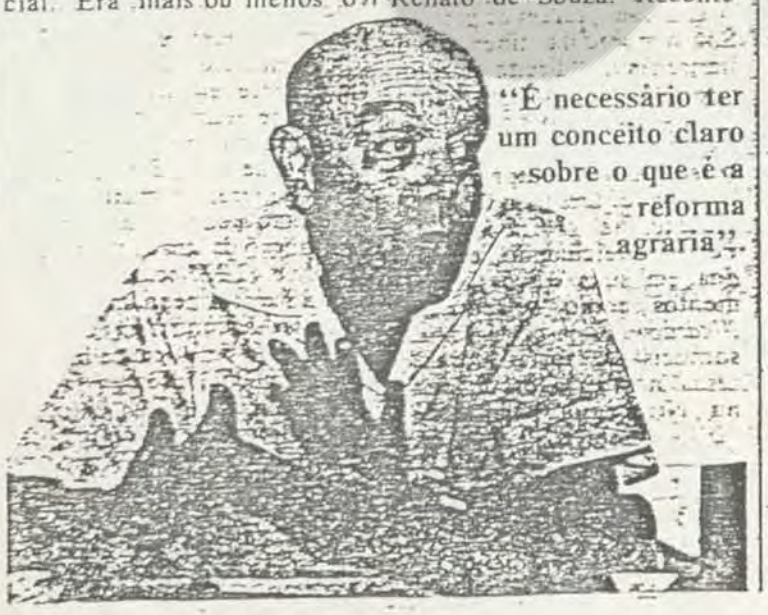
José Gomes da Silva, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) até outubro passado, fala com exclusividade à **Voz** *e questiona o plano de reforma agrária do governo*

Voz - O senhor acredita que existe uma disposição política governamental em fazer a reforma agrária? Que tipo de reforma haverá?

José Gomes da Silva (JGS) - Em primeiro lugar é necessário conceituar claramente o que é reforma agrária, pois ela vem sendo embrulhada em diversos pacotes. No governo Castelo Branco ela foi embalada na tributação progressiva. No governo Costa e Silva, ela passou a ser entendida como sinônimo de colonização. No final do governo Geisel foi descoberta a seara da discriminação das terras públicas na fronteira agrícola. Tudo isso sob o *slogan* de reforma agrária. No governo Figueiredo apareceu outra novidade, o usucapião especial. Era mais ou menos o seguinte: você tinha um posseiro que foi para a Amazônia, ficou lá 40 anos morando ao lado das onças e o governo chegava lá e legitimava a posse. Também se disse que isto era reforma agrária.

Tecnicamente e doutrinariamente nenhum destes processos pode ser confundido com reforma agrária. Reforma é redistribuição de direitos sobre a propriedade de terra agrícola, ou seja, terra de boa qualidade.

Se for executado o atual Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) o máximo que se vai conseguir é a solução tópica de conflitos de terra, mas não a mudança na estrutura fundiária do país. Esta opinião não é só minha, é também do atual reitor da Unicamp, o professor Paulo Renato de Souza. Recentemente, defendendo o título de professor associado ele teve como ponto sorteado para a prova didática a reforma agrária, e a conclusão da sua aula foi exatamente esta. Isto foi dito diante da fina flor dos economistas do governo, o ministro João Sayad, Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso.



"É necessário ter um conceito claro sobre o que é a reforma agrária".

Voz - Quais são as principais diferenças entre o plano apresentado no Congresso da Contag no ano passado e o aprovado pelo governo em outubro?

JGS - Foram feitas numerosas modificações. Por exemplo: enquanto o Estatuto da Terra estabelece como um dos critérios para a reforma a presença de precaristas (parceiros, arrendatários). O plano isentou estas áreas de desapropriação, deixando de beneficiar potencialmente mais de meio milhão de trabalhadores rurais. Outra questão é a introdução do conceito "latifúndio produtivo", ou seja, independentemente do tamanho da propriedade, se ela tiver benefícios, plantação ou criação animal, ela estará isenta de ser objeto de reforma.

Mais uma questão é o instrumental da reforma. Na proposta apresentada em maio o instrumento é a desapropriação, segundo a sistemática determinada pelo Estatuto da Terra. No plano aprovado diz-se que o primeiro recurso é a negociação. E aí entra uma questão que para mim é pecado, falando-se de reforma agrária. Uma coisa é fazer reforma, outra é negociar. Ela é um processo impositivo, o que não quer dizer autoritário ou expoliativo. O fracasso retumbante do Pró-Terra está aí para comprovar esta afirmação.

Há um ponto em que a discussão e a negociação têm que acabar. O grande fator limitante da reforma é o ano agrícola, e nós já perdemos o ano agrícola 85/86 e agora estamos perdendo o ano agrícola 86/87. Mesmo que os planos regionais fossem aprovados nesta semana não haveria mais tempo de fazer as desapropriações e ocupar os imóveis a tempo de o camponês estar na terra para o cultivo quando das chuvas de setembro. Então, não se pode eternizar este processo, a pretexto de se estabelecer uma "discussão democrática".

— CONT. —

VOZ DA UNIDADE
25/4 a 1/5/86

— CONT. —

O Incra e o Mirad estão desaparelhados para a reforma

Voz – O presidente da Contag denunciou em entrevista à *Voz* que tanto o Incra como o Ministério da Reforma Agrária, o Mirad, não estão sendo estruturados para realizar a reforma? O senhor concorda com esta afirmação?

JGS – Eu diria que o Incra e o Mirad não foram equipados para a tarefa ciclópica que é realizar a reforma agrária. Aí aparece outra fragilidade do plano, que é o total descompasso entre as metas que o presidente José Sarney faz questão de manter – beneficiar 1,4 milhão de pessoas – e os meios para assentar estas famílias.

Minha preocupação é que a reforma, deformada durante 21 anos, acabe se desmoralizando. Não basta dizer que serão assentados mais de um milhão de trabalhadores, e manter a mesma estrutura administrativa que tinha como objetivo não fazer a reforma agrária.

Voz – Finalmente, porque o senhor resolveu sair do Incra?

JGS – Minha saída foi basicamente devido à visão que tenho dos recuos feitos e pela impossibilidade de se alcançar as metas traçadas com o instrumental que o PNRA proporcionou.

TELEGRAMA CNBB AO SARNEY

Rural

Duzentos e cinqüenta bispos católicos do Brasil, reunidos em sua 24ª assembléia geral em Itaici, São Paulo, permanecem atentos aos graves problemas da violência no campo, cuja solução será a reforma agrária, com a qual Vossa Excelência e seu governo repetidamente se têm comprometido. Conhecedores da situação que dia a dia se agrava no meio rural e das ameaças e crimes contra a vida de agricultores e de seus líderes e das pressões exercidas contra a política agrária, publicamente assumida pelo Governo, em nome do povo sofrido de nossas Dioceses, apelamos insistentemente a Vossa Excelência para que não sejam adiadas a aprovação e a pronta execução dos planos regionais de reforma agrária. Preocupados igualmente com o clamor dos pobres indígenas, sobretudo nesta fase da reforma da Fundação Nacional do Índio, insistimos também na necessidade da imediata demarcação de suas terras de acordo com o Estatuto do Índio. Rezamos pelo Senhor para que a terra seja realmente colocada a serviço de todos os brasileiros, como condição de verdadeira democracia em nossa Pátria.
(Telegrama da CNBB ao presidente José Sarney, assinado pelo seu presidente dom Ivo Lorscheiter).

Mais um ano perdido no campo

A deflagração da reforma agrária – um dos itens principais do Compromisso com a Nação que deu origem à Aliança Democrática – vem sendo constantemente adiada, desde maio de 1985.

No final daquele mês o presidente José Sarney, durante o 4º Congresso da Contag, apresentou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Somente em outubro, porém, o PNRA seria aprovado – com sensíveis modificações em relação ao plano original.

Um dos principais retrocessos no palco oficial em relação ao de maio foi a eliminação dos três artigos que diziam respeito à fixação das áreas prioritárias para efeito de reforma agrária. Com isto, o governo deixou a delimitação das áreas a cargo dos Planos Regionais de Reforma Agrária.

Com este artifício, o governo protelou o início da reforma, que só poderá ser iniciada quando os planos regionais estiverem assinados. Estes planos estão no Palácio do Planalto desde 10 de janeiro. Inicialmente, divulgou-se que os PRRAs seriam assinados em março. Depois, no início de abril, meados de abril. Até que no último dia de abril. Até que no último dia 18 o ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil da Presidência, afirmou que os planos entregues são "sintéticos", quando precisariam ser "analíticos" em função da complexidade do tema.

Mais ainda: Maciel completou dizendo que apesar de prioritários os planos não serão examinados imediatamente, pois o presidente teria que viajar a Barretos (SP), Portugal e Cabo Verde, só retornando ao Brasil em 10 de maio. Com tudo isso, mais um ano agrícola foi perdido.

O encontro "Reforma Agrária em Caxias"

Rafael Soares de Oliveira

Reunindo cerca de seiscentas pessoas, realizou-se, no dia 22 de fevereiro passado, em Xerém, 4º distrito do município de Duque de Caxias, o encontro "Reforma Agrária em Caxias", promovido pela Pastoral Ecumênica da Terra (PET) e pelo Núcleo Agrícola Fluminense. O encontro contou ainda com o apoio das seguintes entidades: Centro Comunitário de Duque de Caxias (CCDC), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Movimento União de Bairros (MUB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). As duas últimas ligadas à "Campanha Nacional pela Reforma Agrária".

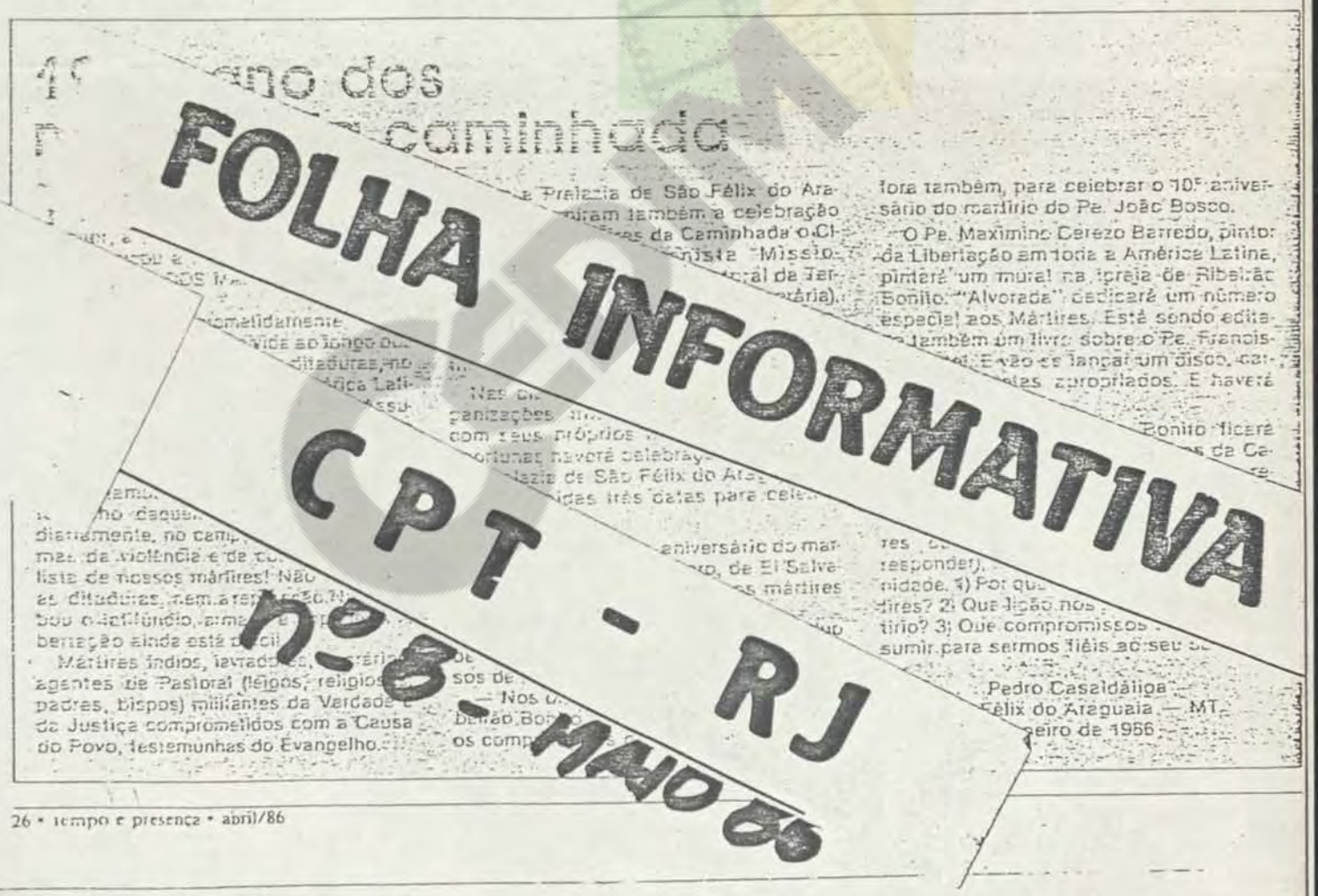
A maioria dos participantes do encontro era formada por trabalhadores rurais e urbanos do distrito que aproveitaram a oportunidade para discutir os seus problemas e exigir uma Reforma Agrária adequada à região. Segundo eles, é necessário discutir em outros encontros as reinvindicações a serem encaminhadas às autoridades locais, estaduais e federais. Decidiu-se também pela criação de um Comitê Pró-Reforma Agrária no município.

Xerém é região de produção agrícola e, como tal, sofre com o descompromisso dos governantes quanto ao escoamento do que é produzido na periferia do Grande Rio. Faltam estradas adequadas, créditos, títulos de propriedade, etc. Enfim, convive-se, na região, com os problemas comuns a tantas outras áreas rurais do Brasil. Ainda assim (e talvez por isso), Xerém tem um passado intenso de lutas. Foi lá que surgiram os primeiros núcleos das Associações de Lavradores Fluminenses, na década de 50. Hoje, como conseqüência da repressão sofrida a partir de 1964, o povo vive na desconfiança quanto à participação em organizações populares. Essa posição se justifica dado o peso da repressão desfechada pelas forças militares contra a população. Tal fato, inclusive, se refletiu no encontro, quando vários nomes foram citados como mártires da repressão. Em memória deles, cumpriu-se um minuto de silêncio.

O lado urbano de Xerém está estreitamente vinculado com uma fábrica da FIAT, ali instalada, e apresenta os mesmos problemas de infra-estrutura da "Baixada Fluminense", região maior onde se situa.

A Pastoral Ecumênica da Terra, organizadora do encontro e responsável pelos seus encaminhamentos, é um projeto das igrejas Metodista e Católica criado para responder aos desafios sociais da região. Conta, desde o início de suas atividades, com a assessoria e o acompanhamento do CEDI, através do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, e do Centro Comunitário de Duque de Caxias (CCDC), ligado à 1ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista.

Rafael Soares de Oliveira é membro do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.



DESAPROPRIAÇÕES DE FAZENDAS

Pelo Estatuto da Terra. toda desapropriação de fazenda feita pelo MIRAD e INCRA, é paga em Títulos da Dívida Agrária (TDA), resgatáveis em até 20 anos, em prestações anuais.

Somente os TDAS com vencimento de 01 a 03 anos são descontados em Bancos ou Financeiras com descontos de até 40%. Os "TDAS" de longo prazo não têm valor comercial e "não se faz dinheiro com eles".

"Causas que Provocam a Desapropriação de Fazendas":

1.ª - Deixar a fazenda ser invadida, é deixar criar o conflito social (A meta do MIRAD e INCRA é desapropriar onde houver conflito social, mesmo que seja conflito fabricado). Se necessário for, contratar vigilância rural.

2.ª - Cadastramento errado ou desatualizado no "INCRA" torna a fazenda Improdutiva, considerada latifúndio para exploração (inciso II B).

3.ª - Documentação irregular da propriedade nas escrituras e registros nos Cartórios com áreas superiores à real.

4.ª - Arrendamentos, parcerias, meeiros sem contratos ou com contratos mal feitos, que não tiveram Assistência jurídica atualizada para proteger o direito do fazendeiro e a propriedade.

5.ª - O aproveitamento baixo ou não utilização das pastagens naturais, tais como: Cerrados, campos e varjões podem ocasionar o não enquadramento da fazenda na categoria de Empresa Rural (inciso III AB).

6.ª - Acampamento dos "Sem Terra" em regiões onde as autoridades e políticos com fins eleitoreiros apoiam esses movimentos.

A participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e do Partido dos Trabalhadores (PT) e da CUT, estão estimulando e intensificando as invasões através da Campanha da Fraternidade. "Terra de Deus, Terra de Irmãos".

A atuação da "CNBB" na Nova Constituinte é para modificar as normas do direito de propriedade.

"UDR"

União Democrática Ruralista

METAS RURALISTAS

1 - Exigir dos órgãos governamentais, MIRAD e INCRA, o respeito ao Artigo 161 da Constituição Federal. "Que as desapropriações por interesse social para fins de Reforma Agrária seja feita mediante pagamento de justa indenização".

E não com Titulos da Divida Agrária (TDAS) resgatáveis em até 20 anos em suaves prestações.

2 - Manter anexas às propriedades, as faixas de segurança das barragens, as áreas próximas aos que as utilizam para produzir e já tiveram parte de suas terras desapropriadas pelas usinas.

3 - Atualizar o cadastro das propriedades junto ao INCRA a fim de que se tenha o retrato fiel do sistema fundiário e produtivo brasileiro. (O cadastro do qual o INCRA se valeu para a elaboração do PNRA é caduco; foi elaborado em 1978 não merece confiabilidade).

4 - Contratação de assessoria jurídica permanente para regularizar com urgência os casos de retificação de área nas escrituras, registros e "INCRA", Arrendamentos, Parcerias, Meeiros e Legislação Trabalhista Rural.

5 - Apoiar e contribuir financeiramente os candidatos à Assembléia Constituinte, que sejam somente líderes e pródutores rurais absolutamente identificados com a classe de fazendeiros ou que sensibilizam com os nossos problemas.

6 - Nas áreas municipais e estaduais apoiar somente politicos locais e da região, isto é: Vereadores, prefeitos, deputados Estaduais e Federais; Senadores que defendam o Direito de Propriedade e da livre empresa, com toda atenção que eles merecem e que não sejam integrantes ou influenciados por movimentos esquerdistas, orientados para desestabilizar o sistema produtivo, contrariando os mais altos interesses do país.

7 - Tudo o que a U.D.R. quer é tranquilidade no meio rural. O nosso movimento é preventivo e não vamos perturbar ninguém, mas não queremos ser perturbados.

"UDR"

União Democrática Ruralista

Senhor Vice-governador Francisco Amaral

Saudações,

Nós trabalhadores rurais Sem-Terra, organizados em "Mutirões", queremos através deste documento expressar nossas necessidades no momento de mudança de governo em nosso Estado.

Nossas principais preocupações são as seguintes:

Londrina

P. LISA Cachoeira grande

1. Que sejam desapropriadas as áreas ocupadas pelos Mutirões e as terras improdutivas. Precisamos que as desapropriações iniciadas sejam concluídas, temos necessidades de um documento que nos garanta a terra e acesso ao crédito rural.

2. Precisamos de uma assistência real e permanente aos assentamentos:

Jardim Maracanã
Jaboticaba
Paracambi (Paulo)

- crédito facilitado
- preço justo para os nossos produtos
- sementes e mudas
- maquinária e ferramenta
- correção de solo
- dragagem dos rios e drenagem das terras alagadas
- abrir e conservar ruas e estradas
- apoio técnico
- posto médico
- escolas
- eletrificação
- água potável
- material para construção de casas

Mesquita

3. Precisamos que sejam recuperadas as áreas do Estado que estão nas mãos dos grileiros através de ações discriminatórias. Nós Sem-Terra precisamos destas terras para trabalhar.

Neste sentido queremos manter os núcleos de identificação de Terras públicas de Nova Iguaçu e Niterói assim como ampliar estes núcleos para os outros municípios.

Japeri

Conceição de Macabu

4. Que as medidas governamentais para os Sem-Terra e para os assentamentos sejam realizadas com rapidez.

Itaintibiba

5. Queremos uma Secretaria de governo que atenda às nossas necessidades.

Campos

6. Queremos que continue o Núcleo de Terra na Procuradoria do Estado, com a nossa participação e de outros Sem-Terra, na discussão e decisão das desapropriações e da titulação das terras.

Paracambi, 19 de fevereiro de 1987.

Pelo Mutirão de ..... assinat.....
Pelo Mutirão de ..... assinat.....
Pelo Mutirão de ..... assinat.....
Pelo Mutirão de ..... assinat.....
Pelo Mutirão de ..... assinat.....
Pelo Mutirão de ..... assinat.....
Pelo Mutirão de ..... assinat.....
Pelo Mutirão de ..... assinat.....
Pelo Mutirão de ..... assinat.....
Pelo Mutirão de ..... assinat.....

RÁDIOS

SISTEMA GLOBO DE RÁDIO:
RÁDIO GLOBO
RÁDIO ELDORADO
RÁDIO MUNDIAL
Rua do Russel, 434
22210 - Rj
Telefone - 2854433/2850433/2850498
Telex-

RÁDIOBRÁS
RÁDIO NACIONAL - Conceição Neigomes (jornalismo)
RÁDIO IPANEMA
Praça Mauá, 7 - 19º e 22º andar
20081 - RJ
Telefone- 2336722
Telex- 21370 22.284

RÁDIO JORNAL DO BRASIL / CIDADE / JOVEM RIO
Av Brasil, 500 - 7º andar
20940 - RJ
Telefone - 2644422 e 2347566
Telex-
Contato- Cultura - Ana Dalva
Programa Noturno - Saroldi
Jovem Rio - Ivonete
Cidade - Márcia Paula, Sandoval, Mansur

RÁDIO ANTENA UM
Rua Cândido Gaffrée, 165
22291 - RJ
Telefone- 5424596
Contato- Eliane Fernandes (jornalismo)

RÁDIO FLUMINENSE
Rua Visconde de Itaboraí, 184 - 10ºandar
24110 - Niterói
Telefone- 7193311 r/ 36
Contato - Márcia Maria (jornalismo)

RÁDIO DEL REY
Rua Conde de Bonfim, 314/1009 Blco. I
20520- RJ
Telefone- 2849045
Contato- Plácido Melo

RÁDIO MEC
Praça da República, 141 A
21211 - RJ
Telefone - 2217447 e 2322123 (jornalismo)
Contato - Carlos Duarte da Silva

RÁDIO TUPI
Rua do Livramento, 189 - 8º andar
20221 - RJ
Telefone- 2634727 TLX. 22193.
Contato-

RÁDIO TAMOIO
Av. Portugal, 96
22291 - RJ
Telefone- 2950332
Contato-

RÁDIO RELÓGIO FEDERAL
AV Pres. Vargas, 417 - 18º andar
20071 - RJ
Telefone- 2246699 NÃO TEM TLX
Contato- Escobar

RÁDIO BANDEIRANTES
Av. Treze de Maio, 23 - 6º andar
20031 - RJ
Telefone- 2407265/2625452/2201860
Contato-

RÁDIO MAUÁ
RIA do Livramento, 189 - 6º andar
20221 - RJ
Telefone- 2634344 e 2631144
Contato-

TVE -

Irene Cristina

Erica Francisca.

2242227 1.63

TV Bandeirantes

~~542 2130~~

~~Erica Francisca~~

Edileide (r) 2869616 -

5800313

Veronica --

- ~~TV~~ jornal

- Globo ___ chefe de Reportagem

Paulo.

2922000.

767-8570

Paroquia
- 2555095 / Paulo VI 2923132

Tribuna da Imprensa
252-6040
Jussara - Reportagem
geral

2377572
- 234178

RÁDIO CAPITAL
Rua do Bispo, 71
20261 - Rj
Telefone- 2649290/2540399/2546290
Contato-
21780

RÁDIO TRANSAMÉRICA
Rua São Francisco Xavier, 961
20550 - RJ
Telefone- 2848038
Contato-

RÁDIO PANAMÉRICA
Av. Pres. Vargas, 417 - A
20071 - RJ
Telefone- 2535780 e 2535874

RÁDIO IMPRENSA
Rua Felipe Camarão, 96
20511 - Rj
Telefone - 5719191/2088096/2088195
Contato-
TELEX - NÃO TEM TLX

RÁDIO EXCELSIOR
Rua Sorocaba, 585
22271 - RJ
Telefone- 2265123
Contato-

RÁDIO RIO DE JANEIRO
Rua Teodoro Silva, 371
20560 - RJ
Telefone- 2880182 TLX
Contato-

RÁDIO METROPOLITANA
Estrada Velha da Pavuna, 3517
21051 - RJ
Telefone- 2493072/2496477
Contato-

RÁDIOROQUETE PINTO
Av Erasmo Braga, 118 - 11º andar
20020 - RJ
Telefone- 2311235

RÁDIO COPACABANA

Rua dos Inválidos, 182 - sobrado

20231 - RJ

Telefone - 2326447 e 2429960

Contato-

CEDIM

TELEVISÕES

TV GLOBO
RUA LOPES QUINTAS , 303
22460 - RJ
Telefone - 2947332 - jornalismo
Telex-
Contatos- RJ TV - Clause Rodrigues
Jornal Hoje - Ieda Nagle

TV EDUCATIVA
Rua Gomes Freire, 474 - B
20231 - RJ
Telefone- 2326933 e2212227
Telex-
Contato- Jornal 1985 -

TV MANCHETE
RUA do Russel, 804 - 4º ao 6º andar
22210 - Rj
Telefone - 2850033 e 2652012
Telex -
Contatos-

TV BANDEIRANTES
Rua Álvaro Ramos, 492
22280 - Rj
Telefone- 5418545 - jornalismo
Telex-
Contato- Cristina Rego Monteiro - reportagem
Belisa Ribeiro

SBT - TVS - TV RECORD
Rua General Padilha, 134
20920 - RJ
Telefone- 2845084 (TVS) e 5801536(TV RECORD)
Telex-
Contato-

INTERVÍDEO COMUNICAÇÃO
Rua Osório de Almeida, 67
22291 - RJ
Telefone - 2956545

TRIBUNA DA IMPRENSA
Rua do Lavradio, 98
20230 - RJ
Telefone- 2526040
Contato- Hélio Fernandes Filho - Editor

O FLUMINENSE
Rua Visconde de Itaboraí, 184
24030 - Niterói
Telefone- 7193311
Contato- Segundo Caderno- Cordeiro (editor)
Sucursal- Rua da Quitanda, 159 - 9º andar
20091 - RJ
Telefone- 2330398

JORNAL DO PAÍS
Rua da Lapa, 180 salas 1104-06
20021- Rj
Telefone- 2225771 e 2527440
Contatos- Editor- Ivan Alves
Cultura- Elias Fajardo

GAZETA MERCANTIL
Av. Pres. Vargas, 418 - 6º andar
20071 - RJ
Telefone- 2539822
Contato-

LUTA DEMOCRÁTICA
Av Pres. Vargas, 633 sala 609/610
20071- RJ
Telefone- 2635717
Contato-

ESPAÇO DEMOCRÁTICO
Rua Nilo Peçanha, 50/1912
20020 - RJ
Telefone- 2623034
Contato- Sônia(editora)

JORNAL DO MUNICÍPIO
Rua Leandro Martins, 72
Telefone- 2630333/2630684

O ESTADO DE SÃO PAULO
Rua da Quitanda, 3 - 8º andar
20011 - RJ
Telefone- 2229995
Telex- (21)23260 e (21)23125
Contatos- Airton Baffa

FOLHA DE SÃO PAULO
Av Pres. Vargas, 502
20071 - RJ
Telefone- 2337082 e 2832733
Contatos- Cultura- Isa Cambará

CEDIM

REVISTAS

ISTO É
Av. Pres. Vargas, 418 - 10ºandar
20071 - Rj
Telefone - 2535115
Telex-
Contatos- Zuenir Ventura, Aluísio Maranhão

VEJA / EXAME
Rua da Passagem, 123 - 9º andar
22290 - RJ
Telefone- 2955282
Telex-
Contatos-

SENHOR
Rua Almirante Barroso,63/1509-14
20031 -RJ
Telefone-
Telex-

FATOS / MANCHETE
Rua do Russel, 766
22210 - RJ
Telefone geral- 2850033
Contatos-

AFINAL
Rua da Glória, 290 - 1º andar
22041 - Rj
Telefone- 2226218 e 2229930
Telex-
Contato- Elizabeth Carvalho (editora) Soc. Amigos

VISÃO
Rua 19 de fevereiro, 140 - sobreloja
22280 - RJ
Telefone- 2869847 e 2463994
Telex-
Contatos- Diretor

RÁDIOS

SISTEMA GLOBO DE RÁDIO:
RÁDIO GLOBO
RÁDIO EI DORADO
RÁDIO MUNDIAL
Rua do Russel, 434
22210 - Rj
Telefone - 2854433/2850433/2850498
Telex-

RÁDIOBRÁS
RÁDIO NACIONAL - Conceição Neigomes (jornalismo)
RÁDIO IPANEMA
Praça Mauá, 7 - 19º e 22º andar
20081 - RJ
Telefone- 2336722
Telex- 21570 22.284

RÁDIO JORNAL DO BRASIL / CIDADE / JOVEM RIO
Av Brasil, 500 - 7º andar
20940 - RJ
Telefone - 2644422 e 2347566
Telex-
Contato- Cultura - Ana Dalva
Programa Noturno - Saroldi
Jovem Rio - Ivonete
Cidade - Márcia Paula, Sandoval, Mansur

RÁDIO ANTENA UM
Rua Cândido Gaffrée, 165
22291 - RJ
Telefone- 5424596
Contato- Eliane Fernandes (jornalismo)

RÁDIO FLUMINENSE
Rua Visconde de Itaboraí, 184 - 10ºandar
24110 - Niterói
Telefone- 7193311 r/ 36
Contato - Márcia Maria (jornalismo)

RÁDIO DEL REY
Rua Conde de Bonfim, 314/1009 Blco. I
20520- RJ
Telefone- 2849045
Contato- Plácido Melo

RÁDIO MEC
Praça da República, 141 A
21211 - RJ
Telefone - 2217447 e 2322123 (jornalismo)
Contato - Carlos Duarte da Silva

RÁDIO TUPI
Rua do Livramento, 189 - 8º andar
20221 - RJ
Telefone- 2634727 TLX. 22193.
Contato-

RÁDIO TAMOIO
Av. Portugal, 96
22291 - RJ
Telefone- 2950332
Contato-

RÁDIO RELÓGIO FEDERAL
AV Pres. Vargas, 417 - 18º andar
20071 - RJ
Telefone- 2246699 NÃO TEM TLX
Contato- Escobar

RÁDIO BANDEIRANTES
Av. Treze de Maio, 23 - 6º andar
20031 - RJ
Telefone- 2407265/2625452/2201860
Contato-

RÁDIO MAUÁ
RIA do Livramento, 189 - 6º andar
20221 - RJ
Telefone- 2634344 e 2631144
Contato-

Comissão Pastoral da Terra
Fone: (062) 223-4039 ou 224-4436 — Telex: (062) 2605-PTTC-BR
Caixa Postal, 749 CEP 74.000 — Goiânia — Goiás — Brasil

Protocolado sob n°. 84806
Goiânia, 14 DEZ 1990

ESTATUTOS SOCIAIS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA — CPT

Capítulo I - DA NATUREZA E DOS FINS

ARTIGO 1o. - A Comissão Pastoral da Terra, a seguir denominada pela sigla CPT, é uma entidade jurídica de direito privado e de caráter religioso e filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro em Goiânia, capital do Estado de Goiás, Brasil, a serviço dos agentes de Pastoral Rural e das diversas categorias de trabalhadores rurais.

ARTIGO 2o. - A CPT é um organismo autônomo em sua organização e administração, é vinculada à Igreja Católica, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e tem, por natureza, um compromisso evangélico de promover a dignidade do homem e da mulher do campo, oferecendo um serviço pastoral aos trabalhadores rurais, às suas organizações e às Igrejas, em nível nacional, regional ou local.

ARTIGO 3o. - A CPT faz-se presente nas diversas regiões do Brasil, formadas com base no critério de afinidades de problemas, através dos Regionais da Pastoral da Terra.

ARTIGO 4o. - A CPT tem como finalidades:

a) interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham pastoralmente em favor dos trabalhadores rurais;

b) promover a formação e acompanhamento de agentes de pastoral para atuarem no meio rural;

c) elaborar e divulgar materiais pedagógicos destinados à formação dos trabalhadores rurais;

d) organizar assessorias aos trabalhadores;

e) estabelecer ligação com organismos que, como ela, busquem a concretização dos interesses do conjunto dos trabalhadores rurais;

f) promover campanhas de conscientização e outras formas de ação em favor dos direitos dos trabalhadores rurais e na defesa do meio ambiente;

g) representar os interesses dos Regionais da CPT junto aos órgãos oficiais;

h) encaminhar levantamentos científicos visando a análise e correta interpretação da questão agrária nacional.

2º. Tabelionato
RUA 7 Nº. 485
GOIÂNIA
AUTENTICAÇÃO
27 DEZ 1990
Confere com o original. Dou fé

1º. Tabellonato de Notas
Carlos Hildebrando [illegible]
ESCREVENTE
RUA 7 Nº. 485
GOIÂNIA -- GOIÁS

Protocolado sob nº. 84806
Goiânia, 14 DEZ 1990

Capítulo II - DA ORGANIZAÇÃO

ARTIGO 5o. - São membros da CPT todas as pessoas que trabalham ativa e diretamente na pastoral em favor dos trabalhadores rurais, que desejam ligar-se à Entidade, sejam aceitas pelas Coordenações Regionais ou pelo Conselho Diretor Nacional e sejam participantes, devidamente constituídos dos encontros oficiais nas diversas instâncias da entidade.

Parágrafo 1o. A presença, devidamente credenciada, em encontros locais, Regionais ou Nacionais, qualifica os membros como integrantes da CPT local, regional ou nacional.

Parágrafo 2o. A expressão dos direitos de membros será realizada através da participação e do direito de voz e voto nas diversas reuniões, encontros e assembléias da Entidade.

ARTIGO 6o. - São órgãos da CPT:
a) a Assembléia Geral;
b) o Conselho Nacional;
c) o Conselho Diretor e
d) os Regionais.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 7o. - A Assembléia Geral, órgão máximo da representação e deliberação da CPT, estará composta por:
a) os integrantes do Conselho Nacional;
b) os demais representantes dos Regionais, de acordo com a determinação do Regimento;
c) o membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB.

ARTIGO 8o. - A Assembléia Geral reunir-se-á em sessão ordinária pelo menos cada dois anos e, em sessão extraordinária quando convocada pelo Presidente, por deliberação do Conselho Diretor, ou petição da maioria simples dos Regionais da CPT.

Parágrafo 1o. - A convocação da Assembléia Geral será efetuada através de aviso escrito encaminhado aos seus integrantes com uma antecedência de, pelo menos, trinta dias.

Parágrafo 2o. - Não haverá requisito de quorum para o início dos trabalhos da Assembléia, mas, para que as votações sejam válidas, requer-se a presença de metade mais um dos representantes dos Regionais da CPT.

Parágrafo 3o. - Todos os acordos da Assembléia Geral da

2º. Tabelionato
27 DEZ 1990
2º. Tabelionato - Notas
Carlos Hildebrand

Protocolado sob nº 84806
Goiânia, 14 DEZ 1990

CPT serão tomados por maioria relativa dos seus membros presentes, exceto quando nestes Estatutos se exigir quorum superior.

ARTIGO 9o. - Compete à Assembléia Geral:
a) aprovar as linhas gerais de ação da CPT.
b) examinar e emitir parecer sobre a gestão do Conselho Diretor no período anterior;
c) eleger o presidente e o vice-presidente da CPT, de acordo com o disposto nestes Estatutos e no Regimento.
d) deliberar sobre qualquer assunto de interesse da CPT, sob proposta do Conselho Diretor ou a pedido de, pelo menos, três membros da mesma Assembléia.

Parágrafo 1o. A Assembléia Geral definirá e o Conselho Nacional aprovará as relações e obrigações estabelecidas entre CPT e CNBB, firmadas entre as partes, por instrumento próprio, através de seus representantes legais.
Parágrafo 2o. Caberá também à Assembléia definir e ao Conselho Nacional aprovar os critérios para as relações com outras Igrejas e entidades.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO NACIONAL

ARTIGO 10 - O Conselho Nacional da CPT estará composto:
a) pelo Presidente;
b) pelo Vice-Presidente;
c) pelo Conselho Diretor;
d) pelos Coordenadores Regionais.

Parágrafo 1o. - O Conselho Nacional da CPT constituirá um Secretariado Nacional, composto de um Secretário Executivo e' de Assessores, a quem caberá o trabalho de encaminhar as atividades programadas pela CPT em nível nacional.

Parágrafo 2o. - Caberá ao Secretário Executivo a supervisão e a coordenação dos trabalhos do Secretariado e a interligação dos Secretariados Regionais da CPT.

ARTIGO 11 - O Conselho Nacional reunir-se-á em sessão ordinária uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, ou por iniciativa própria, ou a pedido de, pelo menos, quatro membros com direito a voto.
Parágrafo 1o. - Para validade das resoluções do Conselho Nacional requer-se a presença de, pelo menos, a metade dos seus membros com direito a voto, incluindo o Presidente ou, em sua ausência, o Vice-Presidente.

Protocolado sob nº. 84806
Goiânia, 14 DEZ 1990

Parágrafo 2o. - As resoluções do Conselho Nacional serão tomadas por maioria simples dos seus membros presentes.

ARTIGO 12 - Compete ao Conselho Nacional:
a) ouvidos os interessados, reconhecer ou suprimir os Regionais da CPT bem como fixar os seus limites territoriais ou alterá-los;
b) fixar critérios para a consecução e aplicação de verbas;
c) encaminhar as decisões da Assembléia Geral.

ARTIGO 13 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos pela Assembléia Geral para um período de dois anos, podendo ser reconduzidos.

ARTIGO 14 - Compete ao Presidente:
a) representar a CPT em juízo ou fora dele;
b) presidir as sessões do Conselho Diretor, do Conselho Nacional e da Assembléia Geral;
c) executar e fazer executar as decisões do Conselho Diretor, do Conselho Nacional e da Assembléia Geral.

ARTIGO 15 - Compete ao Vice-Presidente:
a) substituir o presidente em caso de sua ausência, impedimento ou renúncia;
b) colaborar com o Presidente na execução das resoluções do Conselho Diretor, do Conselho Nacional e da Assembléia Geral.

ARTIGO 16 - Integrará o Conselho Nacional um Conselho Diretor composto pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário Executivo e tantos Representantes Regionais quantos grandes regionais estabelecidos pelo Regimento houverem, escolhidos em Assembléia Geral, com mandato de dois anos.

ARTIGO 17 - O Conselho Diretor, com função deliberativa e consultiva, reunir-se-á quatro vezes ao ano e a ele compete:
a) fiscalizar e referendar os projetos e aplicações de verbas no âmbito da CPT;
b) aceitar e reconhecer os Coordenadores Regionais eleitos nas respectivas Assembléias;
c) escolher o Secretário Executivo e demais membros do Secretariado;
d) agilizar as decisões tomadas pelo Conselho Nacional.

ARTIGO 18 - Compõem o Conselho Nacional também os Coordenadores Regionais, eleitos pelas respectivas Assembléias Regionais para um período de dois anos.
Parágrafo único - Compete aos Coordenadores Regionais:
a) interessarem-se pelos objetivos e ações do órgão na respectiva região;

original Do...

Protocolado sob n°. 84806
Goiânia, 14 DEZ 1990

b) manterem os outros membros do Conselho Nacional informados sobre o andamento do trabalho na região;
c) organizar e coordenar encontros regionais e outras atividades que o trabalho da região exigir.

Capítulo V - DOS REGIONAIS

ARTIGO 19 - Para maior entrosamento com a pastoral da região onde residem e para uma maior presença junto à opinião pública nacional, os membros da CPT agrupar-se-ão em Regionais.

ARTIGO 20 - Cada Regional é autônomo na elaboração de seu Regimento, respeitadas, porém, as disposições destes Estatutos, nomeadamente no que diz respeito à eleição dos seus representantes à Assembléia Geral e do seu Coordenador Regional.

Capítulo VI - DO PATRIMÔNIO

ARTIGO 21 - Constitui patrimônio da CPT, destinado a seus fins:
a) as subvenções, auxílios e doações de pessoas físicas ou de entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
b) os bens de qualquer natureza que atualmente possui ou que vier a adquirir no futuro, a título oneroso ou gratuito;
c) as rendas de qualquer espécie a ela atribuídas.

Parágrafo Primeiro - As rendas da CPT serão aplicadas integralmente no País, para os fins estabelecidos nestes Estatutos, não podendo haver distribuição de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou membros, sob nenhuma forma ou pretexto.

Parágrafo Segundo - A CPT não remunera os membros de seu Conselho Diretor pelo exercício de suas funções.

Capítulo VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 22 - A CPT terá duração indeterminada e a sua dissolução só poderá ser decidida por maioria de dois terços (2/3) dos integrantes da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Parágrafo único - decidida a disssolução, o seu patrimônio reverterá para uma ou mais entidades afins, em natureza e objetivos, à CPT, de acordo com decisão

Protocolado sob nº. 84806
Goiânia, 14 DEZ 1990

de sua Assembléia Geral.

ARTIGO 23 - Os membros da CPT não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais e financeiras assumidas pela entidade.

ARTIGO 24 - As dúvidas na interpretação destes Estatutos, bem como os casos omissos, serão resolvidos pelo Conselho Nacional da CPT ou, por motivos de urgência, pelo Conselho Diretor, "ad referendum" do mesmo Conselho Nacional.

ARTIGO 25 - Os presentes Estatutos aprovados no dia trinta (30) de julho de mil novecentos e setenta e sete (1977) e reformados no dia vinte e cinco (25) de setembro de mil novecentos e oitenta e um (1981) e no dia cinco (5) de agosto de mil novecentos e oitenta e três (1983), só poderão ser modificados pela Assembléia Geral, por maioria de dois terços (2/3) dos presentes.

ARTIGO 26 - A Assembléia Geral reconhece no acordo firmado no dia 26 de outubro de 1.989, pelos representantes legais, o cumprimento das determinações constantes nestes Estatutos no que se refere às relações entre CPT e CNBB.

ARTIGO 27 - Estes Estatutos entram imediatamente em vigor nesta data.

Goiânia, Estado de Goiás, aos 05 de agosto de 1983.

Dom Augusto Alves da Rocha
Presidente da CPT

Hermeto Mengarda

Sec Executivo Interino da CPT
Ivo Poletto

Paulo Balduíno de Souza Décio
(Dom Tomás Balduíno)
Vice-Presidente da CPT

Inhallicado Cândido de Oliveira
CARTÓRIO DO 5.º OFÍCIO
Goiânia — Goiás
Reconheço, por semelhança

05/11/90

OAB-GO. nº 9.577

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ

PROPOSTA

Art. 5º - São membros da CPT/RJ todas as pessoas que trabalham ativa e diretamente na Pastoral do meio rural e na Educação Libertadora com todas as categorias de trabalhadores no campo, visando fortalecer e colaborar na construção de suas organizações; que desejam ligar-se à entidade, sejam aceitas pelo Colegiado Regional ou pelo Conselho Diretor Nacional e sejam participantes, devidamente constituídos dos encontros oficiais nas diversas instâncias da Entidade.

Parágrafo 1º - A presença devidamente credenciada e reconhecida pelo Colegiado em encontros locais, regionais ou nacionais, qualifica os membros como integrantes da CPT local, regional ou nacional.

Parágrafo 2º - A expressão dos direitos de membros será realizada através da participação e do direito de voz e voto nas diversas reuniões, encontros e Assenbléias da Entidade,

Art. 9º - A Assembléia Geral Regional, convocada pelo Presidente, pelo Colegiado, ou petição da maioria simples das áreas, reunir-se-á, em sessão ordinária, de dois em dois anos e em sessão extradordinária por deliberação do Colegiado Regional.

Art.18º - O Bispo Acompanhante, o Presidente e coordenação da CPT, terão direito a voto, independente das áreas a que pertencem.

Art.20º -
Parágrafo único - Cada área escolherá, a seu critério, dois representantes para fazer parte do Colegiado.

Art. 20º
letra e) Um representante da assessoria

Parágrafo único - Os assessores participarão do Colegiado apenas com direito a voz.

Por que pressionar o Supremo Tribunal da Justiça?

1. Com a decretação do PNRA pelo presidente Sarney, em outubro/85, a maioria dos fazendeiros passaram a recorrer à justiça para provar que "seus latifúndios" eram produtivos. Esses processos vão para a Justiça Federal, que somente depois de um "longo período" autoriza ou desautoriza o INCRA a entrar na área.
2. Nos dois anos e meio de Nova República foram desapropriadas 340 fazendas em todo país, conforme se vê na tabela abaixo, por Estado. O INCRA só conseguiu entrar em 181 fazendas, enquanto outras 159 permanecem na Justiça, sem imissão de posse. Ou seja, quase a metdade dos processos de desapropriações estão parados na Justiça.
3. Os processos na Justiça podem "dormir" anos e anos. Só para se ter uma idéia, o processo de imissão da Fazenda Annoni, no RS, levou nada menos do que 13 anos. Portanto, vamos esperar pela Justiça...
4. A maioria das fazendas que estão na Justiça são justamente das regiões Sul e Nordeste, onde os conflitos de terra são mais difíceis. As fazendas com imissão de posse estão na região amazônica, onde já havia posseiros na terra. Assim, a desapropriação virou quase um prêmio para os fazendeiros que se diziam donos.

Companheiros,

Se vocês estudarem bem o quadro, verão que um dos grandes entraves para a posse da terra surge na Justiça. Vejam no verso desta folha o número de áreas desapropriadas no seu Estado. Vejam quantas áreas já tem imissão de posse e quantas ainda não tem. As que não tem, é porque estão com o processo aqui, no Supremo Tribunal da Justiça. É por isso que precisamos pressionar o Supremo Tribunal da Justiça.

Estatutos Novos

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E DOS FINS

ARTIGO 1º - A Comissão Pastoral da Terra, a seguir denominada pela sigla CPT, é uma entidade jurídica de direito privado e de caráter religioso e filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, Brasil, a serviço dos agentes de pastoral e das diversas categorias de trabalhadores rurais.

Artigo 2º - A CPT é um organismo autônomo, em sua organização e administração, fundamentado no Evangelho libertador de Jesus Cristo, e ligado pastoralmente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB através de um membro da Comissão Epicospal de Pastoral - CEP, recebendo dela apoio e orientação geral e prestando-lhe colaboração no campo específico de sua competência, dentro de uma perspectiva de Pastoral de conjunto.

ARTIGO 3º - A CPT faz-se presente nas diversas regiões do Brasil, formadas com base no critério de afinidades de problemas, através dos Regionais da Pastoral da Terra.

ARTIGO 4º - A CPT tem como finalidades:

a) interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham pastoralmente em favor dos trabalhadores rurais;
b) promover a formação e acompanhamento de agentes de pastoral para atuarem no meio rural;
c) elaborar e divulgar materiais pedagógicos destinados à formação dos trabalhadores rurais;
d) organizar assessorias jurídicas em colaboração com os Regionais da CPT e Igrejas locais;
e) estabelecer ligação com organismos que, como ela, busquem a concretização dos interesses do conjunto dos trabalhadores rurais;
f) promover campanhas de conscientização em favor dos direitos dos trabalhadores;
g) representar os interesses dos Regionais da CPT junto aos órgãos oficiais.

CEDI

h) encaminhar levantamentos científicos visando a análise e correta interpretação da questão agrária nacional.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

ARTIGO 5º - São membros da CPT:

a) todas as pessoas que trabalham ativa e diretamente na pastoral do meio rural, que desejam ligar-se à Entidade e sejam aceitas pelos Regionais ou pela Diretoria;
b) o membro da COmissão Episcopal de Pastoral da CNBB.

ARTIGO 6º - São órgãos da CPT:

a) A Assembléia Geral
b) O Conselho;
c) A Diretoria;
d) Os Regionais.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 7º - A Assembléia Geral; órgão máximo da representação e deliberação da CPT, estará composta por:

a) Os integrantes do Conselho;
b) Os demais representantes dos Regionais, de acordeo com a determinação do Regimento;
c) O membro da Comissão EPiscopal de Pastoral da CNBB

ARTIGO 8º - A Assembléia Geral reunir-se-á em sessão ordinária pelo menos cada dois anos e, em sessão extraordinária, quando convocada pelo Presidente, por deliberação da DIretoria, ou petição da maioria simples dos Regionais da CPT.

§ 1º - A convocação da Assembléia Geral será efetuada através de aviso escrito encaminhado aos seus integrantes com uma antecedência de, pelo menos, trinta dias.

§ 2º - Não haverá requisito de quorum para o início dos trabalhos da Assembléia Geral, mas, para que as votações sejam válidas, requerer-se a presença de metade mais um dos representantes dos Regionais da CPT.

§ 3º - Todos os acordos da Assembléia Geral da CPT serão tomados por maioria relativa dos seus membros presentes, exceto quando nestes Estatutos se exigir quorum superior.

ARTIGO 9º - Compete à Assembléia Geral:

a) aprovar as linhas gerais de ação da CPT;
b) examinar e emitir parecer a gestão da Diretoria ' no período anterior;
c) eleger o presidente e o vice-presidente da CPT, ' de acordo com o disposto nestes Estatutos e no Regimento;
d) deliberar sobre qualquer assunto de interesse da CPT, sob proposta da Diretoria ou a pedido de, pelo menos, três membros da mesma Assembléia.

e - examinar e emitir opinião sobre a gestão anterior.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO

ARTIGO 10 - O Conselho da CPT estará composto:

a) pelo Presidente;
b) pelo Vice-Presidente;
c) pela Diretoria;
d) pelos Coordenadores Regionais:

§ 1º - O Conselho da CPT constituirá um Secretariado Nacional, composto de um Secretário Executivo e de Assessores, a quem caberá o trabalho de encaminhar as atividades no programa pela CPT em nível nacional.

§ 2º - Caberá ao Secretário Executivo a supervisão e a coordenação dos trabalhos do Secretariado e a interligação dos Secretariados Regionais da CPT.

ARTIGO 11 - O Conselho reunir-se-á em sessão ordinária uma vez por ano e, extraordinàriamente, quando convocado pelo Presidente , ou por iniciativa própria, ou a pedido de, pelo menos, quatro membros com direito a voto.

§ 1º - Para validade das resoluções do Conselho requer-se a presença de, pelo menos, a metade dos seus membros com direito a voto, incluindo o Presidente ou, em sua ausência, o Vice-Presidente.

§ 2º - As resoluções do Conselho serão tomadas por maioria simples dos seus membros presentes.

ARTIGO 12 - Compete ao Conselho:

a) ouvidos os interessados, reconhecer ou suprimir os Regionais da CPT bem como fixar os seus limites territoriais ou alertá-los;
b) fixar critérios para a consecução e a aplicação de verbas;
c) encaminhar as decisões da Assembléia Geral

ARTIGO 13 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos pela Assembléia Geral para um período de dois anos, podendo ser reconhecidos.

ARTIGO 14 - Compete ao Presidente:

a) representar a CPT em Juizo ou fora dele;
b) presidir as sessões da Diretoria, do Conselho e da Assembléia Geral;
c) executar e fazer executar as decisões da DIretoria, do Conselho e da Assembléia Geral.

ARTIGO 15 - Compete ao Vice-Presidente:

a) substituir o Presidente em caso de sua ausência, impedimento ou renúncia;
b) colaborar com o Presidente na execução das resoluções da Diretoria, do Conselho e da Assembléia Geral.

ARTIGO 16 - Integrará o Conselho uma Diretoria composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário Executivo e quatro Representantes Regionais escolhidos em reunião do Conselho, com mandato de dois anos.

ARTIGO 17 - A Diretoria, como função deliberativa e consultiva, reunir-se-á quatro vezes ao ano e a ela compete:

a) fiscalizar e referandar os projetos e aplicações de

verbas no âmbito da CPT.

b) aceitar e reconhecer os Coordenadores Regionais eleitos nas respcetivas Assembléias;

c) escolher o Secretário Executivo e demais membros do Secretariado;

d) agilizar as decisões tomadas pelo Conselho

ARTIGO 18 - Compete o Conselho também os Coordenadores Regionais, eleitos pelas respectivas Assembléias Regionais para um período de dois anos.

§ Único - Compete aos Coordenadores Regionais:

a) interessarem-se pelos objetivos e ações do órgão na respectiva região.

b) manterem os outros membros do Conselho informados sobre o andamento o trabalho na região;

c) organizar e coordenar encontros regionais e outras atividades que o trabalho da região ' exigir.

CAPÍTULO V - DOS REGIONAIS

ARTIGO 19 - Para maior entrosamento com a pastoral da região onde residem e para uma maior presença junto a opinião pública nacional, os membros da CPT agrupar-se-ão em Regionais.

ARTIGO 20 - Cada Regional é autônomo na elaboração do seu Regimento, respeitadas, porém, as disposições destes Estatutos, nomeadamente no que diz respeito a eleição dos seus representantes a Assembléia Geral e do seu Coordenador Regional.

CAPÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO

ARTIGO 21 - Constitue patrimônio da CPT, destinado aos seus fins:

a) as subvenções, auxilios e doações de pessoas físicas ou de entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras.

b) os bens de qualquer natureza que atualmente possui ou

que vier a adquirir no futuro, a título oneroso ou gratuito;

c) as rendas de qualquer espécie a ela atribuidas.

§ Único - As rendas da CPT serão aplicadas integralmente no País, para os fins estabelecidos nestes Estatutos, não podendo haver distribuição de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou membros, sob nenhuma forma ou pretexto

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 22 - A CPT terá duração indeterminada e a sua dissolução só poderá ser decidida por maioria de dois terços (2/3) dos integrantes da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

§ Único - Decidida a dissolução, o seu patrimônio reverterá para uma ou mais entidades afins, em natureza e objetivos, à CPT, de acordo com decisão de sua Assembléia Geral.

ARTIGO 23 - Os membros da CPT não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais e financeiras pela entidade.

ARTIGO 24 - As dúvidas na interpretação deste Estatutos, bem como os casos omissos, serão resolvidos pelo Conselho da CPT ou, por motivos de urgência, pela Diretoria, "ad referendum" do mesmo Conselho.

ARTIGO 25 - Os presentes Estatutos, aprovados no dia trinta (30) de julho de mil novecentos e setenta e sete, (1977) e reformados no dia vinte e cinco (25) de setembro de mil novecentos e oitenta e um (1981), só poderão ser modificados pela Assembléia Geral, por maioria de dois terços (2/3) dos presentes.

ARTIGO 26 - Estes Estatutos entram imediatemente em vigor nesta data.

Goiânia, 25 de setembro de 1981

CPT - Nac.

Diretoria. | Presidente / Secretário

Constituição - 1946

Art. 153

O direito à propriedade está junto com o direito à vida; à liberdade e a segurança.

- Propriedade: No Direito burguês → título registrado no registro de imoveis.

- Posse: É um dos exercícios da propriedade.

A propriedade é definida como usar, gozar e livremente dispor.

O usar é a posse.

Como nem sempre as coisas acontecem como o direito direito burguês gostaria, existe a situação de fato - que a posse sem propriedade. (uso-capião

Tres situações jurídicas que protegem a posse:

I- Interdito: a) proibitório. (Quem tem a posse e se sente ameaçado pode fazer...

b) manutenção de posse: (quando o adversário faz alguma coisa, coloca animal (boi na roça).

c) reintegração de posse. (quando perdeu a posse) (medida liminar - (lei diz que o juiz dá a liminar qd. ele está completamente convencido da razão do pedinte).

— O juiz dá sempre p/ o pseudo-proprietário, raramente p/ o lavrador.

Com um ano e 1 dia, para ser retirado da terra já tem que fazer um processo.

- Processo de uso-capião é muito caro.

Porisso deixa-se que o adversario entre como a liminar de reintegração de posse e então se usa o usu-capião como defesa, neste caso, quem paga é a outra parte.

Posse - está pra propriedade - como o Trabalho - está pro capital

Pra começar um processo há três coisas:

a) Notificação: - carta dizendo que Você está abusando do meu direito -
- O que tem que fazer o lavrador, falar com o advogado, o padre, ou algum amigo.
→ notificação - p/o lavrador tem o significado - transitado, publicado e julgado.
- Notificação não é uma ação ainda.
- Começa uma ação notificação morre.
- O fulleiro fez notificação p/ assustar o posseiro e sair - sem muito gasto:
- Notificação - te dá 30 dias p/ V. responder. ou até não responder.

Processo de notificação acaba no momento em que o oficial de justiça informa ao juiz que entregou a notificação.

b) Intimação: → é a formação processual de abertura do processo.
Notificação só é obrigatória
Intimação -
Tem-se que seguir estritamente os prazos previstos, se não se perde.

c) Citação. → Posseiro tem q. ficar com a citação, prazo 15 dias - Tem que citar a pessoa certa.

"Profetas depois do cativeiro não foram contra a fome pois
o fome era popular.
A Pastoral da CPT é profética.
Profeta – homem da Palavra, não de palavra ideológica,
– falada, mas da Palavra, Fato, Acontecimento.

Terra: herança de Deus –
Terra prometida: quando se busca e luta pela terra
prometida esta se lutando pelo reino de Deus.

A maneira de lidar fé e política é dizer que
só a pratica da justiça provoca a salvação.
Pelo fato de ser salvo, pratica a justiça.
A salvação provoca a justiça

– Deus não quis salvar o povo individualmente
mas coletivamente.

Historia – O CIMI foi de certo modo o Pai da CPT.

– Encontro Pastoral da Amazonia legal."
D. Pedro e o D. Aloisio Paulo (Bispo de Viana) um perseguido
pelos militares e o outro amigo e colaborador dele.
Por isso é injusto dizer que a CPT nasceu de um encontro
de radicais de esquerda. nasceu das necessidades de
todos.
– Confronto de dois modos de entender a Igreja e seu serviço
à historia: um nascido da opção real pelos oprimidos.
outro! firmado na crença de que os ricos podem ser
bons cristãos e "resolver" os problemas dos oprimidos..
Queremos como descobrir o melhor jeito de ser com Igreja,
colocar-nos a serviço da organização e das lutas dos
camponeses.

CPT = partiu da constatação:

- da necessidade de superar o isolamento
- de aprofundar o nosso conhecimento da realidade.
- de tornar mais dinâmico o trabalho pastoral

(objetivo) para: interligar, assessorar, dinamizar os que trabalham em pastoral popular junto a camponeses.

CPT - não é sindicato, nem partido político.

- é pastoral: diferencia-se dos demais organismos por sua motivação mais profunda nascida da fé cristã e sua ação em consequência, consiste na evangelização.

A Past. da Terra, com tudo o que ela significa para os camponeses e pras Igrejas cristãs, nasceu das Igrejas da Amazônia e do Centro Oeste.

Em relação a Ig. Católica a CPT nunca aceitou nem o desligamento nem a dissolução jurídica e institucional.

"Nascer, crescer e viver numa situação de contradição, somente é possível se a gente desenvolve uma mística da contradição. - Esta é a proposta de J. Cristo.

Textos Bíblicos: que falam da terra.

Êxodo, 3, 7-10 – Vocacação de Moises.
Genesis 12 —— Vocação de Abraão.
Genesis - 13 —— Repartir os terras sem brigar.
Levitico - 25 — Abraão e Lot.
Jo. Ano sabatico ... Ano do Jubileu e Resgate
Miqueias. das Propriedades.
Amos.
Juizes.
Deuteronômio.
Salvadores.
Rute.

N. Testamento.
– 1 Cor. 3. "Tudo é vossa vós sois de Xto. Deus e Xto é de Deus.
× Luc. 4-16-21 – proclama o ano da liberdade da parte de Deus.

CEDIM

Estatutos

1) Da Sociedade (objetivos) (tipo

2) Dos Socios (Critérios, Direitos e Deveres
Punições e afastamentos.

3) Administração. Diretoria (Colegiada)
organizações e tarefas. Representante

(4) Patrimônio (terra, maquina,
renovabilidade, financiamento)

5) Exercicio social.

Criterios p/ dissolver a sociedade

Correções da Diretoria e dos
membros

(forma como diretoria funciona
- atribuições

0512.1143

2134201FOAS BR

PARA CPT - RIO DE JANEIRO

01 O LATIFUNDIO ASSASSINA PE. JOSIMO

QUASE CANSADO DE TANTO DENUNCIAR ASSASSINATOS E VIOLENCI A CONTRA TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, CABE-NOS J HOJE, MAIS UMA VE Z , A TRISTEZA DE INFORMAR A OPINIAO PUBLICA QUE FOI ASSASSINADO PE. JOSIMO MORAIS TAVARES, 36 ANOS, EM IMPERATRIZ, MA, NA SEDE DA CPT LOC AL.

PE. JOSIMO ERA VIGARIO DA PAROQUIA DE SAO SEBASTIAO -GO NUMA DAS MAIS TENSAS E VIOLENTAS REGIOES DO PAIS POR CAUSA DA LUTA PE LA PROPRIEDADE DA TERRA. EM SEU TRABALHO PASTORAL COMO FORMA DE TESTE MUNHAR F SUA FIDEDLIL, DIFGO FIDELIDADE A JESUS CRISTO, FEZ SEUS OS FRO DIGO SOFRIMENTOS, AS ANGUSTIAS, AS LUTAS E AS ESPERANÇAS DO POVO MAIS POBRE OE ORDIGO OPRIMIDO, ESPECIALMENTE OS PEQUENOS POSSEIROS QU E LUTAM TEIMOSAMENTE PELO DIREITO DE VIVER EM UM PEQUENO PEDAÇO DE TE RRA .

POR CAUSA DESTA ATITUDE FIRME E CORAJOSA DE APOIO E DE DEFESA DOS POSSEIROS, PE. JOSIMO ESTAVA SENDO AMEAÇADO DE MORTE A MAI S TEMPO. AINDA NO DIA 15.04.86 FOI VITIMA DE ATENTADO, SO M DIGO NAO MORRENDO PORQUE AS BALAS ASSASSINAS NAO PERFURARAM A PORTA R DO TOYOT A .

NO DIA DE HOJE, PERTO DA SEDE DA CPT DE IMPERATRIZ, AS L2:30 HORAS PE. JOSIMO, FOI ATINGIDO POR UMA BALA DISPARADA POR UM I NDIVIDUO QUE O SEGUIU NUM CARRO CORSEL, E O MATOU DE FORMA PLANEJADA. SOCORRIDO, VEIO A FALECER U DIGO NUM HOSPITAL DA CIDADE.

NAO AH DIGO HA COMO ESCONDER: ESTAMOS INDIGUINADOS, FE RIDOS, NOS TODA A IGREJA E TODOS OS TRABALHADORES. NAO SO POR SER UM PADRE MAIS POR SER TAMBEM UM COMPANHEIRO NOSSO, UM AMIGO E DEFENSOR D OS INJUSTIÇADOS. POR SER UM HOMEM DO POVO, APAIXONADO LUTADOR PELA JU STIÇA E PAZ VERDADEIRAS EM NOSSO PAIS. POUCOS DEI DIGO DESEJAVAM COMO ELADIGO ELE QUE A TERRA FOSSE DEMOCRATISADA, NAO PARA AUMENTAR O NUM EROS DOS PROPRIETARIOS EGOISTAS N DIGO MAS PARA QUE O POVO NAO MAIS M ORRESSE DE FOME, PARA QUE AS CRIANÇAS PODESSEM CRESCER COM ALEGRIA.

NOSSA INDIGUINAÇAO AUMENTA COM A GENERALIZAÇAO DA VIO LENCIA DOS LAR DIGO LATIFUNDIARIOS E DOS GRILEIROS. TODO ESSE SANGUE DERRAMENTDO SE VOLTARA CONTRA OS CRIMINOSOS, COMO UMA MALDIÇAO. UMA T ERRA MALDITA NUMA PODERA TRAZER ALEGRIA E VIDA AOS SEUS DETENTORES, A INDA QUE T DELA EXTRAIAM RIQUEZAS.

NOS, JUNTOS COM OS OPRIMIDOS, ESTAMOS NO LIMITE DA PA CIENCIA DIANTE DA IMPUNIDADE COM O QUE SAO TRATADOS ESSES CRIMINOSOS . UM ESTADO E UM JUDICIARIO QUE NAO PROMOVEM A JUSTIÇA E NAO DEFENDEM O DIREITO DO POVO MERECEM A MESMA CONDENAÇAO E A MESMA MALDIÇAO DOS QUE MATAM PARA PROMOVER SEUS INTERESSES PARTICULARES. NAO PASSA DE SI NISMO POLITICO DIZER QUE HA IGUALDADE E LIBERDADE NUM PAIS EM QUE UNS POUCOS PRIVILEGIADOS PODEM MATAR IMPINIMENTE. EH TAMBEM CINISMO POLI TICO NEGAR A IMENSA MAIORIA DA POPULAÇAO O DIREITO AO TRABALHO,A TERR A, AO PAO PARA OS FILHOS, E QUANDO SE ORGANIZA PARA ORGANIZAR SEUS DI REITOS EH PERSEGUIDA E ASSASSINADA.

NESSE CLIMEDIGO CLIMA DE INJUSTIÇA, O QUE SEGDIGO SIGN IFICA PROMETER E FAZER PROPAGANDA DE PLANOS E MAIS PLANOS DE REFORMA AGRARIA?

ESTAMOS FERIDOS, COMO O POVO. COM ELE FO DIGO SOFREMO S. MAS NOSSO SOFRIMENTO NAO PARA NA MORTE. MESMO SENTINDO A FALTA DE JOSIMO E DE TANTOS OUTROS COMPANHEIROS, NAO DEIXAMOS DE ACRETIDARDIGO ACREDITZAR NO FUTURO. A CAUSA DO POVO SERA VITORIOSA. DEUS, O PAI DE JESUS CRISTO GARANTE A REALIZAÇAO DA ESPERANÇA DO POVO. A TERRA SERA RECONQUISTADA PELO POVO, REALIZANDO A PROMESSA DE DEUS.

QUEREMOS , FINALMENTE, NESTA HORA DE DOR CONVOCAR TO DOA GENTE DE BOA VONTADE : UNAMO-NOS PARA CONSTRIUIR UMA SOCIEDADE NO VA, ', DERRUBANDO OS PODEROSOS E EXALTANDO OS HUMILDES DA TERRA' (LC, L,52) .

UM PASSO NECESSARIO PARA QUE ' OS FAMIL NTOS SEJAM SACIADOS' E ' OS OPRIMIDOS SEJAM LIBERTADOS' SERA A CONQUISTA POPULAR DE UMA REFORMA AGRIARIA QUE ATENDA AOS ANCEIOS DOS TRABALHADORES. DE STA FORMA SERA REALIZADOO SONHO E O DESEJO DE PE. JOSIMO E SUA MORTE NAO SERA EM VAO.

GOIANIA, GO, 10 DE MAIO DE 1986.
DIRETORIA NACIONAL DA COMISSAO PASTORAL DA TERRA.

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRÁFICO CONTAGRI 70.750 BRASÍLIA DF -

MANIFESTO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA CONTAG AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA SOBRE OS PLANOS REGIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA.

O Conselho de Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, reunido em Brasília, vem, através do presente, manifestar integral apoio aos termos da Nota de 10/04/86 em que a CONTAG reprova a decisão do Presidente da República, uma vez mais, adiando a aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária.

Os sucessivos adiamentos revelam uma inexplicável vacilação na aprovação dos Planos Regionais, comprometendo e dificultando a execução da Reforma Agrária.

Além disso, a protelação da assinatura dos planos transmite a toda a sociedade a desagradável sensação de que o Governo estaria se curvando à pressão do latifúndio.

Essa sensação se fortalece diante da omissão do Governo que, totalmente indiferente a violência desencadeada no meio rural pelos latifundiários, assiste passivo a ilegal formação de arsenais pelos grandes proprietários de terras.

A reiterada omissão do Governo está levando os trabalhadores rurais a desacreditar na possibilidade das autoridades virem a enfrentar realmente o latifúndio, gerando a convicção de que será preciso organizar mecanismos de auto defesa da classe, o que poderá ocasionar incidentes indesejados.

Simultaneamente a não assinatura dos Planos Regionais e a indiferença e omissão do Governo diante da formação de arsenais pelo latifúndio, assistimos, com estranheza, a formação de organismos paralelos ao MIRAD, esvaziando as atribuições deste Ministério.

Assistimos ainda a utilização da política do FINOR, implementada através da SUDENE, SUDAM e de outros órgãos governamentais como instrumentos da perpetuação do latifúndio e da concentração da propriedade da terra, através da

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4981
— ENDEREÇO TELEGRÁFICO CONTAGRI 70.750 - BRASÍLIA DF -

concessão de financiamentos de somas elevadas, sem a garantia efetiva de que esses recursos serão destinados efetivamente a produção de alimentos.

Por outro lado, o novo Ministro da Agricultura, até agora, não revelou a mesma disposição de apoiar o Programa de Reforma Agrária, como era manifestado pelo ex-Ministro Pedro Simon, razão porque entendemos necessário o pronunciamento a respeito do Ministro Iris Resende.

Nessas condições, a CONTAG, as Federações e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais manifestam a decisão de convocar a classe em toda o País para se mobilizar, em estado de alerta e vigilância para reclamar ao Presidente da República a assinatura imediata dos Planos Regionais e a efetiva execução da Reforma Agrária, com o cumprimento das metas definidas no Plano Nacional ainda durante o ano de 1986, promovendo-se ainda a desapropriação, também imediata, das áreas de conflito pela posse da terra.

Brasília (DF), 13 de abril de 1986.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO ACRE

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE ALAGOAS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO AMAZONAS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DA BAHIA

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRÁFICO CONTAGRI 70.750 - BRASÍLIA DF -

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DA PARAÍBA

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SERGIPE

DELEGACIA SINDICAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRÁFICO CONTAGRI - 70.750 - BRASÍLIA DF —

NOTA OFICIAL

Diante das notícias veiculadas pela imprensa, hoje, de que o Presidente da República decidiu adiar, uma vez mais, a aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária, para que sejam revisados em sua "forma e fundo", por uma comissão especial, a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG, em nome dos mais de 11 milhões de famílias de trabalhadores rurais que representa, torna público o seguinte:

1. Apesar de haver uma decisão formal do Presidente da República de levar a efeito a Reforma Agrária e de colocá-la como uma das prioridades do seu Governo, inclusive adotando medidas importantes nessa direção — como a criação do MIRAD, lançamento da proposta do PNRA para debate, instituição de grupos de trabalho para colher subsídios, escolha e manutenção de uma equipe para o MIRAD e o INCRA comprometida com a Reforma Agrária —, na prática, o PNRA não tem recebido do Governo o mesmo tratamento dispensado aos demais programas.

2. Ao examinar o PNRA e os Planos Regionais de Reforma Agrária, o Presidente da República tem adiado decisões importantes no que diz respeito à aprovação e consequente execução desses Programas.

Desde janeiro que os Planos Regionais estão em seu poder, portanto, não se justifica que, só agora, após todo esse atraso, quando a Nação esperava que eles fossem finalmente aprovados e implantados de imediato, o Presidente da República resolva criar uma comissão para revê-los, sem data prevista para terminar. E o que é mais grave, revê-los em sua "forma e conteúdo", o que pode tornar nulas as contribuições oferecidas às propostas iniciais tanto do PNRA como dos Planos Regionais. Isto pode levar a crer que o Presidente da República está assumindo a inteira responsabilidade pelo êxito ou pelo fracasso da implantação da Reforma Agrária no País.

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B - Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRÁFICO CONTAGRI - 70.750 - BRASÍLIA - DF —

Algumas questões importantes devem ser levantadas: em que consistirá essa mudança de "forma e fundo"? Vão ser reduzidas as metas do Plano? Vão ser eliminadas as áreas prioritárias? Vão ser estabelecidos critérios aquém do Estatuto da Terra para desapropriação?

3. Essa mesma preocupação a CONTAG tem com relação a outras medidas adotadas pelo Governo que, se não forem bem delineadas, poderão se contrapor à idéia de levar avante a Reforma Agrária. Exemplo: a criação do Ministério da Irrigação.

Se não for bem determinada a política de irrigação, ela poderá tornar-se um instrumento de confronto com a Reforma Agrária. Diferentes órgãos a níveis federal e estadual, atuando na questão fundiária, estão atropelando o próprio órgão encarregado de sua execução — o MIRAD —, que não tem espaço suficiente na elaboração do PNRA e dos Planos Regionais. Não está claro quais serão os beneficiários dos projetos de irrigação, se o Plano representa um reforço ou não aos latifundiários; quais os critérios que serão utilizados para execução desse Plano, ou seja, as terras serão desapropriadas por interesse social, por utilidade pública, compradas ou negociadas?

4. Com relação à política agrícola, a CONTAG tem dúvidas se haverá por parte do novo Ministro da Agricultura a mesma disposição de apoiar os Programas de Reforma Agrária, como era decisão do ex-Ministro Pedro Simon.

5. A Reforma Agrária é hoje, mais do que nunca, imprescindível, até mesmo como medida que, somada a outras, poderá fazer com que o País encontre o caminho para o desenvolvimento harmônico.

Se as terras hoje controladas pelo latifúndio forem desapropriadas e distribuídas aos milhões de famílias sem terra ou com terra insuficiente, milhões de empregos serão criados no campo; haverá uma efetiva distribuição da renda no meio rural; aumentará a produção de alimentos; o Governo passará a ter estoques

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B - Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRAFICO CONTAGRI - 70.750 - BRASÍLIA DF —

reguladores, ficando em condições de competir com os especuladores e atravessadores; os milhões de camponeses, passando a ter renda, poderão contribuir para a expansão do mercado interno; o êxodo rural será estancado e, logo, os operários urbanos terão condições de se organizar para barganhar melhores salários, sem a concorrência da mão-de-obra rural; e a violência acabará, no campo e na cidade.

Por isso, nem nós nem o Governo tem o direito de atropelar a implantação de um Programa de Reforma Agrária dessa magnitude. O País vive um grande clima de tensão social no campo, com a multiplicação dos conflitos e da violência, haja vista os 240 assassinatos registrados em 1985; os grileiros encontram respaldo em policiais para expulsar posseiros, destruir suas casas e lavouras.

A CONTAG receia que os trabalhadores entrem numa fase de cansaço e de descrédito. E, se isso ocorrer, não lhes resta outra alternativa senão lutar pela sobrevivência, entrando nas terras de forma indiscriminada, intensificando-se, na certa, o confronto. Ainda existe credibilidade, mas frustrada a expectativa de uma solução, é impossível prever o que poderá ocorrer.

A CONTAG espera que essa decisão do Governo de retardar a aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária não esteja relacionada com a pressão dos latifundiários que, frequentemente, têm-se manifestado contra a Reforma Agrária, contra as desapropriações por interesse social.

Assim como o Governo tomou a decisão de levar à prática as medidas de caráter econômico, por que não assumir a mesma posição com relação a um Programa amplo de Reforma Agrária? O povo quer fiscalizar os super-mercados, mas quer fiscalizar também a implantação da Reforma Agrária no Brasil, que deve ser feita de forma criteriosa.

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Av. W-3 Norte - Quadra 509-B - Ed. CONTAG Tel. 274-4500 (PABX) e 274-4961
— ENDEREÇO TELEGRÁFICO CONTAGRI - 70.750 - BRASÍLIA - DF —

O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais vai continuar refletindo sobre essa questão. Vamos solicitar, para a próxima semana, uma audiência com o Senhor Presidente da República, para analisar com ele sobre a importância da agilização da aprovação dos Planos Regionais, e de manter esses Planos, pelo menos, coerentes com o Estatuto da Terra, até que essa lei seja aperfeiçoada.

Brasília, 10 de abril de 1986.

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
Presidente

CEDIM

Três grupos.
1) Ueverton. Job. Abaeté
2) Didi e generosa.
3) Cleonor. Claudia. Jesselino. Lucia.

Paracambi.
- Cacholino
- Duas Barras.

Dificuldades Pessoais.

1- método. Job. e Ueverton.
- descobrir dinâmicas q. ajudassem eles a participar.

Paracambi.
- medo de participar no Sindic.
- deficiência da parte espiritual no Mutirão.
- o tempo.
- o q. é a "C.P.T.R.J.
- autonomia da CPT municipal tem.

— Pesquisas —
- Problemas da área: Assentamento S. José da Boa Morte + de 200 famílias entraram agora por interferência do Sindic.
- boias frias encontram serviço mas não tem onde morar
- home um certo privilégio s/ protestantes.
- coelinos (canis trabalhar c/ cerveja)
não há integração entre o dia do conflito e as áreas + calmas.

- Duas Barras -
Job/medo do trab. participar do Sindic e pressão dos fazendeiros, e distância entre as casas - difícil fazer reunião.
- lavrador conformado em não ter terra.

Ueverton
- ponca gente engajado.
- alguns dizem q. não há problema de terra.
Sindic. e tb. na área de saúde.
Mutirão - trab. ecumênico
- CPT - atender as Comunidades rizi. ulos e lavradores distantes.

Caxias - sindic. pelego - não se conseguiu formar oposição sindical
- ponca pessoa no trab.
- Pai da diretoria pelego do sindic
- Muitos sitiantes s/ carteira assinada
Tinguá: sítios - gente de Lapa cabana
droga - chegando ao campo (jovem q. trabalha na enchente semana toda p/ tomar droga em Nova Iguaçu)
- problema c/ as Irmãs. ao pinho

— Como atingir e despertar o povo p/ o trabalho.

Área - Vassouras

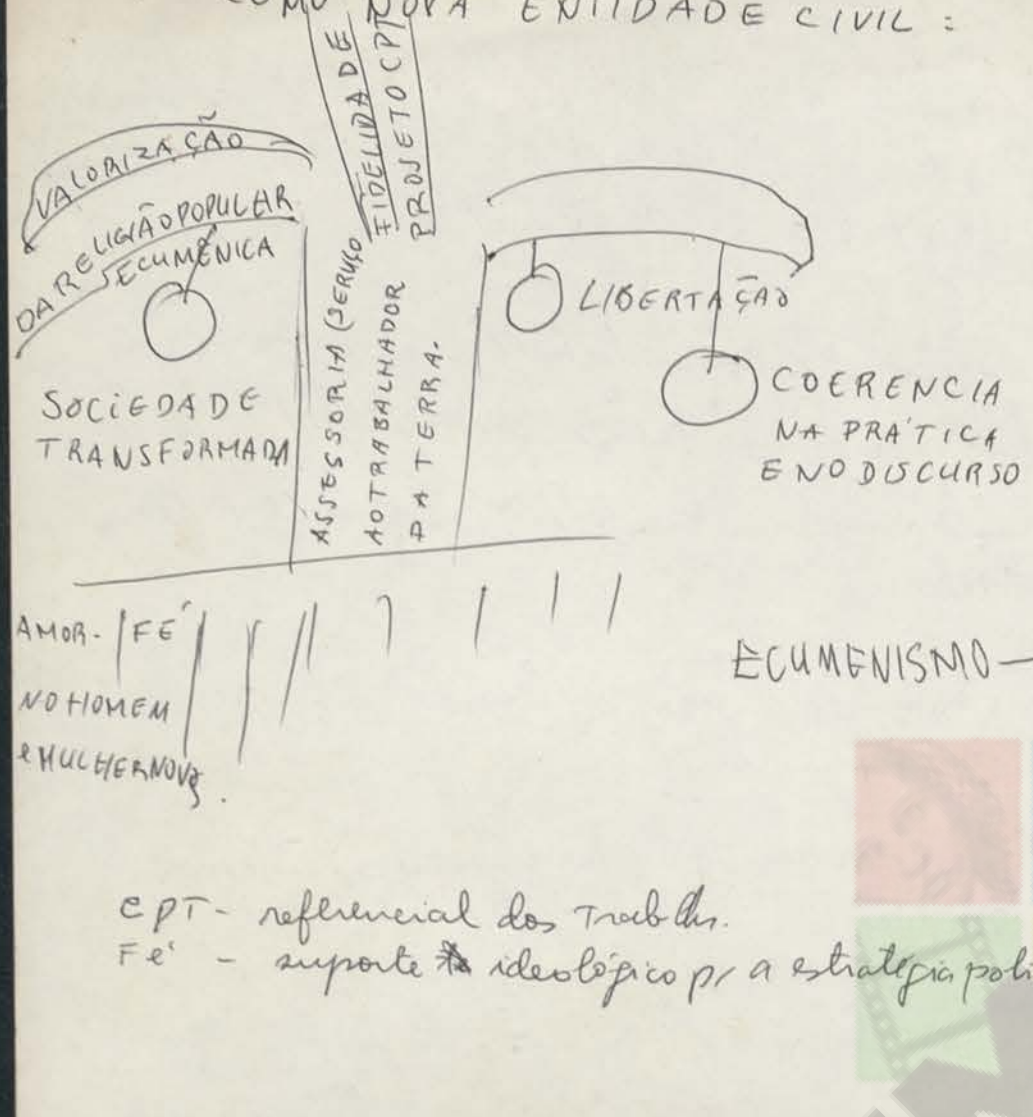
Lucia: área rural = grupos de feirantes.
= assalariados, na cidade
= sitiantes
= estão acomodados, no centro quase não conseguem Fiat
= dificuldade como atingir esse povo super-acomodado.

Paraíba - falta de Sindic.
- Aposentadoria só pelo Funrural
- Boias frias - (salário injusto)
- Patrão ameaçou lavradores que se reuniam na Fj. e sumiram
Êxodo - campo → cidade.
- Falta de Cooperativa -
produto de Paraíba é vendido em Pati e volta p/ Paraíba.

Ainda é foz necessário hoje a presença da CPT. no Est. RJ.

CEDIM

CPT - COMO NOVA ENTIDADE CIVIL:



"Quem colocar a mão no arado e olhar para trás não é digno do reino de Deus." (Lc. 9, 62.)

ECUMENISMO — CRISTÃO
E NÃO CRISTÃO

CPT - referencial dos Trabalh.
Fé - suporte ideológico pr a estratégia política.

Qual a finalidade da edu

- Sal de fruta - Joana
- Papel Casa da Bondade - Marcia
- Aviso M. André - Sônia o espera Rio.

CEDIM

- Qual o Caracter principal da "CPT" = o que é CPT? p/ quê?

1 CPT = PAST - p/ os TRAB. RURAIS
- PAST - REVISA TRANSFOR. MAÇÃO SOCIAL PROFUN~~TRANSF~~PA
- PAPEL EDUCATIVO x PROPOSTA DE EVANGELIZAÇ NA IGREJA.
- Questão - Ig. apresenta dificuldade p/ Autonomia da CPT no desempenho de seu papel e p/ defesa da autonomia do Mov. social e organização dos trabs.

PLENÁRIO

MEDORO / CPT — FÉ { MOTIVAÇÃO (subjetivo) → MOVIMENTO (ENTIDADE CIVIL)
INSTITUIÇÃO { MOVIMENTO (A.C.O - JOC etc) (Autonomia frente (c/ conta c/respaldo institucional) ao bispo).
PASTORAL (CPT) (perda atrelamento)
- PAST. RURAL

RESUMO - QUADRO: CARATER

— FORMAÇÃO / EDUCAÇÃO → POLÍTICA — PASTORAL
↓
IDENTIDADE
↓
FÉ = LIGAÇÃO C/ CINSTITUIÇÃ

ANÁLISE ECLESIAL CPT - JULHO - 90.

SITUAÇÃO ECLESIAL

1 — NOMEAÇÃO DE BISPOS CONSERVADORES (10 por 1).
2 - VISITAS "AD LIMINA" FORMAÇÃO SACERDOTAL.
3 - ITERVENÇÕES NOS SEMINÁRIOS E INSTITUTOS.
4 - SEM RESPALDO A IGR. DA LIBERTAÇÃO.
(EX: NEGAÇÃO DE BENÇÃO JUBILAR).
5 - CNBB (E BISPOS ABERTOS) X CPT → PREOCUPAÇÃO.
6 - CELEBRAÇÃO DOS 500 ANOS EVANGELIZAÇÃO -
EVANGELIZAÇÃO E CULTURA → CELAM - LUMEN - 2.000.
- POR UMA NOVA CULTURA. CRISTÃ (OCIDENTAL)
→ NOVA CRISTANDADE.
→ PARA A CPT → ENTRAR NESTE ESQUEMA?
→ PASTORAL RURAL?

CPT < SERVIÇO DE ASSES. AO TR. E SUAS ORGANIZAÇÕES = CPT
PASTORAL RURAL
MOVIMENTO.

7 - ARTICULAÇÃO BISPOS CONSERVADORES.
8 - DIVISÃO DIOCESE SP.
9 - CRESCIMENTO DAS SEITAS
10 - POSIÇÃO DE BISPOS COMPROMETIDOS (EX. D. Valdir, etc...).
11 - AS PASTORAIS POPULARES NÃO RETROCEDEM MAIS.
12 - BISPOS (CNBB) → MUDANÇA DE ESTRATÉGIA
MAIS DIÁLOGO MENOS CONFRONTO.
EX. ULTIMA ASSEMBLEIA (CNBB).
MAS: HÁ POSTURAS QUE NÃO SÃO DEMOCRÁTICAS...)
13) CPT - NÃO ..... o seu espaço ao político e social,
mas também eclesial....
- ESQUEMA ECLESIÁSTICO (PEDRO).
RESIGNAÇÃO DE DOIS BISPOS ABERTOS (Clemente e Adriano)
MAS BISPO DE VALENÇA.
14. L.O X CPT - DIFICIL. RETOMADA DE CONTATO INDIVIDUAL
15. CRISE NA IGREJA: NÃO NA IGREJA POPULAR MAS ENTRE ESTA E OS CONSERVADORES.
16. Carta do Papa e fechamento Teologia/PUC.
17. ECUMENISMO.
18. CPT X MULHERES.

SITUAÇÃO AGRÁRIA

Governo: - Política de Assentamento
- Contra as Ocupações.
- Política de arrendamento para os vocacionados agrícolas (Leia-se classe média rural).
- Política de colonização → Via empresas rurais.

A REFORMA AGRÁRIA QUE NÃO É

É: A PROPOSTA AGRÁRIA DA UDR.

INCRA → FUNCIONÁRIOS EM DISPONIBILIDADES P/ ACUSADO DE INOPERANTE. MAS... SERÁ SUBSTITUÍDO POR QUE?
NÃO HÁ.
- NÃO HÁ CANAL DE DIÁLOGO.
- NÃO PARTIMOS PARA A OFENSIVA.
- MST → É DIÁLOGO - c/ Min. Agricult.
- RJ - INCRA E SEAF DESATIVADOS
- CONFLITOS E ASSASSINATOS - AUMENTANDO.
- GOVERNO INVESTINDO IDEOLOGICAMENTE NOS SERINGUEIROS
- TOCANTINS → PRISÃO E TORTURA A FETAET. E CPT NUM MOMENTO DE PROTESTO.
- CRISE GOVERNO E PRODUTORES → MOSTRA DIFICULDADE DE RELACIONAMENTO (ZÉCIA X CABRERA).

POL. DO GOV. DEIXA INTOCÁVEL ESTRUTURA FUNDIÁRIA.
SEM DESAPROPRIAÇÃO → AGRAVA O CONFLITO

- O M.P. Deve Procurar caminhos - mas seja de relacionamento c/o governo.

RJ.

Cleomar - Paraiba do Sul - Trab. Enq. Novos e Círculo Bíblico
_ 1 ano na CPT. - carpinteiro amazonense.

Juscelino = Cachoeira = lavrador e obras. = assalariado na fazenda

Sebastião; Missionário do Sag. Co. escolhen Japuíba p/ trabalhar c/ lavradores
- há um mês em Japuíba.

Claudia - Trabalha c/ jovens e há 3 anos trabalhou na zona rural. - estudante-professora, desempregada.

UEverton - Cantagalo - trabalha na zona rural com festival. filho de funcionário público - 17 anos.
há dois na C.P.T.

Gob - Duas Barras - Da Equipe da Paróquia. Trab. c/ festival e prepara a criação de um sindic.
- tem dificuldade em metodologia

José Luis - Paracambi - 18 meses na equipe CPT e acompanha o mutirão - - formado em Química em 3 anos.
Trabalho sindical - - fortalecer ou criar delegacias sindicais.

Lucia - Vassouras - trab. em comunidade rural.
professora desempregada.

Generosa - N. Iguaçu - area rural - Maracanã. / trabalho de formiga na região de Caxias.
Cida - está estudando enfermagem. (trab. em Piraquara.

Eulalia. - Zona de Vassouras - trab. desde 83.

Expectativa - Sebastião, conhecer mais de perto como desenvolver o trab.
Cleomar - - tomar contato, conhecer a proposta e ver como agir.
Generosa - preocupado na formação do Sind. Rural em Paraíba.
- Não sabemos como começar.
Cláudia - Ver claro o papel da CPT - o q. tem feito, o que faz, como fazer
como se colocar frente ao Sind. e ao Incra.

CPT
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 . CEP 20001 . RIO DE JANEIRO . RJ
TEL. (021) 285.6840

2º CURSO DE AGENTES PASTORAIS NOVOS

Local: Casa de Oração
Data: 06, 07 e 08 de fevereiro de 1987

DIA 06 - 6ª FEIRA
18:00 horas - Chegada
19:00 horas - Jantar
20:00 horas - Apresentação da pauta e discussão
- Objetivos
- Pesquisa: 1) Quais os problemas que existem na sua área?
2) Quais os problemas que você encontra no seu trabalho como assessor?

DIA 07 - SÁBADO
07:00 horas - café
07:30 horas - oração de abertura
08:00 horas - Início 1. Questão Agrária no RJ (Fernando Moura)
. Reforma Agrária no Brasil
. Audio-visual sobre Reforma Agrária
10:30 horas - café
10:45 horas 2. Questão jurídica (Dyrce)
. Notificação, despejo, etc..
12:30 horas - almoço
14:00 horas 3 Questão sindical (Vera)
. Apresentação e discussão do filme LAMPARINA

DIA 08 - DOMINGO
07:00 horas - café
07:30 horas - celebração eucarística
08:30 horas 4. Questão pastoral
. histórico da CPT
. reflexão sobre os textos bíblicos
. como a Igreja se compromete com a luta da terra
. como podem se comprometer com a pastoral terra

Término às 16:00 horas

Sindicalismo no Campo

1962 = Portaria do Ministério do Trab. criando sind. no campo.

= tentativa de controlar os Nov. já existentes;

= ligas camponesas e organizações de auxílio mútuo.

1964 — No região do Norte - os sindic. eram criados de cima pra baixo para ser um canal de diálogo.

Sind. ligado à Federação e ligada à CONTAG (criada em 1963) e a CONTAG em 1964 teve intervenção dos Grupos Operários Cristãos, tomou a CONTAG. até 1966 qd. houve eleição. Em 1968 foi eleito José Francisco Presidente até hoje.

Movimento sindical rural foi muito perseguido e esmagado mas até 1968 teve um papel importante p/o sind. rurais.

De 77 p/ cá há uma tentativa de se constituir os sind. pela base. Trab. de se retomar a direção dos sindic.

CEDIM

- áreas de Morro a centuar
- área desapropriada p/ oleoduto da Petrobrás.
- Áreas publicas e de reservas.
- Alguns proprietários receberam indenização. A locação de verbas não se deu por falta de disponibilidade
- Área total no valor de ~~Cr$ 150.000.000~~ Cr$ 15.250.000 ≠ do decreto.

Procuradora vai receber p/ fazer desapropriação. 31.300 pessoas habitadas na área ratificaram o termo de concordância e vão receber - Processos estão na Procuradoria

Est. não está mudado
posse.

D
Falta analisar pl/ fora

20.000 lots e 300 habit
todos

Decreto de Campo Alegre nº 9.635
modificado em 13/02/87
Anterior 7351 // 20/0
84

Alterado: 1º Dec. tinha 3500
hectare e passou
2.05%/hect. P/
Excluidas - area de
vasador de óleo
área - alagados

CEDIM

3 CPT NI

Reunião Pastoral CPT-N. Iguaçu.

- Sônia - Ludo - Rosângela - Joana - Poli - ~~Geraldo~~

- Informe
- Resgate histórico
- Programação

"Hist. Rom."

// Morte carroceiro Devenir Pinto Soares, 46 anos morto a 5/02/90 - Pau Grande Município de Magé ~~foi~~ por Belarmino Silva (dono de fábrica de papel?)

- Frei Beto: O que é Pastoral? Pastoral específica da terra? Como encaminhar nas áreas isto (91) Carlos Mesters.

- Bíblia e terra -
- Ecumenismo "
- Conhecimento específico da realidade popular, rural e religiosa das áreas * (pesquisa).

Enc. ~~post~~ p/ agents - Bíblia & Pastoral;

E!

—— Past.

Past. Bibl. - . . .

Past. Biblic - pós.

Toda a CPT = está discutindo seu caráter. caráter pastoral da entidade a) volta às bases ←

b) PASTORAL - "Pensar Teológicamente o Trab. dos Sem Terra"

c) CPT - tem q. acabar - (CPT não questiona instituição. Acordo CNBB/CNBB.

— Enc. Past. Beto — Ivo Lesparapin

— "clodovis Boof"

Ff. C. at Ecu.

Editoria de Arte

CONVOCAÇÕES DE CONSTITUINTES BRASILEIRAS

	CONVOCAÇÃO	CAUSA	CONSEQUÊNCIAS
1822	O príncipe-regente d. Pedro convoca a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa a 3 de junho de 1822 para a elaboração do primeiro texto constitucional brasileiro. Deputados e senadores são eleitos para o Legislativo, com poderes constituintes.	Reino Unido de Portugal, o Brasil submetia-se ao ordenamento jurídico português. A convocação da Constituinte visava criar um texto brasileiro. Diante da resistência da Corte portuguesa, d. Pedro proclama a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822.	
1823	D. Pedro dissolve a Assembléia Constituinte que, instalada em abril daquele ano, apresentava morosidade em seus trabalhos. A 12 de novembro de 1823, o monarca promove a convocação imediata de nova Assembléia.		A Constituição promulgada em 1824 oficializa o rompimento com Portugal, assumindo o País a condição de Império monárquico. A Carta confere amplas atribuições ao Imperador, que exerce o Executivo e o Poder Moderador (podendo interferir nos outros poderes constituídos), e modifica a forma de eleições e mandatos do Legislativo.
1890	O marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório, convoca a 22 de junho de 1890, através de decreto, os colégios eleitorais para a eleição do Congresso Nacional dos Representantes do Povo. O Congresso, com poderes para julgar a nova Constituição, não legislou até o fim dos trabalhos constituintes, tarefa que coube ao Executivo.	Militares, insatisfeitos com o centralismo do poder e motivados por idéias republicanas e federalistas, haviam deposto o Imperador e proclamado a República em 15 de novembro de 1889. O governo provisório instaura a República Federativa como forma de governo, transforma as províncias em Estados, determina o fim da dinastia imperial, do sistema monárquico representativo, da vitaliciedade do Senado e dissolve a Câmara dos Deputados.	A Constituição de 1891, alem de incorporar as mudanças republicanas, cria o regime representativo e o Distrito Federal (antes Município Neutro), e o sistema de renovação parlamentar, alterando os mandatos e dispondo eleições diretas para presidente e vice-presidente da República.
1932	Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, publica decreto a 14 de maio de 1932 convocando eleições para a Assembléia Constituinte e nomeia comissão para elaborar o anteprojeto da Constituição. Após o término dos trabalhos constituintes, a Assembléia foi dissolvida, promovendo-se eleições para o Legislativo.	Descontentes com a forma de sucessão presidencial e com o sistema eleitoral, acusado de fraudulento, militares depõem o presidente Washington Luiz (Revolução de 30). Getúlio Vargas assume o governo provisório. Por decreto, Vargas dissolve o Congresso, destitui os governadores e intervém nos Estados.	A Carta de 34 dá ao novo Congresso poderes de fiscalização, sanção e veto; limita o poder de intervenção pelo Executivo e cria a Justiça Eleitoral.
1945	O presidente interino da República, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, publica decreto a 12 de novembro de 1945, convocando o Congresso — a ser eleito em 2 de dezembro — a se reunir em Assembléia Constituinte depois de sessenta dias das eleições. Os parlamentares não legislam durante todo o ano de 1946. Neste período, o marechal Dutra, eleito presidente da República, o faz através de decretos-leis.	Militares, temendo que Getúlio tentasse evitar as eleições presidenciais daquele ano (baseados na vontade do presidente de permanecer no poder), depõem-no. O presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, é empossado como presidente interino (cumprindo o que determinava a Constituição de 37 em relação à vacância do cargo presidencial).	As mais importantes modificações da Carta de 46 são o retorno do sistema bicameral ao Congresso, restabelecimento da independência dos poderes e eleições diretas em todos os níveis.

1. O Estado deve assegurar a propriedade que se destina à manutenção e sobrevivência individual ou coletiva de seus ocupantes e / ou trabalhadores e ao abastecimento e moradia da sociedade brasileira como um todo.

2. A especulação é contrária à função econômica-social da propriedade e como tal acarreta a perda desse direito.

3. A propriedade privada que não realiza a sua função econômica-social deverá ser confiscada aos trabalhadores que dela necessitam ou que nela se proponham trabalhar, organizados ou individualmente, para a sua manutenção e abastecimento das populações vizinhas.

4. Nenhum conflito entre posse e propriedade será decidido pela instância jurídica sem consideração da função social que uma e outra estiverem exercendo.

5. O Poder Público somente recorrerá à desapropriação quando ficar evidenciado o caráter de utilidade ou necessidade públicas para o funcionamento das atribuições próprias dos órgãos públicos, o pleno funcionamento das organizações sociais e a solução dos conflitos entre posse e propriedade. A desapropriação por interesse social somente ocorrerá em casos excepcionais, sobre terra produtiva e com morada habitual, considerando necessidades inadiáveis de benefício coletivo. Em todos os casos, caberá o simples confisco.

6. Em caso de desapropriação, o Poder Público deverá proceder a justa indenização, com base nas declarações do legítimo proprietário relativas ao recolhimento dos impostos devidos à sociedade, paga em títulos de dívida pública, após descontadas todas as obrigações devidas ao erário público.

7. Fica proibido o confico ou a desapropriação de propriedades de organizações de trabalhadores e que delas estejam retirando sustento e realizando abastecimento coletivo.

8. O Estado deve permitir a livre iniciativa privada desde que esta realize o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo, patrocine e contribua com o bem estar da coletividade.

9. O Poder Público deve estimular e apoiar a propriedade coletiva dos meios e fatores de produção. A lei definirá, neste caso, no prazo de dois anos, os benefícios fiscais e financeiros, bem como o favorecimento ao crédito e auxílio técnico.

10. Visando assegurar a função social da propriedade, o Poder Público competente promoverá, no que diz respeito à política agrária, o levantamento geral e discriminação das propriedades existentes, a utilização das áreas improdutivas por trabalhadores sem terra, o assentamento dos trabalhadores em seus estados de origem e em terras com um mínimo de condições de produção e sobrevivência, a criação de impostos proporcionais à extensão/ocupação/produção/ produtividade da terra, a criação de programas de subsídio econômico e assistência técnica à pequena e média empresa e ao trabalho desenvolvido pelas diferentes formas próprias de organização dos trabalhadores.

11. No que se refere à política do solo urbano, o Estado deve promover a destinação imediata dos lotes abandonados ou desocupados para o benefício das pessoas sem moradia, e a extensão dos benefícios urbanos, como luz, água, esgoto, transporte, educação e saúde, para todos os bairros em igualdade de condições.

12. A posse, de reconhecida função social, merece proteção igual à da propriedade. Tanto no que se refere ao solo urbano como ao solo rural, a posse, seja coletiva, familiar ou individual, após trabalho e duração de pelo menos 3 anos, converter-se-á em propriedade, assim declarada por sentença do juiz e registrada no Cartório de Imóveis.

13. Os trabalhadroes submetidos ao regime de Contrato Agrário tornar-se-ão proprietários das terras que cultivam à base de 10% do total da área contratada, a cada 5

anos de trabalho ininterrupto.

14. Os trabalhadores asssalariados do campo deverão receber, afora os seus salários, 2 has liberados para o seu cultivo pessoal ou familiar e, após 10 anos de trabalho ininterrupto, terão este direito ampliado para 5 has.

15. Os trabalhadores que não estejam em regime de trabalho independente, somente poderão ser dispensados por motivos de justa causa, cabendo recurso à justiça competente.

16. As terras devolutas não serão alienadas. O Poder Público reconhecerá os posseiros que nelas fazem moradia e trabalho habitual como detentores de direito de uso por tempo indeterminado, não podendo vende-las, mas apenas transferindo o direito de uso de acordo com a sua vontade. Não será permitido ao mesmo usuário deter para si mais de um módulo rural determinado em lei.

17. As propriedade e posses rurais não poderão ultrapassar o tamanho máximo de 500 has e não será permitido a um mesmo proprietário ser titular de mais de uma posse ou propriedade.

18. A política agrícola do governo será determinada pela prioridade ao pequeno produtor e terá como ponto central o estímulo a produção de alimentos para o povo brasileiro.

19. A política de colonização será substituída pela política dos assentamentos determinada por decisão majoritária do conjunto dos trabalhadores envolvidos, havendo preferência de que sejam realizados nos estados de origem e em condições mínimas de produção, assistência técnica, financiamento e acesso aos benefícios da educação, saúde e escoamento da produção.

(in "Do Direito de Acesso à Propriedade e à Percepção de seus Frutos" - Daniel Rech)

1. Que o valor da desapropriação por interesse social dos latifúndios seja calculado com base no valor do imóvel declarado prlo proprietário ao INCRA.
2. Que os governos estaduais possam realizar legalmente desapropriações por interesse social para efeito de Reforma Agrária.
3. Que as terras griladas ou com títulos duvidosos sejam confiscadas pelo Estado, no interesse social.
4. Que as terras desapropriadas fiquem proibidas de serem objeto de contrato de compra e venda, salvo permuta por área agrícola e nos casos que o trabalhador comprovar sua não adaptação à terra.
5. Que a Reforma Agrária seja inteiramente desvinculada do Conselho de Segurança Nacional ou da interferência de órgãos ligados à repressão.
6. Que sejam assentados com prioridades: a) trabalhadores que lutaram na resistência pela terra; b) arrendatários, parceiros e assalariados rurais; c) filhos de pequenos proprietários cuja área que possuem já é suficiente para toda família; d) trabalhadores atingidos em suas terras por projetos oficiais; e) trabalhadores expulsos do campo, residentes nas cidades e que querem voltar para o meio rural.
7. Que seja revogado o artigo do Estatuto da Terra que proíbe as desapropriações por interesse social das empresas rurais.
8. Que se fixe o limite máximo do tamanho das propriedades de cada região, instituindo-se a perda sumária da propriedade acima de 3 módulos rurais pela não utiliza -

ção de pelo menos 50% da terra agricultável.

9. Que seja proibido repassar os recursos do governo para os latifúndios que deverão ser abolidos pela Reforma Agrária.

10. Que a política agrícola seja totalmente voltada para a execução da Ref. Agrária; sendo reorientada no sentido de atender os interesses dos pequenos produtores e do mercado interno e assegurando: crédito, seguro agrícola...

11. Extensão aos trabalhadores rurais do regime previdenciário e de Assitência Social, de acordo com o ante-projeto da CONTAG.

12. Que a fixação dos salários mínimos com novos valores seja feita com a participação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Urbanos.º

13. Que sejam assegurados os meios mais eficazes de fiscalização do trabalho e de pronto acesso à Justiça.

14. Que seja assegurado o direito de greve e autonomia sindical.

15. Que se defina o pacífico direito a escolaridade pública e gratuita no meio rural...

16. Da mesma forma para o direito à saúde...

(in "Reivindicação do Movimento Sindical de Trab.Rurais aos Constituintes" FETAG RIO DE JANEIRO - não foram colocadas todas as propostas (Violência no campo e Direitos Fundamentais))

CEDIM

Esse elenco de propostas relativas à questão agrária, é resultante de discussões levadas por grupos diferenciados, não só geograficamente, mas também por suas composições orgânicas e sociais, e deve ser levado aos constituintes que se elegeram num perspectiva de representação do movimento popular.

Para isso, estão sendo montados esquemas que facilitem o trânsito dessas propostas; assessoramento aos Constituintes; movimentos de pressão popular sobre o Congresso, bem como o rápido retorno dos debates que se travarem na Constituinte e informação e análise das diversas propostas que tramitarem.

Independentemente das iniciativas que, sem dúvida, as entidades estarão tomando, o Projeto se reorganiza para ter uma intervenção no sentido de apoiar essas iniciativas e ainda rapidamente divulgar as questões tratadas dentro do Congresso Constituinte, sendo esta uma forma de possibilitar tomadas de posição por parte das organizações e entidades populares.

CEDIM

3- exigir do governo medidas eficazes no sentido de coibir as violências contra trabalhadores rurais e contra a Reforma Agrária, começando pelo desmantelamento das milícias privadas e similares.

4- exigir do governo a imediata aplicação do PNRA e dos PRRA, em rítmo capaz de assegurar a recuperação, a médio prazo, da meta de 1986 e o integral cumprimento das metas previstas para os próximos quatro anos.

5- exigir do governo a viabilização dos recursos financeiros e humanos necessários à consecução do PNRA e dos PRRA.

6- defender,na próxima Assembléia Nacional Constituinte e nos trabalhos pós-Constituinte do Congresso Nacional teses que assegurem instrumentos jurídicos e canais institucionais mais adequados à realização da Reforma Agrária no país, garantindo as conquistas do Estatuto da Terra e da atual Legislação e superando as suas limitações.

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária selecionou algumas propostas básicas que resumem as expectativas dos trabalhadores rurais face à Assembléia Nacional Constituinte, expressas em diversos documentos dos trabalhadores rurais e dos sem terra.

Direitos Individuais

1- O Estado deverá assegurar a todo o indivíduo e a sua família um patrimônio mínimo indispensável a uma vida digna.

2- aos que vivem da terra deverá ser garantido o acesso a esse meio de produção e o apoio técnico e financeiro necessário para que a utilizem adequadamente.

Ordem Econômica e Social

1- o Estado será organizado de forma a definir as bases de uma estrutura agrária socialmente justa, contemplando com políticas de crédito e incentivos unicamente as unidades produtivas familiares, associativas ou mistas, que satisfaçam os requisitos legais da função social da terra.

2- os imóveis rurais terão seu apossamento assegurado, desde que desempenhem uma função social, dentro dos limites e nas condições estabelecidas em lei.

3- será respeitado o direito de propriedade, na forma do ítem anterior e em consonância com os demais direitos, reais ou pessoais, que amparam o produtor rural e sua família. Não existirá direito de propriedade quando não estiver satisfeita a exigência da função social.

4- toda a propriedade que não esteja cumprindo sua função social é passível de desapropriação por interesse social, mediante pagamento de indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis no prazo de vinte anos, a partir do quinto ano, em parcelas anuais sucessivas. Esse dispositivo se aplicará tanto à terra quanto às benfeitorias indenizáveis.

5- o valor da indenização paga ao proprietário cujo imóvel não esteja cumprindo sua função social não poderá ultrapassar o valor declarado para efeitos de tributação. Na fixação desse valor deverá ser abatido todo e qualquer aumento resultante da aplicação de recursos públicos.

6- deverá ser fixado o número máximo de módulos rurais apropriáveis por pessoa física ou jurídica. Em nehuma hipótese poderá todavia, ser ultrapassado o limite absoluto de 3.000 hectares.

7- os imóveis rurais que não cumprem sua função social não poderão beneficiar-se de crédito, subsídios, ou incentivos governamentais.

8- será lícito ao Estado transferir a particulares que se qualifiquem para o trabalho rural o direito de superfície sobre as terras públicas destinadas à exploração agrícola, pecuária, florestal ou similar, remanescendo com o Estado o direito de reavê-las, sem qualquer indenização, daqueles que não lhes derem a destinação e o aproveitamento previstos no título de concessão. As terras transferidas pela União, Estados ou Municípios a particulares não poderão exceder 3 módulos rurais.

9- o Poder Público poderá reconhecer a posse pacífica em imóveis rurais sob certas condições impostas ao beneficiário e em área que não exceda 3 módulos rurais.

10-nos casos de reversão de terras públicas ao Poder Público, apenas serão consideradas para efeito de indenização, sempre em TDA$, as benfeitorias erigidas de boa fé.

11-pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras não poderão possuir terras no país com área superior a 3 módulos rurais. No caso das pessoas jurídicas, em hipótese alguma poderão beneficiar-se da concessão de terras públicas.

12-as terras públicas em geral, excetuando-se aquelas cujas posses forem reconhecidas pelo Poder Público e as reservadas a destinação especial e pública, incorporam-se ao acervo fundiário do programa de Reforma Agrária, sem exigência do pagamento de indenização.

13-as áreas desapropriadas para fins de Reforma Agrária, bem como as terras públicas destinadas ao mesmo fim, poderão ser organizadas para exploração econômica em forma familiar, associativa ou mista.

14- deverá ser criada uma justiça especializada em questões agrárias, objetivando dirimir litígios que envolvam o trabalhador e o empregador rural, os conflitos de terras e as demais causas relacionadas com o programa fundiário.

15- Deverão ser implementados Institutos de Terras Estaduais com o objetivo de viabilizar atos discriminatórios e arrecadação de terras cujos títulos falsos ou ilegítimos.

16- Deverão ser arrecadadas as terras que tiverem permanecido totalmente ociosas durante três anos consecutivos.

17- Deverá ser garantido o direito da mulher de trabalhador rural, viúva, comcumbina, separada, mãe solteira ou abandonada pelo marido, de ser beneficiária das terras distribuidas pela Reforma Agrária.

18- Deverá ser regulamentado o direito à ocupação produtiva de terras que permaneçam ociosas por parte de posseiros e de trabalhadores rurais. (apropriada)

Disposições Transitórias

1- o Estado deverá estabelecer o fundamento e os mecanismos jurídicos necessários à efetivação da Reforma Agrária no país, objetivando enquadrar imediatamente todo o setor agrário nos preceitos constitucionais da ordem econômica e social, punindo o latifúndio, como tal definido em lei e garantindo o acesso dos trabalhadores à terra para que esta realize a sua função social.

CEDI

15- Deverão ser arrecadadas as terras que tiverem permanecido totalmente ociosas durante três anos consecutivos.

16- Deverá ser garantido o direito da mulher de trabalhador rural, viúva, comcumbina, separada, mãe solteira ou abandonada pelo marido, de ser beneficiária das terras distribuidas pela Reforma Agrária.

17- Deverá ser regulamentado o direito à ocupação produtiva de terras que permaneçam ociosas por parte de posseiros e de trabalhadores rurais. (apropriada)

Disposições Transitórias

1- o Estado deverá estabelecer o fundamento e os mecanismos jurídicos necessários à efetivação da Reforma Agrária no país, objetivando enquadrar imediatamente todo o setor agrário nos preceitos constitucionais da ordem econômica e social, punindo o latifúndio, como tal definido em lei e garantindo o acesso dos trabalhadores à terra para que esta realize a sua função social.

Povos indígenas e a Constituinte.

Durante o ano de 1985, a discussão do processo constituinte esteve presente nas assembléias indígenas onde foram expressos os desejos e a decisão das sociedades indígenas participarem deste movimento.

As propostas aqui apresentadas foram elaboradas por representantes das seguintes entidades: ABA/ CIMI/ CEDI/ CPI-SP/ INESC/UNI.

1. O Estado Brasileiro reconhecendo os povos indígenas como parte integrante da comunidade nacional deve reconhecer e também respeitar as suas formas próprias de organização social e política.

2. O Estado Brasileiro deverá garantir os direitos à continuidade da ocupação e uso das terras destas populações, direitos que derivam de sua condição de primeiros habitantes do território nacioanl e da legitimidade de sua posse.

3. Deve permanecer na Constiutição a condição de inalienabilidade das terras ocupadas pelos índios e seu direito à posse permanente e ao usufruto das riquezas naturais nelas existentes entendendo-se que nessas riquezas naturais se incluem as do solo e do subsolo.

ALGUMAS PROPOSTAS PARA A "NOVA" CONSTITUIÇÃO

S T A S P A R A A C O N S T I T U I N T E

ÓRIA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS	ANTEPROJETO COMPARATO	CNBB
s da União: utas indispensável à defesa das fronteiras, às fortificações e construções militares e ável à defesa das fronteiras a faixa interna de com quilômetros de largura, para do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira. ÃO FEDERAL deral legislar sobre as seguintes matérias: À UNIÃO FEDERAL, AOS ESTADOS E AOS MUNICÍPIOS e aos Estados a Legislação comum sobre: ir impostos sobre: rural; MA TRIBUTÁRIO preende: oria será exigida aos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas; terá as, que incluirá o valor de despesas e indenizações devidas por eventuais desvalori limite individual, exigido de cada contribuinte, a estimativa legal do acréscimo de sua propriedade. propriedade territorial rural compor-se-á de uma parcela calculada sobre a extensão e o erminada em função inversa da sua utilização e produtividade, segundo critérios que entar, tendo em vista induzir a reforma agrária e o aproveitamento das terras rurais o interesse coletivo. O imposto não incidirá, sob qualquer das duas modalidades, sobre ate ao módulo rural da região, quando as cultive, só ou com sua família, o proprietário iedade de outro imóvel. juto do imposto sobre a propriedade territorial rural incidente sobre imóveis situados S PRELIMINARES E GARANTIAS propriedade, subordinada à função social. opriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, é assegurada indenização em dinheiro, exceto nos casos dos Arts. 332 desta Constituição. ONÔMICA mta-se na justiça social e no desenvolvimento, devendo assegurar a todos uma idade econômica terá como princípios: idade e da empresa; forma da lei, o direito à propriedade territorial rural, condicionada pela sua função a propriedade, mencionada neste artigo, seu uso será orientado no sentido de de vida àqueles que nela trabalham, bem como às suas famílias; nal da terra; urais e a manutenção adequada dos equipamentos comunitários; egais que regulam as relações de trabalho. ções de acesso do trabalhador à propriedade da terra economicamente útil, de preferên- ndo as circunstâncias urbanas ou regionais o aconselharem, em zonas plenamente ajusta- erminar; ade da terra desempenhe a sua função, estimulando planos de utilização racional promo- so do trabalhador aos benefícios dos equipamentos comunitários, o aumento de produtivi peculiaridades regionais, a área máxima de propriedade rural a receber benefícios fis opriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, abelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de atualização, negocia ate anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurada a sua aceitação a qual- de tributos federais e do preço de terras públicas. lume anual das emissões de títulos, suas características, taxas de juros, prazo e trata este artigo é de competência privativa da União e, feita por decreto do Po- propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie os princípios estabelecidos nes- somente será feita quando se tratar de latifúndio, como tal conceituado em lei, exce- e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro. poderá delegar à autoridade federal as atribuições para a desapropriação de imóveis -lhe exclusiva a declaração de zonas prioritárias para implantação de planos regionais obre a indenização paga em decorrência de desapropriação prevista neste artigo. proprietário rural nem urbano, ocupar, por cinco anos ininterruptos, sem oposição lo, trecho de terra não superior a cinquenta hectares, tornando-o produtivo por seu adquirir-lhe à propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. Público terá legitimação concorrente, nos termos da lei, para ação fundada neste a propriedade rural, até o limite de cem hectares, incluída a sua sede, explorada ela resida e não possua outros imóveis rurais. Nesse caso, a garantia pelas obri- as condições de legitimação de posse e de transferência para aquisição, até cem queles que as tornarem produtivas, com seu trabalho e de sua família. os casos em que se permitirá a desapropriação para fins de reforma agrária da ção em dinheiro. pelo titular do imóvel o valor acrescido, comprovadamente, resultante de investi- ural. tar definirá os critérios segundo os quais a entidade pública que houver feito o a imobiliária, destinando-a as finalidades de caráter social. de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Para esse fim, serão pre- , os habitantes das zonas pobres e os desempregados. sob pena de nulidade e de crime de responsabilidade, alienação ou concessão de ter- res mil hectares. REGIONAIS FEDERAIS E DOS JUÍZES FEDERAIS e processar e julgar: rio definidas em Lei Complementar. is de Justiça Agrária, , cujas sedes poderão ser transferidas om remoção de seus titulares, os quais poderão ser providos nos cargos mediante le especialização de juízes federais). Na conciliação das partes e na instrução dos rma da lei, representantes dos proprietários e dos trabalhadores rurais. dos juízes federais de Justiça Agrária caberá recurso para os Tribunais Regionais ou Turmas especializadas. mbro de 1.986.	ART- 210-"A terra é capital produtivo, de interesse nacional". Parágrafo 1º-"É garantido o direito individual de propriedade sobre os fundos agrícolas diretamente explorados nas dimensões necessárias à manutenção do agricultor e de sua família". Parágrafo 4º-"Para reprimir a concentração abusiva da propriedade de terras incultas, a lei federal regulará, em processo contraditório, a expropriação sem indenização". Folha de São Paulo 27 05 1986	b).Justiça social e Acesso à propriedade 120.Os bens da terra tem destinação universal para a realização de todas as pessoas. A propriedade privada subordina-se essa lei universal. Ela não pode concentrar abusivamente nas mãos de poucos ou ser usada como instrumento de dominação e exploração de outros seres humanos. Ela só se justifica como garantia de liberdade, bem-estar pessoal, familiar e social. 121.A propriedade particular, assim considerada, é um direito de todos. Cabe à sociedade e ao Estado estabelecer critérios de produtividade e promover um sistema de produção e distribuição de bens que garanta a realização desse direito. 122.Devem ser respeitadas e incentivadas as formas comunitárias e sociais de propriedade, produção e trabalho. 123. "O único título legítimo para a posse dos meios de produção-e isto tanto sob a forma de propriedade privada como sob a forma de propriedade pública ou coletiva-é que eles sirvam ao trabalho". 124.Baseada nesse princípio, que enfatiza a primazia do trabalho sobre o capital, a Igreja insiste na necessidade de medidas que garantam a função social da empresa. Estas medidas incluem formas de participação nos lucros e na gestão das empresas e excluem as demissões em massa e as demissões sem justa causa. 125. Cabe aos poderes públicos estabelecer uma política tributária que imponha maiores ônus ao capital que ao trabalho. 126.Cabe aos mesmos poderes decretar a desapropriação de bens, terras e propriedades sempre que a justiça social exigir. Essa mesma justiça exige que o valor da desapropriação não inclua a valorização decorrente da aplicação de recursos públicos. 127. A realização da justiça social exige a implantação de Reforma Agrária do Uso do Solo Urbano que favoreçam o acesso à posse e uso de terra rural ou urbana nas seguintes condições: -garantir a terra para quem realmente nela trabalha; -proibir despejos daqueles que estão efetivamente utilizando a terra no campo e na cidade para o sustento de sua família, cabendo ao Estado a regularização fundiária através de legislação específica; -propiciar uma política agrária e uma política agrícola adequadas, que deem condições ao homem do campo para permanecer na terra e cultivá-la; -criar mecanismos que impeçam a concentração fundiária sendo a própria Constituição fixando o módulo máximo para uma propriedade rural; -implantar uma justiça agrária que previna os conflitos ou agilize sua solução; -propiciar uma política relativa ao uso do solo urbano que possibilite o acesso à moradia a todos os cidadãos. Tal política implica a necessidade de impedir a estocagem de áreas urbanas e reprimir a especulação imobiliária". CNBB, 1.986

QUADRO 3: A QUESTÃO DA TERRA II/ ATUAL CARTA E ALGUMAS PROPOSTAS II

TEXTO CONSTITUCIONAL VIGENTE (CONSOLIDADO)

Constituição do Brasil, de 24 de Janeiro de 1967, com a redação dada pela EC nº 1, de 17 de Outubro de 1.969, e as alterações feitas pelas ECs nºs. 2/72 e 27/85.

Art.4º- INCLUEM-SE ENTRE OS BENS DA UNIÃO:

I- a porção de terras devolutas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais;

Art.7º

Art. 8º- COMPETE À UNIÃO:

XVII- Legislar sobre:

b) direito...agrário...

CAPÍTULO V - DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Art. 18- Além dos impostos previstos nesta Constituição, compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir:

.....

(12)II- Contribuição de melhoria arrecadada dos proprietários beneficiados por obras públicas, que terá como limite a despesa realizada.

Art. 21- COMPETE À UNIÃO INSTITUIR IMPOSTO SOBRE:

.....

III- propriedade territorial rural

.....

§6º- O imposto de que trata o ítem III deste artigo não incidirá sobre glebas rurais de área não excedente a vinte e cinco hectares, quando as cultive,só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

Art. 24-

§1º- Pertence aos Municípios o produto de arrecadação do imposto mencionado no ítem III do art. 121, incidente sobre os imóveis situados em seu território.

Art. 89- AO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL COMPETE:

.....

IV- Dar, em relação às áreas indispensáveis à segurança nacional,assentimento prévio para:

a) concessão de terras...

CAPÍTULO IV-DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

Art. 153- §22- É assegurado o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvando o disposto no art.161, facultando-se ao expropriados aceitar o pagamento em título da dívida pública,com cláusula de exata correção monetária. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular,assegurada ao proprietário indenização anterior.

§34- A lei disporá sobre a aquisição da propriedade rural por brasileiro e estrangeiro residente no País, assim como por pessoa natural ou jurídica, estabelecendo condições, restrições, limitações e demais exigências, para a defesa da integridade do território, a segurança do Estado e a justa distribuição da propriedade.

TÍTULO III- DA ORDEM ECONÔMICA

Art. 160- A ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social com base nos seguintes princípios:

.....

III- FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Art. 161- A União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante, pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo de vinte anos, em parcelas anuais, sucessivas,assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento até cinquenta por cento do Imposto Territorial Rural e como pagamento do preço de terras públicas.

§1º- A Lei disporá sobre o volume anual ou periódico das emissões dos títulos, suas características, taxa dos juros, prazo e condições de resgate.

§2º- A desapropriação de que trata este artigo é da competência exclusiva da União e limitar-se-a as áreas incluídas nas zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo, só recaindo sobre propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o acima disposto,conforme for estabelecido em lei.

§3º- A indenização em títulos somente será feita quando se tratar de latifúndio, como tal conceituado em lei, excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro.

§4º- O Presidente da República poderá delegar as atribuições para a desapropriação de imoveis rurais por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritarias.

§5º-Os proprietários ficarão isentos dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre a transferência da propriedade sujeita a desapropriação na forma deste artigo.

Art. 171- A lei federal disporá sobre as condições de legitimação da posse e de preferência para aquisição, até cem hectares de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com o seu trabalho e o de sua família.

Parágrafo único: Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.

Art. 172- A Lei regulará, mediante prévio levantamento ecológico, o aproveitamento agrícola de terras sujeitas a intempéries e calamidades. O mau uso da terra impedirá o proprietário de receber incentivos e auxílios do Governo.

FONTES:- Senado Federal, 1.986. Constituições do Brasil, Brasília, DF, Sen. Fed. 593 p.

P R O P O S T A S P A R A

COMISSÃO PROVISÓRIA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS

TÍTULO II - DO ESTADO FEDERAL

Art. 71. Incluem-se entre os bens da União:

I. a porção de terras devolutas indispensável à defesa das fronteiras às vias de comunicação;

§ único - É considerada indispensável à defesa das fronteiras [illegible] à linha divisória terrestre do território nacional.

CAPÍTULO II-DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO FEDERAL

Compete exclusivamente à União Federal legislar sobre:

.....

III- desapropriação

CAPÍTULO III-DA COMPETÊNCIA COMUM À UNIÃO FEDERAL, AOS ESTADOS E AOS

.....

Art. 75. Compete à União Federal e aos Estados a Legislação concorrente sobre:

II- direito agrário

.....

Art. 137. Compete à União instituir impostos sobre:

.....

III- propriedade territorial rural;

.....

CAPÍTULO VII-DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

.....

Art. 134. O Sistema Tributário compreende:

.....

a- contribuição de melhoria;

.....

§4º- A contribuição de melhoria será exigida aos proprietários de por limite global o custo das obras, que incluirá o valor de desapropriações que elas acarretam, e por limite individual, exigido de cada um valor que resultar para imóveis de sua propriedade.

Art.137§3º- O imposto sobre a propriedade territorial rural compreenderá valor venal da terra, e outra determinada em função inversa da sua utilização serão estabelecidos em Lei Complementar, tendo em vista induzir a reforma segundo a sua destinação social e o interesse coletivo. O imposto não incidirá glebas rurais de área não excedente ao módulo rural da região,quando o proprietário que não tenha a posse nem a propriedade de outro imóvel.

.....

Art. 142: Pertencem aos Municípios

.....

II- oitenta por cento do produto do imposto sobre a propriedade territorial em seu território;

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

.....

CAPÍTULO II -DOS DIREITOS E GARANTIAS

Art. 30. É assegurado o direito a propriedade, subordinada à função social.

§ Único- Nos casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública aos desapropriados prévia e justa indenização em dinheiro, exceto [illegible]

.....

TÍTULO III- DA ORDEM ECONÔMICA

Art.116. A ordem econômica fundamenta-se na [illegible] justiça social e na existência digna.

§ único- A ordenação da atividade econômica terá como princípios:

.....

III- a função social da propriedade e da empresa;

.....

Art.331. É assegurado a todos, na forma da lei, o direito à propriedade social.

§1º- Para garantir a função da propriedade, mencionada neste artigo:

a) assegurar nível adequado de vida àqueles que nela trabalham;

b) realizar a exploração racional da terra;

c) conservar os recursos naturais e a manutenção do [illegible]

d) observar as disposições legais que regulam as relações de trabalho.

§2º- É dever do Poder Público:

a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador à propriedade na região em que habita ou, quando as circunstancias urbanas ou rurais assim o determinarem, na forma que a lei vier a determinar;

b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe a sua função social, vendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios dessa propriedade, o bem-estar coletivo;

c) fixar, tendo em vista as peculiaridades regionais, a área máxima para crédito subsidiado.

Art. 332. A União promoverá a desapropriação da propriedade territorial rural, segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, resgatáveis, no prazo de vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo como meio de pagamento de tributos federais e do preço de terras públicas.

§1º- A lei disporá sobre o volume anual das emissões de títulos, suas características, taxa dos juros, prazo e condições de resgate.

§2º- A desapropriação de que trata este artigo é de competência exclusiva do Poder Executivo, recairá sobre as propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o disposto nesta Constituição.

§3º- A indenização com títulos somente será feita quando se tratar de [illegible] excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro.

§4º- O Presidente da República poderá delegar à autoridade federal competente a desapropriação de imóveis rurais por interesse social, sendo-lhe exclusiva a declaração de zonas prioritárias de reforma agrária.

§5º- Não incidirão impostos sobre a indenização paga em desapropriações.

Art.333- Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a [illegible] trabalho e tendo nele sua moradia, adquirir-lhe à propriedade [illegible]

Parágrafo único: O Ministério Público terá legitimação [illegible] artigo.

Art. 334. É insuscetível de penhora a propriedade rural, [illegible] pelo trabalhador que a cultive e seja [illegible] e [illegible] nações limitar-se-a à safra.

Art. 335. Lei federal disporá sobre as condições de legitimação [illegible] hectares, de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas.

Art. 336. Lei complementar definirá os casos em que se permitirá [illegible] empresa rural, mediante a indenização em dinheiro.

.....

Art. 338. Não poderá ser apropriado pelo titular do imóvel o valor [illegible] melhoramentos públicos em área urbana ou rural.

Parágrafo único- Lei Complementar definirá os critérios segundo os quais o investimento recuperará a mais valia imobiliária, destinando-a ao final.

Art. 339. A lei estabelecerá planos de colonização e de aproveitamento [illegible] feridos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas [illegible]

Parágrafo único- Não se fará, sob pena de nulidade e de crime de [illegible] ras públicas com área superior a três mil hectares.

TÍTULO II - SEÇÃO V - DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E DOS JUÍZES FEDERAIS

.....

Art. 289. Aos juízes federais compete processar e julgar:

.....

XI- as questões de Direito agrário definidas em lei Complementar

.....

Art. 291. A lei criará Varas Regionais de Justiça Agrária, [illegible] pelo Conselho de Justiça Federal, com remoção de seus titulares, [illegible] concurso público especial ou curso de especialização de juízes federais. [illegible] processos, poderão participar, na forma da lei, representantes dos [illegible]

Parágrafo único- Das decisões dos juízes federais de Justiça Agrária Federais, onde se organizarão Seções ou Turmas especializadas.

Folha de São Paulo, 1º de Setembro de 1.986.
Guia da Constituinte.

TERMO DE ACORDO ENTRE A CNBB E A CPT SOBRE A NATUREZA DA CPT E SEU RELACIONAMENTO COM A CNBB

Durante a sessão privativa de 23/11/89 do Conselho Permanente após vários meses de estudo e reflexão foi assinado um "Termo de acordo entre a CNBB e a CPT sobre a natureza da CPT e seu relacionamento com a CNBB" (Comunicado Mensal – Nº 438 – novembro/89: p. 1732)

A Presidência da CNBB e a Presidência da CPT acordam entre si os itens abaixo transcritos, que deverão ser inseridas no Estatuto Canônico e no Estatuto Civil da CPT:

1º) A CPT, Comissão Pastoral da Terra, é um organismo da Igreja Católica, ligado à CNBB, com Estatuto civil próprio.

2º) A CPT tem, por natureza, um compromisso evangélico de promover a dignidade do homem e da mulher do campo, e visa oferecer um serviço à Igreja, em nível nacional, regional e local para:

a) interligar, assessorar e dinamizar os que atuam pastoralmente em favor dos trabalhadores rurais;
b) promover a formação e acompanhamento de agentes pastorais para atuarem no meio rural;
c) organizar assessorias jurídicas em colaboração com os regionais da CPT e as Igrejas locais;
d) colaborar com organismos afins;
e) apoiar a execução de uma Reforma Agrária justa e eficaz;
f) ajudar os trabalhadores cristãos a se sentirem sempre mais membros da Igreja na sua prática sócio-política, valorizando também suas expressões religiosas e culturais, celebrando, na esperança, os sofrimentos e as vitórias da caminhada.

3º) A vinculação pastoral à CNBB, com a qual mantém profunda comunhão e da qual recebe orientação e apoio, se fará através da linha 6 da CNBB em colaboração com a linha 5, no que se refere à sua prática ecumênica.

4º) A CPT no serviço evangélico aos trabalhadores rurais conta também com o testemunho e a dedicação dos próprios camponeses e agentes de pastoral de Igrejas Cristãs Irmãs.

5º) A CPT, na sua estrutura organizativa, procurará refletir sempre a sua característica de serviço pastoral da Igreja Católica vinculado à CNBB.

§ 1º – Por isso, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo serão exercidos por membros da Igreja Católica;

§ 2º – O cargo de Presidente da CPT caberá a um Bispo da Igreja Católica;

§ 3º – Membros das Igrejas Cristãs Irmãs poderão ser indicados pela Assembléia Geral da CPT para compor o Conselho Diretor até 1/3 do número de seus componentes.

6º) Nas coordenações regionais, respeitadas as várias formas de estrutura organizativa em uso, procure-se manter o mesmo princípio do Art. 5º, § 3º, quanto à participação de membros das Igrejas Cristãs Irmãs.

7º) Nas Assembléias Nacionais da CPT e nas reuniões de seu Conselho, a CNBB se fará presente pelo representante da CEP, com direito a voz e voto. Nas Assembléias Regionais, a CNBB estará presente através do Bispo acompanhante, indicado segundo os costumes locais, com os mesmos direitos.

Os Bispos que participarem da Assembléia Nacional da CPT têm direito a voz e voto, conforme o que se estabelece no Estatuto da CPT.

8º) A CPT se fará presente nas reuniões mensais da Presidência e CEP e nas Assembléias Gerais da CNBB, através de um membro de sua diretoria ou do Secretariado.

A presença do representante do regional da CPT nas Assembléias e outras reuniões oficiais da CNBB se fará de acordo com o regimento de cada regional da CNBB.

9º) A CPT procurará manter diálogo permanente com as Igrejas particulares em todas as áreas de sua atuação, colaborando com elas para o serviço aos lavradores e promovendo o relacionamento e inserção em suas Pastorais de Conjunto (Comissão Representativa 1976).

10º) A criação de CPT diocesana depende da autoridade competente da Igreja particular e do reconhecimento pela Coordenação do Regional ou do Nacional da CPT, com o compromisso de aceitar o estatuto e as diretrizes da entidade.

11º) Onde não houver coordenação regional da CPT poderá esta ser criada, por decisão da Diocese ou de um grupo de dioceses, cabendo ao Coordenador da CPT a aprovação oficial do novo Regional.

12º) Cada Regional terá o acompanhamento de um Bispo, cuja escolha e função serão determinadas pela praxe ou regimento.

13º) A CPT comunicará anualmente à CNBB as modificações havidas em sua organização e direção, o planejamento de seus encontros nacionais e regionais, e o quadro da disponibilidade de recursos para as suas atividades.

Brasília-DF., 26 de outubro de 1989.

† *Augusto Alves da Rocha*
Presidente da CPT

† *Luciano Mendes de Almeida*
Presidente da CNBB

Comunicado Mensal CNBB Jan/Fev-90 ano 39 nº 438 pg. 69-71

Objetivo Geral: FORTALECER ATRAVÉS DO APOIO, FORMAÇÃO E ASSESSORIA A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS DA BAIXADA FLUMINENSE, VISANDO A AUTONOMIA E A CONTRIBUIÇÃO DO MESMO NA LUTA PELA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

SETOR 1 - ACOMPANHAMENTO DAS ÁREAS

OBJETIVOS	COMO	QUANDO	QUEM	ONDE	QUANTO
* Ajudar os assentamentos na discussão dos princípios e critérios de organização interna dos assentamentos. ******* * Despertar os trabalhadores para a importância de sua participação comunitária, redefinindo o caráter da delegação e centralização do poder. ******* * Levar os trabalhadores a buscar maior participação nas atividades à nível municipal, regional e estadual, que seja de interesse dos assentamentos. ******* * Capacitar os assentamentos nas questões administrativas internas, como elaboração da ata, divisão de tarefas, prestação de conta, etc.	Participando de reuniões, encontros, cursos de formação, seminários, acompanhamento das assembléias dos mutirões, reuniões da diretoria, utilizando vídeos.	Quinzenalmente e mensalmente, ou de acordo com a necessidade.	Equipe dos assentamentos.	Nos assentamentos do Município de Nova Iguaçu e Paracambi.	ver orçamento.

SETOR 1 - ACOMPANHAMENTO DAS ÁREAS (Continuação)

OBJETIVOS	COMO	QUANDO	QUEM	ONDE	QUANTO
* Ajudar na discussão de encaminhamento de lutas específicas dos assentamentos, como saúde, educação, transporte, etc. ******* * Incentivar formas de trabalho e organização coletivas. ******* * Fortalecer e descobrir novas lideranças.	Participando de reuniões, encontros, cursos de formação, seminários, acompanhamento das assembléias dos mutirões, reuniões da diretoria, utilizando vídeos.	Quinzenalmente e mensalmente, ou de acordo com a necessidade.	Equipe dos assentamentos.	Nos assentamentos do município de Nova Iguaçu e Paracambi.	Ver orçamento.

CEDIM

SETOR 2 - COMISSÃO DOS ASSENTADOS

OBJETIVOS	COMO	QUANDO	QUEM	ONDE	QUANTO
* Fortalecer a Comissão Estadual dos Assentados. ******* * Fortalecer a executiva da Comissão dos Assentados. ******* * Ajudar a estruturar o Regional Baixada da Comissão dos Assentados. ******* * Ajudar a executiva estadual e o Regional Baixada a garantir que as lideranças sejam representativas nas próprias bases ******* * Estimular a participação na Comissão dos Assentados dos assentamentos que ainda não participam. ******* * Fortalecer a participação dos mesmos ******* * Capacitar as lideranças nas questões a serem desenvolvidas pela Comissão dos Assentados - Produção e Comercialização em particular. ******* * Fortalecer e descobrir novas lideranças.	Participando dos encontros da Comissão dos Assentados e das reuniões da executiva, participando das assembléias do Regional Baixada, oferecendo cursos de formação, visitando áreas que ainda não participam, ajudando a discutir a participação dos lavradores no encontro nacional do MST buscando outras experiências mais avançadas, utilizando vídeo	Semanalmente, mensalmente, quinzenalmente de acordo com a realidade.	Equipe dos assentamentos.	Nova Iguaçu, Paracambi e a nível estadual (executiva)	Ver orçamento.

SETOR 3 - APOIO ÀS ÁREAS EM CONFLITO

OBJETIVOS	COMO	QUANDO	QUEM	ONDE	QUANTO
* Ajudar os lavradores a entender a importância da luta pela terra e pela regularização fundiária das áreas já ocupadas. ******* * Conscientizar os trabalhadores para que entendam que os conflitos só se resolverão em conjunto com o apoio dos outros assentamentos e do sindicato. ******* * Ajudar os trabalhadores nos momentos de conflito a se organizarem de forma coletiva (cozinha comunitária, vigia, segurança, acampamento, etc.). ******* * Levar os trabalhadores a compreender a importância de procurar o apoio das outras entidades (sindicatos, igrejas, movimento popular, etc.) divulgando as lutas e a situação no campo. ******* * Capacitar os trabalhadores a adquirir conhecimentos fundamentais de ordem jurídica que possibilite a negociação na	Presença sistemática nos acampamentos, discutindo formas de resistência, presença nos momentos de despejo, articulando com as outras entidades de apoio e com os outros assentamentos, fornecendo apoio jurídico, divulgando os conflitos na imprensa oficial e alternativa (Boletim), presença nas negociações(INCRA, SEAF)	Sistematicamente e quando precisar, dependendo da necessidade.	Equipe de Assentamentos e assessoria jurídica.	Nova Iguaçu e Paracambi	Ver orçamento

SETOR 3 - APOIO ÀS ÁREAS EM CONFLITO (Continuação)

OBJETIVOS	COMO	QUANDO	QUEM	ONDE	QUANTO
resolução dos conflitos onde estão envolvidos. ******* * Descobrir junto aos trabalhadores formas alternativas de resistência na terra. ******* * Fortalecer e descobrir novas lideranças.	Presença sistemática nos acampamentos, discutindo formas de resistência, presença nos momentos de despejo, articulando com as outras entidades de apoio e com os outros assentamentos, fornecendo apoio jurídico, divulgando os conflitos na imprensa oficial e alternativa (Boletim), presença nas negociações (INCRA SEAF)	Sistematicamente e quando precisar, dependendo da necessidade.	Equipe de Assentamentos e assessoria jurídica	Nova Iguaçu e Paracambi	Ver orçamento

SETOR 4 - GRUPOS DE MULHERES

OBJETIVOS	COMO	QUANDO	QUEM	ONDE	QUANTO
* Ajudar as mulheres a se descobrirem como mulheres e a perceber a sua importância no processo de organização e transformação da sociedade na luta da classe trabalhadora rural. ******* * Fortalecer os grupos já existentes. ******* * Estimular a maior participação das mulheres nos grupos já existentes. ******* * Incentivar o surgimento de grupos de mulheres nas áreas onde não existem. ******* * Ajudar as mulheres a se organizar e encaminhar para o conjunto do assentamento as preocupações básicas educação,etc. ******* * Capacitar as lideranças e criar espaços para que elas repassem os conteúdos apreendidos nas questões políticas, sindicais, sociais, etc. ******* *Descobrir e fortalecer lideranças femininas.	Visitas, encontros cursos de formação presença nos momentos de reivindicações junto aos órgãos governamentais, ajudando a discutir a participação no encontro municipal das mulheres em 1990, ajuda na organização do 2º encontro municipal das mulheres da roça, articulação com outras entidades.	Semanalmente, quinzenalmente, mensalmente, dependendo da conjuntura.	Equipe de mulheres.	Nova Iguaçu e Paracambi.	Ver orçamento

SETOR 5 - TRABALHO SINDICAL

OBJETIVOS	COMO	QUANDO	QUEM	ONDE	QUANTO
* Fortalecer as oposições sindicais nos dois municípios da Regiã * Fortalecer as delegacias sindicais que existem nas áreas. * Contribuir no surgimento de novas delegacias sindicais. * Incentivar a participação de jovens e mulheres no sindicato. * Fortalecer as direções dos sindicatos combativos. * Reforçar o processo da criação do Departamento Rural Estadual da CUT * Capacitar as lideranças na política sindical (negociações, processos, Lei Trabalhista, etc.) * Ajudar os sindicatos no encaminhamento das lutas específicas da categoria (infra estrutura, serviços, regularização fundiária, salários, etc.) * Fortalecer e descobrir novas lideranças sindicais.	Visitas, reuniões, assembléias sindicais, assembléias das oposições, reuniões nas delegacias sindicais, articulação com outras entidades, cursos de formação, ajudando a discutir a participação no Congresso Estadual da CUT, no Congresso de Fundação do Departamento Estadual Rural da CUT, no Congresso de Fundação do Departamento Nacional Rural da CUT. Através de vídeo.	Semanalmente, quinzenalmente, mensalmente.	Equipe Sindical	Paracambi, Nova Iguaçu, a nível estadual.	Ver Orçamento.

SETOR 6 - BOLETIM

OBJETIVOS	COMO	QUANDO	QUEM	ONDE	QUANTO
* Formar os trabalhadores nos assuntos de seu interesse (sindicato, produção e comercialização, etc.) * Manter as áreas informadas sobre o que está acontecendo nas outras áreas, favorecendo o intercâmbio entre assentamento * Manter as áreas informadas sobre os acontecimentos a nível municipal, estadual e nacional em relação aos interesses dos trabalhadores em geral. * Divulgar as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade buscando criar solidariedade e compromisso entre os mesmos. * Ampliar o acesso ao boletim a outras áreas, sindicatos e igrejas, com o interesse de divulgar e sensibilizar a todos que tivermos acesso para a situação dos trabalhadores rurais na Baixada Fluminense.	Publicando o Boletim, pesquizando os acontecimentos no meio rural a nível nacional, estadual e municipal, priorizando a publicação de notícias mais importantes e emergentes, divulgando o Boletim.	Mensalmente.	Equipe de Comunicação.	Nova Iguaçu e Paracambi.	Ver orçamento.

CEDIM

SETOR 7 - FORMAÇÃO DOS AGENTES

OBJETIVOS	COMO	QUANDO	QUEM	ONDE	QUANTO
* Capacitar os agentes nos assuntos do trabalho que está desenvolvolvendo (sindical, mulheres, política agrícola, agraria, questão jurídica, etc.). * Ter condições de repassar para os trabalhadores a formação adquirida. * Se capacitar em preparar instrumentos pedagógicos e metodológicos. * Organizar e desenvolver a formação na região. * Programar e avaliar melhor o trabalho.	Participando de cursos temáticos, seminários, encontros de estudo, leitura de textos, avaliando e programando o trabalho sistemáticamente. Utilizando vídeo.	Bimestral, janeiro e julho	O conjunto dos agentes.	São Paulo, Nordeste, Rio de Janero, etc.	Ver Orçamento

CEDIM

ORÇAMENTO - 1990

1. Assinaturas de revistas/boletins	$ 50,00
2. Carro (manutenção, combustível e seguro)	$ 2.400,00
3. Ajuda de custo	$ 2.400,00
4. Material do boletim: papel, stencil, tinta	$ 150,00
5. Cursos dos agentes com outras entidades	$ 700,00
6. Encontros da equipe	$ 700,00
7. Encontros para lavradores	$ 250,00
8. Conta telefônica	$ 240,00
9. Material para trabalho, sala, didáticos: papel pardo, canetas, lápis, fita adesiva, caneta pilot, fitas para máquina de escrever, fitas cassete para gravador	$ 300,00
10. Compra de livros	$ 100,00
11. Quadro negro	$ 40,00
12. Filme para máquina fotográfica e revelação	$ 300,00
13. Aparelho de vídeo, TV e fitas	$ 1.000,00
14. Salários dos agentes (7 salários + 27% de encargos sociais + 13 mensalidades)	$ 6.441,00
TOTAL	$ 15.071,00

3. AVALIAÇÃO

A avaliação apontada anteriormente por setores de atividades, possui no seu todo aspectos comuns e interligados tanto a nível de avanços como de dificuldades. Entendendo que a realidade não é compartimentalizada, esboçaremos agora alguns comentários calcados em três eixos: o atual quadro do movimento rural; a relação com outras entidades que possuem a proposta de transformação da realidade brasileira - mais especificamente da Baixada Fluminense - e a atuação específica da equipe, ou melhor, atuação efetiva da mesma.

Buscaremos retomar alguns aspectos do quadro inicial do movimento rural.

As ocupações nos diversos assentamentos ocorreram na sua maioria, como conseqüência da inexistência de condições de moradia e subsistência nos centros urbanos, devido ao baixo salário, sub-emprego e a busca de aumento da renda familiar.

A relação afetiva com a terra se perde a partir do momento em que os lavradores são expulsos de suas terras e necessitam aprender outra profissão na cidade, repassando esta nova profissão para os filhos. Posteriormente, estes filhos devido a falta de estrutura urbana, retornam a terra sem nenhuma prática no campo, aentindo assim dificuldades de adaptação à vida rural.

Atualmente, existe entre os lavradores uma discussão no sentido de resgatar a memória, a identificação com a terra como fonte de vida e alimentação para todo conjunto da sociedade e a consciência de que devem se organizar para conseguir do Governo uma política agrária e agrícola que favoreça as propostas de produção e comercialização a todos os pequenos produtores.

A prática produtiva inicial dos lavradores nos assentamentos ocorre de maneira individualista. Entretanto, podemos perceber que já se esboçam algumas formas de produção coletiva, numa tentativa de segurar a difícil situação econômica dos assentamentos.

Na maioria dos assentamentos existe uma certa relação de dependência com o Estado; este de maneira oportunista e cooptadora intervem na organização dos lavradores. A atitude autoritária e centralizadora por parte de algumas lideranças reforça o processo de atrelamento ao Estado.

ÁREAS CONSIDERADAS DE UTILIDADE PÚBLICA — RURAL

decreto nº	data	localidade	município	nº de famílias beneficiadas	área total	imissão na posse	com mandado de segurança	acumulado de famílias	acumulado em hectare (ha)
7351	20.06.84	CAMPO ALEGRE	NOVA IGUAÇU	600	3.500				
7461	09.08.84	FAZENDA ENGENHO NOVO	C. GRANDE - RJ	78	276,3 ha	x			
7955	23.12.84	ESTRADA CACHOEIRA GRANDE	MAGE	110	3.278 ha	x			
3437	21.09.85	FAZENDA BARREIRO	PARACAMBI	60	610 ha	x			
3521	21.10.85	FAZENDA SANTA ROSA	MAGÉ	20	305,47 ha	x			
8936	24.04.86	GUANDU DO SENA	BANGU - RJ	265	452,80 ha				
8951	07.05.86	FAZENDA PORTO VELHO FAZENDINA	CABO FRIO	25	988 ha				
3952	07.05.86	FAZENDA PEDRA LISA	NOVA IGUAÇU	60	392,2 ha	x			
8973	15.05.86	FAZENDA ITAITINDIBA	SÃO GONÇALO	200	749,52	x			
9655	23.02.86	PRAIA DO SONO	PARATÍ		93,00				
9347	13.11.86	BRACUÍ	ANGRA DOS REIS		700				
7577	02:08.61	ENGENHO MATO	NITEROÍ	.18	2516,00 ha	x			
8844	25.11.60	FAZENDA NORMANDIA	NOVA IGUAÇU		120 ha	x			
9744	09.03. 87	FAZENDA SANTA FÉ	CACH. DE MACACU		4250 ha				
9317	29.10.86	PRAIA VERMELHA	ANGRA DOS REIS	14					
7588	61	FAZENDA SÃO LOURENÇO	DUQUE DE CAXIAS		90,00 ha	x			
9319	29.10.86	ESTRADA DO ENGENHO	ITAGUAÍ		5,7 ha				

FOLHA INFORMATIVA CPT - RJ

nº 11 maio 86

J.B - 23.05.86

Mais dois morrem a tiros

Salvador — Depois de colaborar com o governo, há 15 dias, na identificação de áreas para fins de reforma agrária na região do São Francisco, o ex-candidato à prefeito pelo PMDB no município de Barra, Josael de Lima, 51 anos, foi assassinado com um tiro no coração, à queima-roupa, provavelmente por um pistoleiro contratado.

Trabalhadores rurais, políticos de vários partidos, dirigentes sindicais, religiosos e diretores da Fundifran — Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco — participaram ontem à tarde de um ato público na igreja de Barra — a 650 quilômetros de Salvador — em protesto pelo assassinato, exigindo a apuração do crime e denunciando atos de violência contra trabalhadores rurais e seus defensores.

Pastor

Com sete tiros de revólveres disparados à queima roupa, foi assassinado quarta-feira na cidade maranhense de Timon, separada de Teresina, capital do Piauí, pelo rio Parnaíba, o cobrador da Transportadora Dom Vital e pastor da Igreja Batista, João Inácio da Silva Filho, casado, 55 anos.

Três desconhecidos, presumivelmente pistoleiros profissionais, desceram de um Passat cuja placa não foi identificada e fuzilaram o religioso no momento em que ele lia trechos da Bíblia para adeptos de sua igreja. Os assassinos fugiram em direção ao interior do Maranhão.

Testemunhas disseram que João Inácio não esboçou qualquer reação: "Ele apenas levantou a cabeça quando sentiu a aproximação dos pistoleiros e foi logo fuzilado. "Parentes do pastor informam que ele não tinha inimigos. Suspeitam que tenha sido executado por ordem de latifundiários, pois era acusado de incitar famílias pobres de camponeses a invadirem terras no município de Timon.

Comissão Arino: empresa rural pode ser expropriada

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais aprovou ontem, em reunião no Hotel Glória, proposta que pretende revogar dispositivo do Estatuto da Terra, ao decidir a favor da inclusão na Constituição de artigo permitindo a desapropriação de empresas rurais — propriedades que, ao contrário dos latifúndios, são produtivas. A medida visa ao remanejamento de terras necessárias à reforma agrária. O pagamento seria em dinheiro e à vista.

Aprovada por 23 votos a sete, a proposta, redigida pelo Procurador Geral da República, Sepúlveda Pertence, provocou fortes reações de alguns conselheiros, como o empresário Sérgio Quintela, para quem "ela fere profundamente o capitalismo no País". O jurista Miguel Reale disse que sua adoção trará inquietação ao campo e insegurança a todos os proprietários rurais. O Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores, José Franscisco da Silva, disse, entretanto, que a medida já foi adotada em muitos países capitalistas que fizeram a reforma agrária.

Além da reforma agrária, poderá também ser motivo de desapropriação de imóvel, urbano ou rural, a necessidade de assegurar a defesa nacional e a proteção do patrimônio histórico e cultural. O direito de propriedade ficou subordinado à correta utilização social do imóvel, o que inclui, no caso do campo, o cumprimento da legislação trabalhista.

ASSASSINATO

Fazendeiros matam padre que defende posseiros

FOI preciso que nada menos do que 13 pessoas morressem só este ano em conflitos rurais no extremo Norte de Goiás para que o Governo determinasse rigor na apuração dos crimes. Para isso, um grupo formado por um oficial do Conselho de Segurança Nacional (CSN), pelo Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, e por um representante do Serviço Nacional de Informação (SNI) seguiu para o município de Imperatriz, no Maranhão, para acompanhar as investigações sobre o assassinato do Padre Jósimo Moraes Tavares, 33 anos, por pistoleiros da região no último sábado, dia 10 de maio.

Ao mesmo tempo, três ministros foram "mobilizados": 1) o Ministro-Chefe da Casa Militar, Rubem Bayma Denyz, que providenciará investigações sobre a empresa A Solução e sobre a União Democrática Ruralista (UDR), organizadas por proprietários de terras do Pará e de Goiás em defesa de seus interesses que, segundo documento entregue ao Presidente José Sarney pelos bispos dos dois Estados, têm milícias organizadas e pagam pistoleiros para assassinar lavradores e religiosos que defendem os lavradores sem terra. 2) O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, que convocou para hoje, às 16 horas, no Ministério da Justiça, os Governadores do Pará, Jáder Barbalho; Goiás, Onofre Quinan; Maranhão, Luiz Rocha; Mato Grosso, Júlio Campos; Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins; e Bahia, João Durval, para tratarem da adoção de medidas de combate à violência relacionada com questões de terras. 3) E o Ministro da Reforma Agrária, Nélson Ribeiro, que foi ao enterro do Padre Jósimo com a missão de dizer aos lavradores que está ao lado deles.

Caso antigo

No dia 30 de abril, em audiência com os bispos de Goiás e do Pará, o Presidente Sarney recebeu um documento que, entre outras coisas, denunciava o atentado sofrido a 15 de abril pelo Padre Jósimo Moraes Tavares, assassinado no último sábado. No documento, os bispos pediam algum tipo de ação do Palácio do Planalto e do Ministério da Justiça para evitar que novo atentado fosse cometido contra o padre.

E não houve apenas esse aviso. NAS BANCAS, na edição de 1º de maio, publicou declarações de Dom José Gomes, Bispo de Chapecó (Santa Catarina) e presidente Nacional da Comissão Pastoral da Terra, revelando que em abril dois padres sofreram atentados: Jósimo, que vinha sendo ameaçado de morte por pistoleiros e que no dia 15 de abril teve seu carro ultrapassado por um Voyage, quando vários tiros foram desferidos contra o religioso; e o Padre José Almeci Araújo, do município de Lima Campos, atacado por três pistoleiros quando se dirigia para uma comunidade rural para celebrar uma missa. Os pistoleiros queimaram a casa de um colono. O padre conseguiu fugir e se refugiou na casa paroquial. Sua residência permaneceu cercada por seis pistoleiros que só saíram depois que a CNBB pediu garantias de vida ao Governo Federal.

Isso sem falar na frase dita há quase um ano no município de Axixá, Goiás, pelo fazendeiro Lourismar de Oliveira Lobo: "Este pretinho só vai parar quando morrer", referindo-se ao Padre Jósimo, que exerceu três de seus sete anos de sacerdócio na região, trabalhando na organização e no apoio aos lavradores.

Na mesma época, em Araguaia, a 400 quilômetros de São Sebastião do Tocantins, onde Padre Jósimo vivia, o Comandante do 2º Distrito Policial, Sargento Pita, dizia: "Ouvi dizer que o padre é um homem marcado para morrer e parece que vai ser o próximo".

O padre

Voz mansa, sempre calçado com chinelos de borracha e percorrendo todos os povoados com seu jipe Toyota azul, o padre Jósimo nasceu em Marabá no Pará. Foi criado e se ordenou padre em Xambioá, onde na década de 70 se deu à Guerrilha do Araguaia. Em novembro de 1984 chegou a ser preso, junto com a agente pastoral Lourdes Goi, como autor intelectual da morte do fazendeiro José Marcelino de Queiroz e sua mulher.

Jósimo era filho único, não escondia que era membro do PT e, para os lavradores, era considerado o "pastor" que tinha sempre uma palavra de carinho e estímulo em sua luta pela terra. No último dia 27 disse aos lavradores que morreria "por uma causa justa" e pediu que eles compreendessem que as perseguições que vinha sofrendo eram "fruto da luta que assumiu".

Padre Jósimo esteve várias vezes no Gabinete do Ministro Nélson Ribeiro buscando saber do andamento dos 20 processos pendentes relativos a questões de terras no município de São Sebastião, onde era vigário, seguindo de perto "os interesses dos pobres e perseguidos".

E no sábado, véspera do Dia das Mães, o filho único de Olinda Moraes Tavares foi assassinado. O advogado José Carlos Castro, do Secretariado Regional Norte-2 da CNBB, revelou os nomes dos pistoleiros assassinos: Quincas Bonfim e Zeca Bonfim, os conhecidos pistoleiros de Imperatriz. Quincas e Zeca Bonfim têm em seu currículo o assassinato do candidato a Prefeito de Imperatz pelo PT ano passado e lideraram a chacina da Fazenda Princesa, em Marambá, no Pará, em dezembro último, quando nove pessoas foram mortas. A Fazenda Princesa é do goiano Marlon Pide, que está foragido.

O crime causou grande revolta na pequena cidade onde padre Jósimo era vigário. Por isso o vigário foi sepultado na segunda-feira em Tocantinópolis. O próprio Bispo Dom Hilário resolveu que o corpo deveria ser levado à sede da diocese, onde o enterro poderia ocorrer com maior segurança. O Bispo de Imperatriz, Dom Alcimar Magalhães, concordou e providenciou a remoção do corpo para Tocantinópolis.

Do enterro participaram cerca de 3 mil lavradores, 10 bispos, 58 padres, dezenas de freiras e agentes de pastoral e o Ministro da Reforma Agrária. A longa missa, a caminhada até o cemitério e o enterro foram transformados em ato de protesto contra o Governo pela imunidade dos responsáveis pela violência no campo e de reafirmação da Igreja em sua luta em defesa dos oprimidos.

E nem aí faltou um atentado: na madrugada de domingo, o caminhão que levava 50 lavradores de São Sebastião do Tocantins para o enterro foi interceptado por um Corcel cinza de onde desfecharam cinco tiros contra o veículo, sem nenhuma vítima.

A Polícia Federal começou a montar na terça-feira, 13, com a ida do delegado Romeu Tuma a Imperatriz, um esquema de informações que permita acompanhar os conflitos agrários nas regiões Norte de Goiás e Sul do Maranhão e Pará. O diretor-geral da Polícia Federal afirmou que esse esquema vai durar vários dias e que todas as partes que tiverem informações sobre a violência na região serão ouvidas.

Em São Luís, o Secretário de Segurança Pública do Maranhão, Coronel João Ribeiro Silva Júnior, disse que a polícia ainda não possui nenhuma pista concreta que possa levar à prisão dos pistoleiros que assassinaram o padre Jósimo. Mas o advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região do Bico do Papagaio, Padre Dalcero, comunicou que já entregou à Delegacia de Imperatriz os depoimentos de duas testemunhas do assassinato.

Foram necessários 13 mortes, como a do padre Josimo Moraes Tavares (à esquerda), no último dia dez, para que o governo determinasse providências para a elucidação dos crimes de terras em Goiás.

> "Nós, junto com os oprimidos, estamos no limite da paciência diante da impunidade. Um Estado e um Judiciário que não promovem a justiça merecem a mesma maldição dos que matam para promover interesses particulares." Comissão Pastoral da Terra

Ministro Nelson Ribeiro, da Reforma Agrária

Igreja se diz cansada de denunciar

Logo após o assassinato de Padre Jósimo, a diretoria nacional da Comissão Pastoral da Terra divulgou documentos em Goiânia:

"Quase cansados de tanto denunciar assassinatos e violência contra trabalhadores rurais sem terra, cabe-nos hoje, mais uma vez, a tristeza de informar a opinião pública que foi assassinado o padre Jósimo Morais Tavares, 33 anos, em Imperatriz/MA, na sede da CPI local.

"Padre Jósimo era vigário da Paróquia de São Sebastião/OO, numa das mais tensas e violentas regiões do País por causa da luta pela propriedade da terra. Em seu trabalho pastoral, como forma de testemunhar sua fidelidade a Jesus Cristo, fez seus os sofrimentos, as angústias, as lutas e as esperanças do povo mais pobre e oprimido, especialmente os pequenos posseiros que lutam teimosamente pelo direito de viver em um pedaço de terra.

"Por causa desta atitude firme e corajosa de apoio e de defesa dos posseiros, padre Jósimo estava sendo ameaçado de morte há mais tempo. Ainda no dia 15.04.86 foi vítima de atentado, só não morrendo porque as balas assassinas não perfuraram a porta do Toyota.

"No dia de hoje, perto da sede da CPT de Imperatriz, às 12h30min, padre Jósimo, foi atingido por uma bala disparada por um indivíduo que o seguiu num Corcel, e o matou de forma planejada. Socorrido, veio a falecer num hospital da cidade.

"Não há como esconder: estamos indignados, feridos, nós, toda a Igreja e todos os trabalhadores. Não só por ser um padre, mais por ser também um companheiro nosso, um amigo e defensor dos injustiçados. Por ser um homem do povo, apaixonado lutador pela justiça e paz verdadeiras em nosso País. Poucos desejavam como ele que a terra fosse democratizada, não para aumentar o número dos proprietários egoístas, mas para que o povo não mais morresse de fome, para que as crianças pudessem crescer com alegria.

"Nossa indignação aumenta com a generalização da violência dos latifundiários e dos grileiros. Todo esse sangue derramado se voltará contra os criminosos, como uma maldição. Uma terra maldita nunca poderá trazer alegria e vida aos seus detentores, ainda que dela extraiam riquezas.

"Nós, junto com os oprimidos, estamos no limite da paciência diante da impunidade com que são tratados esses criminosos. Um Estado e um Judiciário que não promovem a justiça e não defendem o direito do povo merecem a mesma condenação e a mesma maldição dos que matam para promover seus interesses particulares. Não passa de cinismo político dizer que há igualdade e liberdade num País em que uns poucos privilegiados podem matar impunemente. É também cinismo político negar à imensa maioria da população o direito ao trabalho, à terra, ao pão para os filhos, e quando se organiza para organizar seus direitos é perseguido e assassinado.

"Nesse clima de injustiça, o que significa prometer e fazer propaganda de planos e mais planos de reforma agrária?

"Estamos feridos, como o povo. Com ele sofremos. Mas nosso sofrimento não para na morte. Mesmo sentindo a falta de Jósimo e de tantos outros companheiros, não deixamos de acreditar no futuro. A causa do povo será vitoriosa. Deus, o Pai de Jesus Cristo, garante a realização da esperança do povo. A terra será reconquistada pelo povo, realizando a promessa de Deus.

"Queremos, finalmente, nesta hora de dor convocar toda a gente de boa vontade; unamo-nos para construir uma sociedade nova, "derrubando poderosos e exaltando os humildes da terra" (LC, L, 52).

Marco Maciel tem plano para mudar a reforma agrária

Roberto Benevides
Ricardo Amaral

Brasília — Quando assinar amanhã, de uma só tacada, 18 planos regionais, o presidente José Sarney estará dando a impressão de que a reforma agrária finalmente decolou do papel para a realidade. A impressão é falsa. Mais um papel se coloca no caminho da reforma: é a **Proposta de "Plano Mestre" para a Reforma Agrária**, um documento patrocinado pelo ministro Marco Maciel, escrito em parceria por técnicos do Gabinete Civil da Presidência da República e do Conselho de Segurança Nacional, com tiragem oficial de apenas cinco cópias, que estão circulando num reduzido número de gabinetes da Nova República.

O documento, de 21 páginas, ignora a existência do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e prega a realização de uma "reforma agrária possível", com a revisão do plano nacional e dos planos regionais, a "constituição de colegiado nacional para comandar politicamente o processo" e a "execução de programa de comunicação social". Este plano foi levado por Marco Maciel ao presidente Sarney há pelo menos um mês. Há cerca de 20 dias, num despacho com o presidente, o ministro Nelson Ribeiro tomou conhecimento das propostas e começou a bombardeá-las, talvez inutilmente.

Sarney ainda não se decidiu pelo plano do Gabinete Civil e do Conselho de Segurança Nacional. Se o fizer, a reforma agrária estará mais distante. O **Plano Mestre** dá ênfase à colonização, de preferência em terras públicas, e traz de volta a regularização dos títulos de posse em vez da desapropriação dos latifúndios, o que joga por terra a meta de desapropriar 43 milhões de hectares em quatro anos, como prevê o Plano Nacional de Reforma Agrária.

O primeiro furo

Nelson Ribeiro, que se mantém ministro graças ao apoio ostensivo da Igreja Católica, é apenas a vítima mais visível do plano arquitetado por Marco Maciel. Já afetado pela nomeação para o INCRA do coronel Pedro do Carmo Dantas, um amigo pessoal de Sarney de quem nunca ouvira sequer falar, o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário não admite publicamente seu crescente esvaziamento dentro do governo, mas gastou os últimos dias tentando convencer os grupos favoráveis à reforma agrária de que não devem abandoná-lo.

Mas é crescente também nestes grupos e em setores da Igreja Católica o sentimento de que o apoio ao ministro está servindo ultimamente apenas para frear críticas à morosidade com que o governo federal vem tocando o projeto de reforma agrária.

Comprometida com a política do governo desde que conseguiu a manutenção de Nelson Ribeiro no ministério, a Igreja só voltou a reivindicar uma postura mais agressiva do presidente após o assassinato do padre Josimo Morais Tavares em Imperatriz, no Maranhão. Sarney respondeu no ato, com algumas promessas e a disposição de assinar amanhã os 18 planos regionais de reforma agrária que se mantinham em banho-maria e deveriam ser divulgados parceladamente — como recomenda o documento elaborado pelos técnicos da Casa Civil e do Conselho de Segurança Nacional.

A morte do padre provocou o primeiro furo no **Plano Mestre** de Marco Maciel. Mas os planos regionais que Sarney assinará amanhã já foram devidamente enxugados de algumas áreas prioritárias para desapropriação, como preconiza o documento, e são suficientemente generalizados para garantir demoradas discussões antes da implantação. Se Sarney resolver mesmo seguir as idéias geradas no Gabinete Civil, a estratégia está pronta e é definida no documento: "Começar-se-ia o processo pela execução dos planos que apresentem, após rápida reformulação, melhores condições de êxito, seja por suas próprias características de forma e conteúdo, seja por oferecerem mais amplas possibilidades de superar obstáculos e resistências".

O cuidado com as resistências e a necessidade de negociar exaustivamente são duas das principais preocupações do **Plano Mestre**, cuja redação foi coordenada por Jorge Cavalcanti, subchefe do Gabinete Civil para relações intergovernamentais, e teve a colaboração de dois funcionários da 6ª Seção do Conselho de Segurança Nacional, que trata das questões fundiárias: Cláudio José Ribeiro, que foi diretor de desenvolvimento rural do INCRA na gestão Paulo Yokota e o substituiu interinamente na presidência, e a advogada Maria Jovita Wolney Valente, ex-procuradora do INCRA.

O **Plano Mestre** vê a proposta de reforma agrária numa encruzilhada: "A partir da constatação da necessidade e oportunidade da reforma agrária, a complexidade do tema enseja o surgimento de duas posições antagônicas". E especifica: "De um lado, a alternativa de executar imediatamente os planos regionais que a concretizariam, com base nos documentos já elaborados e sem levar efetivamente em conta as reações e pressões que seus conteúdos já despertaram; de outro, a de reabrir as discussões desses planos, atendendo a interlocutores que talvez só desejem postergar indefinidamente o processo — o que implicaria, analogamente, desconsiderar a possibilidade de aguçamento dos conflitos e insatisfações já existentes".

O documento propõe, estão, "uma terceira alternativa", que "parece a acertada: implementar, agora, a reforma agrária possível, para o que se torna necessário remover e contornar obstáculos, revendo e aperfeiçoando estratégias e instrumentos ao mesmo tempo em que se iniciam as ações que se reconheçam exeqüíveis".

Os autores parecem interessados em adiar novas desapropriações de terras quando sugerem: "Avaliar-se-ia, em cada caso, a conveniência de utilizar em maior ou menor grau as terras públicas já disponíveis e as que forem desapropriadas, com ou sem recurso à colonização.

O estudo pede ainda prioridade para "a dinamização dos projetos de colonização já existentes, a aceleração dos assentamentos e demais atividades necessárias para colocar em produção as áreas objeto de intervenções emergenciais e a intensificação das ações de regularização fundiárias".

Desapropriação, não

Outra indicação clara de que a idéia central é adiar as desapropriações está numa esdrúxula diferença que os redatores do Gabinete Civil e do Conselho de Segurança Nacional fazem entre a reforma agrária "estrito senso" e "lato senso" para chegar à seguinte definição: "Lato senso tratar-se-ia de promover a organização e apoiar o associativismo dos lavradores assentados, prover-lhes condições de acesso aos insumos necessários ao uso da terra — implantar ou expandir a infra-estrutura econômica e social (energia, transporte, armazenagem, comunicações, educação, saúde, saneamento, habitação, segurança, etc.), garantir o acesso a crédito, mecanização, irrigação, fertilizantes, defensivos e tecnologia adequada — realizar pesquisas que ampliem os conhecimentos necessários à melhora dos padrões de uso da terra e defesa do meio-ambiente, tornar esses conhecimentos acessíveis aos beneficiados pela reforma agrária, assegurar-lhes preços mínimos remunerados e condições compensadoras de comercialização da produção".

E para que não restem dúvidas, o texto explica: "A reforma agrária que se tem em vista realizar-se-á dentro dessa conceituação mais abrangente". E ainda propõe "dar partida ao processo colocando, entre os primeiros projetos a serem implementados, alguns que se possam executar sobretudo mediante o aproveitamento de terras públicas".

Leia editorial **Temor Justificado**

Imperatriz é a cidade do medo

Imperatriz,MA — Não se pode dizer que esta cidade do oeste maranhense, na divisa com o Pará, que mais parece um menino que cresceu demais para suas calças curtas, seja exatamente um paraíso amazônico, lugar de convivência com o verde e o sol. Não faltam razões para que seus 230 mil moradores sintam aquela coisa simples chamada medo. Tampouco as autoridades. Ainda mais quando o próprio diretor regional de Segurança Pública, Walber Dourado, reconhece que 90% dos crimes permanecem com o autor desconhecido. Com essa rotina de mortes, o prefeito José Ribamar Fiqueno, do PFL, não tem o menor pudor de admitir: "Eu tenho medo mesmo."

Mas há quem se sinta acima disso. O presidente da União Democrática Ruralista (UDR) de Imperatriz, Julimar Queiroz, por exemplo, não esconde que festejou a morte do padre Josimo Morais Tavares, assassinado no sábado retrasado, ao entrar no escritório da Comissão Pastoral de Terra, da qual era coordenador diocesano, no mesmo dia em que a entidade foi fundada naquela cidade.

Imperatriz (MA) — Foto de José Varela

Julimar, da UDR, festejou a morte do padre Josimo

Para Julimar Queiroz, ex-presidente da Associação Comercial de Imperatriz, fazendeiro que não revela quantos hectares de terra possui no município e arredores, não se perdeu muita coisa: "O padre Josimo não passava de um encrenqueiro, um agitador." Mas ele nega que a entidade tenha sido criada para matar quem quer que seja, mas para reunir recursos para que os fazendeiros possam brigar em casos de desapropriação que eles considerem ilegais.

Força na política

Julimar parece ter um grande prestígio político, está sendo sondado para fazer dobradinha para vice do senador malufista João Castelo na briga pelo governo do Estado. No entanto, descarta que o dinheiro arrecadado pela UDR venha a ser usado em fins eleitoreiros. Em sua primeira reunião, no clube mais requintado do município — o Juçara — a entidade conseguiu arrecadar cerca de Cz$ 350 mil em dinheiro, mais Cz$ 650 mil em cheques, para a caixinha da entidade, que brevemente vai promover um leilão de mais de mil bois.

Com o livreto do Plano Nacional de Reforma Agrária na mão, feliz da vida, pouco se importando com a tensão na cidade, o fazendeiro proclama os seus planos: "Muitos dos nossos vão transformar suas propriedades em empresas; pois só assim o Incra não vai pular em cima". Um otimismo justificado, comparado com o desalento do bispo de Imperatriz, dom Alcimar Caldas Magalhães:

— É muito difícil que isso aqui (**a região conhecida como Bico do Papagaio, que pega áreas do Maranhão, Pará e Goiás**) seja pacificado, se levarmos em conta que os governadores, seus secretários de segurança, seus prefeitos e também os juízes estão comprometidos com os grandes latifundiários.

Impunidade total

As págnias dos dois jornais locais — **O Progesso e o Jornal de Imperatirz** — estão cheias de histórias de violência na região, mas numca aparece o nome de quem manda matar. "Qualquer criança sabe quem são os mandachuvas", diz Bento Scandian, um dos únicos fazendeiros da área sinceramente a favor da reforma agrária. O bispo de Imperatriz, que folheia todos os dias a violência nos jornais, dá um longo suspiro e vaticina:

— Com o passar do tempo esses lavradores perderão a paciência.

Ele acredita que a repercussão do assassinato do padre fará com que as autoridades agilizem as diligências "para encher os olhos da igreja", mas afirma que quer justiça para todos. O bispo, no entanto, volta a dizer que isso é muito difícil, pois todos sabem na cidade que o fazendeiro José Bonfim, 38 anos, acusado de ser mandante de vários assassinatos (os dois únicos processos que correm contra ele estão arquivados), é sócio do próprio delegado Walber Dourado num supermercado (O Eldorado). Para desfazer essa fama de homem mau — "Sou a favor da reforma agrária; antes mesmo do Getat tomar a iniciativa, eu já distribuía meus 70 mil hectares parados entre os lavradores" —, o fazendendeiro, sempre de arma no bolso da calça, pretende ser candidato a deputado estadual pelo PDS. Seu slogan, dirigido aos colegas de causa:

"Vote no Bonfim ou será seu fim".

Imperatriz (MA) — Foto de José Varella

Bonfim, fazendeiro, sócio do delegado e candidato

ESP 6.5.86

Os sete primeiros planos regi

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um total de 43.471 famílias serão assentadas, este ano, numa área prevista de 1.726.213 hectares, de acordo com os sete primeiros Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA), assinados pelo presidente José Sarney na última sexta-feira. A meta é atingir, entre 1986 e 1989, 437.700 famílias nos Estados do Mato Grosso, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Maranhão e Pará.

Os planos do Mato Grosso, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Maranhão e Pará apresentam características diversas, mas são as áreas consideradas de menores conflitos e de execução mais rápida. Entre eles, o Estado do Maranhão terá o maior número de famílias colocadas em 1986 — 12.700 — e também a maior área, 421.821 hectares. O Pará, entretanto, é o que acusa o maior número de conflitos e chegou a propor no seu plano, além da meta do ano, atender um contingente de 8.500 famílias que estão em conflito emergencial. O Paraná, por sua vez, apresenta uma situação alarmante, onde convive uma agricultura altamente tecnificada ao lado de 430 mil famílias rurais que não têm onde plantar e vivem em variados graus de pobreza.

Assinados os planos, o primeiro passo será a formação das comissões agrárias que vão executar a primeira etapa de discussão das áreas a serem desapropriadas, uma vez que não existem mais zonas prioritárias, mas toda a área agrícola do Estado é passível de reforma agrária.

MATO GROSSO DO SUL

Com a população de 1,4 milhão de habitantes espalhados numa extensão territorial de 350.549 quilômetros quadrados, o Estado do Mato Grosso do Sul tem como meta prioritária assentar entre 1986-89, 41.200 famílias. Para este ano, diz o PRRA, o contingente deve atingir 1.600 famílias em 160 mil hectares, das quais 1.200 já estão assentadas em caráter emergencial em áreas desapropriadas e 400 em áreas públicas.

Entre as prioridades definidas no plano regional estão o atendimento preferencial à população de baixa renda e aos pequenos produtores rurais, num trabalho que pretende combater o latifúndio e o minifúndio, incrementar a produtividade, aumentar a oferta de alimentos, reduzir o êxodo rural e promover a paz social no campo. Para atender a esses objetivos e metas, a infra-estrutura básica a ser oferecida aos assentados compreende estradas de acesso, habitações e obras de bem-estar social e comunitárias (incluem crédito rural, assistência técnica, difusão de tecnologia, saúde e educação).

Os recursos estimados pelo PRRA de Mato Grosso do Sul, para 1986, são limitados para o dispêndio com indenização das benfeitorias das áreas desapropriadas, ações de distribuição de terras (seleção de imóveis, vistoria, perícia, demarcação, assentamento e administração), infra-estrutura básica (estradas de acesso, habitação e obras comunitárias), saúde, educação, assistência técnica, extensão rural, armazenagem, crédito rural (investimento e custeio). Excluindo a indenização das terras a serem desapropriadas para assentamento das famílias, existem recursos na ordem de Cz$ 353,4 milhões, para investimento e custeio aos novos produtores, e mais Cz$ 71,9 milhões para outras obras.

ESPÍRITO SANTO

Os beneficiários em potencial da reforma agrária a ser executada no Estado do Espírito Santo, nos próximos quatro anos, são 86.190 pessoas, entre as quais se incluem trabalhadores sem terra classificados como parceiros, arrendatários, parte de assalariados rurais (2/3 do número médio anual de assalariados temporários) e outros trabalhadores não assalariados. O PRRA do Espírito Santo, no entanto, observa que se desse contingente estiverem excluídos assalariados permanentes, posseiros e minifundiários, além de parceiros, devido à distorção da coleta de informações própria de um cadastro declaratório, essas famílias também serão absorvidas.

A área proposta para desapropriação em todo o Estado, desde que seja rural, atingirá 30 mil hectares para atender as metas de 1986, onde serão assentadas 2 mil famílias. Nos quatro anos de abrangência do plano regional, a intenção é atingir 18.700 famílias, assim divididas: 2 mil em 1986; 4 mil em 1987; 6 mil em 1988, e 6.700 em 1989.

Uma característica particular do Espírito Santo é que o seu PRRA levará em conta uma experiência do governo local, iniciada em 1984 pela Secretaria de Agricultura, testada em seis áreas constituídas de nove núcleos de trabalhadores que totalizam 214 famílias. No Estado também serão adotadas medidas adicionais para os assentamentos. Dadas as características locais, particularmente do processo seletivo, que ficará a cargo do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, obedecendo os seguintes critérios, pela ordem: Trabalhadores rurais assalariados temporários, trabalhadores rurais assalariados permanentes, trabalhadores rurais classificados como parceiros. Para a classificação também serão observados critérios tais como: exercício de atividade rural e experiência de trabalho no campo, tempo de residência no município, carência de recursos e tamanho das famílias.

Outra característica do Estado é a quantidade de terras devolutas rurais localizada em toda a sua extensão, quadro que vem facilitar o processo. Neste ano, serão aplicados para o assentamento das duas mil famílias recursos de Cz$ 160,5 milhões, excluída a indenização das terras e mais Cz$ 32,6 milhões para investimento e custeio aos novos produtores.

CEARÁ

O Estado possui uma área total cadastrada pelo Incra de 13,9 milhões de hectares, dos quais 12,4 milhões são considerados aproveitáveis para a agricultura, silvicultura e pecuária. Uma estatística de 1980 mostra também um grande descompasso entre as pessoas envolvidas na agricultura cearense e os proprietários: por esse levantamento, naquele a 1.064.091 pessoas estavam ocupa no setor, mas apenas 183.754 er proprietários ou posseiros. No m mo trabalho verificou-se, ainda, q as áreas com 50 hectares ou me absorviam cerca de 68,33% do p soal ocupado, na agricultura, quanto os maiores de mil hecta respondiam por 19,74% dessa m de-obra.

Com essas características, PRRA do Ceará tem como me atingir, em 1986, 189.270 hectares, sentando 3.571 famílias e, nos prô mos cinco anos, atingir 5.122.710 he tares, colocando na área 64 mil pr dutores. Para atender essa priorid de de 1986, serão investidos Cz$ 35 milhões para o assentamento e C 88,3 milhões para investimento e cu teio.

MATO GROSSO

O Estado do Mato Grosso de -niu como meta assentar, em 198 4.500 famílias e nos quatros anos s guintes, 41.900 famílias. Neste an usará 375 mil hectares para esse fi dando prioridade à reavalização d projetos de colonização adequand os aos objetivos do PRRA. Dessa fo ma, as ações principais se darão n consolidação da infra-estrutura fís ca, social e econômica dos projet Carlinda, Braço Sul, Peixoto Azev do e Teles Pires, além de um diagnó tico técnico do Pea Lucas do Rio Ve de, objetivando à consolidação emancipação e expansão; à revisão nas áreas de saúde e educação, do convênios relativos aos projetos Ca linda e Teles Pires, com vistas à su avaliação e possível ampliação.

O objetivo principal do desenvo vimento do PRRA no Mato Grosso diminuir o vazio demográfico e evi tar o êxodo, promovendo uma ocu pação racional. Isso, diz o decreto d presidente da República, já vem sen do efetuado desde a implantação d projetos agropecuários, com incenti vos fiscais e a construção dos eixos rodoviários, tais como a BR-364, BR 163, e BR-080, as ações de coloniza ção oficial e particular; as atividades de discriminação de terras públicas e regularização fundiária.

Para aprimorar e aumentar os assentamentos, o PRRA/MT, prevê uma verba de Cz$ 361,5 milhões para as 4.500 famílias, em 1986, e mais recursos de Cz$ 73,6 milhões para apoio a custeio e investimento.

PARÁ

Com uma economia caracterizada pelo extrativismo vegetal, o Estado do Pará definiu como meta principal, neste primeiro ano de execução do PRRA, reduzir os principais focos de conflitos pela posse da terra, garantindo aos trabalhadores a oportunidade de acesso. Tanto que, além da meta de assentar oito mil famílias em 86, em 378.192 hectares, propõe a colocação emergencial de outras 8.500 famílias. Cita que foram identificados 122 conflitos envolvendo 21.272 famílias em 29 municípios e que merecerá uma ação urgente, nos quatro anos de execução do PRRA, o Estado que assentar 75.200 famílias.

O programa a ser executado em 1986 prevê a realização de serviços de

s sete primeiros planos regionais

gem, crédito rural (investimento e custeio). Excluindo a indenização das terras a serem desapropriadas para assentamento das famílias, existem recursos na ordem de Cz$ 353,4 milhões, para investimento e custeio aos novos produtores, e mais Cz$ 71,9 milhões para outras obras.

ESPÍRITO SANTO

Os beneficiários em potencial da reforma agrária a ser executada no Estado do Espírito Santo, nos próximos quatro anos são 86.190 pessoas, entre as quais se incluem trabalhadores sem terra classificados como parceiros, arrendatários, parte de assalariados rurais (2/3 do número médio anual de assalariados temporários) e outros trabalhadores não assalariados. O PRRA do Espírito Santo, no entanto, observa que se desse contingente estiverem excluídos assalariados permanentes, posseiros e minifundiários, além de parceiros, devido à distorção da coleta de informações própria de um cadastro declaratório, essas famílias também serão absorvidas.

A área proposta para desapropriação em todo o Estado, desde que seja rural, atingirá 30 mil hectares para atender as metas de 1986, onde serão assentadas 2 mil famílias. Nos quatro anos de abrangência do plano regional, a intenção é atingir 18.700 famílias, assim divididas: 2 mil em 1986; 4 mil em 1987; 6 mil em 1988, e 6.700 em 1989.

Uma característica particular do Espírito Santo é que o seu PRRA levará em conta uma experiência do governo local, iniciada em 1984 pela Secretaria de Agricultura, testada em seis áreas constituídas de nove núcleos de trabalhadores que totalizam 214 famílias. No Estado também serão adotadas medidas adicionais para os assentamentos. Dadas as características locais, particularmente do processo seletivo, que ficará a cargo do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, obedecendo os seguintes critérios, pela ordem: Trabalhadores rurais assalariados temporários, trabalhadores rurais assalariados permanentes, trabalhadores rurais classificados como parceiros. Para a classificação também serão observados critérios tais como: exercício de atividade rural e experiência de trabalho no campo, tempo de residência no município, carência de recursos e tamanho das famílias.

Outra característica do Estado é a quantidade de terras devolutas rurais localizada em toda a sua extensão, quadro que vem facilitar o processo. Neste ano, serão aplicados para o assentamento das duas mil famílias recursos de Cz$ 160,5 milhões, excluída a indenização das terras e mais Cz$ 32,6 milhões para investimento e custeio aos novos produtores.

CEARÁ

O Estado possui uma área total cadastrada pelo Incra de 13,9 milhões de hectares, dos quais 12,4 milhões são considerados aproveitáveis para a agricultura, silvicultura e pecuária. Uma estatística de 1980 mostra também um grande descompasso entre as pessoas envolvidas na agricultura cearense e os proprietários: por esse levantamento, naquele ano, 1.064.091 pessoas estavam ocupadas no setor, mas apenas 183.754 eram proprietários ou posseiros. No mesmo trabalho verificou-se, ainda, que as áreas com 50 hectares ou menos absorviam cerca de 68,33% do pessoal ocupado, na agricultura, enquanto os maiores de mil hectares respondiam por 19,74% dessa mão-de-obra.

Com essas características, o PRRA do Ceará tem como meta atingir, em 1986, 189.270 hectares, assentando 3.571 famílias e, nos próximos cinco anos, atingir 5.122.710 hectares, colocando na área 64 mil produtores. Para atender essa prioridade de 1986, serão investidos Cz$ 354,5 milhões para o assentamento e Cz$ 88,3 milhões para investimento e custeio.

MATO GROSSO

O Estado do Mato Grosso definiu como meta assentar, em 1986, 4.500 famílias e nos quatros anos seguintes 41.900 famílias. Neste ano, usará 375 mil hectares para esse fim, dando prioridade à reavalização dos projetos de colonização adequando-os aos objetivos do PRRA. Dessa forma, as ações principais se darão na consolidação da infra-estrutura física, social e econômica dos projetos Carlinda, Braço Sul, Peixoto Azevedo e Teles Pires, além de um diagnóstico técnico do Pea Lucas do Rio Verde, objetivando à consolidação, emancipação e expansão; à revisão, nas áreas de saúde e educação, dos convênios relativos aos projetos Carlinda e Teles Pires, com vistas à sua avaliação e possível ampliação.

O objetivo principal do desenvolvimento do PRRA no Mato Grosso é diminuir o vazio demográfico e evitar o êxodo, promovendo uma ocupação racional. Isso, diz o decreto do presidente da República, já vem sendo efetuado desde a implantação de projetos agropecuários, com incentivos fiscais e a construção dos eixos rodoviários, tais como a BR-364, BR-163, e BR-080, as ações de colonização oficial e particular; as atividades de discriminação de terras públicas e regularização fundiária.

Para aprimorar e aumentar os assentamentos, o PRRA/MT, prevê uma verba de Cz$ 361,5 milhões para as 4.500 famílias, em 1986, e mais recursos de Cz$ 73,6 milhões para apoio a custeio e investimento.

PARÁ

Com uma economia caracterizada pelo extrativismo vegetal, o Estado do Pará definiu como meta principal, neste primeiro ano de execução do PRRA, reduzir os principais focos de conflitos pela posse da terra, garantindo aos trabalhadores a oportunidade de acesso. Tanto que, além da meta de assentar oito mil famílias em 86, em 378.192 hectares, propõe a colocação emergencial de outras 8.500 famílias. Cita que foram identificados 122 conflitos envolvendo 21.272 famílias em 29 municípios e que merecerá uma ação urgente, nos quatro anos de execução do PRRA, o Estado que assentar 75.200 famílias.

O programa a ser executado em 1986 prevê a realização de serviços de apoio aos projetos de colonização oficial de Altamira, Itaituba, Monte Alegre, Marabá, Guamá, Carajás e Tailândia, além de 20 ações discriminatórias em glebas situadas em nove municípios, totalizando uma superfície de 1,5 milhão de hectares, no exercício de 1986, e de outros 2,6 milhões de hectares, no período 1987/89.

O diagnóstico apresentado pelo Estado do Pará mostra também que, a partir de 1970, houve um incremento no processo de colonização, como a implantação do Programa Nacional de Integração, sendo assentados 20.854 colonos em diversas regiões, especialmente nas rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Para o assentamento das oito mil famílias, em 1986, o governo vai gastar Cz$ 612,3 milhões, e para investimento e custeio outros Cz$ 130,8 milhões.

PARANÁ

A característica deste Estado é não dispor de áreas devolutas ociosas, as atividades deverão centrar-se na medição e na demarcação de imóveis desapropriados em exercícios anteriores, na fiscalização dos serviços topográficos executados por empresas contratadas e na outorga de documentos de titulação. Entre as particularidades do Estado, está a extrema pobreza em que gravitam 430 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra, em torno de uma agricultura altamente tecnificada. São 12 mil famílias de parceiros; 24 mil de arrendatários; 122 mil de assalariados permanentes; 160 mil de assalariados temporários; e 72 mil outros trabalhadores em tal situação.

O PRRA pretende distribuir, este ano, 184.200 hectares para 8.300 famílias. Para tanto, reservou Cz$ 674,7 milhões para o assentamento e Cz$ 135,7 milhões para custeio e investimento.

MARANHÃO

O Estado do Maranhão programou assentar em 1986, 12.700 famílias e nos quatro anos seguintes 118.800 famílias. As metas estabelecidas, visam basicamente, a complementar as ações do Projeto Nordeste e programas especiais já em execução. Os beneficiários potenciais, diz o PRRA, são os trabalhadores sem terra (parceiros, arrendatários, assalariados temporários e agregados) e os posseiros não regularizados.

Para atender a essa demanda, no primeiro ano serão desapropriados 421.821 hectares, onde serão aplicados Cz$ 833,9 milhões para o assentamento e distribuídos Cz$ 207,8 milhões para investimento e custeio dos novos proprietários. OPRRA prevê, também, como principais diretrizes, consolidar e emancipar o Projeto Integrado de Colonização de Barra da Corda, implantar a infra-estrutura necessária nos imóveis já desapropriados pelo Incra e criar condições para o estabelecimento de uma cooperativa de reforma agrária que apóie e estimule a organização e a distribuição de áreas já desapropriadas. Prevê a transferência de famílias de áreas indígenas e reservas florestais.

JORNAL DO BRASIL 18/5/86

Choro e revolta marcam missa de 7º dia pelo padre Josimo

Sheila Dunaevits

Imperatriz (MA) "Eles tiram a gente da terra, mas a gente volta de novo. A gente não quer sangue derramado, mas foram eles que declararam guerra. E ainda dizem que somos terroristas, mas terrorista, mesmo, é a nossa fome. Mataram o padre Josimo porque ele era líder, mas todos nós, do povo, somos líderes, e se morrer mais um, a gente já sabe o nome dos assassinos".

Chorando, a líder sindical Raimunda Gomes da Silva, 45, seis filhos, do Movimento de Trabalhadores Rurais do Município de Itaguatins (GO), fez o discurso mais aplaudido ontem por cerca de 500 pessoas, vindas de todas as partes do país, para assistir a missa campal de sétimo dia do padre Josimo Morais, em São Sebastião de Tocantins (GO). O sacerdote foi assassinado no município de Imperatriz, no Maranhão, e a polícia atribui o crime a um grupo ligado ao latifúndio, com a participação de pistoleiros.

Sangue de Cristo

A missa foi celebrada pelo bispo de Tocantinópolis, dom Aluísio Hilário de Pinho, que, assim como outras autoridades eclesiásticas presentes, comparou o sangue derramado de Josimo ao sacrifício de Cristo em favor de seus filhos mais humildes. O bispo da diocese de Rubiataba/Mozarlândia, dom Carlos, amaldiçoou em seu discurso a lei Fleury, "que protege os poderosos", oferecendo-se para continuar a luta junto ao povo de sua terra no lugar de Josimo. "Quem pensa que a luta acabou, engana-se. Agora é que ela vai começar".

Cerca de 120 entidades ao todo de trabalhadores rurais, eclesiásticas, sindicais e o Partido dos Trabalhadores enviaram representantes. Apenas um representante do governo estadual, o secretário de Justiça e Interior de Goiás, Nelito Brandão, compareceu. O ato realizou-se sobre um palco improvisado, na praça da igreja São Sebastião do Tocantins — onde Josimo atuava. Sua mãe, Olinda Morais, amparada por um integrante da Comissão pastoral da Terra e cercada de religiosos, fez um relato gravado do que foi a vida do padre.

Ele não queria me abandonar, mas precisou deixar a mãe para ir ao encontro do pai — disse Olinda, 56, que chorou muito quando um religioso estendeu aos olhos da multidão, sobre uma cruz, a camiseta branca e azul manchada de sangue que os amigos de Josimo retiraram de seu corpo após o crime. "A única arma que ele usava, de fato, era a sabedoria e a palavra de Deus", disse o padre

Imperatriz (MA) — Foto de José Varela

D Olinda, ao lado da camisa suja de sangue do filho, é amparada por um amigo do padre Josimo

Nílson Vieira da Silva, de Tocantinópolis, onde Josimo foi enterrado.

Pessoas de várias caravanas de ônibus que circundaram a praça central da igreja subiram no palanque para prestar homenagens a Josimo, aclamado como sertanejo e um justiceiro, e pediram, em discursos e faixas, justiça de uma vez por todas. Um dos momentos mais tristes de todo o ato ocorreu quando um trabalhador rural do lugar mostrou para todos um par de sandálias havaianas usadas por Josimo dia e noite. Era seu único par de calçados e ele as usou até quando esteve em Brasília, recentemente, para ir ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Fazendeiros

Integrantes da Comissão Pastoral da Terra estão levantando os nomes dos fazendeiros de Goiás processados por despejos violentos ou ilegais, torturas a posseiros e contratação de milícias armadas para o trato de disputas por terra.

São eles Fausto Rodrigues da Cunha (proprietário da Tocantins Agro-Industrial); Dourival de Sá, Esmeraldo Isono, Joaquim de Lima Quinta (ex-prefeito de Araguaia e provável candidato a vice-governador na chapa do senador Mauro Borges (GO), José Batis Neto, Lourismar Lobo, Lourival Lobo, Belisário Rodrigues Cunha Neto, Olampo Jacó, Geraldo Rosas, João Batista de Castro Neto (ex-juiz de Itaguatins (GO) e atual juiz de Araguaia (GO), e Dermeval Rodrigues da Cunha (de uma família muito tradicional do Triângulo Mineiro).

No próximo dia 30, a Arquediocese de Goiânia celebra missa em homenagem a todos os mártires da terra, instituindo a data para que sejam prestadas, nacionalmente, homenagens a pessoas como o padre Josimo, disse dom Antônio Ribeiro de Oliveira.

Segundo algumas entidades eclesiásticas ligadas ao padre assassinado, Josimo estava sendo perseguido ultimamente pelo conhecido pistoleiro de Marabá Sebastião da Teresona.

Recusa custou muito caro a Valdemar

Imperatriz (MA) — Ele foi intimado a ser pistoleiro de um dos maiores latifundiários de Goiás e dono da construtora Egil (Goiânia), Missari Yano, conhecido na região do Bico do Papagaio como João Japonês. Recusou-se e a negativa custou-lhe muito caro: foi expulso da Fazenda Ouro Verde, em Araguatins (GO), depois de sofrer torturas, ter sua roça queimada e a sua casa destruída. Valdemar da Silva, 31, parece satisfeito: era um dos mais emocionados participantes da missa de sétimo dia pelo padre Josimo Morais.

Em 1982, Valdemar foi chamado para cuidar da Fazenda Ouro Verde, inspecionando o trabalho de 23 posseiros. Ele conta que entendia muito sobre roça, sempre viveu no campo e permaneceu dois anos sob as ordens do gerente geral de João Japonês, um sujeito que descreve como "o capeta em forma de gente".

— Um dia o tal gerente disse que eu tinha jeito para pistoleiro. Propôs que eu entrasse nessa, dizendo que era negócio mais rendoso, de mais confiança. E que, por mais que eu trabalhasse, sempre ficava em dívida com o João Japonês — relata Valdemar.

A partir de sua recusa, e por saber muito sobre os métodos de João Japonês, ele passou a ser vítima do mais estranhos incidentes. Queimaram sua casa, jogaram semente de capim em seu roçado e, depois de sofrer torturas, foi expulso do local com outros posseiros, levando só a roupa do corpo e uma panela.

Ele lembra que a Polícia Militar enviou agentes para ajudar na empulsão dos posseiros e que o funcionário conhecido como Peninha, da Getat de Goiás, também colaborou com a violência.

Quando da primeira expulsão — frisa Valdemar — nós ainda tornamos a voltar (isso em 84), mas depois eles apelaram para a destruição de todas as roças, todas as casas, toda a plantação. Chegaram os pistoleiros profissionais e uma mulher foi morta quase ao dar à luz, num tiroteio entre posseiros e serviçais de João Japonês.

JORNAL DO BRASIL
21/5/86

Polícia goiana prende homem que contratou morte do padre

Brasília — A polícia de Goiás prendeu, na cidade de Augustinópolis, Geraldo Paulo Vieira, um dos envolvidos na morte do padre Josimo Morais Tavares, assassinado em Imperatriz, no Maranhão. Geraldo é acusado de, junto com Osmar Teodoro da Silva, ter contratado o pistoleiro que alvejou no padre Josimo.

O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, que deu a informação, acredita ser questão de horas a prisão do segundo implicado. Satisfeito com a notícia da prisão, que lhe foi transmitida pela Polícia Federal, Brossard afirmou que "o governo está fazendo o máximo que pode para elucidar os crimes e prender os culpados".

Desarme geral

O Governo federal vai realizar um desarme geral nas regiões onde estão ocorrendo conflitos de terra, disse o ministro, afirmando que tanto fazendeiros como posseiros estão estocando armas, aumentando a expectativa de um surto de violência descontrolada. Para desarmar fazendeiros e posseiros, o governo vai utilizar as polícias militares estaduais e a Polícia Federal. Um assessor de Brossard disse que o governo poderá até mesmo convocar as Forças Armadas para esta operação.

Brossard confirmou que o governo poderá nomear oficiais do Exército para comandar as polícias militares estaduais, caso os conflitos de terra continuem se caracterizando pela violência. "Antes de adotar esta medida" — disse o ministro — "vamos esperar primeiro que as polícias militares atuem com rigor no combate à violência".

Só em Mato Grosso entretanto, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, cerca de 1 mil 600 soldados da Polícia Militar abandonaram a farda nos últimos oito meses para oferecer seus serviços como pistoleiros. O comandante geral da PM, coronel João Evangelista, confirmou o fato dizendo que, desde o anúncio da reforma agrária pelo governo, "trabalhar para latifundiários passou a ser vantajoso: "Até oficiais de Justiça estão se propondo a isso também" — afirmou o coronel.

Ao comentar a morte do lavrador Antonio Fonteneles, assassinado por jagunços na madrugada de sábado, no Maranhão, Brossard disse que tem mantido contatos com os secretários de Segurança desse estado e de Goiás e que os resultados dessas conversas "vão andando". Insistiu que tem se dirigido constantemente às autoridades estaduais, "para que se impeça a violência".

Sem proteção

A CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — não vai pedir às autoridades competentes proteção especial para o vice-presidente da entidade, com Benedito de Ulhoa Vieira, que recebeu ameaças de um grupo de homens que boteram à porta de sua casa, em Uberaba (MG), gritando impropérios contra ele, a Igreja e os defensores da reforma agrária.

A informação é do secretário geral da CNBB, dom Luciano Mendes, explicando que a Igreja está preocupada com a situação de violência como um todo, e não apenas com um ou outro fato isolado. "Não temos meios políticos, nem policiais, de combater a prática da violência contra posseiros e religiosos, mas nos cumpre lembrar, mis uma vez, que já não é possível sustentar a injustiça agrária e que esperamos que os homens públicos e os que se colocam contra a reforma agrária tenham esta consciência", observa dom Luciano.

O secretariado nacional da Comissão Pastoral da Terra, através de alguns de seus integrantes, manifestou suas "impaciência e protesto" diante da lentidão com que o governo tem tratado os casos de violência no campo, ressaltando que não se trata, apenas, de prender um ou outro pistoleiro ou elucidar este ou aquele caso. "É preciso, antes de tudo, desarmar sumariamente as organizações paramilitares que estão se estabelecendo no campo, e realizar logo a reforma agrária de que os lavradores necessitam", ressalta a CPT nacional, ponderando que sua linha de ação não precisa ater-se, necessariamente, às decisões da CNBB.

Para o 1º secretário da Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Jonas Pereira de Sousa, "cada vez torna-se mais evidente que o governo Sarney não tem coragem para peitar a ação dos latifundiários", mas que ainda assim a Contag vai se reunir com o ministro Paulo Brossard, da Justiça, nesta sexta-feira, levando um quadro sobre a violência agrária no país. Hoje, a Federação dos Trabalhadores de Goiás (área de grandes conflitos de terra) reúne-se também com Brossard com a mesma finalidade.

De acordo com o secretário da Contag, "o próprio ministro Fernando Lyra, quando na Pasta da Justiça, nos contou a infinidade de ameaças que recebia por carta ou telefone de latifundiários pressionando contra a reforma agrária, e isso nos faz crer na necessidade de intervenção rígida da Polícia Federal nos conflitos, pois as polícias estaduais já não merecem nossa confiança".

Fazendeiros querem encontro com a CNBB

Brasília — O presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Britto, pediu ao ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, um encontro com o presidente da CNBB — Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, dom Ivo Lorscheiter, para discutir o que ele chama de **guerra no campo**. "Quero um encontro de alto nível com a cúpula da Igreja, porque estamos metidos em uma verdadeira guerra", explicou Brito à saída da reunião de meia hora, extra-agenda, que teve com Ribeiro às 16h na sede do Ministério.

O presidente da CNA manifestou ao ministro seu desejo de discutir com dom Ivo, a quem Ribeiro é ligado, os conflitos que têm resultado no assassinato de padres, posseiros e também de fazendeiros. "Com um **padreco pé-de-chinelo** eu não vou falar, mas com o presidente da CNBB nós podemos discutir em alto nível, como podemos discutir também com o presidente da Contag", disse Brito. Segundo ele, o ministro se prontificou a marcar para breve o encontro.

Brito pediu também ao ministro que apresse a nomeação das comissões agrárias de cada estado, para que elas sirvam como mediadoras dos conflitos de terra regionais. Esta seria, segundo ele, uma forma de minimizar a repercussão de incidentes como o assassinato do padre Josimo Morais Tavares, no Bico do Papagaio. "Estas comissões poderiam resolver os pequenos casos, seriam o forum apropriado para os conflitos. O importante é encerrarmos esta guerra, porque os nossos também estão morrendo. Recentemente, três fazendeiros foram assassinados no Pará e ninguém fez nada para punir os responsáveis. Só se fala dos padres que morrem", desabafou.

Incra quer comprar de latifundiário

Ricardo Amaral

Brasília — O presidente do Incra, Pedro Dantas, vai pedir a liberação de pelo menos mais Cz$ 6 bilhões para negociar a compra de terras de latifundiários, conforme recomenda o Plano Mestre para a Reforma Agrária elaborado pelo ministro Marco Maciel. A verba inicialmente prevista para a desapropriação, este ano, de 4 milhões de hectares de terras, é de Cz$ 2 bilhões. Dantas, no entanto, prefere negociar com os latifundiários preços acima do estipulado pelo próprio Incra.

"Nós achamos melhor negociar com o proprietário um preço mais justo pela terra do que pagar simplesmente o fixado pelos métodos de avaliação do Incra e nos arrastarmos em pendências judiciais com os donos das terras, que certamente contestarão nossas avaliações", justificou o chefe de gabinete do presidente do Incra, Francisco Rocha. O procedimento normal para a desapropriação de terras é a fixação do seu VTN (valor da terra nua, sem as benfeitorias) que é pago em TDA (Título da Dívida Agrária) equivalente às OTN e resgatáveis em até 20 anos.

O proprietário pode contestar judicialmente o valor estipulado pelo Incra, e o valor arbitrado pela Justiça, segundo Rocha, normalmente fica "entre o que Incra diz que a terra vale o que o proprietário acha que ela vale". "Negociar o preço da terra desapropriada, além de evitar que paguemos um preço vil ao proprietário, é uma forma de atalhar o caminho entre o decreto de desapropriação e a entrega da terra ao trabalhador rural", explicou Rocha.

O primeiro a ter conhecimento do pedido de verbas para a negociação de terras foi o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flavio Brito, que também considera "mais justa" a proposta do ministro Marco Maciel do que a simples desapropriação como previa o projeto inicial do Incra e do Ministério. No Ministério e entre os diretores remanescentes do Incra (que não foram indicados por Pedro Dantas, mas por várias correntes de esquerda), a negociação encontra no entanto, repulsa generalizada. "Isso não é reforma agrária, é negociata agrária", comenta um assessor do ministro.

Mas Dantas, que tomou posse no Incra há 15 dias por indicação de Maciel, já anunciou que pretende escolher seus próprios diretores. "Se você pegasse o lugar do Telé não convocaria outra seleção?", pergunta Rocha. Ele também quer controlar as comissões agrárias nos estados, através de uma brecha aberta pelo decreto que redefiniu as atribuições do ministério e do Incra, deixando para este a indicação de três dos nove membros de cada comissão (os outros seis são indicados equanimemente pelos trabalhadores rurais e pelas federações da agricultura).

Controladas as comissões agrárias, Dantas poderá aproveitar-se de outra brecha aberta pelo presidente Sarney para a aplicação do Plano Mestre — a definição das áreas prioritárias para a execução da reforma. Os planos regionais apresentados pelo Ministério indicavam municípios e fazendas a serem desapropriados prioritariamente. O Plano Mestre recomendava o corte de algumas áreas onde seria maior a resistência dos latifundiários. Sarney, alegando que a prefixação das áreas poderia gerar uma corrida dos sem-terra para elas, declarou como prioritárias as áreas rurais de todos os estados, o que equivale a não decretar prioridade alguma, e transferiu esta atribuição às comissões estaduais.

Substituições contrariam Ribeiro

Teodomiro Braga

Brasília — O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, entrou em rota de colisão com o presidente do INCRA, Coronel Pedro Dantas, que poderá terminar com a saída do ministro do governo se ele perder mais esta batalha. O motivo da divergência é a decisão do presidente do INCRA de nomear figuras notórias da Velha República para as diretorias da autarquia que serão encarregadas de comandar a execução da reforma agrária.

O engenheiro agrônomo Renato Simplício, que ocupou a presidência da Embrater durante o governo Geisel, foi escolhido por Pedro Dantas para ocupar a estratégica Diretoria de Recursos Fundiários, enquanto um antigo funcionário, Cristiano Machado, é o seu preferido para a Diretoria de Assentamentos. Os dois são ligados ao ex-ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, que é um dos principais oponentes dos planos de reforma agrária da Nova República.

O atual diretor de Administração, Jafete Abraão, deverá ser substituído pelo chefe de gabinete do presidente do INCRA, Francisco Rocha, que foi um dos procuradores da República durante o governo Figueiredo.

Vida ou morte

Incluindo também o remanejamento de alguns dos atuais diretores, a mudança na direção do Incra pretendida pelo seu novo presidente implicará o afastamento de diretorias-chave do Instituto de figuras comprometidas com as idéias de reforma agrária defendidas pelo ministro Nelson Ribeiro e sua substituição por pessoas desligadas da luta pela redistribuição de terras no país. As alterações atingirão até o atual diretor Fundiário, Moacir Palmeira, que foi nomeado para o cargo por indicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Dantas quer deslocá-lo para uma diretoria menos importante, a de Tributação e Arrecadação.

O presidente do Incra revelou seus planos ao ministro Nelson Ribeiro, na segunda-feira, recebendo como resposta um vago "vou discutir o assunto". Temem os assessores do ministro que as nomeações acabem sendo feitas à sua revelia, como vem acontecendo em relação a questões importantes relacionadas com a sua Pasta, como a própria indicação de Pedro Dantas para a presidência da autarquia.

Além de levar o assunto à discussão entre os seus principais auxiliares, Nelson Ribeiro começou a juntar forças para esse que poderá ser o seu último embate no governo, promovendo articulações junto à direção do PMDB, da Igreja Católica e das entidades mais representativas dos trabalhadores rurais. Segundo os assessores do ministro, ele se empenhará numa "luta de vida ou morte" nos próximos dias para reverter o quadro atual, pois acha que a sua permanência no governo ficará insustentável se a diretoria do Incra for alterada à sua revelia.

Apesar de sua disposição, o ministro começou a perder essa batalha ontem mesmo, quando o coronel Pedro Dantas comunicou ao procurador-geral do Incra, Juvenal Boller de Souza Filho, sua decisão de removê-lo do cargo. Considerado um dos maiores conhecedores em Direito Agrário no país, Juvenal Boller é ligado ao PMDB paulista e vinha se batendo pelo apressamento dos processos de redistribuição de terras. Ele deverá ser substituído pelo advogado Jurandir Silva, que foi procurador-adjunto do Incra durante a gestão de Paulo Yokota na presidência do Incra no governo passado.

Superintendente acusa TFP e UDR

São Paulo — As reações contra o plano de reforma agrária vêm "dos setores tipo TFP (Tradição, Família e Propriedade), da UDR (União Democrática Ruralista) e Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo). A UDR e a TFP tentam fazer com que o fascismo e o terrorismo imperem", acusou ontem o superintendente regional do Incra, José Ely Veiga. "Os empresários que realmente produzem estão dispostos a cumprir a lei", ressaltou ele.

Veiga esteve ontem no Palácio dos Bandeirantes, onde cerca de 300 trabalhadores rurais realizaram uma manifestação para que o governador Montoro dê início à reforma agrária o mais cedo possível. Uma comissão de trabalhadores sem terra foi recebida por Montoro. Para o governador, a execução da reforma agrária em São Paulo será pacífica, uma vez que o governo estadual vem realizando o assentamento "de milhares de famílias de camponeses nas terras públicas, com resultados satisfatórios".

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, considerou ontem o plano regional da reforma agrária de São Paulo "muito mal feito". Ele espera que, com a regulamentação da comissão agrária (composta por representantes dos proprietários, dos trabalhadores, do Incra e do estado), que debaterá e definirá as ações, serão corrigidos e evitados os erros existentes no plano.

Segundo o superintendente regional do Incra, em São Paulo o Instituto já havia definido como áreas prioritárias para a reforma agrária as regiões Oeste e Sudeste do estado, mas o decreto do presidente Sarney prevê que toda a zona rural do estado é considerada prioritária para a reforma agrária.

A direção do PMDB paulista, reunida ontem na sede partidária, no bairro do Paraíso, aprovou moção de aplauso à reforma agrária assinada pelo presidente José Sarney e garantiu que o partido "vai dar todo apoio" à execução do plano.

SÍNTESE DA PROPOSTA

DO "PLANO MESTRE " PARA A REFORMA AGRÁRIA

A partir da constatação da necessidade e oportunidade da reforma agrária, a complexidade do assunto faz surgir duas posições antagônicas : de um lado a alternativa de executar imediatamente os planos regionais que a concretizariam, com base nos documentos já elaborados e sem levar em conta as reações e pressões que seus conteúdos já despertaram; de outro a de reabrir as discussões desses planos, atendendo a interlocutores que talvez só desejem prolongar indefinidamente o processo - o que significaria, igualmente, desconsiderar a possibilidade de aguçamentos dos conflitos e insatisfações já existentes.

Uma terceira alternativa parece a acertada: implementar, agora, a reforma agrária possível para o que torna-se necessário remover e contornar obstáculos, e aperfeiçoando estratégias e instrumentos ao mesmo tempo em que se iniciam as ações que pareçam possíveis de execução.

Com esse objetivo propõe-se dar início à execução dos planos regionais, fazendo-o de forma escalonada mediante cronograma que garanta o lançamento de todos eles em curto prazo. Seria imprescindível revê-los, verificando o cumprimento da legislação vigente, as implicações políticas, econômicas, sociais, jurídico-legais etc. da definição das áreas prioritárias,a coerência intrínsica e a observância das políticas de desenvolvimento rural e social, as repercussões esperadas (políticas, sociais, econômicas) e os aspectos de redação dos textos.

Seria iniciado o processo pela execução dos planos que apresentem, após rápida reformulação, melhores condições de êxito, seja por suas próprias características de forma e conteúdo, seja por oferecerem mais amplas possibilidades de superar obstáculos e resistências. Seria avaliado, em cada caso, a conveniência de utilizar em maior ou menor grau as terras públicas já disponíveis e as que forem desapropriadas, com ou sem recurso à colonização.

Ao mesmo tempo seriam resolvidas questões referentes à infra - estrutura indispensável à execução dessa programação: recursos humanos, financeiros (para operar os planos e fazer face às desapropriações), suportes jurídico-legal, institucional e político.

Medidas complementares e paralelas poderiam ser juntadas a essas, destacando-se a dinamização dos projetos já existentes, a aceleração dos assentamentos e demais atividades necessárias para colocar em produção as áreas objeto de intervenções emergenciais e a intensificação das ações de regularização fundiária.

A revisão dos planos regionais poderia ser realizada pelo INCRA em cada unidade da Federação, o que possibilitaria iniciar negociações com todas as partes interessadas no processo, desfazendo divergências e melhorando as possibilidades de êxito. Comportamentos semelhantes permitiriam, ao mesmo

tempo, criar as comissões agrárias, cuja constituição, funções e estrutura deveriam ser reestudadas.

A nível federal, além do acompanhamento dessas medidads, tratar-se-ia de dar início a atividades no campo da comunicação social e realizer-se-iam movimentos de apoio que motivassem a sociedade para o assunto. Sugere-se que se constitua equipe de alto nível, do qual participariam o governo, entidades representativas de trabalhadores e proprietários rurais e de outros segmentos sociais.

Em apoio ao esforço de comunicação e informação, dar-se-ia grande importância de medidas que além de integrarem o processo apresentem grande potencial de mobilização, tais como a consolidação dos programas de colonização, a atuação nas áreas de emergência, a entrega de títulos das teras regularizadas, a programação de treinamento de recursos humanos, o equacionamento dos recursos financeiros. Além de seus objetivos próprios, tais atividades servirão também à finalidade de demonstrar definitivamente a intenção de realizar, já a reforma agrária.

Caso seja aprovada a esta estratégia geral proposta, a versão definitiva do "plano mestre" conterá anexos que detalharão as medidas concretas a serem adotadas, tais como:

a) revisão dos planos regionais e definição de cronograma para sua implantação;

b) elaboração e execução de programa de recursos humanos;

c) equacionamento da destinação e fluxo de recursos financeiros;

d) resolução das questões jurídico- legais e institucionais;

e) obtenção de suporte político;

f) implementação de medidas complementares (consolidação dos projetos de colonização, atuação em áreas emergenciais, regularização fundiária);

g) constituição de colegiado nacional para comandar politicamente o processo;

h) execução de programa de comunicação social.

Reforma agrária tem áreas prioritárias definidas

BRASÍLIA — Latifúndios ociosos e trabalhadores sem-terra, existência de conflitos e de acampamentos de agricultores, a aptidão agrícola das terras, o acesso a centros consumidores e a fontes de água foram os principais critérios utilizados na definição das áreas prioritárias que constam dos Planos Regionais de Reforma Aggrária (PRRAs) que estão em poder do Presidente José Sarney e deverão ser aprovados nos próximos dias.

Nessas áreas, que somam 43 milhões de hectares, o Governo pretende assentar 1,4 milhão de famílias de agricultores nos próximos quatro anos. Mas os PRRAs definem também as áreas onde serão escolhidos os imóveis para os projetos de assentamento previstos ainda para 1986, que beneficiarão 150 mil famílias. Essas chamadas áreas de ação totalizam quase 5 milhões de hectares e são constituídas, na maioria, de terras particulares.

Os PRRAs foram entregues ao Presidente José Sarney no dia 10 de janeiro e serão aprovados como parte das medidas sociais que o Governo pretende anunciar nos dias 12 ou 13 próximos. O Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, acredita que não haverá mudanças — ao contrário do que aconteceu com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) — nos documentos elaborados pelas Diretorias Regionais do Incra com a participação dos Governos Estaduais e das entidades de trabalhadores e proprietários rurais.

No entanto, o Palácio do Planalto, como o próprio Incra, tem sofrido pressões para que algumas áreas de ação sejam retiradas dos PRRAs. Isso acontece, por exemplo, em relação aos Estados de Pernambuco e Alagoas, onde as Zonas da Mata foram incluídas como prioritárias, e também no Estado de Goiás, com relação à região do Alto Médio Tocantins-Araguaia, onde há organização maior da União Democrática Ruralista (UDR) formada por latifundiários. No Rio Grande do Sul, além das pressões dos produtores, estava havendo dificuldade de localização de terras disponíveis. A partir de um levantamento por satélite, foi feito um estudo complementar ao PRRA, sugerindo a inclusão de mais algumas áreas de ação.

Os PRRAs adotam quase que uma mesma linguagem, mas alguns Estados ressaltaram situações específicas. No território de Roraima, por exemplo, os assentamentos de 1986 serão implantados exclusivamente em terras públicas. Já no Acre, há um alto percentual de latifúndios e a preocupação é, a partir da reforma agrária, buscar uma transição paulatina do sistema extrativista de borracha e castanha para a agricultura e a produção de hortifrutigranjeiros para o abastecimento do mercado interno.

Em Rondônia, que registra a mais elevada taxa anual de crescimento demográfico do país, a preocupação está em atender aos milhares de migrantes agricultores que se dirigiram para o Estado. E no Amazonas, prevê-se que a colonização, face às próprias características da região, tende a constituir em importante atividade. Nos Estados do Nordeste, ressalta-se a necessidade dos recursos hídricos e, nos do Sul, a existência dos acampamentos de agricultores sem-terra que aumenta os movimentos reivindicatórios.

Os PRRAs fazem uma estimativa de custos apenas para 1986: Cz$ 27,3 bilhões. A maior parte destes custos (Cz$ 14,7 bilhões) se destina ao pagamento das terras a serem desapropriadas e, para isso, não será utilizada moeda corrente nos Títulos da Dívida Agrária (TDA). O restante será utilizado no pagamento de benfeitorias das terras desapropriadas, na ação de redistribuição de terras e na infra-estrutura básica e serviços de apoio como os de saúde, educação, assistência técnica e armazenagem e crédito rural (investimento e custeio).

Se o Presidente Sarney concordar com as propostas apresentadas nos PRRAs, a reforma agrária em seu Governo será implantada nas seguintes áreas prioritárias no período de 1986 a 1989, em áreas de ação, onde, em cada Estado, serão desapropriados os imóveis ainda neste ano.

MARCIA GRANDÃO

RORAIMA

Áreas regionais prioritárias: municípios de São João do Baliza, São Luiz Mucajaí, Alto Alegre, Bomfim e Boa Vista. Áreas de ação, onde serão assentadas 300 famílias: municípios de São João do Baliza, São Luiz, Alto Alegre e Boa vista.

PARÁ

Áreas regionais prioritárias: municípios de Moju, Paragominas, São Felix do Xingu, Itaituba, São Domingos do Capim, Maraba, Alenquer, Altamira, Bujaru, Viseu, Acara, Tome-Açu, Porto, Conceição do Araguaia, Itupiranga, Santarem, Prainha, São João do Araguaia, Jucunda, Tucurui, Santana do Araguaia, Capitão Poco, Ourem, Juruti, Rondom do Para, Xinguara, Redenção, Rio Maria e Irituia; Áreas de ação para assentamento para 8 mil famílias, com previsão de desapropriação de 378.292 hectares: municípios de Juruti, Santarem, Alenquer, Conceição do Araguaia, Redenção, Maraba, Xinguara, São João do Araguaia, São Domingo do Capim, Acara, Irituia, Capitão Poco, Paragominas, Altamira e São Felix do Xingo.

MARANHÃO

Áreas regionais prioritárias: 79 municípios distribuídos nas micro-regiões homogêneas de Pindaré, Mearim, Itapecuru, Gurupi, São Luis, Alto Mearim Grajaú, Imperatriz, Baixada Ocidental Maranhense, Alto Munim, Médio Mearim e Alto Itapecuru. Áreas de ação para assentar 12.700 famílias, com área desapropriável de 341.451 hectares: municípios de Bom Jardim, Lago da Pedra, Monção, Santa Luiza, Vitorino Freire, São Mateus do Maranhão, Santo Antônio dos Lopes, Poção de Pedras, Pio XII, Pedreiras, Lago Verde, Lago do Junco, Joselândia, São Luis Gonzaga do Maranhão, Bacabal, Lima Campos, Esperantinópolis, Parnarama, Coroata, Codo, Itapecuru, Itapecuru Mirim, Caxias, Turiaçu, Godofredo Viana, Coruripapre, Cândido Mendes, Paço do Lumiar, Rosário, São Luis, Barra do Corda, Grajaú, Sitio Novo, Porto Franco, Montes Altos, Imperatriz, Açailândia, Amarantes do Maranhão, Urbano Santos, Tuntum e Vitória do Mearim.

PIAUI

Áreas regionais prioritárias: 56 municípios nas micro-regiões do Baixo Parnaíba, Teresina, agrícolas Médio Parnaíba, Baixões Piauienses e Chapadas do Extremo Sul Piauiense. Áreas de ação para assentar 10.700 famílias, com desapropriação de 542.800 hectares: municípios de Esperantina, Luzilândia, Matias Olimpio, Porto, Nossa Senhora dos Remédios, Teresina, União, Altos, Monsenhor Gil, Demerval Lobão, José de Freitas, Miguel Alves, Regeneração, Amarante, Água Branca, Barro Duro, São Pedro do Piauí, Palmeirais, Barras, Parnaíba, Pedro II, Pulpiri, Elesbão Veloso, Pio IX, Pimenteiras, Avelino Lopes, Redenção do Gurguéia e Bom Jesus.

CEARÁ

Áreas regionais prioritárias: 89 municípios nas micro-regiões de litoral do Camocim e Acaraú, Baixo Médio Acaraú Uruburetama, Fortaleza, Baixo Jaguaribe, Ibiapaba, Sertões da Canindé, Serra de Baturité, Ibiapaba Meridional, Sertões de Crateús, Sertões de Quixeramobim, Médio Jaguaribe, Sertões do Inhamuns, Iguatu, Sertões de Salgado, Sertões do Cariri, Cariri e Sobral. Áreas de ação para assentamento de 5.400 famílias, com desapropriação prevista de 197 mil hectares: municípios de Camocim, Acaraú, Granja, Santana do Acaraú, Ipaipoca, Trairi, Uruburetama, Quixeré, Tianguá, Ubalara, Viçosa do Ceará, Caninde, Caridade, Redenção, Nova Russas, Crateús, Quixadá, Quixeramobim Jaguaretama, Parambu, Iguatu-Quixelo, Porteiras e Jardim.

RIO GRANDE DO NORTE

Áreas regionais prioritárias: 60 municípios nas micro-regiões de Salineira NorteRiograndense, Litoral de São Bento do Norte, Açu e Apodi, Sertão dos Angicos, Serra Verde, Natal, Serrana Norte-Riograndense, Seridó, Borborema Potiguar, Agreste Potiguar. Áreas de ação para 7.600 famílias, com desapropriação prevista de 80 mil hectares: municípios da Mossoró, Carnaubais, Governador Dix-Sept Rosado, Upanema, Apodi, Açu, Ipanguaçu, Felipe Guerra, São Bento do Norte, Pedra Grande, Touros, Maxaranguape, Caicó, Florânia, Jucurutu e Cerro Corá.

AMAZONAS

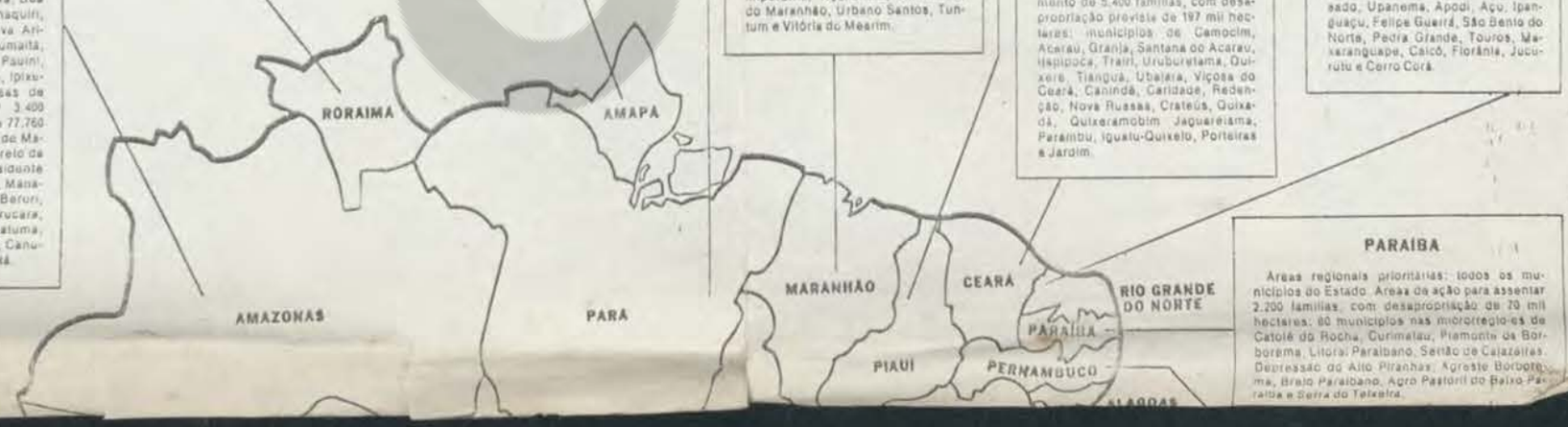
Áreas regionais prioritárias: municípios de Autazes, Barreirinha, Carreiro, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaus, Maués, Nhamunda, Nova Olinda do Norte, Beruri, Caapiranga, Parintins, Silves, Urucara, Urucurituba, Presidente Figueiredo, São Sebastião do Uatuma, Rio Preto da Eva, Boa Vista do Ramos, Manaquiri, Iranduba, Borba, Nova Aripuana, Manicore, Humaitá, Canutama, Labrea, Pauini, Boca do Acre, Envira, Ipixuna e Eurunepe. Áreas de ação para assentar 3.400 famílias, num total de 77.760 hectares: municípios de Manaus, Iranduba, Rio Preto da Eva, Itapiranga, Presidente Figueiredo, Parintins, Manacapuru, Caapiranga, Beruri, Carreiro, Manquiri, Urucara, São Sebastião do Uatuma, Boca do Acre, Pauini, Canutamá, Labrea e Humaitá.

AMAPÁ

Áreas regionais prioritárias: municípios de Macapá, entre os rios Vila Nova e Gurijuba, e de Mazagão, entre os rios Vila Nova e Jarí. Áreas de ação: glebas Água Branca do Cajarai (4.900 hectares), Maracá/Mazagão (700 hectares), Pacuí/Pedreira (840 hectares), Ferreira Gomes (490 hectares) e Matapi/Pedra Branca. Em 86, serão assentadas 100 famílias

PARAÍBA

Áreas regionais prioritárias: todos os municípios do Estado. Áreas de ação para assentar 2.200 famílias, com desapropriação de 70 mil hectares: 60 municípios nas microrregiões de Catolé do Rocha, Curimataú, Piemonte da Borborema, Litoral Paraibano, Sertão de Cajazeiras, Depressão do Alto Piranhas, Agreste Borborema, Brejo Paraibano, Agro Pastoril do Baixo Paraíba e Serra do Teixeira.



ACRE

RONDÔNIA

MATO GROSSO

GOIÁS

BAHIA

ALAGOAS

SERGIPE

MINAS GERAIS

ESPÍRITO SANTO

MATO GROSSO DO SUL

SÃO PAULO

RIO DE JANEIRO

PARANÁ

SANTA CATARINA

RIO GRANDE DO SUL

ACRE

Áreas regionais prioritárias: micro-regiões homogêneas do Alto Purus e do Alto Juruá. Áreas de ação para assentamento de 900 famílias: Gleba Externa (10.500 hectares), Remanso (7 mil hectares), Nova Empresa (8.500 hectares), Florianópolis (4.200 hectares), Porto Acre (9.800 hectares), e Mário Lobão (8.750 hectares).

RONDÔNIA

Áreas regionais prioritárias: todo o Estado, por Decretos de Governos anteriores. Áreas de ação para assentamento de 2.300 famílias: municípios de Porto Velho (30 mil hectares), Ouro Preto do Oeste (20 mil hectares), Ji-Paraná (21 mil hectares), Presidente Médici (8 mil hectares), Pimenta Bueno (20 mil hectares) e Colorado do Oeste (20 mil hectares).

GOIÁS

Áreas regionais prioritárias: 71 municípios áreas de ação para assentar 13.500 famílias, com desapropriação de 897.850 hectares: municípios de Araguaína, Araguatins, Itaguatins, Nazaré, Sítio Novo de Goiás, Tocantinópolis, Nova Olinda, Araguacema, Arapoema, Colmeia, Cristalândia, Duerê, Formoso do Araguaia, Peixe, Porto Nacional, Araguaçu, Arraias, Natividade, Paranã, Taguatinga, Niquelândia, Flores de Goiás, Baliza, Caiaponia, Mineiros, Portelândia, Jataí e Serranópolis.

MATO GROSSO

Áreas regionais prioritárias: 48 áreas distribuídas pelo Estado. Áreas de ação para assentar 4.500 famílias, onde serão desapropriados 375 mil hectares: projetos fundiários de Cáceres, Diamantino, Norte de Mato Grosso, Vale do Guaporé, Vale do Araguaia e Cauiabá.

MATO GROSSO DO SUL

Áreas regionais prioritárias: 33 municípios nas microrregiões de Campos de Vacaria, Mata de Dourados, Bodoquena, Pantanais, Paranaíba, Três Lagoas e Alto Taquari. Áreas de ação para assentar 4.400 famílias, com desapropriação de 190 mil hectares: municípios de Amambai, Eldorado, Ivinhema, Itaquaraí, Jateí, Naviraí, Nova Andradina, Sete Quedas, Tacuru, Anastácio Bonito, Bodoquena, Nioaque, Dourados, Três Lagoas, Selvíria e Pedro Gomes.

MINAS GERAIS

Áreas regionais prioritárias: 368 municípios nas microrregiões de Chapadões do Paracatu, Montes Claros, Franciscana de Januária, Mineradora Diamantina, Pontal do Triângulo Mineiro, Bacia do Suaçuí, Uberlândia, Médio Rio das Velhas, Pastoril de Pedra Azul, Alto-Médio São Francisco, Mineradora Alto Jequitinhonha, Uberaba, Serra Geral de Minas Gerais, Alto Rio Pardo, Três Marias, Planalto de Araxá, Furnas, Bacia do Manhuaçú, Siderúrgica, Juiz de Fora, Calcário de Sete Lagoas, Mata da Ponte Nova, Vertente Ocidental do Caparaó, Formiga, Mogiana Mineira e Planalto Mineiro. Áreas de ação para assentar 14.900 famílias, onde serão desapropriados 498 mil hectares: 73 municípios nas microrregiões de Chapadões do Paracatu, São Franciscana de Januária, Montes Claros, Mineradora de Diamantina, Pontal do Triângulo Mineiro e Alto Médio São Francisco.

RIO GRANDE DO SUL

Áreas regionais prioritárias: 149 municípios nas microrregiões de Porto Alegre, Litoral Setentrional, Vale do Jaçaui, Santa Maria, Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim, Alto Camaquã, Campanha, Triticultora de Cruz Alta, Colonial das Missões, Passo Fundo, Campos de Vacaria, Fumicultora de Santa Cruz do Sul, Colonial do Irai e Colonial da Erechim. Áreas de ação para assentar 3.800 famílias, com desapropriação prevista de 59.936 hectares: 47 municípios localizados em Porto Alegre, Litoral Setentrional, Lagoa dos Patos, Triticultora de Cruz Alta, Colonial das Missões e Passo Fundo.

SANTA CATARINA

Áreas regionais prioritárias: 101 municípios nas microrregiões de Colonial de Joinvile, Colonial de Itajaí do Norte, Colonial Serrana Catarinense, Litoral de Laguna, Carbonífera, Litoral Sul Catarinense, Colonial do Sul Catarinense, Campos de Lages, Campos de Curitibanos, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Oeste Catarinense e Planalto de ÇCanoinhas. Áreas de ação para assentar 7.900 famílias, com desapropriação de 98.600 hectares: estão distribuídas nas microrregiões prioritárias, mas não estão definidas no PRRA.

ESPÍRITO SANTO

Áreas regionais prioritárias: 32 municípios. Áreas de ação para assentamento de 2 mil famílias, com desapropriação de 30 mil hectares: municípios de Pinheiros, Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Ecoporanga, Barra de São Francisco, Nova Venecia, Colatina, Serra, Viana, Guarapari, Cachoeiro do Itapemirim, Alegre.

SÃO PAULO

Áreas regionais prioritárias: regiões Oeste e Sudeste do Estado. Áreas de ação para assentar 11.400 famílias, com desapropriação prevista de 250 mil hectares: 78 municípios distribuídos por 24 homogêneas.

PARANÁ

Áreas regionais prioritárias: microrregiões do litoral, Curitiba, Umuarama, Campo Mourão, Extremo Oeste e Sudoeste, Campos de Ponta Grossa, Colonial de Irati, Alto Irai, Pitanga, Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu. Áreas de ação para assentar 8.300 famílias, com desapropriação de 166 mil hectares: Campos de Ponta Grossa, Colonial de Irati, Alto Irai, Pitanga, Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu.

RIO DE JANEIRO

Áreas regionais prioritárias: municípios de Paraíl e Angra dos Reis, (Bacia da Ilha Grande), Campos, Macaé, S.João da Barra, São Fidélis, Conceição de Macabú e Itaiva (Açucareira de Campos), Silva Jardim, Rio Bonito, Casimiro de Abreu, Cachoeiras de Macacu (bacias de São João e Macacu), Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis (Serrana Fluminense), Magé, Duque de Caxias, Mangaratiba, Itaboraí, Itaguaí, Paracambi e Nova Iguaçu (Fluminense do Grande Rio), Cabo Frio, Araruama e São Pedro D'Aldeia (Cabo Frio), Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena (Cordeiro). Áreas de ação para assentar 1.700 famílias com desapropriação prevista de 30 mil hectares: municípios de Silva Jardim (3.500 hectares), Casimiro de Abreu (3.500 hectares), Cachoeiras de Macacu (3.500 hectares), Araruama (3.500 hectares), Magé (7.000 hectares) Nova Iguaçu (2.500 hectares), Paraíl, Angra dos Reis, Paracambi, Teresópolis, Macaé, Campos e São João Barra.

BAHIA

Áreas regionais prioritárias: 157 municípios nas microrregiões da Chapadões do Alto Rio Grande Chapadões do Rio Corrente, Médio São Francisco, Chapada Diamantina Setentrional, Chapada Diamantina Meridional, Piemonte da Diamantina, Sertão de Canudos, Feira de Santana, Jequié, Agreste de Alagoinhas, Tabuleiro de Valença, Cacunira, Litoral do Extremo Sul, Baixo Médio-São Francisco, Interiorana do Extremo Sul, Sertão de Paulo Afonso, Senhor do Bonfim e Corredeiras do São Francisco. Áreas de ação onde serão desapropriados 840 mil hectares para assentar 26 mil famílias: municípios de Barreiras, São Desidério, Canápolis, Coribe, Cocos, Correntina, Santa Maria da Vitória, Malhada, Barra do Mendes, Central, Ibipeba, Irecê, Jussara, Ubaí, Anadarel, Iraquara, Lençois, Palmeiras, Wagner, Utinga, Itaberaba, Boa Vista do Tupim, Quijingue, Monte Santo, Iaçú, Marcionilio Souza, Itapicuru, Nova Soure, Olindina, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Camamu, Ibirapitanga, Ituberá, Maraú, Canavieiras, Una, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália.

PERNAMBUCO

Áreas regionais prioritárias: microrregiões de Sertão de São Francisco, Alto Pajeú, Sertão Moxotó, Agreste Setentrional, Vale do Ipojuca, Mata Seca e Mata Úmida. Áreas de ação onde há previsão de desapropriação de 103.592 hectares, para assentar 3.400 famílias: municípios de Catende, Água Preta, Amaraji, Barreiros, Escada, Quipapa, Rio Formoso, São Benedito do Sul, Maraial, Igarassu, Itambé, Paudalha, Lagoa de Itaenga, Timbaúba, Vicência, Iguaraci, Afogados da Ingazeira, Carnaíba e Serra Talhada.

ALAGOAS

Áreas regionais prioritárias: 45 municípios nas microrregiões de Sertão Alagoano, Batalha, Maceió, Mata Alagoana. Áreas de ação para 56.551 hectares assentar 1.200 famílias, com previsão de desapropriação de 56.551 hectares: municípios de Delmiro Gouveia, Piranhas, Água Branca, Mata Grande e Marechal Deodoro.

SERGIPE

Áreas regionais prioritárias: municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Carira, Canhoba, Aquidabã, Japoata, Pacatuba, Japaratuba, Macambira, Simão Dias, Poço Verde, Riachão do Dantas, Campo do Brito, Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba e Cristanópolis. Áreas de ação para assentar 1.300 famílias, com desapropriação de 29.250 hectares: Poço Redondo, Porto da Folha, Santa Folha, Santa Luzia do Itanhy, Canhoba, Malhada dos Bois, Neópolis e Itabaianinha.

FOLHA INFORMATIVA CPT - RJ
nº 7. ABRIL 86

É a seguinte a integra do decreto que aprova o 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária e dá outras providências:

O presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, inciso III, da Constituição, e o art.34 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964),

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária — PNRA, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — Mirad, para o periodo 1985/1989, abrangendo 01 (hum milhão e 400.000 (quatrocentas mil) familias beneficiárias, nos termos do anexo que é parte integrante do presente decreto.

Parágrafo 2º — O Poder Público evitará, sempre que conveniente, a desapropriação dos imóveis rurais que observem os requisitos estabelecidos no parágrafo 1º do art. 2º do Estatuto da Terra, mesmo quando classificados de acordo com o inciso V do art. 4º do referido dipioma legal.

Parágrafo 3º — O Poder Público evitará a desapropriação de imóveis rurais que, embora incluidos em zonas prioritárias, apresentem elevada incidência de arrendatários e/ou parceiros agricolas e cujos proprietários observem rigorosamente as disposições legais que reguiam as relações de trabalho entre os proprietários e os cultivadores diretos.

Art. 3º — Os planos e projetos destinados à execução do PNRA terão prioridade absoluta para atuação dos órgãos e serviços federais, consoante o que dispõe os parágrafos 1º e 2º do art. 34 do Estatuto da Terra.

Parágrafo 1º — Os planos e programas especiais e de desenvolvimento em geral, total ou parcialmente financiados pelo governo federal nas áreas regionais prioritárias, serão ajustados aos objetivos e metas do PNRA.

Parágrafo 2º — Nas demais áreas, os planos e programas regionais relacionados com a intervenção fundiária deverão ser adequados, no que couber, ao PNRA.

Art. 2º — O Plano Nacional de Reforma Agrária a que se refere o artigo anterior será executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, autarquia especial, vinculada ao Mirad, em áreas regionais prioritárias, mediante planos regionais de reforma agrária e respectivos projetos de execução, nos termos do que estabelecem os arts. 35 e 36 do Estatuto da Terra.

Parágrafo 1º — Os planos regionais de reforma agrária somente serão executados após aprovação pelo Presidente da Republica.

Art. 4º — A Secretaria de Planejamento da Presidência da República alocará os recursos necessários à execução do PNRA, nos orçamentos anuais e plurianuais.

Art. 5º — Os ministérios e respectivos órgãos consignarão em seus orçamentos as dotações necessárias à execução da reforma agrária nas suas respectivas áreas de ação.

Art. 6º — Fica o Mirad, através do Incra, autorizado a firmar acordos ou convênios com Estados, Territórios, Municipios e Distrito Federal, bem como com órgãos da Administração Federal e entidades vinculadas, para execução do PNRA.

Art. 7º — As pessoas juridicas, órgãos ou entes da administração federal centralizada e descentralizada, providenciarão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em conjunto com o Incra, o levantamento completo dos imóveis rurais de seu dominio e posse visando a apurar aqueles adequados a serem incorporados ao processo de reforma agrária.

Art. 8º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasilia, 10 de outubro de 1985, 164º da Independência, e 97º da República.

José Sarney
Nélson Ribeiro

Padre da Pastoral escapa de atentado no Maranhão

Belém — O vigário da cidade de São Sebastião do Tocantins, Goiás, padre Josino Moraes, 33 anos, escapou sem ferimentos de um atentado a tiros às 19h30min de ontem. Ele se dirigia à cidade de Imperatriz, Maranhão e, próximo da cidade de Axixá, em Goiás, percebeu que estava sendo seguido por um Passat branco, novo, e resolveu dar passagem ao outro veículo. Quando os dois carros ficaram emparelhados, o ocupante do Passat sacou de uma pistola 7.65 e fez cinco disparos na direção do padre. Quatro balas, constatou mais tarde a polícia de Augustinópolis, Goiás, cravaram-se na porta da camioneta Toyota dirigida pelo vigário e uma acertou a lataria.

O atentado ocorreu na região conhecida como Bico de Papagaio, uma das mais conturbadas do país pelos graves conflitos fundiários. O padre Josino Moraes ia tratar de interesses de sua paróquia em Imperatriz. Passado o susto, resolveu ir a Augustinópolis comunicar o episódio ao comando do Batalhão de Polícia ali sediado.

Tanto para o vigário quanto para outros integrantes da Comissão Pastoral da Terra da regional de Conceição do Araguaia, Pará, o atentado ao padre Josino Moraes deve ter sido planejado por integrantes da UDR — União Democrática Ruralista, mantida por ricos fazendeiros do Pará, Goiás e Maranhão, cuja sede fica em Araguatins (GO). "Mas ainda não temos nomes para acusar formalmente a ninguém", dizem.

Veterano de lutas em favor dos sem terra, Josino Moraes tem sido o alvo preferido dos latifundiários do Bico do Papagaio e de muitos policiais comprometidos com os fazendeiros. Em novembro de 1984, ele foi preso com mais 13 posseiros sob a acusação de ter mandado matar um fazendeiro e até hoje está respondendo a processo. "A partir daí, meus sermões são sempre gravados, quer pela polícia, quer pelos proprietários de terras", queixa-se. Josino Moraes acha que o seu caso não teve a mesma repercussão que o envolvimento dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou "porque a Nova República não quer politizar essas coisas".

CPT acusa autoridades em Itaici

Itaici (SP) — O governo de Mato Grosso do Sul, o genro do presidente Sarney, secretários estaduais e grandes empresas, como o Bradesco e a Votorantim, constam como autores ou envolvidos direta ou indiretamente em conflitos de terra registrados no Brasil, no ano passado, segundo pesquisa divulgada ontem pela Comissão Pastoral da Terra em Itaici, onde se realiza a 24ª Assembléia-Geral dos Bispos do Brasil.

O dossiê — que foi entregue ao Papa João Paulo II no mês passado — relaciona os nomes de 216 pessoas mortas em conflitos no campo, das quais 142 vítimas de assassinatos, 68 de acidentes diversos e cinco de envenenamento por agrotóxicos. O número de conflitos investigados pela CPT é de 768, atingindo todos os estados brasileiros e envolvendo 86 mil 854 famílias (567 mil 354 pessoas), numa área total de 9 milhões 557 mil 902 hectares. Deles resultaram, além das 216 mortes, 1 mil 363 pessoas feridas, 557 prisões, 68 ameaças de morte e 40 greves — configurando o ano mais violento no campo no período de 1964 a 1985, em que ocorreram, de acordo com os dados disponíveis pela CPT, um total de 1 mil 106 mortes violentas de lavradores.

O nome de Jorge Murad, assessor e genro do presidente José Sarney, aparece no relatório ao lado de autoridades do governo do Maranhão, como o secretário da Segurança Pública, coronel João Ribeiro Silva, e o vice-governador João Rodolfo. Eles estão associados, no documento da CPT — que não especifica o grau de participação de cada um nos conflitos —, a casos de grilagem, acompanhados da seguinte explicação: "Envolvimento maciço da PM, do secretário da Segurança Pública e do governo do estado. Terrorismo de estado. Milícias particulares fortemente armadas. Ação contra sindicatos de trabalhadores rurais e a Igreja. Prisão de catequistas."

B 1/04/86 JB

FOLHA INFORMATIVA CPT - RJ nº 7 - Abril 86

É a seguinte a íntegra do decreto que aprova o 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária e dá outras providências:

O presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, inciso III, da Constituição, e o art.34 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964),

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária — PNRA, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — Mirad, para o período 1985/1989, abrangendo 01 (hum milhão e 400.000 (quatrocentas mil) famílias beneficiárias, nos termos do anexo que é parte integrante do presente decreto.

Parágrafo 2º — O Poder Público evitará, sempre que conveniente, a desapropriação dos imóveis rurais que observem os requisitos estabelecidos no parágrafo 1º do art. 2º do Estatuto da Terra, mesmo quando classificados de acordo com o inciso V do art. 4º do referido diploma legal.

Parágrafo 3º — O Poder Público evitará a desapropriação de imóveis rurais que, embora incluídos em zonas prioritárias, apresentem elevada incidência de arrendatários e/ou parceiros agrícolas e cujos proprietários observem rigorosamente as disposições legais que regulam as relações de trabalho entre os proprietários e os cultivadores diretos.

Art. 3º — Os planos e projetos destinados à execução do PNRA terão prioridade absoluta para atuação dos órgãos e serviços federais, consoante o que dispõe os parágrafos 1º e 2º do art. 34 do Estatuto da Terra.

Parágrafo 1º — Os planos e programas especiais e de desenvolvimento em geral, total ou parcialmente financiados pelo governo federal nas áreas regionais prioritárias, serão ajustados aos objetivos e metas do PNRA.

Parágrafo 2º — Nas demais áreas, os planos e programas regionais relacionados com a intervenção fundiária deverão ser adequados, no que couber, ao PNRA.

Art. 2º — O Plano Nacional de Reforma Agrária a que se refere o artigo anterior será executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, autarquia especial, vinculada ao Mirad, em áreas regionais prioritárias, mediante planos regionais de reforma agrária e respectivos projetos de execução, nos termos do que estabelecem os arts. 35 e 36 do Estatuto da Terra.

Parágrafo 1º — Os planos regionais de reforma agrária somente serão executados após aprovação pelo Presidente da República.

Art. 4º — A Secretaria de Planejamento da Presidência da República alocará os recursos necessários à execução do PNRA, nos orçamentos anuais e plurianuais.

Art. 5º — Os ministérios e respectivos órgãos consignarão em seus orçamentos as dotações necessárias à execução da reforma agrária nas suas respectivas áreas de ação.

Art. 6º — Fica o Mirad, através do Incra, autorizado a firmar acordos ou convênios com Estados, Territórios, Municípios e Distrito Federal, bem como com órgãos da Administração Federal e entidades vinculadas, para execução do PNRA.

Art. 7º — As pessoas jurídicas, órgãos ou entes da administração federal centralizada e descentralizada, providenciarão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em conjunto com o Incra, o levantamento completo dos imóveis rurais de seu domínio e posse visando a apurar aqueles adequados a serem incorporados ao processo de reforma agrária.

Art. 8º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1985, 164º da Independência, e 97º da República.

José Sarney
Nélson Ribeiro

EXTRAÍDO DO JORNAL "ALTERNATIVA PIAUÍ" - MARÇO 86 (CEPAC, CPT, CEA)

POLÊMICAS E CONSENSOS

A reforma e a reforma agrária

O Governo da Nova República, os últimos três meses, tomou duas medidas econômicas para tentar combater a inflação, que em dezembro de 1985, chegou a 233,6%.

1. A primeira medida foi no final de novembro. Sarney enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que continha mais de 50 pontos de política econômica. O Congresso (na véspera de férias) aprovou o pacotão com poucas emendas e poucos dias.

2. A segunda medida foi no fevereiro de 86. Sarney baixou um decreto-lei que muda o cruzeiro em cruzado, congela os preços e os salários, cria a escala móvel, entre outras medidas, com o objetivo de frear a especulação e estimular os investimentos no campo da produção (industrial).

Neste artigo vamos tentar analisar a política econômica do governo dando destaque ao pacote de novembro e à relação entre a política econômica e a política agrária da Nova República. Para entender as medidas econômicas de fevereiro, é importante entender o pacotão de novembro sendo este último uma lei enquanto o de fevereiro foi um decreto-lei (o decreto não pode contradizer ou substituir a lei).

O Governo se encontra a enfrentar 3 problemas básicos:

1. O aumento do déficit (dívida) pública. (Diferença entre o dinheiro arrecadado pelo governo e o dinheiro que ele gasta)
2. A inflação
3. A dívida externa.

1. Para conter o DÉFICIT PÚBLICO o governo tomou as seguintes medidas:

— diminuição do dinheiro investido em educação, saúde e previdência.

— gasto de dinheiro em campanhas assistencialistas, como: distribuição de leite para as crianças carentes (enquanto o café sobe), merenda escolar, etc. Medidas, estas, que não resolvem os problemas da população miserável, mas rendem votos e dão a impressão que o governo está atuando no social.

— aumento do imposto de renda, sobretudo da classe média assalariada.

2. Para combater a INFLAÇÃO o governo...

— mudou o índice do cálculo da inflação. Criou o IPCA - Índice de preços ao consumidor ampliado. Este índice calcula a média de todas as mercadorias produzidas, não apenas as consumidas pelo consumidor assalariado. Na realidade esta medida deu o resultado contrário: a inflação de janeiro disparou para 16,2% e a de fevereiro foi de 14,3%.

— Estimulou a população a depositar o seu dinheiro na caderneta de poupança. Isto permite aos bancos e ao Governo lucrar muito em cima do dinheiro da classe média, pois o reajuste da caderneta é sempre inferior à inflação real.

3. Em relação à DÍVIDA EXTERNA a tática do governo é de esquecê-la e deixá-la para o próximo governo.

A dívida externa é deixada de lado. A dívida pública não pode ser diminuída porque isto prejudicaria votos e o apoio popular. (Não vamos esquecer que o ano de 1986 é um ano eleitoral). O que sobra é mexer com a inflação. É isso que tentam fazer os pacotões de novembro e fevereiro.

Todos os jornais de dezembro deram muito destaque ao fato que o pacotão de novembro aumentava o imposto de renda para a classe média. Esquecendo os outros pontos bem mais importantes.

No Brasil 70% do imposto de renda são recolhidos do imposto de renda cobrado das empresas. Enquanto o restante 30% é cobrado das pessoas físicas. O Governo em lugar de cobrar mais imposto das 110.000 empresas existentes no Brasil, preferiu cobrar mais impostos das pessoas físicas, pois as empresas iriam repassar os impostos às mercadorias e com isso aumentaria a inflação. Do outro lado, aumentando os impostos das pessoas físicas, estas diminuiriam o consumo, permitindo maiores investimentos na produção. Assim, o governo matou dois coelhos com uma paulada só. Quem saiu beneficiado pelo pacote de novembro foram os empresários. Além de pagarem menos impostos, os empresários que tinham dívidas ou multas terão o perdão; serão isentos de impostos se venderem terrenos ou prédios em 86; os grandes proprietários e latifundiários não pagarão imposto sobre os lucros, etc.

Por que o governo não colocou a mesma força e convicção para a realização do Plano Nacional de Reforma Agrária?

De primeira não tem que explicitar que estas medidas de fevereiro não mexem na estrutura econômica do País, mas são simplesmente medidas transitórias, (com exceção da mudança da moeda). Afirmar que congelando os preços das mercadorias se resolve o problema da inflação é negar o princípio básico do capitalismo que se sustenta na concorrência e portanto, na alta e baixa dos preços. Daqui a alguns meses isto será comprovado.

Uma maneira de estabilizar a economia brasileira é modificar a estrutura fundiária do País através de uma reforma agrária onde os trabalhadores sejam os sujeitos principais. Por que o presidente Sarpey não nomeia os trabalhadores rurais "fiscais do presidente" para fiscalizar e indicar quais são as terras desapropriáveis porque ilegais, griladas e improdutivas? E por que o INCRA não tem o mesmo poder e agilidade da SUNAB? O presidente descobrirá, como descobriu nestes dias, que o povo está à altura desta missão.

Como pode o governo congelar por muito tempo os preços dos produtos alimentícios, se a produção nacional destes está em contínua diminuição e para abastecer o mercado interno tem que importar quantidades cada vez maiores destes alimentos?

Mudar a estrutura econômica do Brasil significa, entre outras coisas, mexer com o projeto Pró-álcool. O prejuízo do governo em relação ao açúcar foi, em 1985 de 1,7 bilhões de cruzados, o da Petrobrás em relação ao álcool foi de 2,5 bilhões de cruzados. Tudo isso porque o preço pago pelo governo aos usineiros foi maior que o custo de venda destes produtos.
Além disso, 41 usinas devem ao governo 5,6 bilhões de cruzados por dívida contraída no exterior e já paga pelo governo.

Mudar a estrutura econômica do Brasil, significa rever a política de exportação. Por causa da dependência e exploração das multinacionais, o Brasil tem que exportar sempre maior quantidade de mercadorias para ganhar o mesmo tanto em dólares. Tudo isso a custa da fome de milhões de brasileiros.

Como pode-se constatar, o problema é político, não só econômico. O governo Sarney (reencarnação da velha UDN) não está intencionado em mudar radicalmente a condição econômica e social da maioria da população. O objetivo dele é de reunificar e fortalecer a Aliança (anti) Democrática que estava-se esfacelando depois das eleições do dia 15 de novembro de 85.

Os pacotes econômicos colocam em segundo lugar a discussão sobre a Reforma Agrária (os planos regionais estão engavetados), e a Constituinte, e ao mesmo tempo obtém o apoio popular em vista das eleições de novembro deste ano. Depois do dia 15 de novembro de 86, quando governadores, deputados estaduais e federais serão eleitos, e o governo da aliança (anti) democrática sairá fortalecido, o pau baixará sobre a população e os movimentos populares.

Mais uma vez na história do Brasil, as classes altas, conseguiram se juntar para bloquear o avanço popular.

O que foi congelado, no dia 28 de fevereiro, foi a miséria do povo brasileiro.

GIAMBATISTA CALIGARO

Invasões, reforma agrária e temas conexos

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA

Há quem entenda que pôr reparos às invasões de propriedades agrícolas importa em combater a Reforma Agrária. Sou oposto a esta, como às invasões. Não menos oposto sou a que se confundam duas coisas tão distintas. E, no caso, a confusão é óbvia:

1. Com efeito, a Reforma Agrária (RA) constitui um procedimento legal, por meio do qual a partilha do solo agrícola é decretada e levada a cabo pelo Poder Executivo com base em lei. Se necessário, na última fase, a Polícia Militar é encarregada de expulsar das terras, que até há pouco haviam sido suas, o proprietário eventualmente recalcitrante em as abandonar.

2. Ao contrário da RA, as invasões de terras por grupos de famintos —de autenticidade aliás não demosntrada— constituem procedimento marcadamente ilegal. Elas não são decididas nem postas em ação por órgãos do Poder Público, mas por turbas aglutinadas e impelidas ao ataque por iniciativa de meros particulares. Ao arrepio da lei, essas turbas invadem as terras indicadas por seus mentores.

Como se acaba de ver, em nada disto as invasões têm características comuns com a RA. Nesta perspectiva são até o contrário dela.

Diante disto, se patenteia quanto é incongruente sustentar que opor-se às invasões importa automaticamente em criar obstáculos à Reforma Agrária.

3. A propósito, pondero que os pareceres dos profesores Sílvio Rodrigues e Orlando Gomes, sobre o direito à defesa dos proprietários rurais em caso de invasão (os quais a TFP vem difundindo, a pedido de fazendeiros), não cuidam da RA, mas das invasões. Quem afirmasse —como o tem feito, aos uivos, certa imprensa esquerdista— que o combate às invasões importa em obstar a execução da RA, acusaria o governo de escandalosamente fraco. Pois este se reconheceria então os de terras quais são seus direitos e deveres em face das invasões, os pareceres em questão não são fatores de discórdia e de luta. Pelo contrário, eles não poderiam ser mais caracteristicamente mantenedores da ordem, nem mais pacifistas.

Acusar os referidos pareceres de conduzir à guerra civil é negar a verdade evidente. A guerra civil é ateada por quem prega a prática da violência generalizada, e não por quem obsta a que a mesma invasão violenta se transforme em fato consumado e impune em todo o território nacional.

Quem acusasse uma série de reações de fazendeiros —feitas à mão armada para defender suas terras— de se constituir em guerra civil, tem de pressupor que essas reações fossem causadas por uma série de invasões ilegais. Porém, neste caso, a violência —a guerra civil— não teria começado na reação. Pois toda reação é, por sua natureza, uma ação segunda, ocasionada por uma ação primeira, isto é, o ataque, a invasão. A guerra civil teria sido começada, então, pelos atacantes em série, pelos invasores em série. O que é de clareza cristalina.

5. Tem-se alegado, aqui e acolá, nada apresentarem de ilegal as invasões de terra, porque a realidade sócio-econômica contemporânea tornou peremptos os artigos do Código Civil (de 1917) em que se fundam os pareceres dos professores Sílvio Rodrigues e Orlando Gomes. Afirmar a hipótese de revogação da lei, com base nessa justificativa, não tem fundamento no Direito pátrio.

Abstração feita do inadequado dessa perempção, importa ainda considerar quando é fraco o argumento dos que a alegam. Afirma-se, com efeito, em setores da esquerda eclesiástica e política, que o estado de miséria no qual se encontrariam as turbas de invasores, tornaria inclemente e até inumana a aplicação, na presente [illegible] ria" nestes ou naqueles pontos do mapa do Brasil rural, e identificar como autênticos indigentes os integrantes heteróclitos das colunas invasoras. É destas últimas que trato aqui. E, como foi dito, provas da miséria destas enquanto um todo, até agora não foram apresentadas.

Pelo contrário, no fenômeno das invasões, um fato há que chama a atenção. Os jornais não dão (ou quase não dão) notícias de revoltas de trabalhadores rurais famintos, que imporiam a partilha de terras de fazendeiros gananciosos, os quais lhes estariam a pagar salário insuficiente. Ou então contra fazendeiros desidiosos, que deixassem incultas extensões de terra que os trabalhadores poderiam aproveitar. Quanto a mim, que tenho acompanhado com alguma regularidade o que diz a imprensa sobre as invasões, não tive sob os olhos um só caso destes. Tudo isso leva a concluir que nas relações de trabalho agrícola há, pelo menos em linhas gerais, mútuo contentamento entre empregadores e empregados.

As desordens, as espoliações, os esbulhos, só —ou quase só— procedem de turbas de invasores. Ou seja, de gente que vem de fora da fazenda. E, note-se bem, não li um só caso de trabalhadores manuais que, em presença dos invasores, se tenham solidarizado com estes contra o fazendeiro!

Ora, se fossem tão frequentes e tão negras as "manchas de miséria" na agricultura nacional, por certo os astutos e ágeis provocadores da agitação agrária já teriam tentado aproveitar essas "manchas", para as transformar em bastiões da guerra de classes e da revolução social no interior das próprias fazendas.

Tudo isto leva a crer que os contingentes de miséria vão, na mais pessimista das hipóteses, a pouco mais do que as hordas itinerantes de agro-agitadores.

brasileiro: cerca de 50% do nosso território-continente. Uma área equivalente ao dobro das áreas territoriais somadas da França, Alemanha Ocidental, Itália, Espanha e Ilhas Britânicas! As colunas de esbulhadores "agro-reformistas" constituem potencial de trabalho insofismavelmente aproveitável para cultivar essas terras. Tais terras clamam, por assim dizer, pelos braços deles. Por que razões confusas, e jamais enunciadas com peremptória clareza, na terra que sobra não são localizados os braços que por sua vez também sobram? Por que utilizar esta força de trabalho excedente como instrumento de depredação da propriedade privada e não de aproveitamento do ubérrimo e ocioso latifúndio estatal? Porventura não tem este, mais ainda do que a propriedade privada, uma função social a cumprir?

7. Tudo isso explica por que, de norte a sul, o Poder Judiciário, sem cogitar sequer dessa suposta perempção, vem aplicando tranquilamente os dispositivos supostamente peremptos do Código Civil.

E chegamos aqui ao fim da argumentação. Se até o Judiciário, na sua majestosa imparcialidade, considera válidos aqueles artigos, quem, no Brasil, tem poderes suficientes para os proclamar peremptos? Essa perempção pode se tornar efetiva pelo mero fato de ser ela proclamada segundo o bel-prazer despótico de uma meia dúzia de particulares, panegiristas das invasões? Então o Brasil teria afundado no caos...

8. Todas essas considerações fazem ver quanto é fácil para o Poder Público resolver o problema da agitação agrária. Não é, porém, reclamando aos berros que o Poder Público tolha à TFP a liberdade de palavra —a qual nem aos comunistas *se nega neste País de abertura*— que os agro-agitadores devem procurar, para apontá-los ao governo, os caminhos da solução.

a execução da RA, acusaria o governo de escandalosamente fraco. Pois este se reconheceria então impotente para realizar, através dos próprios meios legais já sancionados, a RA por ele proclamada ponto-chave de seu programa. E, para ocultar essa vergonhosa fraqueza, o governo se constituiria então, maquiavelicamente, em cúmplice da desordem e da violência.

Pelo contrário, quem trabalhe para que a violência das ocupações não se cometa, alertando para isto a vigilância da iniciativa particular, atua como defensor da ordem, e portanto colabora com o governo no cumprimento da missão mais imediata e essencial deste, a qual é evitar a violência.

4. Definindo para os proprietári- encontrariam as turbas de invasores, tornaria inclemente e até inumana a aplicação, na presente crise sócio-econômica, da legislação aduzida nos pareceres em questão.

A isto cumpre objetar, antes de tudo, que tal estado de miséria das turbas não foi objeto de demonstração científica fundamentada. Afirma bombasticamente a existência dessa miséria a imprensa agro-reformista. Porém afirmar é simples. O que importa é provar. E, quanto a esta prova, os apologistas das invasões nada dizem... Pelo contrário, a propaganda pró-invasões e, mais ainda, o próprio fato concreto das invasões, depõe em sentido contrário.

Explico-me. Note-se antes de tudo que é diferente reconhecer a existência de "manchas de miséa pessimista das hipóteses, a pouco mais do que as hordas itinerantes de agro-agitadores.

Essas hordas, por mais que se as imagine numerosas (e também sobre a quantidade de pessoas que as integram não há dados confiáveis), não podem constituir o quantum populacional suficiente para tornar peremptos os dispositivos legais sobre os quais se fundam os pareceres em causa.

6. Ademais, admitindo, "argumentandi gratia", até mesmo a autenticidade de todos os "indigentes" que integram essas hordas, a perempção da lei em favor delas só se poderia alegar caso o Brasil não tivesse terras devolutas em que elas pudessem ser localizadas.

Ora, o maior latifúndio improdutivo do globo é o acervo de terras devolutas pertencentes ao Estado procurar, para apontá-los ao governo, os caminhos da solução.

No dia em que uma entidade como a TFP, legal e ordeira em tudo quanto faz (do que temos mais de 4.000 certificados de delegados de polícia, prefeitos e outras autoridades municipais), já não pudesse usar de sua liberdade para defender no Brasil a civilização cristã contra o socialismo e o comunismo (dos quais a reforma agrária é uma reivindicação ostensiva, e as invasões um sinuoso e censurável método de alcançar êxitos), a abertura teria deixado de ser. É uma ditadura ideológica vermelha teria começado a instalar-se entre nós...

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, 77, é professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ex-deputado constituinte (1934) e pensador católico tradicionalista.

Mudança necessária

JOSÉ GOMES DA SILVA

Precisam ir ainda mais longe no tempo aqueles que pensam que a oportunidade da realização de uma Reforma Agrária no Brasil foi perdida em 1963 com Jango ou com o Estatuto da Terra de Castelo Branco no final de 1964. As análises históricas que estão sendo feitas atualmente no bojo dos estudos relativos à Constituinte mostram que a Abolição escamoteou a reforma. Libertar escravos somente teria plena significação se fosse dado aos forros terra para trabalhar. Era essa a idéia de Joaquim Nabuco. Os grandes fazendeiros, com a argúcia que ainda hoje demonstram, agiram rápido: abriram mão dos cativos e seguraram a terra. Mão-de-obra mais farta, e quiçá mais barata, o imigrante lhe dava. É por isso que os acampados de hoje no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul não são pretos ou cafusos, mas loirinhos, descendentes de europeus.

Na mesma esteira de equívocos e de protestos protelatórios está a questão de ouvir os donos de terra nos dias de hoje. Confunde-se democracia com bom-mocismo, com falatório. Nesse particular, o próprio Executivo fornece um prato cheio aos "contras" quando inclui no seu discurso a necessidade de audiência perpétua aos interessados, no caso os detentores de privilégios. Dentro da sistemática jurídica atualmente vigente (Emenda Constitucional nº 10, Estatuto da Terra e legislação complementar), já aconteceu a audiência à sociedade quando da promulgação da legislação específica, discutida e votada pelo Congresso Nacional, eleito pelo povo. Esse diploma legal estabeleceu um rito pelo qual haveria um percurso a cargo do Executivo (elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária — PNRA e dos Planos Regionais — PRRAs) e uma nova audiência aos envolvidos (trabalhadores e proprietários) somente na etapa de implementação, através da criação das Comissões Agrárias (art. 37 do Estatuto da Terra), com representação paritária.

Acontece que a euforia da Nova República e a consagração de Tancredo, ao ser tomada a decisão deram ao luxo, no modismo da abertura, de abrirem também o PNRA à discussão pública. É preciso deixar claro que não existe nenhuma obrigação legal de assim proceder e que PNRAS anteriores foram aprovados por decreto. Talvez tenha sido esse o procedimento desastrado de que falam alguns analistas, pois essa liberalidade do governo reacendeu as paixões, armou os latifundiários e deu o pretexto que precisavam para a eternização do debate. Resultado: discutiu-se um simples plano como se fora uma lei e agora, nessa inversão de etapas, debatem-se nos Planos Regionais matérias que seriam da competência do Plano Nacional. Tudo em nome da abertura, da democracia e da sociedade aberta. Enquanto isso os sem-terra que se lixem, para usar uma expressão da Maria Conceição Tavares.

Está ainda na memória de todos a visita que o presidente da República efetuou à maior fazenda de soja do mundo, às vésperas da decretação do Plano Nacional de Reforma Agrária. A inspiração que num grande nó em que a posse precária da terra (arrendamento e parceria), que era critério para fazer reforma, foi adotada como princípio para não fazê-la. Sem falar na estranha figura do "latifúndio produtivo", que também irá criar enormes dificuldades operativas.

Sarney esteve agora com os grandes pecuaristas em Mato Grosso do Sul e mais uma vez foi retomada essa discussão infindável, fixando-se uma a duas semanas para o seu término. Por coincidência, isso aconteceu também na véspera de uma assinatura importante, sem dúvida, mas que deveria constituir rotina na prática das reformas. Tal como aconteceu com o pacotão da reforma monetária, decretado sem nenhuma dificuldade mas com a indispensável firmeza, cautela e discrição. Esperemos pois que com o tratamento totalmente diferente que está sendo dado á Reforma Agrária, Campo Grande não signifique uma nova Itamaraty.

JOSÉ GOMES DA SILVA, 61, é engenheiro-agrônomo e fazendeiro; foi secretário de Agricultura e

ENVIADO PELA FAZENDA

FOLHA INFORMATIVA CPT - RJ nº 7 - ABRIL 86

É a seguinte a integra do decreto que aprova o 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária e dá outras providências:

O presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, inciso III, da Constituição, e o art.34 do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964),

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — Mirad, para o periodo 1985/1989, abrangendo 01 (hum milhão e 400.000 (quatrocentas mil) familias beneficiárias, nos termos do anexo que é parte integrante do presente decreto.

Parágrafo 2.º — O Poder Público evitará, sempre que conveniente, a desapropriação dos imóveis rurais que observem os requisitos estabelecidos no parágrafo 1.º do art. 2.º do Estatuto da Terra, mesmo quando classificados de acordo com o inciso V do art. 4.º do referido diploma legal.

Parágrafo 3.º — O Poder Público evitará a desapropriação de imóveis rurais que, embora incluidos em zonas prioritárias, apresentem elevada incidência de arrendatários e/ou parceiros agricolas e cujos proprietários observem rigorosamente as disposições legais que regulam as relações de trabalho entre os proprietários e os cultivadores diretos.

Art. 3.º — Os planos e projetos destinados à execução do PNRA terão prioridade absoluta para atuação dos órgãos e serviços federais, consoante o que dispõe os parágrafos 1.º e 2.º do art. 34 do Estatuto da Terra.

Parágrafo 1.º — Os planos e programas especiais e de desenvolvimento em geral, total ou parcialmente financiados pelo governo federal nas áreas regionais prioritárias, serão ajustados aos objetivos e metas do PNRA.

Parágrafo 2.º — Nas demais áreas, os planos e programas regionais relacionados com a intervenção fundiária deverão ser adequados, no que couber, ao PNRA.

Art. 2.º — O Plano Nacional de Reforma Agrária a que se refere o artigo anterior será executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, autarquia especial, vinculada ao Mirad, em áreas regionais prioritárias, mediante planos regionais de reforma agrária e respectivos projetos de execução, nos termos do que estabelecem os arts. 35 e 36 do Estatuto da Terra.

Parágrafo 1.º — Os planos regionais de reforma agrária somente serão executados após aprovação pelo Presidente da Republica.

Art. 4.º — A Secretaria de Planejamento da Presidência da República alocará os recursos necessários à execução do PNRA, nos orçamentos anuais e plurianuais.

Art. 5.º — Os ministérios e respectivos órgãos consignarão em seus orçamentos as dotações necessárias à execução da reforma agrária nas suas respectivas áreas de ação.

Art. 6.º — Fica o Mirad, através do Incra, autorizado a firmar acordos ou convênios com Estados, Territórios, Municipios e Distrito Federal, bem como com órgãos da Administração Federal e entidades vinculadas, para execução do PNRA.

Art. 7.º — As pessoas juridicas, órgãos ou entes da administração federal centralizada e descentralizada, providenciarão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em conjunto com o Incra, o levantamento completo dos imóveis rurais de seu dominio e posse visando a apurar aqueles adequados a serem incorporados ao processo de reforma agrária.

Art. 8.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasilia,10 de outubro de 1985,164.º da Independência, e 97.º da República.

José Sarney
Nélson Ribeiro

FOLHA INFORMATIVA

BAHIA

O trabalhador rural, Diogo, foi assassinado no dia , em sua propriedade, pró au Alto, município de V resa dos Direitos Hum ral Rural de Teixeira Paulo Yukihiri Gondo
(ST

o de março, n da São Pedro, em já vistoriad NCRA para fins de rma agrária cinco trabalhadores foram aleados e sete outros presos. Os posseiros lutam r manecer na terra enquanto esperam a ag zação do processo de desapropriação da ár ocupam.
(C MG)

CONFLITOS

RIO DE JANEIRO

Em setembro do ano passado, cerca de 60 famílias ocuparam no Distrito de Lajes,Paracambi, uma fazenda da propriedade do Dr. Eiras.A Secretaria de Assuntos Fundiários garantiu a alimentação das famílias.Quatro meses depois, o estado se emitiu, provisoriamente , na posse da área. Como o governo do estado não pode desapropriar para fins de reforma agrária, optou-se, no processo de desapropriação, pela criação de uma fazenda modelo.Hoje, as famílias estão construindo suas moradias; buscando recursos para a lavoura; e, começam a cultivar a terra.
(CPT/RJ)

Em Araras, Petropolis, varias famílias com posses no vale da Ponte Funda, pedem ao INCRA que providencie o seu assentamento nessas terras. Os posseiros vêm sofrendo ameaças de morte, agressões, incêndios, emboscadas. Os grileiros apresentam documentos de posse falsos e acabam vendendo a terra para veranistas.

Os posseiros são expulsos, gradativamente, de suas posses;mudam de um lugar para outro até serem novamente expulsos. Alguns terminam empregados como caseiros; outros vão para a cidade em busca de emprego.
(SIN)

PARANÁ

400 famílias de agricultores sem terra do Paraná permanecem acampadas,desde julho de 85, em diversos municípios do estado. Como forma de pressão, ocuparam a sede regional do INCRA até que alguma solução fosse apresentada

O diretor regional do INCRA/PR e o Secretário geral do MIRAD, em documento assinado no dia 20.03, se comprometeram a assentar 1500 famílias até junho de 86 no Paraná.
(Informativo do Movimento dos Sem Terra/ março de 86)

RIO GRANDE DO SUL

Cerca de 250 colonos, representando as 1500 famílias acampadas na fazenda Annoni (municípios de Ronda Alta e Sarandi),ocuparam a sede regional do INCRA, em Porto Alegre. O objetivo dos colonos era conseguir uma entrevista com o secretário geral do MIRAD, Simão Jatene e negociar uma soluçao efetiva para o assentamento das famílias acampadas.
(O ESP/ 28.02.86)

CAMPANHA DA FRATERNIDADE

No dia 12 de fevereiro,foi lançada a Campanha da Fraternidade, cujo tema deste ano é: Terra de Deus, Terra de Irmaos. A Campanha foi criada em 1964 e é um dos meios que a Igreja utiliza para desenvolver sua ação pastoral, dentro da linha de ação preferencial pelos pobres.O tema desse ano propos uma reflexão sobre o problema da terra e a reforma agraria; a urgente demarcação das terras indigenas; e, uma reforma urbana racional e justa.

A Campanha foi lançada na fazenda Annoni, onde estiveram cerca de 40 mil pessoas. A CNBB considera urgente o atendimento as reinvindicações dos sem terra.
(Informativo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/março 1986)

A Reação dos Proprietarios

O tema da Campanha da Fraternidade trouxe, de volta aos jornais, noticias de reações dos proprietarios semelhantes aquelas publicadas por ocasião do anuncio do I PNRA.

Os jornais, alguns de forma branda, outros, apaixonadamente, publicaram noticias da

CPT - RJ
nº 09 - MAIO 86
EXTRAÍDO BOLETIM CNBB IBASE - MAIO 86

organização dos proprietários contra a reforma agrária. É claro que os proprietários sempre estiveram mobilizados em torno de seus interesses. Se muda alguma coisa, é a forma de se articularem dentro desta organização.

Estão sendo criadas as UDRs (União Democrática Ruralista). Esse movimento começou em Goiás e está se organizando em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Mato Grosso.

Em Goiás, os proprietários conseguiram impedir algumas desapropriações.
São Paulo realizou, em Presidente Prudente, uma venda pública de dois mil bois, arrecadando mais de Cz$ 3 milhões. Esse dinheiro será aplicado nas ações do movimento e, entre elas, na campanha à Constituinte.

Enquanto isso, o processo de reforma agrária caminha em marcha lenta. O adiamento da assinatura dos planos regionais pode comprometer as metas previstas para este ano, pois corre o risco de não respeitar o calendário agrícola, muito importante para os agricultores.

Por sua vez, as desapropriações não significam a posse da terra. Primeiro é preciso assegurar, na justiça, o direito às terras desapropriadas. Existem terras, desapropriadas em 1969, que até hoje enfrentam a disputa pela posse.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

1985 foi um ano marcado pela violência no campo, chegando a atingir níveis sem precedentes. Só no mês de setembro foram registrados 41 casos de morte. O MIRAD registrou um total de 258 homicídios, dos quais 199 (76%) ocorreram nas regiões norte e nordeste. 188 são trabalhadores rurais e destes, 14 são líderes sindicais. Em apenas 62 imóveis estão registradas 138 mortes.

Vários fatores tem contribuído para agravar este quadro:

1. existência de crime organizado, bandos e quadrilhas a serviço dos grandes proprietários, dando origem ao sindicato do crime.
2. impunidade dos mandantes e assassinos; muitas vezes os inquéritos onde são apurados os assassinatos desaparecem das delegacias.
3. várias organizações têm estimulado os atos de força no meio rural a exemplo da União Democrática Ruralista; ou, matérias pagas pela TFP, incitando os conflitos agrários em áreas de tensão social.
4. os muitos impasses criados depois do anúncio do PNRA tem colaborado para acentuar os casos de violência, o clima de intranquilidade e tensão em regiões críticas.

Só nos primeiros meses deste ano, se tem notícia de 44 mortes em conflitos pela terra, o que mostra, que nenhuma medida concreta foi tomada, até agora, para alterar esta realidade.

NÚMERO DE MORTOS POR ATIVIDADE/1985

Atividade	Total de mortos
Trabalhadores rurais	188
Garimpeiros	04
Índios	08
Prop. e Pretensos	04
Empregados de fazenda	14
Pistoleiros	24
Clérigos	03
Advogados	04
Policiais	04
Comerciantes	01
Profissão não identificada	07
TOTAL GERAL	261

NÚMERO DE MORTOS POR REGIÃO (1985):

Norte	109
Nordeste	90
Sudeste	32
Sul	03
Centro Oeste	27

obs.: Se a esta lista forem acrescentados os 59 boias frias mortos em acidentes de transportes, teríamos um total de 320 mortos.

obs.2: Os dados apresentados sobre violência no campo, em 1985, são do MIRAD/INCRA.

SITUAÇÃO DAS DESAPROPRIAÇÕES

O documento Quadro Demonstrativo das Desapropriações Referentes ao Exercício de 1985/1986, preparado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, apresenta um total de 76 desapropriaçoes para fins de reforma agrária, realizadas entre 03 de julho de 1985 e 11 de março de 1986.

Neste artigo, observamos as 54 últimas desapropriações, realizadas entre 12 de novembro de 1985 e 12 de março de 1986 Essas 54 desapropriações, feitas em quatro meses, envolveram 271.698 hectares. Portanto, nesse período, desapropriou-se, em média, 2.264 hectares, por dia.

As metas para o período 85/86 prevêem a necessidade de desapropriar 4.620 milhões de hectares, em todo o país. Mantido o ritmo atual, até o final de 1986, o governo apenas desapropriaria em torno de 679.200 hectares; assim, 3.940.800 hectares deixariam de ser desapropriados.

A tabela abaixo mostra a relação entre as desapropriações e as metas do MIRAD/INCRA. Em alguns estados, não houve caso de desapropriação, como em Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Amazonas. Nessas circunstâncias, o percentual realizado é igual a zero.

Mesmo os estados onde existe um forte grau de conflitos e violência no campo - como os casos do Pará e Maranhão - apresentam um percentual de desapropriações muito baixo, em relação às metas previstas, no PNRA.

A situação no estado de Santa Catarina merece destaque, pois, aí, onde as terras têm preços altos, o percentual realizado alcançou 51%. Nesse estado, há pressões sociais organizadas, em favor das desapropriações: quatro acampamentos, com um total de 1050 famílias. Isso demonstra que o processo de reforma agrária avança, quando pressionado pelos movimentos sociais. Contudo, no estado do Paraná, onde há 13 acampamentos, com um total de 3.328 famílias, conseguiu-se, apenas, cumprir 22% do percentual realizado.

Em resumo, podemos concluir o seguinte: Em quatro meses, foram desapropriados, aproximadamente, 271 mil hectares, ou seja, uma média de 67.750 hectares mensais (271.000/4). Restam, portanto, 4.349 milhões, para os próximos dez meses, o que significa 434.900 ha./mês. Visto o ritmo atual, para se alcançar as metas previstas, a velocidade das desapropriações deverá aumentar em 6,4 vezes.

Carlos Cruz

ESTADO	DES.4 MESES	META P/4 MESES	PERCENTUAL REALIZADO
Acre	2.483	17.142	14%
Bahia	83.475	237.142	35%
Ceará	16.739	45.714	36%
Espírito Santo	1.835	8.571	21%
Goiás	13.562	139.142	9%
Maranhão	27.914	108.571	25%
Minas Gerais	2.603	65.714	3%
Mato Grosso do Sul	5.706	45.714	12%
Mato Grosso	17.130	45.714	37%
Pará	34.932	168.571	20%
Paraíba	2.219	20.000	1%
Pernambuco	1.438	28.571	5%
Paraná	8.456	37.142	22%
Rio de Janeiro	278	8.571	3%
Rondônia	33.127	45.714	72%
Rio Grande do Sul	2.723	17.142	15%
Santa Catarina	7.405	14.285	51%
São Paulo	9.673	51.428	18%

À IGREJA DE DEUS QUE ESTÁ EM TOCANTINÓPOLIS

Graça e paz da parte de Deus, pai dos pobres, e do Senhor Jesus Cristo, vencedor da morte e autor da Libertação.

Reunidos na Assembléia Regional da CPT, em Miracema do Norte, à beira do Tocantins, que forma com o Araguaia uma correnteza histórica de lutas e de sangue, queremos expressar-lhes, irmãos todo o afeto, a preocupação e as esperanças que sentimos para com essa Igreja, provada já de muito tempo e agora selada pelo martírio do nosso companheiro de caminhada, Pe. JOSIMO MORAES TAVARES.

Ao pastor dessa Igreja, Dom Aloísio, queremos manifestar nossa gratidão pela compreensão Pastoral com que sempre acolheu o trabalho da CPT, em meio a tantas incompreensões e riscos. A ele e a seus colaboradores no ministério-sacerdotes, religiosas, leigos- renovamos nosso compromisso de solidariedade efetiva, em ordem a manter nessa conflitiva região um claro testemunho evangélico de opção pelos pobres e marginalizados da terra, os indígenas, os lavradores, os sem vez.

A todos os lavradores - homens e mulheres, jovens e crianças - e a suas organizações, particularmente seus sindicatos, lhes reafirmamos a disposição da CPT de caminhar com eles, no dia a dia, como o mártir Josimo caminhou: com lucidez crítica na força do Evangelho.

A morte do Pe. Josimo nos estimula e nos questiona. O testemunho dos mártires sempre é uma bênção de conversão para a Igreja. O sangue dos mártires se torna voz de novos profetas, floração de comunidades eclesiais, vivas e organizadas, denúncia dos poderes do mal e anúncio da Justiça do Reino.

Com sua morte, por tanto tempo prevista e assumida generosamente, Josimo deu " a prova maior" e selou Evangelicamente sua vida sacerdotal. Viveu suas crises, como todos os humanos, foi, sempre mais forte sua fidelidade ao Evangelho e ao povo de Deus. Pobre no meio dos pobres, sofredor com os sofredores, crítico e consequente, lúcido na visão da injustiça e de suas causas, consciente da missão da Igreja hoje, aqui, seguidor de Jesus até o final. Sua firmeza conjugou-se exemplarmente com a controlada calma de seu temperamento de filho do povo e homem da terra. Caluniado, perseguido e preso pelos poderosos e por autoridades cúmplices e corruptas, ameaçado constantemente pelos braços armados do latifúndio, muitas vezes imcompreendido por colegas do ministério e até desprezado por ser negro, Josimo não arredou o pé da estrada - foi definitivamente um servidor fiel,

testemunha de Jesus, mártir.

Querido Dom Aloísio, irmãos sacerdotes, religiosas e todos os agentes de Pastoral, comunidades eclesiais do Bico do Papagaio, povo de Deus da Igreja de Tocantinópolis: esta é uma hora Pascal de morte e Ressurreição, tempo de Pentecostes, que nos purifica e nos sacode com o Vento do Espírito.

Juntamente com vocês, irmãos, nós todos, membros da CPT deste Regional Araguaia- Tocantins, queremos renovar nossa vida de fé e de oração, a vivência da simplicidade Evangélica e o compromisso real com o povo. Não cederemos às pressões: " Não tenham medo, eu venci o mundo" diz o Senhor. Não aceitaremos falsas reconciliações, que poderiam deturpar a limpeza de nosso testemunho e escandalizar o povo sofrido. Na formação das comunidades Eclesiais de Base e na organização dos trabalhadores rurais, prepararemos pacientemente a chegada definitiva do Reino.

Josimo, glorioso em Cristo será agora o melhor agente de Pastoral do Bico do Papagaio, coordenador honorário da Igreja de Tocantinópolis como foi coordenador provincial de sua primeira Assembléia Diocesana. As prioridades que a Igreja de Tocantinópolis assumiu, nessa Assembléia, Josimo refrendou com o seu próprio sangue.

Recebam,irmãos, com esta carta, o abraço de comunhão de todos os membros da CPT Regional que querem caminhar, com vocês, na oração da fé, na alegria da esperança e no compromisso do amor diário aos pobres desta terra.

Fraternalmente em Cristo Jesus,

Assembléia Regional Araguaia-Tocantins - Miracema do Norte

15-05-86

CEDI

Banerj oferece financiamento a 9% ao ano

O Banerj lançará, na abertura do Fórum para Desenvolvimento Regional, em Friburgo, uma linha de financiamento especial para micro, pequenas e médias empresas, dentro do Projeto Paraíso, prevendo US$ 10 milhões para a sua primeira fase com juros anuais de empréstimos em 9%. Com recursos globais de US$ 50 milhões para o Plano Diretor de Crédito Rural (PCDR), através do programa Moeda Verde, o Banerj espera incrementar também a agropecuária. O programa apresenta como vantagem o pagamento de financiamento pelo valor do produto. "Este é o ponto de partida para revolucionar a agropecuária sem paternalismos", avalia o diretor do Banerj José Maria Rabelo.

A linha de financiamento ligada ao Projeto Paraíso, segundo Rabelo, deverá atingir principalmente as mais de 3 mil confecções de moda íntima registradas em Friburgo e incentivar a vocação que a Região Serrana tem para crescer com tecnologia de ponta. O mesmo projeto permite a micro e pequenas empresas reduzir o prazo para se conseguir registro de 180 para 20 dias graças à desburocratização e carência de um ano para o recolhimento do ICMS.

"Estamos criando novas perspectivas para o desenvolvimento do estado", vibra Rabelo. Perspectivas que, segundo ele, se abrem também com o PCDR, cujas linhas de ação estão em fase de definição num trabalho conjunto do Banerj com a Secretaria Estadual de Agricultura, Abastecimento e Pesca.

Marina Esteves, assessora técnica de crédito rural do Banerj, salienta que a principal vantagem do Moeda Verde é permitir ao produtor efetuar o ressarcimento do seu crédito com base na equivalência do valor contratado em relação a uma determinada quantidade de produto. Também existem as possibilidades de se quitar prestações com [illegible] liquidão em parcelas subsequentes e a prorrogação do saldo devedor ao final. O Moeda Verde oferece créditos nos ramos de produção de grãos, cafeicultura, fruticultura, olericultura, bovinocultura, suinocultura, avicultura e caprinocultura.

Arquivo

Moeda Verde: financiamento é pago pelos produtores com o valor dos produtos agrícolas

Moeda Verde reanima os produtores

O Programa Moeda Verde, que [illegible] ao apoio dado à Queijaria Escola, [illegible] de ter como cliente a indústria [illegible] tivos na Região Serrana, segundo afirma Ayrton Violento, diretor da Área Rural da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Nova Friburgo (Acinanf). Ele destaca o incremento na atividade de caprinocultura, sobretudo em relação [illegible] criu a caprinocultura em sua fazenda de 13 alqueires situada no distrito de Amparo, em Nova Friburgo, onde produz 120 litros/dia.

O diretor da Associação tem prosperado na comercialização do produto, a ponto de manter uma queijaria na própria fazenda, além [illegible] cabra. Mas nem todos na região têm o mesmo sucesso, diz o secretário-executivo da Acinanf, Sérgio Tostes. Apesar de otimista quanto ao financiamento, ele entende que existe uma lacuna na comercialização pela falta de organização das cooperativas.

Qualidade é destaque

José Roberto Serra

IPD Lançará os

MOEDA VERDE

Crédito rural mais fácil para o Rio de Janeiro

O BANERJ, em conjunto com a Secretaria de Agricultura, lançou o Programa Moeda-Verde de Crédito Agrícola, que consiste num sistema de amortização com base na cotação do produto. Em conjunto com o Seguro-Agrícola BANERJ, o Moeda-Verde será instrumento importante para o fortalecimento do crédito rural no Estado e, por conseqüência, da própria agropecuária fluminense.

José Maria Rabelo, Diretor Operacional da Área II

Os bancos devem aplicar 25% de seus depósitos à vista em crédito rural e a parcela que não for aplicada deverá ser recolhida compulsoriamente ao Banco Central. Essas aplicações tinham que ser feitas, até o ano passado, nas atividades relacionadas pelo Plano de Safra do Ministério da Agricultura, que não levava em conta as peculiaridades de clima, relevo e solo do Estado do Rio de Janeiro.

O Plano de Safra visa as prioridades do Governo Federal, privilegiando produtos de exportação, como a soja, e produtos de que o Brasil é grande importador, como o trigo. O Governo do Estado do Rio, através da Diretoria do BANERJ, conseguiu que o Banco Central, através da circular número 2082, que os Bancos Estaduais pudessem estabelecer o direcionamento dos recursos de sua exigibilidade rural nas finalidades consideradas prioritárias, de acordo com as vocações agropecuárias de cada unidade da Federação.

O Programa — Este sistema permitirá ao produtor, nas atividades selecionadas, efetuar o pagamento de seu crédito, com base na equivalência entre o valor contratado e uma determinada quantidade de produto, calculada previamente, afastando assim a incerteza e o medo oriundos da atualização monetária.

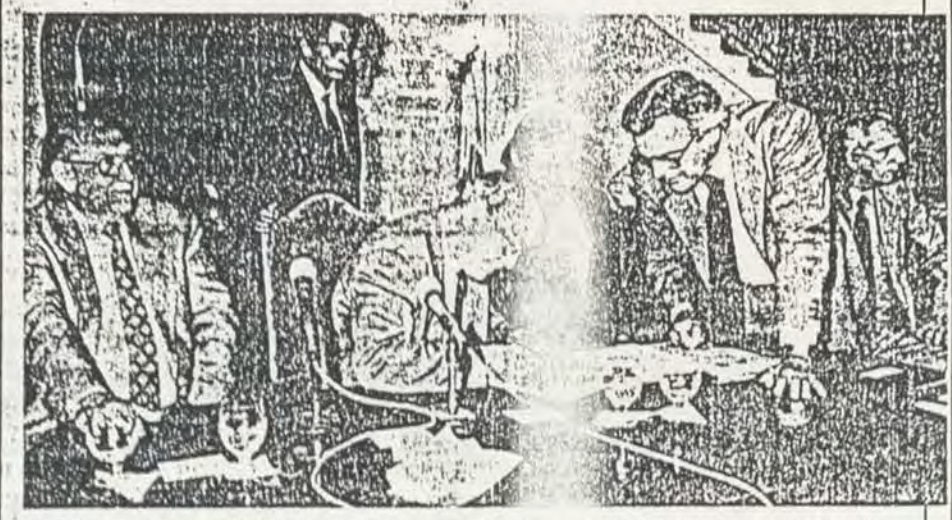
Caso a valorização do produto não acompanhe a evolução da atualização monetária em determinada prestação, a diferença observada será distribuída nas prestações subseqüentes Se no vencimento final da operação ainda for verificada a existência de um saldo devedor residual, a operação será automaticamente prorrogada, sem qualquer burocracia, com base nas quantidades de produto anteriormente estabelecidas.

Garantia — Segundo José Maria Rabelo, Diretor Operacional responsável pelas agências do interior do Estado, com o Moeda-Verde o produtor rural tem a garantia de que não será pressionado, nem durante nem ao final de seu crédito. Como garantia adicional, algumas das atividades compreendidas pelo Programa encontram-se cobertas pelo Seguro Agrícola, exclusividade do Banco no Estado do Rio de Janeiro.

O Moeda-Verde deseja também induzir um desenvolvimento direcionado de nossa agropecuária, através do incentivo à adoção de tecnologia. A condição básica para adesão ao Programa é que o interessado possua ou possa vir a desenvolver uma visão empresarial sobre a atividade rural e esteja motivado para a modernização de suas explorações.

Diversas atividades são passíveis de financiamento pelo crédito rural, mas, em uma primeira etapa, serão contemplados os seguintes produtos (os demais poderão ser financiados pelas linhas normais de crédito): **Grãos(*)** — arroz, feijão da seca e de inverno (irrigado) e milho; **Café**; **Fruticultura** — abacaxi(*), banana, goiaba(*), laranja(*), limão(*), maracujá e tangerina(*); **Olericultura(*)** — alface, beringela, cenoura, jiló, milho verde, chuchu, couve-flor, ervilha, pepino, pimentão, tomate, vagem, quiabo e batata-doce; **Bovinocultura** - corte e leite; **Avicultura** — corte e postura; **Suinocultura.**

(*) Atividades/produtos cobertos pelo **Seguro Agrícola BANERJ.**



■ *O Governador Leonel Brizola, entre os secretários de Fazenda, Cibilis Viana, e de Agricultura, Abastecimento e Pesca, Tito Ryff, e o Presidente do BANERJ, Antônio Carlos Brandão, assinaram em cerimônia no Palácio Guanabara o Programa Moeda-Verde de Crédito Rural, que permite ao produtor pagar o empréstimo com base na cotação do seu produto, facilitando o crédito e incentivando a adoção de tecnologia no campo.*

Agropecuária e abastecimento

O Estado do Rio de Janeiro importa cerca de 50% dos alimentos que consome, segundo o engenheiro agrônomo Leonel da Rocha Lima, Diretor de Abastecimento da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Pesca do Rio de Janeiro.

De acordo com dados da Secretaria, a agricultura fluminense abastece 70% das verduras, 40% dos legumes, 50% do leite, 25% dos ovos, 15% das frutas e 10% dos grãos consumidos no Estado. Estes números estão subdimensionados, pois em diversos produtos existe uma comercialização direta, que não tem como ser medida. Isto acontece principalmente com leite e ovos.

Alguns desses itens são bastante afetados por produtos de largo consumo que, praticamente, não são produzidos no Estado. É o caso da batata, cenoura e cebola entre os legumes e da soja e trigo entre os cereais. Nas frutas a produção fluminense é forte em laranja e banana, embora bastante aquém do consumo. Na pecuária e pesca a situação não melhora muito: o Estado produz apenas 50% do pescado, 20% da carne de por[illegible]% da carne bovina que consom[illegible]

[illegible]acredita que com a maior facilidade crédito, proporcionada pelo Pro[illegible] Moeda-Verde, e com o Programa [illegible] Abastecimento Popular da Sec[illegible] de Agricultura, esta situação deve[illegible]lhorar sensivelmente.

O [illegible]rama de Abastecimento visa traz[illegible]rodutor ao consumidor, eliminan[illegible]ura do intermediário. Assim o pr[illegible] consegue melhor remuneração [illegible]eu produto e o consumidor com[illegible]r um preço final menor. Parte d[illegible]rograma são os sacolões (mercad[illegible]lar volante) e os varejões (mer[illegible] popular fixo). O primeiro varej[illegible]om patrocínio do Banco, foi inau[illegible]o em 11 de abril na Saara (centro [illegible]unicípio do Rio de Janeiro) e vend[illegible] toneladas de produtos em um úni[illegible] No varejão a Secretaria está trab[illegible]do com associações de produtore[illegible]operativas, pois a experiência da C[illegible] de dar a concessão ao produto[illegible]idual, levou a que muitos dele[illegible]donassem a produção e se torn[illegible] comerciantes.

Q Sônia Geraldo

CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA PLANEJAMENTO E PROJETOS

CRITÉRIOS:

1. Decisão política de planejar e necessidade de planejar.
2. Flexibilidade, permitindo contemplar imprevistos.
3. Seja dentro da realidade local com a participação das comunidades ou grupos.
4. Deve estar dentro das grandes linhas nacionais da CPT e da conjuntura nacional.
5. Coerência entre o objetivo, meta, atividades, recursos humanos e financeiros.
6. Clareza dos objetivos e objetividade metodológica.
7. Levar em conta a cultura do público alvo.
8. Simplificar a análise de conjuntura.
9. Definir mecanismos de avaliação periódica. e indicadores de resultados.

REQUISITOS:

1. Grupo alvo: número de pessoas classificando-as: homens, mulheres; adultos e crianças; definir categorias (posseiros, arrendatários e outros); onde se situa, como ele vive, que problemas enfrenta, característica cultural, antropológica e religiosa.

2. Problemática/diagnóstico: levantamento da problemática com instrumentos de análise adequados; deve levar em conta quais as iniciativas que já existem; a histótia, a cultura; conter as forças àliadas e as forças opostas; e priorizar os problemas.

3. Objetivos: definir a curto, médio e longo prazo.

Ver as possibilidades de cada

4. Justificativa: criar cenários hipotéticos e explicar o porque de escolher este objetivo e não outro.

5. Atividades: conjunto de ações interligadas que visam atingir os objetivos. Definir metas a curto, médio e longo prazo; cada atividade deve prever sua meta; para cada meta deve corresponder pelo menos uma atividade; deve prever responsáveis, apoio (do próprio grupo ou de outras entidades), prazos e cronograma.

6. Recursos: Humanos (Participantes
Alvo a ser atingido, CPT, outras entidades).
Finaceiros (solicitados, próprios e não contabilizados).
Recursos operacionais. (bens móveis e imóveis)

7. Orçamento: Gastos previsíveis do projeto.

8. Metodologia: Deve prever como será executado o projeto, incluindo registro de atividades, avaliações periódicas, etc..

9. Duração do projeto.

10. Responsável pelo gerenciamento.

Goiânia, 27 de novembro de 1992.

50

- Incentivar e acompanhar a criação de STRs. visando a construção de um sindicalismo combativo, democrático e de classe.
- Dar apoio aos grupos de oposição sindical que aceitam se fortalecer em suas lutas e idéias, visando a conquista do STR e a organizações de classe.
- Incentivar um sindicalismo democrático, classista voltado para suas bases, que esteja à frente das lutas pela terra (resistência e conquista) e pela transformação da sociedade.
- Contribuir na avaliação, planejamento e capacitação, evitando o paternalismo, oferecendo dados e pontos de discussão.
- Apoiar o Departamento Rural da CUT, contribuindo para a sua consolidação.
- Favorecer a articulação entre os STRs e outras formas de organização e os partidos que em sua prática apoiam as lutas das classes trabalhadoras, mantendo a autonomia respectiva.
- Assumir em caráter permanente um trabalho de organização dos trabalhadores, nas áreas de concentração de assalariados, em colaboração com os sindicatos e forças locais.
- Aprofundar o estudo sobre a diferenciação do campesinato para o melhor desempenho de nossas atividades.
- Incentivar e acompanhar a organização de associações e cooperativas de pequenos produtores.
- Fortalecer a articulação dos assentamentos através de suas organizações, entre as quais a Comissão de Assentados, dando ênfase à articulação pela base, numa perspectiva de mudança da política agrícola.
- Apoiar e incentivar a organização dos atingidos por barragens e outros projetos governamentais.
- Desenvolver, com as equipes da áreas, por região, uma atividade de formação permanente, sistemática e planejada junto aos agentes pastorais aos dirigentes sindicais e dos diversos movimentos e lideranças.
- Favorecer e incentivar o debate sobre o sindicalismo e as novas formas de estruturas sindicais.
- Animar os STRs na retomada da luta pela conquista da terra.
- levar em conta, no trabalho de assessoria a todas as formas de organização dos trabalhadores do campo, a luta política global e a transformação das estruturas da sociedade. Incentivar também a participação (militância) dos trabalhadores nos partidos políticos que defendem os interesses das classes trabalhadoras.

✲✲✲

CAPITULO XII - DO PESSOAL DA CPT

ARTIGO 40. - A CPT conta com colaboradores, constantes e eventuais, e com um quadro de pessoal contratado com vínculo empregatício.

PARÁGRAFO 1º. - Os colaboradores, ligados a outras entidades, prestam serviços gratuitos à CPT e têm vínculos apenas em nível pastoral.

PARÁGRAFO 2º. - O pessoal contratado tem relação de emprego com a CPT, sendo enquadrado nas normas da legislação trabalhista e previdenciária em vigor.

ARTIGO 41. - Os Regionais, e o Secretariado Nacional, que contam com um quadro efetivo de pessoal, deverão observar, as determinações legais, com os devidos registros e recolhimentos das obrigações sociais.

ARTIGO 42. - A contratação e os salários das pessoal ligadas diretamente à CPT serão determinados por criteriosa análise de suas opções e de acordo com suas necessidades pessoais.

ARTIGO 43. - Os agentes pastorais - mesmo sendo Coordenadores Regionais, caso recebam vencimentos de paróquia, Diocese ou outra entidade, normalmente dispensarão a CPT de novos encargos sociais e remuneração complementar.

CAPITULO XIII - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

RTIGO 44. - Os casos omissos deste Regimento serão resolvidos em base nos Estatutos Sociais da CPT mediante decisão do Conselho Diretor.

PARÁGRAFO ÚNICO - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso ao Conselho Nacional.

ARTIGO 45. - A CPT apresenta o seguinte organograma atual:

a) Assembléia Geral;
b) Conselho Nacional;
c) Conselho Diretor;
d) Secretariado Nacional;
e) Regionais:

Noroeste: 1) Amazonas e Roraima
2) Acre
3) Rondônia
4) Mato Grosso.

Norte : 1) Pará e Amapá
2) Maranhão
3) Araguaia-Tocantins

Nordeste - 1) Bahia e Sergipe
2) Ceará
3) Piauí
4) Nordeste (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte)

Centro - 1) Goiás
2) Minas Gerais
3) Espírito Santo
4) Rio de Janeiro

Sul - 1) São Paulo
2) Paraná
3) Santa Catarina
4) Rio Grande do Sul
5) Mato Grosso do Sul

ARTIGO 46. - Este Regimento entra imediatamente em vigor e somente poderá ser modificado pela Assembléia Geral por maioria absoluta dos presentes votantes.

Goiânia, Estado de Goiás, aos 03 de agosto de 1.991.

DIREITO SINDICAL: UMA DISCUSSÃO COM VISTAS À ELEIÇÃO DO SINDICATO

AATR-BA

A legislação sindical tem sido uma poderosa arma nas mãos daqueles que, sem estarem identificados com os trabalhadores, pretendem se perpetuar nas diretorias sindicais. Vale tudo na batalha para controlar a máquina sindical. São mil e uma as artimanhas usadas pelos maus dirigentes, que vão desde o ato de publicação do Edital de convocação das eleições até à apuração dos votos.

Para atender a esta realidade e para municiar os advogados, os agentes e os próprios trabalhadores, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais-Ba promoveu um Seminário Sobre Direito Sindical, em novembro de 1984, cujos resultados são apresentados no texto seguinte. Como exemplo, é apresentada a experiência da chapa de oposição do município de Monte Santo, Bahia. Por fim, são apresentadas sinteticamente as modificações na Legislação Eleitoral Sindical após a realização do Seminário. (CEAS)

AS ELEIÇÕES EM MONTE SANTO

Tudo começou quando em 1983 a antiga diretoria do STR de Monte Santo, de forma gritantemente fraudulenta, convocou eleições sem qualquer obediência aos requisitos legais. Denunciadas as fraudes, viu-se a Delegacia Regional do Trabalho compelida a anular a convocação e as eleições, nomeando uma Junta Governativa para dirigir o sindicato e, no prazo máximo de 180 dias, convocar novas eleições. Da junta nomeada não fez parte nenhum dos denunciantes das fraudes que culminaram com a anulação anterior. Na verdade, representava mais do que nunca os interesses das oligarquias políticas, representadas por um vereador do PDS, Rui Cavalcanti Maia, que controla o sindicato desde a sua fundação.

Diante do comportamento sempre suspeito da Diretoria anterior e da Junta Governativa, os associados daquele órgão de classe integrantes de uma chapa de oposição iniciaram uma verdadeira vigília na sede do sindicato para evitar novas fraudes na convocação. Até o dia 20 de janeiro de 1984, não havia sido publicado nem afixado o Edital de Convocação. Entretanto, para surpresa geral dos trabalhadores, no dia 25 de janeiro de 1984 aparece na parede do sindicato um Edital datado de 10 de dezembro de 1983, convocando as eleições para o dia 9 de março de 1984, em primeira convocação. O mesmo Edital foi também afixado na sede da Prefeitura Municipal de Monte Santo, no mesmo dia 25.01.84, segundo várias testemunhas, entre as quais o Sr. Antônio Andrade de Alcântara, funcionário da Prefeitura, que declarou ter presenciado o exato momento em que o vereador Rui Cavalcanti Maia colocava o Edital convocando as eleições sindicais.

Os trabalhadores associados integrantes da chapa de oposição entraram com um Recurso na DRT pelo qual denunciavam todas as ocorrências, juntando declarações e abaixo-assinados de trabalhadores comprovando as denúncias. De nada adiantou, pois a Delegacia do Trabalho considerou legal a convocação e referendou a realização das eleições.

Convém ressaltar que com a publicação do Edital fora do prazo a oposição ficou completamente excluída da participação no pleito, enquanto o presidente da Junta encabeçava a chapa única.

Vieram as eleições e, sentindo a Junta Governativa e seu patrono local que poderiam deixar de ganhar as eleições por falta de quorum ou pela grande quantidade de votos nulos, empreenderam novas falcatruas, tais como: associar trabalhadores no dia da eleição, com data anterior a seis meses; dar recibo de quitação de trabalhadores atrasados em mais de um ano; comprar votos com dinheiro e promessas vantajosas; ameaçar de demissão quem tinha parentes em órgãos públicos municipais.

Não satisfeitos com o comportamento acima, ainda foi montado um verdadeiro esquema de repressão, com a presença de um comando da Polícia Militar Regional composto de 10 homens armados de fuzis e metralhadoras, que se postaram nas imediações da sede do sindicato, prontos a entrar em ação a qualquer momento. Além disso, o Delegado de Polícia Municipal esteve no interior da sala de votação durante todo o dia, de forma ostensiva, apesar de dizer que estava ali para dar "segurança" à mesa coletora, que era do mesmo grupo político.

Terminada a votação, novo recurso foi interposto junto à Delegacia Regional do Trabalho, denunciando as irregularidades e pedindo a anulação das eleições. Outra vez foi em vão, pois o Sr. Delegado considerou tudo formal e legalmente perfeito, sendo esta decisão proferida muitos meses após. Mesmo assim, foi ajuizado um Mandado de Segurança com o ato do Delegado do Trabalho, que ainda se encontrava em tramitação na Justiça Federal quando foi escrito este texto.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E JURIDICAS

Com a realização do Seminário sobre Direito Sindical, constatou-se a existência das mais variadas situações no processo eleitoral, com o objetivo de eternizar dentro do movimento sindical elementos descomprometidos com a classe trabalhadora e sua organização e contribuição para uma mudança social, interessados na manutenção da situação atual, com a exploração dos trabalhadores e geração de benefícios em proveito dos próprios dirigentes, em detrimento dos associados e da categoria em geral.

Nesse sentido, a estrutura sindical vigente contribui para que a sociedade permaneça capitalista, dividindo a sociedade em classes e mantendo a propriedade privada.

Para se manterem no poder, os maus dirigentes recorrem a todo tipo de fraudes e manobras, no que são apoiados pela maioria das autoridades locais e Delegacia Regional do Trabalho, sempre submissa aos políticos e à classe dominante. Esse comportamento exige uma resposta imediata e eficaz das oposições, representantes dos anseios da maioria dos trabalhadores em cada município.

Como meio de tentar impedir, evitar e até mesmo anular os atos ou manobras fraudulentas, viram-se duas formas de ação/trabalho: a política e a jurídico/administrativa.

A ação política visa à mobilização e conscientização da classe trabalhadora rural para a luta sindical, à busca de apoio de outras entidades, denúncia pública das manobras e fraudes feitas pela chapa da situação. Ao lado da ação política, temos mais um importante instrumento de luta que se mostrou extremamente necessário, que é o trabalho desenvolvido pela assessoria sindical e jurídica durante todo o processo eleitoral: antes, durante e depois.

Diante de algumas experiências expostas e apesar de todas as dificuldades aventadas, verificou-se que, para um melhor resultado do trabalho teórico, o acompanhamento deveria contar com a assessoria de sempre mais um advogado, no mínimo dois. Um no local da eleição e outro na capital, com procuração da chapa, para eventuais medidas jurídicas neste foro.

Dentro desta assessoria técnica, observou-se a necessidade de informar e esclarecer os trabalhadores sobre o processo eleitoral sindical, seus momentos (convocação, votação e apuração), leis e portarias que regem os trabalhos e, mais ainda, o efetivo acompanhamento do assessor durante todo o trabalho, avaliando com os trabalhadores todas as posições assumidas e por assumir, observando e respeitando sempre a realidade local dos trabalhadores, não os substituindo no seu papel de libertação.

Fatores dos mais diversos ocorrem antes e no decorrer do processo eleitoral sindical, devendo os trabalhadores e assessores estar atentos para sua constatação e solução imediata.

Esta parte do trabalho não tem intenção de ensinar aos assessores e trabalhadores, mas sim a proposta de subsidiar tecnicamente os interessados que estão vivendo tais situações ou aqueles que, de certa forma, têm interesse na discussão de certa polêmica em torno da legislação eleitoral sindical brasileira, quase toda concentrada na Portaria nº 3.437/74 do Ministério do Trabalho e no que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho.

Notamos que o campo é vasto e abrangente, por isso se faz necessária uma observação crítica por parte da assessoria jurídica em avaliar qual o caminho a seguir. Isso porque, na sua quase totalidade, as Delegacias Regionais do Trabalho – em particular a da Bahia – estão comprometidas com o peleguismo e uma atuação nesta área não surtiria os efeitos necessários, o que implicaria, então, recorrer ao juiz local, pois sendo ele honesto ou havendo bastante acompanhamento, é o melhor caminho que se apresenta.

Passando para as questões práticas apresentadas, vejamos alguns encaminhamentos que foram tirados:

1. Quando há negativa de associação e não recebimento das mensalidades

No período que antecede as eleições, verificaram-se duas situações que constituem manobras corriqueiras das direções dos sindicatos; uma é a não sindicalização de trabalhadores da categoria e a outra o não recebimento das mensalidades dos trabalhadores.

Para a primeira situação, poderia ser eficaz, muito embora e apenas para um amedrontamento da direção do Sindicato, ajuizar uma interpelação judicial com o objetivo de obter do STR os motivos da não associação do ou dos trabalhadores.

Para o segundo caso, muito embora não exista segurança quanto ao surgimento de efeitos jurídicos, a atitude mais simples e prática seria o depósito bancário na conta do Sindicato, sendo necessários os seguintes cuidados:

a. total segurança quanto ao nome do Banco em que o Sindicato mantém a Conta Corrente e ao número da conta;

b. uma guia de depósito para cada mensalidade a ser paga ou, de acordo com o gerente do banco, relacionar os depositantes determinando os meses e os valores que cada um está depositando, devendo a relação ser autenticada e carimbada pelo caixa;

c. as guias devem ser preenchidas totalmente e não devem ter rasuras;

d. o nome do depositante e a mensalidade correspondente devem estar bastante claros;

e. essa guia deve ser guardada cuidadosamente; não pode ser extraviada, pois é o comprovante para a participação nas eleições.

Outra atitude para o caso é o ajuizamento de uma **Ação de consignação em pagamento**, com o objetivo de depositar em juízo as mensalidades que injustificadamente estão sendo recusadas pela Diretoria do STR. Esse tipo de ação pode ser muito trabalhosa, pois implica um grande número de procurações e a relação de todos os trabalhadores e mensalidades em atraso. Entretanto, já foi proposta com resultados satisfatórios.

2. Dos atos convocatórios

O maior volume de manobras para impedir o registro de chapas de oposição ocorre sempre na época em que está por vencer o mandato de três anos, e, conseqüentemente, o STR deve dar início ao processo de substituição dos seus membros diretivos.

O processo de substituição dá-se através de eleições para a escolha de representantes da categoria, que devem efetuar-se no prazo máximo de sessenta dias e mínimo de trinta dias, antes do vencimento dos três anos do mandato. Através da publicação de editais de convocação da categoria para o pleito, todos devem ficar sabendo das datas e demais procedimentos para a realização da eleição, obedecendo tais Editais aos requisitos dos artigos 15, 16 e seu Parágrafo Único da Portaria 3.437/74. Aí, interessa principalmente o disposto no Parágrafo 1º do artigo 15 da referida Portaria, que diz: *Cópias do Edital a que se refere este artigo deverão , com antecedência máxima de cento e vinte dias e mínima de noventa dias,* em relação à data da eleição, *ser afixadas na sede da entidade sindical e, se for o caso, nas suas delegacias ou seções, bem como, sempre que possível, remetidos – no caso de Sindicato de Trabalhadores – às empresas de atividade econômica correspondente, para fins de fixação nos locais de trabalho.* (grifamos).

Nesta fase, é comum o Presidente do STR, sabendo do interesse ou da forma-

ção de chapas de oposição, manipular esses Editais para evitar o registro das chapas. Tal manipulação muitas vezes impede o registro pretendido, em desobediência aos artigos 15 e 16 da Portaria nº 3.437/74.

Nos quadros seguintes, esclarecemos o que foi dito acima:

QUADRO 1
REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Com relação ao vencimento do mandato	Prazo Máximo	Prazo Mínimo
	60 dias	30 dias

QUADRO 2
ATOS CONVOCATÓRIOS
ÀS ELEIÇÕES

Com relação à realização do pleito	Prazo Máximo	Prazo Mínimo
	120 dias	90 dias

EXEMPLO PRÁTICO:

QUADRO 3
REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO

	Data da Eleição	
Data de vencimento do mandato	Prazo	Prazo
10.07.85	10.05.85	10.06.85

QUADRO 4
ATOS CONVOCATÓRIOS
À ELEIÇÃO

Data da Eleição	Prazos para Convocação	
Prazo máximo	Máximo	Mínimo
10.05.85	10.01.85	10.02.85
Prazo mínimo 10.06.85	10.02.85	10.03.85

Em muitos processos eleitorais, há grande manipulação das informações e do próprio processo, o que, ocorrendo, poderá ser combatido em dois níveis: administrativo e jurídico.

Administrativo

Estabelece a Portaria nº 3.437/74 que do processo eleitoral cabe recurso que deverá ser interposto no prazo de quinze dias, a contar do término das eleições. O recurso deve ser dirigido ao Presidente do Sindicato e protocolado na Secretaria do Sindicato. Convém esclarecer que o Presidente do Sindicato não julga o recurso. Ele apenas o recebe, junta a primeira via do processo eleitoral e, dentro de vinte e quatro horas, encaminha a segunda via ao recorrido (encabeçador da chapa contrária), que deverá apresentar suas contrarazões no prazo de três dias. Findo esse prazo, compete ao Presidente do Sindicato informar à autoridade do Ministério do Trabalho a existência do recurso, encaminhando-o no prazo de três dias para a decisão. Estabelece ainda a Portaria que a autoridade do Ministério do Trabalho tem dez dias para a decisão.

É muito provável que tanto o Presidente do Sindicato quanto o Delegado Regional do Trabalho não cumpram os prazos estabelecidos pela Portaria, o que pode ensejar o ajuizamento de ações próprias, inclusive, neste caso, Mandado de Segurança contra o Presidente do Sindicato (medida discutível) e contra o Delegado Regional do Trabalho. Contra o primeiro, na Justiça Estadual; contra o segundo, na Justiça Federal.

Pode-se ainda, com fundamento nos artigos 553 e seguintes da CLT, pedir a punição dos dirigentes faltosos, cuja penalidade vai desde a suspensão dos diretores até a cassação da carta sindical.

Jurídico

Se a medida administrativa se mostra insuficiente, inadequada ou demorada, pode-se recorrer ao judiciário, devendo-se levar em conta que algumas ações podem ser requeridas na justiça comum (Estadual), outras na Justiça Federal. Todas as ações entre os sindicatos e os associados correm na Justiça Estadual, conforme determina a Súmula 114 do Tribunal Federal de Recursos: *Compete à Justiça Estadual processar e julgar as causas entre sindicatos e seus associados.* (*Diário da Justiça*, 06.05.82, p. 4.226).

Entendemos que o trabalho da retomada de um sindicato ou mesmo de qualquer eleição sindical deve ser avaliado com muita antecedência, para que se possa saber, em tempo hábil, que medidas tomar para que as eleições sejam normais e regulares. Agindo preventivamente, poderão os trabalhadores usar os vários tipos de ação contemplados no Código de Processo Civil, sobretudo as chamadas **ações cautelares**. A mais ampla destas ações é a chamada **inominada**, pois o pedido pode ser amplo, ou seja, pode-se pedir ao Juiz o que interessar e não seja objeto de outro tipo de ação específico. Além da amplitude do pedido, ela também é útil quando utilizada no processo eleitoral, pois pode assegurar um Direito pela concessão de uma liminar. Para exemplificar, podemos usar a Ação Cautelar Inominada para o registro da chapa, quando a diretoria de um sindicato impede o exercício desse direito. A seguir, pelos problemas apresentados, encontraremos alguns procedimentos judiciais que poderão surtir efeito.

Do registro dos candidatos

Observamos nas discussões que os problemas de uma chapa de oposição começam com os atos convocatórios, ou seja, a partir do momento que a Diretoria pelega de um Sindicato começa a manobrar, sabendo da existência de uma outra chapa. Foi amplamente demonstrado que o descumprimento do art. 19, § 1º da Portaria 3.437 concorre para evitar que outros trabalhadores disputem as eleições do seu sindicato. Para evitar que as manobras impeçam o registro de chapa de oposição, deve-se, levando o constante nos quadros 3 e 4, agir preventivamente, utilizando-se da **Ação Cautelar Inominada** para depositar em juízo a chapa de oposição, alegando o justo receio de ser preterida e requerendo o registro da chapa em juízo. É importante observar os prazos estabelecidos pela Portaria e descritos nos quadros 3 e 4 destas conclusões.

Da listagem de associados

Mesmo superada a dificuldade acima, outras poderão acontecer, como por exemplo as manobras nas listas de votantes. Vários depoimentos demonstraram que maus dirigentes costumam alterar a lista, fazendo surgir eleitores de última hora, que não eram sócios ou que, sendo, estavam em débito.

Como evitar tais fraudes?

Concluiu-se que é importante o acompanhamento anterior, para que se possa fazer uma comparação no dia das eleições. Segundo a Portaria 3.437, no art. 47, 11, é eleitor todo trabalhador que fizer parte do quadro social do sindicato há mais de seis meses. É exatamente o período em que deve ser obtida a relação dos associados do sindicato, pois

daquela relação será tirado o quórum das eleições.

Conforme demonstra o Quadro 3, supondo-se que as eleições deverão ocorrer em 25.05.85, deve ser exigida a cópia da listagem dos associados em 25.11.84. É possível que seja negado o fornecimento. Assim sendo, além das pressões que os trabalhadores podem fazer, pode-se também lançar mão de ações judiciais.

Neste caso, pode-se utilizar uma ação cautelar de natureza específica: **A exibição de documentos**, que seriam o Livro de Registro e as fichas de associados. Em último caso, pode-se recorrer também à **busca e apreensão**. Estas medidas estão disciplinadas nos artigos 839 a 844 e 855 do Código de Processo Civil. Por tais medidas, a diretoria do sindicato será obrigada a levar a juízo os documentos solicitados.

Como a **Ação Cautelar** é uma ação preparatória à ação principal, para evitar que os trabalhadores arquem com um possível prejuízo causado pela execução da liminar, além de responder pelos custos e honorários, deve-se ajuizar a ação principal no prazo de trinta dias. Tal ação principal deverá ser uma **Ação Declaratória de Direito Subjetivo**, visando a que a justiça reconheça a obrigação do sindicato de fornecer os documentos pretendidos. Qualquer trabalhador, inclusive os integrantes da chapa, pode ser o Autor da ação, desde que esteja em gozo dos seus direitos.

Medidas contra a delegacia do trabalho

Pela legislação trabalhista e sindical vigente, cabe ao representante do Ministério do Trabalho a fiscalização sindical, inclusive as eleições sindicais. O representante do MT nos Estados é a Delegacia Regional do Trabalho, órgão dirigido por um Delegado nomeado pelo governo Federal.

Quando uma diretoria de um sindicato impede que um trabalhador exerça seu direito de associado, como foi visto anteriormente, pode-se entrar com um recurso que deverá ser decidido pelo Delegado de Trabalho, sendo que a Portaria 3.437/74 estabelece o prazo de dez dias para que ele se pronuncie. Se o Delegado se omite ou decide contrariamente ao que pretendem os recorrentes, contra a omissão ou a decisão dele, cabe **mandado de segurança** ajuizado na Justiça Federal, que é a competente para decidir questões que envolvem órgãos federais. Pela Lei nº 1.533, o prazo para interpor um Mandado de Segurança é de cento e vinte dias. Entretanto, ficou claro que para surtir efeito, inclusive conseguir uma liminar, deve ser requerida **imediatamente**, evitando-se prejuízos para os trabalhadores.

Discute-se, ainda, o cabimento do mandado de segurança contra o Presidente do Sindicato, quando ele está investido como Presidente do pleito eleitoral, porque aí estaria exercendo uma atividade delegada. O assunto é discutível, entretanto só a prática é que vai determinar se o procedimento é correto ou não. Ressalte-se que o juízo competente, nesse caso, é Justiça Estadual.

Outras medidas judiciais, como a justificação, a interpelação, a produção antecipada de provas, etc. podem caber, dependendo do momento e da oportunidade de serem usadas de acordo com o previsto em lei e determinar a necessidade dos trabalhadores.

MODIFICAÇÕES NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL SINDICAL APÓS A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO

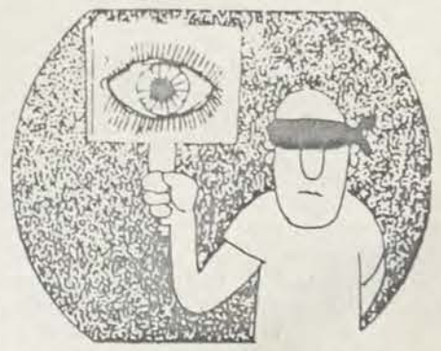
PORTARIA Nº 3.280/84, de 07.12.84 – Revoga a Portaria nº 126/58, que instituiu modelo-padrão de estatutos sociais para as entidades sindicais.

PORTARIA Nº 3.100/85, de 25.03.85 – Revoga a Portaria nº 3.337/78, que proibia alianças intersindicais, permitindo a criação de Centrais de Trabalhadores.

PORTARIA Nº 3.117/85, de 28.03.85 – Revoga a Portaria nº 3.437/74, que regulamentava as eleições sindicais. A nova Portaria entrará em vigor a partir de 1º de março de 1986, quando as entidades sindicais poderão adaptar-se a nova sistemática, ou seja, prever nos próprios estatutos a forma de eleição de suas Diretorias e Conselho de Representações junto às Federações e Confederações.

PORTARIA Nº 3.350/85, de 29.07.85 – Dá nova redação ao § 5º do artigo 22 da Portaria 3.437/74, estabelecendo que, com antecedência de 15 dias em relação às eleições, o Presidente do Sindicato fornecerá nomes de pessoas idôneas para composição das mesas, ficando-lhe assegurada a indicação do presidente das mesmas e dos encabeçadores das chapas concorrentes e dos demais mesários em igualdade de condições.

PROJETO DE LEI Nº 73 – Além das Portarias acima, tramita no Senado Federal o Projeto nº 73/85, do Senador Fernando Henrique Cardoso, de São Paulo, propondo alterações no Capítulo V da CLT, que diz respeito à associação sindical, eleições sindicais, investidura sindical, enquadramento sindical, etc.



DE OLHO

Suplemento dos CADERNOS DO CEAS para reflexão de grupos populares. Cada número traz um tema quente da conjuntura e algumas questões para a discussão.

Pedidos à rua Aristides Novis, 101 – Federação – 40.000 – Salvador – Bahia. Preço por exemplar: Cr$50, mais correio. Assinatura anual (6 números): Cr$1.300 por exemplar. Cada exemplar a mais custa Cr$300. A partir de 500 exemplares, abatimento de 20%.

Missão da CPT

Convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, seguindo a prática de Jesus

A CPT quer ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo.

A CPT reafirma seu caráter pastoral e retoma, com novo vigor, o trabalho de base junto aos povos da terra e das águas, como convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria:

1. nos seus processos coletivos:
de conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção sustentável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais);

2. nos seus processos de formação integral e permanente:
a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las;
com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade;

3. na divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças;
sempre contribuindo para articular as iniciativas dos povos da terra e das águas e buscando envolver toda a comunidade cristã e a sociedade, na luta pela terra e na terra; no rumo da "terra sem males".

Texto elaborado, em novembro de 1998, por agentes que participam da CPT há mais de dez anos e revisto e aprovado durante o I Congresso da CPT, realizado em Bom Jesus da Lapa, em 2001.

Nós vos pedimos com insistência:
não digam nunca "isso é natural"
diante dos acontecimentos de cada dia,
numa época em que reina a confusão,
em que corre sangue
em que o arbitrário tem a força de lei,
em que a humanidade
se desumaniza,
não digam nunca:
"isso é natural"
para que nada passe
a ser imutável!

Bertolt Brecht

SUMÁRIO

Apresentação 5

I – Histórico 7

II – Os Problemas Fundamentais da Realidade Brasileira 11

III – Alternativas: O que é preciso fazer para mudar o Brasil? 21

IV – O que é uma Assembléia Popular 33

V – Exigências da Participação Popular nos Destinos do País 43

VI – Propostas de Ação e Calendário 45

Anexo – Questionário para o mutirão de trabalho de base "Que Brasil Nós Queremos" 49

CEDIM

APRESENTAÇÃO

No ano de 2002, foi preparada uma cartilha intitulada "Para Entender a ALCA", que foi um instrumento que contribuiu para a compreensão de milhares de pessoas sobre o que é a ALCA e os seus efeitos. Foram mais de 400 mil exemplares. A cartilha nos ajudou a organizar, a fazer o debate preparatório para o Plebiscito sobre a ALCA, quando mais de 150 mil voluntários se envolveram, tanto no processo formativo como também na própria semana de realização do Plebiscito. Mais de 10 milhões de pessoas foram aos locais de votação, voluntariamente, para dar a sua opinião. E mais de 90% dos que votaram no Plebiscito deram sua opinião contrária à implantação da ALCA.

Em 2003, dando continuidade ao processo de formação e informação sobre a ALCA, ampliando o nosso debate e fortalecendo o trabalho que já vinha sendo realizado no âmbito da Dívida Externa, pela Auditoria Cidadã da Dívida, elaboramos mais uma cartilha, "Para Entender a ALCA 2". Nesse período, ampliamos o debate para os eixos da Dívida Externa, dos Tratados de Livre Comércio e da Militarização. Foram mais de 150 mil cartilhas.

Essas duas cartilhas fazem parte de uma história de luta, de mobilização, de construção conjunta. Mas ainda não conseguimos derrotar o Império e, por isso, a nossa luta deve continuar, ainda mais articulada, mais forte. Nessa história – construída aqui no Brasil, mas articulada com nossos/as companheiros/as de toda a América Latina –, tivemos muitas vitórias. A luta não se encerrou com o Plebiscito realizado aqui no Brasil e em inúmeros outros países. Ampliamos a luta para outros eixos, buscando combater os tentáculos utilizados para que a ALCA vá se instalando aos poucos. Assim, reforçamos a luta pela água, pela terra, pela demarcação das terras indígenas e dos quilombolas, as lutas das mulheres do campo e da cidade, da juventude, dos atingidos por barragens,

CEDIN

dos pequenos agricultores, dos sem teto, dos desempregados/as, dos trabalhadores/as urbanos/as etc.

Como parte de toda essa luta, conseguimos mostrar que juntos somos fortes e estamos atentos às negociações dos diferentes tratados de livre comércio, assim como ao conjunto da política externa e comercial, tanto brasileira quanto mundial. E juntos vamos continuar a denunciar a guerra, a violência, a fome, o desemprego e a reforçar ainda mais a nossa luta pela dignidade e pela democracia defendendo sempre que o povo tem o direito de decidir e opinar.

Para darmos continuidade a essa luta e com o objetivo de contribuirmos na construção das Assembléias Populares, elaboramos mais esta cartilha, a de número 3. Ela traz uma reflexão histórica de nossa caminhada, das nossas lutas, nos ajuda a perceber o momento atual que estamos vivendo, procura apontar algumas alternativas e nos auxilia a entender o que são as Assembléias Populares e como realizá-las.

Também estamos propondo mais um instrumento, que faz parte desta cartilha, um questionário para ser multiplicado e discutido nos mais distintos locais: escolas, universidades, no campo, na cidade, nas famílias, nas comunidades, nos sindicatos, nas associações e em outros tantos lugares nos quais nos reunimos para debater, refletir, confraternizar, celebrar e lutar.

Bom trabalho.

COMISSÃO NACIONAL DA CAMPANHA CONTRA A ALCA

MARÇO DE 2005

I

HISTÓRICO

Paz, justiça e solidariedade são sonhos permanentes, inscritos nos nossos corações e nos corações dos povos. Não há como construir essa nova sociedade sem a participação de todas as forças democráticas do país. A democracia se fundamenta nos valores de justiça, igualdade, solidariedade, pluralismo e dignidade de todos e todas. Não é possível haver democracia sem a participação do povo e das forças populares organizadas.

"Reinventar a democracia". Esse projeto deve nos animar e alegrar enquanto cidadãos apaixonados pela justiça, pela dignidade e liberdade. Desde a sua fundação, a Campanha Jubileu contra as Dívidas e contra a ALCA colocou a democracia no coração de sua prática e do seu horizonte. No momento de querer superar os desânimos e "recarregar as baterias", nada mais natural que esse "reinventar a democracia". Projeto grande e bonito! Nada fácil, sabemos, pois as forças opostas são poderosas e violentas, mas para arar profundamente a terra é bom possuir uma boa ferramenta.

Durante anos, a Campanha mobilizou as energias, empolgou milhares de companheiros e companheiras militantes. Ela foi, e ainda é, um riquíssimo processo de participação, de reflexão, debates, de formação, de organização, mobilização e ação. Uma magnífica escola de formação democrática e cidadã. A Campanha foi, nos últimos anos, um dos maiores processos de educação política do povo brasileiro.

Podemos situar nossa luta dentro do processo histórico, cujos antecedentes estão no movimento de organização e expressão do povo brasileiro, desde o final dos anos 70, quando surgiu um novo sindicalismo e greves pipocaram em muitas fábricas. Ao sair da ditadura, as forças populares se orientaram na mobilização para as

+ Queremos reinventar a DEMOCRACIA.

CEDIN

"Diretas Já" e, posteriormente, para a elaboração da nova Constituição Federal, de 1988. Aos poucos, os movimentos sociais (camponeses/as, trabalhadores/as urbanos/as, jovens, mulheres, negros, povos indígenas, etc), sindicais, pastorais foram se articulando em níveis crescentes.

De 1997 a 1999, as pastorais sociais, junto com numerosos parceiros partilhando as mesmas visões e valores, organizaram a "Terceira Semana Social Brasileira" sobre o resgate das dívidas sociais da sociedade brasileira. Na raiz de tantas dívidas encontrava-se sempre a dívida externa. Num Simpósio em Brasília sobre a dívida externa, em julho de 1998, analisou-se as suas causas e conseqüências. A Campanha nasceu durante este Simpósio e chamou-se então: Campanha Jubileu 2000 contra a Dívida Externa.

Para ampliar a mobilização, no final do Simpósio, a Campanha decidiu organizar um Tribunal da Dívida Externa durante três dias, em maio de 1999 no Rio de Janeiro. Mais de 2 mil pessoas participaram. O veredicto final ainda é muito atual para entender o processo do endividamento e suas dramáticas conseqüências sociais e políticas. Depois do Tribunal, a Campanha procurou continuar o processo de debates, participação e organização sobre a problemática da dívida externa. Surgiu, então, a proposta audaciosa de organizar um Plebiscito Nacional no ano 2000, durante a Semana da Pátria (1 a 7 de setembro). Durante os meses de preparação, o país todo debateu o tema da dívida externa. Foi uma mobilização de massa. Mais de 6 milhões de cidadãos votaram no Plebiscito.

Em 2001, a Campanha orientou as suas energias para a realização de uma Auditoria da Dívida, para trazer à luz quem promoveu as dívidas e quem se beneficia delas. No entanto, aos poucos, o tema da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) se tornou prioritário e a Campanha organizou um segundo Plebiscito. Foi outra vitória política da sociedade civil organizada. Nas ruas, escolas, fábricas, nos ônibus e nos trens, falou-se da soberania do país ameaçada por este acordo comercial totalmente desigual, que significaria uma neocolonização institucionalizada, do Brasil e de toda América Latina, pelos Estados Unidos. Ocorreram milhares de debates públicos. Mais de 10 milhões de pessoas votaram. Essa iniciativa representou certamente uma das maiores manifestações democráticas na história do país.

Em 2003, a Campanha juntou mais de três milhões de assinaturas num abaixo assinado para que fosse organizado um Plebiscito Oficial sobre a Auditoria Pública da Dívida, prevista pela Constituição, sobre a ALCA e sobre a Base de Alcântara. Essa grande mobilização não foi considerada pelo governo. Hoje, várias entidades, coordenadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tentam aprovar um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados que reconheça ao povo a autoridade de exigir do Congresso a realização de consultas públicas, plebiscitos e referendos para que os cidadãos possam se expressar sobre temas importantes para o futuro do país.

Em 2003 e 2004, a Campanha contra a ALCA acompanhou de perto as negociações do novo governo, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) – a nova rodada comercial de Doha –, do acordo entre o Mercosul e a União Européia, e da própria ALCA. A mobilização popular crescente, não só no Brasil, mas no conjunto do continente, teve um importante impacto no processo de "congelamento" das negociações.

A Campanha se articulou mais ainda durante as cinco edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (Brasil) e em Mumbai (Índia). No segundo FSM, em 2002, a Campanha Jubileu Sul organizou, em conjunto com outras entidades, o Tribunal Internacional da Dívida, com a participação de 2,5 mil pessoas e representantes de mais de 30 países. Esses grandes encontros mundiais foram momentos privilegiados para organizar e fortalecer a articulação entre muitos países sobre os temas das dívidas e do 'livre'comércio. Uma contribuição maior desta Campanha foi mostrar a estreita ligação entre dívidas, "livre comércio" e militarização como estratégia plural, mas única, de dominação por parte do Império Estadunidense, principal promotor do neoliberalismo.

Como conseguimos toda essa mobilização? Indicamos duas razões principais:

1. A cultura popular tem sido uma força permanente de criação. A criatividade, a habilidade e a coragem de tantas pessoas, comunidades e movimentos são a energia e a inspiração que alimentam os trabalhos das coordenações, seja de âmbito nacional, estadual ou local. Valores profundos de dedicação, participação, respeito democrático, pluralismo, esperança e trabalho em mutirão têm ajudado a superar as dificuldades para mobilizar as forças políticas da sociedade civil.

2. A metodologia também explica os bons resultados da Campanha Jubileu. Participação, criatividade, iniciativas na base, diversidade e qualidade dos materiais pedagógicos, dimensão política dos debates, unidade de forças civis e partidárias, articulação entre análise, reflexão e prática, etc., a Campanha Jubileu foi e continua sendo um laboratório e uma grande escola de formação para a democracia participativa.

Esperamos que este novo material, "Assembléias Populares: reinventando a democracia", possa fortalecer tanto nossos sonhos como nossas práticas em favor de um mundo sem dívidas, sem repressão militar e com regras comerciais justas e igualitárias.

II

OS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DA REALIDADE BRASILEIRA

O Brasil é um país grande e rico. Dentro dele cabem mais de 15 Françias! No território brasileiro existe a maior proporção do mundo de água doce, a mais rica biodiversidade e a maior quantidade e diversidade de minérios que se conhece. Ao mesmo tempo, é um país pobre, pois a maioria da sua população é carente de condições dignas de vida. As causas? Como pode um país tão rico com uma população tão pobre?

Primeiro, nossa história colonial. Antes de os europeus trazerem o "progresso" ao Novo Mundo, os povos indígenas viviam aqui em harmonia com a natureza e não sofriam de pobreza ou fome – o ambiente oferecia o necessário para a vida e a organização social das comunidades e facilitava a distribuição dos bens, segundo as necessidades. Eram 900 povos indígenas, num total de aproximadamente 6 milhões de pessoas em todo o território que é hoje brasileiro. As guerras e massacres, as tentativas de escravização e as doenças reduziram rapidamente essas populações, a ponto de hoje existirem, em todo o Brasil, 236 povos indígenas num total de 734 mil pessoas.

O colonialismo trouxe para o novo mundo a concentração de riqueza (terra, bens da natureza, depois dinheiro, fábricas, bancos), as desigualdades sociais e a destruição sistemática da natureza. O Brasil foi colônia de Portugal de 1500 até 1822. Foram 322 anos de perseguições, de roubo das riquezas naturais, extorsão por meio de tributos, escravidão e genocídio. Mas, depois, o Brasil continuou submetido à Inglaterra, depois aos Estados Unidos da América e, hoje, às empresas e bancos transnacionais.

Segundo, nossa história republicana tem como marca principal a injustiça e as desigualdades sociais. Os senhores coloniais cederam lugar às oligarquias rurais e urbanas. A riqueza sempre mais concentrada na mão de poucos é a principal matriz do empobrecimento. As várias formas de expulsar as famílias rurais das suas

terras têm provocado um êxodo contínuo para os centros urbanos. As cidades, por isso, estão superpovoadas e a falta de infra-estrutura básica para garantir uma vida digna a milhões de pessoas resulta em condições subumanas de vida, violência, atividades ilegais, degradação da dignidade das pessoas.

Terceiro, a modernização moldada nas práticas dos países ricos – cuja opulência resulta da exploração histórica dos recursos humanos e naturais dos países empobrecidos – é outro fator de empobrecimento. Modernizar é o pretexto que justifica a globalização, isto é, a abertura das fronteiras do país para os capitais do exterior. A ganância de controlar mercados, recursos, a ânsia de gerar lucros a todo custo e exportá-los para suas matrizes fazem de muitas empresas e bancos transnacionais verdadeiras aves de rapina dilacerando a carne e bebendo o sangue das camadas trabalhadoras, com a cumplicidade das elites políticas e econômicas nacionais.

Quando se fala em combate à pobreza, portanto, não basta dar comida a quem tem fome. É preciso não só compreender e atuar sobre o fato da pobreza, mas também sobre os fatores que criam a pobreza, isto é, sobre o empobrecimento como processo. Concentração de riqueza e de renda, desemprego, vulnerabilidade externa, carência de serviços básicos, como a educação e a saúde, relações de corrupção entre políticos e grandes empresas, estas são algumas das principais causas do empobrecimento de um país que é rico de recursos e pode ser rico de bem viver e felicidade para tod@s.

Concentração de renda e de riqueza

Existem diversos fatores que geram essa concentração. Entre os mais importantes está a falta de democracia econômica, que é definida como o direito de toda trabalhadora e todo trabalhador possuir, familiar ou coletivamente, os instrumentos de trabalho, o acesso aos recursos produtivos, aos créditos e aos mercados. Outro fator é a política fiscal dos governos, que define como gasto prioritário o pagamento dos juros das dívidas interna e externa aos banqueiros e, para isso, corta todos os outros gastos, em particular os de investimento em infra-estrutura e serviços públicos. Outro ainda é a política tributária, que beneficia os que têm muito e taxa, sobretudo, os consumidores com o argumento de que

taxar mais os ricos (grandes bancos, grandes proprietários) estimula-os a transferir seus capitais para o exterior! A falta de controles sobre as entradas e saídas de capital do país também é, portanto, um fator de concentração de riqueza e renda. Todos esses fatores podem ser superados ou suprimidos quando a população se mobilizar para pressionar o governo a adotar políticas que democratizem a renda e a riqueza!

LUCROS DOS PRINCIPAIS BANCOS EM 2004

Banco	Lucro (R$ bilhões)
Itaú	3,77
Bradesco	3,6
Unibanco	1,2

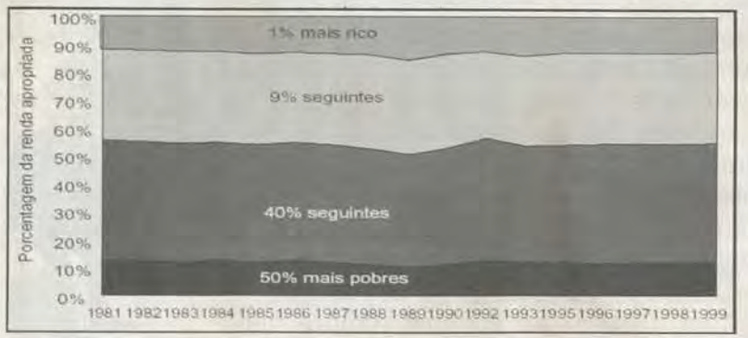
De 1994 a 2003, os 10 maiores bancos aumentaram seus lucros em 1039%
Fonte: ABM Consulting

O lucro líquido dos 27 bancos que já publicaram seus balanços de 2004 aumentou 22,4%, em relação a 2003
Fonte: Consultoria Austin Rating

O grupo Itaú registrou lucro líquido de R$ 3,776 bilhões em 2004, o maior resultado da história do sistema bancário brasileiro
Fonte: Consultoria Economática

O 1% mais rico da população brasileira possui a mesma fatia da renda nacional ganha pelos 50% mais pobres, vejam a tabela abaixo:

Parcelas da Renda Total Apropriada por Diferentes Classes de Renda



Fonte: Elaborado pela Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, a partir da PNAD. Retirado do Estudo "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", do Ministério da Fazenda.

Nosso país possui a quarta maior concentração de renda do mundo, perdendo apenas para países muito pobres ou em guerra civil. O índice de Gini mede a concentração de renda e varia de zero a 1. Quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO MUNDO

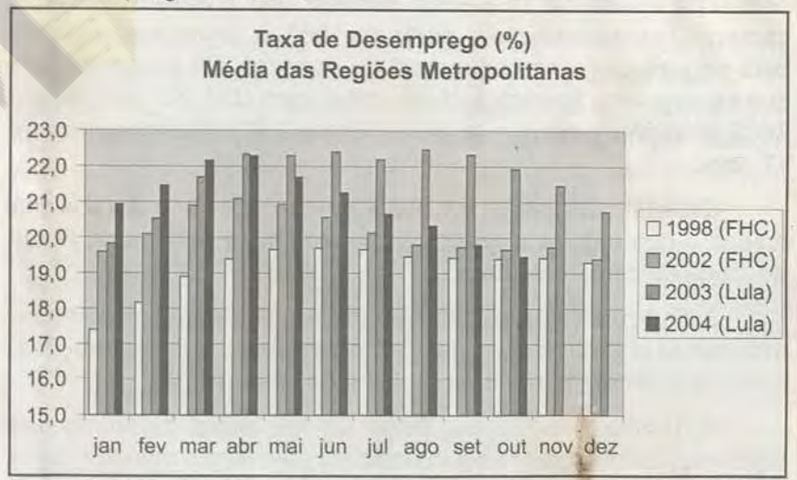
	Países	Coeficiente Gini
1	Serra Leoa	0,629
2	República Centro-Africana	0,613
3	Suazilândia	0,609
4	Brasil	0,607
5	Nicaraguá	0,603

Fonte: ONUN-IDH2002

Desemprego

Imaginem uma população de 65 milhões de pessoas em condições de trabalhar e com um desemprego e subemprego que alcança 12 milhões de pessoas. O desemprego não é um problema de estatística. Ele põe em risco a sobrevivência de uma pessoa ou de uma família inteira. Trabalho é um direito humano! Devia ser a primeira prioridade da política econômica dos governos. No Brasil, existem metas para a inflação, mas não para a taxa de desemprego! Quanto mais progride a economia brasileira, maior é a aflição da maioria, privada de trabalho e com o poder de compra sempre mais comprimido. Mais da metade das pessoas que trabalham está na economia informal. A maior parte são mulheres e jovens que não encontram trabalho no setor formal. Seus trabalhos não têm proteção legal nem segurança. Este é um fator de aprofundamento das desigualdades e de profundo sofrimento humano.

O desemprego no Brasil aumentou muito a partir do Plano Real, implementado em 1994, pois esse Plano abriu o país para os produtos importados. Ou seja, se os brasileiros compram produtos de outros países, as fábricas brasileiras não têm para quem vender, fecham e demitem seus funcionários. Desde então, o desemprego dobrou, e se mantém em níveis altíssimos até hoje. Vemos pelo gráfico seguinte que os níveis de desemprego de outubro/2004 (medidos pelo Dieese) ainda estão acima dos níveis de 1998. A geração de postos de trabalho durante 2004 – segundo o governo, a maior em muitos anos – apenas compensou a grande explosão do desemprego em 2003.



Fonte: DIEESE. Obs: Média das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Distrito Federal, Salvador, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

Há outras causas do desemprego:

- as altas taxas de juros que impedem as empresas de investirem e abrirem novos postos de trabalho;

- o pagamento da dívida pública que consome o dinheiro que poderia financiar obras públicas (estradas, escolas, etc), impedindo a geração de postos de trabalho.

Dependência externa

O Brasil sofre de dependência externa. Mas o que é isso? Significa que dependemos do dinheiro que vem de fora do país. E por que dependemos desse dinheiro?

1. Porque temos dívida externa, e temos que pagar as parcelas e os juros desta dívida para os credores internacionais. A dívida externa expressa o grau de dependência de capitais do exterior. No ano do golpe militar, 1964, esta dívida não passava de US$ 3 bilhões. Nos 21 anos de ditadura, o Brasil pagou um total de US$ 162,4 bilhões e quando ela terminou, em 1985, deixou o país com uma dívida de US$ 95,9 bilhões! Isto porque o governo começou, especialmente a partir de 1982, a tomar empréstimos para pagar juros e não para produzir riquezas. Os governos civis que se seguiram fizeram a dívida saltar para US$ 227 bilhões em 2002, enquanto o serviço da dívida somou US$ 588 bilhões nesses 17 anos!

Quanto mais pagamos, mais devemos, esta é a consigna macabra que explica a crescente dependência externa do Brasil ao longo de cinco décadas!

2. Outro fator de vulnerabilidade externa é a compulsão de exportar para gerar divisas que, além de pagar pelas importações, sejam suficientes para pagar os juros daquela dívida.

3. Também temos que pagar as remessas de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas, pois essas mandam seus ganhos para seus países de origem. Mais de 50% da indústria nacional era subsidiária de empresas do exterior no fim de 2003. O avanço do controle dos capitais estrangeiros não se limita às nossas indústrias, mas afeta os produtos que consumimos na nossa vida de cada dia. Até para bebermos uma água mineral, escovarmos os dentes, ou tomarmos uma condução estamos pagando direitos

de propriedade aos capitais estrangeiros.

4. Também temos que pagar por serviços que utilizamos no exterior, como patentes (pela utilização de tecnologia estrangeira), navios estrangeiros (que utilizamos para vender ou comprar produtos do exterior), etc.

Para fazer estes pagamentos, necessitamos de dólares, a moeda norte-americana, única moeda aceita para transações internacionais. E como conseguimos esses dólares?

Uma forma é vendendo produtos para o exterior, cujos compradores nos pagam em dólares. Outra forma é atraindo os investidores estrangeiros, oferecendo-lhes altas taxas de juros, para que nos emprestem dinheiro. Assim, nossa dívida sofre um aumento constante, pois os juros que pagamos são muito altos, e estamos freqüentemente tendo que recorrer a novos empréstimos para pagar os anteriores.

Vejamos a tabela abaixo. Ela nos mostra o quanto conseguimos de dólares com a venda de produtos ao exterior (o chamado "superávit comercial") e compara essa quantidade com o que temos que pagar aos outros países. Ao final, verificamos que o superávit comercial, de US$ 33,7 bilhões, foi bem inferior ao total de despesas que tivemos de pagar: US$ 59,1 bilhões.

Balança de Pagamentos – 2004 – Principais Variáveis

SUPERÁVIT COMERCIAL = US$ 33, 7 BILHÕES

X

DESPESAS = US$ 59,1 BILHÕES

AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA: US$ 33,3 BILHÕES

JUROS DA DÍVIDA EXTERNA: US$ 13,7 BILHÕES

REMESSA DE LUCROS: US$ 7,3 BILHÕES

SERVIÇOS (Transportes, *Royalties*, etc): US$ 4,8 BILHÕES

O QUE SERIA POSSÍVEL FAZER COM O DINHEIRO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO?

- Em 2004, o superávit primário das esferas federal, estadual e municipal FOI de R$ 81 bilhões. Este dinheiro seria suficiente para:
- Construir 16 milhões de casas populares (de alvenaria, com 40 a 50 m2, de acordo com método elaborado pela COPPE/UFRJ, ao custo unitário de R$ 5 mil), o que eliminaria todo o déficit habitacional brasileiro.
- Assentar 2,3 milhões de famílias sem-terra, ou seja, metade de todos os sem-terra do Brasil.
- Gerar 4 milhões de empregos na agricultura (cujo custo médio por emprego gerado é de R$ 20 mil).
- Distribuir um salário mínimo (de R$ 260) mensal por um ano para 26 milhões de brasileiros.

"É indispensável decretar a moratória como forma de abrir um canal para a renegociação [da dívida]. Porém, temos de nos reestruturar para nos adaptarmos à baixa do capital externo, que será um impacto, mas não tão grande como apregoam alguns. Ninguém quer se fechar a negociar com o Brasil, que é um grande cliente."

Celso Furtado

Para pagar nossos compromissos externos, temos de, freqüentemente, recorrer a empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, em troca, exige que o Brasil implemente políticas favoráveis aos grandes investidores internacionais. Dentre tais medidas, se destacam:

- a realização do "superávit primário", que significa a reserva de grande parte dos recursos do orçamento público para o pagamento da dívida (ver quadro abaixo);
- a realização de reformas que tiram direitos dos trabalhadores, como a Reforma da Previdência, Trabalhista e a Lei de Falências (que privilegia os bancos, que agora terão maior prioridade no recebimento de créditos das empresas falidas, prejudicando os trabalhadores);
- a "independência do Banco Central", que impedirá o governo brasileiro de poder influir em decisões chave da política econômica, como a determinação das taxas de juros e o controle da movimentação de capitais financeiros;
- a implementação da ALCA que significará o aumento das importações (elevando nossa dependência externa e o desemprego) e a perda de soberania do país.

Educação e Saúde

No exercício do Orçamento da União de 2004, R$ 139,52 bilhões foram gastos com juros e amortização das dívidas públicas internas e externas. Este total equivale a 32% da despesa do ano, que foi de R$ 458,80 bilhões. Deste total, foram autorizados R$ 15 bilhões para a educação, mas apenas R$ 11,1 bilhões foram efetivamente liberados – ou 74% do total autorizado. Esse valor equivale a somente 2,42% do total de gastos públicos em 2004[1]!

Segundo o grande mestre Celso Furtado, ***"forçar um país que ainda não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos de sua economia,***

[1] Fonte: PACS, a partir da Consultoria de Orçamento e Prodasen – Boletim Orçamento, INESC, ano III, n. 6, dezembro de 2004.

a congelar investimentos em áreas básicas como saúde e educação, para que se cumpram metas de ajustamento da balança de pagamentos impostas por beneficiários de altas taxas de juros é algo que escapa a qualquer racionalidade". E é exatamente nessa ausência de razão em que se baseia o modelo econômico atual.

É necessário e urgente ampliar os níveis de educação e saúde da população. Não é possível manter mecanismos como o superávit primário e as altas taxas de juros em detrimento do investimento em fatores sociais, como educação, saúde, reforma agrária. A educação é um direito humano prioritário e inalienável, por toda a vida. Esse direito é essencial para o acesso aos demais direitos, para a construção de valores solidários, para a emancipação e o exercício da cidadania. As políticas públicas devem assegurar a concretização desses direitos. Os estados têm a obrigação de garantir de forma universal e gratuita, sem discriminação ou exclusão, o pleno direito a uma saúde e educação pública e emancipatória em todos os níveis e modalidades[2].

"Não estamos perdidos. *Pelo contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender".*

Rosa Luxemburgo

[2] Carta da terceira edição do FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO

III

ALTERNATIVAS: O QUE É PRECISO PARA MUDAR O BRASIL?

1. É preciso distribuir a terra, demarcar os territórios indígenas e de quilombolas.

Um por cento dos proprietários de terras no país controla 48% das terras produtivas do País. Enquanto isso, uma massa de mais de 4,5 milhões de trabalhadores rurais está privada de acesso à terra e às condições produtivas indispensáveis para o sustento das suas famílias. Os povos indígenas e os remanescentes de quilombos, em grande parte, não possuem seus territórios demarcados e não estão livres de invasores – fazendeiros, madeireiros, empresas de mineração, ecoturismo, agronegócio etc.

Ao contrário, o que se deve garantir é que todas as famílias brasileiras que quiserem trabalhar na terra devem ter esse direito. Mas para isso é necessário:

- estabelecer o tamanho máximo da propriedade rural em no máximo 1 mil hectares e desapropriar todas as demais;
- desapropriar todas as fazendas de empresas transnacionais e de todos aqueles envolvidos em corrupção, trabalho escravo e agressão ao meio ambiente;
- distribuir a terra é torná-la fonte de emprego, alimentos e renda. É distribuir dignidade, segurança e cidadania.
- identificar, demarcar e homologar todos os territórios indígenas e de quilombolas existentes no país.

2. É preciso distribuir a riqueza

Em 2002, segundo a revista Forbes, havia no Brasil 75 mil milionários em dólar. Em 2003, numa população de 180 milhões, eles passaram a 80 mil. O patrimônio de todos eles somava 1,750 trilhão de dólares! Esta quantia equivale a duas vezes a renda nacional do mesmo ano de 2003. Mais grave, a riqueza acumulada pelos 80 mil milionários brasileiros equivale ao somatório da dívida externa de todos os países em desenvolvimento de renda média, segundo o Banco Mundial. Enquanto isso, 53 milhões de habitantes do Brasil vivem abaixo da linha de pobreza, com menos de R$ 90 por mês e sofrem de má nutrição. Outros 126 milhões têm rendimento inferior a cinco salários mínimos (R$ 1,3 mil), estimados como o mínimo para uma vida familiar em condições de dignidade. Portanto, a maioria da população do Brasil é pobre ou miserável. É preciso:

- aumentar os salários de forma que ele garanta uma vida digna a todos os trabalhadores e trabalhadoras;
- aumentar o imposto de renda sobre os lucros das empresas e dos bancos. Impor altas taxas de impostos sobre as fortunas.

3. Recuperar nossa soberania e suspender o envio de capital para o exterior

É preciso acabar com a nossa atual dependência externa. Temos de superar o problema da dívida externa, produzir nossa própria tecnologia, e parar de consumir produtos importados caros, que somente servem às classes ricas O governo poderia investir maciçamente na melhoria de serviços como saneamento, habitação popular, saúde, educação... Assim, a renda se desconcentraria, pois muitos empregos seriam gerados, e os mais pobres teriam acesso a serviços e bens básicos à sua sobrevivência.

- romper com o FMI e com o Banco Mundial;
- restaurar a preponderância do poder político na condução da política monetária, revogando a autonomia de fato do Banco Central;
- retirar-se imediatamente das negociações da ALCA e de suas congêneres com a União Européia, além de não permitir a privatização dos serviços públicos, orquestrada pela OMC;
- suspender o pagamento da dívida externa. Utilizar os recursos do não pagamento para programas em benefício de todo o povo, como: reforma agrária, habitação popular, criação de empregos, educação pública, saúde!
- reestruturar a dívida interna e revogar a Lei de Responsabilidade Fiscal (que transforma os investimentos públicos e a política social em variável de ajuste das contas públicas);

4. Controlar os bancos e o capital financeiro

Como foi descrito no item "Dependência Externa", o Brasil precisa pagar altas taxas de juros para nossos credores, para que eles nos emprestem dinheiro. Assim, é muito mais vantajoso aos

bancos emprestarem seu dinheiro ao governo, ao invés de financiarem fábricas, ou qualquer outro tipo de empreendimento, o que impede a geração de novos postos de trabalho. Para que possamos baixar nossas taxas de juros:

- nenhum país conseguiu se desenvolver sem controlar os bancos;
- imediata implantação de mecanismos de controle de entrada e saída de capitais especulativos;
- para o desenvolvimento de um Projeto Popular será necessário controlar os bancos e utilizar os recursos para o desenvolvimento da produção e do emprego;
- a dívida interna do governo já foi paga muitas vezes. A dívida pública com os bancos também deve ser controlada.

5. Moradia com dignidade para todos e todas

São mais de 11 milhões de moradias necessárias para atender as famílias de sem teto que se acumulam nas cidades brasileiras. Basta circular pelas periferias das cidades ou pelas ruas dos centros urbanos para ver em que condição está vivendo a população brasileira. Qual a solução?

- todos os terrenos vazios nas cidades deveriam ser desapropriados e destinados a programas de habitação.
- impor pesados impostos sobre quem explora aluguel. Ninguém tem o direito de viver de renda, explorando a necessidade de moradia do povo.
- fazer um grande programa de habitação popular, que estimularia a indústria da construção civil, gerando assim milhões de empregos e resolvendo o problema dos sem casa.
- todo financiamento público seria apenas para moradia popular.

6. Reorganizar a produção na indústria e na agricultura

É preciso que nossa economia se oriente para a produção de produtos e serviços consumidos pelos mais pobres, que podem ser produzidos aqui mesmo no Brasil, gerando muitos empregos. A chave do problema reside no padrão de desenvolvimento dependente, subordinado aos interesses do capital internacional e baseado na cópia das pautas de consumo das economias centrais. É necessário um estilo de desenvolvimento que coloque em primeiro plano o atendimento das necessidades sociais das camadas desfavorecidas da população. Para isso é necessário:

- reorganizar a indústria para produzir bens com a qualidade que o povo precisa;
- estimular iniciativas de economia solidária como forma de apoiar e reforçar os empreendimentos dos próprios trabalhadores e trabalhadoras;
- não consumir produtos de empresas que financiam guerras, destruição ambiental e maltratam seus trabalhadores.

7. Um Estado a serviço da maioria

Evidentemente, uma política econômica alternativa exigiria uma profunda mudança na correlação de forças. Portanto, as forças populares devem evitar o equívoco de acreditar em "milagres" do governo Lula – ou de qualquer governo – e desperdiçar a rica oportunidade histórica de debater um Novo Projeto para o Brasil.

A abertura de novos horizontes para o povo brasileiro depende da construção de uma correlação de forças que permita a superação dos gigantescos bloqueios que condenam a sociedade brasileira à dependência e ao subdesenvolvimento: o jugo das finanças internacionais sobre a economia brasileira e o mando despótico da burguesia urbana e rural sobre a classe trabalhadora.

CEDIM

8. É preciso democratizar a informação

A maior parte do que vemos, ouvimos, sabemos gostamos ou sentimos, não nasce de nossa experiência direta de vida, nasce do que lemos nos jornais; do que a televisão mostra; do que os rádios dizem. Quem controla os jornais, as televisões e as rádios faz de tudo para controlar as nossas cabeças. No Brasil, apenas seis grandes grupos de empresários e políticos são donos de quase todas as redes de comunicação. Eles decidem o que podemos ver, ouvir e saber. É um controle silencioso, feito aos poucos, todos os dias. Nem sentimos esse controle das nossas mentes, pois nos acostumamos a ele. As televisões apresentam muita vulgaridade e violência para rebaixar o nível do nosso povo. Escondem muito do que poderiam fazer para ajudar a compreender a realidade brasileira.

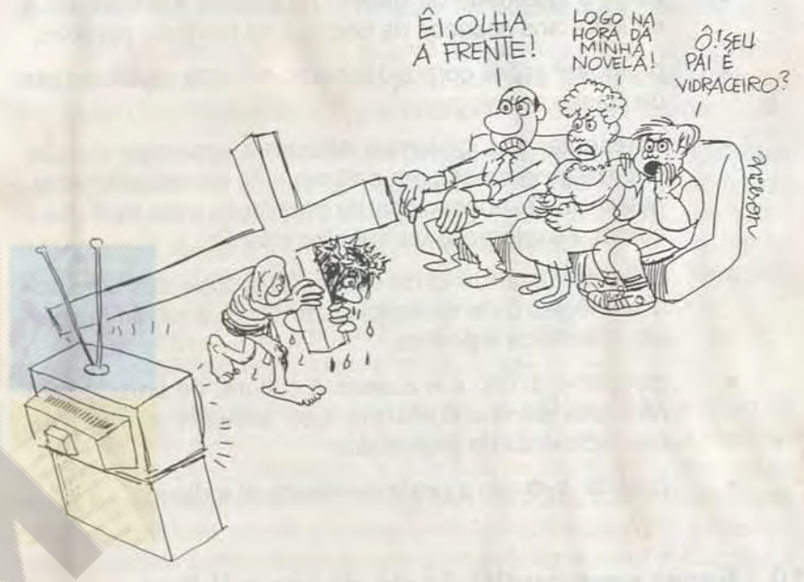
O que fazer?

- as redes de televisão e rádios devem ser democratizadas, ou seja, reorganizadas na forma de empresas públicas, a serviço da sociedade, para difundir informações verdadeiras, educação de qualidade e diversão saudável;

- a sociedade deveria poder influir, decidir na qualidade de sua programação e utilizar esses meios de comunicação como instrumentos de educação, de cultura de nosso povo, e não de alienação e vulgaridade como agora.

- democratização das verbas públicas publicitárias para os meios de comunicação impressos, de forma que o Estado não contribua na manutenção dos grandes monopólios, concentrando seus anúncios nos grandes veículos, como faz hoje, mas atue garantindo a pluralidade da informação;

- incentivar as rádios comunitárias, como instrumento de comunicação local e regional.



9. É preciso democratizar a saúde, a educação e a cultura

Um povo que não tem acesso à educação e à saúde e que vê sua cultura ser destruída é um povo incapaz de encontrar seus próprios caminhos de superação das desigualdades e injustiças. Para isso é necessário:

- rechaçar qualquer acordo nacional e internacional que promova a mercantilização da saúde e da educação, do conhecimento, da ciência e tecnologia, particularmente o relativo ao comércio e serviços da OMC;
- recusar programas de ajuste estrutural que pressionam os governos a desmantelar os serviços públicos;
- rechaçar a ingerência das empresas nacionais e multinacionais nos sistemas de educação e de saúde públicas;

- exigir a igualdade de gênero no acesso à educação, à saúde e aos espaços de decisão de políticas públicas;
- promover ações contra o racismo e contra as diferenças de classe social;
- apresentar aos governos nacionais uma agenda que priorize programas para a eliminação do analfabetismo, pela inclusão educacional da população mais excluída e contra a exploração do trabalho infantil;
- defender uma forma de educação profissional que recuse a lógica da empregabilidade e inclua as dimensões ética, estética e política.
- garantir o direito e o acesso à cultura, de participação nas atividades culturais que elevem o nível de conhecimento da população.
- garantir o direito a um lazer saudável e digno.

10. Fazer uma auditoria da dívida pública

Frente ao processo de endividamento, precisamos saber como surgiu toda essa dívida pública? Quanto já pagamos e quanto ainda devemos? Realmente devemos? Quem contraiu tantos empréstimos? Onde foram aplicados os recursos? Esse endividamento significou algum benefício para o povo brasileiro? O que foi feito diante de tantas ilegalidades e ilegitimidades desse processo?

Essas são algumas das perguntas que o grupo de estudos da "Auditoria Cidadã da Dívida" – Campanha Jubileu Sul – procura responder. O objetivo da auditoria é dissecar o processo de endividamento do País, revelar a verdadeira natureza da dívida e, a partir daí, promover ações no sentido de reduzir o montante das dívidas interna e externa.

A auditoria da dívida externa está prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mas até hoje não foi cumprida. No ano 2000, mais de 6 milhões de brasileiros participaram do Plebiscito da Dívida Externa e votaram NÃO à continuidade do pagamento da dívida

sem antes realizar a auditoria prevista na Constituição Federal.

Em novembro de 2004, a OAB decidiu ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação para obrigar o Congresso Nacional a instalar Comissão para realizar auditoria da dívida externa.

As ilegalidades de nossa Dívida – A origem da dívida atual pode ser explicada a partir da década de 70. Contratos haviam sido assinados pelos governos militares da época admitindo-se juros flutuantes, o que permitiu aos credores aumentarem livremente as taxas de juros, que saltaram de patamares em torno de 5% ao ano para mais de 20% ao ano, provocando a multiplicação do valor da dívida externa. Esse aumento unilateral das taxas de juros é considerado ilegal pelo Direito Internacional.

Assim, o Brasil enviou ao exterior, de 1979 a 2003, a título de juros e amortizações da dívida externa, US$ 170 bilhões a mais do que recebeu de empréstimos, e a dívida se multiplicou por quase cinco, tendo chegado a US$ 235 bilhões em 2003. Caso os credores não tivessem aumentado abusivamente as taxas de juros, a quantia que enviamos para o exterior teria sido suficiente para quitarmos a dívida em 1989, e ainda seríamos credores de US$ 100 bilhões.

Nos anos 90, a sustentação do Plano Real se ancorou na atração de capitais estrangeiros para o financiamento das importações, mas o governo também se endividou em moeda brasileira, emitindo títulos da dívida interna que remuneravam investidores brasileiros e estrangeiros com as taxas de juros mais elevadas do planeta. Assim, a dívida interna também se multiplicou.

Participe da Auditoria Cidadã da Dívida

Um importante objetivo da Auditoria Cidadã da Dívida é a verificação da correta aplicação dos recursos dos empréstimos. Para isso, é fundamental a participação de economistas, advogados, estudantes e membros de comunidades locais na verificação dos projetos financiados, tais como estradas, pontes, projetos de assentamento rural etc, certificando que tais obras realmente foram concluídas. Esse trabalho já tem sido feito em alguns estados e, para participar, contatar a Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida, no tel (61) 218-5276.

11. É preciso uma política que garanta a igualdade para as mulheres

As mulheres são as mais pobres, têm o maior índice de desemprego, não têm sua qualificação reconhecida no mercado de trabalho e, em todas as situações, recebem menos que os homens para os trabalhos equivalentes. A situação de violência doméstica e sexual vivida pelas mulheres é alarmante: a cada 15 segundos uma mulher é agredida. Entre as mulheres, é muito alto o número de mortes evitáveis, principalmente a mortalidade materna, devido a falta de assistência à saúde. Para as mulheres negras, camponesas e indígenas a desigualdade é ainda maior.

Por isso, combater a desigualdade das mulheres exige:

- políticas sociais universais, distribuição de renda, reforma agrária;
- um modelo voltado para o consumo interno das massas, sustentável, com equilíbrio entre produção e reprodução, decidido de forma soberana e democrática;
- políticas concretas que ampliem a autonomia das mulheres, alterem a divisão sexual do trabalho, assegurem o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, combatam todo tipo de violência, em especial a violência doméstica e sexual, e a discriminação, sobretudo, a por orientação sexual.

A história do Brasil ensina que só a pressão social de baixo para cima é capaz de promover os interesses das classes populares. Logo, não pode haver ilusão. O povo brasileiro não deve esperar nenhuma transformação social que ele não possa conquistar com as próprias mãos.

"No Brasil, sempre se seguiu a rotina de privilegiar os privilegiados, sem tentativas frutíferas de intervenção programada na distribuição da renda. Mantêm-se níveis salariais os mais baixos possíveis, como desvalorização brutal do trabalho e intensa exclusão social. Com isso, atribui-se aos pobres os custos de sua reprodução. O trabalhador superexplorado gera outros trabalhadores na mesma condição e o miserável multiplica o número de miseráveis"

Florestan Fernandes

IV

O QUE É UMA *ASSEMBLÉIA POPULAR*

A idéia de uma prática política sistemática com base na "Assembléia Popular" nasce da busca por garantir uma forma democrática de organização da vida social. Já imaginou se em cada bairro, zona administrativa, cidade, comunidade rural, existisse um espaço onde cada cidadão e cidadã pudesse dar sua opinião sobre assuntos como a gestão da saúde, da educação, da política externa do país, das agendas a serem cumpridas pelos governos, etc? Onde as pessoas que participassem com regularidade e pensando com sua própria cabeça fossem os principais sujeitos de definição das políticas públicas? Estabelecendo prioridades e acompanhando o processo de execução, não apenas do ponto de vista do orçamento público, mas sobre a própria natureza dessas políticas públicas? A missão desses espaços de democracia direta é o de tomada de decisões, e não apenas um espaço opinativo.

A palavra democracia muitas vezes não representa a realidade, na qual uns poucos pensam, decidem e mandam em nome de um poder que lhes foi conferido um dia pelo voto. A democracia representativa deveria ser a forma mais legítima de administração dos interesses de todo o povo. Porém, sabemos que a prática é bem diferente da teoria.

Muitas vezes, a democracia, que deveria ser o governo do povo, a serviço do povo, acaba se tornando um governo sem o povo.

Os que têm uma cabeça conservadora dizem que a solução é um governo autoritário. Mas para o povo só interessa um governo onde ele possa opinar, defender os interesses do conjunto e decidir o que achar mais útil para si e para a coletividade. Esse tipo de democracia é chamada de democracia participativa, uma democracia de verdade.

É possível o povo delegar seu poder para alguns como seus representantes. Mas é preciso que sejam cumpridas muitas condições. A primeira é que o povo seja informado com franqueza sobre o que os

CEDIM

eleitos por ele estão fazendo. A segunda é que os mandatos obtidos pelo voto possam ser revogados quando o eleito não cumprir suas obrigações com o eleitor. Há muitas outras condições a serem observadas para se vivenciar uma verdadeira democracia. Uma das formas encontradas para garantir uma democracia efetiva são as Assembléias Populares.

As Assembléias Populares são o espaço onde o povo pode dar sua opinião, sugerir, e, finalmente, aprovar decisões de seu interesse e da comunidade. É ali que a população deve discutir os problemas das suas vidas, do seu bairro, da cidade e do País.

Os que forem eleitos como seus representantes deverão aplicar o que foi decidido de forma coletiva e viabilizar o que representa a vontade do povo. Decisões sobre saúde, educação, serviços públicos, organização da cidade e do Estado devem ser discutidas da forma mais ampla possível.

Esse é o sentido das Assembléias Populares. São reuniões onde o povo, junto com aquelas pessoas que elegeu para representá-lo, discute o destino do seu bairro, o destino da sua cidade e mesmo o destino do nosso País.

O povo sabe o que falar e fazer?

Para poder construir este tipo de Democracia Popular, que combina a democracia direta, nas mãos do povo, com a democracia representativa não é fácil.

Isso exige que o povo se prepare, que estude os problemas coletivos. Exige que o poder público faça um trabalho de informação, de esclarecimento e de formação política do povo. Sem informação não há participação. Há, sim, massa de manobra nas mãos de políticos que querem se aproveitar do povo.

O sentido da política é servir ao povo, aos interesses do povo. Hoje, a gente vê que a maioria dos políticos está nos cargos para os quais foram eleitos sem nenhum contato, diálogo, debate ou prestação de contas com aqueles que os elegeram. As eleições, da forma como costumam acontecer, acabam sendo uma manipulação do voto dos eleitores. Para termos uma verdadeira democracia, é preciso mudarmos completamente as leis e a prática que, hoje, regem a nossa vida política.

E o passo inicial para se fazer esta mudança é devolver a voz ao povo. As Assembléias Populares podem ser esse passo em direção a um novo caminho, numa construção política coletiva que tenha como base ouvir o que o povo pensa e quer.

Para isso, para esse início de caminhada, é necessário propiciar ao povo informações e estimular a participação. A população informada, esclarecida e estimulada a participar vai dizer o que sente, o que precisa, o que quer. Vai estabelecer quais são as prioridades para o seu bairro, para a sua cidade, para o seu estado, para o nosso país. E isso tudo deverá acontecer em reuniões coletivas, com muita gente participando. Estas são as Assembléias Populares.

O Plebiscito sobre a ALCA: um exemplo de democracia.

O cientista político italiano Norberto Bobbio diz que "a democracia não cumpriu as suas promessas e, por isso, necessita ser reinventada".

Como Organizar Uma Assembléia Popular

Para organizar uma Assembléia Popular, é importante cuidar de uma série de aspectos que deverão garantir que ela atinja os seus objetivos. Ela pode ser organizada por área geográfica (bairro, cidade, região, etc) ou pode ser organizada por temas como moradia, reforma agrária, violência urbana, movimento de mulheres, indígenas, movimento negro etc.

Os aspectos mais importantes envolvidos na realização de uma Assembléia Popular são:

1. a preparação;
2. a mobilização;
3. a data e o local;
4. as equipes de trabalho;
5. a organização do dia;
6. a continuidade do processo.

Preparação

É fundamental, para se preparar uma Assembléia Popular, que um grupo se reúna para planejar cada aspecto envolvido na sua realização.Este grupo deverá pensar:

- na melhor data para a Assembléia Popular;
- no local mais apropriado;
- na divulgação do evento;
- na divisão de tarefas entre os membros do grupo;
- na coordenação do dia;
- na preparação de materiais que irão subsidiar os debates;
- no convite aos palestrantes;
- na avaliação e na continuidade do processo.

O que deve perpassar toda a preparação é a busca da maior

participação possível da população que pretendemos atingir, fornecendo a ela informações para os debates e uma dinâmica de trabalho que garanta a palavra de cada um/uma, assim como mecanismos democráticos e consensuais de deliberação.

Mobilização

Para a mobilização, é importante ter clareza da população que queremos envolver com a Assembléia Popular, das formas de chegar até ela e como.

É importante se atentar em atingir a população com informações claras sobre a importância política do tema a ser discutido e da sua participação nele.

É importante também definir as estratégias de comunicação: por carta, cartaz, panfleto, rádio comercial, rádio comunitária, televisão, *outdoor*, carro de som, Internet, avisos orais etc.

Neste sentido, é preciso pensar as estratégias de comunicação dentro dos prazos que antecedem a realização da Assembléia Popular, para que as pessoas fiquem informadas, mobilizadas e dispostas a participar com a antecedência necessária.

Data e Local

Para planejar uma Assembléia Popular é importante definir uma data e um local apropriados para o que se pretende realizar. A data deve ser um dia e horário quando houver a maior disponibilidade possível dos potenciais participantes, mulheres, homens, trabalhadores, jovens, idosos, pessoas das mais variadas crenças e religiões, estudantes, desempregados/as etc. O horário é importante na medida em que viabiliza as pessoas participarem e voltarem para suas casas sem transtorno.

O local deve ser central para o conjunto de potenciais participantes, de fácil acesso por transporte público. As dimensões também devem ser condizentes para o público planejado, que

CEDIM

garanta a escuta, a fala e o debate por parte de todos/as. É importante se organizar espaços onde os filhos/as crianças dos participantes possam ficar, em atividades de cunho pedagógico e lúdico.

A ambientação do local também é importante para que as pessoas se sintam acolhidas, confortáveis, sem esquecer de se fazer uma decoração com símbolos das lutas e aspirações populares, dos nossos heróis, mártires, assim como símbolos das organizações populares como bandeiras, cartazes, fotografias etc.

Equipes de Trabalho

É importante que o grupo organizador da Assembléia Popular forme equipes de trabalho para que todos os aspectos organizativos sejam bem cuidados e o próprio evento seja fruto de um esforço coletivo.

Desta forma, é importante se constituir, pelo menos:

- equipe de mobilização;
- equipe de finanças;
- equipe de comunicação;
- equipe de contatos;
- equipe de ambientação;
- equipe de som;
- equipe de animação;
- equipe de subsídios;
- equipe de limpeza;
- equipe de trabalho com as crianças;
- equipe de alimentação;
- equipe de transporte;
- equipe de segurança;
- equipe de saúde;

- equipe de credenciamento;
- equipe de registro e sistematização.

O próprio processo de organização, mobilização e realização da Assembléia Popular por meio de equipes de trabalho deve ser um processo pedagógico, que envolve e traz para a organização mais e mais pessoas dispostas a se engajar com maior profundidade nas lutas sociais. Portanto, as equipes de trabalho devem ser abertas para a participação de pessoas interessadas até no próprio dia da realização do evento.

Organização do Dia

É importante que a Assembléia Popular tenha sua organização bem planejada, em cada detalhe:

- horários;
- dinâmicas;
- coordenadores;
- intervalos;
- místicas;
- subsídios;
- equipamento;
- alimentação.

O bom andamento e a realização dos objetivos de uma Assembléia Popular vai depender do cuidado que se tiver com os seus detalhes organizativos. Falhas nesses detalhes podem comprometer todo o esforço coletivo empenhado e prejudicar os seus resultados.

Continuidade do Processo

É importante que se planeje uma Assembléia Popular è que, desde logo, também se pense a sua continuidade. Para tanto, é fundamental que se marque um momento de avaliação da

CEDIM

Assembléia com todas as pessoas envolvidas na sua preparação e realização.

A partir dessa avaliação é possível se planejar os próximos passos a serem dados, no trabalho de base, no trabalho de formação, nas mobilizações populares, na organização de grupos, na ampliação e melhor estruturação do movimento local como um todo.

Assembléia Popular:
Que Brasil nós queremos?

No final desta cartilha, vocês vão encontrar um questionário para o mutirão de trabalho de base que deverá ser realizado entre os meses de maio e junho nas escolas, residências, sindicatos locais, pequenas reuniões, universidades, ou outras formas de reunir as pessoas e conversar sobre *Que Brasil nós queremos?* No questionário, estará sendo perguntado sobre os principais problemas do país e da cidade do entrevistado, assim como as soluções propostas.

As respostas recolhidas devem ser organizadas e apresentadas durante as Assembléias Populares locais, estaduais e nacional. É uma forma concreta de fazer valer a opinião de um número significativo de pessoas, além, é claro, das que estarão participando das Assembléias.

V

EXIGÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS DESTINOS DO PAÍS

São enormes os desafios para a construção de um Brasil livre, justo, soberano e plenamente democrático. Como vimos, nossos problemas como povo brasileiro são grandes, seculares e estruturais e a classe dominante, embora pequena, é extremamente conservadora e aferrada a seus interesses. Os setores populares, embora amplamente majoritários e organizados num grande número de movimentos, no campo e na cidade, em todas as regiões do país, possuem muitas dificuldades para fazer valer seus direitos.

Nosso sistema político, baseado na chamada "democracia representativa", vem mostrando cada vez mais seus limites. As elites nacionais e internacionais, com seu poder econômico e político, influenciam, controlam ou simplesmente determinam o que devem fazer os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os critérios da representatividade e da igualdade de direitos caem por terra frente ao poder avassalador dos recursos econômicos, dos *lobbies* empresariais, das leituras dos meios de comunicação de massa sempre de acordo com a classe dominante. Junto com o poder financeiro, o poder ideológico das elites se infiltra nos três poderes da República e faz deles seus instrumentos de dominação de classe.

Portanto, já é hora de começarmos a pensar e praticar alternativas políticas a essa situação, na perspectiva de construção do Brasil que queremos. Um instrumento fundamental para essa nova construção são as Assembléias Populares – nelas, os setores populares poderão exercer livremente seu direito à informação, ao debate e à participação nos assuntos que dizem respeito, tanto à sua vida cotidiana como à vida nacional.

O exercício de participação nas Assembléias Populares irá

potencializar cada vez mais o povo brasileiro na sua capacidade organizativa e na sua formação política. A articulação desta força social organizada com mecanismos de intervenção no interior do nosso sistema de representação política poderá constituir o contrapeso necessário ao poder da burguesia nacional e internacional.

Radicalizar a democracia; defender, garantir e conquistar direitos; construir uma nação de acordo com as necessidades e anseios das maiorias populares em nosso país – tudo isso será possível se inventarmos novas formas de participação popular em todo o Brasil.

Este é o grande desafio colocado diante de nós.

V

PROPOSTAS DE AÇÃO E CALENDÁRIO

Março

08 – Mobilização e luta das Mulheres

19 e 20 – Dia de Mobilização e resistência contra as guerras e pela retirada das tropas militares do Iraque

Mês intensivo para a coleta de assinaturas da Campanha pelo direito ao Plebiscito Popular (Regulamentação do Artigo 14 da Constituição Federal)

Abril

03 a 09 – Missão de solidariedade e denúncia da situação que se encontra o Haiti após a chegada dos militares ao país.

Encontros Estaduais de Formação, plenárias da Campanha Contra a ALCA dentro dos eixos (OMC, ALCA, Livre Comércio, Dívida, Amazônia, e Desmilitarização)

08 a 10 – V Encontro Nacional de Formadores da Campanha Contra a ALCA e o Livre Comércio *(Local descentralizado – São Paulo, Goiânia, Recife e Belém)*

08 a 10 – 7º Encontro Nacional dos Articuladores/as do Grito dos Excluídos – São Paulo

10 a 16 – Semana da Ação Mundial contra o neoliberalismo e as transnacionais (pichações, ações contra as transnacionais, campanha pelo plebiscito, feiras de debate com a sociedade). Intensificar no dia 15 de abril.

15 – Atos nas capitais da Semana de Ação Mundial e lançamento da Marcha da Via Campesina (concentração

CEDIM

conjunta nas capitais)

17 – Ato pela Reforma Agrária em Goiânia

18 – Lançamento da Marcha da Via Campesina e Ato Político pela Reforma Agrária e contra o Neoliberalismo – onde buscaremos intensificar o debate com a sociedade sobre os temas ligados a Reforma Agrária e os eixos da Campanha contra a ALCA, Livre Comércio, Dívida e outros.

26 a 30 – Encontro Hemisférico de luta contra o Livre Comércio/ ALCA/TLC´s em Cuba

Maio

01 – Dia do Trabalhador

Ato na chegada da Marcha da Via Campesina em Brasília

Mutirão de consulta ao povo brasileiro - Questionário "Que Brasil nós queremos"?

Junho

Assembléias populares "Que Brasil nós queremos?" sobre o Modelo Econômico nos Municípios

Julho

Assembléias populares "Que Brasil nós queremos?" sobre o Modelo Econômico nos Municípios

Agosto

Assembléias populares "Que Brasil nós queremos?" sobre o Modelo Econômico nos Estados

Setembro

Atividades preparatórias para o Grito dos Excluídos e também para a Assembléia Popular Nacional

01 a 07 – Semana da Pátria e Grito dos Excluídos

19 a 21 – Assembléia Popular Nacional "Que Brasil nós queremos?" sobre o Modelo Econômico – Brasília

Outubro

12 – Grito dos Excluídos Continental

12 a 17 – Jornada Mundial das Mulheres

20 a 23 – Seminário Nacional da 4ª Semana Social Brasileira – CNBB

Novembro

Cúpula das Américas e Cúpula dos Povos das Américas na Argentina

Dezembro

Ministerial da OMC em Hong Kong

CEDIM

ANEXO

QUESTIONÁRIO PARA O MUTIRÃO DE TRABALHO DE BASE "QUE BRASIL NÓS QUEREMOS"?

CAMPANHA BRASILEIRA CONTRA A ALCA

Nome do grupo / pessoa(s):

_____

Grupo / família de quantas pessoas:

_____

Endereço:

_____

1. Qual é o principal problema daqui da região onde você(s) moram?

1º _____
2º _____
3º _____
4º _____
5º _____

2. E quais são os 5 principais problemas que o povo brasileiro enfrenta hoje?

1º _____
2º _____
3º _____
4º _____
5º _____

CEDIM

3. Por que eles acontecem? Qual a causa?

4. Pelo que você(s) sabe(m) ou ouviram falar, o que o governo tem feito para resolver esses problemas?

5. E se você(s) fosse(m) governo, o que você(s) faria(m) para resolver esses problemas?

6. Pelo que você(s) sabe(m), o que é a ALCA?

7. Na sua opinião, quem vai se beneficiar mais com o livre comércio entre as Américas (*ver alternativas abaixo*):
a) o povo do Brasil ( ) b) o povo dos Estados Unidos ( )
c) as empresas do Brasil ( ) d) as empresas dos Estados Unidos ( )
e) não sabe ( )

8. O que você acha que o governo brasileiro deveria fazer em relação à ALCA?
a) sair das negociações imediatamente ( )
b) seguir negociando ( )
c) assinar o acordo da ALCA com os Estados Unidos ( )

9. A Campanha Brasileira contra a ALCA organizou um plebiscito em 2002, no qual mais de 10 milhões de brasileiros votaram, e 90% votou contra a ALCA. O que você acha que a Campanha contra a ALCA deve fazer de agora em diante?

CEDIM

10. O Brasil envia todos os anos mais de 50 bilhões de dólares para o exterior. Mesmo assim, continuamos devendo 230 bilhões de dólares. Portanto, o povo brasileiro já pagou mais do que devia, e deveria cobrar essa dívida. O que você acha que se deveria fazer em relação à dívida externa?

Metodologia

1. Esse questionário é apenas um guia para ajudar o debate das questões, informar o povo, e elevar o nível de politização.
2. Ele pode ser usado em visitas as famílias, nos bairros, ou ser aplicado em grupos de debate nas paróquias, sindicatos, igrejas, colégios.
3. Podemos também organizar grupos de discussão em assembléias e reuniões de instâncias de movimentos.
4. Ele deve ser aplicado durante todo o mês de maio e junho.
5. Depois de organizado o debate, deve-se ter um grupo por município, para reunir as respostas e sistematizar algumas conclusões, para termos um "termômetro" sobre o que o povo está pensando.
6. Devemos apresentar o resultado colhido nesse debate, de forma resumida, nas Assembléias Populares municipais que vão acontecer em junho e julho.
7. Depois, a soma de cada município deve ser apresentada nas Assembléias Populares estaduais que acontecerão em agosto.
8. Em cada município do estado, a Campanha contra a ALCA deve organizar um grupo de formadores, que vai analisar as respostas.
9. O principal é que o questionário seja reproduzido e aplicado no maior número possível de espaços e movimentos sociais e no maior número possível de municípios e bairros das grandes cidades.
10. Organizar, no município e no estado, um cadastro com nome, endereço e e-mail das pessoas ou grupos que participaram para continuar enviando material sobre a ALCA. Também devemos mantê-los informados sobre as assembléias e mobilizações que ocorrerão nos estados.

CAMPANHA PELA DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA CACHOEIRA SECA NO PARÁ

POVO ARARA PEDE SOCORRO!

UMA DEMARCAÇÃO SOLIDÁRIA

93 3515-2312 91 3326-5408

cimipx@hotmail.com cimipara@gmail.com

www.cimi.org.br

Travessa Lindolfo Aranha 1587 altos CEP:68.371-100

Apoio: Prelazia do Xingu

Conselho Indigenista Missionário Norte II

DEMARCAÇÃO JÁ!

Objetivo da CAMPANHA

"A demarcação da Terra Indígena tem por objetivo garantir o direito do Povo Arara à terra. Ela deve estabelecer a real extensão da posse indígena, assegurando a proteção dos limites demarcados e impedindo a ocupação por terceiros."
Desde a aprovação do Estatuto do Índio, em 1973, esse reconhecimento formal passou a obedecer a um procedimento administrativo, previsto no artigo 19 daquela lei. Tal procedimento, que estipula as etapas do longo processo de demarcação é regulado por decreto do Executivo e, no decorrer dos anos, sofreu seguidas modificações. A última modificação importante ocorreu com o decreto 1.775, de janeiro de 1996.

Identificação do Povo Arara

Povo: Arara
Língua: Karib
Terra Indígena: Cachoeira Seca
Municípios: Altamira, Uruará, Placas e Rurópolis
Aldeia: Iriri
População: 87 pessoas
Acesso: Fluvial
Demandas conflituosas: Invasão do Território Por Grileiros e Fazendeiros, Assentamentos Irregular na Área, Extração Ilegal de Madeira, Posseiros, Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, presença de pescadores na área;

SITUAÇÃO ATUAL

Os Arara Ugorogmõ, mencionam que temem por sua segurança ao andar pela mata e que se sentem acuados (presos em sua própria terra), pois percebem cada vez mais próxima a presença de não índios (madeireiros e fazendeiros grileiros), o que também remete a restrição do uso da área aumentando a dependência dos recursos do rio Iriri.

Os Impactos Socioambientais sobre a Terra Indígena Cachoeira Seca são decorrentes do problema fundiário e do aumento da população regional por conta dos empreendimentos (asfaltamento da BR 230 e UHE Belo Monte) o que tende a intensificar pois existem vários outros grandes projetos para região começando pela MINERAÇÃO.

Veja alguns impactos relevantes:

1. Invasão e grilagem da terra indígena para instalação de novas fazendas
2. Eminente de conflito na área Arara de Cachoeira Seca derivados das invasões;
3. Aumento do desmatamento derivado das invasões com presença de maquinas e extração e comercio ilegal de madeira
4. Abertura de novos travessões para melhorar as condições de transporte por ação dos madeireiros, fazendeiros e grileiros;
5. Insegurança alimentar, proveniente da diminuição dos recursos naturais por uso direto de não indígenas (pesca predatória e destruição da floresta)
6. Desarticulação das relações sociais internas com interferência da população não índia nas praticas indígenas (recrutamento para trabalho, alcoolismo e drogas, aumento de doenças sexualmente transmissíveis e na própria geração da prole);

No caso do desmatamento Com o asfaltamento da BR 230 a infraestrutura de transporte local melhorará o acesso, diminuindo relativamente o grau de isolamento de áreas próximo à estrada o que deve intensificar o aumento de estradas (travessões).

Se nenhuma ação governamental de proteção for empregada e claro que vai se intensificar a exploração madeireira, a instalação de grandes propriedades agrícolas com documentos falsos e como consequência o aumento desenfreado do desmatamento já em andamento na TI Cachoeira Seca.

ARARA UGOROGMÕ

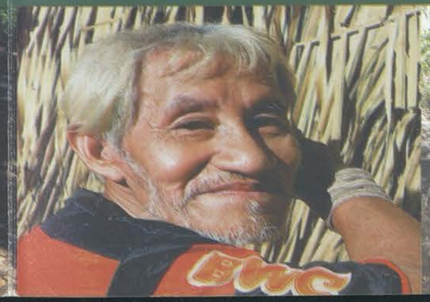
Considerados extintos por volta da década de 1940, quando praticamente somem as notícias sobre sua movimentação pela região, os índios conhecidos por "Arara" no vale do médio Xingu voltaram à cena com a construção da rodovia Transamazônica, no início dos anos de 1970 que quase dizimou esse grupo. A consolidação do longo processo de atração, a partir de fevereiro de 1981, depois de mais de uma década de frustradas tentativas de contato, encontra alguns dos subgrupos Arara já divididos e afastados. Em 1987, já muito longe dos demais é contatado o ultimo grupo Arara, apartado dos outros por razões internas ao povo Arara, mas cada vez mais isolado e restrito aos cantos mais distantes do território devido à ocupação e à exploração econômica avivadas na área indígena. Este último subgrupo talvez seja aquele submetido à situação pós-contato mais dramática, que ainda perdura pela indefinição oficial sobre as áreas destinadas a Eles.

Apesar de aldeados agem e pensam como povo que vive na completa insegurança, sua base alimentar ainda esta muito ligada ao assado, mantém seus hábitos de coletores, sistema de roça ainda rústico com pouca aplicação de tecnologias atuais, eminente risco de perca da cultura e tradições, embora já se passe mais de 25 anos de contato a educação aplicada na aldeia não é diferenciada e não respeita os costumes indígenas.

O que os Arara e todos povos indígenas do Brasil, quer e pedem é que possam viver em paz em sua terra demarcada e com os invasores fora dela, viver em segurança e serem respeitados como reais cidadãos Brasileiros.

UMA DEMARCAÇÃO SOLIDÁRIA

Não acredite ao ouvir que as Terras Indígenas no estado do Pará, estão todas demarcadas pois não é verdade. É importante destacar que somente aqui em nossa região temos pelo menos cinco áreas indígenas que ainda não foram regularizadas, seja por falta de demarcação física como a terra do Arara de Cachoeira Seca objeto desta campanha e as áreas dos Parakanã de Apyterewa e Arara da volta grande que precisam urgentemente ser desintrusada, os Juruna de Paquiçamba que precisa ser revisto seus limites entre outras. Esta CAMPANHA, quer ser solidária com todos os povos que estão em situação semelhante aos Arara e com os ocupantes que estão dentro da área e que são vitimas de assentamentos irregulares ou colocados ali por grandes latifundiários, pois entende-se que que não adianta demarcar sem o Estado assumir a responsabilidade pelos agricultores que serão desapropriados. Com isso contamos com o apoio e a união de todos para que consigamos o cumprimento da Constituição Federal no que se refere aos nosso DIREITOS.



+ RAIO-X

AMAZÔNIA

Quando se fala em Amazônia, não se deve pensar apenas na floresta. Ela se espalha pelos estados da região Norte do Brasil, além do Mato Grosso e parte do Maranhão. E engloba não somente as áreas de mata intocada, mas também as cidades e as zonas rurais. Em linhas gerais, a Amazônia:

Fontes: CPT, EPE, IBGE, Inpe, MME

O RITMO DA DEVASTAÇÃO

Nos últimos 40 anos, a Amazônia perdeu 42 bilhões de árvores. Isso representa uma média de 3 milhões de árvores cortadas ao dia; mais de 120 mil por hora; mais de 2.000 por minuto; e 34 por segundo!

Fonte:
O Futuro Climático da Amazônia (2014), Inpe

A Amazônia é conhecida como a maior e mais bela floresta tropical do mundo. Mas, nas últimas cinco décadas, cerca de 20% de sua vegetação original foi derrubada para dar lugar a grandes empreendimentos de agropecuária, mineração e de hidroeletricidade.

A devastação da Amazônia anda de mãos dadas com a utilização de trabalho escravo contemporâneo. Este fascículo mostra como migrantes pobres são privados de sua dignidade humana em atividades de limpeza de pasto, de abertura de fazendas e de produção de carvão vegetal para siderúrgicas.

REALIZAÇÃO

ESCRAVO, NEM PENSAR!

Repórter Brasil

APOIO

MPT

Amazônia: trabalho escravo e dinâmicas correlatas

Pesquisa e texto: Carlos Juliano Barros • *Edição:* Equipe Escravo, nem pensar!: Natália Suzuki (coordenadora), Thiago Casteli (coordenador assistente), Jéssica Stuque (estagiária) • *Foto da capa:* João Roberto Ripper • *Projeto gráfico:* Gabi Juns

Tiragem: 2 mil cópias – Distribuição gratuita 2015

Todo conteúdo da Repórter Brasil pode ser copiado e distribuído, desde que citada a fonte – Copyleft – licença Creative Commons 2.0

Repórter Brasil Rua Bruxelas, 169, Sumaré, São Paulo/SP, CEP 01259-020 – escravonempensar@reportebrasil.org.br

AMAZÔNIA: TRABALHO ESCRAVO + DINÂMICAS CORRELATAS

APRESENTAÇÃO

"São geralmente os peões gente nova. Porém com frequência, pais de família com vários filhos. Iludidos quase sempre a respeito do pagamento, do lugar, das condições de trabalho, do atendimento médico. Tendo que pagar até a viagem – contra todo o estipulado num a posteriori decepcionante e forçado. Em sistema de empreitada que significa submeter-se, além do dono e seu gerente, às fraudes e abusos dos empreiteiros. Já na mata das fazendas, sem possibilidade de saída. Fechados no 'inferno verde'. Controlados por pistoleiros e 'gatos'."

"Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social". Dom Pedro Casaldáliga, 1971

Até a década de 1960, menos de 1% das árvores da Amazônia havia tombado. De lá para cá, grandes projetos de extração de minérios, de geração de energia hidrelétrica e, principalmente, de expansão agropecuária impuseram um modelo de desenvolvimento predatório que já devastou um quinto do território original da floresta*. Tudo em nome de um suposto "progresso" que jamais beneficiou a população local.

A derrubada da mata nativa da Amazônia para o comércio de madeira e a posterior formação de grandes fazendas sempre estiveram diretamente ligadas à superexploração do trabalho de migrantes pobres, vindos do Norte e do Nordeste do país e transformados em mercadorias descartáveis. As primeiras denúncias sobre a existência da escravidão contemporânea vieram à tona ainda no começo dos anos 1970, pela voz de Dom Pedro Casaldáliga – bispo católico de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso.

Não são apenas proprietários de terra sem recursos que cometem esse crime. Grandes empresários capitalizados também se utilizam da escravidão para potencializar seus lucros. Seja na abertura de fazendas de gado, na limpeza das lavouras de soja, no corte da cana-de-açúcar ou na queima de madeira para a produção de carvão vegetal, a realidade é que, desde 1995, quase 50 mil trabalhadores na Amazônia foram submetidos a condições que atentam contra os princípios básicos da dignidade humana.

* Os dados desse parágrafo foram extraídos do estudo O Futuro Climático da Amazônia (2014), Inpe.

O TRABALHO ESCRAVO NA AMAZÔNIA

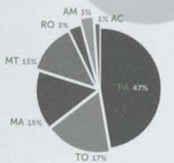
Desde 2003, ano de lançamento do I Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, mais de 21 mil trabalhadores* foram libertados da escravidão na Amazônia em fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ao todo, ocorreram mais de duas mil operações.

A maioria absoluta dos casos de trabalho escravo contemporâneo na Amazônia está relacionada a atividades rurais – sobretudo, à limpeza de pastos e à formação de fazendas. Outra atividade que chama atenção é a produção de carvão vegetal, que alimenta as siderúrgicas do Pólo Carajás. Mas também há casos em atividades urbanas, como na construção civil.

*De 1995 a 2015, com a vigência do combate ao trabalho escravo no Brasil, quase 50 mil pessoas foram libertadas em todo o país.

DISTRIBUIÇÃO DE CASOS DE TRABALHO ESCRAVO NA AMAZÔNIA EM ATIVIDADES ECONÔMICAS (2003-2014)

NÚMERO DE CASOS DE TRABALHO ESCRAVO POR ESTADO (2003-2014)



Fontes: CPT e MTE

+ O QUE É TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO?

No Brasil, o "trabalho análogo ao de escravo" é definido pelo Artigo 149 do Código Penal. Trata-se de um **crime contra a dignidade humana** que não pode ser compreendido como uma mera infração à legislação trabalhista. Qualquer um dos quatro elementos a seguir pode caracterizar a escravidão contemporânea:

» **TRABALHO FORÇADO**
ameaças e violência física ou psicológica

» **JORNADA EXAUSTIVA**
Expediente penoso, que não deve ser confundido com horas extras, porque coloca em risco a integridade física do trabalhador, já que o tempo de descanso é insuficiente para recuperar as forças

» **CONDIÇÕES DEGRADANTES**
alojamentos precários, falta de equipamentos de proteção, alimentação insalubre e falta de água potável

» **SERVIDÃO POR DÍVIDA**
fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentos e ferramentas para "prender" o trabalhador ao local de trabalho

O conceito brasileiro de "trabalho análogo ao de escravo" é considerado uma referência pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Porém, nos últimos anos, alguns senadores e deputados federais – ligados sobretudo à chamada "Bancada Ruralista" – vêm tentando afrouxar essa definição, retirando os elementos de "jornada exaustiva" e "condições degradantes". Se a proposta vingar, especialistas consideram que o combate ao trabalho escravo no Brasil sofrerá um duro golpe.

O (TRISTE) BICAMPEÃO

São Félix do Xingu, no sudeste do Pará, ilustra de forma exemplar como os problemas do desmatamento e do trabalho escravo andam de mãos dadas na Amazônia. Até hoje, o município já perdeu uma área de vegetação nativa equivalente a 11 vezes o tamanho da cidade de São Paulo (SP).

A floresta cedeu lugar a pastagens com 2,3 milhões de cabeças de gado. São Félix do Xingu tem 110 mil habitantes. Isso dá uma média de 21 bois para cada ser humano!

Infelizmente, o município não ocupa apenas o topo do pódio do desmatamento. Também lidera o ranking do trabalho escravo. Entre 2003 e 2014, 882 pessoas foram libertados por fiscais do Ministério do Trabalho de condições desumanas. Eles se dedicavam principalmente a atividades de formação de pastagens, que também envolvem a derrubada de mata nativa. O dado não deixa dúvidas sobre a relação direta entre o avanço da pecuária, o desmatamento e o trabalho escravo.

OS DEZ MUNICÍPIOS MAIS DESMATADOS DA HISTÓRIA NA AMAZÔNIA

MUNICÍPIO	ÁREA DESMATADA (KM²)	% DA ÁREA DESMATADA DO MUNICÍPIO
1. São Felix do Xingu (PA)	17.534,3	20,81%
2. Paragominas (PA)	8.689,5	44,64%
3. Porto Velho (RO)	8.633,3	24,93%
4. Marabá (PA)	8.448,9	55,73%
5. Juara (MT)	7.902,9	34,87%
6. Altamira (PA)	7.490,2	4,69%
7. Novo Repartimento (PA)	7.455,7	48,31%
8. Cumaru do Norte (PA)	7.197,3	42,08%
9. Santana do Araguaia (PA)	7.163,2	61,7%
10. Santa Maria das Barreiras (PA)	5.868,2	56,69%

Fontes: Prodes/Inpe

OS DEZ MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMERO DE CASOS DE TRABALHO ESCRAVO DO BRASIL ESTÃO NA AMAZÔNIA (2003-2014)

MUNICÍPIO	NÚMERO DE CASOS	NÚMERO DE TRABALHADORES
1. São Félix do Xingu (PA)	129	882
2. Marabá (PA)	86	575
3. Açailândia (MA)	75	366
4. Rondon do Pará (PA)	66	530
5. Novo Repartimento (PA)	46	185
6. Goianésia (PA)	44	554
7. Dom Eliseu (PA)	43	380
8. Itupiranga (PA)	43	342
9. Pacajá (PA)	41	604
10. São Geraldo do Araguaia (PA)	38	131

Fontes: CPT e MTE

AMAZÔNIA: TRABALHO ESCRAVO + DINÂMICAS CORRELATAS

N

LEGENDA

- AMAZÔNIA LEGAL
- TERRITÓRIO BRASILEIRO
- ARCO DO DESMATAMENTO
- ESTRADAS
- CONFLITOS POR TERRA
- DESMATAMENTO
- HIDRELÉTRICAS
- MIGRAÇÃO
- MINERAÇÃO
- PECUÁRIA
- TRABALHO ESCRAVO

RORAIMA

AMAPÁ

AMAZONAS

PARÁ

MARANHÃO

TOCANTINS

ACRE

RONDÔNIA

MATO GROSSO

GOIÁS

MATO GROSSO DO SUL

BAHIA

MINAS GERAIS

ESPÍRITO SANTO

SÃO PAULO

RIO DE JANEIRO

TRANSAMAZÔNICA

BR-163

PORTO VELHO

ALTAMIRA

ANAPU

NOVA IPIXUNA

MARABÁ

AÇAILÂNDIA

SÃO FÉLIX DO XINGU

NATIVIDADE

+ CONFLITOS POR TERRA

Desde a década de 1960, a Amazônia é um violento palco de conflitos agrários. De um lado, latifundiários usam documentos falsos para abocanhar grandes extensões de terra. Do outro, agricultores familiares, povos indígenas e ativistas tentam defender a floresta, muitas vezes, com a vida.

DISPUTA POR TERRA

A CADA **10 CASOS** NO BRASIL,
4 SÃO NA AMAZÔNIA

Em 2014, foram 442 episódios, envolvendo 43 mil famílias.

O PREÇO DA RESISTÊNCIA

Anapu (PA): homicídio da missionária Dorothy Stang (2005)

Nova Ipixuna (PA): assassinato do casal ambientalista José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito do Santo (2011)

+ PECUÁRIA

A criação de bovinos em latifúndios é, de longe, a principal responsável pelo desmatamento e pelo trabalho escravo na Amazônia. De toda a área devastada da floresta até hoje, 62% foram transformados em pastagens. E, de cada dez casos de trabalho escravo, sete referem-se a trabalhadores explorados em atividades ligadas à pecuária.

Não por acaso, a primeira propriedade rural do Brasil desapropriada por conta de trabalho escravo possuía mais de 5 mil cabeças de boi. Localizada em Marabá, no sudeste do Pará, a Fazenda Cabaceiras se estendia por uma área superior a 10 mil campos de futebol. Depois que o Ministério do Trabalho encontrou trabalhadores escravizados fazendo a limpeza do pasto em quatro ocasiões diferentes, entre 2001 e 2004, a fazenda foi destinada à reforma agrária e se transformou no **Projeto de Assentamento 26 de Março.**

+ MIGRAÇÃO

Em geral, o trabalhador superexplorado em fazendas e carvoarias da Amazônia é um migrante nascido em locais pobres, tem baixa escolaridade e vaga pela estrada à procura de serviço. Longe da família e da sua comunidade, torna-se mais vulnerável a violências e promessas enganosas.

PERFIL DO TRABALHADOR

ANALFABETOS

UM TERÇO DAS PESSOAS EXPLORADAS EM CONDIÇÕES DE ESCRAVOS NO BRASIL

HOMENS

DE 18 A 44 ANOS, SÃO AS PRINCIPAIS VÍTIMAS DOS ESCRAVAGISTAS

MARANHÃO, PARÁ E BAHIA

SÃO OS ESTADOS DE ORIGEM MAIS COMUNS DOS TRABALHADORES REDUZIDOS A ESCRAVOS

+ HIDRELÉTRICAS

Porto Velho (RO): usinas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira

Altamira (PA): usina de Belo Monte, no rio Xingu

Ambos os municípios são campeões de desmatamento, já que a abertura de estradas e de obras de infraestrutura exercem pressão sobre a floresta, e a chegada de milhares de trabalhadores faz com que a mancha urbana reduza a mata nativa. As barragens nos rios e a formação dos lagos das usinas também fazem a vegetação local desaparecer.

Em 2009, 38 migrantes do Maranhão foram libertados do trabalho escravo. Eles trabalhavam na construção da vila, feita para atender a população que chegava por conta da usina de Jirau. Dormiam em um barracão de madeira sem camas e não tinham acesso a água potável, além de serem obrigados a pagar dívidas ilegais, criadas pelo empregador.

+ ARCO DO DESMATAMENTO

Na Amazônia, as imagens feitas por satélites das áreas devastadas na Amazônia formam um arco, que indica o processo de expansão da fronteira agrícola na região: a extração de madeira e a abertura de fazendas de gado e de grãos vêm consumindo as bordas da floresta, nos últimos 50 anos.

As árvores derrubadas viram carvão vegetal para siderurgia e matéria-prima para a construção civil e a indústria de móveis no Brasil e no exterior.

Essa região concentra a maior parte dos casos de trabalho escravo no país. Os trabalhadores são explorados justamente na pecuária e no desmatamento.

+ CARVÃO + FERRO

Natividade (TO): Trabalhador agredido com socos e chutes. Comida preparada com barras de sal para alimentar bois. Homens carregam nos ombros toneladas de carvão vegetal, produzido em fornos rústicos de altíssimas temperaturas. Esse era o cotidiano de 20 pessoas exploradas em condições de escravidão na Carvoaria Pedra Branca, em 2011. As carvoarias são responsáveis por 10% dos casos de escravidão na Amazônia.

Segundo a Repórter Brasil, 60% do carvão vegetal utilizado pelas siderúrgicas de ferro-gusa são produzidos a partir de árvores nativas cortadas ilegalmente. O restante é proveniente de plantações de eucalipto.

O carvão vegetal e o minério de ferro têm como principal destino as siderúrgicas que produzem ferro-gusa, a matéria-prima do aço, em municípios como Marabá (PA) e Açailândia (MA).

SERRA DOS CARAJÁS

A extração do minério de ferro é do subsolo da Serra dos Carajás e é feita pela Vale, a maior mineradora do mundo. Do Pará, o minério segue de trem até os portos de São Luís (MA) e de lá é exportado para a China. Em 2015, a empresa foi condenada a pagar R$ 804 milhões por 2 mil acidentes com trabalhadores e 12 mortes, ocorridos no Complexo Carajás.

O governo federal brasileiro assumiu a existência do trabalho escravo contemporâneo perante o país e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1995. Assim, o Brasil se tornou uma das primeiras nações do mundo a reconhecer oficialmente a ocorrência do problema em seu território.

De 1995 até 2015, aproximadamente 50 mil trabalhadores foram libertados de situações análogas à de escravidão em todos os estados brasileiros. Eles foram explorados em atividades econômicas na zona rural, como a pecuária e agricultura, mas também em áreas urbanas, empregados no setor têxtil e na construção civil.

Realização

ESCRAVO, NEM PENSAR! | Repórter Brasil

Apoio

MPT

O ciclo do trabalho escravo

Conteúdo: Equipe Escravo, nem pensar!:Natália Suzuki (coordenadora), Thiago Casteli (coordenador assistente), Jéssica Stuque (estagiária) | Projeto gráfico: Marcela Weigert

Tiragem: 3 mil cópias | Distribuição gratuita 2015 | Todo conteúdo da Repórter Brasil pode ser copiado e distribuído, desde que citada a fonte | Copyleft – licença Creative Commons 2.0
Este material foi impresso com recursos do Termo de Ajustamento de Conduta 62/2015 (São Luis - MA)

Rua Bruxelas, 169 – Sumaré – CEP 01259-020 – São Paulo (SP)
escravonempensar@reportebrasil.org.br
facebook/escravonempensar

CICLO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

CEDIM

CICLO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

O governo federal brasileiro assumiu a existência do trabalho escravo contemporâneo perante o país e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1995. Assim, o Brasil se tornou uma das primeiras nações do mundo a reconhecer oficialmente a ocorrência do problema em seu território. De **1995 até 2015, aproximadamente 50 mil trabalhadores foram libertados** de situações análogas à de escravidão.

Em geral, trabalhadores escravos são **migrantes** que deixaram suas casas em busca de melhores condições de vida e de sustento para as suas famílias. Saem de suas cidades atraídos por **falsas promessas de aliciadores** ou migram forçadamente devido à **situação de penúria** em que vivem. Podem se destinar à região de expansão agrícola ou aos centros urbanos à procura de oportunidades de trabalho.

Tradicionalmente, esse tipo de mão de obra é empregado em atividades econômicas desenvolvidas na zona rural, como a **pecuária**, a produção de carvão e os cultivos de cana de açúcar, soja e algodão. Nos últimos anos, essa situação também é verificada em centros urbanos. Infelizmente, há registros de trabalho escravo em todos os estados brasileiros.

Em zonas urbanas, a **construção civil** é um setor onde foram registradas ocorrências de uso de mão de obra escrava. Atualmente, essa atividade é uma das principais opções para trabalhadores que migram em busca de trabalho.

Ainda no que se refere a atividades não agrícolas, merece a atenção o **setor têxtil**, em que estão empregados os imigrantes de vários países. O número de estrangeiros em situação regular no Brasil aumentou. Contudo, há ainda aqueles que, por estarem em situação irregular, são mais vulneráveis à exploração. A migração é um direito humano, no entanto, muitas vezes, o fenômeno está relacionado a violações de direitos, como o trabalho escravo contemporâneo e o tráfico de pessoas.

O indivíduo submetido ao trabalho escravo está sujeito a uma série de violações que lhes subtraem a liberdade e a dignidade.

Muitas vezes, o trabalhador consegue **fugir da situação de exploração**, colocando a sua vida em risco. Quando tem sucesso em sua empreitada, recorre a órgãos governamentais ou organizações da sociedade civil para denunciar a violação que sofreu.

Diante disso, o governo brasileiro tem centrado seus esforços para o combate desse crime, especialmente na **fiscalização de propriedades** e na repressão por meio da **punição administrativa e econômica de empregadores flagrados** utilizando mão de obra escrava.

Entretanto, a erradicação do problema só pode ser efetivada por meio da garantia de outros dois aspectos: **a prevenção e a assistência ao trabalhador libertado**, realizadas por ações da sociedade civil e pela adoção de políticas públicas por órgãos governamentais. A atuação nessas duas frentes de combate visa a reverter a situação de pobreza e de vulnerabilidade para que o trabalhador não caia novamente na mesma relação de exploração.

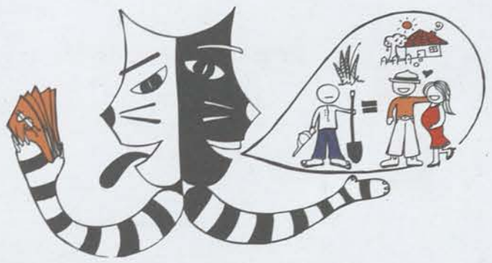
Por isso, a **educação tem papel fundamental** para a quebra de paradigmas e a divulgação de informações, agindo diretamente na prevenção ao problema.

CEDIM

CICLO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

LINHAS DE AÇÕES NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA



ALICIAMENTO

MIGRAÇÃO

Busca por melhores condições de vida

TRABALHO ESCRAVO

FISCALIZAÇÃO

Repressão do responsável pela exploraçao

DENÚNCIA

à sociedade civil e aos órgãos públicos

LIBERDADE

FUGA

TRABALHO ESCRAVO

ANULAÇÃO DA DIGNIDADE E/OU PRIVAÇÃO DA LIBERDADE

✓ Alojamento precário	✓ Dívida ilegal/ servidão por dívida
✓ Falta de assistência médica	✓ Isolamento geográfico
✓ Péssima alimentação	✓ Retenção de documentos
✓ Falta de saneamento básico e de higiene	✓ Retenção de salário
✓ Maus-tratos e violência	✓ Maus tratos e violência
✓ Ameaças físicas e psicológicas	✓ Ameaças físicas e psicológicas
✓ Jornada exaustiva	✓ Encarceramento e trabalho forçado

* Baseado no artigo 149 do Código Penal

LIBERTAÇÃO E PAGAMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS

EDIT

III - DA NOVA REDAÇÃO OFERECIDA AO PROJETO DE LEI

Aprovadas as Emendas oferecidas na Parte II deste Parecer, o Projeto, ora em exame, passará a ter a seguinte redação:

Projeto da Lei da Câmara nº 65, de 1992
(nº 11-D, na Casa de Origem)

Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, título VII, da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º (art. 1º, no original) Esta Lei regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Art. 2º (art. 2º, no original) A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta Lei, respeitados os dispositivos contitucionais.

§ 1º Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

§ 2º Para os fins deste artigo, fica a União, através do órgão federal competente, autorizada a ingressar no imóvel de propriedade particular, para levantamento de dados e informações, com prévia notificação.

Art. 3º (art. 3º, no original). A União poderá desapropriar, nos termos desta Lei, imóveis de propriedade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como os de suas entidades de administração indireta, e os pertencentes às autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas federais.

Parágrafo único. Será pressuposto do ato desapropriatório a autorização do Congresso Nacional para a desapropriação de terras referidas no *caput* do Artigo.

Art. 4º (art. 4º, no original). Para os efeitos desta Lei, conceituam-se:

I - imóvel rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial;

CEDIM

II - pequena propriedade - o imóvel rural:

a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

b) explorado direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, nas épocas de pico de demanda de mão-de-obra;

c) que garanta a absorção de toda a mão-de-obra ativa do conjunto familiar, assegurando, ainda, a sua subsistência e o progresso social e econômico;

III - média propriedade - o imóvel rural:

a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

b) explorado, econômica e racionalmente, pelo agricultor e sua família, admitida a ajuda permanente de terceiros;

CEDIM

Parágrafo 1º São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural.

Parágrafo 2º O tamanho da propriedade, medida em módulos fiscais, corresponde ao resultado da divisão da área total do imóvel rural pelo módulo fiscal do município.

Art.5º (acréscimo ao texto original) Ao proprietário de imóvel rural suscetível de desapropriação é facultado o direito de conservar a propriedade de área contínua não superior a 15 (quinze) módulos fiscais, na qual se localize a sede do imóvel, nos termos do art. 4º, parágrafo único, desta Lei.

Art. 6º (art. 5º, no original). A desapropriação por interesse social, aplicável ao imóvel rural que não cumpra sua função social, importa prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor ação de desapropriação.

§ 3º Os títulos da dívida agrária, que conterão cláusula assecuratória de preservação de seu valor real, serão resgatáveis a partir do segundo ano

de sua emissão, em percentual proporcional ao prazo, observados os seguintes critérios:

I - do segundo ao quinto ano, quando emitidos para indenização de imóveis com área inferior a 40 (quarenta) módulos fiscais;

II - do segundo ao décimo ano, quando emitidos para indenização de imóvel com área acima de 40 (quarenta) até 70 (setenta) módulos fiscais;

III - do segundo ao décimo-quinto, quando emitidos para indenização de imóvel com área acima de 70 (setenta) até 150 (cento e cinqüenta) módulos fiscais;

IV - do segundo ao vigésimo ano, quando emitidos para indenização de imóvel com área superior a 150 (cento e cinqüenta) módulos fiscais.

Art. 7º (art. 6º, no original). Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, dentro das condições do cumprimento da função social da propriedade, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 1º O grau de utilização da terra, para efeito do *caput* deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80 % (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área legalmente aproveitável total do imóvel.

§ 2º O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento), e será obtido de acordo com a seguinte sistemática:

I - para os produtos vegetais, divide-se a quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada microrregião homogênea;

II - para a exploração pecuária, divide-se o número total de unidades animais (UA) do rebanho, pelo índice de lotação estabelecido pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada microrregião homogênea;

III - a soma dos resultados obtidos na forma dos incisos I e II deste artigo, dividida pela área aproveitável e multiplicada por cem, de-

termine o grau de eficiência na exploração.

§ 3º Consideram-se efetivamente utilizadas:

I - as áreas plantadas com produtos vegetais;

II - as áreas de pastagens nativas e plantadas; observado o índice de lotação por zona de pecuária, fixado pelo Poder Executivo.

III - as áreas de exploração extrativa vegetal ou florestal, observados os índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada microrregião homogênea, e a legislação ambiental;

IV - as áreas de exploração de florestas nativas, de acordo com plano de exploração e nas condições estabelecidas pelo órgão federal competente;

V - as áreas sob processos técnicos de formação ou recuperação de pastagens ou de culturas permanentes.

§ 4º No caso de consórcio ou intercalação de culturas, considera-se efetivamente utilizada a

área total do consórcio ou intercalação.

§ 5º No caso de mais de um cultivo no ano, com um ou mais produtos, no mesmo espaço, considera-se efetivamente utilizada a maior área usada no ano considerado.

§ 6º Para os produtos que não tenham índices de rendimentos fixados, adotar-se-á a área utilizada com esses produtos, como resultado do cálculo previsto no inciso I, do § 2º, deste artigo.

§ 7º Não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que, por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagens tecnicamente conduzida, devidamente comprovados pelo órgão competente, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie.

Parágrafo 8º Ficam garantidos os incentivos fiscais referentes ao imposto territorial rural relacionados com os graus de utilização e de eficiência na exploração, conforme disposto no artigo 49 da lei 4.504, de 1964.

Art. 8º (parágrafo único do artigo 17, no original). A desapropriação de imóveis rurais, em todo o território nacional, que não atender a função

social definida neste Lei, obedecerá a uma ordem de prioridade segundo o Grau de Utilização da Terra - GUT, de acordo com a seguinte escala:

I - imóveis com GUT entre 0% e 20% (vinte por cento);

II - imóveis com GUT superior a 20% (vinte por cento) e inferior ou igual a 40% (quarenta por cento);

III - imóveis com GUT superior a 40% (quarenta por cento) e inferior ou igual a 60% (sessenta por cento);

IV - imóveis com GUT superior a 60% (sessenta por cento) e inferior ou igual a 80% (oitenta por cento).

Art. 9º (art. 7º, no original) Não será passível de desapropriação, para fins de reforma agrária, o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico que atenda aos seguintes requisitos:

I - seja elaborado por profissional legalmente habilitado e identificado;

II - esteja cumprindo o cronograma físico-financeiro originalmente aprovado pelo órgão compe-

...ão admitidas prorrogações dos prazos;

III - preveja que, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da área total aproveitável do imóvel esteja efetivamente utilizada em, no máximo, 3 (três) anos para as culturas anuais e 5 (cinco) anos para as culturas permanentes;

IV - haja sido aprovado pelo órgão competente no mínimo 6 (seis) meses antes do decreto declaratório de interesse social.

Parágrafo único. Os prazos previstos no inciso III deste artigo poderão ser prorrogados em até 50% (cinqüenta por cento), desde que o projeto receba, anualmente, a aprovação do órgão competente para fiscalização, e tenha sua implantação iniciada no prazo de 6 (seis) meses, contado de sua aprovação.

Art. 10 (art. 8º, no original). Ter-se-á como racional e adequado o aproveitamento de imóvel rural, quando esteja oficialmente destinado à execução de atividades de pesquisa e experimentação que objetivem o avanço tecnológico da agricultura.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo só serão consideradas as propriedades que tenham destinados às atividades de pesquisa, no mínimo, 80

(oitenta por cento) da área total aproveitável do imóvel, sendo consubstanciada tais atividades em projeto:

I - adotado pelo Poder Público, se pertencente a entidade de administração direta ou indireta, ou a empresa sob seu controle;

II - aprovado pelo Poder Público, se particular o imóvel.

Art. 11 (art. 9º, no original) A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus estabelecidos nesta Lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

CEDIM

§ 1º Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 7º desta Lei.

§ 2º Considera-se adequada a utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade.

§ 3º Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

§ 4º A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.

§ 5º A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do

vação do meio ambiente.

Art. 13 (art. 11, no original) Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola.

Art. 14 (art. 12, no original). Considera-se justa a indenização que permita ao desapropriado a reposição, em seu patrimônio, do valor do bem que perdeu por interesse social.

§ 1º A identificação do valor do bem a ser indenizado será feita, preferencialmente, com base nos seguintes referenciais técnicos e mercadológicos, entre outros usualmente empregados:

I - valor das benfeitorias úteis e necessárias, descontada a depreciação conforme o estado de conservação;

II - valor da terra nua, observados os seguintes aspectos:

trabalho e que não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel.

§ 6º A constatação evidente, nos termos e condições previstos em lei, do emprego de trabalho escravo importará em expropriação do imóvel, para fins de projeto de reforma agrária, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Art. 12 (art. 10, no original). Para efeito do que dispõe esta Lei consideram-se não aproveitáveis:

I - as áreas ocupadas por construções e instalações, excetuadas aquelas destinadas a fins produtivos como estufas, viveiros, sementeiros, tanques de reprodução e criação de peixes e outros semelhantes;

II - as áreas comprovadamente imprestáveis para qualquer tipo de exploração agrícola, pecuária, florestal ou extrativa vegetal;

III - as áreas sob efetiva exploração mineral;

IV - as áreas de efetiva preservação permanente e demais áreas protegidas por legislação relativa à conservação dos recursos naturais e à preser-

atividades relativas ao desenvolvimento da agricultura, pecuária, preservação ecológicas, áreas de segurança, treinamento militar, educação de todo tipo, readequação social e defesa nacional.

Art. 16 (art. 16, no original). Efetuada a desapropriação, o órgão expropriante, dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data do registro do título translativo de domínio, destinará a respectiva área aos beneficiários da reforma agrária, admitindo-se, para tanto, formas de exploração individual, condominial, cooperativa, associativa ou mista.

§ 1º (§2º do art. 3º, no original) A União poderá celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal visando ao exercício da competência prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º (parágrafo único do artigo 18, no original) O órgão federal competente, com o auxílio de órgãos similares nos Estados e no Distrito Federal, manterá atualizado o cadastro de áreas desapropriadas de beneficiários da reforma agrária.

Art. 17 (art. 17, no original). A distribuição de imóveis rurais, pela reforma agrária, far-se-á através de títulos de domínio ou de concessão de

a) localização do imóvel;

b) capacidade potencial da terra;

c) dimensão do imóvel;

d) a existência de conflitos possessórios e dominiais.

§ 2º Os dados referentes ao preço das benfeitorias e do hectare da terra nua a serem indenizadas serão levantados junto às prefeituras municipais, órgãos estaduais encarregados de avaliação imobiliária, quando houver, tabelionatos e cartórios de registro de imóveis, e através de pesquisa de mercado.

Art. 15 (art. 13, no original). As terras rurais de domínio da União, dos Estados e dos Municípios ficam destinadas, preferencialmente, à execução de projetos de reforma agrária.

Parágrafo único. Excetuando-se as reservas indígenas e os parques, somente se admitirá a existência de imóveis rurais de propriedade pública, com objetivos diversos dos previstos neste artigo, se o poder público os explorar direta ou indiretamente para pesquisa, experimentação, demonstração e fomento de

Parágrafo único. Na ordem de preferência de que trata este artigo, terão prioridade os chefes de família numerosa, cujos membros se proponham a exercer a atividade agrícola na área a ser distribuída.

Art. 19 (art. 20, no original). Não poderá ser beneficiário da distribuição de terras, a que se refere esta Lei, o proprietário rural, salvo nos casos dos incisos I, IV e V do artigo anterior, nem o que exercer função pública, autárquica ou em órgão paraestatal, ou o que se ache investido de atribuição parafiscal.

Art. 20 (art. 21, no original). Nos instrumentos que conferem o título de domínio ou concessão de uso, os beneficiários da reforma agrária assumirão, obrigatoriamente, o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, ou através de seu núcleo familiar, mesmo que através de cooperativas, e o de não ceder o seu uso a terceiros, a qualquer título, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 21 (art. 22, no original). Constará, obrigatoriamente, dos instrumentos translativos de domínio ou de concessão de uso, cláusula resolutória que preveja a rescisão do contrato e o retorno do imóvel ao órgão alienante ou concedente, no caso de des-

uso, inegociáveis pelo prazo de 10 (dez) anos.

§ 1º O assentamento de trabalhadores rurais deverá ser efetuado em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada.

§ 2º A desapropriação de imóveis rurais, em cada micro-região homogênea, que não atender a função social definida nesta lei, obedecerá a uma ordem de prioridade, segundo o grau de utilização da terra.

Art. 18 (art. 19, no original). O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil, observada a seguinte ordem preferencial:

I - aos que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;

II - aos que trabalham como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários, em outros imóveis;

III - aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar;

IV - aos agricultores cujas propriedades sejam, comprovadamente, insuficientes para o sustento próprio e o de sua família.

CEDIM

da Dívida Agrária e dos recursos destinados, no exercício, ao atendimento do Programa de Reforma Agrária.

§ 1º Os ministérios e órgãos vinculados consignarão, detalhadamente, em seus orçamentos, as dotações necessárias à execução da reforma agrária, em suas respectivas áreas de ação.

§ 2º Objetivando a compatibilização dos programas de trabalho e propostas orçamentárias, o órgão executor da reforma agrária encaminhará, anualmente e em tempo hábil, aos órgãos da administração pública responsáveis por ações complementares, o programa a ser implantado no ano subseqüente.

Art. 25 (art. 26, no original). São isentas de impostos federais, estaduais e municipais, inclusive do Distrito Federal, as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária, bem como a transferência ao beneficiário do programa.

Art. 26 (art. 27, no original). Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27 (art. 28, no original). Revogam-se as disposições em contrário.

PNRA

INFO: **PLANO NACIONAL REFORMA AGRÁR**

ENOM: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

RIO DE JANEIRO / RJ

QUEREMOS CHAMAR ATENÇÃO PARA AS SEGUINTES LIMITAÇÕES DO **PNRA** EM RELAÇÃO À PROPOSTA DISCUTIDA PELA SOCIEDADE:

1. O PERÍODO E AS METAS A SEREM ATINGIDAS SÃO LIMITADAS AOS PRÓXIMOS 4 ANOS DE 85 A 89.

2. NO PARÁGRAFO 2º DO DECRETO VEMOS UMA CLARA INTENÇÃO DE PROTEGER O LATIFÚNDIO - AO SE AFIRMAR QUE SE EVITARÁ A DESAPROPRIAÇÃO DE LATIFÚNDIOS QUE APRESENTEM ÍNDICES MÉDIOS DE PRODUTIVIDADE ESTÁ SE RECUANDO EM RELAÇÃO AO ESTATUTO DA TERRA (ET) QUE PREVIA A DESAPROPRIAÇÃO DO CONJUNTO DE LATIFÚNDIOS. SE ABRE UMA BRECHA PARA EVITAR-SE A DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS QUE APRESENTEM ALGUM NÍVEL D E PRODUÇÃO.

3. NO PARÁGRAFO 3º O RECUO EM RELAÇÃO AO E.T. é AINDA MAIS EVIDENTE. SE ANTES A PRESENÇA DE ARRENDATÁRIOS E PARCEIROS AGRÍCOLAS NOS IMÓVEIS ERA UMA MOTIVO DE PRIORIDADE PARA INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO, VISANDO A DESAPROPRIAÇÃO, AGORA É UM MOTIVO PARA NÃO REALIZÁ-LA. DESTA FORMA, O DECRETO ESTÁ LEGITIMANDO E ESTIMULANDO A EXPANSÃO DESTAS FORMAS ANACRÔNICAS DE RELAÇÃO DE TRABALHO. OS LATIFUNDIÁRIOS PARA EVITAREM A DESAPROPRIAÇÃO SÃO AGORA ABERTAMENTE ESTIMULADOS A FAZEREM CONTRATOS DE ARRENDAMENTO E PARCERIA.

NO ARTIGO 2º DO REFERIDO DECRETO FICA CLARO QUE O **PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA)** NÃO É UM VERDADEIRO PLANO DE REFORMA AGRÁRIA E SIM UMA CARTA DE INTENÇÕES. ISTO PORQUE NÃO DEFINE O S PLANOS REGIONAIS NEM AS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA QUE SE DE INÍCIO À REFORMA AGRÁRIA. AO PREVER PARA UM MOMENTO SEGUINTE A APROVAÇÃO DOS **PLANOS REGIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA (PNRAs)**

C P T Regional Rio de Janeiro
PLANO NACIONAL REFORMA AGRÁRIA

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA ** CPT COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
C P T PLANO NACIONAL REFORMA AGRÁRIA
C P T PLANO NACIONAL

O GOVERNO GANHA TEMPO E EMPURRA PARA ADIANTE O INÍCIO DA REFORMA AGRÁRIA.

POR OUTRO LADO VÊ-SE NO PARÁGRAFO 1 DO ARTIGO 2º QUE A RESPONSABILIDADE PELA APROVAÇÃO DESTES **PRRAs** PASSA A SER CENTRALIZADO NA FIGURA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO CONTRÁRIO DO QUE PRESCREVIA O E.T.,EM QUE OS **PRRAs** ERAM DE RESPONSABILIDADE DOS INCRAs REGIONAIS.

A PARTIR DE AGORA TEREMOS MAIOR BUROCRATIZAÇÃO E CONTROLE NA EXECUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA.
POR ÚLTIMO QUEREMOS CHAMAR ATENÇÃO PARA O ARTIGO 7º DO REFERIDO DECRETO. NESTE ARTIGO EXISTE UM EVIDENTE RECUO NO QUE DIZ RESPEITO À CONCEITUAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA. SE NA PROPOSTA DISCUTIDA COM O CONJUNTO DA SOCIEDADE EXISTIA UMA CLARA DISTINÇÃO ENTRE REFORMA AGRÁRIA A SER REALIZADA EM IMÓVEIS DE DOMÍNIO PRIVADO E COLONIZAÇÃO A SER REALIZADA EM IMÓVEIS DE DOMÍNIO PÚBLICO, NESTE ARTIGO 7º SE INCORPORA OS IMÓVEIS DE DOMÍNIO PÚBLICO AO DENOMINADO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA. ESTA É UMA FORMA DE SE EVITAR A REFORMA AGRÁRIA COMO UM PROCESSO DE INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO NA PROPRIEDADE DA TERRA.

Outros comentários poderiam ser feitos a respeito do **PNRA** definido e aprovado pelo Presidente da República. Gostaríamos apenas de nos referir a 3 momentos do processo de desapropriação e transferência da propriedade dos proprietários de terra para os pequenos agricultores.

I - **Indenização** - Segundo o .E.T. os imóveis que não cumprissem a função social poderiam ser desapropriados pelo Poder Público. O valor da indenização a ser pago aos pretensos proprietários para que de fato penalizasse quem não cumpria com a função social deveria ser inferior ao valor de mercado da terra. Um dos critérios mais pertinentes para o pagamento do justo valor seria o valor da declaração do proprietário para fins de pagamento do ITR. Agora, na definição do **PNRA** tudo é invertido. A medida primeira a ser tentada não é mais a desapropriação , mas a negociação e o entendimento. A partir deste princípio podemos perceber que o valor das indenizações se aproxima

rá do valor de mercado e não penalizará os "maus" proprietários.

II - **Repasse da terra para os agricultores** - No E.T. esta questão não estava bem definida permitindo que em algumas situações os parceleiros pagassem ao ESTADO um valor simbólico pelo lote recebido. Agora, no **PNRA** é afirmado explicitamente que todas as despesas do Poder Público ao indenizar os proprietários ou ao realizar' obras de infraestrutura - abrindo estradas, drenando o solo, eletrificando ... serão inteiramente repassadas para os assentados. Se respeita integralmente a propriedade privada nesta operação de venda a preço integral.

III - **Novas unidades produtivas** - Por último queríamos chamar a atenção que não se permite mais na definição das novas unidades produtivas a serem constituídas na área desapropriada a propriedade condominial da terra. Ou seja, se reafirma a propriedade privada familiar e não se permite mais a titulação em comum de vários produtores.

Os comentários feitos acima dão conta de um **PNRA** que é definido num' contexto em que os grandes proprietários de terra e seus aliados ainda tem um considerável poder econômico e político enquanto os trabalhadores' rurais ainda se apresentam divididos e incapazes de desenvolverem pressões mais fortes.

Queremos salientar que este foi um período em que as Associações Patronais conseguiram uma unidade de ação e elaboraram um programa alternativo à proposta de Reforma Agrária . Este programa das classes proprietárias baseado: na Política Agrícola de apoio aos produtores em contraposição a se mexer na estrutura fundiária; no aumento da tributação das áreas improdutivas; e na incorporação das áreas públicas à Reforma Agrária teve clara influência no **PNRA** aprovado.

Os trabalhadores rurais não conseguiram entretanto forjar a unidade e a força necessária para imporem os seus interesses no **PNRA**.

OS PLANOS REGIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA

Apesar das contundentes críticas que o governo recebeu de muitas' entidades e segmentos sociais ao Plano aprovado - o governo não se dispos a modificar o mesmo.

As propostas para os Planos Regionais de Reforma Agrária começam' a ser elaboradas nos Estados e são concluídas no mes de Dezembro. Encaminhados ao MIRAD os 26 planos definindo as áreas prioritárias para efeito de Refomra Agrária, são entregues a 17 de janeiro ao Presidente da República. Após esta data, a Presidência da República adiaria em sucessivas ocasiões a aprovação destes Planos. A Igreja, através do Conse - lho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) vai ao Palácio do Planalto pedir que o g overno acelere a aprovação dos Planos e inicie a execução da Reforma Agrária. Ao deixar o Palácio do Planalto, D. Ivo Lorscheiter revela que o Presidente prometera aprovar os Planos Regionais no final de março. Em resposta a este anúncio os proprietários rurais mais uma vez se mobilizam contra a Reforma. Em São Paulo, na Sociedade Rural Brasileira, 300 proprietários se reunem e exigem que o governo reabra o debate sobre o conteúdo dos Planos Regionais alegando que a categoria tinha sido impedida de participar dos debates.

Em resposta à pressão dos proprietários o governo decidiu reestudar os Planos Regionais em sua forma e conteúdo. Na ocasião, anuncia a criação de uma Comissão (Gabinete Civil e MIRAD) para rever os Planos.

Só no mes de maio, após várias pressões das forças descontentes ' com o encaminhamento que vinha sendo dado, o governo aprovaria 7 Planos' Regionais de Reforma Agrária.

Nesta ocasião toma uma série de medidas que se opõem à execução da Reforma Agrária :

- Assina apenas 7 Planos Regionais de Reforma Agrária, que se quer merecem o nome de Planos, uma vez que não definem as áreas prioritárias para que se inicie a Reforma Agrária.

- A transferência da responsabilidade pela definição das áreas prioritárias para as Comissões Agrárias Estaduais aonde os latifundiários terão um peso decisivo para evitarem medidas desapropriatórias.

- A nomeação para Presidência do INCRA de Pedro Dantas, comprometido com os interesses do latifúndio, na mesma semana em que é demitido o Diretor do INCRA - Carlos Lorena - que tem um passado público de compromisso com a Reforma Agrária.

- A reformulação da estrutura do INCRA extinguindo o Conselho Diretor e concentrando todos os poderes de decisão na figura do Presidente do órgão.

Estas medidas recentes são indícios claros da intenção do governo de não executar sequer a Reforma Agrária moderada a que tinha se proposto.

Enquanto isto se agravam os conflitos sociais pela posse da terra e a violência se intensifica.

CEDIM

FOLHA INFORMATIVA C P T - RJ

nº 6 - 16.04.86

CEDIM

CONSTITUINTE

86 É ANO DE ELEIÇÃO. SERÃO ELEITOS OS DEPUTADOS QUE FARÃO A NOVA CONSTITUIÇÃO.

EM QUEM VOTAR?

Nos Sindicatos, comissões ou grupos de trabalhadores, rurais ou urbanos, prá qualquer um que se faça essa pergunta, vem firme a resposta: num candidato comprometido com os interesses dos trabalhadores.

O trabalhador está cansado de dar seu voto a latifundiários, banqueiros e industriais. O trabalhador está cansado de eleger aqueles que só fazem política em proveito próprio, procuram o agricultor e o operário apenas em época de eleição e, no dia seguinte, esquecem as promessas. Esse trabalhador está mais consciente, enxerga que só um candidato realmente comprometido com a classe trabalhadora vai representá-lo na Constituinte.

Se perguntarmos, ainda: qual o partido? A maioria responde: isso não importa, o que interessa é a pessoa, que seja boa, honesta, comprometida com os trabalhadores. Essa é uma resposta imediata, opinião sincera de quem vê os partidos se sucederem no poder e pouco ou nada mudar. Só que as coisas não são tão simples assim. Devemos considerar o seguinte: Os membros de um partido político devem ser fiéis às decisões de seu partido. Assim, se um deputado é eleito por um partido, assumiu compromissos com ele. Se este partido tem pessoas que defendem os interesses dos trabalhadores e outros que defendem os interesses de industriais, latifundiários, etc, todos levarão a posição da maioria, quase sempre aquela que interessa a esses "grandes". Mesmo que, durante a campanha, ele tenha se comprometido com os trabalhadores, na hora de votar uma lei ele deve seguir a direção do seu partido. Como seu partido não representa os interesses dos trabalhadores, mas o dos patrões, vai acabar votando contra os trabalhadores que o elegeram.

Assim, devemos pensar também no partido a que pertence o candidato antes de decidir a quem dar o voto. Devemos levar conta a história de cada partido, sua sição e desempenho nas grandes quest nacionais e suas principais caracterís cas. Por exemplo:

1. Quais os partidos que foram con a Campanha das Diretas Já em 84? Que tidos, mesmo participando da Campanha, taram contra a emenda Dante de Oliveir que restabelecia as eleições diretas p Presidente da República?

2. Que partidos foram contra a conv ção da Assembléia Constituinte exclusi somente para elaborar a Constituição) dando poderes constituintes ao Congre Nacional, com senadores biônicos e t mais?

3. Quem, hoje, esta defendendo o P to Social entre patrões e trabalhado como forma de resolver a crise econômi

Também devemos pensar sobre o segu te:

4. Quem está na direção desses par dos? Trabalhadores e pessoas comprome das com a classe trabalhadora ou banqu ros, latifundiários, industriais e gra des comerciantes?

5. Além disso, já dado o voto, se candidato não é eleito este voto vai outro candidato do seu partido. Assi quando votamos num candidato estamos tando no seu partido. Se ele está comp metido com a classe trabalhadora, mas se elege, todos os votos que foram da a ele serão de outro candidato do seu tido, talvez um latifundiário.

Disso tudo podemos concluir que é portante a escolha do candidato, mas t bém a escolha do partido, candidato e tido comprometidos com a classe trabal dora.

"Joaquinzão" ganha presidência da nova CGT

Praia Grande, (SP) — Após 40 horas de conchavos e de correr o risco de não se viabilizar diante das disputas partidárias, a Central Geral dos Trabalhadores — CGT — nasceu em Praia Grande, (SP), elegendo como primeiro presidente o sindicalista Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, que apóia com restrições o plano econômico do governo, pede reforma agrária já e repudia o arrocho salarial. Com a fundação da CGT, a Conclat deixou de existir.

A CGT surge de um congresso representativo que contou com a participação de 5 mil 546 sindicalistas, delegados de 1 mil 517 entidades, 946 delegados e 274 entidades a mais do que no primeiro Congresso da Classe Trabalhadora realizado em 1983. Apesar desta força, a nova entidade nasce enfraquecida pela partidarização, que, por pouco, não impediu sua formação. O nome de José Francisco da Silva, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), apoiado inicialmente pelo PCB para a presidência da CGT, acabou como vice na composição da chapa única.

O PCB lutou até onde pôde contra a indicacão de Antônio Rogério Magri — presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e identificado com o sindicalismo norte-americano — para a secretaria internacional. Perdeu esta batalha, mas acabou ganhando duas outras: elegeu o presidente do Sindicato dos trabalhadores na Construção Civil de Porto Alegre e integrante do MR-8, Ricardo Baldino, para a Tesouraria e ampliou sua participação de três para quatro delegados na cúpula da nova entidade.

A CGT tem também filiados no do PC do B (aliás, a maior força política organizada dentro do congresso), do PMDB e da ala de sindicalistas independentes. No início da tarde, o impasse para atingir a unidade era tão grande que o PCB ameaçou abandonar o congresso, anunciando que deixaria de votar e prometendo passar a atuar como uma corrente sindical organizada e independente dentro da nova CGT.

Rogério Magri e Ricardo Baldino também fizeram idêntica ameaça, e as acusações mútuas entre estes dois sindicalistas e o PCB passaram inclusive pelo campo de ofensas pessoais. "Esses comunistas chegaram ontem, caíram aqui de pára-quedas, nunca ajudaram em nada na criação da CGT. Por que não vão para a CUT?", gritava Magri, que não aceitou a proposta do PCB de dividir a Secretaria de Relações Internacionais com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Conçalves, militante do PCB.

A composição política acabou sendo feita por Joaquinzão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que também ameaçou deixar o congresso. "Foi uma tática sentimental. Tive que dar um tranco nesses caras para chegar à unidade", confessou Joaquinzão, depois de fechado o acordo.

O acerto final foi feito às 16h, enquanto a plenária ouvia manifestações de delegados internacionais. Todas as correntes apelaram para a unidade, e um dos discursos mais inflamados foi o de Wagner Francisco Pereira, presidente dos bancários de Belo Horizonte. "Essa é a última tentativa de unidade. Se não conseguirmos, não é nem CGT, nem Conclat. Sempre pregamos a pluralidade e agora estamos aqui perdidos no divisionismo", disse Wagner.

Na mesma linha foi o pronunciamento de outro sindicalista "independente", Lourenço de Prado, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, que passou a ocupar o cargo de 1º tesoureiro, em lugar da vice-presidência, entregue a Ricardo Baldino, atenuando o impasse. Ele lembrou que, sem unidade, a CGT nasceria enfraquecida e os sindicalistas presentes ao congresso acabariam imigrando para a USI e para a CUT.

A direção do congresso levou a proposta de chapa para a plenária, vendendo junto a idéia de que ela foi construída sobre uma sólida unidade, mas nenhum de seus integrantes acredita efetivamente nesta tese. Ao contrário, acham que terá de haver muito jogo de cintura para evitar rupturas ao surgimento das primeiras dificuldades. Sindicalista experimentado, que nos últimos 20 anos tem enfrentado sucessivas crises, inclusive no sindicato que preside, Joaquim dos Santos Andrade reconheceu, exausto, ao final dos trabalhos, que terá que atuar como uma espécie de coringa neste complicado jogo político da nova CGT.

CEDIM

Pazzianotto saúda central

Praia Grande, (SP) — Em nome do presidente José Sarney, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, exigiu a participação da classe trabalhadora na "realização da corajosa revolução política e econômica que a Nova República deseja fazer". Em discurso no encerramento do II Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, o ministro afirmou que o governo hoje "se sustenta na força dos trabalhadores, que devem estar cada vez mais organizados e unidos".

Pazzianotto saudou a criação da CGT como um dos fatos políticos mais importantes dos últimos 25 anos. "Hoje criamos a nossa CGT, uma grande central", disse ele esclarecendo contudo que o governo não irá dispensar tratamento diferenciado para a CGT e a CUT. Considera porém que a CGT representa um passo importante em direção à unificação do movimento sindical em sua opinião hoje ainda difícil.

A direção da CGT que tem a seguinte constituição presidente: Joaquim dos Santos Andrade; vice-presidentes: José Francisco da Silva (presidente da Contag e principal indicação do PCB), José Calixto (presidente da CNTI, ligado ao Instituto Cultural do Trabalho, de linha norte-americana), Ricardo Baldino (Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Porto Alegre — MR-8), Alceu Porto (presidente da Confederação dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade, independente) e Wagner Francisco Pereira (dos bancários de Belo Horizonte, também "independente"): secretaria-geral: Valdir Vicente(Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, influenciado pelo MR-8): 1ª secretaria: Sérgio Barroso (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Alagoas e diretor da Federação Nacional dos Médicos, do PC do B); 2º secretário: Roberto Guerra (presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Purificação de Água, do PCB); 1º tesoureiro: Lourenço do Prado, "independente"; 2º tesoureiro: Arnaldo Gonçalves (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, do PCB). Secretaria de Relações Internacionais; Antônio Rogério Magri (presidente dos eletricitários de São Paulo, do PMDB).

Além desses, foram eleitos cinco vice-presidentes regionais e um Conselho Fiscal formado por três sindicalistas, um deles mulher e outro ligadó ao PCB.

Colaboração: Folo Arte Gerstelmann Ltda.

O latifúndio é um crime:

• se apoderou de um bem da natureza, a terra, que deve ser usado em benefício de todos;
• o latifúndio comete crime contra a natureza, porque seu desenvolvimento é feito em cima da destruição da mata nativa e poluição das águas e do envenenamento das terras;
• comete crimes contra a vida e os direitos humanos, pois sua manutenção é realizada através de assassinatos, violências e torturas de índios/as, camponeses/as, trabalhadores/as rurais, religiosos/as e lideranças populares;
• as crianças também são vítimas: famílias trabalham em regime de escravidão para garantir a produtividade dos latifundiários, que exploram crianças e jovens roubando-lhes a infância;
• comete crimes contra toda a sociedade; o aumento da pobreza e do desemprego expulsa milhões de homens e mulheres do campo; na cidade, são despejados nas periferias; sem nenhuma esperança, seus filhos se tornam presas fáceis das drogas e da criminalidade;
• latifúndio é sinônimo de corrupção, de desvio de dinheiro público e de grilagem de terras públicas;
• o latifúndio prejudica a soberania nacional porque é comprometido com os interesses das empresas estrangeiras, que se importam unicamente em explorar nossas riquezas; a preocupação em produzir alimentos baratos para acabar com a fome de milhões de brasileiros não existe.

O latifúndio é contra o projeto de Deus!

Deus ajuda a libertação do povo contra a opressão, condena e amaldiçoa a concentração da terra no campo e na cidade:

"Ai daqueles que juntam casa com casa e emendam campo a campo, até que não sobrem mais espaços e que sejam os únicos proprietários da terra" Isaías 5, 8

A Reforma Agrária faz parte do projeto!

"Ninguém construirá casas para outros morarem, a casa que construir será para habitar. Ninguém plantará para outro colher, o que plantares colherás!" Isaías 65, 22

12ª Caminhada pela Terra e pelas Águas

"É na Terra Regada que se planta justiça para colher Liberdade!"

Aqui nos reunimos para proclamar que a água e a terra devem ser livres e distribuídas para que todos e todas tenham vida!

Você e sua comunidade estão convidados para essa jornada de luta e de fé, para celebrar a presença de Deus na luta do povo, ao mesmo tempo em que realizamos um ato popular pela Reforma Agrária e pela Vida!

Não fique de fora

Organize sua caravana:

Alugue ônibus, traga a sua alimentação, cartazes, faixas e muita animação.

Como chegar:

Acesso para Resende Km 304 da Rod. Pres. Dutra sentido Rio São Paulo. O ponto de concentração será na EXAPICOR. Depois seguiremos para a Comunidade Terra Livre. Ela fica na estrada Resende Riachuelo que estará sinalizada!

É muito fácil chegar,
difícil vai ser você querer voltar!

Contatos:

CPT - (22) 2724.8599 • (22) 9264.9062
Comunidade Terra Livre - (24) 9816.5509
Barra Mansa/RJ - (24) 3322.4574
STR/BM - (24) 3323.0862
Comerciários de Resende - (24) 3354.5105

12caminhadadaterra@bol.com.br

12ª Caminhada pela Terra e pelas Águas

6 de julho - Comunidade Terra Livre
Resende/RJ

Promoção e organização:

Comunidade Terra Livre
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
Comissão Pastoral da Terra - CPT - ES/RJ
Comunidade Evangélica Luterana de Resende - IECLB
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Mansa - STR/BM

Apoio:

Prefeitura Municipal de Resende,
Sindicato dos Comerciários de Resende,
CERIS, PPM, Manos Unida, Sepe-RJ,
CORECON, SINDECON.

CEDIM

12ª Caminhada pela Terra e pelas Águas

"É na Terra Regada que se planta
justiça para colher Liberdade!"

O grande capital, seja no campo ou na cidade, pensando mais no lucro do que nos seres humanos, tem comprometido a sobrevivência humana na terra. Ações do tipo: desmatamento criminoso, uso de agrotóxico, lançamento de resíduos de minérios e esgotos nos rios estão envenenando a terra e as águas. Junta-se a isso a grave situação financeira que tem deixado nosso povo miserável, desempregado, adoecido e com fome, gerando uma situação favorável para a corrupção, a violência e a morte.

Na certeza de que só teremos vida na terra se fizermos uma reforma agrária justa e popular, que acabe com o latifúndio, preserve e distribua terra e água, as entidades, movimentos e comunidades que fazem a luta pela terra na Região Sul Fluminense estão se preparando para mais um grande grito pela libertação das terras e das águas, fiel à aliança que Deus construiu com seu povo, através de nosso patriarca Abraão "... sai de sua terra, organiza o povo e vai em busca da terra que eu te indicar."

Casa do antigo arrendatário onde hoje funciona a Escola Chico Mendes, no segundo plano a Baixada Plantada e ao fundo a cidade de Itatiaia , mas antes tem o Rio Paraíba do Sul.
A Escola é uma conquista da comunidade. Ela atende todas as crianças até a quarta série, que nela aprendem a lutar pelos direitos, a preservar e recuperar o ambiente entendendo que o futuro é uma construção a partir do hoje.

Conheça um pouco da história da Comunidade Terra Livre:

Fazenda ocupada pelo MST já foi área de trabalho escravo.

A Comunidade Terra Livre localiza-se em Resende, onde ficava a Granja Rocha Klotz, que no início da década de 80 foi denunciada por uso de trabalho escravo.

No dia 06 de março de 1999, cerca de 50 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST ocuparam esse latifúndio.

Acampamento Terra Livre comprova que a Reforma Agrária é uma necessidade para o desenvolvimento do Brasil.

Até hoje a área não foi desapropriada. Por outro lado, os proprietários nunca conseguiram a reintegração de posse, sendo que a terra continuou sendo de uso da Comunidade Sem Terra. Hoje, 35 famílias moram, produzem e vivem de seu trabalho no Acampamento.

Na Terra Livre os Semterrinha já podem sonhar com um futuro melhor onde todos e todas tenham espaço para viver com dignidade sem precisar ser escravos.

A terra que era praticamente improdutiva abastece os municípios de Resende e Itatiaia com maracujá, acerola, aipim, quiabo, jiló, verduras etc. Esta produção é orgânica, sem uso de agrotóxicos ou outros produtos químicos. A comunidade faz seus próprios defensivos agrícolas e fertilizantes naturais.

As famílias acampadas, que se reúnem toda semana para conversar o seu futuro, têm feito um trabalho de reflorestamento da área, recuperando áreas degradadas e nascentes. Para isso, o acampamento conta com um viveiro de produção de mudas.

É notável como, apesar do desprezo dos governos com a Reforma Agrária, o simples fato dos trabalhadores rurais terem acesso à terra já significa uma melhora nas condições de vida Esse acampamento é uma prova.

Não se trata apenas da vida material onde a maioria já conseguiu progressos, mas também quanto a conquista de cidadania. Hoje as pessoas do Acampamento têm direito de participar e decidir o seu futuro.

Cuidar da Água é cuidar da vida!

"... com a água sua semente se multiplica" Nm 24,7

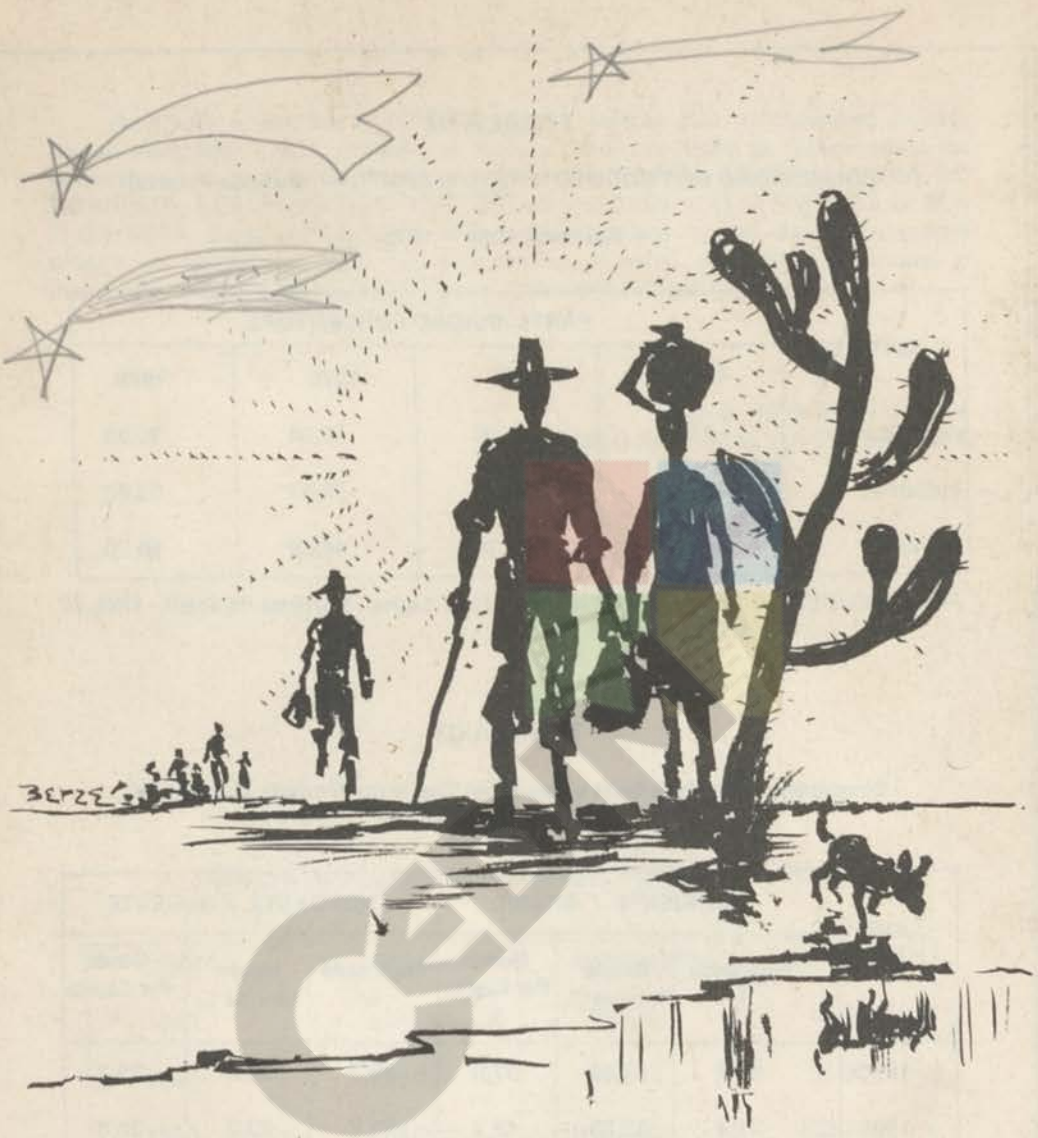
"Os rios são nossos irmãos. Eles saciam nossa sede . Os rios levam nossas canoas e alimentam nossos filhos e filhas. Digam a seus filhos que os rios são irmãos nossos e também de vocês. Tratem os rios com a gentileza com a qual trataríam a um irmão." Índio Cacique Seatle em carta ao Presidente dos Estados Unidos

Todas as formas de vida dependem da água e não existe vida aonde não há água. Por isso não se pode separar água e vida.

A saúde depende da água. A maioria das doenças do planeta vem pelas águas impróprias para o consumo humano. Cada ano morrem 2 milhões de crianças por doenças causadas pela água contaminada. Nos países mais pobres, 1 em cada 5 crianças morrem antes dos 5 anos por causa de doenças relacionadas à água. Metade dos leitos dos hospitais do mundo está ocupada por pacientes afetados por enfermidades relacionadas com a água.

Poluir as águas, danificar os rios, os lençóis subterrâneos, destruir as nascentes significa atentar contra todas as formas de vida.

Cuidar da Água, recuperando e preservando nascentes, rios, lagos, mangues, aguapés etc., é cuidar da Vida!



FOTOLITO E IMPRESSÃO - SEGRAC-SOC.EDITORA E GRÁFICA DE AÇÃO COMUNITÁRIA - RUA AQUILES LOBO, 531 - BH - TEL.: 222-8800

RESPONSABILIDADE E DISTRIBUIÇÃO:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT
Caixa Postal, 749
74.000 – GOIÂNIA – GOIÁS

Convivência com o Semi-Árido. Por quê?

A população do Semi-Árido brasileiro vive constantes períodos de duras secas. Para muita gente, isso mostraria que não dá para viver bem nesta região.

Será que não dá mesmo?

Quem mais sofre nos tempos de seca são os que já sofrem todo tempo por falta de oportunidades e de condições para viver numa região como essa.

Veja aqui as informações que você precisa para conhecer melhor o nosso Semi-Árido e participe junto conosco da ***Campanha pela Convivência com o Semi-Árido.***

www.cliquesemiarido.org.br

CÁRITAS BRASILEIRA

Cáritas Alemã
Cáritas Suiça
Secours Catholique

CPT 25 ANOS

FIAN

CRS Catholic Relief Services

Paulinas

I.R.P.A.A.

ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

CÁRITAS BRASILEIRA – SECRETARIADO NACIONAL
SDS – Bloco P – Edifício Venâncio III
Salas 409/414 - 70393-900 - BRASÍLIA/DF
Fone: (61) 325-7473 • Fax: (61) 226-0701
www.caritasbrasileira.org
caritas@caritasbrasileira.org

CPT – NACIONAL
Rua 19, nº 35,1º andar • 74003-090 • Goiânia-GO
Fone: (62) 212-6466 • Fax: (62) 212-0421
cptnac@cultura.com.br

FIAN
Bairro Bosque da Saúde, Rua D, nº 103
(antiga rua da mangueira) • 78050-200 • Cuiabá/MT
Fone/fax: (65) 642-5931
fian.br@terra.com.br

www.cliquesemiarido.org.br

Campanha pela Convivência com o Semi-Árido brasileiro

CISTERNA CASEIRA

Toda família com água potável

A convivência com o Semi-Árido nasce de uma nova cultura de relação com a água e com toda a natureza

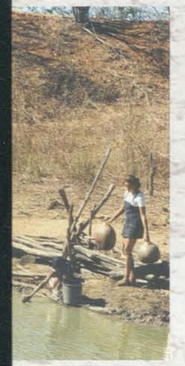
CPT 25 ANOS

CÁRITAS BRASILEIRA

FIAN

O que é o Semi-Árido

No Planeta Terra, quase a metade dos solos são semi-áridos. Boa parte da humanidade vive nessas regiões. Essas áreas não são secas. Chove nelas, e até bastante, como é o caso do Semi-Árido brasileiro, que compreende uma extensão de quase 1 milhão de quilômetros quadrados, englobando, desde o Vale do Jequitinhonha e o norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, até o sertão da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e o leste do Maranhão. Aqui chove, em média, 700 mm/ano. Então o que é que provoca tanto sofrimento e secas?



As chuvas no Semi-Árido não caem ordenadamente. Além disso, o solo é raso e guarda pouca água. Por baixo do chão existe muita rocha de granito. E para completar, a evaporação da água é muito alta, por força do sol e do vento, e pela falta de plantas e outras coberturas naturais. Em outras palavras, nosso Semi-Árido está se transformando, cada vez mais, em árido, deserto, por causa do jeito humano de relacionar-se com a sua natureza. Vale lembrar que seres humanos e animais vivem ali há mais de 40 mil anos. É uma pena que tenhamos perdido a memória desta história e que continuemos dando pouco valor às culturas dos povos indígenas que viviam na região.

Água de chuva: O segredo da convivência

Como a água de chuva no Semi-Árido brasileiro não é regular nem fica no solo, é preciso recolhê-la, guardá-la, protegida do sol e do vento, e usá-la com cuidado. O importante é aprender a conviver com a natureza da região. Aos poucos, descobre-se que aqui a água dos córregos e rios e a água subterrânea não podem ser utilizadas para tudo, muito menos para a irrigação. Pois estaríamos gastando o pouco que a natureza guarda, sem oferecer condições de reposição. Com isso, secam os rios e os lençóis freáticos subterrâneos se afastam do solo, deixando-o ainda mais frágil, aumentando o risco de tornar-se árido.

Por isso, é importante construir meios que sirvam para captar a água das chuvas, guardando-a para usar na estiagem. E meios simples, que todos possam alcançar. O começo deste caminho chama-se cisterna caseira.

O milagre da cisterna

Para quem ainda não conhece, cisterna é uma caixa que serve para guardar a água de chuva colhida no telhado da casa. Seu tamanho deve ser definido a partir do número de pessoas na casa e do tamanho do telhado. A experiência está provando que ela pode garantir água potável para a família beber e cozinhar durante 8 meses. Muito dificilmente não cai alguma nova chuva nesse espaço de tempo.

O milagre está na simplicidade da cisterna. É fácil multiplicar o número de pedreiros, capazes de comandar o mutirão que a constrói. Cada cisterna custa em média 500 reais, totalmente possível de ser construída em todas as casas. Basta ter vontade política.

O milagre está também nos frutos: muda a vida das mulheres e crianças, que não precisam mais buscar água longe de casa; muda a saúde de todos, especialmente das crianças e dos idosos. Como disse uma mulher, a cisterna tem sido um hospital e uma aposentadoria. Outra disse: ela é um presente de Deus.

Nova cultura

O melhor exemplo foi dado por uma comunidade baiana que, tendo conseguido alguns recursos públicos, decidiu construir uma segunda cisterna em cada casa. Esta comunidade descobriu o segredo: a convivência com o Semi-Árido nasce de uma nova cultura de relação com a água e com toda a natureza.

As soluções não vêm de fora, nem de grandes projetos, que custam caro e servem a poucos. Vêm da própria natureza, cuidada com carinho e sabedoria. Quando a água recolhida é devolvida lentamente ao solo, é possível ir avançando na prática de agricultura e criatório, escolhendo as sementes e os animais mais adequados à região, aqueles que não precisam de grande quantidade de água. Construindo 1 milhão de cisternas de 20 mil litros, em média, estarão sendo guardados 20 bilhões de litros de água potável. Com a multiplicação desta meta, o sertão vira mar de verdade! E para a agricultura, já existem outros jeitos de colher e guardar a água de chuva, como as barragens subterrâneas, os barreiros etc.

Esta nova cultura forçará mudanças nas estruturas tradicionais da região. Será caminho para um novo Semi-Árido, em que a população viverá com saúde, dignidade, cidadania.

Campanha pela Convivência com o Semi-Árido brasileiro

PARTICI

Você tem diversas formas de apoiar Campanha pela Convivência com

Adquira o livro
ÁGUA DE CHUVA: o segre
Semi-Árido brasileiro
Paulinas Editora
Você o encontra nas Livrar
através do e-mail livirtual@p
0800-7010081; nas Cárita
Secretariado Nacional da Cá

Deposite sua contribuição financeira, ou de sua
Banco do Brasil.
Cáritas Brasil - Semi-Árido • Ag. **3475-4** •

Visite o sítio eletrônico **www.cliquesem**
Sua visita significará uma contribuição das empresas p
colaborando com a Campanha sem nenhu

Anuncie a Campanha a todos os seus am
De modo especial, ofereça a possibilidade de
do www.cliquesemiarido.org.br em todos os
de entidades que você conhe
Para isso, basta um contato com a Cárita
caritas@caritasbrasileira.

EU COLABORO!

Campanha pela Convivência com o Semi-Árido brasileiro

NOME:
ENDEREÇO:
CEP: CIDADE: UF
Fone: E-mail:

Minha forma de colaboração

( ) Depósito na c/c **1.000.000-3**, Ag. **3475-4**, Banco do Brasil. Valor:
( ) Cheque nominal à ***Cáritas Brasil – Semi-Árido***
( ) Quero adquirir o livro **Água de Chuva** (R$ 20,00 envie comprovante de depósito)
( ) Outra forma:

CAMPANHA PELA DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA CACHOEIRA SECA NO PARÁ

POVO ARARA PEDE SOCORRO!

UMA DEMARCAÇÃO SOLIDÁRIA

93 3515-2312 91 3326-5408

cimipx@hotmail.com cimipara@gmail.com

www.cimi.org.br

Travessa Lindolfo Aranha 1587 altos CEP:68.371-100

Apoio: Prelazia do Xingu

Conselho Indigenista Missionário Norte II

DEMARCAÇÃO JÁ!

Objetivo da CAMPANHA

"A demarcação da Terra Indígena tem por objetivo garantir o direito do Povo Arara à terra. Ela deve estabelecer a real extensão da posse indígena, assegurando a proteção dos limites demarcados e impedindo a ocupação por terceiros."
Desde a aprovação do Estatuto do Índio, em 1973, esse reconhecimento formal passou a obedecer a um procedimento administrativo, previsto no artigo 19 daquela lei. Tal procedimento, que estipula as etapas do longo processo de demarcação é regulado por decreto do Executivo e, no decorrer dos anos, sofreu seguidas modificações. A última modificação importante ocorreu com o decreto 1.775, de janeiro de 1996.

Identificação do Povo Arara

Povo: Arara
Língua: Karib
Terra Indígena: Cachoeira Seca
Municípios: Altamira, Uruará, Placas e Rurópolis
Aldeia: Iriri
População: 87 pessoas
Acesso: Fluvial
Demandas conflituosas: Invasão do Território Por Grileiros e Fazendeiros, Assentamentos Irregular na Área, Extração Ilegal de Madeira, Posseiros, Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, presença de pescadores na área;

SITUAÇÃO ATUAL

Os Arara Ugorogmõ, mencionam que temem por sua segurança ao andar pela mata e que se sentem acuados (presos em sua própria terra), pois percebem cada vez mais próxima a presença de não índios (madeireiros e fazendeiros grileiros), o que também remete a restrição do uso da área aumentando a dependência dos recursos do rio Iriri.

Os Impactos Socioambientais sobre a Terra Indígena Cachoeira Seca são decorrentes do problema fundiário e do aumento da população regional por conta dos empreendimentos (asfaltamento da BR 230 e UHE Belo Monte) o que tende a intensificar pois existem vários outros grandes projetos para região começando pela MINERAÇÃO.

Veja alguns impactos relevantes:

1. Invasão e grilagem da terra indígena para instalação de novas fazendas
2. Eminente de conflito na área Arara de Cachoeira Seca derivados das invasões;
3. Aumento do desmatamento derivado das invasões com presença de maquinas e extração e comercio ilegal de madeira
4. Abertura de novos travessões para melhorar as condições de transporte por ação dos madeireiros, fazendeiros e grileiros;
5. Insegurança alimentar, proveniente da diminuição dos recursos naturais por uso direto de não indígenas (pesca predatória e destruição da floresta)
6. Desarticulação das relações sociais internas com interferência da população não índia nas praticas indígenas (recrutamento para trabalho, alcoolismo e drogas, aumento de doenças sexualmente transmissíveis e na própria geração da prole);

No caso do desmatamento Com o asfaltamento da BR 230 a infraestrutura de transporte local melhorará o acesso, diminuindo relativamente o grau de isolamento de áreas próximo à estrada o que deve intensificar o aumento de estradas (travessões).

Se nenhuma ação governamental de proteção for empregada e claro que vai se intensificar a exploração madeireira, a instalação de grandes propriedades agrícolas com documentos falsos e como consequência o aumento desenfreado do desmatamento já em andamento na TI Cachoeira Seca.

ARARA UGOROGMÕ

Considerados extintos por volta da década de 1940, quando praticamente somem as notícias sobre sua movimentação pela região, os índios conhecidos por "Arara" no vale do médio Xingu voltaram à cena com a construção da rodovia Transamazônica, no início dos anos de 1970 que quase dizimou esse grupo. A consolidação do longo processo de atração, a partir de fevereiro de 1981, depois de mais de uma década de frustradas tentativas de contato, encontra alguns dos subgrupos Arara já divididos e afastados. Em 1987, já muito longe dos demais é contatado o ultimo grupo Arara, apartado dos outros por razões internas ao povo Arara, mas cada vez mais isolado e restrito aos cantos mais distantes do território devido à ocupação e à exploração econômica avivadas na área indígena. Este último subgrupo talvez seja aquele submetido à situação pós-contato mais dramática, que ainda perdura pela indefinição oficial sobre as áreas destinadas a Eles.

Apesar de aldeados agem e pensam como povo que vive na completa insegurança, sua base alimentar ainda esta muito ligada ao assado, mantém seus hábitos de coletores, sistema de roça ainda rústico com pouca aplicação de tecnologias atuais, eminente risco de perca da cultura e tradições, embora já se passe mais de 25 anos de contato a educação aplicada na aldeia não é diferenciada e não respeita os costumes indígenas.

O que os Arara e todos povos indígenas do Brasil, quer e pedem é que possam viver em paz em sua terra demarcada e com os invasores fora dela, viver em segurança e serem respeitados como reais cidadãos Brasileiros.

UMA DEMARCAÇÃO SOLIDÁRIA

Não acredite ao ouvir que as Terras Indígenas no estado do Pará, estão todas demarcadas pois não é verdade. É importante destacar que somente aqui em nossa região temos pelo menos cinco áreas indígenas que ainda não foram regularizadas, seja por falta de demarcação física como a terra do Arara de Cachoeira Seca objeto desta campanha e as áreas dos Parakanã de Apyterewa e Arara da volta grande que precisam urgentemente ser desintrusada, os Juruna de Paquiçamba que precisa ser revisto seus limites entre outras. Esta CAMPANHA, quer ser solidária com todos os povos que estão em situação semelhante aos Arara e com os ocupantes que estão dentro da área e que são vitimas de assentamentos irregulares ou colocados alí por grandes latifundiários, pois entende-se que que não adianta demarcar sem o Estado assumir a responsabilidade pelos agricultores que serão desapropriados. Com isso contamos com o apoio e a união de todos para que consigamos o cumprimento da Constituição Federal no que se refere aos nosso DIREITOS.

E a FIAN BRASIL?

A FIAN já atua no Brasil há mais de 10 anos, trabalhando com diversos casos concretos de violações do direito a se alimentar. Com a intensificação destas atividades nos últimos anos, surgiu o interesse por parte de alguns membros da FIAN no Brasil pela criação de uma seção nacional, a FIAN BRASIL. Em conformidade com o modo de agir da FIAN, a FIAN BRASIL pretende através de suas atividades contribuir para:

- a divulgação e **articulação da solidariedade ao nível internacional com relação às lutas no Brasil contra as violações do direito a se alimentar**, a partir do levantamento e acompanhamento de casos concretos;
- o fomento do exercício da solidariedade internacional no Brasil com relação às **violações do direito a se alimentar em outras partes do mundo**, principalmente através da participação nas ações de cartas e suporte às campanhas internacionais.
- o aprofundamento do debate sobre o direito a se alimentar como direito humano fundamental através de **atividades de formação**, partindo sempre da análise de situações concretas.

E você, como pode participar?

O alcance do trabalho da FIAN depende do empenho essencialmente voluntário de seus membros, colaboradores e colaboradoras. Você pode participar deste trabalho de diferentes formas:

- **participando das ações de cartas** na luta pela implementação do direito a se alimentar;
- **informando a FIAN BRASIL** sobre casos concretos de violação do direito a se alimentar no Brasil, com vistas a que se inicie uma ação internacional para contribuir na melhoria da situação;
- contribuindo com o trabalho da FIAN através de **doações**, e desta forma ajudando na luta pelo direito humano a se alimentar;
- tornando-se **membro da FIAN BRASIL**, o que além de englobar as formas anteriores, significa ajudar na construção e consolidação da seção nacional.

FIAN BRASIL:

Av. A, nº 255, Altos do Coxipó, 78088-500,
Cuiabá-MT – Caixa Postal 3239 – 78060-200
Fone/Fax: + 65 6657524
E-Mail: fian.br@zaz.com.br

Alimentar-se é um Direito Humano

Imagem da Terra

FIAN Brasil

Foodfirst Information & Action Network
Rede de Informacão e Ação pelo
Direito a se Alimentar

Pelo Pão, pelo Trabalho, pela Liberdade

Alimentar-se é um direito humano

O **direito a se alimentar** constitui um direito humano fundamental. Ninguém em sã consciência contesta hoje esta afirmativa. Mesmo assim, estamos entrando no novo milênio com mais de 850 milhões de pessoas em todo o mundo passando fome, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao contrário do que é normalmente propagado pelos meios de comunicação, **a causa principal da fome não é a falta de alimentos no mundo**. É sim a concentração de renda, a exclusão social e a miséria causadas pelas políticas adotadas por inúmeros governos.

Esta injusta distribuição de recursos impede às pessoas a realização de seu direito a se alimentar. O desemprego, o salário insuficiente, a falta de acesso à terra e à água, as expulsões de agricultores e agricultoras de suas áreas, constituem exemplos gritantes de **violações do direito humano a se alimentar**.

O que é FIAN ?

A sigla FIAN vem do inglês **FoodFirst Information and Action Network**, que significa Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar. Como a própria sigla já diz, a FIAN é uma organização intenacional de direitos humanos que trabalha pelo direito das pessoas a se alimentar. Ela é independente de governos, partidos políticos e filiação religiosa.

A criação da FIAN ocorreu em 1986 por um grupo de pessoas indignadas com o quadro cada vez mais estarrecedor de fome e desnutrição no mundo, visando contribuir para a superação desta situação. Ela conta hoje com uma rede de apoio (seções, coordenações, grupos e pessoas) atuante em diversos países das Américas, Ásia, África e Europa.

Monirami Fernandes

O que faz a FIAN ?

A FIAN procura denunciar as violações do direito a se alimentar e pressionar governos bem como a comunidade internacional na busca de efetivas soluções para o problema da fome. O modo de agir da FIAN consiste essencialmente em:

- **Ações urgentes e trabalho com casos:** Com base em informações precisas sobre casos de violações do direito a se alimentar, os membros e colaboradores(as) da FIAN escrevem cartas de protesto às autoridades responsáveis para que dêem soluções àquelas situações e as acompanham buscando alcançar determinados objetivos. A ameaça à agricultura familiar pela ação devastadora de empresas mineradoras em Kükükdere, na Turquia, os cortes na política de ajuda social nos Estados Unidos, os despejos violentos de sem-terra no Estado do Paraná, constituem exemplos dos vários casos acompanhados anualmente pela FIAN.
- **Campanhas internacionais:** Seções e coordenações da FIAN promovem campanhas pelo direito a se alimentar focalizando temas chave. Um exemplo é a Campanha Global pela Reforma Agrária, que é desenvolvida em parceria com a Via Campesina, uma Rede Internacional de Movimentos Camponeses.
- **Trabalho de pressão junto à ONU:** Em conjunto com organizações nacionais, a FIAN apresenta à ONU informes paralelos aos relatórios oficiais, tratando sobre a situação dos direitos humanos em determinados países. Já apresentou o caso do Peru, da Rússia, da Guatemala, entre outros.
- **Atividades de formação e informação:** A FIAN assessora e promove cursos, oficinas e debates sobre o direito a se alimentar nos vários países em que atua, visando ampliar e aprofundar a compreensão deste direito enquanto direito humano fundamental, e capacitar pessoas no usô de instrumentos na luta pela garantia deste direito.

conhecimentos específicos que contribuam para que os professores possam atuar respeitando a realidade do campo. Garantir a formação continuada em serviço e a titulação do professorado leigo que estão em sala de aula.

Financiamento da Educação nas Escolas do Campo - Artigos 14º e 15º - A Constituição Federal de que deverá aplicar no mínimo 18% e os Estados e Municípios e Distrito Federal 25% da receita dos impostos na Educação. No caso, das escolas do campo, o artigo 2º da lei do FUNDEF diz que o custo-aluno tem que ser diferenciado, ou seja, se a União repassava em 2002 R$ 418,00 por aluno da 1ª a 4ª série, para as escolas do campo esse valor deverá ser superior. As diretrizes reafirmam esse direito, mas que ainda esta em processo de implementação.

Papel da Sociedade Civil Organizativa Sindicatos, Associações, Cooperativas e ONGs.

Propor e fiscalizar e avaliar junto com as comunidades, a execução das ações planejadas;
Atuar e estimular a participação das comunidades locais no processo de discussão e planejamento das ações educacionais;
Articular outras organizações da sociedade para elaboração de propostas educacionais e fortalecimento da participação da sociedade nas políticas públicas.

Questões para refletir:

Junto com a sua comunidade discuta qual a importância que a Educação pode ter para a vida de vocês.

Vocês já conhecem as Diretrizes? Procurem nas Secretarias de Educação dos seus municípios e discutam com a sua organização.

Coordenação: Secretaria de Políticas Sociais
Maria de Fátima Rodrigues da Silva

Diretoria Executiva

Presidente
Manoel José dos Santos

Vice-Presidente e Secretário de Relações Internacionais
Alberto Broch

Secretário Geral
Hilário Gottselig

Secretário de Finanças e Administração
Juraci Moreira Souto

Secretário de Assalariados
Guilherme Pedro Neto

Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente
Maria da Graça Amorim

Secretário de Política Agrícola
Airton Luis Faleiro

Secretária de Política Social
Maria de Fátima Rodrigues da Silva

Secretário de Formação e Organização Sindical
Francisco Miguel de Lucena

Coordenação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Raimunda Celestina de Mascena

Coordenação da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores(as) Rurais
Simone Battestin

SDS Ed. Venâncio VI - 1º andar - CEP: 70393-900 - Brasília, DF
Tel.:61 321 2288 / Fax: 61 321 3229
www.contag.org.br
contag@contag.org.br

Arte: Cacá Soares

CONTAG filiada à CUT

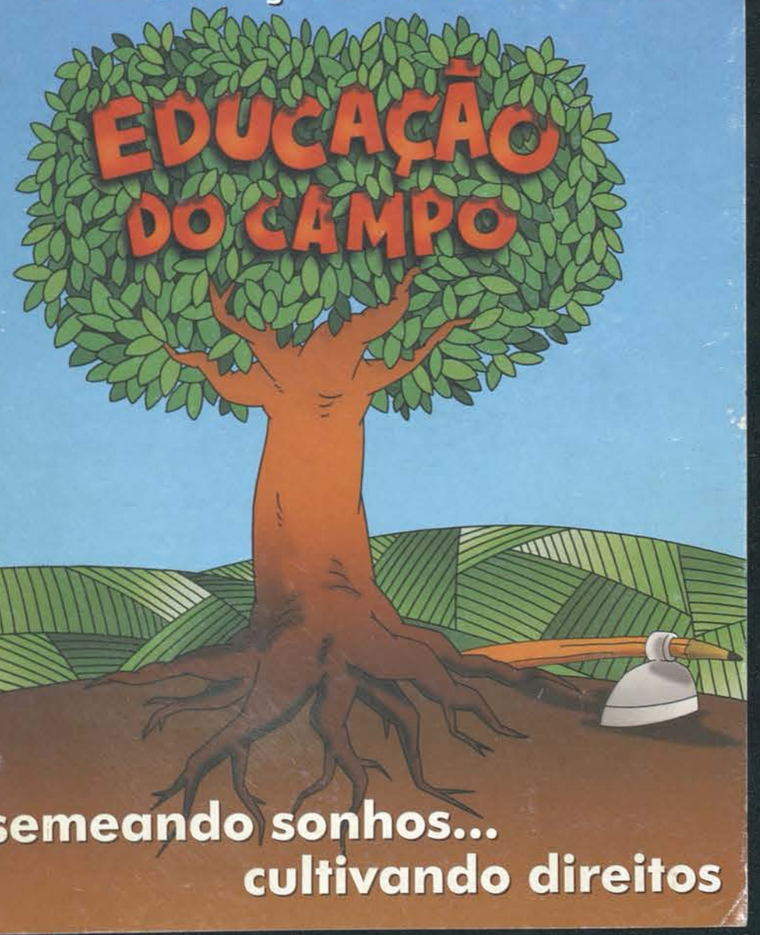
FETAGs STRs

Secretaria de Desenvolvimento Territorial

Ministério do Desenvolvimento Agrário

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO DO CAMPO



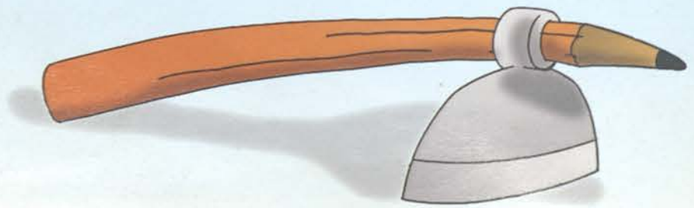
semeando sonhos... cultivando direitos

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável PADRS

O ponto de partida para a elaboração de um projeto alternativo é a concepção de desenvolvimento. Até recentemente havia identificação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Isto permitia que o desenvolvimento dos paises fosse medido apenas pelos níveis de renda per capita. Esta identificação, porém, tem sido amplamente contestada especialmente porque crescimento e desigualdade social andando lado a lado.

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) entende, portanto, que o desenvolvimento deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Isto levou o MSTTR no esforço de construir um projeto de desenvolvimento que leve em conta, justamente a esperança de uma vida melhor para os que vivem no campo e não possuem sonhos sobre as chances dos países semiperiféricos entrarem no primeiro mundo, ou sobre a possibilidade de generalização dos padrões de vida do núcleo central.

Dentro do PADRS muitas são as diretrizes para construção do processo de desenvolvimento do campo, entre eles esta a necessidade e formulação de políticas públicas sociais para o campo, pois elas desempenham um papel fundamental na construção de alternativas de desenvolvimento. No que se refere à educação é necessário estabelecer um maior relação entre ensino regular, formação profissional, redes de extensão rural e assistência técnica e suas relação com a pesquisa.



A Política de Educação do Campo e o Desenvolvimento Sustentável

Em 2001, o MSTTR e outras entidades parceiras iniciaram um processo de sistematização de uma proposta de política pública, constituída por princípios e diretrizes da educação do campo. Estas experiências já estão sendo desenvolvidas e buscando sua implementação enquanto política de educação. Tais experiências contribuíram na elaboração das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução 01 de abril de 2002, do Conselho Nacional de Educação.

O que são as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do Campo

São normas e critérios políticos, pedagógicos, administrativos e financeiros que tem fundamentos legais e servem para orientar a organização das escolas do campo, e cujas regras devem ser regulamentadas pelos sistemas de ensino municipal, estadual e federal de educação básica.

Como se constitui a Educação?

A Educação Brasileira conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é constituída por dois níveis: Educação Básica (Ensino Infantil, Fundamental e Médio) e Superior e as modalidades de ensino, que são: Educação Especial, Formação de Professores na modalidade Normal, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos e Educação Técnico Profissional.

Por que é importante uma norma para as escolas do campo?

Porque ao longo da nossa história, as escolas do campo sempre foram tratadas com políticas compensatórias: projetos e programas que começavam e terminavam com os mandatos dos governos e nunca com políticas que pensassem uma escola adequada à realidade dessa população. O resultado disso para o campo o grave quadro de analfabetismo, a inexistência de escolas em todos os níveis no campo ou de escolas que trabalham conteúdos da realidade.

A escola precisa contribuir para a construção da sociedade sustentável, e para isso é necessário: respeitar os saberes técnicos, humanos e ambientais; fortalecer novos valores e nova sensibilidade para consigo mesmo e com o outro; considerar as diferenças dos grupos humanos e ainda valorizar os saberes dos diferentes sujeitos.

Elementos Fundamentais nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

A identidade da escola do campo Artigo 2º - A escola do campo precisa esta inserida na realidade do meio rural, nos saberes da comunidade e nos movimentos sociais.

A organização curricular (o que e como ensinar na escola) os artigos 4º e 5º destacam-se os seguintes elementos: os temas a serem trabalhados devem ser ligados ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento do campo; a metodologia também deve ser adequada a realidade do campo, resgatando os materiais disponíveis no maio ambiente essa metodologia resgata a riqueza das experiências, os diferentes procedimentos de ensino, os vários recursos didáticos e os diversos espaços de aprendizagem;

A responsabilidade do Poder Público com relação a oferta educacional e a regulamentação das diretrizes - Artigos 3º, 6º e 7º - O sistema municipal deverá ofertar educação infantil e ensino fundamental nas comunidades, inclusive para jovens e adultos. Cabe ao sistema estadual ofertar ensino médio e técnico profissional, que poderá ser nas comunidades rurais, povoados ou na sede do município.

Organização das escolas Artigo 7º §1º e 2º, diz que a escola pode organizar as turmas de diferentes maneiras (classe multisseriada, ciclo, alternância ou séries) e o calendário da escola do campo pode ser organizado de acordo com a realidade de cada local, desde que não prejudique os alunos na quantidade dos dias letivos.

Gestão da Escola - Artigos 10º e 11º - As famílias, os movimentos sociais têm direito assegurado de participar da discussão do funcionamento da escola, na proposta pedagógica e nas discussões do uso dos recursos financeiros e sua aplicação. Esta participação pode acontecer em vários espaços, como Conselho Municipal de Educação, Conselho Escolar; Comitês de Gestão (Caixa Escolar, Merenda, FUNDEF), nas Conferências de Educação e ainda de outras formas como dos movimentos e sindicatos participarem na elaboração do Plano Municipal de Educação PME.

Formação de Professores Artigos 11º, 12º e 13º - O sistema de ensino municipal ou estadual deverá garantir a formação do professorado que ainda não tem curso normal (magistério) e superior e que os cursos de formação tenham

instrumentalizar as famílias do Fórum Fome Zero para a atuação na sociedade. Através do conhecimento dos direitos, das diferentes discriminações, da violência contra as comunidades etc. Todas as ações do Fórum Fome Zero estão localizadas em bairros ou vilas com índices elevados de pobreza e, muitas vezes, de violência e as famílias que participam e as pessoas que lideram os movimentos do Fórum Fome Zero, são oriundas da própria comunidade Que assim, constituem-se em espaços de reivindicações de direitos de cidadania. Estas ações podem ser, por exemplo, para melhoria das condições de vida da comunidade onde estão inseridas (saneamento, educação, saúde, violência, etc...); manifestações ligadas à discussão da democracia.

Agradecimento aos apoiadores
do Fórum Fome Zero

Fazendo justiça aos colaboradores, por menores ou maiores que sejam estes colaboradores. Nos abstemo-nos de citar nomes, pois o Fórum Fome Zero, por ser comunitário não possui vinculo partidário ou religioso ele pertence ao povo que sempre que necessitar a houver condições, ajudaremos a qualquer que seja a classe da comunidade em situação de emergência.

PRESIDENTE FÓRUM FOME ZÉRO
PORTO ALEGRE
Sra. Ana Aquino
Fone (51) 3384-2767

Fome Zero

Porto alegre / RS

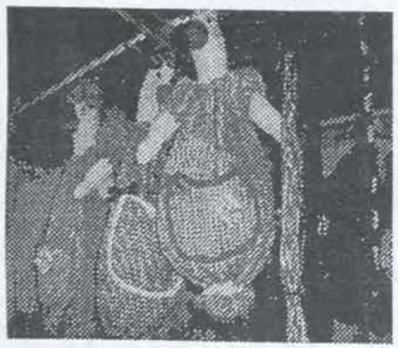
O BRASIL QUE COME AJUDANDO O BRASIL QUE TEM FOME

FOME ZERO

AVANÇOS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE PARA TODOS

OBJETIVO GERAL

O Objetivo geral do Fórum Fome Zero é combater a fome a miséria das crianças em risco nutricional de 0 a 6 anos bem como pessoas com doenças crônicas e famílias em situação de vulnerabilidade social erradicando assim a fome e a miséria nesta cidade.
Animando a auto-estima destas famílias, formando-as e recolocando no mercado de trabalho através de oficinas de geração de emprego e renda, educação ambiental, formação de cooperativas comunitárias fazendo cumprir a lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006(Lei de Segurança Alimentar e nutricional).



HISTÓRICO

O Fórum Fome Zero em Porto Alegre e constituído através de 45 núcleos que são aprovados em plenárias regionais. Nas plenárias são eleitos os lideres sociais interessados em implantar o programa em suas comunidades todos devem participar das reuniões que acontecem na da prefeitura municipal de Porto Alegre

CONCEITO

A Segurança Alimentar tem no acesso ao alimento saudável, de forma regular e suficiente um dos seus principais eixos. Este direito não pode ser visto como independente de outros direitos, como o de acesso à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao trabalho e tantos outros que compõe as condições básicas necessárias para uma vida humana com qualidade. O Fórum Fome Zero é ambiente mobilizador e eixo condutor de programas e ações em cinco grandes áreas:

Colaboração:

Núcleo Clemente Pereira - Joaquim Padilha (padilha1304@gmail.com)

Centro Comunitário Esotérico Luz (crymedina@hotmail.com)

Elaboração: Paulo Keller (prwkeller@yahoo.com.br)

Reinaldo Santos: relasan9@yahoo.com.br

Por que 7 de Setembro?

Desde 1995, o Grito dos Excluídos realiza-se no dia 7 de setembro. É o dia da comemoração da independência do Brasil. Nada melhor do que esta data para refletir sobre a soberania nacional, que é o eixo central das mobilizações do Grito.

Nesta perspectiva, o Grito se propõe a superar um patriotismo passivo em vista de uma cidadania ativa e de participação, colaborando na construção de uma nova sociedade, justa, solidária, plural e fraterna.

O Dia da Pátria, além de um dia de festa e celebração, vai se tornando também em um dia de consciência política de luta por uma nova ordem nacional e mundial. É um dia de sair às ruas, comemorar, refletir e lutar.

O Grito é um processo, que compreende um tempo de preparação e pré-mobilização, seguido de compromissos concretos que dão continuidade às atividades.

Estrutura organizativa

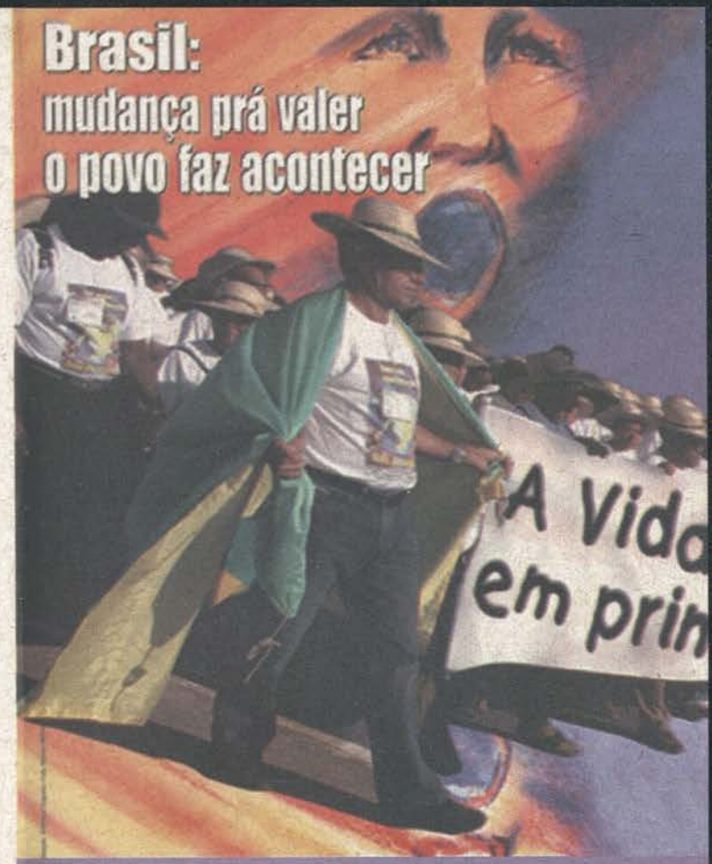
O Grito dos Excluídos conta com uma coordenação nacional, coordenações estaduais e locais e uma secretaria nacional, que está encarregada de facilitar os trabalhos de articulação e animação. Mas com certeza o diferencial é a rede de articuladores(as) voluntários(as) espalhados em todos os estados, que ajudam a animar o processo de construção do Grito.

Para a participação efetiva dos excluídos, as manifestações do Grito devem priorizar a simbologia, a criatividade e a mística. As imagens falam mais que textos e discursos. A linguagem simbólica deve ser priorizada à escrita e discursiva.

Secretaria Nacional

Rua Caiambé, 126 – Ipiranga – São Paulo
Brasil – CEP 04264-060
Tel/Fax (0XX11) 272-0627
Correio eletrônico: gritonacional@ig.com.br

CEDI



Grito dos Excluídos: 10 anos

• O que é

O Grito dos Excluídos é uma manifestação popular carregada de simbolismo. É um espaço de animação e profecia, sempre aberto e plural de pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos, tendo como eixo central o tema da soberania nacional.

O Grito, como indica a própria expressão, constitui-se numa mobilização em três sentidos:

- Denunciar o modelo político e econômico que, ao mesmo tempo, concentra riqueza, renda e condena milhões de pessoas à exclusão social;
- Tornar público, nas ruas e praças, o rosto desfigurado dos grupos excluídos, vítimas do desemprego, da miséria e da fome;
- Propor caminhos alternativos ao modelo econômico neoliberal, de forma a desenvolver uma política de inclusão social, com a participação ampla de todos os cidadãos.

A proposta do Grito surgiu no Brasil no ano de 1994 e o 1º Grito dos Excluídos foi realizado em setembro de 1995, com o objetivo de aprofundar o tema da Campanha da Fraternidade daquele ano, que tinha como lema "Eras tu, Senhor". Bem como, responder aos desafios levantados na 2ª Semana Social Brasileira, cujo tema era "Brasil, alternativas e protagonistas". Em 1999 o Grito rompeu fronteiras e estendeu-se para as Américas.

▪ Parcerias

O Grito dos Excluídos foi concebido para ser um processo de construção coletiva, neste mutirão estão juntos Pastorais Sociais, Semana Social Brasileira, Movimentos Populares, Sociais e Sindical, Campanha Jubileu, Grito Continental, Igrejas, Mutirão contra a Miséria e a Fome, Coordenação dos Movimentos Sociais.

▪ Lemas do Grito

- **1995**
  "A Vida em primeiro lugar"
- **1996**
  "Trabalho e Terra para viver"
- **1997**
  "Queremos justiça e dignidade"
- **1998**
  "Aqui é o meu país"
- **1999**
  "Brasil: um filho teu não foge à luta"
- **2000**
  "Progresso e Vida Pátria sem Dívida$"
- **2001**
  "Por amor a essa Pátria Brasil"
- **2002**
  "Soberania não se negocia"
- **2003**
  "Tirem as mãos... o Brasil é nosso chão"
- **2004**
  "Brasil: Mudança prá valer, o povo faz acontecer"

Marcas do Grito

O Grito trouxe inovações à mobilização social. Criatividade, Metodologia e Protagonismo dos Excluídos são as marcas do Grito.

Metodologia

O Grito privilegia a participação ampla, aberta e plural. Os mais diferentes atores e sujeitos sociais se unem numa causa comum, sem deixar de lado sua especificidade.

Protagonismo dos Excluídos

É fundamental que os próprios excluídos assumam a direção do Grito em todas as fases – preparação, realização e continuidade , o que ainda é um horizonte a ser alcançado.

Criatividade/ Ousadia

O Grito tem um lema nacional, a cada ano, que pode ser trabalhado regionalmente, a partir da conjuntura e da cultura locais. As manifestações são múltiplas e variadas, de acordo com a criatividade dos envolvidos: caminhadas, desfiles, celebrações especiais, romarias, atos públicos, procissão, pré-Gritos, cursos, seminários, palestras, teatro, festivais, concursos...

CEDIM

O **Rio São Francisco** é o maior rio completamente brasileiro. Percorre 5 estados do país e nas muitas regiões por onde passa está sob o clima semi-árido. Desde 2007 foram iniciadas as obras de Transposição das suas águas. Através da construção de dois canais, o governo diz que levará água para as populações que sofrem com a seca nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Diz que gerará empregos e que resolverá o problema da falta de água na região. Mas será que é realmente isso que **vai acontecer?**

Foto: João Zinclar

Esse folder é uma iniciativa de:

-Frente Cearense por Uma Nova Cultura da Água e Contra a Transposição de Águas do rio São Francisco

-Articulação Popular São Francisco Vivo

-Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste

- ESPLAR (CE)

- MST

-CPT/CE

-UECE MOV. ESTUDANTIL

-AMB/CE

-MOV. MULHERES

-CAATINGA

-MTD/PB

-RN/STR

-CHAPADA

-AGB RECIFE

-MAB

-TERRAMAR

-COPICE

-GRUPO M. JUREMA

Para mais informações:
www.saofranciscovivo.com.br

emails:
sfvivo@gmail.com

A TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO TRARÁ ÁGUA PARA O SERTÃO

Foto: João Zinclar

A TRANSPOSIÇÃO TRARÁ ÁGUA?

Uma obra parecida com a da Transposição já foi feita anteriormente no estado do Ceará: o Canal da Integração. Mas ao contrário do que foi prometido, a obra não beneficiou o povo. Até hoje os moradores do local não têm acesso a água que corre próxima às suas casas e os canais são vigiados por guardas armados.

Será diferente com a Transposição do São Francisco? No próprio projeto do governo, ele afirma que **apenas 4% da água será destinada à população rural**, ou seja, aqueles que hoje sofrem com a seca. O principal objetivo da obra é usar essas águas para as cidades e indústria (26%) e para grandes empreendimentos agrícolas (70%).

Apesar de viverem às margens do Castanhão (CE), maior açude da América Latina, a população do local não tem acesso a água

A TRANSPOSIÇÃO TRARÁ EMPREGO?

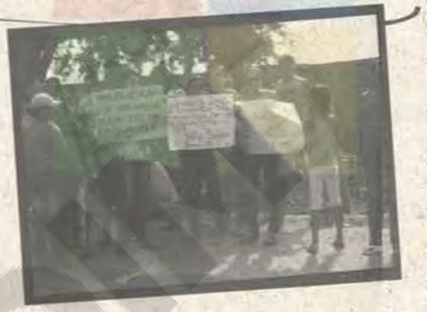
Os defensores da Transposição dizem que o empreendimento trará progresso e desenvolvimento para a região. Mas grandes plantações abastecidas por águas de irrigação não beneficiam os lavradores, mas apenas aqueles que são donos das plantações. Nas cidades de Juazeiro e Petrolina, os trabalhadores da fruticultura vivem em condições precárias, com baixos salários.

Os que foram empregados nas obras das cidades de Cabrobró (PE) e Floresta (PE), como acontece com os trabalhadores temporários, voltaram à condição de desempregados após o término das obras nos locais.

COMO ESTÃO AS OBRAS?

Até agora, dois anos depois de iniciadas, apenas 17% das obras de construção dos canais foram realizadas. Soma-se a isso outro problema: para que as águas da Transposição possam ser usadas é preciso que sejam realizadas obras complementares e sejam criadas agências estaduais que serão responsáveis pela administração das águas trazidas pelos canais. Em relatório recente, a Agência Nacional das Águas (ANA) afirma que até o momento nenhum dos estados receptores está preparado para ser beneficiado. O que aumenta ainda mais o risco de que as águas da transposição não cheguem para aqueles que realmente precisam.

Enquanto isso, a insatisfação das pessoas desalojadas e prejudicadas pelas obras é cada vez maior.



Em Floresta (PE), manifestantes reclamam do desalojamento causado pelas obras de transposição

QUEM PAGA?

Recentemente, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco decidiu que as águas da Transposição que tiverem como função o uso produtivo terão o dobro do valor das que tiverem uso humano. Além disso, para os estados beneficiários da transposição, passará a haver uma cobrança na conta de água de todos que a pagam, para subsidiar o empreendimento. Isso significa que a água da Transposição será uma das mais caras do Brasil. E quem pagará essa conta seremos todos nós beneficiados ou não pela transposição.

COMO ESTÁ O RIO?

O Rio São Francisco é hoje um rio moribundo, que tem sofrido as mais diversas agressões. Nos últimos 50 anos, o "Velho Chico" diminuiu em 35% a sua vazão e hoje sua foz está entre as dez que mais correm risco no mundo. As obras de revitalização não vão além do esgotamento sanitário mal feito,sem Estações de Tratamento de Esgotos, ignorando o alarmante assoreamento que o rio tem sofrido. Se continuar nesse ritmo, em pouco tempo o São Francisco será uma mera lembrança, perdida na memória das populações ribeirinhas, que são as que mais têm sofrido com essa situação.

COMO POSSO TER ÁGUA SEM PRECISAR DA TRANSPOSIÇÃO?

Não falta água no Nordeste. Temos o semi-árido mais chuvoso do mundo e muita água acumulada nos açudes, 37 bilhões de metros cúbicos. O que precisamos fazer é democratizar o acesso a essa água e aprender a conviver com o semi-árido.

- A ASA (Articulação do Semi-árido) apresenta quase uma centena de alternativas viáveis, de baixo custo, para a convivência com o clima semi-árido, apontando caminhos, principalmente, para o armazenamento e manejo de água. Algumas delas são cisternas de água da chuva nas casas e roças, barraginhas que seguram água de enxurrada, barragens sucessivas, caxios em lajedos, irrigação de salvação, mandalas, hortas com lona etc.

- Para a distribuição da água já acumulada, a Agência Nacional das Águas tem o Atlas Nordeste Abastecimento que mostra que 530 obras atenderiam a 34 milhões de pessoas de nove estados nordestinos, mais o norte de Minas Gerais e abasteceriam 1356 sedes municipais ao custo de R$ 3,5 bilhões, valor bem menor que o das obras de Transposição . A segunda edição da publicação, que será lançada em 2009, promete informações mais detalhadas.

Foto: João Zinclar

V. FORMAÇÃO COM LIDERANÇAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

1. Finalidades e objetivos que a CPT pretende alcançar com o projeto:

1. Propiciar um desenvolvimentos econômico e social dos assentamentos rurais do E. do Rio

2. fortalecer a organização dos trabalhadores rurais assentados nas suas entidades próprias (Associações, Cooperativas, STRs e Comissão de Assentados)

3.Contribuir para que as lutas dos assentamentos rurais se integrem às lutas mais gerais pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade.

2. Metodologia

O trabalho a ser desenvolvido pela CPT/RJ junto aos assentamentos rurais tem como caracterísitica central o acompanhamento direto e permanente à dinâmica dos assentamentos rurais, com a perspectiva de contribuir para o avanço do processo de organização e luta das populações assentadas.

Nossa metodologia de trabalho se baseia nas seguintes dimensões: o conhecimento interno da população (e da realidade); a contribuição ao processo organizativo; a formação; a busca de alternativas.

Assim, a metodologia do nosso trabalho não se aplica exclusivamente às atividades de formação em sentido estrito. As atividades de formação que desenvolvemos são parte integrante de um processo sistemático, planificado, cumulativo que guarda relação com o processo de organização e luta. As atividades de formação devem ser um espaço de apropriação de conhecimentos e atitudes através do qual as lideranças dos assentamentos rurais se constituem como sujeitos e direção da sua luta

para a realização do seu projeto. Os conteúdos e metodologia da nossa atividade de formação junto aos assentamentos rurais devem propiciar a crítica e o desvendamento da ideologia dominante, assim como da posição que os assentados ocupam na sociedade capitalista e seu papel enquanto agentes de transformação da sociedade brasileira.

As discussões e questionamentos sobre problemas específicos (cooperação agrícola, produção, comercialização) e gerais (políticas do ESTADO, estrutura da sociedade, Reforma Agrária...) devem manter uma relação estreita com o processo de elaboração de propostas de luta e organização.

Uma das condições para que possamos fortalecer a capacidade de luta dos assentamentos rurais através do apoio à sua organização e participação para que realize os seus interesses mais amplos é a permanente análise da realidade que permite ver como os assentamentos rurais se inserem na estrutura econômica e de poder, quais são seus interesses e necessidades, quais são as suas experiências e formas de luta e organização.

Vamos ter a prática social dos assentamentos rurais como ponto de partida, vamos nos basear em elementos que provêm da atividade produtiva, da comercialização dos produtos, da sua prática organizativa, das dificuldades de cooperação econômica entre os assentados, do contexto sócio-econômico no qual desenvolvem esta atividade. Vamos nos basear também nos conhecimentos, nas interpretações que os assentados já adquiriram em sua experiência, suas percepções sobre suas condições de vida e trabalho, suas aspirações...

Vamos partir da prática, das ações que os assentados desenvolvem em torno dos seus interesses imediatos mas vamos aproveitar todas as oportunidades para desenvolver atitudes de critica , de autonomia, e de solidariedade.

Os elementos formadores que pretendemos integrar nestas atividades de formação são:

O dois técnicos (educacional e planejamento agrícola) mais quinze (15) agentes de pastoral locais e lideranças dos assentamentos rurais. Estas lideranças serão multiplicadores da formação em encontros, seminários, em viagens fora dos assentamentos de intercâmbio de experiências e conhecimentos.

3. COMISSÃO ESTADUAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Para além das Associações locais e de ações reivindicatórias locais.

Os assentamentos vem fazendo algumas mobilizações conjuntas pela conquista de condições de vida, de produção e de comercialização.

Para reforçar a articulação conjunta vêm sendo realizados encontros tendo como objetivo a criação de uma Comissão Unificadora dos Assentamentos. É uma comissão ampliada que se reúne de 2 em 2 meses e dessa, foi eleita uma Comissão Executiva que se reúne semanalmente.

Sendo para nós prioritário este esforço de unificação das lutas, das reivindicações e das organizações dos Assentamentos através da Comissão Coordenadora, traz para nós alguns desafios: um conjunto de solicitações de atividades de formação, sobretudo voltadas para as lideranças dos assentamentos.

Temário de atividades de formação solicitadas:

1. Política - organização

a. Estado - órgãos - funcionamento

   Políticas do Estado em particular política agrícola e fundiária.

b. Relação: Estado - Movimento popular no campo

c. O sindicalismo rural e as Associações de lavradores - suas atribuições especificas e sua articulação

2. Econômico

. Difusão de experiências bem sucedidas nas áreas de produção e comercialização

. incentivar à cooperação agrícola

3. Administração

- Como administrar bens comunitários

A assessoria da CPT à Comissão Estadual dos assentamentos rurais se dá nas seguintes atividades:

Reuniões quinzenais da COmissão Executiva

Encontros estaduais (4 por ano)

Encontros regionais - 2 por ano em cada uma das 7 regiões

4. ASSENTAMENTOS RURAIS PRIORIZADOS

O nosso trabalho de formação junto aos assentamentos rurais não se limitará à capacitação das lideranças dos assentamentos rurais que se articulam na Comissão de Assentamentos.

Vamos desenvolver também a foramção de ativistaS de base capazes de analisar, criticar e influenciar as propostas dos dirigentes.

COmo nossos recursos são limitados nós temos a necessidade de priorizar a nossa ação educativa junto a alguns assentamentos rurais' em detrimento de outros.

Levamos em conta os seguintes critérios para priorizar a nossa atuação junto a alguns assentamentos rurais:

1. Expressão quantitativa - os assentamentos rurais que concentram maior nº de produtores rurais

2. natureza de classe de origem: nós temos assentamentos rurais que têm origem no campesinato (*) e no lumpesinato.

3. Organização e experiência de luta: nível organizativo das Associações dos assentamentos rurais, dos STRs da região, grau de articulação com a Comissão Estadual de Assentados.

(*) Campesinato: Posseiros e agregados. Alguns assentamentos são formados por trabalhadores rurais assalariados.

Que experiências de luta acumulou na fase de conquista da terra e de consolidação econômica. Maior ou menor independência do grupo na relação com o ESTADO.

4. Existência e acompanhamento ou não de equipes locais da CPT

Considerando os critérios acima mencionados vamos priorizar a nossa ação educativa junto aos seguintes assentamentos rurais

1. Campo Alegre - Nova Iguaçu *

3. Santo Inácio *
4. Boa Esperança - Nova Iguaçu *
5. Sol da Manhã - Itaguaí *
6. Fazenda Ministério da Agricultura - Piraí *
7. Vitória da Conquista - Valença *
8. São Roque - Parati
9. São Bernardino - Nova Iguaçu
10. Vitória da União - Paracambi
11. Rubião - Mangaratiba

* Estas prioridades poderão ser modificadas com desenvolvimento do trabalho.

A Assessoria e o acompanhamento direto a estes assentamentos permitirá consolidar a sua organização interna e inclusive renovar lideranças que permitem imprimir uma nova dinâmica à articulação Estadual.

5. OS AGENTES DE PASTORAL LOCAIS

. A CPT tem agentes de pastoral em todas as áreas de assentamentos rurais priorizadas. Estes agentes em geral desenvolvem um trabalho como voluntários, e a sua atuação está mais voltada para a questão fundiária e de apoio à organização dos trabalhadores rurais. A problemática do desenvolvimento agrícola e dos assentamentos rurais não é bem conhecida e compreendida em todas as suas dimensões.

Muitos dos conteúdos de formação programados para as lideranças serão desenvolvidos com os agentes de pastoral para que o trabalho de acompanhamento e assessoria se torne mais eficaz.

6. AS LINHAS DE FORMAÇÃO

Atividades de formação junto às lideranças da Comissão Estadual dos assentados e junto às lideranças dos assentamentos rurais priorizados:

- Incentivo à articulação dos assentamentos rurais para encontrarem soluções para problemas comuns.

. Contribuindo para questionar a atuação do ESTADO que através das suas diversas agências procura se relacionar com os Assentamentos individualmente

- discutindo as vantagens da articulação dos assentamentos - para se obter solução para os muitos problemas que ultrapassam os limites da Associação local

- Conhecimento da realidade

Estimular e proporcionar estudo sobre: a sociedade capitalista e o papel subordinado da pequena produção nesta sociedade, o Estado como se organiza e funciona, sua natureza de classe, políticas do Estado para o pequeno produtor (política agrária e agrícola).

Conhecimento interno da realidade dos assentamentos rurais - ' criando condições para que as lideranças planejem as suas atividades e elejam prioridades e bandeiras de luta que correspondam aos interesses dos assentados e motivem a sua participação.

- Incentivar uma prática democrática, que garanta a socialização das informações e discussões e uma participação plena no processo de tomada de decisões. Garantindo a realização de Assembléias periódicas, cartilhas, boletins e discutindo a adoção de formas de luta que correspondam à consciência e à necessidade dos assentados.

- Contribuir para o aperfeiçoamento da capacidade organizativa ' (das Associações locais e da articulação).

. através da programação das atividades

. garantindo uma avaliação permanente destas atividades

. discutindo os princípios e critérios que norteiam a organização interna dos assentamentos

. incentivando o surgimento de novas lideranças

. estimulando o intercâmbio de experiências e lutas das diversas Associações. Procurando que este intercâmbio se dê sobretudo através ' da Comissão Estadual de Assentamentos rurais

. garantir e desenvolver a autonomia, a capacidade das lideranças dirigirem a sua própria luta

. nos limitando a um papel de assessoria

. contribuindo para que os objetivos das lideranças sejam claros, correspondam aos interesses das bases, mas não se limitem a objetivos mais gerais, por mudanças nas políticas agrária e agrícola e por mudanças profundas na sociedade.

. promover a articulação Associações com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no encaminhamento das lutas dos assentamentos rurais. Questionando a omissão do STRs e o encaminhamento isolado e paralelo das Associações.

-Despertar e mobilizar as lideranças dos assentamentos rurais ' para que busquem soluções para a questão fundiária. A não conclusão dos processos desapropriatórios traz sérias consequências; ameaças de despejo; impossibilidade de acesso ao PROCERA, crédito subsidiado) são mantidas diversas áreas nas mãos de ocupantes que não são trabalhadores rurais; não demarcação definitiva dos lotes, desestímulo a investimentos na produção agrícola particularmente em culturas permanentes mas também em outros investimentos fixos como habitação e infraestutura .

. Atividades de formação relacionadas

a) legislação agrária - Desapropriação por interesse social
- desapropriação por utilidade pública
- concessão de uso e titulação definitiva

b) Política Agrária - A ação do Poder executivo e do poder judiciário.

- Estimular a adoção de um modelo de desenvolvimento alternativo poupador de elevados investimentos e insumos.

. Valorizar e potencializar os recursos disponíveis localmente pelos produtores (terra, mão de obra, proximidade do mercado consumidor), utilizando um mínimo de recursos externos. Procurando evitar desequilíbrios no eco-sistema, utilizando práticas conservacionistas do mesmo.

. avaliar as técnicas e tecnologias utilizadas, confrontando numa relação custos-benefícios para concluir sobre a sua viabilidade econômica

. discutir os problemas da monocultura, e estimular a prática de rotação de cultivos combinada com a criação animal.

- Contribuir para uma melhor administração dos recursos individuais e coletivos. Neste ítem. Vamos priorizar a administração de máquinas e equipamentos coletivos que vêm sendo utlizado individualmente e vêm causando divisões sérias nos assentamentos.

- Contribuir para que se desenvolva uma atividade agrícola racional e planejada no âmbito da econômia familiar e também no âmbito coletivo.

- Contribuir para que os assentamentos superem no âmbito da comercialização, a cadeia de atravessadores estabelecendo canais de comercialização direta - Produtor - Consumidor.

Neste ítem merece especial destaque a utilização e o escoamento efetivo da produção através do espaço da CEASA.

- Incentivar formas de aproveitamento e produção de adubo orgânico.

- Incentivar a produção e a seleção de mudas e sementes adaptadas ao ecosistema.

Caminhando

Informativo da Diocese de Nova Iguaçu - Ano XXII - nº 188 - Agosto/2006 - Distribuição Dirigida

Dom Adriano Hipólyto

10 anos de falecimento

Missa - 10 de agosto - 19 h
Catedral de Santo Antônio

Festa do Seminário Paulo VI
19 e 20 de agosto
20 anos de Vida e Missão

Debate com os Candidatos ao Governo do Estado
09 de agosto - 19 h
Centro Comunitário Pe. Daniel -Mesquita

Apresentação

COMO ESTAMOS? E O FUTURO?

Queridos irmãos e irmãs,

No ano de 2004 realizamos nossa Assembléia Diocesana que definiu nosso Projeto de Evangelização para os anos de 2005-2007. Foram destacadas 10 prioridades a partir das realidades refletidas das sete cidades, dos dez regionais que compõem nossa Diocese, das diversas comunidades e paróquias e do Projeto Nacional de Evangelização: Queremos ver Jesus, Caminho, Verdade e Vida, da CNBB.

As prioridades são as seguintes: Pastoral da Acolhida, Plano Administrativo Diocesano e Pastoral do Dízimo, Pastoral Bíblica, Dimensão Missionária, Testemunho de Comunhão dentro da Igreja, Pastorais Sociais, Pastoral da Comunicação, Pastoral da Juventude, Pastoral do Batismo e Formação em todos os níveis. Essas prioridades estão sendo trabalhadas pelas equipes diocesanas que ficaram responsáveis de incentivá-las. Sabemos que não só essas prioridades estão sendo trabalhadas, mas tudo o que diz respeito à vida de nossas comunidades e tudo o mais que surge no caminho.

Estamos chegando ao momento de começar a fazer avaliação da caminhada para percebermos os pontos em que conseguimos avançar e também os pontos que ficaram para trás, ou que ainda não conseguimos dar passos.

Quero partilhar que a Equipe de Coordenação de Pastoral já está preparando uma proposta de trabalho para este momento. Em breve teremos esse instrumento em nossas mãos.

Enquanto isso, seguimos com as diversas atividades: temos toda a programação do mês vocacional, retiro do clero, festa de Santa Clara, celebração dos dez anos de falecimento de Dom Adriano Hipólito, dia dos diáconos, semana da família, dia dos pais, festa do Seminário e dia dos catequistas. Estamos também preparando o mês da bíblia, os estudos estão acontecendo nos regionais e posteriormente serão trabalhados nas paróquias.

Em outubro, mês missionário e da comemoração do dia da juventude, o que será feito será divulgado em breve. Também nesse mês teremos as eleições, e a Diocese apresentará uma carta de orientação aos eleitores e promoverá através do regional I um debate com os candidatos ao governo do estado do Rio de Janeiro.

Poderia ainda lembrar tantas outras atividades, mas o que quero na verdade é animá-los a participar de tudo o que for possível, para que a nossa Igreja possa crescer cada vez mais em todos os níveis.

Que Deus abençoe e ajude para que alcancemos esta graça.

Com carinho,

Pe. Davenir Andrade
Coordenador de Pastoral

Agenda Pastoral

AGOSTO: *MÊS DAS VOCAÇÕES*

06 - Almoço de confraternização na Casa de Retiro Nosso Lar a partir das 11:00 (convites à venda com a coordenação da casa). Venham Participar!
10 – Dia dos Diáconos e 10 anos de falecimento de Dom Adriano
11 – Missa de Santa Clara, Mosteiro de Santa Clara
13 a 20 – Semana Nacional da Família e encerramento nas paróquias. **Dia 13** Missa de abertura - 19:00 - Catedral
19 e 20 - Festa do Seminário Diocesano Paulo VI
27 - Dia do Catequista, Região 4 - concentração às 08:00, na igreja de Nossa Senhora de Fátima, Estr. do Ambaí, 73 - Caminhanda para a igreja de São Miguel Arcanjo e São Pedro, na rua São Pedro, 74, Miguel Couto

VISITAS PASTORAIS - BELFORD ROXO

Regional 6
Nossa Senhora Aparecida – Jardim Gláucia
31 de agosto a 03 de setembro

Regional 5
São João Batista – Piam - 08 a 10 de setembro

ASSINATURAS:
Renovação de assinatura para os folhetos "O Domingo", "O Domingo Culto Dominical" e "O Domingo das Crianças", para 2007.

Preço por exemplar: **R$ 3,30**
Paróquias dirijam-se ao 1º andar do CEPAL para efetuarem pagamentos até o dia **25 de agosto** de 2006.

Dia 07 de Setembro

ROMARIA DIOCESANA, DO TRABALHADOR E – GRITO DOS EXCLUÍDOS, APARECIDA - SP.

(maiores informações em sua Paróquia, organizem suas Caravanas).

Festa Religiosa no Mosteiro de Santa Clara

Amigos (as) de Santa Clara de Assis
Nós, as Irmãs Clarissas do Mosteiro de Santa Clara, unidas a todas as Clarissas que celebram a grande festa de sua fundadora e mãe Santa Clara de Assis, com nossa querida Diocese de Nova Iguaçu, convidamos a todos a participarem da solene Concelebração Eucarística, presidida pelo nosso dedicado Sr. Bispo Dom Luciano Bergamin, CRL.
Contamos com a sua presença, ela é muito especial para nós.
Nossos mais sinceros agradecimentos e fraterna saudação de Paz e Bem!

Programa
02 à 10 - 16:00
Novena em honra de Santa Clara

11 - 10:00 - ***FESTA DE SANTA CLARA***
Solene Concelebração Eucarística em honra de Santa Clara, presidida pelo nosso Bispo Dom Luciano. Haverá a bênção dos pãezinhos de e a sua relíquia para que todos a possam oscular e tocar, pedindo sua intercessão e auxílio junto a Deus.
16:00 Solene Celebração Eucarística

13 - 09:30 - ***DIA DOS PAIS***
Santa Missa presidida por Frei Arcângelo Buzzi, nas intenções de todos os querido pais e pelos nossos dedicados benfeitores.

Expediente

Caminhando

É uma publicação da Diocese de Nova Iguaçu

Bispo Diocesano: *Dom Luciano Bergamin*
Coordenador Pastoral: *Pe. Davenir Andrade*
Vice-Coordenador Pastoral: *Pe. Carlos Antonio*
Assessor da Pastoral da Comunicação: *Pe.Edemilson Figueiredo*
Projeto Gráfico: *Cláudio Nogueira e Rita Rocha*
Diagramação Jornal: *Rita Rocha*
Diagramação Capa: *Cláudio Nogueira*
Distribuição: *Celinha e Helena*
Revisão de Texto: *Pe. Carlos Antonio*
Tiragem: *15.000 exemplares*

Endereço: Rua Capitão Chaves, 60 Centro - Nova Iguaçu - RJ
CEP.: 26221-010 - **Tel/fax.:** (21) 2667-4765
Correio eletrônico: caminhando@mitrani.org.br
Home Page: www.mitrani.org.br

LIVRARIA DO CEPAL

Material para Estudo do mês da Bíblia, a venda.

Faça já o seu pedido Na Livraria do Cepal

A Palavra do Bispo

POR QUE REZAR E IR À IGREJA?

Há poucos dias, um senhor de meia idade me perguntou: "Por que ir à Igreja todos os domingos?" Depois acrescentou: "Quando era criança minha mãe me fazia participar sempre. Escutei tantos sermões e hoje não me lembro de nenhum deles. Acho que os padres perdem tempo com tantas pregações. Agora me sinto bem rezando de vez em quando em casa. Não vejo necessidade de freqüentar o templo. Vou raramente, quando a igreja está vazia". E concluiu, com uma ponta de ironia: "Aliás, tem tanta gente que vai à igreja só para se mostrar e age pior do que aqueles que não a freqüentam". Respondi dialogando: "Há quanto tempo o senhor está casado?" "Vinte anos" "Durante este período, quantas refeições sua esposa lhe preparou?" "Muitíssimas!" "E o senhor lembra o cardápio de todas elas?" "Claro que não, seu bispo. Seria impossível. Recordo apenas que umas foram melhores que as outras. Porém uma coisa é certa: todas elas me nutriram e deram força para que eu pudesse realizar meu trabalho. Se minha esposa não me tivesse proporcionado todas essas refeições, eu estaria fisicamente morto."

Eu concluí: "Da mesma forma, se a gente não orar e não for à igreja para alimentar a fome do espírito, a anemia espiritual toma conta da gente e nós morremos por dentro."

Por que vamos à igreja? Por que rezamos? As respostas são muitas.

Uns, à maneira dos mendigos, vivem pedindo coisas a Deus; e freqüentemente, à maneira dos mendigos ingratos, até esquecem de agradecer.

Outros rezam com o objetivo de mudar a vontade de Deus. Imaginam que eles sabem mais do que o Senhor, e apresentam com veemência a melhor solução.

Há os burocratas da oração: fazem suas preces como se fossem tarefas; sem fé e sem amor, por pura obrigação.

Oração é a maneira de estar face a face com Deus, num encontro, diário e semanal, que deve iluminar toda a realidade. A oração é para nosso espírito aquilo que a respiração e a alimentação são para nosso corpo.

Somos obrigados a orar? Não, pois não existe obrigação para amar! Temos, sim, necessidade de orar.

A oração nos ilumina para que descubramos a vontade de Deus a nosso respeito e tenhamos força para realizá-la. Aquilo que celebramos através dos ritos litúrgicos, deve acontecer e orientar nossas atitudes ao longo da semana. "Ser mundo no coração da Igreja e ser Igreja no coração do mundo". Por meio da reza, pessoal ou comunitária, levamos para o templo as inquietações da humanidade e trazemos para o dia-a-dia as esperanças do Salvador.

O pai de nosso Pe. Bruno, já idoso, doente e fraco, se alimentava pouquíssimo. Pe. Bruno lhe telefonou: "Pai, precisa comer mais! E o pai respondeu: "Filho, devemos rezar mais!"

MÊS DAS VOCAÇÕES E FESTA DO SEMINÁRIO PAULO VI

Estamos convidados a refletirmos sobre a dignidade e a beleza de nossa vocação humana (somos filhos e filhas de Deus), cristã (somos membros do Corpo de Cristo, que é a Igreja) e específica (solteiros, pais, consagrados, diáconos permanentes, presbíteros). Deus chama cada um a ser feliz, seguindo seu caminho de amor e colaborando na construção de seu Reinado.

Nosso Seminário Paulo VI está em festa. Vinte anos de serviço à esperança. Obrigado a quem ajuda!

Participemos todos do evento. É uma forma concreta de amor a Deus, à Diocese e aos Seminaristas.

Parabéns e muito obrigado aos Catequistas, evangelizadores dedicados. "Diocese rima com catequese". Aguardamos a presença de todos no **Encontro Diocesano**, domingo, dia 27 de agosto, em Miguel Couto.

Um grande abraço fraterno,
com as bençãos de Deus.

D. Luciano Bergamin, CRL

Aniversariantes de Agosto

Nascimento

01- Diác. José Mariano de Barros - Curato Santo Antônio - Cabral
01- Ir. Ana Maria das Graças Lopes Magalhães, FSA - Lar Santana
04- Pe. Cícero Machado Ribeiro - São Judas Tadeu - Heliópolis
05- Ir. Maria das Neves do Rosário, OSCL - Mosteiro Santa Clara
08- Diác. Pierluigi Spagnuolo, PSSC - Nossa. Senhora de Fátima - Santa Maria
10- Ir. Ana Imaculada Alves Ferreira, FSA - Lar Santana -Lages
11- Ir. Maria Ananias Alves de Oliveira, OSF - IESA
14- Ir. Yeda Maria Dalcin, OSF - IESA
14- Pe. Justin Munduala Tchiwala, CICM - Diretor Centro de Direitos Humanos
14- Ir. Jacinta Lakra, IMMA - Fazenda da Esperança - Tinguá
15- Diác. Sandoval Lopes de Araújo, CP - Cristo Ressuscitado - Santa Eugênia
18- Ir. Ana Noemi Mendes, FSA - Lar Santana - Lages
18- Ir. Vera Moreira de Oliveira, FC - Viga
25- Ir. Patrícia de Oliveira Valença, NSV - Lar São Judas Tadeu - Heliópolis
26- Pe. Maciel Bezerra da Silva - Nossa Senhora Conceição - Japeri
28- Pe. José Antônio Nunes de Queiroz - São Sebastião - Austin
28- Ir. Maria Isaura Barros da Silva, OSF - Escola Santo Antônio - Prata
28- Pe. Nilo Patrick Greene - Santa Luzia - Bairro da Luz
30- Ir. Maria Vivalda Rauher, OSF - IESA
31- Fr. Arcângelo Raimundo Buzzi, Ofm - Capelão - IESA

Ordenação

05- Pe. Ailton Aurélio Martins da Silva - São Judas Tadeu - Seminário Júlio Chevalier
06- Pe. Fernand Leopold Vandenabeele - Sagrada Família - Posse
07- Pe. Andre Decock, CICM - Santo. Elias - Santo Elias
10- Pe. Weedny André, CICM - Santo Agostinho - Guandú
10- Diác. Antônio Fernando dos Santos - São José Operário - Nova Mesquita
10- Diác. José Maria Carmo de Paulo - São Judas Tadeu - Heliópolis
10- Diác. Paulo Roberto Costa de Oliveira - Santa Rita Cássia - Cruzeiro do Sul
10- Pe. Maxime Charles Pierre, CICM - Nossa Senhora Conceição - Rosa dos Ventos
11- Pe. Edemilson da Silva Figueiredo - São Sebastião - Olinda
11- Pe. Clínio José Drago - Menino Jesus de Praga - Cacuia
11- Pe. Marcus Barbosa Guimarães - Reitor do Seminário Paulo VI - Pró-Vigário Geral
11- Pe. Porfírio Fernandes de Abreu - Cristo Ressuscitado - Santa Eugênia
11- Pe. Francisco Antônio de Vasconcelos - São Pedro e São Paulo - Jardim Iguaçu
14- Pe. Justin Munduala Tchiwala, CICM - Centro de Direitos Humanos
15- Pe. Ivanildo de Holanda Cunha - São Pedro e São Paulo - Paracambi
27- Diác. João Antônio Pereira Goulart - Nossa Senhora Conceição - Queimados
27- Diác. José Antônio Marques - São Sebastião - Olinda
27- Diác. José de Arimathéia Viana - Nossa Senhora Aparecida - Nilópolis
27- Diác. Valterlande Barbosa do Nascimento - Santo Agostinho - Guandú

Votos

02- Fr. Ângelo Cardoso da Silva, Ofm - Nossa Senhora Aparecida - Nilópolis
02- Fr. Luiz Flávio Adami Loureiro, Ofm - Nossa Senhora Conceição - Nilópolis
02- Fr. Milton Fidelis da Silva, Ofm - Nossa Senhora da Conceição - Nilópolis
02- Fr. Sandro Roberto da Costa, Ofm - Nossa Senhora Aparecida - Nilópolis
13- Ir. Maria Isaura Barros da Silva, OSF - Prata
25- Ir. Paulina Maria Elsener, SCSC - Santa Rita
25- Ir. Adelia Senn, SCSC - Santa Rita
28- Cón. Gelson Müller, CRL - São José Operário - Nova Mesquita

Diocese de Nova Iguaçu
2006: Ano da Juventude e da Cidadania

VOTAR CONSCIENTE, APERFEIÇOANDO A DEMOCRACIA: ELEIÇÕES 2006

"O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a boa notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano da graça do Senhor"(Lc 4,18-19).

Queridos Irmãos e Irmãs, Homens e Mulheres de Boa vontade.

A nossa sociedade é chamada, mais uma vez, para definir o rumo do seu futuro, através da escolha de seus representantes na Presidência da República, nos Governos Estaduais, nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional.

Então nos perguntamos: como elevar a política do bem comum? Como trabalhar para que a política não seja simplesmente um momento eleitoreiro, mas participação efetiva dos cidadãos?

Hoje, mais do que nunca, a Diocese quer ser presença solidária, ser voz que defende a vida, que anuncia a justiça, que constrói a paz. Não podemos cruzar os braços, tirar proveito da eleição para conseguir alguma vantagem para nós ou apenas para nossa comunidade, deixando que o povo seja iludido ou enganado com mentiras.

Pensando assim, a Diocese quer chamar todos os seus membros a se comprometerem com este importante momento da vida nacional. O cenário atual da política não pode nos deixar indiferentes. Suas conseqüências interferem diretamente sobre o nosso dia a dia.

Sabemos dos graves problemas que atingem a vida política nacional: interesses individuais e partidários imperam acima da dignidade humana e do bem comum; a economia nacional está atrelada ao interesse das instituições financeiras em prejuízo de alguns setores da produção nacional; a corrupção (em todas as esferas do governo) continua sendo "moeda corrente", constituindo na maior praga histórica e cultural que a sociedade já conheceu em sua dimensão política e social.

Mesmo assim, acreditamos que não podemos desistir. Todas as mudanças e transformações que sonhamos em décadas não podem ser simplesmente jogadas fora. Por isso, participe de verdade deste momento. Lembre que o seu voto é tão importante quanto de qualquer outro, seja ele rico ou pobre, morador de uma mansão ou de um casebre. Para isso é muito importante conversar com seus amigos sobre os candidatos, ler as matérias dos jornais que tratam sobre problemas nacionais e estaduais, buscar informações sobre o candidato, suas propostas, seu partido, participar dos debates organizados nas comunidades. Não há outra forma: ou escolhemos com critérios o país que queremos ou deixamos que escolham por nós. Este é o nosso país e todos nós somos responsáveis por ele. Abaixo, a título de sugestão, indicamos alguns critérios que podem ajudar a votar de forma consciente:

1. Vote em candidatos comprometidos com a ética na política: honestidade, justiça, espírito de serviço, promoção da dignidade humana e da igualdade são alguns critérios, entre tantos.

2. Vote em candidatos que defendam a vida em todos os seus estágios, somente assim poderão respeitar a vida e a dignidade de cada cidadã/o.

3. Vote em candidatos que buscam promover a dignidade do ser humano e o bem comum da Nação acima de interesses individuais e partidários.

4. Não vote somente em partido, mas sim em pessoas idôneas que tenham compromisso e preocupação pela sociedade brasileira toda. Por isso, é preciso avaliar, alem da história do candidato, o programa que o partido defende.

5. Evite candidatos que mudam simplesmente de partidos por conveniências pessoais, pois não são comprometidos com o ideal do partido nem com o bem da sociedade, mas sim procuram os interesses próprios.

6. A mídia publica quase todos os dias nomes de candidatos envolvidos na corrupção. Preste sempre atenção nesses nomes e não vote neles.

7. No contexto da nossa Baixada Fluminense, vote em candidatos capazes de trazer melhorias na vida do povo e que não tenham ligação com grupos de extermínio ou traficantes, mas que tenham seus projetos voltados à política de geração de renda e emprego, saúde para todos, educação de qualidade, distribuição justa da renda, construção de políticas de superação da violência e promoção da cultura da paz e segurança pública, melhoria e proteção ambiental etc.

8. Não vote nos candidatos que compram os votos, pois não terão nenhum compromisso com a sociedade depois.

Que o Deus que nos escolheu, nos ungiu e nos enviou para a construção do seu Reino, nos envolva na Luz do Espírito Santo para que, como Maria, gestemos e demos à luz a uma Nova e Justa Sociedade Brasileira!

Coordenação de Pastoral
Ministério da Caridade

OFICINAS DE ORAÇÃO E VIDA

APRENDER A ORAR PARA APRENDER A VIVER

Alô Povo de Deus!

Um novo ciclo das Oficinas de Oração e Vida terá início na segunda semana de agosto de 2006.

Mas afinal, de que se trata as Oficinas de Oração e Vida?

É um serviço para aprender e se aprofundar na arte de orar.

Aprende-se a entrar na relação pessoal com o Senhor através de variadas modalidades de oração que aprenderemos no decorrer dos quinze encontros que acontecerá uma vez por semana com duração de duas horas.

Esperamos por você para viver esta experiência que será, com certeza, maravilhosa e enriquecedora.

Venha, traga alguém e verá que maravilha é participar das Oficinas de Oração e Vida!

Procure se informar sobre o início, a paróquia e o horário em que acontecerá nos telefones: (21) 2796-0474 / 2667-0952 / 2772-7915

NOVENA DE NATAL DA CNBB 2006

Reunidos em família, preparando a vinda do Senhor!".

A Novena preparada pela CNBB é uma proposta orante de preparação do Natal. Neste ano, tomamos alguns temas do Documento de participação da V Conferência do Episcopado da América latina e do Caribe, que acontecerá em maio de 2007 em Aparecida SP. Com a presença do Papa Bento XVI.

As paróquias têm até o dia 25 de setembro para encomendar.

Maiores informações: 3º andar do CEPAL, com Celinha ou Helena, a partir das 13:00. Telefones para contato: (21) 2667-4765 ou 2767-7943 ramal 30.

SEMANA NACIONAL DA FAMÍLIA

É Hora de Encontros, Diálogos e muita Acolhida

Vamos refletir juntos com o texto abaixo o que nós e você temos a ver com essa semana.

VIVER EM EQUIPE

Um rato, olhando pelo buraco na parede, vê o fazendeiro e sua esposa abrindo um pacote. Pensou logo no tipo de comida que poderia haver ali.

Ao descobrir que era uma ratoeira ficou aterrorizado. Correu ao pátio da fazenda advertindo a todos: "Há uma ratoeira na casa, uma ratoeira na casa!" a galinha disse: "Desculpe-me Sr. Rato, eu entendo que isso seja um grande problema para o senhor, mas não me prejudica em nada, não me incomoda."

O rato foi até o porco e lhe disse:"Há uma ratoeira na casa, uma ratoeira!" Desculpe-me Sr. Rato, disse o porco, mas não há nada que eu possa fazer, a não ser rezar. Fique tranqüilo que o senhor será lembrado nas minhas preces."

O rato dirigiu-se então à vaca. Ela lhe disse: "O que Sr. Rato? Uma ratoeira? Por acaso estou em perigo? Acho que não!"

Então o rato voltou para a casa, cabisbaixo e abatido, para encarar a ratoeira do fazendeiro.

Naquela noite ouviu-se um barulho, como o de uma ratoeira pegando sua vítima. A mulher do fazendeiro correu para ver o que havia pegado. No escuro, ela não viu que a ratoeira havia pegado a cauda de uma cobra venenosa. E a cobra picou a mulher... O fazendeiro a levou imediatamente ao hospital. Ela voltou com febre. Todo mundo sabe que para alimentar alguém com febre, nada melhor que uma canja de galinha.

O fazendeiro pegou o cutelo e foi providenciar o ingrediente principal. Como a doença da mulher continuava, os amigos e vizinhos vieram visitá-la. Para alimentá-los o fazendeiro matou o porco.

A mulher não melhorou e acabou morrendo. Muita gente veio para o funeral. O fazendeiro então sacrificou a vaca para alimentar todo aquele povo.

Na próxima vez que você ouvir dizer que alguém está diante de um problema e acreditar que o problema não lhe diz respeito, lembre-se que, quando há uma ratoeira na casa, toda a fazenda corre risco.

"O problema de um, é problema de todos quando convivemos em equipe."

Ou podemos resumir: Se alguém vive, deve viver para o outro!

A pessoa está para a família e esta volta-se à Igreja e a sociedade. E nós, como Igreja, vamos acolher as famílias!

13/08 – Missa Diocesana de Abertura DA SNF e Envio dos Missionários 14 e 20 – Atividades nas paróquias, assim como o encerramento no dia 20.

Anuncie na sua família é tempo de encontro, diálogo e acolhida. Contamos que todos que valorizam e amam sua família não medirão esforços para ser família das famílias.

Abraços fraternos da Comissão Diocesana da Pastoral Familiar

JORNADA DA CONFIANÇA
Chapecó SC
12 a 15 de outubro de 2006

A Pastoral da Juventude da paróquia de Nossa Senhora da Conceição,Nilópolis, convoca os jovens, de todas as idades,para participar deste grande encontro ecumênico.

Saída: 11/10 às 18:00 - Retorno: 15/10 às 16:00
Valor: 4 parcelas de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), incluída a inscrição
1ª parcela foi em 20/07
2ª parcela até 15/08
3ª parcela até 12/09
4ª parcela até 10/10*
*N.B. Esta parcela poderá ser reduzida se houver mais de 30 inscritos
Contatos: Ir. Nayr 2693-6279 / 2791-3842
Bruno Cezar - 2693-6784 / 9617-5856

"Nós confessamos o mesmo Cristo".

(Santo Agostinho)

Entre as tantas bonitas comemorações do mês de agosto, lembraremos a vida e a vocação de Santo Agostinho de Hipona (28/08). Muito já se falou e se escreveu e muito ainda se continuará falando e escrevendo sobre essa figura ímpar da humanidade, não somente do cristianismo. Graças a Deus, ele se tornou cristão, para que também nos orgulhemos de tê-lo entre nossos Pais na fé. Dias destes, descobri mais um texto memorável de Agostinho. Trata-se do comentário ao Salmo 32 e está no Livro I de sua obra sobre os Salmos. Gostaria de partilhar com vocês algumas das riquezas presentes nesse pequeno texto.

Agostinho vivia num contexto de polêmica com os donatistas (grupo dissidente e extremista, partidário de Donato, que pretendia ser uma Igreja pura diante da Igreja oficial, que consideravam muito relaxada nos costumes e em suas relações com o poder político). Os poderosos argumentos teológicos de Agostinho contribuiram para o enfraquecimento definitivo do donatismo no começo do século V. A maioria de seus partidários acabou por voltar à comunhão eclesial. Porém, é interessante notar a gentileza com que Agostinho tratava àqueles irmãos que se consideravam separados da Igreja. Insistia o bispo: "Exorto-vos, irmãos, à caridade, não apenas entre vós, mas também em relação aos que estão fora, quer sejam ainda descrentes, quer tenham se separado de nós....Eles continuam nossos irmãos. Quer queiram, quer não queiram, são nossos irmãos. De fato, só deixariam de ser nossos irmãos se deixassem de dizer: Pai nosso." Que profunda sensibilidade,não é mesmo? Imaginemos que essas disputas entre grupos não ficavam somente no nível das idéias. Iam mesmo às vias de fato! Mesmo assim, Agostinho não incentivava a animosidade entre eles. Apesar da resistência intolerante de alguns, de um lado e de outro, o bispo de Hipona exorta ao diálogo. Diz o santo: "se eles disserem: 'Por que nos procurais? Que quereis de nós?'. Respondamos: sois nossos irmãos. Mesmo que nos digam: 'Podeis ir embora, nada temos convosco!'. Pelo contrário, nós temos muito convosco! Nós confessamos o mesmo Cristo, e assim devemos estar em um só Corpo, sob uma só cabeça". Ele falava do Cristo, única Cabeça da Igreja.

O ecumenismo e o diálogo inter-religioso são uma necessidade imperiosa em nossos dias. Não é uma pena que hoje não sejamos tão corajosos e insistentes no diálogo com todos os que crêem no Cristo? "Eles respondem um só amém, embora não conosco, mas o mesmo", diz ainda Agostinho. E com aqueles de outras tradições religiosas? Não seria possível um diálogo também respeitoso com os que fazem uma outra experiência de Deus? Ora, é sempre o Deus que quer que todos se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade (1Tm 2,3) que se deu plenamente a conhecer mediante Jesus Cristo. A isso não podemos renunciar. Isso não significa que a única salvação do único Cristo não possa chegar a outras pessoas de outras maneiras. Não nos cabe restringir a vontade salvadora e soberana de Deus à experiência que fazemos com Ele, por mais autêntica, verdadeira e plena que seja. Longe de ser um obstáculo, as diferentes experiências religiosas da humanidade deveriam ser caminhos para a unidade fecunda de todos os crentes entre si, e com o Deus que os criou e os chama incessantemente a viver em comunhão.

Pe. Carlos Antonio

Seminário Maior Paulo VI:
20 anos de vida e missão

"Ele está no meio de nós"

Estamos comemorando, neste ano, 20 anos do nosso Seminário Paulo VI! 20 anos vividos e construídos, sob a luz do Espírito de Deus, com a colaboração de muitas mãos, mentes e corações.

Nosso seminário ficou carinhosa e significativamente conhecido como "Casa da Esperança"; nome dado por Dom Adriano Hipolyto no dia de sua inauguração, em 3 de maio de 1986.

Nascendo como Seminário da diocese de Nova Iguaçu, logo nos primeiros anos, foi assumido como lugar de comunhão na formação de evangelizadores, especialmente de novos padres, das cinco dioceses de nossa região: Duque de Caxias, Valença, Itaguaí, Barra do Pirai - Volta Redonda e Nova Iguaçu.

É, realmente, bonito hoje constatar que durante 20 anos, nosso Seminário já preparou mais de 80 padres! Ao nosso caminhar, somam-se também, algumas congregações religiosas masculinas e femininas e inúmeros leigos e leigas que aqui estudam e se fortalecem para o serviço, o anúncio, o dialogo e o testemunho na missão evangelizadora da Igreja.

Agradeçamos, de todo coração, por tudo e por todos os que acreditam e vivenciam este projeto do seminário Paulo VI, que é de Deus e é nosso. Deus nos conceda sua Graça para, através desta "Casa da Esperança", sempre mais amá-lo e servi-lo.

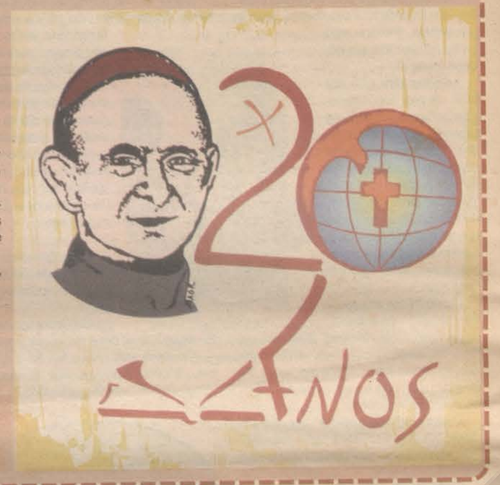
O grande momento de comemoração dos 20 anos de vida e missão do nosso Seminário acontecerá nos dias 19 e 20 de agosto com a nossa festa.

PROGRAMAÇÃO DA FESTA

Sábado
18:00 - Abertura com ofício divino
19:00 – Apresentação do Coral NICC
20:00 – Shows
Pimenta do Reino e Grupo Pirraça
Entrada: R$ 1,00 ou 1 kg de alimento não perecível

Domingo
10:00 – Missa solene presidida por Dom Vital (Bispo emérito da Diocese de Itaguaí
Missa animada pelo coral da comunidade de Nossa Senhora das Graças – Vila Nova (Diocese de Duque de Caxias)
12:00 – Almoço (arroz, feijão, farofa, salada verde e carne a jardineira)
15:00 – BINGO
1º - TV 20"
2º - DVD
3º - Fogão 4 bocas
4º - Bicicleta
5º - Micro sistem

Rua Bolívia, 309
Centro – Nova Iguaçu
Telefone: 2667-8746
(próximo ao Colégio IESA)



JUVENTUDE! VEM E SEGUE-ME...

Quando falamos de Juventude, é necessário considerar que não falamos de algo no singular. Há uma diversidade de jovens. Estamos vivendo um tempo em que há muito interesse da sociedade por esta faixa etária. O uso do termo "Juventude" não deve ser visto apenas por um aspecto, mas deve considerar a multiplicidade de diferenças.

A Juventude é um grupo social com seu jeito próprio de ver a realidade, um olhar novo de quem abandona o mundo da criança e inicia um olhar ao mundo construído e pronto.

Nesse olhar social, vamos encontrar jovens estudantes, operários, em situações críticas, dependentes químicos, portadores de deficiência física, soropositivos, etc.

A Juventude é também a "hora da decisão", ou seja, a hora de tomar rumo definitivo que vai orientar o restante da vida. Todos somos chamados a ser seguidores de Jesus em nossa comunidade, por isso, você jovem é chamado por Deus a ser um instrumento no meio dessa Juventude. Basta dizer sim e ter coragem! Pois o Pai conta com sua força e a sua alegria!

ATENÇÃO JUVENTUDE!...

- O sorteio da rifa da máquina digital será no dia 12 de agosto. Boa sorte! (Bilhetes à venda no seu grupo ou movimento, por R$ 3,00)
- Romaria Estadual da Juventude na Arquidiocese do Rio de Janeiro, no dia 22 de outubro. Organize seu grupo ou movimento!
- Se em sua paróquia tem um trabalho com a juventude, mande notícias do trabalho que vocês estão realizando.

Informações com Carlos Renato pelos telefones: 2768-4075 / 9589-4005
E-mail: crpequeno@gmail.com

Carlos Renato
Coordenação Ampliada da Juventude

Jornal Caminhando 2006 AGOSTO

Círculos Bíblicos
Núcleos Missionários
AGOSTO 2006
Diocese de Nova Iguaçu

CÍRCULO BÍBLICO
A Palavra de Deus no chão da vida

É impossível participar de um círculo bíblico onde não se leia e estude profundamente um **texto bíblico**. Um círculo bíblico se faz em torno da Palavra de Deus que nos é trazida em cada encontro pela leitura, lenta e atenta, de um texto bíblico. Um círculo bíblico onde não se lê a Bíblia a leitura do texto bíblico.

Muitas vezes, quando nas reuniões do círculo ficamos sabendo que vamos ler outra vez um texto que já é muito conhecido de todos, automaticamente nos desligamos da leitura que está sendo feita porque, interiormente, achamos que já sabemos tudo do que está sendo lido e também o que vamos falar a partir dele. Esta atitude é uma das mais negativas numa reunião de estudos bíblicos. Demonstra que não estamos deixando a Bíblia falar. Ao invés de acolher a leitura, predominam as idéias preconcebidas que temos a respeito do episódio lido.

Só há uma maneira de deixarmos a Bíblia falar: ler, lenta e atentamente o texto como se fosse a primeira vez que o estamos lendo ou ouvindo. Temos de ler quantas vezes forem necessárias até que todas as pessoas presentes na reunião possam compreender o que foi lido. Temos que ter paciência com as pessoas que tem dificuldade de leitura. Temos que acolher o que está sendo lido como se o próprio Deus, naquele momento, estivesse nos falando. Deixar o texto bíblico falar é saber acolher a voz de Deus. Para tanto, precisamos assumir uma atitude de humilde interiorização, silenciando todas as nossas opiniões pessoais sobre a leitura. Só assim poderemos acolher a proposta de Deus presente no texto bíblico.

FAMÍLIA – ESPAÇO PRIVILEGIADO DE DIÁLOGO COM DEUS

Irmãs e irmãos de caminhada!

O mês de Agosto é dedicado às vocações que animam a vida da Igreja. Queremos viver com entusiasmo nossa vocação fundamental expressa em nossos compromissos batismais. Nosso primeiro encontro neste encarte é sobre a vocação [illegible] lembrar a nossos círculos bíblicos sejam feitos em casas de família. Todas as pessoas da família devem ser convidadas a participar do encontro. Neste mês de Agosto queremos refletir sobre a vida em família, com todas as suas alegrias e esperanças. Este ano o tema central da Semana Nacional da Família é "Diálogo familiar e com Deus: fonte de conhecimento da Verdade e da conquista da liberdade". Em comunhão com as famílias que estão vivendo esta semana, dois encontros terão como tema central a vida familiar cristã. Assim, nosso segundo encontro aprofunda a família como espaço de diálogo com Deus. O terceiro encontro quer nos ajudar a refletir sobre o impacto que os meios de comunicação social têm em nossas famílias hoje.

Dentre as diversas vocações ministeriais dentro de nossa Igreja, uma de muita importância para nossas comunidades é a missão da catequista, do catequista. Ser catequista é vivenciar a dimensão profética de nosso batismo, exercendo o ministério da Palavra. Ser catequista é formar as pessoas que são o futuro de nossas comunidades.

Muita gente vai levar para o resto de sua vida aquilo que recebeu na catequese dada na sua comunidade. Temos que nos lembrar com gratidão destas pessoas dedicadas, que formam nossas crianças e nossos jovens, das pessoas que dão cursos para pais e padrinhos, das pessoas que preparam os noivos para o sacramento do matrimônio. Todas as pessoas que assumem projetos de formação vivem sua vocação catequética. Nosso quarto encontro quer celebrar a vida e a dedicação de todas as catequistas de nossa diocese.

Um bom estudo para todos e todas

Comissão Diocesana de Círculos Bíblicos

1ª Semana

SENHOR, QUE EU VEJA NOVAMENTE!
Abrir os olhos para viver a vocação batismal

Marcos 10,46-53

Acolhida

Preparar o ambiente com cartazes sobre a família. Colocar a Bíblia, velas, flores e uma bacia com água lembrando nosso batismo.
Dar as boas-vindas a todos, numa acolhida alegre e fraterna.
Canto Inicial.
Invocar a Trindade Santa e as luzes do Espírito Santo.

I. Um fato da vida que nos faz pensar

Estamos vivendo o mês das vocações. Isso nos faz lembrar que, pelo batismo, somos chamados, como cristãos, a seguir Jesus em seu caminho. Um caminho que nos conduz para a vida em plenitude. Mas, ainda hoje, muitas e muitas pessoas vivem sentadas à beira do caminho, marginalizadas pela sociedade, mendigando não apenas o pão, mas, sobretudo um pouco de dignidade e de vida. A estas pessoas é negado o direito de enxergar a verdade e ainda são levadas a pensar que esta situação existe por culpa delas, que é uma fatalidade ou, o que é pior, que esta é a vontade de Deus. Por isso, os pobres e marginalizados precisam se levantar e se organizar, gritando bem alto para que seu clamor possa vencer todos os obstáculos que os impedem de ver e de seguir o caminho de Jesus, o verdadeiro caminho que dá sentido à nossa vida. Como batizados, somos discípulos e discípulas, chamados a trilhar este caminho. Vamos conversar um pouco sobre isto.

1. Quem hoje vive sentado à beira do caminho, marginalizado por nossa sociedade?
2. Por que nossa sociedade não tem interesse em promover a dignidade e a vida de todas as pessoas?
3. Pelo batismo, o sentido de nossa vocação cristã é seguir Jesus no caminho. Como podemos viver esta proposta? E como podemos ajudar outras pessoas a encontrar este caminho?

II. Partilhar a Palavra que é vida

- *Introdução à leitura do texto*: Assim como o cego Bartimeu, todos nós estamos à beira do caminho. Durante a leitura vamos prestar atenção nas atitudes de Bartimeu.
- *Leitura lenta e atenta do texto*: **Marcos 10,46-53**.
- *Perguntas para ajudar na partilha*:
  1. O que mais chamou a sua atenção neste texto? Por quê?
  2. Bartimeu, mesmo sem enxergar, percebeu a presença de Jesus que passava. Você consegue enxergar Jesus apenas com os olhos da fé? Quais são os sinais que nos levam a crer que Jesus continua passando em nossas vidas e em nossa sociedade?
  3. Para entrar no caminho Bartimeu deixa de lado sua capa. O que significa para nós hoje "deixar de lado a capa?" O que nos prende aqui e agora?
  4. A multidão que cerca Jesus tenta impedir Bartimeu de gritar. Em sua comunidade você pode falar e expressar sua fé ou tem dificuldades? Você deixa os outros falar ou tenta calá-los?

III. Celebrar e partilhar a vida em forma de oração

- Elevar a Deus nossas preces agradecendo o encontro que tivemos. Após cada prece repetir o refrão ***NO CAMINHO DO SENHOR ENCONTRAREMOS A VIDA!***
- Rezar o **Salmo 119 (118) 25-40**. Este é o maior salmo de toda a Bíblia. Nestas estrofes nós louvamos a presença de Deus através de seus mandamentos.
- Assumir o compromisso pessoal de aprofundar a vivência de seu batismo.
- Rezar a Oração das Famílias. (no final do Encarte). Concluir com o Pai Nosso e a Ave Maria.
- Canto Final e a despedida fraterna.

Preparar o próximo encontro.
Em nosso próximo encontro vamos aprofundar a vida familiar como espaço de diálogo com Deus. O texto de estudos é Lucas 11,5-13.

2ª Semana

DIALOGAR COM DEUS
A oração perseverante – necessidade e conforto

Lucas 11,5-13

Acolhida

Preparar o ambiente com cartazes sobre a família. Colocar a Bíblia, velas, flores e uma bacia com água lembrando nosso batismo.
Dar as boas-vindas a todos, numa acolhida alegre e fraterna.
Canto Inicial.
Invocar a Trindade Santa e as luzes do Espírito Santo.

I. Um fato da vida que nos faz pensar

Maria e Romualdo estão casados há mais de 30 anos. Os dois têm o hábito de dialogar com Deus numa oração confiante. Agora estão aposentados. Por isso, eles fazem uma caminhada juntos, aproveitando o tempo para dialogar entre eles e rezarem juntos, dialogando com Deus. Oração é todo o esforço que fazemos para entrar em diálogo e comunicação com Deus. Enquanto caminham, Maria e Romualdo agradecem pela vida que levam, pelas pessoas que necessitam de oração, pelos filhos com suas alegrias e seus problemas, enfim, por tudo que se lembram enquanto caminham. Estas caminhadas têm trazido para eles muita paz e alegria, na certeza de que Deus escuta todas as nossas preces.

1. Como você faz para rezar? Como está sua proximidade com Deus na oração?
2. Quais são hoje as grandes dificuldades em criar dentro de nossas casas um espaço de diálogo com Deus?

II. Partilhar a Palavra que é vida

- *Introdução à leitura do texto*: Na passagem que vamos aprofundar hoje, Jesus insiste na oração confiante e perseverante. Durante a leitura vamos prestar atenção nas afirmações de Jesus sobre o poder da oração.
- *Leitura lenta e atenta do texto*: **Lucas 11,5-13**.
- *Perguntas para ajudar na partilha*:
  1. Qual o versículo de que você mais gostou? Por quê?
  2. Quais os ensinamentos sobre a oração que Jesus dá nesta passagem? Que situações da vida familiar ele lembra?
  3. De que maneira você pode dialogar com Deus ao longo de seu dia de trabalho?

III. Celebrar e partilhar a vida em forma de oração

- São Paulo diz que devemos orar sem cessar. Vamos elevar a Deus as nossas preces, agradecendo por tudo o que aprendemos no encontro de hoje.
- Rezar o ***Salmo 62 (61)***. Este salmo é uma oração de confiança na presença de Deus em nossas vidas. Como dizemos sempre: Só Deus mesmo!
- Assumir um compromisso comunitário de evangelização das famílias de nossa comunidade.
- Rezar a Oração das Famílias. Concluir com o Pai Nosso e a Ave Maria.
- Canto Final e a despedida fraterna.

Preparar o próximo encontro.
Dentro da semana da Família, nosso próximo encontro terá como tema os valores éticos nos meios de comunicação e a vida familiar. O texto de estudos é Marcos 16,9-20.

3ª Semana

ANUNCIEM O EVANGELHO PARA TODA A HUMANIDADE
A ética nos meios de comunicação social e a vida familiar

Marcos 16,9-20

Acolhida

Preparar o ambiente com cartazes sobre a família e os meios de comunicação. Colocar a Bíblia, velas, flores e uma bacia com água lembrando nosso batismo.
Dar as boas-vindas a todos, numa acolhida alegre e fraterna.
Canto Inicial.
Invocar a Trindade Santa e as luzes do Espírito Santo.

I. Um fato da vida que nos faz pensar

Os meios de comunicação, principalmente a televisão, tornaram-se membros das famílias. Ninguém consegue viver sem a presença deles. Toda comunicação que facilite e incentive a convivência humana é boa e deve ser preservada. A grande questão está no conteúdo do que nos é passado pelos meios de comunicação. Geralmente são valorizados os programas com violência, sexo, corrupção de costumes e de valores, relacionamentos instáveis e descartáveis, etc. Além do mais, a televisão, um canal de informação, acaba impedindo maior comunicação dentro da própria família. Vamos conversar um pouco sobre isto.

1. Recebemos influência direta da TV, rádios, jornais, revistas. Como você seleciona o que vê, que lê ou o que escuta?
2. Como é a presença da TV em sua casa? De que maneira ela ajuda ou impede a comunicação familiar?
3. Quais são os valores transmitidos pelos meios de comunicação hoje em nossa sociedade?

II. Partilhar a Palavra que é vida

- *Introdução à leitura do texto*: Este trecho do evangelho segun do Marcos nos apresenta a missão de nossas comunidades: levar o Evangelho a toda a humanidade. Temos que comunicar os valores cristãos através de nossa vivência comunitária.
- *Leitura lenta e atenta do texto*: **Marcos 16,9-20**.
- *Perguntas para ajudar na partilha*:
  1. O que mais chamou sua atenção neste texto? Por quê?
  2. Quais as ordens que Jesus dá aos discípulos? E o que fazem os discípulos?
  3. De que maneira nós, hoje, devemos obedecer ao que Jesus nos manda?
  4. Como fazer para que os meios de comunicação possam ser mais fiéis aos valores cristãos?

III. Celebrar e partilhar a vida em forma de oração

- Elevar a Deus as preces comunitárias. Após cada prece repetir o refrão: **QUEREMOS ANUNCIAR TEU EVANGELHO, SENHOR!**
- Rezar o ***Salmo 97 (96)***. Este salmo é um hino dedicado à realeza de Javé. Deus vence qualquer ídolo, protegendo e amparando seus filhos.
- Assumir um compromisso comunitário com as famílias de nossa comunidade.
- Rezar a Oração das Famílias. Concluir com o Pai Nosso e a Ave Maria.
- Canto final e a despedida fraterna.

Preparar o próximo encontro.
Nosso próximo encontro é dedicado às catequistas. Queremos agradecer a Deus por todas as pessoas que se dedicam à Catequese em nossas comunidades. O texto de estudos é Atos dos Apóstolos 8,26-40.

4ª Semana

A FÉ CRISTÃ VENCE TODAS AS BARREIRAS
Filipe catequiza o eunuco etíope

Atos 8,26-40

Acolhida

Preparar o ambiente com cartazes sobre a catequese em sua comunidade. Colocar a Bíblia, velas, flores e uma bacia com água lembrando nosso batismo.
Dar as boas-vindas a todos, numa acolhida alegre e fraterna.
Canto Inicial.
Invocar a Trindade Santa e as luzes do Espírito Santo.

I. Um fato da vida que nos faz pensar

Catequese é todo o esforço que fazemos para fortalecer a nossa fé através da instrução. Devemos ler e conhecer cada vez mais a Bíblia, os ensinamentos de nossa Igreja, as verdades que sustentam nossa opção por Jesus e o Evangelho. No episódio que vamos aprofundar hoje, o etíope diz a Filipe que ninguém lhe explica a passagem da escritura. Temos que estudar a Bíblia em pequenos grupos, pois as várias interpretações dos irmãos podem corrigir eventuais distorções de interpretação que uma pessoa sozinha pode cometer. Estudar a Bíblia é partilhar opiniões. Assim estaremos nos catequizando mutuamente. Vamos conversar sobre isto.

1. Você consegue interpretar a Bíblia sozinho? Quais as suas dificuldades na interpretação da Sagrada Escritura?
2. Qual a importância dos cursos bíblicos no fortalecimento de sua fé?
3. Você já tentou criar um círculo bíblico? Fale de sua experiência com círculos bíblicos.

II. Partilhar a Palavra que é vida

- *Introdução à leitura do texto*: O texto que vamos aprofundar hoje mostra um exemplo de catequese feito pelos apóstolos. Filipe vai evangelizar um estrangeiro, um negro africano. A Palavra de Deus se dirige primeiro para a África.
- *Leitura lenta e atenta do texto*: **Atos 8,26-40**.
- *Perguntas para ajudar na partilha*:
  1. O que mais chamou a sua atenção neste texto? Por quê?
  2. Como Filipe faz para catequizar o eunuco?
  3. Qual o resultado do encontro entre Filipe e o eunuco?
  4. Como hoje podemos fazer como Filipe e catequizar as pessoas que já estão buscando a Palavra?

III. Celebrar e partilhar a vida em forma de oração

- Partilhar em forma de preces as descobertas feitas no encontro de hoje. Após cada oração repetir o refrão: **AUMENTAI NOSSA FÉ, SENHOR!**
- Rezar o ***Salmo 23 (22)***. Este salmo é uma conhecida oração de confiança na presença amorosa de Deus.
- Assumir um compromisso com a Catequese de sua comunidade.
- Rezar a Oração das Famílias. Concluir com o Pai Nosso e a Ave Maria.
- Canto Final e despedida fraterna.

Preparar o próximo encontro.
Em nosso primeiro encontro do mês de setembro estaremos aprofundando a cidadania cristã, em preparação para a Romaria Diocesana a Aparecida do Norte.

CEDI

ORAÇÃO DAS FAMÍLIAS

(Inspirada no 5º Encontro Mundial de Famílias)

Oh, Deus!
Que na Sagrada Família nos deixaste um modelo perfeito de vida familiar vivida na fé e na obediência à tua vontade, damos-te graças por nossa família.
Concede-nos a força para permanecermos unidos no amor, na generosidade e na alegria de vivermos juntos.
Pedimos-te, Senhor, que este tempo de vivência do encontro mundial das famílias seja um tempo de intensa experiência de fé e de crescimento de nossas famílias.
Ajuda-nos em nossa missão de transmitir a fé que recebemos de nossos pais.
Abre o coração de nossos filhos para que cresça neles a semente da fé que receberam no batismo.
Fortalece a fé de nossos jovens, para que cresçam no conhecimento de Jesus.
Aumenta o amor e a fidelidade em todos os matrimônios, especialmente aqueles que passam por momentos de sofrimento e de dificuldades.
Derrama tua graça e tua bênção sobre todas as famílias do mundo, especialmente aquelas que se preparam para viver a semana da Família.
Abençoa também nosso papa Bento XVI, dando-lhe sabedoria e fortaleza junto com as famílias de todo o mundo.
Unidos a José e a Maria, pedimos-te por Jesus Cristo, teu Filho e nosso irmão.
Amém.

GRANDE GINCANA BÍBLICA

Responda as dez perguntas abaixo e concorra a grandes prêmios!
Envie suas respostas para
GINCANA BÍBLICA
Comissão Diocesana de Pastoral Bíblica – CEPAL – 3º andar
Rua Capitão Chaves 60
Centro – Nova Iguaçu – CEP 26221-010

Perguntas:
1. Quantos capítulos tem o evangelho segundo Marcos?
2. Quais os nomes dos primeiros seguidores de Jesus (cf. Mc 1).
3. O que Jesus multiplicou na primeira multiplicação dos pães? Quantas pessoas comeram? E quanto sobrou? (cf. Mc 6).
4. O que Jesus multiplicou na segunda multiplicação dos pães? Quantas pessoas comeram? E quanto sobrou? (cf. Mc 8).
5. Qual o nome das 3 mulheres que testemunharam a morte e a ressurreição de Jesus (cf. Mc 15 e 16).
6. Quantos capítulos tem o livro do Eclesiastes?
7. Para tudo há um tempo debaixo do céu: quais são as 14 situações de tempo descritas no livro do Eclesiastes? (cf. Ecl 3).
8. Quais os conselhos que o Eclesiastes dá para quem faz promessas a Deus? (cf. Ecl 5).
9. O lema do mês da Bíblia deste ano é "Coma teu pão com alegria". Em que versículo do capítulo 9 encontra-se este lema?
10. De tudo que o Eclesiastes ensina, ele faz um resumo no capítulo 12. Qual é este resumo?

Atenção:
Entregar as respostas até o dia 30 de setembro de 2006.
Só concorrerão aos prêmios as cartas que chegarem até a data marcada acima.
As cartas serão sorteadas e lidas na reunião da Comissão Bíblica no dia 04 de outubro.
As cinco cartas sorteadas receberão como prêmios Bíblias e livros.
Só receberão os prêmios as cartas sorteadas cujas respostas estiverem certas.
Os prêmios serão entregues na última reunião de Pastoral, no dia 05 de dezembro de 2006, no CENFOR.

Cantos para os encontros de agosto

1. Abençoa, Senhor, as famílias, amém.
Abençoa, senhor, a minha também!

1- Que marido e mulher tenham a força de amar sem medida.
Que ninguém vá dormir sem pedir ou sem dar seu perdão.
Que as crianças aprendam no colo o sentido da vida.
Que a família celebre a partilha do abraço e do pão.
2- Que marido e mulher não se traiam nem traiam seus filhos.
Que o ciúme não mate a certeza do amor entre os dois.
Que no seu firmamento a estrela que tem maior brilho
Seja a firme esperança de um céu aqui mesmo e depois.

2 - Maria, mãe dos caminhantes

Maria, mãe dos caminhantes
Ensina-nos a caminhar
Nós somos todos viandantes,
Mas é difícil sempre andar

1. Fizeste longa caminhada para servir a Isabel. Sabendo-te de Deus morada após teu sim a Gabriel
2. Depois de dura caminhada, para a Cidade de Belém não encontraste lá pousada; mandaram-te passar alem.
3. Humilde foi a caminhada em companhia de Jesus, quando pregava, sem parada, levando aos homens a sua luz.

3. Maria de Nazaré

1. Maria de Nazaré, Maria me cativou. / Fez mais forte a minha fé e por filho me adotou.
Às vezes eu paro e fico a pensar, e sem perceber me vejo a rezar,
E o meu coração se põe a cantar, pra Virgem de Nazaré.
Menina que Deus amou e escolheu, pra Mãe de Jesus,
O Filho de Deus. Maria que o povo inteiro elegeu,
Senhora e Mãe do Céu.
Ave Maria, Ave Maria, Ave Maria, Mãe do Senhor!
2. Maria que eu quero bem, Maria de puro amor.
Igual a você ninguém, Mãe pura do meu Senhor. / Em cada mulher que a terra criou, um traço de Deus Maria deixou
Um sonho de mãe Maria plantou, pro mundo encontrar a paz.
Maria que fez o Cristo falar, Maria que fez Jesus caminhar,
Maria que só viveu prá seu Deus, Maria do povo meu.

4 - *Palavra de salvação*
Somente o céu tem para dar
Por isso o meu coração
Se abra para escutar.

1 . Por mais difícil que seja seguir, tua Palavra queremos ouvir por mais difícil que seja de se praticar tua Palavra queremos guardar
2. Com Simão Pedro diremos também que não é fácil dizer sempre amém mas não há outro na terra e no céu mais companheiro, mas santo e fiel

AVISOS DA COMISSÃO DE PASTORAL BÍBLICA

Retiro para Animadores e Animadoras de Círculos Bíblicos
Data: 12 de agosto de 2006.
Local: Paróquia Santa Luzia – Rua Pasteur, 249, Bairro da Luz
Linhas de Ônibus: Cabral-Austin / Nova Iguaçu-Riachão / Viação Salutran - Via Forum Novo
Horário: das 08:00 às 16:00
Pregador: Padre Ricardo Barbosa de Freitas.

Cursos Bíblicos nos Regionais
Região 5: dia 05 de agosto, na paróquia São Sebastião, em Belford Roxo.
Região 7: de 07 a 11 de agosto, na paróquia Senhor do Bonfim, em Engenheiro Pedreira.

10 Anos Sem Dom Adriano
10 de agosto de 2006

"Aí está, esperando por mim cristão e bispo, por nós cristãos conscientes de nossa missão profética, aí está o povo simples e humilde, sem voz nem vez, sem esperança nem desespero, talvez o melhor povo do mundo na sua profunda ordeiridade, na sua pureza de olhar; aí está esse povo esperando que os líderes, os responsáveis, esqueçam por instantes os planos mirabolantes, os produtos nacionais brutos e delicados, sólidos e líquidos, as grandes vias da demagogia poluidora, as grandes exportações dos essenciais que financiam as grandes importações de supérfluos, as grandes mentiras e hipóteses que solapam a confiança pública, aí está o povo que, como cristão e bispo, eu gostaria de servir com a maior intensidade e profundidade, o povo que, sem o perceber, me esbofeteia, abala a minha torre de marfim, me profetiza o reino de Deus, vive descontraidamente a sua fé, sofre com Cristo e assim com Cristo tira uma porção de pecados do mundo."

Liturgia

Comunicação em sinais e gestos simbólicos – 3

Sendo Deus Espírito, para nos comunicarmos com Ele precisamos da mediação dos sinais e dos gestos simbólicos. Assim da terra nos elevamos ao céu e dialogamos com Ele.

6. Óleo: É elemento nobre, paira sobre (água e óleo não se misturam). No Antigo Testamento, sacerdotes, reis e profetas eram ungidos. O óleo é símbolo do Espírito de Deus. Jesus é o ungido: "O Espírito do Senhor me ungiu..." (Lc 4,18). As palavras Messias (hebraico) e Cristo (grego) significam "ungido". O cristão ungido participa da santidade e da salvação que vêm de Deus. Toda unção é, pois, uma bênção e uma escolha por parte de Deus que nos reconhece e nos confia a missão. Para os Catecúmenos é força, para os crismados e ordenados é consagração, e na Unção dos Enfermos é proteção e óleo medicinal.

7. Vela: Fé e luz da verdade e da sabedoria de Deus. Luz do Sol: Cristo, Sol da Justiça e Luz do Mundo. O cristão é chamado a ser luz, iluminado por Cristo, filho da luz. A vela é símbolo da presença de Deus e da fidelidade do Povo. No AT, luz perpétua de óleo na Tenda (Ex 27,20; Lv 24,2-4, 1Sm 3,3) e candelabro de 7 braços – Menorá (Ex 25,31-40). Na Vigília Pascal: Cristo que é luz que ilumina todos os povos.

8. Fogo: Ilumina, aquece, consome, purifica, destrói. No AT, simbolizava a ação de Deus e da natureza: Sarça ardente diante de Moisés, coluna de fogo na travessia do deserto, relâmpagos (nuvens de fogo). No NT, purificação pelo julgamento: Batizar no Espírito e no fogo (Mt 3,11). Em Pentecostes, línguas de fogo se espalham, o Espírito derramado sobre todos. Na Vigília Pascal, o fogo novo (Cristo) e nossa vida que deve ser consumida pelo fogo do amor de Deus.

9. Incenso: Para os antigos era sinal de purificação e proteção. Mais tarde tornou-se símbolo da oração que se eleva a Deus (Sl 140,2). Para o judaísmo era sinal de adoração e sacrifício, odor para aplacar a ira de Javé. Hoje é símbolo da oração, sacrifício, presença de Deus, homenagem...

10. Cruz: Vitória, libertação, transformação, redenção. Marca do amor de Cristo e de pertença a Ele (Batismo). Lembra que Cristo morreu para nos salvar e é símbolo da participação e comunhão plena com os sofredores, explorados, excluídos, crucificados.

11. Sacramentais: são sinais sagrados ou ações introduzidas pela Igreja a proveito espiritual dos fiéis. São as bênçãos de pessoas, objetos, casas, o Rito de Dedicação das Igrejas e consagração de objetos e paramentos do culto.

Outros Símbolos:

Peixe: Na Igreja Primitiva, a Igreja dos primeiros cristãos perseguidos pelos romanos, era símbolo de Cristo. Identificava a Casa dos cristãos, onde se celebrava a Eucaristia. Em grego a palavra PEIXE se escreve ICHTHYS, que lida pelas iniciais era Iesus Christós, Theou Hyiós Soter (Jesus Cristo, Filho de Deus Salvador). O desenho do peixe nas sepulturas lembra que Jesus salvou ou levou a alma para o céu. No Tabernáculo (Sacrário) lembra que o Pão consagrado é o Cristo pascal, garantia da salvação e ressurreição.

XP: Letras do alfabeto que correspondem no Português a CR, iniciais de Christós (Cristo).

INRI: Inscrição no alto da Cruz de Cristo. São iniciais latinas de Iesus Nazarenus Rex Iudoeorum (Jesus Nazareno, Rei dos Judeus – Mt 27,37).

IHS: Inscrição presentes em Paramentos litúrgicos, Hóstias e Sacrário. São iniciais latinas de Iesus Hominum Salvator (Jesus Salvador dos Homens).

Alfa e Ômega: A primeira e a última letra do alfabeto grego. Significam Cristo Princípio e Fim de todas as coisas.

(continua no próximo mês)

Pe. Jorge Luiz

Pastoral da Catequese da Comunidade São João Batista Piam - Belford Roxo

O mês de agosto é marcado por muitas comemorações.

Neste mês valorizamos as vocações e todos aqueles que exercem a sua vocação,sejam os ministros ordenados, os extraordinários e também os voluntários. Agradecemos a Deus pelo chamado para sermos colaboradores de seu Reino. Um Reino de alegria, paz, justiça e amor. Reino difícil de ser implantado no mundo capitalista e egoísta que não se preocupa com o outro, mas Ele não nos deixa só. Quando nos convida, manda seu Espírito de Amor para que nos dê força e esperança de mudar, de semear e quem sabe, colher os frutos bons. Por isso a Paróquia de São João Batista quer parabenizar a todos os que atuam em nossas comunidades: bispos, padres, seminaristas, ministros, agentes de pastorais, leigos e em especial, os catequistas que atuam na evangelização e comemoram seu Mês com muita alegria.

Aos catequistas da São João Batista que atuam muito ativamente da nossa comunidade. Muitos parabéns e muita fé para continuar a difícil, mas prazerosa missão.

Senado aprova Projeto de Lei que trata da Violência contra a Mulher

"O afeto merece ser visto como uma realidade digna de tutela"
(Dra. Berenice)

O plenário do Senado Federal aprovou no dia 04 de junho, o Projeto de Lei de Conversão (PLC) 37/2006 que cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher. O PLC vai a sanção do Presidente da República. A proposição proíbe a aplicação de penas pecuniárias (cestas básicas e multas) e institui juizados especiais com competência cível e criminal.

Também conceitua e define as formas de violência vividas por mulheres no cotidiano: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Além disso, determina o encaminhamento de mulheres em situação de violência e seus dependentes a programas e serviços de proteção, garantindo os direitos à guarda dos filhos e a seus dependentes.

Com a aprovação do PLC 37/06, o Brasil cumpre os acordos internacionais da Convenção de Belém do Pará e do Comitê de Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres (CEDAW). O Projeto de Lei regulamenta o artigo 226, parágrafo 8º, da Constituição Federal, que impõe ao Estado assegurar "assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações".

Casa do Menor São Miguel Arcanjo
20 anos

O que fizeste ao menor, a mim o fizestes!
Uma luz chegou

De 02 a 13 de Agosto de 2006

Programação

02 - 09:00 às 15:00 - Ação Social Casa do Menor
Rua Dona Marieta (Ao lado da Casa do Menor) - Miguel Couto - Nova Iguaçu -

08 - Visita aos Programas Sociais da Casa do Menor em Miguel Couto e Tinguá (manhã e tarde)

09 - 10:00 – Inauguração da Escola Municipal Dom Adriano Hipólyto em parceria da Prefeitura de Nova Iguaçu com a Casa do Menor Rosa dos Ventos
Rua Deolinda de Freitas Rodrigues, 360 - Rosa dos Ventos - Nova Iguaçu - RJ
15:00 - Missa com o Bispo da Diocese de Nova Iguaçu Dom Luciano Bergamim
Estrada do Ambaí, 222 – Miguel Couto - Nova Iguaçu
18:00 - Inauguração do Centro Cultural Dom Adriano Hipólito - CIDAH Presença do Ministro da Cultura GILBERTO GIL
Rua Valentina, 21 - Miguel Couto - Nova Iguaçu - RJ

10 - 18:00 – Formatura dos Cursos Profissionalizantes da Casa do Menor
Estrada do Ambaí, 222 - Miguel Couto - Nova Iguaçu - RJ

11 - 09:00 – Visita a Casa do Menor São Miguel Arcanjo em Guapimirim - RJ
Centro de Tratamento à Dependentes Químicos - Fazenda Feminina
Rua do Imperador, 521 – Espinhaço - Guapimirim - RJ
12:00 - Visita a Casa do Menor São Miguel Arcanjo Teresopolis
Centro de Tratamento à Dependentes Químicos
Estrada Isaias Vidal, s/n - Várzea - Teresópolis
18:00 - Missa - Pernoite em Teresópolis (Casa do Menor)

12 – 09:00 – Passeio Turístico
Petrópolis e Rio de Janeiro

13 – 08:00 – Missa na Paróquia de São Miguel Arcanjo
Rua São Pedro, s/n - Miguel Couto - Nova Iguaçu

Informações : (21) 2886-0011 / (21) 2886-0184
e-mail: casadomenor@casadomenor.org.br
projetosgerais@casadomenor.org.br
marketing@casadomenor.org.br

A sua presença é muito importante para nós!

FAMÍLIA JUVENIL!!!!

Aí galera! Fique por dentro:

Fique atento. Na nossa próxima Promoção do 59° Encontro Juvenil, dia 09/09/06.
Entre em contato para saber das nossas reuniões.
Você está convidado para fazer parte da nossa equipe.

Qualquer dúvida entre em contato com o Secretariado do Movimento Juvenil.

Não deixe de ir, sua presença é muito importante e lembre-se: A Igreja só será jovem, quando o jovem for Igreja!!!!

Maiores informações acesse nosso site:
www.movimentojuvenil.com

Centro Sociopolítico

AJOELHOU, TEM QUE REZAR

Como a Diocese está empenhada em valorizar o momento eleitoral que viveremos em outubro e que para isso emitiu cartas de convocação para que todos possam empenhar-se neste processo, participando dos encontros do Círculo Bíblico que constará de dois momentos sobre as eleições, achamos muito interessantes as reflexões feitas por Frei Betto e então resolvemos partilhá-las com nossos leitores. A saber:

A grave crise política tornou o escritor e teólogo Frei Betto bastante exigente com o apoio que costuma dar a pessoas que disputam eleições. Diz ele: *"Não sou de subir em palanque ou gravar vinhetas. Prefiro ser cabo eleitoral de propostas e não de pessoas. Mas a realização das eleições traz-me a proximidade de candidatos. Em geral, amigos cuja trajetória política acompanho. Neste ano, se algum candidato a deputado federal procurar-me, terá que assinar um termo de compromisso. Ei-lo:*

Prometo:

1 - Agir com rigor ético, não aceitar recursos de caixa dois, expor na Internet a contabilidade de campanha e informá-la à Justiça Eleitoral. Se eleito, publicar ganhos e gastos de minha atividade parlamentar;

2 - Não medir esforços para impedir que meu partido faça acordos escusos e alianças contrárias a seus princípios, e investigue todas as suspeitas de corrupção, nepotismo e falta de decoro, punindo os culpados;

3 - Lutar pela reforma política que privilegie o financiamento público de campanhas, puna o caixa dois e admita a revogabilidade de mandatos por força de ação popular. Combater o voto secreto em sessões parlamentares e sempre tornar público o meu voto;

4 - Apoiar os movimentos empenhados na reforma agrária, na educação política de nossa população, na erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, no combate ao latifúndio, à exploração sexual de crianças e a todas as formas de discriminação, e na defesa do meio ambiente, em prol de um desenvolvimento sustentável;

5 - Empenhar-me por uma política econômica que impeça a privatização do patrimônio público, reduza os juros, priorize o capital produtivo e favoreça, em primeiro lugar, o acesso ao trabalho e à renda, o mercado interno, a agricultura familiar, as pequenas e médias empresas, de modo a reduzir o desemprego e a desigualdade social;

6 - Defender o aumento dos investimentos da União em educação e saúde para, no mínimo, 8% do PIB, e um superávit primário em nível inferior a 3%;

7 - Promover a reforma tributária que adote o imposto progressivo (quanto maior a renda, mais se paga); o aumento das alíquotas dos artigos de luxo e a desoneração dos produtos da cesta básica;

8 - Aumentar o salário-mínimo acima da inflação e impedir que ele seja desvinculado dos benefícios da Previdência Social;

9 - Combater as causas da violência urbana, como o desemprego, a desescolarização de crianças e jovens, a falta de moradias e saneamento, o tráfico de drogas, a corrupção policial e a "cultura" midiática que faz apologia do crime;

10 - Defender a imediata reforma do Judiciário, de modo a agilizar os processos, pôr fim ao foros privilegiados, acabar com a impunidade dos crimes de colarinho branco e federalizar as violações aos direitos humanos. "

É dever do eleitor cobrar de seu candidato, para não ficar depois com a sensação de que foi ludibriado, usado como mero degrau de uma escada edificada em ambições pessoais. Todos os direitos de cidadania resultam de conquistas, jamais da benevolência do poder público. Por isso, voto não é homenagem, é delegação. E quem a recebe tem o dever de prestar contas.

Que este decálogo seja conhecido, assumido e praticado pelos 50, 60 ou até 70 mil candidatos que disputarão, por 29 partidos, as eleições legislativas de 1º de outubro próximo. De minha parte, já o faço, publicamente."

Sendo assim, vamos nos empenhar para divulgar e trabalhar todos os subsídios que a Diocese divulgar sobre as Eleições 2006 e o Centro Sociopolítico estará à disposição para que as lideranças diocesanas possam buscar outros materiais que desejarem. O nosso telefone é (21) 2669-2259, no horário de 13:30 às 18:00.

A Coordenação

Nossa História

Protestantes em Iguassú

A presença missionária do Pastor Daniel Kidder – 1838

Daniel Parish Kidder nasceu nos EUA em 1815. Chega ao Brasil em 1837, como missionário da Sociedade Bíblica Americana. É um jovem entusiasta de 22 anos que acompanhado de sua mulher Cyntia Russel, realiza uma série de viagens missionárias, distribuindo bíblias a todas as pessoas que as quisessem aceitar. Mas em 1840, falecendo-lhe a esposa no Rio, Pastor Daniel resolveu voltar para os Estados Unidos. Lá exerce extensa atividade missionária, falece em 1891.

Pastor Daniel durante sua passagem por Iguassú em 1838, nos deixou este relato extraído do seu livro "Reminiscência de Viagens e Permanência no Brasil", publicado em 1845: *"Iguassú é atualmente a localidade mais próspera do Recôncavo – ou seja o circulo de montanhas que circunda a baia. Está situada a cerca de dez milhas da foz do rio de igual nome, que a serve. Este rio vai até a Serra dos Órgãos, e apesar de muito sinuoso é navegável por lanchas grandes até à Vila. Há vinte anos passados esse lugar era insignificante e não contava mais que trinta casas. Aos poucos, porém, os fazendeiros do interior, foram se convencendo de que para eles era mais interessante descarregar em Iguassú o café, o feijão, a farinha de mandioca, o toucinho e o algodão; daí era mais econômico mandar as mercadorias para o mercado por via marítima que por terra. Por outro lado, os negociantes estabeleceram aí depósitos de sal, produtos manufaturados, fazenda e vinhos, para mais facilmente servir os lavradores. Assim é que o lugar se foi desenvolvendo rapidamente e agora é considerado como a vila mais próspera da província do Rio de Janeiro, com uma população de cerca de mil e duzentos habitantes.*

Certa ocasião o Sr. Spaulding passou algumas semanas em Iguassú, na casa do nosso amigo Diogo com cuja colaboração, mais a do liberal e esclarecido vigário local pôs em circulação numerosos exemplares das Escrituras."

A conversão de Diogo

Diogo, português e residente em Iguassú, foi o primeiro convertido em Iguassú. Sobre ele nos fala Pastor Daniel: *"tinha estudado para padre, mas, não tendo vocação para o sacerdócio, tornou-se mestre-escola e estava ensinando Português e Latim. Era alto e vivo, loquaz ao extremo e bastante liberal quanto às suas idéias políticas e religiosas"*. Diogo tornou-se amigo e colaborador do Pastor Daniel e durante um trabalho missionário em Porto das Caixas: *"O Sr. Diogo prestou-nos valioso auxílio na distribuição de publicações e Bíblias. Apresentou-nos aos seus conhecidos e recomendou-lhes calorosamente a doutrina sadia que leu nos folhetos cuja distribuição ora auxiliava. Surgiram logo numerosos pretendentes, aos folhetos...."*

O Vigário de Iguassú

Quais as orientações da Santa Sé e do Governo Imperial diante das missões protestantes? Como reagiu o Vigário diante da presença do Pastor Daniel na sua freguesia? Em 1824 o Papa Leão XII publica a encíclica Ubi primum, mais tarde, em 1929, o Papa Pio VIII anuncia a encíclica Trediti humilitati e em 1846 Pio IX publica a encíclica Que pluribus. As três encíclicas mostram a preocupação de Roma com a propagação das Sagradas Escrituras pelas sociedades bíblicas protestantes. Na Constituição do Império do Brasil, o artigo 5° reza que a religião Católica Romana é a religião oficial do Império. Todas as outras religiões são permitidas com o seu culto doméstico, sem forma alguma exterior de templo. O Pe. Joaquim Conrado de Oliveira, o *"liberal e esclarecido vigário local"* foi bastante acolhedor, ajudou a distribuir bíblias editadas em português por uma entidade protestante. Provavelmente Padre Joaquim era simpatizante (assim como alguns padres e bispos da época) do *jansenismo*, corrente teológica que refletia o problema da Graça, buscando nas obras de Santo Agostinho elementos que permitissem conciliar as teses da Reforma Protestante com a Doutrina Católica. Suas características são: a supervalorização da Graça Divina em prejuízo da livre ação do homem, o rigorismo moral e disciplinar, e os muitos escrúpulos. O pensamento jansenista chegou ao Brasil no séc. XVIII, através da Universidade de Coimbra e de livros importados da Europa.

Antonio Lacerda de Meneses

ESPAÇO PROGREDIR REALIZA ALMOÇO SOLIDÁRIO

No último dia, 02 de julho, o Espaço Progredir realizou almoço solidário na Igreja São Pedro - Paróquia de São Miguel Arcanjo em Miguel Couto. O evento, não teve apenas como objetivo a arrecadação de fundos, o motivo principal foi propiciar uma integração com a comunidade e os amigos progredir (que apóiam a instituição), bem como proporcionar uma tarde agradável, familiar e descontraída. Durante o almoço, houve a exposição de um bazar com alguns produtos doados e outros confeccionados pelo próprio Espaço Progredir. O momento foi aproveitado também, como campanha de prevenção ao uso e abuso de drogas. Foram utilizados cartazes e orientações sobre o atendimento oferecido no Espaço Progredir, para os que desejaram obter informações sobre o assunto.

O ponto alto do evento foi à apresentação do cantor Lino Moraes, que de forma gratuita colaborou para o sucesso do almoço. Estiveram presentes no evento representantes de ONG's, a comunidade local, adolescentes e jovens atendidos com suas famílias, amigos e parceiros do Espaço Progredir. O Espaço aproveita a oportunidade para agradecer a todos que nos ajudaram com sua presença, na organização, ou com as doações recebidas. Nosso muito obrigado.

O atendimento no Espaço Progredir, é destinado a adolescentes e jovens entre 14 - 21 anos e oferece de forma gratuita a oportunidade de tratamento para os que desejam abandonar as drogas. Para maiores informações, entrar em contato pelo telefone 2658-2318, de 2ª à 6ª das 08:00 às 17:00. As doações podem ser feitas no Banco Itaú – Agência 3133 – c/c 06659-1

Nizelba Santos / Comunicação

CARLITUS

PÁGINAS E IMAGENS DE UMA VIDA SANTA

Dom de Oração e Doação, serviço, dedicação e alegria pelo dom de viver. Como franciscano, se fez pobre para amar, aprender e compreender os mais pobres. Os mais simples, mais humildes e os mais pobres escreveram por ele páginas em seus livros e inúmeros artigos escritos com alma, ardor e devoção ao Senhor Deus de todo amor e todo louvor.

Dentem tão perto de nós, hoje bem mais perto de todos nós. Sua memória é viva, sua sabedoria convidativa, suas orientações e ensinamentos edificam nossa missão e decisão de ser com o povo, pelo povo e para o povo o novo caminho da nossa vocação à evangelização.

Marcado pela via da cruz, ele viveu, cresceu e sofreu a dor da perseguição, da maldade e do martírio como Jesus, por si, pelo seu sim e por sua decisão de vida profética, evangelizadora e missionária. Lutou pela defesa e dignidade de uma nova e possível história de Deus na baixada, por um Brasil diferente, pelo mundo real aberto a paz e fraternidade entre todos os povos, raças e nações.

Adriano é seu nome, nome que lembra fortaleza e beleza em todos os anos, em todo o tempo e em todo o lugar. Seu nome é esperança, é otimismo, é eficácia. É presença e intercessão em nossas orações. É profundo agradecimento ao Senhor por sua vida em plenitude e santidade que sabe abençoar *nosso Sim para melhor servir*, amar e acolher a cada dia nosso irmão e a nossa irmã mais próximos de todos nós.

Dom de Decisão. Homem firme em suas decisões, propostas e definições para com o bem de todos em nossa Diocese. Espírito forte e iluminado na atuação de seus compromissos como o grande líder da nossa Igreja, da nossa sociedade, de nossa caminhada pela nossa nova história do Povo de Deus.

Retidão moral e ética em seus atos e em suas atitudes. A sua pessoa em si mesmo sempre nos revelou a verdade, a justiça e autenticidade em todos os pronunciamentos, posicionamentos como homem de Deus, homem livre, homem humano e homem fraterno.

Inteligente, imaginativo, sábio, emotivo, era racional e sentimental. Ele sabia integrar dons e virtudes, gestos e atitudes ao alcance do saber viver e agradecer para com todos, desde os mais simples aos mais letrados, dos mais esperançosos aos mais alegres e estava sempre pronto para ajudar e animar os mais tristes e excluídos até o menor de nossos irmãos e irmãs.

Assim se passaram dez anos, sem você e com você. Lembro-me de sua última tarde e noite de vida, quando voltava com Obertal do nosso retiro espiritual para pedirmos sua bênção. Dom Adriano, se encontrava muito feliz em companhia bela e saudável de Dom Clemente Isnard.

Natalícios e felicíssimos eram seus aniversários. Dom Adriano gostava de festas e de comemorar a vida. Como bom franciscano, amava a mãe terra deste nosso Brasil, o irmão sol que iluminava seu sorriso, a mãe água que abençoava a criação de Deus, a harmonia da natureza que celebrava sua gratidão ao Senhor pela comunhão da paz em fraternidade.

Olhar a vida através do artista que era, se inspirava e se expressava, gostava de compor a nova música que tanto amava, proclamava a página que lia e que dizia, cada palavra e poesia que escrevia, cores das imagens que pintava, pensava e contemplava, o altar que celebrava e se doava, era o ser humano irmão bispo como apóstolo de Cristo, como nunca esquecido. Nosso irmão de Deus, intercedei por nós com amor e dom franciscano, nosso Irmão Santo Dom Adriano. Amém! Amém!

AGOSTO COM BOM GOSTO

Diante de fatos e fotos tão inesquecíveis e marcantes na vida do nosso santo irmão bispo Dom Adriano, queremos agradecer a Deus por dez gostosas imagens da sua bela arte de viver.

1 São Francisco de Assis e Santa Teresa D'Ávila eram seus santos de devoção.

2 Era muito grato aos irmãos alemães, austriacos, suíços, italianos, pelas entidades religiosas destes países que muito ajudaram e participaram na história da nossa Diocese.

3 Era homem muito organizado com agendas e documentação, tinha visão de economia, administração e futuro histórico e eclesial.

4 Entre as construções realizadas em nossa Diocese, duas delas mais o animaram. O Mosteiro de Santa Clara e o Seminário Diocesano Paulo VI. Mas dizia que a obra que mais o alegrava era a edificação do Mosteiro de Santa Clara.

5 Sua biblioteca era sempre um grande prazer à leitura. A Bíblia Sagrada era o mais lido de seus livros e os escritores Gonçalves Dias, Epitácio Pessoa, Euclides da Cunha, Carlos Drumond de Andrade, Rachel de Queirós, Cecília Meireles e Clarice Lispector eram também sempre muito apreciados em sua literatura.

6 Pe. Ivanildo foi o primeiro presbítero ordenado por Dom. Adriano e Pe. Paulo César Machado foi o último.

7 Dolores Duram, Pedro Caetano, Vinícius de Moraes, Chico Buarque, Lamartini Babo e Noel Rosa são compositores que eram muito queridos e admirados na música popular brasileira. Entre os clássicos, amava as composições de Bach, Mozart, Debussy e Bethoven.

8 Gostava muito de refletir sobre a bondade e disponibilidade da viúva pobre contada no evangelho de Jesus e se admirava muito de uma pobre senhora mendiga que doava para Dom Adriano todos os meses parte de sua coleta conseguida nas ruas para ajudar o nosso Seminário Diocesano, para as vocações. E a pobre senhora assim lhe dizia: "Dom Adriano, essa parte daqui quero dar para as invocações lá do Seminário".

9 Tinha um carinho e dedicação muito grande pela nossa Catedral de Santo Antonio e Nossa Senhora da Piedade.

10 Era profunda e bela a sua vida de Oração. Rezava o terço todos os dias, agradecendo seu ministério a Nossa Senhora e tinha um carinho muito especial pelas quartas-feiras, quando revestido do seu hábito franciscano, se dedicava com maior intensidade a contemplação, à simplicidade e humildade como nosso irmão homem de Deus.

Ponto Final:

"Bom: nesta manhã indefinida, sem cores nem dores, cheia de bocejos e vazios, totalmente desqualificada, totalmente murcha, a fantasia voa ao velho álbum de retratos. Pra quê? Não sei. Encher de passado este vácuo de presente, esta quase desesperança de melhores dias? Seja. Recordar é viver. Viver e recordar. Recordar é recordar. Viver é viver. E toda a filosofia da lembrança da vivência acompanha o folhear do velho álbum, onde os retratos empalidecem, à força do Tempo, na fraqueza dos sais, até o desfecho".

Dom Adriano Hipolyto (Imagem no álbum de retratos).

CARLITUS CHAPLIN DE FIGUEIREDO

Pelas Paróquias

Paróquia Nossa Senhora da Conceição
Nilópolis

Histórico

No dia 29 de fevereiro de 1920 foi criada a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, que tinha por objetivo fundar a nossa atual igreja matriz. O lançamento da pedra fundamental se deu naquele mesmo ano, possivelmente no dia 11 de abril. A Província da Imaculada Conceição comprou dois lotes pelo valor de CR$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil cruzeiros), para a construção do colégio, salão paroquial e o convento. A construção da igreja fora proposta pelo beneditino D. Placido Broders, que era o vigário coadjutor da Freguesia de S. João Baptista de Merity, Diocese de Nietheroy. O bispo da Diocese era D. Agostinho Francisco Benassi, DD.

"Ao estamparmos as photogravuras da fachada da Egreja da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, de Nilópolis, e do dignissimo vigário desta Freguezia, é-nos grato salientarmos a dedicação e esforço de D. Placido Broders O.S.B. para que a Religião Catholica tenha nesta nascente cidade, um templo digno dos sentimentos religiosos da maioria da nossa população. A intelligência e energia para a lucta, e a inabalável fé nos resultados duma empreza que não poderia deixar de ser extraordinariamente agradavel a quase todos os moradores de Nilópolis, são os admiráveis predicados com que D. Placido Broders O.S.B contou a erecção em Nilópolis da bella Egreja que em breve teremos."

A primeira reunião, na igreja, deu-se em 14 de março de 1926 e no dia 8 de dezembro de 1928 foi erigida como paróquia oficialmente.

A chegada dos Frades Menores Franciscanos deu-se em 1 de janeiro de 1951. Sendo o primeiro vigário Pe. Frei Ático Eyung. Começa aqui a verdadeira história Franciscana neste subúrbio do Rio de Janeiro.

No mês de março do mesmo ano, chegou o Padre Coadjutor Frei Nestor e a partir desta data passaram por esta paróquia os Párocos Franciscanos: Fr. Willy Gaertner, Fr Félix Fegger, Fr. José Pereira, Fr. Aldolino Bankhardt, Fr. Ismael Bianchin, Fr. Bernardo Oleskovicz, Fr. João Pereira da Silva.

Atualmente quem está à frente da paróquia é o Pároco Pe. Frei Luiz Adami Loureiro, OFM e os confrades: Pe. Frei Celso Horta Novaes e Pe. Frei Milton Fidelis da Silva, vigários da paróquia.

Pastorais

Catequese: pré-catequese, catequese da 1ª Eucaristia, de perseverança, de adulto, de crisma, de batismo e matrimonial.

Liturgia: ministros da Eucaristia, da esperança, do batismo, coroinhas, leitores, palavra, coral, curso de formação litúrgica, músicos.

Dízimo: missionários do dízimo em todas as comunidades, com os seus coordenadores.

Comunicação: boletim paroquial, bimensal, "PARTILHANDO".

Social: farmácia comunitária, psicologia, clube de mães, pró vida, vicentinos, Pia União de Santo Antônio, Alcoólicos Anônimos.

Juventude: EJC (Encontro de Jovens com Cristo, JUFRA, Sarça Ardente (jovens da RCC)

Família: ECC (Encontro de Casais com Cristo)

OFS: Ordem Franciscana Secular

Comunidades

São Matheus, Sagrado Coração de Jesus, Santo Antônio, São José, Nossa Senhora das Graças e a Matriz

Endereço:
Av. Roberto Silveira, 1366
Centro – Nilópolis – CEP 26540-030
Tel/fax: (21) 2691-3058

Horários das missas
De terça a quinta-feira: 19:00
Sexta-feira: 08:00 e às 19:00
Sábado: 08:00
Domingo: 07:00, 08:30 e às 18:30

Funcionamento da Secretaria
De terça-feira a sábado: 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 18:00
Domingo: 08:00 às 11:30

Atendimento do pároco: quinta-feira o dia todo Frei Milton terça-feira, pela manhã, e quarta-feira o dia todo

ORDENAÇÃO DIACONAL

No dia 08 de julho, foi celebrada, na Catedral de Santo Antônio, por nosso bispo Dom Luciano Bergamin, CRL, a ordenação diaconal de André Pereira e Antônio Pedro.

Dia do Catequista
27 de Agosto de 2006
Região 4
Miguel Couto

Concentração às 08:00 na Igreja de Nossa Senhora de Fátima, estr. do Ambaí, 73, caminhanda para a igreja de São Miguel Arcanjo e São Pedro, na rua São Pedro, 74, Miguel Couto.

JORNAL DA CAMPANHA

Limite da propriedade da terra

>> **Limitar a propriedade, liberar o social:**
Dom Tomás Balduino, **Pág. 3**

>> **Instituir a Justiça Agrária:**
Valdez Adriani Farias, **Pág. 6**

>> **Estratégias para a Campanha, Pág. 7**

Terra Limitada

Fórum Nacional pela Reforma Agrária

Vivemos num país de dimensões continentais, com uma das biodiversidades mais ricas do mundo. Temos o maior fluxo superficial de água doce, sol o ano todo, milhares de quilômetros quadrados de zona costeira e uma grande diversidade cultural. Mas, apesar de toda a riqueza de recursos naturais e culturais, o Brasil ainda tem índices elevados de fome, analfabetismo e violência, entre outros problemas encontrados no campo e na cidade.

Essa realidade é fruto do atual modelo de desenvolvimento que discrimina o pobre e favorece a classe dominante, o latifúndio, o agronegócio, as transnacionais que controlam a produção e a comercialização de commodities agrícolas. Tal exclusão perdura há mais de 500 anos e reproduz a desigualdade social e a destruição do meio ambiente.

Nossa história é marcada pela luta entre dois modelos de agricultura. De um lado, está o agronegócio – agricultura capitalista, baseada na monocultura, incapaz de alimentar a população com distribuição justa e diversificada. Do outro lado, a agricultura familiar camponesa – baseada no policultivo, na mão-de-obra familiar, na produção de alimentos saudáveis e no auto-sustento. Os povos do campo são responsáveis por cerca de 70% da produção de alimentos que vão para a mesa dos brasileiros e brasileiras, portanto, esses trabalhadores têm direito à terra e a condições dignas de trabalho e de investimentos por parte do governo federal.

Queremos compartilhar as preocupações dos povos do campo e a luta incansável pela reforma agrária e pela soberania territorial e alimentar. Os movimentos sociais e as organizações do campo têm sido protagonistas nessa luta por reforma agrária, dignidade e justiça para milhões de camponeses/as, trabalhadores/as sem terra, agricultores familiares, povos tradicionais e indígenas que dependem da terra para viver.

Desta forma, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), formado por 48 entidades, participa dessa luta. Pensando nisso, em 2000, o Fórum criou a Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra e sua Função Social, que defende o fim do latifúndio, a partir da inclusão de um novo inciso na Constituição Federal para limitar as propriedades rurais em 35 módulos fiscais, medida adotada pelo Estado para dividir a terra e que varia de região para região.

A Constituição Federal, em vários artigos assegura aos cidadãos e cidadãs o "direito à propriedade", porém sem limite estabelecido. Para alguns, esse direito é interpretado como garantia absoluta e ilimitada, legitimando a concentração de imensas áreas nas mãos de poucas pessoas e grupos, enquanto a maioria da população se encontra excluída. Por meio da força e com base nesses argumentos e em leis elaboradas por influência da oligarquia, os latifúndios são promovidos no país.

Diante da realidade do campo, vários segmentos sociais se mobilizam para conquistar seus direitos. Neste sentido, a Campanha exige do Estado a garantia do direito à propriedade rural. Além disso, a Campanha está engajada na luta contra o agronegócio e o hidronegócio no Brasil, que visam apenas o lucro, destruindo o meio ambiente, a biodiversidade e, muitas vezes, desabrigando milhares de trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e comunidades ribeirinhas.

É preciso existir uma estrutura fundiária democratizada e agricultura diversificada e saudável, que preserve o meio ambiente e valorize a identidade cultural. A Reforma Agrária e a soberania alimentar são possíveis a partir da união dos povos do campo e da cidade. É necessário buscar um novo modelo de produção e desenvolvimento que garanta ao povo dignidade e justiça. Esse novo modelo de desenvolvimento passa necessariamente pelo campo, pelo modo de vida desse povo. ●

Expediente

JORNAL DA CAMPANHA PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA
publicação do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

Coordenação Nacional do Fórum
Dirceu Fumagalli – CPT
Luiz Cláudio Mandela –Cáritas Brasileira
Paulo de Tarso Caralo –Contag
Marina dos Santos –MST
Maria da Graça Amorim –Fetraf
Ismael Costa –MLST
Rozangela Piovizani Cordeiro –MMC
José Vaz Parente –CNASI
Edélcio Vigna – INESC
Leonardo Bauer Maggi –MAB
Eber C. Dartora –PJR
Maria José da Costa –MPA

Secretário Executivo do Fórum
Gilberto Portes de Oliveira

Conselho Editorial
Dirceu Fumagalli, Gilberto Portes, Luiz Cláudio Mandela e Suzane Duraes

Jornalista responsável
Cida Lima – MTB 23.324-SP

Revisão
Rosa dos Anjos Oliveira

Fotos
Rossana Cláudia Lana

Projeto gráfico e diagramação
André Nóbrega

Impressão
F. Câmara Gráfica e Editora

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

SDS – nº 36 – Bloco P – Edifício Venâncio III – sala 204
70393-902 – Brasília –DF
Fone: (61) 3323 1770
Fax: (61) 3321 4130
e.mail: forumcpt@caritas.org.br
www.limitedapropriedadedaterra.org.br

Limitar a propriedade, liberar o social

Estamos em Campanha pelo Limite Máximo da Propriedade da Terra. Não é a primeira vez, nem será a última, que a mobilização acontece e sempre com a iniciativa do Fórum Nacional pela Reforma Agrária, juntamente com diversas Igrejas e entidades sociais. Enquanto o Brasil for o campeão mundial em ostentar esta chaga do latifúndio e não houver na lei um limite à voracidade pela propriedade privada da terra, vai haver esta Campanha.

Na base está o velho e nefasto conceito da propriedade como um direito absoluto. Assim ele é ensinado dogmaticamente na maioria das escolas de direito e, infelizmente, está na cabeça de grande número de juízes, sobretudo na hora de decidir questões de reintegração ou manutenção de posse. O mais grave é quando este absolutismo invade a propriedade da terra que, por sua natureza genuína, é destinada a garantir a vida de todo vivente, sobretudo dos seres humanos. Na obra Conflitos no Campo Brasil, publicada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), referentes ao ano de 2007, há 14.221 despejos da terra sentenciados pelo Judiciário, num verdadeiro massacre do social. Há casos dramáticos de despejo de dezenas de famílias que viviam há vários anos na área, produzindo para sua auto-sustentação e abastecendo várias feiras da região. O despejo judicial é, algumas vezes, acompanhado de destruição das casas e devastação das lavouras, sendo o destino das famílias expulsas não outra terra, mas as periferias das cidades.

Juntamente com esse direito absoluto, entra a pretensão da concentração da terra de maneira ilimitada. Tal pretensão não encontra nenhum obstáculo na lei. Pelo contrário, a Lei de Terras propicia o acesso à terra unicamente a quem pode comprá-la. É a privatização ilimitada da terra. Por mais absurdo que seja, qualquer pessoa pode se tornar dona de toda a terra do Brasil, desde que a compre. Com essa transformação da terra em mercadoria, até mesmo os ricos estrangeiros vão se tornando proprietários de muita terra aqui, pondo em risco a própria soberania nacional.

Felizmente, a nova consciência mundial da função social da propriedade, como um direito fundamental, vem fazendo caminho entre nós. Apesar das oposições reacionárias, a função social adquiriu destaque na nossa Constituição federal, que assim prescreve:"A propriedade atenderá a sua função social" (art 5º, item XXIII). A função social tornou-se, pois, prioritária em face da propriedade. E, mais ainda, tornou-se o elemento essencial, interno da definição da propriedade, o elemento do conteúdo do direito de propriedade.

Com relação à propriedade da terra, a Constituição diz: "Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social" (Art.184).

É aqui, precisamente, que a nossa Campanha vai dar a sua contribuição histórica. No artigo 186, onde a Constituição expõe os quatro itens exigidos para o cumprimento da função social da propriedade, a Campanha propõe, via emenda constitucional, um quinto item, a saber, o limite da propriedade da terra a 35 módulos fiscais.

Aí, sim, o campo se abrirá à democratização da terra, com a extinção do latifúndio, concentrador e violento. E cairão todos os obstáculos interpostos no caminho da reforma agrária. Aí, sim, será plenamente liberado o social no campo, pela limitação da propriedade da terra. ●

Dom Tomás Balduino
Bispo Emérito
de Goiás (GO) e
Conselheiro da CPT

"Enquanto o Brasil for o campeão mundial em ostentar esta chaga do latifúndio e não houver na lei um limite à voracidade *pela* propriedade privada da terra, vai haver esta Campanha".

"Direitos sociais não são favores, são conquistas"

Guilherme Delgado

"Os direitos sociais parecem ser muito jurídicos quando, na realidade, têm a ver com o povo. São direitos inerentes à vida".

Para a população ter acesso aos direitos é preciso conhecimento e capacitação para requerê-los. Esse é o alerta de Guilherme Delgado, doutor em economia pela Unicamp e consultor da Comissão Brasileira de Justiça e Paz. Para ele, "os direitos sociais parecem ser muito jurídicos quando, na realidade, têm a ver com o povo. São direitos inerentes à vida".

O conjunto dos direitos sociais: saúde, habitação, previdência, trabalho, acesso à terra são direitos que dependem da presença do Estado para garantir essas conquistas. Esses direitos sociais não é um campo já conquistado, ele está em construção, mas por falta de conhecimento e informação, muitas pessoas não conhecem esses direitos.

De acordo com Delgado, a construção de direitos sociais dá-se no enfrentamento, na luta e na conquista. "Direitos não são favores que políticos dão ao povo. É preciso superar essa idéia de que direito é favor, doação", alerta.

O professor recomenda ser vigilante quanto aos direitos sociais, fazer mobilizações e acompanhamento das propostas que destroem os direitos conquistados. "O direito social está na lei e o cidadão pode requisitar a sua execução por meio do Ministério Público", aconselha.

Reforma da Previdência- "Deve ser feita para ampliar os direitos e não para retirá-los, enquanto uns defendem a ampliação de direitos, outros querem transformá-los em caridade, benesses e, até, acabar com eles. O professor Guilherme Delgado destaca que, "para fazer valer os direitos sociais são requisitos necessários: orçamento, financiamento e distribuição de renda".

No campo popular, segundo o professor, também existe a idéia de que só tem direito quem contribui. E quem é pobre e não contribui? Fica sem direito porque não tem dinheiro? A Previdência vai ter sempre uma parte dos benefícios pagos com origem em tributos e não só na contribuição. ●

"Ocupação de terra é apoiada pela Constituição"

Jacques Alfonsin

"São quatro requisitos que definem a função social: uso adequado e racional da terra; relações de trabalho, proteção do meio ambiente e bem-estar de todos os envolvidos com ela".

"É possível a desapropriação das propriedades que não cumprem a função social". É o que afirma o professor e advogado Jacques Alfonsin. Ele explica que, para isso, há implicações em artigos da Constituição Federal que devem ser considerados no processo de desapropriação de terra.

O artigo 184 da Constituição Federal prevê a desapropriação de propriedades que não cumprem a função social. "A desapropriação de terra deveria ser uma iniciativa da União. Mas, apesar disso, é muito raro encontrar um latifúndio desapropriado sem uma ação de pressão, principalmente pelas ocupações", constata Alfonsin.

As ocupações estão amparadas pela Constituição Federal que, no artigo 1º, diz "que todo poder emana do povo" – a soberania do povo não permite que um direito fundamental, como o direito à alimentação e à casa, que dependem da terra, fique esperando indefinidamente.

Os artigos 184 e 186 relacionam o direito de propriedade à função social. São quatro requisitos que definem a função social: uso adequado e racional da terra; relações de trabalho, proteção do meio ambiente e bem-estar de todos os envolvidos com ela.

De acordo com o professor, pela legislação brasileira, é possível comprovar que nenhum centímetro de terra no País pode ser apenas de um proprietário. O artigo 225 da Constituição Federal diz que todos têm direito ao meio ambiente equilibrado – bens de uso comum do povo – ar, florestas, água. Para defender esses bens, qualquer pessoa do povo pode tomar a iniciativa, inclusive usando a força, explica o professor. "Pela legislação é possível provar que a ocupação de terra não é um ato ilícito – mas a propriedade que não cumpre a função social é um ato ilícito. A desapropriação é antecedida por um decreto presidencial, declarando o imóvel de interesse social, após vistoria do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que ateste ser improdutivo", orienta.

Produtividade – Esse é o critério da função social previsto no inciso II do artigo 185 da Constituição Federal. Segundo Alfonsin, na Constituinte de 1988, a palavra "produtivo" foi introduzida como um golpe de força contra a reforma agrária, e é praticado pelos grandes projetos e transnacionais que vêem a terra como mercadoria. O professor acredita que é essa distinção entre produtivo e produtivismo que o Incra precisa levar aos tribunais. "Produtividade significa relações de trabalho, respeito aos bens coletivos e terra para garantir o direito à alimentação".

Alfonsin orienta que, depois da desapropriação, é importante assegurar a posse da terra por meio da concessão real de uso e sua titulação. Assim como a desapropriação, a titulação depende do Incra que precisa ser acompanhado e pressionado.

Limite de propriedade – Existem seis bases legais diferentes que sustentam a legalidade do limite máximo para a propriedade da terra. São limites impostos em virtude da própria soberania do povo, sua cidadania e dignidade – relacionados à garantia dos direitos humanos fundamentais, da segurança territorial e do cumprimento da função social. São eles: limites físicos da propriedade, limites políticos, limites econômicos, limites sociais (a posse ser reconhecida como um dos direitos humanos fundamentais), limites jurídico-legais e os limites éticos (princípios que a administração pública deve cumprir – os quais devem ser garantidos por todos nós – e um deles é a moralidade, que diz que precisamos construir uma sociedade fraterna, com ética e moralidade).

De acordo com Alfonsin, os oprimidos devem ter a consciência de seus direitos fundamentais, manter a pressão e a organização e buscar os recursos e instrumentos legais de defesa dos direitos. ●

"Governo e empresas querem transformar tudo em mercadoria"

Estratégias governamentais e empresarias em curso querem transformar tudo em mercadoria: biodiversidade, territórios e até o conhecimento tradicional das comunidades. Esse foi o panorama traçado pela antropóloga Maria Emília Lisboa Pacheco, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

Para a antroplóloga, existe uma ofensiva do agronegócio em processo de expansão no país. Ela enumera quatro estratégias governamentais e empresariais:

1) criação de novas áreas para monoculturas, principalmente da cana, da soja e do eucalipto, com a expulsão das populações do campo e, ao mesmo tempo, são impostos às comunidades tradicionais limites e controles ao direito de livre acesso aos bens da natureza necessários para a sua vida e trabalho.
2) surgimento de propostas de criação de parques e outras unidades de conservação de proteção integral sem a presença das populações tradicionais, propostas essas diretamente relacionadas com os interesses de indústrias de produtos farmacêuticos, cosméticos e outras que, cada vez mais, visam apropriar-se das espécies das florestas e do conhecimento tradicional a elas associados.
3) crescimento do controle da biodiversidade com a liberação dos transgênicos e propostas de mudanças na legislação de cultivares e sementes.
4) o discurso do combustível limpo também é uma estratégia de ocupação territorial para o agronegócio.

Contradições – Maria Emília alerta para as contradições envolvendo a reforma agrária. Os assentamentos acontecem nas áreas que não fornecem condições para as famílias se sustentarem com dignidade. Os lotes muitas vezes são pequenos (3 a 4 ha). Ocorrem endividamentos, e, em conseqüência, a venda dos lotes. Há situações de assalariamento, como, por exemplo, nas monoculturas da cana. Créditos irregulares que não atendem as necessidades. Mas há exemplos também de assentamentos mais antigos e estruturados que dinamizam a economia regional.

Maria Emília recomenda que é preciso incorporar as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.) no processo de reforma agrária, associando a luta pela democratização do acesso à terra com a garantia dos direitos territoriais. É importante preservar os biomas e assegurar o direito ao livre uso da biodiversidade contra a mercantilização dos bens da natureza. Além disso, é preciso implementar políticas públicas de financiamento, pesquisa e assistência técnica que *ampliem e fortaleçam as experiências de sistemas sustentáveis* agroecológicos que vêm crescendo no país. ●

Maria Emília Lisboa Pacheco

"É preciso incorporar as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.) no processo de reforma agrária, associando a luta pela democratização do acesso à terra com a garantia dos direitos territoriais".

"Não existe soberania alimentar sem reforma agrária e vice-versa"

A soberania alimentar de um país refere-se às condições de produzir seus próprios alimentos, com o fortalecimento e valorização dos seus agricultores e agricultoras. E o que afirma Miriam Nobre, da Marcha Mundial de Mulheres.

Para ela, soberania alimentar é mais que um conceito: é um princípio que defende uma alimentação saudável, nutritiva e culturalmente aceita, em que um povo pode definir o que plantar, como plantar e, principalmente, garantir alimento para o mundo.

A luta pela terra é para combater as ações da indústria do capital e para defendê-la como geradora de vida, de dignidade, de trabalho. Então, qual será o sentido da reforma agrária se não for a obtenção de terra para garantir vida e dignidade? Como conceber a terra da luta pela reforma agrária a serviço da indústria do capital?

Um afronta à soberania alimentar é a produção dos agrocombustíveis nas áreas de reforma agrária, pois essa política determina o que plantar, como e para quem, tirando das populações o direito de decidir sobre sua própria produção e ainda favorece o crescimento da indústria do capital.

"Não podemos falar em soberania alimentar sem pensar em reforma agrária – o povo precisa ter sua terra para produzir seus alimentos, da mesma forma que não podemos falar de reforma agrária sem falar em soberania alimentar"– afirma Miriam.

Para ela, é equivocado pensar na mecanização, uso de adubos químicos e pesticidas como agricultura desenvolvida. Desde a revolução verde, que os governantes vêm propagando técnicas de morte (destruição da natureza):"Não podemos admitir uma assistência técnica que venha propagar técnicas de morte. O conhecimento popular é importante e deve ser respeitado". As sementes são um grande patrimônio do povo e devem ser protegidas. As mulheres, tradicionalmente, guardam as sementes de espécies que domesticaram e de variedades que selecionaram pelo gosto, pela resistência à seca, etc... As multinacionais estão se apropriando desse patrimônio e gerando dependência dos povos.

Não se pode aceitar uma reforma agrária de mercado, seja de terra, seja de produção. A reforma agrária deve fortalecer as populações (camponeses, indígenas, ambientalistas e mulheres) e respeitar a cultura local. A produção local dos alimentos é muito mais importante no combate à pobreza do que programas de ajuda alimentar que trazem alimentos inadequados às culturas das populações. ●

Miriam Nobre

"É tão necessário garantir o acesso à terra e ao território, quanto *decidir* o que e como *plantar*"

"Precisamos instituir a Justiça Agrária"

Para o procurador federal do Incra, Valdez Adriani Farias, a legislação brasileira não impede a reforma agrária. Segundo ele, o problema não seria propriamente o conjunto de normas existente, mas a interpretação dada a essas normas, em especial, pelos juízes e tribunais que, de uma forma geral, têm aplicado o direito. Por isso, ele defende a instituição de uma justiça agrária, composta por juízes e tribunais agrários que conheçam melhor a estrutura e a situação agrária no País.
Nesta entrevista, Valdez fala de como a legislação brasileira trata a reforma agrária e critica a concentração de terra na mão do capital estrangeiro.

Quais são os principais problemas agrários brasileiro? A legislação colabora com a reforma agrária no país?
Os problemas, do nosso ponto de vista, perpassam desde uma concepção equivocada de alguns setores da sociedade que desconsideram o papel estratégico da reforma agrária no desenvolvimento brasileiro, em especial na produção de alimentos e geração de emprego e renda, passando por uma incompreensão do papel dos movimentos sociais como indutores desse processo, até a falta de medidas estruturantes que potencializariam a reforma, como, por exemplo, a necessidade da instituição de uma justiça agrária.
As normas vigentes, de uma forma geral, possibilitariam a realização da reforma agrária, embora em alguns pontos a Assembléia Constituinte de 1988 retrocedeu em relação à legislação anterior. O problema, então, não seria propriamente o conjunto de normas existente, mas a interpretação dada a essas normas, em especial pelos juízes e tribunais.

O senhor acredita que as leis são aplicadas em favor da reforma agrária? Quais são os instrumentos constitucionais que o Estado deve adotar?
Na maioria das vezes, as leis são interpretadas com vistas a garantir o direito de propriedade em detrimento de outros direitos fundamentais, como se aquele direito fosse absoluto. Em relação à reforma agrária isso fica bem claro. Freqüentemente, vemos famílias de trabalhadores sem terra serem despejados de imóveis rurais que descumprem a função social da propriedade, e, o que é pior, de imóveis onde já existem assentamentos. Conhecemos, inclusive, decisões judiciais que garantem a posse para grandes empresas sobre terras públicas griladas, embora a Constituição disponha que as terras públicas devem ser destinadas para a reforma agrária. Se trabalhadores sem terra ocupam essas áreas para reivindicar a efetivação da Constituição são prontamente repelidos e retirados.

Em função da importância e da urgência da reforma agrária, a Assembléia Constituinte dispôs que o processo judicial de desapropriação teria rito sumário. Após meia década da promulgação da Constituição, o Congresso finalmente aprovou a Lei Complementar nº 76/93, que dispõe sobre o rito sumário e prevê, no seu art. 18, que a ação de desapropriação tem caráter preferencial. No entanto, hoje centenas de processos de desapropriação estão suspensos em face de liminares deferidas nas ações ajuizadas pelos proprietários. Diante da magnitude da questão agrária, uma medida fundamental seria a instituição da justiça agrária, que seria composta por juízes agrários e tribunais agrários, os quais teriam competência para o julgamento de desapropriações, discriminatórias, retomada de terras públicas e todas aquelas demandas que envolvessem conflito coletivo pela posse da terra.

Quais são as limitações existentes para aquisições de terras pelos estrangeiros,? O que é preciso alterar para garantir a soberania territorial?
Atualmente existem limitações para a aquisição de terras pela pessoa física estrangeira residente no Brasil e pela pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no País. Para a primeira, a Lei nº 5.709/71 prevê o limite de 50 Módulos de Exploração Indefinida, e, para a segunda, 100 Módulos de Exploração Indefinida. Esse módulo varia de região para região. A mesma lei também limita a aquisição de terras por pessoas jurídicas brasileiras das quais participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, que tenham maioria do capital social. Ocorre que, no âmbito da administração federal, há vigente um Parecer da Advocacia-Geral da União, aprovado em caráter normativo pelo presidente da República, em 1994, que concluiu que esse dispositivo legal não teria sido recepcionado pela Constituição de 1988. Essa ausência de limitação, associada a outros fatores vem contribuindo para um aumento da concentração fundiária em algumas regiões do País. Temos notícia, por exemplo, que das 10 maiores usinas de álcool e açúcar existentes no país, metade delas possui sócios e investimentos estrangeiros. Em alguns Estados, esses grupos já teriam concentrado mais áreas do que o Incra desapropriou para a reforma agrária. Isso não seria possível em qualquer outro país. Existem, inclusive, países que vedam a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros. Há, no entanto, opiniões baseadas em argumentos fundados e relevantes que defendem a revisão do Parecer da AGU. Outra providência importante seria o recadastramento dessas áreas pelo Incra.

Valdez Adriani Farias

"Não é admissível que o capital estrangeiro concentre a propriedade rural"

A ocupação de terras por empresas estrangeiras ameaça a soberania dos povos tradicionais? Como?
As populações tradicionais são as mais afetadas nesse processo, seja pela demora do Estado no reconhecimento das suas áreas, seja pela relação natural que essas comunidades possuem com a terra e com os recursos naturais existentes.
Atualmente é preocupante a investida do capital estrangeiro na aquisição de extensas áreas do território brasileiro. Não é admissível que o capital estrangeiro concentre a propriedade rural em mãos de poucos, e com fins meramente especulativos, enquanto milhares de famílias de trabalhadores rurais brasileiros continuam acampadas aguardando que lhes seja garantido o direito constitucional de acesso à terra.

Qual é a importância da Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra lançada pelas entidades do Fórum Nacional pela Reforma Agrária?
O mérito da campanha é ter tocado numa questão central. É que a garantia ilimitada do direito de propriedade implica diretamente na sonegação de direitos humanos fundamentais das famílias às quais é negado o direito de acesso à terra. Se queremos atingir o objetivo da República – que é a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com redução das desigualdades sociais – devemos lutar para que as mudanças citadas ocorram. Um jurista alemão chamado Rudolf Von Ihering, afirmou certa vez: todos os direitos da humanidade foram conquistados pela luta. Seus princípios mais importantes tiveram de enfrentar os ataques daqueles que a eles se opunham. Segundo ele, o direito é um trabalho incessante, não somente dos poderes públicos, mas da nação inteira. ●

Estratégias para a Campanha pelo Limite da Propriedade de Terra

O Acampamento Nacional do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), em defesa do limite da propriedade da terra, pela reforma agrária, soberania territorial e alimentar, realizado em Brasília, de 14 a 17 de abril 2008, reuniu mais de duas mil pessoas entre lideranças das organizações do Fórum, trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas, sem-terra e organizações não-governamentais convidadas.
Neste Acampamento, os participantes debateram e avaliaram a atualidade e a urgência de uma reforma agrária ampla, massiva e participativa. Afirmaram que a terra não é uma mercadoria, mas uma fonte indispensável de vida e garantia de direitos humanos. Qualquer pessoa física ou jurídica que se apodera do direito de expandir ilimitadamente seu poder sobre a terra, cria o poder da opressão e se afasta do Estado democrático de direito, que tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, entre outros.
Durante o encontro, as entidades definiram estratégias para a Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra. Confira no box:

Estratégia Nacional:
- Realizar mobilizações em todos os Estados simultaneamente;
- Dialogar com parlamentares sobre a Campanha;
- Organizar audiências públicas;
- Buscar apoio de outros movimentos sociais;
- Organizar marcha nacional;
- Criar o Dia Nacional pelo Limite da Propriedade;
- Respeitar as territorialidades das comunidades tradicionais, como indígenas quilombolas, entre outros;
- Ocupar propriedades acima de 35 módulos, produtivas ou não.

Estratégias Estadual/Regional:
- Criar fóruns Estaduais;
- Lançar a Campanha nos Estados e em eventos que reúna as organizações;
- Realizar seminários de formação;
- Realizar atos públicos;
- Articular com outras entidades e instituições, como: escolas, igrejas, universidades, etc;
- Organizar comissão para debater a Campanha;
- Buscar apoio de outros movimentos sociais;
- Discutir o tamanho do limite da propriedade de acordo com as estruturas fundiárias regionais;
- Produzir material da campanha e divulgar na mídia local e nacional.

"A Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra é um passo importante para a reformulação mais ampla da situação fundiária no Brasil. Limitar a propriedade da terra é garantir que haja mais terra para ser destinada a quem nela quer trabalhar e produzir alimentos. É um passo na direção de uma reforma agrária massiva e efetiva em nosso país. Por isto esta Campanha merece nosso apoio, para a sua divulgação, e para explicitar os motivos que a justificam."
Dom Demetrio Valentini, presidente da Cáritas Brasileira

"A Reforma Agrária é a base estruturante para que a Nação avance na consolidação da democracia e da distribuição de riqueza do país. Limitar a propriedade da terra, portanto, constitui-se elemento essencial para uma estratégia de fortalecimento e de um modelo de desenvolvimento sustentável, tendo como protagonista a agricultura familiar, na garantia da segurança e soberania alimentar do país. Por isso, a Reforma Agrária está na agenda política da 5ª Marcha da Classe Trabalhadora promovida pela CUT e demais Centrais Sindicais, no dia 3 de dezembro em Brasília."
Carmen Foro, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT

"Democratizar o acesso à terra com o limite da propriedade e a realização da reforma agrária é uma exigência inadiável para garantia da vida e da soberania territorial e alimentar. É, pois, uma tarefa de todos nós. Dessa forma, mobilizamos todo o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, para, junto com as demais entidades e organizações do Fórum Nacional pela Reforma Agrária, levar este debate a sociedade brasileira é todos os cantos de nosso país, convocando a todos e todas à se engajarem nesta luta."
Paulo de Tarso Caralo, diretor de agrária e meio ambiente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

"A Campanha pelo Limite pode alavancar a reforma agrária no País. É uma discussão ampla e estratégia que envolve outras questões, como por exemplo, a soberania alimentar".
Rosangela Cordeiro, da direção nacional do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

"A correção histórica da desigualdade social no campo, passa, também, pelo limite da propriedade da terra e é, portanto, um dos nossos eixos de luta."
Ismael Costa, da coordenação nacional do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)

"A Campanha é uma semente que foi plantada e que precisa de atenção constante. Não podemos ficar agoniados para que ela tenha data para começar ou terminar. Como qualquer outra Campanha tem seus altos e baixos - o importante é lutar sempre".
Graça Amorim, da coordenação nacional de reforma agrária da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Brasil (Fetraf)

"A campanha não será simples ou curta, mas de médio a longo prazo, pois é preciso fomentar o debate na sociedade. Precisamos limitar o uso da terra para que todas as famílias tenham acesso a ela e possam produzir alimentos. Trata-se de uma bandeira de luta ética, moral, evangélica e política".
Padre Dirceu Luiz Fumagalli, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

"Não há dúvida de que essa é uma batalha que se deve travar a longo prazo, porque o Estado brasileiro não tem disponibilidade de limitar o latifúndio, não faz parte da sua concepção, apesar de estarem garantidos na Constituição Federal o direito à terra e ao trabalho".
Marina dos Santos, da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

40 anos CPT

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra | Julho a Setembro de 2015 | Ano 40 – Nº 221

Foto: Joka Madruga

IV Congresso Nacional da CPT "A escuridão não nos calou"

págs.: 5 a 12 e 15 e16

Violência no campo não dá tregua

Amazônia concentra assassinatos no campo

pág.: 4

EDITORIAL

Esperançosa rebeldia profética

De 12 a 17 de julho a CPT viveu com intensidade seu IV Congresso Nacional, lá nas terras de Rondônia, em plena Amazônia, celebrando seus 40 anos existência. 40 anos de história, de caminhada, seguindo as pegadas do povo da terra. As quase mil pessoas que participaram integral ou parcialmente do Congresso se envolveram com alegria e vibração nos momentos celebrativos, carregados de uma profunda espiritualidade ou nas atividades de partilha de experiências de memória, rebeldia e esperança. O congresso propiciou o encontro de camponeses e camponesas de todo o Brasil que puderam sentir a riqueza da diversidade existente na nosso país. Amigas e amigos e parceiros solidários se somaram aos agentes da CPT que recarregaram suas energias neste grande encontro.

O Congresso deixou claro, como diz a Carta Final que hoje não basta conquistar terra e territórios, é preciso "construir novas pessoas e novas relações interpessoais, familiares, de gênero, geração, sociais, econômicas, políticas entre espiritualidades e religiões diferentes e com a própria natureza." .

O congresso também fez uma convocação a "igrejas, instituições e organizações para um processo urgente de MOBILIZAÇÃO REBELDE E UNITÁRIA pela vida, que inclua a defesa do planeta".

"Se no passado a escuridão não nos calou, mas acendeu em nós a esperançosa rebeldia profética, hoje também ela nos impulsiona a continuar a luta ao lado dos povos e comunidades do campo, das águas e das florestas, em busca de uma terra sem males e do bem viver", conclui a Carta.

Durante o Congresso foram destacados dois momentos que marcaram a história de Rondônia: os 30 anos do assassinato do Pe. Ezequiel Ramin e os 20 anos do Massacre de Corumbiara. Momentos estes que mereceram comemorações especiais dias depois nos locais dos acontecimentos

Nesta edição você poderá fazer da um giro pelo que foi o IV Congresso Nacional da CPT.

No retorno do Congresso voltamos ao cotidiano, marcado como sempre pela violência contra os homens e mulheres da terra. A CPT divulgou dados parciais sobre os assassinatos no campo de acordo com os registros do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Secretaria Nacional. Segundo estes registros, de janeiro a julho, 23 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo, 22 delas na Amazônia. Números que ao fecharmos esta edição já chegavam a 28, 26 na Amazônia. Como se acentuou no Congresso da CPT, "as comunidades vivem hoje uma realidade mais complexa do que a do tempo da fundação da CPT, com uma carga de violência igual ou pior à de 40 anos atrás."

Julho foi marcado por outro fato histórico de suma relevância. Foi o segundo encontro do Papa Francisco com os movimentos populares. Desta vez na Bolívia. O seu discurso foi um grande apelo à mudança, profunda, estrutural.

O mesmo Papa havia convocado, em maio, o mundo todo a um compromisso sério em defesa de nossa casa comum, o planeta, com a sua carta encíclica Laudato Si. Esta é um marco na história da Igreja em defesa do meio ambiente e um sinal estupendo das mudanças que Francisco quer que toda Igreja assuma.

Boa leitura!

PUBLICAÇÕES

Corumbiara, caso enterrado

"Silêncio, chá de sumiço, amnésia seletiva e ameaças veladas no caminho de 'Corumbiara, caso enterrado', livro sobre um dos piores conflitos agrários do Brasil pós-ditadura", destaca o autor do livro e jornalista João Peres. A reportagem fotográfica foi realizada por Gerardo Lazzari. O livro foi lançado em São Paulo, no dia 20 de julho, em meio aos eventos que lembraram 20 anos do Massacre de Corumbiara. "Correu muito sangue no dia 9 de agosto de 1995 em Corumbiara, Rondônia, no interior do interior do Brasil", definiu o autor. A obra trata de um episódio emblemático no campo brasileiro, quando foram mortas várias pessoas que ocupavam a Fazenda Santa Elina. Cerca de 600 famílias faziam parte da ocupação. Ao conversar com pessoas que vivenciaram o massacre de perto, Peres traz, duas décadas depois, em seu livro, muitos detalhes e olhares sobre o conflito. "Uns anos depois, fui ver o meu depoimento e não tinha nada do que eu tinha falado", contou Polaco, um dos feridos na época, ao jornalista. "Foi onde os filhos tavam [na fazenda] lutando pela terra e acabaram ficando sem a vida", lamenta dona Lídia, que perdeu os filhos.

"O Rio São Francisco e as Águas no Sertão"

Foi lançada em Campinas, São Paulo, a edição especial do livro "O Rio São Francisco e as Águas no Sertão", do fotógrafo militante João Zinclar. É a segunda edição do livro publicado em novembro de 2010.

O esgotamento da primeira edição permitiu uma nova roupagem, com embalagem especial em caixa de papelão personalizada. No dia do lançamento foi aprovado o estatuto orgânico do Instituto João Zinclar.

Ruben Siqueira, da CPT Bahia e da coordenação executiva nacional da CPT, colaborou com um texto para essa edição especial.

O livro registra a cultura do povo ribeirinho e sua luta em defesa do rio. É resultado de cinco anos de trabalho, entre 2005 e 2009, em que o fotógrafo percorreu as margens do Rio São Francisco em oito estados, e seguiu os dois eixos previstos na obra de transposição que corta o sertão nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Como operário da fotografia, João Zinclar sempre esteve onde o povo lutava pelos seus direitos e conquistas.

Zinclar faleceu aos 56 anos, no dia 19 de janeiro de 2013, quando retornava de um trabalho em Ipatinga (MG) e o ônibus no qual viajava foi atingido por um caminhão que vinha no sentido contrário.

Seu olhar sensível e o compromisso de uma vida dedicada às causas sociais inspiraram diversos fotógrafos, jornalistas e comunicadores que fundaram o Instituto que leva o seu nome, com sede no MIS – Museu da Imagem e do Som de Campinas, onde está guardado todo seu acervo com mais de 180 mil fotos.

CPT PASTORAL DA TERRA

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André Witti

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
Brot für die Welt
Development and Peace
CCFD
MISEREOR

ASSINATURAS
Anual R$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br

Fique Informado

Madeireiras de Marabá são condenadas por trabalho escravo

Madeireiras de Marabá, no Pará, foram condenadas ao pagamento de verbas trabalhistas, danos morais e existenciais, a um funcionário que trabalhou em situação análoga à escravidão. A sentença foi proferida pelo juiz substituto da 4ª Vara do Trabalho de Marabá, Francisco José Monteiro Junior. As empresas condenadas foram a Madeireira Barroso; Jacaré Indústria, Comércio e Transporte; Madeireira Urubu; Décio José Barroso Nunes, o "Delsão", e a Madeireira Paricá.

De acordo com o processo, o trabalhador exerceu a função de cozinheiro por 17 anos e foi resgatado durante uma fiscalização móvel do Ministério do Trabalho, em 2013. O madeireiro Décio José Barroso Nunes, condenado agora por trabalho escravo, é o mesmo que responde a processo pelo assassinato do sindicalista José Dutra da Costa Neto, o "Dezinho", crime ocorrido em Rondon do Pará, no ano de 2000.

Papa Francisco divulga Encíclica sobre o cuidado da Casa Comum

No dia 24 de maio, o Papa Francisco divulgou sua primeira Encíclica, Laudato Si, sobre o cuidado da casa comum. Um documento da maior importância nos dias atuais em que as agressões ao meio ambiente colocam em risco até a sobrevivência da espécie humana.

A encíclica, numa linguagem simples e direta, teve grande repercussão no mundo todo. Não faltaram, porém, os que dela discordaram dizendo não ser possível afirmar que as mudanças climáticas, que todos sentimos, sejam consequência da atividade humana.

O biblista da CPT, Sandro Gallazzi, sintetizou num belo texto as primeiras impressões que a mesma provocou nele. Destacamos alguns pontos:

- Foi gostoso e estimulante, valeu a pena saborear a encíclica "Laudato si'". É a primeira que não tem um título em latim. Só isso tem um cheirinho perfumado de novidade: Francisco de Roma começa sua carta com as palavras de outro Francisco, o de Assis. Liga, harmoniza, completa.
- Senti a fala sábia, profunda, corajosa do "presbítero", um ancião latino-americano, não um mestre de academia. Senti o perfume, às vezes acre, da CPT, o cheiro forte e selvagem do CIMI, o suave odor das CEBs. Nunca nomeados, mas, como nunca, tão presentes nestas palavras fortes e amigas.
- Admirei a coragem profética de entrar em tantos detalhes que são objeto de acirradas discussões mais ou menos científicas e de tomar, com destemor, uma posição clara, mesmo correndo o risco de ser desmentido, daqui a alguns anos, pelos "entendidos".
- Senti o respiro amplo de uma colegialidade prática em caminho, (refere-se às citações de documentos de igrejas do mundo inteiro; de congressos internacionais, de cientistas).
- É um grande respiro religioso ecumênico que inclui e valoriza cosmovisões vindas de diferentes mundos: a espiritualidade dos povos originários, a mística oriental, a memória de Bartolomeu, patriarca da Igreja Ortodoxa, além da tradição bíblica.
- Mesmo que a ecologia seja o fio condutor, esta carta não pode ser reduzida a encíclica ecológica: na base está uma profunda visão da pessoa humana: antes de tudo é a humanidade que precisa mudar (202). O capítulo 3º: A raiz humana da crise ecológica, é, creio eu, a chave de leitura da carta como um todo.
- Amplo, limpo e aberto é o olhar agudo, unitário, holístico, que vê uma só realidade com todas as suas dimensões presentes, interagindo e interpelando-se reciprocamente: a história, a economia, a política, a sociedade, a fé, a razão, a igreja e cada um e cada uma de nós. E tudo visto, lido, relido, interpretado a partir do único centro verdadeiramente importante e que nunca deve ser abandonado: o pobre e seus clamores por causa de seus opressores. Todos eles identificados, nomeados, denunciados, um por um.
- É o olhar do clínico que vê o corpo doente como um todo e não do especialista que só enxerga e pretende curar as partes atingidas.
- É a verdadeira ecologia de quem vê e fala da casa como um todo e não só do quintal, da natureza e, de maneira especial fala de seus habitantes.

Não vamos deixar cair esta palavra.

Aldeia Pataxó sofre ataques diários

Foto: CIMI

Desde o último dia 11 de agosto, a aldeia Cahy, Terra Indígena Mexatibá, dos índios Pataxó, no extremo sul baiano, composta por 72 famílias, vem sofrendo ataques diários.

Na madrugada do dia 11, homens armados invadiram a aldeia e atearam fogo na maloca de artesanatos e objetos de uso tradicional e religioso. Nos dias seguintes, de forma ininterrupta, homens em motos passaram a percorrer o trajeto atirando contra as moradias. Nem mesmo a escola indígena foi poupada dos ataques. Crianças dormem em caixas d'água para se protegerem, outros se escondem nas matas.

Foto: ALEAM

Líder comunitária assassinada no Amazonas

Maria das Dores Salvador Priante, "Dona Dora", trabalhadora do campo, líder comunitária e presidenta da Associação de Moradores da Comunidade Portelinha, no município de Iranduba, a 27 quilômetros de Manaus (AM), foi sequestrada dentro de sua casa no dia 12 de agosto. Seu corpo foi encontrado no dia seguinte com marcas de agressões e pelo menos 12 tiros em uma estrada vicinal do município. Ela já havia registrado ameaças que vinha sofrendo à Polícia Civil e à Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM).

Desde que assumiu a liderança da comunidade, denunciava a venda ilegal de terras no local. O homem apontado como mandante do crime é suspeito de venda de lotes e por isso foi preso, em julho. Era também investigado por outros crimes.

Quilombolas param BR-101, no Espírito Santo, para que seus irmãos sejam soltos

No dia 20 de agosto, mais de 500 quilombolas do norte do Espírito Santo pararam o trânsito na BR-101, na altura da entrada para Conceição da Barra. Exigiam que fossem soltos, imediatamente, quatro quilombolas presos a pedido da Aracruz Celulose (Fibria) sob a acusação de roubar galhos de eucaliptos, que usam para produzir carvão. Os presos são quilombolas, donos tradicionais das terras, griladas pela empresa em plena ditadura militar.

CONFLITOS

Amazônia concentra os assassinatos no campo em 2015

O Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Secretaria Nacional da CPT, entre janeiro e julho de 2015, registrou 23 assassinatos em conflitos no campo no País, 22 deles em estados da Amazônia. Os dados são parciais.

CRISTIANE PASSOS*

Foto: Joka Madruga

Acampados, assentados, sem terra, protagonistas da luta por reforma agrária em geral, voltam a ser os principais alvos dos assassinatos em conflitos no campo no Brasil. Ao todo 23 assassinatos: Pará (11), Rondônia (10), Maranhão (1) e Bahia (1), entre janeiro e julho desse ano. 15 foram no contexto da luta por reforma agrária, 3 em consequência de projetos de mineração, 2 em consequência de projetos de barragens, 2 em conflitos com indígenas e 1 por uso de mão de obra escrava.

Pará e Rondônia foi onde mais se matou no campo. A falta de regularização dos territórios e a falta de uma plena reforma agrária são fatores que impulsionam e acirram os conflitos. Pistoleiros a serviço de invasores de lotes de assentamentos e madeireiros constituem uma realidade com a qual o povo tem convivido. A morosidade do Incra e a falta de ação dos órgãos competentes são responsáveis pelas mortes, agressões e ameaças. Para Ruben Siqueira, da coordenação nacional da CPT, "isso é reflexo de que o povo, mais uma vez, está pagando o preço da crise, com ainda menor desempenho do Estado, menos gastos do governo com a reforma agrária, entre outras demandas urgentes do povo pobre do campo, que não desiste, como gostariam autoridades e empresários".

Em janeiro, Elizeu Bergançola, geógrafo, sofreu um atentado a tiros, em Machadinho do Oeste, Rondônia e sobreviveu. Continua ameaçado por denunciar, junto com os seringueiros, a extração clandestina de madeira nos seringais. Já Altamiro Lopes Ferreira não teve a mesma sorte. Foi encontrado morto no dia 13 de março, após quase 10 dias desaparecido. Ele fazia parte dos sem-terra despejados em fevereiro, do Acampamento Nova Esperança, em Costa Marques, também em Rondônia. A área é pública e está sob análise do Programa Terra Legal para suspensão de títulos provisórios, mas segundo as famílias a área está sendo usada para extração ilegal de madeira. Antes de desaparecer, Altamiro relatou a agentes da CPT ter recebido ameaças de morte.

José Osvaldo de Sousa, assassinado em 14 de junho, aguardava há 13 anos, junto com 120 famílias sem terra, a regularização da área em que viviam, em disputa com um suposto proprietário, que nunca apresentou o documento da terra. Foi morto após dois dias de terror, quando 25 pistoleiros atacaram as famílias na área, em Tucuruí, Pará.

Pequeno contra pequeno

Na investida para expulsar o povo do campo, o capital coloca pequeno contra pequeno. Sem perspectivas, alguns grupos, inviabilizados tanto no campo quanto na cidade, acabam invadindo áreas de assentamentos ou reservas extrativistas, gerando tensões que, muitas vezes, acabam em mortes, como registramos na edição 219 do Pastoral da Terra. Um casal, três filhos e um sobrinho foram mortos a tiros e golpes de facão em Conceição do Araguaia. O crime foi motivado por disputa por lote de terra entre ocupantes.

Para Afonso das Chagas, professor de Direito da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e colaborador da CPT, programas, como o Terra Legal, criados pelo governo com a promessa de resolver o problema da terra da Amazônia e da histórica grilagem, têm na verdade servido a outros fins. Segundo ele, o Terra Legal "tem servido muito mais à 'legalização' de grandes áreas de terras públicas irregularmente ocupadas (grilagem), do que promover uma justa distribuição fundiária na região". E isso se reflete diretamente no aumento da violência. "Em Rondônia, pela análise preliminar dos dados da violência, compreende-se claramente, que ela é bem localizada na região onde a questão das terras públicas não foi resolvida (região de Ariquemes, Machadinho d'Oeste e Buritis). Sob as lacunas e equívocos de um Programa feito para 'não funcionar', a grilagem mantém-se como estratégia do latifúndio. E este latifúndio tem na violência sua alma-gêmea. A justiça estadual e federal, de forma generalizada, não compreendem nem a questão agrária como uma questão social, nem a histórica questão dos bens públicos, no caso a terra pública, sua retomada e destinação, como uma questão a ser discutida e resolvida", diz ele.

Lideranças indígenas na mira

No caso dos conflitos envolvendo indígenas, as lideranças permanecem na mira dos pistoleiros. Duas mortes foram registradas em 2015.

Eusébio Ka'apor foi morto a tiros por dois pistoleiros, em 26 de abril, quando voltava para casa, a Aldeia Xiborendá, Terra Indígena Alto Turiaçu, em Centro do Guilherme, no Maranhão. De acordo com indígenas, os responsáveis seriam madeireiros revoltados com as ações de autofiscalização e vigilância territorial feitas pelos Ka'apor, desde 2013. Eusébio estaria na "lista de execução" dos madeireiros.

Adenilson da Silva Nascimento, o pinduca, liderança tupinambá, foi morto, no dia 1º de maio, na região de Serra das Trempes, em Ilhéus (BA). Essa área é disputada há anos por indígenas e fazendeiros.

Ao lado dos assassinatos perduram as ameaças que atingem inclusive agentes da CPT

Cosme Capistano da Silva, agente da CPT de Boca do Acre (AM), recebeu ameaças diretas. Em 8 de julho deste ano, na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Boca do Acre, onde estava, um senhor lhe disse estar ali para conhecê-lo e que daquele dia em diante ele e seus homens iriam agir à sua maneira. Em 22 de julho, outro senhor foi ao mesmo local e disse em voz alta que Cosme tinha que morrer e que já deveria estar morto.

Como diz Afonso das Chagas, enquanto "o grileiro é tratado como proprietário, o especulador imobiliário como legítimo destinatário de terras públicas e os movimentos sociais como vilões", o que se pode esperar é a manutenção e até o aumento dos índices de violência no campo.

** Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

IV CONGRESSO

Um giro pelo IV Congresso Nacional da CPT

Ao completar 40 anos, a CPT realizou seu Congresso em terras amazônicas, onde foi gerada. E lá ouviu as memórias, rebeldias e esperanças dos povos da terra

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO IOÃO ZINCLAR - IV CONGRESSO NACIONAL DA CPT*

Camponeses e camponesas, indígenas, agentes pastorais, militantes de movimentos sociais, religiosos. Cerca de mil pessoas de Norte a Sul do Brasil participaram do IV Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aconteceu no campus da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em Porto Velho, entre os dias 13 e 17 de julho. Inspirado no poema de Thiago de Mello, o tema escolhido para o Congresso foi "Faz escuro, mas eu canto! Memória, Rebeldia e Esperança dos Pobres da Terra".

Foto: Douglas Mansur

Uma semana antes do Congresso começar, Rondônia já acolhia pessoas vindas de todos os cantos deste imenso Brasil, que chegavam e já "botavam a mão na massa". Cada delegação que desembarcava em Porto Velho, se somava às equipes de trabalho: Infraestrutura, espiritualidade, animação, comunicação, finanças, secretaria, metodologia, transporte, além da coordenação geral. Junto com os colaboradores e colaboradoras de Rondônia, cozinhas, casa de farinha, tendas e outros espaços foram construídos e ornamentados. Donativos foram recolhidos e compras feitas. Essas equipes conseguiram colchões para acomodar boa parte dos congressistas. Enfim, esse belo Congresso se deve ao trabalho de quem se dedicou a organizar o espaço para acolher os congressistas.

UNIR de portas abertas

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) abriu de par em par as portas para acolher os congressistas. Em salas de seis prédios foram alojados os participantes, divididos por grande região. Outro prédio foi utilizado para a Secretaria, Comunicação, e Coordenação. Nele, se alojaram parte dos envolvidos nas equipes de serviço.

Acolhida

As delegações foram chegando muitas de ônibus, vans, outras de avião. Uma equipe recebia os que chegavam ao aeroporto e os encaminhava a UNIR. Muitos dos que vieram de ônibus tiveram que enfrentar dias de viagem. O veículo do Maranhão, por exemplo, encontrou no caminho, ainda no estado, uma estrada bloqueada por um protesto de madeireiros. Foram obrigados a dar uma volta de mais de 400 quilômetros.

Diversos pontos de acolhida, tanto em Rondônia como em outros estados, foram montados para apoiar as delegações em viagem. Esse apoio ajudou a amenizar os contratempos da estrada. Uma das paradas foi no município de Vilhena, a 700 quilômetros de Porto Velho, por onde passaram as caravanas do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia. Goiás foi recebido com um lanche solidário em Ji-Paraná.

Ao chegarem no Campus da UNIR, as delegações passavam na tenda de credenciamento e logo eram encaminhadas para os alojamentos.

Abertura

Uma bela celebração deu início ao IV Congresso. Uma poronga gigante, lembrando o instrumento usado pelos seringueiros e um dos símbolos deste Congresso, iluminou a abertura do evento. Com cartazes e velas, 40 pessoas caminharam à frente do palco representando cada uma um ano da existência da CPT.

Foto: Joka Madruga

Ao final da celebração, Dom Enemésio Lazzaris, presidente da CPT e bispo da diocese de Balsas (MA), abriu o Congresso dando as boas vindas a todas e todos. Também falaram naquele momento Dom Moacyr Grechi, bispo emérito de Porto Velho, fundador da CPT e seu primeiro presidente, Dom Antônio Possamai, bispo emérito de Ji-Paraná, e Dom Benedito Araújo, bispo de Guajará Mirim e administrador apostólico da arquidiocese de Porto Velho. Também falaram um representante da UNIR, uma representante da Via Campesina, pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e o Bispo Dom Nicolau, da Igreja Ortodoxa Grega.

Cada manhã se iniciava com um momento celebrativo a cargo de uma grande região. E outras duas grandes celebrações marcaram o Congresso, a dos Mártires, no penúltimo dia, e a de encerramento.

Tendas e plenárias

As atividades do Congresso foram realizadas em sete tendas que receberam os nomes de rios de Rondônia – Madeira, Guaporé, Pacaás Novos, Machado, São Miguel, Branco e Mamoré –, e em grandes plenárias. Os trabalhos nessas Tendas aconteciam na parte da tarde. O resultado das discussões nas Tendas era apresentado na manhã do dia seguinte à grande Plenária, na quadra de esportes da universidade.

Noite Cultural

Duas noites foram reservadas para apresentações culturais. Na noite do dia 13, grupos locais de Rondônia animaram a noite com suas músicas. Mas a grande noite cultural foi a quarta-feira, dia 15. Cada grande região teve espaço para apresentar o que trouxe para partilhar com todos. E um animado forró entrou noite adentro.

A criatividade e a cultura estiveram presentes em todos os momentos. As apresentações dos trabalhos das tendas eram feitas com diversas expressões artísticas, como teatro, poesias e músicas.

Cozinhas

O congresso só funcionou porque uma eficiente e bem montada equipe de cozinha garantiu alimentação farta e saborosa todos os dias do Congresso. Um competente grupo de cozinheiras e cozinheiros se desdobrou para que a alimentação estivesse pronta na hora certa.

Uma novidade deste IV Congresso foi a Casa de Farinha. Foi montada uma simples oficina onde se produziu aos olhos de todos uma muito bem cuidada farinha de mandioca. Em outro dia todos puderam ver como se produz o açúcar mascavo. Uma terceira atividade desenvolvida neste espaço foi a extração da polpa de açaí. Uma amostra clara e prática de como, de modo simples, o camponês pode sobreviver tranquilamente e alimentar a muitos.

João Zinclar, nome da equipe de comunicação

João Zinclar, fotógrafo e militante das causas populares, que em 2010 registrou as imagens do III Congresso, em Montes Claros (MG), e que nos deixou em 2013, num trágico acidente, foi o nome escolhido para a equipe de comunicação do IV Congresso. Uma forma afetuosa de lembrar-se de quem sempre colocou sua sensibilidade de fotógrafo a serviço da construção de outro mundo possível. Um pequeno vídeo em sua homenagem foi exibido durante o Congresso.

IV CONGRESSO - TENDAS E PLENÁRIAS

"A transformação se faz com duas mãos"

O IV Congresso da CPT girou em torno a três grandes eixos – memória, rebeldia, esperança.
As atividades em torno a estes eixos aconteciam na parte da tarde em tendas.
O resultado deste trabalho era apresentado, na manhã do dia seguinte à plenária.

Foto: Joka Madruga

Apresentação à plenária

Na parte da tarde, em sete tendas que receberam os nomes de rios de Rondônia – Madeira, Guaporé, Pacaás Novos, Machado, São Miguel, Branco e Mamoré –, eram apresentadas e debatidas experiências em torno a cada um dos eixos, Esperança, Memória e Rebeldia.

Experiências que resgataram fatos importantes da história das comunidades em que a CPT esteve envolvida. Experiências que mostravam a indignação e a rebeldia diante de situações claramente injustas. Experiências que apontaram para tempos novos, por isso carregadas de esperança. Ao todo 63 experiências apresentadas. 21 em cada eixo.

A partilha das experiências nas tendas foram extremamente ricas e muitas delas comoventes, A maior parte foram narradas por pessoas envolvidas nos fatos apresentados.

Cada tenda tinha um coordenador, relatores ou relatoras e provocadores, nome que o Congresso atribuiu aos assessores e assessoras, que tinham a função de reagir às apresentações, comentá-las, ressaltar alguns elementos mais significativos e provocar para a continuidade do debate que se dava na forma de fila do povo. Foi um grande exercício de escuta e de interação. Os assessores, não tinham um discurso pronto, uma palestra a ser dada, mas a eles cabia dar eco ao que os camponeses apresentaram e de acordo com o conhecimento cientifico acumulado, analisar o que as experiências vividas mostravam. Como disse a professora Guiomar Germani, da UFBA, os assessores mais que provocadores, eles é que se sentiram provocados pela riqueza de conteúdos e de reflexões apresentados. Ao final dos trabalhados das tendas se decidia a forma como estas experiências iriam ser apresentadas à plenária na manhã do dia seguinte.

Memória

Entre as experiências de memória em discussão nas tendas, a publicação anual do Conflitos no Campo Brasil, que esse ano completa 30 anos de registro, mereceu atenção. Luis Novoa, professor da Unir, provocador da tenda ressaltou a importância da compilação dos dados dos conflitos. "Essa contabilidade dos nossos mortos, por difícil que seja, é fundamental para que não se matem outras pessoas", disse ele.

As quebradeiras do coco babaçu do Maranhão mostraram como com sua luta conseguiram que no município de Governador Archer, fosse aprovada, em 2012, a Lei do Babaçu Livre. Por esta lei fica garantido o livre acesso às palmeiras, mesmo que estejam em terras privadas.

Na Plenária, uma apresentação teatral emocionou os congressistas. A peça fazia memória do martírio de Sebastião Rosa da Paz, o Tião da Paz, camponês e sindicalista da região de Uruaçu, Goiás, assassinado a mando do latifúndio por conta de seu comprometimento com a luta pela terra.

Plenária

Para a plenária cada tenda trazia a síntese do que trabalhou. Esta síntese foi apresentada de forma muito criativa, com a utilização de diferentes formas de expressão popular: teatro, músicas, poesias, parábolas, metáforas, programas de rádio, etc.

Feitas as apresentações dois provocadores, escolhidos entre os assessores e assessoras, comentavam e analisavam o que as tendas tinham apresentado.

"A memória faz os olhos brilhar"

"O que foi apresentado foi um momento de reverência à história, ao nosso passado. A memória quando é exposta faz os olhos brilhar.

É necessário distinguir entre memória e esquecimento, ou melhor, a imposição do esquecimento. A memória coletiva produz diálogos, emancipa, desaprisiona. É um exercício que mobiliza, desperta, acorda. É muito mais que um arquivo, mais que uma fotografia. Ela é viva, traz consigo a função, o papel de nos mobilizar.

Sempre que unimos o passado com o presente historicizamos a memória. Nas mortes do passado reconhecemos as mortes do presente, nos colonialismos do passado, os colonialismos do presente. Fazer memória coletiva não é só recordar, é romper com a realidade de violência e de opressão em que se vive.

Foi dito que é preciso radicalizar. Radicalizar é colocar raízes que alimentam, que sustentam".

Afonso das Chagas, professor da UNIR e integranre da CPT RO

"A memória esta inscrita na missão da CPT"

Esta manhã foi marcada pela forte emoção que tomou conta de todos. Foi a história de Jesus crucificado e reencarnado contada pelas diversas comunidades camponesas, através de diferentes expressões populares, do nosso jeito de ser CPT.

A memória esta inscrita na missão da CPT. "Somos convocados pela memória subversiva do evangelho" que nos convoca e nos junta aqui. E quanto de Evangelho esteve presente no que foi apresentado através de diversas formas de expressão! As poesias, as músicas, os gestos são o nosso jeito de rezar, de ligar a história com o que somos. O evangelho está vivo no jeito que a gente conta a história. Este é um patrimônio do qual não se pode abrir mão.

Ao mesmo tempo em que a gente faz a memória de quem tombou, o Sebastião Rosa da Paz por exemplo, a gente tem que ser capaz de fazer a memória da esposa, da Isaura. Não só de quem vai pra luta, mas de quem cria as condições objetivas de nossas lutas. O trabalho doméstico é parte da memória também: memória subversiva do cotidiano.

Nancy Cardoso, pastora metodista, da CPT Bahia

Rebeldia

Em defesa dos territórios tradicionais, Antenor, do povo indígena Karitiana, de Rondônia, compartilhou suas experiências de resistência. "É só na radicalidade coletiva que se conquistam os direitos", destacou ele

"É preciso ampliar as mobilizações camponesas, pois só elas é que fortalecem as comunidades. E o papel da CPT é de fundamental importância", disse Fernanda Miradouro, da zona da Mata Mineira, filha de agricultor impactado por mineroduto que passa pelos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Foto: Joka Madruga

Atividade numa das tendas

Na plenária, foram encenadas situações de enfrentamento por que passam os camponeses cotidianamente em seus territórios. Bandeiras, foices e enxadas, tambores, música, dança – foram os instrumentos e símbolos de rebeldia das populações do campo.

"Cantar no escuro não é novidade, é uma tradição"

Os relatos mostram que a violência continua em nível muito elevado. É um bicho de muitas cabeças. O Estado é cúmplice da morte. O Judiciário atua como um jagunço.

A rebeldia é necessária ...Ela se apresenta não só nos discursos,mas na prática concreta

A rebeldia se consolida e se torna eficaz se houver unidade entre os movimentos. A unidade pode derrubar barreiras, sem unidade não há vitória.

A rebeldia se constrói com a valorização do modo de vida dos povos, de suas culturas, com a afirmação da auto-estima. As lutas não são só lutas locais, são nacionais e internacionais. Os inimigos estão em muitos lugares.

Cantar no escuro não é novidade, é uma tradição, um legado que tem muito a dizer para nossas lutas.

Marcos, assessor do Conselho Pastoral dos Pescadores CPP

"É justo rebelar-se, é legítimo e urgente"

Justiça é o outro lado da rebeldia. É justo rebelar-se, é legítimo e urgente. Precisamos valorizar nossas rebeldias, nossas resistências, rememorar as lutas.

A rebeldia é igual a algumas sementes do cerrado, que para nascer é preciso quebrar sua dormência, passando pelo fogo, pela quentura, pela barriga do animal. A rebeldia surge quando a dormência é quebrada pela consciência.

Rebeldia gera vida que lateja subterrânea. Nem sempre é um processo racional. Muitas vezes é um processo festivo de construção de símbolos.

A rebeldia provoca o deslocamento da crença nas vias institucionais, para a constituição de alternativas como 'os ventos da meia noite', a retomada dos territórios pelos povos indígenas e quilombolas. As leis não bastam. Meu nome é tumulto e se inscreve na terra.

Mesmo na contradição, a gente canta.

Tatiana, assessora jurídica da CPT Bahia

Esperança

Em uma espontânea e harmoniosa sintonia, os conteúdos dos grupos das sete tendas que debateram o eixo Esperança se complementaram nas apresentações à plenária.

Com muita força, destacou-se como principais sinais de esperança a valorização da força das mulheres, a capacidade dos jovens e crianças, o reconhecimento dos saberes milenares, a certeza de que agroecologia e sementes crioulas são ferramentas para a resistência das comunidades, entre outros elementos.

O Credo das Sementes foi rezado pelos integrantes da Tenda Rio Madeira: "Creio na semente criada por Deus e guardada por camponeses em todo o mundo [...] creio na semente plantada na terra livre de transgênicos e agrotóxicos [...] creio nas crianças que são sementes humanas de um futuro melhor".

Emocionou e surpreendeu a apresentação de três crianças, do grupo "Amiguinhos do Cerrado", do Mato Grosso do Sul. Um dos pequenos, vestido de onça pintada, saindo do meio dos congressistas, subiu ao palco, urrou, e demonstrou toda energia digna do felino. Outras duas crianças leram uma cartinha escrita por elas mesmas clamando pela preservação do Cerrado:

"Somos os Amiguinhos do Cerrado. Somos frutos desta terra tão querida. O Cerrado grita por socorro! Até quando o Cerrado vai aguentar tanta destruição? Se não cuidarmos agora, no futuro tudo será um grande deserto.

Cadê a onça pintada? O lobo guará? A arara azul? Quase não vejo mais tamanduá. E a ema, as seriemas? Será que eles só vão aparecer nas fotos antigas? Ajudem a nós, os Amiguinhos do Cerrado, a defender e preservar nosso Cerrado!".

Foto: Joka Madruga

Apresentação teatral à plenária

"A esperança é a persistência da rebeldia"

O que nos foi apresentado nos diz que mesmo em condições adversas, no escuro, podemos construir nosso destino. O que significa esperança para homens e mulheres? No cuidado da terra, no plantio e na colheita da semente, no cuidado de homens e mulheres, aí está esperança. A esperança é a persistência da rebeldia.

A agroecologia, as sementes crioulas indicam que outras relações sociais entre campo e cidade são necessárias.

A principal semente crioula são as comunidades, que estão sendo destruídas por lideranças transgênicas.

Guiomar Germani, professora da Universidade Federal da Bahia, UFBA.

"A CPT é eterna aprendiz"

O que vimos nas apresentações são ações para conquistar direitos. Tem-se clareza de como se comporta o Estado, como se comportam os que seriam aliados, mas que enganam os trabalhadores.

A CPT não é melhor ou pior do que qualquer outro movimento. Ela tem uma particularidade. A CPT pratica e acredita na transformação que se faz com duas mãos: uma que derruba cercas, faz ocupações de terra e outra que dá sentido e significado: A Reforma Agrária é o trabalhador quem faz, mas também é Javé quem faz.

Para tocar nossas ações, enfrentar os que plantam a droga, as divisões nos movimentos sociais são necessárias ações concretas, tratando os que fazem suas lutas como sujeitos, como pessoas. E para isso temos que estar dispostos a escutar suas lendas, suas histórias, o trabalhador que diz que a semente é dom de Deus...

Nossa luta não é só política, é a de recuperar tradições e saberes populares. Uma rezadeira, uma benzedeira tem que ser valorizadas e valorizados seus saberes.

Ou a CPT faz isto ou a luta não será feita. A CPT é eterna aprendiz....

Jadir Pessoa, professor da Universidade Federal de Goiás, UFG

IV CONGRESSO - CARTA FINAL

Faz escuro, mas cantamos!

Na manhã do dia 17 de julho foi realizada a plenária final do IV Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na ocasião, os/as participantes aprovaram a Carta Final do Congresso, que celebra os 40 anos da Pastoral.

Foto: Joka Madruga

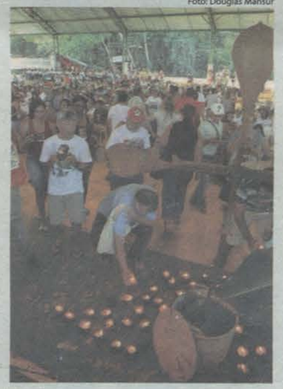
Nós, 820 camponesas e camponeses, indígenas e agentes da CPT, bispos católicos e da Igreja Ortodoxa Grega, pastores e pastoras, rezadores e rezadeiras, vindos de todos os recantos do Brasil, convocados pela memória subversiva do Evangelho e pelo testemunho dos nossos mártires, pela presença dos Orixás, dos Encantados e Encantadas, nos reunimos para o IV Congresso da Comissão Pastoral da Terra, em Porto Velho-RO, de 12 a 17 de julho de 2015. Foram dias de um intenso processo de escuta, debate e busca de consensos e desafios em sete tendas, que receberam nomes de sete rios de Rondônia. Ao final destes dias, queremos fazer chegar esta mensagem a vocês, povos do campo e da cidade, como um apelo e um chamado.

"Obedecer ao chamado. Cumprir o dever".
(Cacique Babau - povo Tupinambá)

Faz escuro, mas eu canto! Ha 40 anos, a CPT, num tempo de escuridão, em plena ditadura militar, foi criada atendendo ao apelo de povos e comunidades do campo, de modo particular da Amazônia, envolvidas em conflitos e submetidas a diversas formas de violência. Hoje, voltando de onde nascemos e fazendo memória destes 40 anos, vemos que foram anos de rebeldia e fidelidade ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, condição da nossa esperança. Vemos também que as comunidades vivem uma realidade mais complexa do que a do tempo da fundação da CPT, pois camuflada por discursos os mais variados de desenvolvimento e progresso, que, porém, trazem consigo uma carga de violência igual ou pior à de 40 anos atrás. Hoje, tem-se consciência de que pelo avanço voraz do capitalismo é o destino da própria humanidade e da própria vida que está em jogo. O mercado nacional e transnacional encontra suporte nas estruturas do Estado que se rendeu e vendeu aos interesses das elites e do capital.

Com a autoridade e humildade de quem vive as dores e alegrias da vida do povo, neste Congresso compartilhamos experiências que trouxeram a Memória de fatos e pessoas muito significativas na história das comunidades do campo e da própria CPT; experiências de Rebeldia que nos mostram a indignação diante das injustiças e da violência e experiências de Esperança, que apontam para caminhos que levem a uma realidade mais justa.

Foto: Douglas Mansur



Quanta história temos para contar! De gente e de lugares, de derrotas e vitórias. ... E nossos mortos - homens e mulheres. Fazemos memória para unir passado e presente. Não para repetir! Mas para radicalizar, voltar às raízes do amor pela terra e pelos povos da terra.

Na nossa luta a CPT interagia de corpo e alma com a gente desde o começo, na ocupação e no despejo.
Valdete Siqueira dos Santos, Assentamento Transval, Jequitinhonha, MG.

Rememorar lutas e resistências alimenta nossa indignação e rebeldia. É justo rebelar-se, é legítimo e urgente. Porque a violência e a destruição não são parte do passado, mas são vividas em todos os cantos do país, com muitas caras e a mesma cumplicidade das autoridades que deveriam zelar pelo bem do povo. Estas enrolam, cansam e esgotam as comunidades. A rebeldia vai brotando aos poucos, nasce da realidade de opressão que interpela a consciência. É igual às sementes das plantas do Cerrado, que precisam passar pelo fogo ou pelo estômago dos animais para quebrar sua dormência e assim germinar. Nem sempre é um processo racional. Muitas vezes é um processo festivo de construção de símbolos. Continua a convicção que nosso projeto de vida vai ser "na lei ou na marra".

Se com a memória alimentamos nossa rebeldia... com o que damos vida à nossa esperança?

A esperança é a persistência da rebeldia!
Trabalhador numa das tendas

Foto: Joka Madruga

Essa esperança vai nas nossas mãos. Em uma, a luta e a organização - diária e rebelde - na outra, a fé e a paixão - diária e rebelde. De um lado resistimos ao sistema de morte com luta. Do outro descobrimos que conquistar terra e território e permanecer neles não é suficiente. O desafio é construir novas pessoas e novas relações interpessoais, familiares, de gênero, geração, sociais, econômicas, políticas entre espiritualidades e religiões diferentes e com a própria natureza.

Com as mãos cheias de esperança convocamos os povos originários e o campesinato em suas mais diversas expressões: quilombolas, pescadores e pescadoras artesanais, ribeirinhos, retireiros, geraizeiros, vazanteiros, camponeses de fecho e fundo de pasto, extrativistas, seringueiros, castanheiros, barranqueiros, faxinalenses, pantaneiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, assentados, acampados, peões e assalariados, sem-terra, junto com favelados e sem teto, para fortalecer estratégias de aliança e de mobilizações unitárias.

Convocamos também igrejas, instituições e organizações para reassumirmos um processo urgente de MOBILIZAÇÃO REBELDE E UNITÁRIA pela vida, que inclua a defesa do planeta TERRA, nossa casa comum, suas águas e sua biodiversidade.

Foto: Joka Madruga

Com o Papa Francisco reafirmamos que queremos uma mudança nas nossas vidas, nos nossos bairros, na nossa realidade mais próxima, uma mudança estrutural que toque também o mundo inteiro.

Se no passado a escuridão não nos calou, mas acendeu em nós a esperançosa rebeldia profética, hoje também ela nos impulsiona a continuar a luta ao lado dos povos e comunidades do campo, das águas e das florestas, em busca de uma terra sem males e do bem viver.

Por isso assumimos como perspectivas de ação para os próximos anos:

- Uma reforma agrária que reconheça os territórios dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e uma justa repartição da terra concentrada;
- A formação dos camponeses, camponesas e dos agentes da CPT, com destaque para as comunidades tradicionais, a juventude, as relações de gênero, a agroecologia;
- O envolvimento em todos os processos de luta pela educação no e do campo;
- O serviço à organização, articulação e mobilização dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, pescadores artesanais e mulheres camponesas;
- A intensificação do trabalho de base;
- A sustentabilidade pastoral, política e econômica da CPT.

O profundo desejo do próprio Jesus e do seu movimento é também o nosso: "Eu vim trazer fogo sobre a terra, e como gostaria que já estivesse em chamas" (Lc 12,49).

Porto Velho, Rondônia, 17 de julho de 2015.

Os e as participantes do IV Congresso Nacional da CPT

Foto: Joka Madruga

Foto: Joka Madruga

IV CONGRESSO - AS COZINHAS

Alimentando o IV Congresso da CPT

"É necessário reconhecer o trabalho voluntário de dezenas de mulheres e homens que viajaram milhares de quilômetros para garantir as refeições diárias de inúmeras pessoas que participam do nosso Congresso", afirmou Joka Madruga, que fez uma homenagem a essas pessoas.

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO
JOÃO ZINCLAR – IV CONGRESSO NACIONAL DA CPT

Um pouco dos sabores deste nosso imenso Brasil foi levado ao IV Congresso Nacional da CPT. Divididas por Grandes Regiões, cozinheiras/os e ajudantes contribuíram na alimentação das centenas de pessoas que participaram do evento. No Campus da UNIR, em meio à Floresta Amazônica, tendas foram montadas para abrigar os/as colaboradores das cozinhas, alimentos, e também para acolher as pessoas nos momentos das refeições. Espaço onde eram saboreadas comidas típicas no embalo dos encontros e reencontros das pessoas que participavam do evento.

Foto: Joka Madruga

Foram seis cozinhas instaladas e divididas em Grandes Regiões: Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Noroeste, Sul e Sudeste. Ao longo desses dias, foram partilhadas comidas regionais e receitas caseiras das comunidades, o que revela, mais uma vez, a diversidade de sabores presentes entre os povos do campo. Na cozinha da região Norte, por exemplo, teve caldeirada de peixe, arroz com camarão e arroz com carne de sol.

Foto: Joka Madruga

Já o pessoal do Nordeste preparou o delicioso baião de dois e churrasco de bode. Centro-Oeste fez galinhada. Bom essas foram apenas algumas comidas preparadas para alimentar os congressistas ao longo desses dias.

Era café da manhã, almoço, lanche e jantar. Para alimentar centenas de pessoas, as cozinheiras e ajudantes voluntários trabalharam muito. Acordavam cedo e só paravam após o jantar. Na cozinha do Norte, por exemplo, a equipe planejou uma rotina de trabalho. Uma turma começava a contribuir nas cozinhas às 05 horas da manhã e os demais às 06 horas. À noite, voluntários eram chamados para ajudar a lavar as vasilhas. Por todo esse esforço para alimentar os/as congressistas, cozinheiras foram homenageadas ao fim do Congresso e também com uma exposição fotográfica de Joka Madrugada.

Dona Ester foi uma das pessoas que contribuiu na equipe de alimentação durante os dias de Congresso. "Sou acostumada a cozinhar para muita gente. Já participei de grandes manifestações e caminhadas. E sempre cozinhei", afirmou, sorrindo. Enquanto cortava abóbora para o almoço do penúltimo dia de evento, ela contou que, hoje, é assentada no município de Tucurui, no Pará. Mas bem antes, era atingida por barragem. Não recebeu nenhuma indenização, assim como muitos e muitas. "Entrei para o MST e consegui minha terrinha", conta. No lugar onde mora com os filhos e netos, dona Ester planta cacau, laranja, arroz, mandioca, melão, e mais uma infinidade de alimentos. Trabalhar ao lado de Ester é alegria na certa. "Gosto de estar na cozinha rindo, contando piada", diz.

Foto: Joka Madruga

Alimentos

Para alimentar os/as participantes ao longo do Congresso, paróquias e trabalhadores/as rurais de Rondônia doaram alimentos: mais de 100 quilos de café, 250 quilos de melancia, 400 quilos de arroz, entre outros. Além disso, entre produtos que foram comprados, estão 20 porcos e 220 quilos de peixe – comprados de uma associação de pescadores da região. Segundo a equipe de compras do Congresso, cerca de 30% dos alimentos utilizados no evento foram doados. Além disso, os regionais da CPT também levaram alimentos típicos de suas regiões para o Congresso.

Foto: Joka Madruga

Ensaio 'Alimentando a luta' – por Joka Madruga

"Dai pão a quem tem fome. E fome de justiça a quem tem pão".O IV Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra foi um tempo de reflexão. Tempo de reunir a família para avaliar, discutir e construir coletivamente avanços para a continuidade da luta em busca do sonho comum. Mas, como fazer uma reunião de família de barriga vazia? É simples. Não se faz.

Dessa forma, é necessário reconhecer o trabalho voluntário de dezenas de mulheres e homens que viajaram milhares de quilômetros para garantir as refeições diárias de inúmeras pessoas que participam do nosso Congresso. Além dos temperos variados, vindos de todos os cantos do Brasil, as cozinhas regionais carregam a diversidade dos sonhos, anseios e histórias das vidas que, de alguma forma, convergiram e se encontraram em Porto Velho."

Joka Madruga, repórter fotográfico do site Terra Sem Males – um dos colaboradores da Equipe de Comunicação João Zinclar, produziu um belo ensaio fotográfico homenageando as trabalhadoras das cozinhas.

IV CONGRESSO - CELEBRAÇÕES

"Somos o fruto da semente que os mártires plantaram"

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO
JOÃO ZINCLAR – IV CONGRESSO NACIONAL DA CPT

O IV Congresso da CPT foi recheado com belas, significativas e comoventes celebrações que serviram para encher a alma e aquecer os corações.

Começou com a celebração que acolheu os quase mil participantes vindos de todos os recantos do Brasil. Uma poronga gigante de quase três metros de altura foi introduzida no Ginásio de Esportes onde se realizaram os grandes momentos coletivos. Esta poronga - uma espécie de lamparina, feita de metal, encaixada na cabeça dos seringueiros para iluminar os caminhos da seringa quando saiam de madrugada para seu trabalho diário - foi acesa e esteve em lugar de destaque iluminando os caminhos do congresso.

A Bíblia, acomodada em uma pequena canoa, entrou solenemente no espaço da celebração acompanhada por dançarinos e dançarinas idosos, pois a Amazônia se caracteriza por ser cortada por grandes rios que ainda são o único caminho para se chegar a diversas comunidades da região. E se proclamou Apocalipse 22, 1-5, texto repleto de vida, de alegria, da terra, da água, dos frutos abundantes.

E para concluir foram servidos, em cuias feitas das cascas do Cupuaçu, produzidas no Acre, o açaí e a farinha, alimentos típicos das comunidades da Amazônia, abençoados com um belo texto de Dom Pedro Casaldáliga.

Com esse gesto de partilha e comunhão foi dado início à programação do Congresso.

Oração de cada dia

Cada novo dia começava com uma celebração, preparada por uma das grandes regiões em que se organiza a CPT. Eram momentos de profunda espiritualidade que colocavam a todos em sintonia com os temas sobre os quais se debruçava o congresso.

Celebração dos Mártires

O ponto alto das celebrações foi a da memória de homens e mulheres que tombaram na luta em defesa dos povos da terra, a celebração dos mártires. A Amazônia brasileira, o cair da noite e as margens do Rio Madeira formaram o cenário desta celebração, na quinta-feira, 16 de julho. Ela se realizou, em frente à Igreja, na Vila Santo Antônio, próximo a Porto Velho, por onde passava a desativada Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. De lá se avistava a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Um espaço onde os conflitos do início do século XX e os do presente se confundem. Lugar onde indígenas e trabalhadores tiveram e têm seus diretos violados, onde muitos foram mortos. "É uma terra marcada pelo sangue dos indígenas, dos negros, marcada por muita luta, mas também de esperança", ressaltou Irmã Maria Teixeira, da CPT da Diocese de Goiás.

O pátio da Capela, às margens do Rio Madeira, estava iluminado com porongas. Em cirandas, os participantes proclamaram nomes dos mártires que tombaram na luta. A cada nome era erguido o estandarte com sua imagem e se cantava "mataram mais um irmão, mas ele ressuscitará".

Foto: Joka Madruga

Foto: Joka Madruga

"Evocar os mártires da terra é evocar a ancestralidade da luta. Traz pra gente a força para continuar e seguir lutando pelos que virão. Nós somos o fruto da semente que esses mártires plantaram", afirmou Vanúbia Oliveira, da CPT em Campina Grande,

"Os mártires viveram a radicalidade de Jesus", ressalta Ruben Siqueira, da coordenação executiva nacional da CPT. "Para nós, a memória desses mártires é a reatualização da memória de Jesus, que se doou totalmente até o martírio pela vida dos outros. O sangue derramado na luta pela terra é sempre relembrado por nós, para que ele nos fortaleça", complementou.

Celebração de Encerramento

Na celebração de encerramento uma grande mandala tinha ao centro a canoa com a Bíblia cercada das mais variadas sementes cultivadas pelos camponeses e camponesas. E como numa grande coroa os ouriços das castanhas do Pará transformados por mãos habilidosas em velas. Estas velas, acesas na grande poronga, foram distribuídas entre todos para que a luz do Congresso ilumine os caminhos das comunidades camponesas e a CPT em todos os recantos do Brasil.

Uma grande benção e um ritual de envio concluiu a celebração. As sementes crioulas foram recolhidas para serem plantadas nas comunidades.

A CPT não é caneca nem água: é a vontade de beber

A pastora metodista e membro da CPT Bahia, Nancy Cardoso, num belo texto escrito logo após o congresso enfatizou que *"ficou muito claro e evidente* nas falas e testemunhos dos/das trabalhadores/as que a CPT esteve presente, não arredou o pé e não quis ser o que não é: movimento!"

Alguns destaques da festa:

"A CPT é Comissão Pastoral e – bem ou mal – se manteve neste lugar de presença e convivência com os trabalhadores/as e seus movimentos e organizações.

Alguém disse: a CPT não dá linha… a CPT alinhava.

Junta isso com aquilo, permanece. Fica na hora boa ou na ruim, permanece. Reza no seco e no molhado: permanece… e é esse tempo de permanecência que caracteriza o trabalho pastoral.

A rebeldia é a permanência da memória.

A esperança é a permanência da rebeldia.

A CPT é do exercício e da mística de permanecer: mas nem é ela mesma a rebeldia nem a esperança.

Estes limites do trabalho pastoral são o que temos de autêntico e honesto para oferecer e a mística de amadurecer amores radicais de se entregar pelo amor do mundo, um rio, uma floresta, a terra e seus seres. A CPT não é a caneca… nem a agua é só a sede, a vontade de beber. Mas a caneca de muitos usos e a fonte que mata a sede é o povo quem traz.

A CPT não é semente, nem terra, mas é terra debaixo da unha: marca do exercício de semear e esperar pelos frutos no quintal".

IV CONGRESSO

Martírio e massacre em Rondônia

O estado de Rondônia, terra que acolheu o IV Congresso Nacional da CPT, foi também cenário de um dos piores conflitos no campo de que se tem registro na história do Brasil: o Massacre de Corumbiara, que completou 20 anos no dia 9 de agosto. Além disso, no dia 24 de julho completaram-se 30 anos do martírio de Padre Ezequiel Ramin.

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO JOÃO ZINCLAR – IV CONGRESSO NACIONAL DA CPT

Esses e outros lutadores e lutadoras que foram mortos em conflitos no campo foram lembrados durante o Congresso. Em uma rampa que dava acesso à Plenária do Congresso, foram instaladas 30 placas com nomes de pessoas mortas no campo ao longo das três décadas em que a CPT divulga seu relatório anual de Conflitos no Campo. Ao lado dessa rampa, ergueu-se a Tenda dos Mártires, espaço dedicado a homenagear os que tombaram na luta pela terra.

Antônio Ramin, irmão do Pe. Ezequiel e Genadir Ribeiro, conhecido como Dirinho, presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Corumbiara estavam presentes na abertura do Congresso.

30 anos do martírio do Pe. Ezequiel

Antônio chegou da Itália dois dias antes do inicio do Congresso. Ao longo do mês de julho, participou das celebrações que lembraram o martírio de Ezequiel. Também visitou ações apoiadas pelo Projeto Padre Ezequiel.

Pe. Ezequiel, missionário comboniano italiano, foi assassinado, aos 32 anos, por defender os sem terra, posseiros e indígenas da região. Tinha apenas cinco anos de sacerdócio e trabalhava em Cacoal, diocese de Ji-Paraná, que também atendia uma parte de Mato Grosso.

Foi assassinado no conflito da fazenda Catuva, entre Rondônia e Mato Grosso, com sede em Rondolândia, MT. A fazenda mantinha pistoleiros armados, que, constantemente, ameaçavam o povo. O padre procurava intervir e denunciar as injustiças. E ao ir à fazenda alertar os posseiros sobre o perigo que corriam foi assassinado. "A herança de sua morte, de seu sangue, significa que ele tinha uma aliança com o povo", afirma Antônio.

Ao longo de uma conversa de 30 minutos, Antônio falou sobre a origem camponesa de sua família na Itália, a vida de Ezequiel junto aos povos do campo no Brasil. "Ele gostava muito de estar aqui [em Rondônia]", diz Ramin. Histórias sobre as comunidades que Padre Ezequiel conhecia eram narradas em suas cartas à família. "A sensibilidade que Ezequiel carregava no coração era naturalmente camponesa", ressalta Antônio. "A memória de Ezequiel é muito sentida no povo", afirma.

Pelo menos a cada cinco anos, Antônio desembarca em Rondônia, para visitar comunidades e ações apoiadas pelo Projeto criado em homenagem ao irmão. Dessa vez, trouxe consigo vários amigos de seu país para as celebrações dos 30 anos do martírio de Ezequiel.

Após celebração em Cacoal, foi celebrada missa em Rondolândia, onde foi morto. Ali foi inaugurada capela construída em sua homenagem. Durante as celebrações, foi lançado o pedido de abertura do processo diocesano de beatificação do Padre Ezequiel.

Foto: Douglas Mansur

Foto: Joka Madruga

20 anos do Massacre de Corumbiara

Conhecido internacionalmente, o episódio que encharcou com sangue dos trabalhadores as terras do município localizado ao sul de Rondônia completou 20 anos no dia 9 de agosto. Relembrado pelos participantes do IV Congresso da CPT, o massacre deixou marcas na história dos povos do campo. Genadir Ribeiro, o Dirinho, presidente do sindicato rural da região, falou sobre as duas décadas após o ocorrido.

"O massacre de Corumbiara pra nós foi um dos episódios mais tristes", conta Dirinho. Ele teve dois irmãos que sobreviveram ao massacre e outro, vereador na época, que foi assassinado quatro meses após o episódio, por "dar apoio aos trabalhadores rurais sem terra".

Foram cerca de 600 famílias que ocuparam, em julho de 1995, uma pequena parte das terras da fazenda Santa Elina, em Corumbiara. Os trabalhadores reivindicavam a desapropriação da fazenda com cerca de 18 mil hectares e cujo proprietário era acusado de grilagem das terras. Nos dias que antecederam o massacre, uma tentativa de reintegração de posse ocorreu sem sucesso. A decisão das famílias foi pela resistência.

A chacina ocorreu no dia 9 de agosto de 1995. Seu Dirinho relembra o relato de um de seus irmãos: "invadiram o acampamento de madrugada. Meu irmão conta que teve um momento que a polícia pediu pra eles se deitarem no chão e saíram andando por cima dos trabalhadores. Ele sente dores até hoje. Aconteceram coisas inimagináveis com os trabalhadores rurais que foram torturados e assassinados", contou.

No massacre, dois policiais militares e nove trabalhadores foram mortos. O número, contudo, é contestado até os dias de hoje. "O número de trabalhadores mortos é bem maior", afirma Dirinho. "Muitos sem terra morreram depois, por conta dos ferimentos". Josep Iborra, conhecido como Zezinho, agente da CPT em Rondônia ressalta que na época nada foi feito pelos órgãos governamentais para evitar o conflito anunciado. Dirinho concorda. "Naquele tempo, não houve nenhum interesse por parte do estado em intervir. Tanto o prefeito, quanto o governador, Valdir Raupp [atual senador pelo PMDB], poderiam ter feito alguma coisa. Acredito que dava pra evitar o massacre".

Após o massacre, ocorrido no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), houve o processo de legalização das terras para o fazendeiro e, mais recentemente, "foi desapropriada para fins de Reforma Agrária e o proprietário foi indenizado em cerca de 54 milhões de reais", comenta Zezinho.

As famílias das vítimas do massacre permanecem esquecidas pelo Estado até os dias de hoje. Dirinho denuncia que nenhuma delas foi indenizada. O clima de tensão e medo na área também é um desafio a ser enfrentado. A memória do Massacre se faz presente no cotidiano de Corumbiara e impede que muitas famílias sigam na luta contra o latifúndio e a grilagem de terras na região. "Hoje, o sentimento na região é ainda de muito medo e tristeza", reconhece Dirinho.

Nuestra América

Equador

Camponeses equatorianos em luta contra a mineração

No Dia Mundial contra a Mineração, 22 de julho, na comunidade de Junín, no vale do Rio Intag, Equador, se realizou um festival comunitário para demonstrar que existem 'Alternativas Vivas", como a do ecoturismo e do cultivo de café e a construção de pequenas centrais hidrelétricas, em contraposição aos projetos de mineração. No dizer de uma das lideranças "a mineração supõe a destruição das alternativas possíveis. A terra vale mais do que o ouro e o cobre. Não trocamos nossa água por nenhum minério".

As comunidades do Intag se tornaram conhecidas porque ali se desenvolveu a primeira e mais consistente resistência popular contra projetos de mineração. Em 1997, expulsaram a empresa japonesa Bishimetals que explorava o território desde 1990. Em 2006, conseguiu expulsar a empresa canadense Ascendant Copper, autorizada em 2004. A empresa, mesmo recorrendo a forças paramilitares, não conseguiu dobrar o povo.

Atualmente, a luta é contra um projeto do governo Rafael Correa que criou o Projeto Llurimagua junto com a empresa chilena CODELCO e a equatoriana ENAMI. A luta está difícil porque o governo, conhecendo a resistência de Íntag, adotou novas estratégias, como a prisão de lideranças e prometeu construir escolas, centros de saúde e redes de água potável e eletricidade. Com isso conseguiu dividir as comunidades. Divisão que provoca danos não imaginados. O festival comunitário foi uma nova estratégia de luta das comunidades.

Paraguai

Juiz declara que a imprensa tem pressa em julgamento de sem terra

No dia 27 de julho foi suspenso o julgamento de 11 camponeses sem-terra paraguaios, pelo massacre de Curuguaty. No tribunal, os acusados demitiram os advogados de defesa, alegando terem "perdido a confiança" neles. O juiz, porém, negou aos advogados que assumiam o caso o direito a um estudo aprofundado das mais de 7.200 páginas do processo e marcou o julgamento para o dia 3 de agosto, alegando que os meios de comunicação têm "pressa".

Segundo o juiz brasileiro Jonatas Andrade, da Associação dos Juízes pela Democracia, um dos observadores internacionais do caso: "Nunca vi um juiz assumir desta forma que sua decisão é para atender a imprensa, isso é estupendo. No Brasil até ocorre, mas não se diz".

Os 13 camponeses foram colocados no banco dos réus para responder pelas mortes de seis policiais ocorridas em 15 de junho de 2012, em uma área de assentamento conhecida como Marina Kue. Forças de segurança com 350 policiais, helicópteros e cavalaria invadiram o assentamento, para que 60 sem-terra desocupassem a área. A operação terminou com 17 mortos – 11 camponeses e 6 policiais e resultou no processo de impeachment do presidente Fernando Lugo que foi afastado do governo.

Os assassinatos dos camponeses nunca foram investigados e ninguém foi processado. Já os camponeses respondem por associação criminosa, tentativa de homicídio e pela morte dos seis policiais.

Bolívia

"Vocês são semeadores de esperança" Papa se reúne com os movimentos populares

De a 7 a 9 de julho, em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, aconteceu o II Encontro Mundial dos Movimentos Populares com o Papa. Cerca de 1.500 pessoas de 40 países participaram, sendo 250 do Brasil. Da CPT foram Pe. Severino, de São Paulo, e Irmã Tânia, da Paraíba.

O ponto alto do evento foi a fala do Papa Francisco. Uma fala clara e firme, um apelo à mudança.

Alguns tópicos do seu discurso:

- **Terra, teto e trabalho** para todos os nossos irmãos e irmãs são direitos sagrados. Vale a pena lutar por eles.
- Se reconhecemos que as coisas não andam bem num mundo onde há tantos camponeses sem terra, tantas famílias sem teto, tantos trabalhadores sem direitos, tantas pessoas feridas na sua dignidade; quando explodem tantas guerras sem sentido e a violência fratricida se apodera até dos nossos bairros; quando o solo, a água, o ar e todos os seres da criação estão sob ameaça constante, **digamos sem medo: Precisamos e queremos uma mudança.**
- Se reconhecemos que o sistema que impôs a lógica do lucro a todo o custo, sem pensar na exclusão social, nem na destruição da natureza, digamos sem medo: **Queremos uma mudança, uma mudança real, uma mudança de estruturas.**
- Este sistema é insuportável: não o suportam os camponeses, não o suportam os trabalhadores, não o suportam as comunidades, não o suportam os povos.... E nem sequer o suporta a Terra, a irmã Mãe Terra, como dizia São Francisco.
- **A globalização da esperança, que nasce dos povos e cresce entre os pobres, deve substituir esta globalização da exclusão e da indiferença.**

Foto: TeleSur

- **Atrevo-me a dizer que o futuro da humanidade está, em grande medida, nas mãos de vocês, na sua capacidade de se organizar e promover alternativas criativas na busca diária dos "3 T" (trabalho, teto, terra). Não se acanhem! Vocês são semeadores de mudança.**

O papa propôs aos movimentos três tarefas:

Primeira: pôr a economia a serviço dos povos.

- Os seres humanos e a natureza não devem estar ao serviço do dinheiro. Digamos NÃO a uma economia de exclusão e desigualdade, onde o dinheiro reina em vez de servir. Esta economia mata. Esta economia exclui. Esta economia destroi a Mãe Terra.
- A justa distribuição dos frutos da terra e do trabalho humano não é mera filantropia. É dever moral. Para os cristãos é um mandamento. Trata-se de devolver aos pobres e às pessoas o que lhes pertence.
- Os planos de assistência deveriam ser pensados apenas como respostas transitórias. Nunca poderão substituir a verdadeira inclusão: a inclusão que dá o trabalho digno, livre, criativo, participativo e solidário.

Segunda: unir os nossos povos no caminho da paz e da justiça.

- Digamos NÃO às velhas e novas formas de colonialismo. Digamos SIM ao encontro entre povos e culturas.
- A nossa fé é revolucionária, porque a nossa fé desafia a tirania do ídolo dinheiro.

A terceira: talvez a mais importante, é defender a Mãe Terra.

- A casa comum de todos nós está sendo saqueada, devastada, vexada impunemente. A covardia em defendê-la é um pecado grave.
- O futuro da humanidade está fundamentalmente nas mãos dos povos; na sua capacidade de se organizarem e também nas mãos que regem, com humildade e convicção, este processo de mudança.

PÁGINA BÍBLICA

Judite

Javé visitará seu povo por minha mão

Viemos acompanhando nas últimas edições do Pastoral da Terra como o Templo passou a controlar toda a vida do povo, inclusive a própria Palavra de Deus. e como sobre os ombros do povo foram colocados fardos de leis, normas e sacrifícios. A carga mais pesada recaia sobre a mulher. Ela, porém, se tornou a protagonista da resistência. Foi ela que resgatou a memória do verdadeiro Deus. Cinco mulheres, Ester, Rute, Judite, Susana e a Sulamita, se tornaram símbolo da resistência ao templo que parte da casa da mulher

SANDRO GALLAZZI*

Nesta edição vamos nos aproximar da história de Judite que não está na Biblia hebreia (seguida pelos evangélicos), mas na Bíblia grega (seguida pelos católicos).

Judite é viuva e não tem filhos. Nada podía ser pior do que isso para uma mulher judía. É estrangeira: a chamam de Judite, que quer dizer a judía, mas sua casa fica em Betúlia, que fica na Samaria. É samaritana!

Vejamos como foi essa história. Holofernes sitia a cidade de Betúlia (o nome é simbólico, significa a menina, a moça) O cerco da cidade dura trinta e quatro días. O povo, que pensa como o templo, segundo a teología da retribuição, diz: *Isto acontece porque nós pecamos. Vamos nos entregar. Antes escravos, que mortos!* Os dirigentes, na mesma linha, dão cinco días a Deus para que tenha compaixão do povo e mande a chuva que acalme sua sede (é bom lembrar que Baal era o Deus da chuva). Há uma conta que é necessário fazer: 34 + 5 = 39. O dia seguinte é o dia 40, dia da vida, da terra prometida, mas o povo espera por castigo, os chefes por milagres.

Ao tomar conhecimento disto, Judite convoca os chefes em sua casa e critica sua atuação que devia ter sido a de estimular o povo a asumir a responsabilidade pela defesa de tudo e de todos. Os chefes não a entendem e, obstinados na teología da retribuição, lhe pedem que reze. Talvez uma mulher tão piedosa consiga a graça e o milagre da chuva.

A teología de Judite desponta em seu grito: "Eu vou fazer alguma coisa. Todas as gerações vão lembrar disto. Javé visitará seu povo por minha mão." A mão de Deus e a mão da mulher juntas, assim como Deus e Moisés, "Eu desci, vai" . Judite não esqueceu a mais antiga lição da memória do povo.

E a oração de Judite não foi por chuva, mas para que Deus lhe ponha força em sua mão para quebrar a arrogância do opressor. Ela pede porque sabe que Deus não voltou ao céu, mas continua na terra, no conflito, tomando partido. "Tu és o Deus dos humilhados, ajuda dos pequenos, força dos fracos, defensor dos desanimados, salvador dos desepserados".

Essa é a melhor definição de Deus, a mais linda que eu encontrei na Bíblia. Esse mesmo. Deus é o que põe fim às guerras, pondo abaixo, esmagando e descarregando sua ira sobre os violentos, os exércitos, os opressores.

É importante notar que a história de Judite não termina com a morte de Holofernes. Para libertar o povo, não basta cortar a cabeça de Holofernes, é necessário que o Sumo Sacerdote venha de Jerusalém até a casa de Judite.

O Sumo Sacerdote deixa Jerusalém. Estes movimentos são muito simbólicos e têm outro ponto de referencia, que é a casa da mulher. E, quando o Sumo Sacerdote chega à casa de Judite, só diz uma coisa e depois se calará para sempre: "Tu es a glória de Jerusalém, tu és o orgulho de Israel, tu és a honra de nosso povo. O que fizeste com tua mão foi o bem. Bendita está tu, junto com Deus para sempre". E o Sumo Sacerdote se cala para sempre. Desaparece.

A partir deste momento Judite vai juntar todas as moças, lhes pede que se arrumem e enfeitem, lhes entrega ramos e elas integram a procissão rumo a Jerusalém. O povo vai retomar o controle do templo e quem está à frente da procissão é Judite, depois todas as moças cantando e dançando e só depois os soldados. Isto é muito simbólico.

E é nesta procissão que Judite devolve ao povo o direito de chamar a Deus com o eterno nome de Javé. A mão da mulher conseguiu isso. A mão da mãe, não por ser reprodutora, mas por que está pronta para dar a vida. Judite não tem filhos, mais lutou, por "meus jovens, meus pequeninos, meus meninos, minhas donzelas ... meus humilhados, meus fracos". Os que são de Deus são de Judite.

Por isso proclama, livre de tudo. "De nada vale a gordura dos holocaustos!" E se diz que ao chegar, Judite ficou três meses dentro do templo com todas as meninas. Nestes três meses houve muita menstruação e ficaram ali. Ainda mais, a oferenda simbólica de Judite ao templo é um pano ensanguentado, o que utilizou para envolver a cabeça de holofernes.

E então o livro pode terminar e cada um voltar à sua propriedade. Judite liberta sua escrava e repartiu seus bens.

A libertação dos escravos, a partilha dos bens e a posse da terra são características do ano santo, o ano da graça do Senhor, o jubileu. Quem permite a realização do sonho do pobre, ter terra, ter liberdade e ter abundancia, é Judite.

**Agente da CPT*

IV CONGRESSO - EXPERIÊNCIAS

A Casa de Farinha do IV Congresso

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO JOÃO ZINCLAR – IV CONGRESSO NACIONAL DA CPT

Foto: Douglas Mansur

Dona Josefa da Silva estava cercada de gente curiosa. Muitas perguntas lhe eram feitas. O sorriso largo não saia de seu rosto. Ela estava torrando farinha d'água, produção tradicional em Rondônia, por isso o alvoroço ao seu redor. Uma Casa de Farinha foi construída pela equipe de infraestrutura, nas dependências UNIR, especialmente para o Congresso da CPT. E a dona Josefa foi a primeira a estrear o espaço.

Josefa mora no Assentamento Joana d'Arc, no município de Cruzeiro do Sul, no Acre. Foi para o Congresso com a delegação de seu estado. Na terrinha dela tem mandioca brava, que é usada para fazer esse tipo de farinha. Perguntada se tem tempo que ela mexe com isso, a resposta vem logo. "Faz muitos anos. Desde quando eu me entendo por gente".

A farinha era torrada bem na hora do almoço. Muita gente estava ao redor do tacho, onde o produto era preparado. Todos queriam experimentar. Simpática, dona Josefa explicava a todos o tempo de preparo. "Duas horas com o fogo baixo. Não pode colocar *muita lenha senão queima*".

A assentada explicava, enquanto mexia o grande tacho, que a mandioca usada ali é conhecida como "amarelinha". Alguém pergunta: "Tem para vender?". Ela logo responde: "A gente tem muita roça, mas agora não tem para vender".

Ao longo da conversa, a trabalhadora contou que após a mandioca ser arrancada da terra, ela fica três dias de molho em uma vasilha com água. Após isso, vai para um saco para ser prensada. Depois, essa massa é peneirada algumas vezes, até que os caroços maiores sejam retirados. Por fim, é torrar, processo que Josefa faz há anos e que foi mostrar aos participantes do Congresso. Depois que ficou pronta, a farinha que Josefa e as colegas torraram foi destinada às cozinhas do *Congresso*.

Foto: Joka Madruga

"O povo se adaptou muito ao açúcar branco, cheio de química"

No dia seguinte, após a produção da farinha, Anselmo Oliveira Duarte foi quem assumiu a Casa de Farinha, onde preparou açúcar mascavo. Ele é assentado no município de Nova Brasilândia, em Rondônia, e militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Enquanto apurava o açúcar, ele explicou que em sua terra sempre tenta manter a produção do alimento e também ensinar outras pessoas.

"O povo se adaptou muito ao açúcar branco, cheio de química. Aí esses produtos como o açúcar mascavo ninguém conhece", destaca Anselmo. "Nós, do MPA, defendemos isso como Soberania Alimentar. O povo produz em casa. Não precisa ir ao supermercado comprar o produto industrializado", acrescenta.

Enquanto mexia o tacho, Anselmo explicou o processo de produção do açúcar. Segundo ele, após cortar a cana, ela precisa ser moída em menos de 36 horas. "O ideal é cortar e moer, senão ela azeda e aí não presta para fazer o açúcar mascavo", afirma. Ele continua a explicar que apenas a parte central da cana que é usada na produção do açúcar mascavo. "Se colocar broto novo ou outra parte da cana não dá o ponto. Não vira açúcar", ensina.

O pequeno agricultor conta que produziu uma apostila que contém a receita desse produto, material que ele faz questão de distribuir aos interessados. "O povo já perdeu a cultura dessa alimentação saudável. É uma luta constante de mudança de cultura alimentar. É um trabalho contínuo de reaprendizado alimentar".

IV CONGRESSO

Cultura

A Natureza em Prosa

O reflexo na Natureza;
Mais e mais aparecendo;
É peixe sem rio para seu giro;
Nascentes em seu último suspiro;
O Sol como que descendo.

O que aconteceu com a natureza?
Muita gente assim indaga;
Em nome da Evolução;
Uma vasta destruição;
A Humanidade é que paga.

A Natureza se revolta;
Em catástrofe se manifesta;
Tipo estou cansada de sofrer;
Estou prestes a morrer;
Mudem o rumo desta festa.

Por Valdivino Tomaz de Aquino – MT

CPT 40 Anos

Amigos, peço licença
Pra narrar na poesia
A vida da CPT
Vivida no dia-a-dia
Assembléias e Congressos
feitos com muito sucesso
Com muito amor e alegria

E por isto que é canto
O mundo só vai mudar
Se revermos a MEMÓRIA
Analisando as derrotas
E também nossas vitórias
Analisando o passado
É aí que temos achado
Como continuar a história

Nossa história é presente
Com coragem e valentia
Despachamos os medrosos
E também a covardia
O trabalhador é teimoso
Ele é manhoso
Isso se chama REBELDIA

O Capital nos massacra
Com toda sua ganância
Vê os trabalhadores
Tratando-os como crianças

Mas todos temos em mente
De quebrar estas correntes
Esta é a nossa ESPERANÇA

Sebastião Arnaldo
Meu nome de cidadão
Me desculpe pelos erros
Que aqui encontrarão
Sou Negro e luto com o povo
Pra criar um mundo novo
Pra ajudar nosso irmão

Minha escola foi a vida
A caneta o enxadão
O que falei 'tá escrito
Em tudo eu acredito
Me chamam de Tião Preto,
Poeta da Multidão.

Por Tião Preto do Mato Grosso do Sul

CPT 40 anos e um longo poema
de 16 estrofes
Reproduzidos
apenas seis
delas

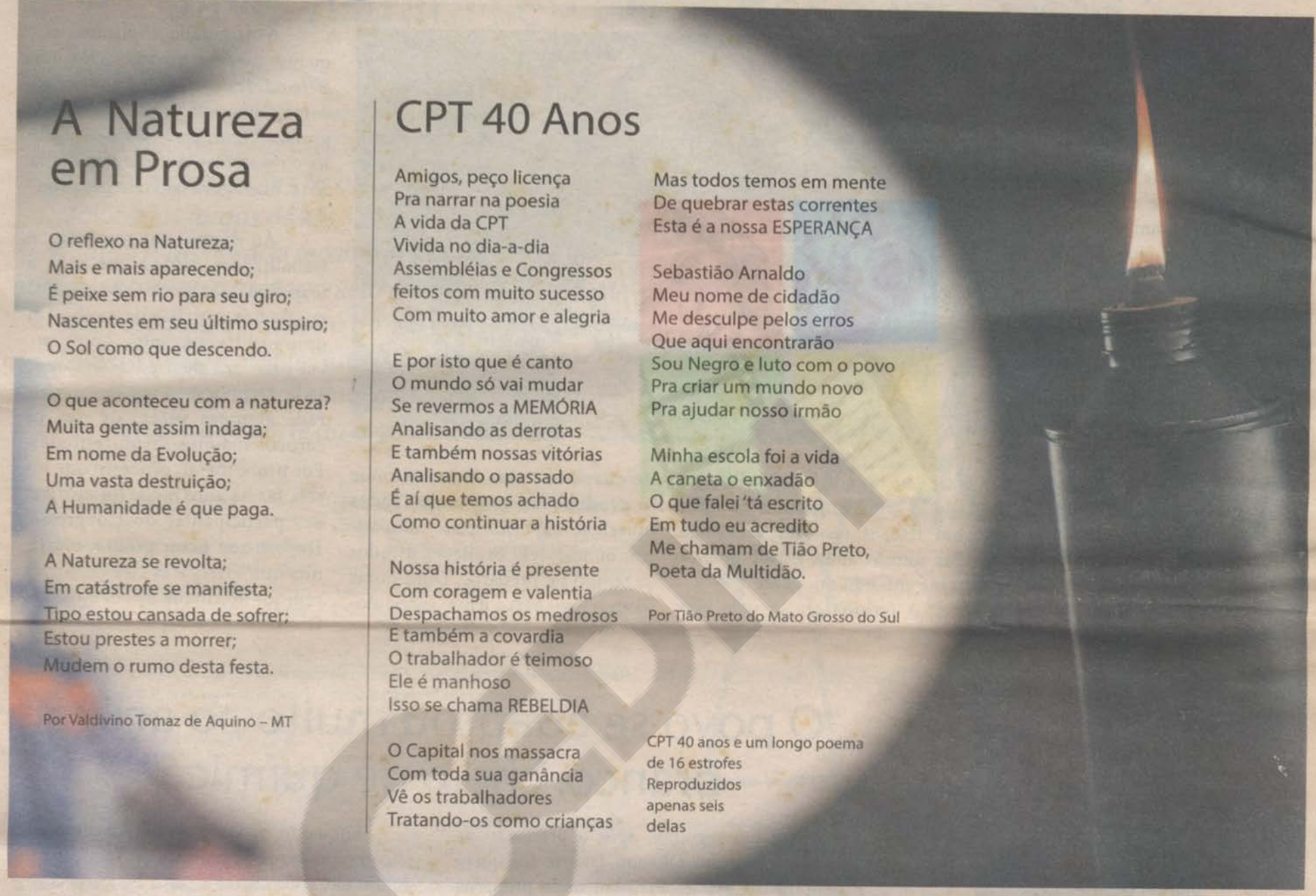


Foto: Joka Madruga

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil ..... R$ 10,00
☐ Para o exterior ..... US$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica
9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO **VIA AÉREA**

PE. GERALDO JOÃO LIMA
RUA MAURICIO LACERDA, 32
VILA NOVA
NOVA IGUAÇU, RJ
BRASIL 1

25.08.17 11:42
MDPB A FATURAR
AGF JARDIM PLANALTO/GO
PB200231
C34152

CPT

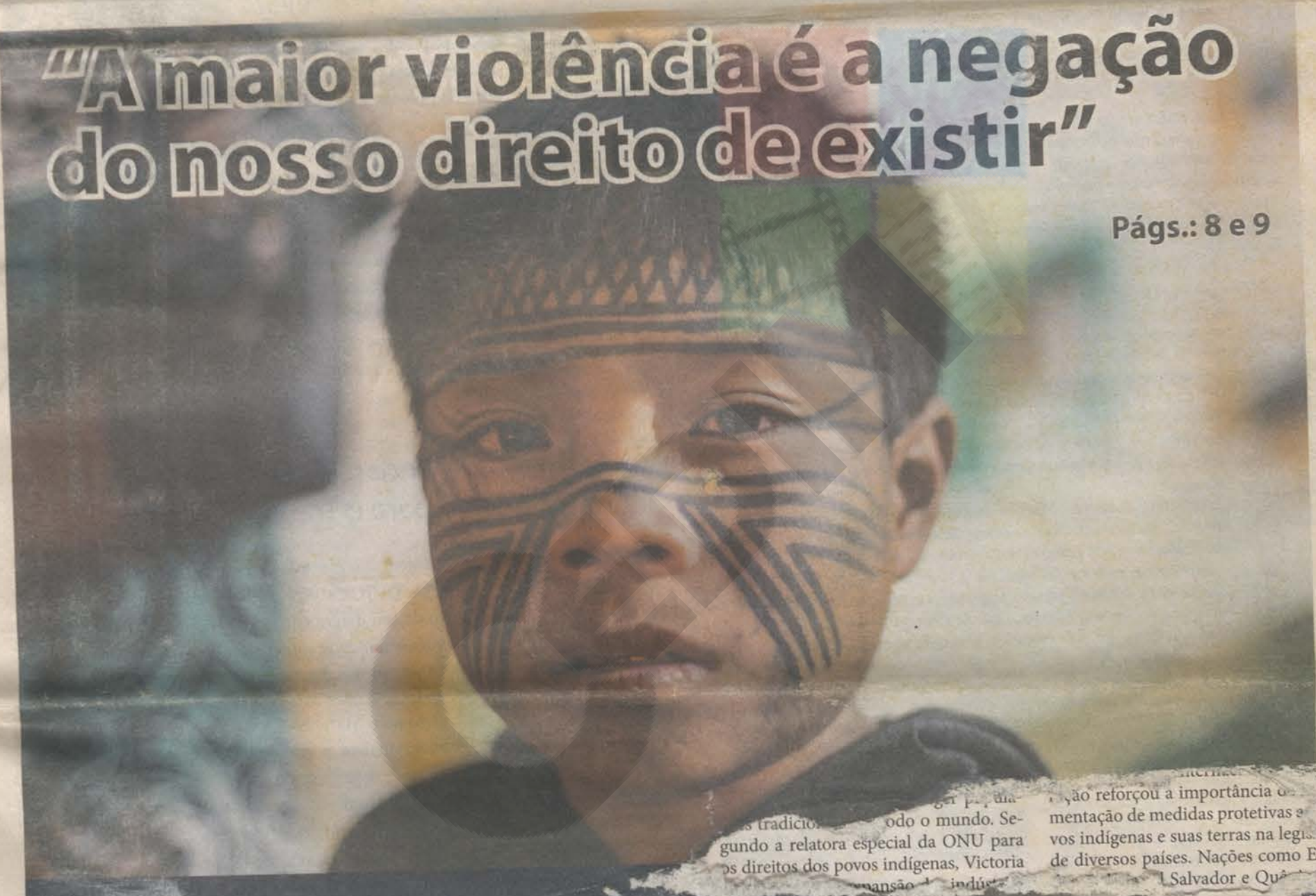
TERRA PASTORAL DA

Comissão Pastoral da Terra | Julho a Setembro de 2017 | Ano 42 – Nº 230

Foto: Joka Madruga

"A maior violência é a negação do nosso direito de existir"

Págs.: 8 e 9



...s tradicio... ...odo o mundo. Segundo a relatora especial da ONU para ...os direitos dos povos indígenas, Victoria ...mansão ... indíg...

...ção reforçou a importância o... ...mentação de medidas protetivas e... ...vos indígenas e suas terras na legis... ...de diversos países. Nações como Equa... ...l Salvador e Qu...

Dia Nacional de Formação: o bem viver e os saberes populares

Págs.: 10/11

Foto: Thoma...

EDITORIAL

Manter acesa a chama para que o frio não nos deixe inertes

"Não há democracia por aqui! O que há é algo sem nome, algo confuso parecido com uma oligarquia, uma gerontocracia ou, como disseram alguns, uma corruptocracia. Tudo pela e para a Bolsa, nada para os pobres!", assim fala Ivone Gebara, sobre a crise que assola o país. Segundo ela, "são as mulheres que mantêm a luz acesa" ao comentar a ação das senadoras que ocuparam a mesa da presidência do Senado na tentativa de impedir o massacre que foi a votação da reforma trabalhista, já sancionada pelo presidente, que veio desmontar as leis existentes favorecendo ainda mais os patrões e uma maior exploração dos trabalhadores e trabalhadoras.

Esta eminente teóloga não está sozinha. O economista, Delfim Neto, ex-ministro da fazenda no tempo da ditadura, diz, que *"todo o nosso sistema eleitoral foi montado para permitir a apropriação do poder político (o Legislativo e o Executivo), pelo poder econômico, através do financiamento por pessoas jurídicas"*. Por isso o golpe contra Dilma e todo o desmonte de direitos, que está sendo feito neste momento, é única e exclusivamente para satisfazer os detentores do poder econômico.

Este poder econômico, segundo o sociólogo, Jessé Souza, que foi diretor do IPEA, compra tudo para garantir seus interesses: "A base da corrupção é uma elite econômica que compra a mídia, a justiça, a política, e mantém o povo em um estado permanente de imbecilidade". Os discursos para acobertar a destruição de conquistas sociais históricas são feitos de uma hipocrisia sem tamanho. Usam-se argumentos que na realidade dizem exatamente o contrário do que as palavras significam e com isso garantem o "estado permanente de imbecilidade", sobretudo da classe média.

Mas as classes populares estão atentas. Reagem de acordo com suas forças e capacidade, num jogo em que as forças dominantes são poderosas.

Esta reação

- está patente nas mobilizações dos indígenas Munduruku que exigem respeito ao seu território, aos seus antepassados, à sua cultura, contra os desmandos dos grandes empreendimentos que constroem as Usinas Hidrelétricas na bacia do Tapajós;
- fica clara quando indígenas, camponeses e movimentos sociais ocupam o espaço do Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), na cidade de Goiás, fazendo ouvir a voz de quem historicamente foi silenciado e invisibilizado;
- se fortalece quando as comunidades do Cerrado se articulam para garantir seus territórios e a água livre, e lutam contra a concentração da terra e a violência do agronegócio;
- está presente quando se busca reconstituir os elementos da cultura milenar de indígenas presentes no que se está chamando de Bem Viver.

[redacted]

PUBLICAÇÕES

Por Debaixo da Floresta: Amazônia Paraense Saqueada com Trabalho Escravo

O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH/CB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em articulação na Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão (Raice), com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicam em dois livros os resultados de pesquisa sobre o trabalho escravo. O primeiro livro, "Por debaixo da floresta", apresenta as condições de trabalho na extração ilegal de madeira no oeste paraense, as brechas da estrutura fundiária, o problema da dependência de comunidades e assentamentos diante da morosidade na questão agrária, especialmente nos casos dos projetos de assentamento Areia e Campo Verde, e uma análise sobre os riscos de concessões florestais na legalização de madeira saqueada.

Entre Idas & Vindas: Novas Dinâmicas de Migração para o Trabalho Escravo

"Entre idas & vindas", segundo livro publicado pela CDVDH/CB e pela CPT no âmbito da Raice, é fruto de um diagnóstico que visa identificar os tipos de vulnerabilidade social e econômica que podem contribuir para a migração de trabalhadores e trabalhadoras oriundos de quatro estados do Norte e Nordeste do país: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. O livro contextualiza a realidade do combate ao trabalho escravo nestes estados, destacando seus eixos prioritários e as diversas vulnerabilidades percebidas: comunidades atingidas por grandes projetos, os riscos na migração para a construção civil, as comunidades em conflito por terra, a falência da reforma agrária, as comunidades tradicionais ameaçadas, os bairros desatendidos na periferia das cidades e a presença de aliciadores.

PASTORAL DA TERRA

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – **CEP.:** 74030-090.
Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.
www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André de Witte

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
António Canuto
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)
João Damásio
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO
Brot für die Welt
Development and Peace
CCFD
MISEREOR

ASSINATURAS
Anual R$ 10,00.
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.
Informações cpt@cptnacional.org.br

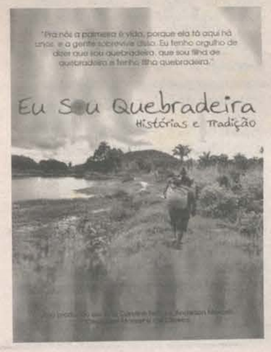
Fique Informado

Jornalistas pela PUC-GO produzem filme "Eu Sou Quebradeira"

"Sou neta e filha de quebradeiras de coco. Eu também quebrei coco, mas meus pais deixaram o campo. Muita gente buscou outras formas de vida pela falta de políticas de proteção aos extrativistas. Minha tia conta que já levou 'carreira' de capataz de fazendas", relata a jornalista Idê Oliveira que, junto dos também jornalistas graduados pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Anderson Marcelo, Ana Caroline Feitosa e Cleudiane Monsef, produziu o documentário "Eu Sou Quebradeira – Histórias e Tradição".

O filme tem duração de aproximadamente 22 minutos e foi gravado com o apoio do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) nos povoados de Santo Antônio da Citi, que é uma comunidade remanescente de quilombos, e no povoado Vista Alegre, ambos em Codó (MA).

A narrativa, que deve ser exibida futuramente em festivais ambientais, conta como é a vida das quebradeiras de coco babaçu nessas comunidades. Segundo a sinopse, "apesar de todos os desafios elas buscam manter viva a tradição. São relatos de resistência, conquistas e muitas outras experiências do dia a dia dessas mulheres que lutam por valorização, acesso às palmeiras e preservação dos babaçuais".



"No Rastro da Grilagem" disponibilizada em meio digital

O primeiro número da revista "No Rastro da Grilagem" foi disponibilizado para acesso gratuito pela internet no endereço: www.cptnacional.org.br.

A publicação, produzida pela Associação de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR) em parceria com a Comissão Pastoral da Terra e com movimentos sociais, foi lançada em versão impressa em março de 2017 com o tema "Formas Jurídicas da Grilagem Contemporânea".

Os textos apresentam análises jurídicas, sistematização, reflexão e denúncia de casos de grilagem no estado da Bahia, que evidenciam situações de prejuízo à vida de milhares de camponeses e camponesas.

Grito dos Excluídos: "Por direitos e democracia, a luta é todo dia!"

O 23º Grito dos Excluídos, realizado nacionalmente e anualmente no dia 7 de setembro por movimentos populares, religiosos, sindicatos e organizações civis, terá como lema o grito "Por direitos e democracia, a luta é todo dia!".

Neste ano, o Grito dos Excluídos irá focar em três eixos centrais: Democracia, direito e luta. Segundo os organizadores, os temas refletem os objetivos da manifestação de denunciar a estrutura agressiva e excludente da sociedade e a perda de direitos dos trabalhadores.

Historicamente, o ato reúne milhares de pessoas em todos os estados brasileiros e tem a representatividade de entidades e pessoas ligadas aos povos tradicionais e à classe trabalhadora do campo e da cidade. Apesar de ser um ato com data marcada, a luta é todo dia. Desde maio, os movimentos sociais investem em reuniões de preparação e aprofundamento sobre a conjuntura.

II Semana Popular de Teatro é realizada no sertão sergipano

Os camponeses e camponesas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Sergipe, por meio do Grupo Raízes Nordestinas, que acumula mais de 15 anos de caminhada, realizaram a sua II Semana Popular de Teatro, com o tema "Na arte da Resistência Camponesa", entre os dias 03 e 05 de agosto, em Poço Redondo (SE).

A programação da semana foi intensa e possibilitou o intercâmbio entre grupos de teatro que estão sendo organizados na região, rodas de diálogo, oficinas e apresentações teatrais, dando visibilidade ao trabalho de agitação e propaganda desenvolvido pela juventude neste momento da complexa conjuntura que vive o país.

O palco das atividades da II Semana Popular de Teatro foram as escolas públicas, bairros e praças, e contaram com a participação de grupos convidados e também com a presença da Caravana de Luta Camponesa do MPA, que se encontrava na região.

1ª Romaria Nacional do Cerrado grita por água e território

Nos dias 29 e 30 de setembro de 2017, acontece em Balsas (MA) a 1ª Romaria Nacional do Cerrado, que traz como tema a luta do povo e das comunidades por dois elementos fundamentais para a vida – "Cerrado: os povos gritam por água e território livres".

A concentração para a Romaria será na Praça da Liberdade, localizada no Bairro Potosí, onde estarão situadas barracas de alimentação e bancas da Feira de Economia Solidária do Cerrado.

Com o lema "Bendita és tu, ó Mãe Água, que nasces e corres no coração do Cerrado, alimentando a vida", a Romaria é uma realização da CNBB Nordeste 5, Diocese de Balsas, CPT, Fetaema, Cebi, PJ, Cáritas, SPM, TEIA/MA, MIQCB, MPP, CPP, Moquibom, Cimi, diversos parceiros e parceiras e conta com o apoio da Misereor.

Dez anos da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Em seu décimo aniversário, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas enfrenta sérios obstáculos para proteger populações tradicionais em todo o mundo. Segundo a relatora especial da ONU para os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, a expansão das indústrias extrativistas, do agronegócio e dos "megaprojetos" de desenvolvimento e infraestrutura, que invadem as reservas, ainda permanecem como as principais ameaças para a maioria dos povos indígenas.

Ela ressaltou que, apenas no ano passado, a ONU enviou comunicados manifestando preocupação sobre esse tipo de ataques em diversos países, a maioria na América do Sul – incluindo o Brasil. Em 2016, a relatora alertou que a situação dos povos indígenas era a mais grave desde a criação da Constituição brasileira de 1988.

Em nível internacional, a Declaração reforçou a importância da implementação de medidas protetivas aos povos indígenas e suas terras na legislação de diversos países. Nações como Equador, Bolívia, El Salvador e Quênia revisaram suas constituições, incorporando medidas positivas. Já em Belize, Colômbia e México, a Declaração é usada como orientação de jurisprudência em tribunais superiores e constitucionais.

A Declaração fornece orientações-chave sobre as medidas que os Estados precisam tomar para quebrar o ciclo da discriminação racial, permitindo que os povos indígenas desfrutem seus direitos humanos em pé de igualdade com a sociedade em geral.

o frio intenso em que vivemos nos deixe inertes.

Boa leitura!

ARTICULAÇÃO DAS CPT'S DA AMAZÔNIA

Atlas sobre conflitos na Amazônia será lançado em setembro

ELVIS MARQUES*

Atlas de Conflitos na Amazônia, publicação de iniciativa da Articulação das CPT's da Amazônia, será lançado em Brasília durante Encontro sobre a Mercantilização da Natureza e a problemática dos projetos de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação (REED), entre os dias 25 e 29 de setembro – evento que reunirá agentes da Pastoral da Terra e trabalhadores e trabalhadoras. "Será um espaço onde a CPT vai discutir e se posicionar politicamente em relação ao REED, pois da maneira como está sendo implementado acaba expropriando as comunidades e fazendo com que percam a soberania sobre seus territórios", destaca Darlene Braga, agente da CPT no Acre e membro da Articulação.

O objetivo desta publicação é visibilizar, principalmente através de mapas, os conflitos no campo presentes nos nove estados que formam a Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Tocantins, Pará, Rondônia, Roraima, e partes dos estados de Maranhão e Mato Grosso). "Em reunião de coordenadores dos regionais amazônicos da CPT destacou-se a preocupação com o aumento dos conflitos e de violências contra os camponeses", explica Josep Iborra, conhecido como Zezinho, agente da CPT em Rondônia e membro da Articulação das CPT's da Amazônia. A partir disso, conforme o agente pastoral, foi proposto um trabalho sistemático de mapeamento dos conflitos em cada estado, para apontar quais casos eram acompanhados pela CPT, "para tentar melhorar nossa presença nas regiões mais atingidas e menos atendidas", ressalta.

Inicialmente, os/as agentes da Pastoral realizaram este trabalho de forma artesanal, e o apresentaram durante reunião no início deste ano em Manaus, no Amazonas. "Foi um resultado valioso, pois permitia visualizar o espaço e as regiões onde estavam acontecendo a maioria dos conflitos e as disputas pela terra", afirma Zezinho. O próximo passo foi mapear onde estavam localizadas as áreas em disputa na Amazônia. Cada Regional da CPT elaborou uma tabela com critérios para realizar este trabalho, na qual constavam detalhes como: municípios onde o conflito estava localizado, nome da comunidade, número de famílias impactadas, identidade (posseiros, sem terra, indígenas, quilombolas, etc.), com quem disputavam seus territórios, e outros.

Para o aperfeiçoamento técnico do Atlas, Gustavo Ferreira Cepolini, geógrafo e professor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), MG, aceitou o desafio e realizou um trabalho de formação com os/as agentes da Pastoral. O Atlas também envolveu o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, responsável pela compilação dos dados sobre os conflitos no campo. "A proposta metodológica é diferente. Enquanto o livro de conflitos [publicação Conflitos no Campo Brasil] registra as ocorrências de conflitos durante o ano, o Atlas mostra os conflitos que permaneceram vigentes nos últimos anos", explica Zezinho.

VIA CAMPESINA

VII Conferência Internacional da Via Campesina reúne cerca de 450 movimentos camponeses em Derio, no País Basco

CRISTIANE PASSOS*

Sob o lema "Investir na juventude rural, semear o presente para colher futuro", nos dias 15 e 16 de julho, antecedendo a Conferência Geral, foi realizada a IV Assembleia da Juventude da Via Campesina Internacional, que reuniu cerca de 100 jovens, homens e mulheres, de 47 países ao redor do mundo. Durante dois dias, eles refletiram sobre a importância da participação da juventude no fortalecimento deste grande movimento camponês que, entre outras coisas, luta pela soberania alimentar e a agroecologia camponesa. Os jovens sabem que enfrentam grandes desafios, alcançar a participação da juventude concretamente não é fácil, mas, nas palavras de Paula Gioia da organização Abl, da Alemanha, "os jovens têm uma grande oportunidade em mãos e ela se chama Via Campesina. Os jovens não são apenas o futuro, também somos o presente, pois se não temos presente, não teremos futuro".

Já nos dias 17 e 18, foi realizada a V Assembleia das Mulheres da Via Campesina, que reuniu cerca de 150 mulheres de todos os continentes, representando 164 organizações de 79 países. Após quatro anos da última Assembleia, realizada em Jacarta, na Indonésia, elas voltaram a se reunir, para articular estratégias de ação e compartilhar experiências, animadas pelo lema do Encontro, "Construimos um movimento para mudar o mundo, com feminismo e soberania alimentar".

Na mística de abertura da Assembleia foi possível reconhecer elementos de

Foto: Via Campesina

unidade entre as mulheres camponesas de todo o mundo. Elas reafirmaram seu compromisso com a soberania alimentar e com o feminismo. Além disso, compartilharam suas lutas contra o patriarcado, por comida saudável, pela proteção do meio ambiente, pela paz no mundo e pela erradicação de todo tipo de violência contra as mulheres. As mulheres destacaram, ainda, a importância de hoje em dia exercerem na liderança da Via Campesina um papel de igual importância ao dos homens, o que foi retratado na montagem de um panorama histórico das mulheres dentro do movimento.

As participantes deixaram claro que compartilham de lutas sociais que transcendem as fronteiras geográficas que existem entre elas. Desde Moçambique até a Índia, passando por Honduras, resistem e lutam contra o feminicídio, contra a falta de acesso às terras, contra o desrespeito de seus direitos como seres humanos e como trabalhadoras, e contra as leis que vão contra as sementes indígenas e crioulas, das quais uma maioria de camponesas é guardiã.

De 19 a 24 de julho, com o lema "Alimentamos nossos povos e construímos um movimento para mudar o mundo!", foi realizada a VII Conferência Internacional da Via Campesina, o maior movimento camponês do mundo. Com cerca de 450 movimentos camponeses, representantes de todas as partes do mundo, se reuniram para reafirmar a luta contra o capitalismo e propor medidas concretas para construir um mundo alternativo, baseado na dignidade e na Soberania Alimentar.

"É único porque somos um movimento que é tão diverso e mesmo assim unido em nossas lutas. Somos as pessoas que trabalham na terra e que alimentam o mundo, mas nossos territórios estão sofrendo ataques constantes. Enfrentamos, também, um processo de criminalização crescente. Esta Conferência é um passo a frente na internacionalização das nossas lutas, criando estratégias para frear os poderes do capitalismo global e construir um movimento para a mudança", afirmou Elizabeth Mpofu, camponesa do Zimbábue e coordenadora geral da Via Campesina.

Em Carta Final, os movimentos destacaram que "O caminho é longo. Estamos crescendo como um movimento, mas o capitalismo selvagem e guerras de um sistema global em crise colocaram todos nós, nossas comunidades, organizações e sociedades em situação de risco. Diante a barbárie é urgente construir outro futuro para a humanidade. Em um contexto extremamente complexo, a Via Campesina é uma motor de luta pela transformação e garante a paz no mundo. Através do nosso trabalho diário no campo, a nossa contribuição global para a alimentação, nossas parcerias e nossa luta pela soberania alimentar, temos conseguido a confiança de grande parte dos povos e movimentos. Nós assumimos a responsabilidade de continuar a semear a paz neste planeta, assim como temos globalizado a luta e semeado a esperança em todos os cantos do mundo".

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

100 ANOS REVOLUÇÃO RUSSA

A questão agrária e o campesinato na Revolução Russa de 1917 – PARTE I*

HORÁCIO MARTINS DE CARVALHO**

Para se compreender a questão agrária e o campesinato na revolução russa de 1917, levando-se em conta os principais debates da época e as lições políticas que se poderá inferir para o momento atual, será minimamente necessário que se trate de alguns episódios da transição do regime de servidão dos camponeses, iniciado formalmente em 1649, até o período das socializações da terra que se efetuou na Rússia, a partir da revolução popular de 1917.

É o seguinte conceito de campesinato que utilizo como referência: "Entendo por camponesas aquelas famílias que, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural- extrativa, agrícola e a não agrícola - desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação."

Neste texto, onde se comenta a presença camponesa na Revolução Russa de 1917, o conceito de campesinato se expressa numa transição complexa que vai se alterando desde a formal emancipação camponesa da servidão feudal em 1861 até a sua presença, ao menos parcial na complexidade da imensidão social e étnica russa, como sujeito social em construção (fugas e revoltas camponesas) na década de 20 do século XIX.

Para Trotsky "(...) Se a questão agrária, herança da barbárie, da antiga história russa, tivesse sido resolvida pela burguesia, caso pudesse ter recebido uma solução, o proletariado russo não teria jamais conseguido subir ao poder em 1917. Para que o Estado Soviético fosse fundado foi necessária a aproximação e a penetração recíprocas de dois fatores de natureza histórica inteiramente diferentes: uma guerra de camponeses, movimento característico da aurora do desenvolvimento burguês; e uma insurreição proletária, isto é, um movimento que marca o ocaso da sociedade burguesa. É isto a essência do ano 1917."

Foto: Imagem Internet

Considero que o campesinato, ao menos no Brasil contemporâneo e na sua mais ampla diversidade, vivencia uma contradição que se expressa nos seguintes termos: sua possibilidade efetiva de progresso e desenvolvimento na sociedade capitalista se encontra na sua própria negação no sentido de que os valores e práticas dominantes a conduzem para se afirmar como empresa capitalista ou no seu contrário, ou seja, tornar os membros da família camponesa assalariados ou parcela deles burgueses. A hipótese da garantia da reprodução social do campesinato fica, dessa maneira, comprometida.

Regime de Servidão na Rússia

O regime de servidão foi formalmente instituído na Rússia no século XVII (1649) pelo czar Aleixo, após casos de fuga dos camponeses pobres (mujiques) dos feudos onde estavam submetidos à servidão. Esse código legal de 1649 restringiu a mobilidade dos camponeses para forçá-los a se submeterem à autoridade do Estado. Havia, então, duas grandes categorias de servos: servos pertencentes a membros da nobreza (fidalgos) e os pertencentes ao Estado . Os camponeses que viviam nas terras do Estado, no entanto, não eram considerados servos. Eles foram organizados em comunas da aldeia (*Mir*), que foram responsáveis pelos impostos e outras obrigações. Os servos pertencentes às famílias da nobreza - os mujiques ou camponeses russos - eram considerados como um tipo de 'peão subordinado por dívidas'. Eram nômades que trabalhavam a terra para a nobreza russa (e a igreja Ortodoxa), em troca de empréstimos (Kabala) ou outra forma de auxílio, como insumos em geral, em prazos fixos por 3 a 5 anos ou de 10 a 20 anos (Kabala kholop) . Os camponeses passavam de 3 a 5 dias por semana trabalhando nas terras da nobreza.

Essa lei (servidão) forçou os camponeses russos a se manterem nas terras, sem as poder possuir. Os donos das terras, sobretudo nobres, podiam vender as terras juntamente com os servos que nela trabalhavam. Os nobres possuíam mais de 50% das terras aráveis. Os camponeses no máximo de 6,75 a 8,10 acres ou, mais ou menos, 2 hectares. Como os servos, no entanto, os camponeses do Estado foram anexados à terra que cultivavam, ao se exigir que a maioria dos russos não mudasse de domicílio.

Fugas e revoltas

O regime de servidão provocou inúmeras revoltas dos servos camponeses. Nos anos 1650 e 1660, o número de fugas dos camponeses aumentou drasticamente (formas diversas de rebelião). Porém, essas revoltas foram derrotadas pelas tropas czaristas. Em 1658 a fuga foi considerada contravenção penal. Entre 1773 e 1775, houve diversas revoltas dos camponeses em algumas regiões (nos Urais e na zona do Volga). Em decorrência dessas revoltas a imperatriz Catarina II da Rússia tornou as leis ainda mais favoráveis aos nobres, que podiam agora deportar os servos que causassem problemas, podendo igualmente separar famílias.

Por outro lado, passou a ser possível que os servos comprassem a sua liberdade, pagando aos senhores feudais o preço estabelecido por eles. Mas esse processo não deu certo. Os camponeses não tinham renda suficiente. Houve, até o final do sec. XVIII, 300 insurreições em 32 províncias. No período entre 1826 e 1861 (35 anos) houve 1.186 sublevações camponesas, com a média de 34 por ano.

Continua na próxima edição.

*Exposição no Seminário "Construção histórica da pedagogia socialista. O legado da revolução russa de 1917 e os desafios atuais". Essa é 1ª parte de um texto que será concluída na próxima edição do Jornal Pastoral da Terra. **Agrônomo e assessor da Via Campesina Brasil.

o frio intenso em que vivemos nos deixe inertes.

Boa leitura!

ARTIGO

Dá para entender o que está acontecendo?

ANTÔNIO CANUTO*

Todo mundo sabe que o ambiente político está pesado. Todos os dias têm novas denúncias que atingem até mesmo o presidente Temer e seus ministros, e muitos deputados e senadores. Não é de hoje que isto acontece. Quem manda mesmo no Brasil é o poder econômico, são os donos do dinheiro. Eles conseguiram que o Congresso votasse o impedimento da presidenta eleita, Dilma Rousseff. Agora querem a aprovação de leis que garantam seus lucros.

Eles não bancaram de graça a eleição de deputados e senadores. A CPT denunciou isso em nota no dia 14 de julho, quando Temer assinou a Lei da Regularização Fundiária e o Senado aprovava a Reforma Trabalhista. Até o próprio Delfim Neto, que foi ministro da fazenda no tempo da ditadura, diz, num artigo na Carta Capital de 19 de julho: "Todo o nosso sistema eleitoral foi montado para permitir a apropriação do poder político (o Legislativo e o Executivo), pelo poder econômico, através do financiamento por pessoas jurídicas".

Para disfarçar os prejuízos que estas últimas leis aprovadas trazem para os trabalhadores, a conversa é de que as leis estão sendo modernizadas, o desemprego vai ser combatido. Vamos entender:

Vale a pena grilar terras públicas

A MP 759/2016, sancionada pelo presidente Temer como Lei 13465/2017, se chama de Programa Nacional de Regularização Fundiária.

O governo diz que essa lei:

- vai permitir dar título de terra aos mais pobres,
- reparar injustiças históricas com pessoas que ocuparam a Amazônia, quando nos anos 1970 atenderam a convocação do governo federal.

O presidente Lula, em 2009, fez o mesmo. Ele assinou a Lei 11.592 que criou o Programa Terra Legal. Lei que foi criticada pela CPT e por movimentos sociais, porque permitia regularizar terras griladas. A nova lei agora veio ampliar e facilitar a legalização de terras griladas.

A lei diz que podem ser regularizadas:

- **Áreas de até 2.500 hectares** – a lei anterior permitia regularizar áreas de até 1.500.
- **Áreas que foram ocupadas até 2011** – a lei anterior permitia a regularização de áreas ocupadas até 2004.

E tem mais um prêmio para os grileiros. Quem grilou terras públicas pode comprá-las por até 50% do valor mínimo da tabela do Incra. Dá para esconder que quem ocupou terras públicas ganha um prêmio? Que a grilagem compensa?

Titulo de terra aos assentados

A nova lei propõe dar títulos de terra aos assentados da Reforma Agrária. Coisa boa, não é? Será? O que a lei esconde é a facilitação da compra e venda de terras. O assentado com o título em mãos vai poder vender seu lote. Vai aumentar a pressão sobre as famílias para que vendam sua parcela. A concentração fundiária vai aumentar. Mais gente vai inchar as periferias das cidades.

Municipalização

A nova lei diz que o município é que vai fazer a seleção das famílias a serem assentadas. Até agora era responsabilidade da União. Aí a gente já pode imaginar quem vai ser assentado. Não é aquele que mais lutou, nem aquela que está a mais tempo esperando um lote. Mas o amigo do prefeito, do vereador, do fazendeiro que ajudou a eleger o prefeito.

Reforma Trabalhista = Desmonte dos Direitos do Trabalhador

No dia 13 de setembro, o presidente assinou a lei da reforma trabalhista que o congresso aprovou. A conversa é de que ela vai aumentar o emprego, facilitar a vida dos trabalhadores. Um grupo de advogados da Bahia estudou a reforma a fundo. Eles encontraram 120 pontos que trazem prejuízo para os trabalhadores. Por isso eles chamaram a

lei de REFORMA-DESMANCHE PRÓ-PATRÕES E CONTRA-TRABALHADORES. É muito pior do que o que se sabe dela até agora.

- Entre patrão e empregado, o que vai valer não é a lei, mas o que é combinado entre os dois.
- O sindicato, na maior parte das vezes, vai ficar de escanteio.
- A Justiça do Trabalho fica meio de lado. Não vale mais o que já foi decidido antes, a jurisprudência, para ajudar na decisão de caso novo.
- Se o empregado entrar na justiça contra o patrão e perder a causa, ele tem que pagar o que o patrão gastou com o processo, advogado, papelada, etc.
- A lei reconhece o trabalho intermitente. Quer dizer, a pessoa pode ser contratada por duas ou três horas de serviço e só vai receber por estas horas. No fim do mês pode receber menos que o salário mínimo.

A lista é tão comprida que cansa. O trabalhador que já valia pouco, agora é que não vale nada mesmo. Imagina só o que o desempregado que está precisando de emprego vai poder negociar. Ele só vai ter que aceitar o que o patrão quer, nada mais. A lei foi feita para agradar aos patrões. Ninguém viu algum patrão reclamar. Se eles gostaram é certeza que não vai ser boa para quem trabalha!

Quem ainda tentou no Senado segurar um pouco essa lei foram as mulheres, que ocuparam a mesa da presidência e lá ficaram por mais de seis horas. O presidente da casa, Eunício de Oliveira, desligou a luz e os microfones e elas ficaram lá. Queriam pelo menos que fosse mudada a regra que permitia que as mulheres grávidas ou lactantes, pudessem trabalhar em ambientes insalubres. Mas nem isso conseguiram.

A coisa não para por aí

Cada dia novas medidas são anunciadas, novas portarias são baixadas, para beneficiar os que já têm muitos benefícios, e para comprar deputados para que votem a favor de Temer, evitando assim que ele seja julgado pelo STF.

Para agradar grileiros e posseiros que invadiram a Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará, para extrair madeira ou explorar garimpo, o presidente enviou ao Congresso projeto de lei propondo transformar 349 mil hectares da área em APA – Área de Proteção Ambiental. Na APA é permitida exploração, o que na Floresta não é.

Para satisfazer a numerosa e poderosa bancada ruralista, Temer em 19 de julho assinou um parecer da AGU, que diz que toda a administração federal só reconheça como terras indígenas, as que eram ocupadas em outubro de 1988. O famoso marco temporal, combatido por todas as organizações que se preocupam com a causa indígena.

Dá para esconder a favor de quem os poderes da república trabalham?

*Colaborador do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

ASSASSINATOS 2017

Violência no campo não para de fazer vítimas

CRISTIANE PASSOS*

Seguindo o modelo de 2016, quando 61 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo, maior número registrado em 13 anos e o dobro da média de casos registrados nos últimos 10 anos, conforme dados da CPT, 2017 mantém o ritmo e 52 pessoas já foram mortas até julho, no mesmo contexto. A instabilidade política trazida pelo golpe e as propostas reacionárias do governo ilegítimo de Michel Temer, propiciaram um cenário de "caça" aos pobres do campo.

No dia 5 de julho, o pescador e agricultor de vazante, Zé Menino, foi mais uma vítima dos inúmeros casos de violência no campo. Vaqueiros de fazenda próxima de onde os pescadores plantavam, iniciaram um tiroteio depois que Zé Menino e seu irmão foram expulsar o gado que estava invadindo a plantação deles. Há anos a área era usada por algumas famílias da comunidade de Boa Vista, município de Ilha Grande (PI), que plantam numa croa (ilha). O conflito, que já dura há cinco anos, teve outros episódios de violência. Um dos vaqueiros já havia, inclusive, posto fogo na plantação dos irmãos. Ultimamente o gado do fazendeiro vinha entrando no roçado dos pescadores, porque tinha se tornado uma prática comum dos funcionários da fazenda abrir o portão para o gado pastar fora. O vaqueiro, segundo informações, é conhecido por ter cometido outros assassinatos.

Os moradores da comunidade ainda fizeram um Boletim de Ocorrência em Araioses (MA), município onde aconteceu o conflito, mas até o momento a polícia civil não tomou nenhuma providência. Os vaqueiros continuam ameaçando as famílias da Boa Vista, proibindo-as de voltarem à área para colher a mandioca ou continuar plantando.

No dia 7 de julho, o agricultor Rosenilton Pereira de Almeida, de 44 anos, foi assassinado no município de Rio Maria, no sul do Pará. Rosenilton liderava um grupo de camponeses que voltou a ocupar a fazenda Santa Lúcia, local do massacre de Pau D'Arco, no Pará, ocorrido no fim de junho. Testemunhas disseram que dois homens em uma moto o abordaram quando ele saía da igreja. De acordo com a CPT de Marabá, Rosenilton havia se afastado da fazenda naquela semana porque estaria sendo ameaçado.

No dia 13 de julho, um militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), José Raimundo Mota de Souza Junior, 38 anos, casado, filho caçula de uma família de dez irmãos, da comunidade quilombola Jiboia, município de Antonio Gonçalves, Bahia, foi assassinado. De acordo com familiares, enquanto Junior trabalhava na roça junto com um dos seus irmãos e sobrinhos, que se encontravam mais distantes, o grupo foi surpreendido por um carro preto com quatro homens armados que já desceram atirando em Junior. Ele teve a cabeça esmagada e foi atingido por mais de dez tiros, enquanto seu irmão foi agredido com socos, obrigado a se deitar no chão, foi pisoteado na cabeça, sob ameaça de também ser morto caso se movesse. Junior compunha a coordenação estadual do MPA na Bahia, participou do Curso de Formação Liderar e de Juristas Leigos, contribuindo há anos com a luta pela regularização do território quilombola da sua comunidade.

Após o assassinato de "João Bigode", da comunidade quilombola de Santana, também no município de Antônio Gonçalves, no dia 15 de abril do ano passado, Junior ficou um pouco afastado das atividades do movimento, se dedicando mais ao trabalho na roça e à luta da comunidade.

No dia 16 de julho, na região da Chapada Diamantina, o agricultor Lindomar Fernandes Martins, de 35 anos, foi assassinado após ter a casa invadida, no Território Quilombola de Iúna, situado no município de Lençóis, Bahia.

Ilustração: Latuff

Na noite de 25 de julho, dia do trabalhador e da trabalhadora rural, foi brutalmente assassinado no Projeto de Assentamento UXI, localizado no município de Itupiranga, no Pará, o casal de idosos: Manoel Índio Arruda (82 anos) e Maria da Lurdes Fernandes Silva (60 anos). Durante a noite, os vizinhos do casal ouviram inúmeros disparos de armas de fogo na residência das vítimas. Pela manhã, o corpo de Maria de Lurdes foi encontrado na área de entrada da casa, atingido por vários tiros. Ela ainda segurava nas mãos o cadeado da porteira de entrada da casa. Manoel ainda tentou se esconder embaixo de uma cama, mas foi alvejado com vários tiros e morreu no local. O casal estava regularmente assentado pelo INCRA desde 09 de novembro de 2006 no Assentamento UXI.

Nos últimos anos Manoel compareceu por inúmeras vezes no INCRA, na Delegacia de Conflitos Agrários, na Polícia Federal, no Ministério Público Federal, entre outros, para denunciar a aquisição ilegal de parcelas nas proximidades do seu lote, alteração de limites de sua parcela e ameaças. O INCRA, primeiro responsável pelo problema, foi incapaz, ao longo de todos esses anos, de solucionar o conflito e evitar as mortes.

Prisões

13 policiais envolvidos no Massacre de Pau D'Arco, já foram presos temporariamente após a justiça acolher o pedido de prisão do Ministério Público do Pará. Um delegado e um investigador da polícia civil presos, deram detalhes que reforçam os indícios de que houve crime de execução na ação policial. Segundo a delação, os PM's cercaram os agricultores e os perseguiram pela mata fechada dentro da fazenda. Os policiais civis contaram que encontraram cadáveres no chão quando chegaram ao local do crime, além de pessoas feridas, algumas delas algemadas e ainda vivas.

"Não houve confronto. No decorrer das investigações e com a delação de dois policiais civis, nós concretizamos a hipótese inicial de execução, que foi materializada", disse, durante coletiva de imprensa após as prisões, o promotor de justiça Alfredo Amorim, que coordena as investigações. "Quando os policiais civis chegaram ao local do crime, foram abordados pelos policiais militares, que diziam 'E aí, delegado, como é que vai ser? Não pode sair ninguém vivo daqui', num claro sinal de intimidação. A intimidação era para que os policiais civis aderissem aos crimes ou poderiam se tornar vítimas também", afirmou o promotor Amorim.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

o frio intenso em que vivemos nos deixe inertes.

Boa leitura!

19º FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO AMBIENTAL

Indígenas, camponeses e movimentos sociais ocupam Festival de Cinema na Cidade de Goiás (GO)

Tradicional Festival realizado na terra onde Dom Tomás Balduino foi bispo por mais de três décadas, foi ocupado por povos do campo, que apresentaram suas lutas, anseios, culturas e modos de vida. O filme Martírio, de Vincent Carelli, sobre os Guarani Kaiowá, foi o grande campeão do 19º FICA.

CRISTIANE PASSOS E ELVIS MARQUES*

A 19º edição do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) ocorreu entre os dias 20 e 25 de junho na Cidade de Goiás (GO), com destaque para dois importantes espaços ocupados por indígenas, movimentos sociais e camponeses e camponesas, o Fórum Ambiental e a II Tenda Multiétnica – Povos do Cerrado. O tema que norteou o evento foi "Cidades Sustentáveis – Os desafios do século XXI", entretanto, na Tenda e no Fórum as discussões extrapolaram esse tema, e debateram agroecologia, defesa de territórios tradicionais, violência e resistência no campo, criminalização das lutas sociais, bem como saúde e meio ambiente, agrotóxicos, entre outros.

Frei Paulo Cantanheide, diretor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Cora Coralina, destacou que "não tem como realizar um evento dessa natureza, sobre meio ambiente, sem trazer e ouvir esses povos que sempre conviveram em harmonia com o meio ambiente e que resistiram a esse processo hegemônico do capital. Estamos vivendo novamente um período de massacres de trabalhadores rurais e de violência contra os povos indígenas. Precisamos desta experiência de troca de saberes rumo a uma sociedade mais justa, mais fraterna".

Do início das manhãs ao fim das noites, a Tenda Multiétnica contou sempre com intensa programação. No Pátio do Convento do Rosário, sob um pé de tamarindo, o Fórum Ambiental era responsável por abrir as discussões do dia. "O FICA tem como um dos elementos estruturantes o Fórum Ambiental. Esta temática [Cidades Sustentáveis] nasce dos impactos causados por grandes empreendimentos e por um modelo de desenvolvimento social e ambientalmente insustentável", destacou Murilo Mendonça, professor da UEG e um dos organizadores das atividades.

Confira um pouco das discussões que permearam a Tenda e o Fórum:

Fórum de Meio Ambiente

A mesa de abertura do Fórum Ambiental, no dia 21 de junho, teve início com rituais de indígenas das etnias Xavante e Tapirapé. Após a apresentação, Dom Eugênio Rixen, bispo da Diocese de Goiás, homenageou o sociólogo François Houtart, conhecido por sua atuação junto aos movimentos populares e que faleceu no dia 06 de junho. A presença de Houtart no Festival já estava confirmada. "Sabemos que ele era um grande sociólogo preocupado com a Justiça no mundo, não só na América Latina, e que deu sua vida para a defesa do meio ambiente", afirmou Rixen.

Foto: Joka Madruga

Luta quilombola – Fátima Barros, quilombola da Ilha de São Vicente (TO) e integrante da Articulação Nacional de Quilombos (ANQ), falou para uma plateia com muitos estudantes da Cidade de Goiás, sobre a invisibilização da história de luta dos negros no Brasil. "A nossa história é de luta e também em memória de todos aqueles que se foram. Em memória daqueles que tombaram na luta. Em memória dos que foram traficados. Aqueles que foram invisibilizados pela história. Aqueles que o livro didático não deu conta de mostrá-los. Porque tivemos uma educação que não nos reconheceu", pontuou.

Impacto dos grandes empreendimentos – Joka Madruga, repórter fotográfico e diretor do site Terra Sem Males, exibiu imagens de grandes empreendimentos e do rastro de destruição ambiental, social e cultural que eles deixam pelo caminho. "São minhas experiências ao ver pessoas que são impactadas diretamente pelos grandes empreendimentos, em nome de um progresso, em nome do capitalismo, para gerar lucro, riquezas, e não em benefício do povo", destacou. Com o Projeto "Águas para a Vida", Joka retratou os atingidos por barragens na Amazônia, a partir da perspectiva de desrespeito dos direitos dessas comunidades e da destinação da energia gerada.

O veneno está em todo lugar – Fernando Cabaleiro, da organização argentina Naturaleza de Derechos, apresentou dados sobre a produção de transgênicos e o uso de agrotóxicos em seu país, realidade não destoante da brasileira. "Existe muita pulverização próximo às comunidades, envenenando elas, a terra e as águas. Muitas escolas rurais, no meio do campo, ficam expostas às fumigações", disse. Com o tempo, conforme o pesquisador, comunidades argentinas começaram a perceber que havia muitas crianças com câncer e outras graves enfermidades, a partir daí teve início a intensa luta dessas comunidades contra a fumigação de venenos.

#NãoFoiAcidente – Com 36 imagens capturadas pelas lentes de Joka Madruga, a exposição fotográfica "Não foi acidente, é a lama que mata" compôs a Tenda Multiétnica. Em 2016, com o projeto documental intitulado "Lama que mata", ele e Thomas Bauer, agente da CPT na Bahia, percorreram o rastro da lama ao longo da Bacia do Rio Doce, passando por vários municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. "As imagens mostram o drama das vítimas do maior crime ambiental do Brasil, que aconteceu no Rio Doce em novembro de 2015, quando uma barragem de resíduos da Mineradora Samarco S.A, empresa da Vale e BHP Billiton, rompeu em Mariana [MG], matando mais de uma dezena de pessoas e causando enormes prejuízos ao meio ambiente e à população local", explicou Joka.

II Tenda Multiétnica – Povos do Cerrado

Indígenas – No dia 21 de junho, em Roda de Conversa com o tema "Resistência e Territorialidade indígena no Brasil", indígenas ressaltaram suas lutas pela garantia de seus territórios e, também, a violência que têm sofrido ao resistirem à imposição do modelo capitalista de produção no campo. "Nesses 500 anos não conseguiram nos derrotar, agora que não vão conseguir. Apesar do momento difícil que estamos vivendo com esse governo provisório, vamos continuar resistindo", analisou Anastácio Peralta, liderança Guarani Kaiowá, do MS.

Indígenas Akroá Gamella falaram sobre o processo de retomada de seus territórios e a tentativa de massacre que sofreram em Viana (MA). "Em 2010, o povo Gamella começou a se organizar novamente. Em 2014, iniciamos a retomada de nossos territórios. A partir daí passamos a ser mais perseguidos e a sofrer mais violência", contou Dilma Gamella. Neste ano, no dia 30 de abril, os Gamella foram atacados por populares insuflados por ruralistas e políticos. A ação violenta resultou em 22 feridos, sendo que dois tiveram as mãos decepadas. Para Inaldo Gamella, "a maior violência que vivemos é a negação do direito de existir. A violência física que chega ao extremo de matar é consequência disso". O indígena destacou que a resistência "é um sentimento de energia ancestral que nos faz continuar".

Foto: Joka Madruga

Foto: Thomas Bauer

Resistência Camponesa – Já na noite do dia 22, a Tenda reuniu representantes de movimentos sociais para debater a resistência camponesa, e a luta dessas comunidades para manter-se e produzir de forma autônoma na terra. Antônio Canuto, membro fundador da CPT, mediou a mesa de debates e fez um resgate histórico da Cidade de Goiás, "que traz em cada pedra de seu calçamento o suor dos negros escravizados". Canuto se manifestou ainda sobre a grave situação de violência no campo, marcado por sucessivos massacres.

Valdir Misnerovicz, da direção nacional do MST, falou sobre a criminalização da luta social, que tem colocado na cadeia militantes dos movimentos sociais, como aconteceu com ele e com outros companheiros do MST. Ele analisou, ainda, a importância desse momento que vivemos. "Nós vivemos, sem dúvida nenhuma, a maior crise conjuntural civilizatória da humanidade. É uma crise mundial e sistêmica, é o modo de produção capitalista que está entrando em colapso, e não tem solução dentro desse modo de produção capitalista. Mas nós teremos a oportunidade de ajudar a enterrar esse sistema e ajudar a criar outro. Os camponeses são uma fração importante da sociedade, uma fração considerada hoje minoria, mas ainda sim somos muitos e muitas. Somos 40% da população brasileira".

Educação – Representantes de etnias indígenas e de movimentos sociais se reuniram, no dia seguinte, 23 de junho, com objetivo de debater uma "Educação Multiétnica". Em sua fala inicial, Rosana Fernandes, representante da Via Campesina, enfatizou que o MST, desde a sua origem, tem grande preocupação com a questão das escolas nos assentamentos e acampamentos. "Para os movimentos sociais da Via Campesina, a centralidade é a nossa luta por terra e território, mas além da conquista da terra, nós também compreendemos que a reforma agrária é um processo que demanda outros direitos que historicamente foram negados aos trabalhadores. E os camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos sofrem consequências muito grandes por conta dessas negações de direitos. E, nesse caso, especificamente citamos o direito à educação".

Para Arruá Karajá, ser professor é não trabalhar para si mesmo, e sim estar à disposição das crianças e do ensino. "Sempre falo que por eu nascer karajá, não fui eu que escolhi, mas para ser professor, fui eu que escolhi. Porque eu sou professor? É porque nós estamos trabalhando pelo desenvolvimento da educação de uma criança dentro de sua comunidade, independentemente de onde ela vive", explica.

Dira Paes – A atriz e militante do Movimento Humanos Direitos (MHuD), Dira Paes, esteve na tarde de sábado, 24 de junho, na Tenda Multiétnica, onde participou de roda de conversa. Ela acabara de chegar de seu estado, o Pará, onde, juntamente com representantes de movimentos sociais, participou de eventos para debater a violência no campo. Na conversa com os/as presentes na Tenda, ela manifestou "total apoio às lutas dos povos do campo" e contou que desde cedo "acompanha muito de perto todas as atrocidades que acontecem no campo, principalmente em um estado tão rico de recursos naturais, minerais, ambientais, e hídricos como o Pará".

Mesa final e Carta

Na noite de sábado, 24 de junho, a mesa "Impactos e conflitos socioambientais pela água" encerrou as atividades da II Tenda Multiétnica, quando também foi lida a Carta Final da Tenda. Paulo César Moreira, membro da coordenação nacional da CPT e representante da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, foi responsável por analisar dados sobre conflitos no campo relacionados ao bioma Cerrado. Segundo o coordenador, um dos principais elementos responsáveis pelos conflitos nessa região é a monocultura. "A soja que se consolidava no sul do País, passa a migrar para o Cerrado. Junto a esses conflitos vemos que a conjuntura política é de grandes conglomerados econômicos, aliados às bancadas políticas, voltados para o agronegócio e também para a grande mídia. Todas as categorias de conflitos que a CPT registra aumentaram de 2015 para 2016".

Neste sentido, Moema Miranda, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), trouxe um questionamento: Qual o real significado de desenvolvimento? Para ela "desenvolvido é não ser envolvido, não ser conectado em algo. Ao comprar um produto, portanto, não estamos envolvidos na história que aquele produto tem, da matéria prima utilizada, do trabalho empreendido e de todas as mazelas que aquele produto traz consigo para a sociedade. Por isso nos confundimos com as coisas que compramos. Nosso planeta é limitado e o crescimento ilimitado não funciona. É o suicídio da própria sociedade humana. O desenvolvimento além de ecocida, é suicida".

"A maior violência é a negação do nosso direito de existir" – Em Carta Final da Tenda Multiétnica, povos tradicionais, indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas, reafirmaram "o nosso direto de existir, de manter nossa cultura, nosso modo de produção em sintonia com a natureza, e por nossas terras e territórios livres. Mais uma vez denunciamos as constantes ações de violência contra nossos povos e contra nossos territórios, contra o meio ambiente, atuando na destruição do Cerrado, nossa casa. E reafirmamos que, mesmo diante dessa violência, vamos permanecer na luta, junto aos nossos encantados, carregando os saberes de nossos antepassados, e a memória de nossos mártires, que não tombaram em vão!".

Seu churrasco tem soja?

E no penúltimo dia do FICA, 24 de junho, o documentário "Seu churrasco tem soja?" foi lançado durante a Mostra da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que também compôs a programação do 19º FICA. Produzido por Thomas Bauer, agente da CPT na Bahia, a produção conta com o apoio da Pastoral da Terra, Welthaus Graz, e da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. "O filme nasceu a partir da necessidade de mostrar uma realidade muitas vezes desconhecida. Neste caso, principalmente na região onde a soja avança desenfreadamente, contribuindo para que o Brasil hoje seja campeão em uso de agrotóxicos, e deixando um rastro de destruição para trás", destacou Thomas.

Assista: O documentário está disponível no site da CPT e no Youtube.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT*

o frio intenso em que vivemos nos deixe inertes.
Boa leitura!

FORMAÇÃO

BEM VIVER – saberes sabidos da palavra e o seu poder*

"Que outro é o desafio da Educação Popular, senão o de reverter, no mistério do saber coletivo, o sentido da palavra e o seu poder?"- Carlos Rodrigues Brandão

O Bem Viver é uma oportunidade para imaginar "outros mundos" (Alberto Acosta), animada por vivências, práticas e relações que não foram devoradas ou dominadas pelo Estado, o Mercado nem a Modernidade. Não se trata de um regresso a um "paraíso harmônico", uma comunidade idealizada ou uma "comunidade imaginada", mas o resgate de elementos pré-capitalistas que sobrevivem aos Estados–nação modernos, de outras relações com o lugar, a natureza e a comunidade.

"A submissão de povos indígenas, de afrodescendentes, de nossa gente do povo aos poderes senhoriais, os poderes, não só econômicos, mas também políticos e também da mídia, nunca se realizou completamente, não se realizou com os escravos, não se realizou com nossos povos indígenas, não se realiza com a nossa gente do campo, com a nossa gente migrada para a cidade. Existe tanto no que é sagrado, como no que é profano, aquilo que é religioso, como aquilo que é apenas festa e alegria, um desejo, uma libido, uma vontade, uma vocação de continuar pondo na rua, fazendo existir aquilo que é próprio, aquilo que é deles, aquilo que traduz a nossa maneira de ser". **(Carlos Rodrigues Brandão)**

Perguntar pelo "Bem Viver por nós mesmos" nos coloca em diálogo com os "outros mundos", recriados nos processos latino-americanos e exige respostas nossas – do que chamamos Brasil. Reconhecemos nas comunidades tradicionais, camponesas e indígenas "outros mundos" vividos, fruto de luta e resistência que nos oferecem vivências, práticas e relações vitais para o exercício político e de espiritualidade de recriar um projeto popular para o Brasil, com o reconhecimento de uma cidadania dotada de direitos (coletivos e não apenas individuais), com valores comunitários e verdadeiramente democráticos e reconhecendo a dimensão da cidadania ambiental.

O sistema econômico em que estamos imersos impõe sérias limitações para a construção integral dos direitos dos povos e da natureza, a partir de uma lógica racional e individualista, que prioriza a propriedade privada. A partir disso, a preocupação ambiental, com a vida do planeta, a terra, a água, como também a afirmação das mulheres na sociedade, é colocada em cheque frente ao que o mito do "desenvolvimento" tem ensinado, relegando ao passado um arcabouço milenar de experiências, modos de vidas, construções teóricas e práticas que revelam uma profunda relação com a Mãe terra, com as energias do universo e com Deus.

Foto: João Zinclar

"O BEM VIVER POR NÓS MESMOS: passando por dentro dos Saberes Populares" foi o tema do Dia Nacional de Formação da CPT (junho 2017) e vai ser o tema da Semana Nacional de Formação (outubro 2017). A escolha da ligação entre os dois momentos do ano e do tema teve como objetivo estabelecer um diálogo entre os saberes populares brasileiros e o Sumak Kawsay (viver em plenitude, em língua Quíchua ou Quéchua), considerando-se que o imaginário popular, que combinou toda a densidade das cosmovisões indígena, negra e europeia, já nos deixou como herança um amplo repertório de saberes, especialmente os expressos em mitos, lendas, festas, ditados, crenças, danças e cantigas, enfim, representações suficientes sobre como viver bem com os outros, com a terra, com o sol, com a lua, com as águas, com as plantas, com os animais e com os encantados.

O Dia Nacional de Formação da CPT, atividade já consolidada em todos os setores, organismos e lugares da entidade, foi desenvolvido em 2017 fazendo uma ligação ou antecipação do Encontro Nacional de Formação, buscando fazer emergir em toda a comunidade "cepetiana" a consciência do Bem Viver.

O pressuposto é que os princípios da elaboração andina sobre o Sumak Kawsay podem ser fartamente lidos e relidos em nossas manifestações populares de cultura, especialmente em nossos mitos, lendas, festas, ditados, crenças, danças e cantares. Um exemplo desta possibilidade de leitura é a lenda do Mapinguari, presente em toda a região amazônica, com ocorrência destacada no estado de Rondônia.

Mapinguari. Um ser monstruoso, mistura de gente, macaco e lobisomem, que vive nas matas densas e seu esporte predileto é comer caçadores, mastigando-os a começar pela cabeça. Quem sai para caçar aos domingos, dias santos e feriados, então, sem chance! Leitura: a floresta tem suas regras, os bichos têm direito à vida e à reprodução e o trabalho tem o contraponto dos dias de descanso, que servem também para a meditação, para a contemplação, para o desenvolvimento do espírito. Na maioria das narrativas populares, o Mapinguari se originou de antigos indígenas, que se transformaram no monstro para se dedicarem à proteção da floresta.

Os saberes sabidos de movimentos indígenas, negros, camponeses, de jovens, mulheres de povos tradicionais reivindicam seu próprio caminho para libertação da exploração e da destruição que o projeto político e econômico capitalista impõe sobre os povos e a natureza. As propostas de soberania alimentar e energética – por exemplo - apontam para alternativas econômicas de convivência com a natureza, diálogo com as ciências e um novo imaginário político e cultura de território, autonomia e direitos culturais e da natureza, a partir desses saberes sabidos e alternativas de Bem Viver.

O Bem Viver ou Sumak Kawsay alimentado pelo pensamento, visões de mundo e práticas dos povos indígenas e tradicionais, se apresenta como uma alternativa não apenas para estes grupos, mas como vivência e relações de resistência que podem contribuir na construção/reinvenção de um projeto popular para o Brasil, sem ser cópia ou subordinado pelo espelho ocidental-colonial e urbano.

O popular é assim expressão de modos de vida anti-sistêmicos em resistência, mas também uma metodologia que busca expressar um mundo em mudança, propondo saídas para as situações de miséria vividas pelo povo. Esta valorização do tradicional e do popular exige iniciativas e articulações políticas que dialoguem – com autonomia, originalidade e participação – com outras vozes e práticas de um novo tecido social do Bem Comum e do Bem Viver. E aqui a CPT encontra e reafirma a sua missão: *"reafirmamos nosso compromisso com a missão pastoral e ecumênica, solidária e inclusiva, educativa e transformadora... Esse processo pedagógico constitui-se como práxis, no esforço de sistematização das experiências, respeitando, na sua diversidade, as motivações e o imaginário popular, os valores éticos e a fé do povo"* (Concepção de Formação da CPT).

Compartilhamos aqui algumas das experiências dos regionais no Dia Nacional de Formação e que vão se juntar a outras experiências para nosso momento de estudo, aprofundamento teórico e da dimensão da espiritualidade.

"Bem Viver por nós mesmos"

1- APADRINHAMENTO DE FOGUEIRA (CPT Nordeste 2)

A festa mais esperada do ano pelas nossas bandas é o São João, tempo de festejar a colheita, de partilhar as comidas de milho com muito forró e dança de quadrilhas juninas, e de tomar vizinhas/vizinhos, conhecidas/conhecidos e irmãs/irmãos por madrinha/padrinho, cumadre/cumpadre. No dia 23, véspera do dia de São João, as pessoas se tornam "parentes", ou ainda estreitam seus laços para além do cosanguíneo, no caso de irmãos e irmãs que se tornam cumadre e cumpadre. As pessoas esperam as chamas da fogueira reduzirem, deixando só as brasas, e para firmar o compromisso devem pular 3 vezes a fogueira ou no caso das crianças é retirado um "pau da fogueira", isto repetindo o dito:

"São João disse, São Pedro confirmou,
Você vai ser meu/minha, afilhado/afilhada
Madrinha/padrinho que Jesus Cristo mandou" (Curimataú) - Cuité – PB

Santo Antonio disse, São Pedro confirmou
Você vai ser meu/minha, afilhado/afilhada
Madrinha/padrinho que São João mandou"
(Agreste) - Juarez Távora-PB e (Sertão) - Itaporanga-PB

Sitio Lucas e bairros da periferia – Campina Grande-PB

Leitura: "O apadrinhamento ou compadrio é uma instituição de convívio social inquebrantável, maior muitas vezes que os próprios laços de sangue." - dita por muitos e afirmadas por senhoras madrinhas nas comunidades. As madrinhas/padrinhos são como aquelas e aqueles que vêm "nos valer" nas horas difíceis. Nas fogueiras as famílias são ampliadas e toda a comunidade está unida pelo "laço sagrado" adquirido na fogueira, crianças e adultos escolhem suas protetoras (maioria são de madrinhas) ou protetores, recurso utilizado para que as pessoas cuidem-se umas das outras. Em tempos de fome nos sertões é muito comum as madrinhas assumirem a alimentação dos afilhados, diminuindo a preocupação dos pais, assim também é, se a mãe precisa trabalhar fora e não tiver suporte de creches. Dos "saberes já sabidos" construídos pelas comunidades rurais e das periferias, esta é uma forma de manter as vidas a partir de estratégias próprias quando lhe falta o Estado, mais ausente no campo e nas periferias.

Foto: João Zinclar

2 - UM POTE, UM TACHO E UMA ENXADA (SECRETARIA NACIONAL DA CPT):

"Tudo que nós precisávamos era um pote, um tacho e uma enxada, essa era nossa mudança, isso facilita a vida minha filha... não ter muito o que carregar...(risos). No pote colocamos água para beber, com o tacho fazemos doce e sabão para vender, a enxada faz a plantação para comer. Nos lugares onde andei não tinha casa, então a primeira morada foi sempre uma boa árvore que Deus sempre deixava nos esperando... Onde chegávamos com a enxada faziamos a cisterna para ter água, maior riqueza da vida; da terra faziamos o adobe para construir a casa, o teto era de palha, e a madeira que fazia o telhado, a cama, os bancos, o caixão, estava tudo ao redor, seu avô trazia o facão e aprendeu a ser carpinteiro... Minha avó contou muito da sua vivência de mulher pobre, e da independência financeira que tinha, muito diferente da mulher que casou com homem rico...um dia meu pai perguntou sobre as novas descobertas do século XX, qual na visão dela seria a mais importante para a humanidade: a geladeira, a televisão, o telefone? Ao que ela respondeu: a pílula anticoncepcional. Minha avó teve 15 filhos. Eu sou Cássia, e essa era minha avó Maria José dos Santos".

3 - BENZEÇÃO E RAIZEIROS (CPT MG)

Aconteceu um batuque do grupo de mulheres da comunidade Mutuca de Cima e uma roda para jogar versos, que foi juntando memórias do lugar e de onde saíram várias histórias de bem viver. Foram propostos dois momentos: um de benzeção e outro de raizeiros(as), o povo foi fazendo fila para receber a benção e a saúde dos xaropes e chás. Com tanto problema e falta de saúde, a sabedoria de rezadoras/es e benzedeiras é muito importante para as comunidades não ficarem dependentes de serviços de saúde que vem de fora, mas de recordar e valorizar os conhecimentos

Xarope (Bronquite)
Ingredientes: 7 folhas eucalipto; 1 maço de manjericão; 1 maço de capim-da-lapa; 1 maço de erva-cidreira; 1 maço de alfavaca; 1 maço de hortelã; 1 maço de anador em folha ; ¾ de mel de abelha; 4 maçã; 1 abacaxi
Modo de preparo:
Higienizar todos os produtos;
Bater em liquidificador todos os ingredientes; Coar em um pano fino; Levar ao fogo de 15 a 20 minutos até ficar consistente;
Depois de pronto esfriar;
Colocar em um recipiente fechado.
Modo de uso:
Tomar três colheres de chá 3 vezes ao dia.

Benzimento de quebranto
Usar três galhos de qualquer árvore; Pai Nosso e Ave Maria: Quebranto ou mal olhado.
Com dois que 'ti pôs. Com três 'ti tira
Com o poder de Deus e da Virgem Maria.
Amém.

Cobreiro
Inicia na fornalha com uma faca invocando a Santíssima Trindade e uma Ave Maria.
Rezar: *Lorença , infância , buriti, passei, a cabeça do cabo do bicho cortei e matei.*
Ave Maria
Oferecimento: Ofereço na intenção do senhor São Bento.
Amém
(Repete o procedimento da oração 03 vezes)

*Comissão Nacional de Formação.

o frio intenso em que vivemos nos deixe inertes.

Boa leitura!

AÇÕES DOS POVOS

Somos feitos do sagrado!

CAIO MOTA*

A mobilização do povo Munduruku teve início há dois meses – em meados de maio – e se encerrou no dia 21 de julho. Pautada pelas mulheres, que iniciaram as movimentações na aldeia Santa Cruz, quando reuniu lideranças, caciques, pajés e crianças para reivindicar, entre outras coisas, o respeito aos locais sagrados dos Munduruku e aos direitos indígenas que vem sendo violados pelas construções de Usinas Hidrelétricas na bacia do Tapajós.

Na sequência das mobilizações na aldeia, cerca de 200 indígenas ocuparam por quatro dias o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de São Manoel, no Rio Teles Pires, divisa entre Pará e Mato Grosso. Na noite do dia 19 de julho, após uma reunião de mais de 7 horas com a FUNAI, Ministério Público Federal (MPF) e representantes das empresas responsáveis pelas UHE São Manoel e Teles Pires, as mulheres, crianças, caciques, lideranças e pajés decidiram encerrar a ocupação e seguir a mobilização na cidade de Alta Floresta (MT), onde as urnas funerárias dos seus ancestrais estão guardadas.

Os indígenas realizaram um ritual para poder entrar no Museu de História Natural da cidade, para onde as urnas foram levadas em fevereiro de 2017. Foram horas de cantos e rituais até que os indígenas começaram a entrar. Segundo os Munduruku, os espíritos estão irritados e tristes por terem sido tirados de seus locais sagrados como consequência da inundação da cachoeira de 'Sete Quedas' pelo reservatório da UHE Teles Pires, localizada a aproximadamente 40 km rio acima da barragem de São Manoel.

Foto: Juliana Pesqueira

Há anos os indígenas reivindicam que seus objetos sagrados, retirados sem permissão pela Companhia Hidrelétrica de Teles Pires (CHTP), em 2014, sejam devolvidos ao povo Munduruku. A Procuradoria da República em Mato Grosso, em 2015, recomendou que as urnas deveriam ser mantidas pela CHTP até que as lideranças indígenas junto à FUNAI e do IPHAN definam um local para elas serem guardadas.

Compromissos assumidos

Como resultado da reunião do dia 19 de julho, os representantes da FUNAI, MPF e representantes de empresas responsáveis pela UHE Teles Pires e São Manoel firmaram uma série de compromissos, baseados na carta apresentada pelo povo Munduruku no início da ocupação. Ao final do documento, os indígenas lembram que se os acordos não forem cumpridos, eles voltarão:

- Prosseguimento e conclusão de procedimentos de demarcação das Terras Indígenas Sawre Muybu, Pontal dos Isolados, Sawre Jaybu e Sawre Apompu;
- Concepção de projetos para proteção da memória e cultura Munduruku, além de visita às urnas funerárias e apoio para definição do local sagrado onde elas serão guardadas e posterior restituição ao povo Munduruku;
- Realização de consulta livre, prévia e informada, de acordo com o protocolo Munduruku, para construção de qualquer obra do governo que impacta direta ou indiretamente os povos indígenas.

*Fórum Teles Pires e Centro Popular de Audiovisual

"Afirmamos que a resistência é condição para nossa existência"

ELVIS MARQUES*

O título desta matéria vem da Carta às Comunidades, documento produzido com base nas intensas discussões que permearam o Encontro das Comunidades do Cerrado, realizado entre os dias 28 e 30 de julho na Escola Família Agrícola Padre André (EFAPA), situada no município de Correntina, nos Gerais/Cerrado do oeste baiano. A região onde foi realizado este encontro diz muito sobre como foram esses dias. A escola – reduto de lutas e encontros do povo do campo, e local onde surgiu, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na região – está localizada em meio a comunidades geraizeiras e de fundo e fecho de pasto.

"A região [onde ocorreu o encontro] sofre com um processo assustador de devastação do Cerrado. Mas, ao mesmo tempo, existem muitas experiências de lutas e resistências das comunidades tradicionais", contextualiza Abeltânia Santos, agente da CPT na Bahia. Neste local, geraizeiros, quilombolas, assentados, indígenas, posseiros, fundo e fecho de pasto, trabalhadores rurais, vazanteiros, veredeiros, atingidos por barragens, agentes da CPT, e alunos da EFAPA, debateram, a partir de suas vivências, "a identidade das comunidades e a resistência do Cerrado". Estiveram presentes cerca de 80 pessoas vindas dos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí e da Bahia.

Foto: Thomas Bauer

"Auto-organização" com certeza foi um dos temas que marcaram o Encontro. Num contexto de acirramento dos conflitos no campo e de desmonte dos direitos do povo brasileiro, muitas das experiências relatadas pelas comunidades apontavam para essa forma de organização. Aliene Barbosa, por exemplo, falou sobre o processo organizativo de sua comunidade de fundo e fecho de pasto "que hoje vive relativamente bem graças à organização interna, e que tem se mobilizado para ajudar comunidades mais fragilizadas". Assessor do encontro, Carlos Walter Porto-Gonçalves, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), ao falar sobre experiências de auto-organização trouxe o exemplo dos indígenas Munduruku, que elaboraram o Protocolo Munduruku – documento com normas para consultas sobre projetos que afetem a etnia e seus Territórios.

Confira abaixo alguns dos principais pontos da Carta às Comunidades:

- Construir autonomia, fortalecer a autogestão/autogoverno nos territórios e demarcar nossas próprias terras. Produzir nossos alimentos agroecológicos, garantindo a soberania alimentar do nosso povo;
- A luta é de todos nós. Vamos nos juntar, articular as forças para garantir o território e a água livres, contra a concentração e a violência do agronegócio;
- Nesta luta não vamos sozinhos, temos as parcerias de outros movimentos e organizações, pois o inimigo maior neste momento é o ilegítimo governo Temer e sua submissão às grandes empresas nacionais e internacionais, que esta desmontando a Constituição brasileira e retirando os direitos de todo o povo;
- Devemos ocupar os espaços públicos, fortalecer o trabalho de base, investir na comunicação, estabelecer um dia de luta conjunta em Defesa do Cerrado.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

Caso de Ayotzinapa completa três anos com desaparecimento de 43 estudantes mexicanos

Foto: EFE

No ano de 1968, protestos estudantis percorreram o mundo contra diversas situações de repressão. No dia 2 de outubro deste ano, a Cidade do México registrou o massacre de Tlatelolco, com incontáveis mortes. Mais de 40 anos depois, a história se repetiu com estudantes da Escola Rural Normal de Ayotzinapa, em Iguala, estado de Guerrero.

No dia 26 de setembro de 2014, enquanto retornavam de atividades para arrecadação de recursos com a finalidade de viajarem para a Cidade do México para participarem de manifestações em memória do massacre de Tlatelolco, os estudantes foram abordados pela polícia municipal. Somaram 43 desaparecidos, dois mortos e várias pessoas feridas.

O caso de Ayotzinapa, que completa três anos, foi considerado uma das mais graves violações dos direitos humanos no México. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) criticaram o acontecimento. Apesar disso, segundo o canal TeleSUR, desde o desaparecimento dos estudantes, o governo mexicano tem silenciado o caso, impedindo a investigação dos órgãos internacionais. Recentemente, a Organização dos Estados Americanos (OEA), rechaçou a proposta de incluir o assunto na pauta de sua Assembleia Geral.

Assembleia Nacional Constituinte na Venezuela registra 8 milhões de votantes

No dia 30 de julho de 2017, o governo do presidente Nicolás Maduro conseguiu mobilizar 8.089.320 venezuelanos e venezuelanas (41,53% do eleitorado nacional) para votar voluntariamente e escolher os candidatos que irão compôr a Assembleia Nacional Constituinte.

Opositores ao governo de Maduro e à proposta da Constituinte se manifestaram e as ações de conflito provocaram violência e 19 mortes no dia, segundo a imprensa venezuelana. O Ministério Público investigará os casos, mas reconheceu oito mortes.

Poucos dias antes das eleições constituintes, que já acumulavam meses de disputa política e protestos de rua, a porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidades para os Direitos Humanos, Liz Throussel, havia declarado que deveria ser respeitada a intenção dos venezuelanos de participarem ou não das eleições, o que envolveria a proteção aos eleitores e a manifestação pacífica por parte da oposição.

Ao todo o pleito visava a eleição dos 545 deputados e deputadas constituintes com o intuito de redigirem uma nova Constituição no país.

Foto: Tele Sur

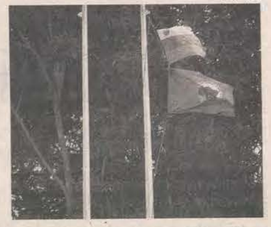
V Jornada Comunicação e Democracia para comunicadores indígenas

Com o objetivo de propiciar que os comunicadores e comunicadoras indígenas sejam promotores da agenda social estratégica de suas regiões e localidades, a Escuela Itinerante de Comunicación Indígena e Intercultural (EICIP) realizou, de 9 a 11 de agosto, no auditório Vicente Santuc da Universidad Antonio Ruiz de Montoya, em Pueblo Libre (Lima, Peru), a V Jornada de Comunicação e Democracia.

Participaram do evento comunicadores e comunicadoras, jornalistas ambientais, representantes de organizações sociais, entre outros interessados em direitos digitais, produção de rádio, jornalismo investigativo, comunicação política, identidade e interculturalidade, dentre outros assuntos interessante para a comunicação de povos indígenas.

Durante a jornada foram expostas experiências selecionadas de formação em comunicação indígena e intercultural internacionais. Este ano se destacaram experiências vindas da Colômbia, Equador e Nicarágua. (Fonte: Servindi)

Foto: MST



MST desenvolve ações de solidariedade ao povo venezuelano

Desde 2005, os militantes do MST, organizados através da Brigada Internacionalista Apolônio de Carvalho, vem desenvolvendo um trabalho de formação e produção junto a camponeses e organizações populares da Venezuela. Em 2013, a brigada foi convidada pelo Ministério da Agricultura para desenvolver um projeto de produção de hortaliças na Unidade de Produção Social Agrícola (UPSA) Caquetíos, localizada no estado de Lara, no oeste do país.

Mas foi antes, a partir de 2002, que o MST iniciou seu debate interno sobre a criação de brigadas de solidariedade, que pudessem estabelecer uma relação política com as organizações populares e os governos progressistas dos mais diversos países, principalmente na América Latina. Hoje, existem brigadas espalhadas pelo mundo afora, como em países da África e na Palestina.

De lá pra cá, a Brigada Internacionalista Apolônio de Carvalho tem desenvolvido uma série de atividades, que vão desde a formação à produção agrícola. Atualmente, nove pessoas compõem a Brigada Apolônio de Carvalho, que também é responsável pelo acompanhamento de 49 estudantes brasileiros que estudam medicina na Universidade Latino-americana de Medicina (Elam), localizada em Mariche, na capital venezuelana, além do desenvolvimento de articulações políticas e da comercialização solidária de alimentos produzidos pelas cooperativas do MST no Brasil.

Mas o processo de aprendizado e amadurecimento da militância é uma via de mão dupla, pois o trabalho internacionalista tem possibilitado um grande salto qualitativo para os militantes, bem como para a organização Sem Terra. (Fonte: MST)

o frio intenso em que vivemos nos deixe inertes.

Boa leitura!

PÁGINA BÍBLICA

Felizes os pobres no Espírito

SANDRO GALLAZZI*

Na edição passada, vimos que o projeto de Jesus exige ter fé. Uma fé que consegue mover a montanha onde se concentra o poder. Assim concluia o texto: "Para Jesus, ter fé inclui duas grandes dimensões: a capaciade de enfrentar a montanha e a de perdoar o companheiro. É a novidade maior de Cristo. No Antigo Testamento não havia perdão. Fala de partilha, de solidariedade, de fraternidade, de ajuda mútua, mas não de perdão. Jesus fala que é necessário elevar a solidariedade até as últimas consequências".

Perdoar é apostar na fraternidade

O perdão não é uma questão puramente sentimental, ou psicológica. Não é tanto esquecer a ofensa que outro me fez. Perdão é uma opção teológica, ao mesmo tempo que uma opção profundamente política: é crer que nada pode quebrar a solidariedade dos pequenos. Não posso deixar que nada interrompa a corrente da solidariedade. Necessito crer na solidariedade ao ponto de perdoar 70 vezes 7.

Perdoar é apostar na fraternidade. Não é só uma coisa sentimental; não é só o que sinto no coração, mas é uma opção frente ao projeto de uma vida solidária na comunidade. A comunidade é decisiva. Na última oração de Jesus, o que ele vai pedir é que sejamos um; essa é a lógica do perdão. Perdoar para que o Pai nos perdoe, para que venha a salvação. É a única vez que funciona a teologia da retribuição. Se eu não a aplico aos companheiros, Deus não a vai aplicar comigo. O contrário também é verdade!

Há uma parte no Evangelho de Mateus que muitas vezes foi mal interpretada e que trouxe problemas graves, inclusive nas relações entre as Igrejas. Quando Mateus conta a história do perdão diz:

"Se teu irmão peca, vai você sozinho a ele, conversa com ele, convence-o, se ele não te escuta, chama dois companheiros para que falem com ele. Se não faz caso leva-o à comunidade, à assembleia, à Igreja e se não escuta à Igreja é como um pagão e um publicano."

Se vocês fizeram tudo o que podiam e ele continua sendo duro, então o jogamos fora e nos separamos. Usamos este texto até para legitimar a excomunhão. E esquecemos que quem escreveu esta página era um publicano chamado Mateus que sabia como Jesus tratava os publicanos.

No momento que o companheiro não escuta nada nem a ninguém, é como a ovelha perdida. A coisa mais importante não está em jogá-lo fora, ao contrário, devemos ser para este "publicano", como foi Jesus para Mateus. Nada e ninguém pode permitir-nos a separação, a ruptura. Nem Deus vai poder atar o que nós desatamos!

Felizes os pobres no Espírito: a Mística de Jesus (Mt 5,3-10; Lc 6,20-26)

Este é um assunto que não podemos pretender esgotar neste tipo de trabalho. Vamos trabalhar somente dois textos que podem ajudar-nos a penetrar o mistério do coração de Jesus, descobrir as razões que alimentavam as opções de Jesus.

O primeiro texto é o que conhecemos como das Bem-aventuranças. É necessito fazer um trabalho técnico de biblista com vocês para ajudá-los a interpretar este texto que creio fundamental na mensagem de Cristo. Preciso fazer este trabalho porque este texto é muito comentado, e em geral muito mal. Lembro a reação de meu pai, quando eu, ainda na Itália, o expliquei como o tinha aprendido na escola:

"Bem-aventurados os pobres de espírito". Os pobres de espírito são os que têm desapego das coisas materiais. Continuava explicando que se pode ser rico, e ao mesmo tempo ser pobre de espírito, quando o rico não se apega às coisas materiais e ajuda os pobres, a Igreja. Afirmei que o pobre, também pode ser rico de espírito quando só pensa no dinheiro, se apega às coisas materiais, apresentando a pobreza de espírito como uma atitude interior da pessoa. Quando cheguei em casa meu pai me chamou e me disse: Quer dizer que eu sou rico de espírito? Sim, porque passei toda minha vida sem deixar de pensar em dinheiro. Sempre estive preocupado porque tinha que alimentar 7 filhos todos os dias. E não chegava a noite sem pensar como ia fazer no dia seguinte para encher tua barriga.

Meu patrão, rico, que dá esmola ao padre, é pobre de espírito?

Naquele momento descobri o grande critério de interpretação bíblica, que depois, no Brasil, Carlos Mesters, me ajudou a formular assim: Se tua interpretação da Bíblia não serve ao pobre está errada, tem que se buscar outra interpretação. Sim, porque a Boa Notícia é para os pobres. Minha explicação não servia a meu pai, ele se sentia condenado por esta palavra. Então fui ao meu escritório, procurei o texto original grego, e quando saí de lá depois de duas horas, lhe disse: pai, escuta. E se fosse assim. Depois de escutar-me com atenção e alegria me disse: bem, assim vale.

O que eu vou comentar agora tem então a assinatura não de um doutor em exegese e sim de um pobre sapateiro honesto que lutou toda a vida por sua família. O primeiro trabalho é fazer uma tradução correta deste texto. Só uma Bíblia o traduz bem. Todas as outras fazem uma tradução errada, e não por ignorância, porque o texto é muito fácil. Vamos à obra.

A primeira afirmação é: "Felizes os pobres no Espírito, porque deles é o reino dos céus". Onde está a diferença? Em grego a palavra espírito tem artigo (to penumati) e nossas bíblias o tiram, por quê? Com o artigo, o Espírito é sempre o Espírito Santo, sem o artigo, espírito é nossa psicologia, nosso modo de sentir, de pensar.

Aquí se trata do pobre que tem o Espírito, o que obedece ao Espírito, o que vai à luta, o que não peca contra o Espírito Santo. Lembram? Vejamos agora a última bem-aventurança:

"Felizes os perseguidos por causa da justiça, por seu é o Reino dos céus". "Seu", de quem? De quem é o Reino? Dos pobres no Espírito e dos que são perseguidos por causa da justiça. Estes são os pobres no Espírito, os que sofrem perseguição porque buscam a justiça.

No próximo número vamos acompanhar Sandro em toda a leitura das Bem-aventuranças. Aguardem!!!

*Assessor da CPT

EXPERIÊNCIA

Jovens concluem Escola Camponesa com estudos que vão desde a identidade camponesa até as técnicas em agroecologia

Vinte jovens participaram dos três módulos da Escola Camponesa em Tabuleiro do Norte (CE), realizados nos meses de janeiro, março e julho, com base nos princípios da agroecologia, da convivência com o semiárido e da educação popular

JOÃO DAMÁSIO*

A parceria entre a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Vale Assessoria, a Cáritas Diocesana de Limoeiro e a Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA) propiciou a realização dos três módulos da Escola Camponesa, realizada no Parque Ecológico dos Currais, em Tabuleiro do Norte (CE). O objetivo é a formação de jovens camponeses dos municípios de Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Potiretama.

A Escola Camponesa é um espaço de formação contextualizada, possibilitando aos camponeses e camponesas, especialmente à juventude, trocar experiências, adquirir conhecimentos, mudar a prática em vista da transformação das realidades de morte e destruição, em realidades de vida com dignidade.

"Baseada nos princípios da agroecologia, convivência com o semiárido e da educação popular, a Escola Camponesa possibilita o intercâmbio entre jovens em vista da construção de um projeto de vida da família camponesa. Muito já avançamos na agroecologia e na convivência com o Semiárido. Mas ainda há muito por fazer! Temos que fortalecer as experiências exitosas e difundir os aprendizados, as conquistas obtidas, para que mais famílias e comunidades assumam práticas agroecológicas, gerando qualidade de vida, renda e sustentabilidade socioambiental no campo, mas também para a cidade", explica Thiago Valentim, da coordenação nacional da CPT, que acompanha a Escola.

Foto: AEFAJA

Foto: AEFAJA

Três módulos, muitos aprendizados

O primeiro módulo ocorreu nos dias 27 a 29 de janeiro e permitiu a introdução sobre a missão e a história da Comissão Pastoral da Terra, a identidade camponesa no semiárido, uma introdução à agroecologia e o estudo de temas práticos sobre a água como fonte de vida, o manejo de pragas e doenças, a captação de água e pequena irrigação e quintais produtivos.

Em seguida, o estudo dos tipos de solo, das sementes crioulas, casas de sementes e manejo de culturas tematizaram o segundo módulo da formação, realizada nos dias 10 a 12 de março. Nesta ocasião, os jovens visitaram o Olho d´Água do Corrente, a mata nativa preservada e conheceram várias espécies de plantas, animais e insetos que, por consequência do desmatamento, não existem mais em suas comunidades.

O terceiro e último módulo, nos dias 7 a 9 de julho, tratou da criação de pequenos animais com aulas teóricas e práticas realizadas no Assentamento Lagoa Grande, além de uma oficina de palma forrageira consorciada com a pitaia. Os estudos versaram sobre a criação de caprinos e ovinos, a castração, o cuidado com doenças e a aplicação de vacina. Por fim, a turma visitou a casa de Dona Das Dores.

Comunidade dos Currais

Em todos os módulos, a integração na Comunidade dos Currais permitiu ampliar os conhecimentos, especialmente por meio dos fartos alimentos ofertados pela comunidade e das noites culturais em que foi possível socializar os estudos realizados de modo descontraído, com diversas manifestações artísticas dos jovens e de convidados para animar a comunidade com músicas regionais, forró pé de serra e festividade junina.

Segundo Alisson Chaves, da EFA Jaguaribana, "foi possível a troca de experiências sobre a história do assentamento e os estudos realizados pelos jovens. Os moradores e moradoras relataram sobre a origem do assentamento, enquanto os jovens partilharam como tem sido a experiência de realizar um curso básico de agroecologia, que é a Escola Camponesa".

A realização da Escola Camponesa também está inserida dentro do processo de implementação da Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé (EFA Jaguaribana), que deverá iniciar suas atividades em janeiro de 2018, na localidade de Currais de Cima, em Tabuleiro do Norte. A EFA será um espaço de formação técnica em agropecuária, integrada ao ensino médio, recebendo jovens rurais de municípios do Vale do Jaguaribe, que estudarão a partir da pedagogia da alternância.

Ao final do terceiro módulo, foram entregues os certificados de conclusão do curso em um momento que emocionou participantes da Escola, técnicos que ministraram as aulas e visitantes da comunidade ou de fora, que ainda puderam promover mais um momento de intercâmbio e troca de experiências.

CINE EFA tem primeira exibição

Nos dias 18 e 19 de julho, a AEFAJA realizou a primeira exibição do CINE EFA, respectivamente na cidade de Tabuleiro do Norte e no Assentamento Donato. Exibindo e debatendo filmes e documentários sobre a questão agrária e agrícola, o pontapé foi dado com "O Veneno Está na Mesa", dirigido pelo cineasta Sílvio Tendler e lançado originalmente em julho de 2011.

A partir do debate do filme, que trata do uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil e seus impactos para a saúde humana e o meio ambiente, e do estudo realizado sobre a lei nº 12.228/1993, que traz perigosos retrocessos para o país, foram propostas formas de avançar no assunto: a criação de um grupo de trabalho com as secretarias públicas e organizações interessadas e o investimento direto na agroecologia. O CINE EFA continuará acontecendo mensalmente na cidade e em comunidades rurais.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Boa leitura!

Cultura

A Maria que não é santa

Maria Sempre deita depois de todos...
acorda às cinco horas...
Remexe o borralho
Atiça o fogo
Na sua simplicidade
Prepara o café.

Tem forças para
Sorrir e rezar...
Labuta com os filhos
E coisas da casa
Rala mandioca
Faz beiju
Amassa o milho
Assa pamonha
Colhe o andu.

Cuida das criações
trabalha com o marido
Na roça
E ainda tem
No rosto
Bastante alegria.

Lava a roupa
No rio...
Faz do lenço
A rodilha
Sabão preto
De decoada
Trouxa imensa
Quarando suor.

Maria tem a pele
Queimada pelo sol
Mãos calejadas
Olhar distante
Sabedoria.

E quando tem missa
Sempre chega atrasada
Primeiro arruma
Os outros...
Tem pouco tempo
Para si.
nunca se lastima
Chama-se Maria
E, no entanto...
Não é santa.

Paulo André – CPT Minas Gerais

Foto: Joka Madruga

CEDIN

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil ..... R$ 10,00
☐ Para o exterior ..... US$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta Postal Básica
9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO **VIA AÉREA**

VILA NOVA
NOVA IGUAÇU

RJ BRASIL

AGF JARDIM PLANALTO/GO

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra — Outubro a Dezembro de 2014 — Ano 39 – Nº 218

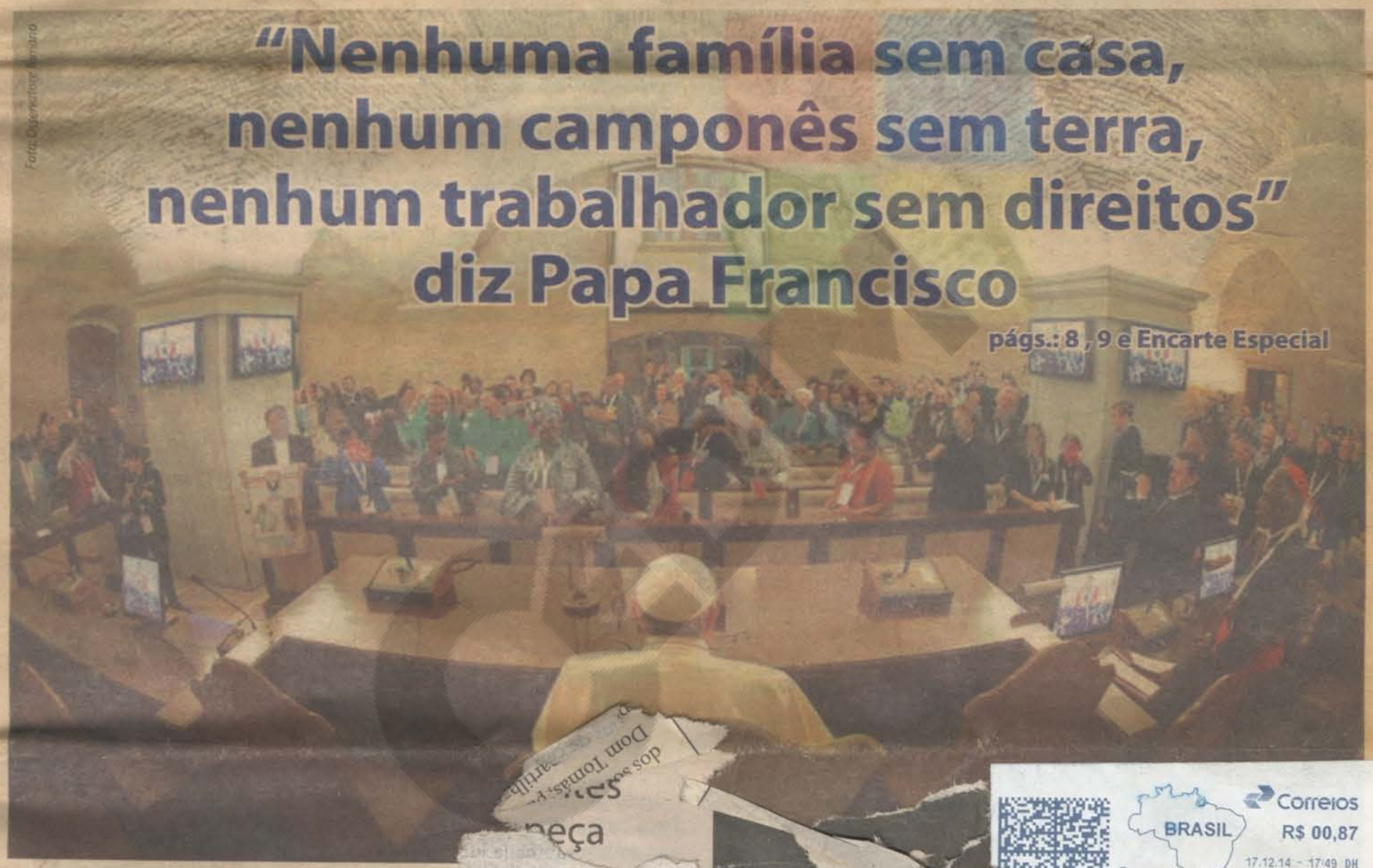


Foto: Operários Romanos

"Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos" diz Papa Francisco

págs.: 8 , 9 e Encarte Especial

Foto: MST

Terras de Eunício: o senador cearense que se tornou dono de parte de Goiás

pág.: 5

Correios
BRASIL
R$ 00,87
17.12.14 - 17:49 DH
MDPB A FATURAR

EDITORIAL

Uma bênção de humanidade

Estamos chegando a mais um final de ano. Um ano que vai ficar profundamente marcado na história da CPT, na história do Brasil e na história dos movimentos populares.
Neste ano:

- A CPT perdeu seu vice-presidente, Dom José Moreira e um dos seus fundadores e sustentáculos, Dom Tomás Balduino. Perdeu ainda um grande amigo e apoiador, Plínio de Arruda Sampaio, além de outros agentes históricos e amigos.
- O Brasil foi sacudido por uma das eleições mais acirradas à presidência da República, com repercussões no comportamento do mercado. Na medida em que as pesquisas indicavam vitória para um ou outro lado, as bolsas de valores sofriam alterações. Com muita propriedade diz o texto do Pe. Flávio Lazzarin: "Confirma-se, ao longo da campanha eleitoral e após o segundo turno, o papel determinante da economia em decidir o destino dos governos democraticamente eleitos. À revelia dos votos e dos povos, o mercado e as bolsas de valores determinam os desafios e as decisões dos governos. Trata-se de uma ditadura férrea e intransponível que reduz os governantes e os políticos a meros balconistas do mercado mundializado".
- Mas um fato que vai deixar uma marca indelével na história foi o Encontro Mundial dos Movimentos Populares no Vaticano, convocado pelo Pontifício Conselho Justiça e Paz e pela Pontifícia Academia das Ciências Sociais. No final de outubro o papa Francisco recebeu os participantes do encontro e a eles dirigiu um discurso que mostra uma igreja se voltando novamente para os mais pobres e excluídos, colocando-os no centro de suas preocupações e ações, bem de acordo com o Evangelho de Jesus. A eles o papa foi enfático ao afirmar o lugar que devem ocupar: "Vocês não se contentam com promessas, também não esperam de braços cruzados. Vocês sentem que os pobres querem ser protagonistas". E mais: "Não é possível abordar o escândalo da pobreza promovendo estratégias de contenção que unicamente tranquilizem e convertam os pobres em seres domesticados e inofensivos".

São os direitos de todos que o papa defende com clareza meridiana: "Terra, Teto e Trabalho são direitos sagrados"; "a reforma agrária é, além de uma necessidade política, uma obrigação moral"; "não existe pior pobreza material do que a que não permite ganhar o pão e priva da dignidade do trabalho". Condena ainda o sistema econômico que lança milhares de jovens no desemprego e "que coloca o lucro acima da pessoa". Direitos espezinhados quando se vê a crueldade "das imagens de despejos forçados, dos tratores derrubando barracos. Imagens tão parecidas às da guerra".

Este discurso é como "um vento de perfumada primavera passando pelo Vaticano", diz Jacques Alfonsin, "uma promessa ético-política de revitalização da autoridade moral da Igreja". Esta revitalização se dá porque o papa "volta à essencialidade do Evangelho", nas palavras do historiador italiano Alessandro Santagata.

Animada com as palavras do Papa, a CPT traz nessa edição do Pastoral da Terra, um encarte especial com o discurso de Francisco, completo, proferido durante o Encontro.

Em meio à escuridão da dura realidade dos pobres brilha a luz das Palavras do Papa que incentiva: "Continuem com a sua [illegible] bem a todos nós. É como uma bênção de humanidade".

Feliz Natal para todas e to[illegible]

PUBLICAÇÕES

Terra e Pastoral em Alagoas: Conflitos e Liberdade

Foi lançado dia 16 de outubro, durante a programação da 21ª Feira Camponesa de Alagoas, o livro "Terra e Pastoral em Alagoas: Conflitos e Liberdade". Produzido pela Comissão Pastoral da Terra de Alagoas e pelo Grupo Terra, a obra retrata a história da luta campesina no estado. A solenidade de lançamento reuniu trabalhadores do campo e da cidade, sindicalistas, movimentos sociais e representantes de partidos políticos. O evento trouxe relatos dos camponeses e dos organizadores da publicação. "Sou analfabeto, mas faço história. O que tem nesse material vai ficar registrado para sempre", afirmou José Feliciano, o Saúba. A luta pela terra enfrentada por ele e mais cinco camponeses e camponesas representam a trajetória da CPT em Alagoas, e dão base para o conteúdo do livro.

Dom Tomás é terra e dignidade

"Dom Tomás é terra e dignidade" é uma compilação de textos, mensagens e poemas vindos de todas as partes do mundo em homenagem a Dom Tomás Balduino, falecido em maio último, na cidade de Goiânia (GO). O livro, organizado pela CPT, Comissão Dominicana Justiça e Paz e Diocese de Goiás, traz mensagens de profundo pesar, admiração e compromisso com as lutas defendidas por Dom Tomás por toda a sua vida. Antônio Canuto e Cristiane Passos, da CPT, juntamente ao frade dominicano José Fernandes, tiveram a tarefa de organizar as centenas de mensagens que chegaram quando da morte de Dom Tomás, assim como os textos e poemas produzi[illegible]obre ele, e de retomar análises e textos proféticos escritos pelo próprio [illegible]ara aqueles e aquelas que pouco conhecem da sua trajetória, [illegible]r um pouco da sua atuação incisiva e lúcida, durante seus [illegible]minhada junto aos sem terra, aos indígenas, ao povo pobre do campo. A publicação foi lançada no dia 20 de novembro, em Goiânia.

PASTORAL DA TERRA
É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Isolete Wichinieski
Frei Luciano Bernardi

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
J Câmara & Irmãos SA

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
Brot für die Welt
Development and Peace
CCFD
MISEREOR

ASSINATURAS
Anual R$ 10,00.
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.
Informações canuto@cptnacional.org.br

Fique Informado

Frei Anastácio recebe prêmio na Áustria por suas ações junto a trabalhadores rurais

Foto: Assessoria Frei Anastácio

O deputado estadual Frei Anastácio (PT) recebeu no dia 21 de novembro, na Áustria, o prêmio Dom Oscar Romero, concedido pelo Movimento dos Homens Católicos da Áustria (KMB-national), por seu trabalho humanitário junto aos trabalhadores rurais e comunidades carentes, como um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e na condição de parlamentar. O prêmio, criado em 1981, já contemplou pessoas de diversos países, e tem por objetivo reconhecer o trabalho de pessoas e entidades na luta para um mundo mais justo e solidário. A entrega do prêmio teve a participação de religiosos e políticos da Áustria. A solenidade foi realizada na comunidade Fernitz, zona rural de Graz, capital de Siteiermark, com a participação do governador do estado e do bispo arquidiocesano. Frei Anastácio foi à Áustria acompanhado de seu chefe de gabinete, Aristides Vilar Nino e da coordenadora da CPT de João Pessoa, irmã Tânia Maria de Sousa. Depois da entrega do prêmio, os três deram palestras em vários locais e em uma universidade da Áustria, sobre a conjuntura econômica e política do Brasil, além de abordar os avanços e entraves da reforma agrária na Paraíba e no País.

CPT realiza lançamento do documentário 'Minerando Conflitos'

Foto: CPT Marabá

A Comissão Pastoral da Terra, por meio do Observatório Socioambiental do Sudeste Paraense, realizou o lançamento do vídeo-documentário 'Minerando Conflitos', no dia 7 de novembro último, no Campus 1 da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. O documentário é uma produção das equipes da pastoral de Marabá, Xinguara e Tucuruí, que reflete sobre os impactos causados pela implantação do Projeto Ferro Carajás S11D, da mineradora Vale. Em 2013 foram realizadas pesquisas e entrevistas com moradores atingidos pela mineradora em Canaã dos Carajás, Parauapebas e Marabá. Durante o lançamento foi realizada, também, a exposição fotográfica "Respiro o ar sujo de Piquiá de Baixo", que retrata o cotidiano da população de Piquiá de Baixo, bairro industrial de Açailândia, no Maranhão, que convive há mais de duas décadas com a poluição provocada por cinco siderúrgicas. A comunidade também é margeada pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) e sofre com impactos da empresa Vale S.A.

CPT e Diocese de Goiás inauguram monumento em homenagem à luta pela terra e a Dom Tomás Balduino

O Monumento da Reforma Agrária é uma homenagem à luta das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais que conquistaram o direito à terra, e aos que estiveram junto a esse povo na caminhada. Nesse sentido é uma forma de celebrar a vida e a obra do grande profeta da luta pela terra, Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás durante 31 anos, que escutou, organizou e apoiou o povo camponês do estado e de todo o País. De 1986, com o Mosquito e o São João do Bugre, até 2014, com o Padre Felipe, foram implantados 24 assentamentos de reforma agrária na região da Diocese de Goiás. O ato de inauguração do Monumento foi realizado no dia 22 de novembro, na Cidade de Goiás (GO), onde ele foi instalado.

Voluntário da CPT e aluno de Direito é agredido em sala de aula em Cacoal (RO)

Tratado de militante do Movimento Sem Terra (MST), estudante foi agredido por colega nas dependências da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, no campus de Cacoal, no Departamento de Direito, no dia 03 de novembro último. A agressão ocorreu por volta das 20h10, dentro da sala do 6º período de Direito. Em nota de repúdio elaborada pela RENAP/RO, os advogados pediram "que a Universidade Federal de Rondônia tome as providências disciplinares para punir esse tipo de comportamento e inibir que tais fatos se repitam, e garanta que o meio acadêmico continue sendo solo fértil para a discussão e amadurecimento de ideias, da Democracia e do próprio Estado Democrático de Direito". A denúncia é do aluno de Direito Welington José Lamburgini, voluntário da equipe da CPT de Cacoal, segundo o qual o colega de aula Raul Melo, "perdeu o próprio autocontrole proferindo xingamentos e calúnias contra minha pessoa em virtude, segundo ele, de eu pertencer ao MST, e que são todos uns terroristas, bandidos, baderneiros, comunistas caviar, incoerentes e outros adjetivos pejorativos".

Grupo de teatro com agentes da CPT Goiás organiza peça sobre Trabalho Escravo

O grupo de teatro "Artistas do Cerrado", formado por agentes da CPT Goiás, encenou no dia 17 de novembro, no colégio estadual Lyceu de Goiânia (GO), a peça "O preço do homem é a liberdade". Seguindo o modelo do teatro do Oprimido, a peça é construída através da interação com o público. Estudantes secundaristas, que participaram do processo de produção e de debates sobre o tema da escravidão contemporânea, assistiram e interferiram nas cenas apresentadas pelo grupo. Esse trabalho já foi apresentado pela CPT na cidade de Formosa (GO), e em São Luís dos Montes Belos (GO). A peça será encenada, também, na cidade de Ipameri (GO), no próximo ano.

Foto: CPT Nacional

CPT 40 ANOS

Ser CPT é uma opção radical!

Mensagem do Presidente da CPT

Companheirose companheiras... amigos e amigas! Esta minha breve reflexão tem como ponto de partida uma das frases mais célebres do grande pastor e profeta nordestino, Dom Hélder Câmara, conhecido também como o bispo dos pobres.

"É GRAÇA DIVINA COMEÇAR BEM"

Em 1975, em pleno regime de exceção, quando o Brasil era governado pela mão pesada da Ditadura Militar, composta pela famosa Mae (Marinha, Aeronáutica, Exército), que de mãe não tinha nada, mas só desumanidade e atrocidade, nasceu a Comissão Pastoral da Terra, gestada e gerada por alguns profetas de então, como D. Tomás Balduino e D. Pedro Casaldáliga e tantos outros.

> **A CPT foi gestada e gerada por alguns profetas de então, como D. Tomás Balduino e D. Pedro Casaldáliga e tantos outros**

Surgiu impulsionada pela Teologia da Libertação, pelas Ceb's e pela necessidade de organizar a resistência, a partir dos camponeses e dos movimentos populares, em vista das lutas pelos direitos humanos em geral, pelo retorno à democracia, pela Reforma Agrária e por outras bandeiras erguidas naquele contexto histórico. Nascida neste chão árido e entre tantos desafios, a CPT foi se consolidando e sempre mais afirmando o protagonismo dos camponeses.

Estimulada por uma mística inspirada no projeto de Jesus e ainda sustentada por sua pastoralidade, que sempre se renova, a CPT cresceu e foi fincando suas tendas em quase todo o território nacional, sem nunca perder de vista o seu compromisso com "as minorias abraâmicas". Começamos bem!

"GRAÇA MAIOR, PERSISTIR NA CAMINHADA"

Os militantes da CPT têm consciência de que sua missão vai se realizando numa tensão contínua entre "o aqui e o agora" e o "já e ainda não". Ela é peregrina, não tem morada fixa, vive a caminho pelo deserto, ora está presente nas tendas, ora nos acampamentos, nos assentamentos, entre os escravizados pela ganância do capital, e até entre os despejados e sem teto das periferias e de nossos centros urbanos.

> **A CPT é peregrina, não tem morada fixa, vive a caminho pelo deserto, ora está presente nas tendas, ora nos acampamentos, nos assentamentos, entre os escravizados, os despejados**

Tendo seus olhos fixos na montanha, ela nunca se afasta da planície, onde se dão os conflitos, as ameaças, os assassinatos, a negação dos direitos à terra; as lutas das comunidades tradicionais, dos pescadores, dos quilombolas.

Cada vez mais os agentes liberados e voluntários da CPT, têm convicção de que, independentemente dos desafios e das dificuldades, têm que ir ao encontro dos gritos e dos clamores do povo da terra, das águas e das florestas. Deste modo estamos persistindo na caminhada.

"GRAÇA DAS GRAÇAS É NÃO DESISTIR NUNCA"

Ser CPT é mais que ser um mero agente, um voluntário; é saber-se chamado para uma missão, convocado "pela memória subversiva do Evangelho... procurando ser fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra". É ser ecumênico, aberto e atento à pluralidade; sempre comprometido com o Reino de Deus, que vai se concretizando na história, também através de mediações como a do Papa Francisco, que recentemente nos exortou para que: "Nenhuma família fique sem casa, nenhum camponês sem terra e nenhum trabalhador sem direitos".

> **Ser CPT é uma opção radical. Não há espaço para meias medidas; ou se entra no time de corpo e alma, ou se fica de fora**

Sem dúvida alguma é uma opção radical, não deve haver entre nós espaço para meias medidas; ou se entra no time de corpo e alma, ou se fica de fora. Nada de querer agradar gregos e troianos .

"Faz escuro mas eu canto" é o grito de guerra que nos interpela e nos prepara para o 4º Congresso Nacional da CPT, que acontecerá em Porto Velho - RO, em julho de 2015.

Nada poderá nos deter, nos fazer recuar; fiéis até o fim à missão, superaremos possíveis conflitos, dificuldades financeiras, inclusive de alguns de nossos pastores. Nada, absolutamente nada, deve nos fazer desistir. Uma vez CPT, sempre CPT!!!

Desejo que o Advento seja o momento de preparação para renovarmos a acolhida do Menino Deus que quer nascer e deseja estar presente em cada momento da nossa vida e de nossas atividades.

A todos/as meu fraterno abraço e a minha bênção,

Dom Enemésio Ângelo Lazzaris

ARTIGO

O mercado ficou nervoso e o campesinato está emputecido

FLÁVIO LAZZARIN*

"O mercado ficou nervoso... Mercado passou a especular... O susto do mercado financeiro... Santander e Goldman Sachs veem cenário difícil se Dilma vencer eleição... O mercado não gostou da reeleição de Dilma...". Êta, mercado!!! Confirma-se, ao longo da campanha eleitoral e após o segundo turno, o papel determinante da economia em decidir o destino dos governos democraticamente eleitos. À revelia dos votos e dos povos, o mercado e as bolsas de valores determinam os desafios e as decisões dos governos. Trata-se de uma ditadura férrea e intransponível que reduz os governantes e os políticos – parafraseando o ex-subcomandante Marcos do EZLN – a meros balconistas do mercado mundializado.

Fica pairando nas nossas mentes a pergunta inadiável: por que insistimos em apostar no voto como fator de mudanças a partir das necessidades do povo, quando é o mercado nervoso que determina? Por que teimamos em reduzir a política ao carnaval de branco que são as eleições? Por que apostamos numa esquerda que se limita a fazer o serviço sujo imposto pelo capital? Claro, com diferenças... Quais? Vejamos as políticas públicas de transferência de renda publicizadas somente como políticas de redução das desigualdades sociais. A título de exemplo, na gravíssima crise europeia, os governos, sejam de esquerda sejam de direita, não podem se permitir o luxo de abandonar os subsídios governamentais aos setores atingidos pela crise após 2008 e a motivação é a contenção dos conflitos. Se assim não fosse, teríamos fogo e sangue nas ruas! No Brasil das jabuticabas, porém, na análise do Bolsa Família, não podemos omitir a presença de arcaísmos oligárquicos e coronelistas, que superintendem à troca entre o favor do político e a lealdade eleitoral do beneficiado. E essa sempre foi a política das elites nacionais!

Dilma reeleita e a burguesia transnacional bamburrou na Câmara dos Deputados e no Senado, nos Governos dos Estados e nas Assembleias Legislativas. A elite, reforçada pelo nervosismo das bolsas de valores, os únicos votos que parecem determinar o destino dos governantes, já está cobrando a conta.

Dilma reeleita; mercado nervoso; indígenas, sem-terra, quilombolas e comunidades tradicionais emputecidos, porque o resultado eleitoral confirma a lógica e a prática do agronegócio, mineradoras, PAC que avançam sobre as terras e os territórios dos povos originários e do campesinato. São eles os principais perdedores das últimas eleições. E quem perde com eles são os nossos biomas e bacias hidrográficas. Réquiem para o Velho Chico?

A V Semana Social Brasileira afirmou com clareza, em aliança com setores significativos da sociedade civil, a necessidade de uma reforma política radical, via Plebiscito, para uma Constituinte, que possa mudar o Estado brasileiro com processos autenticamente democráticos, que superem a tradição patrimonialista e oligárquica das relações políticas. Quase oito milhões de assinaturas revelam a importância e a urgência desta decisão. Pode ser uma ocasião importante de mobilização do povo, porém sem perder o horizonte dos desafios maiores; com efeito, temos que guardar em nós como tesouro irresignável o horizonte utópico do Reinado de Jesus, que está perto, luz que não pode desaparecer nas conjunturas históricas limitadas.

Não aceitamos a condenação ao cínico realismo da governança e das apertadas possibilidades decretadas pelo capital e pelo Estado.

Parece pouca coisa esta eleição, diante da urgência teimosamente ignorada pelo mundo da economia e da política institucional. É a urgência de repensar e fazer o desenvolvimento e a matriz energética em termos de decrescimento e tecnologias alternativas. Não podemos ignorar a crise civilizacional, que com a destruição insana dos nossos biomas e de seus povos, provoca catastróficas mudanças climáticas. E o Brasil, que podia representar uma nova maneira de pensar o mundo e os desafios políticos, econômicos e energéticos, também casou com a irracionalidade e a barbárie do neodesenvolvimentismo. O cerrado, caixa d´água do País, praticamente já foi destruído e nada para o avanço insensato do capital sobre a floresta amazônica. Neste contexto, em que a nossa Esperança poderia vacilar, cabe a insurgência de consciências convertidas para lutas em defesa da Vida.

É desde 1975, que acreditamos que nossa missão irrenunciável se dá no escondido serviço eclesial aos camponeses, no trabalho de base. Não mudará, ao longo dos próximos quatro anos, esta estratégia feita de presença evangélica, afetiva e solidária, macroecumênica, de assessoria, de serviço aos processos de organização, articulação e mobilização das comunidades camponesas, atingidas e ameaçadas pela expansão dos investimentos capitalistas nos biomas brasileiros.

Em suma, não acreditamos numa ruptura do padrão político-econômico deste governo, que dará continuidade à aliança com o empresariado do agronegócio e da mineração, à revelia dos direitos constitucionais, que confirmam a legitimidade das reivindicações dos povos indígenas, dos quilombolas, dos sem-terra, das inúmeras e diferenciadas comunidades tradicionais.

É nossa convicção que os povos indígenas e o campesinato irão apostar novamente em lutas e mobilizações, para forçar o governo a aplicar os direitos constitucionais promovendo políticas públicas de reforma agrária e regularização fundiária. Mas sonhamos o sonho maior: o processo de unificação desta movimentação social que insurge a partir das bases.

Em que pesem antigas e novas dificuldades, a nossa é uma perspectiva de Esperança, confirmada e alimentada pela profecia de papa Francisco. É a Esperança depositada por Jesus de Nazaré, o Ressuscitado, na força e no protagonismo dos pobres e dos pequeninos. E das pequeninas.

*coordenação nacional da CPT.

REFORMA AGRÁRIA

Eunício Oliveira: o dono das terras em Corumbá de Goiás

No último dia 31 de agosto, cerca de três mil famílias ocuparam a fazenda Santa Mônica, em Corumbá de Goiás (GO), de propriedade do senador Eunício Oliveira (PMDB). Eunício foi candidato a governador do estado do Ceará nas últimas eleições e perdeu para o candidato do PT.

ANTÔNIO CANUTO E CRISTIANE PASSOS

Foto: Mídia Ninja

Segundo manifestações dos que ocuparam a terra, são constantes as denúncias das formas mais absurdas utilizadas pelo senador para cada vez incorporar mais áreas à sua propriedade.

Quem anda pela região de Corumbá de Goiás, escuta de todos os lados que o senador já é dono de mais da metade do município. A Fazenda Santa Mônica é apenas uma entre os muitos imóveis rurais em nome de Eunício. Na declaração de bens apresentada ao Tribunal Superior Eleitoral, neste ano, constam 88 imóveis rurais em Goiás, quase todos em Corumbá de Goiás. Na declaração anterior (2010), o número declarado era de 72 propriedades. Em quatro anos, 16 novas propriedades foram incorporadas ao seu patrimônio. E chama a atenção o valor declarado das mesmas. A Santa Mônica, apesar de ter 21 mil hectares, seu valor é de apenas R$ 386.720,00. Outros imóveis tem um ínfimo valor declarado, a partir de R$ 746,27. O total do patrimônio declarado pelo político é de R$ 99.022.714,17, o mais rico entre todos os candidatos a governador em 2014. Se considerarmos que na declaração de bens de 2010, o valor declarado foi de R$ 36.737.673,19, temos em quatro anos um aumento razoável de 170% no seu patrimônio!

Família denuncia expulsão

Não bastasse isso, o juiz de Corumbá de Goiás, Dr. Levine Raja Gabaglia Artiaga, imitiu em novembro de 2009, o senador na posse da Fazenda Cutia, de propriedade do Sr. Tito de Araújo Leite. Este senhor, 78 anos, em cadeira de rodas desde 2007, por conta de um AVC, nasceu na Fazenda Cutia, que fora propriedade de seu pai e de seu avô. Nesta fazenda nasceram e se criaram seus filhos. Na década de 1970, o Sr. Tito adquiriu mais um imóvel, Fazenda Barra da Congonha. Nas propriedades criava gado comum, cruzado e guzerá, voltados para a produção de leite. Também tinha lavoura de milho, arroz, feijão, entre outros.

Em setembro de 2009 o senador registrou na delegacia de Polícia Civil, o sumiço de 650 cabeças de gado Nelore de suas propriedades, que estariam sob a responsabilidade do genro do sr. Tito. O juiz, sem quaisquer provas materiais do furto, em 27 de novembro, decretou o sequestro da fazenda Cutia e imitiu o senador na posse da mesma. O senador tomou posse imediata e, ao mesmo tempo, ocupou a Fazenda Barra da Congonha, que nem sequer é contígua à Cutia. A família do Sr. Tito teve que sair de casa só com as roupas do corpo. Dois filhos e o genro do Sr. Tito foram presos. Sequestro, esbulho e imissão da posse foram feitos sem nenhum relatório do que a fazenda possuía.

Em janeiro do ano seguinte (2010), o Ministério Público ofereceu denúncia do sumiço de 15.600 cabeças de gado do senador entre 2008 e setembro de 2009, imputando ao Sr. Tito, seus dois filhos e o genro, o sumiço deste gado. Entretanto, o senador nunca fez prova da existência do gado que afirma ter sumido.

Mesmo tendo o advogado demonstrado que as fazendas Cutia e Barra eram propriedades distintas e que o sequestro só recairia sobre a Cutia, o juiz não deu qualquer andamento ao processo. O Tribunal de Justiça de Goiás, julgando apelação, entendeu serem propriedades distintas e mandou, em 24/01/2012, reintegrar o Sr. Tito na posse da Fazenda Barra. O juiz, porém, dois dias após retornar das férias, em 08/02, atendendo pedido do senador, estendeu o sequestro para a Fazenda Barra, imitindo o senador na posse da mesma, contrariando a decisão do Tribunal de Justiça.

Ocupação e resistência

Diante deste quadro, não é de se estranhar as últimas decisões do juiz. Quinze dias antes da ocupação, em ação de reintegração de posse, ele "determina que o MST se abstenha de esbulhar ou turbar ou invadir as terras da Fazenda Santa Mônica". Ocupação efetuada, no dia seguinte emite liminar de reintegração de posse. Recebeu os autos do processo, às 12h38 de 1/9/2014, e um minuto depois, às 12h39, já estavam assinados e remetidos à escrivania.

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), por meio do comandante da Polícia Militar enviado ao local da ocupação, assumiu o compromisso público de que a PM não se prestaria a fazer ações contra o povo goiano. Portanto, as famílias não seriam retiradas da área. É bom lembrar que se estava em pleno processo eleitoral. O Incra, em seguida, manifestou interesse em adquirir o imóvel para fins de Reforma Agrária.

No início do mês de outubro, cerca de 2.000 trabalhadores rurais Sem Terra realizaram uma marcha, em Goiânia, para reivindicar a desapropriação do complexo agropecuário Santa Mônica. Batizada pelas famílias Sem Terra de Dom Tomás Balduino, a ocupação deste latifúndio representa a necessidade de realização da Reforma Agrária como a alternativa ao caos urbano, conforme destacou Valdir Misnerovicz, da direção nacional do MST.

Diante de um possível massacre, juiz suspende despejo

Findo porém o período eleitoral, a determinação judicial estava para ser cumprida. E a data da execução foi marcada para o dia 24 de novembro. Um efetivo de 5.000 policiais já havia sido destacado para a ação. No dia 21 de novembro, agentes da CPT Goiás, em visita ao acampamento, viram quando oito viaturas da tropa de choque da polícia chegaram ao local, fazendo aumentar a tensão entre os sem-terra. A ação só não aconteceu, porque no mesmo dia 21, às 19h20, o desembargador do Tribunal de Justiça do estado, Marcos Costa, a suspendeu, diante do risco iminente de descambar para violência.

Os acampados comemoraram esta decisão como uma vitória. A decisão final agora, segundo Natanael Santiago, advogado do MST, está sob a responsabilidade da 4ª Câmara Cível do TJ-GO, que deve analisar o mérito do pedido de reintegração de posse.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO

CPT discute organicidade e sustentabilidade da Pastoral

CRISTIANE PASSOS*

Agentes da CPT de todo o país estiveram reunidos em Luziânia (GO) entre os dias 22 e 25 de outubro para debater a organicidade, a formação e a sustentabilidade da Pastoral da Terra. O Encontro desse ano completou um ciclo iniciado em 2011, com uma avaliação geral da atuação da CPT.

Durante quatro dias, cerca de 50 agentes pastorais da CPT puderam refletir e debater sobre os 40 anos de atuação da Pastoral no Brasil, avaliando sua ação, sua pastoralidade e sua organização, que ajudam a orientar seus passos

Foto: Arquivo CPT Nacional

nos próximos anos. Durante esse processo de reflexão, os participantes do Encontro contaram com a partilha de experiências de algumas organizações, como a Cáritas Brasileira, através de seu coordenador Jaime Conrado; Sônia Mata, diretora executiva da CESE e Caio Floriano dos Santos, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. O Encontro contou, ainda, com análises de conjuntura sociopolítica e eclesial.

Jorge Atílio, membro da Koinonia, fez um resgate das jornadas de junho e julho do ano passado, destacando o que elas representaram para a política brasileira e como elas demonstraram uma crise de representação democrática para a sociedade civil. Os movimentos e organizações sociais tradicionais, tanto do campo e da cidade, quanto da Igreja, se burocratizaram. Mas a juventude respondeu a essa crise levando milhares de pessoas para as ruas, por mais que tenha sido por pautas pouco claras. Eles demonstraram novas formas de organização, a incidência na mídia alternativa e nas redes sociais através, por exemplo, da mídia Ninja, que se popularizou rapidamente, tornando-se uma das principais fontes de informação dos protestos.

Já Sérgio Coutinho, assessor da CNBB para as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) fez uma análise eclesial a partir do Concílio Vaticano II, nos anos 1960, até o momento em que vivemos, com os novos ventos que sopram do Vaticano. Em entrevista ao Pastoral da Terra, Coutinho avaliou a importância do papa Francisco para a Igreja atual, e a CPT nesse processo de resistência para estar sempre junto dos últimos dos últimos. Confira:

Pastoral da Terra - A CPT sempre se viu nadando contra a corrente, seguindo os preceitos do Concílio Vaticano II, principalmente, ao afirmar sua preferência pelos pobres e pela luta deles. Você acha que ainda há espaço dentro da Igreja para esse fazer pastoral que proporcione o protagonismo do povo?

Sérgio Coutinho - Sem dúvida nenhuma. De fato, os últimos 30 anos, com os pontificados de João Paulo II e Bento XVI - e que coincidem com o avanço do neoliberalismo e da globalização econômica após o fim da Guerra Fria e da queda do Socialismo real no Leste europeu -, foram marcados por uma perspectiva de menor preocupação com as questões sociais e com os aspectos de participação, seja na vida eclesial, seja na vida política. O neoliberalismo defendia mais a ideia de cidadão consumidor que politizado. Como reação, surgiram os Fóruns Sociais Mundiais, que visavam apresentar uma resistência ao modelo dominante e a incentivar uma maior participação popular em projetos alternativos ao modelo em vigor. No entanto, no campo eclesial, não tivemos nenhum "Fórum Eclesial Mundial" com as mesmas perspectivas para o interior da Igreja. Pelo contrário, o grande "fórum" que foi o Concílio Vaticano II (1962-1965) foi sistematicamente legado ao esquecimento nestes últimos anos. Para nossa surpresa, o papa Francisco abriu as portas do Vaticano para os pobres, não só enquanto indivíduos, mas organizados nos muitos movimentos populares de resistência e luta por "um outro mundo possível". Foi o que vimos na última semana de outubro de 2014, quando o papa Francisco convocou estas organizações para o Encontro Mundial dos Movimentos Populares. Penso que com este gesto o papa Francisco coloca novamente no centro da Igreja aquilo que Jesus colocou no centro do Evangelho: os pobres e o protagonismo do povo. Desta forma, penso que valeu à pena a CPT ter resistido estes anos todos "invernais" (para não dizer "infernais") para sua atuação.

Foto: Arquivo CPT Nacional

P. T. - Como a Igreja pode voltar a ter e formar padres, bispos, freis, mais próximos do povo?

S. C. - Penso que se deveria investir num outro modelo de presbítero. Atualmente, o modelo é sempre o de ser um bom administrador paroquial, quase um pequeno empresário eclesiástico, que se preocupa muito com aquilo que o povo sempre diz, e com muita verdade: os quatro "C's" - carro, casa, computador, celular ... É necessário formar os presbíteros "com cheiro de ovelhas", presbíteros que vão até as "periferias existenciais" para tocar a "Carne de Cristo", que são os pobres. Mas o modelo que foi implantado e reforçado nestes 30 últimos anos, não será fácil de alterar. Vai ser preciso que nossas comunidades e nossos agentes de pastorais assumam com vigor a proposta desta nova eclesiologia que lança o papa Francisco para uma Igreja "acidentada, enlameada", por ter ido ao encontro dos muitos feridos do sistema capitalista.

P. T. - Com os papas João Paulo II e Bento XVI, a Igreja se voltou mais para a defesa da identidade Católica. Já o papa Francisco aponta para uma Igreja em saída, para fora de si mesmo. Você acha que essa nova proposta do papa Francisco tem ressonância dentro da hierarquia católica brasileira?

S. C. - Parece que ainda estão em estado de espera, numa inércia eclesiástica, aguardando o que vai acontecer. Ainda não perceberam que as mudanças já estão em curso, especialmente na estrutura curial e na preocupação de escolher novos bispos com um perfil mais missionário que propriamente burocrático. Não é um processo rápido e simples, mas teremos que prestar bastante atenção para as próximas nomeações episcopais e conferir se as mesmas vão na linha de uma Igreja "em saída".

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

PAPA FRA

Encontro Mundial dos M um moment

ANTÔNIO CANUTO*

Vamos falar sobre um fato que vai ficar registrado como histórico, o Encontro Mundial dos Movimentos Populares, realizado nos dias 27 a 29 de outubro de 2014, no Vaticano. Mais de 100 delegados de organizações populares de todo o mundo, se reuniram em Roma para um encontro organizado pelo Pontifício Conselho Justiça e Paz e pela Pontifícia Academia das Ciências Sociais, junto com algumas pessoas dos próprios movimentos: João Pedro Stédile, MST/Via Campesina (Brasil); Juan Grabois, Movimento de Trabalhadores Excluidos (Argentina); Xaro Castelló, Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos da Espanha; e Jockin Arputham, Slum Dwellers International – Organização dos Moradores de Favelas, (India).

O Encontro congregou representações dos camponeses sem terra, indígenas, migrantes, trabalhadores precarizados e do setor informal e da economia popular, daqueles que vivem nas periferias urbanas e em ocupações, bem como dos que lutam ao seu lado.

Do Brasil participaram representantes do Processo de Comunidades Negras (PCN); da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen); do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); do Levante Popular da Juventude, do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sindute, ligado à CUT), da Central dos Movimentos Populares (CMP), do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), da Associação dos Juízes para a Democracia (AJD). Também participou, como bispo convidado pelo Vaticano, Dom Leonardo Steiner, Secretário Geral da CNBB.

Evo Morales, presidente da Bolívia, esteve presente não como presidente, mas como líder do movimento indígena boliviano. O Encontro teve total apoio do Papa Francisco, que no dia 28 recebeu os participantes e a eles dirigiu um longo, belo e incisivo discurso, que o Pastoral da Terra oferece aos seus leitores em encarte desta edição.

O encontro tinha o objetivo de identificar as causas estruturais da exclusão e os modos para combatê-las, buscando caminhos de inclusão. Os trabalhos se realizaram em torno a três grandes temas: Terra, Teto e Trabalho. Também foram tratados os temas do Meio Ambiente e da Paz. Foi um encontro entendido como uma grande experiência de diálogo, ponto de partida do processo de construção de uma espécie de coordenação das organizações populares, com o apoio da Igreja, como afirmou o cardeal Peter Turkson, presidente do Pontifício Conselho Justiça e Paz, ao introduzir os trabalhos.

Silêncio da mídia

Um encontro desta envergadura e o discurso do Papa que, nas palavras do escritor italiano Guido Viale, representa "um programa político e social de fôlego planetário, do qual não poderemos mais abrir mão", praticamente não encontrou eco nos grandes meios de comunicação social brasileiros, nem mesmo nos meios católicos. A pregação do Papa vai na contramão de tudo o que apregoa o mundo capitalista de hoje. Os grandes meios de comunicação são os defensores e os propagadores dos valores anti-cristãos do capital, que o papa ataca de frente. Por isso o silêncio.

Como os participantes se apresentaram ao Papa:

Foto: Osservatore Romano

Francisca Rodriguez, da ANAMURI, Chile, representando a via Campesina Internacional assim apresenta os participantes ao Papa:

"Somos os filhos e as filhas da terra, somos das cores e cheiros de nossa mãe terra. Somos homens e mulheres que trabalhamos a terra, vivemos de nosso trabalho, somos responsáveis por 70% dos alimentos do planeta, com só 24% da terra. Cuidamos da biodiversidade como nos ensinaram os sábios e sábias de nossos povos, e assim o ensinamos a nossos filhos e filhas. Somos povos, comunidades e organizações muito diversas. Representamos diferentes culturas, visões de mundo, formas de trabalho, visões e convicções políticas e religiosas, mas nos unem nossos sonhos e nossas lutas para continuar sendo homens e mulheres solidários, para continuar existindo como povos originários, camponeses, afrodescendentes, criadores, coletores, pastores, pescadores, como habitantes e produtores do campo e da cidade.

Somos a imensa maioria dos que trabalhamos e vivemos no campo e quase a metade da humanidade, mas temos acesso a menos de um quarto de toda a terra, em consequência de séculos de saqueio crescente e violento. Com a pouca terra que temos, ainda assim conseguimos manter-nos e produzir a maior parte dos alimentos do mundo. O saqueio e a apropriação da terra, dos territórios, da água, dos recursos naturais e até do ar, são consequências do avanço sem freios do capital sobre o campo e sobre os trabalhadores rurais. Os Estados e os Organismos Internacionais, inclusive as próprias Igrejas, foram cedendo às pressões e aceitando serem despojados de seus poderes, deveres e funções de proteger e defender o bem comum".

CPT PASTORAL DA TERRA

ENCARTE ESPECIAL

Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos

DISCURSO DO PAPA FRANCISCO AOS PARTICIPANTES DO ENCONTRO MUNDIAL DE MOVIMENTOS POPULARES

Bom dia de novo. Eu estou contente por estar no meio de vocês. Aliás, vou lhes fazer uma confidência: é a primeira vez que eu desço aqui [na Aula Velha do Sínodo], nunca tinha vindo.

Como lhes dizia, tenho muita alegria e lhes dou calorosas boas-vindas. Obrigado por terem aceitado este convite para debater tantos graves problemas sociais que afligem o mundo hoje, vocês, que sofrem na própria carne a desigualdade e a exclusão. Obrigado ao cardeal Turkson pela sua acolhida. Obrigado, Eminência, pelo seu trabalho e pelas suas palavras.

Este encontro de Movimentos Populares é um sinal, é um grande sinal: vocês vieram colocar na presença de Deus, da Igreja, dos povos, uma realidade muitas vezes silenciada. Os pobres não só padecem a injustiça, mas também lutam contra ela!

Não se contentam com promessas ilusórias, desculpas ou pretextos. Também não estão esperando de braços cruzados a ajuda de ONGs, planos assistenciais ou soluções que nunca chegam ou, se chegam, chegam de maneira que vão em uma direção ou de anestesiar ou de domesticar. Isso é meio perigoso. Vocês sentem que os pobres já não esperam e querem ser protagonistas, se organizam, estudam, trabalham, reivindicam e, sobretudo, praticam essa solidariedade tão especial que existe entre os que sofrem, entre os pobres, e que a nossa civilização parece ter esquecido ou, ao menos, tem muita vontade de esquecer.

> ***Vocês não se contentam com promessas, também não esperam de braços cruzados. Vocês sentem que os pobres querem ser protagonistas***

Solidariedade é uma palavra que nem sempre cai bem. Eu diria que, algumas vezes, a transformamos em um palavrão, não se pode dizer; mas é uma palavra muito mais do que alguns atos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade de vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. Também é lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, de terra e de moradia, a negação dos direitos sociais e trabalhistas. É enfrentar os destrutivos efeitos do Império do dinheiro: os deslocamentos forçados, as migrações dolorosas, o tráfico de pessoas, a droga, a guerra, a violência e todas essas realidades que muitos de vocês sofrem e que todos somos chamados a transformar. A solidariedade, entendida em seu sentido mais profundo, é um modo de fazer história, e é isso que os movimentos populares fazem.

Este nosso encontro não responde a uma ideologia. Vocês não trabalham com ideias, trabalham com realidades como as que eu mencionei e muitas outras que me contaram... têm os pés no barro, e as mãos, na carne. Têm cheiro de bairro, de povo, de luta! Queremos que se ouça a voz de vocês, que, em geral, se escuta pouco. Talvez porque incomoda, talvez porque o seu grito incomoda, talvez porque se tem medo da mudança que vocês reivindicam, mas, sem a sua presença, sem ir realmente às periferias, as boas propostas e projetos, que frequentemente ouvimos nas conferências internacionais, ficam no reino da ideia, é meu projeto.

> ***Não é possível abordar o escândalo da pobreza promovendo estratégias de contenção que unicamente tranquilizem e convertam os pobres em seres domesticados e inofensivos***

Não é possível abordar o escândalo da pobreza promovendo estratégias de contenção que unicamente tranquilizem e convertam os pobres em seres domesticados e inofensivos. Como é triste ver quando, por trás de supostas obras altruístas, se reduz o outro à passividade, não é reconhecido ou, pior, se escondem negócios e ambições pessoais: Jesus os chamaria de hipócritas. Como é lindo, ao contrário, quando vemos em movimento os Povos, sobretudo os seus membros mais pobres e os jovens. Então, sim, se sente o vento da promessa que aviva a esperança de um mundo melhor. Que esse vento se transforme em vendaval de esperança. Esse é o meu desejo.

Este nosso encontro responde a um anseio muito concreto, algo que qualquer pai, qualquer mãe quer para os seus filhos; um anseio que deveria estar ao alcance de todos, mas que hoje vemos com tristeza cada vez mais longe da maioria: terra, teto e trabalho. É estranho, mas, se eu falo disso para alguns, significa que o papa é comunista.

> ***Terra, teto e trabalho são direitos sagrados. E se eu falo isso, tem gente que acha que o papa é comunista. Não entendem que o amor pelos pobres está no centro do Evangelho***

Não se entende que o amor pelos pobres está no centro do Evangelho. Terra, teto e trabalho – isso pelo qual vocês lutam – são direitos sagrados. Reivindicar isso não é nada raro, é a doutrina social da Igreja. Vou me deter um pouco sobre cada um deles, porque vocês os escolheram como tema para este encontro.

Terra

No início da criação, Deus criou o homem, guardião da sua obra, encarregando-o de cultivá-la e protegê-la. Vejo que aqui há dezenas de camponeses e camponesas, e quero felicitá-los por cuidar da terra, por cultivá-la e por fazer isso em comunidade. Preocupa-me tantos irmãos camponeses serem arrancados de suas terras e sofrerem o desenraizamento, e não por guerras ou desastres naturais. A concentração de terras, o desmatamento, a apropriação da água, os agrotóxicos inadequados são alguns dos males que arrancam o homem da sua terra natal. Essa dolorosa separação, não é só física, mas também existencial e espiritual, porque há uma relação com a terra que está pondo a comunidade rural e seu modo de vida peculiar em notória decadência e até em risco de extinção.

> ***"A reforma agrária é, além de uma necessidade política, uma obrigação moral" (CDSI, 300)***

A outra dimensão do processo, já global, é a fome. Quando a especulação financeira condiciona o preço dos alimentos, tratando-os como qualquer mercadoria, milhões de pessoas sofrem e morrem de fome. Por outro lado, descartam-se toneladas de alimentos. Isso é um verdadeiro escândalo. A fome é criminosa, a alimentação é um direito inalienável. Eu sei que alguns de vocês reivindicam uma reforma agrária para solucionar alguns desses problemas, e deixem-me dizer-lhes que, em certos países, e aqui cito o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, "a reforma agrária é, além de uma necessidade política, uma obrigação moral" (CDSI, 300).

Não sou só eu que digo isso. Está no Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Por favor, continuem com a luta pela dignidade da família rural, pela água, pela vida e para que todos possam se beneficiar dos frutos da terra.

Teto

Em segundo lugar, teto. Eu disse e repito: uma casa para cada família. Nunca se deve esquecer de que Jesus nasceu em um estábulo porque na hospedagem não havia lugar, que a sua família teve que abandonar o seu lar e fugir para o Egito, perseguida por Herodes. Hoje há tantas famílias sem moradia, ou porque nunca a tiveram, ou porque a perderam por diferentes motivos. Família e moradia andam de mãos dadas. Mas, além disso, um teto, para que seja um lar, tem uma dimensão comunitária: e é o bairro... e é precisamente no bairro onde se começa a construir essa grande família da humanidade, a partir do mais imediato, a partir da convivência com os vizinhos.

Hoje, vivemos em imensas cidades que se mostram modernas, orgulhosas e até vaidosas. Cidades que oferecem inúmeros prazeres e bem-estar para uma minoria feliz... mas que negam o teto a milhares de vizinhos e irmãos nossos, inclusive crianças, e eles são chamados, elegantemente, de "pessoas em situação de rua". É curioso como no mundo das injustiças abundam os eufemismos. Não se dizem as palavras com toda a clareza, e busca-se a realidade no eufemismo. Uma pessoa, uma pessoa segregada, uma pessoa excluída, uma pessoa que está sofrendo a miséria, a fome, é uma pessoa em situação de rua: palavra elegante, não? Vocês pesquisem, talvez me equivoque em algum, mas, em geral, por trás de um eufemismo há um crime.

> ***São cruéis as imagens dos despejos forçados, dos tratores derrubando barracos, imagens tão parecidas às da guerra***

Vivemos em cidades que constroem torres, centros comerciais, fazem negócios imobiliários... mas abandonam uma parte de si nas margens, nas periferias. Como dói escutar que as ocupações pobres são marginalizadas ou, pior, quer-se erradicá-las! São cruéis as imagens dos despejos forçados, dos tratores derrubando barracos, imagens tão parecidas às da guerra. E isso se vê hoje.

Vocês sabem que, nos bairros populares, onde muitos de vocês vivem, subsistem valores já esquecidos nos centros enriquecidos. As ocupações urbanas estão abençoadas por uma rica cultura popular: ali, o espaço público não é um mero lugar de trânsito, mas uma extensão do próprio lar, um lugar para gerar vínculos com os vizinhos. Como são belas as cidades que superam a desconfiança doentia e integram os diferentes, e que fazem dessa integração um novo fator de desenvolvimento. Como são lindas as cidades que, ainda no seu desenho arquitetônico, estão cheias de espaços que conectam, relacionam, favorecem o reconhecimento do outro.

Por isso, nem expulsão, nem marginalização: é preciso seguir na linha da integração urbana. Essa palavra deve substituir completamente a palavra expulsão, desde já, mas também esses projetos que pretendem envernizar os bairros populares, ajeitar as periferias e maquiar as feridas sociais, em vez de curá-las, promovendo uma integração autêntica e respeitosa. Há uma espécie de arquitetura de maquiagem, não? E

vai por aí. Continuemos trabalhando para que todas as famílias tenham uma moradia e para que todos os bairros tenham uma infraestrutura adequada (esgoto, luz, gás, asfalto e, continuo, escolas, hospitais ou salas de primeiros socorros, clube de esportes) e todas as coisas que criam vínculos e que unem, acesso à saúde – já disse – e à educação e à segurança.

Trabalho e descarte

Terceiro, trabalho. Não existe pior pobreza material – urge-me enfatizar isto –, não existe pior pobreza material do que a que não permite ganhar o pão e priva da dignidade do trabalho. O desemprego dos jovens, a informalidade e a falta de direitos trabalhistas não são inevitáveis, são o resultado de uma prévia opção social, de um sistema econômico que coloca o lucro acima do homem. Os ganhos econômicos, acima da humanidade ou acima do homem, são efeitos de uma cultura do descarte que considera o ser humano em si mesmo como um bem de consumo, que pode ser usado e depois jogado fora.

> ***Não existe pior pobreza material do que a que não permite ganhar o pão e priva da dignidade do trabalho***

Hoje, ao fenômeno da exploração e da opressão, soma-se uma nova dimensão, um matiz gráfico e duro da injustiça social; os que não podem ser integrados, os excluídos são resíduos, "sobrantes". Essa é a cultura do descarte, e sobre isso gostaria de ampliar algo que não tenho por escrito, mas que lembrei agora. Isso acontece quando, no centro de um sistema econômico, está o deus dinheiro e não o homem, a pessoa humana. Sim, no centro de todo sistema social ou econômico, tem que estar a pessoa, imagem de Deus, criada para dar o nome às coisas do universo. Quando a pessoa é deslocada e vem o deus dinheiro, acontece essa inversão de valores.

> ***Como é lindo quando vemos em movimento os Povos, sobretudo os mais pobres e os jovens. É um vento da promessa que aviva a esperança de um mundo melhor. Que esse vento se transforme em vendaval de esperança***

E, para explicitar, lembro um ensinamento de por volta do ano 1200. Um rabino judeu explicava aos seus fiéis a história da torre de Babel e, então, contava como, para construir essa torre de Babel, era preciso fazer muito esforço, era preciso fazer os tijolos; para fazer os tijolos, era preciso fazer o barro e trazer a palha, e amassar o barro com a palha; depois, cortá-lo em quadrados; depois, secá-lo; depois, cozinhá-lo; e, quando já estavam cozidos e frios, levá-los para o alto, para ir construindo a torre.

Se um tijolo caía – o tijolo era muito caro –, com todo esse trabalho, se um tijolo caía, era quase uma tragédia nacional. Aquele que o deixava cair era castigado ou suspenso, ou não sei o que lhe faziam. E se um operário caía não acontecia nada. Isso acontece quando a pessoa está a serviço do deus dinheiro. E isso era contado por um rabino judeu no ano 1200, explicando essas coisas horríveis.

E, a respeito do descarte, também temos que estar um pouco atentos ao que acontece na nossa sociedade. Estou repetindo coisas que disse e que estão na *Evangelii Gaudium*. Hoje em dia, descartam-se as crianças porque a taxa de natalidade em muitos países da terra diminuiu, ou se descartam as crianças porque não se tem alimentação, ou porque são mortas antes de nascerem, descarte de crianças.

Descartam-se os idosos, porque, bom, não servem, não produzem. Nem crianças nem idosos produzem. Então, sistemas mais ou menos sofisticados os vão abandonando lentamente. E agora, como é necessário, nesta crise, recuperar um certo equilíbrio, estamos assistindo a um terceiro descarte muito doloroso, o descarte dos jovens. Milhões de jovens. Eu não quero dizer o dado, porque não o sei exatamente, e o que eu li parece um pouco exagerado, mas milhões de jovens descartados do trabalho, desempregados.

> ***O desemprego dos jovens, a informalidade e a falta de direitos trabalhistas são o resultado de uma opção, de um sistema econômico que coloca o lucro acima da pessoa***

Nos países da Europa – e estas são estatísticas muito claras –, aqui na Itália, passou um pouquinho dos 40% de jovens desempregados. Sabem o que significa 40% de jovens? Toda uma geração, anular toda uma geração para manter o equilíbrio. Em outro país da Europa, está passando de 50% e, nesse mesmo país dos 50%, no sul são 60%. São dados claros, ou seja, do descarte. Descarte de crianças, descarte de idosos, que não produzem, e temos que sacrificar uma geração de jovens, descarte de jovens, para poder manter e reequilibrar um sistema em cujo centro está o deus dinheiro, e não a pessoa humana.

Apesar disso, a essa cultura de descarte, a essa cultura dos sobrantes, muitos de vocês, trabalhadores excluídos, sobrantes para esse sistema, foram inventando o seu próprio trabalho com tudo aquilo que parecia não servir mais para nada... Vocês, com a artesanalidade que Deus lhes deu, com a sua busca, com a sua solidariedade, com o seu trabalho comunitário, com a sua economia popular, conseguiram e estão conseguindo... E, deixem-me dizer, isso além de trabalho, é poesia. Obrigado.

Desde já, todo trabalhador, esteja ou não no sistema formal do trabalho assalariado, tem direito a uma remuneração digna, à segurança social e a uma cobertura de aposentadoria. Aqui há coletores de materiais recicláveis, recicladores, vendedores ambulantes, costureiros, artesãos, pescadores, camponeses, construtores, mineiros, operários de empresas recuperadas, todos os tipos de cooperativados e trabalhadores de ofícios populares que estão excluídos dos direitos trabalhistas, aos quais é negada a possibilidade de se sindicalizar, que não têm uma renda adequada e estável. Hoje, quero unir a minha voz à sua e acompanhá-los na sua luta.

> ***Por favor, continuem com a luta pela dignidade da família, pela água, pela vida e para que todos possam se beneficiar dos frutos da terra***

Paz e Ecologia

> **Não pode haver terra, não pode haver teto, não pode haver trabalho se não temos paz e se destruímos o planeta**

Neste encontro, também falaram da Paz e da Ecologia. É lógico: não pode haver terra, não pode haver teto, não pode haver trabalho se não temos paz e se destruímos o planeta. São temas tão importantes que os Povos e suas organizações de base não podem deixar de debater. Não podem deixar só nas mãos dos dirigentes políticos. Todos os povos da terra, todos os homens e mulheres de boa vontade têm que levantar a voz em defesa desses dois dons preciosos: a paz e a natureza. A irmã mãe Terra, como chamava São Francisco de Assis.

Há pouco tempo, eu disse, e repito, que estamos vivendo a terceira guerra mundial, mas em cotas. Há sistemas econômicos que, para sobreviver, devem fazer a guerra. Então, fabricam e vendem armas e, com isso, os balanços das economias que sacrificam o homem aos pés do ídolo do dinheiro, obviamente, ficam saneados. E não se pensa nas crianças famintas nos campos de refugiados, não se pensa nos deslocamentos forçados, não se pensa nas moradias destruídas, não se pensa, desde já, em tantas vidas ceifadas. Quanto sofrimento, quanta destruição, quanta dor. Hoje, queridos irmãos e irmãs, se levanta em todas as partes da terra, em todos os povos, em cada coração e nos movimentos populares, o grito da paz: nunca mais a guerra!

> **Um sistema econômico centrado no deus dinheiro precisa saquear a natureza, para sustentar o ritmo frenético de consumo que lhe é inerente**

Um sistema econômico centrado no deus dinheiro também precisa saquear a natureza, saquear a natureza, para sustentar o ritmo frenético de consumo que lhe é inerente. As mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, o desmatamento já estão mostrando seus efeitos devastadores nos grandes cataclismos que vemos, e os que mais sofrem são vocês, os humildes, os que vivem nas áreas de risco, em moradias precárias, ou que são tão vulneráveis economicamente que, diante de um desastre natural, perdem tudo.

Irmãos e irmãs, a criação não é uma propriedade da qual podemos dispor ao nosso gosto; muito menos é uma propriedade só de alguns, de poucos: a criação é um dom, é um presente, um dom maravilhoso que Deus nos deu para que cuidemos dele e o utilizemos em benefício de todos, sempre com respeito e gratidão. Talvez vocês saibam que eu estou preparando uma encíclica sobre Ecologia: tenham a certeza de que as suas preocupações estarão presentes nela. Agradeço-lhes, aproveito para lhes agradecer, pela carta que os integrantes da Via Campesina, da Federação dos Coletores de Materiais Recicláveis (Papeleros) e tantos outros irmãos me fizeram chegar sobre o assunto.

> **Todos os povos da terra, todos os homens e mulheres de boa vontade têm que levantar a voz em defesa desses dois dons preciosos: a paz e a natureza**

Globalização a indiferença

Falamos da terra, de trabalho, de teto... falamos de trabalhar pela paz e cuidar da natureza... Mas por que, em vez disso, nos acostumamos a ver como se destroi o trabalho digno, se despejam tantas famílias, se expulsam os camponeses, se faz a guerra e se abusa da natureza? Porque, nesse sistema, tirou-se o homem, a pessoa humana, do centro, e substituiu-se por outra coisa. Porque se presta um culto idolátrico ao dinheiro. Porque se globalizou a indiferença! Se globalizou a indiferença: a mim o que me importa o que acontece com os outros, se eu consigo defender o que é meu? Porque o mundo se esqueceu de Deus, que é Pai e se tornou órfão, porque deixou Deus de lado.

Alguns de vocês disseram: esse sistema não se aguenta mais. Temos que mudá-lo, temos que voltar a colocar a dignidade humana no centro, e que, sobre esse alicerce, se construam as estruturas sociais alternativas de que precisamos. É preciso fazer isso com coragem, mas também com inteligência. Com tenacidade, mas sem fanatismo. Com paixão, mas sem violência. E entre todos, enfrentando os conflitos sem ficar presos neles, buscando sempre resolver as tensões para alcançar um plano superior de unidade, de paz e de justiça.

Os cristãos têm algo muito lindo, um guia de ação, um programa, poderíamos dizer, revolucionário. Recomendo-lhes vivamente que o leiam, que leiam as Bem-aventuranças que estão no capítulo 5 de São Mateus e 6 de São Lucas (cfr. Mt 5, 3ss; e Lc 6, 20ss) e que leiam a passagem de Mateus 25. Eu disse isso aos jovens no Rio de Janeiro. Com essas duas coisas, vocês têm o programa de ação.

Cultura do Encontro

Sei que entre vocês há pessoas de diferentes religiões, profissões, ideias, culturas, países, continentes. Hoje, estão praticando aqui a cultura do encontro, tão diferente da xenofobia, da discriminação e da intolerância que vemos tantas vezes. Entre os excluídos, dá-se esse encontro de culturas em que o conjunto não anula a particularidade, o conjunto não anula a particularidade. Por isso eu gosto da imagem do poliedro, uma figura geométrica com muitas faces. O poliedro reflete a confluência de todas as particularidades que, nele, conservam a originalidade. Nada se elimina, nada se destroi, nada se domina, tudo se integra, tudo se integra. Hoje, vocês também estão buscando essa síntese entre o local e o global. Sei que trabalham dia após dia no imediato, no concreto, no seu território, seu bairro, seu lugar de trabalho: convido-os também a continuarem buscando essa perspectiva mais ampla, que nossos sonhos voem alto e abranjam tudo.

Assim, parece-me importante essa proposta que alguns me compartilharam de que esses movimentos, essas experiências de solidariedade que crescem a partir de baixo, a partir do subsolo do planeta, confluam, estejam mais coordenadas, vão se encontrando, como vocês fizeram nestes dias. Atenção, nunca é bom engessar o movimento em estruturas rígidas. Por isso, eu disse encontrar-se. Muito menos é bom tentar absorvê-lo, dirigi-lo ou dominá-lo; movimentos livres têm a sua dinâmica própria, devemos, sim, tentar caminhar juntos. Estamos neste salão, que é o salão do Sínodo velho. Agora há um novo. E sínodo significa precisamente "caminhar juntos": que esse seja um símbolo do processo que vocês começaram e estão levando adiante.

Os movimentos populares expressam a necessidade urgente de revitalizar as nossas democracias, tantas vezes sequestradas por inúmeros fatores. É impossível imaginar um futuro para a sociedade sem a participação protagônica das grandes maiorias, e esse protagonismo vai além dos procedimentos lógicos da democracia formal. A perspectiva de um mundo da paz e da justiça duradouras nos exige superar o assistencialismo paternalista, nos exige criar novas formas de participação que incluam os movimentos populares e anime as estruturas de governo locais, nacionais e internacionais com essa torrente de energia moral que surge da incorporação dos excluídos na construção do destino comum. E isso com ânimo construtivo, sem ressentimento, com amor.

> **Um mundo da paz e da justiça duradouras exige superar o assistencialismo paternalista e criar formas de participação que incluam os movimentos populares**

Eu os acompanho de coração nesse caminho. Digamos juntos com o coração: nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que o trabalho dá.

Queridos irmãos e irmãs: continuem com a sua luta, faz bem a todos nós. É como uma bênção de humanidade. Deixo-lhes de recordação, de presente e com a minha bênção, alguns rosários que foram fabricados por artesãos, coletores de materiais recicláveis e trabalhadores da economia popular da América Latina.

> **Continuem com a sua luta, faz bem a todos nós. É como uma bênção de humanidade**

E nesse acompanhamento eu rezo por vocês, rezo com vocês e quero pedir ao nosso Deus Pai que os acompanhe e os abençoe, que os encha com o seu amor e os acompanhe no caminho, dando-lhes abundantemente essa força que nos mantém de pé: essa força é a esperança, a esperança que não desilude. Obrigado.

** Foto: Osservatore Romano*

FRANCISCO

Movimentos Populares: to histórico

REPERCURSSÕES

Volta à essencialidade do Evangelho

Muitos escreveram sobre o significado do Encontro Mundial dos Movimentos Populares, de modo especial ressaltando a firmeza e coerência do discurso do Papa Francisco.

O escritor italiano Guido Viale, em matéria no jornal Il Manifesto, de 31 de outubro, diz que "do discurso do papa, podemos obter um programa político e social de fôlego planetário, do qual não poderemos mais abrir mão, porque reúne em grande parte as reivindicações que orientam o nosso agir, projetando-as em um cenário que engloba todo o planeta".

Jacques Távora Alfonsin, procurador aposentado do estado do Rio Grande do Sul disse que "há um vento de perfumada primavera passando pelo Vaticano. Para quem tem fé, pode ser obra do Espírito Santo. Para quem não tem, uma promessa ético-política de revitalização da autoridade moral da Igreja católica e de outras que compartilham de um autêntico ecumenismo desarmado de ressalvas".

Para o historiador italiano Alessandro Santagata, professor da Universidade de Roma Tor Vergata, "o discurso para os coletores de materiais recicláveis, para os sem-terra e para os movimentos populares presentes no Vaticano chama a atenção e convence não apenas pela escolha dos interlocutores, por quem o pronuncia (um bispo que viveu as periferias em primeira pessoa) e pelos conteúdos radicais de certas passagens, mas, principalmente, porque soa, mesmo para quem não crê, como verdadeiro, crível e não como mais uma pregação 'de apêndice' a uma realidade eclesial fechada na defesa da própria identidade. Ele volta à essencialidade do Evangelho e lança uma proposta pastoral que fala aos últimos, às vítimas da crise econômica e do neoliberalismo, tanto nos países do subdesenvolvimento, quanto na Europa unida" (Il Manifesto, 31-10-2014).

Para Ignacio Ramonet, diretor do Jornal Le Monde Diplomatique, "a terça-feira, 28 de outubro, foi uma jornada histórica, porque não é frequente que o Papa convoque no Vaticano um Encontro Mundial de Movimentos Populares, no qual participam organizações de excluídos e marginalizados dos cinco continentes, e de todas as origens étnicas e religiosas: camponeses sem terra, trabalhadores informais urbanos, coletores de materiais recicláveis, recicladores, povos originários em luta, mulheres reivindicando direitos, etc... Numa palavra, uma Assembleia dos pobres da terra. Mas dos pobres em luta, não conformados". "Fazia muito tempo que um Papa não pronunciava um discurso tão social, tão 'progressista' sobre um tema, os pobres, que constituem uma das bases fundamentais da doutrina cristã". Surge "o novo papel histórico do Papa Francisco, como porta-voz das lutas dos pobres da América Latina e de todos os excluídos do mundo".

ENTREVISTA

"O que unia a gente eram os desafios que a humanidade enfrenta"

Rosângela Piovezani, do Movimento de Mulheres Camponesas, MMC, participou do Encontro Mundial. O Pastoral da Terra conversou com ela.

Pastoral da Terra: O que você destaca do Encontro Mundial dos Movimentos Populares?

Rosângela Piovezani - Foi uma coisa inédita na vida da Igreja e dos movimentos. Foi uma grande abertura da Igreja convocar movimentos para debater questões centrais da vida do povo, como a miséria, a fome, o meio ambiente. A gente pode dizer que foi algo revolucionário na Igreja e para os movimentos.

P. T.: Quem estava presente?

R. P.: No encontro havia movimentos com diferentes histórias de organização. Alguns com mais de 20 anos, como a Via Campesina, outros apenas começando. Alguns com uma atuação internacional, outros com atuação mais localizada. Havia movimentos ligados ao campo, outros que traziam a problemática da periferia, onde se desenvolvia alguma ação da economia solidária, ou situações de desemprego, e os que lutam por moradia.

Foto: Osservatore Romano

Uma riqueza foi também ter no mesmo espaço católicos, evangélicos, judeus e de outras religiões, todos discutindo a realidade social que é maior que a minha fé particular. O que unia era que todos juntos discutiam caminhos para superar a fome, a miséria, a necessidade de ter moradia, trabalho.

P. T.: Os não católicos como se sentiram num ambiente totalmente católico?

R. P.: Foi uma convivência, uma confraternização bonita e respeitosa. Os debates não se focaram na religião, mas em temas de interesse para a humanidade. Houve muito respeito pelas diferenças religiosas. O que unia a gente eram os desafios que a humanidade enfrenta... Isso é importante. Havia momentos de missa e celebração. Deles participavam quem queria. Ninguém obrigava ninguém a participar.

P. T.: Como você viu a figura do Papa?

R. P.: Uma pessoa comprometida, pé no chão, convicto de sua missão. É um mestre que guia e orienta, de uma capacidade grande de diálogo, que afirma com firmeza o direito da pessoa humana. Isso ficou forte na sua fala, o compromisso dele e da igreja. Pediu que a gente rezasse, mas pediu que a gente continuasse na luta. Só a oração não muda. Animados pela fé temos que continuar nossa luta pela transformação.

** Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT*

ROMARIAS

Caminhar para a Terra que a gente quer: A Memória das Romarias da Terra no Ceará

HELAINE MATOS E GABRIELA BENTO*

"Lembrai-vos deste mesmo dia em que saístes do Egito, da casa da servidão; pois com mão forte o Senhor vos tirou de lá" (Êxodo 13,3).

FOTO: ARQUIVOS CPT CEARÁ

Em 2013, a 16ª Romaria da Terra no Ceará levou uma multidão às ruas do município de Sobral.

FOTO: REPRODUÇÃO JORNAL O POVO 17/9/1984

15 mil romeiros participaram da 1ª Romaria da Terra no Ceará, em Canindé, no ano de 1984.

O testemunho do profeta Moisés narrado no Livro de Êxodo sobre o povo guiado por Deus em busca da Terra Prometida é, até hoje, inspiração para milhares de trabalhadores e trabalhadoras que lutam por uma terra livre e justa.

Nesse sentido, as Romarias da Terra, organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) têm seu primeiro registro no ano de 1978, no Rio Grande do Sul. Elas nasceram como expressão maior da fé cristã que incentiva multidões na caminhada por igualdade e prosperidade. Se no início elas foram atreladas às romarias tradicionais em santuários católicos espalhados pelo Brasil, hoje as Romarias da Terra movem romeiros e romeiras para além dos centros católicos, porque trazem na caminhada muito mais que fé: trazem consciência política e o desejo de uma Reforma Agrária efetiva.

Outra característica que difere as Romarias da Terra das de cunho exclusivamente religioso é o caráter de organicidade e preparação, realizado por meio da CPT que discute e escolhe com antecedência os temas e a melhor forma de prepará-las, com reflexões litúrgicas e formação política. O âmbito religioso das Romarias e a devoção dos romeiros e romeiras é que colocam as questões sociais em ligação com a fé.

Juntar nossos braços, unir nossos passos

A CPT Ceará, em parceria com o curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará, está realizando um estudo de abordagem histórico-geográfica sobre as Romarias da Terra no Ceará e seu significado no contexto político, social e pastoral. A metodologia utilizada no projeto inclui pesquisa documental nos arquivos da CPT, levantamento fotográfico, referencial bibliográfico sobre a temática, notícias publicadas em jornais locais e análise das 28 publicações do Conflitos no Campo Brasil (1985-2013), que serviram de subsídios para a compreensão da conjuntura agrária nos anos que antecederam e nos que foram realizadas Romarias da Terra.

A pesquisa também abrange a confecção de mapas por meio da cartografia temática e a digitalização dos principais documentos encontrados, de forma a contribuir com a organização da memória coletiva da caminhada e auxiliar pesquisadores, estudantes e demais interessados na história das Romarias no Ceará. Entre os achados nos arquivos da CPT estão os cadernos, cartazes, cânticos, cartas escritas por romeiros e romeiras e representantes diocesanos, expondo seus pontos de vistas sobre as Romarias realizadas e pronunciamentos de bispos e outras lideranças católicas atuantes na construção dessa história. O estudo está em andamento, mas já apresenta resultados preliminares que permitem algumas reflexões sobre as Romarias da Terra no Ceará.

Clamando por terra e pão

A primeira Romaria da Terra no Ceará foi realizada no ano de 1984, no município de Canindé, tradicionalmente conhecido pela romaria de São Francisco das Chagas. Com o tema: "Povo de Deus em busca de Terra e Pão", a caminhada contou com a participação de 15 mil romeiros e romeiras, que se reuniram para agradecer e celebrar a esperança de um dia ver a Terra livre de qualquer tipo de escravidão. Essa Romaria, como outras que vieram posteriormente, lembraram a falta de chuvas e sua consequência para homens e mulheres do campo. Mas como bem frisou Dom Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza à época, na sua fala durante a primeira Romaria: "A causa fundamental não é a seca. É esta concentração de terra nas mãos de poucos e de quem não precisa destas terras. (...). Sendo os outros excluídos da mesa de Deus. Ora, aí está o mal!".

Percebe-se de uma maneira geral que a Terra é o tema central dessas e das outras 15 Romarias realizadas no Ceará de 1984 a 2013, o que expressa a dimensão do problema. A única Romaria que não traz a Terra no tema principal é a 14ª, realizada em Iguatu, no ano de 2009, com o lema: "O semiárido em romaria, por mais vida e cidadania". É importante destacar que cada Romaria tem um tema que unifica a reflexão e dá sentido à peregrinação. A terra está ligada a todas as questões sociais, não só no campo, e perpassa por outras temáticas, como a dos recursos hídricos, por exemplo.

No que diz respeito aos locais de realização, percebe-se uma distribuição espacial heterogênea. Nos primeiros anos elas se concentraram em municípios com santuários, no caso de Canindé e Juazeiro do Norte, mas a partir de 1990, com a realização da 5ª Romaria, em Limoeiro do Norte, passaram a ser realizadas em municípios onde a questão agrária prevalece. Essa Romaria também marca a inclusão da Água como lema de Romarias cearenses. A partir da 6ª Romaria, realizada em Quixeramobim, no ano de 1993, as caminhadas passaram a ser realizadas regularmente a cada dois anos. A simbologia marca os aspectos culturais da celebração com a presença de bandeiras, sementes, plantas, cruz e cânticos que tratam das questões abordadas durante a Romaria.

A 17ª Romaria da Terra no Ceará está programada para acontecer no município de Tianguá, em 2015. Até lá o estudo completo sobre as Romarias já estará concluído e disponibilizado para consulta no arquivo e no blog da CPT Ceará.

**Graduandas de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e estagiárias da CPT Ceará.*

ROMARIAS 2014

O povo em Romaria nos traz esperança

O jornal Pastoral da Terra traz agora um pouco das manifestações de fé e esperança que se espalham pelo país, todos os anos, nas Romarias da Terra e das Águas. Lembramos aqui de algumas, das quais tomamos conhecimento, pois sabemos que várias outras manifestações como essas ocorrem Brasil afora.

CRISTIANE PASSOS*

Romaria da Terra reúne mais de mil fiéis em Jacuípe (AL)

Foto: CPT Alagoas

A 27ª Romaria da Terra e das Águas de Alagoas, com o tema Da Rebeldia Cabana à Resistência Camponesa, reuniu fiéis, de todas as idades, da cidade e do campo, para uma caminhada de fé, alegria e esperança, nos dias 8 e 9 de novembro. Em um percurso de mais de 11 km, de Canafístula ao Assentamento Boa Vista, em Jacuípe (AL), os romeiros e romeiras cantaram e rezaram sem desanimar. Ao todo foram 5 horas de caminhada por uma pequena estrada de barro, cercada de latifúndios. Iluminados pelo Espírito Santo, pela lua cheia, por candeeiros e velas, o caminho se fez breve. A Romaria da Terra e das Águas é realizada anualmente pela CPT, pelas Comunidades Eclesiais de Base e pela Arquidiocese de Maceió (AL). Este ano contou também com a Paróquia São Caetano de Ibiene, do Município de Jacuípe, que sediou o evento.

Romaria da Terra movimenta região do Agreste paraibano

A CPT da Arquidiocese de João Pessoa (PB) realizou entre os dias 18 e 19 de outubro, a 26ª Romaria da Terra. Com o lema "Libertar a terra, fecundar o chão e multiplicar o pão", a Romaria teve início na comunidade Chã de Areia, em Mogeiro, no Agreste da Paraíba, em direção à comunidade Salgadinho, também em Mogeiro, com um percurso de oito quilômetros. Este ano o tema da Romaria foi "Terra de Deus, terra de irmãos". A caminhada teve a participação de religiosos, estudantes, profissionais liberais, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, além de representantes de ONGs, sindicatos e associações. Durante o percurso foram realizadas várias paradas para encenações e reflexões sobre a luta pela terra, as conquistas no campo e os frutos da produção.

28ª Romaria da Terra do Paraná

"À sombras dos eucaliptos choramos a saudade dos tempos de fartura". Aproximadamente quatro mil romeiros e romeiras de todas as regiões do Paraná chegaram até Congonhinhas, Norte Velho do Estado, Diocese de Cornélio Procópio, no dia 17 de agosto. A região, que já sofre os impactos do monocultivo de eucaliptos, recebeu a 28ª Romaria da Terra do estado, cujo lema foi motivado pela CPT, em sintonia com a Igreja do Brasil, de forma a fortalecer a luta contra a prática do monocultivo, que tem destruído a cultura camponesa, submetendo o povo pobre ao trabalho escravo e ameaçando a soberania alimentar da população. No encerramento da Romaria, todo o povo foi convocado a continuar firme na caminhada e foram prestadas homenagens a Dom Tomás Balduino, falecido em maio último, e a Dom Ladislau Biernaski, falecido em fevereiro de 2012.

8ª Romaria da Terra e das Águas de Ruy Barbosa

Em Itaetê, Bahia, com a presença de mais de 5.000 participantes, provenientes de todas as cidades e comunidades desta região da Chapada Diamantina, realizou-se no dia 24 de agosto, a 8ª Romaria da Terra e das Águas da Diocese de Ruy Barbosa. O Rio Paraguaçu, na beira do qual surgiu a cidade de Itaetê e onde foi construída uma barragem cuja água está sendo gasta por mais de 70% pela agropecuária, está ameaçado. Os romeiros e romeiras gritaram seu compromisso de não permitir a morte deste rio, que beneficia mais de metade da população da Bahia. Foi bem nesta região que nasceu a primeira Romaria da Terra e das Águas, trinta nove anos atrás, que se dirigiu em pau de arara para Bom Jesus da Lapa (BA).

Religiosidade e cultura marcam a 37ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa

Com uma homenagem a Dom Tomás Balduino, foi aberta a 37ª Romaria da Terra e das Águas, na Esplanada da gruta ao Bom Jesus da Lapa, no oeste baiano, no dia 4 de julho. No altar, o bispo de Barreiras e Administrador *Apostólico da diocese de Bom Jesus da* Lapa, dom Josafá Menezes, presidiu a missa ao lado dos bispos de Barra, dom Luís Flávio Cappio; dom Tomazio Cassianelli, de Irecê; e dom Luis Pepeu, de Vitória da Conquista, convidando o povo a refletir sobre o tema da Romaria: Libertar a terra é defender a vida. Em sua homilia, dom Josafá lembrou aos romeiros que cada um deles é "pedra e luz nas comunidades", fazendo referência à rocha da lapa e a luz do Bom Jesus. Na Esplanada, o povo exibia suas faixas e cruzes demonstrando fé, esperança e devoção ao Bom Jesus da Lapa. Criatividade e cores marcaram a confecção dos símbolos da romaria, que conta com a participação de grupos de diversas regiões da Bahia.

37ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul comemora início da safra do arroz agroecológico

Foto: CPT Rio Grande Sul

Com o tema: "Reforma Agrária, Cooperação e Agroecologia" e o lema: "Cultivar Vida Saudável", a 37ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul reuniu no dia 04 de março, milhares de romeiros e romeiras no Assentamento do MST Hugo Chávez, em Lagoa do Junco, Tapes, região Sul do Estado. A Romaria do Rio Grande do Sul é sempre celebrada na terça-feira de carnaval, aniversário da morte de Sepé Tiaraju, *índio rio-grandense, símbolo da* resistência do povo Guarani durante o período em que vigorava a experiência dos Sete Povos das Missões - trabalho realizado pelas missões dos jesuítas a partir de 1534. Antes do início da Romaria, aconteceu nos dias 02 e 03 de março o 9º Acampamento da Juventude de Romeira, que reuniu 530 jovens do campo e da cidade. Na manhã do dia 04, foi realizada a 11°Abertura Oficial da Colheita do Arroz Agroecológico, onde os romeiros puderam prestigiar o início da safra de um dos principais produtos dos assentamentos da Reforma Agrária.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

CERRADO

Povos do Cerrado em movimento

ELVIS MARQUES*

Dona Maria era pequena quando aprendeu a arte de fiar e cardar algodão. O trabalho é minucioso, entretanto a experiência e prática permitem que ela converse com as amigas, dê boas gargalhadas e observe algumas atrações do evento em que está presente. Maria participou da 3ª edição do "Grito e a Resistência no Cerrado – saberes e fazeres dos povos deste chão", que ocorreu na Cidade de Goiás (GO), no dia 11 de setembro, Dia Nacional do Cerrado.

Além do encontro que dona Maria e outras 1.200 pessoas participaram, o segundo semestre de 2014 foi marcado por diversas ações nos estados onde o Cerrado está presente. A Articulação CPT's do Cerrado, dioceses, organizações e entidades parceiras, e as comunidades, contribuíram com a realização desses eventos.

No Centro Histórico da Cidade de Goiás, ao longo do dia, comunidades de várias regiões do estado acompanharam apresentações culturais, oficinas, benzeções, roda de samba com estudantes, teatro sobre o mártir goiano Sebastião Rosa da Paz, entre outras atividades. Além disso, questões da conjuntura política foram debatidas. "O encontro não deixou de pautar duas questões importantes, a aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 504/2010, que tem como objetivo reconhecer o Cerrado e a Caatinga como patrimônio nacional, e também a reforma do sistema político proposto pelo plebiscito popular", lembrou Simone Oliveira, agente da CPT Goiás.

Foto: Elvis Marques – CPT Nacional

Bahia e Minas Gerais

O norte de Minas Gerais e o oeste da Bahia trabalharam a Semana do Cerrado, entre os dias 8 e 13 de setembro. Com o tema "Cerrado em pé: Do berço das Águas, um Clamor pela Vida!", a iniciativa surgiu com o objetivo de fortalecer a identidade dos povos do Cerrado, suas comunidades e organizações, para que possam avançar na luta contra o agronegócio e na defesa desse importante bioma nacional.

Houve momentos de formação durante esta Semana. Os participantes divididos em equipes, realizaram mutirão de visitas em 38 comunidades rurais de 12 municípios, nos dois estados. Os conflitos e anseios desses povos visitados foram partilhados. Depois, o grupo refletiu encaminhamentos e formas de potencializar o apoio a esses povos. "Os diversos povos e comunidades do Cerrado destas regiões tiveram nessa semana a oportunidade de parar por um momento para refletir, interagir, trocar e celebrar suas diversificadas formas de vida, de luta, de resistência e de conquista do território", destaca a Carta produzida ao fim do encontro.

O município de Cocos, na Bahia, sediou a primeira Romaria do Cerrado, que fechou a semana dedicada ao bioma. "Lideranças das comunidades e das entidades já há algum tempo sonhavam com a realização de uma Romaria no Cerrado, com caráter celebrativo, diante de todas as formas de vida e de resistência de seus povos, mas também de denúncia de todas as mazelas que o projeto do capital tem trazido para a região e para as comunidades centenárias", ressaltou a Carta da Semana do Cerrado que contou com a participação de aproximadamente 500 pessoas, no último dia.

A semana dedicada ao Cerrado e aos povos que nele vivem foi organizada pela CPT Norte de Minas e CPT Sul, Sudoeste, e Centro-Oeste da Bahia; Articulação Popular São Francisco Vivo; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Cimi Leste; Coletivo dos Fundos e Fechos de Pasto; entre outras organizações.

Mato Grosso

O Encontro dos Povos e Comunidades do Cerrado foi realizado pela CPT Mato Grosso e entidades parceiras entre os dias 01 e 03 de agosto. Reuniu assentados, acampados, indígenas, quilombolas e representantes da CPT Rondônia. Ao longo dos três dias, comunidades do Cerrado apresentaram experiências como o aproveitamento de frutos do Cerrado, recuperação de nascentes, festa e troca de sementes crioulas, e outras.

Por fim, entre os encaminhamentos, foi produzida uma Carta destinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No documento, assinado por diversas organizações, foram manifestadas considerações e proposições relativas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

4º Romaria das Comunidades

A comunidade de Campo Grande, no município de Cordeiros (BA), recebeu no dia 18 de outubro, a 4º Romaria das Comunidades, que teve como tema "Cerrado - Água, Raiz e Vida". Cerca de 200 pessoas de diversas comunidades da região participaram da festividade, discussão e estudo da problemática vivenciada pelos povos geraizeiros.

A Carta final da Romaria denuncia a investida do capital contra o meio ambiente, o que tem causado a constante destruição do bioma e o acirramento dos conflitos no campo. "Durante esse ano, várias nascentes de rios do Cerrado secaram", destaca o documento, que pontua ainda que pelo menos dez nascentes e riachos estão secando. Com isso, observa-se impactos nas comunidades rurais e tradicionais, assim como na população urbana.

Cerrado e Caatinga: Patrimônio Nacional Já!

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que reconhece o Cerrado como Patrimônio Nacional, surgiu como PEC 115/95, apresentada pelo então deputado federal Pedro Wilson (PT-GO). Já no ano de 2010, houve a inclusão da Caatinga na proposta. Com isso, a PEC, que contempla os dois biomas, foi alterada para PEC 504/2010. Durante esse período, várias iniciativas populares em prol da aprovação da proposta foram realizadas: coleta de assinaturas, atividades e manifestações na Câmara dos Deputados, entre outras.

O Senado aprovou o texto da PEC 504/2010, publicado no Diário da Câmara dos Deputados de 04 de Agosto de 2010. A proposta também foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Agora falta a Câmara priorizar a votação da PEC e aprová-la. Iniciativa da Articulação CPT's do Cerrado, você pode acompanhar mais informações sobre esses dois biomas na página no Facebook: Cerrado e Caatinga: Patrimônio Nacional Já

*Setores de Documentação e de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Nuestra América

Indígenas ashaninka são assassinados na fronteira entre Brasil e Peru

Quatro líderes indígenas da Comunidade Nativa Alto Tamaya–Saweto, no Peru, foram assassinados a bala, no dia 1º de setembro, quando se deslocavam dentro da floresta com destino à aldeia Apiwtxa, no Brasil, na fronteira dos dois países. Edwin Chota Valera, Jorge Ríos Pérez, Leoncio Quinticima Melendez e Francisco Pinedo, da etnia ashaninka, participariam de uma reunião com as lideranças brasileiras da mesma etnia sobre estratégias de continuidade de ações de vigilância e fiscalização da fronteira, para impedir a ação de narcotraficantes e de madeireiras, que exploram ilegalmente a região. O líder indígena peruano Robert Guimarães Vásquez relatou que as vítimas foram assassinadas diante de vizinhos da comunidade de Saweto, na região de Ucayali, cuja capital é Pucalpa, como vingança de madeireiros cujas atividades ilegais foram denunciadas às autoridades pelos ashaninka.

Além de participar do movimento contra madeireiros e narcotraficantes que estão instalados na fronteira, os índios lutavam para demarcar sua terra no Rio Tamya, no Peru. Eles integravam um grupo de trabalho transfronteiriço, compostos por organizações indigenistas, ambientalistas e indígenas, pela proteção dos povos indígenas contactados e sem contato na fronteira do Acre. A organização não-governamental Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC) relatou que a situação de insegurança das comunidades ashaninka e de outros povos indígenas na fronteira Brasil-Peru tem sido agravada, após a mobilização de esforços conjuntos entre suas lideranças, para deter as investidas de grupos criminosos sobre os seus territórios. Os ashaninka buscam apoio de organizações de defesa de direitos indígenas e da sociedade civil em Ucayali, no Peru, e no Acre.

Onde estão os 43 estudantes?

Foto: Desiformémonos

O mundo todo se faz essa pergunta desde o final do mês de setembro, quando 43 estudantes da Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos, em Ayotzinapa, desapareceram na cidade de Iguala, Guerrero, no México. Os estudantes estavam na cidade para realizar um protesto contra o governo mexicano e, também, para pedir melhorias na educação rural no país. O que foi noticiado, depois disso, é que o grupo teria sido interceptado pela polícia, o que gerou um confronto entre as partes. Seguiram-se informações desencontradas, até que uma investigação oficial alegou que os estudantes foram presos, em seguida foram sequestrados por policiais e mortos por membros de um cartel de narcotraficantes, chamado "Guerreros Unidos". O assassinato teria ocorrido em um aterro sanitário na cidade vizinha de Cocula.

Autoridades do México passaram a acusar o prefeito de Iguala, José Luis Abarca Velázquez, e sua esposa, María de los Ángeles Pineda Villa, de serem os prováveis mentores do sequestro. Ambos fugiram em seguida, assim como o chefe de polícia da cidade, Felipe Flores. O casal foi preso no início do mês de novembro, na cidade do México. Protestos em massa ocorrem em todo o México e em outros países, e a pergunta continua latente, "onde estão os 43 estudantes?".

México proíbe uso de sementes transgênicas da Monsanto

Camponeses e camponesas mexicanos tiveram uma grande vitória ainda em agosto, quando derrotaram a gigante da biotecnologia Monsanto, que foi impedida de plantar milhares de hectares de grãos de soja geneticamente modificados resistentes ao seu próprio pesticida, o Roundup. Um juiz de Yucatan, a pedido de um pequeno grupo de apicultores, derrubou uma permissão concedida pelo ministério da Agricultura do país e pela agência de proteção ambiental, de junho de 2002, para o plantio desse tipo de grão geneticamente modificado.

Tal permissão autorizava a Monsanto a plantar suas sementes em sete estados, num total de mais de 235 mil hectares. Diante disso, um grupo de camponeses e indígenas maias entrou com uma ação judicial, com o argumento de que a licença colocava em risco a produção tradicional de mel em uma região que inclui cerca de sete comunidades tradicionais, em Yucatan. Foi a terceira derrota da Monsanto no leste do México somente neste ano.

Juventude latino-americana realiza Acampamento no Rio Grande do Sul

Foto: Mídia Ninja

Entre os dias 20 e 23 de novembro, a juventude latino-americana esteve reunida no 14º Acampamento da Juventude Cloc-Via Campesina, em Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul. Dois mil jovens de 18 países socializaram, nesses dias, experiências organizativas e promoveram a integração, a vivência e a agenda política comum dos movimentos e organizações presentes no encontro. Na manhã do dia 22, os participantes do Acampamento ocuparam a Fazenda Pompílio, com dois mil hectares de cultivo de milho transgênico, à beira da BR 158, que liga a cidade de Palmeira das Missões à região oeste de Santa Catarina. O objetivo da ocupação foi denunciar o modelo do agronegócio, defendido amplamente pela bancada ruralista, e que tem a senadora Kátia Abreu, e possível nova ministra da Agricultura no Brasil, como referência política.

Ao final do acampamento os jovens construíram uma carta, onde reafirmam seus compromissos com a classe trabalhadora e com a construção da unidade popular na América Latina. "Compreendemos que as forças do Capital afetam a vida da juventude, transformando-a em alvo de violência, usurpando a sua possibilidade de sonhar, de produzir, de gerar conhecimento e de lutar. Desagrega-nos, nos individualiza, mantendo-nos afastados da socialização da vida e da nossa humanização. Os meios de produção e reprodução do Capital nos padronizam, nos coisificam e nos alienam colocando-nos como inimigos uns dos outros. Oprimem e exploram os nossos povos e a nossa cultura condicionando-nos ao seu modelo de produção", afirmam no documento.

*Com informações do Portal Amazônia, site Planeta Sustentável, jornal Brasil de Fato e site do MST.

PÁGINA BÍBLICA

A Opressão da Mulher

SANDRO GALLAZZI*

Nas edições anteriores vimos que o templo controla tudo, inclusive a própria Palavra de Deus. Os profetas foram substituídos por rabinos, mestres, doutores da lei, os únicos intérpretes desta palavra. Sobre os ombros do povo foram colocados fardos de leis, normas e sacrifícios. No lugar da misericórdia, a retribuição, conquistada com nossos atos. Jó e Jonas tentam consertar. Mostram que "a retribuição não é o modo de Deus atuar, que sempre prefere perdoar". Quem carrega a carga mais pesada é a mulher. Será ela também quem vai resgatar a memória do verdadeiro Deus. Vejamos:

Para o templo: impura

A maior vítima do sistema do templo é a mulher. Ela é quem paga a conta. O homem hebreu assim reza: "Eu te agradeço, pai, por ter nascido homem". Não por machismo, mas porque ser mulher é muito pesado, vive sempre em situação de impureza. É proibida, por ser mulher, de entrar no templo. No recinto interno, o recinto sagrado, só entravam os homens e os sacerdotes: as mulheres ficavam em outro espaço (no qual vamos encontrar várias vezes a Jesus. Alí, em um determinado momento se levanta para dizer: venham a mim todos vocês).

Para o mercado: reprodutora

No momento em que o judaísmo se abria ao helenismo, ao imperialismo grego, inicia-se o sistema de opressão do latifúndio escravagista. Necessita-se de mão de obra escrava para aumentar a produção e atender ao mercado. Quem produz a mão de obra? A mulher! À mulher se impõe a reprodução anual, em função da produção da mão de obra para o mercado do grego, do latifúndio escravagista. A dimensão do útero da mulher não é mais o tamanho do sítio do camponês, quando a mulher tinha dois, três, quatro filhos. Agora, o útero da mulher tem a dimensão do latifúndio escravagista grego. O mercado oprime a mulher de modo gravíssimo.

Para a casa: empregada

A casa é do homem e, por este motivo, a mulher acaba sendo valorizada somente a partir do homem. Se a mulher está a serviço do homem, se o trata bem, se não é fofoqueira, se lhe obedece, então é boa. Se não lhe obedece, se fala muito, então é má. A mulher só é vista em relação ao homem. Vale se faz bem ao homem, se não faz bem, então não vale. A mulher passa a ser julgada como inferior. Na Bíblia, há um livro que os protestantes têm a alegria de não o ter, que é o Eclesiástico. É um livro terrível que chega a dizer claramente que é melhor um homem mau que uma mulher boa, que o pior dos homens é melhor que as mulheres.

Para a teologia: má

O livro do Eclesiástico chega a dizer uma coisa muito séria que ainda pesa na vida das mulheres de hoje: "Por culpa da mulher entrou o pecado neste mundo, por culpa da mulher todos nós morremos". É a maior mentira, porque a verdade é que por causa da mulher é que todos nós vivemos. Nenhum de nós nasceu sem mulher. Nem Cristo. Com uma canetada é apagada a responsabilidade de Adão.

A Mulher: Protagonista da Resistência

Esta ideologia dominante, que legitima o sistema do templo, o sistema sacerdotal de dominação, faz da mulher a maior vítima no econômico, no político e no pessoal. A resistência, a ideologia subalterna, a contra ideologia, são as mulheres que as vão produzir. As mulheres não ficaram caladas. Se tivessem ficado caladas não teria havido necessidade que se lhes dissesse que calassem. É porque falavam! Neste momento a única resistência vem das mulheres. O profeta calou-se porque o templo lhe fechou a boca com o livro. Agora, no povo da terra que está oprimido, quem conserva a memória do verdadeiro Deus, quem conserva a memória de Javé, quem tem a coragem de dizer quem é o verdadeiro Deus, são as mulheres.

A parábola

A casa da mulher produz textos muito profundos e bonitos, com um estilo novo e surpreendente. Não será mais o discurso direto que o templo censura e controla, mas uma forma literária muito inteligente: a parábola. Um conto inventado, mas que transmite de forma simples um pensamento denso e profundo. Neste contexto, aparecem na Bíblia cinco mulheres interessantíssimas: Ester, Rute, Judite, Susana e a Sulamita, a mulher do Cântico dos Cânticos. Quais são as características destas mulheres, que se convertem em símbolo da resistência ao templo?

A beleza da mulher

Enquanto o templo chama a mulher de impura, os textos dizem, repetem, insistem em que estas mulheres são muito lindas. A Sulamita tem um livro inteiro para falar de quão linda era ela. De Ester se diz que era a moça mais linda de todo o império da Pérsia. Rute tomou banho, perfumou-se, se arrumou linda para seduzir a Booz. Judite é lindíssima. No capítulo 10 do livro de Judite, cinco vezes se insiste em que era de uma beleza incrível, não havia mulher mais linda. Susana era tão maravilhosamente linda que deixava loucos de desejo os velhos corruptos. Por que se insiste tanto e tantas vezes sobre a beleza do corpo da mulher?

O corpo da mulher: instrumento de libertação

Porque são mulheres que conseguem libertar o povo. Ester se produz "formosa da formosura mais formosa de todas as formosuras" para convencer o rei para que decrete a libertação do povo. Judite se apronta toda para ficar mais bonita ainda, para cortar a cabeça de Holofernes. Rute se embeleza para seduzir a Booz e garantir a Noemi o direito à terra e ao filho. A beleza de Susana será o instrumento para descobrir o mal que está na sinagoga e desmascarar o mal que fazem os juízes do povo. Isto é muito importante, no contexto em que se diz que a mulher é impura, simplesmente por ser mulher, e não por ter feito algo errado. Neste mesmo contexto, na literatura alternativa, se diz que a mulher é linda, muito linda, e que, justamente por ter corpo de mulher, opera a libertação. Não é uma causalidade, é teologia.

*Agente da CPT Amapá.

EXPERIÊNCIA

Mutirão Pastoral contra o Trabalho Escravo no Maranhão

JOÃO ANTONIO MOREIRA FRANÇA*

A Campanha Nacional da CPT contra o trabalho escravo (Abra o olho para não virar escravo!), da qual faço parte no Maranhão, como educador de prevenção, tem contribuído no Mutirão Pastoral contra o Trabalho Escravo desde que foi criado pela CNBB, em 2011. Foram percorridos vários estados do país, promovendo encontros de formação e de planejamento, na perspectiva de articular localmente o combate ao trabalho escravo, juntando organismos, pastorais e movimentos sociais para atuarem de forma integrada. Assim fizemos no Maranhão. Um encontro inicial, realizado em Bacabal, reuniu 30 representantes de 10 das 12 dioceses do estado. Ingressei então na equipe de coordenação que formamos para planejar e implementar ações de enfrentamento ao trabalho escravo em todo o Maranhão, inclusive com seminário anual para aprofundar e divulgar a temática, e assim trazer mais participantes para essa luta.

Em 2012 e 2013, fizemos dois seminários estaduais, ambos em Santa Inês, contando com assessoria do nacional e reunindo 70 pessoas de oito dioceses, além de entidades como o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH) de Açailândia/Santa Luzia, a Cáritas Regional, a SETRES-MA, a CNBB NE 5, e , claro, a CPT, num total de 15 organismos.

O Seminário de junho de 2013 teve como foco principal a preparação da Campanha da Fraternidade 2014 sobre Fraternidade e Tráfico Humano (nome pelo qual passou a ser conhecida a escravidão contemporânea), com o intuito de espalhar a Campanha em todas as Dioceses.

Foto: CPT Balsas

Foto: CPT Balsas

Foto: CPT Balsas

Nossa coordenação organizou um encontro Estadual de Formação da CF em outubro de 2013, em Bacabal. Participaram 120 pessoas de 11 dioceses (faltou apenas uma!).

Em 2014, continuei atuando, em dose ainda maior, na coordenação dos encontros de formação realizados nas Dioceses, paróquias e até comunidades locais. Realizamos estes encontros nas Dioceses de Coroatá, Pinheiro, Grajaú, Balsas, Viana, Brejo e São Luís, na paróquia de Loreto e em comunidades do interior de Balsas e Peritoró. Também contribuímos para trazer presente a CF e a Campanha da CPT em diversos espaços como no Seminário Internacional "Carajás 30 anos", realizado em Santa Inês em março e em São Luís em maio.

Unindo a problemática da CF 2013 com a de 2014, conseguimos aprovar junto ao Fundo Brasil de Direitos Humanos o projeto "Juventude do Maranhão Combatendo a Escravidão", para realizar formação sobre este tema com jovens nas 12 dioceses do Maranhão, com o objetivo de se tornarem agentes multiplicadores. Este projeto também possibilitou a realização de um debate sobre "Políticas Públicas para a Juventude", no qual foram discutidos os principais direitos dos jovens e sobre como se organizar para cobrar sua efetivação, possibilitando assim seu acesso a melhores oportunidades de estudo, emprego e geração de renda em seus municípios de origem, colaborando concretamente para que não se torne.n vulneráveis à migração de risco e ao trabalho escravo.

Com o Fundo Nacional de Solidariedade 2014, resultado da coleta da CF em todo o Brasil, elaboramos e aprovamos outro Projeto: o "Maranhão Livre da Escravidão Contemporânea". Este Projeto, ainda em execução, visa realizar ações na base de todas as 12 dioceses e de 48 municípios (sendo quatro municípios por diocese); os mesmos serão selecionados entre os maiores exportadores de trabalhadores libertados do trabalho escravo ou entre os maiores escravizadores (os com mais casos de trabalho escravo), segundo os dados apurados pela Campanha nacional da CPT. Faremos palestras nas escolas de Ensino Médio desses municípios, conversas para debater o tema e construir parcerias com as paróquias, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as prefeitu- [illegible]. Também faremos dois encontros de formação de um dia: um de prevenção ao trabalho escravo e ao aliciamento (no município maior exportador de mão-de-obra), e uma oficina sobre como denunciar esse crime e como acolher os trabalhadores, no município com mais casos de trabalho escravo, isso em cada uma das 12 dioceses.

Nosso desafio e nossa meta é mobilizar todo o estado e todas as dioceses para o enfrentamento deste enorme problema que é o trabalho escravo no Maranhão. Queremos criar grupos de referência e vigilância, especialmente nos municípios com maior incidência e naqueles que mais exportam trabalhadores, com risco de se tornarem vítimas dessa bárbara exploração.

Assentamento com resgatados da escravidão recebe prêmio de Direitos Humanos

Constituída a partir de 2004, a Associação do Assentamento Nova Conquista é composta por 39 famílias de trabalhadores migran- [illegible] Gil, Piauí, já envolvidos em situações de trabalho escravo no roço de juquira e no desmatamento, em empreitas realizadas no Pará. Pela sua mobilização contra os riscos da migração temporária, por meio de alternativas locais de trabalho, o grupo conquistou do INCRA, em 2009, a criação de um assentamento. Ampliando sua atuação para o conjunto da população local, vem assumindo papel de alerta e vigilância, dirigido aos demais candidatos à migração. O PA Nova Conquista é o 1º Assentamento criado no Brasil por e para trabalhadores que passaram por situação de trabalho análoga à de escravo: uma prova luminosa do papel essencial [illegible] para combater a escravidão no Brasil. O empenho dos trabalhadores para multiplicar e divulgar para outros a mensagem de vigilância e denúncia do trabalho escravo é um exemplo para todos. Justamente por isso, a Associação do Assentamento Nova Conquista recebeu o prêmio de Direitos Humanos, concedido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro. O presidente da Associação, Francisco José dos Santos Oliveira, representou o grupo na cerimônia, realizada em Brasília.

*Agente da CPT de Balsas (MA) e coordenador do Mutirão Pastoral contra o Trabalho Escravo no Maranhão.

CULTURA

Foto: CPT Alagoas

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil ..... R$ 10,00

☐ Para o exterior ..... US$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta Postal Básica
9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO **VIA AÉREA**

BRASIL
15.12.15 - 11:36
MDPB A FATURAR
AGF JARDIM PLANALTO/GO
PB200231
SBF609

40 anos CPT

PASTORAL

TERRA

Comissão Pastoral da Terra | Outubro a Dezembro de 2015 | Ano 40 – Nº 222

Violência no campo bate recorde esse ano

Págs.: 8 e 9

Foto: Carmelo Floraso

Encontro Nacional de Formação fez memória dos 40 anos da CPT

Pág.: 4

Foto: Thomas Bauer CPT/BA

EDITORIAL

Acender luzes para debelar a escuridão

Estamos chegando ao final de mais um ano. Um ano pesado, sobrecarregado. Um ano dominado por crises – econômica, política, social e ambiental. Um ano escuro, envolto em trevas, em que o ventre podre de interesses pessoais ou corporativos se colocou acima do bem comum. Um ano em que vieram a lume situações de corrupção, endêmicas em nosso país, mas que sempre ficavam ocultas sob o manto da impunidade.

E aproveitando-se da escuridão que domina o cenário de nosso país, a violência com assassinatos eclodiu com força. O maior número de assassinatos em conflitos no campo, desde 2004, 46 pessoas mortas! E são mortes que deliberadamente se procuram esconder, jogando-as na vala comum dos crimes passionais, ou de intrigas entre vizinhos. Dez anos após a morte de Irmã Dorothy Stang, Anapu (PA) irrompe no noticiário por uma série de assassinatos (oito, de julho a novembro), a maior parte deles com vinculação com o lote 83, ligado a um dos mandantes da morte da missionária, Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, condenado por este crime, mas em liberdade por um *Habeas Corpus* que o STF lhe concedeu. Dorothy em vida já denunciava a violência e os conflitos que Taradão praticava neste lote.

E as trevas chegaram a Mariana, em Minas Gerais, envoltas num mar de lama. O rompimento de uma barragem de rejeitos da empresa de mineração Samarco, que é propriedade da Vale (ex Rio Doce) e da anglo-australiana BHP Billiton, acabou com povoados, provocou a morte de umas duas dezenas de pessoas, e espalhou destruição por toda a bacia do Rio Doce. A vida aquática e a vida dos ribeirinhos que viviam destas águas foram interrompidas sob a lama. Cidades inteiras, tanto em Minas quanto no Espírito Santo, banhadas por este rio sofreram suspensão no abastecimento de água.

Se faz escuro, nem por isso se deixa de cantar. As 17 Romarias que se realizaram neste ano, Brasil afora, mostram que o povo está decidido a não se deixar dominar pela escuridão. Resiste e acende luzes que ajudam a debelar as trevas.

As comunidades tradicionais, no centro do poder, em Brasília, em defesa de seus direitos, ocuparam espaços deste poder. Mesmo reprimidas, cantando e dançando enfrentaram a truculência do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

O Encontro Nacional de Formação da CPT, relembrando os 40 anos de história desta Pastoral, acendeu novas luzes que iluminam os caminhos escuros por onde transitam os povos da terra, das águas e das florestas.

E as comunidades do Cerrado se levantaram contra uma nova estratégia do agronegócio, encampado e impulsionado pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu, com seu "Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba)", que engloba o estado do Tocantins e parte dos estados do Maranhão, Piauí e [illegible], o que resta do Cerrado.

Neste final de [illegible] e do Ano Novo, somos convocados a acender luzes que ajudem a debelar a escuridão, pois como disse Isaias "o povo que vivia nas trevas viu uma grande luz, uma luz brilhou pra os que viviam num país tenebroso" (Is 9,1; Mt 4,15).

PUBLICAÇÕES

A Universidade discute a escravidão contemporânea: práticas e reflexões

O livro reúne os trabalhos apresentados na VI Reunião Científica sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, realizada pelo GPTEC – Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo. Trata-se, nas palavras do procurador geral do trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, "de uma publicação de relevante valor jurídico e social, que nos desafia a investigar as razões pelas quais persiste no Brasil tão grave ofensa à dignidade do trabalhador. Realidade retratada, com fidelidade, na coletânea de artigos e estudos ora apresentada, que aborda a escravidão contemporânea em sua completude, envolvendo sua face urbana e rural...".

Revista Alumeia, da CPT Bahia, aborda "Terra e Território" nesta edição

A segunda edição da Revista Alumeia, publicação da Comissão Pastoral da Terra Bahia (CPT-BA), tem como tema central "Terra e Território: A luta dos povos para permanecerem no campo". A publicação traz artigo "Da tensão social à conveniência e oportunidade: os caminhos político-jurídicos trilhados pela obtenção de terras para a reforma agrária no Brasil". Além de matéria sobre as comunidades que lutam para defender seus territórios. Em meio a esses textos, encontramos vários depoimentos, como os de Everalda, Josileide [illegible] Pereira, Maria Inês e Dom Mauro. Trazemos relatos de moradores de comunidades que resistem há mais de 30 anos para se manterem em seu território, como no município de Casa Nova, e comunidades de Caetité que enfrentam as obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste [Fiol]", destacam, na apresentação da revista, os/as agentes da CPT Bahia.

PASTORAL DA TERRA

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André de Witte

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
J Câmara & Irmãos SA - (62) 9973-5892

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
Brot für die Welt
Development and Peace
CCFD
MISEREOR

ASSINATURAS
Anual R$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br

Fique Informado

Após 11 anos da Chacina de Unaí, mandantes são condenados

Foto: Estadão de Minas

Foram enfim julgados e condenados, 11 anos depois, os dois acusados de serem os mandantes da "Chacina de Unaí" – quando os três auditores fiscais do trabalho Nelson José da Silva, João Batista Soares Lage e Eratóstenes de Almeida Gonçalves, e o motorista Aílton Pereira de Oliveira, do Ministério do Trabalho e Emprego, foram mortos enquanto fiscalizavam fazendas na região noroeste de Minas Gerais. O crime ocorreu no dia 28 de janeiro de 2004.

Antério Mânica, ex-prefeito de Unaí e produtor rural, foi condenado no dia 5 de novembro a 100 anos de prisão por ser o mandante dos assassinatos. Seu irmão, Norberto Mânica, também foi condenado à mesma pena, no dia 30 outubro. Além dos irmãos, o empresário José Alberto Castro foi julgado e condenado a 96 anos de prisão por intermediar o crime. Apesar da condenação, os criminosos conseguiram o direito de recorrer da decisão em liberdade.

Por fim, também apontado como intermediário, o empresário Hugo Alves Pimenta foi o último réu da chacina a ser julgado e condenado. O julgamento ocorreu no dia 11 de novembro. Ele fez acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal (MPF). Por conta disso, a pena de 96 anos dada pelo juiz Murilo Fernandes foi reduzida para 47 anos de prisão. Em 2013, outros três réus envolvidos na execução dos fiscais e do motorista já haviam sido condenados.

Encontro dos 20 anos da RENAP

Entre os dias 24 e 29 de novembro, na cidade de Luziânia (GO), cerca de 200 pessoas, entre advogados/as populares, estudantes de direito, professores/as, sindicalistas e outros, se encontraram para celebrar os 20 anos da RENAP – Rede Nacional de Advogados/as Populares. Na sede da OAB em Brasília, onde ocorreu a abertura do encontro, foram homenageados pela RENAP, *in memoriam*, Maria Trindade Gomes Ferreira, advogada da CPT Araguaia–Tocantins por anos, e Plínio de Arruda Sampaio, militante popular e um dos fundadores da Rede.

"O Encontro não foi somente celebrativo, durante os cinco dias o debate foi intenso desde a sua abertura, onde inúmeros desafios foram colocados para a assessoria jurídica popular. Os/as participantes da mesa retroagiram na atuação da Rede, fazendo memória das conquistas, dos desafios e do contexto atual", relatou João Batista Pereira, advogado popular e colaborador da CPT Bahia.

Enquanto desafios colocados à Rede, durante o encontro, destacam-se: a construção interna de novas relações igualitárias de gênero, articulação em rede de advogados/as populares, intensificação do debate acerca de projetos normativos que atacam os direitos dos povos tradicionais, em particular os indígenas, entre outros.

Foto: RENAP

Pistoleiro condenado por morte de casal de extrativistas tem fuga facilitada

O pistoleiro Lindonjonson Silva Rocha, condenado a cumprir 42 anos de prisão em regime fechado pelo assassinato do casal de extrativistas José Cláudio e Maria do Espírito Santo, fugiu da penitenciária Mariano Antunes, em Marabá (PA), onde cumpria a pena. A fuga aconteceu em meados de novembro.

"A fuga do pistoleiro é um escândalo! A direção da penitenciária, agindo de forma totalmente ilegal e irresponsável, autorizou o condenado a participar de atividades na ala reservada aos presos do regime semiaberto. Nessa ala, não há segurança reforçada e, no momento em que Lindonjonson empreendeu fuga, havia apenas um agente prisional, para fazer a segurança de vários detentos. Nenhum policial militar se encontrava no local", ressaltou Nota divulgada por movimentos sociais e familiares do casal.

Ainda conforme a Nota, o descaso da Segurança Pública do Pará em relação a esse caso é flagrante. José Rodrigues Moreira, acusado de ser o mandante do crime, está com prisão preventiva decretada pelo TJ-PA, desde agosto desse ano. Porém, o acusado continua circulando pelo assentamento onde o casal foi assassinado, sem que sua prisão seja cumprida pela polícia.

Mulheres Negras marcham em Brasília

A Marcha das Mulheres Negras aconteceu em Brasília, no dia 18 de novembro, e reuniu cerca de 20 mil pessoas, vindas de vários estados do país. As mulheres protestaram contra a violência, discriminação e o racismo, entre outras pautas, além do reconhecimento das parteiras tradicionais e a defesa dos Territórios quilombolas e indígenas.

"Essa marcha acontece em um momento de retrocesso na lei que trata da violência contra mulheres, através do Projeto de Lei 5069, que trata as vítimas de estupro como um caso de delegacia, obrigando as mulheres a irem à delegacia, antes de serem atendidas no sistema de saúde", afrimou a deputada Maria do Rosário (PT-RS).

Durante a Marcha, quando as mulheres seguiam rumo à Praça dos Três Poderes, dois policiais civis dispararam pelo menos quatro tiros para o alto. Os dois foram presos. Um deles era integrante de um grupo que estava acampado em frente ao Congresso e que defendia a volta dos militares ao poder.

Comunidade quilombola Rio dos Macacos tem área reconhecida

Foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 18 de novembro, a Portaria 623, que declara como terras da comunidade remanescente de quilombo, o Quilombo Rio dos Macacos, em Simões Filho, Grande Salvador (BA). A área possui 301 hectares, dos quais somente 104 hectares foram destinados para titulação de posse.

Embora considerem a declaração uma grande vitória, os/as quilombolas buscam a integração do rio ao Território demarcado, a construção de duas vias alternativas para não terem que passar pela Vila Naval, além da anulação do processo de despejo impetrado pela Marinha do Brasil. Todavia, em nota, a Marinha informou que a área destinada à comunidade será de 104 dos 301 hectares demarcados. Os outros 196 hectares permanecerão sob administração da Marinha, por serem de "interesse estratégico à defesa nacional".

ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO

Carrossel gira em torno aos 40 anos da CPT

ANTÔNIO CANUTO*

Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia

A Chácara Vicente Cañas, do Cimi, em Luziânia (GO), acolheu mais um Encontro Nacional de Formação da CPT. Foi entre os dias 21 e 24 de outubro. Nos dias seguintes, 26 a 28, lá mesmo se realizou a reunião do Conselho Nacional.

O Encontro de Formação se centrou em torno aos 40 anos da CPT. As quatro décadas da história da CPT foram visitadas em um giro em formato de carrossel. Os participantes ocuparam seus lugares em quatro espaços do carrossel, cada um referente a uma década. Em cada um destes espaços, um patrono e pessoas cujos depoimentos avivaram a memória de cada década. Após a primeira hora de apresentação, o carrossel girava e se chegava a outra década, assim sucessivamente, de forma que todos os presentes passaram pelas quatro décadas da história da CPT.

O patrono da primeira década – 1975-1984 – foi Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, sindicalista, animador de comunidade na diocese de Conceição do Araguaia, PA. Assassinado no dia 29 de maio de 1980. Jeane Bellini, da Coordenação Nacional da CPT e o Pe. Ricardo Rezende, que atuou na CPT no regional Araguaia-Tocantins, hoje professor da UFRJ, trouxeram presente os fatos daquele período.

A segunda década – 1985-1994 – teve como patrono o Pe. Josimo, agente da CPT Araguaia-Tocantins com atuação no assim chamado Bico do Papagaio, extremo norte do estado do Tocantins, assassinado em 10 de maio de 1986. Recordaram os principais fatos da década, Marina Rocha, da CPT Bahia e Pe. Flávio Lazzarin, da CPT Maranhão.

Pe. Dirceu Fumagalli, da CPT Paraná, Maria Angelita Maciel (Nininha), da CPT Ceará e frei Xavier Plassat, da CPT Araguaia-Tocantins, apresentaram os fatos que marcaram a terceira década. A patrona desta década – 1995 – 2004 – foi Irmã Dorothy Stang, religiosa assassinada em Anapu (PA) no dia 2 de fevereiro de 2005.

A última década – 2005 a 2015 – teve como patrona a líder comunitária Maria das Dores dos Santos Salvador, conhecida como Dora, sequestrada e assassinada em 12 de agosto de 2015, na comunidade de Portelinha, município de Iranduba (AM). Vanúbia Martins Oliveira, da CPT da Paraíba e Paulo André, CPT Minas Gerais, expuseram o que marcou esta última década.

O que mudou e o que permanece na vida da CPT

Concluído o giro do carrossel, foram constituídos grupos para refletir sobre o que, nestes 40 anos de história, mudou na vida da CPT e o que permanece.

Ressaltou-se que o que permanece é a opção pelo "P" de pastoral, como serviço de ser presença solidária junto ao povo do campo; o fio condutor do protagonismo camponês; a espiritualidade centrada num divino presente no conflito; o espírito de luta e resistência.

Também permanece a violência física contra os homens e mulheres do campo, com expulsões, ameaças, assassinatos e a violência dos meios de comunicação que taxam de baderneiros os camponeses que lutam para preservar ou conquistar seus direitos.

O que mudou foi o contexto. A CPT nasceu nos tempos árduos da ditadura militar, tempos de perseguição, de repressão aos movimentos dos trabalhadores. Apesar de se viver em tempos de "democracia", a repressão continua. Também neste período novos sujeitos sociais foram despontando, várias categorias de camponeses foram sendo assumidas pelas comunidades.

Mudou também a relação da Igreja com a CPT. A igreja foi se fechando em si mesma, menos voltada para o social. As relações ecumênicas se fragilizaram.

Para ser fiel à sua missão, enfatizou-se a capacidade de a CPT se reinventar constantemente, acompanhando as mudanças da conjuntura. Com isso foram incorporadas outras demandas: como a da permanência na terra conquistada, a questão da água, a luta dos povos tradicionais para garantir ou retomar seus territórios, a questão de gênero, entre outras.

Luzes do IV Congresso

Num momento seguinte o encontro buscou identificar as luzes que o IV Congresso acendeu. O que foi produzido no Encontro de Formação foi levado ao Conselho Nacional, que assumiu como luzes alguns consensos surgidos do IV Congresso e que devem nortear a caminhada da CPT nos próximos anos. São eles:

- Reforma agrária e defesa e conquista dos territórios, defesa da Terra, planeta;
- A questão de gênero e juventude;
- A mística e espiritualidade macro-ecumênicas das quais não se pode abrir mão;
- Sustentabilidade da própria CPT e das comunidades.

Os 40 anos da história da CPT foram revisitados em uma grande celebração em que a CPT foi representada por um rio. Cada década era um afluente que desembocava no grande rio, alimentando suas águas.

Os pobres são a jazida do capitalismo

No Encontro Nacional de Formação, Giuseppe Cocco, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ , ajudou a pensar a atual conjuntura brasileira.

Falou sobre a complexidade da crise brasileira, uma crise política, econômica e ambiental. Segundo ele, a crise política fugiu do controle e se tornou uma crise de governabilidade.

Chamou a atenção em sua análise, o que ele chamou de extrativismo cultural e social. Segundo ele, há dois tipos de extrativismo: o mineral, o do pré-sal, o extrativismo dos recursos naturais que se convertem em plantações de soja, em pasto para o gado. E o extrativismo cultural, social, que tem como figura central e paradoxal o pobre, do qual se extrai valor. Surge um novo tipo de trabalhador, aquele que não tem um emprego, sujeito ao trabalho precário, sem estatuto. O trabalho se torna imaterial, daí decorre uma inversão na relação trabalho e direitos. Não estamos mais no mundo dos "direitos do trabalho". Fica cada vez mais distante a relação salarial. Trabalhar hoje constitui produzir-se como "ser empregável" e não apenas procurar emprego. A fábrica agora é a metrópole e está tudo misturado: cultura e natureza, tempo de vida e tempo de trabalho.

Os pobres são a jazida do capitalismo. Os serviços produzem mundo, formas de vida e são as grandes atividades desse modelo. Uma outra afirmação do professor: "O grande escândalo da Lava Jato é que o Estado é quem passa dinheiro para as empreiteiras e não as empreiteiras para os políticos".

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

VII SINGA

CPT ministra oficina e é homenageada no VII Singa

Realizado entre os dias 30 de outubro e 3 de novembro na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, o VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), reuniu pesquisadores e pesquisadoras de todo o Brasil e de outros países. A CPT foi a grande homenageada desta edição do Simpósio e teve representantes em diversas mesas de debate.

CRISTIANE PASSOS E ELVIS MARQUES*

No primeiro dia do evento, cerca de cem estudantes, pesquisadores, representantes de movimentos e outros participaram da Oficina "Produção e uso de dados de conflitos agrários no Brasil – a experiência da Comissão Pastoral da Terra e de geógrafos agrários", coordenada pela CPT, e com a participação dos geógrafos Ariovaldo Umbelino, da Universidade de São Paulo (USP); Carlos Walter Porto-Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense (UFF); Bernardo Mançano, Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); Guiomar Germani, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Plácido Junior, doutorando em geografia na UFF e agente da CPT Nordeste II, além de Múria Carrijo, documentalista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Secretaria Nacional da CPT.

"É uma ocasião muito especial, ao comemorar esses 40 anos da CPT, estarmos no SINGA", ressaltou Ruben Siqueira, da coordenação executiva nacional da CPT. Plácido, ao iniciar sua fala, fez memória do processo de nascimento da Pastoral. "No contexto do regime militar, de sufocamento de muitas lutas camponesas, do avanço do capital sobre o campo e de aumento dos conflitos, a CPT nasce e faz uma escolha de não estar junto ao poder. De não estar no planalto. A CPT faz uma escolha de estar na planície, junto com os povos do campo", destacou ele.

Foto: Assessoria de Comunicação CPT Nacional

A publicação anual da CPT, Conflitos no Campo Brasil, completou 30 anos em 2015. Plácido Junior explicou aos participantes como começou o registro dos conflitos pela CPT. "É esse jeito de ser da CPT, de ouvir o povo e caminhar junto com ele, que faz com que a CPT tenha essa preocupação em não deixar essa memória ser esquecida – memória da luta e da caminhada do povo". Ele ressaltou, ainda, que a entidade não pode perder a dimensão Pastoral, "que é a maior dimensão desse trabalho. Apenas depois foi criando a dimensão científica".

"Posso dizer que sou um discípulo da CPT. Eu tive o privilégio de vê-la nascer. Tive o privilégio de conhecer Canuto [membro fundador da CPT], lá em Santa Terezinha (MT), no começo dos anos 80, e assistir, pela primeira vez, um padre partilhar o pão de fato. Pegamos o pão, molhamos no vinho e comemos. A CPT é isso, gente. A CPT é encontro", relembrou o professor Ariovaldo Umbelino. Ele destacou como é necessário mostrar, a partir dos registros dos conflitos no campo, a luta do povo. "Não adianta nada você ter um Centro de Documentação maravilhoso e isso não ser visível. Mas essa é uma contradição insolúvel, porque se por um lado há a dificuldade de se tornar visível, por outro lado o que a CPT e o Centro de Documentação mais fizeram foi tornar visível a luta pela terra", afirmou.

"A CPT faz, através do Centro de Documentação, talvez a maior contribuição já feita no Brasil, da denúncia de violência, da denúncia da barbárie que atravessa o campo. Mas a CPT não é só isso. A CPT denunciando essa barbárie conseguiu avanços significativos, por exemplo, em todo o processo de combate ao trabalho escravo", finalizou o professor.

A CPT participou, ainda, de outras duas mesas, uma delas debateu os conflitos pela água, onde a entidade foi representada por Ruben Siqueira. A Mesa Redonda "Agrohidronegócio e os conflitos pelo uso da água", contou ainda com as reflexões do professor Altair Sales Barbosa e Antonio Thomaz Junior, da UNESP. A outra foi durante a 2ª Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais, na qual Isolete Wichinieski, agente da CPT Goiás e coordenadora da Articulação das CPT's do Cerrado, representou a Pastoral.

CPT recebe homenagens durante o Simpósio

Foto: Assessoria de Comunicação CPT Nacional

Durante as atividades de abertura do VII Singa, houve um momento de homenagem a organizações sociais e aos lutadores e lutadoras que dedicaram suas vidas à defesa dos direitos dos povos do campo, das águas e das florestas.

Dom Tomás Balduino foi homenageado *in memoriam* e seu sobrinho, João Carlos Balduino, recebeu a homenagem em nome da família. "É uma honra receber essa homenagem. A ficha ainda não caiu sobre a morte do meu tio. A gente ainda sente a presença dele e sempre falamos que a cada assentamento, a cada homenagem, a cada luta, a cada pessoa que se lembrar dele, ele continuará vivo entre nós", disse. Dom Pedro Casaldáliga também foi homenageado no evento. Antônio Canuto foi quem o representou. Canuto, que também recebeu a homenagem em nome da Pastoral da Terra. Canuto destacou como a CPT está relacionada ao tema proposto pelo Simpósio. "A gente aqui se sente em casa com o tema desse evento. São os temas que a CPT hoje trabalha".

Frei Xavier Plassat, membro da Campanha da CPT de Combate e Erradicação do Trabalho Escravo "De olho aberto para não virar escravo", também foi homenageado na ocasião, assim como o Movimento Camponês Popular (MCP); a Associação Quilombo Kalunga; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom); José Porfírio, *in memoriam*; Michéas Gomes de Almeida, conhecido como Zezinho, Guerrilheiro do Araguaia, entre outros.

O VII SINGA ocorreu juntamente com o VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária e a Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais. O evento teve como tema central "A questão agrária na contemporaneidade: dimensões dos conflitos pela apropriação da terra, da água e do subsolo".

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

MOBILIZAÇÃO POVOS TRADICIONAIS

Articulação dos Povos Tradicionais realiza mobilização e passa a noite na Câmara dos Deputados

Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), enviou Tropa de Choque para o local. As luzes e o ar condicionado do Plenário foram desligados. Polícia não permitiu a entrada da imprensa e de outras pessoas na área. Representantes de comunidades tradicionais realizaram ato para denunciar o genocídio que vem ocorrendo no campo brasileiro.

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

CRISTIANE PASSOS*

A Mobilização da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais teve início em 5 de outubro, em Brasília. Ações na cidade e em outros estados se estenderam até o dia 7. Mais de 200 representantes de povos indígenas, quilombolas, pescadores, vazanteiros, apanhadores de flores, geraizeiros, entre outros participaram, durante a tarde desse primeiro dia, de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), da Câmara dos Deputados, sobre os conflitos no campo.

Após a Audiência, esses povos e representantes de comunidades tradicionais decidiram permanecer em vigília no Plenário I, anexo II, da Câmara dos Deputados, para denunciar as inúmeras mortes, violências e demais conflitos no campo. E, também, para lembrar os 26 anos da promulgação da Constituição Federal, que resguarda direitos dos povos e comunidades tradicionais e de seus territórios. Direitos esses constantemente desrespeitados e alvo das constantes investidas da bancada ruralista.

Já por volta das 22h00 o presidente da Câmara começou a agir para reprimir a vigília. A Tropa de Choque foi enviada ao local. Energia e ar condicionado foram desligados. Porém, essas ações não diminuíram a resistência do povo. Mesmo com a escuridão, o povo não parou de cantar durante toda a noite. Os manifestantes queriam permanecer em vigília durante a noite e sair às 07h00 do dia 6, proposta essa recusada pelo presidente da Casa. Os manifestantes se mantiveram firmes e resistiram durante toda a noite, saindo somente ao amanhecer, como queriam.

Somaram-se ao grupo, jornalistas e políticos que ficaram no local. Acompanharam o protesto no Plenário os deputados federais Sibá Machado (PT-AC), Paulo Pimenta (PT-RS), Chico Alencar (PSOL-RJ), Jean Wyllys (PSOL-RJ), Alessandro Molon (Rede-RJ) e outros. Deborah Duprat, coordenadora da 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, do Ministério Público Federal (MPF), também acompanhou a ação.

Já do lado de fora da Câmara, mesmo sem poder entrar, um grupo de pessoas se reuniu em solidariedade aos que estavam cercados pela polícia no Plenário. Eram apoiadores e apoiadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), advogados populares, e pessoas de outros movimentos sensíveis à luta.

No dia 6, durante a tarde, o grupo realizou uma celebração indígena em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), para denunciar a morosidade do Judiciário no que tange aos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Já na manhã do dia 7 de outubro, o grupo seguiu em marcha da Catedral de Brasília em direção ao Palácio do Planalto. Manoel Messias, da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais, da presidência da República, recebeu alguns representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais, que protocolaram o documento político da Mobilização Nacional. O documento destaca a violência cotidiana sofrida por essas comunidades, em uma sociedade que valoriza o lucro e desenvolvimento desenfreado, em detrimento do meio ambiente e dos saberes tradicionais. Condenaram, ainda, a PEC 215 e outras proposições legislativas que tramitam no Congresso e que atacam seus direitos.

Indígenas, quilombolas e quebradeiras de coco ocuparam sede da Funai no Maranhão

Cerca de 80 integrantes dos povos indígenas Krenyê, Gamela, Kreepynm, Gavião; quilombolas do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom) e quebradeiras de coco do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb) ocuparam a Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), sediada no município de Imperatriz, no Maranhão. A ocupação também fez parte da Mobilização Nacional da Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais. Assim como ações dos povos e comunidades tradicionais no Mato Grosso do Sul e na Bahia.

Violações de direitos cometidas por Cunha durante a mobilização foram denunciadas à ONU e OEA

Cinquenta organizações da sociedade civil assinaram documento protocolado no dia 8 de outubro. Ao trancar manifestantes no plenário da Câmara dos Deputados e impedir a entrada de advogados, Eduardo Cunha feriu a legislação brasileira e os tratados internacionais. Segundo o documento, "Ao impedir o acesso das advogadas e advogados aos povos indígenas, quilombolas, pescadores, geraizeiros e das outras comunidades tradicionais, o presidente da Câmara dos Deputados violou um dos preceitos fundamentais da Constituição do Brasil e de normas e tratados internacionais, a garantia do direito de acesso à justiça".

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT. O texto contou, ainda, com informações do CIMI e do CPP.*

ARTIGO

Os riscos e impactos da atividade mineral sobre as pessoas e a natureza

THIAGO VALENTIM*

Foto: Latuff

O tema da mineração tem sido com frequência pauta de discussões políticas, sociais, econômicas e também religiosas, ecoteológicas em todo o mundo, especialmente em países americanos e africanos, seja da parte daqueles que defendem o avanço deste tipo de atividade, ou seja, empresas e governos, que incidem sobre mudanças legais que destravem as burocracias e impedimentos; seja da parte de comunidades inteiras atingidas pela mineração e entidades preocupadas com o avanço do setor mineral.

Todo empreendimento sobre o meio ambiente possui impactos, em menor ou maior intensidade. Faz-se necessário intensificar e aprofundar a discussão sobre a viabilidade e legalidade de empreendimentos econômicos que, sob o manto do progresso, servem somente para aumentar o capital financeiro de empresas, bancos e ameaçam a qualidade de vida das populações vulnerabilizadas.

A recente tragédia em Mariana (MG), ocorrida no dia 5 de novembro último, quando se romperam duas barragens de rejeitos de minério de ferro, lançou no Rio Doce, que banha uma das maiores bacias hidrográficas do Brasil, 50 milhões de toneladas de rejeitos, da empresa Samarco Mineração S.A, que pertence a Vale do "ex Rio Doce" e a anglo-australiana BHP Billiton, as duas maiores mineradoras do mundo. Isso deu visibilidade nacional e internacional sobre o quanto as mineirações, especialmente as mega minerações, são perigosas para as populações e para o meio ambiente. Constatamos que o avanço do modelo neoextrativista no Brasil tem se dado de maneira impositiva, promovido por grandes corporações do setor mineral, com forte subsídio do Estado. Ao invés de gerar bem-estar social, empregos seguros e de qualidade, melhoria na vida das populações locais, segundo as promessas, tem gerado desigualdades e sérias violações aos Direitos Humanos individuais e coletivos.

O neoextrativismo, basicamente para a exportação de matérias-primas do Brasil, avança sobre as comunidades e territórios de forma avassaladora. A prioridade dada ao fator econômico revela o entendimento que se tem da natureza simplesmente como portadora de recursos a serem explorados com o único fim de gerar lucros enormes, que são acumulados por grandes corporações. É o mercado internacional ditando as regras do processo de produção de bens e serviços. Escondido atrás de um falso discurso de progresso, que é preciso aumentar a produtividade mineral porque aumenta a demanda humana de consumo de produtos produzidos a partir dos minérios, este modelo de des-envolvimento gera um caos e impossibilita, lenta ou imediatamente, como em Mariana, que seja possível viver em áreas atingidas por mineração em várias partes do mundo.

Este modelo neoextrativista de produção não tem limites e não respeita os limites do planeta, agravando a crise ecológica, incentivando o consumismo exacerbado de bens cuja produção está carregada de uma série de injustiças socioambientais. Enquanto se extrai minérios em determinadas áreas, outras são pesquisadas, mapeadas e inseridas no processo de extração. Enquanto os investidores deste mercado internacional se beneficiam com os lucros, resta às populações atingidas pelas mineraçoes no Brasil as consequências socioembientais nefastas da atividade mineral.

Além dos impactos que uma mineração pode causar sobre as pessoas e a natureza, como a poluição dos bens naturais, desmatamento, inviabilização de economias locais, migrações e remoções forçadas, poluição sonora devido ao intenso barulho de máquinas e explosões, doenças, mortes, as mega minerações são insustentáveis ainda porque se utilizam de uma grande quantidade de água e energia para a extração e beneficiamento de minérios, muitas vezes em regiões onde a disponibilidade de água é limitada. A água é um direito básico e humano essencial, indispensável para a manutenção de qualquer tipo de vida. Não é justo que empresas mineradoras se utilizem de milhões de litros d'água quando populações de várias regiões, seja rural ou urbana, não possuem o acesso à água de qualidade e na quantidade necessária para os diversos usos.

No Ceará, entre os municípios de Santa Quitéria, Itatira e Madalena, está localizada a maior mina de urânio do país, cujo projeto está atualmente em processo de licenciamento ambiental e pertence ao consórcio formado pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), empresa estatal, e pela Galvani, empresa privada cujas ações (60%) pertencem a um grupo norueguês. Na Noruega, entretanto, não se admite a matriz nuclear. Áustria, Suécia, Itália, Austrália, Dinamarca, Grécia, Irlanda, Polônia, Bélgica, Alemanha, Holanda, Espanha também já pararam reatores ou anunciaram as intenções de abandonar a energia nuclear.

Nesta área, conhecida como Mina de Itataia, o urânio está associado ao fosfato, utilizado na produção de fertilizantes para o agronegócio. O urânio deverá ser utilizado, também, para abastecer as usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ), especialmente a Angra 3, que está em construção. A INB também explora, atualmente, uma mina de urânio em Caetité (BA), onde já ocorreram vazamento de 5.000 m^3 de licor de urânio para o ambiente; sete transbordamentos da bacia de barramento, liberando urânio, tório e rádio 226; rompimento em mantas da bacia de contenção, morte de peixes, alimentos contaminados, população com 19 vezes mais casos de câncer.

Concluímos esta reflexão fazendo eco ao apelo do Papa Francisco, bispo de Roma, em sua recente encíclica Laudato *Si: O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum (LS, 13).* Que não desanimemos nas resistências e não alimentemos a nossa Memória, Rebeldia e Esperança.

**Coordenação Executiva Nacional da CPT.*

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Violência e morte em Anapu

ANTÔNIO CANUTO*

Nota divulgada pela Diretoria e Coordenação Executiva Nacional da CPT, no dia 13 de novembro, dizia que "aproveitando-se do fato de o governo central estar encurralado por uma grave crise política e econômica, os latifundiários e empresários do agronegócio, apoiados na poderosa bancada ruralista, fazem prevalecer seus interesses e impõem, até mesmo pela força, sua vontade".

Isso é o que tem se visto neste ano, com aumento significativo de assassinatos de camponeses e trabalhadores. Em 2014, o Banco de Dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, registrou 36 assassinatos. Em 2015, até final de novembro este número chegou a 46. Número superior ao total de assassinatos de cada ano, desde 2004.

A quase totalidade destes assassinatos se concentrou na Amazônia, 20 no Pará, 19 em Rondônia, 4 no Maranhão e um no Amazonas.

Como dizia a Nota da CPT "A omissão do Estado brasileiro alimenta a certeza de impunidade, por isso os que praticam ações violentas não se intimidam, antes encontram em servidores públicos de diversas instâncias o apoio e o estímulo para seus atos".

Em Anapu violência explode

Anapu, no Pará, dez anos depois da morte de Irmã Dorothy Stang, tem se projetado no cenário nacional pelo crescimento desconcertante da violência no município. Na Gleba Bacajá, onde foi morta a missionária, somente nos últimos quatro meses, de julho a novembro, oito pessoas foram assassinadas no contexto de conflitos por terra. Seis destes assassinatos estão relacionados ao Lote 83, conhecido por todos na região como lote do Taradão, Regivaldo Pereira Galvão, já condenado por ser um dos mandantes do assassinato de irmã Dorothy, mas já em liberdade.

Denúncia da equipe da CPT de Anapu ao Ministério Público Federal lembra que Irmã Dorothy havia denunciado o fazendeiro por desmatamento ilegal e por violência contra os posseiros, neste lote. "Por isso, em 2004, ele foi convocado pelo Incra/Altamira, onde tentou justificar-se dizendo que queima de casas e expulsão de posseiros eram 'excessos de seus empregados'". Foi multado e teve maquinário

apreendido pelo IBAMA. Em janeiro de 2014, sua esposa, Rosângela Galvão, afirmou aos que ocupavam a área ter documentos da mesma desde 2001. E ameaçou dizendo que não tolerariam perder a terra. Se "na lei não funcionasse" tinham "seu jeitinho". A denúncia é contundente: "O lote 83 não é o único no momento, mas é certamente o centro operacional dos grupos armados que ameaçam e intimidam o povo de Anapu".

Hoje se apresentam como proprietários da área, um tal de José Iran e Debs Antônio Rosa, mas que na realidade seriam "testas de ferro" de Taradão. Segundo a denúncia da CPT de Anapu, José Iran comandaria um grupo identificado em ações anteriores de violência e operações de "limpeza" de áreas, com base em Marabá, e Debs Antônio Rosa teria vasta ficha criminal e já teria sido condenado por assaltos violentos. Este último contratou, em Araguaína (TO), a Atalaia Segurança Patrimonial para serviços em "sua fazenda em Anapu". "Caminhonetes com letreiro **escolta armada** passaram a circular e a protagonizar atos de intimidação e violência a partir do lote 83". O mesmo Debs reconheceu, em reportagem de 20 de outubro da ATM TV, afiliada do SBT, andar com escolta armada, quando a TV noticiou ato de agressão aos seus seguranças.

A presença destes pistoleiros foi constatada inclusive pela própria polícia. Nos meses de maio e junho de 2015, a DECA, Delegacia de Conflitos Agrários, de Marabá, prendeu neste lote quatro pessoas suspeitas de pistolagem, depois de haverem ocorrido tiroteios na área. Em 7 de julho outros quatro homens foram presos, caracterizados pela juíza da comarca de Anapu como pistoleiros. Armas pesadas e muita munição foram encontradas na área.

Seis mortes relacionadas ao lote 83

Em 11 de agosto, Jesusmar Batista de Farias, logo após chegar do lote 83, onde visitara cinco irmãos e um sobrinho, foi assassinado em sua oficina de motos. No dia 25 de maio, depois de uma viatura da polícia civil ter passado três vezes em frente à sua oficina, chegaram três homens e um deles, que se disse aparentado de Zé Iran, o ameaçou dizendo que se não quisesse problemas era para deixar de apoiar as famílias da ocupação, pois sabiam que ele estaria bancando o alimento das famílias ocupantes.

Na passagem de 22 para 23 de agosto, na Vilinha do Surubim, foi assassinado o idoso Cosmo de Castro, após uma discussão em bar onde estavam Debs e o pai, com sua escolta armada. Cosmo Pereira de Castro dizia que apoiava as ocupações e os ocupantes, pois a terra é "federal e pública". A população já havia denunciado que o bar era frequentado à noite pelos pistoleiros acantonados na sede do lote 83, denominados pelos locais de escolta armada de Taradão.

Em 27 de outubro foi assassinado José Nunes da Cruz Silva (Zé da Lapada), diante da esposa. Ele era uma das principais lideranças da ocupação. Menos de um mês antes da morte, Debs Antônio Rosa esteve na casa dele e o ameaçou diante da esposa. Seu assassinato está sendo visto como resposta à agressão sofrida pelos pistoleiros da área, episódio que o jornal da ATM TV Altamira levara ao ar.

No dia 31 de outubro, Claudio Bezerra da Costa (Ivanzinho) foi assassinado por dois homens em uma moto na terra que ocupava, área conhecida como Fazenda de João Jorge. Era um dos apoiadores da ocupação do lote 83.

Antes, em 5 de julho, Edinaldo Alves Moreira, conhecido por Lourinho, logo depois de chegar em Anapu vindo do Lote 83, foi para uma festa. Em cinco minutos uma pessoa chegou em uma moto e o matou.

No dia 21 de agosto, um senhor conhecido como 'Choque', ocupante do lote 83, deixou a área e foi para Marabá (PA). Lá foi assassinado na noite desse mesmo dia.

Além destes seis assassinatos, ocorridos no lote 83, no dia 10 de outubro, foi morto Hercules Santos de Souza, de 17 anos, filho de ocupantes do lot 46. Foi assassinado em praça pública de Anapu, depois de sair duma festa, a família vinha recebendo ameaças.

Em meados de novembro, um jovem identificado como Willis, foi encontrado morto na estrada que leva ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, o assentamento fundado por Dorothy Stang. Era funcionário de uma empresa de segurança contratada pelo Incra, para evitar a invasão de madeireiros e grileiros.

O intrigante é que estes assassinatos deliberadamente ocorreram fora da área do conflito, para não serem caracterizados como decorrentes dos conflitos por terra. A polícia civil presta aos criminosos este serviço, atribuindo as mortes a quaisquer outros motivos.

Motos roubadas

Além das mortes, muitas outras formas de pressão e de violência têm sido utilizadas pelos fazendeiros e seus jagunços. Destruição de casas, roubo de pertences, vigilância armada sobre os que transitam nas estradas, expulsão do local onde as famílias estão acampadas e outras mais.

Um exemplo disso é o Lote 44. Ali está instalada a Fazenda Santa Maria. 38 famílias acampadas pleiteiam a incorporação do imóvel à reforma agrária. Está em fase adiantada o processo de cancelamento do CATP

- Contrato de Alienação de Terras Públicas - deste lote. Mesmo assim as famílias sofrem perseguição: roças têm sido destruídas, casas queimadas e as famílias ameaçadas. Em 02 de julho, sete homens com coletes à prova de bala e capacetes na cabeça chegaram em dois carros. Desceram disparando tiros. Depois localizaram as motos dos que trabalhavam na área e as levaram. No dia seguinte, 03 de julho, o delegado da Polícia Civil de Anapu, Elcio Fidelis de Deus, se recusou a registrar a ocorrência do furto das motos alegando que as mesmas estavam em Altamira (PA). Na saída da delegacia os trabalhadores foram filmados.

Carreata de repressão

Nas proximidades do lote 46, desde maio do corrente ano, 32 famílias sem-terra acamparam pleiteando a destinação do lote para reforma agrária. O pretenso proprietário é Carlos Antônio Martins, o Carlinhos Galo.

Em 29 de agosto, fazendeiros, em mais de 15 carros, acompanharam "o proprietário" até a área. Lá chegando, durante quase cinco minutos, dispararam suas armas de fogo. Depois invadiram os barracos das 32 famílias e destruíram ferramentas e pertences pessoais. Roubaram celulares e queimaram os barracos.

O jovem Hercules, assassinado no dia 10 de outubro, era filho de ocupantes deste lote. Sua família vinha sendo ameaçada por ter denunciado a presença de pistoleiros na área. Inclusive havia feito a denúncia para a Ouvidoria Agrária, em Anapu.

De lá a carreata rumou para a área da Mata Preta onde estão situados os lotes 69, 71 e 73, área ocupada desde 2006 por famílias sem terra e já em processo de ser retomada pelo Incra. Os participantes da carreata aterrorizaram as famílias apontando armas, gritando e ameaçando de destruição. As famílias há muito tempo vinham sofrendo constantes pressões e ameaças de expulsão por parte da empresa Participações Santa Helena, de propriedade de Carlos Roberto Fleck. No último final de semana de maio, capangas armados haviam serrado as duas pontas duma ponte na vicinal que dá acesso à área.

A carreata não se deteve ali. Passou para o outro lado da Transamazônica, na Gleba Belo Monte, nos Lotes 103 e 105, onde depois de ameaçar matar as pessoas que ocupavam a área, as expulsaram. Os dois lotes têm como pretenso proprietário o mesmo Carlos Roberto Fleck, que se apresenta como dono dos lotes da Mata Preta.

O que está por trás de toda a violência

Um dos instrumentos criados pelos governos da Ditadura Militar foi o de oferecer, a quem se interessasse, terras na Amazônia com o objetivo de ocupar a região e de desenvolvê-la. Para isso criou o que se denominou de CATP – Contratos de Alienação de Terras Públicas. Conforme assinala o professor em Direito Agrário, Hélio Roberto Novoa da Costa, mais de 1,5 milhões de hectares foram assim alienados: "Muitos através de prepostos adquiriram lotes que sequer tiveram a intenção de um dia saber se efetivamente existiam ou não, isto é: empestaram ou alugaram seus nomes para experts da grilagem, que não tinham outro objetivo senão locupletarem-se da inoperância da fiscalização oficial".

Neste contrato constava uma cláusula que dispunha que havendo descumprimento de qualquer das obrigações assumidas, extinguia-se automaticamente o direito à propriedade do imóvel, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Em 1975, o Incra abriu licitação para a venda de áreas entre 810 e 3 mil hectares no estado do Pará, às margens da rodovia Transamazônica. O edital de concorrência nº 03/75 abriu a possibilidade de compra de lotes nas glebas Belo Monte e Bacajá, as duas situadas entre as cidades de Altamira e Marabá. As grandes extensões de terra atraíram pessoas interessadas em explorar a madeira da floresta ou atuar no ramo da agropecuária.

A gleba Belo Monte, com 510 mil hectares, fica ao norte da estrada. Localizada ao sul da Transamazônica, a Bacajá tem 210 mil hectares. Hoje, as duas pertencem ao município de Anapu. Ao todo 180 lotes de áreas individuais foram licitados. Muito poucas foram as áreas que cumpriram os termos do contrato, por isso mesmo deveriam ter retornado ao domínio da União.

Entre 1980 e 1981, o Incra vistoriou as áreas e encontrou muitos lotes em situação de completo abandono. A partir daí entrou com ações na Justiça para cancelar o registro imobiliário destas áreas. Desta forma foram recuperados vários lotes que deram origem aos PDSs - Projetos de Desenvolvimento Sustentável – Esperança, na Gleba Bacajá, e o Virola Jatobá, na Gleba Belo Monte. A grande maioria dos lotes, mesmo ocupados, é terra pública, pois os termos do CATP praticamente não foram cumpridos, e houve transferência dos lotes para terceiros, sem anuência do INCRA, o que não era permitido.

Os conflitos em Anapu e em outros municípios do Pará, bem como muitos dos conflitos que ocorrem no sul da Rondônia, como o de Vilhena, onde cinco pessoas foram assassinadas em 17 de outubro, estão relacionados a conflitos em áreas que deveriam ter retornado ao domínio da União, por não terem sido cumpridos os termos do CATP. Segundo Nota da CPT Nacional, a solução para o fim da violência é o cancelamento dos CATPs, destinando as áreas para a reforma agrária.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ROMARIAS 2015

"Eu sou teu povo, sou.

Foi um ano de diversas Romarias. De continuidade e também surgimento de novas Romarias. Cerca de 70 mil pessoas presentes. De Norte a Sul do Brasil.

ELVIS MARQUES*

"Salve, salve a caminhada! Salve, salve a romaria! Em busca da nova aurora de um novo dia", canta Zé Vicente, assim como cantaram milhares de romeiros e romeiras ao longo de 2015. Cerca de 70 mil pessoas participaram, neste ano, das 17 romarias das quais a Secretaria Nacional da CPT recebeu informações. De Norte a Sul, em todas as regiões do Brasil, lá estava o povo em romaria. E "bendita seja esta marcha dos romeiros da esperança", como já dizia Vicente. Algo que ficou nítido nas romarias é que apesar da "conjuntura" de escuridão no campo e na cidade, vimos o povo gritar, e bem alto, de uma forma ou de outra, "Faz escuro, mas cantamos".

Ao observar os temas e lemas das romarias deste ano percebe-se a forte presença das memórias, rebeldias e esperanças dos/as mártires da caminhada. Mártires estampados nos rostos de romeiros e romeiras, em suas falas, ou em camisetas, faixas, estandartes, bandeiras e quadros. Também ficou evidenciada, nas romarias, a força e a luta das comunidades tradicionais pelos territórios livres e pelo bem viver, o acesso à água, e o repúdio aos "projetos da morte" que têm passado por cima da vida de tanta gente. Outro ponto que se destaca nas romarias – e é quase, senão unânime – são os momentos preparativos de formação que as antecedem. Assim como os espaços de formação que ocorrem ao longo de um evento como esse.

Na Bahia, região de Campo Alegre de Lourdes, as comunidades entoaram:

Foto: Facebook da Romaria do Centenário do Contestado

"Sim à vida e não para mineração", durante Romaria do Sul da Bahia. E por falar em Bahia, apenas neste estado aconteceram quatro romarias – em Bom Jesus da Lapa, Puxim, Correntina e Campo Alegre de Lourdes. Entre os dias 3 e 5 de julho ocorreu a 38º edição da tradicional Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa, que trouxe como tema "Defender as águas, um direito sagrado". Foram cerca de sete mil participantes. Durante a programação da romaria aconteceram os "Plenarinhos" – espaços de debates já tradicionais no evento, que esse ano homenageou religiosos/as que dedicaram suas vidas às causas do povo.

Em Timbó Grande, no estado de Santa Catarina, mesmo com uma manhã gelada, cerca de 10 mil romeiros e romeiras se reuniram para fazerem memória dos milhares de caboclos e caboclas que morreram na luta do Contestado, há 100 anos. "Redutos de resistência, esperança e encantamento da vida" foi o lema da Romaria do Centenário do Contestado, que ocorreu no dia 13 de setembro. Dom João Salm, bispo da Diocese de Tubarão (SC), ressaltou que a Romaria foi "um momento em que tomamos consciência de uma verdade histórica, pois as lutas fazem parte da história da humanidade; lutas por oportunidades, por aquilo que não concordamos e que não está de acordo com o evangelho. É uma forma de proclamar em voz alta que não nos conformamos com aquilo que não nos dignifica".

Foto: Thomas Bauer

Foto: Elvis Marques

Representantes de aproximadamente 70 Dioceses de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul estiveram presentes no Centenário do Contestado. "A experiência do Contestado inspira a CPT, nestes seus 40 anos, para que continue sendo profética, servidora, solidária, companheira diária dos povos da terra, das águas e das florestas, igualmente perseguidos hoje, como foram há 100 anos atrás", afirmou Thiago Valentim, da coordenação executiva nacional da CPT, que participou da romaria.

Mártires Presentes Na Luta!

"Se calarem a voz dos profetas, as pedras falarão!". Este foi o tema da 14ª Romaria da Terra e da Água Padre Josimo, realizada em Colinas do Tocantins, nos dias 8 e 9 de maio, quando cerca de mil pessoas participaram – entre os presentes estava Dona Olinda, mãe de Josimo.

O lema desta romaria do Tocantins, retirado de um canto, quando entoado pelo povo, certamente se confunde com as histórias e lutas de tantos mártires que estiveram, e estão, presentes na luta de seu povo, que jamais deixa a memória desses lutadores/as morrerem. "Evocar os mártires da terra é evocar a ancestralidade da luta. Traz para a gente a força para continuar e seguir lutando pelos que virão. Nós somos o fruto da semente que esses mártires plantaram", ressalta Vanúbia Oliveira, da CPT Paraíba.

No dia 12 de setembro, a CPT do Espírito Santo realizou a primeira Romaria dos Mártires, que fez memória dos 26 anos do assassinato de Valdício Barbosa, conhecido como Léo. Ele foi assassinado em 1989, no município de Pedro Canário. Crime impune, que prescreveu e teve processo arquivado. História que se repete no campo brasileiro. A Pastoral e a família de Léo organizaram a Romaria no sentido de resgatar a memória dele, que contribuiu com a luta de muitos trabalhadores/as da região.

O município rondoniense de Machadinho do Oeste recebeu mais de setenta ônibus e centenas de carros com pessoas de todos os cantos do estado para a 10ª Romaria da Terra e das Águas de Rondônia, ocorrida no dia 23 de agosto. Foram mais de quatro mil pessoas presentes. Segundo a CPT-RO, "a Romaria foi mais um momento histórico, com a principal missão de replantar em cada coração um jeito de ser Igreja, comprometida com a caminhada do povo pobre". Neste ano se completaram 30 anos de sua morte martírio de padre Ezequiel Ramin foi lembrado. Na oportunidade, foi apresentado um vídeo sobre o pedido de beatificação do religioso pela Igreja.

Ao longo de 30 anos de registros e publicação do "Conflitos no Campo Brasil", pela CPT, pelo menos 1.723 homens e mulheres tombaram no campo. Esta realidade de violência e de massacres sofridos pelos camponeses/as é, com certeza, um dos motivos pelo qual a CPT reafirma a importância de trazer presente a memória daqueles/as que morreram em defesa da vida. "Os mártires viveram a radicalidade de Jesus", ressalta Ruben Siqueira, da coordenação executiva nacional da CPT. "Para nós, a memória desses mártires é a reatualização da memória de Jesus, que se doou totalmente até o martírio pela vida dos outros. O sangue derramado na luta pela terra é sempre relembrado por nós, para que ele nos fortaleça", complementou.

ROMARIAS 2015

Em romaria, vou"

Romarias do Cerrado

E no Cerrado vimos surgir, em forma de romaria, o grito dos povos e comunidades do Cerrado – já são quatro romarias do Cerrado do ano passado até hoje. No município de Correntina, oeste da Bahia, aconteceu a segunda Semana do Cerrado, entre os dias 7 e 11 de setembro. Ao longo dessa semana ocorreram, entre outros eventos, o IV Seminário e a 2ª Romaria do Cerrado – cerca de 2 mil pessoas participaram. "Em menos de 50 anos, o avanço do agronegócio nos Cerrados, em especial no oeste baiano, consumiu cerca de metade do que a natureza gastou milhões de anos para criar e existia há 65 milhões de anos", destacou a Carta Final da Romaria. Para contrapor esse "sistema da morte", a Romaria debateu o tema "Cerrado em Pé: a Vida brota das Águas".

Já Cuiabá, no Mato Grosso, acolheu a 1ª Romaria das Comunidades e Povos do Cerrado, que aconteceu juntamente com o 21º Grito dos Excluídos. A Romaria teve como tema "Um grito dos excluídos na cidade e no campo do Mato Grosso". Cerca de 500 romeiros e romeiras caminharam pelas ruas do Centro Político Administrativo da capital. Os/as caminhantes realizaram cinco paradas em frente a órgãos públicos, onde cruzes eram fixadas no chão – ao som da canção de Chico Buarque "Funeral de um lavrador" – simbolizando a luta, sacrifício e a resistência dos povos.

O Fórum de Cuiabá foi o palco final da Romaria. Espaço onde romeiros e romeiras, muitos despejados de suas terras, aproveitaram para protestarem contra as violações e violências do Judiciário estadual. Adriana Sant'Anna, juíza da Vara Agrária, foi chamada de "Miss Despejo", pois já emitiu diversas liminares de despejo contra trabalhadores e trabalhadoras rurais do estado. Ao fim, ainda foram lembradas as inúmeras pessoas assassinadas no campo. Várias cruzes foram colocadas no jardim do órgão.

O Santuário Nossa Senhora do Coco da Aparecida, em Balsas, no Maranhão, recebeu, nos dias 15 e 16 de agosto, a 1ª Romaria Diocesana do Cerrado, que teve como lema "Deus criou o Cerrado e a nós confiou o seu cuidado". Cada Paróquia participante, cerca de 17, ficou responsável por trabalhar, durante a romaria, um eixo temático, como: "Desmatamento e venenos trazem morte" e "Terra e Águas para a Vida e não para negócios!".

Foto: CPT Minas Gerais

Juventude

"O destaque da Romaria da Terra da nossa Diocese é a participação da Juventude, que foi de 90% dos romeiros", destacou a CPT Paraíba sobre presença dos/as jovens em sua 27ª Romaria da Terra, que ocorreu nos dias 31 de outubro e 1º de novembro. Tanto a presença como a participação da juventude nas romarias foram expressivas e ressaltadas em muitos relatos.

Antecedendo a 38ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul ocorreu a 10ª edição do Acampamento da Juventude, nos dias 15 e 16 de fevereiro, em David Canabarro. Cerca de 450 jovens participaram do encontro. A juventude refletiu, especialmente, sobre a questão da sucessão rural familiar. "Foi uma oportunidade a mais de ajudar a juventude a assumir e se sentir parte integrante e responsável na luta pela justiça e pela paz entre os povos. A força da juventude é fundamental nesta empreitada da vida", afirmou dom Altieri, então arcebispo metropolitano de Passo Fundo.

Durante a 38ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, o "Plenarinho da Juventude" contou com mais de 600 participantes, que refletiram sobre o tema: "Juventude e as Águas – Lutas e Vidas Sagradas".

As Romarias de 2015:

Romaria do Centenário do Contestado – Timbó Grande, Santa Catarina. 13 de setembro.
Romaria do Sul da Bahia – Puxim. 04 de outubro.
Romaria dos Mártires no Espírito Santo – Pedro Canário. 12 de setembro.
1º Romaria do Cerrado e Grito dos Excluídos – Cuiabá, Mato Grosso. 1º de setembro.
1º Romaria Diocesana do Cerrado – Balsas, Maranhão. 15 e 16 de agosto.
2º Romaria do Cerrado e IV Seminário/Semana do Cerrado – Correntina, Bahia. 07 a 11 de setembro.
5ª Romaria em Defesa da Vida – Campo Alegre de Lourdes, Bahia. 21 de junho.
7ª Romaria das Águas e da Terra - Delmiro Gouveia, Alagoas. 26 e 27 de setembro.
10ª Romaria da Terra e das Águas de Rondônia – Machadinho do Oeste. 23 de agosto.
12ª Romaria Estadual da Terra e das Águas do Maranhão – 17 e 18 de outubro.
14ª Romaria Padre Josimo – Colinas, Tocantins. 8 e 9 de maio
17ª Romaria da Terra e 1ª Romaria das Águas do Ceará – Viçosa do Ceará. 02 de agosto.
18ª Romaria da Terra e das Águas de Minas Gerais - Brejo dos Crioulos. 04 de outubro.
27ª Romaria da Terra da CPT da Arquidiocese da Paraíba – Sapé. 31 de outubro e 1º de novembro.
28ª Romaria da Terra e das Águas de Alagoas - Branquinha. 28 e 29 de novembro.
38ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul e 10º Acampamento da Juventude – David Canabarro. 17 de fevereiro
38ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa – Bahia. De 3 a 5 de julho.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ARTICULAÇÃO CPT's DO CERRADO

Povos e Comunidades do Cerrado dizem NÃO ao Matopiba

Em Carta Final do Encontro – endereçada à Sociedade, Presidência da República, e Congresso Nacional – participantes se manifestaram CONTRA o Matopiba.

ELVIS MARQUES*

Encontro Regional dos Povos e Comunidades do Cerrado aconteceu entre os dias 23 e 25 de novembro, no espaço de acolhida e formação Casa Dona Olinda, região de Araguaína, Tocantins. Cerca de 170 pessoas – entre camponeses/as, indígenas, geraizeiros, fundo e fecho de pasto, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores e outros – se reuniram ao longo desses dias para refletirem, a partir das experiências de resistência das comunidades do Cerrado, sobre o tema "Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba) e as consequências para os povos do Cerrado".

O PDA Matopiba foi criado por meio do Decreto Presidencial nº 8447, assinado pela presidenta Dilma Rousseff (PT) em maio de 2015. O Plano faz uma delimitação territorial que atinge todo o Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Com isso, o Matopiba abrangerá uma área de 143 milhões de hectares, sendo a maior parte de Cerrado, 90,94%; Amazônia, 7,27%; e 1,64% de Caatinga. "[O Matopiba] é uma política de agricultura nacional coordenada pelas grandes empresas do agronegócio, que negam os Territórios Tradicionais, além de transformarem todos os saberes, os Cerrados, a natureza e conhecimentos dos povos em mercadoria", ressalta Saulo Costa, agente da CPT no Maranhão.

Além de reunir comunidades da região atingida pelo Plano do governo, o evento contou com representantes de cerca de 40 organizações, entidades, sindicatos, movimentos sociais, universidades e outros. Paulo Alves, da Articulação Camponesa do Tocantins, enfatizou, no início do encontro, que "estamos neste encontro porque escolhemos defender a vida. A vida das pessoas. A vida dos animais e da natureza".

No primeiro dia do Encontro os participantes foram divididos em quatro grupos. Cada grupo foi assessorado por representantes de um estado, onde foram apresentadas experiências e ações de resistência das comunidades. Representantes do Piauí falaram sobre grilagem, Bahia discutiu a questão da água, as monoculturas ficaram com Tocantins e os impactos dos projetos de infraestrutura com Maranhão. As apresentações funcionaram como "alicerce" para subsidiar as discussões que estavam por vir, pois a partir dessas experiências foi possível realizar análise critica sobre o PDA e definir ações de resistência e fortalecimento das comunidades frente a mais esse projeto.

"Temos consciência que o Matopiba não trará benefício nenhum para nós. Para eles [Governo] nós somos um empecilho. Então nosso destino é a expulsão por parte desse projeto", afirmou o trabalhador João Ramos, de Campos Lindos (TO), durante plenária. Quilombola e militante do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), Mary falou sobre a resistência e articulação da TEIA dos Povos e Comunidades Tradicionais para fortalecer a luta das comunidades do Maranhão. E também tem se articulado para contribuir com a luta das comunidades de outros estados ou em momentos de conflitos", destacou.

Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

Aos participantes, o professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Atamis Antônio Foschieta, explicou que ainda são poucas as informações divulgadas pelo governo sobre o projeto. "A ideia sobre o Matopiba é algo muito vago. Até o momento destaca-se apenas a sua delimitação. E os objetivos apresentados são genéricos", ressaltou o professor, que disse ainda que o Matopiba "destaca a produção que não insere a grande maioria dos camponeses".

Gleba Tauá

A história de Dona Raimunda, 73 anos, participante do encontro e moradora da Gleba Tauá, em Barra do Ouro, ilustra bem os conflitos que envolvem as comunidades e a incessante destruição do bioma por parte de grileiros e latifundiários. Sua história e a de outras 40 famílias que vivem na Gleba há mais de meio século, comoveu a todos. Ela sofreu ação de despejo, em 13 novembro, por ordem emitida pelo juiz Luatom Bezerra Adelino de Lima. Dona Raimunda teve sua casa destruída pelo trator do fazendeiro, e sete pessoas foram detidas durante ação truculenta da polícia.

O despejo foi realizado em favor do empresário catarinense Emilio Binotto, o qual grilou a área para plantar soja, milho e criar gado. Desde sua chegada à região, a Gleba Tauá tem sido o alvo constante de desmatamento que pode atingir 11 mil hectares. Rios, córregos e nascentes estão desaparecendo devido ao assoreamento ocasionado pela devastação do bioma.

Encerramento

Ao fim do Encontro, Dom Enemésio Lazzaris, bispo de Balsas (MA) e presidente da CPT, fez uma relação sobre as experiências de conflitos e de resistência partilhados pelas comunidades com uma reflexão do Papa Francisco, divulgada esse ano, em que ele condena a forma como as empresas de mineração tratam a população. "[...] Um grito de tristeza e de impotência pela poluição das águas, do ar e dos solos [...]". Mensagem que, segundo Dom Enemésio, pode ser estendida aos povos e comunidades do Cerrado.

Em uma clareira de uma mata, em meio à transição entre Amazônia e Cerrado, e às margens do Rio Lontra, o encontro foi encerrado com um ritual conduzido pelos indígenas Apinajé e Krahô.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Nuestra América

Colômbia

Comunidades camponesas denunciam repressão

Comunidades camponesas denunciam que o Exército constantemente viola seus direitos. Sete mil camponeses foram presos por defender suas terras ou perseguidos por denunciar a exploração dos recursos naturais, segundo dados do porta-voz nacional da Marcha Patriótica e defensor dos Direitos Humanos, Andrés Gil. Em menos de duas semanas, dois camponeses colombianos perderam suas vidas.

Miller Bermeo Acosta, de 20 anos, morreu no dia 19 de novembro, assassinado pelo exército colombiano, em El Mango, zona rural de Argelia, Cauca. Um conhecido defensor dos direitos humanos no país e líder social, Daniel Abril, foi assassinado no dia 13 de novembro em Trinidad, Casanare, por paramilitares. Ele havia se destacado no país por sua posição a favor das comunidades impactadas pela indústria petroleira e pela proteção dos recursos naturais da região. Um líder e conselheiro da Associação de Conselhos Indígenas do Norte de Cauca, Feliciano Valencia, sofreu um atentado no dia 16 de novembro, no local onde permanece preso injustamente. Ele tem se destacado por defender e visibilizar os direitos indígenas.

Fabián Laverde, defensor dos direitos humanos na Colômbia, em entrevista a TeleSur, explicou vários elementos importantes sobre esses conflitos. "Em primeiro lugar, a negação do governo nacional em reconhecer que existe paramilitarismo. Em segundo, há uma negligência absoluta frente às denúncias que enquanto movimentos sociais realizamos, sobre as situações de ameaças e as ações concretas contra os habitantes desses territórios". A maioria dos líderes camponeses e indígenas é perseguida, desaparece ou é assassinada por denunciar a exploração, o saque de recursos naturais e a contaminação provocada pelas empresas transnacionais em suas regiões.

Cuba

Escola Camponesa Multimídia lança vídeo de curso metodológico sobre Agroecologia

A Via Campesina Internacional, a Associação nacional de Pequenos Agricultores (ANAP) e o Coletivo Komanilel lançaram no final do mês de novembro o vídeo do Curso Metodológico Virtual "Escola Camponesa Multimídia: uma ferramenta audiovisual para difundir a agroecologia". A expansão da agroecologia é uma prioridade para as organizações que integram a Via Campesina em todo o mundo, e para consolidar esse processo estão sendo organizadas Escolas para a formação agroecológica desde a perspectiva política, até a técnica e metodológica em todos os países onde a Via Campesina está presente. E exatamente para contribuir com esse processo formativo que foram elaborados materiais multimídias, que incluem bibliografia e uma série de vídeos, que tem por objetivo facilitar a incorporação de conceitos e práticas da metodologia "Camponês a Camponês" (CaC), tomando Cuba como um exemplo de sucesso para motivar outras organizações a propagarem a agroecologia.

Todo esse material pode ser visto através do site http://agroecologia.espora.org.

Paraguai

I jornada de Agroecologia do IALA Guarani

Na capital Paraguaia foi realizada a I Jornada de Agroecologia do IALA Guarani, no dia 2 de dezembro. Com o objetivo de fortalecer a política de aliança com as demais organizações do campo e da cidade, e melhorar a unidade e solidariedade entre elas, o IALA organizou uma jornada de debates e intercâmbio de saberes em torno a Agroecologia, juntamente às atividades acadêmicas e de formação dos e das educandas do Instituto. O IALA Guarani busca, através deste evento, despertar a importância que tem para os povos e para toda a humanidade, a agroecologia como uma forma de ver e de nos vermos na vida.

Durante a jornada, militantes da Organização de Luta pela Terra (OLT) colocaram à disposição produtos provenientes de seus produtores associados para o público consumidor consciente, que prefere a agricultura camponesa, livre de agrotóxicos, ao invés dos produtos da indústria alimentícia.

Comunidades de Oaxaca, México, proíbem mineradoras em seus territórios

Foto: Desiformemonos

Nove comunidades, além de áreas de produção comum, nos vales centrais de Oaxaca declararam ser proibida a mineração em seus territórios. 90% de suas terras foram concedidos a empresas para exploração mineral, segundo denúncias dos membros dessas comunidades, em coletiva de imprensa realizada em Oaxaca, no início de dezembro.

Representantes das comunidades de Ejutla, Ocotlán e Tlacolula, entre outras, anunciaram que proíbem de maneira estrita a emissão de autorizações para a realização de estudos de prospecção, exploração e aproveitamento mineral na região. Assim como, também, o ingresso de trabalhadores sem seu consentimento em suas terras. "Assumimos o compromisso de defender regionalmente nosso território de maneira pacífica, organizada e por todos os meios legais, a partir de nossos territórios comuns, declarando-os como territórios proibidos para a mineração, com base em Assembleias Agrárias formalmente convocadas", frisou um dos representantes das comunidades durante a coletiva.

Somente em Oaxaca há mais de 350 concessões minerais, algumas já em processo de aproveitamento, e os Vales Centrais são a região mais afetada do território concedido.

PÁGINA BÍBLICA

A teologia e a mãe: a Ressurreição

Nesta edição se encerra a longa caminhada que junto com Sandro Gallazzi fizemos, desde a edição de janeiro a março de 2010, pelo Antigo Testamento. A partir do próximo número com Sandro vamos trilhar os caminhos de Jesus, suas palavras, suas escolhas, o confronto com o templo que o leva à morte. Depois vamos acompanhar as primeiras comunidades no seguimento de Jesus

SANDRO GALLAZZI*

Ilustração: Cerezo Barredo

A primeira vez que aparece nos textos do primeiro testamento uma afirmação clara da fé na Ressurreição está no segundo livro de Macabeus. A mãe de sete filhos que são mortos por sua fidelidade ao Senhor é quem proclama esta fé. É o que vamos ver a seguir:

A última contribuição do Antigo Testamento se dá a partir de uma mãe de sete filhos (símbolo do povo). Encontra-se no capítulo 7 do segundo livro dos Macabeus. É a teologia da ressurreição. Até este momento, o conceito de ressurreição não aparece no Antigo Testamento. É a mãe quem o introduz. Ao hebreu nunca lhe preocupou a morte natural de quem "deve" morrer: o velho, o doente, um acidentado... Esses morrem e vão à casa dos mortos junto com tudo o que morre.

O que o questiona é a morte de quem não devia morrer, a morte de um jovem guerrilheiro que lutava por um motivo justo e o mataram. Pergunta-se então, onde está Deus, será mais forte que Deus, o que mata e se Deus não defende a vida dos seus. O que questiona a teologia é a morte do companheiro que não tinha que morrer. No momento da luta dos Macabeus isto foi crucial.

Neste momento a resposta sai da mulher. O ventre da mulher é o lugar teológico da fé desta mulher, ao ver a morte de seus filhos que morrem injustamente. A história põe esta mãe diante do imperador Antíoco Epífanes, que quer dizer manifestação de Deus. Um diante do outro, e no meio, o fogo de um forno.

Ela com seus sete filhos serão torturados para que reneguem a Deus. Os filhos são estimulados pela mãe para resistir enquanto um a um são massacrados, até o último. Ela diz a seus filhos: "Não tenham medo, eu não sei como, mas se Deus te deu a vida por meu ventre, Ele, de alguma forma, saberá dá-la de novo". Tem a certeza de que a vida vence a morte. A mulher faz isto com a mesma coragem do homem, mas com pensamento, com cabeça de mulher. Ela tem a certeza de que a força do imperador não será capaz de arrancar da mão de Deus, a vida dos seus.

Ressurreição não é resultado do pensamento filosófico que descobre a imortalidade da alma: a teologia espúria dizia ao pobre que ficasse quieto, porque depois iria viver melhor, quando morresse. A teologia da ressurreição é outra coisa, completamente diferente: é o grito da mãe que sabe que a morte na luta não é o fim, que se há de continuar lutando. A dominação continua, mas embaixo o povo continua resistindo, fazendo memória, produzindo fatos. Sobretudo, graças às mulheres.

Na mesma fé de Maria, na mesma linha de Judite, Ester, Rute, a Sulamita, a da mãe que sabe sempre proclamar, enquanto o templo fica calado, com Zacarias, a grandeza do Senhor. É o resumo do Deus do Êxodo. Terminamos assim o Antigo Testamento. A profecia não morreu, transformou-se em parábolas. Parábolas das mulheres, parábolas de Jesus, memória de uma longa resistência contra a dominação do Templo. O Templo vai matar Jesus, mas sua morte é o fim do templo: "No mesmo instante o véu do templo se rasgou em dois de alto abaixo". Nunca devemos cair na tentação de consertá-lo de novo!

*Assessor da CPT.

50 ANOS DO PACTO DAS CATACUMBAS

Pacto das Catacumbas: viver pobre a serviço das causas dos pobres

LUCIANO BERNARDI*

Fazer memória do chamado "pacto das Catacumbas", para várias pessoas da minha geração, além da memória de um momento empolgante da igreja católica, significa fazer ressoar na realidade de hoje, posturas e atitudes concretas sintonizadas com o evangelho e a prática de Jesus. Com este nome é conhecida uma articulação de bispos que veio crescendo durante a celebração do Concílio Ecumênico Vaticano II, evento que reuniu em Roma os bispos católicos do mundo inteiro. Antes do encerramento deste evento, que durou quatro anos (1962-1965) em quatro sessões, uma por ano, um grupo de bispos fizeram este "pacto" celebrado num dos lugares mais significativos onde se reuniam as primeiras comunidades cristãs, ao redor de seus mártires, sepultados nestes cemitérios comuns subterrâneos. A articulação surgiu espontânea, entre os bispos que assinaram este pacto e outros que se agregaram em seguida; o que os unia era a vontade firme de viverem, por coerência com o Evangelho, mais pobremente e a serviço das grandes causas dos pobres.

Cinquenta anos atrás, este pacto provocou na história pessoal dos meus 19 anos e na história de muitos jovens, surpresa e entusiasmo. A assembleia dos bispos em Medellín (1968) proclamou, em alto e bom som, "a opção preferencial pelos pobres" e convidou também bispos e a igreja em geral a viver pobremente, com indicações que eram um eco claro do Pacto das Catacumbas.

Nós, que fazemos memória deste pacto, não conseguimos esquecer a angústia e o momento delicado pelo qual passamos no final dos anos 80 e em seguida... quando fomos investidos por uma sensação de isolamento, quando não de condenação da teologia da libertação que estava dando seus primeiros passos em direção à espiritualidade do pacto das catacumbas.

Não se pode negar, na nossa visão, que houve um desacerto entre a visão e a metodologia, que se solidificaram, ao redor de papa João Paulo II e Bento XVI em vista da continuidade e da manutenção. Ainda hoje, no meio do episcopado, há dificuldade em reconhecer que o Concílio Vaticano II, o mesmo que "originou "o "pacto das Catacumbas", com suas propostas concretas e históricas, fruto do Espírito e encarnadas, estava apontando outros passos de uma nova floração para a velha árvore eclesial... e não somente para uma reciclagem. E de uma coisa eu tenho certeza: entre os germes abençoados que fizeram brotar a CPT e outras pastorais dirigidas aos pobres, com certeza, está o "pacto das catacumbas"!

*Coordenador da CPT Bahia.

ARTIGO

Campanha dos 40 anos da CPT

THIAGO VALENTIM*

Em 22 de junho de 2015 a CPT iniciou o ano de comemoração de seus 40 anos de fundação, naquele encontro de pastoral da Amazônia, realizado em Goiânia, criada para estar a serviço dos povos do campo, das águas e das florestas, de maneira solidária e profética. E deu certo! O 4º Congresso da CPT, realizado em Porto Velho/RO, de 12 a 17 de julho de 2015, celebrou a Memória, Rebeldia e Esperança dos pobres da terra e a história da CPT nestes 40 anos, bradando em alta voz: Faz escuro, mas eu canto!

Este é um momento forte de celebração, de avaliação da caminhada e de planejamento para os próximos anos, a partir dos enormes desafios que estão a nossa frente. A data é simbólica. São 40 anos de longa história e nos remete à simbologia dos 40 anos do êxodo do povo hebreu saído da casa da escravidão egípcia (cf. Ex 14). Eram hapirus, camponeses marginalizados que, em algum momento da história, se rebelaram contra a opressão e fizeram seu êxodo em busca da terra da libertação. 40 anos revela um tempo longo e difícil. Assim como não foi fácil para o povo hebreu e outros povos que fizeram seus êxodos, também não o foi para a CPT, mas são 40 anos de muita resistência e muito aprendizado. O êxodo continua até hoje e, por isso mesmo, a CPT existe e quer continuar existindo, para assumir junto com as pessoas empobrecidas a luta pela vida. Na fala do Papa Francisco, no seu discurso aos movimentos populares no Vaticano em 28 de outubro de 2014, nos sentimos fortalecidos e motivados a continuar sendo CPT: "Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos". A luta por direitos, no campo ou na cidade, é necessária, justa e evangélica, pois segue os passos e as inspirações de Jesus de Nazaré.

Um dos desafios cada vez mais urgentes é a sustentabilidade da CPT, entendida de forma integral, ou seja, sustentabilidade humana, pastoral, política e financeira. Para responder esse desafio, a CPT decidiu lançar em 2016 a Campanha dos 40 anos, com os seguintes objetivos:

1) Dar visibilidade às causas que a CPT acompanha e sensibilizar as pessoas para o apoio às comunidades que lutam por seus direitos no campo;
2) Fortalecer a identidade pastoral;
3) Deixar claro qual a missão da CPT para a sociedade, às Igrejas, organizações parceiras e agentes da pastoral, a fim de ampliar as contribuições financeiras, para que a CPT possa continuar desenvolvendo sua missão.

São várias organizações, como a CPT, que atuam no campo, assumem as lutas de comunidades vulnerabilizadas e que tem cada vez mais dificuldades de sustentar-se financeiramente. As necessidades são cada vez maiores para manter a estrutura necessária que dê suporte ao trabalho de base. A cooperação internacional já contribuiu muito, mas amplia seu apoio para outras regiões do mundo, diminuindo o apoio às organizações do Brasil, por diversas razões. Dessa maneira, está posto o desafio de mobilizar recursos localmente. A CPT entende que, por sua própria missão, não deve acessar qualquer recurso, sem uma séria avaliação das fontes e de quais consequências cada recurso poderá trazer para a coerência e missão da pastoral. Contudo, estamos apostando na mobilização de recursos através de pessoas físicas e de entidades parceiras que acreditam e apoiam a missão da CPT, se solidarizam com os povos do campo e, do pouco que têm, se dispõem a contribuir.

São 40 anos de história. Mas não é simplesmente pelos 40 anos que decidimos realizar uma Campanha de mobilização de recursos, mas pela necessidade urgente que temos para continuar sendo presença solidária, fraterna, afetiva, ecumênica junto ao povo. A força, a resistência, a luta, a esperança que marcam a vida dos nossos povos não nos deixam desistir de lutar por justiça e mais vida no campo, e nos levam a buscar os instrumentos possíveis para continuar garantindo essa presença de forma mais sólida. A CPT, em todos os cantos do Brasil onde está presente, nunca deixou de realizar sua missão por falta de recursos financeiros. Sabemos do empenho de tantos agentes, homens e mulheres, no esforço de visitar comunidades, fazer mobilização, construir articulações, estar presente nos momentos mais difíceis da vida do povo, mas também nos momentos de alegria, de celebração, não raro utilizando de seus poucos recursos próprios para garantir despesas de atividades e em situações de risco, inclusive para a própria vida. Isso revela um sentimento de compromisso forte com a missão que assume. No entanto, sabemos que quando os recursos financeiros diminuem ou acabam, fica mais difícil manter uma presença ativa.

A história da CPT é feita de pessoas pela Pastoral durante estes 40 anos. Muitas comunidades foram acompanhadas. Várias ações foram se consolidando ao longo dos anos, como a produção do *Conflitos no Campo Brasil*, que há 30 anos vem sendo um instrumento valioso de registro dos conflitos no campo e denúncia, utilizado por comunidades, pastorais, movimentos sociais, pesquisadores. Somos agradecidos por todo o reconhecimento que a CPT tem da parte de vários setores da sociedade e de pessoas. Esperamos contar, portanto, nesta Campanha, com todas as pessoas que acreditam na CPT e desejam que ela continue prestando esse serviço educativo e transformador. Cada pessoa pode contribuir financeiramente, mas também sendo um agente voluntário da Campanha, animando onde vive, no trabalho, divulgando nas redes sociais, informando a parentes e amigos e de outras maneiras oportunas e possíveis.

A Campanha está sendo preparada para ser lançada em abril de 2016, durante o Conselho Nacional da CPT e queremos intensificá-la durante os meses de junho e julho de 2016, com várias atividades em nível nacional e nos regionais. Serão indicadas diversas maneiras de contribuir com a Campanha, seja de forma financeira espontânea ou continuada, seja como agente multiplicador da Campanha. Nas mídias sociais da CPT ou com os vários agentes nos regionais será possível obter informações, adquirir material, colocar-se à disposição para contribuir nas diversas atividades. Contamos com você. As comunidades camponesas, povos e comunidades tradicionais contam com o seu apoio, a sua solidariedade. Uma boa Campanha a todos nós!

*Coordenação Executiva Nacional da CPT.

Cultura

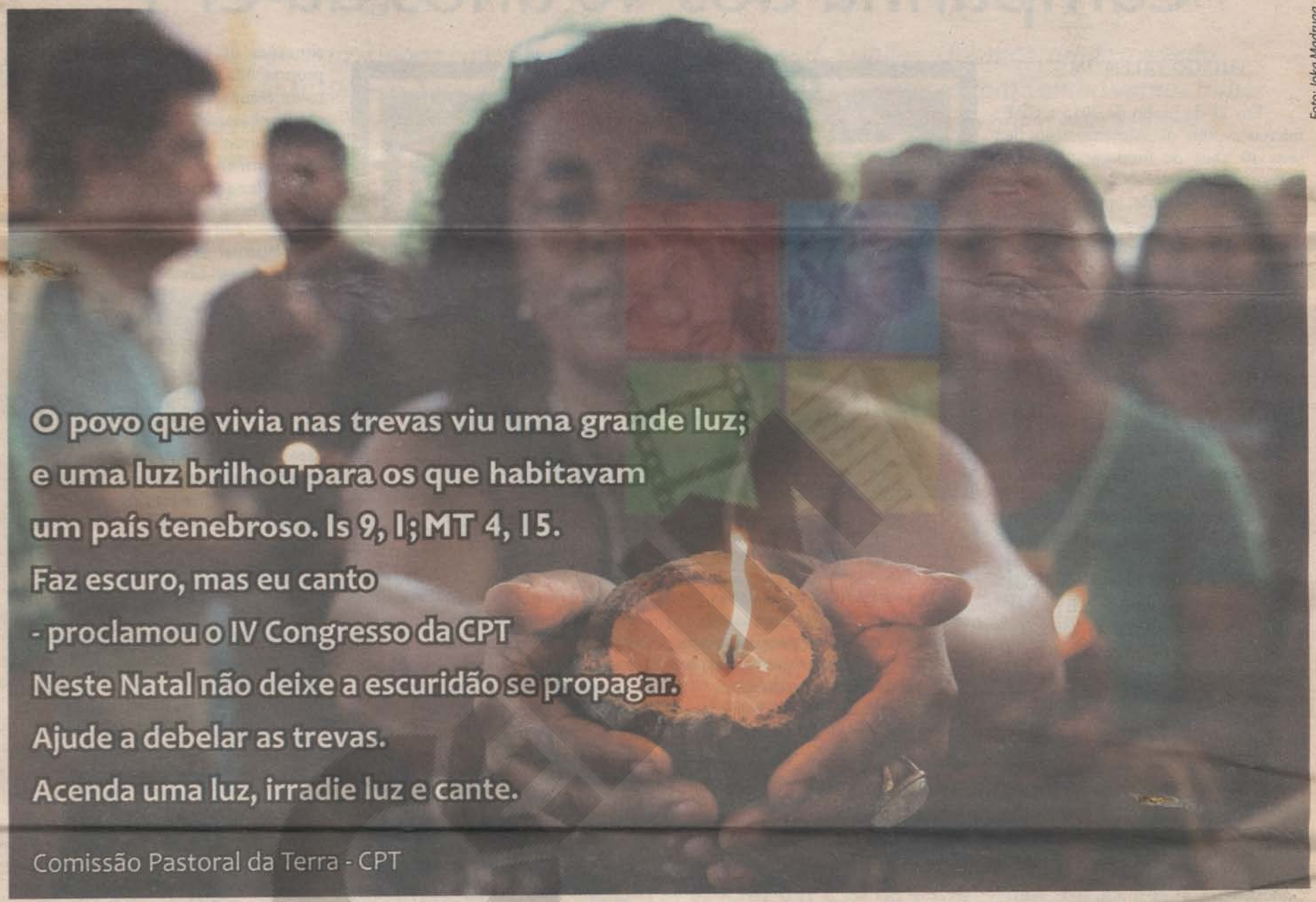


Foto: Joka Madruga

O povo que vivia nas trevas viu uma grande luz;
e uma luz brilhou para os que habitavam
um país tenebroso. Is 9, 1; MT 4, 15.
Faz escuro, mas eu canto
- proclamou o IV Congresso da CPT
Neste Natal não deixe a escuridão se propagar.
Ajude a debelar as trevas.
Acenda uma luz, irradie luz e cante.

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐	Brasil	R$	10,00
☐	Para o exterior	US$	20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta Postal Básica
9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO **VIA AÉREA**

MDPB A FATURAR
AGF JARDIM PLANALTO/GO

PASTORAL DA
TERRA

Comissão Pastoral da Terra | Outubro a Dezembro de 2016 | Ano 41 – Nº 226

Foto: Cristiana Passos/CPT Nacional

Agentes da CPT de todo o Brasil debatem a questão agrária atual

Págs.: 8 e 9

Foto: Joka Madruga

Lama que mata:

projeto audiovisual registra o crime da Samarco um ano depois

Pág.: 15

EDITORIAL

Que 2017 nos encontre alertas

2016 está chegando ao fim. Certamente vai passar para a história nacional como um dos anos mais obscuros e inquietantes.

O golpe perpetrado contra a democracia com o impedimento da Presidenta da República tinha como finalidade tentar encobrir os desmandos de grande parcela da classe política. Mas, o grupo que se apoderou do poder cada dia mais se chafurda na lama da corrupção, em nome do combate à qual teria sido afastada a presidenta.

Em poucos meses já são seis os ministros do governo ilegítimo, que tiveram de abandonar seus postos em meio a uma série de acusações. A corrupção é endêmica em nosso país, mas foi e está sendo usada para alijar do poder um partido que tinha como um dos princípios basilares de sua constituição o combate à mesma. Acabou cedendo aos encantos do poder e, para garantir "a governabilidade", se rodeou de pessoas e partidos historicamente escolados nas mais diversas formas de se apropriar dos bens comuns.

Como assinala a carta do Conselho Nacional da CPT, no final de outubro: "A derrubada do governo eleito foi a estratégia para desmontar garantias e direitos conquistados desde a Constituição de 1988, chamada 'cidadã'. Tudo para favorecer ainda mais o sistema predador dos bens da natureza e dos bens sociais dos homens e mulheres desta terra, de hoje e de amanhã. Rompe-se assim aquele pacto social constitucional, e tudo pode ilegitimamente acontecer contra o povo".

E estão aí as propostas de Emendas à Constituição, tanto a que coloca um teto para os gastos públicos tornando inviáveis no futuro a educação pública e o Sistema Único de Saúde, quanto a da Previdência que vai exigir dos trabalhadores e trabalhadoras para se aposentar muito mais tempo de serviço e menos benefícios.

Este é o caldo perfeito para a violência que cresce assustadoramente e para a impunidade que permanece inalterada. Isso fica claro quando se acompanha o caso do rompimento da barragem da Samarco que espalhou morte e destruição em toda a bacia do Rio Doce. Os atingidos aguardam solução.

Mas apesar do contexto quase trágico em que se vivemos encontramos força, alento, estímulo e esperança nas palavras que o Papa dirigiu aos movimentos populares que realizaram seu terceiro encontro no Vaticano, e na instituição pelo mesmo papa do Dia Mundial do Pobre.

Esta força também brota das diversas romarias da terra e das águas que se realizaram Brasil afora, do caminhar da Campanha em Defesa do Cerrado, do Encontro Nacional de Formação que a CPT realizou em Luziânia, GO, do II Encontro da Igreja Católica da Amazônia.

A esperança que nos anima, fez a CPT ecoar em atividade da ONU ligada aos Direitos Humanos, em Genebra, na Suíça, o clamor das famílias expulsas das Ilhas do Sirinhaém, no Pernambuco.

E quase no ocaso de 2016, o Comandante Fidel Castro se junta às figuras gloriosas que tentaram plantar nesta América "triste e ferida" sonhos de uma sociedade em que o ser humano é o centro das preocupações, não o capital.

Que 2017 nos encontre a todos alertas e dispostos a não nos deixar vencer pela apatia e o medo.

Boa leitura

PUBLICAÇÕES

CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança

Um livro sobre a história da Comissão Pastoral da Terra (CPT), seus desafios e contribuições para a organização dos trabalhadores rurais no Brasil. Dom Enemésio Lazzaris, presidente da CPT, explica que esse livro é resultado do IV Congresso Nacional, realizado em julho de 2015, em Porto Velho (RO), quando se celebraram junto a 800 representantes os 40 anos de história dessa pastoral. Em cada texto podemos ver o modo pelo qual o CPT procurou garantir que o homem e a mulher do campo definissem os rumos, objetivos e metas a seguir, como protagonistas de sua própria história. Uma análise sobre esses 40 anos de trajetória da CPT, que acompanhou esses lutadores brasileiros, não cegamente, mas com espírito crítico. O livro foi lançado no dia 24 de outubro, em Luziânia (GO), durante o Encontro Nacional de Formação da CPT.

Direitos Humanos no Brasil 2016

A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos lançou no dia 6 de dezembro, seu 17º relatório anual. O lançamento do livro foi no Sesc Bom Retiro, em São Paulo (SP). Durante o evento, foram homenageados o povo indígena Guarani-Kaiowá, os imigrantes, a pastora luterana Romi Márcia Bencke, o teólogo Leonardo Boff e a educadora popular Márcia Miranda, todos por suas atuações na defesa dos direitos humanos. O evento contou ainda com apresentações dos grupos musicais "As Despejadas", formado por mulheres de Guarulhos (SP), e "As Cantadeiras", formado por mulheres militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O relatório é publicado pela ONG em parceria com mais de 140 entidades desde os anos 2000 e, nesta edição, a temática principal são as consequências do impeachment da presidenta Dilma Rousseff na sociedade brasileira, com análises sobre as medidas antidemocráticas propostas por Temer na área da saúde, cultura e educação. Antônio Canuto, secretário da coordenação nacional da CPT, publicou no relatório um texto sobre os conflitos no campo, a violência e a criminalização de militantes sociais.

PASTORAL DA TERRA

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – **CEP.:** 74030-090.
Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.
www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André de Witte

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
Brot für die Welt
Development and Peace
CCFD
MISEREOR

ASSINATURAS
Anual R$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br

Fique Informado

Manoel Monteiro e o Pastoral da Terra

Se hoje fossemos contar a história do jornal da CPT, o Pastoral da Terra, com certeza teria um espaço dedicado a Manoel Monteiro dos Santos. Isso porque ele e a publicação têm uma longa relação. Mas hoje, infelizmente, escrevemos para dizer que fomos informados, recentemente, de sua morte.

Para entender essa história de parceria, é preciso voltar no tempo – 40 anos atrás. Era dezembro de 1976 quando os versos de Manoel foram publicados pela primeira vez no jornal, que havia nascido no ano anterior. Manoel, à época presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu (MG), participava das reuniões da CPT e sempre se mostrou muito atento ao que a entidade produzia.

Além de poeta, Manoel era, sem dúvida, o maior divulgador do nosso Pastoral da Terra. Em Vazante, onde morava, e nos municípios próximos, eram mais de 300 assinantes. Ele dizia que se interessou pela publicação desde sua primeira edição. Assinou o jornal, começou a divulgá-lo na região e a buscar novos assinantes. Segundo ele, a publicação trazia notícias que ajudavam na formação da consciência crítica dos trabalhadores.

Em 2011, seus versos foram novamente publicados no jornal, que também falou de sua relação com a publicação. Veja alguns dos seus versos: "O Brasil é muito grande, mas está em poucas mãos. Quem não trabalha tem dinheiro, o que trabalha não tem não".

Povos e comunidades tradicionais em luta em Brasília

Foto: Tiago Miotto - CIMI

Entre os dias 22 e 24 de novembro, vários pontos de Brasília foram ocupados por indígenas de vários estados (MA, BA, RS, SC e SP), pescadores e pescadoras artesanais, quilombolas e quebradeiras de coco. Organizadas pela Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, as pessoas protestaram contra a PEC 241-55/16 (PEC do Teto de Gastos), PEC 215/2000 (que transfere demarcações de Terras Indígenas para o Congresso) e o PL 4059/12, que libera a venda de terras para estrangeiros.

A primeira ação foi ocupar, na manhã do dia 22, o Palácio do Planalto. Após horas na sede do Executivo – período em que comida e água foram barradas aos manifestantes -, ministros decidiram receber um grupo de 30 lideranças. "Queremos uma posição mais efetiva do governo em relação à regularização das Terras Indígenas, quilombolas e os territórios pesqueiros, para reparar essa dívida que o Estado tem e garantir a proteção das espécies, dos povos e dos territórios", cobrou Kahú Pataxó.

Nos dias seguintes, indígenas e comunidades tradicionais protestaram na Esplanada dos Ministérios e na Câmara dos Deputados, local onde foram barrados pela Polícia Legislativa e impedidos de acompanhar a sessão da CPI da Funai e do Incra, que aconteceria no dia 23. Além de não poderem entrar na "Casa do Povo", foram reprimidos/as pelos policiais com spray de pimenta. Também tiveram ônibus com manifestantes parados, revistados e escoltados.

40 anos de CPT na Diocese de Juazeiro

Criada em 1976 por Dom José Rodrigues, com o objetivo de auxiliar e assessorar as famílias atingidas pela Barragem de Sobradinho, a CPT Juazeiro completou quatro décadas neste ano. Para comemorar esse período de atuação junto aos camponeses e camponesas da região, a Pastoral realizou, no dia 18 de novembro, seminário com o tema "40 anos de Luta pela Terra: da Barragem de Sobradinho aos Parques Eólicos".

Ao longo do dia, cerca de 150 pessoas debateram diversas temáticas relacionadas ao trabalho da pastoral, como os conflitos por terra e a luta dos trabalhadores do campo. Segundo Marina Rocha, agente da CPT, o seminário surgiu devido ao aumento dos conflitos de terra na região e a necessidade de dar visibilidade a esses problemas, sobretudo à luta dos/as camponeses/as.

Jean Pierre Leroy e Irmão Antônio Cechin presentes!

Jean Pierre Leroy morreu aos 77 anos no dia 10 de novembro, no Rio de Janeiro, vítima de câncer. Enfrentava a doença desde 2009. Por 40 anos se dedicou à FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Além disso, como bem lembrou a Nota da Coordenação Executiva Nacional da CPT, Jean "atuou em tantos espaços de luta e troca de saberes vitais. Francês naturalizado brasileiro, filósofo, ex-sacerdote Oblato de Maria Imaculada, socioambientalista, era, sobretudo, educador popular".

Sua atuação na Amazônia, iniciada em 1971, segundo a Nota, "foi inspiradora da criação da CPT nos moldes em que se deu, como pastoral popular inserida no quotidiano de trabalho e luta das comunidades camponesas [...]".

Alguns dias depois, em 16 de novembro, também perdemos Irmão Antônio Cechin, 89 anos, fundador da CPT no Rio Grande do Sul e animador das Romarias da Terra no estado, que se estenderam por todo o Brasil. "Irmão Antônio Cechin é um exemplo de amor e fidelidade ao Evangelho, preocupado com os mais pobres e fracos", destacou, em Nota de Pesar, a CPT. Ainda segundo o documento, a história da "Igreja comprometida com os pobres no Rio Grande do Sul e no Brasil se confunde com a História de Irmão Antônio Cechin".

Mandante da morte de casal de extrativistas é condenado

No dia 6 de novembro, o Tribunal do Júri de Belém (PA), condenou José Rodrigues Moreira a 60 anos de prisão pelo assassinato do casal de extrativistas José Cláudio e Maria do Espírito Santo, mortos em 2011, no município de Nova Ipixuna. O Júri considerou o acusado coautor do crime de duplo homicídio qualificado. Apesar da condenação, José encontra-se foragido.

Este foi o segundo julgamento de José Rodrigues – em 2013, em Marabá, o réu foi absolvido. Todavia, o tribunal anulou o Júri, que foi transferido para a capital, e decretou a prisão preventiva dele. Na época foram condenados como executores das mortes Alberto Nascimento (42 anos de prisão) e Lindonjohnson Silva Rocha (43 anos de prisão), que fugiu em 2015. (Com informações do G1)

ARTIGO

A justiça não é cega

ANTÔNIO CANUTO*

Na medida em que os dias passam, a situação politica e social do país se tornam mais caóticas. Neste contexto ganha uma dimensão expressiva o poder judiciário que, por um lado, é criticado por se omitir de suas prerrogativas e das funções para as quais existe, e por outro se arvora como o poder por excelência.

O STF no caso do impedimento da presidenta, contra a qual não havia qualquer crime de responsabilidade, acabou sendo omisso manifestando-se somente em relação às formalidades legais do processo e omitindo-se em relação ao conteúdo.

Por outro lado, o juiz Sergio Moro, da Operação Lava Jato, surge como ator plenipotenciário superior às leis. É o que diz o promotor de justiça de São Paulo, Antonio Alberto Machado ao criticar a "aliança" feita com a mídia empresarial para a qual são vazadas "informações com o insofismável propósito de predispor a opinião pública contra os réus que mandava prender. Isso viola o sigilo das delações, o direito à privacidade e o princípio da presunção de inocência inscritos na Constituição Federal".

Para o professor de Direito, Lenio Strek, da Academia Brasileira de Direito Constitucional, em texto "Lava Jato: Quando a exceção se torna regra", o equilíbrio entre os poderes no Brasil "ainda apresenta uma enorme dificuldade para se estabelecer. E isso pode ser observado na postura de juízes e integrantes do ministério Público, que num cenário de desgaste dos políticos e seus partidos, começam a se apresentar como salvadores da pátria... Salvadores da pátria, por mais bem-intencionados que sejam, acabam sempre assumindo uma postura voluntariosa contrária ao Estado de Direito". Ele exemplifica o que diz, ao analisar o caso da condução coercitiva de Lula, na qual foram afrontados direitos estabelecidos tanto na Constituição quanto no Código do Processo Penal (artigos 218 e 260).

Foto: ENFF

Os abusos legais são patéticos. O Tribunal Regional Federal (4ª Região Sul) que analisa as apelações das sentenças de Moro, como anotou Machado, "reconhece que as práticas do juiz da Lava Jato são realmente ilegais, pois 'escapam ao regramento' do Direito. Mas se tratam de 'soluções inéditas' que devem ser toleradas porque o processo da Lava Jato é também um 'processo inédito'. Em suma, o tribunal afirma, por escrito, que o direito aplica-se aos 'casos comuns' em geral; mas, à Lava Jato aplicam-se, não a Constituição e o direito, e sim as 'soluções inéditas', ou seja, as soluções buscadas fora do direito, ou fora do 'regramento comum' – com essa retórica canhestra, esse tribunal federal acaba de proclamar que a lei e a Constituição não valem para o processo da Lava Jato, ou, noutros termos, admite expressamente que esse processo tramita mesmo perante uma lei e um juízo de exceção".

O que acontece nestes espaços que ganham as manchetes de toda nossa imprensa, acaba contaminando todo o espectro do poder judiciário. Desde sempre a justiça brasileira, com raras e honrosas exceções, se postou ao lado dos "direitos" da classe dominante, em detrimento dos movimentos que lutam por terra, teto, trabalho, mesmo quando estão em jogo direitos coletivos inseridos na Constituição. No momento presente parece que a situação se agrava.

É no contexto do processo de impedimento da presidenta da república que o MST acabou tipificado como Organização Criminosa, incluso na lei 12850/2013. Foi o que aconteceu por primeira vez, no caso da ocupação de área da Usina Santa Helena, em Santa Helena de Goiás, em abril deste ano. A mesma tipificação se deu em outro caso de ocupação, também em Goiás, na comarca de Itapaci. (Ver Pastoral da Terra, 224, abril/junho 2016).

O mesmo ocorre no Paraná com a Operação Castra, deflagrada nos primeiros dias de novembro, pela Polícia Civil do Paraná, em Quedas do Iguaçu, e que se estendeu para os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, contra integrantes do MST, do acampamento Dom Tomás Balduino. Nesta operação foram presas oito pessoas e havia ordem de prisão contra outras sete. Segundo a polícia, os sem-terra estavam sendo presos pelos crimes de organização criminosa, suspeita de furto e dano qualificado, roubo, invasão de propriedade, incêndio criminoso, cárcere privado, lesão corporal, porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal. A polícia divulgou que haviam sido apreendidas diversas armas de fogo, que na realidade o foram em outra operação sem qualquer relação com o Acampamento Dom Tomás Balduino. Mas a existência das armas serviam para justificar a ação policial.

Esta operação atingiu a Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF, em Guararema, São Paulo, onde poderia estar um dos sem-terra procurados. "Policiais Civis do Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos – GARRA, não identificados, sem mandado judicial, invadiram a sede da escola disparando armas de fogo com armamento letal e proferindo ameaças de todas as ordens, inclusive de morte, aos estudantes, professores e trabalhadores presentes". Duas pessoas foram presas e agredidas. Diante da firme reação dos advogados os policiais deixaram o local à espera de mandado judicial.

Ao lado destes, multiplicam-se sentenças em que direitos de indígenas, quilombolas, de outras comunidades tradicionais e de sem-terra simplesmente não são considerados. Este ambiente propicia ainda sentenças (março de 2016) como as da Juíza do Trabalho de Santa Catarina, Herika Machado da Silveira Fischborn, que ao se referir a trabalhadores resgatados em ação de fiscalização afirmou: "[Os] Trabalhadores são, em sua maioria, viciados em álcool e em drogas ilícitas, de modo que [...] gastam todo o dinheiro do salário, perdem seus documentos e não voltam para o trabalho, quando não muito praticam crimes." A magistrada não só anulou parte da operação dos auditores fiscais do trabalho, mas também pediu que a Polícia Federal os investigasse, pois eles "praticaram crime" porque "forçaram, inventaram e criaram fatos inexistentes".

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

MOVIMENTOS POPULARES

3º Encontro Mundial dos Movimentos Populares com o Papa

Com a participação de 170 delegadas e delegados de movimentos populares de 65 países, realizou-se no Vaticano de 2 a 5 de novembro o 3º Encontro Mundial dos Movimentos Populares com o Papa.

ANTÔNIO CANUTO*

Este Encontro se debruçou sobre os temas: Povos e Democracia, Território e Natureza e Refugiados e Desalojados do mundo. O objetivo destes encontros é buscar ferramentas para superar os grandes desafios e as desigualdades do mundo contemporâneo, a partir da visão própria dos protagonistas destes problemas. Como sempre o momento alto é a fala do Papa

No seu discurso, o papa observou que "as soluções reais para as problemáticas atuais não sairão de uma, três ou mil conferências: devem ser fruto de um discernimento coletivo". A esse discernimento coletivo se contrapõe "o colonialismo ideológico globalizante que procura impor receitas supraculturais, que não respeitam a identidade dos povos".

Contra a vontade daqueles, sobretudo dos pobres, que procuram "uma mudança que seja capaz de deslocar o primado do dinheiro e colocar novamente no centro o ser humano", existe um "fio invisível", uma "estrutura injusta que liga todas as exclusões" e que pode "transformar-se em um chicote que torna escravos, rouba a liberdade, fere sem misericórdia alguns e ameaça constantemente os outros, para abater todos como gado até onde quer o dinheiro divinizado".

O dinheiro governa o mundo com o chicote do medo

O papa ressalta que o medo é o instrumento que o capital utiliza para enfraquecer, desestabilizar e destruir a capacidade de ação dos movimentos. "Quem governa então? O dinheiro. Como governa? Com o chicote do medo, da desigualdade, da violência econômica, social, cultural e militar... Existe um terrorismo de base que deriva do controle global do dinheiro sobre a terra e ameaça toda a humanidade."

"Nenhuma tirania, nenhuma tirania se sustenta sem explorar os nossos medos... Os cidadãos que ainda conservam alguns direitos são tentados pela falsa segurança dos muros físicos ou sociais. Muros que fecham alguns e exilam outros... Todos os muros caem. Todos.".

"O medo é alimentado, manipulado... Porque o medo, além de ser um bom negócio para os mercadores das armas e da morte, nos enfraquece, nos desestabiliza, destrói as nossas defesas psicológicas e espirituais, nos anestesia diante do sofrimento dos outros e no final nos torna cruéis.". Por trás da crueldade que "festeja a morte de um jovem que talvez tenha errado o caminho", da xenofobia, da intolerância "existe o frio sopro do medo.".

"O medo endurece o coração e se transforma em crueldade cega", diz o papa Francisco. E cita o Patriarca Bartolomeu: "Quem tem medo de vocês não vos olhou nos olhos. Quem tem medo de vocês não viu os vossos rostos. Quem tem medo de vocês não vê os vossos filhos. Esquece que a dignidade e a liberdade transcendem o medo e transcende a divisão. Esquece que a migração não é um problema do Oriente Médio e da África do Norte, da Europa e da Grécia. É um problema do mundo". (Discurso no campo de Refugiados de Moria, Lesbos, 16 de abril de 2016).

"A misericórdia é o melhor antídoto contra o medo. É muito melhor do que os antidepressivos e dos ansiolíticos. Muito mais eficaz do que os muros, as grades, os alarmes e as armas. E é grátis: é um dom de Deus", afirma o papa lembrando que Jesus disse aos discípulos 'Não tenhais medo" (Mt 14,27).

Foto: ANSA - Rádio Vaticano

O Desemprego é uma atrofia

O papa citando o caso de Jesus ter curado, em pleno dia de sábado, um homem com a mão atrofiada, diz: "Jesus restituiu àquele homem a capacidade de trabalhar e com isso lhe restituiu a dignidade" e a seguir comparou o desemprego a uma atrofia:

"O contrário do desenvolvimento, se poderia dizer, é a atrofia, a paralisia. Devemos ajudar a curar o mundo da sua atrofia moral. Este sistema atrofiado é capaz de fornecer algumas 'próteses' cosméticas que não são verdadeiro desenvolvimento: crescimento econômico, progressos tecnológicos, maior 'eficiência' para produzir coisas que se compram, são usadas e jogadas fora, nos envolvendo a todos em uma vertiginosa dinâmica do descarte...".

A saída que o papa aponta são os pobres organizados quando inventam trabalhos, criam cooperativas, recuperam fábricas falidas, reciclam descartes, reivindicam um pedaço de terra para cultivar para alimentar quem tem fome. Estes "estão imitando Jesus, porque buscam curar, mesmo que somente um pouquinho, mesmo se precariamente, esta atrofia do sistema socioeconômico reinante que é o desemprego".

E como os hipócritas que observavam Jesus para entregá-lo à condenação, o papa disse não se surpreender quando os pobres organizados às vezes são vigiados ou perseguidos.

A bancarrota da humanidade

Reproduzindo palavras do Arcebispo Hieronymos da Grécia que disse: "Quem vê os olhos das crianças que encontramos nos campos de refugiados é capaz de reconhecer imediatamente, na sua totalidade, a 'bancarrota' da humanidade" (Discurso no Campo de Refugiados de Moria, em Lesbos, 16 de abril de 2016), o papa foi contundente na sua denúncia: "quando ocorre a bancarrota de um banco, imediatamente aparecem somas escandalosas para salvá-lo, mas quando acontece esta bancarrota da humanidade não existe sequer uma milésima parte para salvar estes irmãos que sofrem tanto. E assim o Mediterrâneo transformou-se em um cemitério e não somente o Mediterrâneo ... muitos cemitérios próximos aos muros, muros manchados de sangue inocente".

Não se reduzam a atores secundários

O Papa destacou ainda que os movimentos populares não são partidos políticos, e esta é a sua riqueza. "Mas não tenham medo de entrar nas grandes discussões, na Política com maiúscula", disse. E critica políticas para os pobres, "mas nunca 'com' os pobres, nunca 'dos' pobres". Por isso convoca as organizações dos excluídos a assumir as rédeas do seu destino. E alerta "Não caiam na tentação da limitação que vos reduz a atores secundários, ou pior, a meros administradores da miséria existente.".

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

DIA MUNDIAL DOS POBRES

Papa institui o DIA MUNDIAL DOS POBRES

ANTÔNIO CANUTO*

Ao final do Ano Santo da Misericórdia, o Papa Francisco entregou à Igreja e à sociedade a Carta Apostólica *"Misericordia et Misera"*. Desta carta a mídia destacou que o Papa estendeu a todos os padres *"a faculdade de absolver a todas as pessoas que incorreram no pecado do aborto"*, antes restrita pelo Direito Canônico aos bispos. O caráter social da misericórdia, porém, não foi destacado. O Papa para marcar o caráter social da misericórdia instituiu como sinal concreto do Ano Santo o Dia Mundial dos Pobres.

O que diz o Papa:

"Ainda hoje populações inteiras padecem a fome e a sede, sendo grande a preocupação suscitada pelas imagens de crianças que não têm nada para se alimentar. Multidões de pessoas continuam a emigrar dum país para outro à procura de alimento, trabalho, casa e paz. A doença, nas suas várias formas, é um motivo permanente de aflição que requer ajuda, consolação e apoio. Os estabelecimentos prisionais são lugares onde muitas vezes, à pena restritiva da liberdade, se juntam transtornos por vezes graves devido às condições desumanas de vida. O analfabetismo ainda é muito difuso, impedindo aos meninos e meninas de se formarem, expondo-os a novas formas de escravidão. A cultura do individualismo exacerbado, sobretudo no Ocidente, leva a perder o sentido de solidariedade e responsabilidade para com os outros".

"Não ter trabalho, nem receber um salário justo, não poder ter uma casa ou uma terra onde habitar, ser discriminado pela fé, a raça, a posição social... estas e muitas outras são condições que atentam contra a dignidade da pessoa. .... Hoje são tantas as situações em que podemos restituir dignidade às pessoas, consentindo-lhes uma vida humana. Basta pensar em tantos meninos e meninas que sofrem violências de vários tipos, que lhes roubam a alegria da vida".

"A tentação de se limitar a fazer a 'teoria da misericórdia' é superada na medida em que esta se faz vida diária de participação e partilha[...] Intuí que, como mais um sinal concreto deste Ano Santo extraordinário, se deve celebrar em toda a Igreja, na ocorrência do XXXIII Domingo do Tempo Comum, o ***Dia Mundial dos Pobres****. Será a mais digna preparação para bem viver a solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo Rei do Universo, que Se identificou com os mais pequenos e os pobres e nos há de julgar sobre as obras de misericórdia (cf. Mt 25, 31-46). Será um Dia que vai ajudar as comunidades e cada batizado a refletir como a pobreza está no âmago do Evangelho, e tomar consciência de que não poderá haver justiça nem paz social enquanto Lázaro jazer à porta da nossa casa (cf. Lc 16, 19-21). Além disso este Dia constituirá uma forma genuína de nova evangelização (cf. Mt 11, 5), procurando renovar o rosto da Igreja na sua perene ação de conversão pastoral para ser testemunha da misericórdia".*

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

"Agroecologia é escolha de vida", afirmam participantes de Encontro

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DO ENCONTRO*

Com tema "Nenhum Direito a Menos!", o 7º Encontro Estadual de Agroecologia e Feira de Roças e Quintais ocorreu entre os dias 29 de novembro e 02 de dezembro no Ginásio Aecim Tocantins, em Cuiabá (MT). O evento reuniu cerca de 500 agricultores e agricultoras familiares, indígenas, e quilombolas de todas as regiões do estado, do Nortão até à Baixada Cuiabana.

Com atuação há mais de 15 anos no estado, o Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (Gias), organizador do encontro, é uma rede que conta com cerca de 50 organizações, cooperativas e associações filiadas – todas trabalham com a agroecologia, como a CPT-MT, que faz parte da coordenação ampliada.

Ao longo de quatro dias, o encontro contou com mesas de debates, oficinas práticas, lançamentos de livros e campanha, feira, e belas apresentações culturais, como as de Zé Pinto, Gê e Taba, Dê Silva, Patrícia Alves, e tantos outros. Na análise de conjuntura, Lucineia Freitas, do MST, discorreu sobre o contexto de ruptura democrática no país, e destacou a falta de apoio dos governos à agricultura familiar, como no estado, onde, segundo ela, o governador Pedro Taques (PSDB) privilegia sempre o agronegócio.

Foto: Elvis Marques / CPT Nacional

Irmã Vera Maria, agente da CPT e uma das homenageadas do encontro, contou aos participantes como começou o trabalho com sementes na Baixada Cuiabana. "Um dos coordenadores da CPT, João Buzatto, teve a ideia de fazer um trabalho com as sementes crioulas, e me chamou. E aí nós começamos a fazer, todo ano, a Festa da Troca das Sementes. Começamos na região de Jangada e depois passamos também para Livramento", relata. Essa iniciativa, segundo ela, "mudou muita coisa, como a relação das pessoas com a terra e com a natureza".

Feira

A Feira de Roças e Quintais aconteceu todos os dias do evento e foi aberta ao público. Mais de 50 pessoas montaram barracas com alimentos livres de agrotóxicos e de produtos como bolos, geleias, pães, bebidas, entre outros. Um momento de destaque foi a Troca de Sementes Crioulas, quando também houve o intercâmbio de mudas e raízes. Pelo menos 100 pessoas participaram da Troca. "As pessoas trocam plantas e fazem múltiplos usos delas. Uma pimenteira também serve para ornamentar. E muitos alimentos são utilizados como remédios", explica Paulo Celestino, educador da FASE MT.

Lançamentos

A Campanha em Defesa do Cerrado, da qual a CPT faz parte e tem como tema *"Cerrado, berço das águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida"*, foi lançada durante o evento. Também foi apresentada a publicação *"Cadeia Industrial da Carne"*, da FASE-Educação e Solidariedade, e o Relatório *"Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015"*, do Cimi.

Isolete Wichinieski, agente da CPT Goiás, e Cidinha Moura, da FASE MT, apresentaram a Campanha. A integrante da Pastoral explicou que a iniciativa surgiu, principalmente, por conta da invisibilização do Cerrado e dos povos e comunidades que vivem nesse espaço territorial.

*Andrés Pasquis, Gias / Elvis Marques, CPT / Gilka Resende, FASE / Wellington Douglas, CPT.

ROMARIAS

Várias Romarias pelo país reforçaram a fé do povo na luta por uma vida digna

Movidos pela esperança de conquistar a justiça social e uma vida digna no campo, romeiros e romeiras de todo o país caminharam juntos, em romaria, ao longo do ano.

CRISTIANE PASSOS*

ALAGOAS

A CPT Alagoas, em parceria com a Paróquia Nossa Senhora Mãe do Povo, realizou, nos dias 12 e 13 de novembro, a 29ª Romaria da Terra e das Águas. Sob o tema Terra Mãe, mais de mil romeiros e romeiras caminharam da Igreja Matriz ao Assentamento Jubileu 2000, em São Miguel dos Milagres. O percurso de 12 km foi feito durante a madrugada até o amanhecer do dia, tendo como ponto de partida a missa campal, realizada na Igreja Matriz. A partir daí, os romeiros e romeiras enfrentaram o caminho, fazendo paradas com reflexões baseadas na encíclica papal Laudato si': "Casa comum, nossa responsabilidade". Para a irmã Cícera Menezes, uma das organizadoras do evento, a Romaria da Terra é um ato de fé de qual todo o cristão deve participar. "Caminhamos e lutamos com o povo pobre, assim como Cristo caminhou e defendeu os mais necessitados. Queremos convidar a toda população para caminhar em Romaria em defesa de justiça social", afirmou a coordenadora da Pastoral da Terra. Em 2017, a Romaria da Terra e das Águas no estado completa 30 anos e celebrará esta importante data no Quilombo dos Palmares, lugar onde tudo começou.

PARANÁ

A cidade de Tomazina, no norte do Paraná, foi sede da 30ª edição da Romaria da Terra no estado. O evento foi realizado no dia 21 de agosto e, este ano, abordou o tema: "Cuidar da terra é nossa responsabilidade". O lema do encontro foi "Cuidar da terra, renascer das águas e semear a vida", inspirado na Encíclica Laudato Si do Papa Francisco e seguindo o tema da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016, "Casa Comum, Nossa Responsabilidade". A agente da Pastoral da Terra no Paraná, Isabel Cristina Diniz, destacou: "Este é o momento de celebrar, mas também de refletir e de organizar novas ações junto às comunidades. Nestes 30 anos de Romaria da Terra no Paraná, o evento já foi celebrado em cidades, acampamentos, junto às comunidades nativas e em tantos lugares, sempre resultando em reflexões e abordagens sobre temas atuais".

Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia

RIO DE JANEIRO

Com o tema "Das Terras e das Águas feridas brotam clamores por Justiça!", a XV Romaria Estadual da Terra e das Águas do Rio de Janeiro ocorreu no dia 24 de julho, na região de Campos dos Goytacazes. A Romaria foi organizada pela CPT Rio de Janeiro, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), e Diocese de Campos. Diversas comunidades camponesas, quilombolas, caiçaras, assentadas, agentes pastorais e comunidades diocesanas estavam presentes neste dia de romaria. "Neste cenário de resistência das comunidades tradicionais frente ao avanço do neodesenvolvimentismo, diferentes comunidades de todo o estado e regiões estiveram reunidas para denunciar os conflitos por terra e água e anunciar em marcha que outro modelo de sociedade é possível", destacou representante da CPT no Rio de Janeiro.

Foto: Leandro Molina

BAHIA

Com o apelo a uma conversão ecológica que cuide das pessoas e do planeta, romeiros e romeiras participaram, na cidade de Bom Jesus da Lapa, Bahia, da 39ª Romaria da Terra e das Águas. A atividade aconteceu de 1º a 3 de julho e contou com celebrações religiosas, debates e atividades culturais. A organização do evento ficou por conta da CPT Bahia, das Dioceses de Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Irecê, Barra, Caetité, Arquidiocese de Vitória da Conquista, do Santuário Bom Jesus e de organizações e movimentos populares. A união da oração com a atuação social é uma marca da Romaria: "Nossas romarias se destacam pela vivência de uma gente que reza lutando e luta rezando. É um espaço em que o povo peregrina, reza, discute e ousa propor. Caminhos de conversão e ação para o cuidado com a terra, a água e os homens e mulheres que destas necessitam," afirmou a carta convocatória dos romeiros para a atividade.

A ideia de propor uma mudança ecológica do ser humano como tema da Romaria é resultado das reflexões das duas últimas edições quando o foco esteve nas problemáticas da água e da terra. A consciência que a interligação de todos os elementos é importante para a vida no planeta resultou na proposta de 2016, que debate o cuidado com a casa comum. A Encíclica Laudato Si do Papa Francisco também incentivou a definição do tema.

RIO GRANDE DO SUL

"Este é um momento de reflexão, oração e agradecimento por tudo o que a terra nos dá. É onde viemos buscar novas forças e renovar nossa fé para seguir produzindo e trabalhando no campo, porque a luta pela vida e a terra é diária e eterna", explicou a assentada da reforma agrária Adriana de Almeida, 39 anos, enquanto acompanhava romeiros e romeiras na caminhada da 39ª Romaria da Terra. O evento aconteceu no dia 9 de fevereiro, em São Gabriel, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, região conhecida como o coração do latifúndio gaúcho, que tem em sua marca a monocultura de soja transgênica e o uso abusivo de agrotóxicos. Na caminhada, cerca de 12 mil trabalhadores do campo e da cidade. Ainda em comunhão com as temáticas da Romaria da Terra, ocorreu de 7 a 9 de fevereiro, também em São Gabriel, o 11º Acampamento da Juventude. O Evento envolveu desde oficinas, com debates sobre questões de gênero, agroecologia, agitação e propaganda, entre outros temas, até atividades de integração dos jovens do campo e da cidade. "A nossa juventude tem um vínculo com a terra, mas precisamos cuidar dela, da natureza, da nossa casa comum. E esse compromisso e responsabilidade não são apenas de quem está no campo, mas também dos jovens da cidade", declarou Liciê Scolari, da coordenação do acampamento.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

QUESTÃO AGRÁRIA

Encontro Nacional de Formação da CPT debate a questão agrária atual

Reunidos no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), entre os dias 22 e 25 de outubro, cerca de 60 agentes da CPT de todo o país debateram a "questão agrária no Brasil atual: permanência, possibilidades e limites atuais".

CRISTIANE PASSOS*

Os e as agentes da CPT iniciaram o Encontro compartilhando as lutas pela terra e territórios em cada região do país e os principais conflitos e dificuldades enfrentadas pelos povos do campo. Entre os temas levantados, destacaram a falta de regularização fundiária, os grandes projetos implantados em detrimento dos povos do campo, como o MATOPIBA, a especulação imobiliária que tem se expandido, também, na zona rural, além de ameaças e violências contra os e as trabalhadoras, bem como contra os e as agentes da CPT e de outras entidades de luta.

Leonilde Medeiros, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), destacou a necessidade de se fazer memória do processo histórico do nosso país, para pensar desde a perspectiva dos trabalhadores, do lugar deles, seja a conjuntura rural ou a urbana. O sentido da questão agrária foi mudando ao longo do tempo, segundo ela. "Precisamos tentar enxergar as saídas dos trabalhadores através de suas lutas históricas. Buscar momentos-chave da constituição de alguns dilemas em relação à questão agrária na história brasileira. Tentar também pensar as mudanças e algumas permanências nessa trajetória. Essa história vai ter ritmos diferentes conforme a região de nosso país. Temos situações diferenciadas em cada região", refletiu Leonilde.

Bases históricas da questão agrária

Primeiro, segundo Medeiros, precisamos atentar que quando começou a colonização brasileira pelos portugueses, foi instituído aqui um regime de terras que já existia em Portugal, o regime das sesmarias. Contudo, há enormes diferenças entre os dois países. A ideia era dar a terra a quem tivesse capital para explorar, de forma a alimentar o comércio internacional, daí o privilégio da doação de áreas para o cultivo de cana-de-açúcar. Não havia, porém, formas de dar limites a essas sesmarias, seria até onde o olhar alcançasse. Quem não cumprisse os determinantes do governo português teria que devolver as terras à coroa, daí veio, inclusive, o nome de terras devolutas. Contudo, não havia um processo de fiscalização se a pessoa a quem foram dadas essas terras estava cumprindo tais determinações.

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

O primeiro momento de reflexão sobre a titularização das terras foi a Lei de Terras de 1850. Os proprietários de terras eram contra qualquer tipo de regulamentação, porque regulamentar era colocar limites nas terras, sendo que para eles lhes interessava as terras sem limites. Quando aparecem os primeiros cadastros rurais, percebe-se que a soma das áreas declaradas era maior que a área total do Brasil, o que existe até hoje e que mostra a permanência de um problema que vem do Brasil colônia. Com a era varguista, foi feito um acordo com os grandes proprietários de não mexer nas grandes propriedades. Mas, decide-se resolver esse problema fundiário com as "novas áreas", e são criados vários projetos de colonização, inclusive projetos que tiveram como objetivo criar cinturões de abastecimento no entorno de grandes cidades. A divulgação desta "oferta de terras", entretanto, trouxe muito mais gente do que os projetos e as terras podiam suportar, e essas pessoas foram ficando pelas beiradas, e se criaram grupos de posseiros. Esse quadro se desdobra em conflitos fundiários nos anos seguintes.

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

Nos anos 1960 e 1970, a luta foi marcada pela categoria dos posseiros. A partir dos anos 1980 ela passa a ser marcada pelos sem-terra. Houve mudanças, também, no significado da terra e no significado da reforma agrária. Se inicialmente pensamos na desconcentração da terra, nos anos 1980, 1990 e 2000, outras questões passam a ser refletidas para além da terra para cultivo e valor econômico. A terra passa por outros significados, outros termos se somam no entendimento da terra. A questão agrária vai ganhando complexidades cada vez maiores.

Diferenciação social da luta pela terra no Brasil ao longo dos anos

Cláudio Maia, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), destacou que temos alargado muito o conceito social de campesinato. "Desde os anos 1980 estamos pensando o campesinato pela sua diversidade. É diverso, tem demandas distintas, mas tem elementos que unem. São segmentos subalternos, no sentido tanto econômico quanto político". Para ele, temos que visualizar a questão agrária a partir das lutas camponesas para enxergar que mudanças elas estão impulsionando.

Guilherme Delgado, da Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA), retomou que somente na virada dos anos 1950 para os 1960 é que se constroi uma proposta política para a estrutura agrária brasileira. "Conseguimos que na Constituição não haja nenhum artigo transformando a terra puramente em mercadoria, que era o desejo dos grandes produtores", destacou ele como uma grande vitória das articulações em prol dos povos do campo que, na época, acompanharam a Constituinte. Ele destacou ainda a importância de novos elementos que se somaram à luta no campo, como a dimensão ecológica da questão agrária, que nem era tocada nos anos 1960.

Sérgio Sauer, professor da Universidade de Brasília (UNB), também destacou que devemos olhar a questão agrária a partir das lutas camponesas. "Ao se analisar teoricamente a questão agrária, a matriz de análise sempre é a matriz marxista, particularmente de Lênin. Em um determinado momento havia diferenças entre as lutas camponesas e as teses sociológicas sobre as lutas camponesas. As lutas são construídas socialmente, não são naturalmente diferentes. A constituição do MST, por exemplo, vai gerar um novo sujeito político que é o trabalhador sem terra, não camponês sem terra. O surgimento do Movimento muda, também, o eixo da luta pela terra, com a utilização das ocupações como estratégia".

Já o professor Paulo Alentejano, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), destacou a questão da estrangeirização das terras, como mais uma ofensiva contra os povos do campo. Para além da questão da venda das terras para estrangeiros, o que cada vez é mais difícil de quantificar já que muitas das empresas que possuem os títulos de terras são transnacionais com capital misto, há a questão do monopólio dos insumos para o desenvolvimento das culturas no campo. "Temos apenas cinco empresas que produzem o maquinário para o campo, e nenhuma delas é nacional. Seis empresas controlam o mercado de fertilizantes e todas transnacionais. Outras seis, que agora são quatro com as fusões, controlam quase 80% do mercado de defensivos e todas também são transnacionais. Temos um grau gigantesco de monopolização da agricultura, o que expressa a monopolização e a estrangeirização de forma combinada".

Egon Heck, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), trouxe a mensagem dos povos originários, com o bem viver em contraposição ao modelo neoliberal e ao consumismo exacerbado. Ele destacou a mensagem de um jovem guarani kaiowá, "o nosso futuro está no passado", como um sinal de esperança e para que voltemos aos saberes ancestrais como forma de esperança no futuro.

CARTA FINAL – A idolatria da propriedade contra a vida na terra

Aos agentes da CPT, às Igrejas e aos companheiros e companheiras na caminhada e a toda a sociedade,

"(...) [A] idolatria da propriedade, da riqueza e do poder (...) é a causa da violência que acompanha a luta pela terra (...)"
(CNBB. "Igreja e Questão Agrária no início do século XXI", no 274)

Realizamos o Encontro Nacional de Formação e a reunião do Conselho Nacional da CPT – Comissão Pastoral da Terra, em Luziânia - GO, no Centro de Formação Vicente Cañas, do CIMI, entre os dias 22 e 29 de outubro de 2016, aprofundando o tema "Questão Agrária no Brasil atual: permanência, limites e possibilidades". Nesta ocasião foi lançado o livro "CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança" encerrando o ciclo de eventos celebrativos dos 40 anos da CPT.

O contexto político que nos envolve, preocupa e desafia é de um golpe contra a democracia, tão escancarado quanto acobertado por um manto de legalidade. A derrubada do governo eleito foi a estratégia para desmontar garantias e direitos conquistados desde a Constituição de 1988, chamada "cidadã". Tudo para favorecer ainda mais o sistema predador dos bens da natureza e dos bens sociais dos homens e mulheres desta terra, de hoje e de amanhã. Rompe-se assim aquele pacto social constitucional, e tudo pode ilegitimamente acontecer contra o povo.

Toma conta da sociedade, nos mais diferentes ambientes, uma cultura de linchamento, que simplifica e nega o direito à diferença entre pessoas, gêneros, origens, etnias, religiões, culturas, posições ideológicas e políticas, a alimentar preconceitos, intolerâncias e ódios e a tirar o foco do sistema do capital. Sistema que engendra e se nutre deste individualismo exacerbado e suicida, em nome da "liberdade" do mercado, do "desenvolvimento" e do "progresso", sob a falsidade de que isto é bom para todos. Processo este em que as religiões, em especial a cristã, cumpre um papel decisivo, de suprema legitimação, sacralização idólatra do mercado, quando se rende à "teologia da prosperidade".

Conforme relatos de nossos agentes de todos os cantos do país, avolumam-se a apropriação e a concentração de terras por antigos e novos sujeitos atrelados ao capital nacional e internacional, recrudescendo ainda mais a violência contra camponeses, povos originários e comunidades tradicionais. A "novidade" é o capital financeiro, articulado ao capital do agronegócio de exportação. Não produz bens e riquezas para a nação, mas se nutre da especulação, espoliação e privatização do que é de todas e todos e de toda a vida: solos, águas, minérios, petróleo, ar, biodiversidade... Ambos avançam também sobre unidades de conservação e preservação ambiental e sobre terras públicas devolutas, a fim de tornar todas as terras e bens da natureza mercadorias e ativos financeiros.

Este quadro é o continuísmo de uma relação com a terra como base do poder econômico e político, que vem desde o período colonial, com o regime de sesmarias, passando pela mercantilista Lei de Terras em 1850 e pelos institutos legais posteriores. É uma história de negação da terra aos povos indígenas, aos escravos libertos e às diversas categorias de camponeses. História de criminalização da questão agrária, de violências e morte contra os pequenos do campo, das águas e das florestas. Violência que atinge hoje níveis dos mais elevados, principalmente na Amazônia. Já são 50 assassinatos de camponeses em luta somente em 2016; número igual a todo o ano de 2015. História também de resistências populares, quilombos, ocupações, acampamentos e retomadas.

Hoje, fortalecidos pelo golpe, os setores ruralistas de sempre tramam e impõem, com conivência e apoio dos Três Poderes, emendas constitucionais e projetos de lei que intensificam a privatização e mercantilização ilimitada da terra e dos recursos naturais, a flexibilização das leis ambientais e trabalhistas para atender aos interesses de acumulação incessante e progressiva de capital globalizado. A PEC 241, que limita e congela gastos públicos com políticas sociais, por 20 anos, é a evidência maior do sentido do golpe, por um Estado contra o Povo e a favor da acumulação de capital, poupado de cortes e limites. A proposta de "reforma da reforma agrária" se propõe corromper a escolha do público beneficiado, facilitar o negócio de terras e sufocar os movimentos e organizações sociais do campo.

Contudo, as lutas populares ganham força. As diversas mobilizações que vêm ocorrendo Brasil afora, a exemplo das ocupações de cerca de 1.200 escolas públicas, Institutos e Universidades Federais pelos estudantes, os protestos indígenas em defesa da saúde, as articulações por uma greve geral etc., revelam a insatisfação com os rumos que vêm sendo dados ao nosso país e com o divórcio entre o Estado e a sociedade. Renova-se a esperança de que o povo volte a ocupar as ruas e praças, como em junho de 2013, para retomar o que é seu por direito democrático.

Crescem também a consciência, a resistência e as práticas de outras relações humanidade/natureza, alicerçadas nas formas de vida dos povos originários e comunidades tradicionais, construídas na diversidade e pluralidade de culturas e caminhos que se expressam no que se denomina Bem Viver. São (re)inventadas formas de organização comunitária, de re-existência, através das retomadas e autodemarcações dos territórios, de produção e vivência agroecológicas, de uma economia popular solidária, de processos de educação popular, de produção de conhecimentos, que ajudam a construir a autonomia das comunidades. Aí se destaca o protagonismo de mulheres e jovens, contribuindo decisivamente para a descolonização dos saberes e das relações e práticas cotidianas. Vai se tornando evidente que a vida das pessoas e do planeta, hoje e amanhã, depende cada vez mais do que pode oferecer esta gente, pelo que produzem, pelo modo como produzem – alimentos saudáveis, cuidados ambientais e sociais etc. – e pela alternativa civilizatória que significam.

Uma sociedade nova e diferente é uma construção conjunta e intercambiada de todas as forças sociais descontentes com a atual. Por isso conclamamos as comunidades, movimentos e organizações sociais do campo e da cidade, as pastorais das diferentes igrejas, as religiões de matriz africana e indígena, as pessoas de boa vontade, a realizarmos um grande mutirão para defendermos nossos direitos ameaçados e cuidarmos da Casa Comum e de todos os seus integrantes.

A salvação da humanidade e do planeta depende da vivência de uma ecologia integral no campo e na cidade, como propõe o papa Francisco na encíclica Laudato Si.

Luziânia, 29 de outubro de 2016.
Comissão Pastoral da Terra

Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

CERRADO

O caminhar da Campanha em Defesa do Cerrado

ELVIS MARQUES*

Na última edição do Pastoral da Terra, de julho a setembro, apresentei a vocês a Campanha em Defesa do Cerrado, que tem como tema "Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida". Na época, havíamos acabado de realizar os lançamentos – um durante o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica) na Cidade de Goiás (GO), outro em coletiva de imprensa na sede da CNBB, em Brasília. Bom, de lá para cá já aconteceram diversas ações.

"Tem sido um período rico em vários sentidos. Muitos debates, trocas de experiências entre comunidades, encontros. Antes mesmo do lançamento da Campanha, algumas atividades e articulações foram iniciadas. No Tocantins, por exemplo, foi criada a Frente em Defesa do Cerrado. E no Piauí surgiu a Articulação dos Impactados pelo Matopiba. Já em Goiás, criou-se a Rede Grita Cerrado", destaca Isolete Wichinieski, agente da CPT Goiás.

Além disso, foi criada nesse ano a Articulação dos Bispos da região do Matopiba, que reúne religiosos dos quatro estados atingidos pelo Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do Matopiba.

Outra boa notícia é o aumento no número de organizações envolvidas com a Campanha. Saltamos de 36, em agosto, para 43.

Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

Audiência sobre o MATOPIBA

Na manhã do dia 8 de novembro, aconteceu na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Audiência Pública para debater o Matopiba, que atinge os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Presidida pela senadora Regina Sousa (PT-PI), a audiência foi reivindicada por indígenas de Goiás e Tocantins e Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Estiveram presentes quilombolas, indígenas Karajá, Krahô-Kanela, Xerente, representantes de comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia, assentados tocantinenses, entre outros.

"Hoje temos aqui, nessa Audiência Pública, inúmeras representações dos povos da floresta. Quem aqui foi consultado sobre esse projeto [Matopiba]?", questionou Felício Pontes, procurador da República. "Ninguém", responderam os/as presentes na audiência. "Então me parece que há um grave descumprimento da Convenção 169, que diz que as populações tradicionais precisam ser consultadas sobre esses grandes projetos", explicou o procurador.

Como encaminhamento, Felício propôs a criação de uma comissão para discutir o projeto. O grupo seria formado por procuradores, representantes de comunidades impactadas pelo Matopiba, e organizações como CPT e Cimi.

Manifestações

Após a audiência, cerca de 150 indígenas de diversas etnias do Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Tocantins caminharam até a mansão da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), no Lago Sul, em Brasília, para protestarem contra projetos da bancada ruralista que atacam seus direitos. Semanalmente, os parlamentares realizam uma reunião-almoço para discutirem o "cardápio" – é assim que os parlamentares se referem à lista de pautas do encontro.

Após protesto na mansão, os/as manifestantes seguiram para a Embaixada do Japão, isso por conta dos acordos já firmados por empresários japoneses para investimentos na região do Matopiba. Com a manifestação, quatro lideranças foram recebidas por funcionários da Embaixada, que se comprometeram com os indígenas a comunicar ao embaixador as reivindicações apresentadas.

Seminário

"Matopiba: conflitos, resistências e novas dinâmicas de expansão do agronegócio no Brasil" foi o tema do Seminário Nacional organizado pela Campanha em Defesa do Cerrado, ocorrido no Centro de Formação da Contag, em Brasília, entre os dias 16 e 18 de novembro. "O objetivo do seminário foi estudar, debater e traçar os próximos passos a serem adotados para barrar esse projeto de expansão do agronegócio que é o Matopiba", explica Isolete.

Cerca de 130 pessoas participaram do evento, sendo a maioria de representantes de comunidades dos quatros estados atingidos pelo projeto. Representantes de organizações camponesas do Japão e Moçambique expuseram suas experiências de luta e ouviram as dos povos daqui. Há algum tempo organizações populares de Brasil e Japão se juntaram às do país africano para tentarem barrar o projeto ProSavana, em Moçambique, que é semelhante ao Matopiba. Juntas, as organizações formam a articulação "Não ao ProSavana".

Tenda dos Povos do Cerrado

Cercada por universidades, a Praça Universitária, em Goiânia, recebeu, entre os dias 16 e 18 de novembro, o 1º Encontro da Tenda dos Povos do Cerrado, que reuniu centenas de pessoas vindas de todos os cantos de Goiás – indígenas, quilombolas, assentados e acampados.

Um delicioso e típico almoço goiano – arroz, carne cozida com mandioca, e feijão – abriu o evento. Logo após, aconteceu uma Audiência Pública, na qual pessoas das comunidades apresentaram problemáticas em relação à água. Relatos que foram ouvidos por representantes de órgão públicos do estado e de meio ambiente.

Moradora da Comunidade João de Deus, no município de Silvânia (GO), Ritalina Ribeiro denunciou, na audiência, que o Rio Piracanjuba – principal de sua região – tem sido impactado com a extração de areia e argila. "Depois da chegada da mineração no rio, tudo mudou", lamenta.

No último dia de Tenda, os/as participantes realizaram caminhada em defesa do Cerrado até a Assembleia Legislativa de Goiás, onde esperavam ser recebidos por deputados para entregarem sua pauta de reivindicações. Mas os/as parlamentares não receberam as pessoas. Todavia, uma comissão de entidades foi criada com objetivo de dialogar com os políticos estaduais sobre as demandas.

Registro

- No dia 21 de outubro, na Câmara Municipal de São Paulo, a Campanha foi lançada juntamente com a Agenda Latino-Americana 2017;
- E dia 30 de novembro, durante o 7º Encontro Estadual de Agroecologia, em Cuiabá, a Campanha foi apresentada ao público.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT e Coletivo de Comunicação do Cerrado

AMAZÔNIA

Pará recebe o II Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal

DARLENE BRAGA*

Foto: Darlene Braga - CPT Acre

O II Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal aconteceu, entre os dias 14 e 16 de novembro, na capital paraense, Belém. Ao longo do encontro, os/as participantes – bispos, freiras, padres, membros de pastorais, e leigos – discutiram a realidade política, social, econômica, cultural e religiosa da região. Analisaram ainda como tem sido desenvolvido o trabalho missionário nesse espaço. "Sentimos a necessidade de uma maior presença da Igreja junto às comunidades espalhadas nesta imensa Amazônia", diz trecho da Carta Compromisso do evento.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi representada no Encontro por seu presidente e bispo de Balsas (MA), dom Enemésio Lazzaris, e pela autora desta matéria, Darlene Braga, agente da CPT Acre e membro da Articulação das CPT's da Amazônia. O procurador da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), Felício de Araújo Pontes, ficou responsável pela análise de conjuntura.

O procurador destacou o choque entre dois modelos antagônicos de desenvolvimento – o modelo socioambiental e o predatório. Como características principais do predatório, ele ressaltou a exploração da madeira, o incentivo à pecuária, à mineração e à prática da monocultura. Modelo esse direcionado a empresários, visando a concentração de renda, gerando a grilagem de terras e que se opõe ao modelo socioambiental, cuja atividade principal é o agroextrativismo, direcionado aos povos da floresta, visando a redistribuição de renda, onde predomina a forma coletiva de titularização da terra.

Concluindo, chamou a atenção para a necessidade de reconstrução e fortalecimento dos movimentos sociais e de formação e apoio a novas lideranças sociais.

Violência no campo

Os representantes da CPT, durante o evento, apresentaram os dados compilados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, que mostram o aumento da violência no campo neste ano. Na Amazônia Legal já são 38 assassinatos em 2016, conforme números parciais. Destacaram-se ainda 46 tentativas de assassinatos, 103 ameaças de mortes e 87 prisões. Todos estes números são maiores que em 2015, durante o mesmo período.

O número de famílias expulsas com ações de pistolagem aumentou em 110%, passando de 438, em 2015, para 920 em 2016. As vítimas detidas, criminalizadas em geral nas ações de despejo, são levadas para delegacia e enquadradas, por exemplo, nos crimes de formação de quadrilha e esbulho possessório. A não concretização da reforma agrária aliada com a impunidade são fatores determinantes para a continuação da violência no campo na Amazônia e no Brasil.

Francisco Loebens, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), expôs dados sobre a questão indígena, que compõem o relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015*, lançado em setembro. A publicação, conforme a entidade, evidencia a permanência do quadro de omissão dos poderes públicos em relação aos direitos dos povos indígenas, especialmente em relação ao direito à terra, o que impacta drasticamente no direito deles viverem de acordo com o seu modo tradicional.

Loebens destacou ainda, em relação à Amazônia, os desafios como o desmatamento, a mineração nas Terras Indígenas (TI), impactos dos grandes projetos, especialmente sobre os povos isolados. Também chamou a atenção sobre o risco para os povos indígenas do Projeto de Lei que regulamenta a mineração em suas terras – já aprovado pelo Senado Federal. Ressaltou ainda as importantes conquistas na demarcação das Terras Indígenas. Todavia, lembrou, que ainda falta muito a ser feito.

Carta Compromisso

Com o objetivo de encorajar e dar ânimo aos representantes das dioceses e prelazias da Amazônia, os/as participantes divulgaram uma Carta Compromisso. No texto, afirmam que refletiram sobre a realidade social e eclesial atual, e que, diante dessa perspectiva, constataram que o processo de mudança deve ser constante.

"É possível, urgente e vital participarmos ativa e responsavelmente da nova época que está surgindo para o planeta Terra, para a humanidade inteira e também para a Amazônia. Somos semeadores de fé, esperança e amor. O semeador nunca desiste de semear, mesmo quando não sabe se verá os frutos maduros das sementes do bem e da Justiça plantadas no chão e regadas com lágrimas, fadigas, corajosa perseverança e paciência evangélica", diz um trecho do documento.

Na Carta, os participantes manifestam ainda total apoio aos povos indígenas e aos que vivem dos frutos do campo, da floresta e dos rios. Eles denunciam como "imorais" as manobras legislativas que ameaçam os direitos dos indígenas e das comunidades tradicionais. Destaca-se ainda a criminalização tanto do povo do campo quanto de organizações. "Constatamos o silêncio de grande parte dos meios de comunicação a respeito da crescente violência, perseguição e criminalização de lideranças camponesas, indígenas e de entidades que defendem os direitos humanos, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi)".

A *Laudato Sí*, Encíclica escrita pelo papa Francisco, que destaca o cuidado com a casa comum, é lembrada pelos/as participantes, que afirmam que as palavras do Pontífice, "querido amigo da Amazônia", encoraja o povo "a uma missão mais ousada em defesa da vida no horizonte de uma ecologia integral".

*Agente da CPT Acre e Articulação das CPT's da Amazônia - com informações da CNBB

DENÚNCIA

CPT denuncia violações de direitos humanos de população tradicional em Fórum da ONU

O território das Ilhas de Sirinhaém era o "lugar bom de morar" e o "lugar de barriga cheia". No entanto, todas as famílias foram expulsas do território tradicional pela Usina Trapiche e encontram-se atualmente em situação de extrema vulnerabilidade, violência, fome e desemprego.

RENATA ALBUQUERQUE*

A Comissão Pastoral da Terra Nordeste II esteve presente no Fórum anual de empresas e Direitos Humanos da ONU, ocorrido entre os dias 14 e 16 de novembro de 2016, em Genebra, na Suíça, para denunciar um dos casos de conflito territorial e de violações de direitos humanos mais emblemáticos e ainda sem resolução no estado de Pernambuco.

Trata-se do conflito envolvendo uma das maiores usinas de cana-de-açúcar do estado, a empresa Trapiche, fornecedora de açúcar para grandes multinacionais, como a Coca-Cola e Pepsi Co. A empresa protagonizou a expulsão de uma comunidade formada por 53 famílias de pescadores artesanais e extrativistas costeiros marinhos, que viviam em 17 ilhas estuarinas, localizadas no município de Sirinhaém, litoral sul do estado de Pernambuco.

A denúncia do caso foi apresentada em um painel que também contou com a participação da OXFAM, organização internacional parceira da CPT, e das multinacionais Coca-Cola e Pepsi Co, compradoras do açúcar da usina Trapiche. Uma representação da Missão Permanente do Brasil em Genebra foi enviada para acompanhar o debate. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - a quem a comunidade solicitou em 2006 a criação de uma Reserva Extrativista no local, como forma de solucionar o conflito - recebeu o convite para participar do evento, mas não compareceu.

Na ocasião, a CPT alertou para a necessidade de comprometer todos os agentes envolvidos na cadeia produtiva do açúcar. A Pastoral endossou que as grandes empresas multinacionais compradoras do açúcar da Usina Trapiche também possuem responsabilidades sobre os contextos de violações de direitos ocorridos no local. A existência da forte demanda de grandes empresas multinacionais pelo açúcar produzido nas Usinas do país, acaba por incentivar a expansão da produção açucareira e contribuir para o acirramento de conflitos agrários que dizimam comunidades tradicionais.

Para a CPT, a denúncia do conflito no Fórum da ONU contribuiu de maneira relevante para reverberar a voz da comunidade atingida e fortalecer a pressão internacional em torno do caso. Ademais, o caso denunciado revela muito mais do que a violência cometida contra uma comunidade tradicional, que criou um manejo próprio e estabeleceu uma relação de equilíbrio com a natureza, em harmonia com o território. A denúncia escancara como, ainda hoje, no Brasil, os poderes públicos mantêm íntima relação com a elite agroaçucareira do Nordeste brasileiro, reproduzindo práticas violentas contra diversas comunidades tradicionais.

Foto: CPT NE II

Casas da periferia de Sirinhaém espremidas pelo monocultivo da cana-de-açúcar da Usina Trapiche.

O conflito

Os conflitos agrários e violações de direitos humanos praticados por usinas de cana-de-açúcar contra populações camponesas compõem o cotidiano e a história da Zona da Mata do estado de Pernambuco. No entanto, desde a sua eclosão, na década de 1980, o conflito territorial nas chamadas ilhas de Sirinhaém tornou-se emblemático por possuir um extenso e violento histórico, com ameaças de morte, expulsões, perseguições, acordos forçados, prisões ilegais, queima de casas, além de graves impactos ambientais, todos causados pela Empresa Trapiche.

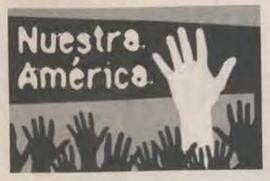
As famílias foram empurradas para a periferia do município, onde foram relegadas às favelas e a uma situação perversa de miséria e fome antes desconhecida. Restaram-lhes apenas os efeitos de uma demolição cultural, consistente no desenraizamento, no esfacelamento dos laços comunitários e na supressão da identidade e dos modos de vida tradicionais. De acordo com os membros da comunidade, o território das Ilhas de Sirinhaém era o "lugar bom de morar" e o "lugar de barriga cheia". No entanto, atualmente, as famílias encontram-se em situação de extrema vulnerabilidade, violência, fome e desemprego.

CPT realizou estudo prévio que analisa as violações de Direitos Humanos praticadas pela empresa

No mês de outubro, a CPT tornou público o relatório "Morrer de fome um pouco por dia - Impactos aos direitos humanos causados pela Usina Trapiche à comunidade pesqueira no município de Sirinhaém/PE", realizado com o apoio da OXFAM e que apresenta uma análise sobre os impactos aos direitos humanos e territoriais da comunidade promovidos pela Usina Trapiche.

O estudo traz também uma série de recomendações direcionadas aos principais envolvidos no caso, especialmente aos órgãos e entes públicos, entre eles: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Ministério Público Federal (MPF), o Governo do Estado de Pernambuco - por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) -, a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), além das empresas compradoras dos produtos da Usina Trapiche, como a Coca-Cola e a Pepsi Co. Todas as recomendações estão sendo cobradas e monitoradas pela CPT no intuito de que o Estado brasileiro atue na reparação definitiva do conflito que se arrasta há cerca de três décadas, garantindo à comunidade o direito definitivo ao seu território tradicional.

** Jornalista da CPT Nordeste II.*



A morte física de Fidel Castro

No último dia 25 de novembro faleceu, aos 90 anos, em Havana, capital cubana, o comandante da vitoriosa Revolução Cubana, Fidel Castro.

"Fidel está morto, mas é imortal. Poucos homens sabem o que é a glória de se tornar ainda vivos uma lenda e entrar para a história. Fidel é um deles. Ele pertencia a essa geração de insurgentes míticos - Nelson Mandela, Patrice Lumumba, Amílcar Cabral, Che Guevara, Camilo Torres, Turcios Lima, Ahmed Ben Barka - que, perseguindo um ideal de justiça, foram lançados na década de 1950, à ação política com a ambição e esperança de mudar um mundo de desigualdades e discriminações, marcado pelo início da guerra fria entre a União Soviética e os Estados Unidos", analisou o jornalista Ignacio Ramonet, amigo e biógrafo de Fidel.

Para Leonardo Boff, outra dimensão de Fidel, testemunhada por muitos, era a sua ternura. "Tenho uma sobrinha com um tipo de reumatismo que nenhum médico conseguia tratar. Falei com o Fidel se era possível tentá-la em Cuba. Pediu-me todos os laudos médicos daqui. Ele mesmo se encarregou de falar com médicos cubanos. Efetivamente não havia cura. Cada vez que me encontrava, a primeira coisa que pedia era: 'como vai a Lola, sua sobrinha?'. Essa memória carinhosa e terna não é frequente em chefes de Estado. Geralmente onde predomina o poder não vigora o amor nem floresce a ternura. Com Fidel era diferente. Alegrou-se enormemente quando lhe contei que um médico brasileiro inventou uma vacina cujo efeito colateral era curar este tipo de reumatismo. São pequenos gestos que mostram que o poder não precisa fatalmente obscurecer essa dimensão tão profunda que é o enternecimento e a preocupação pelo destino do outro. O legado de sua pessoa carismática permanecerá como referência para aqueles que se recusam a reproduzir a cultura do capital e com as injustiças que a acompanham, de ordem social e ecológica".

Foto: Arquivo Prelazia de São Félix do Araguaia

Fidel Castro e o bispo Dom Pedro Casaldáliga, um dos fundadores da CPT

Fidel e os furacões

Ruben Siqueira, da coordenação nacional da CPT, também refletiu sobre a morte de Fidel e a sociedade cubana. Confira o depoimento dele:

Final de novembro de 2002. Fomos a Cuba, numa delegação de representantes de movimentos sociais e sindicais brasileiros, para o II Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Eu estava pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Chegamos em Havana nos rastros dos furacões Isidore e Lili. Juntos, gente do povo e soldados do exército limpavam as ruas. Indo depois do encontro para a região "tabacalera" de Pinar del Rio, para um intercâmbio com camponeses, pude ver ao longo da "carretera" a devastação: casas destelhadas, rede elétrica caída, canaviais dobrados, toda uma safra de laranjas no chão... E de novo, populares e exército juntos no enfrentamento dos estragos. (A van parava para dar carona a estudantes e trabalhadores, sem que pedissem. Carona é uma "instituição" em Cuba. Assim como parar o carro, sem que peçam, para que alunos atravessem a rua indo ou vindo da escola. O que só se vê no início da manhã ou no fim da tarde. Durante o dia não há crianças e adolescentes nas ruas em Cuba: estão todos na escola.). Cubanos convivem com furacões e tempestades tropicais, é algo incorporado ao modo de viver na ilha. Por isso, eles têm uma bem organizada e eficiente Defesa Civil, uma das melhores do mundo. E quem a liderava era Fidel. O que sobre isso me contaram, então, dá a dimensão da liderança (e do mito) do Comandante. Em várias ocasiões, por onde estava previsto passar o epicentro do furacão, estava ele à frente. Avisavam que o furacão iria se deslocar tantos quilômetros, Fidel e a Defesa Civil corriam pra lá. Novo aviso, novo deslocamento.

Foto: Wikipédia

Até que o furacão passava por fora da ilha, com poucos impactos. "Nem furacão pode com o Comandante", diziam cubanos.

A imagem de Che é muito presente em toda a ilha, também a de Camilo Cienfuegos (o mais querido), a de Fidel nem tanto. Presente mesmo é José Martí, o pai espiritual da Cuba livre; seu busto se encontra em toda repartição pública, nas praças e até em entroncamentos de estradas rurais. A revolução cubana sobrevive sob esta mística, verdadeiro culto à imagem dos revolucionários. Por isso o uso continuado do verde oliva do uniforme militar. (Sinal dos tempos, Fidel tinha que no fim da vida substituí-lo pelo macacão da Adidas?). Entre os heróis também se incluem soldados, médicos, engenheiros e educadores que morreram em missão solidária mundo afora. Cada comunidade reverencia os seus.

Deu o que pensar... Não há mesmo luta pela transformação revolucionária e socialista sem uma mística socialista e revolucionária. Mas será que em Nuestra América, a busca da utopia socialista não conseguirá se fazer sem esta mitificação do líder, "pai da pátria", caudilho de sinal invertido, que desanda em desigual hierarquia?

Na sessão de encerramento do encontro, Fidel falaria. Ao menos uma parte do seu discurso, provavelmente longuíssimo como na lenda, estava eu disposto a ouvir. Era quase três da manhã e ele nem tinha começado... Vencido pelo cansaço e pelo sono, fui dormir. Ele falou o resto da noite. Não me chamaram para o encontro especial da delegação brasileira com ele ao amanhecer... Conta-se que depois ele foi jantar (!) com representantes das delegações e ainda animado tomou várias garrafas de vinho...

Mas, a melhor imagem de Cuba que trouxe comigo não foi da imponente figura do Comandante, foi a cabeça erguida, a altivez de seu povo. Nunca vi igual em nenhum lugar por onde já andei. Isto quero para o nosso e todo povo.

Ruben Siqueira – CPT.

PÁGINA BÍBLICA

O Projeto de Jesus

SANDRO GALLAZZI*

Na edição passada vimos que o grupo de Jesus não é um grupo de gente poderosa, nem de sábios, nem de escribas. Jesus adota somente os pobres, os últimos, os pequenos. A verdadeira prova da chegada do reino consiste em que os pobres são evangelizados, são chamados a estar com Jesus. A opção pelos pobres, não é só a opção por ajudá-los, mas a capacidade de acreditar neles e de entregar-lhes a missão.

A Missão

Esta missão não consiste em ajudar os pobres, mas anunciar a eles o Evangelho. O Evangelho é dizer aos pobres: Vocês. Vocês vão ser pescadores de homens, venham comigo, vamos tirar as pessoas das garras do mar, sigam-me!

Esta é a prática que vai incomodar o sistema. Porque para Jesus o centro de tudo é o pobre, o oprimido. Vamos trabalhar alguns textos comuns aos quatro evangelistas para nos aproximarmos da memória de Jesus, que as primeiras comunidades conservaram.

O pobre no meio (Mc 2,23-3,8; Mt 12,1-14; Lc 6,1-11; Jo 5,1-15)

Mesmo que o texto de João tenha uma narrativa diferente a mensagem é a mesma. Vamos acompanhar o texto de Marcos. São dois momentos, um no campo, no meio da terra; o outro dentro de uma sinagoga. Nos dois casos o que está em questão é o dia de sábado. Para os fariseus e para o templo o sábado é uma das leis mais importantes.:

"Guardarás meus sábados, porque o sábado é o sinal entre eu e vocês por todas as gerações, pelo qual conhecerão que eu sou Javé que santifica... Aquele que o profanar será réu de morte: o que trabalhar será excluído de seu povo... é o dia de descanso solene dedicado a Javé. Quem trabalhar no sábado é reu de morte.".

E a lei deve ser entendida ao pé da letra, para ser observada sem infrações. O homem feito para o sábado! Por isso os fariseus não conseguem ver os sinais de libertação, não conseguem ver os paralíticos andarem, os doentes ficarem curados ... só sabem ver uma norma transgredida.

Jesus tem outra memória deste mandamento, a que vem da corrente profética: *"Durante seis dias trabalha, faz tuas tarefas; mas o dia sétimo é dia de descanso dedicado a Javé, teu Deus. Não farás trabalho algum nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu escravo, nem tua escrava, nem teu boi, nem teu burro, nem teu gado, nem o forasteiro que mora na tua cidade para que DESCANSEM COMO TU, O ESCRAVO E A ESCRAVA. Lembra-te que foste escravo no Egito e Javé teu Deus te tirou daí com mão forte e braço estendido. Por isso Javé, teu Deus, manda guardar o dia de sábado."*

É diferente. A memória desta lei é a libertação do Egito (memória fundante para os profetas) e o motivo é o descanso dos trabalhadores. Sábado como sinal de liberdade. Um sábado feito para o homem!

Jesus se agarra a esta memória. Necessita devolver ao sábado seu rosto de libertação, por isso é preciso lutar contra tudo o que oprime:

. de fora: o latifúndio romano, com suas espigas arrancadas pelos discípulos. Se até o pão de Deus é para os que têm fome, quanto mais o pão que o imperador quer para si;

. de dentro: uma celebração vazia que considera praticada a lei quando participa de um rito na sinagoga. Na sinagoga, no momento da celebração, o paralítico está ao fundo. Na visão da retribuição ele deve ter cometido algum pecado para estar assim. Então ele é impuro, tem que ficar longe. No centro da sinagoga, está o livro. A Palavra escrita está no meio para o culto e a celebração.

E Jesus se levanta e diz: "Você para o meio".

No meio tem que estar o pequeno, o pobre, o oprimido.

E agora que nossos olhos estão fixos no pobre, Jesus nos provoca: que vamos fazer no dia de sábado? O bem ou o mal? Dar a vida ou matar?

O que é santificar o Sábado, guardar o Sábado?

Olhando e ouvindo o povo oprimido a conclusão é clara.

A uma pessoa assim só se pode matá-la. Os fariseus, os da sinagoga inimiga de Roma, foram buscar os herodianos, os do latifúndio, partidários de Roma, para ver como prender Jesus.

Os dois partidos se unem para matar o homem que substitui qualquer instituição, inclusive a mais sagrada, pela vida do pobre.

Conhecem a parábola do samaritano?

O sacerdore não se aproxima, por que? Por que é mau? Não. Porque a lei o proíbe.

O que está no caminho pode estar morto, ao tocá-lo torna-se impuro. O levita também passa ao largo.

Somente o samaritano que ja é impuro, é o que se aproxima e lhe dá a vida. Jesus diz ao doutor da lei, ao escriba, ao professor: "Faz você o mesmo". Aproximar-se do ferido, fazer tudo o que podemos para que viva, este é o lugar desde o qual se constroi a unidade: o ponto central, o rumo que temos que seguir é em direção ao pobre.

Enquanto cada um de nós caminhe para seu templo, sua igreja, sua maneira de ver as coisas, suas ideologias, nunca encontraremos um caminho de unidade. Mas se todos nos dirigirmos ao pobre, mais cedo ou mais tarde, vamos nos encontrar, porque o rumo é o mesmo. Jesus o deixa claro: o homem vale mais que tudo, mais que o sábado, a sinagoga, o templo, o palácio. Não há instituição, organização, teologia que seja mais importante que o pobre.

É por isso que ele vai morrer. A instituição não deixa com vida a uma pessoa que prega, não a partir de ideologias, de opiniões diferentes, mas a partir de opções claras, dizendo que o centro está no pequeno. *"E tomando a uma criança a pôs no meio e a abraçou"...*

Jesus sabe e tem a certeza de que a este pequeno, a este pobre, a este último, às crianças e às mulheres, Deus os quer muito.

Jesus volta a descobrir o rosto da gratuidade de Deus, que o judaísmo do templo e da sinagora havia esquecido, obrigando a Deus a ser o Deus da retribuição. O Deus de Jesus gosta de manifestar seu amor, sua misericórdia.

E assim os pobres aprendem a fazer o mesmo, como a mulher que fazia doze anos perdia sangue. Doente, impura e pobre sabe que deve transgredir a lei para tocar neste homem e conseguir a vida, mesmo arriscando a pena de morte por apedrejamento. *"TUA FÉ TE CUROU"*. Transgredir uma lei que divide e que oprime é a fé, é a vida!

*Assessor da CPT

CRIME DA SAMARCO – 1 ANO

A lama que mata ainda amedronta o Vale do Rio Doce

Thomas Bauer e Joka Madruga / Colaboração de Paula Zarth Padilha*

"Não sei quando irão estancar isto. Esta lama toda que veio de Fundão. Matou o Rio Doce. Acabaram com tudo, com peixe, com nossa vida. Será que meus filhos vão conseguir pescar neste rio?", desabafa Juliano Conegundes, pescador que mora ao lado do encontro dos rios Carmo e Piranga, onde forma o Rio Doce.

A lama da Samarco/Vale/BHP-Billiton percorreu aproximadamente 800 Km, de Mariana (MG) até a foz do Rio Doce em Regência, no litoral do Espírito Santo. Deixou um rastro de destruição, mortes e muita tristeza por onde passou. Um ano após o maior crime socioambiental do Brasil, onde 62 milhões de metros cúbicos de lama tóxica desceu rio abaixo, muita coisa ainda não foi feita. Comunidades inteiras foram cobertas pelo dejeto contaminado e dezenove pessoas morreram. A população ainda vive insegura com o futuro de suas famílias. O Rio Doce já não é mais lugar de sobrevivência e diversão. É um leito triste e, pelo que parece, já esquecido por alguns.

Outra barragem pode romper

A ameaça de um novo desastre ronda a população de Mariana (MG). Não bastasse a calamidade provocada pelo rompimento da barragem do Fundão, da SAMARCO, as comunidades da cidade e do entorno convivem com a iminência de uma nova tragédia. Um tremor de terra confirmado pela empresa no início de novembro aumentou a tensão sobre as condições estruturais da barragem de Germano, três vezes maior e que já apresenta sinais de rachadura. Não é só. Diante do período chuvoso que se iniciou nestes dias o temor de muitos está aumentando. Ao longo de toda extensão do rio Doce, os moradores convivem com a expectativa de que uma grande quantidade de lama, que continua acumulada entre a região de Mariana e a usina Candonga, possa se espalhar pelo rio.

Foto: Joka Madruga

Empresa nega direitos

Pior, numa total inversão de papéis, as pessoas que sofreram danos irreparáveis até hoje estão lutando para serem reconhecidas como atingidos, cobrando seus direitos negados pela empresa. Além disso, os moradores relatam que funcionários da Samarco estão visitando as famílias de porta em porta para alertar sobre as possíveis enchentes deste ano. Para se ter noção do que pode ocorreu na maior enchente na região, em 1979. Isso significa que a água misturada com o rejeito poderia subir ao mesmo nível da lama do ano passado, atingindo novamente as casas de toda região.

O rastro de destruição que se espalha ao longo do Rio Doce e deságua no Oceano Atlântico expõe as feridas abertas da irresponsabilidade pública e do descaso. No município de Linhares (ES), os distritos de Regência e Povoação foram diretamente atingidos, pois estão à margem do Rio Doce de um lado e a sua frente a imensidão do oceano. Segundo vários pescadores e moradores, a lama contaminada está impregnada no fundo do rio e nos dias de ventania as águas agitadas fazem com que o barro solte novamente. Eles afirmam que em determinadas épocas do ano, o rio ficava sujo devido a grandes chuvas na região mais alta do rio, porém em pouco tempo voltava ao normal. Coisa que não acontece mais há um ano. A água ficou turva e a maioria das pessoas não tem coragem de tomar banho ou comer peixes do Rio Doce, com medo da contaminação. Os relatos são sempre quase os mesmos e sempre com emoção.

Organização e resistência

Apesar do descaso dos Governos não estão totalmente desamparadas. Várias entidades têm contribuído para a organização deles, em especial o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as dioceses católicas de Colatina, Governador Valadares e Mariana e o Ministério Público do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Direitos Humanos

O MAB aponta que existe um padrão na violação dos direitos humanos dos atingidos por barragens. Pois não tem um marco legal que garanta os direitos deles. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais existe um projeto de lei para regulamentar esta situação, mas está engavetado na Comissão de Constituição e Justiça. As mineradoras, que financiaram a campanha de alguns deputados, são contra este projeto.

Pescadores

Outro problema na região é com relação aos pescadores. Tanto os do oceano, como os do Rio Doce. Até o momento definitiva para eles, que estão proibidos de pescar e prover seu sustento e de suas famílias. São mais de sete mil famílias de pescadores atingidas. Muitos deles não terão de volta sua profissão, o que gera um enorme impacto cultural e financeiro.

Análises de qualidade da água

Há muita confusão sobre a qualidade atual da água do Rio Doce. Por um lado, a Samarco apresenta laudos que dizem que ela está apta para consumo humano. De outro, entidades independentes dizem que não. Isto gera insegurança e dúvidas na população, que tem um gasto a mais no orçamento com água mineral. Em algumas localidades, a construção de poços artesianos sem fiscalização, feitos no desespero, pode comprometer o lençol freático na região.

Lama que Mata

maker e agente da Comissão Pastoral da Terra/BA Thomas Bauer, junto com o repórter fotográfico e colaborador da CPT Nacional Joka Madruga, percorreu o caminho da lama. Eles ouviram dezenas de relatos. Puderam conferir como o sentimento de temor e desconfiança está instalado na população local. Os depoimentos colhidos fazem parte da produção do projeto "Lama que mata", cuja primeira etapa se encerrou com a realização de uma exposição de fotografias na cidade de Mariana (MG), em 05 de novembro. Em 2017, está previsto o retorno para os locais percorridos com um documentário e uma exposição fotográfica. A iniciativa conta com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, da DKA Áustria e de dioceses locais. Fotos e vídeos podem ser vistos em www.fb.com/lamaquemata

*Agente da CPT Bahia / Fotógrafo / Jornalista

Cultura

Fotos: João Ripper/Acervo CPT

Faz escuro **mas eu creio**

Aterrorizada
chora em Aleppo uma criança síria
Oman Daqneesh é seu nome.
E chora inconsolável
um menino guarani-kaiowá
na aldeia incendiada.
Ouço ao longe o lamento de um jovem
sem futuro na noite africana.
Vejo o primeiro mundo fechando
suas fronteiras aos refugiados sem destino
e sinto a impotência das ocupações urbanas
e rurais diante do poder imposto à força.

A vida que começa geme num mundo atroz
e nós calamos!
Indefesa
a terra grita ferida pelo lucro cego
dos perversos
e nós calamos!
Novamente com algemas na garganta
perde direitos o país golpeado pela infâmia
e nós calamos!

Apesar da nossa indiferença,
humano
numa criança da periferia,
Deus vem ao nosso encontro.

Limpar o rosto machucado
sair de novo à rua
lançar o grito resgatando
a utopia pisoteada
empapar a alma de
amor e de ternura
desafios sempre novos
de quem crê no mistério
de um Deus humanizado!

Poema de Paulo Gabriel

A Comissão Pastoral da Terra deseja a você um 2017 repleto de **amor, solidariedade e utopias.**

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐	Brasil	R$	10,00
☐	Para o exterior	US$	20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta Postal Básica
9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO **VIA AÉREA**

LINHAS DE AÇÃO

PASTORAL

- A partir das lutas, ajudar os trabalhadores a refletir e celebrar a sua vida à luz da Palavra, incentivando a unidade das Igrejas e do povo de Deus.
- Conduzir o trabalho pastoral de forma a contribuir para a unidade da classe trabalhadora.
- Criar espaço para que agentes e assessores possam aprofundar, a partir da p ática, o novo modo de a Igreja ser.
- Elaborar subsídios para o trabalho pastoral.
- Incentivar o conhecimento das expressões da religião popular para um melhor desempenho pastoral.
- Promover Romarias da Terra que incentivem a fé solidária às lutas dos trabalhadores rurais e da cidade.
- Promover reuniões de formação e planejamento do grupo de agentes pastorais que compõem as equipes locais com conhecimento e convite ao acompanhante e assessoramento especializado.
- Que a elaboração da proposta de Pastoral da CPT seja considerada nos níveis áreas e regional.

LUTAS PELA TERRA

- Buscar formas de estudar e discutir as questões da luta pela terra e pela Reforma Agrária, a partir das motivações dos trabalhadores.
- Apoiar a partir de critérios definidos pela entidade, as lutas de resistência (assentados, posseiros, acampados, atingidos), exigindo a regularização fundiária.
- Combater a política paternalista do estado, ajudando os trabalhadores a encarar de maneira crítica os recursos recebidos, para que mantenham sua autonomia, e incentivar a utilização coletiva dos benefícios.
- Buscar o apoio de outras entidades para estudar discutir e mobilizar os trabalhadores.
- Incentivar a articulação das lutas pela terra no projeto político dos trabalhadores rurais.
- Promover o intercâmbio de experiências de mutirões, assentamentos atingidos e outras formas de organização..
- No desenvolvimento de nossas atividades devemos priorizar as áreas que possibilitam um trabalho permanente.

ASSALARIADOS - TRABALHO ESCRAVO (PRÁTICAS ALTERNATIVAS) - FORMAÇÃO

- Pesquisar os projetos governamentais e do capital no campo, e ajudar os trabalhadores a combatê-los defendendo os seus direitos.
- Ajudar os trabalhadores em colaboração com outras entidades a desenvolver práticas agrícolas populares e exigir do governo uma política agrícola que os favoreça.
- Discutir com os trabalhadores a legislação federal, estadual e municipal, contribuindo com a sua mobilização.
- Incentivar a articulação de comercialização direta com as populações de baixa renda, e atuar junto ás centrais de abastecimento no sentido de melhorar o serviço do pavilhão 30, tais como:
- frigoríficos,
- câmara de climatização etc..

SINDICALISMO E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DOS TRs

-Incentivar os trabalhadores rurais a participarem dos sindicatos de Trabalhadores Rurais, visando seu fortalecimento, como órgãos de representação classista.

- Incentivar e acompanhar a criação de STRs. visando a construção de um sindicalismo combativo, democrático e de classe.
- Dar apoio aos grupos de oposição sindical que aceitam se fortalecer em suas lutas e idéias, visando a conquista do STR e a organizações de classe.
- Incentivar um sindicalismo democrático, classista voltado para suas bases, que esteja à frente das lutas pela terra (resistência e conquista) e pela transformação da sociedade.
- Contribuir na avaliação, planejamento e capacitação, evitando o paternalismo, oferecendo dados e pontos de discussão.
- Apoiar o Departamento Rural da CUT, contribuindo para a sua consolidação.
- Favorecer a articulação entre os STRs e outras formas de organização e os partidos que em sua prática apoiam as lutas das classes trabalhadoras, mantendo a autonomia respectiva.
- Assumir em caráter permanente um trabalho de organização dos trabalhadores, nas áreas de concentração de assalariados, em colaboração com os sindicatos e forças locais.
- Aprofundar o estudo sobre a diferenciação do campesinato para o melhor desempenho de nossas atividades.
- Incentivar e acompanhar a organização de associações e cooperativas de pequenos produtores.
- Fortalecer a articulação dos assentamentos através de suas organizações, entre as quais a Comissão de Assentados, dando ênfase à articulação pela base, numa perspectiva de mudança da política agrícola.
- Apoiar e incentivar a organização dos atingidos por barragens e outros projetos governamentais.
- Desenvolver, com as equipes da áreas, por região, uma atividade de formação permanente, sistemática e planejada junto aos agentes pastorais aos dirigentes sindicais e dos diversos movimentos e lideranças.
- Favorecer e incentivar o debate sobre o sindicalismo e as novas formas de estruturas sindicais.
- Animar os STRs na retomada da luta pela conquista da terra.
- levar em conta, no trabalho de assessoria a todas as formas de organização dos trabalhadores do campo, a luta política global e a transformação das estruturas da sociedade. Incentivar também a participação (militância) dos trabalhadores nos partidos políticos que defendem os interesses das classes trabalhadoras.

✲✲✲

EXIGÊNCIAS EVANGÉLICAS E ÉTICAS DE SUPERAÇÃO DA MISÉRIA E DA FOME

"Alimento, dom de Deus, direito de todos."

CEDIM

documentos da cnbb

69

DOCUMENTOS DA CNBB – 69

CEDIM

COLEÇÃO DOCUMENTOS DA CNBB

01. Testemunhar a fé viva em pureza e unidade
02. Pastoral da Eucaristia – Subsídios
2a. Pastoral dos sacramentos da iniciação cristã
03. Em favor da família
04. Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil
06. Pastoral da Penitência
07. Pastoral da música litúrgica no Brasil
08. Comunicação pastoral ao povo de Deus
10. Exigências cristãs de uma ordem política
11. Diretório para missas com grupos populares
12. Orientações pastorais sobre o matrimônio
13. Subsídios para Puebla
14. Pastoral da unção dos enfermos
15. Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil
17. Igreja e problemas da terra
18. Valores básicos da vida e da família
19. Batismo de crianças
20. Vida e ministério do presbítero – Pastoral vocacional
22. Reflexão cristã sobre a conjuntura política
23. Solo urbano e ação pastoral
24. Pronunciamento da CNBB – 81/82 – coletânea
25. As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil
26. Catequese renovada
27. Pronunciamentos da CNBB – 82/83 – coletânea
28. Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1983/1984
30. Formação dos presbíteros na Igreja do Brasil: diretrizes básicas
31. Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil
32. Pronunciamentos da CNBB – 83/84 – coletânea
33. Carta aos agentes de pastoral e às comunidades
35. Pronunciamentos da CNBB – 84/85 – coletânea
36. Por uma nova ordem constitucional
37. Pronunciamentos da CNBB – 85/86 – coletânea
38. Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1987/1990
40. Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos
42. Exigências éticas da ordem democrática
43. Animação da vida litúrgica no Brasil
44. Pronunciamentos da CNBB – 86/88 – coletânea
45. Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1991/1994
47. Educação, Igreja e Sociedade
48. Das diretrizes a Santo Domingo
50. Ética: pessoa e sociedade
51. Pronunciamentos da CNBB – 88/92 – coletânea
52. Orientações para a celebração da Palavra de Deus
53. Orientações pastorais sobre a renovação carismática católica
54. Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 1995/1998
55. Formação dos presbíteros da Igreja no Brasil: diretrizes básicas
56. Rumo ao novo milênio
58. Pronunciamentos da CNBB – 92/96 – coletânea
59. Igreja e comunicação rumo ao novo milênio – conclusões e compromissos
61. Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil / 1999/2002
62. Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas
64. Diretrizes e normas para as universidades católicas – Segundo a Constituição Apostólica "Ex Corde Ecclesiae" – Decreto geral
65. Brasil – 500 Anos: diálogo e esperança – Carta à sociedade brasileira e às nossas comunidades
66. Olhando para a frente: o projeto "Ser Igreja no Novo Milênio" explicado às comunidades
67. Eleições 2002 – Propostas para reflexão
69. Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome

Os nn. 5, 9, 16, 21, 29, 34, 39, 41, 46, 49, 57, 60, 63, 68 são Planos de Pastoral.

CEDIM

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

EXIGÊNCIAS EVANGÉLICAS E ÉTICAS DE SUPERAÇÃO DA MISÉRIA E DA FOME

"Alimento, dom de Deus, direito de todos."

Paulinas

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora. Direitos reservados.

4ª edição – 2002

Paulinas

Rua Pedro de Toledo, 164
04039-000 – São Paulo – SP (Brasil)
Tel.: (11) 5085-5199 – Fax: (11) 5085-5198
http://www.paulinas.org.br – editora@paulinas.org.br
Telemarketing e SAC: 0800-7010081

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2002

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

INTRODUÇÃO 9

I. Desafios prementes no início do milênio 10
Drama da fome no Brasil 12
Mudança de mentalidade: questão básica 14

II. Exigências Evangélicas 16

III. Exigências éticas 20

IV. Promoção dos Direitos Sociais 24

V. Tornar o alimento, dom de Deus, direito de todos 25
Propostas concretas 27

VI. Conclusão: "Dai-lhes vós mesmos de comer" 30

APRESENTAÇÃO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ao celebrar seu Jubileu de Ouro, renova a evangélica opção preferencial pelos pobres e conclama todos os homens e mulheres de boa vontade para uma ação efetiva pela superação da miséria e da fome. Atentos ao clamor de milhões de famintos em todo o mundo, queremos realizar em nosso país um mutirão mobilizando as dioceses, comunidades, movimentos e pastorais e assim unir-nos à caminhada de outros povos na conquista do direito ao alimento e à nutrição.

O texto que agora publicamos foi aprovado por unanimidade em nossa 40ª Assembléia Geral, em abril de 2002. Diante da dura realidade da fome e da miséria, no Brasil e no mundo, e estudando suas verdadeiras causas, não podemos nos ater somente às obras caritativas que, durante séculos, testemunham o amor gratuito dos cristãos pelas pessoas que padecem. Onde estiver alguém caído na estrada da vida, aí deve estar a Igreja, a exemplo do Bom Samaritano, socorrendo-o por meio de suas obras e associações. Sabemos, contudo, que, além do auxílio imediato e de medidas compensatórias, faz-se necessário promover a cidadania de cada pessoa e garantir condições dignas de vida, como compete a filhos de Deus.

Somos movidos pelo testemunho e convite de Jesus Cristo, Pastor e Mestre da compaixão e da misericórdia, que fez do pão cotidiano o sinal sensível de sua presença salvífica e alimento para a vida eterna. Ensinou-nos a pedir ao Pai celeste o Reino e o pão de cada dia e a reparti-lo com os irmãos e as

irmãs. Obedientes ao seu ensinamento, queremos praticar a partilha do pão, assegurando a todos o alimento, dom de Deus.

Invocamos o princípio universal da dignidade humana, que fundamenta o direito de todos à segurança alimentar e se concretiza em exigências éticas de defesa da vida. Imbuídos desse dever, queremos nos empenhar, com eficácia, na vigilância de políticas públicas de superação da miséria e da fome e assim construir, no Brasil, a cidadania plena.

Lançando o *mutirão nacional de superação da miséria e da fome*, unimos nossos esforços a todos que, com boa-vontade, se dedicam à mesma causa, a fim de que – o quanto antes - se realize a vontade do Pai e haja pão na mesa de todas as famílias.

Temos a certeza de contar com as graças de Deus, por meio de seu Filho, Nosso Senhor, para a concretização de empreitada tão desafiadora. Maria, que alimentou Jesus, mãe de todos nós, solícita para com os pobres e os aflitos, ajude-nos a ser solidários com todos os seus filhos, nossos irmãos e irmãs.

† Dom Jayme Henrique Chemello
Presidente da CNBB

† Dom Marcelo Pinto Carvalheira
Vice-Presidente da CNBB

† Dom Raymundo Damasceno Assis
Secretário-Geral da CNBB

INTRODUÇÃO

1. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunida em sua 40ª Assembléia Geral, de 10 a 19 de abril de 2002, em Itaici/SP, comemora, neste ano, o *jubileu de ouro* de sua fundação. Fiéis ao Evangelho de Jesus Cristo e à Doutrina Social da Igreja, como pastores renovamos nosso compromisso com a causa da justiça do Reino e nossa solidariedade com o povo em seu sofrimento.

2. Desejamos assumir, a cada dia, as alegrias e esperanças, as angústias e tristezas do povo brasileiro, especialmente das populações das periferias urbanas e das zonas rurais – sem terra, sem teto, sem pão, sem saúde – lesadas em seus direitos. Vendo a sua miséria, ouvindo os seus clamores e conhecendo o seu sofrimento, escandaliza-nos o fato de saber que *existe alimento suficiente para todos e que a fome se deve à má repartição dos bens e da renda*. O problema se agrava com a prática generalizada do desperdício.

3. No entanto, é de suma importância seguir o ensinamento do Concílio Vaticano II: "Satisfaçam-se, em primeiro lugar, as exigências da justiça[...]; eliminem-se as causas dos males, não só os efeitos; seja encaminhada ajuda de tal maneira que, os que a recebem, pouco a pouco, se libertem da dependência externa e se tornem auto-suficientes" (AA 8).

4. A solução dos problemas supera medidas compensatórias, exige nova mentalidade e políticas públicas que reconheçam a alimentação adequada como direito inalienável do

ser humano. Animados pela solidariedade e pela esperança, queremos somar forças com todos os que se empenham nesta causa.

I. Desafios prementes no início do milênio

5. Ao entrar no terceiro milênio da era cristã, a humanidade nutre, de várias formas, a *esperança de realizar o ideal evangélico da "civilização do amor"*, a que se referia o papa Paulo VI ao proclamar, incansavelmente, o desígnio do Deus da Vida para seus filhos e filhas. No entanto, este início de milênio tem sido marcado por temores, tristeza e desalento. Cresce entre nós o número de assaltos, seqüestros e assassinatos que levam a sociedade a procurar a segurança em sistemas de autodefesa, cada vez mais sofisticados. São sinais dramáticos de perversidade o terrorismo organizado, as operações de guerra e as chacinas. A escalada de violência associada ao fanatismo religioso ou nacionalista revela o desespero diante do paradoxo da atual ordem mundial.

6. O século XX deixa como herança guerras e genocídios, produção de armas de enorme poder, explosão de bombas atômicas e destruição de cidades. Milhões de vítimas da miséria e da fome permanecem como marcas da violência, da injustiça e dos desmandos morais que não devemos esquecer, para que nunca mais se repitam. As desigualdades sociais aumentam como fruto da globalização do mercado, que concentra poder e riqueza, enquanto faz diminuir os postos de trabalho na indústria e no campo, degrada a natureza, causa desastres ecológicos e multiplica, a cada dia, o número de excluídos, condenando-os ao êxodo, ao exílio,

à deterioração física e psíquica, inclusive à perda precoce da vida. Flagelo atroz é a fome e a desnutrição que atingem especialmente as crianças nos primeiros anos de vida, prejudicando-as no seu desenvolvimento.

7. Nossa geração se defronta com um processo de degradação da dignidade humana, de ofuscamento de valores morais na vivência conjugal-familiar e de corrupção da vida política e econômica. A subestimação dos parâmetros éticos aparece em experimentos científicos e genéticos, principalmente na área da biologia, que, muitas vezes, desprezam a dignidade da vida humana que deve ser respeitada desde a concepção até seu ocaso natural.

8. São fatos graves que deixam atônita a nossa geração e exigem reflexão e esforço para que se anuncie de novo o sentido da vida e germinem sementes de esperança.

9. Herdamos também notáveis progressos nas ciências e na tecnologia. Basta pensar nos benefícios conquistados para a humanidade no campo da medicina, da informática, da comunicação, do comércio, e da cultura. Temos hoje, mais do que nunca, o instrumental teórico e prático para criar novas formas de relacionamento harmonioso entre os grupos, etnias, culturas, religiões e nações que compõem o formidável mosaico de mais de seis bilhões de seres humanos. Temos recursos e tecnologia para vencer a fome. Falta-nos o espírito solidário e evangélico para renunciar a privilégios e libertar-nos do *vírus* do egoísmo. Falta-nos, ainda, decisão política.

10. Por serem a fome e a desnutrição a dimensão mais pungente e visível da miséria, devem ser o primeiro alvo da cooperação internacional e do mutirão que propomos. Além da fome, outras manifestações da miséria precisam ser denun-

ciadas e enfrentadas, como a precariedade na distribuição e tratamento da água, no saneamento básico, na educação, na habitação, no vestuário, no atendimento médico, até atingirmos um patamar aceitável de vida digna para todas as pessoas, visando ao atendimento de todos os seus direitos humanos indivisíveis.

Drama da fome no Brasil

11. Para compreender o drama de dezenas de milhões de brasileiros vítimas da fome, impõe-se afastar explicações insuficientes ou inconsistentes.

12. Alguns argumentam que não há comida para todos; outros sustentam que não há infraestrutura eficiente para sua distribuição. No entanto, o crescimento da população é inferior ao da produtividade agrícola. Temos capacidade de produzir alimento bastante para o consumo interno e para exportação. A combinação das redes pública e particular de armazéns é capaz de atingir toda a população, em qualquer parte do Brasil. Apesar disto, existe gente passando fome porque a renda familiar não permite comprar a comida que o mercado oferece.

13. As raízes da fome estão, especialmente, na distribuição iníqua da renda e das riquezas, que se concentram nas mãos de poucos, deixando, na pobreza, enormes contingentes populacionais nas periferias urbanas e nas áreas rurais. Essa concentração de renda e riqueza vem de longa data e segue uma lógica na qual o crescimento econômico do Brasil sempre aumenta a riqueza dos ricos, sem estender seus benefícios a quem não tem poder no mercado. A desregulamentação e flexibilização dos mercados vêm retirando do Estado sua função social e política, em prejuízo de seu dever de justa intervenção na economia e na redistribuição da renda. Entregue à lógica do jogo de concorrência que lhe é própria, o mercado premia os fortes e pune os fracos, aumenta o desemprego e oferece remuneração tão baixa aos trabalhadores e à maioria dos aposentados que não lhes permite adquirir alimento para uma subsistência saudável.

14. Além dessa causa estrutural, as altas taxas para empréstimos bancários estrangulam a produção e os juros embutidos nas compras, a prestações, de bens de consumo recaem sobre os pobres que pagam, proporcionalmente, mais do que os ricos. A redução de postos de trabalho obriga um número cada vez maior de pessoas a abrir mão das garantias da legislação trabalhista e a aceitar qualquer atividade assalariada, como é o caso dos trabalhadores temporários no campo e na cidade. Diante disso, o Governo pratica políticas compensatórias, acompanhadas de exigências burocráticas e, às vezes, de manipulação eleitoreira, que apenas diminuem os índices negativos da sua imagem. Até mesmo os recursos orçamentários, destinados às medidas compensatórias, sofrem cortes para gerar superávit destinado ao serviço da dívida pública.

15. A iniqüidade do sistema consiste em conferir prioridade ao mercado, ao lucro, ao capital financeiro em vez de reconhecer e promover, em primeiro lugar, a dignidade da pessoa e o acesso dos pobres a níveis condignos de alimentação, trabalho, moradia, saúde, educação, lazer.

16. A acumulação de bens, ostentada pelos meios de comunicação, especialmente pela televisão, cria e reforça, no in-

consciente coletivo, a mentalidade de que "o dinheiro é que traz felicidade", mesmo atropelando valores morais. Esta concepção falaciosa, como um *vírus*, pervade não só a população rica, mas cria nos pobres o sonho de ascender a uma sociedade opulenta, imitando os padrões de consumo da minoria enriquecida.

17. A conjunção destes vários fatores provoca as gravíssimas conseqüências da miséria no Brasil e em tantos outros países e requer uma definitiva transformação desde a lógica do mercado, hoje *mundializado* e fora do alcance de controle social ou político, até dos hábitos e motivações pessoais marcados pelo consumismo e ambição de riquezas.

Mudança de mentalidade: questão básica

18. A condição aflitiva de larga parte de nossa população, atormentada pelo flagelo da miséria, coloca uma questão básica para a cidadania e a promoção do bem comum. Com efeito, como suportar, à luz da dignidade da pessoa, a violação sistemática do direito à vida plena e dos demais direitos a ela inerentes?

19. É inadmissível o contraste entre a situação de miséria e degradação do povo sofrido, refugiado nas favelas, cortiços e periferias das cidades, que chega a recorrer à prostituição e até ao tráfico de drogas para sobreviver, e o luxo e sofisticação de condomínios fechados, construções suntuosas e desperdício de riquezas, sem consideração pela miséria envolvente. O mais triste para a consciência cristã é o fato de que a escandalosa desigualdade acontece, infelizmente, pela falta de testemunho evangélico de vida, criando ofuscamento da consciência, frieza e

alienação diante do sofrimento humano e descrédito para o anúncio da Boa Nova.

20. A injustiça social assume proporções de ofensa a Deus, que nos criou à sua imagem e semelhança, e se opõe ao mandamento do amor fraterno que Jesus Cristo instituiu como lei da nova e eterna aliança. O resgate da dignidade dos pobres não pode limitar-se à assistência emergencial, mas exige a transformação da sociedade e da economia, numa nova ordem voltada para o bem comum.

21. Apresenta-se aqui um impasse de difícil superação, uma vez que as transformações estruturais exigem, para serem empreendidas com eficácia, alteração nas leis que não pode ser concretizada sem mudança profunda de mentalidade. Estamos dispostos a reconhecer a nossa conivência com o apego aos bens materiais? Percebemos que toda convocação para uma ação conjunta por parte da Igreja, em colaboração com as demais entidades da sociedade, requer, como pressuposto, o testemunho evangélico e ético? Como implantar na própria Igreja uma economia de solidariedade? O exemplo das primeiras comunidades, que perseveravam nos ensinamentos dos apóstolos, na fração do pão, na partilha fraterna e na oração, convence-nos de quanto é ilusório o bem-estar egoísta quando comparado à alegria de uma convivência fraterna, em que todos têm acesso a condições de vida dignas.

22. É neste espírito de conversão pessoal e comunitária que a CNBB conclama a todos para que, o quanto antes, se possa vencer a mentalidade de apego aos bens materiais e ao consumismo e alcançar a superação da miséria. Somente vencendo o egoísmo e a indiferença, assegura-se o pão de cada

dia para todos. Como exorta o Papa, a Igreja está obrigada, por vocação, a aliviar a miséria dos que sofrem, próximos e distantes, não só com o supérfluo, mas também com o necessário (SRS 31). Façamos o que depende de nós para que as sementes de esperança do Reino de Deus, já nesta terra, dêem fruto de vida.

II. Exigências Evangélicas

23. Deus, Criador e Senhor da Vida, garante com fartura, em bem da humanidade, a fecundidade da natureza e os meios para que todos possam viver e desenvolver seus talentos, sem depredar os recursos naturais do planeta. O salmo 104 descreve esse projeto dizendo: "De tuas altas moradas irrigas os montes, com o fruto das tuas obras sacias a terra. Fazes crescer o feno para o gado, e a erva útil ao homem, para que tire da terra o seu pão". Também as aves e animais recorrem ao Criador: "rugem os leõezinhos em busca de presa e pedem a Deus seu alimento [...] Tu lhes forneces e eles o recolhem, abres a tua mão e saciam-se de bens" (10-28). Dom de Deus para todas as suas criaturas, sem exceção, o alimento garante a continuidade da Criação.

24. O Antigo Testamento registra, esplendidamente, a tradição e a experiência da fé do Povo de Israel, raízes de nossa fé cristã, e nos ensina o lugar fundamental da consciência ética da superação da miséria e da fome, como elemento constitutivo desta mesma fé. Os profetas acentuam a inseparável ligação do culto a Deus e a prática da justiça, na defesa dos direitos dos oprimidos, no sustento dos pobres e no compromisso com a causa da viúva (Is 1,17; Jr 7,3-7). O mesmo ensinamento o encontramos no Eclesiástico: "Quem oferece um sacrifício com os bens dos pobres é como quem imola um filho na presença do pai. A vida dos pobres é o pão de que necessitam; quem dele os priva é um assassino. Quem subtrai o pão do suor, é como quem mata o seu próximo; derrama sangue quem defrauda o assalariado" (Eclo 34,20-22).

25. O Eclesiástico retoma a mais antiga tradição já contida no texto do Deuteronômio: "Não negarás a paga a um pobre e indigente, seja ele um irmão teu, seja um estrangeiro que mora no país, numa de tuas cidades. Dá-lhe no mesmo dia o salário para que o sol não se ponha sobre a dívida, pois ele é pobre, e o salário significa o seu sustento. Do contrário, clamaria ao Senhor contra ti, e tu virias a ser culpado de um pecado" (Dt 24,14-15).

26. No Novo Testamento, Jesus de Nazaré, Filho de Deus e Nosso Salvador, resgata e ultrapassa a tradição do seu povo e se revela como o Pão que sacia toda a fome de vida. Deu-nos o pão da Palavra e na Eucaristia entrega seu corpo como alimento de vida eterna. Ensinou-nos a pedir ao Pai Celeste o Reino e o pão de cada dia e a reparti-lo com os irmãos. Sua ação salvífica e sua morte redentora o revelam como mestre da compaixão e da misericórdia. "Jesus começou a percorrer todas as cidades e povoados, ensinando em suas sinagogas, proclamando a Boa Nova do Reino e curando todo tipo de doença e de enfermidade. Ao ver as multidões, Jesus encheu-se de compaixão por elas, porque estavam cansadas e abatidas, como ovelhas que não têm pastor" (Mt 9,35-36).

27. Jesus passou fazendo o bem, veio para dar vida, e vida em abundância (Jo 10,10). Fez-se carne, presença salvífica para a humanidade. Colocou-se ao lado dos indefesos, dos marginalizados, dos oprimidos e até dos estrangeiros e dos pecadores. Emprestou-lhes a voz, transmitiu força messiânica e a misericórdia do Pai. Com isto agiu contra a marginalização e combateu um sistema de profunda exclusão social, econômica, política e religiosa.

28. Nesta perspectiva, Jesus não tinha apenas uma boa notícia para os pobres, ele era e é a Boa Notícia, trouxe a vida plena e eterna para todos. Seu coração misericordioso e compassivo estava em profunda sintonia com o sofrimento do povo empobrecido, o qual aprendeu a ver nele uma novidade em pessoa (Lc 4,18). "Todos testemunhavam a favor dele, maravilhados com as palavras cheias de graça que saíam de sua boca" (Lc 4,22), pois "Ele ensinava como quem tem autoridade" (Mc 1,22).

29. Essa autoridade se expressa no serviço e compaixão que levam à encarnação no cotidiano dos empobrecidos, nos porões do sofrimento humano — na rua, nos presídios, nos prostíbulos, nos lixões... Pode parecer um paradoxo, mas é ali que se revelam, com mais força, os traços do rosto misericordioso de Deus e onde se encontram os prediletos do amor de Jesus, como podemos notar nas bem-aventuranças (Mt 5,1-12), na parábola do bom samaritano (Lc 10,25-37) e em tantas outras passagens do Evangelho. É possível, então, levantar a voz em seu nome, com a legitimidade que ultrapassa o conhecimento científico e alcança o conhecimento profundo que só o amor pode garantir.

30. O preceito evangélico de "dar de comer a quem tem fome, vestir o nu, visitar o doente e o prisioneiro, acolher o migrante" (Mt 25,31-46) não se reduz à prática assistencial. Quando se atende somente às expectativas imediatas dos pobres, corre-se o risco de perpetuar a desigualdade social. A *caridade evangélica* é fundamento do agir cristão e requer a promoção humana e a libertação integral. É gesto de quem *se dá*. De quem coloca a serviço do outro as suas melhores energias, seu espaço, sua influência social e política, e não migalhas de tempo ou de poder. As primeiras comunidades aprenderam a lição do Senhor e viviam a comunhão fraterna e o gesto de quem partilha as primícias e não as sobras. Assim, não havia necessitados entre eles.

31. Partilhar com o outro o seu sofrimento, a exemplo de Jesus, não é dar coisas, mas dar-se. É colocar-se a serviço, gastar tempo, estar ao lado de quem sofre. É ceder ao outro as próprias forças, para que ele possa abrir os olhos, organizar-se, resgatar a auto-estima, a identidade, seus valores mais profundos e assim erguer a cabeça, levantar-se e seguir adiante. Jesus reconhece as potencialidades de quem está temporariamente fragilizado, e confia em sua capacidade de agir.

32. Compaixão significa também ser solidário, gastar tempo e recursos com a organização dos pobres. Desta forma, apoiados e respaldados, eles poderão erguer a voz, mobilizar as forças e lutar pelo sagrado direito de viver com dignidade e esperança. Não se trata de *fazer para*, mas de *fazer com* o pobre, o qual é o sujeito privilegiado da própria libertação. Libertar-se implica um processo coletivo que requer empenho e solidariedade. Ninguém se liberta sozinho.

33. É um caminho que leva ao sofrimento e à morte, como levou Jesus à cruz. É também a via que conduz à *ressurreição*, vida nova para os pobres e realização pessoal para quem se coloca a seu lado e decide assumir concretamente a sua causa, como atestam tantas testemunhas ao longo da história.

III. Exigências éticas

34. A dignidade eminente do ser humano implica a exigência de preservação de cada pessoa. Por isso, o alimento não é direito apenas de quem tem poder de compra, nem só de quem produz, mas direito de todos. A consciência moral reconhece o dever de garantir esse direito para as crianças, os portadores de deficiências e os idosos. O *direito à vida* exige a justiça distributiva e está acima dos critérios do mercado.

35. Ninguém deveria sentir-se ameaçado de cair na miséria, nem de passar fome. A *Segurança Alimentar* implica quantidade, qualidade, permanência e adequação dos alimentos aos hábitos culturais. O alimento não seja tratado como uma mercadoria entre outras, que são produzidas e acumuladas, segundo o interesse de seu possuidor. Enquanto o ser humano estiver passando fome, é imoral estocar alimentos para garantir lucros especulativos. Cabe a justa intervenção e regulação do Estado, para que o desenvolvimento não venha produzir novas formas de miséria e fome.

36. A dignidade da pessoa humana exige, naturalmente, o aspecto social, que começa na *família*. Ter moradia decente e alimentar-se em torno da mesa familiar é um direito, porque ali são criados os alicerces da vida social.

37. As refeições em família são uma oportunidade excelente de consolidação de laços sociais internos e de sua extensão a outras pessoas que, participando da mesma mesa, agregam-se àquele núcleo humano. A prática da *comensalidade*, revestida de valor religioso, explicitado na ação de graças e bênçãos, deve ser incentivada e asseguradas as condições para sua regularidade.

38. A segurança alimentar estende-se a toda a humanidade, aí compreendidas as próximas *gerações*. Ninguém tem o direito de depredar os recursos naturais do Planeta, mas está obrigado a levar em conta a vida das gerações futuras. Por isso, requer-se racionalidade e controle público no uso de agrotóxicos, muita cautela na produção de alimentos transgênicos, respeito à biodiversidade e reciclagem do lixo.

39. Garanta-se o livre acesso de todos os seres humanos às *fontes de vida*. A terra, a água, o ar, as sementes e a tecnologia, bens comuns a serviço de todos, devem ser objeto de regulamentação pelo poder público, e não podem ficar à mercê da propriedade privada e do mercado, como ocorre com as leis de patenteamento. Neste sentido:

    - afirmamos a atualidade e a pertinência da oposição entre *terra de trabalho* e *terra de negócio*;
    - invocamos a urgência da Reforma Agrária e de uma política agrícola, como meios para a redistribuição da terra e para o desenvolvimento da agricultura familiar e de cooperativas;
    - condenamos a proposta de mercantilização das águas;
    - recomendamos uma política pública de distribuição de sementes e difusão de tecnologias agrícolas adequadas, contra todo monopólio de patentes na área alimentar.

40. Esse direito universal à segurança alimentar, assumido no artigo 25 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 10 de dezembro de 1948, encontra todo respaldo na *Doutrina Social da Igreja*. De seu princípio fundamental de defesa da vida, desde a concepção até à morte natural, decorrem os princípios da destinação universal dos bens, da hipoteca social que pesa sobre toda propriedade, da primazia do trabalho humano sobre o capital e da necessidade de novos postos de trabalho.

41. Atualizando a *Populorum Progressio* no contexto do Jubileu de 2000, João Paulo II fala da necessidade de se "pautarem decididamente os processos de globalização econômica em função da solidariedade e do respeito devido a cada pessoa humana" e deixa no ar a pergunta: "Como é possível que, no nosso tempo, ainda haja quem morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem viva privado de cuidados médicos elementares, quem não tenha casa onde se abrigar?" (NMI, 10 e 14). Se "o desenvolvimento é o novo nome da Paz", conforme ensinou-nos Paulo VI, só alcançaremos a Paz tão desejada à medida que a economia de fato colocar-se a serviço do ser humano, invertendo-se a lógica do mercado hoje prevalente.

42. Da afirmação da dignidade do ser humano decorre, também, o princípio ético da *solidariedade*. O outro, que sofre na miséria ou passa fome, interpela e atinge nossa própria identidade de ser humano. Não se deixar interpelar e não agir diante da pessoa vilipendiada pela miséria é desumanizar-se. Participar do resgate da dignidade do outro, ao contrário, é humanizar-se com ele. Enquanto houver um ser humano vitimado pela miséria ou pela fome, é a humanidade toda que sofre em sua dignidade ofendida.

43. O exercício da *solidariedade* não deve ser confundido com certas práticas de assistência que humilham quem recebe. É preciso aprender a lição de ética que dá o povo da rua quando reparte o pouco que tem, para que todos sobrevivam. Essa ética popular, com mais razão, interpela a sociedade a repartir a abundância para que todos vivam humanamente, hoje e no futuro.

44. Decorre, ainda, da dignidade da pessoa, a exigência da *simplicidade*. Com efeito, a frugalidade no estilo de vida é hoje condição de sobrevivência biológica da espécie humana. Cresce a consciência de que o atual padrão de consumo dos setores sociais privilegiados não pode ser estendido a todos, nem se sustenta social e ecologicamente. Precisamos abdicar do sonho consumista, ilusoriamente inculcado pela propaganda, e implementar uma *globalização* solidária, a partir de um estilo de vida inspirado no Evangelho.

45. Tudo isso nos leva finalmente a rejeitar a *soberania do mercado*, que estimula a produção de bens tendo em vista unicamente o lucro que pode obter no atendimento à demanda. O mercado, como a economia em sua totalidade, é um meio a serviço das necessidades humanas e, portanto, é preciso que se submeta ao controle e ao monitoramento da sociedade. Como nos alerta João Paulo II, "o direito à propriedade privada está subordinado ao direito do uso comum, à destinação universal dos bens" (*Laborem exercens*, 14).

46. De modo especial, faz-se necessário o controle da *especulação financeira*, que aplica capitais nos mercados futuros, negociando mercadorias meramente virtuais, ao invés de aplicá-los na produção de bens reais. Esta especulação agrava os efeitos nocivos da globalização, uma vez que até

mesmo os capitais dos países pobres foram atraídos para a *ciranda financeira* mundial.

47. Enfim, tudo converge para o imperativo ético do *respeito à vida*, que está acima dos contratos humanos. O Poder Público é obrigado a atender, prioritariamente, a todos os cidadãos em situação de fome ou miséria, ainda que para isso venha a alterar ou reduzir o pagamento de suas dívidas, pois a fome não espera e a vida está acima da dívida.

IV. Promoção dos Direitos Sociais

48. A Constituição "Cidadã" de 1988 inova, em seu Preâmbulo, ao tratar da erradicação da pobreza e da marginalização, ao propor a redução das desigualdades sociais e regionais. Nela, os direitos sociais ou coletivos ganham um espaço próprio; constrói-se uma estrutura de participação social, prevê-se financiamento específico para exercê-los e se definem diretrizes específicas nos vários capítulos da ordem social, a exemplo da Seguridade Social, Educação, Cultura e Desporto, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Índios, Função Social da Propriedade e Comunicação Social.

49. Assim, as privações ou vulnerabilidades humanas "clássicas" – enfermidades, velhice, viuvez, invalidez, desemprego, acidente de trabalho etc. – lograram obter novo tratamento na política social. Essas situações de desamparo humano passaram a compor o campo dos *direitos sociais*, independentemente dos vínculos formais de trabalho e dos procedimentos assistencialistas prevalecentes até então.

50. Decorridos 13 anos de sua promulgação, o balanço das inovações no campo das políticas sociais mostra alguns frutos como a universalização de direitos na Previdência e Assistência Social, a tímida e morosa reforma agrária e o sistema nacional e descentralizado de saúde pública, ainda que sob preocupantes restrições de recursos com graves conseqüências para a vida do povo.

51. Temos um longo caminho a percorrer, pois os governos pouco fizeram no campo dos direitos sociais, conformando-se antes a uma agenda monetarista e colocando a política financeira acima do desenvolvimento da cidadania.

52. A principal lição desse processo no qual os direitos são reconhecidos, mas pouco implementados, é que só prevalecem, na agenda da política social, os direitos respaldados pela consciência de cidadania e pela participação política de entidades e movimentos sociais organizados. São eles que, em última instância, resgatam as conquistas jurídicas para a vida prática.

V. Tornar o alimento, dom de Deus, direito de todos

53. Garantir o alimento para todos, superando a miséria e a fome, exige de cada um de nós o engajamento pessoal. Mais do que isto, supõe a experiência pessoal do humilde e corajoso processo de gestação de uma nova sociedade, que atenda aos direitos e às necessidades básicas da população: educação, saúde, reforma agrária, política agrícola, demarcação das terras indígenas e das terras remanescentes de

quilombos, distribuição de renda, reforma fiscal e tributária, moradia. Exige, também, que desenvolvamos novas relações de trabalho e de gestão da empresa, criando uma economia de comunhão comprometida com a solidariedade e atenta às exigências da sustentabilidade.

54. Por tudo isso, a superação da fome e da miséria transcende a esfera eclesial e exige a participação de toda a sociedade na busca de soluções eficazes e urgentes e impõe um amplo debate, em âmbito nacional, sobre as prioridades das Políticas Sociais.

55. A promoção do direito à alimentação e à nutrição é dever primeiro do Estado e dos governos, não deixando faltar a nenhuma pessoa alimento em qualidade e quantidade suficientes para atender às necessidades de seu organismo. Não se atinge, no entanto, esse objetivo sem o fortalecimento dos mecanismos e instituições de diálogo e de parceria entre o governo e a sociedade, incluindo os mais sofridos.

56. Alegra-nos reconhecer o bem que, nas diversas Dioceses, as comunidades, pastorais e associações realizam em favor dos mais pobres. Lembramos toda a ação caritativa da Igreja e a dedicação dos que atuam nas creches, nos lares de idosos e em tantas obras a serviço dos irmãos. É o momento de aprendermos uns com os outros e somarmos forças para uma ação mais abrangente que envolva toda a sociedade, tornando o alimento, Dom de Deus, acessível a todos.

57. A CNBB empenhar-se-á em dar suporte às coordenações de ação social nas Dioceses, especialmente por meio da Cáritas, a fim de que o *Mutirão Nacional para a Superação da Miséria e da Fome* seja o elemento unificador de seus programas e projetos sociais. Para isso, faz-se necessário constituir uma Comissão Episcopal que articule as iniciativas necessárias, em âmbito nacional e regional. A proposta se estende a outras Igrejas e Tradições Religiosas, às organizações e instituições da sociedade brasileira, a fim de construirmos juntos o Mutirão Nacional.

Propostas concretas

58. Nas Dioceses e em seus diversos níveis de organização, sejam convocadas pessoas da própria comunidade eclesial a fim de formar *grupos* que assumam o Mutirão Nacional de Superação da Miséria e da Fome. Aproveite-se a experiência dos grupos existentes, especialmente das equipes de pastoral social, auxiliando-os, à luz do Evangelho, a dar testemunho de novos valores e hábitos, renunciando ao consumismo, evitando o desperdício e promovendo a sobriedade em prol de uma vida simples e frugal.

59. Desenvolva-se um *processo educativo* no sentido de formação e informação especializadas sobre direitos e deveres individuais e sociais, como importante exercício pedagógico a ser realizado pelas igrejas e movimentos sociais.

60. Compete aos grupos do Mutirão Nacional:

- identificar as necessidades da população do município e estabelecer metas claras a partir de indicadores e prazos definidos e monitoráveis, recorrendo, na medida do possível, a dados e análises cientificamente fundamentados por sociólogos e economistas, aproveitando-se da ajuda de universidades;
- acompanhar criticamente a composição e atuação dos Conselhos Paritários e de Direitos (de saúde, da criança

e do adolescente, da educação e de assistência social) valorizando-os;

- priorizar o acompanhamento nutricional de gestantes e crianças até 6 anos e urgir o efetivo funcionamento do Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional;
- garantir a gratuidade do registro de nascimento para todas as pessoas, conforme a lei;
- preparar pessoas para a função de multiplicadores, evitando a manipulação dos políticos;
- formar lideranças para o efetivo exercício da cidadania;
- motivar os adolescentes e os jovens para que se insiram nos diversos grupos, oferecendo acompanhamento e possibilitando-lhes o exercício do voluntariado;
- articular-se em âmbito municipal e estadual em integração com o Mutirão Nacional.

61. No desenvolvimento do Mutirão, procure-se:

- produzir subsídios em âmbito local, regional e nacional, dando atenção aos dados técnicos, a fim de capacitar lideranças para elaborar projetos e organizar os conselhos de direitos;
- divulgar a lista de subsídios e iniciativas práticas do Mutirão Nacional em seus vários níveis;
- organizar uma equipe de comunicação;
- preparar programas de rádio e clipes para TV;
- educar para o melhor aproveitamento do alimento produzido, evitando todo o desperdício;

- criar e incentivar as cooperativas comunitárias que favoreçam pequenos agricultores e pequenas indústrias;
- propor e acompanhar medidas legislativas que contribuam para a superação da miséria e da fome;
- organizar um banco de dados da realidade;
- anotar os resultados obtidos para avaliação.

62. O programa do Mutirão Nacional insere-se na ação evangelizadora da Igreja e articula-se com outros projetos da CNBB, em colaboração com outras forças da sociedade organizada.

63. Dentre os projetos mais afins ao Mutirão Nacional, destacam-se: a campanha pela construção de um milhão de cisternas no semi-árido brasileiro; a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida; o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional; a campanha nacional pelo limite máximo da propriedade da terra; a campanha pela aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas; a campanha pela participação consciente no processo eleitoral; a criação de comitês da Lei 9.840 contra a corrupção eleitoral. Some-se a isso o empenho pela articulação em defesa da soberania nacional e da segurança alimentar, ameaçadas por tratados continentais e internacionais.

64. Consideramos marco importante do Mutirão a realização de um simpósio nacional para contribuir com a definição das bases de ação da sociedade e do governo, visando à superação da miséria e da fome. As conclusões desse simpósio serão encaminhadas à Presidência da República,

aos Governos Estaduais e Municipais, ao Congresso Nacional, às Assembléias Legislativas Estaduais e aos partidos políticos.

65. Com os olhos voltados para o problema da fome no mundo, consideramos igualmente importante acompanhar o processo de preparação e de continuidade da Cúpula Mundial de Alimentação, promovida pela ONU.

VI. Conclusão: "Dai-lhes vós mesmos de comer"

66. Um dos primeiros sinais de efetiva evangelização, no início deste milênio, será a eliminação da fome decorrente da miséria, em nosso país. Em espírito de conversão, a CNBB convoca a todos para um grande *Mutirão Nacional pela Superação da Miséria e da Fome*, como resposta ao imperativo do evangelho: "Dai-lhes vós mesmos de comer" (Mc 6, 37).

67. Para vencer tamanho desafio, associando-nos a todas as pessoas de boa vontade da Igreja Católica, de outras Igrejas cristãs e grupos religiosos, dos movimentos populares, dos sindicatos, instituições e Poderes Públicos, imploramos as bênçãos de Deus e a proteção de Maria.

CEDIM

Impresso na gráfica da
Pia Sociedade Filhas de São Paulo
Via Raposo Tavares, km 19,145
05577-300 - São Paulo, SP - Brasil - 2002

CEDIM

50081-0

CEDIM

Mobilização e educação cidadã

"Vamos lá fazer o que será"

Mobilização e educação cidadã

"Vamos lá fazer o que será"

Setor de Mobilização Social

CEDIM

Setor de Mobilização Social
Assessores especiais da Presidência da República para o programa Fome Zero: Frei Betto e Oded Grajew

Texto: Equipe de Educação Cidadã (TALHER Nacional, ligada ao Setor de Mobilização Social) - Eliane Martins, Flávio Lyra, Ivo Poletto, Marlene Moura, Ranulfo Peloso, Rogério Augusto, Selvino Heck
Colaboração: Frei Betto
Edição: Walderes Brito
Revisão: Divina Queiroz
Projeto Gráfico: Aurisberg L. Matutino, Rony Ribeiro e Wolney Fernandes
Ilustrações: Wolney Fernandes
Impressão: ???

CEDIM

Canção óbvia

Paulo Freire

Escolhi a sombra desta árvore
para repousar do muito que farei,
enquanto esperarei por ti.
Quem espera na pura espera,
vive um tempo de espera vã.
Por isso, enquanto te espero,
trabalharei os campos
e conversarei com homens e mulheres.
Suarei meu corpo que o sol queimará,
minhas mãos ficarão calejadas,
meus pés aprenderão o mistério do caminhar,
meus ouvidos ouvirão mais,
meus olhos verão o que antes não viam.
Enquanto esperarei por ti,
não esperarei na pura espera.
Porque meu tempo de espera,
é um tempo de que fazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me,
em voz baixa e precavidos:
é perigoso agir, é perigoso falar, é perigoso andar;
é perigoso esperar na forma em que esperas.
Porque esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles
que virão dizer-me, com palavras fáceis
que já chegaste.
Porque esses, ao anunciar-te ingenuamente,
antes te denunciam.
Estarei preparando a tua chegada
como o jardineiro prepara o jardim
para a rosa que se abrirá na primavera.

Sumário

Apresentação - A fome é problema de todos nós! 5

Como usar esta cartilha 7

O que é o Programa Fome Zero? 9

A fome no mundo 13

O Brasil e a fome 16

Objetivos e ações do Programa Fome Zero 19

Ações de combate à fome - Políticas emergenciais 22

Ações de combate à fome - Políticas locais 26

Ações de combate à fome - Políticas estruturantes 29

Estrutura do Programa Fome Zero 32

Um desafio ético e político 38

O que nós podemos fazer? 41

Anexos

Roteiro para discussão do Programa Fome Zero em grupo 44

Roteiro para apresentação do Programa Fome Zero 45

Algumas poesias e canções 47

CEDIM

Apresentação

A fome é problema de todos nós!

Quando se trata da vida e da dignidade humana, o povo não pode esperar pelo governo. No caso dessa vergonha nacional que é a fome, toda pessoa e toda organização devem entrar na briga, sem pedir licença.

A motivação é a responsabilidade social e a solidariedade humana diante dos estragos feitos pela afirmação que o mercado é o centro, em prejuízo das pessoas e da vida. Por sensibilidade e compromisso com os direitos básicos do povo, o governo Lula opta pelo processo de inclusão social e prioriza o atendimento preferencial aos empobrecidos.

O Brasil é uma nação com muitos interesses que, às vezes, se afinam, se entrelaçam e também se enfrentam. Mas, o compromisso ético e a responsabilidade social de um povo pode juntar os diferentes na superação da fome e da miséria que nos envergonha a todos. Esta contribuição é indispensável, tanto para resolver o problema da segurança alimentar e nutricional como para projetar um novo modelo de desenvolvimento, com democracia e justiça social.

Então, falar do Programa Fome Zero é mais que fazer uma explicação. É fazer uma convocação dos

brasileiros e brasileiras de todos os setores, lugares, credos, partidos para que saiam da torcida ou da cômoda posição de juízes, e comprometam-se, com disposição e criatividade, neste mutirão da sociedade para a erradicação da miséria e da fome.

Como usar esta cartilha

Esta cartilha é um material de estudo. E estudar é uma tarefa exigente. É dedicar à reflexão a mesma atenção dada a outras tarefas. Estudar é procurar compreender o que se lê, refletir sobre um assunto abordado, reter o fundamental, estabelecer relações com outras idéias ouvidas e com a prática concreta das pessoas e do grupo. Para melhor aproveitar essa cartilha, sugerimos:

1. Estudo individual

- Ler integralmente a cartilha, para ter uma visão de conjunto e identificar o tema principal. Ler índices, prefácios, tabelas, notas, anexos;
- Destacar as idéias principais, argumentos, exemplos;
- Anotar dúvidas, impressões, questões e passagens que chamaram atenção;
- Resumir as idéias centrais, comparar com suas opiniões e formar sua própria opinião sobre o assunto.

2. Estudo em grupo

- Convidar pessoalmente as pessoas, providenciar cópias dos textos para todos/as, garantir local e ambiente para o estudo e combinar um horário conveniente;
- Ler sem pressa, ponto por ponto, com a contribuição de quem se dispõe a ajudar;
- Discutir as interpretações e dúvidas surgidas no estudo;

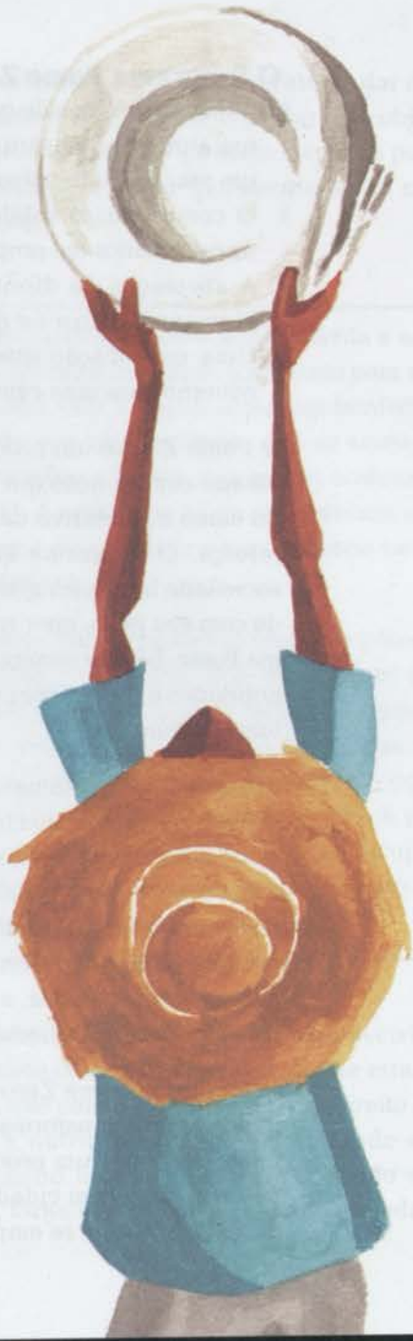
CEDIM

- Tirar, com o grupo, as decisões que serão levadas à prática;
- Garantir que todas as pessoas tenham clareza do trabalho que será realizado e assumam uma tarefa bem definida.

Se você é animador/a e vai usar a cartilha com o seu grupo, preste atenção nestes lembretes:

- Comece o encontro na hora marcada e de forma que eleve o astral do grupo;
- Organize a programação de modo que o encontro não dure mais do que uma hora e meia;
- Aborde o tema de forma clara e direta;
- Evite, com jeito, o monólogo de quem fala muito, os desvios do assunto, abobrinhas e disputas pessoais;
- Possibilite que todas as pessoas falem. Estimule as caladas e tímidas. Às vezes, essas pessoas têm boas idéias;
- Só vá adiante quando o assunto for bem discutido e concluído;
- Encerre o encontro de forma agradável e na hora combinada.

O que é o Programa Fome Zero?



"O Fome Zero é uma oportunidade que o Brasil dá para si mesmo. Não será um milagre de um presidente da República. O governo não precisa saber, não quer a paternidade do resultado. Se alguém quiser fazer alguma coisa, por amor de Deus, faça. Não fique esperando pelo governo. O governo não quer ver a cor da semente, quer ver o resultado que essa semente vai dar, se a sociedade brasileira assumir para si a responsabilidade de acabar com a fome no nosso país".

(Presidente Lula)

CEDIM

O Programa Fome Zero é:

- A decisão política de garantir segurança e soberania alimentar e nutricional da Nação, dentro de um processo educativo.
- O compromisso solidário e a indignação ética, transformados em proposta política.
- A afirmação do direito à comida como Direito Humano Básico a ser garantido pelo Estado.
- Uma convocação que desafia a sociedade e o governo para uma construção ousada e criativa.

O Fome Zero é um programa social que pode ser olhado como a ação que o governo faz para o povo ou como a iniciativa da sociedade que o governo reforça. O Programa Fome Zero é uma ação da sociedade brasileira que um governo, comprometido com seu povo, quer reforçar e ampliar. O Programa Fome Zero se inspira nas iniciativas de pessoas, entidades e instituições que já atuam no combate à fome e à miséria.

Em geral, os programas assistencialistas, até hoje, tiveram uma intenção clara - destacar a generosidade de quem tem e que doa para alguém que não tem e que precisa receber. Sempre ocultam, porém, a raiz da miséria e tentam amaciar, com respostas compensatórias, o sofrimento dos descartados. A finalidade é manter a dependência, o controle social e o domínio sobre a classe trabalhadora empobrecida.

O Programa Fome Zero quer ser um programa de inclusão e de transformação social. Visa erradicar a fome, dentro de um processo educativo, em que as pessoas alcancem cidadania, tenham consciência de seus direitos e se empenhem na geração da própria renda. Por isso, entende que o ato de dar o peixe se liga à tarefa de ensinar a pescar e ao objetivo de alcançar o controle do rio onde vivem os peixes. É um processo que visa a transformação da sociedade brasileira.

Há o sopão... onde uma pessoa, humilhada e anônima, recebe, de mãos caridosas, o alimento para matar sua fome. Sua vida é seguir atrás dos benfeitores, mendigando compaixão. Quem doa se sente feliz porque fez sua boa ação (ou, quem sabe, acalmou sua consciência). A ação ficou só no pão e deixou a pessoa pedinte na dependência e numa imensa sensação de inutilidade.

E há o sopão... onde a pessoa faminta, de pão e de dignidade, é acolhida, lhe perguntam o nome, a origem, os sonhos, os talentos. A pessoa não é vista apenas como uma vítima da sociedade que explora o ser humano, mas como um potencial que pode ser desenvolvido. A partir do sopão, ela é convidada a entrar num grupo de diversão, de cultura, de capacitação... A auto-estima pode virar protagonismo.

O Programa Fome Zero representa uma decisão de encarar a fome como questão política e de erradicar essa chaga que convive com a nação. O direito à alimentação e nutrição passa a ser encarado como direito humano básico. E ao ser escolhido como prioridade, torna-se o centro da ação da sociedade e

CEDIM

do governo que se coloca a seu serviço. O desenvolvimento do país passa a ser visto como o combate aos efeitos da fome e o ataque às causas da exclusão social - a concentração da terra e da renda, o desemprego, o modelo econômico.

Reflita e depois converse com o seu grupo:

Quais as iniciativas da nossa comunidade que ajudam a combater a fome e a miséria? Já estou fazendo tudo o que posso para ajudar a combater a fome? Temos consciência do tamanho e da gravidade do problema da fome no mundo?

A fome no mundo

Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas,
e iguais também porque o sangue
que usamos tem pouca tinta.
E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte Severina:
que é a morte que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia.

(Morte e Vida Severina, João Cabral de Melo Neto)

CEDIM

A fome é a escassez de alimentos e a insegurança alimentar que afetam uma ampla extensão de um território e um grande número de pessoas. No mundo 1,1 bilhão de pessoas vive na pobreza. Destas pessoas, 630 milhões são extremamente pobres, com renda mensal menor que 90 reais. Cerca de 1,5 bilhão de pessoas não tem água potável. São 1 bilhão de pessoas passando fome e 150 milhões de crianças subnutridas com menos de 5 anos. A cada ano 12,9 milhões de crianças morrem antes dos seus 5 anos de vida.

As causas da fome crônica e desnutrição são a pobreza, a distribuição ineficiente dos alimentos, a falta de Reforma Agrária e a concentração de renda: os ricos detêm quase toda a renda dos países pobres. A fome decorre de causas naturais (clima, seca, inundações, terremotos, pragas de insetos, enfermidades das plantas...) e de causas humanas:

- Instabilidade política, guerras, conflitos civis, ineficácia e má administração dos recursos naturais;
- O difícil acesso aos meios de produção pelos trabalhadores rurais, pelos sem-terra ou pela população em geral;
- A injusta e antidemocrática estrutura fundiária, marcada pela concentração da propriedade das terras nas mãos de poucos;
- O contraste na concentração da renda no mundo subdesenvolvido;
- A influência das transnacionais de alimentos na produção agrícola e nos hábitos alimentares dos países empobrecidos; a utilização da "diplomacia dos alimentos" como arma nas relações entre os países;

- A relação entre dívida externa do Terceiro Mundo e deterioração cada vez mais elevada do seu nível alimentar;
- O modelo de desenvolvimento econômico, político e social centrado no lucro, não na pessoa.

As conseqüências imediatas da fome são a perda de peso nos adultos e o aparecimento de problemas no desenvolvimento das crianças. A desnutrição, principalmente devido à falta de alimentos energéticos e proteínas, faz crescer a taxa de mortalidade, em parte pela fome e pela perda da capacidade de combater as infecções.

Alterar essa situação significa alterar a vida da sociedade, o que pode não ser desejável para alguns, pois iria contrariar os interesses e os privilégios em que se assentam os grupos dominantes. É mais cômodo e mais seguro responsabilizar o crescimento populacional, a preguiça do pobre ou ainda as adversidades do meio natural como causas da miséria e da fome no Terceiro Mundo. Ou, então, propor políticas compensatórias ou campanhas apresentadas como de solidariedade.

Reflita e depois converse com o seu grupo:

O que conhecemos sobre a realidade da fome dos países do Terceiro Mundo? Por que as pessoas desses países passam tantas necessidades? Será que a Terra e a Natureza estão matando as pessoas de fome?

CEDIM

O Brasil e a fome

Bem me diziam que a terra
se faz mais branda e macia
quanto mais do litoral
a viagem se aproxima.
Agora afinal cheguei
nessa terra que diziam.
Como ela é uma terra doce
para os pés e para a vista.
Os rios que correm aqui
têm a água vitalícia.
Cacimbas por todo lado;
cavando o chão, água mina.
Vejo agora que é verdade
o que pensei ser mentira
Quem sabe se nesta terra
não plantarei minha sina?

(Morte e Vida Severina, João Cabral de Melo Neto)

O Brasil é um dos maiores países em extensão territorial, ocupando metade da área do continente sul-americano. Nos últimos 20 anos, houve um aumento do fornecimento de energia elétrica e do número de estradas pavimentadas, além de um enorme crescimento industrial. Nada disso, entretanto, serviu para combater a pobreza, a má nutrição e as doenças endêmicas.

No Brasil, um terço da população é mal nutrida, 9% das crianças morrem antes de completar um ano de vida e boa parte do total são trabalhadores rurais sem terra. Há ainda o problema crescente da concentração da produção agrícola, onde grande parte fica nas mãos de poucas pessoas, vendo seu patrimônio aumentar e ganhando grande poder político.

A produção para o mercado externo, visando a entrada de divisas e o pagamento da dívida externa, vem crescendo, enquanto a diversidade da produção de alimentos dirigida ao mercado interno tem diminuído, ficando numa posição secundária.

Ao lado disso, milhões de pessoas vivem em favelas, na periferia das grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife... A migração interna é um problema gerado dentro da própria nação. Grande parte dos favelados deixou terras de sua propriedade ou locais onde plantava sua produção agrícola. Nos grandes centros, essas pessoas vão exercer funções mal remuneradas, muitas vezes em trabalho não regular.

Quase toda a família trabalha, inclusive as crianças, freqüentemente durante o dia inteiro, e alimenta-se

CEDIM

mal, raramente ingerindo o suficiente para repor as energias gastas. Nesse círculo vicioso, cada vez mais famílias se aglomeram nas cidades, passando fome por não conseguir meios para suprir sua subsistência.

Reflita e depois converse com o seu grupo:
Por que existe fome em nosso país? Há quem se beneficie com a miséria do povo? Como vai ser o Brasil quando superarmos a vergonha da fome?

Objetivos e ações do Programa Fome Zero

- Seu José, mestre carpina,
para cobrir corpo de homem
não é preciso muita água:
basta que chegue ao abdome,
basta que tenha fundura
igual à de sua fome.
- Severino, retirante,
pois não sei o que lhe conte;
sempre que cruzo o rio
costumo tomar a ponte;
quanto ao vazio do estômago,
se cruza quando se come.
- Seu José, mestre carpina,
e quando ponte não há?
quando os vazios da fome
não se tem com que cruzar?
quando esses rios sem água
são grandes braços de mar?
- Severino, retirante,
o meu amigo é bem moço;
sei que a miséria é mar largo,
não é como qualquer poço:
mas sei que para cruzá-la
vale bem qualquer esforço.

(Morte e Vida Severina,
João Cabral de Melo Neto)

CEDIM

O grande objetivo do Programa Fome Zero é a superação da miséria e da fome dentro de um processo educativo. O que menos interessa, no Fome Zero, é a distribuição de alimentos. Da mesma forma, rejeita-se a política assistencialista ou populista de oferecer consolo e ilusão para o povo. Para alcançar seu objetivo, o Programa Fome Zero busca:

- Melhoria da renda - com políticas de emprego e renda, salários dignos, realização da reforma agrária, previdência social universal, renda mínima, acesso a microcrédito;
- Barateamento da alimentação - com criação de espaços que sirvam alimentos de qualidade a preços baixos, canais alternativos de comercialização, incentivo a cooperativas de consumo, ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador;
- Aumento da oferta de alimentos básicos - com estímulo à produção de alimentos, apoio à Agricultura Familiar, incentivo à produção para autoconsumo, política agrícola voltada para o mercado interno;
- Resolver problemas específicos, no curto prazo: Cartão Alimentação para famílias em risco de desnutrição; merenda escolar, com alimentação balanceada; reforço ao Programa de Combate à desnutrição materno-infantil.

O Programa foi pensado em três conjuntos de ações que se combinam e se complementam:

- Iniciativas de combate à fome, organizadas pela sociedade civil (pessoas, entidades, organizações) com mobilização social e educação para a cidadania.
- Formulação de políticas de segurança alimentar e nutricional, elaboradas pelo CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional), onde participam governo e sociedade civil organizada.
- Políticas públicas como ações de governo, de forma integrada e articulada entre todos os ministérios, para reforço das iniciativas da sociedade.

O Fome Zero tem consciência que seu sucesso depende da Mobilização Social, de um processo de educação para cidadania e para a transformação social, com o envolvimento responsável de todos os atores, inclusive os diretamente beneficiados.

Para refletir

"Talvez dês esmolas. Mas, de onde tiras senão de tuas rapinas cruéis, do sofrimento, das lágrimas, dos suspiros? Se o pobre soubesse de onde vem o teu óbolo, ele o recusaria porque teria a impressão de morder a carne de seus irmãos e sugar o sangue de seu próximo. Ele te diria estas palavras corajosas: não sacie a minha fome com as lágrimas de meus irmãos. Não dês ao pobre o pão endurecido com os soluços de meus companheiros de miséria. Devolve ao teu semelhante aquilo que arrancaste dele e eu te serei muito grato. De que vale consolar um pobre, se tu fazes outros cem".

São Gregório de Nissa, ano 330 d.C.

Reflita e depois converse com o seu grupo:

Quantas famílias passam fome em nossa comunidade? E em nosso município? E no Estado? Onde essas pessoas estão localizadas?

Ações de combate à fome

Políticas emergenciais

- Minha pobreza tal é
que não trago presente grande:
trago para a mãe caranguejos
pescados por esses mangues;
mamando leite de lama
conservará nosso sangue.
- Minha pobreza tal é
que coisa não posso ofertar:
somente o leite que tenho
para meu filho amamentar;
aqui são todos irmãos,
de leite, de lama, de ar.

(Morte e Vida Severina, João Cabral de Melo Neto)

As ações do governo de combate à fome e à miséria não devem substituir, mas estimular e até ampliar as iniciativas semelhantes já existentes nas esferas local, municipal, estadual e nacional. O Programa Fome Zero se concretiza em políticas públicas emergenciais e ações estruturantes.

O Fome Zero não significa distribuição de alimentos ou o repasse dos Cartões Alimentação. Entretanto, diante da existência de mais de 40 milhões de pessoas em situação de risco, no campo e especialmente nas periferias urbanas, é preciso um atendimento alimentar e nutricional imediato, priorizando populações do semi-árido, acampamentos, povos indígenas, comunidades de remanescentes de quilombos, gente que vive dos e nos lixões, pessoas no trabalho escravo. Para isso, serão desenvolvidas políticas específicas e políticas estruturantes.

As políticas específicas estão ligadas às questões de segurança alimentar: Cartão Alimentação, cestas básicas emergenciais, ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador, Restaurantes Populares, estímulo à criação de Bancos de Alimentos, erradicação do analfabetismo, bolsa-escola, combate à desnutrição infantil e materna, ampliação e enriquecimento da merenda escolar, manutenção de estoques de segurança, segurança e qualidade dos alimentos, educação alimentar, educação para o consumo, concretização do projeto de construção de Um Milhão de Cisternas etc.

Cartão alimentação

Durante um ano e meio, por meio de contratos válidos por seis meses, famílias que estejam em situação

CEDIM

de vulnerabilidade nutricional (risco de não ter como comprar a alimentação básica) receberão do governo federal, coordenado pelo MESA (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional), o Cartão Alimentação, no valor de R$ 50,00. O Cartão será entregue às mulheres para aquisição de alimentos locais selecionados, ficando a comprovação à consciência ética individual. É dinheiro para poder estimular a economia local e para evitar que se mexa na dieta e arte culinária de cada região.

As famílias serão acompanhadas e incentivadas, no município, a participar em outras políticas públicas que ajudem a garantir sua cidadania (alfabetização, abastecimento de água, melhoria de condições de moradia, de geração de emprego e renda, projetos de incentivo ao desenvolvimento de seu potencial humano e cultural...).

O ritmo de implantação do Cartão Alimentação foi pensado em etapas progressivas:

- Fevereiro e março/03 - Guaribas e Acauã, PI.
- A partir de abril/03 - 200 municípios do Semi-Árido.
- A partir de agosto/03 - 1.100 municípios priorizados.
- A partir de 2004 - Em todos os municípios do Brasil.

Banco de alimentos Recolhimento de alimentos que seriam desperdiçados, repassando-os para os grupos credenciados.

Restaurantes populares Rede de proteção alimentar para trabalhadores de baixa renda, nas grandes cidades, com alimentação balanceada, de qualidade e preços populares.

Educação alimentar e nutricional O processo de implantação das políticas emergenciais e estruturantes deve ser apoiado por programas de educação para melhoria do hábito alimentar e de consumo e a valorização da arte culinária local e regional.

Alimentação escolar Aumento em mais de 100% no repasse para a merenda de crianças de 4 a 6 anos.

Cestas básicas emergenciais O Programa Fome Zero prioriza a aquisição de alimentos produzidos localmente, mas quando isso for inviável, no curto prazo, ele prevê distribuição de cestas básicas.

As medidas emergenciais são apenas um começo. Por causa da cultura assistencialista que predomina na sociedade, há sempre o risco de olhar uma ação inicial como se fosse um favor. No Programa Fome Zero, porém, as ações imediatas representam uma postura ético-política de um governo que se propõe a tarefa de servir à sociedade. O Cartão, por exemplo, é um sinal público do reconhecimento ao direito básico à alimentação, negado a mais de 40 milhões de pessoas. O diferente, no Cartão, é possibilitar à família autonomia na escolha do que vai comer e ser porta de entrada para iniciativas que gerarão auto-sustentação.

Reflita e depois converse com o seu grupo:

Quais as ações emergenciais que responderiam melhor aos problemas da sua comunidade? O que já está em funcionamento e o que precisa ser implementado? De que forma essas políticas emergenciais podem ser conquistadas para o seu município?

CEDIM

Ações de combate à fome

Políticas locais

- Trago abacaxi de Goiana
e de todo o Estado rolete de cana.
- Eis ostras chegando agora,
apanhadas no cais da Aurora.
- Eis tamarindo da Jaqueira
e jaca da Tamarineira.
- Mangabas do Cajueiro
e cajus da Mangabeira.

- Peixes pescados no Passarinho,
carne de boi dos Peixinhos.
- Siris apanhados no lamaçal
que há no avesso da rua Imperial.
- Mangas compradas nos quintais ricos
do Espinheiro e dos Aflitos.
- Goiamuns dados pela gente pobre
da Avenida Sul e da Avenida Norte.

(Morte e Vida Severina, João Cabral de Melo Neto)

A partir do atendimento às necessidades nutricionais da população, o Programa busca a articulação do setor produtivo local e a geração de renda com sustentabilidade. Para isso, serão incentivadas as políticas que levam em consideração a especificidade da região. Por exemplo, apoio à agricultura familiar, à produção para o autoconsumo, na zona rural, e parcerias com varejistas, modernização dos equipamentos de abastecimento, agricultura e atenção à saúde nos centros urbanos.

Quem luta por segurança alimentar e nutricional, também precisa lutar pela água, e água de boa qualidade, pois ela é o alimento mais indispensável para os seres vivos. As famílias que só dispõem de águas contaminadas, como é comum no Semi-Árido e em periferias urbanas, têm que enfrentar, junto com a fome, o terrível sofrimento da sede e das muitas doenças. E são as crianças e os mais idosos que pagam o preço mais alto.

Para que todas as pessoas tenham realizado seu direito à água de qualidade, a sociedade e o Estado brasileiros precisam garantir pelo menos três medidas:

- Recuperar os córregos, rios e lagos contaminados e poluídos, implementando programas educativos e de preservação em relação ao uso das águas;
- Impedir a privatização das águas, implementando políticas que preservem e garantam a água como um bem público e políticas públicas eficazes na oferta de água de boa qualidade para todas as pessoas;
- Impedir que a água seja considerada meramente um produto comercial, com valor de mercado

CEDIM

estabelecido a partir de sua escassez, implementando políticas de educação que resgatem e aprofundem a consciência coletiva em relação aos valores culturais e religiosos ligados à água, sempre voltados para a centralidade da vida humana e de todas as demais formas de vida.

Assim como o Programa 1 Milhão de Cisternas foi assumido como Política Pública para promover a Convivência com o Semi-Árido, é indispensável que outros programas criativos e simples sejam implementados a partir da realidade de cada região do país, com o objetivo de disseminar uma cultura diferente em relação à captação, conservação e uso da água.

Reflita e depois converse com o seu grupo:
Como é a qualidade da água que se consome em sua comunidade? De onde vem essa água? E para onde vão as águas dos esgotamentos sanitários do seu município? Você e sua comunidade estão cuidando o suficiente das fontes das águas da região?

Ações de combate à fome

Políticas estruturantes

Outras coisas que estou vendo
é necessário que eu diga:
não ficará a pescar
de jereré toda a vida.
Minha amiga se esqueceu
de dizer todas as linhas;
não pensem que a vida dele
há de ser sempre daninha.
Enxergo daqui a planura
Que é a vida do homem de ofício,
Bem mais sadia que os mangues,
Tenha embora precipícios.
Não o vejo dentro dos mangues,
Vejo-o dentro de uma fábrica.

(Morte e Vida Severina,
João Cabral de Melo Neto)

CEDIM

Junto com as políticas emergenciais, o Programa Fome Zero prevê a implementação das políticas estruturais, que visam enfrentar as condições socioeconômicas que deixam as famílias vulneráveis à fome. Para atacar as causas da fome são necessárias as políticas de emprego e renda, previdência social universal, incentivo à Agricultura Familiar, intensificação da Renda Mínima, realização da Reforma Agrária, compra direta de produtos agrícolas, formação de estoque estratégico, construção de cisternas etc.

É claro que não cabe apenas ao MESA, Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Nutricional, a tarefa de realizar essas políticas estruturais. Cabe a todo o governo. Todos os ministérios devem prorizar ações que realizem o Fome Zero, de modo especial as que criam oportunidades de trabalho e de emprego. Além disso, foram criados alguns ministérios e secretarias especiais, como o Ministério das Cidades, do Desenvolvimento e Reforma Agrária, e as Secretarias da Pesca, da Economia Solidária.

Não é nada fácil, por exemplo, realizar a Reforma Agrária necessária para assentar os sem-terra que desejam cultivar a terra, produzindo para seu sustento e para alimentar as outras pessoas que estão morando nas cidades. Os grandes proprietários do país continuam repetindo que eles teriam direito de manter a maior parte das terras em seu poder, impedindo que mais gente tenha acesso a elas. A Constituição define que seja feita a Reforma Agrária, dando à terra a função social em favor da segurança alimentar e nutricional de todas as pessoas. Ela é um dos caminhos para levar o país a uma democracia maior, gerando oportunidade de uma vida melhor para milhões de pessoas.

Tanto nas cidades como no campo, uma das prioridades é o apoio às pequenas iniciativas de produção, de artesanato e de serviços, multiplicando trabalhos que geram renda para as famílias. Com políticas de microcrédito e com o apoio da Secretaria de Economia Solidária, reforçando as entidades que já trabalham nessa direção, será possível multiplicar essas iniciativas. Isso tudo, porém, deverá ser completado por uma política industrial que gere empregos, utilizando as tecnologias a serviço da vida.

Reflita e depois converse com o seu grupo:
Quais as mudanças estruturais mais necessárias ao nosso país? Como podemos nos organizar para apoiar a Reforma Agrária e outras lutas legítimas do povo brasileiro?

Estrutura do Programa Fome Zero

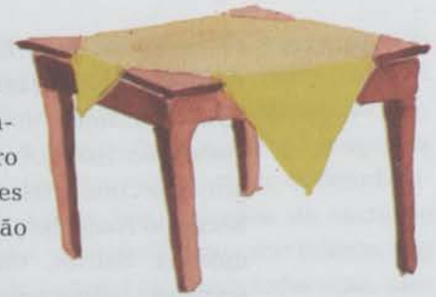
- De sua formosura
já venho dizer:
é um menino magro,
de muito peso não é,
mas tem o peso de homem,
de obra de ventre de mulher.

- De sua formosura
deixai-me que diga:
é uma criança pálida,
é uma criança franzina,
mas tem a marca de homem,
marca de humana oficina.

- Sua formosura
deixai-me que cante:
é um menino guenzo
como todos os desses mangues,
mas a máquina de homem
já bate nele, incessante.
- Sua formosura
eis aqui descrita:
é uma criança pequena,
enclenque e setemesinha,
mas as mãos que criam coisas
nas suas já se adivinha.

(Morte e Vida Severina,
João Cabral de Melo Neto)

Utilizando a linguagem simbólica, o Programa Fome Zero recorre a nomes ligados à questão alimentar.



MESA Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Nutricional - responsável pela coordenação do Programa Fome Zero, pela implantação das ações específicas e a dinamização dos demais ministérios. Para contribuir com o MESA, foi criado o Setor de Mobilização Social ligado diretamente à Presidência da República, encarregado de estimular a participação da sociedade.

COPO Conselho Operativo do Programa Fome Zero - responsável pela gestão do Programa, com o papel de orientar os doadores e receptores, coordenar a arrecadação, administração e fiscalização das doações, identificar, selecionar e cadastrar as entidades e pessoas a serem atendidas. Deve ser interesse dos governos - comida é direito do povo e obrigação do Estado - providenciar estrutura e condições de funcionamento dos COPOs. Do ponto de vista institucional e para gerir as Ações do Governo Federal, haverá os comitês gestores (COPOs) estaduais e municipais. Pode haver COPOs, porém, num movimento, sindicato, empresa, igreja... com a função de coordenação e articulação.

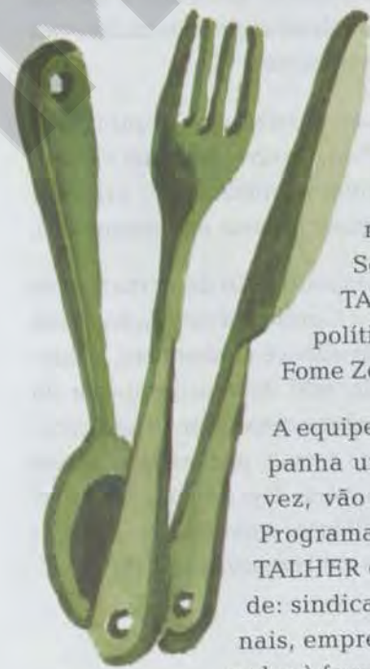
PRATO Programa de Ação Todos pela Fome Zero - a organização de base, o Comitê do Programa Fome Zero. Por ele, cada pessoa ou grupo se integrará à Mobilização Social do Fome Zero. Pode haver PRATOs em comunidades, bairros, escolas, paróquias, sindicatos, empresas, ministérios, instituições federais (Petrobras, Correios, Banco do Brasil, Caixa...).

Aos PRATOs cabe criar as estratégias de engajamento e apoio dos grupos ao Programa Fome Zero. Serão eles os encarregados de promover a Mobilização Social, de agregar voluntários, recolher e distribuir donativos, organizar seminários de estudo sobre a fome e repassar os cursos de Educação Cidadã.

As famílias atendidas organizadas pelos PRATOs podem fazer hortas comunitárias, banco de alimentos e de sementes, farmácias de ervas, estimular a alfabetização de adultos; a educação alimentar e higiene, cursos profissionalizantes e atividades de educação popular, desde a culinária e arte popular até a melhor compreensão da vida e da história. Para contribuir na gestão do Programa Fome Zero, devem ser reconhecidos e articulados pelos COPOs. Deve ser do seu interesse participar dos CONSEAs (Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional), para a formulação da política de Segurança Alimentar.

SAL Agentes de Segurança Alimentar - são os animadores, multiplicadores e monitores do Programa Fome Zero. Podem ser indivíduos ou grupos de voluntários, de fora ou da própria comunidade, agentes já remunerados (como os agentes de saúde, agentes jovens), agentes da Pastoral da Criança ou jovens liberados do programa Primeiro Emprego. Eles acompanham os beneficiados do Programa na sua trajetória de inclusão social, animando e avaliando seu crescimento, seu engajamento em outros programas (educação, profissionalização, geração de renda), bem como nos processos de formação.

TALHER É um instrumento que ajuda na alimentação espiritual e cultural que incentiva e articula os processos de formação - a fome de pão é saciável, mas a fome de beleza, de dignidade, é infindável. Existe a equipe do MESA, encarregada da capacitação operativa formando os comitês gestores, e da implantação das ações governamentais, e a Equipe de Educação Cidadã - TALHER, formada por educadores populares do Setor de Mobilização Social. A tarefa do TALHER é a mobilização e a formação política cidadã dos agentes do Programa Fome Zero nos COPOs, PRATOs, SALs.



A equipe do TALHER articula, prepara e acompanha uma rede de educadores que, por sua vez, vão mobilizar a sociedade, em torno do Programa Fome Zero. Pode haver também um TALHER que acompanha um setor da sociedade: sindicato, partido, igreja, movimentos nacionais, empresas públicas... com educadores dedicados à formação desses setores.

CEDIM

SOBRE O CONSEA

Ao mesmo tempo em que o Programa Fome Zero vem sendo implantado, segue o processo de organização dos CONSEAs em nível federal, estadual e municipal. Os CONSEAs estadual e municipal podem ser criados por iniciativa do Executivo ou do Legislativo e até por projeto apresentado pela sociedade. O CONSEA, para ser legitimado, deve ser composto por 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 de representantes do poder público. O CONSEA nacional é integrado por 38 pessoas da sociedade civil organizada, 13 ministros de Estado e 11 personalidades.

Os CONSEAs são encarregados de formular as diretrizes da política de segurança alimentar e sugerir os projetos e ações prioritárias a serem incluídas nos planos plurianuais dos governos.

É indispensável que os movimentos organizados participem dos CONSEAs, no nível estadual e municipal, ajudando a formular as orientações e prioridades de segurança alimentar a serem implementadas.

SOBRE O COMITÊ GESTOR

É um instrumento de viabilização da participação na gestão do programa Cartão Alimentação e tem caráter consultivo, propositivo e deliberativo, formalizado por meio de decreto do representante do poder público. Os membros desse comitê são escolhidos entre lideranças locais, preferencialmente entre os membros dos conselhos de políticos existentes nos municípios, líderes comunitários e representantes da sociedade civil organizada.

Reflita e depois converse com o seu grupo:

Quais as organizações do Fome Zero que já estão atuando em sua região? O que você e o seu grupo podem fazer para dar mais agilidade ao Fome Zero?

EDIM

Um desafio ético e político

- É tão belo como a soca
que o canavial multiplica.
- Belo porque é uma porta
abrindo-se em mais saídas.
- Belo como a última onda
que o fim do mar sempre adia.
- É tão belo como as ondas
em sua adição infinita.

- Belo porque tem do novo
a surpresa e a alegria.
- Belo como a coisa nova
na prateleira até então vazia.
- Como qualquer coisa nova
inaugurando o seu dia.
- Ou como caderno novo
quando a gente o principia.

- E belo porque com o novo
todo o velho contagia.
- Belo porque corrompe
com sangue novo a anemia.
- Infecciona a miséria
com vida nova e sadia.
- Com oásis, o deserto,
com ventos, a calmaria.

(Morte e Vida Severina,
João Cabral de Melo Neto)

Assumir a realidade com ética significa defender a vida como um direito absoluto, anterior e superior à propriedade e a todas as demais reivindicações. Por isso, a busca incessante da superação da miséria e da fome que atingem e fazem sofrer mais de 40 milhões de brasileiros é um desafio de ordem ética, que deveria orientar o compromisso e a prática de cada pessoa e de todas a formas coletivas de existência e de ação. Um exemplo, entre outros, de uma atitude e de um compromisso ético é o Mutirão pela Superação da Miséria e da Fome, convocado pela Igreja Católica.

Quando o direito à vida e a superação da miséria e da fome são assumidos como prioridade número um de um governo federal, o desafio ético passa a ser um desafio político. Agora, toda a sociedade é mobilizada para garantir que todos os envolvidos na responsabilidade de administrar os recursos públicos e de zelar pelo direito à vida de todas as pessoas priorizem políticas públicas que reconheçam e realizem o direito à alimentação, à segurança alimentar e nutricional, e que gerem oportunidades para que nenhuma pessoa dependa de doações para viver dignamente.

O Programa Fome Zero engloba iniciativas da sociedade e do governo, com o objetivo de garantir alimentação suficiente, com qualidade e de modo permanente, para mais de 40 milhões de brasileiros/as que passam fome e padecem de desnutrição. Essa política de segurança alimentar e nutricional, a ser garantida pelo Estado, deve estar baseada em práticas alimentares saudáveis, e em alimentos produzidos num modelo sustentável. E está associada à

visão de soberania alimentar: o país garante o controle da produção, do uso, do estoque e da exportação de seus produtos alimentares.

O Programa Fome Zero não deseja tornar os beneficiários dependentes. O sonho é nunca mais fazer campanhas de arrecadação de alimentos. Combater a fome não é um gasto, é um investimento. O Programa quer preparar as pessoas para que superem a situação de exclusão. Assim, o maior benefício que o Fome Zero pode trazer ao país é a consciência e a organização da sociedade como condições essenciais para a superação da pobreza e a construção de uma nação soberana.

Reflita e depois converse com o seu grupo:
O que significa fome, desnutrição, segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, assistencialismo, inclusão social, Direito Humano Básico?

O que nós podemos fazer?

- Severino, retirante,
deixe agora que lhe diga:
eu não sei bem a resposta
da pergunta que fazia,
se não vale mais saltar
fora da ponte e da vida;
nem conheço essa resposta,
se quer mesmo que lhe diga;
é difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, Severina;
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.

E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida Severina.

(Morte e Vida Severina,
João Cabral de Melo Neto)

CEDIM

Mesmo se a ação do governo ainda não atinge a maioria dos municípios, as pessoas e grupos estão convocadas a atuar no combate à fome:

Organize PRATOs

Desde já e, em qualquer lugar, pode-se formar PRATOs: no local de trabalho, numa organização, na vizinhança, na escola, na paróquia... Os PRATOs podem tomar a iniciativa de traçar o mapa da fome da região, pesquisar o potencial de sua população, escolher um grupo da população a ser beneficiada para acompanhá-la, coletar e distribuir alimentos, incentivar a formação de outros PRATOs e dos COPOs, promover processos de formação e articulação de educadores populares em torno do Programa Fome Zero.

Faça ações

- Promover seminários com o tema da II Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, que será realizada no primeiro trimestre de 2004;
- Estabelecer parcerias para doação, transporte e conservação de alimentos;
- Mobilização institucional: movimentos, empresas privadas (hospitais, fábricas...), escolas privadas, órgãos governamentais que atuam no combate à fome e ONGs que trabalham em segurança alimentar podem adotar, como irmãs, organizações, grupos, escolas públicas localizadas nos municípios priorizados. Também igrejas e instituições religiosas podem adotar suas correspondentes nas áreas priorizadas;
- Entrar no Mutirão Nacional de Combate à Fome através de campanhas de coleta e doação de alimentos em favor de um grupo "adotado": creche, escola pública da periferia, centro de acolhimento de portadores de deficiência, carceragem...
- Participar no Sede Zero, contribuindo com a ASA (Articulação do Semi-Árido) no projeto de construção de Um Milhão de Cisternas: www.asabrasil.org.br e da Campanha pela Convivência com o Semi-Árido, visitando todo o dia o Site www.cliquesemiarido.org.br. A cada visita, uma empresa faz uma doação para a construção de cisternas.
- Encaminhar os jovens para os programas de Bolsa-Escola, Seguro-Desemprego, e apoiar a organização de cooperativas de produção e consumo;
- Favorecer a campanha de doação de dinheiro:

Banco do Brasil
Agência 1607-1
Conta Corrente 1002003-9
Caixa Econômica Federal
Agência 0647
Operação 006
Conta Corrente 2003-3

Participe da Mobilização Social

- Descobrir e incentivar talentos em música, teatro, culinária, artesanato;
- Promover atividades culturais para levantar a auto-estima, usando os espaços públicos da redondeza;
- Promover seminários e estudos sobre a fome - seus efeitos e suas causas;
- Oferecer-se como voluntário para o processo de educação popular e cidadã;
- Elaborar e difundir cartilhas sobre Segurança Alimentar e Nutricional.

Reflita e depois converse com o seu grupo:

O que você e o seu grupo já estão fazendo para combater a fome? O que ainda pode ser feito por vocês?

Anexos

Roteiro para discussão do Programa Fome Zero

Abertura

- Animação: canto ("A volta da Asa Branca", por exemplo).
- Acolhida.
- Apresentação das pessoas: a partir dos símbolos (prato, copo, talher, mesa, sal): dizer os nomes e as expectativas. Síntese.

(Re)apresentação do Programa Fome Zero

- Exposição dialogada: O que já sabem? Notícias do que já está acontecendo.
- Complementação das informações e concepção do programa, lendo trechos da cartilha, por exemplo.

Aprofundamento da temática

- Qual o sentido ético-político do debate sobre a fome e das ações que visam zerar a fome, na atual conjuntura da sociedade brasileira?
- Conceitos (fome, direito, pobreza, soberania...).
- Conseqüências (possibilidades, limites, conflitos).

Fomentando a Organização da Sociedade

- Ver a movimentação social na região relacionada ao Programa Fome Zero. Fazer diagnóstico das organizações populares já envolvidas, lutas, campanhas, articulações, a constituição do CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional). Que vitórias da organização popular podem ser celebradas? Qual o potencial que pode ser ativado? Que entraves políticos devem ser enfrentados?
- Qual a razão para usar a Metodologia de Educação Popular? Princípios e prática.

- Encaminhamentos concretos para a mobilização social - organização do TALHER, mobilização na implantação dos comitês gestores do Cartão Alimentação; critérios de participação e mobilização; criação dos PRATOs; ver o andamento da criação ou das ações do CONSEA estadual e/ou municipal.

Encerramento

- Avaliação.
- Celebração.
- Convocação.

Roteiro para apresentação do Programa Fome Zero

Programa Fome Zero

- Superação da fome num processo educativo de transformação.
- Compromisso solidário e ético transformado em proposta política.
- Segurança e soberania alimentar como Direito Humano Básico.
- Decisão política da sociedade e do governo a ser construída.

Concepção política

- O programa Fome Zero é iniciativa da sociedade.
- Um governo a serviço da sociedade decidido a reforçar as iniciativas.

Objetivos do Programa

- Superar a fome de 9,9 milhões de famílias em risco de desnutrição.
- Barateamento e aumento da oferta de alimentos básicos.
- Melhoria de renda - Trabalho e Reforma Agrária.

CEDIM

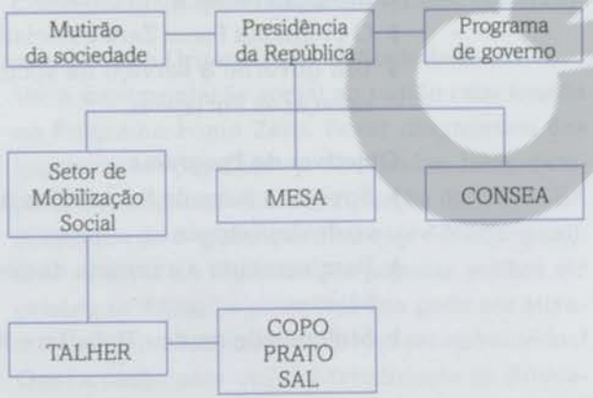
O Fome Zero articula

- Iniciativas da sociedade de combate à fome, com mobilização social.
- Políticas de segurança alimentar - CONSEA - 1/3 governo.+ 2/3 sociedade civil.
- Políticas públicas como ações de governo, integradas.

Ações do Governo Federal

- Ações emergenciais
  Dar o peixe - Cartão Alimentação, Restaurante Popular, Cisternas, Cestas Básicas, merenda escolar, documentação.
- Políticas locais
  Ensinar a pescar - Geração de trabalho e renda, microcrédito, agricultura familiar, Um Milhão de Cisternas, capacitação profissional.
- Ações estruturantes
  Controlar o lago, ir às causas - Reforma Agrária, nova política industrial, novo modelo de sociedade, convivência com o semi-árido.

Estrutura do Programa Fome Zero



Cartão Alimentação

- Para famílias com renda inferior a meio salário mínimo.
- Até um ano e meio - Contrapartida de participação.
- Prioridade: Semi-Árido, áreas indígenas, áreas quilombolas, áreas de lixões e áreas de assentamentos/acampamentos.

Ritmo:
Fev/2003 - 2 municípios;
Abr/2003 - 200;
Ago/2003 - 1.100;
2004 - Todos os municípios do Brasil.

Que fazer?

- Municípios priorizados - COPOs, PRATOs, estudos, coletas, pressão, CONSEA...
- Outros - Mapeamento, estudos, PRATOs, COPOs, TALHER, CONSEA, contribuições...

Algumas poesias e canções

- Pão do Povo - Bertold Brecht
- Cio da Terra - Chico Buarque / Milton Nascimento
- Morte e Vida Severina - João Cabral de Melo Neto
- Funeral de um Lavrador - Chico Buarque
- Naná - Patativa do Assaré
- Comida - Titãs
- Não aprendo a lição - Thiago de Melo
- Seu dotô me conhece? - Patativa do Assaré
- O sal da terra - Beto Guedes
- Operário em construção - Vinícius de Moraes

CEDIM

CEDIM

CEDIM

Contatos e informações
www.presidencia.gov.br/mesa
www.fomezero.gov.br
fomezero@planalto.gov.br
www.fomezero.org.br
Telefone: 0800 707 2003

Talher Nacional
Centro Cultural Banco do Brasil
SCES, Trecho 2, Lote 22, Sala 1082
70200-002 Brasília, DF
talher.nacional@bb.com.br
Telefone: (61) 310 9510

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Setor de Mobilização Social

Tríduo em Preparação

10ª ROMARIA DO TRABALHADOR RURAL

Tema:
Terra e Água respeitadas, vidas preservadas

Lema:
Sem veneno no campo, qualidade de Vida para todos.

DIOCESE
DE LEOPOLDINA, MG

FAZENDO MEMÓRIA

25 de julho
DIA DO TRABALHADOR E DA TRABAHADORA RURAL

Qual é o dia do(da) trabalhador(a) rural?

Para o governo e patrões, com auxílio dos meios de comunicação social, rádios, televisão, etc, a data é comemorada no dia 25 de maio. Isto se deve ao decreto do governo militar, do general Médici, em homenagem a um deputado gaúcho (Ferrari), grande fazendeiro, que foi o relator do projeto do Estatuto da Terra e apresentou outros projetos relacionados com a questão da terra. Os militares escolheram o dia da morte deste deputado para homenagearem os trabalhadores rurais.

Os(as) trabalhadores(as) nunca comemoraram este dia como seu, pois este deputado nada significa para a luta e sobrevivência dos (as) trabalhadores(as) rurais.

No sul do Brasil os lavradores celebravam, no dia 25 de julho a chegada dos primeiros colonos que vieram da Europa no século passado. Aqui eles trabalhavam quase em regime de escravidão para os grandes senhores de terra. Eram imigrantes pobres que vinham se juntar "a força de trabalho dos negros nas fazendas.

A partir de 1975, trabalhadores(as) de Goiás e outros estados, começaram a celebrar a segunda data (25 de julho) como seu dia, pois têm muito mais sentido e significado do que a data imposta pelo governo militar.

O Dia 25 de Julho lembra a pobreza e a escravidão que viviam os migrantes. Lembra a luta dos sem-terra. Lembra a busca de trabalhadores e trabalhadoras pela justiça social e a construção de um mundo novo.

Comemorar o dia do trabalhador e da trabalhadora rural e reafirmar a terra e a água como elementos fundamentais da vida, Dons de Deus e patrimônio da humanidade. É reafirmar a importância da luta pela Reforma Agrária, por uma política agrícola diversificada, fortalecimento da agricultura familiar.

PARABENS TRABALHADORES (AS) RURAIS:
AQUELES (AS) QUE CULTIVAM A TERRA COM ESPERANÇA DE DIAS MELHORES; DA MESA FARTA. AQUELES (AS) QUE TEM A TERRA COMO ESPAÇO DE VIDA E DA VIDA E QUE POSSIBIITAM QUE O ALIMENTO CHEGUE À MESA DAS PESSOAS SEM VENENO.

ORAÇÃO INICIAL PARA TODOS OS DIAS

Ó Deus, Manancial de toda vida, fonte de toda beleza, Criador do Universo, Alfareiro da nossa Terra: fazei que a amemos como mãe e irmã, Dom do vosso amor, casa comum da humanidade, lugar que será de partilha e de paz.
Por todo o suor, pranto e sangue, na Terra derramados, e por Jesus Cristo, vosso Filho, que na Terra habitou e a fecundou com seu suor e seu sangue.
Amém, Axé, Awere, Aleluia ! (Dom Pedro Casaldáliga)

PRIMEIRO ENCONTRO

Defender a terra

Ambiente: *O ambiente preparado será o nosso espaço sagrado, que vai nos levar a pensar, a ouvir seus clamores e a mudarmos de atitude. Preparar: Cartaz da 10ª Romaria, Bíblia, uma vela acesa e a faixa com o tema; garrafas plásticas, pilhas, plásticos; um pouco de terra fértil trazida pelas pessoas da comunidade; folha de papel pardo, onde se colocará ou desenhará "Quais são os gritos da Mãe terra hoje, aqui e agora?". Responder coletivamente e alguém vai escrevendo ou desenhando na folha.*

1. ACOLHIDA
Animador (a): Hoje estamos iniciando a nossa preparação para a celebração do dia do trabalhador e da trabalhadora rural. Serão três dias de reflexão, oração e partilha. Queremos acolher na alegria do encontro todos os irmãos e as irmãs.

CANTO (A terra Deus deixou)

Todos: Em nome do Pai que nos criou e do Filho que nos salvou e do Espírito Santo que nos une por amor. Amem! Amém! Amém!

2. ORAÇÃO INICIAL (para todos os dias pagina 2)
Animador(a): Vamos repetir juntos (as) o tema da nossa reflexão.
Todos (as): Terra e Água respeitadas, vidas preservadas.

3. PARA COMEÇO DE CONVERSA (um assunto da vida - relidade - refletir)
Animador (a): Neste primeiro encontro, vamos conhecer partes de um texto apresentado por Ivo Poletto à Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no dia 5 de abril de 2008 e elaborado coletivamente por animadores das Pastorais Sociais.

Leitor (a) 1: São visíveis os sinais que confirmam o consenso dos cientistas em relação ao "estado do planeta Terra", expresso nos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). Ele realmente está em processo acelerado de aquecimento, e isso se deve à forma como os seres humanos

se relacionaram e continuam relacionando-se com ele. É efeito especialmente da velocidade tomada pelo denominado "progresso econômico" nos últimos cinqüenta anos. É, por isso mesmo, responsabilidade maior dos povos e países que impuseram esse tipo de progresso e que são, pela mesma razão, os maiores consumidores dos produtos e serviços desenvolvidos pelo uso intensivo da moderna tecnologia.

Leitor (a) 2: São necessárias e urgentes transformações na forma de organizar as relações econômicas, de modo especial as que estão ligadas à exploração de fontes fósseis de energia; mas, hoje, junto com elas, é urgente uma transformação no modo de a humanidade viver sua relação com a Terra, com os seres vivos e com os próprios seres humanos. Não serão suficientes, por isso, reformas superficiais.

Leitor (a) 3: Ao dizer que essas transformações são "urgentes", afirma-se que o "tempo corre contra a humanidade que vive na Terra". O consenso dos cientistas deixa claro que conseqüências do aquecimento já em curso são inevitáveis. Por mais rapidamente que sejam introduzidas mudanças no modo de consumir e de relacionar-se com a Terra, não há mais tempo para que ela processe as agressões de que tem sido vítima; haverá, por isso, mudanças climáticas sérias, bem como mudanças nas condições de vida no Planeta. Agora, a depender da profundidade e da rapidez das mudanças, os efeitos do aquecimento podem ser menores, sem deixar de serem graves.

Leitor (a) 4: Destacando o Brasil nesse processo de mudanças das condições de vida na Terra, é preciso ter presente que não passa de ilusão a idéia de que será um país privilegiado. Abençoado por Deus ele sempre foi, mas não por todos os seres humanos que nele viveram e vivem.

4. PARA ILUMINAR A VIDA (um texto bíblico - meditar)
Animador (a): A situação assim como se apresenta corresponde aos critérios do Reino de Deus ou não? Ouçamos a Palavra de Deus em **Gênesis 1, 27-31** (ler duas vezes, lentamente).

(Momento de silêncio)

1. O que chama sua atenção no texto bíblico?
2. O ato criador é um ato de amor. Deus cria porque ama. Ainda mais, deu ao ser humano a capacidade de ser co-criador. Portanto, entre as criaturas, só o ser humano é capaz de amar e criar. Como você assume sua capacidade de amar e criar?
3. O ser humano, que é a inteligência da Terra, a imagem e semelhança do Criador, coloca em risco a vida que está ao seu alcance, porque é o único capaz de destruir. Diante da realidade e da Palavra de Deus, onde você encontra sinais de esperança?

CANTO (Javé, o Deus dos pobres)

5. PARA TRANSFORMAR A VIDA (rezar à luz da Palavra de Deus)
Animador: Você concorda com a afirmação: Serão indispensáveis mudanças profundas no modo de produzir e de consumir, e isto exige transformações das estruturas e mudanças no modo de pensar, de sentir, de desejar, de ser (partilhar).

Animador: Senhor, nosso Deus, ajuda-nos a defender a Mãe Terra das agressões das monoculturas, do agro-negócio, da ação das mineradoras, das explorações das carvoarias, do peso das máquinas, da violência dos agrotóxicos, que ameaça a agricultura Familiar Sustentável.
Todos (as): Benditas as mãos que cultivam a Terra.

Animador: Senhor, nosso Deus, dá-nos coragem para assumirmos as mudanças necessárias para salvar nossa Terra.
Todos (as): Benditas as mãos que cultivam a Terra.

Animador(a): Senhor, nosso Deus, faça de nós, trabalhadores e trabalhadoras instrumentos de união e luta em defesa da Terra.
Todos (as): Benditas as mãos que cultivam a Terra.

Animador: Senhor, nosso Deus, permita que através das organizações existentes de defesa e apoio aos trabalhadores (as) rurais, possamos lutar pela partilha da mãe terra, para que tenhamos direito à vida, e vida em abundância.
Todos (as): Benditas as mãos que cultivam a Terra.

6. PRECES ESPONTÂNEAS
Pai Nosso (motivar)

CANTO (É missão de todos nós, Deus chama eu quero a sua voz. Ou outro que a comunidade escolher)

7. BÊNÇÃO E ENVIO
Animador: Que o mesmo Deus que nos acompanhou neste encontro nos acompanhe também no retorno aos nossos lares e em nossos afazeres. Vamos, em paz, e sirvamos a Deus com alegria. Amém.

8. PARA O PRÓXIMO ENCONTRO
1. Ler em casa o texto bíblico que será meditado
2. Distribuir tarefas, entre os presentes, principalmente os jovens
3. Preparar os elementos que serão usados na ambientação. Lembrar alguns símbolos da comunidade.

SEGUNDO ENCONTRO

Defender a água

Ambiente: *Manter o mesmo espaço sagrado do primeiro encontro, acrescentando vasilhas com água cristalina e água poluída.*

1. ACOLHIDA

Animador(a): Neste nosso encontro queremos acolher a presença da água no nosso dia-a-dia. Estamos reunidos (as) em nome e na presença da Fonte de Vida – Deus, Criador das águas e de tudo que existe, Deus que chega até nós, em irmandade e de Deus que nos conforta e nos acolhe.

2. ORAÇÃO INICIAL (para todos os dias, pagina 2)

Como estão nossos rios? Cuidamos das nascentes? (partilhar)

CANTO (Planeta água ou outro que a comunidade escolher)

3. PARA COMEÇO DE CONVERSA (um assunto da vida - realidade - Refletir)

Animador (a): Em 22 de março de 1992 a ONU (Organização das Nações Unidas) instituiu o "Dia Mundial da Água", o qual vem sendo lembrado por entidades governamentais e não governamentais como mais um dia mundial, de luta em defesa da preservação da Natureza.

Leitor (a) 1: A ONU redigiu um documento intitulado "Declaração Universal dos Direitos da Água".

Leitor (a) 2: O texto merece profunda reflexão e divulgação por todos os amigos e defensores do Planeta Terra, em todos os dias e não apenas no 22 de março.

Animador (a): Vamos refletir cinco dos dez direitos da Água:

1. A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão, é plenamente responsável aos olhos de todos.
2. A água é a seiva de nosso planeta. Ela é condição essencial de vida de todo vegetal, animal ou ser humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura.
3. Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e economia.
4. O equilíbrio e o futuro de nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.
5. A água não é somente herança de nossos antepassados; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como a obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras (Partilhar as idéias, as impressões e as surpresas).

Animador (a): Os direitos da Água estão sendo respeitados? A forma como lidamos com a Água corresponde aos critérios do Reino de Deus ou não? Ouçamos a Palavra de Deus.

4. PARA ILUMINAR A VIDA (um texto bíblico – Meditar – **Gn 6,1-22**)

CANTO | Desça como a chuva a tua Palavra! Que se espalhe como orvalho, como chuvisco na relva! Como aguaceiro na grama. Amém!

1. O que chama atenção no texto sobre o dilúvio?
2. Deus, cansado das mazelas humanas, decidiu extinguir a humanidade. Porém, num último ato de nobreza divina, resolveu salvar um ser humano, por ser justo. Ainda mais, exigiu que esse homem, chamado Noé, pusesse na Arca sua família e um casal de cada animal para garantir sua reprodução. Salva, assim, todas as criaturas e revela o carinho paternal que o Criador tem para com todas elas. Como ser justo (a) diante das agressões praticadas às nascentes, aos rios e cachoeiras por mineradoras, barragens, que destroem em nome do progresso?
3. O que mais chama a atenção no texto bíblico é a aliança feita com os seres humanos e todas as criaturas da Terra após o dilúvio. Portanto, a aliança de Deus não é exclusividade dos seres humanos, embora estes tenham sido criados à sua imagem e semelhança. O fato de dispor da Terra e de seus bens, não dá ao ser humano o direito de destruir os demais seres vivos. Eles também carregam em si a digital do Criador e fazem parte de sua comunidade de aliança. Que passos precisam ser dados para destruir a superioridade dos seres humanos e resgatar o respeito de todos os seres vivos?

CANTO (Salmo 23 Pelos prados e campinas, verdejantes eu vou...)

5. PARA TRANSFORMAR A VIDA (rezar à luz da Palavra de Deus)

Animador (a): A mudança no modo de pensar, de sentir, de ser, de agir é algo muito difícil. É absolutamente necessária uma mudança interior, espiritual,

uma conversão. É preciso que esta mudança interior seja força motivacional para a coragem de mudar nas práticas cotidianas, na troca de mentalidade em relação à produção e consumo de bens, na superação do desejo de enriquecimento acumulado, na preferência por práticas coletivas/comunitárias em lugar dos gostos individualistas...
Pedimos por todos os seres humanos, tuas criaturas, para que tenham coragem de mudar seu modo de agir até chegar o tempo em que fluxos de justiça corram como água e a retidão como um córrego manso.
Todos (as): Benditas as mãos que cuidam da Vida.

Animador(a): Pedimos coragem para interferir na nossa sociedade injusta e desigual. Para clamar pelos direitos das nossas nascentes, dos nossos rios, córregos e cachoeiras tão ameaçados.
Todos (as): Benditas as mãos que cuidam da Vida..

Animador (a): Acompanhe-nos em nosso retorno, que possamos levar muita água boa deste encontro para nossas irmãs e irmãos. Que os grandes desafios não nos assustem, mas nos animem no dia-a-dia.
Todos (as): Benditas as mãos que cuidam da Vida.

Animador(a): Queremos trazer a memória dos nossos rios (citar nome dos rios na região), mortos, poluídos, envenenados, interrompidos, assoreados.
Todos (as): Benditas as mãos que cuidam da Vida.

6. PRECES ESPONTÂNEAS
Pai-Nosso: Motivar
CANTO (Baião das comunidades ou outro que a comunidade escolher)

7. BÊNÇÃO E ENVIO
(Molhar as mãos na água e tocar a mão da pessoa ao lado, acolhemo-nos e nos despedimos dizendo "Deus, que criou ás águas do mundo, Cristo, a água viva, o Espírito das águas vivificantes estejam conosco e nos acompanhem. Amém!")

8. PARA O PRÓXIMO ENCONTRO
1. Anotar o texto que vai ser meditado
2. Distribuir tarefas entre os presentes
3. Preparar os elementos que serão usados na ambientação. Lembrar alguns símbolos da comunidade.

TERCEIRO ENCONTRO
Como defender a qualidade de vida para todos e todas? Senhor Deus, misericórdia!

Ambiente: *Manter o mesmo espaço sagrado do segundo encontro.*

1. ACOLHIDA
Animador (a): Irmãs e irmãos sejam bem-vindos ao nosso terceiro encontro em preparação para o dia do trabalhador e trabalhadora rural. Diante das nossas reflexões feitas nos dois primeiros encontros hoje queremos pedir perdão a Deus pelo descuido, pelo desrespeito à Mãe Natureza.

2. ORAÇÃO INICIAL (para todos os dias, pagina 2)
MANTRA | Ó luz do Senhor que vem sobre a terra, inunda meu ser, permanece em nós (repetir várias vezes).

3. REFLEXÃO
Animador (a): Vejamos um pouco sobre os agrotóxicos:
A humanidade está extinguindo toda forma de vida na Terra.
O atual modelo produtivista, baseado na lógica do lucro e do curto prazo, está esgotando o capital natural do planeta, adverte estudo encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que envolveu 1.360 cientistas de 95 países. Segundo eles, a ameaça de colapso ambiental pode se concretizar ainda neste século.

Agrotóxicos: O veneno nosso de cada dia
Leitor(a) 1: Os agrotóxicos foram desenvolvidos na Primeira Guerra Mundial e utilizados mais Amplamente na Segunda Guerra Mundial como arma química. Com o fim da guerra, o produto desenvolvido passou a ser utilizado como "defensivo agrícola".

O primeiro agrotóxico, o composto orgânico DDT, foi sintetizado em 1874 por Tomar Zeidler, porém só em 1939 Paul Muller descobriu suas proprieda-

des inseticidas. Pela descoberta e posterior aplicação do DDT no combate a insetos, Muller recebeu o prêmio Nobel de química em 1948. O DDT era então a grande arma para acabar com o inseto propagador da malária, até que descobriu - se que ele como todos os compostos organoclorados é cancerígeno, teratogênico e cumulativo no organismo.

No pós-guerra, os vencedores articularam uma expansão dos seus negócios a partir das indústrias que haviam se desenvolvido durante o conflito, e entre elas a indústria química. Na Europa havia fome. Foi então que surgiu a "revolução verde", que visava promover a agricultura, gerando comida para os famintos do mundo.

Leitor(a) 2: A "revolução verde" chegou ao Brasil em meados da década de 60. Foi implantada através de imposição das indústrias de agrotóxicos e do governo brasileiro: o financiamento bancário para a compra de semente só saia se o agricultor comprasse também o adubo e o agrotóxico.

Esta política levou a uma grande contaminação ambiental, sem que a fome fosse extinta. Hoje, 1/5 das crianças não ingerem a quantidade suficiente de calorias e proteínas que necessitam. E cerca de 2 bilhões de pessoas terceira parte de humanidade sofrem de anemia. A cada ano 30 milhões de pessoas morrem de fome no mundo e 800 milhões sofrem de subalimentação crônica. A degradação do meio ambiente tem consequências a longo prazo e seus efeitos podem ser irreversíveis. Em escala planetárias, existem mais de 2 trilhões de toneladas de resíduos industriais sólidos e cerca de 350 milhões de toneladas de detritos gerados por ano.

Leitor(a) 3: Intoxicação por agrotóxicos

O Brasil encontra-se entre um dos maiores consumidores de produtos praguicidas (agrotóxicos) do mundo, tanto aqueles de uso agrícola como os domésticos (domissanitários) e os utilizados em Campanha de Saúde.

Dada a falta de controle no uso destas substancias químicas tóxicas e o desconhecimento da população em geral sobre os riscos e perigos à saúde daí decorrentes, estima-se que as taxas de intoxicações humanas no pais sejam altas. Deve-se levar em conta que, segundo a Organização Nacional de Saúde para cada caso notificado de intoxicação ter-se-ia 50 outros não notificados.

Leitor(a) 4: Os perigos representados pelos agrotóxicos

O perigo começa no próprio campo, com os agricultores que pulverizam os agrotóxicos nas lavouras. A exposição destes produtos de elevada toxidade sem a devida proteção pode ocasionar invalidez e até morte.

Em seguida, o perigo chega à mesa do consumidor dos grandes e médios

centros urbanos. Os vegetais e frutas disponíveis no mercado, de aspecto agradável podem esconder em sua película externa fragmentos de agrotóxicos utilizados na lavoura (Extraído do texto de Ederson Leonardo Soares).

4. PARA COMEÇO DE CONVERSA (vamos refletir sobre o texto)
(Momento de silêncio)
1. O que te chamou atenção no texto?
2. Você sabe quais os agrotóxicos usados no seu Município; na sua região?
3. Quais os efeitos negativos tem produzidos?
4. Há experiências de agroecologia no seu Município; na sua região?

CANTO (Momento novo)

5. PARA ILUMINAR A VIDA (um texto bíblico - Meditar Vamos refletir o texto: **Isaias 65,17-25**)
1. Momento de silêncio.
2. O que me chama atenção no texto?
3. De que você mais gostou?
4. O que você descobriu com esse texto para os dias atuais?

6. PARA TRANSFORMAR A VIDA (pedir perdão)
(A cada pedido de perdão as pessoas vão retirando do espaço sagrado todo que encobre sua beleza e sua sacralidade - garrafas plásticas, pilhas, água poluida, etc)

Animador(a): Senhor perdoa quando nos acomodamos e achamos que não tem mais jeito.
Todos (as): Escuta o grito que sai do chão, dos (as) oprimidos (as) em oração.

Animador(a): Senhor perdoa quando calamos frente aos abusos, não só contra o ser humano, mas também contra todos os seres vivos.
Todos (as): Escuta o grito que sai do chão, dos (as) oprimidos (as) em oração.

Animador(a): Senhor perdoa o desânimo e a desesperança que tomam conta de nós, quando nos deparamos com as agressões à Mãe Natureza.
Todos (as): Escuta o grito que sai do chão, dos (as) oprimidos (as) em oração.

Animador(a): Senhor perdoa pelo que deixamos de fazer, pelas mudanças que ainda não aconteceram no nosso modo de pensar e agir para libertar a Terra e salvar a Vida.
Todos (as): Escuta o grito que sai do chão, dos (as) oprimidos (as) em oração.
(Outros pedidos da comunidade)

7. ORAÇÃO (Unir nossa voz numa só prece)
Animador(a): Salmo 51(50), todos (as) juntos (as)!

Lava-nos, Senhor e seremos mais brancos do que a neve / Purifica-nos e seremos limpos totalmente. / Lava-nos de nossos erros, / Purifica-nos de nossos pecados!
Reconhecemos nossos erros e faltas, / Nossos pecados estão todos na nossa frente / É verdade, nós pecamos contra ti. / E fizemos o que é errado aos teus olhos.
Ò Deus cria em nós um coração puro, / Reaviva em nós uma vontade firme, / Não afasta a gente para longe de ti ./ Não retira de nós teu santo Espírito.
Livra-nos da violência, ó Deus nosso Salvador. / E nós proclamaremos tua justiça. / Ensinaremos teus caminhos aos pecadores. / Para que todos os que estão errados voltem a ti.

Pai-Nosso: Motivar

CANTO | Venha teu Reino, Senhor! | A festa da vida recria!
A nossa espera e ardor / Transforma em plena alegria! / Aiê – eia – aiê – ae – ae.

8. BÊNÇÃO E ENVIO
Que a força de Deus nos sustente, / Que a luz de Cristo oriente nossa caminhada / Que o Espírito Santo de Deus nos conduza / Para libertarmos a Terra e salvarmos a Vida.

9. COMPROMISSOS
• A PARTIR DAS REFLEXÕES FEITAS NESTES TRÊS DIAS, QUAL ATITUDE PESSOAL E COLETIVA PODEMOS ASSUMIR?
• PARTICIPARA DA 10ª ROMARIA DO TRABALHADOR (A) RURAL NO DIA 20 DE JULHO – DIA DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA RURAL.
• CONVIDE AS FAMÍLIAS, OS VIZINHOS, OS CONFRONTANTES, OS AMIGOS E COMPANHEIROS (AS) PARA ESTA GRANDE CELEBRAÇÃO.
• TRAGA SUA CANECA OU GARAFA DE ÁGUA.

PUBLICAÇÃO
Coletivo das Pastorais Sociais
Neli de Almeida – CEBI – MG

gráfica e editora dom viçoso (31) 3557-1233

BARRAGENS

"SE A GENTE NÃO SE JUNTA DEUS NÃO SALVA"

Cáritas Arquidiocesana de Montes Claros
Comissão Pastoral da Terra - Norte de Minas
PRODERUR

Apoio:
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços - BA

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha é uma adaptação e junção de várias cartilhas já produzidas, no intuito de subsidiar comunidades com materiais que contenham informações sobre os direitos de atingidos por barragens. Mas a cartilha somente não basta. Faz-se necessário que as comunidades atingidas se organizem, procurem seus sindicatos, seus movimentos, a igreja, pastorais e, numa luta contínua, busquem seus direitos impedindo que projetos e empresas empreendedoras venham com seus rolos compressores pisotear e empurrar para a marginalização milhares de trabalhadores e trabalhadoras deste país.

A construção de barragens gera conflitos, interlocuções e negociações. Setores que tentam negar isso violam os direitos humanos.

O acesso à justiça depende de recursos e quase nunca está ao alcance das pessoas pobres. Direitos mais elementares, portanto inegociáveis, não estão na prática à disposição do povo excluído, permeando a injustiça. Fato é que, o pobre é sempre a parte mais prejudicada neste processo. As pastorais sociais e os movimentos sociais, mais atentos a essa situação, procuram romper esses obstáculos, organizando o povo, procurando abrir portas para a justiça, fazendo com que a lei seja observada e **JUSTA, ("nem tudo que é legal é justo").** Por isso as pastorais e movimentos devem, através de suas organizações de base, manter-se de pé na luta pela busca dos direitos dos pobres.

Está lá na Constituição:
Artigo 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II - garantir o desenvolvimento nacional;
III - erradicar a pobreza, marginalização reduzindo desigualdades sociais e regionais;
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação.
Artigo 4º - A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
II - Prevalência dos direitos humanos. (Declaração Universal dos Direitos Humanos).

"ÁGUAS PARA A VIDA NÃO PARA A MORTE"

"BARRAGEM SEM JUSTIÇA DEUS NÃO QUER, A GENTE BARRA".

Nos últimos 40 anos o Estado brasileiro contraiu uma enorme dívida social para com as populações atingidas por barragens. É difícil contabilizar os prejuízos já causados pelas barragens já construídas. Quem perdeu a terra onde viveu ou as condições de trabalho, sabe bem o abandono em que vive e que não há indenização que pague as perdas acumuladas.

As empresas construtoras é que decidem quem são os atingidos e quem deve ser indenizado, bem como a forma dessa indenização.

Os projetos de barragens não contemplam o reassentamento dos atingidos nas áreas produtivas dos respectivos projetos. O "PROGRESSO" fica restrito normalmente às indústrias de energia, do agro-negócio, etc. Aos atingidos caberá a expulsão, indenização precária e finalmente as políticas sociais compensatórias. **Progresso é o atingido viver melhor do que vivia antes da construção da barragem.**

Somente a organização dos atingidos é que pode garantir conquistas, direitos, avanços e implantação de políticas que melhorem suas condições de vida.

"O DONO DOS BOIS É QUE PEGA NOS CHIFRES"

LEGISLAÇÃO EXISTENTE SOBRE BARRAGENS:

- Instrução Normativa Especial do INCRA nº 20 de 1980
- NBR - Norma Brasileira 8.799 de 1985;
- Lei Federal 8.629 de 1993;
- Lei Estadual 12.812 de 1998;
- Lei Estadual 15.012 de 2004;
- NBR - Norma Brasileira 14.653.3 de 2004;
- Decreto 6040 de 2007;
- Recomendações da Comissão Especial "Atingidos por Barragens" do CDDPH - Ministério da Justiça.

DIREITOS DA PESSOA HUMANA

O CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana elaborou um relatório de mais de 600 páginas, relatando violações dos direitos das populações atingidas por barragens no Brasil.

"O padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado graves violações de direitos humanos, agravando as desigualdades sociais, gerando miséria e desestruturação social, familiar e individual."

Segundo o CDDPH as maiores violações são aos direitos:

1 - à informação;
2 - à liberdade de reunião, associação e expressão;
3 - ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4 - à moradia adequada;
5 - à educação;
6 - a um ambiente saudável e à saúde;
7 - à melhoria contínua das condições de vida;
8 - à plena reparação das perdas;
9 - à justa negociação, tratamento isonômico, transparente e coletivamente acordado;
10 - de ir e vir;
11 - às práticas tradicionais, acesso e preservação cultural, materiais e imateriais;
12 - dos povos tradicionais, indígenas, quilombolas, etc...;
13 - dos grupos vulneráveis à proteção especial;
14 - de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial;
15 - à reparação de perdas passadas;
16 - à proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitário.

NÃO HÁ UMA POLÍTICA NACIONAL QUE GARANTA OS DIREITOS DOS ATINGIDOS.

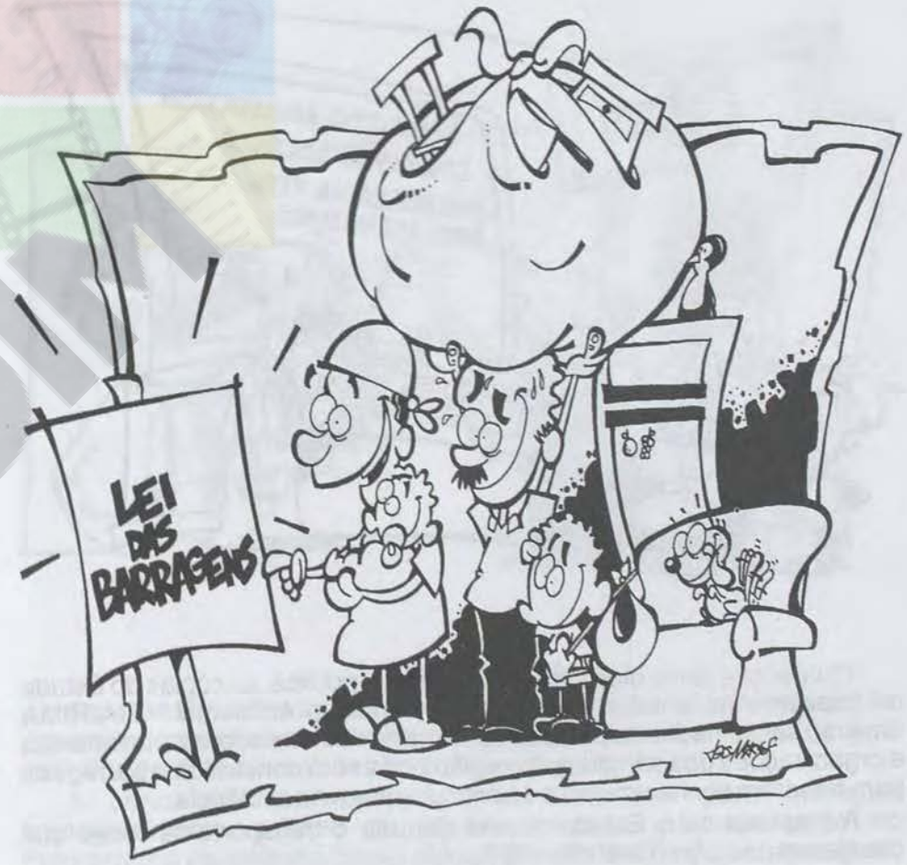
A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS EXPULSA FAMÍLIAS DE SUAS TERRAS

Muitas barragens estão sendo construídas no Brasil e em Minas Gerais e essas obras têm provocado grandes impactos no meio ambiente e na vida do povo e precisam ser evitados.

No aspecto ambiental a Lei Estadual obriga os empreendedores a elaborar uma série de estudos de impactos, passando todos eles pela apreciação do COPAM - Conselho de Política Ambiental.

A **LP** - Licença Prévia, a **LI** - Licença de Instalação e a **LO** - Licença de Operação têm que ser aprovadas por órgãos ambientais, estadual ou federal.

A Lei 12.812 ameniza algumas injustiças cometidas contra os atingidos, garantindo direitos à assistência social do Estado. (passa açúcar na chupeta).



OS ATINGIDOS PRECISAM SER OUVIDOS

É obrigatória a realização de audiências públicas explicando aos atingidos, entidades e ao povo em geral os detalhes da barragem a ser construída, incluindo os impactos ambientais e sociais que serão provocados. **Se for "desenvolvimento e progresso", como a vida dos atingidos irá melhorar?**

Quarenta e cinco dias antes da audiência pública, as cópias do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental - **EIA/RIMA** deverão ser enviados às prefeituras, câmara dos vereadores, movimentos e organizações dos atingidos da região onde será construída a barragem, para tomarem conhecimento e se pronunciarem na audiência.

A empresa ou o Estado deverá garantir o transporte de todos que desejarem participar da audiência pública.

A OBRA SÓ SERÁ APROVADA DEPOIS DO PRÓ-ASSISTE

Além da audiência, o empreendedor deverá também apresentar o PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRÓ-ASSISTE, que o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) irá avaliar.

Cabe ao Conselho aprovar o programa e fiscalizar a sua implantação. As entidades representativas dos atingidos poderão manifestar as suas posições perante o Conselho, conforme assegura a lei.

A concessão de licenciamento ambiental para qualquer empreendimento, público ou privado, depende da aprovação do Programa de Assistência Social. **Se o PRO-ASSISTE não for aprovado, tudo volta à estaca zero.**

As empresas deveriam se preocupar mais com o futuro das famílias atingidas, garantindo a elas **"o progresso e desenvolvimento",** antes, durante e depois da implantação do projeto, **ou seja, uma vida mais feliz.**

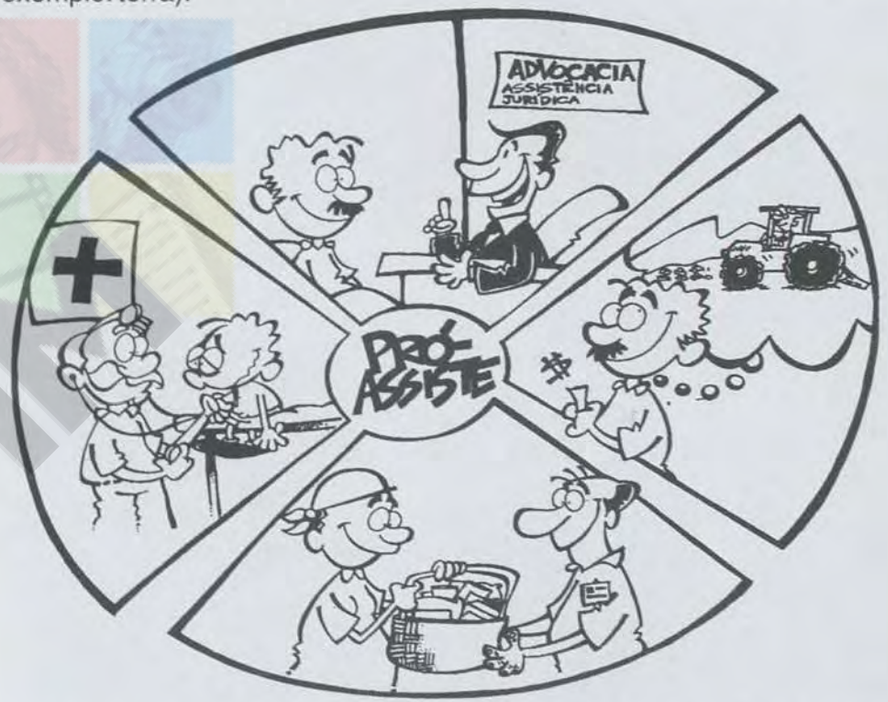
As famílias, por sua vez, terão voz ativa na definição das novas áreas para reassentamento que, prioritariamente, deverão se localizar no mesmo município ou na mesma região.

POR QUE NÃO SE INICIA AS OBRAS SOMENTE DEPOIS DE RESOLVER A SITUAÇÃO DO ÚLTIMO ATINGIDO?

PRÓ-ASSISTE É DIREITO DE TODOS OS ATINGIDOS

O Programa de Assistência Social deverá garantir:
- Assistência jurídica, escolhida pelos atingidos;
- Assistência psicológica;
- Atendimento médico, odontológico e hospitalar;
- Fornecimento de cestas básicas por um ano;
- Abertura de linhas de financiamento para as atividades produtivas;

- Assistência técnica e agrícola, oferecendo cursos profissionalizantes;
- Elaboração de material informativo, de fácil compreensão, sobre os direitos e deveres dos empreendedores públicos e privados e da população das áreas atingidas;
- Cadastro de todos os atingidos;
- Levantamento das propriedades atingidas, com respectivas benfeitorias e maquinários;
- Garantia de reposição dos bens expropriados (em dinheiro ou outros, exemplo: terra).



O Estado deverá dar suporte ao CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social na análise dos planos de assistência social.

Conhecendo a lei e participando dos movimentos você garante seus direitos. Procure sempre se informar nas entidades de organização e apoio (Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Pastorais Sociais, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Cáritas locais e regionais, etc...).

ORGANIZAÇÕES DE APOIO

CPT
Comissão Pastoral da Terra
Cáritas Arquidiocesana de Montes Claros
PRODERUR
Rua Januária, 387 - Centro
39400-093 - Montes Claros - MG

MPA
Movimento dos Pequenos Agricultores
Rua Azaléia, 332 - Sagrada Família
39401-021 - Montes Claros - MG
(38) 3081-1940

MAB
Movimento dos Atingidos por Barragens

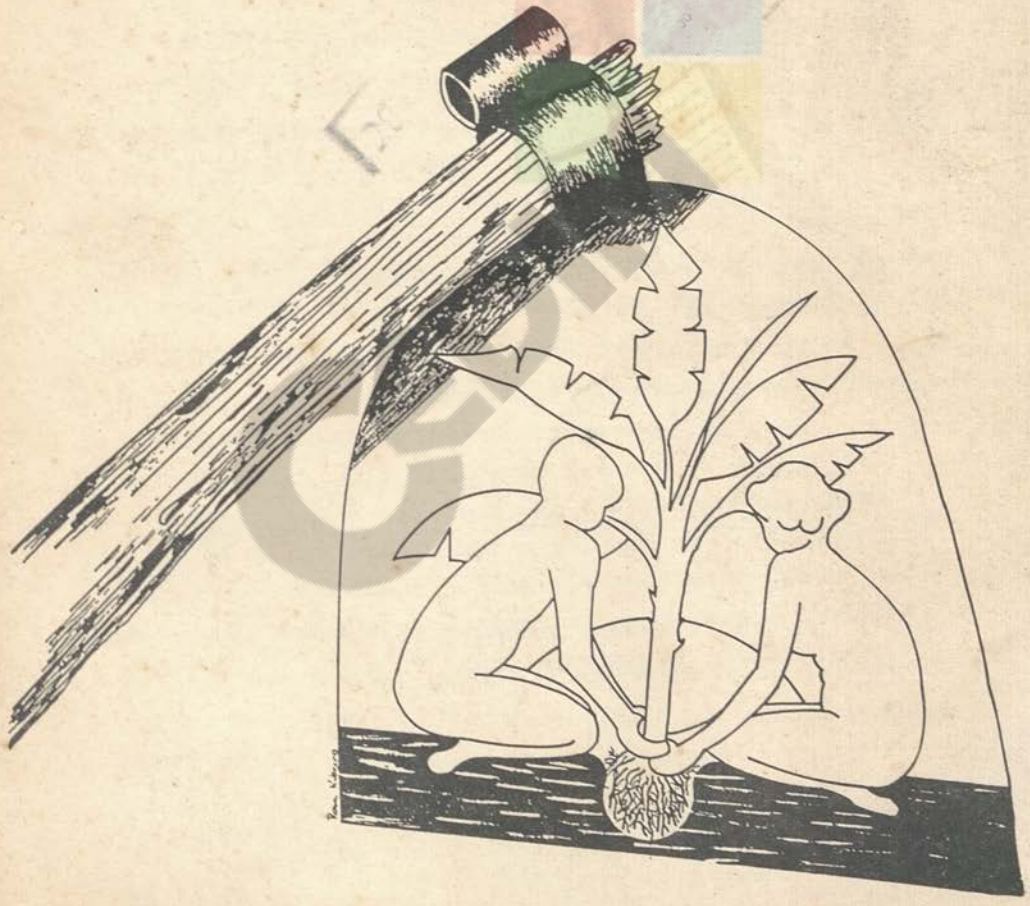
MST
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

FETAEMG
Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais

CEDM

TERRA VIVA

PRODUZIR PARA FICAR



APRESENTAÇÃO

Companheiros(as)

É com satisfação e, ao mesmo tempo, preocupação que lhes apresentamos este livreto. Quer ser apenas uma proposta orientativa, para que a preparação à nossa Romaria possibilitem uma linha reflexão para facilitar a compreensão. Mas importante de que a Bíblia e, mais ainda, do que o livreto é a vida da comunidade, que deve ser expressa e celebrada nos nossos encontros. Por isso, em equipe, modifiquem o que acharem melhor. Levamos em consideração que os primeiros destinatários deste são as comunidades rurais. Isso não significa desprezar as queridas e combativas comunidades urbanas que são presença viva nas romarias. Por causa do espírito de solidariedade que as move facilmente saberão adaptar naquilo que lhes diz respeito.

O trabalho foi feito por várias mãos, se bem que atropelados pelo pouco tempo.

"O Espírito de Deus renova a face da terra" (cf Sl 104). Esta é a nossa alegria. Tal renovação passa pelas nossas mãos, pois foi a nós, homens e mulheres que ele nos deu a terra para fazer dela a nossa casa, onde construiremos a igualdade, a fraternidade e a paz, como sacramento do que nos será dado em plenitude da ressureição.

CPT/RJ
Diocese Caxias/RJ

IMPOTANTE: Prepare cada encontro com antecedência.

TERRA VIVA

(preparar: uma vasilha com terra; 01 animador(a); 03 leitores(a); 01 pessoa para convidar para o abraço Paz; 01 para convidar para rezar o Pai nosso).

ANIMADOR(A) - Nós estamos reunidos em nome do Pai + do Filho + e do Espírito Santo.

TODOS: Amém

ANIM - Somos todos benvindos a este encontro que nos prepara para a 6ª Romaria da Terra em Capivari, Caxias. A Romaria é uma caminhada feita pelo Povo de Deus, unido num só pensamento: libertar a terra de todas as opressões para os homens e mulheres viverem livres e dignamente. Para isso, não podemos caminhar desunidos, mas conscientes de que nós somos a família, cujo Pai é Deus. Assim teremos forças para vencer as dificuldades que aparecem.

(alguém convida para o abraço da paz; canto a escolha).

LEITOR(A) 1 - Nós te louvamos Senhor, porque tu cuidas da terra e a regas, enchendo-as de riquezas. Tu a preparas e a fazes fecunda, amolecendo-a com a chuva, abençoando as sementes.

T: A TERRA QUE TE PROMETO / TERÁ LEITE, TERÁ MEL /
LEMBRA-TE DELA, MEU POVO,/ SE A INJUSTIÇA FOR FEL (bis)

L: As pastagens do cerrado estão cheias do orvalho da manhã, os morros parecem que estão felizes; os pastos estão cobertos de rebanhos e o plantio se enche de frutos e espigas. Tudo canta e grita de alegria!

T: A TERRA QUE TE PROMETO / TERÁ LEITE, TERÁ MEL /
LEMBRA-TE DELA, MEU POVO,/ SE A INJUSTIÇA FOR FEL (bis)

A PALAVRA DE DEUS:

L: 2 - No começo de tudo, Deus criou os céus e a terra. A terra não tinha forma e era vazia: As trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus movia-se por cima das águas... Deus disse: ajuntem-se as águas que estão debaixo dos céus num lugar só, para que apareça a terra firme. E assim aconteceu. Deus chamou a parte sólida de Terra e ao ajuntamento de água chamou de mar. E Deus viu que isto era bom. Deus disse: Que a terra produza verdura, erva com semente, plantas que dão frutos sobre a terra, de acordo com a sua espécie e contendo sementes. E assim aconteceu... e Deus viu que isso era bom ... Deus disse: Que a terra produza seres vivos segundo a sua espécie, animais domésticos, répteis e animais ferozes. E assim aconteceu... e Deus viu que isso era bom. Deus, a seguir, disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança... E Deus criou o homem à sua imagem... criou-os mulher e homem. Abençoando-os, Deus disse: crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra... Eu dou todas as ervas com sementes que existem à superfície da terra, assim como todas as árvores com sementes, para que sirvam de alimentos... E a todos os seres vivos que sobre a terra existem e se movem igualmente dou por alimento e toda a erva verde que a terra produzir. E assim aconteceu. Deus, vendo toda a sua obra considerou-a muito boa - "Palavra do do Senhor" (cf Gn 1,1.11-13.24-31).

T: GRAÇAS A DEUS.

ANIM - Deus criou a terra e a entregou ao homem e à mulher para se servirem e cuidarem dela. Uma terra de agricultura sem plantio, ou sem pasto, não é uma terra viva; está morta.

L: 2 - Tem coisas acontecendo no Brasil que não deixam a terra ser viva: a cerca do latifúndio, a falta de crédito para produzir, a concentração da terra em poucas mãos, a violência contra os trabalhadores rurais, o desmatamento sem controle, a falta de terra na cidade para morar, alimento caro no comércio, baixo salário para quem é assalariado rural, etc...

ANIM. 1 - Por que estas coisas acontecem?
2 - Olhando para o nosso cartaz, (capa) o que ele quer dizer para nós?

2º encontro PRODUZIR PARA FICAR

(preparar: leitura na Bíblia; uma enxada, 01 animador (a); 03 leitores(a); 1pessoa para o Pai nosso; 1 pessoa para dar a benção).

. cato à escolha

ANIMADOR(A) - Irmãos e irmãs, foi muito difícil para o povo da Bíblia, conquistar, morar e trabalhar na Terra Prometida por Deus. Não é diferente a luta dos trabalhadores rurais para matar a nossa fome e botar para ela produzir. Certos de que o Senhor Deus está mergulhado com a gente na dificuldade, na luta e na alegria, iniciemos este encontro com a presença dele: Em nome do Pai + do Filho + e do Espírito Santo. Amém.

LEITOR(A) 1 - Todos são benvindos porque somos irmãos filhos de Deus e companheiros de luta.
(se tiver alguém que não estava no 1º encontro, deve-se dar as boas vindas).
O que ficou na nossa cabeça da oração e reflexão do encontro anterior?
(deixar o pessoal falar)

. canto à escolha

ANIM - Sabemos que para os trabalhadores rurais, a terra não pode ficar sem produzir, senão eles se vêem obrigados a abandonar a terra. Para que isso não aconteça, os sindicatos, associações, cooperativas tem que estar do lado do povo lavrador: trabalhando pela organização a fim de pressionar os governos e fazendo tudo para a gente viver unidos, solidários.

A Palavra de Deus:

L. 2 - "Jesus, ao voltar de manhã cedo para a cidade, sentiu fome. E vendo uma parreira de uva na beira do caminho, chegou perto dela, mas só encontrou folhas. Disse então: nunca mais nasçam frutos de ti. E naquele mesmo instante, a parreira de uva secou".
(Mt 21,18-19)

- silêncio

1 - Por que Jesus amaldiçoo a parreira de uva?

2 - Quem não deixa a terra produzir, não pode receber bênção de Deus. Quem são os responsáveis que impedem a produção nas nossas terras?

3 - A produção da terra não é para a exportação, mas em 1º lugar, para matara nossa fome, e vivermos satisfeitos, como quer Jesus.
O que fazer para melhorar a nossa produção?

4 - Como estão trabalhando o sindicato e/o associação e/o cooperativas, nesse sentido?

(obs: se for comunidade urbana:

5 - O que fazer como apoio ao trabalhador rural, para que ele permaneça na terra?)

L: 1 - Trazemos a enxada, instrumento agrícola que ajuda a terra a produzir. Façamos nossas preces ao Deus da vida, criador da terra e da inteligência humana que é capaz de conhecer e trabalhar.

(faz-se a prece e passa a enxada)

(alguém convida para o Pai nosso); (alguém que mora há mais tempo na comunidade dá a bênção aos presentes)

canto final

3º encontro: CELEBRANDO A ESPERACA NA TERRA

(preparar: Blíblia, velas, uma muda qualquer para ser plantada, uma raiz de aipim, uma cana de açúcar, uma enxada, um tijolo, alimentos já cozidos e bebida para o lanche (é melhor que sejam frutos da terra: aipim, banana, garapa, café, frutos); um comentarista para o texto de reflexão e um para a leitura Dt 26,1-12.

canto de abertura

ANIM - A união entre nós e a presença do Espírito de Deus, animam a nossa esperança.

T: ENVIA, TEU ESPÍRITO, SENHOR
E RENOVA A FACE DA TERRA. (bis)

ANIM - Vamos fazer hoje uma pequena caminhada, com três momentos: 1º o povo do campo; 2º a terra, irmã e mãe e 3º a nossa união.

1ª parada: O Povo do Campo

L. 1 - No próximo dia 26 de julho realizaremos a 6ª Caminhada da Terra promovida pela Comissão Pastoral da Terra e pela Igreja Diocesana de Caxias, Esta Romaria quer ser um sinal de vida e esperança nestes tempos de violência e morte. É como a plantação verde depois que a chuva regou a terra seca.

T: TERRA VIVA - PRODUZIR PARA FICAR (bis)

L. 2 - A Romaria será em Capivari - Xerém - Caxias porque foi aí que se deu o começo da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro. Há 40 anos atrás, os lavradores se organizaram criando a Associação

dos Trabalhadores Fluminenses (ALF), que os ajudou a enfrentar a polícia, o Exército e os latifundiários. Houve expulsão e despejo, mas o pessoal organizado permaneceu firme. Em 1961, a Fazenda Capivari foi desapropriada. O pessoal sabe que a luta não parou, poque sempre houve tentativas de despejos. A última foi no ano passado, pior que as anteriores por causa das ameaças de morte e agressões físicas às lideranças. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais as associações as igrejas e outros grupos de solidariedade são forças vivas que estão juntos aos ameaçados.

T: TERRA VIVA - PRODUZIR PARA FICAR (bis)
cato à escolha

L. 1 - Nesta 1ª parada, a Palavra de Deus conta a história do lavrador chamado Nabô que tinha a sua terrinha e o rei ganancioso. Deus castiga os que maltratam o seu povo.

L. 3 - 1 Rs 21,1-19.

Palavra do Senhor.

T: GRAÇAS A DEUS

o comentarista escolhido faz uma reflexão sobre a leitura

ANIM - Este é o momento de nos lembrar-mos de todos os que precisam ter a sua terra e a sua vida defendi - das. Estes são os companheiros de luta e esperança:
(quem trouxe a raiz de aipim faz a prece pelos índios)
(quem trouxe o tijolo faz a prece pelos sem casa)
(quem trouxe a cana de açúcar faz a prece pelos negros)
(quem trouxe a Bíblia faz a prece pelas igrejas)
(quem trouxe a enxada fa a prece pelos lavradores submetidos ao trabalho escravo)

(após cada prece: T: SENHOR, ESCUTAI A NOSSA PRECE)

L. 2 - Antes de começar a caminhada, queremos todos unidos neste pensamento: tem muitas e muitas pessoas, em que a sua lembrança está bem viva em nós, mas a presença é só espiritual. São os mártires da terra, mártires de Deus.

T: QUE O SANGUE DOS MÁRTIRES, AUMENTE NOSSA CORAGEM , PARA LUTAR, SENHOR ! (bis)

(espontaneamente cada um vai gritando os nomes e acende-se a vela. Após cada nome, todos dizem:
PRESENTE -

+ JESUS CRISTO, 1º MÁRTIR	+ ÍNDIO MARÇAL GUARANI
+ RAIMUNDO GRINGO	+ EZEQUIEL RAMIM
+ NATIVO NATIVIDADE	+ PAULO FONTELES
+ MARGARIDA MARIA	+ IRMÃ ADELAIDE
+ PE JOSIMO	+ ROSE
+ BENEDITO	+ SANTO DIAS
+ SEBASTIÃO LAN	

ANIM - As velas acesas nesta caminhada nos dizem que a vida destas pessoas são uma luz na escuridão do desânimo e da falta de esperança. Peçamos que a divina luz do Espírito Santo nos mostre de modo

claro o que fazer para que na nossa terra não seja mais derramado o sangue do povo.

T: A NÓS DESCEI; DIVINA LUZ (bis)
EM NOSSAS ALMAS ACENDEI
O AMOR, O AMOR DE JESUS (bis)

caminhada com cantos, ver final do livrinho
A Bíblia vai à frente: Atrás seguem os 4 símbolos

2ª parada: TERRA: irmã e mãe.
(apaga-se as velas)

canto - Romaria da Terra faz o povo...

L. 4 - A terra é nossa irmã e nossa mãe

T: TERRA VIVA, PRODUZIR PARA FICAR

L. 4 - A terra foi criada pela bondade de Deus, para todos vivermos alegres e felizes. A terra não pode ser agredida, desrespeitada.

T: TERRA VIVA, PRODUZIR PARA FICAR

L. 5 - Não se pode falar em ecologia e defesa da natureza se isso é um meio de esconder as desigualdades e as injustiças, criadas pela dívida externa e concentração da terra.

T: TERRA VIVA, PRODUZIR PARA FICAR

Para ler e refletir
Presidentes, governantes e cientistas do mundo inteiro se reuniram no Rio de Janeiro, agora em junho para tratar do Meio Ambiente (natureza) e Desenvolvimento. O que isso tem a ver com a gente? São os países ricos (Europa, Japão, Estados Unidos, etc..) que têm decidido o modelo de desenvolvimento do Brasil e dos outros países. O progresso e o desenvolvimento que eles obrigaram e os presidentes do Brasil aceitaram, trouxe problemas para a natureza (desmatamento, desemprego, dívida externa, etc...) Ainda mais, com a ECO sendo realizada no Rio, eles querem controlar, a nossa Amazonia (por exemplo, uma terça parte das espécies de animais e vegetais do mundo estão na Amazônia) que é uma grande fonte de riqueza na produção de boas sementes e remédios. Na ECO não se tocou como devia na concentração da terra em poucas mãos. O Brasil teve a maior safra agícola por causa do bom tempo e não porque se repartiu a terra com os que nela querem trabalhar e viver.

Pergunta: 1. E da nossa parte, como trabalhadores e trabalhadores o que fazer para defender a natureza e a terra da ganância desses grandes?

L. 2 - A criação é um presente de Deus que deve ser acolhido com respeito, louvor e ternura. Só assim a gente terá condições se criar novos laços de amizade, justiça e paz.

canto: Irmã sol com irmã luz
(ver: celebração: Terra viva: irmã e mãe - naexo)
Planta-se e rega-se a muda.

L. 1 - A terra é vida. O nosso planeta é um ser vivo. É como se fosse um único e grande corpo vivo.

L. 2 - A terra sente, sofre, respira, pulsa, se alegra. Todo ser vivo sobre a terra faz parte de um único organismo vivo, a terra.

L. 3 - Também o ser humano faz parte do grande ser vivo, a mãe terra.

T: Louvado sejas meu Senhor, pela irmã terra, a mãe de toda vida.

L. 4 - A solidez das rochas, a força dos ventos, a gelo das cordilheiras, tudo é vida.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã terra, a mãe de toda vida.

L. 5 - A energia das águas, a agitação das cachoeiras, a serenidade das planícies, tudo é vida.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã terra, a mãe de toda a vida.

L. 1 - A semente que brota, a planta que cresce, a fruta que amadurece, a folha que apodrece; tudo é vida.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela terra, a mãe de toda vida.

L. 2 - Os animais que respiram e se movem, os vegetais que fazem a "fotossíntese", transformando a luz do sol em energia, e tudo é vida.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela terra, a a mãe de toda vida.

L. 3 - Do menor e mais desconhecido inseto, até a grandeza e a força das baleias, tudo é vida, tudo está em ligação, sintonia e comunhão, em interdependência um com o outro. É a grande sintonia da vida.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã terra, a mãe de toda vida.

L. 4 - Trabalhar a terra é criar laços de amizade, estabelecer relações fraternas com a irmã e mãe terra e com todas as criaturas.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã terra, a mãe de toda vida.

L. 5 - Cultivar a terra é criar comunhão, auxiliar a própria terra a desenvolver sua fertilidade e capacidade de produção.

T: Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã terra, a mãe de toda a vida.

3ª parada: O ágape (refeição fraterna)

ANIM - Companheiros e companheiras, nós caminhamos até aqui. Isso é sinal de esperança. Quem está parado e não pode andar é comparado a um morto, sem vida.

1 - Quais são os motivos da nossa esperança? Como é possível a realização da Reforma Agrária?

2 - Neste ano de 92 vamos eleger novos prefeitos

e vereadores. Um candidato só ganha eleições com o voto do trabalhador, do pobre que é maioria. Você acha que as eleições desse ano podem ajudar a melhorar a nossa vida? Como?

3 - Como ajudar os trabalhadores que estão desanimados de luta?

L. 1 - A Bíblia nos diz que Deus se alegra quando lhe oferecemos o fruto da terra e do nosso trabalho.

canto de aclamação
A Palavra de Deus. Dt 26,1-12
Palavra do Senhor

T: GRAÇAS A DEUS

um comentarista faz uma breve reflexão

ANIM - O Senhor só quer os nossos dons porque eles constroem fraternidade. Vamos colocar na mesa o que trouxemos, cada qual fazendo uma prece de oferecimento.

após cada prece, coloca o alimento ou bebida na mesa e canta-se o refrão. Quem disse que não somos nada .

ANIM - Antes de nos servimos vamos dizer a Deus e aos irmãos como está a nossa organização para Romaria:
- a que hora os ônibus vão sair?
- os cartazes e faixas já estão prontos ?
- A 6ª Caminhada será no dia 26, domingo com a concentração na Cidade dos Meninosàs 7:00h. Às 8:00h será a Romaria seguindo pela Estrada da Volta Fria, rumo a Capivari.

ANIM - Deus é o Pai de todos. É ele quem nos dá a alegria de participarmos da amizade de todos. Por isso, rezemos.

Pai nosso....

T: POIS VOSSO É O REINO, O PODER E A GLÓRIA PARA SEMPRE!

começa a servir os alimnetos e bebida

IRMÃO SOL COM IRMÃ LUZ

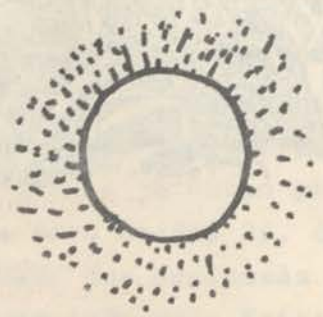
Irmão Sol com Irmã Luz
Trazendo o dia pela mão
Irmão Céu de intenso azul
A invadir o coração, Aleluia!

IRMÃOS, MINHAS IRMÃS
VAMOS CANTAR, NESTA MANHÃ
POIS RENASCEU MAIS UMA VEZ
A CRIAÇÃO DAS MÃOS DE DEUS
IRMÃOS, MINHAS IRMÃS,
VAMOS CANTAR, ALELUIA!
ALELUIA, ALELUI..ia!

Minha irmã Terra que ao pé
Dá segurança de chegar
Minha irmã planta que está
Suavemente a respirar. Aleluia!

Irmã flor que mal se abriu
Fala do amor que não tem fim
Água irmã que nos refaz
E sai do chão cantando assim:
Aleluia!

Passarinhos, meus irmãos
com mil canções a ir e vir
Homens todos meus irmãos
Que nossa voz se faça ouvir. Aleluia!



2 - POVO DE DEUS

O povo de Deus no deserto andava
Mas à sua frente alguém caminhava
O povo de Deus era rico de nada
Só tinha esperança e o pó da estrada.
Também sou teu povo, Senhor, estou nesta
estrada somente a tua graça me basta
e mais nada. (bis)

O povo de Deus também vacilava.
Às vezes custava a crer no amor.
O povo de Deus, chorando, rezava,
Pedia perdão e recomeçava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada:
Perdoa se às vezes não creio
em mais nada (bis)

O povo de Deus também teve fome
E tu lhe mandaste o pão lá do céu.
O povo de Deus cantando deu graças,
Provou teu amor, teu amor que não passa.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada.
Tu és alimento, na longa caminhada. (bis)

O povo de Deus, ao longe avistou
A terra querida que o amor preparou
O povo de Deus, corria e cantava
E nos seus louvores teu poder proclamava.
Também sou teu povo, Senhor,
E estou nesta estrada,
Cada dia mais perto da terra esperada. (bis)

- A classe roceira e a classe operária,
Ansiosa espera a reforma agrária.
Sabendo que ela será a solução
Para a situação que está tão precária.
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar sua área,
Sei que na miséria ninguém viveria
E a produção já aumentaria,
Quinhentos por cento só na pecuária.

- Esta grande crise que há tempo surgiu
Maltrata o caboclo ferindo o seu brio.
Dentro de um país rico e altaneiro,
Morre brasileiro de fome e de frio.
Em nossas Manchetes rica em imóveis.
Milhões de automóveis já se produziu.
Enquanto o coitado do pobre operário.
Vive apertado, ganhando um salário
Que sobe depois que tudo subiu.

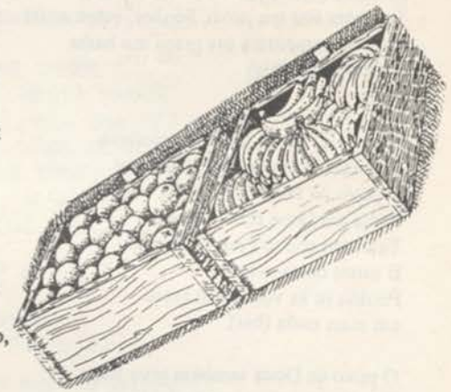
- Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade de sua produção.
Porque a semente que ele semeia
Tem que ser à meia com o seu patrão.
Os nossos roceiros vivem num dilema
E o seu problema não tem solução.
Porque o ricaço que vive folgado,
Acha que o projeto, se for assinado,
Estará ferindo a Constituição.

- Mas, a grande esperança o povo conduz,
Pedindo a Jesus pela oração,
Pra guiar o pobre por onde ele trilha.
E para a família não faltar o pão.
Que ele não deixe o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação.
A desigualdade que existe é tamanha.
Enquanto o ricaço não sabe o que ganha,
o pobre do pobre vive de tostão

ROMARIA DA TERRA

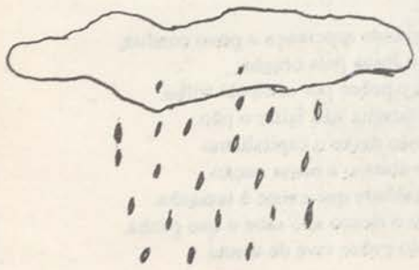
Romaria da terra / faz o povo arreunir
numa luta sem guerra, / Nós lutaremos por ti!

A terra é sagrada,/ feita por Nosso Senhor
Ele fez e deu ao homem/ e também lhe ensinou
que é nela que vivemos/ e a ela abençoou.
É tão linda a natureza,/ é obra do Criador.
E Deus deu a inspiração,/ o homem fez a plantação:
foi assim que começou. (Gen.1,26-31)



Mas no passar do tempo,/ que o povo aumentou,
começou a ambição / e a terra negociou.
Uns comprava e outros não, / e a força eles tomou:
fazendeiros e jagunços/ matando os trabalhador.
E as famílias, que era dono,/ hoje vive no abandono,
sem suas terras ficou.

Amigo trabalhador,/ veja a nossa situação:
nós queremos trabalhar / e não temo condição.
A terra, que era nossa,/ hoje é toda do patrão;
desemprego na cidade/ virou uma maldição.
Precisamos nos unir / e nós vamos resistir,
pôr a terra em nossas mãos.



- Ó QUE COISA BONITA

Ó que coisa bonita (bis) / Deus Pai
Libertador / criar negra cor, ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / Jesus é nosso
Irmão sem separação / ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / O Espírito a fé
a força o axé / ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / Mãe por Deus escolhida,
Negra-aparecida / Ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / celebrar Deus da
vida com festa, comida / ó que coisa bonita

Ó que coisa bonita (bis) / essa reza, esta
missa, Clamor de Justiça / ó que coisa bonita

- QUEM DISSE QUE NÃO SOMOS NADA

REFRÃO

Quem disse que não somos nada
Que não temos nada para oferecer
Repare as nossas mãos abertas
Trazendo as ofertas do nosso viver.

1 - A fé do homem nordestino
Que busca um destino, um pedaço
de chão.
A luta do povo oprimido
Que abre caminho, transforma a nação.
ô,ô,ô, recebe, Senhor.

2 - Retalhos de nossa história
Bonitas vitórias que meu povo tem
Palmares , Canudos, Cabanos
São lutas de ontem e de hoje também.
ô,ô,ô, recebe, Senhor.

3 - Aqui trazemos a semente
Sangue desta gente que fecunda o chão.
Do gringo e tantos lavradores,
Santo e operários em libertação.
ô,ô,ô, recebe, Senhor.

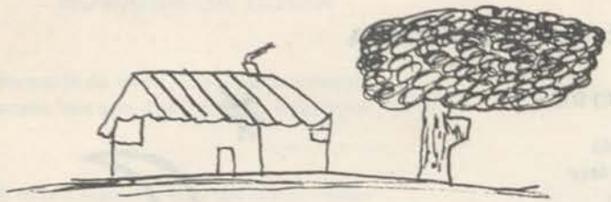
4 - Coragem de quem dá a vida
Seja oferecida neste vinho e pão.
É força que destrói a morte
E muda nossa sorte, é Ressurreição.
ô,ô,ô, recebe Senhor.

- MOMENTO NOVO

Deus chama a gente pra um momento novo
de caminhar junto com seu povo
É hora de transformar o que não dá mais,
sozinho isolado ninguém é capaz.

POR ISSO VEM,
ENTRA NA RODA
COM A GENTE TAMBÉM
VOCÊ É MUITO IMPORTANTE.

Não é possível crer que tudo é fácil,
há muita força que produz a morte,
gerando dor,tristeza e desolação
é necessário unir o cordão.
Na força que hoje faz brotar a vida,
atua em nós pela sua graça,
é Deus que nos convida prá trabalhar
o amor repartir e força juntar.



BENDITO DOS ROMEIROS DA TERRA

(Mi Maior)

1 - Bendita e louvada seja / esta santa Romaria!
Bendito o povo que marcha, / bendito o povo que marcha, } (bis)
tendo Cristo como guia.

Sou, sou teu, Senhor,
sou povo novo, retirante, lutador!
Deus dos peregrinos,
dos pequeninos, Jesus Cristo Redentor!

2 - No Egito, antigamente, / do meio da escravidão,
Deus libertou o seu povo. / Hoje ele passa de novo } (bis)
gritando a libertação.

3 - Para a Terra Prometida / o Povo de Deus marchou.
Moisés andava na frente; / hoje Moisés é a gente, } (bis)
quando enfrenta a opressão.

4 - Caminheiros na estrada, / muita cerca prende o chão.
Todo arame e porteira / merece corte e fogueira, } (bis)
são frutos da maldição.

5 - Quem é fraco, Deus dá força; / quem tem medo sofre mais;
quem se une ao companheiro / vence todo cativeiro, } (bis)
é feliz e tem a paz.

6 - Mãos ao alto, voz unida, / nosso canto se ouvirá
nos caminhos do sertão, clamando por terra e pão. } (bis)
Ninguém mais nos calará.

7 - Meu São Francisco das Chagas, / da matriz de Canindé,
Seja nossa companhia / nesta grande Romaria } (bis)
pra terra que a gente quer.

SOMOS GENTE NOVA VIVENDO O AMOR
SOMOS COMUNIDADE, POVO DO SENHOR, Ê,Ê

1. Vou convidar os meus irmãos trabalhadores/
operários, lavradores, biscateiros e outros mais;
E juntos vamos celebrar a confiança,
nossa luta na esperança de ter terra,pão e paz, ê,ê

2. Vou convidar os índios que ainda existem;
as tribos que ainda insistem no direito de viver.
E juntos vamos, reunidos na memória;
celebrar uma vitória que vai ter que acontecer, ê, ê.

3. Convido os negros, irmãos no sangue e na sina,
seu gingado nos ensina a dança da redenção;
de braços dados, no terreiro da irmandade,
vamos sambar de verdade enquanto chega a razão,ê,ê.

4. Vou convidar Oneide, Rosa, Ana Maria
a mulher que noite e dia luta e faz nascer o amor./
E reunidos no altar da liberdade,
vamos cantar de verdade, vamos pisar sobre a dor.

5. Vou convidar a criançada e a juventude/
tocadores me ajudem, vamos cantar por aí/
O nosso canto vai encher todo o país/.
velho vai dançar feliz
quem chorou vai ter que rir.

6. Desempregados, pescadores desprezados
e os marginalizados venham todos se ajuntar/
à nossa marcha para a nova sociedade,
quem nos ama de verdade, pode vir, tem um lugar,ê,ê...

CEDIM

O QUE É CPT?

A Comissão Pastoral da Terra é um serviço cristão à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil. A realidade e os anseios dos mesmos definem a missão e as tarefas da CPT.

A CPT colabora diretamente com as iniciativas das Igrejas cristãs — de modo especial a Igreja Católica e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Sendo reconhecida e apoiada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, atua em conjunto com muitas dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base. Assessora sindicatos, associações de produtores, movimentos sociais e outras iniciativas populares.

Enquanto comissão de serviço, anima outras entidades a assumir a caminhada do campo, prestando-lhes assessoria pastoral, teológica, metodológica, jurídica, política, sindical e sociológica. O ponto de partida de nossa ação é a experiência dos camponeses e trabalhadores rurais, sua cultura, sua fé e sua capacidade de assumir sua própria história.

A CPT procura unir o conhecimento popular e a análise científica da realidade. Mantém um banco de dados sobre os conflitos que ocorrem no campo. Recorre a especialistas para atualizar a sua análise. Informa permanentemente a sociedade brasileira e no exterior sobre a situação do campo. Fortalece a solidariedade nacional e internacional na busca de justiça e fraternidade.

A CPT atua em todo o Brasil por meio de seus 20 Regionais, equipes diocesanas e locais. Atua por meio de equipes liberadas e pessoas voluntárias.

A CPT acompanha esses homens e mulheres do campo de variadas formas: ajuda em sua organização; colabora em sua formação; denuncia, com eles, a violência e a injustiça; assessora juridicamente; celebra, na fé, suas iniciativas, vitórias e fracassos.

Na Amazônia, apóia iniciativas dos Povos da Floresta (seringueiros, lavradores, ribeirinhos) e defende os direitos de posseiros e dos colonos vindos do Sul, na busca da sobrevivência diante dos grandes projetos e do descaso do governo. No Nordeste, acompanha as vítimas da seca e da violenta concentração da terra e da água. No Sul e Centro, acompanha os pequenos agricultores e os excluídos da terra. Onde a modernização produz o assalariado ou a escravidão, a CPT procura estar presente. Mesmo em condições angustiantes, sob a ameaça da violência e da morte, os membros da CPT, muitas vezes, arriscam a vida, confortando, denunciando, organizando, na busca de um processo de libertação.

Criação de Minhocas

Maria Conceição Rosa (Mariella) - engª agrônoma
Ilustrações: Ernani Jardim Reis - engº agrônomo

EMATER-RIO
Nova Iguaçu
2004
(1ª edição – 1995)

CEPM

Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu – 2010

PROMOÇÃO	APOIO
CPT EMATER-RIO Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento BRASIL GOVERNO FEDERAL	CISV AS-PTA Paróquia N. Sra. de Fátima e São Jorge

EMATER-RIO - Escritório Local de Nova Iguaçu
Rua Otavio Tarquínio 774 sala 21
Centro - NOVA IGUAÇU RJ
tele-fax - (021) 2669 0500
e-mail : eslocni@emater.rj.gov.br

INTRODUÇÃO

Criar minhocas pode se tornar urna opção interessante para complementação da renda famliar, visto ser urna atividade que exige pouco espaço, instalações relativamente baratas e pode ser ampliada aos poucos . A minhocultura pode ser conduzida em pequena , média ou grande escalas, utilizando mão-de-obra familiar ou empregados. O produto final, o húmus, é fonte importante de nutrientes para plantas cultivadas em lavouras, jardins ou até mesmo em vasos, com plantas ornamentais. As minhocas também podem vir a ser comercializadas como matrizes para outros criadores ou como iscas para pesca.

É preciso, no entanto, que o futuro criador tenha persistência em seu novo empreendimento, sem ilusões de lucro a curto prazo. A minhocultura, como qualquer outra atividade, se desenvolve com o tempo, dedicação e ganho de experiência.

AS MINHOCAS

Que tipo de animais são as minhocas? São vermes cilíndricos, que habitam solos úmidos e ricos em matéria orgânica, alimentando-se desta e transformando-a em húmus. Escavam galerias no solo, que podem atingir até 2 m de profundidade, protegendo-se desta maneira de predadores e condições ambientais desfavoráveis. A escavação é feita através da digestão do solo, que passa através do tubo digestivo, onde é enriquecido com diversos nutrientes, e depositado na superfície sob forma de fezes, em bolinhas (os chamados Coprólitos).

Há mais de 2.000 espécies de minhocas, sendo que apenas 5 ou 6 são as mais difundidas: a minhoca brava (***Pheretyma hawayana***) é a mais comum, seguida da minhoca mansa (***Lumbricus terrestris***). A mais usada em criações, no entanto, é a minhoca vermelha da Califórnia (***Eisenia phoetida***), que mostra mais eficiência na produção de húmus, além de ser mais prolífica e apresentar crescimento mais rápido.

As minhocas necessitam de ambiente úmido (não encharcado), pois sua respiração depende da umidade da pele. Não toleram sol mas suportam luminosidade bem fraca ou luz vermelha.

MERCADO PARA MINHOCAS

Em nossa região, as minhocas são criadas visando principalmente a produção de húmus, obtido através da ingestão de esterco bovino pela minhoca vermelha da Califórnia. No entanto , há outras possibilidades de comercialização mais restritas, que eventualmente podem vir a se tornar bastante lucrativas, tais como:

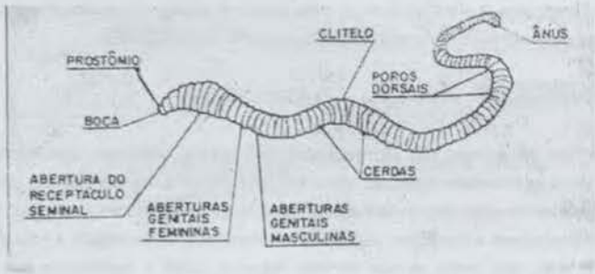
- minhocas para reprodução, vendidas a novos criadores;
- minhocas para iscas de pesca (principalmente para exportação);

CEDIN

- para alimentação de rãs, peixes e pássaros,.
- para serem colocadas diretamente em solos de lavouras ou jardins, afofando a terra e adubando-a, desde que associado a práticas de incorporaçao de matéria orgânica

O mercado para exportação de minhocas como iscas é bastante lucrativo, mas extremamente restrito.

ANATOMIA E FISIOLOGIA



O corpo da minhoca é composto de segmentos ou anéis. Em média, uma minhoca adulta apresenta 150 anéis. Em quase todos eles há pequenas cerdas, muito finas, que servem para auxiliar a locomoção da minhoca. Seu corpo apresenta grande sensibilidade, pois há nervos em todos os segmentos que lhe dão tato, paladar e percepão da luz. As minhocas são cegas.

O tubo digestivo é tubular, e percorre o corpo de ponta a ponta, da boca ao ânus. Neste tubo, as minhocas possuem glândulas que fabricam cálcio, e uma moela com grãos de areia, que tritura os alimentos.

A minhoca respira pela pele. Sob a pele há diversas glândulas que produzem muco, a fim de mantê-la úmida e flexivel. É o que faz as minhocas serem "escorregadias" .

Quanto ao sexo, as minhocas são hermafroditas incompletas, ou seja, cada minhoca possue órgãos masculinos e femininos normais ao mesmo tempo. No entanto, ela é incapaz de autofecundar-se, necessitando de um parceiro para a reprodução.

A boca encontra-se no 1º anel, e é coberta por uma porção carnosa chamada **prostômio**. O ânus encontra-se no último anel. Entre o 32º e o 37º anéis há uma dilatação chamada **clitelo**, cuja presença indica que a minhoca já está adulta.

No espaço entre a parede do corpo e o tubo digestivo há um líquldo que passa de anel para anel conforme os movimentos do corpo. Este líquido, além de sair pelos poros ajudando a umedecer a pele, funciona como um esqueleto hidráulico, dando consistência e firmeza ao corpo da minhoca.

As minhocas podem viver de 10 a 15 anos, mas seu tamanho máximo é atingido aos 3 meses de idade. A minhoca vermelha da Califórnia atinge 10 cm de comprimento.

Reprodução : As minhocas são capazes de se reproduzir a partir dos 60-90 dias de idade, quando pode ser verificado o clitelo desenvolvido. Elas se reproduzem o ano todo, desde que a temperatura e o ambiente lhes sejam adequados. Após a fecundação, a minhoca começa a produzir cápsulas, cada uma contendo de 10 a 15 ovos, que levam de 2 a 3 semanas para eclodir. A eclosão pode ser retardada caso a temperatura ambiente fique muito baixa. Em média cada cápsula produz 4 mInhocas.

A minhoca vermelha da Califórnia é capaz de produzir uma cápsula a cada 7–10 dias, mesmo sem fecundação (neste caso, com ovos estéreis).

INICIANDO A ATIVIDADE - PARA PENSAR

Para iniciar a atividade, além das questões técnicas, também deve ser levado em conta o seguinte:

- Quanto tempo tenho para me dedicar à atividade?
- Quais são os recursos financeiros disponíveis?
- Qual é mão-de-obra de que disponho?
- Tenho fornecedores de esterco bovino que o ofereçam com regularidade?
- Possuo transporte próprio para apanhar esterco e distribuir húmus?
- Tenho possibilidade de contactar o comercio atacadista e varejista para colocar o produto no mercado?
- Sou persistente? Costumo desanimar ante as primeiras dificuldades?

INSTALAÇÕES E MANEJO

1 - LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO MINHOCÁRIO

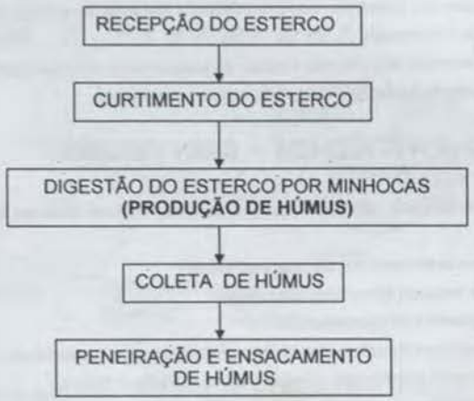
É importante, ao instalar um minhocário, levar em consideração o seguinte:

- localizar os canteiros à sombra (de arvores ou galpões)
- ter disponibilidade de água, que não pode ser salobra nem ter cloro.
- ter espaço para armazenar matéria prima (esterco bovino) e produto acabado (húmus).
- ter espaço para manipular o húmus (peneiração e ensacamento).
- não haver incldência de ventos fortes.
- não instalar minhocários em regiões muito frias (a não ser que as instalações propiciem temperatura adequada).
- não instalar minhocários em locais sujeitos a inundações ou encharcamentos.

2 - *O PROCESSO DE PRODUÇÃO*

A criação tradicional de minhocas vermelhas da Califórnia produz húmus a partir da digestão e defecação do esterco bovino por elas. De cada 100 kg de esterco seco, obtém-se em média 70 kg de húmus.

O processo de produção do húmus envolve as seguintes etapas:



3 - *FASES DA PRODUÇÃO*

a) Recepção e Curtimento do Esterco

O ideal é possuir um espaço cimentado para espalhar o esterco e deixá-lo curtir, sem que se misture com terra. Deve-se evitar acúmulo de esterco em montes, para que o processo de curtimento (quando o esterco esquenta) termine o mais rápido possível. Alguns autores recomendam "lavar" o esterco (molhá-lo com mangueira) a fim de eliminar a amônia, mas isto, além de empobrecer o esterco em nitrogênio, pode ser evitado espalhando-o bem sobre o cimentado, numa camada de no máximo 10 cm.

Um fator que aumenta a eficiência da minhoca é o esfarelamento do esterco. Assim que o esterco "esfriar" , o criador pode usar a criatividade para inventar rolos picadores, socadores, etc. para passar sobre o esterco e quebrar os torrões que se formam. Alguns criadores usam galinhas para a tarefa, que, além de esfarelarem o esterco com os pés, se alimentam de possíveis predadores de minhocas (como sanguessugas e centopéias)

A fase de recepção e curtimento do esterco dura em média 30 dias.

2) Digestão do Esterco por Minhocas

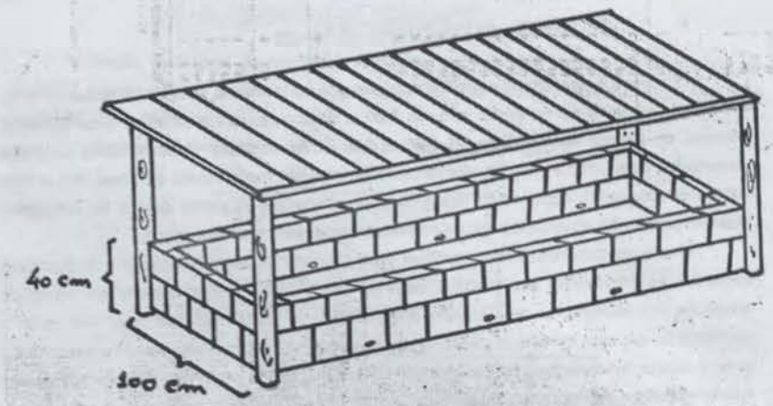
O esterco é depositado em canteiros para que as minhocas possam se alimentar dele. Os canteiros podem ser os tradicionais, de 1,00 m de largura, 40 cm de altura e comprimento variável, ou podem ser manilhas de 0,80 a 1,00 m de diâmetro. Recomenda-se canteiros cimentados, com fundo e paredes revestidos de cimento não muito áspero ou quase liso, e com cantos arredondados (para evitar ferimentos nas minhocas). O fundo deverá ter um ligeiro desnível para evitar acúmulo de água e pequenas saídas para que esta escoe.

O uso de manilhas é recomendável para o criador iniciante, visto que elas permitem aumentar as instalações aos poucos, além de permitir um melhor controle de situações adversas. Por exemplo, se uma manilha sofre ataque de predadores, fica mais fácil isolar o problema do que num canteiro contínuo. O uso de canteiros longos e retangulares deve ser feito após o criador firmar-se na atividade. Mesmo assim, a prática tem demonstrado vantagens em colocar divisórias internas nos canteiros, para controle de predadores, população de minhocas e racionalização da coleta de húmus.

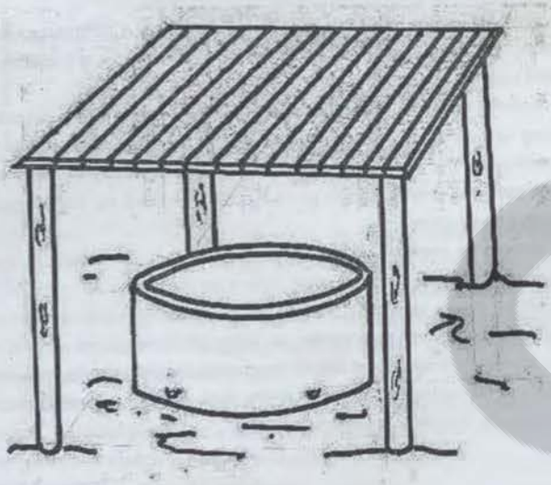
Qualquer que seja o tipo de canteiro usado, estes devem estar próximos uns do outros, em série, para que não haja dispersão de minhocas em fuga.

Na fase de digestão de esterco pelas minhocas, é importante observar:

- Cada manilha deve ser povoada com 5.000 minhocas
- A temperatura interna do esterco deve oscilar de 16 a 22°C, nunca ultrapassando 25°C. Para isso, a superfície deve ser coberta com palha e o canteiro ou manilha deve estar à sombra.
- O canteiro deve ser constantemente umedecido com regador de crivo fino. Para saber se a umidade está num nível correto, basta pegar uma porção de húmus e apertá-la na mão. Se escorrer água, há umidade em demasia; se o húmus formar uma pelotinha úmida sem escorrimento de água, está no ponto. Usar água não-salobra e sem cloro .
- O canteiro ou manilha deve ser protegido da chuva. O excesso de água afoga as minhocas, fazendo com que estas subam para a superfície e fujam. Portanto os canteiros devem estar sob galpões ou devem receber individualmente telhas de proteção. Não convém encostar as telhas diretamente no canteiro para evitar aquecimento em demasia, a não ser que o local disponha de sombra suficiente.
- Verifique os canteiros com frequência para detectar a tempo problemas com predadores, temperatura e umidade.



Canteiro tradicional



Canteiro cilíndrico, feito em manilha

3) Coleta do Húmus

Há criadores que coletam o húmus pronto todo de uma vez, cerca de 60 dias após o enchimento do canteiro. Outros, fazem coleta parcelada: de 15 em 15 dias coleta-se o húmus que já está pronto na superfície. Isso aumenta a velocidade de produção do húmus, pois força a minhoca a ir para o fundo e digerir o esterco não humificado.

Alguns criadores, ao fazer a coleta parcelada, completam o canteiro com mais esterco curtido e misturam com o que já se encontra no canteiro, a fim de manter constante a quantidade de alimento, evitando fuga de minhocas. É uma operação delicada, pois o uso de ferramentas cortantes pode matar minhocas.

4) Peneiração e Ensacamento do Húmus

Após coletado, o húmus deve ser peneirado para que as minhocas sejam devolvidas ao canteiro. A peneira deve ser bem fina, para que não sejam perdidas as cápsulas contendo ovos . Caso a malha da peneira deixe passar muitos ovos, convém armazenar o húmus peneirado à sombra , umedecê-lo, e tornar a peneirá-lo de 15 a 20 dias depois, dando do tempo de os ovos eclodirem.

Para ensacar o húmus, deve-se observar que este não esteja úmido. Normalmente o húmus é ensacado em embalagens de um, dois ou 50 kg, ou vendldo a granel.

FUGA DE MINHOCAS

Condições adversas provocam fuga de minhocas, que são extremamente fujonas. As causas principais de fuga são:

- Excesso de água no canteiro (rega demasiada ou chuva)
- Falta de alimento (esterco) causado por demora em coletar húmus e renovar o esterco do canteiro, ou por superpopulação (neste caso, divide-se a população e faz-se novo canteiro ou manilha).
- Canteiro multo quente e seco.

PREDADORES

As minhocas possuem muitos inimlgos , sendo os principais:

- formigas (especialmente lava-pés)
- sanguessugas e centopéias
- rãs
- pássaros e galinhas
- ratos

CEDIM

As formigas são mais frequentes quando o criador não cuida da umidade do canteiro, deixando-o secar mais que o devido.

Sanguessugas, centopéias ou insetos diversos podem ser controlados através do cisçamento do esterco por galinhas, antes de encher os canteiros.

Deve-se evitar buracos e falhas nas paredes dos canteiros, a fim de não facilitar a entrada de ratos.

Quanto aos demais predadores, se constatada presença numerosa, recomenda-se telar a boca dos canteiros.

A IMPORTÂNCIA DO HÚMUS DE MINHOCA NA AGRICULTURA

- **O QUE É HÚMUS ?**

Húmus é a matéria orgânica em fase final de decomposição. É a fase em que a matéria orgânica é capaz de fornecer nutrientes para as plantas.

Toda matéria orgânica se transforma em húmus.

- **A IMPORTÂNCIA DA MATÉRIA ORGÂNICA PARA O SOLO**

Somente o uso da matéria orgânica é capaz de afofar a terra e dar-lhe aparência de terra nova, recém-desbravada. A terra onde sempre se usa matéria orgânica é fofa como uma

esponja, o cabo da enxada entra com facilidade.

orgânica curtida, prestes
matéria orgânica quando

compor esterco, estamos

s. Mas no minhocário 10
oduz húmus em grande

o, potássio e magnésio.
o efeito da calagem).
ido alimento para elas
ção de minhocas.

para as plantas, mas é
o de húmus com o de
vagar (como palha de
z a terra ficar "macia".

nus – deve ser usada

RIA ORGÂNICA
mais adequada para

riais mais fibrosos, de
a terra fique sem ser

is rapidez e que não
e em vasos é uma
e sua granulometria
já colhidas. Em agricultura, é boa
opção para viveiros e sementeiras.

Mas, como já colocado no item anterior, em solos agrícolas o ideal é o uso combinado de diversos tipos de matéria orgânica.

As formigas são mais frequentes quando o criador não cuida da umidade do canteiro, deixando-o secar mais que o devido.

Sanguessugas, centopéias ou insetos diversos podem ser controlados através do ciscamento do esterco por galinhas, antes de encher os canteiros.

Deve-se evitar buracos e falhas nas paredes dos canteiros, a fim de não facilitar a entrada de ratos.

Quanto aos demais predadores, se constatada presença numerosa, recomenda-se telar a boca dos canteiros.

A IMPORTÂNCIA DO HÚMUS DE MINHOCA NA AGRICULTURA

- **O QUE É HÚMUS ?**

Húmus é a matéria orgânica em fase final de decomposição. É a fase em que a matéria orgânica é capaz de fornecer nutrientes para as plantas.

Toda matéria orgânica se transforma em húmus.

- **A IMPORTÂNCIA DA MATÉRIA ORGÂNICA PARA O SOLO**

Somente o uso da matéria orgânica é capaz de afofar a terra e dar-lhe aparência de terra nova, recém-desbravada. A terra onde sempre se usa matéria orgânica é fofa como uma

esponja, o cabo da enxada entra com facilidade.

O que faz a terra ficar fofa é o processo de **decomposição** da matéria orgânica curtida, prestes a se transformar em húmus. Mas a planta só aproveita os nutrientes da matéria orgânica quando ela se torna **húmus.**

- **POR QUE USAR O HÚMUS DE MINHOCA:**

Quando se coloca minhoca vermelha da Califórnia para decompor esterco, estamos usando a maneira mais rápida e eficaz de produzir húmus.

Na natureza, 10 toneladas de palha formam 20 kg de húmus. Mas no minhocário 10 toneladas de esterco formam 7 toneladas de húmus. A minhoca produz húmus em grande quantidade e com muita eficiência.

A minhoca enriquece o esterco com nitrogêncio, cálcio, fósforo, potássio e magnésio. O cálcio produzido pela minhoca ajuda o solo a não ficar ácido (mantém o efeito da calagem).

O húmus de minhoca traz junto seus ovos. Se for fornecido alimento para elas (esterco curtido) com certa frequência, o solo terá aumentada sua população de minhocas.

- **O HÚMUS NÃO É TUDO**

O húmus é muito importante para fornecer nutrientes para as plantas, mas é pouco eficiente para afofar a terra. Então recomendamos completar o uso de húmus com o de outro tipo de matéria orgânica, de preferência que se decomponha devagar (como palha de arroz, de milho ou bagaço de cana) pois é a fase de decomposição que faz a terra ficar "macia". O uso de húmus se completa com o uso da palha.

É bom lembrar que a matéria orgânica – inclusive húmus – deve ser usada rotineiramente. Não adianta usar húmus, esterco ou palha uma única vez.

- **O HÚMUS NÃO É MELHOR NEM PIOR QUE OUTRA MATÉRIA ORGÂNICA**

Não existe matéria orgânica melhor ou pior que a outra : existe a mais adequada para cada finalidade.

Assim, se a finalidade é afofamento de terreno, é melhor usar materiais mais fibrosos, de decomposição lenta, que vão demorar a liberar nutrientes e vão exigir que a terra fique sem ser cultivada por um período de 30 dias ou mais.

Mas se a finalidade é o uso de material que libere nutientes com mais rapidez e que não exija tempo de espera, o húmus é uma boa solução. No meio urbano e em vasos é uma alternativa boa , visto que não apresenta cheiro forte, não atrai moscas e sua granulometria permite a acomodação fácil em superfícies pequenas ou já cultivadas. Em agricultura, é boa opção para viveiros e sementeiras.

Mas, como já colocado no item anterior, em solos agrícolas o ideal é o uso combinado de diversos tipos de matéria orgânica.

FONTES CONSULTADAS

- ***Vieira, Márcio Infante*** - *Criação de Minhocas, 1ª edição - 1991 - Editora INFOTEC*
- ***CETESB – SP*** - *Utilização de minhocas na produção de composto orgânico. Série Manuais, maio/1990*

Agradecemos a colaboração do minhocultor Francisco Sabino, com seus conhecimentos práticos, e do estagiário em técnico agropecuário Márcio Quida.

CEDIM

PELA VIDA NO NORDESTE

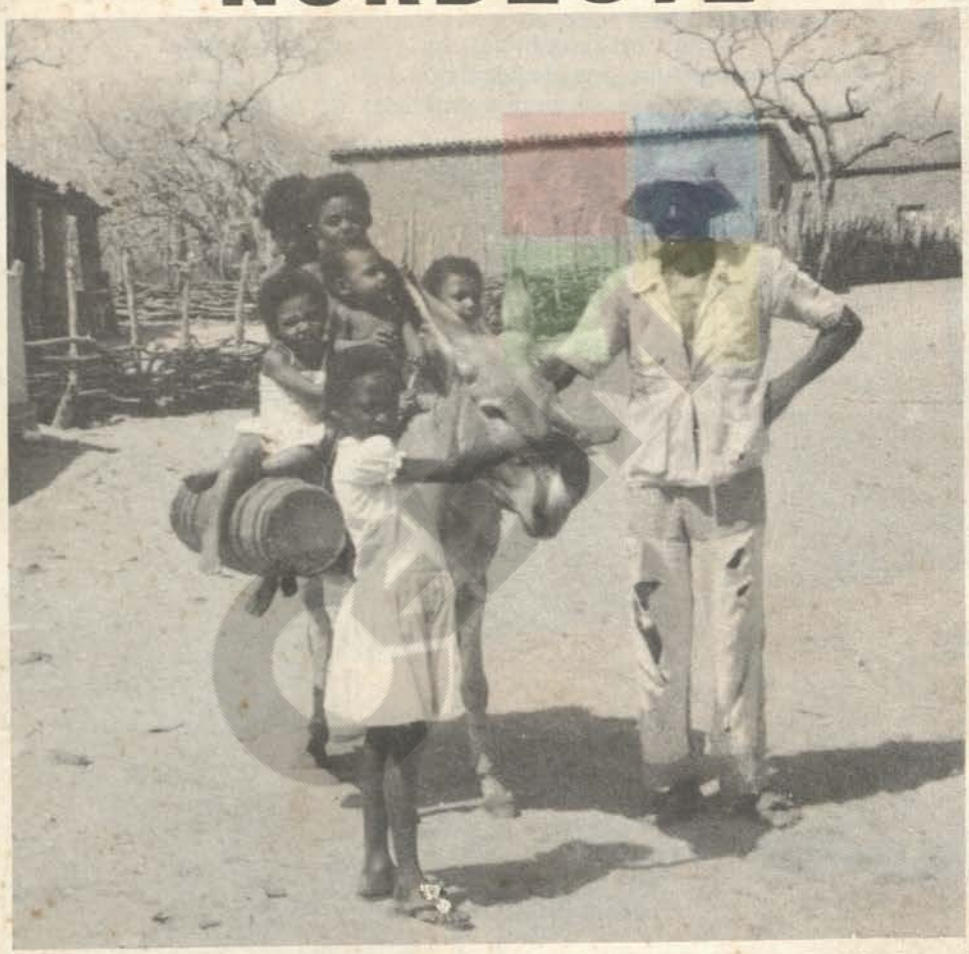


FOTO: ARNALDO PETERNALLI

Campanha em favor da vida para os trabalhadores nordestinos, promovida pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, na Campanha da Fraternidade de 1.984.

A G R A D E C I M E N T O

Este texto é obra de muitas mãos. Para ele convergiu o esforço de muita gente, sobretudo nordestinos.

Aqui está contida a contribuição dos companheiros dos Regionais da CPT no Nordeste e gente amiga de outras entidades de apoio aos trabalhadores.

Em especial, destacamos o decisivo esforço da Equipe do CEAS — Salvador, tanto na fase de levantamento de dados como na redação.

A todos os companheiros, o nosso agradecimento.

Secretariado Nacional da CPT.

AMIGOS,

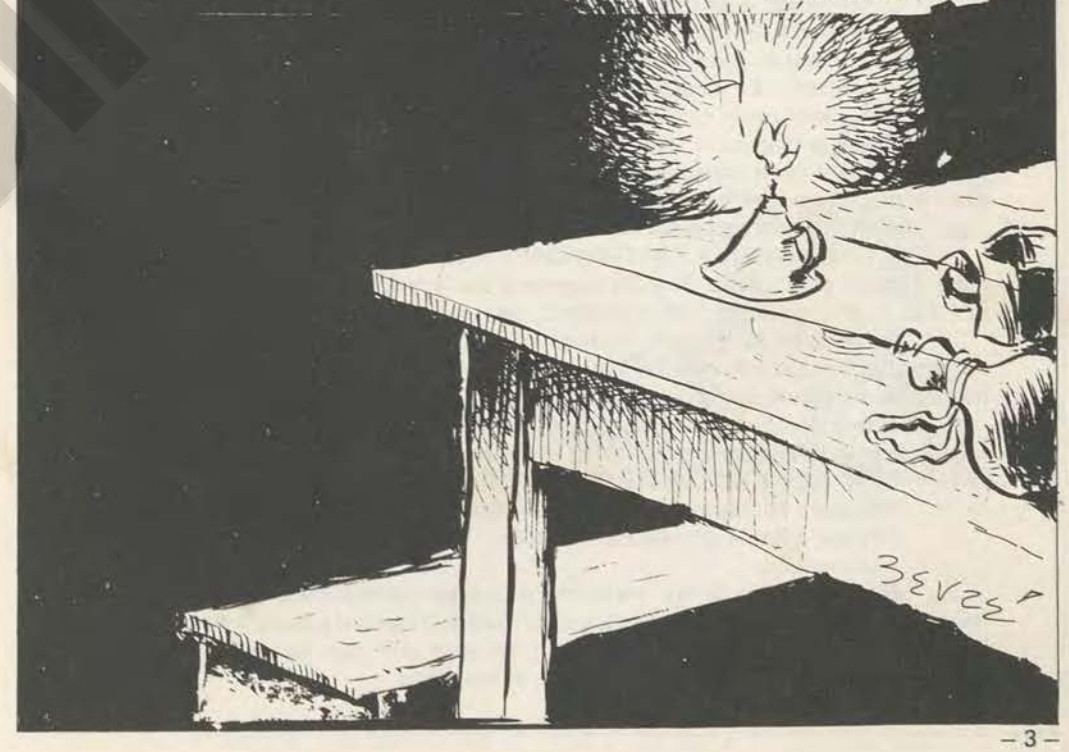
Este documento não é uma resposta aos problemas do Nordeste. Antes, é um desafio. Ele próprio nasceu de um desafio lançado na IV ASSEMBLÉIA NACIONAL DA CPT, quando a tragédia do Nordeste se impôs a todos os temas e cobrou a omissão da Pastoral da Terra frente a ela.

Não apresentamos aqui grandes novidades. Todas as pessoas, agentes de pastoral, sindicalistas, militantes do movimento popular, membros das comunidades de base encontrarão no decorrer do texto informações já conhecidas, mais carregadas de indignação, talvez.

É, de nossa parte, uma primeira abordagem de um problema tão vasto que à medida em que avançávamos na redação do texto, nos sentíamos mais pequenos para enfrentar o desafio.

Com este texto, abrimos uma campanha de solidariedade e luta pela vida. VIDA PARA O NORDESTE. Se ele conseguir despertar a discussão e sobretudo a ação solidária para com os trabalhadores nordestinos, terá cumprido seu objetivo.

Goiânia, 01 de março de 1984
No 5º ano da Seca.



O LOBO
E O CORDEIRO

Na beira de um riacho, um cordeiro estava matando a sede, quando um lobo descendo, parou e, antes de começar a beber, quis brigar.

— "Você está me sujando a água" — "Como, respondeu o cordeiro, se eu estou rio abaixo e você rio acima?" — "Isso não quer dizer nada, respondeu o lobo, e se não foi você a sujar a água, foram seus pais. . ."

Fábula antiga esta do Lobo e do Cordeiro que todos conhecem e que foi imposta ao nordestino.

O nordestino, segundo a fábula da vida, é preguiçoso e não trabalha. . . e lhe roubaram a terra.

O nordestino é flagelado, castigado por Deus, ressequido pelo sol que lhe abre feridas como aquelas da mesma terra que ele pisa. . . e lhe roubaram a água.

O nordestino é atrasado, um povo sem desenvolvimento e sem indústrias e. . . lhe estragaram os rios e o mar e entregaram o pão amassado que antes era de mil, aos 10 que ganharam emprego.

O nordestino é de bom coração, se adapta a tudo e lhe deram um salário de fome, o arregimentaram nas frentes de serviço para carregar pedras e barro para a terra do patrão ou brincar de construção de areia, que a primeira chuva derrubará.

O nordestino é o cordeiro.

Mas o lobo quem é? Quem sabe, seja mesmo outro nordestino ou alguém que a gente conhece, porque mora perto de nós ou porque o seu nome está escrito na garrafa de cerveja que a gente toma, nos sonhos televisivos que a gente curte, na roupa que a gente veste e, quem sabe, o lobo esteja dentro da gente.

Ao nordestino roubaram a vida.

A CAMPANHA DA FRATERNIDADE deste ano é pela VIDA para todos. "Que todos tenham vida". Antes de tudo queremos que a VIDA seja restituida a quem foi roubada. A CPT apresenta este documento base que revela o quadro real da situação.

No nordeste há água, no nordeste há terra, no nordeste há soluções. Mas a água e a terra ficam só na mão de alguém que desenvolve uma política de opressão, vestindo a máscara da compaixão ou do desenvolvimento.

A seca se tornou um GRANDE PROJETO do Governo a serviço das oligarquias locais, dos grupos financeiros e industriais nacionais e mais ainda transnacionais.

PARA QUE O NORDESTE TENHA VIDA.

Para que o nordestino não seja mais o cordeiro da fábula.

Para que a fábula não seja mais contada.

E já começou.

Na beira do Rio Salitre, nas bandas de Juazeiro neste começo de fevereiro alguns fazendeiros queriam ligar a energia para sugar com suas bombas a pouca água que restava para o povo, os animais e as lavouras. — *"Se você vem com essa intenção estamos dispostos a matar ou morrer"* — responderam os lavradores.

A fábula se transformou em tragédia. Frente à vida massacrada, o cordeiro encontrou o caminho da luta e da defesa.

Nordestinos do Nordeste, nordestinos de São Paulo, nordestinos dos tantos nordestes deste País que cria nordestes mesmo na Amazônia onde tem chuva demais e massacra os pobres para o lucro de uns poucos senhores, levantem a cabeça. A VIDA é mais importante dos direitos consagrados pelas leis do poder. A VIDA dos filhos é mais importante do que papéis assinados.

Amigos, não nordestinos, não se deixem hipnotizar pelas lágrimas de crocodilo da Rede Globo. Atrás das lágrimas, ela movimenta dinheiro e o dinheiro não chora. Não se deixem comover pelas imagens vendidas para que nada mude e que despertam a caridade que dura um dia.

Devolver a vida para o nordeste quer dizer conhecer a fundo as raízes do problema e dar voz aos cordeiros para que unidos façam barreira contra os lobos.

Devolvam a vida ao nordeste, devolvam as terras, as águas, a liberdade.

I

ÁGUA TEM... E MUITA

Todos sabem que o Nordeste é uma região sujeita à irregularidade das chuvas. O fenômeno das secas vem, de forma cíclica[1], causando grandes sofrimentos aos nordestinos. Os pequenos rios são os primeiros a virar areia. Os mais fortes cortam seu curso em pequenas lagoas e barreiros, até desaparecerem bebidos pelos bichos, pelo homem, pela seca e pelo sol.

A vegetação, por si já pobre do sertão, seca. As pequenas lavouras não resistem e murcham, outras não chegam a nascer. Morre o gado, as criações domésticas desaparecem, os pequenos agricultores sertanejos, sem ter outra apelação, emigram. Para o Sul à procura de uma "colocação" no parque industrial de São Paulo, para a Amazônia e Centro-Oeste "amansar a mata braba".

A cada dez anos, os brasileiros se habituaram a ver diante de si esta catástrofe. Assistimos boquiabertos, entre comovidos e céticos, o imperador a doar as jóias da coroa para combater as secas, os presidentes a chorar desconsolados sob o sol, mas convenientemente à vista de pequenas multidões de flagelados, como se buscassem testemunhas para a veracidade das lágrimas.

No último ano inclusive, fomos envolvidos por uma Campanha Nacional de donativos aos flagelados do Nordeste. E testemunhamos, todos, diante do vídeo, os sertanejos recebendo as sacolas de alimentos enviados pelos irmãos do Sul e fomos dormir em paz, gratificados com a boa ação que participamos, como uma nação de escoteiros a que a Rede Globo nos quer converter (Pelo menos, imaginamos, no conforto dos travesseiros, evitamos que estes sertanejos famintos saqueiem o comércio em busca de comida).

Seremos acordados daqui a dez anos para preparar outra sacola? Não. Nem a situação do Nordeste, nem a situação do Brasil nos dará tanto tempo. Ou mudamos imediatamente muitas coisas, ou todo o Brasil terá se convertido num grande Nordeste.

O que fazer? Vamos mudar o clima do Nordeste? Não dispomos de meios para isso. De que forma podemos alterar esse quadro, se não podemos impedir a seca?

Os trabalhadores do Nordeste — e não poderiam ser outros — estão a nos mostrar há anos, há decadas, há séculos, o caminho para evitar que a seca seja uma catástrofe.

Já que não podemos alterar o clima, vamos modificar as regras de apropriação da água. Porque a água no Nordeste é apropriada apenas por uma parte da sociedade: Os grandes proprietários de terra. Os grandes latifundiários. HÁ NO NORDESTE O MONOPÓLIO DA ÁGUA. E o monopólio da água — um bem essencial à vida — significa que, para o fazendeiro, não basta apropriar-se da água de todos como um bem particular. É preciso ir além. Mesmo que ele não possa utilizá-la toda, é preciso criar mecanismos sociais que impeçam aos trabalhadores o acesso às fontes de água.

O monopólio da água converte esse bem em mercadoria. E, em certos momentos, em mercadoria escassa, o que significa dizer de alto custo. Água até que tem. É só comprar...

---

(1) A primeira referência histórica à seca data de 1.559, na Bahia (História da Companhia de Jesus no Brasil — Cf. SUDENE 83).

O monopólio da água está, pois, intimamente ligado a um outro monopólio secular: O monopólio da terra. Em outras palavras, quem quiser água precisa ter terra. Eis a questão de fundo que a luta dos sertanejos nordestinos propõe a todos os brasileiros. *"A questão central do Nordeste não é a SECA, é a CERCA"*, palavra de um trabalhador.

A ação dos trabalhadores nordestinos, desmistificando a seca como causa primeira de sua miséria, é respaldada pelas pesquisas científicas realizadas na região.

OS RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE

As estatísticas de pesquisas sobre o clima revelam que os anos de flagelo não são exatamente aqueles em que os índices pluviométricos registram quedas mais acentuadas (isto é: nos anos em que chove menos). Não há uma correspondência direta entre a falta de chuva e o flagelo social. Esta constatação consta de trabalhos escritos sobre o semi-árido, da época em que Miguel Arrojado Lisboa dirigia a Inspetoria Federal de Obras contra a Seca — IFOCS, criada na primeira década deste século e transformada, a partir de 1945, em Departamento Nacional de Obras contra a Seca — DNOCS.

A média pluviométrica do Nordeste é tecnicamente boa, atingindo mesmo além do necessário para o desenvolvimento das culturas tradicionais da região.

A média anual é de 500mm. Isto é, neste período de tempo (um ano) caiu água suficiente para que, conseguindo-se impedir seus escorrimento, infiltração e evaporação, se formasse uma camada de água de 50 centímetros sobre toda a área do Nordeste seco (978.291 quilômetros quadrados, considerando-se a extensão do Polígono das Secas).

Deve-se levar em conta que em mais da metade do território, as chuvas alcançam de 750 a 1.000mm, índice bastante satisfatório e, em apenas 0,25% do território, se verifica uma precipitação de chuvas inferior a 250mm.

Para termos uma visão mais clara do que significam esses números, basta fazer uma comparação. Há regiões agrícolas em diversos países do mundo (Israel, Marrocos, Argélia..., por exemplo) onde as culturas se desenvolvem com precipitações de apenas 100mm.

Além das chuvas, deve-se juntar os chamados recursos hídricos subterrâneos: águas que alimentam os mananciais, os poços, os rios e os lagos. São provenientes das chuvas que, ao cair, se infiltram nas rochas, formando uma espécie de lençol de águas subterrâneas. São encontradas a variadas profundidades, até o limite de 3.000 metros do solo. Este tipo de reserva de água do Nordeste é da ordem de 250 trilhões de metros cúbicos ano, na área sedimentar — interior do Maranhão, quase todo o Piauí, em Sergipe e na Bahia — e de 50 a 250 bilhões de metros cúbicos na área do cristalino — extensa faixa rochosa que se estende desde o Ceará até a Bahia.

Ao regime das chuvas e aos recursos hídricos subterrâneos, somam-se 70 mil açudes dos mais variados portes, com capacidade de armazenar 20 bilhões de metros cúbicos de água.

QUEM FICA COM ESSA ÁGUA?

A água, portanto, existe. Quem se apropria dela? Como se dá essa apropriação? Para responder a essas questões é necessária uma passagem pelos projetos oficiais, pela intervenção do Estado.

Em todos os projetos oficiais é possível perceber de imediato duas faces: a primeira é a ação do Estado *"capturado pela oligarquia"*, segundo a expressão de Francisco de Oliveira[2], que faz dele não apenas um aparelho de favorecimentos, um "cabide de empregos" para as grandes famílias de latifundiários, mas sobretudo uma fonte de captação, planejamento e investimento de recursos em benefício exclusivo delas; a segunda é a face tecnocrática desse Estado. A tecnocracia no Brasil está vincada desde o nascedouro por um forte caráter autoritário. Está indissoluvelmente ligada ao salvacionismo dos militares que, no altar da "racionalização" dos recursos e das soluções "técnicas", sacrificaram qualquer possibilidade de participação popular nas decisões do país.

Essa face tecnocrática, como a anterior, nada tem de inocente. Para citar um exemplo que se prende especificamente ao monopólio da água, os programas de irrigação do Nordeste visam muito mais responder às necessidades de venda da agro-indústria do ramo, do que às aspirações dos nordestinos que sequer são consultados. *"... a saída de pessoas dos perímetros de irrigação em virtude de desapropriação de terras é seis vezes superior à de indivíduos até agora assimilados pelos empreendimentos com o agravante de que os custos sociais implícitos nessa desproporção não são parte dos cômputos de custo-benefício usados para a seleção de investimentos"*[3]. Um exemplo para ficar claro: Para cada 200 parceleiros assentados provisoriamente nos projetos da CODEVASF, 1200 outros foram retirados da mesma área!

Ninguém ignora e a referência aos projetos de irrigação de Sumé, São Gonçalo e Morada Nova apenas confirma, que o avanço da agro-indústria no Brasil tem se dado como parte de um acelerado processo de concentração da terra, vale dizer em outras palavras, ao preço da expulsão inapelável de milhões de trabalhadores cuja sobrevivência está ligada à agricultura familiar.

---

(2) OLIVEIRA, Francisco, **Elegia para um Re(li)gião**. Rio, Paz e Terra, 1977.

---

(3) CAVALCANTI, Clóvis e outros. Desenvolvimento do Nordeste: Reflexão sobre a índole de um processo vacilante. Recife, IJNPS-CNPq, 1976 – Cit. Cadernos do CEAS – nº 58 - Nov/Dez. 1978.

O Combate à seca se deu primeiramente por meio da *política hidráulica* do governo: construção de infraestrutura para armazenamento de água e irrigação, sob a coordenação dos organismos de combate à seca (IOCS, IFOCS, DNOCS).

As ações se orientam para a construção de barragens, açudes, perfuração de poços, que visassem propiciar *uma agricultura irrigada principalmente nas propriedades dos grandes e médios fazendeiros;* estradas de rodagem na zona semi-árida que servem como malha viária para o escoamento da principal mercadoria produzida na região; o algodão; estudos ecológicos num sentido amplo que fornecessem o conhecimento necessário para a adoção de técnicas mais adequadas à expansão da agro-indústria no trópico semi-árido.

O combate à seca feito pelo Estado, por meio da ação do DNOCS, durante as "emergências" assumiu formas típicas de acumulação. Nas mãos da oligarquia, o DNOCS **"recrutava a mão-de-obra desocupada pela estiagem, *apenas depois* que os magros recursos dos pequenos sitiantes, meeiros, parceiros, haviam-se esgotados em duas ou três semanas, à espera das chuvas, e empregavam-se na construção das barragens e das estradas"**[4].

A oligarquia, detendo em suas mãos os investimentos do Estado, utiliza-se deles para possibilitar a acumulação da riqueza. Num primeiro momento, ela retém, por meios artificiais, os recursos públicos até o esgotamento dos pequenos agricultores sertanejos, obrigando-os assim a oferecerem seus braços ao mercado de mão de obra. Num segundo momento, a oligarquia utiliza os recursos do Estado para recrutar essa mesma mão-de-obra que será destinada às "frentes de trabalho" para a construção de um conjunto de obras contra a seca para **"reforçar a economia regional contra as rigores da calamidade"**, que incluem barragens particulares e, às vezes, estradas privadas no interior dos latifúndios. Em outras palavras, em primeiro lugar, a oligarquia quebra as pernas dos sertanejos; em seguida, generosamente oferece as cadeiras de rodas das "frentes de trabalho".

Hoje, o Nordeste é um deserto de 1.439.418 quilòmetros quadrados, incorporando o Maranhão ao mapa da tragédia, segundo dados do MINTER/SUDENE[5].

Olhando mais detidamente este mapa nos damos conta de que este deserto dispõe de um mar no seu centro geográfico – o imenso lago de Sobradinho – o maior lago artificial do mundo – com uma superfície de 4.214 quilômetros quadrados, armazenando 37,5 bilhões de metros cúbicos de água. É cortado de Sul a Norte pelo Rio São Francisco, um curso d'água de 2.660 quilômetros, banhando um vale de 640.540 quilômetros quadrados.

A construção de Sobradinho no conjunto do Sistema Integrado das Centrais Elétricas do Rio São Francisco – CHESF, tal como foi projetada e realizada, demonstra fartamente como se expressa o monopólio da água por meio do pacto estabelecido entre grandes Companhias Estatais (CODEVASF – CHESF), empresas privadas nacionais e multinacionais (AGROCERES, FUCHS-GEWURZE, CIANORTE, MAMOKU-YAMOTO) para expulsar os pequenos agricultores da várzea do Rio. O monopólio da água chega a limites absurdos: **"Sabe, o que eu tou fazendo é um negócio que eu dei o nome de *assaltar:* pescando escondido para conseguir comer"**[6]. O testemunho deste trabalhador dispensa qualquer comentário.

---

(4) OLIVEIRA, Francisco, op. cit. idem. p. 48/49.

---

(5) O longo flagelo e as ações do Governo. Recife. MINTER/SUDENE. 1983.

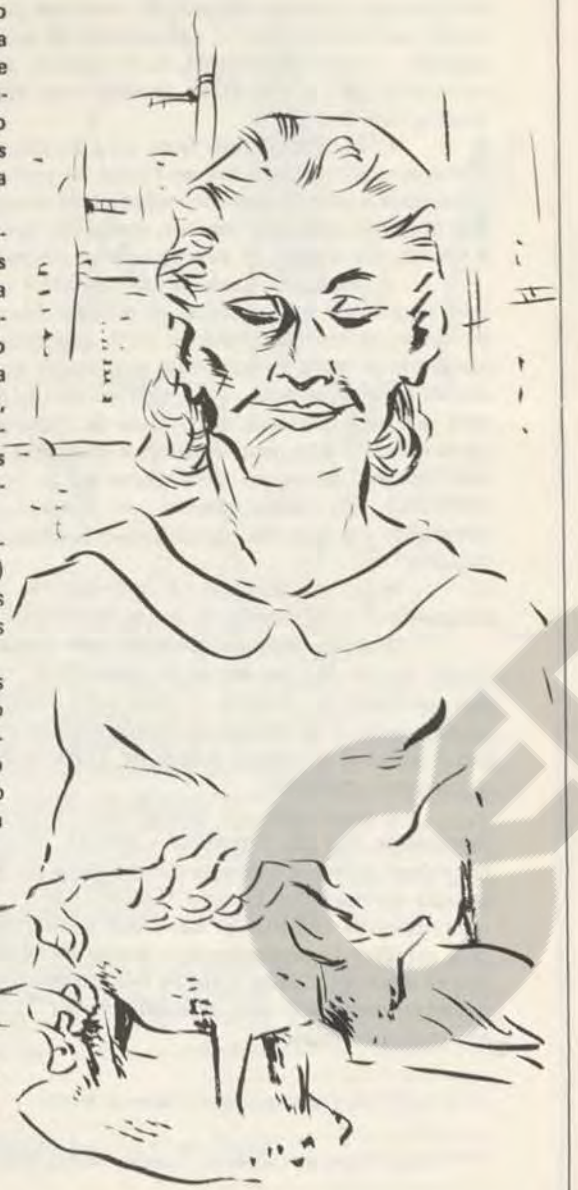
---

(6) Bartolomeu Gomes dos Santos, trabalhador das margens do Rio São Francisco, atingido pelas barragens. Ver "Ilhas da Resistência". CPT. Goiânia, 1978.

Sobradinho nos ajuda, por fim, a visualizar como o monopólio da água reforça o monopólio da terra e como há uma estreita interdependência entre um e outro na luta feroz para realizar a expropriação e o saque das populações sertanejas.

"... as empresas instaladas na região abrangem 41 mil hectares, sendo 14 mil da CICANORTE, 6.500 da Tomate Brasil (Projeto Salitre, 4.500, e Projeto Massangano, 2.000), 2 mil hectares da Fuchs-Gewurze, 2.500 hectares do Grupo Coelho (Salitre), 15 mil hectares da AGROSAFRA e mil hectares da AGROCERES.

Os projetos em implantação compreendem 20.100 hectares, dos quais 6.500 se referem ao Projeto Malachada Real (Fazenda Milano, Fazenda Catalunha, Sociedade Agropastoril do São Francisco, Mamoku-Yamoto, Fazenda Indústria Século XX, Tomate do Brasil), 11.400 são do Projeto Tourão (AGROVALE e ALFANOR) e os restantes 2.200 hectares correspondem aos projetos Bebedouro e Mandacaru"[7].



No monopólio das condições essenciais para a vida humana (água e terra) reside o nó para o qual convergem todos os fios que envolvem e escravizam os sertanejos nordestinos.

Não haverá, portanto, soluções técnicas verdadeiramente eficazes no combate ao flagelo da seca se não tivermos a coragem de estimular a população trabalhadora do Nordeste a desatar o nó do monopólio da água e democratizar a sua utilização.

(7) VISÃO, edição de 22 de dezembro de 1975.

II
CONCENTRAÇÃO DA TERRA E DA RIQUEZA NO NORDESTE

A ESTRUTURA AGRÁRIA

O estudo da distribuição da terra tem se realizado com base nos dados dos censos da FIBGE e dos cadastros do INCRA, fontes reconhecidamente limitadas para o entendimento das complexas questões que envolvem a estrutura fundiária do Nordeste. O censo levanta os estabelecimentos rurais enquanto unidades de produção, permitindo certas inferições sobre o acesso ao uso da terra. O cadastro levanta os imóveis rurais enquanto unidades de apropriação jurídica, permitindo inferições sobre a concentração da propriedade. No cadastro, parceria e arrendamento estão compreendidos no interior dos imóveis.

À CONCENTRAÇÃO DA TERRA

A estrutura de propriedade da terra no Nordeste se caracteriza por um elevado grau de concentração. Segundo o censo de 1980, existem no Nordeste 1.658.000 estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares, ocupando uma área total de 4.487.963ha, o que dá um tamanho médio de apenas 2,7ha. De outro lado, existem 10.299 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares ocupando uma extensa área de 29 milhões de hectares, o que significa uma média de mais de 2.800ha. Ou seja: na categoria de mais de 1.000ha, os estabelecimentos rurais dispõe, em média, de 1.000 vezes mais terra do que da categoria de menos de 10ha. Isso significa que, se juntássemos 1.000 daqueles pequenos estabelecimentos, todos eles caberiam dentro de apenas uma dessas imensas fazendas.

Para a região como um todo, os estabelecimentos com menos de 10ha representam 67,8% do total de estabelecimentos e possuem apenas 5% das terras. No outro extremo, os grandes estabelecimentos de mais de 1.000ha, representando somente 0,4% do total, se apropriam de 37,2% das terras.

Entre os estados do Nordeste, o Maranhão, o Piauí e a Bahia apresentam um grau de concentração ainda mais acentuado. No Maranhão, 85,4% dos estabelecimentos possuem apenas 4,8% das terras e uma área média de 1,7ha. Já os estabelecimentos com mis de 1.000ha representam somente 0,4% do total, mas controlam 44,8% das terras e com uma área média de 3.000ha, isto é, 1.764 vezes o tamanho médio dos pequenos estabelecimentos.

No Piauí, os pequenos estabelecimentos, representando 77,2% do total, possuem apenas 3,3% das terras e com área média de 2,1ha. No outro extremo, os grandes estabelecimentos (mais de 1.000ha) representam 0,6% do total e controlam 45,7% da área, e com área média de 3.700ha, ou seja, 1.770 vezes a área média dos pequenos estabelecimentos.

Na Bahia, os pequenos estabelecimentos com menos de 10ha representam 54,6% do total, mas detém apenas 4,1% da área e com área média de 3,5ha. Já os estabelecimentos com mais de 1.000ha representam somente 0,5% do total, mas possuem 33,5% da área, e com área média de 3.043ha, ou seja 869 vezes a área média dos pequenos estabelecimentos.

O cadastro do INCRA/81 também revela o elevado grau de concentração da propriedade da terra: 34,4% dos imóveis possuem menos de 10ha e detêm apenas 1,4% da área. Enquanto isso, grandes latifúndios, com área superior a 10.000ha (cerca de 780), representam 0,07% do total de imóveis, mas controlam mais de 27 bilhões de hectares, ou seja, 22,8% da área total.

O grau de concentração da terra no Nordeste brasileiro tem se acentuado, particularmente nas últimas décadas. Entre 1960 e 1980, os pequenos estabelecimentos agrícolas de menos de 10ha tiveram o seu número multiplicado, mas sofreram uma significativa redução em suas áreas médias, passando de 3,4ha para 2,70ha. Em 1960, estes pequenos estabelecimentos representavam 62,0% do total e detinham apenas 4,4% da área. Em 1980, representando 67,7% do número total de estabelecimentos, passam a deter apenas 5% da área.

De outro lado, em 1960, os estabelecimentos rurais com mais de 500ha. representavam somente 1,4% do total dos estabelecimentos, mas detinham 33,8% de toda a área ocupada. Em 1980, estes estabelecimentos passam a representar apenas 1,0% do total de estabelecimentos, mas controlam 45,2% da área total, evidenciando um nítido processo de concentração da terra.

O índice de GINI confirma este crescente processo de concentração (O índice de GINI é uma medida do grau de concentração de uma distribuição qualquer. Ele assume valor *zero* quando a distribuição é igualitária e tende para o valor *um* quanto toda distribuição está concentrada nas mãos de uma só pessoa). Entre 1960 e 1980 este índice, calculado com os dados fornecidos pelo FIBGE, referentes aos estabelecimentos rurais, elevou-se de 0,8006 para 0,8196, indicando a crescente concentração da terra no Nordeste. Neste período, o Maranhão e o Piauí foram os estados em que este processo de concentração ocorreu com maior intensidade.

Considerando-se que a terra é um meio de poder e de acesso a outras formas de riqueza, a relação entre as áreas possuídas pode ser um indicador aproximativo do poder econômico, político e social dos grandes fazendeiros em relação aos pequenos produtores. Basta ver o que aconteceu com a renda gerada no campo, no Brasil. Enquanto, em 1970, o 1% mais rico concentrava 10,5% da renda, em 1980 já abocanhava 29,3%, ganhando 179,0% em dez anos! Por outro lado, os 50% mais pobres perderam, no mesmo período, 33,5%, passando de 22,4% em 1970 para 14,9% do total da renda em 1980.

Um fato a se destacar na estrutura fundiária do Nordeste é a presença de um significativo número de posseiros. Embora tenha ocorrido entre 1960 e 1980 um declínio de 5,4% em seu número, a presença dos posseiros na Região representa 56,9% do total nacional.

O Censo de 1940 – o primeiro que procurou averiguar a número de posseiros – registrou 109.016 posseiros em todo o país, sendo que no Maranhão se localizavam 40% do total. Nas décadas seguintes houve um crescimento do número de posseiros atingindo, em 1975, um total de 926.603. Das grandes regiões, o Nordeste foi o que teve um aumento mais acentuado, ou seja, entre 1940 e 1975, aumentou em mais de 10 vezes o número de posseiros, sendo que no Estado do Maranhão se concentra o maior número – 1/4 do total nacional (Tabela nº 01 – anexo).

FATORES AGRAVANTES DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

Um dos fatores que tem contribuído para a manutenção da grande propriedade tradicional, sobretudo na zona semi-árida, tem sido os chamados "Programas de Assistência à Vítimas da Seca". De um modo geral, esses programas consistem em inversões na infra-estrutura de grandes propriedades, propiciando às mesmas a manutenção da força de trabalho. Na verdade, esses programas têm se constituído num subsídios indireto às grandes propriedades do Nordeste, que podem contar com de trabalho de baixíssimo custo para a conservação e ampliação de suas benfeitorias. A pequena produção é a que mais sente o fenômeno da seca, mas é a grande propriedade que se beneficia com a política de emergência. Isso para não falar dos tradicionais desvios de recursos sob a forma de corrupção pura e simples. Praticada pelos detentores do poder local, a corrupção com os recursos da emergência tornou-se verdadeiro artifício de ampliação dos benefícios com que o Estado favorece a grande propriedade.

A grilagem é outro fator que tem atuado no sentido da concentração da terra – e um dos mais visíveis, pelo grande número de conflitos e tensões sociais que tem provocado. Na região, a grilagem ocorreu de forma mais intensa nos estados do Maranhão e da Bahia, e de forma menos acentuada no Paiauí. Tem se verificado tanto nas regiões consideradas de terras devolutas mas efetivamente ocupadas, quanto em áreas tituladas em que se torna difícil a reconstituição das cadeias dominiais. De um modo geral, tem envolvido desde operações fraudulentas, realizadas em cartórios, até a expulsão de posseiros através de bandas armadas que realizam verdadeiras operações para-militares. E a própria morte é, muitas vezes, o prêmio dos que resistem.

Vários outros fatores atuam de forma paralela ou vinculada à grilagem, agravando o quadro de concentração fundiária. Nos últimos anos predominou a política de modernização da agricultura promovida pelo Estado, tanto a nível nacional quanto regional. Para tanto, foram largamente utilizados os instrumentos de que dispõe o Estado, como o crédito rural subsidiado e os incentivos fiscais. Desse processo resultou a implantação de grandes empresas rurais, voltadas, em grande parte, para a exploração pecuária, ou simplesmente na apropriação de imensas áreas mantidas como reserva de valor (terra de negócio), com a consequente expulsão de posseiros e pequenos proprietários.

Os projetos de financiamento para grandes empreendimentos agropecuários ou florestais, atraindo toda sorte de empresários interessados nos recursos administrados pela SUDENE, IBDF e outras instituições, estão na base da reconcentração da terra no Nordeste. Por sua vez, a súbita valorização imobiliária, resultante da implantação pelo poder público de uma significativa infra-estrutura no campo (açudes, estradas, eletrificação rural, etc...) tem estimulado a concentração. A elevação do preço da terra, em muitos casos, não significa apenas dificuldade suplementar de acesso dos trabalhadores à propriedade, mas também a perda da posse que os que a detinham.

Deve-se acentuar que esse aumento do grau de concentração fundiária se deu em inúmeros casos pela utilização da terra, não como meio de produção, mas fundamentalmente como reserva de valor e meio de acesso ao crédito rural e aos incentivos fiscais. Favorecidos pela ação do Estado, grandes grupos econômicos apropriam-se de imensas áreas de terras para mantê-las como simples reserva de valor. Assim, a agricultura capitalista não produz necessariamente alimentos: Ela deve produzir lucros. Pouco importa que estes lucros sejam gerados produtivamente ou não.

III

OS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

A expansão da grande empresa na agropecuária brasileira, inclusive no espaço rural nordestino, foi ainda mais intensa na década de 1960/70. Essa expansão destruiu um número incalculável de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. Foi essa mesma expansão que transformou pequenos produtores em assalariados, que agravou o conflito entre posseiros e grileiros, fazendeiros e índios e que concentrou ainda mais a propriedade da terra.

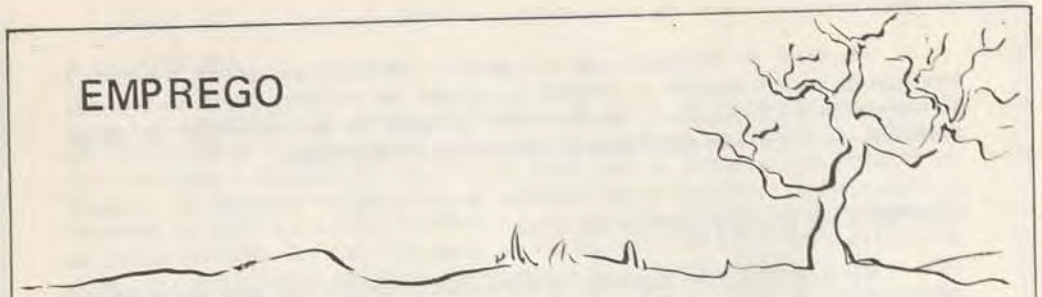
A expansão dessa grande empresa capitalista se fez acompanhar de um processo de modernização da agricultura com um crescimento no uso de máquinas, adubos, inseticidas, etc... A implantação no país da indústria de máquinas e implementos agrícolas, constituída por grandes empresas oligopolistas (Ford, Massey-Fergusson, Boger, Shell, Dow-Chemical) passa a pressionar a agricultura para que adquira seus produtos. Ou seja, o desenvolvimento da relação da produção capitalista no campo se faz industrializando" a própria agricultura. Um dado importante, nas áreas rurais do Nordeste, tem sido a necessidade de o Estado intervir diretamente no setor agropecuário, no sentido de integrá-lo ao conjunto da economia. Ou, mais explicitamente, a necessidade de integrá-lo à indústria. Fazendo a agricultura consumidora de produtos industrializados (insumos, fertilizantes, defensivos, herbicidas e máquinas) e produtora de matéria prima para a indústria. Este processo vem sendo denominado de "industrialização da agricultura".

Tem-se considerado que esse processo de modernização da agricultura é conservador porque tem ocorrido mantendo o mesmo padrão histórico de distribuição da propriedade e uso da terra. Quando muito, modernizou-se o latifúndio.

Deve-se observar que esse processo de modernização não significa apenas a substituição de técnicas agrícolas tradicionais, por técnicas modernas: o burro pelo trator, o estrume pelo adubo químico, etc.. A modernização é mais que isso: ao lado do progresso técnico modifica-se a organização da produção, que diz respeito às relações sociais e não apenas às técnicas de produção. As transformações na relação de trabalho vão se impondo e assim o morador, posseiro, o parceiro e o assalariado permanente vão se transformando em assalariados temporários. Os pequenos produtores, sejam proprietários ou parceiros, vão sendo expropriados.

De outro lado, pelo fato da modernização não atingir todas as fases do ciclo produtivo, principalmente a colheita, acentua-se a sazonalidade do trabalho agrícola. A solução mais lucrativa para o empresário passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante. Isso não apenas modifica as relações de trabalho, aviltando pela superexploração a qualidade de vida do trabalhador, como contribui para acelerar o êxodo rural.

EMPREGO



A situação do emprego no Nordeste pode ser assim caracterizada[7]:

A força de trabalho no Nordeste, atualmente com cerca de 12 milhões de trabalhadores, apresenta a seguinte estrutura setorial: 50,4% no setor primário, 15,4% no setor secundário e 34,2% no setor terciário. Apesar da significativa redução que vem ocorrendo na participação relativa do setor agropecuário no emprego (entre os anos 1950/80 decresceu de 72,9% para 50,4%), ainda é o setor que absorve a maior parcela da força de trabalho na Região.

No setor agrícola, destaca-se a dificuldade de sobrevivência do trabalhador como produtor autônomo. Pelos motivos já apresentados, sobretudo os relativos ao problema da terra, os pequenos produtores vêm perdendo os meios necessários à sua manutenção, vendo-se obrigados a vender a sua força de trabalho.

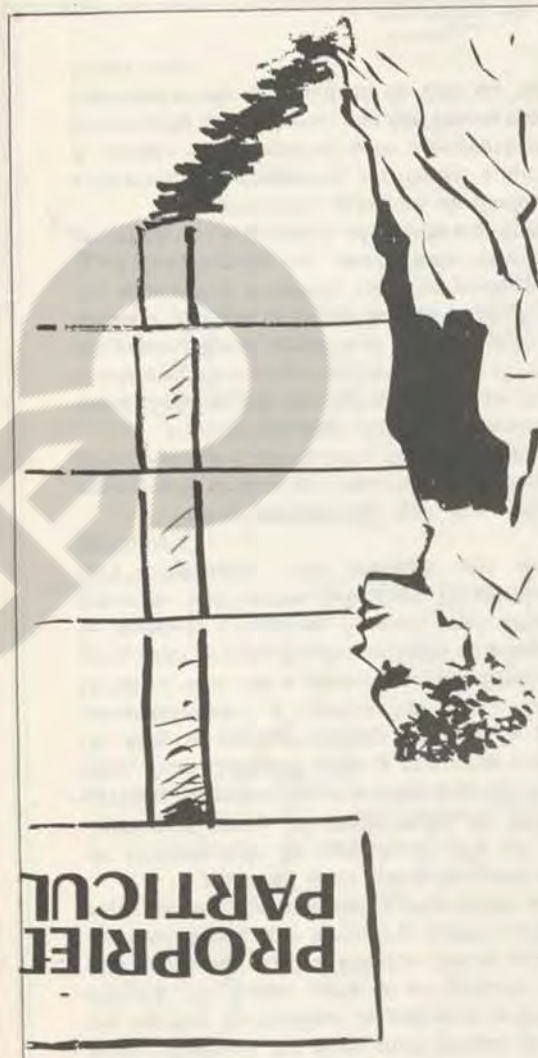
Os conflitos de terra têm atingido duramente a mão-de-obra rural. Esta situação resultou num esvaziamento rural, no aumento dos trabalhadores volantes e no empobrecimento de significativa parcela da população rural. Finalmente, como já foi assinalado, a introdução de novas técnicas na agricultura tem resultado numa flutuação da demanda por mão-de-obra, aumentando a sazonalidade do trabalho. Este fato provocou uma instabilidade na ocupação e uma diminuição da renda do trabalhador rural no Nordeste.

O processo de proletarização da mão-de-obra rural, as migrações para as cidades e a expansão econômica sob o comando do capital, têm contribuído para o aumento significativo da participação relativa da população urbana (indústria, comércio e serviços). Esta participação aumentou em 26% em 1950 para 37% em 1970, e para 49% em 1980.

A participação relativa da mão-de-obra ocupada na indústria cresceu de 7,7% em 1950 para 15,4% em 1980. O incremento entre 1950 e 1980 foi de 1,3 milhões de empregos no total das atividades industriais. No setor terciário, o número de pessoas ocupadas teve um incremento absoluto de 2,8 milhões entre 1950 e 1980, tendo a participação relativa deste setor de empregos crescido de 18% para 34,2%. Na verdade trata-se de uma mera inchação do terciário, com aumento do número do subemprego. Em 1979, o subemprego atingia 5,7 milhões de trabalhadores, ou seja, 45,6% do total da mão de obra ocupada.

Deve-se ressaltar que o aumento da mão-de-obra ocupada nos setores urbanos se deu, predominantemente, em ocupação de baixa renda, de caráter instável e sem acesso a benefícios sociais ou trabalhistas. Verifica-se, quanto à situação de regularização do trabalho, que 1,8 milhão de empregados agrícolas (94% do total) e 1,7 milhão de empregados urbanos (43% do total) não possuem carteira profissional assinada pelo empregador.

(7) Dados conf. SUDENE, idem.



Deve-se ressaltar que esse aumento do trabalho temporário tem resultado não só numa elevação dos índices de desemprego e sub-emprego, mas tem significado uma redução do nível de renda familiar, dado que é possível encontrar trabalho em apenas metade dos dias úteis do ano. Disso resulta uma incorporação crescente de mulheres e de crianças em idade escolar, especialmente por ocasião das atividades de colheita, na tentativa de manter o nível de renda familiar.

Como resultado deste processo de modernização conservadora, constata-se que a fronteira agrícola interna está praticamente fechada no Nordeste, embora isso não signifique pleno aproveitamento das áreas cultiváveis (como já foi assinalado, cresce a importância da terra como reserva de valor). Conforme dados cadastrais publicados pelo INCRA em 1978, constata-se que de uma área aproveitável de 86,8 milhões de hectares, apenas 54,7 se achavam realmente em exploração, sendo que o restante, ou seja, 32 milhões de ha, permaneciam ociosos, principalmente dentro dos latifúndios. Deve ser assinalado que com o progresso da penetração do capitalismo no campo, é exatamente nos estados de Maranhão, Piauí e Bahia onde a terra tende a se concentrar mais drasticamente.

Apesar do processo de modernização que se realiza na agropecuária nordestina, a grande maioria da atividade se processa de forma rudimentar. A modernização vem se dando em algumas atividades específicas, sobretudo aquelas que se processam nos grandes estabelecimentos. Enquanto em 1960, o Brasil utilizava na agricultura, 61.338 tratores, o Nordeste dispunha de 5,1% desse total, ou seja, 3.130. Entretanto, observa-se que, na região, o número de tratores cresceu mais de 10 vezes entre 1960 e 1980, provavelmente em consequência dos estímulos oferecidos pela política de "modernização conservadora" promovida pelo Estado. Deve-se assinalar que houve uma maior concentração de tratores nos estabelecimentos de menor tamanho.

A INDÚSTRIA

A industrialização recente do Nordeste se verifica num momento de crescente internacionalização e oligopolização da economia brasileira. A SUDENE, utilizando principalmente a dedução do imposto de renda para as empresas que investem no Nordeste, implementou um programa de desenvolvimento capitalista que completou a integração da região à economia nacional. Os incentivos fiscais financiaram a exportação de capitais do Centro-Sul para o Nordeste, no mesmo tempo em que a economia nacional passava por violentíssimos ciclos de concentração e centralização do capital, levando para a Região a estruturação caracteristicamente oligopolista que já era hegemônica em escala nacional. Hoje, o Nordeste acompanha razoavelmente as taxas e o estilo da expansão capitalista no Brasil. A expansão industrial do Nordeste é presidida pelas empresas mais importantes do Centro-Sul, quando não diretamente multinacionais: Não há praticamente nenhum grande grupo econômico operando no Brasil que não esteja também no Nordeste[3].

A partir de meados da década de 60, aumenta a importância da indústria na composição do produto regional. Entre 1965 e 1979 a indústria aumentou a sua participação no produto em 7,3 pontos percentuais, enquanto a agricultura teve a sua participação reduzida em 7,9 pontos percentuais (Tabela 02 – anexo).

O processo de industrialização ocorrido no Nordeste pode ser brevemente ilustrado através do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. Em seus 10 anos de atividade, o Polo Petroquímico da Camaçari consumiu investimentos da ordem de 4,5 bilhões de dólares, gerando 17.000 empregos diretos. Entre 1972/80 foram aplicados na infra-estrutura do Polo Cr$6,24 bilhões, considerados os preços médios de 1979. Deste total, 82% vieram diretamente dos cofres do governo estadual. Os 18% restantes couberam à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que os aplicou a "fundo perdido". Uma das características das indústrias implantadas no Polo Petroquímico é serem de capital intensivo, isto é, poupadores de mão-de-obra. O dispêndio necessário para gerar um emprego nesta indústria, é portanto, muito elevado.[4].

Na Bahia, de um modo geral, foram instalados polos de desenvolvimento industrial (Aratu e Camaçari e projetos agropecuários de grande importância; os maiores volumes de incentivos fiscais foram aplicados na instalação desses polos; foi o Estado do Nordeste onde mais se investiu em infra-estrutura (formação de capital social básico), facilitando a instalação desses grupos. Tudo isso, de certa forma, marca o processo peculiar e particular de como a Bahia participa no processo de crescimento relativamente intenso que se verifica no Brasil a partir da década de 70: de um lado, o capital, a nível mais geral, buscando espaços novos para a sua reprodução; de outro, a criação de condições, nesses espaços, para que o capital se reproduza. Isso correspondeu à necessidade de expansão capitalista no Brasil, na década de 70, que implicava a busca de novos espaços para expandir o processo de valorização e reprodução do capital.

Os recursos liberados pelo FINOR dão uma idéia da mobilização efetiva de capitais, tendo em vista facilitar a inserção da Região no processo de produção do capitalismo. Na Bahia, 61% dessas aplicações, sintomaticamente, se destinam a aplicações na área de petroquímicos, químicos e fertilizantes. Além disso 34,2% do total desse fundo de investimento (situação de 31.12.78) foram alocados na própria Bahia, evidenciando a importância que ela desfruta, diante do conjunto do Nordeste, para o movimento de acumulação do capital (Aci/SUDENE-SUPLAC/78).

(3) Cf. OLIVEIRA, Francisco de. **Anos 70: As Hostes Errantes.** Novos Estudos CEBRAP. v. 1 nº 1 - dez. 81.

Ao nível do Nordeste, essa conjugação – estrutura oligopólica, subsídios à formação de capital, elevação do patamar tecnológico das inversões, fortíssima migração do campo para as cidades – resultou num processo de reconcentração da renda, acompanhado da elevação dos índices de desemprego e sub-emprego.

EMPREGO E OS NÍVEIS DE RENDA

As transformações ocorridas na economia nordestina têm sido acompanhadas por elevados índices de pobreza da maioria da população. Apesar do rápido crescimento industrial verificado na década de 70, não houve uma melhoria das condições de vida da maioria da população na região.

Comparando-se a população e a renda per cápita do Nordeste com relação ao Brasil e Sudeste, verifica-se que, embora tenha havido uma recuperação da posição do Nordeste em 1980, no que diz respeito à renda per cápita, mesmo assim apenas se conseguiu recompor o nível de 1960, onde a renda per cápita do Nordeste era de 42,2% da renda do Brasil (Tabela 03 – anexo).

Como reflexo da estrutura fundiária e do processo de industrialização recente, a estrutura de repartição da renda no Nordeste apresenta-se altamente concentrada.

Para o Nordeste como um todo, 24,1% da População Economicamente Ativa tem rendimentos de meio salário mínimo e esta proporção se eleva ao absurdo de 54,2% quando se considera um salário mínimo (Censo 1980 - FIBGE).

Em relação aos setores urbanos, 50% da força de trabalho ocupada tem renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo, representando 2.6 milhões de trabalhadores. E, dentre estes, 1,1 milhões recebe renda igual ou inferior a meio salário mínimo[5].

No meio rural, a situação é ainda mais dramática: 4,6 milhões de trabalhadores rurais no Nordeste têm renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo, o que representa 82,3% do total da mão-de-obra agrícola da região. E, entre esses, 2,6 milhões têm renda igual ou inferior a meio salário mínimo.[6]

(4) Gov. Est. Bahia. – SIC-DIC – "A indústria no Est. da Bahia – Uma proposta de política industrial", 1983, p. 241.

(5) Cf. SUDENE. Proposições de Política Social para o Nordeste. Recife/83.

(6) SUDENE. idem.

Com referência aos estados da região, os que detinham maior número de tratores, em 1980, eram, em ordem decrescente: Bahia, Pernambuco, Alagoas e Ceará, os quais juntos somavam 67,9% do total. O Estado onde o crescimento foi mais intenso, foi exatamente o menos tecnificado, o Maranhão, pois, de 1960 a 1980, sua participação, em número de tratores, relativamente aos demais estados, aumentou em quase 6 vezes. Isso vem comprovar a influência da ocupação do Maranhão por grandes empresas, em substituição aos posseiros detentores de pequenas glebas, que até o fim da década de 60 utilizavam sobretudo mão-de-obra familiar.

Atualmente, a modernização da agricultura está vinculada à política vigente no país. Os incentivos ao crescimento de determinados produtos relacionam-se diretamente com a política de expansão da produção para exportação ou para a geração de energia em detrimento das culturas de mercado interno. Verifica-se, por exemplo, uma elevação constante da área colhida de cana-de-açúcar em função dos incentivos do PRÓ-ÁLCOOL. Este fato tem resultado prejuízos para a produção de alimentos.

A diminuição das culturas de mercado interno tem repercutido na elevação dos preços dos gêneros alimentícios básicos e resultado numa elevação dos custos de vida. Isso é tanto mais grave quando se considera que permanece em vigor uma política de contenção salarial, ocasionando uma acentuada deterioração do poder de compra real dos salários, afetando principalmente os estratos de menor renda da população trabalhadora.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Um dos reflexos da concentração da terra é a intensificação do processo migratório, transformando o campo numa área expulsora de mão-de-obra. Como observa José de Souza Martins **"dados oficiosos indicam que há hoje no país cerca de 40 milhões de migrantes, muitos dos quais obrigados a sair do seu lugar de origem devido principalmente à concentração da terra, à extensão das pastagens e à transformação nas relações de trabalho na lavoura".**[1]

A manutenção de um elevado grau de concentração da terra é um dos fatores que tem contribuído para a intensificação do processo de urbanização. A exportação de mão-de-obra para outras regiões do país não cessou, mas hoje a migração se verifica principalmente dentro do próprio Nordeste.

O crescimento urbano na Região mostrou-se bastante acelerado no período 1950/70, quando a população urbana cresceu de 4,8 milhões para 12,3 milhões de habitantes, ou seja, um aumento de153,3%[2].

Segundo dados do PNAD, em 1981, de uma população total de 35.787.567 habitantes, 53,2% viviam no meio urbano e 46,8% na área rural.

Deve-se observar que estes contingentes afastados do campo vêm se somar, nas cidades, às fileiras dos desempregados e subempregados, resultando num excedente populacional, do qual se vale o capital para pressionar os salários para baixo. Nas últimas décadas tem se acentuado a mobilidade da população rural para as capitais e regiões metropolitanas, fixando-se o migrante sobretudo na periferia dos centros urbanos. Este processo tem resultado numa visível deterioração das condições de vida dessa população, que se expreme nas invasões, mocambos ou favelas, para ser, em muitos casos, novamente expulsa.

(1) MARTINS, José de Souza – Expropriação e Violência. São Paulo, HUCITEC, 1980. p. 47.

(2) Cf. SUDENE. Proposições de Política Social para o Nordeste. Recife, 1983.

(4) Seminário: "O Homem e a Seca no Nordeste". H. Souza. 1980.

IV
"O PROJETO SECA"

"Podemos dizer que assim como existe um Projeto Carajás, um Projeto de Desenvolvimento dos Cerrados (JICA) existe para o Nordeste um projeto SECA". Essa afirmação de um trabalhador rural do Nordeste causou grande impacto durante a IV Assembléia Nacional da CPT, em agosto de 1.983. Surpreendeu a todos pela crueza e limpidez de uma afirmação longamente vivida e refletida. Não havia ali nenhuma concessão à leviandade. Não havia ali nenhum vedetismo. Havia sim, a absoluta determinação e a coragem de localizar e entender as raízes da tragédia que se abate os trabalhadores nordestinos.

Mas, cabe perguntar, se há um "Projeto Seca" que objetivos persegue? A quem beneficia? Que extrato social assume a tarefa de gerir tal projeto?

A afirmação desse lavrador converge com as conclusões de vários estudiosos do Nordeste. Vejamos. Hoje, já não cabe, a rigor, se falar de uma "economia regional" no Nordeste. Toda a região foi integrada à economia capitalista cujo polo mais dinâmico está no Centro-Sul do país. Essa integração redefine o papel do Nordeste na economia do Brasil. "É neste contexto (...) que se dá a produção do NE com área subdesenvolvida, articulada à economia do "sul" e em função das condições, prioridades e necessidades deste sistema transnacionalizado, que gera e aprofunda as diferenças. O papel do NE pobre é de fornecer algumas matérias primas, mão-de-obra barata, ser um mercado para a indústria do sul e contribuir, na base do clientelismo e da violência praticada em cima da miséria, uma base de sustentação política para o regime.

Desta forma, enquanto na Grande São Paulo, com 0,3% do território nacional e com 12 milhões de habitantes, se concentra 31% do total das inversões de capital, 41% da renda industrial e 36% dos empregos fabris (1979), o NE, com 1,5 milhões de km² e com 35 milhões de habitantes, funcionava como fornecedor de matérias primas e mão-de-obra barata e contribuia com 11 milhões de migrantes!"[1]

A QUEM SERVE O "PROJETO SECA"

Esse quadro perverso de distorções define em termos gerais, dentro do contexto da economia transnacionalizada de que fazemos parte, o papel que os promotores do "Projeto Seca" reservam para o Nordeste. É preciso, contudo buscarmos uma definição mais clara das forças sociais que o impulsionam.

"... As secas, ao flagelarem a região prejudicam as populações de baixo nível de renda que perdem seus animais, suas colheitas e são forçados a emigrar ou recorrer aos Programas de Emergência; os grupos de renda mais elevada, porém, dispõe de recursos para manter o rebanho — açudes e barreiras construídos muitas vezes com auxílio do poder público — e aproveitam a ocasião para se apropriar, das mais diversas formas, dos recursos que chegam à área, fortalecendo uma política assistencial; adquirem pequenas propriedades por preços menos elevados e obtêm, com o jogo de influência, a valorização de suas propriedades, com a construção, dentre as obras de emergência, de estradas e de reprezas que os beneficiam como proprietários de terra".[2]

A afirmação autorizada de Manoel Correia de Andrade nos fornece valiosos elementos para desvendarmos as raízes mais profundas da seca enquanto calamidade social e lança alguma luz sobre esta verdade sempre mantida na sombra pelos Comunicados e projetos oficiais: **a seca não é utilizada apenas como fonte para provocar a miséria de milhões de nordestinos é igualmente utilizada como fonte de acumulação da riqueza incalculável de alguns poucos.**

Do **Monopólio da Água** e do **Monopólio da Terra** -- meios essenciais à vida — decorre inevitavelmente o **Monopólio do Poder do Estado.** Dito de outro modo, os grupos sociais que têm nas mãos força suficiente para concentrar a terra sob suas cercas e impedir que a população sertaneja utilize de modo produtivo, quer dizer, economicamente, as fontes de água, acumula também a força necessária para empunhar as rédeas do Estado. A partir daí utilizará permanentemente os controles políticos sob seu poder para reforçar cada vez mais o monopólio dos meios produtivos.

Aqui, portanto, está situado o pano de fundo da seca "enquanto flagelo social". O quadro que recorta o "Projeto Seca" que flagela uns e enriquece outros.

"No Brasil, de um total de área aproveitável de 372 milhões de hectares, cerca de 274 milhões has, ou seja 73%, estão nas mãos do latifúndio por exploração ou por dimensão. Esta concentração é ainda mais acentuada no Nordeste. Ora, falar em regiões de seca que obrigam milhares de pessoas a migrarem, sem começar por ver o mundo do latifúndio que exclui milhões de pessoas da posse da terra, é começar pelo fim".[3]

Os trabalhadores maranhenses traduzem essa reflexão com uma frase breve e objetiva: **"O problema do Nordeste não é a Seca. O problema do Nordeste é a Cerca".**

(2) Andrade, Manoel Correia de. Cf. Boletim da Reforma Agrária, Campinas (ABRA) Jul/Ago 1982.

(3) H. Souza op. cit.

"PROJETO SECA", Acumulação e Miséria

Assentados sobre o monopólio da terra, os latifundiários assumem como propriedade sua os recursos do Estado e dirigem a aplicação deles de acordo com os seus mais estreitos interesses de classe. Nas épocas de estiagem a aplicação dos recursos visam em primeiro lugar garantir mão-de-obra barata não permitindo a sua evasão além dos limites desejáveis para outras regiões. Passado o período de Emergência essa mão-de-obra retorna às fazendas onde continuará a receber baixos salários ou pagar a renda ao latifundiário. Em segundo lugar garante a manutenção da demanda de bens e serviços permitindo que a economia não entre em crise. Isso explica, por exemplo, o crescimento da arrecadação de imposto de 1978 a 1981 em todos os Estados, exceto o Piaui, o que indica a economia em expansão.

Do ponto de vista da "preocupação social "que deve orientar a aplicação dos recursos o objetivo maior é evitar as tensões sociais e os saques. **"Em casos de tensões sociais, o Governo Federal, poderá garantir eventualmente a distribuição gratuita de alimentos de primeira necessidade (...) devendo cessar tão logo sejam ofertados empregos em obras públicas às populações carentes".**[4] Completando ou explicitando esse raciocínio, poderíamos dizer: Assim salvaguardamos a riqueza acumulada pela exploração da mão-de-obra fornecida pelos próprios flagelados.

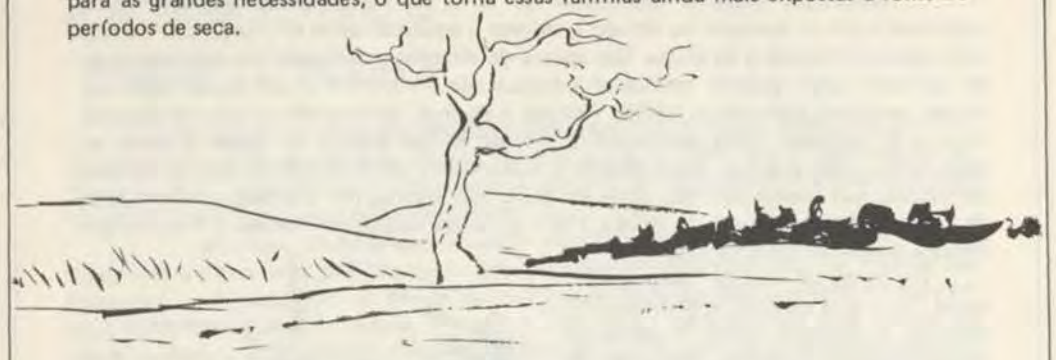
É possível perceber aqui o estreito laço que ata a "preocupação social" da SUDENE com os interesses mais visível dos proprietários de terras. A retenção de mão-de-obra interessa sobretudo a eles, que têm assim garantido em abundância o suprimento de força de trabalho, que constitui (ainda) o principal fator de sua produção.

A aplicação dos recursos por eles direcionada põe em prática as disposições da política agrícola do governo de fornecer o desenvolvimento da pecuária. Assim, a política de combate à seca é utilizada com o objetivo de obter a maior valorização no menor prazo possível das grandes propriedades.

A cada período de estiagem corresponde uma concentração maior da propriedade da terra. Com a aplicação dos recursos oficiais gerida pelos fazendeiros — utilizando sua influência sobre os órgãos captadores e distribuidores — as terras são valorizadas pelas obras de limpeza, desmatamento, construção de cercas o que possibilita ao proprietário cobrar um preço mais alto pela renda da terra. O resultado mais imediato desse processo é a expulsão dos meeiros e parceiros.

(4) SUDENE, 1982

O fechamento das áreas livres com a construção de cercas acaba por tornar impossível ao pequeno agricultor, seja ele pequeno proprietário, meeiro ou parceiro, continuar a criar animais domésticos (ovelhas, porcos, galinhas, etc.), reserva alimentar para as grandes necessidades, o que torna essas famílias ainda mais expostas à fome nos períodos de seca.



PROGRAMAS DE APOIO AO NORDESTE: um mecanismo para a aprofundar as desigualdades.

Diante de tais evidências força é concluir que qualquer ação de apoio ao Nordeste esbarra nesta verdade irrecusável: Desde a cesta de alimentos arrecadadas pelas campanhas feitas no centro-sul do país, passando pelos programas de emergência, programas de combate às calamidades, frentes de trabalho, construção de açudes, estradas, armazéns, até o planejamento mais geral a médio e longo prazos, para destinar recursos à região, estão fatalmente destinados a reforçar o monopólio dos grupos sociais que detêm o poder do Estado.

Tais recursos serão colhidos pela complexa máquina metodicamente montada pela oligarquia (a velha e a nova) e aplicados em seu benefício exclusivo. Ou seja em benefício exatamente do grupo social que não sofre os prejuízos da seca.

Para demonstrar a veracidade – e a monstruosidade – deste fato, dados oficiais nos dão conta de que só no Piauí, durante o ano de 1980, 800 latifundiários subsidiado) 120 milhões de cruzeiros, enquanto 33 mil pequenas propriedades que fornecem emprego a cerca de 88 mil trabalhadores recebiam igual quantia. A esse dado acrescente-se outro igualmente esclarecedor: se somarmos o número dos flagelados inscritos nos Programas de Emergência nos anos 79/80 teremos 1.142.000 pessoas trabalhando. Essa mão-de-obra alistada a baixo preço (e paga com recursos públicos) realizou nos últimos dois anos, entre outros serviços, para uso ou apropriação dos proprietários de terra:

- 17.166 açudes e aguadas construídos ou recuperados;
- 35.628 cacimbas construídas ou recuperadas;
- 28.798 barreiras construídas;
- 1.419.054 hectares desmatados ou destocados;
- 372.255 hectares preparados para plantio ou cultivados;
- 2.074 armazéns construídos;
- 488 silos-trincheiras construídos;
- 363.617 km de cercas construídas ou recuperadas.[5]

(5) O LONGO FLAGELO E AS AÇÕES DO GOVERNO, MINTER/SUDENE, Recife, 1983 pg. 17 a 19.

A AJUDA AO NORDESTE ESTÁ PUNINDO AQUELES A QUEM DEVERIA APOIAR

A SUDENE, coordenadora e distribuidora dos recursos, justifica a aplicação de vultuosos fundos em benefício de particulares a pretexto de tornar **"as propriedades mais resistentes às secas, beneficiando o proprietário do imóvel".**[6]

Os dados acima demonstram que os recursos injetados no Nordeste serão inapelavelmente coados pela complexa máquina do Estado monopolizado pela oligarquia, de tal forma que para os flagelados propriamente rolará – se tiverem sorte – o incerto tostão no chapéu do mendigo.

É a própria SUDENE, em estudo realizado sobre a composição social dos flagelados alistados nas frentes de Emergência durante a seca de 1970 que conclui:

30,7% dos alistados eram pequenos proprietários;
69,3% eram produtores sem terra.

É evidente a conclusão de que as vítimas reais da seca são os trabalhadores rurais sem terra, ou com terra suficiente para sobreviver, ou seja, meeiros, parceiros, volantes, etc. Entretanto, os programas de Emergência que, em tese, devem destinar recursos às vítimas da seca, foram os instrumentos apropriados pelos latifundiários para desmatar, destocar e construir cercas, o que lhes permitiu dispensar grande parte dos antigos parceiros.

Desta forma, não resta dúvida de que as vítimas da seca estão do lado de fora da cerca do latifúndio. Em contrapartida, como demonstra o exemplo do Piauí, citado anteriormente, o grosso dos recursos destinados às vítimas acabam retidos pelo arame farpado das cercas do latifúndio. Em uma palavra, os recursos enviados às vítimas acabam nas mãos dos algozes. Essa política se desdobra na absurda situação de punir aqueles a quem deveria apoiar.

Não é preciso avançar muito para nos darmos conta de que, neste quadro de tamanhas distorções que emoldura a tragédia dos trabalhadores nordestinos, a seca atua como um elemento estimulador da atividade econômica. A cada seca corresponde um maciço investimento de recursos oficiais e (em menor medida) privados na região.

O montante de recursos aplicados nos Programas de Emergência, no período de 1979 a abril de 1980 foi da ordem de Cr$780,5 bilhões (a preço de abril de 80) dos quais Cr$631,5 bilhões diretamente no Programa, os outros Cr$149 bilhões no fornecimento de crédito.[6] Para termos uma idéia, pelo menos aproximada, do vulto desses recursos, basta dizer que eles são suficientes para comprar – a preço de mercado – seis milhões de hectares que, distribuídos à base de 6ha por família, atenderia 1 milhão de famílias. O equivalente à quase totalidade dos flagelados.

(6) Relatório POLONORDESTE, 198.

(6) MINTER/SUDENE, 1982.

CORRUPÇÃO: UM SUBPRODUTO

Esta astronômica soma de recursos aplicada sobretudo com o objetivo de capitalizar ainda mais os grandes proprietários, se extravia — fora a pequena parcela destinada a apaziguar os flagelados — nos escusos descaminhos da corrupção. As vezes (raramente) se consegue localizar, através da imprensa, e trazer a público essa corrupção por atacado, como o caso da aplicação do dinheiro destinado aos bolsões, no Open Market. Mas é apenas um escândalo a mais, neste país dos escândalos. O mais comum, o mais corriqueiro é essa corrupção miúda, o varejo, que permeia diariamente a relação entre o flagelado e o cabo de turma, o chefe político local, como essa denunciada pelo deputado José Humberto (PMDB-CE): **"... o chefe do escritório emitiu cheque com o nome errado do flagelado enquanto um outro cheque era emitido para a pessoa que realmente deveria receber o dinheiro. O flagelado tinha o seu nome propositalmente errado no cheque; evidentemente retornaria para reclamar o pagamento, uma vez que o Banco, de fato, não poderia efetuar, como não efetuou o pagamento.**

A mecânica era mais ou menos assim: o flagelado Vicente Ferreira dos Santos recebia um cheque, aquele referente ao seu trabalho, com o nome de Vicente Ferreira de Araújo. Consequentemente, não recebia. De fato o dinheiro tinha sido recebido por Vicente Ferreira de Araújo num cheque frio e endossado. José Humberto denunciou ainda que 14 destes cheques foram encontrados e enviados à Delegacia de Polícia de Tamboril que até o presente momento não adotou nenhuma providência".[7]

Desssa corrupção a varejo aparecem mais denúncias. As denúncias, no entanto não conduzem a nenhuma ação punitiva eficaz, à semelhança do que ocorre com as denúncias dos grandes escândalos. Com relação a estes últimos, vez por outro, quem denuncia o crime é que acaba enquadrado na Lei de Segurança Nacional ou na Lei de Imprensa. Afinal, em um país cujos ministros do Planejamento e da Fazenda são conhecidos nas rodas dos banqueiros internacionais pelo pouco lisonjeiro apelido de "10 por cento", não se poderia esperar coisa diferente.

Por fim, para afirmar-se, os gestores do "PROJETO SECA" disputam incessantemente o controle de todos os instrumentos e canais para a captação e aplicação dos recursos públicos. A oligarquia, ou os cria ou apropria-se dos já existentes. E isto de tal forma que não se pode determinar onde termina a oligarquia, onde começam o IOCS, IFOCS, DNOCS, GESCAP, FINOR, SUDENE, POLONORDESTE etc... etc... Operase uma fusão da oligarquia com a estrutura mesma do Estado.

Neste sentido, o "PROJETO SECA" amplia os objetivos da "indústria da seca". Esta se estrutura para realizar a acumulação econômica sobre a miséria dos flagelados, só que, além do objetivo econômico imediato traduzido no açambarcamento dos recursos públicos, persegue o objetivo político/ideológico de reduzir os flagelados a uma massa amorfa, imobilizada, desumanizada pela fome e pela dependência. Uma sub-raça condenada "ad eternum" a fornecer a mão-de-obra para levantar a cerca do latifúndio que a esmaga.

---

(7) Cf. JORNAL "O ESTADO", 1.983 p. 12 FORTALEZA-CE.

V
AS LUTAS POPULARES

Sob a capa da humildade e do conformismo que recobre o nordestino como a couraça do seu gibão, arde permanentemente a chama acesa do lutador.

Por trás das palavras entranhadas de fatalismo "é a vontade de Deus", "é castigo do céu", ou "a sina do sertanejo é sofrer", "entrego a Deus, não há outro remédio", se trava a surda luta pela vida.

Para o sertanejo, para o trabalhador do nordeste, a sobrevivência frequentemente se garante com um golpe de astúcia. E não apenas astúcia. Nessa luta intrincada, complexa, é necessária a permanente combinação da coragem, da astúcia, da firmeza e da flexibilidade, do medo, do saber com precisão a hora do avanço e a hora do recuo, da capacidade de dissimular os objetivos, de aliar-se, ainda que seja com o inimigo mais feroz, para obter as condições de seguir vivendo.

O diálogo entre o retirante e o morador do lamaçal do Recife em "Morte e Vila Severina" resume o mais profundo sentido desta luta:

"... Seu José mestre Carpina,
que lhe pergunte permita:
há muito no lamaçal
apodrece sua vida?
e a vida que tem vivido
foi sempre comprada à vista?
– Severino, retirante,
sou de Nazaré da Mata,
mas tanto lá como aqui
jamais me fiaram nada:
a vida de cada dia,
cada dia hei de comprá-la.
– Seu José mestre carpina,
e que interesse, me diga,
há nessa vida o retalho
que é cada dia adquirida?
espera poder um dia
comprá-la em grandes partidas?
– Severino, retirante,
não sei bem o que lhe diga:
não é que espere comprar
em grosso de tais partidas
mas o que compro a retalho
é, de qualquer forma, vida."[1]

A luta dos trabalhadores, a luta popular do Nordeste recusa qualquer análise simplista, linear. Nenhum método mecanicista será capaz de desvendar os complexos liames desse conflito agravado ciclicamente durante os períodos da estiagem.

---

(1) in "Poesias Completas", João Cabral de Melo Neto, José Olimpio 1975, pgs. 232/233.

AS ILHAS DE RESISTÊNCIA

É possível identificar diferentes níveis de organização nas lutas populares no Nordeste. Essas lutas vão desde a explosão "expontânea" que resulta nos saques dos armazéns da COBAL, das feiras livres dos povoados do interior, das casas de comércio particulares, dos supermercados, passando pelas ações coordenadas pelo Movimento Sindical, até as lutas para permanecer ou reocupar terras de onde foram expulsos.

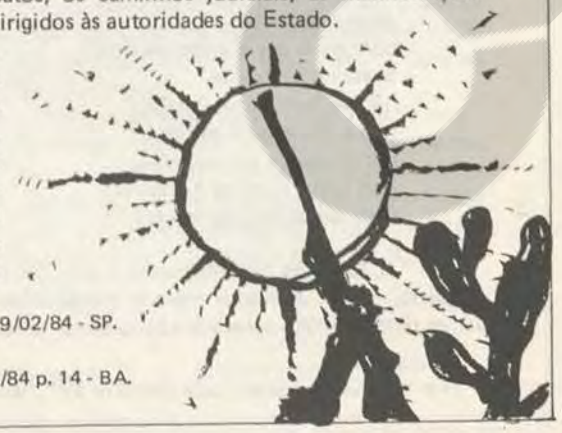
O próprio conteúdo das lutas dos trabalhadores nordestinos é, por si, suficiente para desvendar as raízes da tragédia a que tem sido condenados. Os sertanejos não lutam contra as nuvens do céu azul, ou contra o sol inclemente, de resto inatingíveis. Lutam contra inimigos palpáveis, concretos: os que detêm para si *o monopólio da água e o monopólio da terra.*

No dia 7 de fevereiro último, explodiu um conflito envolvendo 130 lavradores e 2 proprietários de terra, cultivadores de melão em torno do aproveitamento da água do Rio Salitre no Município de Juazeiro, norte da Bahia. Do conflito resultou a morte dos dois fazendeiros que acabaram linchados pelos trabalhadores. **"O crime ocorreu por causa da disputa pelo que resta da água do rio Salitre, que está secando em consequência dos cinco anos de seca. No vale do Salitre é onde estão as terras mais férteis da região e onde se concentram também as lavouras irrigadas para a produção principalmente de melão, tomate e cebola.**

Como o nível da água do rio está baixo, os pequenos lavradores, instalados principalmente no Baixo Salitre, queriam num acordo comos agricultores instalados no Alto e Médio Salitre para dividir a água, estabelecendo um período de tempo para o funcionamento das bombas de sucção que fazem a irrigação das lavouras. Isto porque, como a água é pouca e as bombas ligadas diariamente, simplesmente não corria pelo rio água suficiente para irrigar as lavouras situadas no Baixo Salitre".[2] Mais do que isso, está **"faltando água até mesmo para o consumo humano e animal".**[3]

A violência deste fato nos remete às palavras do poeta Beltolt Brecht: **"Do rio que tudo arrasta, se diz que é violento, mas ninguém se dá conta da violência das margens que o comprimem".** O que ocorreu em Campos dos Cavalos no vale do Salitre é evidentemente uma explosão da ira contida desses sertanejos cuja paciência e cordura são conhecidas e reconhecidas por todos.

A luta dos trabalhadores contra o monopólio da água assume outras formas. Busca os canais institucionais, os sindicatos, os caminhos judiciais, as manifestações públicas, os documentos reivindicatórios dirigidos às autoridades do Estado.



A construção das barragens do São Francisco estão pontilhadas de histórias de resistência que podem ser resumidas nesta frase: "Não queremos dinheiro, queremos TERRA POR TERRA NA MARGEM DO LAGO". A toda-poderosa CODEVASF, a CHESF e todos os outros instrumentos oficiais ou setores de classe interessados na monopolização

(2) JORNAL "O ESTADO DE SÃO PAULO", 9/02/84 - SP.

(3) JORNAL "A TARDE", SALVADOR, 9/02/84 p. 14 - BA.

das terras irrigáveis – o Monopólio da Água, dizíamos, é inseparável do Monopólio da Terra – encontraram pela frente a disposição de luta dos índios Xocó, que reconquistaram a Ilha de São Pedro, na região de Propriá, ou dos lavradores do Betume, ainda em Sergipe, despojados de tudo, que cozinhavam bananas verdes para enganar a fome dos filhos, enquanto resistiam à brutalidade da CODEVASF; ou ainda este exemplo da tenacidade dos sertanejos da Ilha do Miradouro na Bahia: **"Eu sou quase analfabeto, nunca tive escola, mas sempre foi o meu ideal dar o direito a quem tem. (. . .) Fico lembrando de uma vez que eles abriram sete roças para o gado entrar. Fui a Salvador e dois dias depois, mandei dizer que o pessoal se prontificasse para fechar as roças. Cheguei, tinha oito homens. Nove horas, já eram 30 homens. Metemos o peito e todo mundo só almoçou três horas da tarde com o trabalho terminado."**[4]

Mais do que as palavras, os requerimentos, os abaixo-assinados, os protestos, os encontros de estudo, os seminários, tem sido a ação direta dos trabalhadores a única forma capaz de dobrar a lógica inflexível da concentração da terra, ou do monopólio dos meios essenciais à vida.

A prevalecer a lógica que orienta a política agrária do regime, as terras de Alagamar, na Paraíba, estariam concentradas nas mãos de uma única família. Entretanto, os trabalhadores de Alagamar, numa luta de magnitude nacional, determinaram que o destino daquelas terras seria outro. E foi outro o destino das terras de Alagamar que em lugar de uma família sem nenhum vínculo permanente com a terra abriga hoje mais de 600 famílias produzindo alimentos.

Lutas como essa, em que os trabahadores se utilizam de uma complexa combinação de ações – ação direta no local do conflito, denúncia, utilização dos canais Sindicais (Federação, CONTAG), os processos jurídicos, etc – e de alianças, no caso de Alagamar a aliança permanente com a Igreja, são úteis para refletir sobre a potencialidade e os limites de cada elemento que compõe o conjunto das forças populares.

AS ORGANIZAÇÕES NA LUTA

Quando se desencadeia um processo de luta popular, seja contra o monopólio da água (luta dos atingidos pelas barragens ou projetos de irrigação), contra o monopólio da terra (lutas de resistência na terra ou lutas de ocupação de terras inaproveitadas),

(4) José Antônio, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xique-Xique, in As Ilhas da Resistência, Mariluce de S. Moura CPT, 1978, pg. 54.

contra o monopólio dos bens produzidos (saques de armazéns para a obtenção de alimentos) é possível visualizar pela ação prática o papel de cada força.

Não se pode negar o empenho do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais em intervir na questão do Nordeste. Em diferentes ocasiões as Federações e a CONTAG promoveram encontros regionais de lideranças sindicais para estudar o problema da seca e propor soluções.

Destes encontros resultam denúncias contundentes como esta: "uma constatação da maior gravidade feita pelas Federações e pelos Sindicatos é a de que as chamadas **"obras públicas continuam sendo feitas dentro das grandes propriedades da região, para quem a cerca se transforma num grande negócio.** *É lamentável que, apesar das constantes denúncias do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e da constatação de estudiosos e até documentos oficiais do próprio Governo de que essa é uma das causas do fortalecimento do latifúndio, essa distorção continue a existir.* (o grifo é nosso) (...) **Em Acari, Rio Grande do Norte, o Vice-Prefeito usou os trabalhadores das frentes para construir uma piscina no Clube da Cidade. No município de Porto, no Piauí, o latifundiário Abraão Gomes requisita trabalhadores das frentes de serviço, com a conivência dos apontadores para trabalharem em suas propriedades particulares. Os apontadores, cortam o ponto dos trabalhadores que se recusam a atender às exigências do mencionado latifundiário. Na localidade de Quixelô, município de Iguatú, Ceará, o dinheiro para o pagamento dos alistados das frentes de emergência tem sido entregue nas mãos dos proprietários."**[5]

Além da denúncia, gravíssima está contida neste texto do movimento sindical uma confissão de impotência. Não apenas do Movimento Sindical, mas de todas as iniciativas que se destinam a sensibilizar o governo no sentido de modificar sua política de reforço do latifúndio.

A denúncia feita pelo movimento sindical contribui para provar que, embora seja peça fundamental para a luta popular, a denúncia por si, sem uma prática que force uma alteração da realidade denunciada, resultará em vão. Aqui esbarramos no limite concreto imposto ao Movimento Sindical, pela Estrutura Sindical vigente entre nós.

O peso desta Estrutura Sindical acaba por converter os sindicatos em instrumentos da política do regime, e retira deles a possibilidade concreta de intervir nas lutas dos trabalhadores de forma eficaz. Aqui vale lembrar mais uma vez Manoel Correia de Andrade: **"Compreende-se que os grandes e médios proprietários, organizados em eficientes e combativos órgãos de classe, tenham um grande poder de pressão sobre as autoridades governamentais utlizando este poder para se protegerem e obterem condições vantajosas (...)**[6] A isto se pode agregar: e mantêm pela violência aberta, a coerção

(5) III Encontro Regional sobre a Problemática da Seca — Sindicatos, Federações do Nordeste, CONTAG - Terezina, 15 a 19.08.83 — pág. 6 e 7.

(6) Manoel Correia de Andrade, op. cit.

silenciosa ou a corrupção, a tutela sobre os órgãos de classe dos trabalhadores, impedindo assim uma ação organizada e eficaz por parte dos sindicatos.

Ressalvada a diferença entre os paéis do Movimento Sindical e da Igreja, a ação desta última, em certa medida, acaba por esbarrar em limites semelhantes.

Também a Igreja do Nordeste não pode seracusada de omissão diante da calamidade. Tem provido, ou participado de diversas iniciativas na busca de saídas para a questão do Nordeste.

"Embora convencidos de que somente modificações estruturais poderão resolver o problema da seca do Nordeste, não podemos deixar de colaborar para uma solução atual mais eficaz e urgente apontando irregularidades na realização das frentes de emergência, que requerem imediata atuação das autoridades, para minorar o sofrimento do povo."[7]

Este documento foi enviado a diversas autoridades entre elas o Ministro do Interior Mário Andreazza e o Superintendente da SUDENE Walfrido Salmito Filho, assinado por 11 bispos, entre eles o Secretário Geral da CNBB, D. Luciano Mendes, mais a representante da Cáritas Nacional e o Cardeal de Fortaleza D. Aloísio Lorscheider.

É uma inegável contribuição prestada às autoridades. Os trabalhadores do nordeste indagariam: aqui se apela por medidas urgentes, imediatas e eficazes; o que a Igreja pode fazer, junto com os trabalhadores, para irmos além do imediato e partirmos para as necessáras "modificações estruturais"?

No documento "Os Bispos do Ceará e o Homem Sofredor", a Igreja do Ceará dá um passo importantíssimo no sentido de determinar com maior clareza o papel das forças que apoiam os trabalhadores.

O Documento abre espaço para que os próprios trabalhadores situem, em primeiro lugar, os problemas e, em seguida, apresentem suas reivindicações.

A Igreja aqui, escolhe claramente o papel de ser canal por onde passam as exigências do povo, ser a "voz dos que não tem voz". Aprofundando essa opção de "ser serviço", a Igreja evitará a tentação de ser portadora de "alternativas" para o problema da seca e baixará os olhos para as lutas miúdas, mas concretas e eficazes que os próprios flagelados levam adiante, buscando água, buscando terra, buscando alimentos.

(7) Doc. de Fortaleza, 19 de setembro de 1983.

VI
A NECESSÁRIA SOLIDARIEDADE

O gesto de solidariedade exige reciprocidade. Implica em participação. Nada da passividade daquele que apenas recebe. A solidariedade só acontece onde há vida. Onde há luta pela vida.

Os nordestinos não podem ser mais tratados como mendigos. A realidade refletida — palidamente — neste documento, cremos é suficiente dramática para demonstrar que os trabalhadores do Nordeste, os nossos irmãos do Nordeste se organizam, buscam formas próprias populares, para superar o quadro de miséria que foi sistematicamente montado pela ganância dos grandes proprietários de terra, pelas mãos dos planejadores da política econômica oficial e dos administradores burocráticos dos recursos da seca.

Depois de tantos testemunhos, relatos, depoimentos já não é mais possível continuar ignorando que a SECA, sendo o flagelo de milhões de nordestinos NÃO É O DRAMA MAIOR.

COM QUEM NOS SOLIDARIZAMOS

O flagelo maior do Nordeste, denunciado pela boca das próprias vítimas, os trabalhadores, pelas análises dos técnicos e estudiosos e pela voz dos Pastores É A CERCA. Disso já não pode, a esta altura, restar mais qualquer dúvida. É a cerca do latifúndio que se amplia a cada seca se reforça sobre a miséria e a expulsão de milhões de trabalhadores, abarcando um número sempre maior de hectares e junta **"casa a casa, e acrescenta campo a campo até que não haja mais lugar e que sejais os únicos proprietários da terra".**

A consciência que adquirimos sobre a situação dos trabalhadores nordestinos nos torna co-responsáveis pelo que ocorrer a eles. Já não há silêncio possível. Sobretudo já não há omissão possível. Qualquer omissão diante de tamanha tragédia será computada no rol dos crimes.

É necessário, portanto que a Igreja se defina, que os cristãos se definam, que os brasileiros se definam. Com quem nos solidarizamos?

A solidariedade aos nordestinos é, em primeiro lugar, um desafio aos próprios nordestinos, sejam eles trabalhadores de base, dirigentes sindicais, padres, freiras ou bispos. Para que a solidariedade se concretize é preciso trabalhar no sentido de estimular pequenas lutas de cada comunidade pela água, por melhores condições de trabalho nas frentes de emergência, pela resistência na terra, por um salário digno no final da jornada.

É preciso apoiar decididamente e fazer ouvir as denúncias contra meio salário que já chega atrasado, contra a prepotência dos funcionários governamentais no tratamento com os sertanejos. Vamos fornecer os meios necessários para que essas ações se liguem às lutas mais próximas, com o Sindicato vizinho, com a Associação vizinha para que a interligação dessas pequenas lutas resulte numa soma de forças populares

em que os nordestinos tenha condições de estender o braço aos nordesinos; para que as comunidades que enfrentam problemas comuns possam se dar as mãos e realizar ações conjuntas com o objetivo de golpear pela raiz o monopólio dos meios essenciais à vida: a terra, a água, o alimento. E superar essa situação de injustiça, ultrapassando o nível localizado para se lançar a nível regional e tornar mais eficaz a legítima pressão dos trabalhadores sobre as autoridades. Só assim, respaldado na ação direta dos trabalhadores, o trabalho da Igreja e demais entidades de apoio às vítimas da calamidade, de denúncia, estudos, encontros, manifestações, resultará em benefício real aos flagelados.

Num outro nível, a solidariedade aos nordestinos é um desafio aos trabalhadores de todo o país. Em todos os recantos do Brasil há nordestinos trabalhando. Participando nas construções e nas indústrias do sul, produzindo alimentos no norte, no centro, no oeste, garimpando em Serra Pelada, participando ativamente nos sindicatos, nas associações em qualquer lugar da nação aí estão eles.

Vamos propiciar meios para que esses trabalhadores, tanto deles exilados de sua terra pela força silenciosa da cerca, pela violência dos jagunços ou pelo desespero da fome, sejam veículo de consciência e de luta, capazes de chegar a todos os seus irmãos por esse Brasil e sejam despertadores da ação solidária com as lutas dos nordestinos que ficaram.

É necessário que a Igreja assuma esse compromisso de ação solidária. Entendendo que os complexos problemas do Nordeste só encontrarão saídas permanentes e válidas para o aproveitamento dos seus inestimáveis recursos naturais e humanos com a participação efetiva de suas principais vítimas: os trabalhadores.

Essa efetiva participação só se dará por meio de instrumentos independentes e sólidos, controlados pelos próprios trabalhadores: suas associações, seus sindicatos, seus centros comunitários e todas as outras formas de organização que a necessidade de sobrevivência exige sejam criadas.

A IGREJA COMO SERVIÇO

No que concerne ao papel da Igreja é oportuno lembrar aqui a reflexão de Herbert de Souza: **"A solução do problema da Seca e do Nordeste está certamente nas mãos do próprio povo organizado e não deveria ser pensado a curto prazo, nem com uma visão imediatista, já que não se resolve o problema do Nordeste sem equacionar o problema do Brasil e sem trabalhar a democratização real e profunda do país.**

Neste sentido, creio que caberia à Igreja ajudar na organização do povo e na luta pela democratização em todos os níveis: econômico, social, cultural e político. A Igreja poderia, também ter um papel importante no combate ao fatalismo e ao economicismo que imobilizam as consciências e as vontades. Finalmente, creio que a Igreja poderia ajudar a Sociedade Brasileira a pensar e criar a esperança e a realidade de uma nova sociedade". [1]

1. H. DE SOUZA, op. cit.

Aqui está o desafio. A solidariedade real começa pelo conhecimento concrto do seu destinatário. Aqui, portanto, se encera a difusa concepção de "solidariedade aos nordestinos". A que nordestinos nos referimos? À CLASSE TRABALHADORA DO NORDESTE. AOS SERTANEJOS QUE SÃO AS VERDADEIRAS VÍTIMAS DA CERCA E DA SECA. Desta ação solidária estão excluídos todos aqueles que concretamente dirigem ou contribuem, com sua ação política ou social, no sentido de reforçar o monopólio da água, o monopólio da terra e o monopólio do poder de Estado.

Goiânia, 1º de março de 1984
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT

TABELA 01

NÚMERO DE POSSEIROS NO BRASIL E NO NORDESTE

CENSO	BRASIL	NORDESTE	MARANHÃO
1940	109.016	48.820	44.202
1950	208.657	95.867	61.901
1960	356.502	175.750	138.745
1970	729.972	457.873	186.517
1975	926.603	538.841	228.859
1980	898.164	511.052	184.044

CENSOS FIBGE

TABELA 02

COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO – (Custo de Fatores)

Nordeste, 1950 – 1979

SETORES	PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL			
	1965	1970	1975	1979
Agricultura	27,86	20,00	26,94	20,00
Indústria	22,60	26,90	28,47	29,80
Serviços	49,54	53,10	44,59	50,20

FONTE: SUDENE – Produto e Formação bruta de capital: Nordeste do Brasil - 1965-77 - RECIFE, 1978

TABELA 03

Comparação entre População e Renda Per Capita do Nordeste com relação a BRASIL e SUDESTE

ANO	NORDESTE / BRASIL			NORDESTE / SUDESTE		
	População %	Renda Interna %	Renda Per Capita %	População %	Renda Interna %	Renda Per Capita %
1950	34,6	13,12	37,9	79,7	20,6	25,7
1960	31,6	13,35	42,2	72,2	22,2	30,8
1970	30,3	10,67	35,2	71,1	17,8	25,0
1980	29,2	12,34	42,2	67,4	– –	– –

FONTE: FIBGE – Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, Brasil – 1980;
FGV – Conjuntura Econômica, **35** (12), dez. 1981; SUDENE – Produto e Formação Bruta de Capital, Nordeste do Brasil, 1965-77, Recife, 1979;
FGV – Conjuntura Econômica, **31** (7), julho 1977.

REPARTIR A TERRA

para MULTIPLICAR O PÃO

CAMPANHA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL QUE
LIMITA O TAMANHO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL

Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

**"UMA MEDIDA DE JUSTIÇA:
ACABAR COM – 500 ANOS DE – LATIFÚNDIO:
REPARTIR A TERRA PARA MULTIPLICAR O PÃO"**

**CAMPANHA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL
QUE ESTABELECE UM LIMITE MÁXIMO A
PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL**

CEDIM

Trata-se de uma **ação de conscientização da sociedade brasileira** a respeito da injusta realidade agrária do País e uma conseqüente **ação de pressão sobre os parlamentares** para que **introduzam na Constituição Federal dispositivos que limitem o tamanho da propriedade da terra no Brasil, eliminando os latifúndios.**

Entre os direitos que são assegurados aos cidadão e cidadã brasileiros, o inciso XXII do artigo 5 dispõe que "**é garantido o direito à propriedade**". Esta disposição constitucional é interpretada como garantia de um direito absoluto e ilimitado, legitimando a concentração nas mãos de poucas pessoas e grupos, imensas áreas, enquanto a maioria se encontra excluída. **Estas poucas pessoas, os latifundiários, há 500 anos impedem**

CEDIM

através da força e com base nestes argumentos e em leis por eles mesmos aprovadas, que seja promovida uma ampla distribuição das terras no Brasil. São eles os principais responsáveis por este disparate representado pela concentração fundiária vigente no País, que emperra seu desenvolvimento.

A Campanha ressalta o conteúdo do inciso III do art. 3. da Constituição Federal, que diz que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é "**erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais**" e baseia-se no artigo 5º, que diz que "**todos são iguais perante a lei**". Por isso entende que o que o inciso XXII implica na obrigação de **garantir o direito à propriedade da terra a todos os brasileiros e brasileiras que dela precisam para trabalhar e garantir assim o pão para si e para sua família.** Esta Campanha é um instrumento de resgate da cidadania!

A despeito das convicções políticas, qualquer pessoa de bem não pode tolerar mais a manutenção no país de uma estrutura agrária, imutável desde as suas origens no período colonial, e que constitui o núcleo dos empecilhos para que o país se modernize e se democratize. **Esta iniciativa não se prende a razões de cunho ideológico.** Decorre, exclusivamente, do entendimento de sua relevância para o interesse social do Brasil, visando **superar o maior e mais renitente dos anacronismos da estrutura social brasileira, responsável pelo atraso econômico e pela exclusão de milhões de brasileiros: o latifúndio.**

Infelizmente sim. Uma breve análise da estrutura agrária brasileira, com base nos dados do Atlas Fundiário do Incra, mostra que existem 3.114.898 imóveis rurais cadastrados no país que ocupam uma área de 331.364.012 ha. Desse total, **os minifúndios representam 62,2% dos imóveis, ocupando 7,9% da área total. No outro extremo verifica-se que 2,8% dos imóveis são latifúndios que ocupam 56,7% da área total.** Lamentavelmente, o Brasil ostenta o deplorável título de país com o quadro de **segunda maior concentração da propriedade fundiária, em todo o planeta.**

À concentração soma-se a improdutividade da terra. O Incra considera que, na média nacional, **62,4% da área total dos imóveis rurais no país é improdutiva.**

CEDIM

Dizer, diz, só que isto não é verdade. **A reforma agrária no Brasil, até hoje, nunca foi tratada como uma prioridade**. No governo atual, que não deixa de se autoproclamar, em todos os momentos, como tendo sido aquele que realizou o maior número de assentamentos – e realmente o fez – as iniciativas ainda são muito tímidas e, somente realizadas em função da pressão exercida pelos movimentos sociais.

O discurso governamental afirma sua oposição ao latifúndio, mas **a política agrária do Governo Federal desapropriou, nos últimos três anos somente 3,4 milhões de hectares, ou seja, menos de 2% dos hectares necessários para assentar todas as famílias sem terra, estimadas em pelo menos 4,5 milhões**. Neste ritmo seriam necessários no mínimo 50 anos para assentar todos os trabalhadores rurais sem-terra do país!

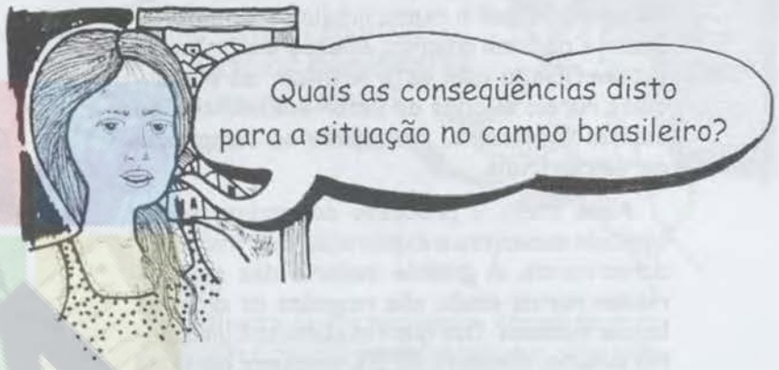
As ações do programa governamental mais recente, intitulado "novo mundo rural" passam a priorizar:

(i) a descentralização das ações da Reforma Agrária para os Estados e municípios, **sem que sejam a eles repassadas competências, recursos e criadas estruturas** que permitam a realização da reforma agrária; ao mesmo tempo, a **estrutura do Incra é desmantelada** a olhos vistos, perdendo cada vez mais sua capacidade de intervir;

(ii) **a passagem para o próprio latifúndio, da responsabilidade da redistribuição de terra no país** através da implantação dos **Programas Cédula da Terra e Banco da Terra** como principais instrumentos da Re-

CEDIM

forma Agrária. Os dados de previsão orçamentária no Plano Plurianual de Investimentos comprovam que estes programas tem o propósito de vir a curto prazo **substituir o processo de desapropriação**, apesar do governo apresentá-lo como uma ação meramente complementar ao processo de reforma agrária. Ao invés de executar a desapropriação da terra, conforme determina a Constituição, o Governo, apoiado pelo Banco Mundial, parte para estes programas que colocam a Reforma agrária nas mãos dos latifundiários, que irão vender suas piores terras ao Governo pelo preço mais alto. Este preço deverá ser pago, no final de contas, pelos próprios lavradores. Estes programas provocam problemas como o superendividamento dos agricultores, o aquecimento do mercado de terras, falsos mecanismos de participação, e **anulam duas das principais conquistas sociais inseridas na Constituição Federal e no Estatuto da Terra: a exigência do cumprimento da função social da propriedade e o instituto da desapropriação. Isto é inaceitável!**



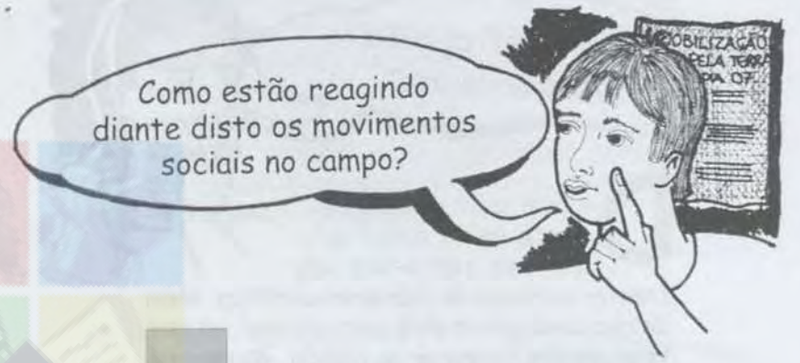
Baseado na concentração da propriedade da terra, e sem uma política econômica que viabilize a produção agrícola, o processo de desenvolvimento no campo brasileiro tem sido extremamente **excludente**. Nos últimos 25 anos, **mais de 30 milhões de camponeses deixaram o campo, contribuindo para o inchaço descontrolado dos centros urbanos, com todas as conseqüências que conhecemos**.

Artigo publicado em revista do Ministério da Agricultura, de setembro de 1999, atesta que a migração rural no Brasil prossegue envolvendo mais de 800 mil pessoas, por ano. Ligado a isto, está um processo de **empobrecimento do campo brasileiro** em função do descaso com que tem sido tratada a agricultura brasileira. Dos 38 milhões de habitantes da área rural, 73% têm renda anual inferior à linha da pobreza (260 dólares), o que

CEDIM

contribui para colocar o Brasil entre os países de pior distribuição de renda do mundo. Registre-se que a renda média per capita do Brasil é de 5 mil dólares. **Apenas uma minoria é beneficiada com esta política, as oligarquias rurais aliadas ao setor industrial e ao capital financeiro, que criam os complexos agroindustriais**.

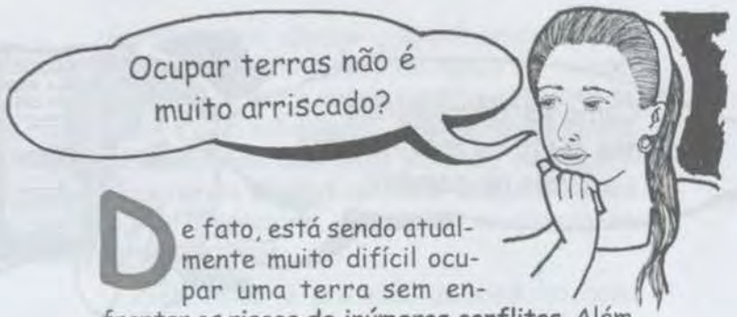
Além disso, o processo de modernização agrícola aumentou a exploração dos trabalhadores rurais. **À grande maioria dos assalariados rurais ainda são negados os direitos legais mínimos**. Dos que recebem até um salário mínimo, somente 22,5% possuem carteira assinada. Segundo pesquisa nacional por amostragem de domicílio, feita em 1995, das 16,3 milhões de **crianças brasileiras, 522.185** (na faixa etária entre 05 e 06 anos) estavam no mercado de trabalho, e destas 423.679 na agricultura. Não menos grave é a situação de trabalho a que estão submetidas as **mulheres trabalhadoras rurais**, com dupla ou tripla jornada de trabalho e salários menores. Esta realidade tem se agravado nos últimos anos, sendo constatadas inclusive **formas diversas de trabalho escravo**, tanto nas regiões de fronteira agrícola (norte e centro-oeste), bem como nas áreas mais desenvolvidas.



Diante desta realidade, vários segmentos sociais camponeses vem se organizando e mobilizando para a conquista dos seus direitos e a alteração da atual realidade agrária. Estas lutas, que acontecem de forma autônoma ou articulada entre as diversas organizações representativas dos trabalhadores rurais, contam com aliados na sociedade nacional e internacional, e tem por objetivo a **gestação de um novo modelo de desenvolvimento no campo, agrícola e ecologicamente sustentável e socialmente justo, que respeite as diversidades culturais e regionais**. Este modelo compreende um **amplo processo de reforma agrária e democratização do acesso a terra, o fortalecimento da agricultura familiar agrícola e extrativista, a defesa dos direitos e o fim da violência e da impunidade dos crimes contra os trabalhadores**.

Para alcançar seus objetivos, as entidades tem alcançado resultados importantes mediante a realização de **ocupações de terras** que mobilizam hoje milhares de camponeses e é **o mais importante instrumento de pressão sobre o Poder Público**.

CEDIM

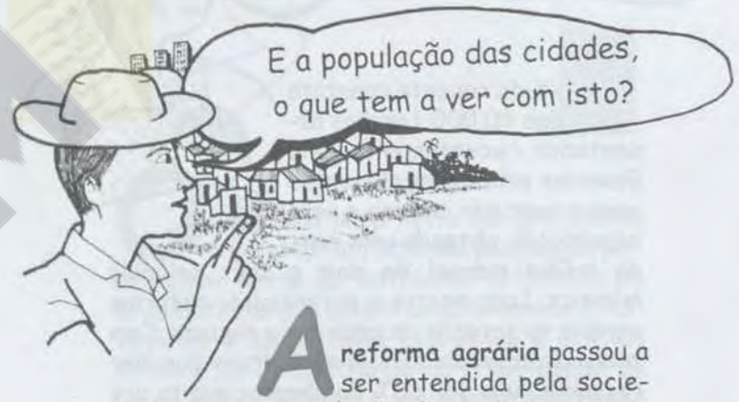


De fato, está sendo atualmente muito difícil ocupar uma terra sem enfrentar os **riscos de inúmeros conflitos**. Além de não conseguir o chão para plantar, os **sem terra podem terminar na cadeia, ou mortos**.

Com efeito, os **latifundiários, se organizaram e até se armaram**. A primeira reação deles consiste em entrar imediatamente na Justiça para conseguir mandatos de despejo dos ocupantes. **Os juizes costumam fulminar, no ato, a sentença de expulsão dos lavradores**. Aí entra em cena a **polícia militar, às vezes numa verdadeira operação de guerra**, com armamento pesado, cães, helicópteros, realizando com violência o despejo das famílias pobres, incluindo idosos e crianças. E não é raro a polícia receber apoio dos fazendeiros, incluindo milícias privadas!

O **indicador** mais gritante desta realidade de injustiça e da necessidade de mudanças profundas é o **aumento dos conflitos sociais no campo**, envolvendo latifundiários, trabalhadores rurais e agentes do Estado. Desde a restauração do regime democrático no país, em 1985, ocorreram 7.843 conflitos sociais no campo, sendo que 4.866 conflitos na luta pela terra. No período 1985-1998, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 1.169 assassinatos de trabalhadores rurais,

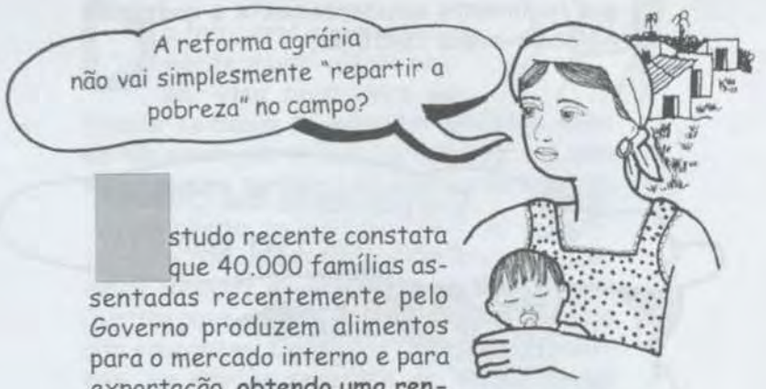
advogados, técnicos, lideranças sindicais e religiosas ligados à luta pela terra. Ocorreram apenas 57 julgamentos, nos quais somente 15 mandantes sentaram no banco dos réus, tendo havido apenas 8 (sete) condenações. **É esta absurda situação de impunidade e a falta de soluções para o problema agrário que realimenta constantemente a cadeia da violência e dos conflitos.**



A **reforma agrária** passou a ser entendida pela sociedade como uma solução não somente para os setores do campo, mas também como **uma proposta para o conjunto da sociedade, como fator de geração de emprego e renda, de diminuição do êxodo e do inchaço das cidades, de distribuição de terra e de renda, ou seja de desenvolvimento sustentável**. A história inclusive mostra que **a maioria dos países que hoje são considerados desenvolvidos, possuem uma agricultura forte e passaram por processos amplos de reforma agrária**, isto é, de repartição das terras ou de limitação do seu tamanho. Numa palavra, **a reforma agrária traz desenvolvimento!**

CEDIM

Com essa intuição, e indignada com os recentes massacres de camponeses, a **sociedade brasileira passou a apoiar a realização da reforma agrária e os movimentos de luta pela terra.**



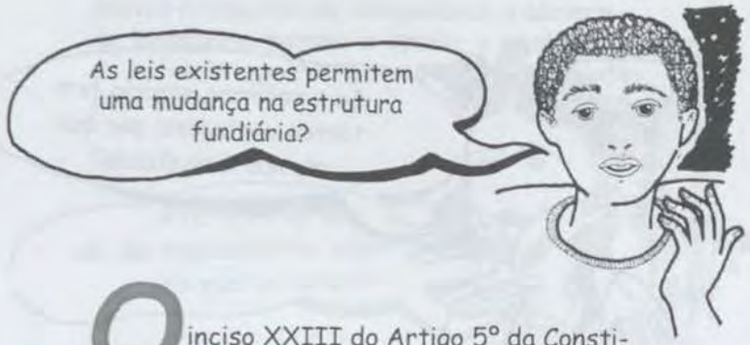
Estudo recente constata que 40.000 famílias assentadas recentemente pelo Governo produzem alimentos para o mercado interno e para exportação, **obtendo uma renda média mensal de dois a três salários mínimos**. Isso mostra o potencial da reforma agrária na geração de emprego e riqueza. Com todas as adversidades, a **agricultura familiar responde hoje por 80% do abastecimento dos produtos que compõe a cesta básica e emprega quase 90% da mão-de-obra no campo.**

A pequena propriedade gera um emprego a cada 5 ha enquanto o latifúndio precisa de 223 ha para gerar um emprego. O Brasil é um dos únicos países do mundo, onde há pessoas nas cidades, querendo voltar ao campo. Dado o desemprego e a deterioração da qualidade de vida nos centros urbanos brasileiros, a vida nas cidades fica cada vez mais insustentável. Neste contexto, **a reforma agrária é um elemento central de um novo rumo para o desenvolvimento no Brasil.**

Os motivos para tanto são profundos, e residem na **histórica dominação política por parte do latifúndio**. A história do Brasil atesta que as elites dominantes constituíram o seu domínio econômico e político através da concentração da propriedade da terra. Apropriaram-se de um bem natural que deveria estar a serviço de toda a sociedade.

Quanto maior a propriedade, maior o poder de dominação, que tem como característica principal o clientelismo político, cujo núcleo central é a troca de favores. O Estado foi sendo constituído como patrimônio das elites, e não como um instrumento da sociedade civil, do povo. O público, assim, torna-se privado. **A propriedade da terra concentrada constitui o centro histórico de um sistema político persistente, que freia as posições de transformação social e de democratização do País.**

CEDIM



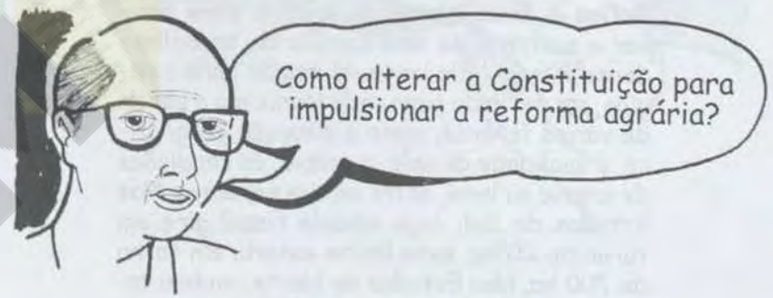
O inciso XXIII do Artigo 5º da Constituição dispõe que "a propriedade atenderá a sua **função social**". Segundo o artigo 186, a função social define o conteúdo do direito de propriedade, e é constituída por:

- um elemento **econômico** (aproveitamento racional e adequado),
- um elemento **ambiental** (utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente) e
- um elemento **social** (observância das normas que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores).

Somente cumpre a função social a propriedade rural que atenda simultaneamente aos elementos econômico, ambiental e social.

No entanto, o Poder Judiciário tem julgado com base numa legislação patrimonialista, em que a propriedade da terra é um bem absoluto, independente de sua função social. Isto contradiz a própria Constituição. Por ignorância ou má fé, muitos juizes ainda não assimilaram o outro direito prioritário e superior ao antigo direito, o novo

direito da "função social da propriedade rural". Além disso, os processos são lentos, os recursos se multiplicam e as instâncias são muitas. Entram em cena juizes de comarca e também juizes federais. As famílias acampadas, no desconforto e na fome, desanimam de tanto esperar. O Judiciário tem portanto sido um aliado dos latifundiários, representando um empecilho enorme à realização da Reforma Agrária.



No mesmo artigo 186, em que a Constituição define a função social da propriedade queremos introduzir um **inciso V, limitando o tamanho de todo latifúndio no Brasil à área correspondente, no máximo, a 35 módulos fiscais.**

A redação da Emenda ficaria da seguinte maneira:

"V - *área total do imóvel correspondente a, no máximo, trinta e cinco módulos fiscais, no conjunto das áreas, em todo o território nacional, sob o domínio, a qualquer título, de uma mesma pessoa física ou jurídica.*

CEDIM

Parágrafo único. *O requisito fixado no inciso V será auto-aplicável, sendo que a incorporação ao patrimônio público de imóvel rural com área acima do limite estabelecido nesse inciso será livre de indenização, ao titular, do respectivo valor da terra nua correspondente à parcela de área excedente aos trinta e cinco módulos fiscais.*"

Terras acima de 35 módulos fiscais seriam portanto automaticamente incorporadas ao patrimônio público. **O módulo fiscal é uma referência estabelecida pelo INCRA, que define a área mínima suficiente para prover o sustento de uma família de trabalhadores rurais.** Ele varia de região para a região, e é definido para cada Município a partir de vários fatores, como a situação geográfica, a qualidade do solo, o relevo, as condições de acesso ao local, entre outros aspectos. Nos Estados do Sul, cujo módulo fiscal gira em torno de 20 ha, este limite estaria em torno de 700 ha. Nos Estados do Norte, onde o tamanho do módulo é cerca de 100 ha, este limite giraria em torno a 3.500 ha.

A introdução desta medida resultaria portanto numa disponibilização imediata de grandes extensões de terras para as famílias acampadas, sem que para tanto tenham de ser dispendidos recursos públicos para indenização. Recursos que são hoje gastos em processos desapropriatórios, poderiam ser então empregados no apoio à infra-estrutura, ao crédito subsidiado e à assistência técnica visando a viabilização dos assentamentos.

Veja as tabelas nas páginas 22, que registra por estado o módulo mínimo, máximo e mais frequente e, na página 23, o número de propriedades atingidas caso a emenda seja aprovada.

O Imposto Territorial Rural, se seriamente aplicado, pode consistir num instrumento complementar importante no sentido de punir a improdutividade das grandes propriedades. No entanto, a recente experiência do Governo, que alardeou ter dado um golpe mortal no latifúndio através da cobrança progressiva do ITR tem mostrado outra coisa: **o montante arrecadado até agora foi insignificante.**

CEDIM

A contribuição para esta Campanha se dá em dois sentidos:

1) Divulgando-a **nas escolas, igrejas, locais de trabalho, associações e sindicatos, para que a sociedade tome consciência da gravidade da questão agrária e da premência em se realizar uma ampla reforma agrária;**

2) **Fazendo pressão sobre os parlamentares para que votem a favor da Emenda Constitucional** que limita o tamanho da propriedade e acaba com o latifúndio no Brasil.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo conclama todas as pessoas para que ajudem a fazer **a coleta de milhares de assinaturas em todo o Brasil, para demonstrar aos parlamentares qual é a vontade do povo.**

Vamos lutar para que fique expresso em nossa Constituição, sob a forma de limite do tamanho, o controle social do latifúndio, que tem sido, com o apoio do judiciário, da polícia e das milícias privadas, o grande entrave à Reforma Agrária. **Assim poderão ser criadas possibilidades reais de acesso à terra para milhões de trabalhadores rurais sem terra, permitindo, a ampliação e a redinamização da base produtiva do país e, por conseguinte, estabelecendo condições para a redução da miséria no Brasil!**

A coleta de assinaturas vai até o fim de maio de 2002, podendo esse prazo ser prorrogado.

CEDIM

Abaixo, montamos uma tabela por estados com o módulo fiscal mínimo, o módulo fiscal máximo e o módulo fiscal mais freqüente dentro de cada estado. As variações, como se sabe, resultam do fato de que o Incra determina o módulo fiscal para cada município levando em conta a qualidade do solo, relevo, acesso, etc.

ESTADO	MÓDULO MÁXIMO (em hectares)	MÓDULO MÍNIMO (em hectares)	MAIS FREQUENTE (em hectares)	OBSERVAÇÕES
Região Norte				
Rondônia	60	60	60	RO tem módulo único
Acre	100	70	100	
Amazonas	100	80	100	
Roraima	100	80	80	
Pará	75	5	70	
Amapá	70	50	70/50	Metade dos mun. é 70 hect. Outra metade é 50 hect.
Tocantins	80	70	80	
Região Sul				
Rio Grande do Sul	40	5	20	
Santa Catarina	24	7	20	
Paraná	30	5	18	
Região Nordeste				
Maranhão	75	15	75	
Piauí	75	15	70	
Ceará	90	5	55	
Rio Gr. do Norte	70	7	35	
Paraíba	60	7	55	
Pernambuco	70	5	14	
Alagoas	70	7	16	
Sergipe	70	5	70	
Bahia	70	5	65	
Região Sudeste				
Minas Gerais	70	5	30	
Espírito Santo	60	7	20	
Rio de Janeiro	35	5	10	
São Paulo	40	5	16	
Centro/Oeste				
Mato Gr. do Sul	110	15	45	
Mato Grosso	100	30	80	
Goiás	80	7	30	
Distrito Federal	5	5	5	No DF existe um módulo único

Número aproximado de propriedades que serão atingidas pela Emenda Constitucional que limita o tamanho da propriedade, em cada estado, de acordo com os dados cadastrais do Incra

ESTADO	Nº IMÓVEIS ATINGIDOS PELA PEC	% DOS IMÓVEIS	ÁREA EM HECTARES	% S/ ÁREA TOTAL DO ESTADO
Região Norte				
Rondônia	347	0,80%	2.162.170	33%
Acre	257	1,90%	3.874.813	74%
Amazonas	433	1,20%	13.903.441	81%
Roraima	286	1,80%	3.168.058	61%
Pará	2.890	3,90%	29.878.555	78%
Amapá	96	1,80%	1.076.518	57,20%
Tocantins	1.637	4,30%	7.841.507	41,40%
Região Sul				
Rio Grande do Sul	4.082	0,80%	5.323.648	26%
Santa Catarina	896	0,30%	1.172.949	16,50%
Paraná	2.578	0,60%	4.096.956	25%
Região Nordeste				
Maranhão	1.149	1,80%	6.318.601	41%
Piauí	580	0,60%	4.063.130	35%
Ceará	202	0,10%	817.106	10%
Rio Gr. do Norte	345	0,80%	777.238	26%
Paraíba	77	0,08%	237.720	6,50%
Pernambuco	1.124	0,90%	1.276.294	27%
Alagoas	403	1,10%	355.088	27%
Sergipe	24	0,04%	73.398	6%
Bahia	1.674	0,40%	10.716.280	35%
Região Sudeste				
Minas Gerais	4.193	0,80%	11.218.057	27,60%
Espírito Santo	428	0,50%	615.788	17%
Rio de Janeiro	1.410	2,50%	872.063	36%
São Paulo	6.003	2%	7.580.061	38,50%
Centro/Oeste				
Mato Gr. do Sul	5.351	9,20%	24.196.808	75%
Mato Grosso	8.428	8,90%	49.989.568	69%
Goiás	5.036	4,30%	11.934.378	44%
Distrito Federal	189	2,80%	103.176	50%
	50.118	Média 2,00%	203.643.369	Média 39,4%

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo existe desde 1995 com o objetivo de contribuir para a articulação das ações desenvolvidas pelas várias entidades que apoiam a realização da reforma agrária no Brasil. O Fórum tem um caráter amplo e pluripartidário, reunindo movimentos sociais e organizações não governamentais como:

- Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR
- Associação Brasileira pela Reforma Agrária – ABRA
- Animação Pastoral Rural – APR
- Assessoria e Serviços em Projetos de Tecnologia Alternativa – ASPTA
- Cáritas Brasileira
- Centro de Justiça Global - CJB
- Comissão Pastoral da Terra – CPT
- Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais – CONDSEF
- Confederação Nacional dos Servidores do INCRA – CNASI
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Conselho de Articulação das Populações Indígenas do Brasil – CAPOIB
- Conselho Indigenista Missionário – CIMI
- Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC
- Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE
- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER
- Centro de Pesquisa e Assessoria – ESPLAR
- Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER
- Federação das Associações de Assistência Social e Educacional – FASE
- Federação dos Estudantes de Engenharia Agronômica – FEEAB
- FIAN-Brasil - Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar
- Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC
- Instituto Brasileiro de Desenvolvito Social – IBRADES
- Instituto de Estudos Sociais e Econômicos – IBASE
- Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural "Sebastião Rosa da Paz" – IFAS
- Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB
- Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST
- Movimento de Luta pela Libertação dos Sem Terra – MLST de Luta
- Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH
- Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA
- Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
- Pastorais Sociais da CNBB
- Pastoral da Juventude Rural – PJR
- Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

O endereço da Secretaria da Campanha é:
Secretaria da Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra no Brasil
SDS-Bloco P-36, Ed. Venâncio III, Sala 204
70.393-900 - Brasília - DF
Tel.: 0(xx)61 323-1770 / Fax: 321-4130
e-mail: forumrefagraria@yawl.com.br

Capa: design: Licurgo Botelho, fotos: Arquivo Contag
Diagramação: Carla de Abreu, Goiânia-GO
Ilustrações: Edmar Oliveira, Goiânia-GO
Impressão: Visual Gráfica, Goiânia-GO

Apoio: Cáritas Alemã e Catholic Relief Service (CRS)

CEDIM

Salmo do povo exilado de sua própria terra

(relendo na Bíblia o salmo 137 e o aplicando a hoje)

Nas margens dos rios e ribeiros desta vida,
Nos assentamos e choramos o sangue derramado,
Lembrando-nos da nossa terra aprisionada.
Os donos das cercas exigem: trabalhem contentes.
As autoridades nos pedem tranqüilidade,
Os planejadores da economia propõem consenso,
Os protagonistas pedem para cantar.
Mas, como tocar com instrumentos de morte?
Como cantar em terra de escravidão?
Se me esquecer de ti, terra querida,
Que fique seca minha mão direita.
Hoje, silêncio e pranto são os cânticos da América
Contra os que tomam terras e levam a vida,
juntando terra a terra, até que não mais falte,
a minima porção para concentrar.
Lembra-te, Senhor, lembra-te,
De tantos dias de tristeza
nos quais as ondas do dilúvio mercantil
sufocaram nossas terras; ó recordação,
Vê como nos maltrataram e exploraram,
Desde o dia em que pisaram este chão.
Deram ordens como quem grita:
"Arrasa tudo, derruba, sem conversa!"
"Derrubem tudo e vamos embora".
Gente sanguinária e bem perversa,

MIRAD

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

COORDENADORIA DE CONFLITOS AGRÁRIOS

SG (MIRAD) – DF (INCRA)

C O N F L I T O S D E T E R R A

(Relatório Preliminar)

LEVANTAMENTO DOS CONFLITOS DE TERRA EM QUE SE REGISTRAM MORTES, OCORRIDOS NO PAÍS ENTRE PRIMEIRO DE JANEIRO E VINTE – E – DOIS DE MAIO DE 1986.

Brasília, 23 de maio de 1986

O RELATÓRIO QUE O MIRAD NÃO DIVULGOU

O governo sabe. Se não faz é porque não quer

Por que publicar o relatório sobre assassinatos e conflitos de terra elaborado pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário?
Em primeiro lugar porque o levantamento, realizado pela Coordenadoria de Conflitos Agrários, do Mirad, nos apresenta uma dura e impressionante realidade: trata-se de um relatório que comprova que o governo tem em suas mãos informações essenciais, que mostram as causas mais profundas da violência no campo – as vítimas, a ilegalidade e impunidade que reinam no meio rural, assim como os nomes dos principais responsáveis por essa situação.
Em segundo lugar porque a divulgação deste relatório ocorre num momento em que o governo se apressa a acusar os próprios trabalhadores rurais, a CUT, religiosos e advogados – as principais vítimas – de estarem incentivando a violência no campo. É importante deixar claro que esta atitude por parte do governo só é possível na medida em que as próprias autoridades escondem e impedem a divulgação de informações como aquelas contidas neste relatório.
Com a sua divulgação, podemos dizer, com serenidade e convicção, que o governo sabe quais são e onde ficam as causas dos conflitos de terra. O governo sabe quem são os responsáveis pelos crimes e pela violência cometidos contra trabalhadores rurais. O governo sabe quem são os que sustentam as ações ilegais de fazendeiros, empresas, pistoleiros, policiais, delegados etc. O governo sabe quem mata e quem manda matar.

Se, apesar disso, o governo nada faz para acabar com essa situação, então só pode ser porque não quer ou porque não pode. E se não pode, certamente será devido ao tipo de compromissos existentes para que a brutal realidade da luta pela terra continue da forma que ela é hoje.

Os editores

SUMÁRIO

Apresentação 3
QUADRO GERAL DOS MORTOS EM CONFLITO DE TERRA 4
Os suicídios 5
Os desaparecidos 6
As mortes em terras indígenas 6
As mortes por acidentes de trabalho 7
MORTOS DISCRIMINADOS POR ATIVIDADES 7
Os pistoleiros e os mandantes denunciados 8
As mulheres mortas 9
Os menores mortos 10
MAPEAMENTO DOS CONFLITOS DE TERRA 10
Distribuição por região e Unidade de Federação 10
Distribuição por microrregiões homogêneas 11
Distribuição por municípios 11
CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS EM QUE SE REGISTRAM CONFLITOS COM MORTE 12
MEDIDAS ADOTADAS PELO MIRAD/INCRA 13
Considerações finais 14

Os documentos anexos ao Relatório do Mirad não estão sendo publicados nesta edição. Por isso, foram suprimidas do texto original todas as referências a anexos. E, por razões técnicas, também foram feitas pequenas alterações nos títulos originais.

CUT BOLETIM NACIONAL

Esta é uma publicação especial do Boletim Nacional. Editada sob responsabilidade da Executiva Nacional da CUT pela Secretaria Nacional de Imprensa e Divulgação. **Diretor Responsável:** Gilmar. **Editor:** F. Pachalski (MTb 14.839). **Edição:** Jô Amado e José Luiz Frare. **Secretária de Redação:** Cristina Leme. **Diagramação:** Papi, Luiz Vital e Moisés Ramalho. **Capa:** Orlando e Oscar. **Composição e fotolito:** Cia Editora Joruês – São Paulo – SP. Tel: (011) 815-4999. **Impressão:** Última Hora – Rio de Janeiro

Apresentação

O presente levantamento compõe-se de dados e informações referentes aos conflitos de terra em que se registram atos de violências com morte, ocorridos no período compreendido entre primeiro de janeiro e vinte e dois de maio de 1986. A oportunidade de sua realização se atém ao aumento gradativo e incontrolável da **criminalidade organizada** na área rural, ultrapassando os limites considerados toleráveis e vitimando consecutiva e principalmente trabalhadores rurais, indígenas e membros de entidades confessionais e de apoio à reforma agrária.

No mencionado período foram registrados 100 (cem) homicídios dolosos, 07 (sete) ocorrências alusivas a desaparecimento de trabalhadores rurais em zonas críticas de tensão social e conflito, e mais de três dezenas de ameaças de morte dirigidas por latifundiários e seus prepostos contra trabalhadores rurais, dirigentes sindicais, clérigos e funcionários do MIRAD e do INCRA empenhados na consecução das medidas previstas no Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, que institui o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Comparando-se com igual período do ano anterior tem-se, em termos gerais, uma elevação de 53,8% no total de óbitos. Enfatize-se que, deste total, cerca de dois terços referem-se a trabalhadores rurais e integrantes de associações voluntárias de apoio às suas reivindicações. Semelhante crescimento parece se disseminar por larga faixa do território nacional, tendo sido observado em todas as grandes Regiões do País. No caso da Região Norte, contudo, ocorre uma exceção e os totais mantiveram-se aproximados. Importa ressaltar, todavia, que os dados do ano de 1985 referem-se a todo o mês de maio, enquanto que os do corrente ano só foram coligidos até o dia 22 (vinte e dois) de maio. Isto significa que o quadro delineado encontra-se sujeito a alterações quantitativas. Porém, quaisquer que sejam, não chegam a desdizer a linha geral da análise ora desenvolvida.

Em seqüência ao cotejo observa-se que a Região Norte, que em igual período de 1985 participava com 68,5% do total de homicídios, passou a apresentar apenas 43,0% do total. A Região Sudeste também conheceu um decréscimo, em termos de peso relativo, passando de 15,7% do total, em 1985, para 12,0% do total, em 1986. Em contrapartida a estatística trágica distribuiu-se com menores desigualdades entre as várias Regiões do País. A Região Nordeste passou a participar com 21,0% do total de homicídios, contra 12,8% no mesmo período em 1985; a Região Sul, que não acusava qualquer homicídio em igual período no ano anterior, elevou sua participação em 4,0%, enquanto que os índices de crescimento mais elevados foram registrados na Região Centro-Oeste, que passou de 2,8% em 1985, para 20,0% no período correspondente, em 1986.

Para além disto, destaca-se que, na Região Norte, a Unidade da Federação que não apresentou a mesma taxa de crescimento refere-se ao Estado do Pará, o qual no ano anterior resgistrou uma estatística trágica e por demais elevada no período, em virtude dos repetidos massacres e chacinas ocorridos quase simultaneamente nos Castanhais Pau-Ferrado e Fortaleza, na Fazenda Surubim e na Gleba Cidapar.

Uma outra Unidade de Federação em que não se registrou elevação no número de homicídios dolosos em conflitos de terra, foi o Estado de Minas Gerais. Aí haviam ocorrido no ano anterior situações um pouco hostis nos municípios de Porteirinha e Malacacheta. Efetuado essas ressalvas, pode-se afirmar que pelo menos em 12 (doze) das 14 (catorze) Unidades da Federação em que foram registrados homicídios dolosos vinculados à questão de terra, de 1º de janeiro a 22 de maio de 1986 registrou-se um aumento estarrecedor de vítimas, conforme se pode constatar a partir da leitura do quadro 2 (ao lado).

Este crescimento vertiginoso dos homicídios é tanto mais grave quando se constata que ocorre fora daquele período crítico do calendário agrícola, em que tradicionalmente são agudizados os conflitos de terra e os choques de interesses. Trata-se de uma elevação que não encontra explicação nas etapas do ciclo agrícola dos pequenos produtores, posto que, nestes meses que antecedem à colheita restringem-se às atividades denominadas de "capinas". Pode-se antever, portanto, que se mantida esta tendência haverá uma elevação indescritível dos atos de violência no período de escolha e preparação de terrenos para o cultivo, que no ano anterior abrangeu 51,3% do total de assassinatos.

Para além das explicações usuais relativas a este aumento importa sublinhar um aspecto conjuntural, que consiste na variante mais comum dos delitos: **o crime organizado.** Em outras palavras, os meios de violência e coerção tradicionalmente mantidos pelo latifúndio estão sofrendo profundas e ágeis transformações. Está-se diante de uma violência rural e de um certo tipo de banditismo que despiram as modalidades tradicionais de coerção, adotando formas mais complexas e sofisticadas de organização.

Nesta ordem, verifica-se que o aumento vertiginoso de assassinatos na Região Centro-Oeste, e sobretudo em Goiás, coincide com o advento de organizações beligerantes, que têm sido denunciadas pela imprensa periódica, sobretudo a partir do assassinato do Padre Josimo Tavares em 10 de maio de 1986. São preocupantes as denúncias chegadas ao MIRAD e ao INCRA apontando estas organizações, que têm estimulado atos de força no meio rural. As iniciativas de armamento e o desrespeito flagrante às decisões governamentais, que declararam inúmeras áreas de interesse social para fins de desapropriação, têm se revelado uma constante. Há inúmeras cartas, telegramas, abaixo-assinados e manifestações diversas de protesto, dirigidas ao MIRAD, contra os "leilões de gado" promovidos pela União Democrática Ruralista (UDR) — que tem sua coordenação nacional em Goiás — cujos recursos são publicamente anunciados como destinados à compra de armas. Há outros tantos telegramas advertindo sobre a gravidade das matérias pagas, divulgadas pela Tradição, Família e Propriedade (TFP), que são apontadas como incitando à resolução dos conflitos agrários pela força das armas.

"Estamos diante de uma violência rural e de um tipo de banditismo que despiram as modalidades tradicionais de coerção, adotando formas mais complexas e sofisticadas de organização."

Tabela 1

ANO / REGIÃO	1985 (até 31/05)	1986 (até 22/05)	PERCENTUAL
NORTE	48	43	- 10.4
NORDESTE	09	21	133.3
SUDESTE	11	12	8.3
CENTRO-OESTE	02	20	900.0
SUL	—	04	

FONTE: CCA/MIRAD

Tabela 2

ANO / REGIÃO	1985 (até 31/12)	1986 (até 22/05)
Roraima	03	19
Amazonas	01	03
Pará	44	21
Maranhão	03	04
Pernambuco	04	07
Alagoas	00	02
Bahia	01	08
Minas Gerais	11	03
São Paulo	00	06
Santa Catarina	00	02
R.G. do Sul	00	02
Mato Grosso	02	11
Goiás	00	08

Fonte: CCA/Mirad

Os "leilões de gado" da UDR realizados em maio no Município de Redenção, Estado do Pará, e anunciados para Lago da Pedra, Bacabal e outras áreas do Estado do Maranhão, irradiam a descrença na resolução dos conflitos através dos órgãos fundiários competentes e do judiciário.

Justamente nestas zonas mais conflagradas, como o Extremo Norte de Goiás, o Oeste da Bahia, a Pré-Amazônia Maranhense, o Sul do Pará e o Norte de Mato Grosso é que tem surgido elementos mais evidentes para se perceber as formas concretas pelas quais se expressa esta atitude belicosa organizada. No brutal despejo ocorrido na Fazenda Vale do Juari, Município de Colméia-GO, em março de 1986, além de inúmeros posseiros assassinados e outros mortos não-identificados, foi constatada a morte do ex-policial militar Iracilio Cicero Batista de Faria, que prestava serviços para a empresa de vigilância armada conhecida como Solução, com sede em Goiânia.

Com a variante do **crime organizado** observa-se que os delitos praticados em grupo não se reduzem a poucas exceções e, em verdade, abrangem a quase totalidade dos assassinatos de trabalhadores rurais, de índios, de religiosos e técnicos de educação rural.

Mais que o aumento quantitativo, portanto, impressionam e merecem atenção as organizações beligerantes e as novas modalidades de violência que têm sido perpetradas, os crimes perversos, os homicídios dolosos cometidos à bala e as atrocidades contra trabalhadores rurais que se rotinizaram de tal modo na área rural, ultrapassando os limites considerados toleráveis.

Verifica-se, dentre estes, que há 41 (quarenta e um) casos de mortos não-identificados. São considerados não-identificados os mortos com óbito confirmado, mas sem identidade (nome completo ou apelido de reconhecimento público) revelada. A localização dos cadáveres, nestes casos, não foi acompanhada de um levantamento preciso da identidade dos assassinados. Grande parte destes casos de não-identificação ocorreu em áreas de fronteira agrícola, mais exatamente no Sudeste do Pará e no Extremo Norte Goiano, numa circunstância caracterizada pela ocorrência simultânea de vários assassinatos, em que a localização dos cadáveres se deu bem após os atos criminosos, dificultando por demais as medidas usuais de reconhecimento.

"Com a variante do crime organizado, observa-se que os delitos praticados em grupo não se reduzem a poucas exceções e, em verdade, abrangem a quase totalidade dos assassinatos de trabalhadores rurais, de índios, de religiosos e técnicos de educação rural."

Quadro geral dos mortos em conflitos de terra

A compilação de dados ora apresentada assinala diversas "zonas críticas ou de tensão social" (cf. Art. 15 — Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964), caracterizadas não apenas pela incidência de conflitos de terra com registro de mortes, mas também pela constatação de inúmeras outras formas de constrangimentos físicos, maltratos e arbitrariedades praticadas contra trabalhadores rurais. Os casos de morte, como atos extremados de violências, aparecem em regiões emoldu radas num quadro geral de tensão social. Semelhantes áreas podem ser descritas como compreendendo inúmeros imóveis (fazendas, castanhais, engenhos, projetos agropecuários), glebas e povoados (denominados regionalmente de **sítios** e **centros**), distribuídos em cerca de 46 (quarenta e seis) municípios, em que impera um clima permanente de conflito e entreveros consecutivos.

Registram-se nestas regiões pelo menos 100 (cem) ocorrências de morte, no decorrer do período mencionado. Compreendem 98 (noventa e oito) assassinatos e 02 (dois) casos de suicídio. Daqueles, há 78 (setenta e oito) ocorrências em torno de terras públicas e privadas, e 20 (vinte) delas envolvendo terras indígenas.

Tabela 1

Nº DE ORDEM	DATA	N O M E	UF/MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES	FONTE
01	01/01	VOSNIO MURITAVI	SP - ITAMARÍM	TR	SUDELPA
02	01/01	PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA	MG - SALINAS	TR	JST
03	05/01	JOSÉ DE MELO FILHO	MT - S. SINOP	TR morto pó pist. Gleba 8ro Antonio	CPT
04	06/01	MANOEL ALVES DOS SANTOS	PE - BARREIROS	TR morto p/ administrador Eng. Mascate	CONTAG
05	08/01	N.I.	MT - PONTES E LACERDA	TR morto p/ pist. na Gleba Furai	CPT
06	08/01	N.I.	MT - PONTES E LACERDA	TR morto p/ pist. na Gleba Furai	CPT
07	09/01	ALMIRO SOUZA MAIA	RO - PIMENTA BUENO	EMPREGADO da Faz. São Felipe	DS/17
08	15/01	FERNANDO LUIZ GOMES DA SILVA	GO - CANDEIRA	DELEGADO morto por policial	CPT
09	15/01	AMADO CARDOSO DE MATOS	GO - CANDEIRA	FAZENDEIRO morto p/ policial	CPT
10	17/01	JOSÉ LINO DE MARÍO	SP - SÃO PAULO	CASEIRO morto p/ pistoleiro	FSP
11	25/01	WALTER G. DE CARVALHO	MG - PARACATU	TR	JST
12	30/01	EDITH PEREIRA NOGUEIRA	MT - PONTES E LACERDA	TR	DR/13
13	31/01	SEVERINO SANTOS	PA - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	TR	CPT-AT
14	/01	CIRO OSMAR RICHARD	RS - ALEGRETE	TR suicídio	JB
15	/01	OSMAR PETERMANN	RS - TUCUNDUVA	TR suicídio	JB
16	/01	CARLOS PEDRO FERNANDES MACHADO	AM - SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	INDIO morto p/ pist. da Gold Amazon	MIRAD
17	/01	CARLOS FERNANDES MACHADO	AM - S. GABRIEL DA CACHOEIRA	INDIO morto p/ pist. da Gold Amazon	MIRAD
18	/01	MARIA MACHADO	AM - S. GABRIEL DA CACHOEIRA	INDIA morta p/ pist. da Gold Amazon	MIRAD
19	/01	N.I.	RO -	TR	JST
20	/01	N.I.	RO -	TR	JST
21	/01	N.I.	RO -	TR	JST
22	/01	N.I.	PE - ESCADA	TR	JST
23	/01	BAIANO	PA - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	TR morto p/ pist. da Faz. Dinas	CPT-AT
24	02/02	MARIA DA CRUZ VIEIRA	MG - SÃO DOMINGOS DO PRATA	TR morta p/ fazendeiro	JB
25	02/02	DIVINO JOÃO DE DEUS	MG - SÃO DOMINGOS DO PRATA	TR morto p/ fazendeiro	JB
26	02/02	JOÃO LEITE	MG - SÃO DOMINGOS DO PRATA	TR morto p/ fazendeiro	JB
27	03/02	EDSON DOS SANTOS	PA - MARABÁ	GERENTE da Faz. Abacaté	JB
28	03/02	ARMINDO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	BA - STA. Mª DA VITÓRIA	FAZENDEIRO morto p/ pistoleiro	JB
29	03/02	JOSÉ FERREIRA GONÇALVES	BA - STA. Mª DA VITÓRIA	FAZENDEIRO morto p/ pistoleiro	JB
30	05/02	CLAUDIOMAR RODRIGUES DE SOUZA	MA - IMPERATRIZ	COMERCIANTE morto p/ pistoleiro	FT/FASE
31	07/02	IRANDI PEREIRA DA SILVA	SP - PERUÍBE	TR	JST
32	11/02	MANOEL A. F.	PA - XINGUARA	TR morto p/ pist. da Faz. Buruhim	CPT-AT
33	13/02	SIMONAL CEPALDO DIOGO	BA - NOVA VIÇOSA	TR	JST
34	14/02	ISRAEL BATANÃO	PA - REDENÇÃO	TR morto p/ pist. da Faz. Santa Tereza	CPT-AT

Tabela 2

Nº DE ORDEM	DATA	N O M E	UF/MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES	FONTE
35	23/02	N.I.	MT - SINOP	TR morto p/ pistoleiro	CPT
36	23/02	N.I.	MT - SINOP	TR morta p/ pistoleiro	CPT
37	25/02	ANGELO BATISTA HENRIQUE	PA - CAMETÁ	TR	FTs
38	26/02	N.I.	PE - COLINÉIA	TR	TETAPE
39	05/03	LUIS ANTONIO DO NASCIMENTO	SP - PERUÍBE	PISTOLEIRO morto emboscada	SUDELPA
40	05/03	LUIS ASSUNÇÃO VIEIRA (MENOR)	SP - PERUÍBE	PISTOLEIRO morto emboscada	SUDELPA
41	05/03	LÁZARO C. DOS SANTOS (MENOR)	SP - PERUÍBE	PISTOLEIRO morto emboscada	SUDELPA
42	06/03	N.I.	GO - COLMEIA	TR morto p/ pist. da Faz. Vale do Juari	CNBB
43	06/03	N.I.	GO - COLMEIA	TR morto p/ pist. da Faz. Vale do Juari	CNBB
44	06/03	N.I. (MENOR)	GO - COLMEIA	TR morto p/ pist. da Faz. Vale do Juari	CNBB
45	06/03	N.I.	PA - RIO MARIA	TR morto p/ pist. da Faz. Vale da Serra	CPT-AT
46	09/03	VITORINO B. MENDES	MS - MUNDO NOVO	TR morto p/ policial (após tortura)	JST
47	19/03	OLÍMPIO SOUZA CALIXTO	PA - REDENÇÃO	PEÃO morto p/ pist. da Faz. Acapu	CPT-AT
48	23/03	JOSÉ VIEIRA SOBRAL	GO - ARACALTINS	TR morto p/ pist. da Faz. Ouro Verde	CETAT
49	23/03	N.I.	PA - RIO MARIA	FAZENDEIRO morto na Faz. Canaã	STR RIO MARIA
50	25/03	IRACILIO CICERO BATISTA DE FARIA	GO - COLMEIA	PISTOLEIRO morto p/ pistoleiro	CETAT
51	28/03	TENENTE CPAE	MT - PONTES E LACERDA	POLICIAL morto na Gleba Sararé	DR/13
52	29/03	JOSÉ CARLOS CALHEIROS PIEDROSA	AL - JUNDIÁ	FAZENDEIRO morto p/ pistoleiro	CP
53	29/03	MANOEL DOMINGOS FILHO	AL - JUNDIÁ	VICIA morto p/ pistoleiro	CP
54	31/03	SEVERINO HILTINO DA PENHA	PE - GLÓRIA DO GOITÁ	TR morto no Sítio Varame	CONTAG
55	/03	N.I.	PE - IBIMIRIM	TR	POLO SINDICAL
56	/03	N.I.	PA - XINGUARA	PISTOLEIRO morto na Gleba 8	STR XINGUARA
57	/03	N.I.	PA - SÃO FELIX DO XINGU	TR morto no Projeto Tucumã	FPa
58	/03	N.I.	MT - ARIPUANÃ	GARIMPEIRO	JST
59	/03	N.I.	MT - ARIPUANÃ	GARIMPEIRO	JST
60	/03	N.I.	MT - ARIPUANÃ	GARIMPEIRO	JST
61	03/04	ZEZÃO	PA - XINGUARA	EMPREITEIRO morto na Faz.Diadema	MIRAD
62	03/04	N.I	PA - XINGUARA	PISTOLEIRO morto na Faz.Diadema	MIRAD
63	03/04	N.I	PA - XINGUARA	PISTOLEIRO morto na Faz.Diadema	MIRAD
64	03/04	N.I	PA - XINGUARA	PISTOLEIRO morto na Faz.Diadema	MIRAD
65	03/04	N.I	PA - XINGUARA	PISTOLEIRO morto na Faz.Diadema	MIRAD
66	03/04	N.I	SC - MAFRA	TR morto P/ PISTOLEIRO	CONTAG
67	05/04	MATIAS JOSÉ LISBOA			

Há, entretanto, um caso de impossibilidade de identificação do cadáver em região de colonização antiga do Nordeste. Trata-se do ocorrido no Engenho Itapirema de Baixo, pertencente à Usina Santa Tereza, Município de Goiana, Estado de Pernambuco, onde apareceu um cadáver completamente queimado e desfigurado entre os dias 25 e 26 de fevereiro. Os empregados da Usina afirmaram que não se tratava de nenhum dos assalariados que ali desenvolvem atividade produtiva. Informaram também, segundo telex que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) enviou ao INCRADR-03, que o cadáver desapareceu do local sem que fosse possível explicar quem o havia retirado. Dois dias depois, quando funcionários do Instituto Médico Legal chegaram ao local o cadáver já havia sido recolocado no lugar. Há suspeitas de que seja de algum dos membros das muitas famílias de posseiros que cultivam nas terras da Usina e que estão em litígio com a mesma. O clima de tensão que cerca esta pendência e evidenciaa ação de grupos armados pelos usineiros pode ser expresso através da transcrição deste excerto do mencionado telex: "Informo ainda que várias vezes uma caminhonete tipo D-20, de propriedade da Usina Santa Tereza, com 04 (quatro) homens armados, tem passado na localidade ameaçando os posseiros, que assumiram a luta em defesa de seus direitos... As ameaças são feitas através do administrador da Usina Dr. Vasconcelos e do fiscal de campo conhecido como Josenildo". (Telex da FETAPE, 03/03/1986).

Os trabalhos de tentativa de identificação do cadáver não lograram êxito, daí os termos de sua inclusão na listagem geral. Permaneceu, no entanto, a denúncia de milícias armadas atuando na área das Usinas e engenhos.

Não estão, deste modo, inclusos nesta relação os casos de assassinatos veiculados pela imprensa periódica e denunciados por entidades públicas ou privadas em que não ocorreram confirmações, tais como: localização dos cadáveres, reclamações de parentes ou afins e testemunhas oculares, policial e juridicamente reconhecidas. Não se pode, entretanto, a despeito de versões desencontradas e incompletas, menosprezá-los inteiramente. São sobejamente conhecidas as dificuldades de localização de corpos naqueles crimes que envolvem os trabalhadores eventuais nos serviços de desmatamento em projetos agropecuários que estão sendo implantados na Amazônia, assim como naqueles que envolvem os garimpeiros, os moradores dos chamados **centros** (locais dispersos nas matas, com moradias e roçados que constituem a ponta de lança das frentes de expansão), os seringueiros e os grupos indígenas. Trata-se, em geral, de circunstâncias marcadas por um relativo isolamento. As duas primeiras condições se caracterizam por serem atividades exclusivas dos homens, que os separam geograficamente de seus grupos familiares sem que sejam estabelecidas formas regulares de comunicação e contato. As demais situações referem-se a assassinatos cometidos nas áreas de mata ainda não alcançadas plenamente pelas frentes de expansão e que mantêm pouco contato com a sociedade nacional.

Diante disto, episódios denominados de "chacina" ou "massacre", amplamente divulgados pela imprensa periódica, afirmando inclusive a existência de "cemitérios clandestinos" em grandes projetos agropecuários no Sul do Pará e no Vale do Grajaú, no Estado do Maranhão, não foram inseridos no presente levantamento, ao contrário de outros como o da Fazenda Vale do Juari, no Estado de Goiás, o de Utinga Grande, em Peruíbe, no Estado de São Paulo, e dos indígenas mortos na Fazenda Ivipitã, em Rondônia, os quais, face à confirmação devida por diferentes entidades, foram incluídos.

"Existem inúmeros precedentes de trabalhadores rurais endividados junto ao sistema bancário que, impossibilitados de saldarem seus débitos e perante a execução da hipoteca de suas terras, foram levados ao suicídio."

Tabela 3

Nº DE ORDEM	DATA	N O M E	UF/MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES	FONTE
68	10/04	ANTONIO MOREIRA DINIZ	PA - XINGUARA	PEÃO morto p/ pist. da Faz. Panelão	JBr
69	26/04	ISRAEL DA ROSA	SC - URUBICI	TR morto p/ fazendeiro da Faz. Rio Tavares	CONTAG
70	29/04	INÁCIO MANOEL DA SILVA	PE - CARPINA	TR morto p/ resp. Eng. Vasconcos	CONTAG
71	30/04	JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA	PE - CARPINA	TR morto no Eng. Cordeiro	CONTAG
72	/04	N.I.	BA - RIBEIRA DO POMBAL	TR morta na Área Indígena Kiriri	MIRAD
73	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto p/ pist. Faz. Ivipitã	FUNAI
74	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto p/ pist. Faz. Ivipita	FUNAI
75	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto n/ pist. da Faz. Ivipitã	FUNAI
76	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto n/ pist. da Faz. Ivipitã	FUNAI
77	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto n/ pist. da Faz. Ivipitã	FUNAI
78	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto p/ pist. da Faz. Ivipitã	FUNAI
79	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto p/ pist. da Faz. Ivipitã	FUNAI
80	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto p/ pist. da Faz. Ivipita	FUNAI
81	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto p/ pist. da Faz. Ivipitã	FUNAI
82	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto p/ pist. da Faz. Ivipitã	FUNAI
83	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto p/ pist. da Faz. Ivipitã	FUNAI
84	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto p/ pist. da Faz. Ivipitã	FUNAI
85	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto p/ pist. da Faz. Ivipitã	FUNAI
86	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto p/ pist. da Faz. Ivipitã	FUNAI
87	/04	N.I.	RO - VILHENA	INDIO morto p/ pist. da Faz. Ivipitã	FUNAI
88	04/05	MANOEL FERREIRA DOS SANTOS	BA - MARAÚ	TR morto p/ pist. da Faz. Bacedo	DR-05/CONTAG
89	04/05	ROMILDE FERREIRA DOS SANTOS	BA - MARAÚ	TR morto p/ pist. da Faz. Bacedo	DR-05/CONTAG
90	04/05	ROSIVAL FERREIRA DOS SANTOS	BA - MARAÚ	TR morto p/ pist. da Faz. Bacedo	DR-05/CONTAG
91	08/05	SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA	GO - AGROTINÓPOLIS	PISTOLEIRO morto na Faz. Novo Mundo	FSP
92	09/05	JOSÉ CAIRO SOBRINHO	MT - PONTES E LACERDA	PISTOLEIRO morto na Faz. Primavera	VEREADOR
93	10/05	JOSINO MORAES TAVARES	MA - IMPERATRIZ	PADRE morto p/ pistoleiro	CPT
94	14/05	JOSÉ PEREIRA LOPEZ (ZEZÃO)	MG - ITACARAMBI	INDIO morto p/ pistoleiro	CIMI
95	14/05	VICENTE SALES	PA - ITUPIRANGA	EMPREGADO DE FAZ. morto p/ pist.	JB
96	14/05	ADALBERTO PEREIRA DE SOUZA	PA - ITUPIRANGA	FAZENDEIRO morto p/ pistoleiro	JB
97	14/05	MARIA ANTONIETA DE SOUZA	PA - ITUPIRANGA	FAZENDEIRA morta p/ pistoleiro	JB
98	17/05	ANTONIO FONTENELLE ARAUJO	MA - LAGO DO JUNCO	TR morto p/ pistoleiro	CNBB
99	21/05	JOSÉ INACIO DA SILVA FILHO	MA - TIMON	PASTOR BATISTA morto p/ pistoleiro	CNr
100	21/05	JOSAEL DE LIMA	BA - BARRA	TEC. EDUCAÇÃO POPULAR morto p/pistoleiro	FUNDIFAR

Os suicídios

Compõem o quadro geral e são relacionados à parte os casos em que atos de violência nos conflitos de terra são apontados pelas diversas fontes como determinantes de atos de suicídio. Ressalta-se que estas informações sobre os suicídios encontram-se certamente subestimadas. Trata-se de um dado de difícil revelação pelas famílias de trabalhadores rurais. Raras vezes os órgãos de divulgação associam tais atos a conflitos de terra. Existem no entanto inúmeros precedentes de trabalhadores rurais endividados junto ao sistema bancário que, impossibilitados de saldarem seus débitos e perante a execução da hipoteca de suas terras, foram levados ao ato extremo. A

SUICÍDIOS LIGADOS A CONFLITOS DE TERRA, 1986

DATA	N O M E	UF-MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES	FONTE
01/86	CIRO OSMAR RICHARD	RS-Alegrete	Após 4 meses de seca, e temerosos de que as terras dadas como garantia p/ os financiamentos do Banco do Brasil fossem confiscadas, suicidaram-se.	JB 12/01/86
01/86	OTNAR PETERMAN	RS-Tucunduva		

consulta dos repertórios produzidos pelas entidades sindicais referentes a anos anteriores permitiu a verificação de inúmeras ocorrências desta ordem.

As duas situações inventariadas e dispostas no quadro referem-se a esta circunstância. Endividados com o Banco do Brasil, o grande temor dos pequenos produtores rurais gaúchos, em janeiro de 1986, após uma longa estiagem, era de que a terra dada como garantia para os financiamentos de custeio acabasse sendo confiscada. Os suicídios registrados em Tucunduva e Alegrete foram interpretados pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais sob este prisma. Apesar de conhecerem as medidas acauteladoras tomadas pelos órgãos oficiais — suspensão temporária da cobrança de financiamentos de custeio, prorrogação de Proagro — as perspectivas para os pequenos produtores foram consideradas as "piores possíveis". Em Miragaui, por orientação sindical, o impasse econômico da seca determinou que os trabalhadores rurais constituíssem uma espécie de assembléia geral permanente. Com esta mobilização resistiram a qualquer decisão governamental que colocasse em risco o domínio da terra ou os elementos básicos para sua reprodução enquanto pequenos produtores.

As mortes em terras indígenas

Compõem igualmente o quadro geral de violências no campo, mas são listados à parte os casos de morte em disputa abrangendo as terras indígenas. Foram levantadas 20 (vinte) ocorrências a partir de dados elaborados por associações voluntárias e divulgados pela imprensa periódica. Distinguem-se daqueles conflitos em terras públicas e privadas, porquanto as terras indígenas possuem legislação própria e são regularizadas por um processo administrativo específico.

As sucessivas invasões e tentativas de apossamento ilegítimo destas áreas, confrontadas com a morosidade dos procedimentos administrativos e a ineficiência do órgão tutor, têm acarretado graves conflitos. No quadro estão listados os casos de morte em conflito, envolvendo terras indígenas. Cabe observar que o total apresentado subestima bastante a extensão e gravidade dos conflitos, decorrendo isso da precariedade de fontes disponíveis e verificadas (especialmente no que concerne à morte de índios, freqüentemente apenas presumida).

"Nos casos de despejo com a utilização de métodos de remoção ilegais e truculentos, assim como nos casos de prisão de trabalhadores sem os quesitos previstos em Lei, registram-se os chamados desaparecimentos com suspeita de assassinato e ocultação de cadáver."

Os desaparecidos

Aqueles casos, cujos participantes foram definidos pelas entidades de representação e de apoio como situados na condição de desaparecidos ou inseridos no que a Cruz Vermelha Brasileira classifica no âmbito da ação do Serviço de Busca de Paradeiro, não foram incluídos no presente levantamento. Isto a despeito de existirem no MIRAD e no INCRA expedientes solicitando providências na elucidação dos paradeiros e circunstanciando os episódios em que estiveram envolvidos. Ainda que as indicações assinalem um possível assassinato, foram considerados nos referidos expedientes como desaparecidos.

No período que compreende o presente levantamento foram registradas 07 (sete) ocorrências alusivas à não localização do paradeiro e desaparecimento de famílias de trabalhadores rurais. Os casos arrolados podem ser referidos a dois contextos básicos: execução de despejos com a utilização de métodos de remoção ilegais e truculentos, tais como queima de casas, destruição de roçados e morte de animais domésticos; e prisão de trabalhadores sem os quesitos de formalização previstos em Lei. Em ambas as circunstâncias se registram os chamados desaparecimentos com suspeita de assassinato e ocultação de cadáver. A ilustração mais flagrante diz respeito ao despejo executado na Fazenda Vale do Juari, Município de Colméia, Estado de Goiás. Além de inúmeros corpos terem ficado carbonizados, conforme se pode constatar a partir da Leitura de carta enviada ao MIRAD, datada de 21 de março de 1986, e assinada por 59 (cinqüenta e nove) posseiros.

MORTOS EM CONFLITOS ENVOLVENDO TERRAS INDÍGENAS - 1986

DATA	GRUPO INDÍGENA ENVOLVIDO	UF - MUNICÍPIO	Nº DE MORTES		OBSERVAÇÕES	FONTES
			ÍNDIOS	OUTROS		
01/86	Tukano	AM-São Gabriel da Cachoeira	03	-	Índios mortos por pistoleiros da Gold Amazon	MIRAD/CTI
04/86	Nambiquara	RO-Vilhena	15	-	Índios mortos por pistoleiros da Fazenda Ivipitã	FUNAI
12/04/86	Kiriri	BA-Ribeira do Pombal	-	01	Trabalhadora Rural	MIRAD/CTI
14/04/86	Xakriaba	MG-Itacarambi	01	-	Índio morto p/pistoleiro	CIMI

RELAÇÃO DOS DESAPARECIDOS - 1986 (Janeiro a Maio)

DATA	NOME	UF-MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES
27/03	IVANI LUCAS CORREIA, 39	PA(Rurópolis)	Fonte: O Liberal T.R. detido na Delegacia de Rurópolis, nunca mais apareceu.
07/03	SEBASTIÃO	GO-Colmeia	Fonte: CNBB 2 famílias que sumiram no violento despejo do dia 07/03/86 na Faz. Vale do Juari
	MULHER N. I.	GO-Colmeia	
	MENINO N. I. (8 anos)	GO-Colmeia	
	OSTÁQUIO	GO-Colmeia	
	MULHER N.I.	GO-Colmeia	
	MENINA N.I. (8 anos)	GO-Colmeia	

As mortes por acidentes de trabalho

As estatísticas oficiais relativas a acidentes de trabalho que resultam em morte, apresentam grandes distorções, quando enfocam situações relativas ao meio rural. Além das omissões freqüentes a estes casos, verifica-se que os meios pelos quais os dados são reunidos e tabulados trazem inúmeros problemas técnicos que começam pela lentidão com que os casos porventura encaminhados são resolvidos. Tais problemas tornam muito grandes as dificuldades para se elaborar estatísticas representativas.

Esta ausência de fontes com dados elaborados de maneira adequada explica, em parte, porque os dados ora apresentados restringem-se àqueles divulgados pela imprensa periódica e/ou compilados por entidades confessionais e referem-se principalmente a acidentes rodoviários envolvendo os trabalhadores rurais denominados bóias-frias. Evidenciam a precariedade dos serviços de transporte necessariamente incorporados ao exercício de suas atividades produtivas.

Os demais acidentes, como aqueles provocados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos ou na execução de atividades com utilização de máquinas, não puderam ser incorporados devido às omissões antes mencionadas.

O quadro apresentado deve ser lido, portanto, tendo-se em vista estas limitações que impõem uma relativização dos totais.

Registram-se 04 (quatro) casos de morte de trabalhadores rurais em acidentes de trabalho no período estudado.

No dia em que se fechava o presente levantamento foi noticiada a colisão, numa estrada próxima a Alfenas, Estado de Minas Gerais, de dois caminhões transportando trabalhadores rurais denominados "bóias-frias". Neste acidente ficaram feridos 86 (oitenta e seis) trabalhadores e foi registrada a morte de uma criança de 09 (nove) anos.

Mortos discriminados por atividades

Do total de 100 (cem) assassinatos destaca-se que o número de trabalhadores rurais (também designados como peões, caseiros, garimpeiros) alcança 51,0%, sobrepujando os demais. O número de proprietários (geralmente denominados fazendeiros) e de pretensos proprietários (denominados usualmente de grileiros) corresponde a 7,0%, enquanto que o de seus prepostos (capatazes e empregados que prestam serviços de vigilância armada) alcança 4,0%. Sublinhe-se que o número daqueles mortos, que são nomeados como pistoleiros equivale, por sua vez, a 13,0%, considerando-se a inclusão de um "empreiteiro", que foi morto juntamente com pistoleiros, deixando entrever que naquele momento executavam atividade conjunta. Por outro lado, os casos de morte em que pistoleiros são explicitamente assinalados como autores dos assassinatos atinge a 52 (cinquenta e dois). Estariam inclusas aí diferentes situações, que abrangem desde crimes que cometem contra os trabalhadores rurais até os homicídios perpetrados a partir de desavenças entre os próprios pistoleiros ou casos de pistoleiros executando fazendeiro a mando de outro fazendeiro.

"Do total de 100 assassinatos, o número de trabalhadores rurais mortos alcança 51%; o de proprietários e grileiros corresponde a 7%; o de prepostos do fazendeiro alcança 4%; e o de pistoleiros equivale a 13%."

MORTOS EM ACIDENTES DE TRABALHO - 1986 (Janeiro a Maio) *

DATA	NOME	Nº DE MORTES P/ ACIDENTE	UF-MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES
10/01	N. I. (Boia Fria)	01	SP	Fonte: Jornal Nacional (Globo) Caiu do Caminhão
/02	ENEDINO MARTINS CALDAS (Chefe de Manutenção) JOSUÉ PEREIRA (empregado)	02	PA-Projeto Jaru	Fonte: O Liberal Trabalhavam no desmatamento quando caiu uma árvore sobre os dois.
10/03	FRANCISCO LEITE (Boia Fria)	01	PE-Macaiba	Fonte: Tribuna do Norte Caiu do Caminhão
TOTAL		04		

Nº DE MORTOS, POR ATIVIDADE PROFISSIONAL, DE JANEIRO A MAIO DE 1.986

ATIVIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL POR ATIVIDADE
Téc.Educ. Popular					01	01
Padre/Pastor					02	02
Trabalhador Rural	16	11	09	05	04	45
Peão			01	01		02
Garimpeiro			03			03
Caseiro	01					01
Comerciante		01				01
Delegado	01					01
Policial			01			01
Fazendeiro	01	02	02		02	07
Vigia			01			01
Gerente de Faz.		01				01
Empregado de Faz.	01				01	02
Empreiteiro				01		01
Pistoleiro			05	05	02	12
Índio	03			15	01	19
Total p/mês	23	15	22	27	13	100

Nas circunstâncias alusivas à execução de mandados de reintegração de posse com despejo judicial constata-se a ocorrência de morte de ex-policial militar. Neste mesmo contexto registra-se a morte e o desaparecimento de mais de uma dezena de trabalhadores rurais. A violência policial na execução dos despejos se revela como cada vez mais problemática e centenas de denúncias de entidades sindicais têm chegado ao MIRAD e ao INCRA solicitando providências imediatas junto a determinados governos estaduais em que são mais recorrentes, principalmente do Maranhão, de Goiás, do Pará e do Mato Grosso.

O percentual de membros de entidades de apoio (padres, agentes de pastoral, técnicos de educação popular) corresponde a 3,0%. Já os índios mortos em conflitos provocados pelas tentativas de invasão de seus territórios atingem a 20,0% do total de mortes.

Os pistoleiros e os mandantes denunciados

Enfatize-se que no levantamento realizado constata-se que há 52 (cinquenta e duas) situações em que os homicídios são atribuídos explicitamente a pistoleiros e respectivos mandantes. Estas situações envolvem mais de uma centena de pistoleiros e 19 (dezenove) mandantes. Dentre os mandantes, incluem-se além de latifundiários, empresas de mineração, de empreendimentos imobiliários e agropecuários. Dentre os pistoleiros há 19 (dezenove) que são nominalmente citados, conforme relação no quadro.

Esta mesma listagem abrange aqueles que são apontados nas denúncias várias como os que contrataram os serviços dos pistoleiros para a consecução do ato extremo de violência. Presumíveis culpados e, não obstante, publicamente mencionados, tais pistoleiros e mandantes não foram intimidados judicialmente, senão em menos de uma dezena de ocorrências, o que delineia um quadro de impunidade.

A certeza da impunidade tem feito por conta de agravar as estatísticas já trágicas, que se delineiam a cada conflito de terra. Os casos de agressões, lesões corporais, homicídios dolosos e roubo da produção agrícola dos trabalhadores rurais, à mão armada, tem aumentado sensivelmente; em particular, nestas regiões que apresentam elevado número de ocorrências de conflitos de terra com mortes.

Em contrapartida, os procedimentos policiais, através de inquéritos ou diligências várias, propiciam um quadro em certa medida revelador desta tendência delineada. Registra-se o desaparecimento de inúmeros autos de processos e inquéritos que investigam mortes de posseiros, agentes de pastoral, líderes sindicais e advogados de trabalhadores rurais. Os casos de fuga de pistoleiros, já detidos, também têm sido freqüentes. O episódio mais conhecido refere-se à fuga do pistoleiro chamado Sebastião da Terezona, suspeito de mais de 14 (quatorze) assassinatos, da cadeia pública de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, em novembro de 1985.

A par com esta morosidade na apuração dos delitos, verifica-se a ocorrência de inúmeras manifestações em que se detecta uma maior incidência de conflitos de terra com registro de atos de violência.

"No levantamento realizado, constata-se que há 52 situações em que os homicídios são atribuídos a pistoleiros e respectivos mandantes. Dentre os mandantes, além de latifundiários, incluem-se empresas de mineração, de empreendimentos imobiliários e agropecuários."

PISTOLEIROS MORTOS EM CONFLITOS DE TERRA - 1986

DATA	N O M E	UF-MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES	FONTE
/03	N. I.	PA-Xinguara	Pist. morto na Gleba 8	STR Xinguara
05/03	LUIZ ANTONIO DO NASCIMENTO	SP-Peruibe	Pist. morto em emboscada	SUDELPA
05/03	LUIZ ASSÚNÇÃO VIEIRA	SP-Peruibe	Pist. morto em emboscada	SUDELPA
05/03	LÁZARO C. DOS SANTOS	SP-Peruibe	Pist. morto em emboscada	SUDELPA
25/03	IRACILIO C. BATISTA DE FARIA	GO-Colméia	Pist. morto p/ pist. firma "Solução"	GETAT
03/04	N. I.	PA-Xinguara	Pist. morto na Faz. Diadema	MIRAD
03/04	N. I.	PA-Xinguara	Pist. morto na Faz. Diadema	MIRAD
03/04	N. I.	PA-Xinguara	Pist. morto na Faz. Diadema	MIRAD
03/04	N. I.	PA-Xinguara	Pist. morto na Faz. Diadema	MIRAD
03/04	N. I.	PA-Xinguara	Pist. morto na Faz. Diadema	MIRAD
09/05	JOSÉ CAIRO SOBRINHO	MT-Pontes e Lacerda	Pist. morto na Faz. Primavera	CONTAG
09/05	SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA (DUDA)	GO-Augustinópolis	Pist. morto na Faz. Novo Mundo	CPT/FSP

RELAÇÃO DE PISTOLEIROS AGRESSORES

Nº DE ORDEM	U.F.	M U N I C Í P I O	I M Ó V E L	NOME DO AGRESSOR	MANDANTE DENUNCIADO	F O N T E
01	RO	Vilhena	Fazenda Ivipitã	N.I.	José Junqueira Vilela	FUNAI
04	AM	São Gabriel da Cachoeira		N.I.	Gold Amazon	MIPAD
05	PA	Redenção	Fazenda Santa Tereza	Gilson, Ramos, Barbudo e Nena	João Lanari do Val	CPT-A.T.
06						
07	PA	Rio Maria	Fazenda Vale da Serra	José	Vanduir Gonçalves de Paula	CPT-A.T.
08						
09	PA	Xinguara	Fazenda Panelão	Antônio Gato, Messias, Valdir e Mãozinha	Mariozete	J.B.
10	PA	Redenção	Fazenda Acapu	N.I.	Jeremias Lunardelli	CPT-A.T.
11	PA	Conceição	Fazenda Dimas	Zezinho		CPT-A.T.
12	PA	Xinguara	Fazenda Surubim	N.I.	Nelito Ind. e Com. S.A	CPT-A.T.
13	MA	Imperatriz		N.I.	Quincas Bomfim	CPT-FASE
14	MA	Imperatriz		Geraldo Rodrigues da Costa	Geraldo Paulo Vieira	CPT-NACION.
15	MA	Lago do Junco	Centro do Aguiar	N.I.	Adelino Pereira Lima	CNBB
16	AL	Jundia		N.I.	Gervásio Lins	Gaz. do Povo
17	AL	Jundia		N.I.	José Carlos Calheiros Pedrosa	Gaz. do Povo
18	BA	Marau	Fazenda Bacedo	Mineiro e Filho	Antônio e Manoel Vargas Leal	DR-05/CONTAG
19	MG	Itacarambi	Índio Xacriba	Alfredo Ferreira Leite (Alfredão)	Gonçalo dos Santos (Conga)	CIMI
20	SP	São Paulo	Sítio Capivari	Elias, Sócio, Louco e Baianinho	Manoel Português	FSP
21	MT	Sinop		N.I.	Telmar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	CNBB
22	GO	Colméia	Faz. Vale do Juari	N.I.	Luiz Espíndola Cardoso	CNBB
23	GO	Colméia	Faz. Vale do Juari	N.I.	Luiz Espíndola Cardoso	CNBB
24	GO	Colméia	Faz. Vale do Juari	N.I.	Luiz Espíndola Cardoso	CNBB
25	GO	Araguatins	Fazenda Ouro Verde	Oliveira	João Hissassi Yano	GETAT

As mulheres mortas

Registram-se 05 (cinco) ocorrências de mortes de mulheres nos conflitos de terra levantados. Compreendem situações em que se verificam atos de violência caracterizados por sevícias, delitos sexuais, estupros e lesões corporais resultantes em assassinatos e suicídios.

Embora os crimes registrados nos conflitos de terra incidam em sua maioria sobre os homens em idade adulta das famílias de pequenos produtores agrícolas, isto não quer dizer que muitos dos conflitos não tenham surgido a partir do desempenho de tarefas que são típicas da esfera feminina, como no caso da coleta do coco babaçu. Outras atividades, que na divisão sexual do trabalho característica das famílias de trabalhadores rurais são geralmente desenvolvidas pelas mulheres, constituem também objeto de ações perpetradas por grileiros e latifundiários. A invasão pelo gado, a queima e destruição das cercas dos chamados **roçadinhos,** que representam aquelas áreas de plantio cultivadas basicamente pelas mulheres para atender a necessidades próprias ao papel que desempenham exemplificam esta assertiva. Do mesmo modo podem ser arroladas aquelas ações que visam destruir os animais domésticos, os giraus, e os pequenos depósitos adjacentes aos locais em que trabalham cotidianamente para assegurar a alimentação imediata do grupo familiar. Os repetidos casos de cercas que são feitas por pretensos proprietários adentrando casas, violando o direito de moradia, e as proibições de lavagem de roupa em aguadas cercadas ilegalmente, assim como as interdições à coleta do coco babaçu, ao corte de lenha para combustível, ilustram outras arbitrariedades que afetam de maneira direta as atividades desenvolvidas pelas mulheres. Os elementos componentes deste conjunto de circunstâncias contextualizam os eventos em que são registradas as violências cometidas contra as mulheres trabalhadoras rurais e evidenciam o grau de abrangência que as arbitrariedades têm assumido.

"Nos casos de mortes de mulheres, verificam-se atos de violência caracterizados por sevícias, delitos sexuais, estupros e lesões corporais resultantes em assassinatos e suicídios."

MULHERES MORTAS EM CONFLITOS DE TERRA - 1986

DATA	N O M E	UF-MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES	FONTE
/01	MARIA MACHADO	AM-S. Gabriel da Cachoeira	Índia morta por pist. Gold.Amazon	MIRAD/CTI
02/02	MARIA DA CRUZ VIEIRA	MG-S. Domingos do Prata	TR. morta por proprietário	JB
23/02	N. I.	MT-Sinop	TR. morta por pistoleiro	CPT
12/04	N. I.	BA-Ribeira do Pombal	TR. morta área indígena Kiriri	MIRAD/CTI
/04	N. I.	PA-Itupiranga	Proprietária morta por pistoleiro	O GLOBO/JB

Os menores mortos

O número de menores assassinados, segundo os dados do levantamento, alcança 3,0% do total de mortos. Constata-se que uma delas ocorre quando da consecução de um despejo judicial, enquanto as outras referem-se a um entrevero entre posseiros e pistoleiros em que os dois menores mortos executavam serviço de pistolagem para grandes proprietários.

O aliciamento de jovens desempregados que não atingiram a idade adulta, para serviços de vigilância armada e de ações bélicas contra trabalhadores rurais, parece estar se constituindo numa das regras de recrutamento por parte das milícias privadas constituídas pelos latifundiários. Além destes casos registrados em São Paulo, há inúmeras denúncias de menores integrando bandos de pistoleiros na região do Extremo Norte de Goiás e do Sul do Pará.

Mapeamento dos conflitos de terra

O total de assassinatos inventariado por este levantamento indica que os conflitos de terra em que se verificam atos de violências com morte distribuem-se por 14 (quatorze) Unidades da Federação. Segundo a classificação da FIBGE observa-se que quatro delas (MA, AL, BA e PE) pertencem à denominada Região Nordeste, três (PA, AM e RO) à Região Norte, outras três (GO, MS e MT) à Região Centro Oeste, duas (MG e SP) à Região Sudeste, e duas (SC e RS) à Região Sul. Num esforço de maior precisão geográfica constata-se que se distribuem também por pelo menos 35 (trinta e cinco) microrregiões homogêneas, abrangendo um total de aproximadamente 46 (quarenta e seis) municípios.

Distribuição de mortos por região e Unidade de Federação

O detalhamento da distribuição geográfica dos conflitos de terra permite registrar que verificam-se 04 (quatro) ocorrências de morte na Região Sul, 20 (vinte) na Região Centro Oeste, 12 (doze) na Região Sudeste, 21 (vinte e um) na Região Nordeste e 43 (quarenta e três) na Região Norte. Há uma ênfase de ocorrências na Região Norte e, em especial, se considerada outra modalidade de classificação politico-administrativa na denominada Amazônia Legal, que abarca também a maior parte das microrregiões do Maranhão, de Goiás e de Mato Grosso que são arroladas neste levantamento.

A unidade que apresenta um maior número de assassinatos é o Estado do Pará. São registradas aí 21 (vinte e uma) mortes. Ao Pará se segue o Estado de Rondônia com 19 (dezenove) mortes, sendo que 15 (quinze) delas referem-se a massacres cometidos contra os Nambiquara e denunciados pela FUNAI. Logo após, se tem o Estado de Mato Grosso com 11 óbitos, os Estados de Goiás e da Bahia com 08 (oito) ocorrências de morte cada um; O Estado de Pernambuco com 07 (sete); os Estados de São Paulo e Minas Gerais com 06 (seis) mortes cada e o Estado do Maranhão com 04 (quatro). Os restantes apresentam números iguais ou inferiores a três ocorrências.

As regiões de ocupação recente dos Estados do Pará, Rondônia, Goiás, Bahia, Mato Grosso perfazem 67% do total geral de ocorrências de assassinatos. Não se pode asseverar, todavia, a partir desta base estatística precária e insuficiente, que tal proeminência seja absoluta. Impõe-se uma relativização desta assertiva, posto que as regiões de colonização antiga de Pernambuco, da Bahia, do Maranhão, de São Paulo e de Minas Gerais também concorrem significativamente para o resultado apresentado.

"O aliciamento de jovens desempregados, que não atingiram a idade adulta, para serviços de vigilância armada e de ações bélicas contra trabalhadores rurais, parece estar se constituindo numa das regras de recrutamento por parte das milícias privadas criadas pelos latifundiários."

MENORES MORTOS EM CONFLITOS DE TERRAS, 1986.

DATA	NOME	UF-MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES	FONTE
05/03	LUIZ ASSUNÇÃO VIEIRA	SP-Peruibe	Pist. morto em emboscada	SUDELPA
05/03	LÁZARO C. DOS SANTOS	SP-Peruibe	Pist. morto em emboscada	SUDELPA
05/03	N. I.	GO-Colmeia	Filho de TR morto por pistoleiro da Faz. Vale do Juari	CNBB

DISTRIBUIÇÃO DOS MORTOS POR REGIÃO E POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

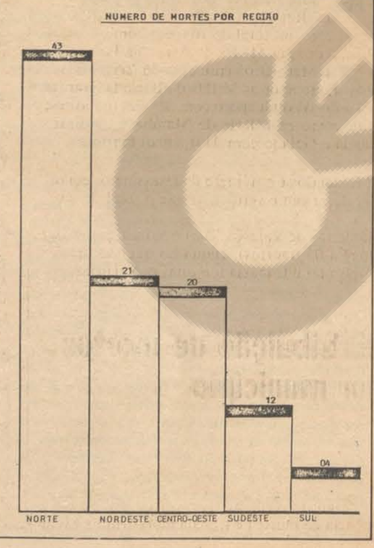
NORTE
Rondônia — 19
Amazonas — 03
Pará — 21
TOTAL — 43

NORDESTE
Maranhão - 04
Pernambuco — 07
Alagoas — 02
Bahia — 08
TOTAL — 21

SUDESTE
Minas Gerais — 06
São Paulo — 06
TOTAL — 12

SUL
Santa Catarina — 02
Rio Grande do Sul — 02
TOTAL — 04

CENTRO OESTE
Mato Grosso — 11
Matro Grosso do Sul — 01
Goiás — 08
TOTAL — 20



QUADRO DEMONSTRATIVO DOS MORTOS EM CONFLITOS DE TERRA P/ ESTADO - 1986

ESTADO \ MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL P/ ESTADO
Alagoas			02			02
Amazonas	03					03
Bahia		03		01	04	08
Goiás	02		05		01	08
Maranhão		01			03	04
Minas Gerais	02	03			01	06
Mato G. do Sul			01			01
Mato Grosso	04	02	04		01	11
Pará	02	04	05	07	03	21
Pernambuco	02	01	02	02		07
Rondônia	04			15		19
Rio G. do Sul	02					02
São Paulo	02	01	03			06
Santa Catarina				02		02
TOTAL P/ MÊS	23	15	22	27	13	

"Em Rondônia, 19 indígenas da nação Nambiquara foram massacrados. Na microrregião do Xingu, registraram-se 10 homicídios."

Distribuição de mortes por microrregiões homogêneas

Considerando-se os assassinatos segundo as microrregiões homogêneas (FIBGE) tem-se o seguinte resultado: a maior incidência de conflitos com mortes,a parte o massacre dos Nambiquara em Rondônia, registra-se na MRH do Xingu, com um total de 10 (dez) homicídios. A seguir, tem-se as MRHs do Araguaia Paraense e do Norte Mato-Grossense com 06 (seis) assassinatos. Logo após as MRHs da Baixada Santista (SP) e do Alto Guaporé com 05 (cinco) mortes; assim como as MRHs de Marabá e do Baixo Araguaia Goiano com 04 (quatro) mortes.

Mantendo-se o número de assassinatos em ordem decrescente verifica-se que o total de mortos nas MRHs da Mata Seca Pernambucana, dos Tabuleiros de Valença (BA) e Siderúrgica (MG) atinge a 03 (mortos), enquanto que nas demais MRHs não ultrapassam a duas ocorrências.

Distribuição de mortos por município

O total de mortos no período estudado abrange 46 (quarenta e seis) municípios.

O município em que se verifica uma maior incidência de morte de trabalhadores rurais é o de

DISTRIBUIÇÃO DE MORTES POR MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

RONDÔNIA
Rondônia 19

AMAZONAS
Rio Negro 03

PARÁ
Xingu 10
Baixo Tocantins 01
Marabá 04
Araguaia Paraense 06

MARANHÃO
Vale do Mearim 01
Vale do Itapecuru 01
Imperatriz 02

PERNAMBUCO
Sertão do Moxotó 01
Agreste Setentrional Pernambucano .. 01
Mata Seca Pernambucana 03
Mata Úmida Pernambucana 02

ALAGOAS
Mata Alagoana 02

BAHIA
Chapadões do Rio Corrente 02
Baixo Médio São Francisco 01
Agreste de Alagoinha 01
Tabuleiros de Valença 03
Litorânea Extremo Sul da Bahia 01
Baixada Santista 05

SANTA CATARINA
Campos de Lages 01
Planalto de Canoinhas 01

RIO GRANDE DO SUL
Campanha 01
Colonial de Santa Rosa 01

MATO GROSSO
Norte Mato-Grossense 06

MINAS GERAIS
Sanfranciscana de Januária 01
Alto Rio Pardo 01
Chapadões do Paracatu 01
Sinderurgica 03

SÃO PAULO
Grande São Paulo 01

MATO GROSSO DO SUL
Campos Vacarias e Mata Dourados ... 01
Alto Guaporé - Jauru 05

GOIÁS
Extremo Norte Goiano 02
Baixo Araguaia Goiano 04
Planalto Goiano 02

Xinguara, no Estado do Pará. Entre janeiro e maio de 1986 ocorreram aí 09 (nove) mortes, sendo que seis delas na área conhecida como Gleba Diadema. Neste referido imóvel foram registradas as mortes de cinco pistoleiros. Os demais assassinatos ocorreram nas Fazendas Surubim e Panelão e também na chamada Gleba Oito.

Outro município em que se registram inúmeros conflitos de terra, com diversas ocorrências de morte, é o de Colméia, no Estado de Goiás. Na Fazenda Vale do Juari, aí localizada, foram mortos 05 trabalhadores rurais, alguns outros permanecem desaparecidos e o clima de tensão social se mantém na sede municipal, com cerca de oitenta famílias de trabalhadores despejados.

No município de Sinop, em Mato Grosso, tem-se o registro de um assassinato na Gleba Santo Antonio e outros dois em imóveis ainda não identificados em termos de sua situação cadastral.

Dentre os municípios que apresentam maior número de ocorrências tem-se também o de Peruíbe, Estado de São Paulo, em cujo período foram registrados três homicídios dolosos em conflitos de terra.

Caracterização dos imóveis rurais em que se registram conflitos com morte

Constata-se que os crimes incidem principalmente sobre os homens em idade adulta das famílias de trabalhadores rurais. A incidência de menores assassinados corresponde a 3,0%, enquanto se registram 5,0% de trabalhadores rurais do sexo feminino que foram vitimados.

Ressalte-se que as atividades dos grupos domésticos de pequenos produtores baseiam-se no trabalho familiar e nas formas de ajuda mútua entre diferentes famílias. Elas são administradas pelos seus respectivos chefes, que organizam as etapas de execução e a distribuição da força de trabalho constituída pelo conjunto de membros que integram o grupo doméstico. Assim, ao se compulsar os registros e verificar que são assassinados principalmente os homens em idade adulta, percebe-se que os mandantes visam afetar a própria administração do conjunto de recursos disponíveis aos grupos familiares.

Desdobrando-se esta reflexão, que associa os assassinatos às regras de organização familiar, constata-se também que, em pelo menos 05 (cinco) das situações inventariadas, registram-se casos de duplo homicídio, ou melhor, de inúmeros assassinatos cometidos ao mesmo tempo num único imóvel. Tais ocorrências abrangem 29 (vinte e nove) assassinatos e correspondem a quase um terço do total geral obtido em todo o levantamento.

Buscando-se compatibilizar as designações regionalmente aceitas destes imóveis em que se detecta casos de duplo homicídio com o sistema de cadastramento do INCRA, tem-se que algumas delas agrupam inúmeros imóveis, tais como a chamada "Gleba Funai" ou "Sobra da Funai", no Município de Pontes e Lacerda (MT) e o Loteamento Diadema, no Município de Xinguara (PA). Tais imóveis localizam-se principalmente em regiões de ocupação recente dos Estados de Mato Grosso, Pará, Goiás e Rondônia, possuem dimensão superior a 5.000 hectares e os atos de violência são cometidos contra posseiros e grupos indígenas que questionam a pretensão de domínio.

"As regiões de ocupação recente dos Estados do Pará, Rondônia, Goiás, Bahia, Mato Grosso perfazem 67% do total geral de ocorrências de assassinatos."

DISTRIBUIÇÃO DOS MORTOS EM CONFLITOS DE TERRA POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - 1986

UF	MRH	MUNICÍPIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
RO	001	NI	03				
		Pimenta Bueno	01				
		Vilhena				15	
AM	025	São Gabriel da Cachoeira	03				
PA	044	São Félix do Xingu			01		
		Xinguara		01	01	07	
	047	Cametá		01			
	048	Marabá		01			
		Itupiranga					03
	049	Conceição do Araguaia	02				
		Rio Maria			02		
		Redenção		01	01		
MA	107	Lago do Junco					01
	108	Timom					01
	110	Imperatriz		01			01
PE	225	Ibimirim			01		
	227	Glória do Goitá			01		
	230	Carpina				02	
		Goiana		01			
	232	Barreiros	01				
		Escada	01				
AL	244	Jundiá			02		
BA	302	Santa Maria da Vitória		02			
	303	Barra					01
	318	Ribeira do Pombal				01	
	322	Maraú					03
	326	Nova Viçosa		01			
MG	401	Itacarambi					01
	403	Salinas	01				
	404	Paracatu	01				
	427	São Domingos do Prata		03			
SP	638	São Paulo	01				
	642	Itanhaem	01				
		Peruíbe		01	03		
SC	812	Urubici				01	
	816	Mafra				01	
RS	864	Alegrete	01				
	867	Tucunduva	01				
MT	901	Aripuanã			03		
		Sinop	01	02			
	902	Pontes e Lacerda	03		01		01
MS	913	Mundo Novo			01		
GO	921	Araguatins			01		
		Augustinópolis					01
	922	Colméia			04		
	931	Cabeceiras	02				

SITUAÇÃO EM QUE SE VERIFICA DUPLO HOMICÍDIO - 1986 (Janeiro a Maio)

Nº DE ORDEM	LOCAL DAS OCORRÊNCIAS	UF-MUNICÍPIO	Nº DE MORTES
001	GLEBA FUNAI	MT-Pontes e Lacerda	02
002	FAZ. VALE DO JUARI	GO-Colméia	03
003	FAZ. DIADEMA	PA-Xinguara	06
004	FAZ. IVIPITÃ	RO-Vilhena	15
005	FAZ. BACEDO	BA-Maraú	03

No que concerne à caracterização dos demais imóveis em que se registram atos de violência com morte, constata-se que há referências a pelo menos 21 (vinte e um) deles, que assinalam entrevero nos quais se tem, no período estudado, um único caso de ocorrência de homicídio. Ressalte-se, ainda, que nos dados do levantamento não há menção explícita ao imóvel onde ocorreram os assassinatos em 38 (trinta e oito) das situações levantadas e há também inúmeros casos em que o homicídio não se atrela a uma única situação de conflito, de que seriam exemplos mais contundentes os assassinatos cometidos contra religiosos e líderes sindicais.

Compatibilizando-se as designações locais com os dados cadastrais foram reunidos dados relativos a 12 (doze) imóveis, enquanto que dos demais os trabalhos ainda continuam em curso, quais sejam: Engenho Mascate (Barreiros-PE), Fazenda Dimas (Conceição do Araguaia-PA), Fazenda Ouro Verde (Araguatins-GO), Fazenda Canaã (Rio Maria-PA), Gleba 08 (Xinguara-PA), Fazenda Rio Tavares (Urubici-SC), Engenho Vassouras (Carpina-PE), Fazenda Novo Mundo (Augustinópolis-GO) e Fazenda Primavera (Pontes e Lacerda-MT).

Daqueles doze imóveis, cujos trabalhos de compatibilização já encontram-se em estágio mais avançado, conforme se pode comprovar no quadro demonstrativo a seguir apresentado, tem-se que pelo menos três dos arrolados pertencem a empreendimentos que apresentam áreas superiores e cem mil hectares e cujo total de áreas pretendidas aproxima-se de hum milhão de hectares. Assim, a Fazenda Santa Tereza, que integra parte da Companhia de Terras da Mata Geral, pretende, no Sul do Pará, extensões superiores a 300.000 (trezentos mil) hectares. O Projeto Tucumã, da Construtora Andrade Gutierrez S.A., localiza-se na Gleba Carapanã que possui 400.000 (quatrocentos mil) hectares pretendidos pela referida Construtora. A denominada Fazenda Acapu, cadastrada como pertencente ao Sr. Jeremias Lunardelli, faz parte de um conjunto de imóveis pretendidos por um mesmo conglomerado e cuja dimensão ultrapassa a cem mil hectares. Todos estes imensos domínios, localizados no Sul do Pará, pertencem a grupos empresariais da Região Sudeste (São Paulo e Minas Gerais) que se beneficiaram de concessões de terras e incentivos propiciados pelo Poder Público.

Além disto, verifica-se que dentre todos os imóveis arrolados apenas 04 (quatro) são classificados enquanto empresa rural. Os demais são latinfúndios por exploração, não mantendo níveis satisfatórios de produtividade e não desempenhando integralmente a sua função social.

A proeminência dos latifúndios evidencia os baixos graus de utilização da terra e de eficiência da exploração. Consultando-se o quadro anexo verifica-se, pois, que os imóveis mantêm a maior parte de suas áreas como absolutamente improdutivas, quer dizer, nao incorporadas ao processo produtivo.

As zonas críticas de tensão social e conflito envolvem, deste modo, notadamente latinfúndios. As empresas rurais referidas, cujos domínios estão sendo questionados pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais, representando milhares de famílias de posseiros que se distribuem pelas extensões pretendidas por grandes grupos econômicos, estão tendo reexaminados os critérios que alegam manter para cumprir a função social da terra.

Medidas adotadas pelo MIRAD-INCRA

Uma das considerações elementares concernentes às medidas adotadas face a estes conflitos, é a constatação de que os órgãos federais e estaduais competentes precisam se articular para enfrentar as ameaças e os atos de violências partidos de interesses contrários à implementação da Reforma Agrária. O MIRAD e o INCRA, voltados para a aplicação de um projeto econômico e social de Reforma Agrária, não estão equipados para fazer frente a estas ameaças e à elucidação dos crimes cometidos em disputas de terra.

O reconhecimento das competências e atribuições respectivas não significa,porém, que o MIRAD não se preocupe quanto à violência e não tenha um plano definido de ação e intervenção direta face aos conflitos de terra. Verifica-se, em decorrência, que face às situações inventariadas neste levantamento, em larga medida o MIRAD e o INCRA já atuaram **in loco.** Tal intervenção tem ocorrido através da criação de grupos de trabalho, compostos de seus próprios técnicos, com função precípua de solucionar conflitos agrários nos próprios locais em que se manifestaram, numa relação direta com as partes interessadas. Para tanto, mencionem-se os trabalhos já realizados no Sul da Bahia, no Oeste de Santa Catarina e do Paraná, no Norte de Goiás, no Sertão Central do Ceará, no Sul do Pará e na Pré-Amazônia Maranhense. Outra modalidade de intervenção tem ocorrido através da criação de comissões interministeriais, integradas por representantes do MIRAD, do Ministério da Justiça e do Ministério do Interior, dentre outras. Já estiveram em áreas conflitadas envolvendo colonos e grupos indígenas do Oeste de Santa Catarina, no Mato Grosso e na Bahia. Por outro lado, aquelas comissões interministeriais, com participação apenas do MIRAD e do Ministério da Justiça, já atuaram diretamente no Sul da Ba-

"Tais imóveis localizam-se principalmente em regiões de ocupação recente dos Estados de Mato Grosso, Pará, Goiás e Rondônia, possuem dimensão superior a 5.000 hectares e os atos de violência são cometidos contra posseiros e grupos indígenas que questionam a pretensão de domínio."

SITUAÇÃO CADASTRAL DOS IMÓVEIS RURAIS EM QUE OCORRERAM CONFLITOS DE TERRA COM UMA MORTE NO DECORRER DE 1986

IMÓVEL	COD. IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	ÁREA	A.A.N. EXP.	GUT	GEE	C	MUNICÍPIO
FAZ. SANTA TEREZA	006491/4	Cia. de Terras da Mata Geral	83.947,0	0,0	1,000	1,000	E	Redenção/PA
FAZ. VALE DA SERRA	005262/8	Vanduir Gonçalves de Paula	2.178,0	2.178,0	0,767	0,558	X	Xinguara/PA
PROJETO TUCUMÃ	010189/0	Const. Andrade Gutierrez S/A	181.358,0	54.408,0	0,0	0,0	L	S. Félix do Xingu/PA
FAZ. SURUBIM	005673/0	Vulito Ind. Com. S.A.	8.800,0	30,0	0,996	1,000	E	Marabá/PA
FAZ.S. FELIPE	004473/3	Fernando Ibere do Nascimento	2.000,0	225,00	0,775	0,127	X	Pimenta Bueno/RO
FAZ. ADALTE	052221/9	José Pereira de Sousa	1.697,8	—	100,0	91,7	X	Marabá/PA
FAZ. ALÔ BRASIL (FAZ. ACAPU)	006548/1	Faz. Alô Brasil S/A	17.424,0	0,0	1,000	1,000	E	Redenção/PA
GLEBA 106 - (FAZ. ACAPU)	006556/2	Jeronias Lunardelli Neto	4.356,0	956,8	0,268	1,000	X	Redenção/PA
GLEBA 30 - (FAZ. ACAPU)	003778/0	Jeronias Lunardelli Neto	3.785,2	757,1	0,000	0,000	X	Redenção/PA
NOVO HORIZONTE (FAZENDA CAMPESTRE)	251402/1	Ricardo José Ochoa Cavalcanti	619,8	0,0	1,000	1,000	E	Carpina/PE
SITIO CAPIVARI	087459/0	Carlos Jorge Kerscher	484,0	29,4	0,393	0,846	X	São Paulo/SP
FAZ. GUARAPARÁ	065667/6	Edson Leite de Moraes	12.209,9	315,1	0,927	0,461	X	Conceição do Araguaia/PA
Faz. Vale do Juari	010898/7	Luiz Spíndula Cardoso	5.098,9	0,0	1,000	1,000	E	Colméia/GO
Faz. Furnas do Sararé (Sobra da FUNAI)	111821/0	Agropecuária Florêncio Bonito S/A	43.704,6	6.459,4	0,767	1,000	X	Pontes e Lacerda/MT

ia, no Mato Grosso e nos Vales do Itapecuru e do Pindaré, no Estado do Maranhão, logrando atenuar os conflitos.

No que concerne aos aspectos fundiários específicos, resultados mais imediatos deste trabalho de intervenção direta do MIRAD-INCRA consistem em medidas emergenciais da seguinte ordem:

— instruir processos de desapropriação por interesse social;
— agilizar os processos que já estão em uma etapa avançada de tramitação;
— encaminhá-los à Presidência da República.

Os resultados de médio prazo mais conhecidos dizem respeito aos processos já instruídos ou que estão em tramitação, aos decretos de desapropriação, já assinados e publicados no Diário Oficial.

Quanto às medidas pensadas num prazo maior pode-se alinhar, dentre outras, aquelas concernentes à situação dos imóveis em que se registram os conflitos de terra aqui referidos. Constata-se que inúmeros destes imóveis são classificados como latifúndio e que seus respectivos domínios são, em grande parte, resultado de concessões de grandes extensões de terras públicas feitas nas duas últimas décadas a grupos econômicos. O MIRAD e o INCRA objetivam o exame das possíveis irregularidades que os caracterizam. Pretendem que, uma vez apuradas, revertam estas terras ao patrimônio público para assentamento de trabalhadores rurais, logrando assim contribuir para atenuar a tensão social, notadamente nestas regiões de ocupação recente. Como medida preventiva visam ainda o pronto cancelamento das concessões de terras públicas já autorizadas porém ainda não efetivadas, e a suspensão imediata de concessões por um determinado periodo, até que o MIRAD e o INCRA consigam tomar uma decisão definitiva quanto ao destino dessas terras.

Considerações finais

De 02.07.85 a 30.12.85 foram encaminhados à Presidência da República, pelo MIRAD, 66 (sessenta e seis) processos de desapropriação por interesse social. No mesmo período, foram assinados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República 57 (cinqüenta e sete) Decretos de Desapropriação, sendo que, destes, 50 (cinqüenta) foram publicados no Diário Oficial da União até 31.12.85, abrangendo um total de 165.196,5221 ha.

Os 07 (sete) restantes, embora assinados no exercício de 1985, só entraram em vigor em 1986, a partir da data da publicação, e abrangem 34.023,1419 ha.

Dentre os processos encaminhados pelo MIRAD à Presidência da República, destaque-se ainda a prorrogação de um decreto de desapropriação por interesse social e a declaração de 238.750 ha no Estado da Bahia e de 140.380 ha no Estado de Pernambuco como prioritários para fins de Reforma Agrária. Posteriormente, dentro desses perímetros declarados área prioritária para fins de reforma agrária, serão desapropriados os imóveis para assentamento da população a ser remanejada da região inundada pela Barragem de Itaparica.

No decorrer de 1986, até maio, foram encaminhados à Presidência da República 88 (oitenta e oito) processos de desapropriação por interesse social. Destes, tem-se que 19 (dezenove) foram assinados e publicados no Diário Oficial da União abrangendo um total de 210.928,8973 ha.

Além da utilização do instrumento da desapropriação faz-se essencial instituir novas práticas administrativas com vistas à resolução dos conflitos.

Considerando que os conflitos agrários sempre foram "administrados por crise" ou em "caráter emergencial", menosprezando quaisquer possibilidades administrativas de tornar regular a intervenção dos órgãos fundiários e que prevalecem as regras instituídas formalmente pelos denominados "bombeiros" que face à emergência de uma situação de conflito eram chamados a atuar:

Trata-se de estabelecer uma sistemática para avaliar, decidir e adotar medidas regulares face aos conflitos agrários, rompendo com esta postura tradicional. Os procedimentos que justificavam tal postura revestem-se de elementos de permanência e parecem mais correlatos a uma visão disfuncional dos conflitos. **Agia-se circunstancialmente e não havia compromissos maiores de modificações profundas na estrutura agrária, como ocorre agora a partir do P.N.R.A.** Face a este novo contexto impõe-se uma redefinição dos procedimentos rotineiros e a instituição de uma outra sistemática, de características frontalmente diversas, posto que mais colada à própria dinâmica dos movimentos sociais.

■

"Inúmeros destes imóveis são classificados como latifúndio e que seus respectivos domínios são, em grande parte, resultado de concessões de grandes extensões de terras públicas feitas nas duas últimas décadas a grupos econômicos."

O número de assassinatos não pára de crescer

Entre hoje e amanhã pelo menos um trabalhador rural será assassinado em algum canto do País. É o que mostram os dados das pesquisas sobre a dramática situação de violência no campo. Acompanhe pelos gráficos, preparados pelo Mirad: em 1985 foram assassinados 261 trabalhadores rurais, sendo que 70 entre 1º de janeiro e 30 de maio. Em 86, neste mesmo período, já morreram 100, o que significou um aumento de 43% no número de assassinatos.
Somente em junho de 86, foram chacinados mais 43 trabalhadores (segundo dados do Mirad, não incluídos no quadro), o que corresponde a três mortes a cada dois dias. E entre 1º e 15 de julho mais 17 foram assassinados. Até quando isso vai continuar?

1985

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS MORTOS EM CONFLITOS DE TERRA POR ESTADO

MÊS / ESTADO*	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL POR ESTADO
RONDONIA	02	–	–	–	01	–	01	–	–	–	03	–	07
AMAZONAS	–	–	–	01	–	–	–	–	–	03	–	–	04
RORAIMA	–	–	–	–	–	–	–	–	–	01	–	–	01
PARÁ	14	–	08	10	12	19	–	09	14	03	04	04	97
MARANHÃO	01	01	01	–	–	05	03	04	12	07	06	03	43
CEARÁ	–	–	01	–	–	–	01	–	–	03	–	–	05
PIAUÍ	–	–	–	–	–	–	04	–	–	–	–	03	07
PERNAMBUCO	–	01	01	–	02	–	01	05	01	03	–	–	14
ALAGOAS	–	–	–	–	–	–	–	–	–	01	–	–	01
BAHIA	–	–	–	–	01	–	10	02	02	03	02	–	20
MINAS GERAIS	–	02	04	03	02	–	01	02	–	05	01	–	20
RIO DE JANEIRO	–	–	–	–	–	–	–	–	09	–	–	–	09
SÃO PAULO	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	01	02	03
PARANÁ	–	–	–	–	–	–	–	–	03	–	–	–	03
MATO GROSSO	01	–	01	–	–	–	01	–	–	04	01	–	08
MATO GROSSO SUL	–	–	–	–	–	–	–	02	–	–	–	–	02
GOIÁS	–	–	–	–	–	03	03	08	–	03	–	–	17
TOTAL POR MÊS	18	04	16	14	18	27	25	32	41	36	18	12	261

Fonte: CCA/Mirad

* incluindo-se o Território de Roraima.

70

1986

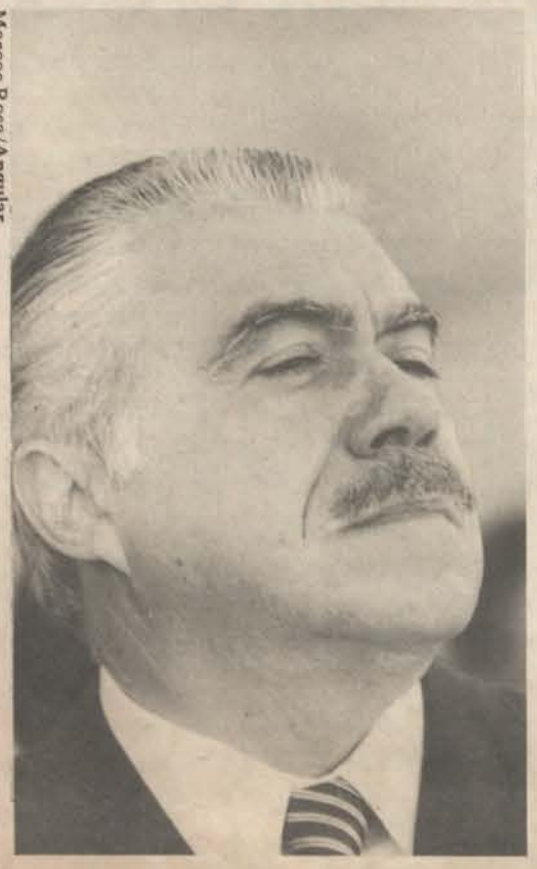
QUADRO DEMONSTRATIVO DOS MORTOS EM CONFLITOS DE TERRA P/ ESTADO

MÊS / ESTADO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL P/ ESTADO
Alagoas			02			02
Amazonas	03					03
Bahia		03		01	04	08
Goiás	02		05		01	08
Maranhão		01			03	04
Minas Gerais	02	03			01	06
Mato G. do Sul			01			01
Mato Grosso	04	02	04		01	11
Pará	02	04	05	07	03	21
Pernambuco	02	01	02	02		07
Rondônia	04			15		19
Rio G. do Sul	02					02
São Paulo	02	01	03			06
Santa Catarina				02		02
TOTAL P/ MÊS	23	15	22	27	13	

Fonte: CCA/Mirad

100

CEDIM



Marcos Rosa/Angular

“A reforma agrária é um compromisso do governo e o governo não vai recuar nesse compromisso.”

(José Sarney, presidente da República, 19/06/85)

“O problema da violência em Imperatriz é urbano e não rural, e é insuflado, em grande parte, ideologicamente, por grupos do PT, da CUT, dos partidos comunistas e outros”

(Paulo Brossard, ministro da Justiça, 08/07/86)

Carlos Carvalho/Angular

Carlos Carvalho/Angular

“É muito difícil assentar 150 mil famílias este ano (...) O programa da reforma agrária não caminha numa velocidade desejável.”

(Dante de Oliveira, ministro da Reforma Agrária, em palestra na ESG, 04/07/86)

O vaivém da reforma agrária

“Procura-se, a pretexto de resolver o problema da propriedade da terra, subverter o princípio de propriedade privada. Estão querendo abolir o direito de propriedade.” **(Armando Falcão, ex-ministro da Justiça, em 04/06/85)**

“O projeto do governo foi eleito em um gabinete, com uma visão técnica e ideológica que leva ao coletivismo, ao comunismo.” **(Fábio Meirelles, presidente da Federação da Agricultura – SP, em 12/06/85)**

“Estou pagando para ver se o Plano Nacional de Reforma Agrária vai ser mesmo implantado.” **(José Richa, governador do Paraná, em 04/12/85)**

“É um compromisso assumido pela Aliança Democrática e vai ser cumprido.” **(Nelson Ribeiro, ex-ministro da Reforma Agrária, em 07/06/85)**

“Tudo é negociável, exceto a reforma agrária.” **(Nélson Ribeiro, em 22/08/85)**

“A primeira coisa que deve ser feita no Brasil é a reforma agrária.” **(Teotônio Vilela, em maio de 1981)**

“O compromisso da Nova República com o estabelecimento de uma realidade social está sendo cumprido, principalmente, nesta questão fundiária.” **(Ulysses Guimarães, em 29/05/85)**

“É inadmissível que se tenha, neste país, 250 milhões de hectares de terra totalmente férteis na mão de proprietários que não estão plantando um único pé de trigo e, ao mesmo tempo, 10 milhões de pessoas precisando de terra para trabalhar.” **(Lula, em 24/04/86)**

“Os latifundiários serão extirpados como praga. Eles apresentam projetos belíssimos, oferecendo empregos e produção, mas não nos enganarão mais.” **(Nélson Ribeiro, em 29/04/86)**

“Como cristãos praticantes, repudiamos o bárbaro assassinato do padre Josimo. Mas não podemos esquecer o ensinamento de que quem planta vento colhe tempestade.” **(Salvador Farina, vice-presidente da UDR, em 14/05/86)**

“Há uma reação à reforma agrária que não se faz só pelo discurso, mas também pelo cano do revólver.” **(Nelson Ribeiro, em 15/05/86)**

“A reforma agrária será feita, doa a quem doer.” **(Nelson Ribeiro, em 16/05/86)**

“A reforma agrária será feita

“A Igreja fala, e vai sempre falar, que todo homem tem direito à terra.” **(Aristides Camio, padre de Redenção, Pará, em 22/05/86)**

“Não permitiremos que a reforma agrária seja discutida por padrecos. Local de padre é na igreja.” **(Plínio Junqueira Jr., dirigente nacional da UDR, em 22/05/86)**

“A reforma agrária será feita, apesar das pressões daqueles que pretendem retardá-la. Nordestino como sou, não sou homem de perder a coragem.” **(José Sarney, em 28/05/86)**

“As pessoas que ‘enchem a boca’ de reforma agrária, no fundo, não querem fazê-la, querem é agitar.” **(Paulo Brossard, em 28/05/86)**

“Ou você contenta a gregos ou contenta a troianos. Não pode ficar no meio.” **(Ulysses Guimarães, referindo-se à reforma agrária em 30/05/86)**

“Agora se procura criar, no Brasil, a figura de um novo criminoso, que seria o latifundiário.” **(Armando Falcão, em 02/06/86)**

“Neste país, quem sempre derrubou governos e presidentes foram os latifundiários.” **(Francisco Leite Chaves, procurador-geral da Justiça Militar, em 15/06/86)**

“Basta tirar a terra dos bancos, dos grandes grupos industriais de São Paulo e Rio de Janeiro e dos grupos estrangeiros para criar imensas, infindáveis comunidades. Se isso fosse feito, em pouco tempo teríamos que convocar famílias de agricultores pelos jornais para ver quem quer terra.” **(Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, em 19/06/86)**

“No Brasil, quem está ao lado da reforma agrária é comunista e quem está contra é de direita. Isso não pode continuar.” **(José Sarney, em 21/06/86)**

“Acho que existe uma verdadeira guerra de guerrilhas não declarada no meio rural brasileiro.” **(Hermann Assis Baeta, presidente do Conselho Federal da OAB, em 23/06/86)**

“Confirmamos aquilo de que eu suspeitava: ninguém tem arsenais, mas apenas armas necessárias até para a sobrevivência, numa região como aquela.” **(Paulo Brossard, após visita à região do Bico do Papagaio, em 25/06/86)**

“Há muita gente que entra em cio quando se fala em reforma agrária.” **(Paulo Brossard, em 26/06/86)**

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
Regional de São Paulo

Rua Ministro Godoy, 1484 - Fone: (011) 864-1318 - 05015 - São Paulo - SP.

NOTA DE REPÚDIO AO MASSACRE DE LEME

Há mais de 15 dias, 12 mil trabalhadores rurais da cana estão em greve na Região de Leme, Araras, Conchal e Mogi-Guaçú. O que pedem é mais que que justo. Querem que o acordo coletivo assinado com os patrões seja cumprido. Os empregadores são obrigados a fornecerem gratuitamente, no local de trabalho, o facão ou enxada, a lima, luvas e polainas de segurança, abrigos contra a chuva, banheiros e água potável, atendimento de primeiros socorros, condução para acidentados no trabalho e transporte seguro. A sua reivindicação principal é o pagamento feito por metro e não por tonelada, que é o jeito do cortador ter o controle do seu ganho e não ser roubado pelo patrão na pesagem ou nas perdas de peso que ocorrem na cana. Além disso, reivindicam uma diária mínima de Cz$ 60,00 para os meses da safra.

Os patrões nem se dignaram a sentar e abrir negociações sobre esses pedidos. A resposta do governo diante da intransigência dos usineiros e da firmesa dos trabalhadores foi a repressão. Na terça-feira, 8 de julho, foram detidos, espancados e ameaçados por policiais militares sob o comando do sargento Wiston J. Tristão, os sindicalistas Vidor Faita e Elio Neves, além do seminarista de Araras, Antonio Sérgio dos Santos.

Na quinta-feira, dia 10, esses fatos foram denunciados em audiência com o governador Franco Montoro e exigida a retirada da polícia e apurações das arbitrariedades. O governador prometeu, mas nada foi feito.

Na madrugada do dia 11, Leme viveu uma sexta-feira de martírio: no bairro Nova Santa Rita, na saída para a maior usina da região, a Crisciumal, 800 a mil trabalhadores faziam um piquete pacífico. Segundo os testemunhos prestados a nós por trabalhadores que vivenciaram os fatos "Já havíamos decidido não parar ninguém na força, só fazer pressão e barulho". Estavam lá também dirigentes sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras (Leme é base sindical do STR de Araras), o deputado federal do PT, José Genuino Neto, chamado a Leme pelos dirigentes sindicais, junto com os outros deputados do PT, Djalma Bom, Anízio Batista e o candidato a vice-governador pelo PT, Paulo Otávio de Azevedo Júnior, além de um caminhão com policiais da tropa de choque e várias viaturas com policiais com o equipamento normalda PM.

O incidente teve início quando os trabalhadores tentavam convencer os ocupantes de um ônibus, que normalmente transporta motoristas para a Usina, a aderirem à greve e um caminhão tentou forçar a passagem pelo lado esquerdo do ônibus, jogando-se contra os trabalhadores. Isso causou revolta entre o pessoal, que jogou pedras no caminhão e no ônibus. Segundo os depoimentos, a atuação dos deputados e sindicalistas conseguiu acalmar os ânimos fazendo inclusive sltarem as pedras. Nesse momento, o batalhão de choque perfilou-se e recebeu ordem de avançar.

A essa altura não havia ninguém no Opala, estacionado perto dos trabalhadores, que estava a serviço do deputado José Genoíno. Este foi o primeiro a "receber as cacetadas da polícia, que a partir daí avançou sobre a multidão, dividindo-a em dois grupos, que correram em direções opostas. O grupo de policiais que dava cobertura ao batalhão de choque perseguiu um dos grupos da multidão, encurralando-o contra uma linha férrea desativada. Foi desses policiais que partiram os primeiros tiros.

A partir daí o local se transformou em verdadeira praça de guerra. "Eles atiravam feito loucos, fazendo mira para matar". Tiros e bombas de gases intoxicantes contra pedras e braços nús. A primeira reação dos trabalhadores foi não acreditar que as balas eram de verdade. "Só depois que vi a menina cair morta e o pessoal tomar bala na perna e no braço, gritei: é bala de verdade!" Nesse momento chegavam, vindo de outros piquetes, os deputados Djalma Bom e Anízio Batista, que passaram a recolher os feridos com o carro da Assembléia Legislativa.

Os depoimentos dos trabalhadores são unânimes em afirmar que os tiros partiram da polícia, enquanto que as testemunhas a favor da versão da polícia, justamen

te o motorista do ônibus e do caminhão, já se contradisseram perante a imprensa e o advogado Luis Eduardo Greenhalg, e estão desaparecidos no momento, afirmam que os tiros partiram dos parlamentares. O fato das balas encontradas serem do mesmo calibre usado pela polícia, da enorme quantidade de disparos deflagrados pela quantidade de policiais presentes, de não haver nenhum policial ferido à bala, com prova a versão dos trabalhadores.

O resultado desse episódio foi o assassinato de Cibele Aparecida Manuel, de 16 anos, que esperava o seu ônibus para ir ao trabalho de empregada doméstica quando tudo aconteceu, e do cortador de cana Orlando Corrêa de Oliveira, de 22 anos, casado, 2 filhos pequenos. Ficaram feridos à bala 8 trabalhadores, 25 trabalhadores sofreram espancamentos graves e 7 policiais foram feridos.

Outras violências se seguiram ao episódio do piquete, havendo invasões de casas e agressão de moradores inocentes, tiros para o ar e cães policiais soltos em cima dos trabalhadores que estavam em outros piquetes. Além de agressões e prisões dentro da Santa Casa de Leme. Muitras irregularidades foram cometidas pelas autoridades locais na apuração dos fatos, havendo omissão de exame de corpo delito. Ameaças e tentativas de incriminação dos deputados do PT e distorção dos depoimentos inicialmente prestados.

Queremos denunciar a cumplicidade do Governo Estadual, visto que estava ciente das violências anteriormente cometidas e nada foi encaminhado. Repudiamos a irresponsabilidade de autoridades como o Ministro da Justiça, o Diretor Geral da Polícia Federal, o Ministro do TRabalho e o próprio governador de São Paulo quando tentam incriminar o PT e a CUT pela brutalidade de sua Polícia Militar, sem haver inquérito ou provas de qualquer espécie.

Exigimos das autoridades a rigorosa apuração dos fatos e a punição dos culpados e responsáveis, além do acompanhamento de todos os processos pela sociedade civil.

Queremos ainda manifestar nossa solidariedade com as famílias dos trabalhadores mortos, os feridos e aos grevistas, pela justeza de suas reivindicações e firmeza na promoção da justiça real. Também nos solidarizamos com a Igreja Diocesana de Limeira, pela corajosa reafirmação de sua opção pelos pobres e contra a violência dos poderosos.

A história de Leme e do Brasil está irremediavelmente manchada com o sangue pela intransigência dos usineiros, pela brutalidade da polícia e pela omissão do governo.

São Paulo, 15 de julho de 1986

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
Regional de S.Paulo

BELÉM, TERÇA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1998

Assassinado bispo na Guatemala

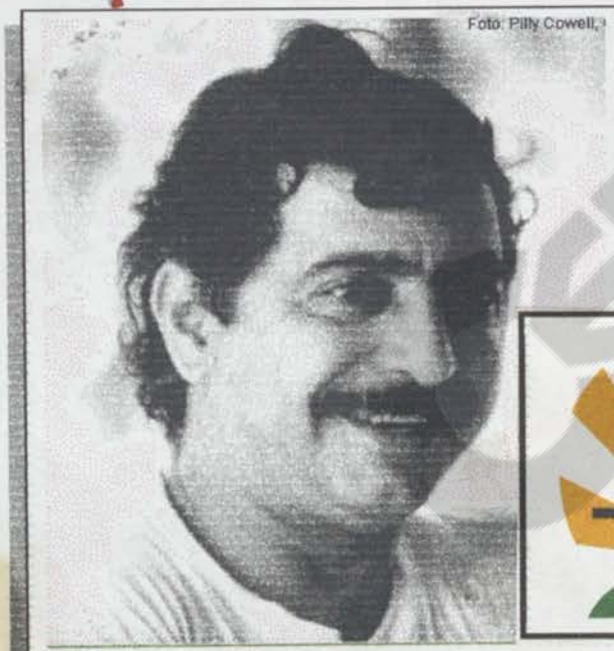
AFP

▲ **MASSACRE** - *O corpo do bispo guatemalteco no local onde foi massacrado com golpes na cabeça*

CEDIM

SE CALAREM
A VOZ DOS PROFETAS
AS PEDRAS
FALARÃO

Em Fé, Pela Vida e por Paz!



13 anos sem Chico Mendes

Comunidade Nossa Senhora dos Mártires da Baixada

20 anos Anunciando a Vitória da Vida

1º de maio: "O Sangue dos Trabalhadores gera vida"
Celebração do dia do trabalhador e testemunho de Sebastião
16:00h - Acolhida
16:30 Ofício Divino pela paz e testemunhos

2 de Maio: Com Maria das Neves e Maria protegendo a Vida
18:00h Terço e Filme: Maria Sempre Maria
19:00h Missa com Dom José Francisco

3 de Maio: A vitória da vida sobre a morte
8:30 às 13:00h O Martírio da Biblia e Hoje (com Tereza Cavalcanti)
(inscrições pelo tel: 3134-2212 de terça à sábado de 8:00 as 12:00h)
13:00 - Almoço
14:00 - 16:00h Participação de crianças e jovens

16:00h Missa Solene pelos 20 anos de Martírio

CLAMOR PELA VIDA E PELA PAZNA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

Pai e esposo exemplar. Líder político honesto e trabalhador. Amigo e conselheiro de todos os momentos. Dema, obrigado pela força que você nos deu!

No último sábado, 25 de agosto, fomos atingidos duramente pelo assassinato do nosso amigo e companheiro Dema (Ademir Alfeu Federicci), sindicalista e coordenador do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Baixo Xingu - MDTX.

O pistoleiro invadiu o quarto do casal e depois de uma luta corporal, Dema foi silenciado com um tiro na boca, na frente da família.

Muitos outros pais e mães de famílias vêm sendo atingidos pela violência que está aterrorizando a cidade de Altamira e região, com total impunidade e omissão do Estado.

A história de Dema era de luta contra as injustiças e pelo desenvolvimento sem destruição ambiental. Com a ajuda dele conseguimos tirar a Transamazônica do isolamento e atrair recursos para desenvolver a região.

Sexta-feira, dia 31 de agosto, faremos um grande Ato em sua homenagem. Venha que essa luta é sua também. Várias personalidades nacionais vêm prestar sua solidariedade.

Participe!

Local de concentração: Praça do Mirante - Bairro de Brasília
Hora: 09:00 (manhã)

DEMA TUA VIDA CONTINUA EM NOSSA LUTA

Lembrança do: *Dema*

CEDIM

CLAMOR PELA VIDA E PELA PAZ NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

Pai e esposo exemplar. Líder político honesto e trabalhador. Amigo e conselheiro de todos os momentos. Dema, obrigado pela força que você nos deu!

No último sábado, 25 de agosto, fomos atingidos duramente pelo assassinato do nosso amigo e companheiro Dema (Ademir Alfeu Federicci), sindicalista e coordenador do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Baixo Xingu - MDTX.

O pistoleiro invadiu o quarto do casal e depo
Dema foi silenciado com um tiro na boca, na frente da fa

**Muitos outros pais e mães de famílias vê
violência que está aterrorizando a cidade de Altam
impunidade e omissão do Estado.**

A história de Dema era de luta contra
desenvolvimento sem destruição ambiental. Com a ajud
Transamazônica do isolamento e atrair recursos para des

**Sexta-feira, dia 31 de agosto, faremos un
homenagem.** Venha que essa luta é sua também. Várias
vêm prestar sua solidariedade.

Participe!

Local de concentração: Praça do Mirante - Bairr
Hora: 09:00 (manhã)

DEMA TUA VIDA CONTINUA EM NOSSA LUTA

Ademir Alfeu Federicci

★ 31/03/1959

✝ 25/08/2001

Palavras do DEMA

"Um dia os agricultores da Transamazônica irão usufruir de uma qualidade de vida tal e qual a de vocês franceses". 1995, Viroflay - França

"Sou um agricultor e tenho apenas o primário, aprendi na escola da vida, na escola da luta." UFPA - Altamira, Junho de 2001

"Porque o poder capitalista tem que meter suas garras de morte aqui nessa maravilha de natureza. Construir uma barragem que no fundo é só para alguns ficarem mais ricos. E o que é mais triste, fazem uma propaganda tão grande que muita gente acaba acreditando. Nós não podemos deixar isso acontecer". 05.08.2001, a beira do rio Xingu em Vitória do Xingu

"Estou vendo aqui um sonho acontecer, a união do povo contra o poder". 13.08.2001, Medicilândia

"Manifestou o poder de seu braço: desconcertou os corações dos soberbos. Derrubou o trono dos poderosos e exaltou os humildes. Saciou de bens os indigentes e despiu de mãos vazias os ricos".

Lucas 1,51-53

SANTO DIAS DA SILVA

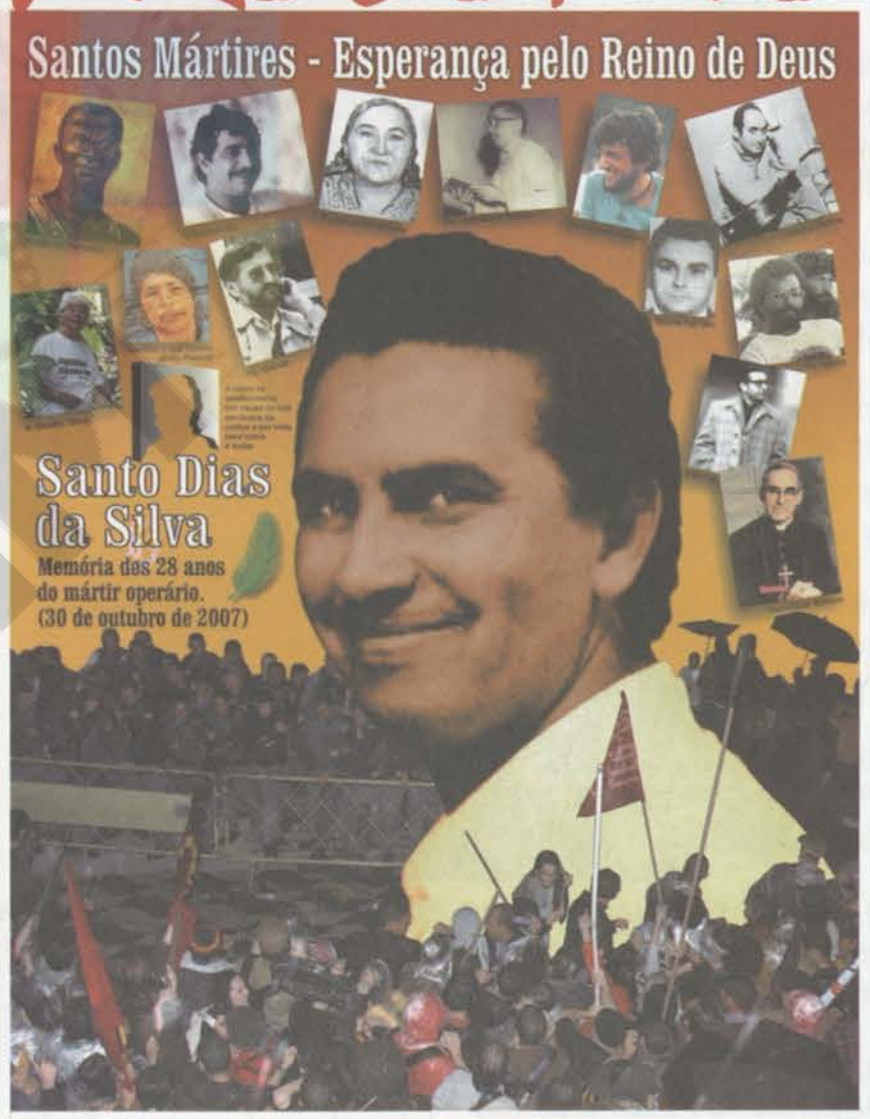
"Se eu fosse um escritor, escreveria sobre a situação do trabalhador em geral; se tivesse oportunidade e condições para isso, escreveria em cima desse tema, com o ponto de vista de fazer com que todos os trabalhadores viessem a ter uma informação correta daquilo que está em torno deles no dia-a-dia".

Pastoral Operária do Brasil

Rua Guarapuva, 317 - Moóca - Cep.: 03164-150 - São Paulo/SP
Fones.: (11) 6695-0404 e 6692-0538 e Fax 6618-1077
www.pastoraloperaria.org.br - E.mail.: po.nacional@ig.com.br
Av. Francisco de Sá, 1833 - Jacarecanga
Cep.: 60010-450 - Fortaleza/CE - Fone.:(085) 3238-1400
E.mail.: poceara@terra.com.br

Editoração eletrônica: Maria do Amparo

SANTO DIAS PRESENTE



"Não tenham medo daqueles que matam o corpo, mas não podem tirar a vida"

Mt 10,28

"Eu, dentro da minha concepção do porque viver, acho que a gente vive para transformar alguma coisa. Quer dizer, ter uma atuação num processo de transformação de vida. Eu acho que a gente não pode, dentro da minha concepção de vida, não deve viver simplesmente por viver. Eu acho que tem de viver participando de alguma coisa".

Trechos da fala de Santo, no único livro registrado com ele, pelo sociólogo Paolo Nosella, um pouco antes de sua morte, "Por que mataram Santo Dias".

APRESENTAÇÃO

SANTO DIAS DA SILVA

MEMÓRIA DOS 28 ANOS DO MARTÍRIO

Este é um subsidio de reflexão para os grupos de base da Pastoral Operária e para todos e todas que querem refletir sobre a vida de Santo Dias e sua trajetória de luta junto com a Classe Trabalhadora.

Outubro é o mês em que a Pastoral Operária celebra em todo o Brasil a memória do operário Santo Dias da Silva.

Santo Dias da Silva, operário, metalúrgico, militante da Pastoral Operária, foi assassinado em 30 de Outubro de 1979, em São Paulo, quando participava de greve por melhores condições de vida.

A lembrança de sua fé, garra e perseverança na luta nos motiva a refletir. O exemplo de sua coerência e persistência nos obriga a seguir.

Este ano, a Pastoral Operária do Brasil traz como lema: ***SANTOS MÁRTIRES – ESPERANÇA PELO REINO DE DEUS.***

Agradecemos a todos e todas que contribuíram com esse subsidio e manifestamos a nossa alegria aos que irão utilizar desta reflexão.

Um abraço para todos e todas e continuemos a gritar "**Santo a luta vai continuar!**"

Pastoral Operária do Brasil

Santo Dias PRESENTE

ELE PERMANECE EM NÓS

Missa de sétimo dia em memória de Santo Dias, na Catedral da Sé

O companheiro Santo Dias da Silva, nasceu em Terra Roxa, interior de São Paulo. Tinha 37 anos de idade. De seu casamento com Ana Maria teve dois filhos (Santo e Luciana).

O companheiro Santo, Operário Metalúrgico há 18 anos, trabalhava na Filtros-Mann, em Santo Amaro. Era um combatente de nossa classe.

O companheiro Santo, da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, concorreu como candidato a vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, pela Chapa 3, em 1979. Em 1963 participou da greve pela conquista do 13º salário. Dedicou sua vida à Classe Operária, na luta por melhores salários e melhores condições de vida. Em 1974 dirigiu a greve na Burndy do Brasil e orientou inúmeros companheiros na grande greve de maio e junho de 1978.

Sua esposa, Ana Maria, é também uma companheira comprometida com a luta libertadora do povo. Participa do Movimento Contra a Carestia e do Clube de Mães, junto com os moradores operários de seu bairro de Santa Margarida, no Guarapiranga. Ela e Santo sempre lutaram, seja por mais ônibus, seja por creches, tão necessárias ao povo da periferia.

UM MILITANTE CRISTÃO

O companheiro Santo era membro da Paróquia de Vila Remo. Na comunidade refletia os problemas da classe operária à luz do Evangelho. Nos grupos de evangelização ajudava a construir a Igreja que, pelo Espírito de Deus, nasce do Povo oprimido e sofrido. Militava na Pastoral Operária discutindo as lutas da sua classe como sinais da libertação que Deus opera na vida de seu povo. Representava os trabalhadores na Comissão Provincial de São Paulo, na Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil.

A CLASSE OPERÁRIA PERMANECE SEMPRE VIVA

O companheiro Santo foi assassinado pela repressão às 14 horas do dia 30 de Outubro de 1979. Mataram-no a tiros, em frente à fábrica Sylvania, em Santo Amaro.

*Imagem do filme "**braços cruzados, máquinas paradas**".*

Foi covardemente baleado pelos policiais, no momento em que cumpria as resoluções da assembléia da categoria metalúrgica. Assembléia que deflagrou a greve geral, a partir das 22 horas do dia 28 de outubro. Santo, calmamente, como era o seu jeito, orientava os companheiros na porta da fábrica, mantendo-os firmes na greve e sem provocações.

Por lutar, como todos os trabalhadores, por melhores dias para o povo brasileiro, SANTO foi assassinado.

Nesta luta, a Classe Operária defende os seus direitos, faz ouvir a sua voz, desmascara a política salarial do governo, pára as máquinas, deixa os patrões em desespero – a ponto de chamarem a policia para atirar em trabalhadores que, como SANTO, ostentam a mais poderosa arma: CONSCIÊNCIA DE CLASSE!

Condenados á fome, os operários fazem greve. Silenciados pela repressão, os operários ocupam as ruas. Presos, os operários ganham mais força para continuar a luta. Perseguidos, os operários se enchem de coragem. Assassinados, eles se multiplicam numa multidão viva e combativa. Um operário que tomba na luta faz nascer mil operários comprometidos com a mesma luta.

A classe operária é imbatível. Ela não morre nunca e o seu futuro tem um nome: LIBERDADE!

(Este texto foi escrito no dia 30 de Outubro de 1979 pela Pastoral Operária de São Paulo e distribuído na Igreja da Consolação durante a missa e na manifestação). ■

ANA DIAS É UMA MILITANTE MULHER NA LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

Ana Dias Lançamento do Livro "Santo Dias - Quando o passado se tranforma em História.

Ana Dias sempre ressalta a importância da mistica da Pastoral Operária e da presença constante da Igreja nesse processo de manter viva a memória de Santo Dias, e sobretudo, a garantia da continuidade de sua luta.

Tudo teve início na década de 70: as mulheres saíram das casas em busca de endereço, pois precisam pesquisar para a luta começar.

Na região do Jardim Ângela, São Paulo/SP, tudo era ruim: sem luz, sem água, sem esgoto, sem creche, sem escola e hospital. A carência era grande: filhos largados na rua, ao sol, à chuva e à lua.

Começamos a fermentar, jovens, mulheres e homens, na esperança de mudar o nosso País para melhor. Sofremos com a repressão, com muita confusão e com uma arma de fogo nos tiraram Santo Dias, nosso irmão.

Ana foi companheira no dia a dia das lutas, sempre presente no cotidiano da militância. Não como coadjuvante, mas como protagonista, junto, dividindo com Santo não só mesmo pão, mas também o mesmo sofrimento e as mesmas esperanças, vitórias e conquistas.

Ana extrapolou o próprio conceito de companheira, pois mais do que repartir o pão, lutou com Santo pelo pão de cada dia. Muito mais do que lutar pelo pão para os seus filhos, seu filho e sua filha, lutou pelo pão de outros filhos e filhas deste Brasil.

Mais do que lutar pelo pão que alimenta o corpo, Ana lutou e luta pelo pão que alimenta a alma, o pão do conhecimento, o pão da liberdade, o pão dos direitos humanos.

Ana Dias tem animado muito a Pastoral Operária, após a morte de seu marido. Viajou por este Brasil, para vários Estados, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, fazendo visitas aos grupos de base da pastoral operária.

O Casal na época do Movimento do Custo de Vida, em sua casa

A sua presença de mulher lutadora, que nas suas visitas falava de outras políticas, a política das relações, a política da sensibilidade que as mulheres levam e que são ferramentas fundamentais nesta luta para mudar a sociedade para uma outra sociedade que queremos.

Após a morte do Santo, Ana continuou na luta, no exemplo na esperança de dias melhores para todos e todas. "E ele vive, ele vive na memória e na história. Ele vive na memória e Ana fazendo a história"(Toninha Carrara).

Mas, a Ana, que passou a se chamar Ana Dias após a morte do seu marido, tinha uma luta junto com o Santo, as cinco da manhã. Na tarde aconteceu o assassinato.

A Ana era muito lutadora e sempre cuidadora da família. Uma familia sempre unida em todas as reuniões e em todos os movimentos. Como todo mundo diz, a mulher puxa o homem; ela realmente puxava, estava junto o tempo todo.

No movimento do custo de vida, quando íamos para a rua, encarávamos a policia.

A mulher ia para a rua, conseguiu fazer uma revolução e continua fazendo. ■

Conceito de mártir e martírio

De acordo com o Vocabulário de Teologia Bíblica, *mártir* significa, *testemunha,* seja em termos históricos, jurídicos ou religiosos. Na tradição cristã, aplica-se o termo exclusivamente àquele que doou sua vida e derramou o sangue por fidelidade à causa de Jesus Cristo, Ele mesmo um mártir que sofreu um dos piores martírios, o da morte na cruz.

Na História da Igreja, desde os tempos mais remotos das primeiras comunidades cristãs, passando pela época medieval, e chegando aos tempos modernos, conta-se às centenas e até aos milhares o número de mártires. Em geral são pessoas que, por um lado, se indignam e se insurgem contra os tiranos ou, por outro, defendem até as últimas conseqüências os mais débeis e indefesos. Por isso deixaram suas pegadas gravadas a sangue vivo na história da humanidade.

Boa parte deles é lembrada anualmente na liturgia católica, como Santo Estevão, Santa Perpétua e Felicidade, São Pedro e São Paulo. Outros, embora ainda não constem no calendário litúrgico, estão para sempre presentes na memória do povo cristão, como é o caso de Dom Oscar Romero, Ir. Dorothy, Margarida Alves, Chico Mendes, Santo Dias da Silva, e tantos outros. Aliás, o continente latinoamericano, ao longo de sua trajetória de lutas, tem sido palco de inúmeros testemunhos de entrega e doação total, em prol da justiça, da verdade e da paz.

Mas, ao lado desses mártires que derramaram o seu sangue e que são conhecidos pelo nome e sobrenome, não podemos esquecer os mártires anônimos que morrem praticamente sem deixar marcas. São aqueles que entregam sua vida gota a gota, dia a dia, num testemunho diário e silencioso, ocultos nos porões mais sórdidos e ignorados da sociedade. Basta pensar, por exemplo, nos milhões de indígenas e afro-brasileiros dizimados ao longo da colonização e da escravidão em quase todos os países latino-americanos. Pensar na multidão dos "sem" que, faminta e subnutrida, morre de inanição ao lado de armazéns abarrotados e de latifúndios improdutivos. Ou, também, nas mulheres esposas que, muitas vezes encobertas pelo sigilo domiciliar, são obrigadas a esconder até dos parentes mais próximos as feridas e hematomas causados pela violência dos maridos, e por fim levadas à morte pela tristeza e abandono em que vivem. E, ainda, nas mães e pais que por décadas a fio doam suas vidas pela realização dos filhos e que, por eles, não raro acabam sendo internados em asilos e condenadas ao esquecimento antes de morrer. Por fim, nas vítimas do tráfego de drogas, de armas e de seres humanos para fins de exploração sexual, particularmente meninos, meninas e jovens, que têm sua vida ceifada na flor da idade.■

Estevão - o primeiro mártir cristão

"Ao ouvir essas palavras, eles ficaram enfurecidos e rangeram os dentes contra Estevão. Repleto do Espírito Santo, Estevão olhou para o céu e viu a glória de Deus, e Jesus, de pé, à direita de Deus.
Então disse: "Estou vendo o céu aberto e o Filho do Homem, de pé à direita de Deus". Então eles deram fortes gritos, tamparam os ouvidos e avançaram todos juntos contra Estevão. Arrastaram-no para fora da cidade e começaram a apedrejá-lo. As testemunhas deixaram seus mantos aos pés, de um jovem chamado Saulo. Atiravam pedras em Estevão, que repetia esta invocação: "Senhor Jesus, recebe o meu espírito". Depois dobrou os joelhos e gritou forte: "Senhor, não os condenes por este pecado". E, ao dizer isso, adormeceu. (Atos 7, 54-60)

Santo Dias divulgando o jornal da Chapa 3, na porta de fábrica.

O MOVIMENTO OPERÁRIO EM 1978/79, MARTÍRIO DE SANTO DIAS

OS DIAS ATUAIS E SEUS DESAFIOS

Primeira grande manifestação do MCV na pra da Sé

Depois de 14 anos de "silêncio", imposto à Classe Operária pela ditadura militar pelo poder e a força das armas – silêncio quebrado apenas no primeiro semestre de 1968 -, iniciou-se nos primeiros meses de 1978 a retomada dos movimentos dos trabalhadores.

Foram anos de plantio clandestino dos núcleos de base pelas indústrias do Brasil, particularmente na capital paulista e na Grande São Paulo. Ao lado do trabalho de nucleação, miúdo e aparentemente infrutífero, travava-se também uma luta titânica de combate ao peleguismo dos interventores sindicais, das medidas repressivas e de arrocho do governo militar. Esse trabalho de enfrentamento se dava principalmente em épocas das lutas pela reposição salarial e durante os períodos eleitorais nos sindicatos. Eram nesses momentos que muitos militantes, pelo Brasil afora, "davam as caras pra bater", dispondo-se a fazer uso da palavra nas assembléias sindicais ou compondo nas chapas de oposição.

A semente plantada e cultivada deu resultado. Em maio daquele ano, os trabalhadores da Scânia deram o primeiro passo, deflagrando uma greve que se alastrou pelo ABC e por São Paulo. Foram centenas de fábricas que pararam por iniciativa dos próprios trabalhadores, particularmente na capital, à revelia da direção sindical pró

militar. Foi também o ano em que a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, nas eleições, impôs uma derrota aos pelegos, de tal forma acachapante que forçou ao então Ministro do Trabalho, Arnaldo Pietro, a promover nova intervenção no sindicato mais importante da América Latina. Aquela nova violência ministerial aguçou mais ainda os ânimos no meio operário, o que ocasionou a decretação da primeira greve da categoria, depois de tantos anos de paralisia, deflagrada no mês de outubro e traída vergonhosamente pela turma do Joaquinzão, o pelego mor da época.

Esses fatos todos tiveram grande influência no meio operário e, em abril de 1979 houve a primeira greve da categoria metalúrgica do ABCD. Mas foi no mês de outubro que o fato mais importante se deu: a Oposição Metalúrgica paulistana conseguiu reunir milhares de operários numa primeira assembléia convocada por força de oficio regimentar. Num processo democrático, nunca antes vivido, depois de dezenas de assembléias regionais realizadas nas cinco regiões da capital, na última das três assembléias gerais, realizadas no antigo Cine Piratininga, com a presença de milhares de trabalhadores, foi decretada por unanimidade a segunda greve da categoria e realizada de forma pacifica. Cerca de 90% das fábricas e oficinas da capital pararam.

Mas a ditadura e os pelegos não deixariam barato esse enfrentamento. Deflagrada no dia 29 de outubro, a greve sofreu a violência da polícia de Maluf no dia seguinte, quando, em frente à Sylvânia, no bairro de Santo Amaro, o cabo Herculano, a mando do seu comandante, atirou em Santo Dias da Silva, transformando-o em mais um mártir da classe operária brasileira.

Santo Dias (que com Anízio Batista de Oliveira - ambos militantes da Pastoral Operária), havia encabeçado a chapa de Oposição e que derrotara o Joaquinzão um ano antes, era o alvo dessa violência, porque se tratava de um líder nato, corajoso, inteligente, cuja liderança crescia a olhos vistos, tornando-se um tormento para a ditadura e o peleguismo.

Sua morte, em vez de esfriar os trabalhadores, fez acirrar ainda mais os ânimos da categoria, prolongando a greve por 10 dias, tendo como uma das vitórias mais importantes, ao final, o reconhecimento de várias Comissões de Fábrica por parte de grandes empresas da cidade. Nesse processo crescente das lutas, desenvolve-se, em 1980 a grande greve do ABCD. Foi durante essa greve que a Classe Operária deu demonstrações inequívocas de que é capaz de praticar sua solidariedade classista. De várias regiões do País, caminhões de mantimentos eram levados para aquela região, garantindo o alimento e a força necessária aos trabalhadores grevistas e às suas famílias, para sustentar uma paralisação que se prolongou por mais de 40 dias.

Foi desse período de lutas, que se desenvolveram em várias capitais do país, assim como no campo, que se criaram as condições objetivas para a fundação da CUT e, posteriormente, de outras centrais, até então proibidas pela legislação brasileira.

Reunião de parte da Chapa 3 para o jornal da Vila, da esquerda para a direita: Ubiraci Dantas, Hélio Bombardi, Anísio Batista, Marcolino Martins, Fernando do Ó e Santo Dias

Os anos se passaram, a classe operária foi sendo reprimida, principalmente pelo desemprego. Seus principais "dirigentes" foram sendo cooptados pelo capital; se tornaram novos pelegos, abandonando suas bases e aderindo ao "sindicalismo de resultados", em que os trabalhadores da ativa preferem "trocar seus dedos por alguns anéis"; cada categoria defendendo apenas algumas conquistas para si mesmas; a solidariedade de classe foi sendo abandonada. Em geral, os trabalhadores se sentem "órfãos" dos seus órgãos de representação e os dirigentes das centrais sindicais, mais preocupadas em ocupar espaços nas estruturas, defendendo seus bons salários e privilégios pessoais ou para seus grupelhos.

Os vários governos - eleitos pelo povo que espera por mudanças estruturais e por justiça - vêm marchando na contra-mão das esperanças populares, aderindo às orientações do grande capital e promovendo reformas que visam eliminar os direitos conquistados com tantas lutas históricas da classe trabalhadora e com muito sangue derramado.

Porém, e apesar de todas as desilusões populares, há alguma luz "no fim do túnel", com os movimentos populares retomando a iniciativa das lutas populares, pela terra, pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce, pelo não pagamento dos serviços da Dívida. Há também parcela significativa – embora minoritária ainda – de sindicatos que resistem à prática pelega das centrais e desenvolvem suas lutas contra as medidas anti-operárias e reformistas do governo, buscando a retomada da organização de base e da prática sindical verdadeiramente democrática.

São sementes que vêm sendo lançadas há alguns anos e que começam a vingar, apontando para um futuro não muito distante de ascensão das lutas populares e da retomada do movimento sindical classista, este comprometido com o conjunto dos trabalhadores e não apenas de algumas categoria profissionais.

A vingar essa reascenção das lutas populares, será o sinal histórico de que o sangue de nossos mártires, como Santo Dias da Silva e tantos outros, não foi em vão, como em vão não foi o sangue de Jesus Cristo derramado na cruz. ■

CANTO DE SANTO DIAS

1. Operário de sonho criança
Operário da terra e oficina
Operário que um dia se cansa
De esperar as mudanças de cima.

2. Operário esperança que vela,
Operário suado, sem fala
Operário algemado na cela,
Operário calado à bala.

3. Entre nós órfãos choram carícias
De ásperas mãos de ternura
Quem morre em piquete vencendo
A mão que lhe mata e tortura.

4. Só o rosto do amigo tem nome
E lugar de uma vida futura
A terra e história consomem
O covarde. a opressão e a impostura.
Santo a luta vai continuar
Os teus sonhos vão ressuscitar
Operários se unem pra lutar
Por teus filhos vai continuar.

5. É o gás, é o choque, é a tosse
Fumaça, cavaco, ferida.
Pobreza com fome, cansaço,
Doença, hora extra perdida.

6. A máquina quieta, parada;
É a greve, o piquete, a polícia;
É o peão com a vida danada
Entre a fome e a dor da sevícia

7. É o sangue que orvalha a justiça;
Dá a flor, dá o fruto e o pão
Ternura nas mãos da cobiça
Se vinga em nova estação.

8. É Santo que a morte não mata;
Soluços de Anas Marias.
Nós órfãos que perdem seus pais
Renascem as idéias um dia
Santo a luta vai continuar...

LADAINHA DOS MÁRTIRES

Irmãs e irmãos, evoquemos as testemunhas do Reino, os mártires da caminhada latino americana: que roguem a Deus por toda humanidade e por nós, herdeiros de muito sangue e de muito sonho.

Senhor, tende piedade de nós.
T – Senhor, tende piedade de nós.

Jesus Cristo, tende piedade de nós.
T – Jesus Cristo, tende piedade de nós.

Senhor, tende piedade de nós.
T – Senhor, tende piedade de nós.

À Santa Mãe de Deus pedimos proteção, a graça de seu filho e a força da união.
- Rogai por nós, rogai por nós. (bis)

De todo este Brasil, Terra de Santa Cruz, os mártires nos guiem na estrada de Jesus.

De todo o Continente, a Grande Pátria amada, os mártires nos levem na longa Caminhada.

Marçal e companheiros, Sepés de hoje ainda, juntai todas as tribos no sonho da Ameríndia.

Lembremos de Zumbi, em todos os altares, pois derramou seu sangue, no Quilombo dos Palmares.
Eloy, Tião e Gringo, organizai o povo para a Reforma Agrária e um Sindicato novo.

Nas lidas do trabalho, nas greves necessárias, valei-nos, Santo Dias das lutas operárias.

Irmãs Cleusa, Adelaide, comadres Margaridas, tornai as companheiras mais fortes, mais unidas.

Velai os pequeninos, filhos do Pai celeste, piazinhos de Ronda Alta, anjinhos do Nordeste.

Frei Tito e João Bosco do nosso Ribeirão, livrai-nos da tortura, salvai-nos da opressão.

Animadores leigos, sal da comunidade, fazei de toda a Igreja um Povo de verdade.

Rútilio e Rodolfo, Josimo e Ezequiel, fazei de todo padre testemunha fiel.

Romero e Angelleli, da doação maior, tornai nossos pastores iguais ao Bom Pastor.
Ó Senhor, sede nossa salvação!
T – Ouvi-nos Senhor!

- Libertai-nos do pecado e da opressão!
- Acolhei o clamor dos oprimidos!
- Retornai a seu lar os exilados!
- Devolvei-nos os desaparecidos!
- Ajudai-nos a viver organizados!
- Ajudai-nos a livrar o Continente!
- Ensinai-nos a ser pobres com os pobres!
- Que façamos da política um serviço!
- Que haja casa para todos os sem - casa!
- Que haja pão para todos os sem - pão!
- Que haja paz para todos os sem - paz!
- Renovai toda a Igreja no Evangelho!
- Congregai as Igrejas para o Reino!
- Por Belém, pela Ceia e pela Cruz!
- Porque sois vida e ressurreição!
- Pelo Espírito que é vosso próprio Amor!

Jesus Cristo, ouvi-nos! Jesus Cristo, atendei-nos!

T – Jesus Cristo, ouvi-nos! Jesus Cristo, atendei-nos!

Pai nosso

CEDIM

fórum social mundial

world social forum 2009

Belém | Pará | Brasil

PASTORAIS SOCIAIS

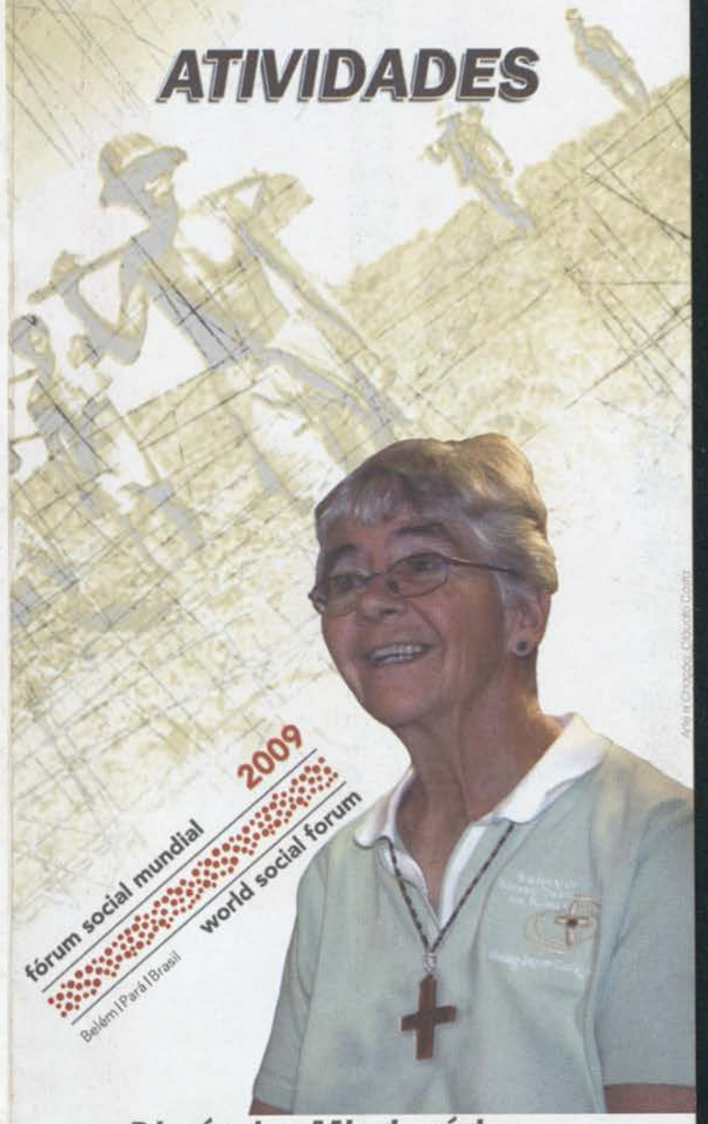
CNBB Norte 2

CÁRITAS BRASILEIRA

CEDIM

Tenda Ir. Dorothy

ATIVIDADES



fórum social mundial 2009 world social forum

Belém | Pará | Brasil

Discípulos Missionários

Acreditamos que um outro mundo é possível

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2009
27 de janeiro a 01 de fevereiro

25 e 26 – Credenciamento dos participantes
27 – Caminhada de abertura • Horário: 14h
Concentração: Escadinha em frente a Estação das Docas
28/01 - Programação nos Palcos da Pan Amazônia

EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO:
- D. José Azcona – Bispo acompanhante da Pastorais Sociais
- Orlanda Alves – Secretária Executiva do Regional
- Lindomar Silva – Secretário Executivo da Cáritas
- Regional e Coord. das Pastorais Sociais N2
- Ir. Henriqueta Cavalcante – Secretária da CJP N2
- Ruth Matos – Secretaria das Pastorais Sociais N2

TENDA IRMÃ DOROTHY

DIA 28 - QUARTA

HORA	ATIVIDADE	ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS	ASSESSORIA
14h as 18h30	SEMINÁRIO A Igreja e seus Mártires em defesa dos Direitos Humanos na Amazônia Apresentação Teatral, Exposição e Testemunhos • D. Erwin, • Sr. Lalor (Ir. Henriqueta) • Antônia Melo, • D. Azcona • Maria Joelma	CNBB – Pastorais Sociais Comitê Dorothy	Marco Apolo – Sociedade Paraense dos Direitos Humanos Pe. Alberto Guindote

DIA 29 - QUINTA

HORA	ATIVIDADE	ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS	ASSESSORIA
08h30 as 11h30	Escravidão no Século 21: Vamos acabar com essa vergonha	CPT SINAT ANAMATRA	José Nery – Senador do PSOL-PA Frei Xavier – CPT; Felício Pontes, MPF Paulo Vanucci – SNDH Andréia BOLZON - OIT
12h as 15h	• Lançamento do Livro: João Batista "Mártir da luta pela reforma Agrária" Livro de Pedro Cesar Batista. • Lançamento do Livro: "Rio Maria" Livro Dr. Ricardo Rezende	CNBB – Pastorais Sociais CPT	Pedro César Batista Dr. Ricardo Rezende
15h	Lançamento da Campanha de Enfrentamento da violência contra as Mulheres do campo e da floresta "Mulheres donas da própria vida" Viver sem violência, Direito das Mulheres do campo e da floresta		Ministra Nicéia Freire
15h30 as 18h30	Organização, Participação Social e Educação Popular: Experiências e desafios Latino Americanos	Rede de Educação Cidadã	Frei Betto – Frade Dominicano Paulo Vannuchi – Ministro Direitos Humanos Brasil Oscar Jara – Coodenador do Programa de Apoio a Sistematização de experiências do Conselho de Educação de Adultos da America Latina / Costa Rica Diego Pari – Vice Ministro de Educação Superior / Bolívia

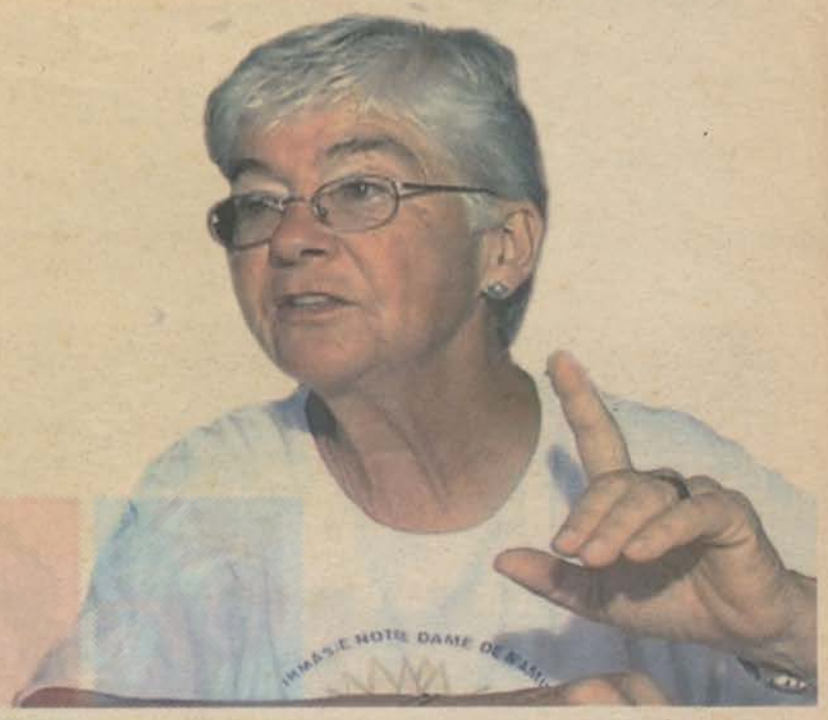
DIA 30 - SEXTA

HORA	ATIVIDADE	ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS	ASSESSORIA
08h30 as 11h30	SEMINÁRIO: A Igreja e a Ecologia – Fundamentos e experiências para um modelo sustentável de desenvolvimento na Amazônia	CNBB – Pastorais Sociais Comitê Dorothy	Dr. Felício Pontes Prof. Alfredo Wagner
12h as 15h	Oficina – Pastoral do Migrante Seminário: Políticas Migratórias e integração dos povos	CNBB – Pastorais Sociais Grito Continental Pastoral do Migrante	Ilês - Centro de Apoio aos Migrantes Luis Bassegio - do Grito dos Excluídos Gloria Apia - Coord dos Excluídos da Bolívia, Patrícia Gainza – Mesa de Migrantes Uruguay
15h30 as 18h30	Territorialidade e Populações Tradicionais no Brasil (Povos Indígenas e Quilombolas) Lançamento da Campanha Guarany e Amazônia Indígena. Depoimentos: Índios da Raposa Serra do Sol, Indígenas Borari, D. Roque.	CIMI UFAM	D. Erwin Krautler Alfredo Wagner – UFAM Jacir Makuxi – Raposa Serra do Sol Quilombola do Sul Quebradeira de Côco do Maranhão

DIA 31 - SABADO

HORA	ATIVIDADE	ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS	ASSESSORIA
08h30 as 10h 10h30 as 12h30	Educação: Sob dois olhares / Brasil e Amazônia Experiências de Presbíteros e alternativas para outro mundo possível		Dra Zuleika Aum Attab Prof. Merivaldo Paiva Pe. Alírio Berviam Pe. José Maria Ribeiro
12h as15h	Oficina "Como combater a corrupção eleitoral"	Movimento Nacional de Combate a Corrupção Eleitoral Comissão Justiça e Paz	

ORAÇÃO PARA IRMÃ DOROTHY
Para não esquecer



Pai-Nosso dos caudais de Anapu,
E de seus verdes ruídos acima do silêncio,
Onde estavas àquela hora amarga,
Distraído entre os tocaris da mata
Ou chorando ainda o alto Bacuri
derrubado?

Onde estavas àquela hora amarga
Em que o tronco bebeu a seiva com
pesar
E a dor ressecou os ramos ao redor?
E a escuridão vitoriosa percorreu
O cárcere úmido da madeira?

Comprimida de orvalho e divindades
Uma filha da paz caiu sobre os dias
Profetiza das regiões elíseas
E distantes onde te perdes, ó Pai,
Pelas manhãs do tempo.

Tinha a idade brilhante dos rios
E da Cueira solitária das sombras
Adulava o perigo das alturas.

Na cuia plural dos olhos,
Vagarosa brisa desvelava
Estrelas na penumbra
Predicando as sentenças
Como há muito não se via.

Onde estavas, ó Pai, quando a bala
Atravessou o vento
Retilínea e assassina
Estendendo no mundo
A mais preta das cores?

A doçura daquela mulher
Caída sobre um ombro
Ainda nos assusta e insurge
Encalhada na memória da nação.

Agora enfeitado com cuias e pacurus
Abraçado por arco-íris
Plantado às margens do Anapu
Este mesmo corpo, ó Pai,
Devolve a sacralidade
Às imensas terras da Amazônia
E as tira do esquecimento
Por dentro e fora...

(Aceita este corpo
E cuida com a ternura
Que todos queríamos, ainda que tarde,
Dedicar-lhe num beijo.)

Jelson Oliveira – CPT Paraná

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil ..... R$ 10,00

☐ Para o exterior ..... US$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.
Informações: canutocpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1ºAndar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

IMPRESSO **VIA AÉREA**

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Números caem, tensão permanece

Antônio Canuto

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou, no dia 26 de setembro, os dados parciais dos conflitos no campo, referentes aos meses de janeiro a agosto de 2005. Neste período, o Setor de Documentação registrou 28 assassinatos de trabalhadores rurais. Um a mais do que igual período no ano anterior, quando ocorreram 27 mortes.

Também houve crescimento no número de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão. De janeiro a agosto de 2005, houve a denúncia da existência de 5.464 trabalhadores em regime de escravidão. Número 14,8% maior do que 2004, 4.759. O número de trabalhadores resgatados foi 29,8% maior, 3.135, do que em igual período de 2004, 2.414. Estes dados mostram que, apesar de todas as denúncias, a prática de exploração de pessoas submetidas a condições análogas ao trabalho escravo está muito longe de ser contida.

O aumento Geral do número de trabalhadores em situação de escravidão e libertos tem a ver com a identificação e resgate de 1.200 trabalhadores (praticamente metade de todos os trabalhadores libertados), numa única operação do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e da Polícia Federal, na Destilaria Gameleira, no município de Confresa, Mato Grosso. O número de situações denunciadas no período, 173, é 4,94% menor que as denunciadas no mesmo período em 2004, 182.

Os demais números da violência no campo, porém, foram menores, se contrapostos ao mesmo período de 2004. Os conflitos no campo foram 794 envolvendo 615.260 pessoas. Houve uma redução de 44% do número de conflitos em relação ao mesmo período de 2004, 1416; e uma queda de 26% de pessoas envolvidas, 834.484, em 2004. Por outro lado, estes números mostram que, em 2005, houve uma média de 774 pessoas envolvidas em cada conflito, contra 589 em 2004. 31% maior.

Com relação à atuação dos movimentos sociais na pressão por efetiva ação de reforma agrária, os números são significativamente menores. De janeiro a agosto de 2005, foram registradas 257 novas ocupações, envolvendo 31.509 famílias e 43 novos acampamentos, com 7.897 famílias. No mesmo período, em 2004, foram registradas 429 ocupações, com 66.250 famílias e 132 acampamentos, com 18.590 famílias.

O que explica esta diminuição?

À primeira vista, a redução dos números de conflitos no campo, de ocupações e acampamentos poderia estar indicando uma tendência à normalização da situação no campo. Mas a tensão no campo se mantém e, em algumas regiões, se acirra, apesar de todos os discursos e, inclusive, da presença ostensiva até das próprias forças armadas, como aconteceu no Pará.

Os dados de assassinatos e de trabalhadores escravos mostram que o poder privado, dos chamados ruralistas, continua muito forte. Isso aparece com maior clareza na região Centro-Oeste, paraíso do agronegócio, onde o número de famílias expulsas passou de 356, de janeiro a agosto de 2004; para 560, no mesmo período em 2005. No Mato Grosso este número saltou de 60, em 2004, para 320, em 2005. Também cresceu o número de expulsões no Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo.

A ação do poder público no despejo de famílias, apesar de no total ter sofrido um significativo recuo, mostrou-se severamente punitiva aos trabalhadores, sobretudo em alguns estados. Os despejos cresceram no Amapá – 70 famílias em 2005; e nenhuma em 2004 –, em Santa Catarina – 53, em 2005, e 1 em 2004 – e no Pará – 969 em 2005 e 314 em 2004.

Desde setembro pelo menos outros seis trabalhadores foram assassinados confirmando que a violência continua, alimentada sempre pela impunidade. As liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a favor do coronel Mario Pantoja e do major Oliveira, os dois únicos condenados no caso do massacre de Eldorado de Carajás, deixam claro que cadeia foi feita mesmo é para os pobres.

Da parte dos movimentos os ânimos se esfriam diante da ação tímida e vagarosa do governo em criar assentamentos. Diante deste quadro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) priorizou a realização da marcha a Brasília, com 12 mil pessoas, a outras ações de enfrentamento. Outros movimentos também na busca de alguns benefícios atenuaram tanto o discurso, quanto as ações. Como assinala Horácio Martins de Carvalho, "a cooptação e a repressão às lutas pela terra desviou a luta social no campo para as atividades-meio (educação, saúde, etc) dos movimentos e organizações sociais. Nesse processo geral, constitui-se uma forte e reacionária burocracia nos movimentos e organizações sociais e sindicais do campo."

Quadros comparativos dos conflitos no campo

Conflitos e da violência
Janeiro a Agosto 2004 e 2005

	Conflitos	Pessoas	Assassinatos	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas
2004	1.112	834.484	27	2.219	29.993
2005	794	615.260	28	1.666	11.837

Trabalho Escravo
Janeiro a Agosto – 2004 e 2005

	Denúncias recebidas	Pessoas envolvidas	Pessoas resgatadas
2004	183	4.759	2.415
2005	173	5.464	3.135

Ocupações e Acampamentos
Janeiro a Agosto – 2004 e 2005

	Ocupações	Nº famílias	Acampamentos	Nº famílias
2004	429	66.250	132	18.590
2005	257	31.509	43	7.897

• *Secretaria Nacional da CPT*

DEVOÇÃO

TRÊS ANJOS DE CAXIAS

Uma esperança contra o crime

Padre acredita que martírio das meninas e a religiosidade gerada são sinais contra o mal

Helvio Lessa
hlessa@odianet.com.br

■ Padre Constanzo Bruno não descarta a possibilidade de as irmãs Eliete, Elionete e Elizete um dia realizarem milagres, conforme alguns fiéis afirmam que ocorrem. Mas deixa sempre uma dúvida no ar: "Só Deus sabe", responde. O padre acredita que as pessoas estão recebendo bênçãos através da intersecção das meninas e que esses depoimentos só fortalecem e ajudam a igreja.

Ele não tem dúvidas de que as irmãs são anjos enviados para proteger os moradores do bairro. "Esse fato está ligado a um problema gravíssimo, que é o poder dos traficantes. É uma mensagem de resistência e luta contra a imposição do tráfico. A morte da família foi um choque para todo o mundo", explicou.

Até então pouco conhecida, a história está repercutindo positivamente em algumas localidades da Baixada. "Eu ainda não conheço a Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, mas estou curiosa com a história. Para quem tem fé, foi um milagre ter nascido uma roseira dentro da casa", disse a dona-de-casa Valdete Sena de Barros, 65 anos, moradora do bairro Itatiaia, em Caxias.

"Eu já ouvi comentários sobre o drama vivido pela família. Nunca estive na igreja, mas deverei fazer uma visita em breve", afirmou o aposentado José Ventura Sobrinho, 75 anos, que mora no bairro Olavo Bilac. III

FOTOS ALESSANDRO COSTA

Imagem das meninas pintada aos pés da Santa emociona fiéis que freqüentam a igreja

SUA HISTÓRIA

Aos 12 anos entrou no Seminário, sendo ordenado Sacerdote em 1963 e nomeado Padre Vigário de uma paróquia recém-criada.

ATUAÇÃO NA FRANÇA

Em 1968 a França toda conheceu acontecimentos políticos muito importantes e Pe. Gabriel participou de passeatas com operários e estudantes, mostrando o verdadeiro sentido de ser Sacerdote servidor.

Ainda em 1968, Pe. Gabriel apoiou uma campanha Mundial em favor dos Militantes da JOC brasileira, presos e torturados.

Desde 1969, participou muito ativamente de movimentos, conscientizando o povo contra o racismo, e em favor dos povos dos países pobres, em favor da paz mundial e do desarmamento.

Por isso, Pe. Gabriel foi rapidamente escolhido como Secretário-Geral deste movimento: "Movimento popular do cidadão do mundo". Neste Movimento atuavam pessoas de várias religiões ou sem religião, pessoas de vários partidos políticos e sindicalistas.

Também em 1969, promoveu um abaixo-assinado contra a venda de aviões militares Franceses (Mirage) ao Governo militar do Brasil.

ATUAÇÃO NO BRASIL

Padre Gabriel decidiu deixar sua terra, por uma missão profética. Veio para o Brasil e se colocou a serviço do povo mais sofrido.

Saiu de Paris em 02 de outubro de 1980. Chegou ao Rio de Janeiro no dia 03/10/80 e a Vitória no dia 04/10/80. Chegando a Cariacica começou a trabalhar em Porto de Santana. Em agosto de 1981, assumiu o acompanhamento de mais comunidades na Paróquia de Campo Grande. Começou a trabalhar no Boletim Ferramenta da Pastoral Operária e na redação do Folheto Litúrgico Caminhada, das Comunidades de Base.

Durante todos esses anos em Cariacica, empenhou-se na organização do povo oprimido, através da conscientização, ligando Fé e Vida.

Incentivou a participação dos cristãos nos movimentos popular, sindical e político.

Atualmente assessorava várias pastorais:

– a nível de área – Cariacica / Viana: Pastoral de Juventude e Grupos de Mulheres;

– a nível de Arquidiocese de Vitória: Pastoral operária.

Além destas assessorias, ele atuava junto à coordenação do Conselho de Área de Cariacica/Viana, participava da articulação Pastoral das áreas da Grande Vitória e era administrador Paroquial em Porto de Santana e Flexal.

Seu método de conscientização cativava todos que o cercavam, levando os cristãos a assumirem a luta pela melhoria do município. Assim, as comunidades de Cariacica se fortaleceram na luta pela fé e vida e continuarão o seu trabalho que tanto incomoda os poderosos que o mataram.

A SUA ATUAÇÃO INCOMODOU OS PODEROSOS

O assassinato de Pe. Gabriel Maire está inserido no contexto nacional. Ele se junta à lista de tantos outros... (Chico Mendes, Francisco Ramos, Purinha, Verino Sossai, Léo, Pe. Josimo, Pe. Ezequiel...), que como ele ajudavam na organização do povo e lutavam pela democracia e pela paz, exigindo que os Direitos Humanos fossem respeitados.

Pe. Gabriel recebeu várias ameaças de morte, tais como: telefonemas anônimos, ameaças pessoais e um panfleto divulgado durante a greve dos Servidores Públicos da Prefeitura de Cariacica, documento este desconhecido pela comissão dos grevistas.

Trechos do panfleto:

Uma outra ausência que está sendo observada é da Igreja Católica, através do "combativo" e manjadíssimo "defensor" dos fracos, oprimidos e invasores [illegible] propriedade alheia, o conhecido politiqueiro e agitador de passeatas Padre Gabriel, que mesmo diante do grave problema social enfrentado por centenas de famílias dos humildes e sofridos servidores da Prefeitura, permanece distante, exatamente como aquele "cego" que tem olhos perfeitos para ver, mas prefere não enxergar. A situação não é do seu interesse. É fácil entender a posição do falso "pastor" de almas, afinal o patrão é a Prefeitura, mas o comandante é seu extremado amigo e confidente de demagogias e enganações, Vasco Alves, mais conhecido como o homem de DOIS MILHÕES DE DÓLARES e prefeito forasteiro. Cariacica, a beira de completar seu primeiro centenário, não pode continuar colonia de Vila Velha.

Mas os funcionários cariacicuenses, comunidade e autoridades já estão de olho na dupla e alguns de seus asseclas.

Na última década, dois prefeitos foram assassinados, no Municí - pio de Cariacica. Os velhos políticos e seus grupos, detentores do poder, não admitem mudanças, a partir do exercício da DEMOCRACIA, com a paricipação do povo.

"A Igreja e a Justiça e Paz de Vitória, com o apóio de milhares de abaixo-assinados, estão exigindo que o inquérito seja assumido pela Polí - cia Federal."

O corpo de Pe. Gabriel foi removido para PORT LESTE, na França . Dom Silvestre o acompanhou, levando as faixas, cartazes e outros subsídios que documentaram este acontecimento.

É bem VERDADE a afirmação:

PROFETA GABRIEL:
Sua fé comprometida
com o povo incomodou
os poderosos."

Bibliografia:

- FERRAMENTA - Boletim da Pastoral Operária - ES
- Carta do Padre Gabriel às Missionárias de Jesus Crucificado
- Relatório da Assembléia das CEB's do dia 03 de setembro de 1989
- Bíblia Sagrada
- Convite para a festa da inauguração da nova Paróquia
- Subsídio preparado por Pe. Salvador Martinon
- Carta aos Padres Franceses
- Depoimento de lideranças

ganta precisa encontrar espaço aqui, nesta América tão ferida e entre vocês, que tanto têm colaborado conosco, neste processo de l.. ortação. Daí, um pedido: sejam nossos porta-vozes junto aos familiares de Pe. Gabriel, aos seus amigos e à Igreja que o enviou ao nosso País, à nossa Igreja.

- Digam a eles, que estamos muito sofridos com a maldade que fizeram com o nosso tão querido Gabriel.

- Digam a eles, que o povo pobre, marginalizado e explorado, do Brasil, é um povo decente, ordeiro, vítima deste Sistema Selvagem, que nos destrói dia-após-dia.

- Digam a eles, que apesar de tudo, temos experimentado coisas muito bonitas:

. Um exemplo disso, é a luta por melhores condições de vida, salário, terra,..

. Um exemplo disso, é a realização do Sétimo Encontro Intereclesial do CEB's.

. Um exemplo disso, é o processo eleitoral que acabamos de vivenciar, onde o candidato que desejávamos no poder (um operário), teve uma votação muito expressiva e seria eleito, não fosse a sujeira que a direita nos aprontou, com golpes baixos por todos os lados. Crescemos muito, em consciência crítica, neste período. Foi um verdadeiro porre de Democracia Popular. A criatividade e a cultura, em todos os níveis, foi algo extraordinário!

- Digam a eles, que nos orgulhamos de Pe. Gabriel, pois sua contribuição no processo acima citado é inquestionável. Ele será lembrado sempre, principalmente na festa do dia da VITÓRIA. Seu sangue já se uniu ao sangue de Jesus Cristo e ao sangue de muitos mártires, de toda a América Latina e Terceiro Mundo.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1989
Seguem as assinaturas colhidas no Aeroporto do Galeão.

CONCLUINDO:

Como já dissemos, anteriormente, a morte de Padre Gabriel não é um fato isolado. Com ele, foram ameaçados mais dois companheiros seus: Padre Rômulo Neves Balestrero e Edemar Endringer. A Comissão de Justiça e Paz recolheu depoimentos deles, em outubro, quando foram intimados a depor na polícia.

Outras lideranças do Movimento Popular estão sendo ameaçadas de morte. O prefeito também. Uma das lideranças faz a seguinte avaliação: "dependendo do rumo que tomar o processo de apuração da morte de padre Gabriel, as demais lideranças poderão ser atingidas."

- Quem é este, nas manifestações: menores de rua, trabalhadores, aposentados, sem terra, negros, mulheres, testemunho de violência, dos filhos do autoritarismo e da ditadura? Quem é este ao lado dos sem teto, sem lar, sem eira nem beira prá morrer?

- Quem é este, ao lado dos despejados de Barbados, jogados prá fora de uma granja abandonada, numa terra que é do povo?

- Quem é este, ameaçado, perseguido por essas forças politiqueiras de Cariacica? Quem é este, tão presente nas celebrações contra assassinatos dos trabalhadores Francisco, Purinho, Léo, Verino, vítimas do poder latifundiário e da UDR?

- Quem é este, sempre presente onde o povo está, lutando, celebrando, protestando, se reunindo, sofrendo, se alegrando, sempre discreto mas militante, agente, ouvinte mas questionante, Fracês mas acaloradamente brasileiro?

- Quem é este, esperando a esperança do povo? De frustração popular? Chorando o choro dos vivos, brigando a briga dos justos, se indignando sempre, frente à injustiça, à violência, à miséria e ao autoritarismo?"

O povo respondia sempre: PADRE GABRIEL presente!

DE VITÓRIA AO GALEÃO - RJ

Em Vitória, as Missionárias de Jesus Crucificado, inseridas na Arquidiocese, estiveram lado a lado, junto ao povo, acompanhando-o nesta VIA SACRA.

No Rio de Janeiro, houve algumas presenças de Missionárias no Galeão, que, somadas aos padres de outras Dioceses, leigos comprometidos com a PO, CUT, Comissão de Justiça e Paz, CPT, JOC e Movimento Negro, mais a presença de D. Adriano Hypolito, Bispo de Nova Iguaçu e D. Silvestre Scandian, Arcebispo de Vitória, puderam prestar solidariedade à Igreja de Vitória e denunciar, através da oração, a luta da MORTE contra a VIDA.

CARTA AOS PADRES FRANCESES

Queridos Bernardo, Marcelo, João e André,

PAZ!

Neste momento forte de vivência profunda do Mistério Pascal de Jesus Cristo, junto aos Crucificados de hoje, um grito abafado em nossa gar-

"A polícia interpreta esta violência como um fato isolado, do tipo "assalto" . O povo não acredita nisso, mas sim que esta violência tem ligação com outros assassinatos sofridos por aqueles que fazem opção preferencial pelos pobres, que lutam pela transformação da sociedade, onde haja PAZ, JUSTIÇA E VIDA DIGNA PARA TODOS."

O QUE DIZ UMA TESTEMUNHA

"Dom Silvestre, arcebispo de Vitória, declarou que uma testemunha do crime lhe disse que o autor do assassinato, na verdade foi um homem que chegou com o padre ao local. Depois que o padre parou o automóvel, o desconhecido saiu, passando sobre o padre, entre ele e o volante do carro. A testemunha viu um clarão parecido com o de um isqueiro sendo aceso. Padre Gabriel foi assassinado, ao volante do seu Fusca, no Bairro São Torquato , perto d a rodovia Carlos Lindemberg, com um tiro no coração."

"P A D R E G A B R I E L P R E S E N T E"

"Logo que o corpo dele foi liberado pelo Instituto Médico Legal, o povo de Porto de Santana, Flexal, e Cariacica, se dirigiu a pé em direção à Catedral, onde mais de 4000 pessoas esperavam para a Celebração da missa, presidida por Dom Silvestre, Dom Geraldo e Dom Aldo de São Mateus.

Claúdio, Deputado Estadual e antigo agente de pastoral, acolheu o corpo de Pe. Gabriel, com as aclamações do povo, que levantava a mão, dizendo: PADRE GABRIEL, PRESENTE!"

- Quem é este, no meio dos pobres, lutadores pela sobrevivência?

- Quem é este, sinal de contradição entre o primeiro mundo, bem vivente, abastado e o 3º mundo sub-vivente, massacrado? Quem é este, nas lutas, nas rezas, assembléias, caminhadas , romarias, treinamentos, visitas, novenas, retiros e encontros?

- Quem é este, nas Assembléias do Povo de Deus, organizadas nas CEB's, em seus conselhos e equipes de servidores, na PO, na JOC, no Boletim FERRAMENTA? Quem é este nas lutas por transportes, água, aterro, saneamento, rotina de luta do nosso povo abandonado?

Uns 50 mil habitantes hoje. Pessoal que veio do interior, buscando emprego e pão na cidade. Estava, à procura de VIDA, e recebiam tapas, violência, desprezo das autoridades, miséria...

Mas este povo não se deixou dominar. Enfrentou tudo. Quantos sofrimentos secretos, que ninguém mais contará! Quem será capaz de traduzir em palavras, toda a paixão de milhares de famílias desta periferia sofrida? Quem dirá as angústias escondidas de tantas donas Maria? As peljas na lama,na poeira, na espera de ônibus que não vem, os dramas em barracos miseráveis?

Mas quem dirá também as revoltas nobres, a resistência, a esperança sempre reavivada? Quem dirá a conta dos esforços de organização, de horas em reuniões?

Mas de tanta gente despedaçada, aos poucos, brotou a VIDA. Pela firmeza sofrida do povo, pela fé na união, e pela força de Deus, brotou a VIDA. Nasceram as Comunidades, organizou-se a resistência. A consciência cresceu, a Igreja e o Movimento Popular se fortaleceram. Hoje, mesmo pisados por certas autoridades corruptas, nossos bairros são reconhecidos e valorizados por aqueles que sabem descobrir a presença do Cristo vivo no povo dos pobres conscientes, organizados, perseverantes."

O ULTIMO DIA DE PADRE GABRIEL

O dia 23 de dezembro foi um dia marcante na vida do Padre Gabriel. Esteve junto do pessoal da Comunidade até às 12 horas, trabalhando num mutirão. Nesta ocasião, contou para uma das senhoras que lá estavam, que recebera um bilhete amçaçando-o de morte. Pediu segredo. À noite, às 19 horas, celebrou um casamento na Comunidade de Castelo Branco.Ao se dirigir para outra comunidade, onde celebraria outro casamneto, a mão assassina realizou o crime. Encontraram-no morto, no seu carro, às 20 horas.

AMEAÇAS DE MORTE

Há muito material produzido na Arquidiocese de Vitória, mostrando toda a luta e organização do povo trabalhador, seja nos sindicatos, nas CEB's, seja nos Movimentos Populares. Não dá para transcrever aqui, toda a riqueza histórica acumulada, principalmente no ano de 1989. Antes de passarmos adiante, seria bom registrar mais um trecho da "FERRAMENTA", de agosto de 1989.

"... As paróquias conseguiram reunir 15.000 assinaturas em dez dias apenas. Apesar disso, nenhum meio de comunicação social aceitou noticiar este fato.

A manifestação do dia 21 de julho conseguiu fazer caminhar 1500 a 2000 pessoas: esta manifestação não foi grande pelo número de pessoas, mas por seu caráter pacífico, determinado, pelo fato de ser muito popular, reunindo povo das CEB's, das Associações de Moradores, de Partidos Políticos, de Sindicatos (poucos, infelizmente). A caminhada foi linda: não para defender apenas um homem, injustamente cassado e humilhado, mas para defender, antes de tudo, OS DIREITOS DO POVO, A DIGNIDADE DO POVO.

Afinal, se a organização popular provocou reações violentas, até ameaças de morte, ela foi, por outro lado, ocasião e momento de verdadeira EVANGELIZAÇÃO, por causa da coerência manifestada pelos cristãos (católicos e alguns protestantes) e a Igreja em geral."

PARA QUE OS POBRES SEJAM EVANGELIZADOS: O POVO DE PORTO DE SANTANA/FLEXAL CRIA UMA PARÓQUIA DE CEB's

(Assembléia 03 de set.89)

"Os bairros de Porto de Santana e Flexal, têm toda uma história, que o projeto de criação da paróquia ajudou a descobrir melhor e a divulgar. 1989 ficará em nossos bairros como o ano em que o povo de Porto de Santana e Flexal reanimou sua memória.

A massa não sabe ainda o que é verdadeira democracia, nem realizou a força que pode ser a OPINIÃO PÚBLICA ORGANIZADA.

É verdade que os Meios de Comunicação em geral - especialmente a Rede Globo, mas não só ela - são maravilhosamente organizados para desmobilizar o Povo..."

O artigo termina dizendo: "O momento é muito grave. A democracia está sofrendo fortes ameaças. Devemos ficar unidos, organizados, mobilizados, comprometidos, de modo permanente. Quem fica em cima do muro, quem não se envolve hoje, com a luta pelo respeito do povo, é fortemente culpado.

UNIÃO DO POVO, JÁ! ORGANIZAÇÃO, JÁ! MOBILIZAÇÃO, JÁ! "

PAZ E DOMOCRACIA EM CARIACICA

"A Igreja de Cariacica (Conselho Pastoral da Área - padres) ajudou, e está ajudando o povo a reagir e a se organizar.

Uma só palavra de ordem: "PAZ E DEMOCRACIA EM CARIACICA: RESPEITE O VOTO DO POVO" (o prefeito foi eleito com quase 58.000 votos, e os 14 vereadores, que querem derrubá-lo totalizaram cerca de 9.000!). Abaixo-assinados aos vereadores, faixas diante das Igrejas, concentrações silenciosas, de reflexão, conscientização, oração, nas praças do município inteiro, duas vezes por semana; encontros com representantes das Associações de Moradores do Município, planejamento de uma grande ação de massa no dia 21 de julho, etc.

Uma nota do Conselho de área expressou: "A obstinação a querer cassar o prefeito Vasco Alves, não é motivada pela busca da verdade e da justiça. As pretensas irregularidades, são um pretexto para esconder a sede de dominação e de dinheiro de algumas pessoas e do poder econômico de Cariacica.

Outra nota expressou: "O futuro de um Município não depende apenas de um homem (prefeito) e de alguns homens (vereadores e aqueles que manobram por trás). O futuro de Cariacica depende da nossa consciência, da nossa organização, da nossa fé e firmeza.

Os poderosos ameaçam a democracia em Cariacica, mas também no Brasil todo. Como estamos reagindo? Não seria tempo de ter mais força, organização, criatividade, esperança?"

Poucos meses antes do início da Campanha de Fraternidade sobre a MULHER, que Deus reforce em todas a vontade de lutar e vencer. Que a Estrela de Natal, ilumine cada uma de vocês, a Congregação de vocês, e nossa Igreja.

Pedir desculpa mais uma vez por não ter escrito mais cedo? Pra'que? Já sei que não vou conseguir melhorar neste ponto, por falta de tempo. Estou cada vez mais atarefado. Vocês sabem da minha comunhão com todas vocês e com a sua Congregação.

Unidos em Cristo, na obra de LIBERTAÇÃO.
E viva 1990!
Com muita esperança e força!
Abraço.

G A B Y

Após a leitura da carta de Gabriel, onde se percebe todo o seu engajamento e compromisso com a causa do Povo de Deus, daremos um passo a mais, para entender melhor a causa de sua morte. Vejamos o que nos diz a "FERRAMENTA", Boletim Informativo da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória, em junho de 1989.

O MOMENTO É DE UNIÃO E ORGANIZAÇÃO

"A violência no campo contra trabalhadores, sindicalistas, lideranças populares, já está bem conhecida. Já falamos bastante de Ronaldo Caiado e da UDR.

A MESMA VIOLENCIA JÁ TEM CHEGADO NA CIDADE

O espírito de Caiado e da UDR já invadiu a Grande Vitória. Os exemplos, infelizmente, não faltam: o golpe que afastou o prefeito de Cariacica, Vasco Alves; a bomba colocada na prefeitura de Vitória; os sequestros e torturas contra assessores da prefeitura de Cariacica; a vontade dos vereadores conservadores de afastar os vereadores que não aprovaram o golpe na prefeitura de Cariacica; as pressões de empresários e donos de imobiliárias sobre a "Justiça" (?); ameaças de morte por telefone...

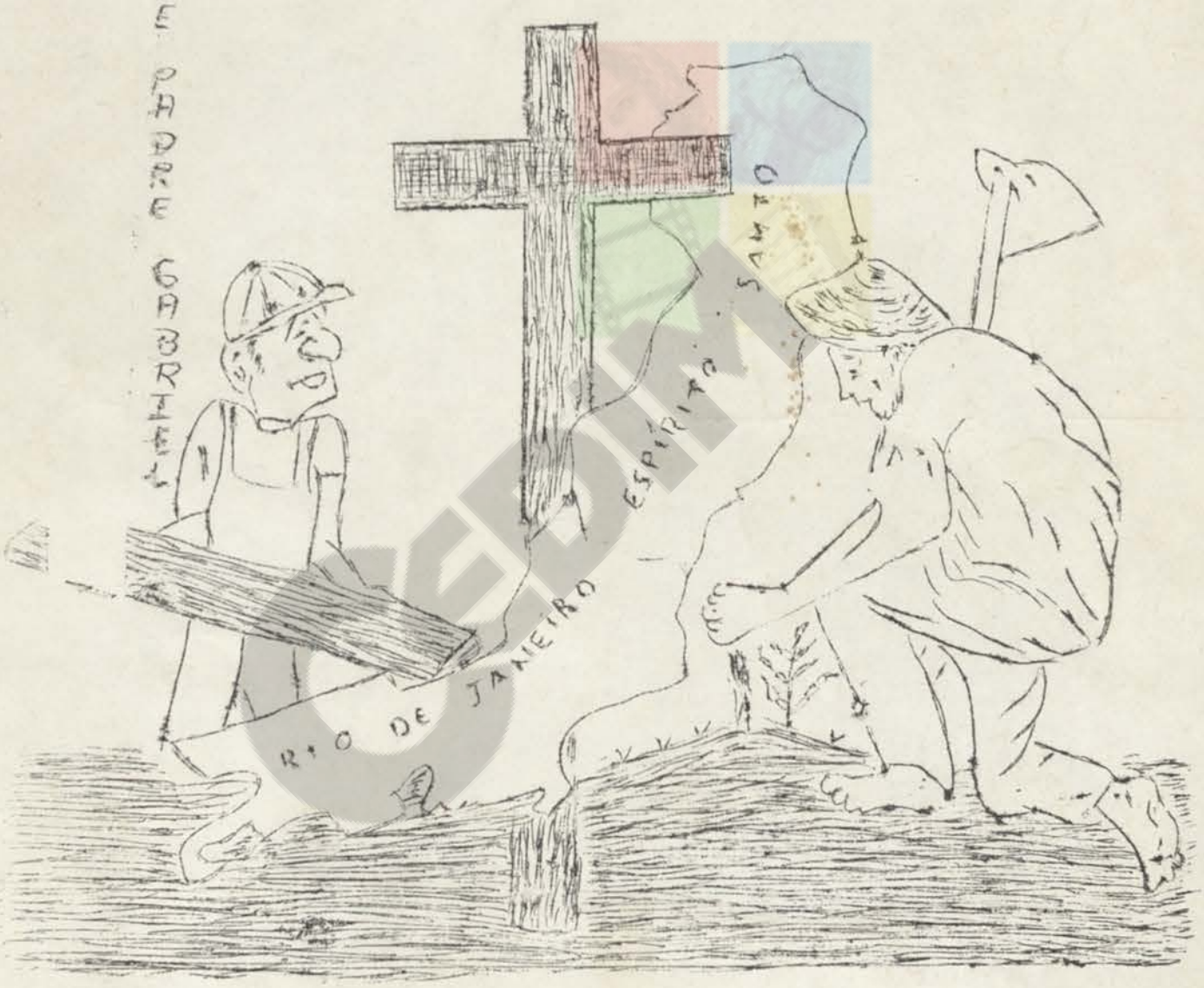
Eles querem criar um clima de terror. Até agora a maioria do povo ficou calada por não entender que a situação é muito grave. já é muito difícil mobilizar o povo quando se trata de defender seu próprio salário. Quanto mais para intervir em favor de uma política honesta!

REGIÃO DE JESUS CRUCIFICADO
RIO DE JANEIRO
JANEIRO /90

ASSESSORIA DE PADRE GABRIEL

"EM VERDADE, EM VERDADE VOS DIGO, SE O GRÃO DE TRIGO, CAÍDO NA TERRA, NÃO MORRER, FICA SÓ; SE MORRER, PRODUZ MUITO FRUTO."

(JO 12,24)



"P R E F I R O M O R R E R P E L A V I D A
D O Q U E V I V E R P E L A M O R T E"

Pe. Gabriel

E D I T O R I A L: VITÓRIA-ES:

UM POUCO DO MUITO QUE VEM ACONTECENDO NA ARQUIDIOCESE.

A Região (Província) das Missionárias de Jesus Crucificado, do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro e Espírito Santo) foi barbaramente violentada no dia 23 de dezembro de 1989, às vésperas do NATAL, com o assassinato de Pe. GABRIEL FELIX ROGER MAIRE, um dos grandes amigos da Congregação e grande colaborador do Ano de Aprofundamneto - Noviciado - em Vila Bethânia, Arquidiocese de Vitória.

Explicitar aqui, o que tem sido para nós, a presença dos padres franceses Bernardo, André, Marcelo, João (atualmente na França) e Gabriel é humanamente impossível. No entanto, é possível demonstrar nossa gratidão a eles, pela partilha que fizeram conosco, no exercício do PODER-SERVIÇO e, ao mesmo tempo, denunciar a crueldade que fizeram com o Pe. Gabriel.

Diante de tamanha injustiça, cometida pelos poderosos -os Herodes de hoje - que não suportam ver a VITÓRIA DA DEMOCRACIA, pela força da ORGANIZAÇÃO DO POVO. E por entendermos que os MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, não estão a SERVIÇO da VERDADE, do AMOR, da JUSTIÇA e da PAZ, características do REINO DE DEUS, é que este Boletim chega até você, em Edição Especial. Ele traz um pouco do muito que vem acontecendo na Arquidiocese de Vitória, onde, além, do NOVICIADO, estamos presentes, através de mais duas comunidades, inseridas no meio do povo.

Equipe de Redação.

UMA CARTA DE PADRE GABRIEL

Alguns dias antes da realização do 2º Turno, seis irmãs da Região do Rio de Janeiro, que já passaram pelo Noviciado de Vitória, receberam uma carta de Padre Gabriel, que transcrevemos a seguir, na íntegra:

"Como vai?

Estou meio envergonhado ao ver o número impressionante de cartas, cartões ou convites para celebrações de votos temporários ou perpétuos, que ficaram sem resposta minha.

Campo Grande, 05/12/89
Para as amigas
"Irmãs Missionárias
de Jesus Crucificado"
ex noviças e ex.
formadoras em
Campo Grande
e/c/a Bethânia.

Não sei quantas de vocês encontrei aqui. De vez em quando, um retrato ou uma fita gravada me faz lembrar de vocês. Sendo o último da raça dos franceses na arquidiocese de Vitória, continuo a assumir o papel de "capelão" no noviciado: vou toda a quarta-feira (ou quase) celebrar a eucaristia em Vila Bethânia. É um bom momento de espiritualidade e de Comunhão. Muitas vezes chega o nome de uma ou outras, por ocasião de um aniversário por exemplo. Assim está continuando a ligação entre vocês e a arquidiocese de Vitória.

O QUE ESTOU FAZENDO? Vigário de Porto de Santana/Flexal, setor que se tornou paróquia no dia 8 de outubro neste ano (uma paróquia de CEB's, sem matriz, de um modelo novo); trabalho também na paróquia de Campo Grande; sou coordenador da pastoral da área Cariacica/Viana, dou algumas aulas de pastoral no Instituto de Filosofia e Teologia; escreve no boletim da PO, "Ferramenta", no boletim de liturgia "Caminhada", e em outras produções da arquidiocese...Estou falando tudo isto para que as "almas generosas" me perdoem meu silêncio!

NESTE TEMPO DE ADVENTO DE 1989, estamos esperando duas ESTRELAS. Quem sabe? Uma 1ª estrela já pode brilhar no dia 17 de dezembro. A luz desta estrela não representa a esperança toda do cristão, mas ela significa um grande passo na construção do Reino. Então que brilhe para nós a 2ª ESTRELA,.. e que Natal nos encha da GRANDE ESPERANÇA: esperança da vitória total, da LIBERTAÇÃO TOTAL E DEFINITIVA. Nestes tempos tão escuros da Vida da Igreja, vivamos a ESPERANÇA;

Têm setores importantes da Igreja - e dos colocados mais alto na hierarquia - que procuram voltar ao passado, esvaziar o Concílio Vaticano II, Medellin e Puebla. Não nos deixemos influenciar nem desanimar: O Reino é maior que a Igreja. Cristo á mais forte que os homens de Igreja que têm medo de uma Igreja profética, de uma Igreja toda evangélica.

Padre Gabriel, Sua luta, Sua fé, Sua vida - 23/12/89

CRIME POLÍTICO

A partir destes fatos não podemos considerar o crime que tirou sua vida como mero assalto. Ele foi vítima da impunidade de tantos crimes já cometidos pelas forças conservadoras em nosso Estado, que não querem ver avançar o processo democrático deste país.

Este ano o fato político que mais marcou a vida do povo de Cariacica foi a luta em defesa da "PAZ E DA DEMOCRACIA E DO RESPEITO AO VOTO DO POVO" iniciada e sustentada por Pe. Gabriel.

Este movimento incomodou os interesses das forças políticas conservadoras de Cariacica, sustentadas pelo poder econômico que sempre dominou este município e que não querem vêr a abertura política introduzida a partir das eleições de 1988.

O POVO DO ESPÍRITO SANTO CLAMA POR JUSTIÇA, por não aguentar ver tanto sangue de seus companheiros sendo derramado por lutarem a favor da vida, e exige que as autoridades apontem e punam os culpados.

"Prefiro morrer pela vida. Do que viver pela morte"
Pe Gabriel.

Violência não!
Democracia sim!

Profeta Gabriel, tua fé comprometida c/ o povo incomodou poderosos.
Pe Gabriel Você está presente em nossa luta. (OCB)

Entidades do Movimento Popular,
Sindical, Partidos, Igrejas
Evangélicas, Igreja Católica e suas Ceb's.

Se calarem a voz dos profetas as pedras gritarão. Obrigado por estar presente

PROFETA GABRIEL

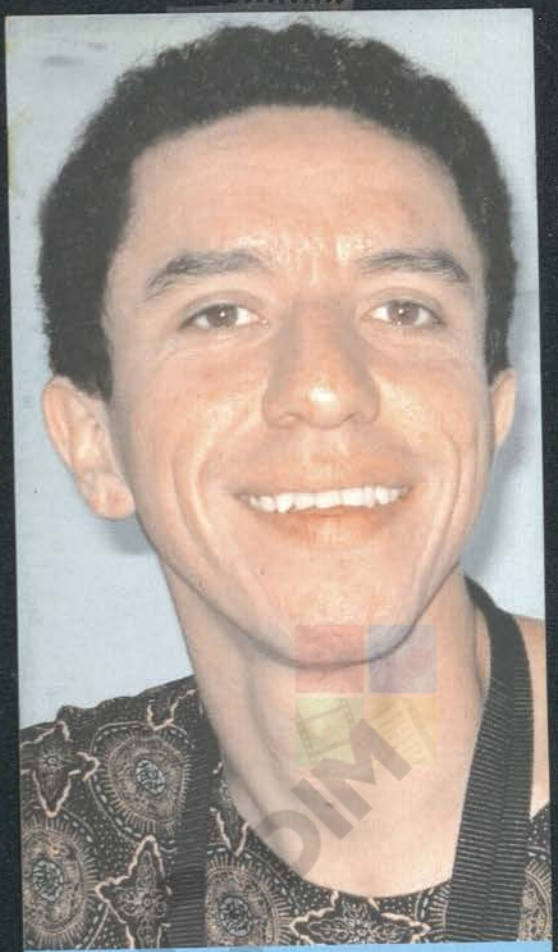
Sua fé comprometida com o povo incomodou os poderosos.

GABRIEL FELIX ROGER MAIRE

* NASCIDO: 01/08/36
+ ASSASSINADO: 23/12/89

a juventude quer viver...

Na luta pela vida,
contra o extermínio
de jovens.



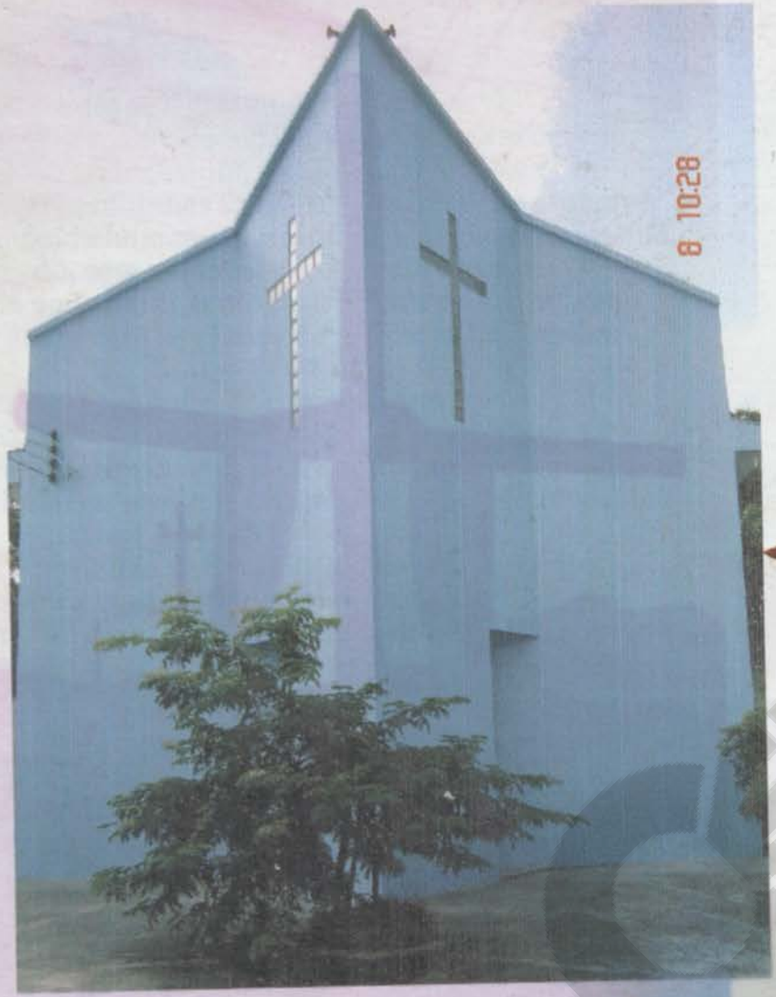
"Agradeço pelo empenho de tantas vozes dispersas até agora! Vamos juntos/as gritar, girar o mundo. Chega de violência e extermínio de Jovens!"

(Domingo, 14-06-2009, 12h26)

Gisley Azevedo Gomes

Padre Estigmatino

* 17/11/1977
+ 15/06/2009

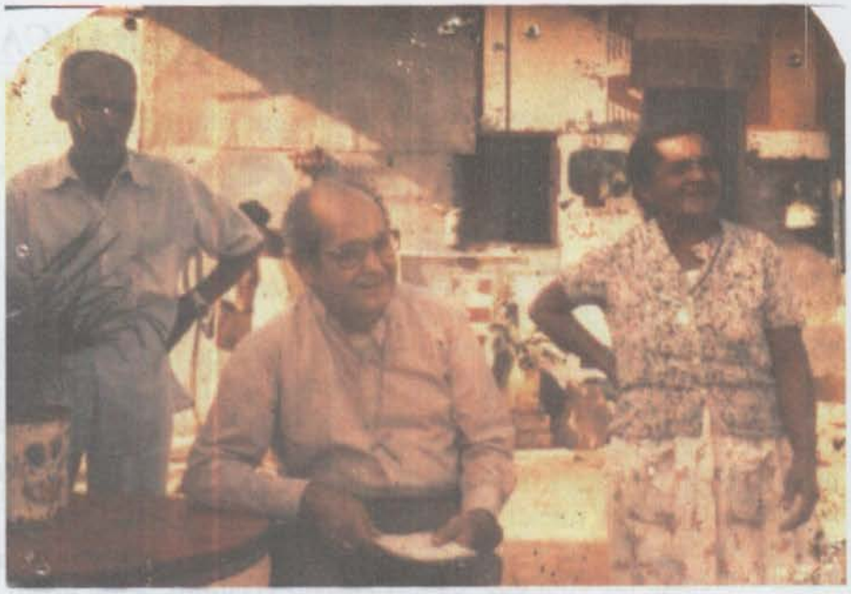


Estrada do Amapá 522 – Vila Susana Lt 03 Q.01
JARDIM AMAPÁ – 25245-010 – Duque de Caxias – RJ
Diocese: Duque de Caxias
e-mail: padrebruno@globo.com
Telefone da comunidade 2654-6840
Telefone da Paróquia São Simão 3134-2212

JARDIM AMAPÁ

E a vida
venceu
a morte.

NOSSA HISTÓRIA



de semear paz, fraternidade, ser semente do Reino.

Dia 13 de agosto de 1983 é uma data muito importante. É quando Dom Mauro, Bispo de Duque de Caxias, visita esta semente que está brotando na casa de dona Odete. O barracão de zinco já deu lugar a uma casa de alvenaria. A catequese já é uma realidade, como também o Círculo Bíblico. A visita do Bispo é a confirmação oficial que o que nasceu é parte viva da Igreja Católica e recebe a confirmação de um sucessor dos Apóstolos, responsável pela evangelização naquela área.

A fé e a garra de dona Odete contagiam. O Sr. Manoel se anima a realizar um sonho antigo e ligado a uma promessa: construir uma Igreja em honra de Nossa Senhora da Conceição. Aproveita a oportunidade para organizar o que vai deixar de herança: um

lote para a Igreja, os lotes dos filhos e a casa e o lote central para a filha. Coloca tudo na mão de um despachante e cuida da construção da capela de Nossa Senhora da Conceição. Quando a capela fica pronta dona Odete transfere para lá a catequese e a preparação de Batismo. Também começam a ser celebradas as missas com regularidade mensal. Tudo parece bem encaminhado, mas o despachante em que foi depositada tanta confiança nada faz e isso provoca grande decepção e apesar de tentar o sr. Manoel morre sem conseguir regularizar diante da lei o que era sua vontade. Por algum tempo as atividades da comunidade continuam acontecendo lá.

1988: ANO DE MORTE E DE RESSURREIÇÃO

Janeiro de 1988 é marcado por muito calor, mas no último fim de semana um forte temporal traz muita chuva que vai continuando no começo de fevereiro, provocando grande enchente. A estrada do Amapá fica alagada por mais de duas semanas e o bairro completamente sem condução. Os trabalhadores tem que vir pegar o ônibus na ponte, caminhando mais de 3 quilómetros em cima do dique ou enfrentando a água que em alguns pontos alcança quase um metro e meio. Um desmoronamento mata 3 crianças. Os bombeiros e as autoridades aproveitam a oportunidade para se promover.

No dia 19 de março, Padre Bruno realiza na capela de Nossa Senhora da Conceição construída pelo Sr Manoel a Celebração da

penitência comunitária e individual. Dona Maria das Neves mãe de 3 crianças da catequese procura o padre para uma conversa individual. Fala de sua vida familiar, da casa que está construindo com o marido Sebastião, de seu sonho de viajar para o Nordeste depois do nascimento do filho que está esperando, para rever seus pais. É uma mãe feliz, pobre, mas feliz e cheia de sonhos bonitos. Com este espírito se prepara para celebrar a Páscoa no dia 3 de abril. Exatamente um mês depois da Páscoa, na noite de 3 de maio, os sonhos de vida e de amor de dona Maria das Neves são interrompidos por mãos assassinas.

3 de maio 1988, data que ficará na história com o sinal do sangue dos Mártires. . As forças da morte realizam seus planos. Tentam colocar "um ponto final", tentam impor com a violência do poder assassino o domínio do mal. A casa de Maria das Neves e Sebastião é invadida. Dona Maria das Neves tenta pedir socorro. È agredida e assassinada no quarto em construção já preparado para receber a laje no próximo fim de semana. Os assassinos perfuram o seu corpo de mãe grávida com a tesoura. que ela usava como instrumento de trabalho para ajudar no sustento da família. Depois, no único quarto da casa onde toda a família vive, as três meninas: Elizete (5 anos), Elionete (7 anos) e Eliete (9 anos) são violentadas e sufocadas enquanto o pai imobilizado é obrigado a assistir e por fim ele também é assassinado. A violência não termina aí. Os passarinhos na gaiola também são mortos e até as flores em frente a casa são pisoteadas e arrancadas. Não pode ficar nenhum sinal de vida.

Porque? Porque tanta maldade? O único motivo é a vingança?. O Sr. Sebastião não teria permitido que traficantes se aproveitassem de seu lugar de trabalho como ponto de distribuição de drogas, pior, denunciou o fato à polícia.

No dia seguinte ninguém escuta as vozes das crianças que

alegravam sempre as manhãs. Há um silêncio que desperta suspeita. Uma vizinha se aproxima e descobre a tragédia. A notícia explode, assusta, corta os corações. A morte parece tomar conta do bairro todo. A polícia faz seu trabalho burocrático, sem se preocupar em pelo menos recolher a tesoura que foi usada como arma assassina. O responsável de recolher os corpos dos mártires, apesar de estar acostumado a fazer isso, chora. A notícia chega a imprensa por um dia. Em pouco tempo tudo cai no esquecimento e a "normalidade" volta ao lugar.

Normalidade? Na realidade a falsa normalidade da conformação, da impotência diante das forças de morte que subjugam os pobres. Mas não todos se conformam, não todos aceitam. Padre Bruno lembra que ao voltar de noite depois de uma reunião na comunidade Santa Rita no Amapá, olhando a casa onde tudo aconteceu se sente questionado na sua fé. Algo precisa ser feito para que do sangue dos mártires ressuscite a vida. Partilha esta sua angústia com Dona Odete, Sr. João, Sílvia, dona Georgina, Gilberto e outros membros da comunidade Santa Rita e também da comunidade Nossa Senhora da Conceição que está nascendo aí no bairro.

Nasce a idéia de uma celebração ecumênica com o nome de " CLAMOR DOS MÁRTIRES" para o dia 5 de junho. Acontecem vários encontros de preparação que reúnem representantes das

Igrejas presentes naquela região e também a Associação de moradores. No dia e na hora marcada a celebração acontece apesar do medo que ainda domina muitos.

O Clamor dos Mártires é um clamor de vida, de esperança, é um grito de ressurreição. A morte não pode ser a vitoriosa. Aos poucos vai nascendo a proposta de comprar aquela casa e torná-la sede de comunidade.

Dona Odete se encarrega de procurar saber com quem precisa tratar. Finalmente no começo de outubro de 1989 Dom Mauro efetua a compra. O primeiro a entrar na casa é o marido de dona Odete, o sr. João. O quarto ainda lembra tudo que aí aconteceu. O estrado da única cama está em pé, encostado na parece. A tesoura está lá! Mas há algo especial: Um galho da flor que foi pisada e arrancada pelos assassinos entrou no quarto. Está lá cheio de vida. Durante um ano e 5 meses venceu a escuridão, a falta de ar, o calor, a falta de água de uma casa sempre fechada. Estava nos aguardando para nos entregar a responsabilidade de continuar testemunhando a vida. Fazemos de tudo para que ele continue vivo, mas de nada adianta. Ele já cumpriu sua missão. Agora cabe a nós lutar para que aquele lugar seja lugar de vida que vence a morte, lugar de ressurreição.

Uma Igreja-povo presente na história do povo.

Aquele galho deixa uma mensagem muito clara. Aponta para o compromisso com a vida, aponta para uma vivência da fé engajada na construção do Reino. O terreno é fértil. A história da igreja naquela região é marcada pelo serviço e o engajamento direto nas lutas para os direitos do povo. Quando em 1980 começaram as lutas dos camponeses para permanecer em seus pequenos sítios que no passado faziam parte da fazenda Penha-Caixão a Igreja estava lá ao lado deles e a serviço deles.

D.Mauro celebra com os camponeses da fazenda Penha-caixão

Quando as chuvas deterioraram a estrada do Amapá ao ponto de impedir a entrada do transporte público a Igreja estava lá ajudando os moradores a se organizar, a fazer mutirões para consertar a estrada, a recolher abaixo-assinados para reivindicar junto ao poder público.

Quando precisava lutar para ter mais ônibus, a Igreja estava lá

Quando se tornou necessário ter uma Associação de Moradores ativa e batalhadora a Igreja estava lá convocando a todos e reunindo também as outras Igreja Evangélicas numa colaboração ecumênica muito forte. E o mesmo foi na luta pela saúde junto ao Conselho Municipal de saúde..

Aquele galho confirmou e deu novo vigor. Virou símbolo de uma missão enraizada no martírio: a missão de se colocar a serviço

da vida até às últimas consequências. Foi aí, neste terreno fértil que a comunidade continuou sua caminhada de presença libertadora participando e fortalecendo as lutas já existentes e gerando novas.

A casa dos mártires se torna casa da vida.

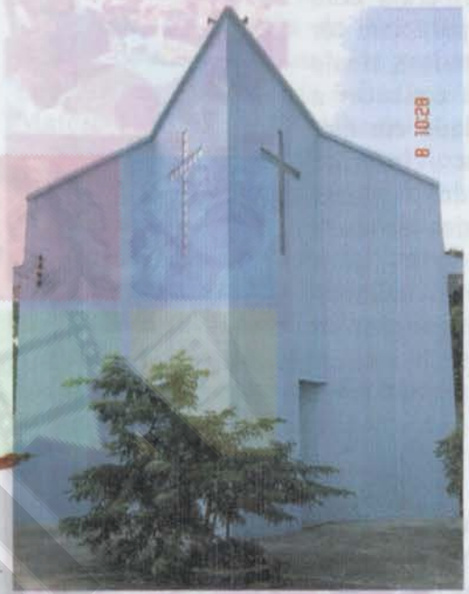
No Natal de 1989 foi celebrada a Missa campal em baixo da mangueira atrás da casa. Estávamos inaugurando a nova casa da comunidade, agora não mais com o nome de Nossa Senhora da Conceição, mas como Comunidade dos Mártires da Baixada. As obras tinham iniciado ainda em outubro.

O senhor João, marido da Odete foi completando a obra planejada por Sebastião e Maria das Neves.

O quarto onde tinha acontecido o martírio ficou como Capela do Santíssimo. Desde o início procuramos também ter um cuidado especial com as plantas. Elas são sinal de vida e tinham sido martirizadas também, e além do mais foi o galho de uma planta que Deus utilizou para nos indicar a missão que estava nos dando.

Aos pouco nasceu e foi se tornando realidade o sonho de fazer daquele lugar um centro de espiritualidade. Com o apoio de Dom Mauro e a ajuda da Diocese de Fossano na Itália compramos um segundo lote de terreno e fomos construindo os locais necessários para acolher retiros e encontros de

formação. As Missas da comunidade eram celebradas na "varanda", mas o povo sonhava em ter uma Igreja-templo e também alguns tinham dificuldade em aceitar o nome de Comunidade dos Mártires.



Por não ter um conhecimento mais aprofundado para eles este nome trazia apenas a lembrança de morte, exatamente o que nós não queríamos. Decidimos aceitar uma sugestão que nasceu do povo e passamos a chamá-la de Comunidade Nossa Senhora dos Mártires e o padre Bruno fez uma adaptação da imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, mais tarde, quando foi pintada a Igreja, a própria imagem também foi adaptada.

Dom Mauro acompanhou todas estas etapas e as aprovou. Aliás Dom Mauro Morelli sempre teve um carinho especial pela Comunidade Nossa Senhora dos Mártires e sempre que tinha oportunidade se fazia presente para celebrar. Foi numa destas celebrações que nos incentivou a construir uma Igreja-Templo bem maior e até deu alguns palpites de como poderia ser. Incentivou e deu sugestões, mas também ajudou concretamente a conseguir a verba necessária. A nova Igreja é inaugurada no dia 17 de julho de 1999.

Igreja-Povo de Deus.

Naquela terra banhada do sangue dos mártires não foi erguido apenas um templo. Novas atividades nasceram e fizeram com que lá onde as forças da morte pareciam ter alcançado a vitória, surgissem muitos sinais de vida. A comunidade procurou conhecer a realidade em que estava inserida fazendo uma pesquisa de casa em casa para saber o número de moradores e sobretudo a situação educacional e outras informações sobre a situação econômica e assistência médica.

Muito importante foi o elo de ligação que Sílvia, Georgina, Fátima, Ana Lúcia e outros participantes da comunidade N.S. dos Mártires e Santa Rita estabeleceram com a Diocese e o poder público

A luta pela água foi um momento forte. Como sempre os moradores foram se organizando para tentar resolver o que era possível com suas própria forças, mas ao mesmo tempo fazendo pressão sobre o poder público. Um abaixo assinado foi levado ao governador e abriu caminho para que não só a água chegasse aos moradores, mas

também o asfalto, a iluminação pública, o telefone e com isso também o transporte público.

Uma das marcas registradas da vida da Comunidade Nossa Senhora dos Mártires foi a luta em favor das crianças. Luta que foi se concretizando através do Projeto Primeiros Passos da Diocese de Duque de Caxias. Outro Projeto trazido para a Comunidades foi o Projeto Luar de Danças e finalmente o Mutirão Contra a Desnutrição Materno Infantil. O Mutirão foi organizado de forma a visitar todas as casas e levantar a situação nutricional de todas as crianças do bairro. A boa organização fez com que Amapá fosse o primeiro bairro a concluir o levantamento e a partir daí se tornasse notícia no Município. O que resultou na criação do Portal por parte da Prefeitura.

Muitas outras iniciativas brotaram naquele terreno fértil: o resgate da sabedoria popular através da cozinha alternativa, o Coral, as Vigílias, a continuidade das obras do Centro de Espiritualidade e Formação, a construção do galpão, a participação dos moradores no projeto das Hortas Familiares nas áreas dos Dutos da Petrobrás, os cursos para iniciantes do CEBÍ , a Caminhada dos Mártires pela paz..

Muito mais há para ser dito, escrito e avaliado. Muitos testemunhos dos que fizeram acontecer a história desta comunidade Eclesial de Base precisariam ser recolhidos. Este registro de parte da história possa realmente motivar muitos a não deixar que a caminhada fique esquecida e se interrompa. Ao continuar a caminhada a partir desta terra banhada pelo sangue de mártires possamos ajudar a Igreja a nunca deixar abandonados na margem da estrada os empobrecidos, sobretudo as crianças. Possamos deixar que o encontro de Jesus com o cego Bartimeu, como nos é apresentado no Evangelho de Marcos 10,46-52, ressoe como alerta na vida de cada um de nós.

NOSSA HISTÓRIA

Letra e música – Márcio Roberto Alves de Queiroz

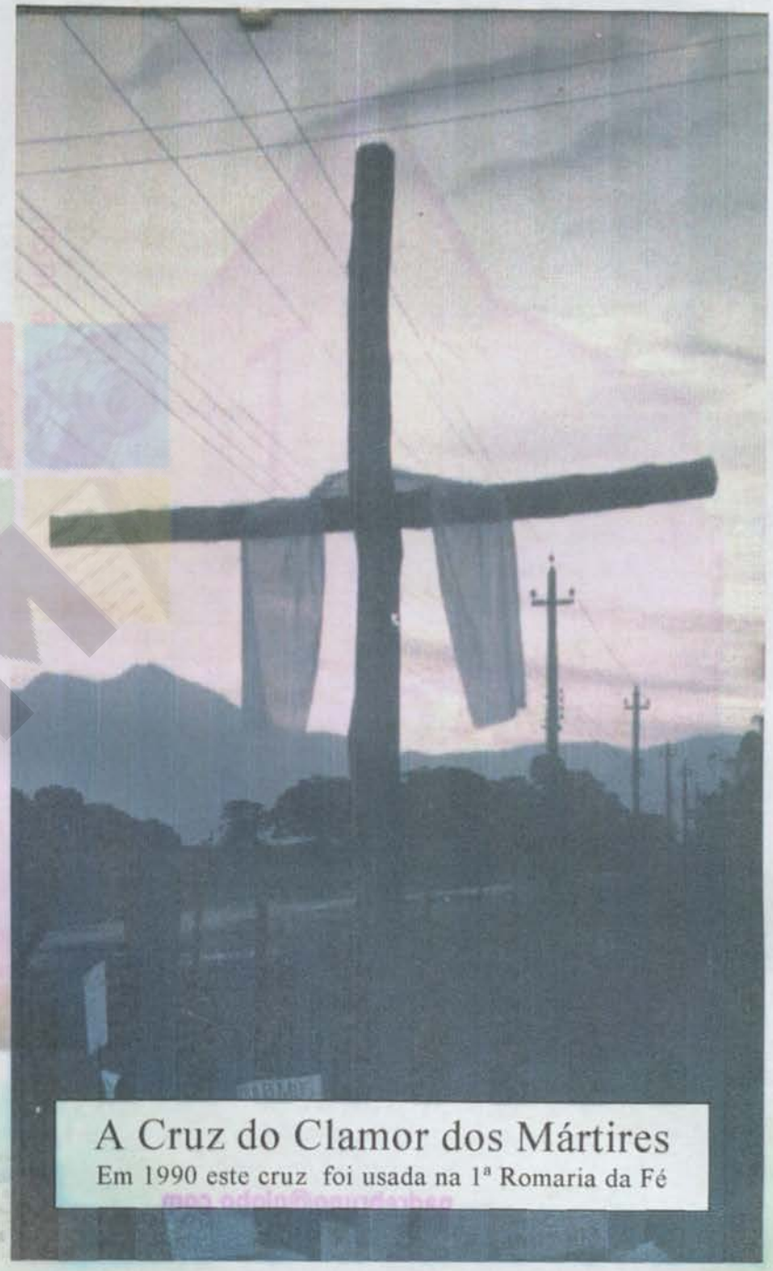
Numa madrugada fria no mês de Maria
Tranqüila dentro de uma casa uma família dormia.
O pai era comerciante, a mãe dona de casa.
Tinha três filhinhas lindas e mais uma que esperava.
Foi quando homens invadiram a vida daquela família
E sem dó, sem piedade, executaram um a um.
Como pode haver tanto mal, dentro do ser humano.
Que acaba com os planos de uma simples família?

Ao amanhecer o dia, abriram a porta.
E quando entraram, encontraram a família morta.
Vieram lágrimas nos olhos dos que estavam presentes.
Um homem, uma mulher grávida mais três inocentes.

Mas o povo não se calou, não abafou o seu grito.
E fez mais que infinito a vida desses mártires,
Juntaram-se com fervor a um padre lutador
Que fez essa história penetrar na memória.

Hoje o local é santo
Tanta coisa boa está acontecendo
Tanta novidade tanto movimento
Quem conhece a história sempre se emociona.

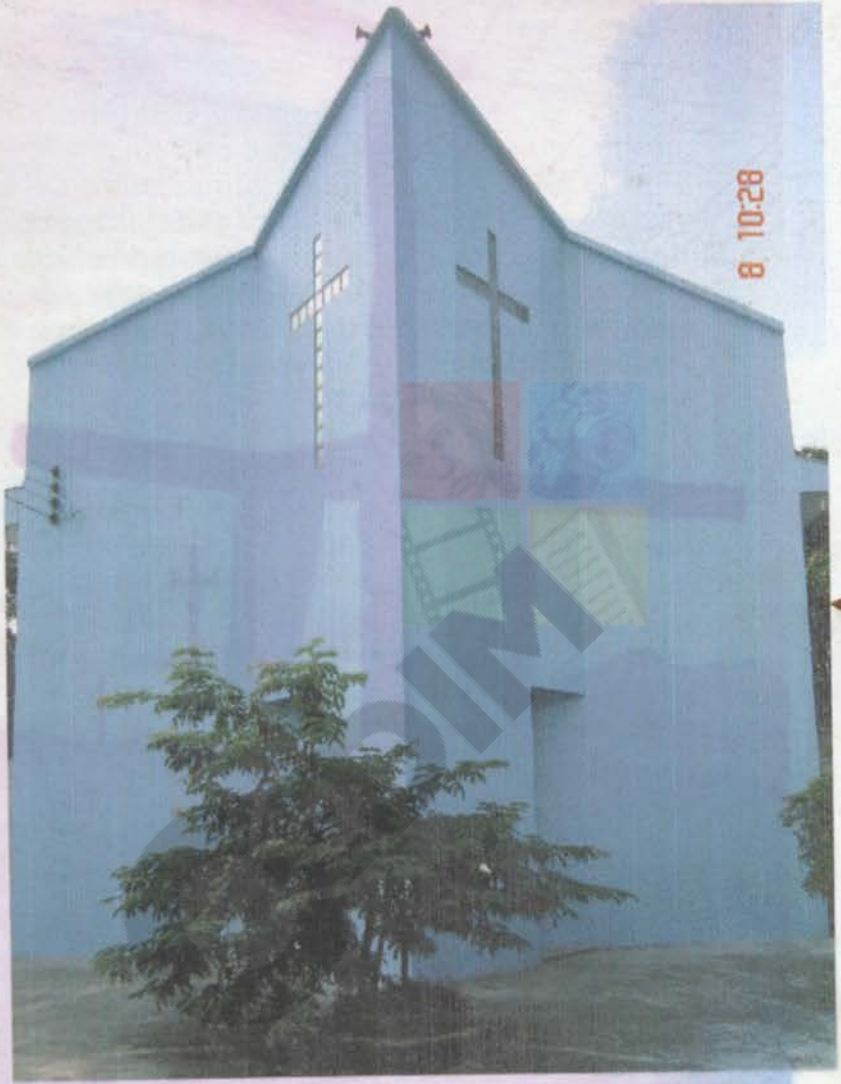
Hoje o local é santo
Aqui a nossa fé em Deus é decidida
Agora a nossa história já é conhecida
Onde derramou sangue, hoje gera vida.



A Cruz do Clamor dos Mártires

Em 1990 este cruz foi usada na 1ª Romaria da Fé

CEDIM



Estrada do Amapá 522 – Vila Susana Lt 03 Q.01
JARDIM AMAPÁ – 25245-010 – Duque de Caxias – RJ
Diocese: Duque de Caxias
e-mail: padrebruno@globo.com
Telefone da comunidade 2654-6840
Telefone da Paróquia São Simão 3134-2212

))) DEVOÇÃO

Igreja Nossa Senhora dos Mártires, construída em terreno de casa onde bandidos mataram uma família em 1988, no bairro Jardim Amapá, em Caxias, é hoje local de romaria e orações. Religiosos fazem pedidos às três irmãs Eliete, 9 anos, Elionete, 7, e Elizete, 5, e contam que são atendidos. Imagem das crianças está pintada aos pés de Nossa Senhora de Guadalupe, no templo

TRÊS ANJOS DE CAXIAS

FOTOS ALESSANDRO COSTA

Penha faz da igreja ponto de encontro da família e conta que alcançou graças pela interseção das três irmãs que foram assassinadas e cujas imagens ilustram a capela

A fé que supera a tragédia

Igreja apóia moradores e constrói templo em local de chacina. Fiéis atribuem bênçãos a vítimas

Helvio Lessa
hlessa@odianet.com.br

■ A imagem de Nossa Senhora de Guadalupe — a santa grávida —, tendo aos pés três meninas abraçadas, retrata a força da fé, que transformou o local de uma chacina, ocorrida há 19 anos, na Igreja da Comunidade Nossa Senhora dos Mártires, no Jardim Amapá, Duque de Caxias. Vítimas de traficantes em 1988, com o pai e a mãe grávida, Eliete, 9 anos, Elionete, 7, e Elizete, 5, passaram a fazer parte das orações de católicos, que buscam nas meninas o caminho para obter bênçãos. Alguns até citam pequenas graças alcançadas. Além de manter o templo com missas uma vez por mês, a Igreja distribui livreto e CD com a história da tragédia, transformada em fé no bairro. Até um hino foi feito em homenagem à família assassinada.

Dezenas de fiéis estarão hoje em frente ao altar na Missa de Páscoa, na qual será batizada uma prima das meninas. A missa será celebrada pelo padre Constanzo Bruno, idealizador do templo, que foi erguido em 1999 pela Diocese de Caxias, com a participação do então bispo Dom Mauro Morelli.

No entanto, desde 1988, um mês após a chacina, a idéia já havia brotado durante ato ecumênico realizado no terreno da casa de três cômodos da família. "Percebi que a gente precisava fazer um trabalho para mostrar que o que poderia ser um sinal de morte foi transformado em um sinal de vida. Eu mesmo costumo pedir a interseção das meninas", disse o padre Bruno.

O templo ocupa o terreno dos fundos. A casa humilde se transformou em capela, onde um altar com a santa e fotografias e reproduções das meninas estão espalhadas pelas paredes e se transformaram em passagem obrigatória dos fiéis em romaria. "Freqüentam pessoas de 21 comunidades católicas de Caxias e Belford Roxo. Costumam pedir ajuda através das meninas", disse Maria da Conceição Constantino da Silva, uma das coordenadoras da comunidade.

A dona-de-casa Marlene Eloísa Paula da Silva, 54, afirma que pequenos milagres foram obtidos por várias pessoas, inclusive por ela mesma. Lembra que esteve doente há dois anos e se curou após os pedidos. "Foi um milagre, com certeza", afirmou. A faxineira Penha Luzia Marques de Paula, 47, recorre sempre às meninas. "Quando estou em aperto, venho à igreja e faço orações para elas. Quando a gente acredita, as coisas acontecem", explica.

Roberta Oliveira, 26 anos, acredita que a tranqüilidade no bairro aumentou depois da criação da igreja, e que isso pode ser apontado como uma bênção. A mãe dela, Maria da Penha de Oliveira, conta que faz da igreja um local de encontro da família. "Costumo vir com minhas filhas e netas", garantiu. III

"Sempre que estou em aperto, venho à igreja e faço orações", Penha Luzia Marques

Odete articulou venda de terreno e diz que foi abençoada

Catequista lembra da dor

■ Dona Odete Pereira Fernandes, 84 anos, foi catequista das meninas e uma das responsáveis pela construção da igreja, conforme padre Bruno reconhece, logo na abertura da cartilha onde conta a história da chacina e do crescimento religioso no bairro Jardim Amapá. "Uma mulher de fé concreta", relata. Lúcida, ela lembra bem dos dias de dor após a chacina. "Eram três meninas bem educadas que participavam muito das aulas de catecismo. Os pais também eram muito devotados e religiosos", disse.

Foi Dona Odete que articulou a compra do terreno da casa da família para que ali fosse construída, inicialmente, a sede da comunidade. A compra foi concretizada, segundo padre Bruno, pelo então bispo Dom Mauro Morelli, em 1989.

Talvez seja de dona Odete o relato mais impressionante sobre graças atribuídas às irmãs. A catequista contou que estava doente, rezou às irmãs e logo melhorou após a visão da aparição das três meninas em seu quarto. "De repente, vi as três garotas entrarem dançando. A mais nova vinha na frente, carregando uma peneira. Dias depois eu estava boa", afirmou.

Ela conta que também presenciou o que os fiéis consideram a primeira bênção no local da chacina. "Um ano depois que tudo aconteceu, nós abrimos a porta do quarto da casa e nos deparamos com uma coisa incrível. Mesmo sem luz e sem água, brotou uma roseira, que caía sobre o estrado onde as meninas foram encontradas mortas", conta. III

))) COVARDIA

DENÚNCIA CONTRA BANDO FOI CAUSA DA BARBARIDADE

■ Dia 3 de maio de 1988. O comerciante Sebastião Vidal dos Santos, 30, e a mulher, Maria das Neves Rodrigues dos Santos, 35, grávida de oito meses, estavam em casa com as três filhas. De repente, o local foi invadido por um grupo que amarrou toda a família. Eram traficantes que queriam se instalar no bar de Sebastião, mas que foram denunciados à polícia.

Conforme relata o livreto distribuído pela Igreja, a mãe das crianças, Maria das Neves, tentou pedir socorro, mas foi agredida e morta com golpes de tesoura no ventre. Sebastião foi amarrado e obrigado a assistir às três filhas serem violentadas e mortas por asfixia, antes de também ser assassinado.

A fúria dos bandidos era tamanha, segundo o padre Bruno, que até os passarinhos e as flores da família foram destruídos, para que não ficasse nenhum sinal de vida. Segundo ele, ninguém foi preso até hoje.

Quarto onde aconteceu a chacina agora é uma capela

Josimo:
A terra, a vida

Mário Aldighieri

CPT COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Edições Loyola

Josimo foi um homem que soube viver intensamente o seu tempo. Participou da história e podemos dizer que a marcou com a sua pessoa e a sua vida. Um homem que conseguiu relacionar o particular e o universal, colocar o seu cotidiano de padre, jovem, suas exigências afetivas, o trabalho e o lazer, dentro da história. Fez da vida uma paixão pelos outros, para romper a canga da alienação. Tornou-se livre, fez de sua fé a força para libertar; de suas idéias, um serviço para que a vida pudesse crescer e a união entre os camponeses se fortalecer. Rompeu os preconceitos e superou os limites do papel que a sociedade queria lhe impor. Acreditou que era possível uma reorganização da sociedade "capaz de humanizar a vida", e que isto "não depende de uma única ação revolucionária drástica e sim de uma revolução permanente" (5). Por isso, ele foi um revolucionário.

Pedidos de "Josimo: A terra, a vida" podem ser feitos ao Secretariado Nacional da CPT:

Cx. Postal 749
74001-970 - Goiânia - Go
Fax: (062) 225-4967
Fone: (062) 224-4436
Nodo Alternex: CPTNAC

US$ 6 (incluindo despesas de Correio)

Catálogo de Publicações - CPT

Luta e Sonho na Terra - Conflitos no Campo/92
Terra, Água e Paz - Conflitos no Campo/91
O Espinhoso Caminho para a Liberdade - Conflitos no Campo/90

Caderno de Estudos - CPT nº 3:
Luta pela Terra: Caminho de Fé
- Marcelo de Barros Souza, Vitor Westhelle, Ivo Poletto

Cadernos de Estudos - CPT nº 4:
Sonhos e Desejos dos Lavradores - Desafios para a CPT - José de Souza Martins, Cláudio Perani

Cadernos de Estudos nº 6:
Inserção e Prática Pastoral das Igrejas nas Ocupações, Acampamentos e Assentamentos - Sérgio Sauer

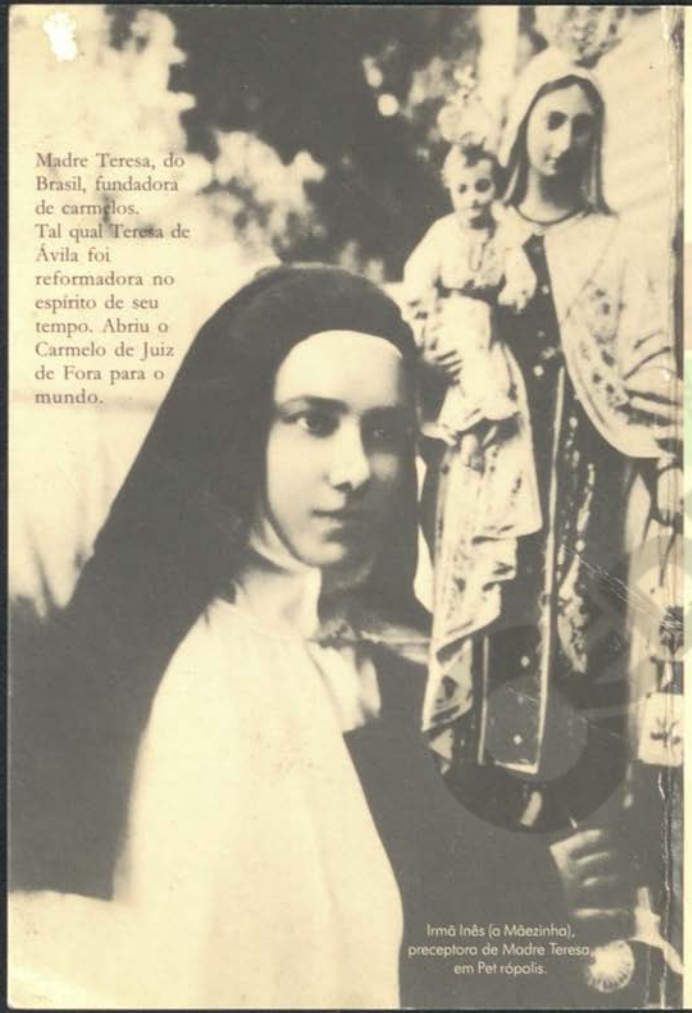
Pastoral da Terra
- Boletim mensal do Secretariado Nacional da CPT

Assinatura normal:	US$ 2
Para lavrador:	US$ 1
Exterior:	US$ 15

Outras publicações disponíveis no Secretariado:

A Chegada do Estranho - José de Souza Martins
Não há Terra para Plantar Neste Verão - José de Souza Martins
A Justiça do Lobo - Pe. Ricardo Rezende
Rio Maria, Canto da Terra - Pe. Ricardo Rezende
Um Lavrador no Reino do Latifúndio - Antônio Inácio Correia
Inventário Ecológico sobre o Cultivo do Eucalipto - Vandana Shiva J. Bandyopadhyay
Democracy - CPT, Cimi, CUT, MST
Terra, Meio Ambiente e Direitos Humanos - Conferência de Vitória

CEDIN



Madre Teresa, do Brasil, fundadora de carmelos. Tal qual Teresa de Ávila foi reformadora no espírito de seu tempo. Abriu o Carmelo de Juiz de Fora para o mundo.

Irmã Inês (a Mãezinha), preceptora de Madre Teresa, em Petrópolis.

Marisa Marega

O Livro de MADRE TERESA DE JESUS

Petrópolis ▫ Juiz de Fora ▫ Itaguaí

Prefácio de
Chico Pinheiro

MUSA

Musa Editora – Rua Monte Alegre 1276 – 05014-001 / São Paulo-SP

CEDIM

MUSA
EDITORA

e-mail: musaeditora@uol.com.br
Telefax 011 - 3862 2586 • 3871 5580

Oração a Nossa Senhora dos Mártires

Mãe do Deus da vida,

Aqui onde mãos assassinas semearam destruição e morte, o teu amor, fez nascer um sinal de vida.

Pisando esta terra banhada pelo sangue inocente de nossos mártires, a ti nos dirigimos confiantes. Esta terra é marcada por tanto sofrimento e tantos preconceitos. É terra de filhos teus empobrecidos, desprezados, excluídos. Mas é também terra de coragem, de luta e de dignidade.

Mãe dos Mártires derrama sobre nós as tuas graças, derrama sobre as mães que perderam seus filhos na violência, o conforto do amor e da solidariedade de quem viu seu filho ser assassinado na cruz para a salvação de todos.

Estende teu manto protetor sobre as crianças inocentes e faz que nossos mártires sejam anjos de bondade e de paz que acompanham todas as nossas famílias.

Derrama sobre os jovens a tua luz e livra-os das garras dos vícios e do egoísmo. Desperta no coração deles sonhos de amor e de bondade, alimenta neles a fome e a sede de justiça e de igualdade.

Derrama a esperança sobre nós, ensina o povo a se organizar, desperta o coração de quem desanimou, e faz o nosso povo caminhar em paz.

Anima-nos a ser sempre discípulos e discípulas , missionários e missionárias do teu filho Jesus Cristo. Amem.

Fachada da Igreja

MISSA
dos Mártires
e pela paz

2º domingo
do mês
10 horas
da manhã

Ônibus: Caxias – Amapá (Empresa S. Antônio)
Central – Amapá (Empresa União)

COMUNIDADE NOSSA SENHORA DOS MÁRTIRES DA BAIXADA

Estrada do Amapá 522 – Vila Susana Lt 03 Q.01
JARDIM AMAPÁ – 25245-010 – Duque de Caxias – RJ
Diocese: Duque de Caxias
e-mail: padrebruno@globo.com
Telefone da comunidade 2654-6840
Telefone da Paróquia São Simão 3134-2212

CPIM

Senhor, Deus da vida,
somos pobres, mas em Ti ricos!
Periferia do mundo,
mas no centro do teu coração!
Mortos, porém ressuscitados em Ti!

UMA HISTÓRIA DE SANGUE E DE ESPERANÇA

Jardim Amapá é o retrato da exclusão e do abandono em que os pobres deste país são obrigados a viver.

Foi no Jardim Amapá que na noite de 3 de maio 1988 Elizete (5 anos), Elionete (7 anos) e Eliete (9 anos) foram barbaramente assassinadas junto com a mãe Maria das Neves (grávida) e o pai Sebastião.

No dia 5 de junho de 1988 foi realizada a celebração ecuménica:

CLAMOR DOS MÁRTIRES.

Em outubro de 1989 foi comprada a casa onde tinha acontecido o martírio e no Natal do mesmo ano foi inaugurada a comunidade Nossa Senhora dos Mártires da Baixada.

Em 1993 foi comprado o terreno ao lado e em 1994 começou a ser preparado o Centro de Espiritualidade e Formação. Incentivados e ajudados pelo Bispo Dom Mauro Morelli em 1998 iniciamos a construção da Igreja que foi inaugurada dia 17 de julho de 1999.

17 de julho 1999

Dom Mauro
abençoa
a nova Igreja

A VIDA VENCE A MORTE

Na noite de 3 de maio 1988 os assassinos destruiram todos os sinais de vida. Mataram até os passarinhos e pisaram e arrancaram as flores em volta da casa. Até outubro de 1989 a casa permaneceu fechada, abandonada. Quando a Diocese comprou a casa e nós entramos, tivemos a grande surpresa. Uma das roseiras em vez de brotar novamente ao lado da casa, tinha

"furado" a parede. Lá, entre os sinais que ainda testemunhavam o martírio, estava aquele ramo cheio de vida.

Logo depois, apesar de nossos cuidados, ele secou. Estava apenas nos aguardando para entregar a todos nós a responsabilidade de continuar construindo sinais de vida.

O CENTRO DE ESPIRITUALIDADE E DE FORMAÇÃO

Um martírio aconteceu, vitimou uma família. Como Igreja viva não podemos apenas lamentar, devemos ser sinal do amor do Pai que é o Deus da vida. Nossa fé nos compromete a responder com sinais de vida a todos os sinais de morte. Foi pensando nisso que além da Igreja-Templo construímos o Centro de Espiritualidade e de Formação com a possibilidade de acolher Retiros e Encontros de Formação.

NOSSA HISTÓRIA CANTADA EM MÚSICA

Numa madrugada fria no mês de Maria / Tranquila dentro de uma casa uma familia dormia / O pai era comerciante, a mãe dona de casa / Tinha três filhinhas lindas e mais um esperava.

Foi quando homens invadiram a vida daquela família / E sem dó sem piedade executaram um a um.
Como pode haver tanto mal dentro de um ser humano / Que acaba com os planos de uma simples família

Ao amanhecer o dia abriram a porta / E quando entraram , encontraram a família morta. / Vieram lágrimas nos olhos de quem estava presente. / Um homem,uma mulher grávida e mais três inocentes.

Mas o povo não se calou,não abafou o seu grito E fez mais que infinito a vida desses mártires. Se juntaram com fervor a um padre lutador / Que fez essa história penetrar na memória.

Refrão : Hoje o local é santo tanta coisa boa está acontecendo tanta novidade, tanto , tanto movimento quem conhece a história sempre se emociona / Hoje o local é santo / aqui nossa fé em Deus é decidida/ agora nossa história já é conhecida / onde derramou sangue hoje gera vida. (Letra e música: Márcio Alves de Queiroz)

A2

SECRETARIADO INTERNACIONAL CRISTIANO DE SOLIDARIDAD CON AMERICA LATINA

"OSCAR A. ROMERO"

BOLETIN INTERNACIONAL NUMERO 6

ENCUENTRO EN BRASIL

VII Encuentro de Solidaridad Cristiana

Lugar: Nova Iguazú, Brasil

Fecha: 12 al 19 de julio de 1987

Lema: "La práctica de la solidaridad en los procesos de liberación"

¡ Presentes !

7º ANIVERSARIO DEL MARTIRIO DE MONS. ROMERO

El 24 de marzo de 1980, mons. Romero fue asesinado durante la celebración de la Eucaristía. Siete años después, su testimonio sigue siendo un reclamo para todos aquellos que están llamados a lograr la paz en Centroamérica y en el mundo entero.

Miles de cristianos en el mundo se convocaron en torno a la conmemoración del martirio de Mons. Romero. Lo mismo en Europa que en los Estados Unidos y en América Latina, se escuchó el fuerte reclamo de la paz para los pueblos centroamericanos.

"Mons. Romero murió por luchar a favor de la paz, una paz basada en la justicia, en la verdad y en la libertad", recordó don Sergio Méndez Arceo, en ocasión de este aniversario. Presentamos una visión panorámica de algunas de las celebraciones realizadas en diversas partes del mundo.

LA DEMOCRATIZACION DE AMERICA LATINA

"América Latina vive horas difíciles, en un proceso que se desenvuelve entre el resurgimiento democrático y la situación económica de la región, la deuda externa y las perspectivas de desarrollo", señala un análisis del Equipo Asesor del Secretariado Internacional.

El documento sirvió de base a una reflexión que sobre el momento de las actividades de solidaridad se realizó en México. Indica que Centroamérica se ha convertido en el foco de tensión más importante de América Latina y que la

PASA PAG. 2

EDITORIAL

Al acercarse el 7o. Encuentro de Solidaridad que se realizará en Nueva Iguazú, Brasil, no podemos dejar de insistir sobre la urgente necesidad de la promoción de la solidaridad para nuestros pueblos Latinoamericanos.

"Cada vez que nos reunimos tenemos que hablar de más sufrimientos, más muertes, más sangre derrmada en nuestros pueblos", expresaba el Secretario Ejecutivo de la Coordinadora Centro Americana en una de sus intervenciones en la última reunión regional, y es cierto, día a día aumenta la cuota de dolor y sacrificio, provocada principalmente por sistemas injustos y la intervención norteamericana, que quiere frenar por medio del exterminio, el potencial liberador de los pobres.

Sin embargo, también se hacen evidentes los esfuerzos solidarios de muchos cristianos y gente de buena voluntad que busca la paz basada en la justicia y lucha porque ésta sea posible. Consciente de estos esfuerzos, el Secretariado Internacional trata de promover y enlazar el quehacer solidario y dar una respuesta coordinada al clamor de nuestros pueblos que se ha vuelto "claro, creciente, impetuoso y en ocasiones amenazante." (Puebla No. 89).

El Secretariado nació de ese clamor de los cristianos salvadoreños, que en 1980 llegaron a México huyendo de la muerte después del asesinato de Monseñor Romero. Desde ese momento el Secretariado, impulsado por Don Sergio Méndez Arceo, no ha cesado de motivar y llamar constantemente a los cristianos para que participen y compartan con los pueblos pobres y perseguidos, como una exigencia de su fe.

Así, año tras año, el Secretariado ha tratado de reunir a los representantes de la solidaridad en los Encuentros Internacionales. Nos toca ahora el 7o. Encuentro, cuyo lema: "La Práctica de la Solidaridad en los Procesos de Liberación", nos invita a reflexionar sobre la importancia de la presencia cristiana, porque si hay algo característico en los procesos de nuestros pueblos es la participación de los cristianos en las diferentes luchas de liberación, o en un compromiso de transformación al lado del pobre y del oprimido.

Cada Encuentro es para nosotros un llamado y un nuevo impulso para profundizar y ser más consecuentes con nuestro compromiso en la solidaridad. Don Pedro Casaldáliga en una visita reciente a Centro América, a la que llamó: "colectivo Siervo sufriente, profecía y convocación" nos urge con estas palabras: "La SOLIDARIDAD –a todos los niveles– se impone hoy más que nunca. En la ORACION, en las vigilias, en las celebraciones comunitarias; en la organización de varios comités y su mejor acoplamiento; en la constante INFORMACION (ante la insidiosa contrainformación de los medios "grandes"); en el apoyo a las COMUNIDADES CRISTIANAS que quieren ser Iglesia y tienen el derecho a serlo y aportan a la Iglesia un rostro nuevo y una mayor credibilidad; en la AYUDA efectiva y programada, con dinero, alimentos, medicamentos seleccionados, maquinaria, material escolar. . ."

Y a nosotros nos queda responder a este urgente llamado. ●

LA DEMOCRATIZACION DE AMERICA LATINA

VIENE DE LA PAG. 1

naturaleza e importancia del conflicto tienden a alterar las relaciones internacionales y la paz mundial.

Luego de hacer precisiones sobre cada uno de los países latinoamericanos, los asesores del Secretariado concluyen que una nueva alternativa sólo puede construirse en el marco de una nueva democracia lo que supone una nueva alianza social y política. Apuntan que esta nueva articulación de intereses debe ser resultado en cada país de un consenso democrático, pluralista y plural: "Parece haber llegado la hora de la democracia en AL, todavía hoy precaria y frágil, sin duda, mientras persistan fuerzas conservadoras y retardatarias portadoras del orden del pasado y de intereses antinacionales".

PROLOGO DE DON SERGIO AL LIBRO "COLOMBIA HISTORIA DE UNA TRAICION"

Había conocido yo a Laura Restrepo al visitar al mutilado de paz, Antonio Navarro Wolff; pero no la identifiqué con la autora de "Colombia Historia de una Traición", cuando recibí de mis amigos de IEPALA, en España, sorpresivamente, este espléndido regalo. Fascinante como la mejor novela, estrujante como un comprometido testimonio en la marcha de la liberación de nuestros pueblos.

En muchas y variadas ocasiones, me he acercado a Colombia. Desde mis primeros años de viajes cartograficos iniciados en las geografías de FTD, hasta el magno acontecimiento del Congreso Eucarístico, empalmado con la I Conferencia general del Episcopado Latinoamericano, abierta en la Catedral de Bogotá por el Papa Pablo VI en 1968.

Para mí, Obispo católico, esperanzado en la renovación de la Iglesia, particpante en Brasil en la fundación del CELAM con ocasión de otro Congreso Eucarístico en Río de Janeiro en 1955, Colombia significa el lugar de concentración de los esfuerzos Continentales. Con el fin de poner en común los anhelos pastorales y descubrir nuvos caminos en nuestras Iglesias, Colombia fue escogida por los Obispos Latinoamericanos convocados por el Papa Pio XII en 1955, como Sede de la organización programada, no sólo por su situación geográfica, sino también por el prestigio de su Iglesia, relativamente bien abastecida de sacerdotes, religiosos y religiosas nativos, empeñados en algunas eficaces experiencias pastorales. ▶

Boletín del Secretariado Internacional Cristiano de Solidaridad con América Latina "Oscar A. Romero". Redacción: Mercedes García, Raquel Saravia y Víctor Ramos. Diagramación: Oscar García. Oficina Sede: Roma 1-203, Col. Juárez, 06600 México, D.F., Tel. 703-2554. Toda correspondencia dirigida al Apdo. Postal 61-122, Col. Juárez, 06600 México, D.F.

SOLIDARIDAD REGIONAL

MEXICO

El 24 de mayo se celebró el Día de la Madre Latinoamericana en homenaje a las madres de los luchadores por la paz y la liberación de los pueblos latinoamericanos.

Reunidos en una Celebración Eucarística en la comunidad de la Candelaria en la Ciudad de México, decenas de madres de luchadores reafirmaron su esperanza en el Dios de la Vida y en la paz para nuestros pueblos.

El Grupo Motor de Organismos Cristianos Solidarios convocó a esta jornada en donde compartieron experiencias madres de diversos países que comparten el haber sido ejemplos de sus hijos ahora caídos o desaparecidos por sus ideales y sus luchas.

El Equipo de Pastoral de la Colonia Dos de Agosto en Tepic, Nay., decidió unirse a la huelga de hambre de la profesora Rosalinda Martínez frente al palacio de Gobierno. En efecto del 29 de abril al 20 de mayo, el Equipo Pastoral acompañó a la profesora Martínes dado que sus demandas para defender su trabajo y el de sus compañeras no habían sido escuchadas.

NOTICIA

Los organismos Cristianos Solidarios, celebrarán el 27 de junio su Asamblea General, con el objetivo de presentar la nueva estructura del Grupo Motor **y su plan de trabajo, también reflexionarán sobre los retos y perspectivas de la solidaridad en México.**

La compañera chilena, Carmen Quintana dará su testimonio y terminará la asamblea con un acto ecuménico.

▶ Durante el Congreso Eucarístico, en Bogotá en 1968, me había acercado más a la realidad conflictiva del pueblo pobre y miserable de Colombia y el haber convivido con dos singualres Obispos Colombianos, Monseñor Zambrano y Monseñor Gerardo Valencia.

En 1971 a lo largo de un mes de renovación pastoral en Medellín, junto con unos 40 Obispos más del Continente, me precisó mejor el significado de Camilo Torres, acompañante del pueblo colombiano en lucha por la verdad, la justicia y la libertad colombianas y latinoamericanas.

El libro de Laura Restrepo va a marcar un hito en mi solidaridad con ese mismo pueblo.

Mi acompañamiento no ha sido ni tan vigoroso ni tan significativo como mi convicción.

Me conmovió y lo declaré públicamente, la toma de la Embajada de Santo Domingo y seguí desde lejos fraternalmente a Mons. Rubén Izazar fallecido el 9 de marzo proximo pasado, sobre todo en su defensa de dos sacerdotes y una religiosa detenidos y vejado en Cartagena en 1979.

El libro de Laura Restrepo,periodista miembro de la Comisión de Negociación y Diálogo desde junio de 1984 hasta junio de 1985,narra y analiza estremecida, objetiva y brillantemente ese esperanzado momento.

Hemos de concluír con ella que hubo una traición contra las fuerzas guerrilleras.

La difusión por medio de una nueva edición –ojalá presagio de nuevas ediciones– favorecerá la solidaridad con las luchas liberadoras pacíficas o violentas por más remotos que sean los días de la paz y por más prolongados que sean los días de la guerra, restablecida el 20 de junio de 1985 con el atentado a Navarro Wolff, hoy de nuevo, él mismo en pie de guerra, restablecido físicamente del atentado. ●

CENTROAMERICA

Reunión de la Coordinadora Centroamericana en Panamá

Del 18 al 21 de mayo se llevó a cabo, en Panamá, el Encuentro Ampliado de la Coordinación Regional Centroamericana, con la participación de los representantes de Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicaragua, Costa Rica y Panamá. Es la primera vez que nos encontramos todos reunidos en un encuentro ampliado regional, con la asistencia también de Don Sergio Méndez Arceo.

Dicha reunión tenía dos objetivos principales: 1.- que haya más vinculación entre la Iglesia de los pobres en toda C.A. y que se vaya dando un ecumenismo concreto. Dar pasos en la centroamericanización involucrando más gente en el trabajo. Que sea más conocida y partidaria por las bases, buscando mecanismos para lograrlo. 2.- Prepar el 7o. Encuentro como Iglesia de los pobres en C.A.

Después de poner en común las expectativas y los retos, se pasó a dar la información sobre los últimos meses de la coyuntura de los países, lo cual resultó muy rico y dinámico.

El segundo día lo dedicamos a la preparación del 7o. Encuentro, con la revisión del día dedicado más directa-

mente a Centro América, se presentaron las demandas de cada país, sacando luego unas Demandas Centro Americanas, que serán presentadas en el Encuentro y se acordaron varias actividades a realizar.

En la noche, pudimos participar en una Conferencia que la Universidad Panamá solicitó a Don Sergio Méndez Arceo, después de hablar de la Teología de la Liberación, que era el tema pedido, no pudo dejar de hablar de la urgencia de la solidaridad hoy, especialmente con el agredido pueblo de Nicaragua.

El tercero y cuarto día fue dedicado a planificar los trabajos propios de la Coordinación, actividades, realizaciones. etc., que se llevarán a cabo en los próximos seis meses del año.

La evaluación del Encuentro fue muy positiva, no sólo por la seriedad del trabajo realizado, sino por el gran enriquecimiento que recibimos de cada país. Terminamos con un compartir con algunos miembros de las comunidades de base de Panamá a quien también se les hizo conocer la realidad sangrante, pero esperanzadora de nuestros pueblos.

Consideramos esa reunión muy importante para el avance de la Iglesia y para el futuro de la Iglesia de los pobres en C.A., pues se logró también el avance en la centroamericanización, y más claridad en el sentido de la solidaridad y más inquietud en llevarlo a las bases.

EUROPA

ESPAÑA

El Comité de Solidaridad Mons. O. Romero envio un télex al Ministro de Asuntos Exteriores para pedir que los gobiernos de la Comunidad Económica Europea jueguen un papel más activo en la pacificación de Centroamérica en el marco de las iniciativas del Grupo Contadora.

Firmado por tres mil personas y grupos de solidaridad, el documento solicita a los gobiernos europeos que aprovechen la próxima reunión de los gobiernos centroamericanos para que desarrollen actividades que puedan sacar del callejón el trabajo del Grupo de Contadora y del Grupo de Apoyo de Lima. Indican que deben concretarse algunas contribuciones europeas, como poner a la disposición medidas de seguridad para vigilar las fronteras entre Honduras, Nicaragua y Costa Rica.

La solidaridad española insiste en que los Estados Unidos deben respetar las normas jurídicas internacionales y parar la ayuda a los contras nicaragüenses.

SUIZA

Más de 400 cristianos pidieron al gobierno de los Estados Unidos que no otorgue más créditos al gobierno de El Salvador. En una carta abierta indican que la ayuda económica en 1987 ha aumentado a más de 1.5 millones de dólares por día, y que esta ayuda tiene sus efectos mortales en El Salvador: "No sólo intensifica la guerra, cuyas consecuencias sobre la población civil son dramáticas sino que igualmente intenta hacer de El Salvador una base de apoyo a las acciones militares contra Nicaragua, despreciando la voluntad de los pueblos salvadoreños y nicaragüenses."

Luego de reafirmar su solidaridad para que cese la intervención de los EU en El Salvador hasta que triunfe la paz y la justicia social, los firmantes de esta carta exigen el desmantelamiento de la operación "unidos para reconstruir" que no intenta otra cosa que la militarización y la destrucción en El Salvador.

7º ANIVERSARIO DE SU MARTIRIO

MONS. ROMERO VIVE

ESPAÑA

En Madrid, más de mil personas se reunieron en la iglesia de Nuestra Señora de la Paz, en donde Mons. García Gasco presidió una eucaristía en conmemoración del VII Aniversario del martirio de Mons. Romero. El obispo auxiliar de Madrid resaltó el compromiso de Mons. Romero ante el sufrimiento de su pueblo, señalando que esta actitud le llevó al martirio.

En esta ceremonia se recaudaron más de 200 mil pesetas que se repartirán entre los pueblos de San Salvador y Ecuador, para ayudar en una pequeña parte a los damnificados de los terremotos pasados.

VENEZUELA

En Maracaibo, las CEB's realizaron una intensa jornada de estudio sobre la situación de Centroamérica a la luz de la Palabra Evangélica. Esta preparación culminó el 24 de marzo por la tarde con una procesión que salió de cada comunidad hacia la capilla central de uno de los barrios populares. Entre las mantas podían leerse las siguientes leyendas: "Mons. Romero, artesano de la paz", "Centroamérica merece la paz", etcétera.

Mons. Roa Pérez, obispo de Maracaibo, presidió la Celebración Eucarística en donde se conmemoró el martirio de San Romero a la luz de los cantos: "Nuestra fe no puede descansar hasta desterrar del Continente el hambre, la tortura, la miseria y el terror, este es el mandamiento del amor.

BRASIL

En la ciudad de Bebedoura, provincia de Sao Paulo, el Comité de Derechos Humanos de América Latina convocó a una celebración para conmemorar el martirio de Mons. Romero. Se exhibió un audiovisual sobre la vida de Mons. Romero y se tuvo el testimonio de algunos compañeros salvadoreños.

ALEMANIA

Se tuvieron Celebraciones Eucarísticas impulsadas por grupos solidarios en las ciudades de Berlín, Münster, Ensehedae, Leewarden, Purmerend, Moarn, Oosterhout, y en treinta ciudades más.

HOLANDA

Más de 400 representantes de grupos de solidaridad y organizaciones eclesiales se reunieron en Amsterdan en una iglesia protestante. El P. Carlos Cobarrus de Guatemala describió los retos de los cristianos centroamericanos en medio de las guerras y el cansancio de mucha gente, luego de tantas injusticias y desigualdades.

Después del trabajo en grupos se realizó una marcha silenciosa en medio de una lluvia abundante.

MEXICO

La conmemoración del VII Aniversario del martirio de Mons. Romero se hizo de una doble manera: un momento de reflexión y análisis sobre la importancia de redoblar la solidaridad, y una Concelebración Eucarística presidida por don Sergio Méndez Arceo, presidente del Secretariado Internacional.

Se recordó que para Mons. Romero la paz no sólo era la ausencia de violencia o la obtenida a través de la represión y acallamiento del pueblo sino que necesariamente tenía que ser fruto de la justicia y la democracia.

El Grupo Motor de Organismos Cristianos Solidarios dirigió una carta al Presidente Duarte. Le dicen: "En nombre de Mons. Romero, y en nombre de este sufrido pueblo cuyos lamentos suben al cielo cada día más tumultuosos, le pedimos, le rogamos, le exigimos, cese la represión".

Mons. Méndez Arceo señaló que Mons. Romero no fue asesinado por político, sino por enfrentarse a los poderes políticos "promotores de la guerra".

BELGICA

En Bruselas se realizó una Celebración de la Palabra organizada por las Comunidades de Base flamencas y por el Comité de Cristianos Latinoamericanos en el Exilio. La vida y el martirio de Mons. Romero fueron evocados en una obra de teatro.

En Bruselas , se hizo una procesión silenciosa por las calles llevando cruces, por la mañana del domingo 22 de marzo. En esta ocasión se entrevistaron el embajador de El Salvador en Bélgica y Rubén Zamora, representante del Frente Democrático Revolucionario.

ITALIA

En Roma, 200 sacerdotes concelebraron la Eucaristía en la Basílica de los Apóstoles, en conmemoración del 7o. aniversario del martirio de Mons. Romero. El obispo Tonino Bello presidió la ceremonia organizada por Pax Christi y Justicia y Paz.

Queridos hermanos solidarios: en el momento presente, al arreciar sin descanso, y agresividad creciente las acciones mortíferas y las amenazas abiertas de la administración de los Estados Unidos contra Nicaragua, sin que las fuerzas solidarias del pueblo mismo norteamericano sean suficientes para detener el empuje prevalente del expansionismo y del neocolonialismo alhagados y utilizados contra el país, enseña de la soberanía y de la independencia latinoamericanas, confirma y alienta la esperanza en nuestro país una campaña más movilizadora de la solidaridad.

La amplitud de sus campos, en lo político, en lo organizativo, en lo informativo, atraerá zonas y regiones antes no tenidas en cuenta, de suerte que el 19 de julio a lo ancho y a lo largo de la nación se manifieste contundentemente el sentir del pueblo mexicano en defensa de Nicaragua.

México se distinguió por su apoyo a la revolución sandinista durante la lucha y en los primeros años de la reconstrucción nacional. El sentir popular puede y debe hacer que su gobierno recobre el lugar que le corresponde históricamente, a pesar de sus propias debilidades y de las asechanzas y presiones del enemigo común.

Me alegra que se tenga en cuenta a la comunidad cristiana, puesto que una de las acusaciones más graves y más frecuentemente esgrimidas por los voceros del imperialismo desinformador es tachar de perseguidores de la Iglesia católica mayoritaria en Nicaragua como en México a los revolucionarios nicaragüenses. Nada más falso. Ha habido y hay conflictos superables y superados parcialmente, propios del ensayo de caminos nuevos. Los documentos oficiales especialmente la Constitución, reconocen abiertamente la participación de los cristianos en la lucha y en las tareas de la construcción de una nueva humanidad, más conforme con la igualdad, la libertad, la justicia y el amor del cristianismo.

Esto lo proclaman los numerosos visitantes y cooperantes de todos los países, creyentes y no creyentes, sorprendidos especialmente por la inmediata abolición de la pena de muerte, por el mejoramiento de las cárceles, por el sistema penitenciario, por el castigo a los policías o soldados abusadores de su posición, por el destierro de la tortura y malos tratos, aun en los tiempos de la guerra prolongada y cruel de los contras, pretendidos defensores de la libertad.

Será una gran benemerencia de los iniciadores y mantenedores de esta original campaña, varaida y pluralista, recomponer y dar expresión a los mejores sentimientos latinoamericanos del pueblo mexicano. Les deseo grande éxito y buscaré modo y ocasión de sumarme a sus actividades y apoyarlos.

+ Sergio Méndez Arceo

SALUDOS DE DON SERGIO AL INICIARSE
LA CAMPAÑA "UNA FLOR POR NICARAGUA"

R/ APARTADO POSTAL 61-122
COL. JUAREZ, 06600
MEXICO, D.F.

AEREO
AEREO
AEREO
AEREO

CARTA DE LA O.E.A.

ORGANIZACION DE LOS ESTADOS AMERICANOS
WASHINGTON, D.D. 20006-4499
Official Bussiness

El Secretariado General

27 de febrero de 1987

Estimado señor Méndez Arceo:

Me complazco en avisar recibo de su atenta carta del 19 de febrero pasado y mucho le agradezco sus palabras de apoyo y su interés.

Creo que la visita que realicé a América Central con el Secretario General de las Naciones Unidas ylos integrantes del Grupo de Contadora y Grupo de Apoyo fueron fructíferas, en cuanto que nos permitieron recibir valiosas evaluaciones de la difícil situación actual en América Central. La Organización de los Estados Americanos cree que sus Estados miembros encontrarán soluciones tendientes al mejoramiento de las condiciones de vida en el Hemisferio y particularmente en la región centroamericana y considero mi deber continuar trabajando hacia el logro de ese objetivo.

Atentamente,

Joao Clemente Baena Soares

Sr. Sergio Méndez Arceo
Presidente
Secretariado Internacional Cristiano
de Solidaridad con América Latina
"Oscar A. Romero"
Colonia Juárez, México

TELEGRAMA ORDINARIO

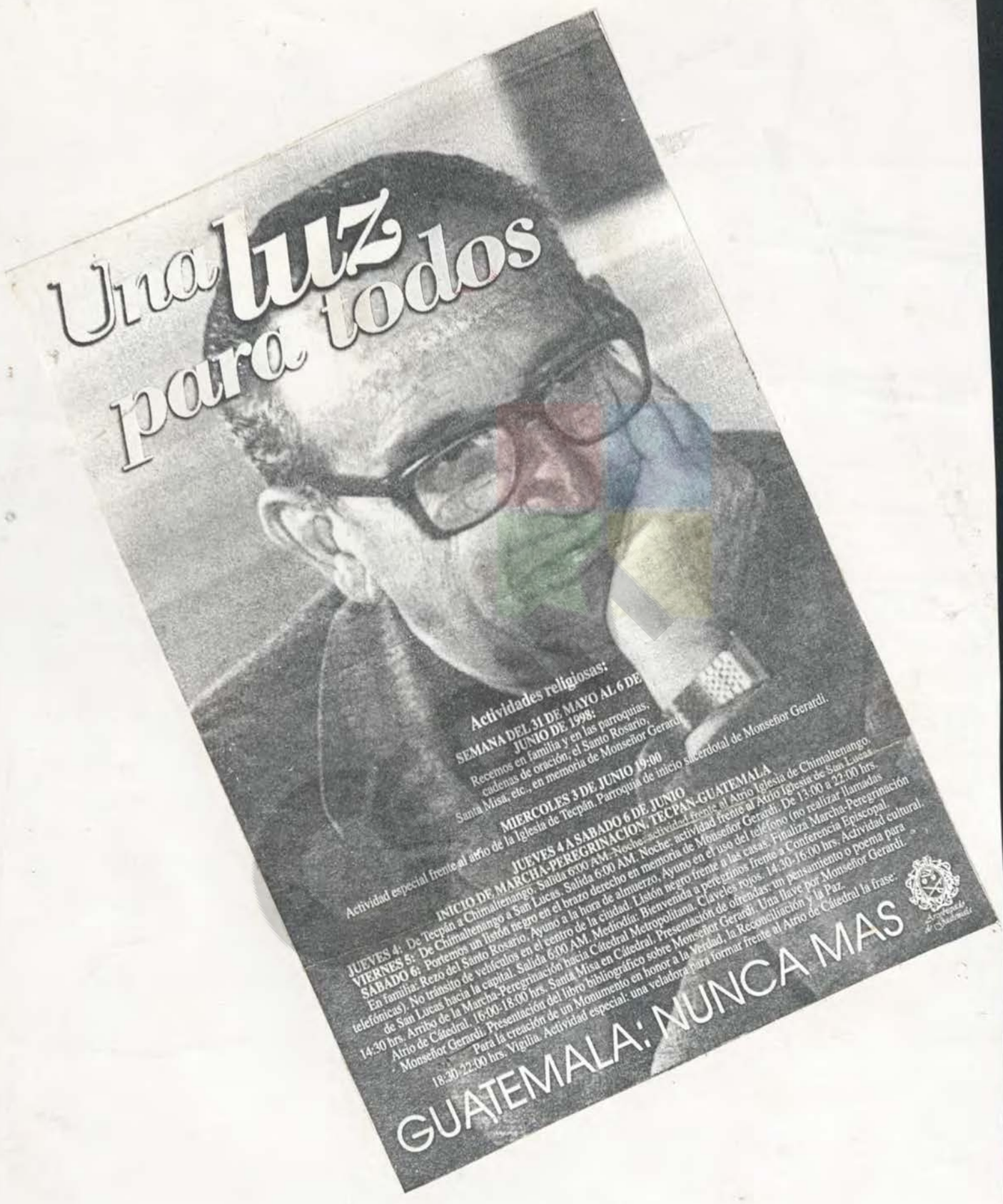
Procedencia: México, D.F.
Fecha: 12 de junio 1987
Destinatario: Arzobispo Arturo Rivera Damas

Domicilio: Arzobispado, San Salvador, El Salvador

Hermano Arzobispo grupos salvadoreños nos piden expresemos preocupación acontecimientos Catedral. Buscaremos información.

Obispo Sergio **MENDEZ ARCEO**
Presidente

Secretariado Internacional Cristiano de Solidaridad Oscar Arnulfo Romero.


Una luz para todos
Actividades religiosas:
SEMANA DEL 31 DE MAYO AL 6 DE JUNIO DE 1998:
Recemos en familia y en las parroquias, cadenas de oración, el Santo Rosario, Santa Misa, etc., en memoria de Monseñor Gerardi.
Actividad especial frente al atrio de la Iglesia de Tecpán. Parroquia de inicio sacerdotal de Monseñor Gerardi.
MIERCOLES 3 DE JUNIO 19:00
JUEVES 4 A SABADO 6 DE JUNIO
INICIO DE MARCHA-PEREGRINACION, TECPAN-GUATEMALA
JUEVES 4: De Tecpán a Chimaltenango. Salida 6:00 AM. Noche: actividad frente al Atrio Iglesia de Chimaltenango.
VIERNES 5: De Chimaltenango a San Lucas. Salida 6:00 AM. Noche: actividad frente al Atrio Iglesia de San Lucas.
SABADO 6: Portemos un listón negro en el brazo derecho en memoria de Monseñor Gerardi. De 13:00 a 22:00 hrs.
En familia: Rezo del Santo Rosario. Ayuno a la hora de almuerzo. Ayuno en el uso del teléfono (no realizar llamadas telefónicas). No tránsito de vehículos en el centro de la ciudad. Listón negro frente a las casas. Finaliza Marcha-Peregrinación de San Lucas hacia la capital. Salida 6:00 AM. Mediodía: Bienvenida a peregrinos frente a Conferencia Episcopal. 14:30 hrs. Arribo de la Marcha-Peregrinación hacia Cátedral Metropolitana. Claveles rojos. 14:30-16:00 hrs. Actividad cultural. Atrio de Cátedral. 16:00-18:00 hrs. Santa Misa en Cátedral. Presentación de ofrendas: un pensamiento o poema para Monseñor Gerardi. Presentación del libro bibliográfico sobre Monseñor Gerardi. Una llave por Monseñor Gerardi. Para la creación de un Monumento en honor a la Verdad, la Reconciliación y la Paz. 18:30-22:00 hrs. Vigilia. Actividad especial: una veladora para formar frente al Atrio de Cátedral la frase:
GUATEMALA: NUNCA MAS

resistimos com amor
e você?

Que a arte seja um instrumento para a paz
e a alegria do nosso povo!
Joaquim Pereira
Perna de Pau

nós temos esperança
e você?

CEDIM

MÁRTIRES DE Nosso Tempo

1. Irmã Dorothy
2. Irmã Filomena
3. Isabel Cristina
4. Madre Teresa de Jesus

CEDIM

CANTANDO NOSSA HISTÓRIA .

NOSSA HISTÓRIA

NUMA MADRUGADA FRIA NO MÊS DE MARIA
TRANQUILA DENTRO DE UMA CASA UMA FAM;ILIA DORMIA
O PAI ERA COMERCIANTE, A MÃE DONA DE CASA
TIMNHA TRÊS FILHINHAS LINDAS E MAIS UM ESPERAVA.

FOI QUANDO HOMENS INVADIRAM A VIDA DAQUELA FAMÍLIA
E SEM DÓ SEM PIEDADE EXECUTARAM UM A UM.
COMO PODE HAVER TANTO MAL DENTRO DE UM SER HUMANO
QUE ACABA COM OS PLANOS DE UMA SIMPLES FAMÍLIA ?

AO AMANHECER O DIA ABRIRAM A PORTA
E QUANDO ENTRARAM , ENCONTRARAM A FAMÍLIA MORTA.
VIERAM LÁGRIMAS NOS OLHOS DE QUEM ESTAVA PRESENTE.
UM HOMEM,UMA MULHER GRÁVIDA E MAIS TRÊS INOCENTES.

MAS O POVO NÃO SE CALOU,NÃO ABAFOU O SEU GRITO
E FEZ MAIS QUE INFINITO A VIDA DESSES MÁRTIRES.
SE JUNTARAM COM FERVOR A UM PADRE LUTADOR
QUE FEZ ESSA HISTÓRIA PENETRAR NA MEMÓRIA.

REFRÃO : HOJE O LOCAL É SANTO
TANTA COISA BOA ESTÁ ACONTECENDO
TANTA NOVIDADE , TANTO MOVIMENTO
QUEM CONHECE A HISTÓRIA SEMPRE SE EMOCIONA

HOJE OLOCAL É SANTO
AQUI A NOSSA FÉ EM DEUS É DECIDIDA
AGORA A NOSSA HISTÓRIA JÁ É CONHECIDA
ONDE DERRAMOU SANGUE HOJE GERA VIDA.

(Autoria :Márcio Roberto Alves de Queiroz / MARÇO DE 2000).

92270798

Sra Terezinha
Servo Sapedor
R. 126
gleba A | Chapecó
688-4345 Centro de Stáguai

Márcio Roberto
92270798

quero cuidado

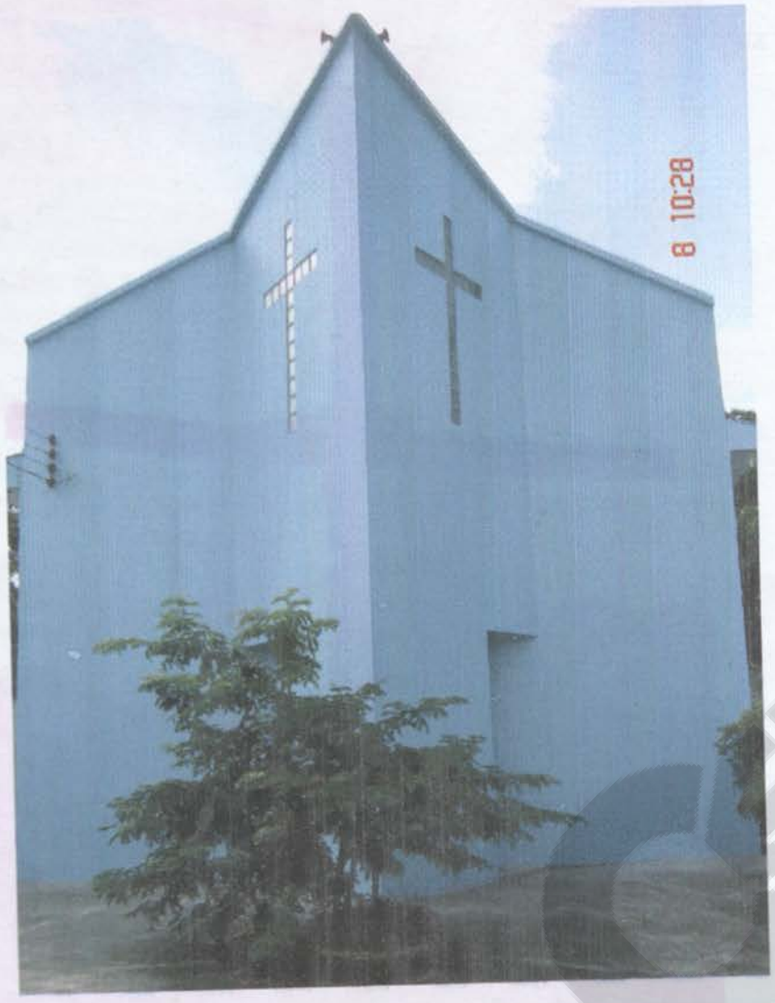
e você?

Cristo aceitou se foi morto na cruz
para que seu povo
não se matasse

É aprendendo
como é bom e agradável
os irmãos
Viverem a Comunhão
da Trindade, do
Deus Pai - Filho - Amor.

"Frei Tito é um mártir da luta contra a ditadura militar e pela democracia no Brasil. Queremos um evento que resgate sua memória e reforce a luta pela abertura dos arquivos da ditadura militar."

CEDIM



Estrada do Amapá 522 – Vila Susana Lt 03 Q.01
JARDIM AMAPÁ – 25245-010 – Duque de Caxias – RJ
Diocese: Duque de Caxias
e-mail: padrebruno@globo.com
Telefone da comunidade 2654-6840
Telefone da Paróquia São Simão 3134-2212

JARDIM AMAPÁ

E a vida
venceu
a morte.

NOSSA HISTÓRIA

Apresentação.

Este caderno é um depoimento "apaixonado" mas baseado na história real da comunidade Nossa Senhora dos Mártires.

Escrevi com a alegria de quem quer partilhar algo que foi importante em sua vida.

Escrevi com a gratidão de quem se sentiu protegido, ajudado e incentivado pelos Mártires.

Escrevi com o compromisso de quem quer ver a Igreja caminhar na fidelidade ao testemunho de seus mártires.

Quero apenas que a "paixão" pela vida que brota deste e de todos os martírios continue contagiando muitos e muitos corações.

Quero apenas que o sangue dos mártires "incomode" todos os discípulos e as discípulas de Jesus e os faça ser uma presença de amor e construtores do Reino.

Pe. Costanzo Bruno

Paróquia São Simão
Rua Pe Egídio 78 – Lote XV 25183-380 Belford Roxo RJ
Tel. 3134-2212 8111-1336
e-mail padrebruno@globo.com

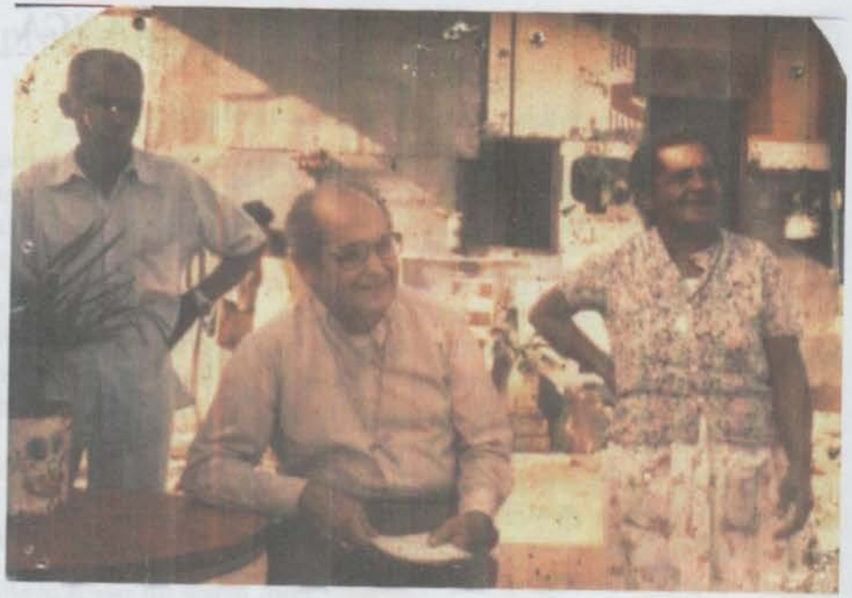
UMA HISTÓRIA DE FÉ, DE ESPERANÇA E MARTÍRIO.

Comunidade Nossa Senhora dos Mártires.

1983, lá na estrada Barão do Amapá, há uma área ainda rural mas já iniciando a se transformar num bairro de periferia. Na realidade periferia da periferia dentro da realidade da Baixada Fluminense. Aquela estrada já foi famosa como lugar de "desova". O nome provoca arrepios em muitos, mas é aí que pobres encontram lugar para plantar suas raízes de resistência, de esperança e de dignidade. O abandono do poder público que gera falta de saneamento básico, falta de transporte público e alimenta o preconceito de ser um lugar de muita violência faz com que os lotes sejam vendidos a um preço mais acessível para os pobres.

É para lá que se mudam dona Odete e seu João com os filhos. Constroem um barracão de zinco na beira da estrada no início do loteamento. Dona Odete é mulher de fé. Uma fé concreta que ilumina sua luta pela sobrevivência, que fortalece e anima seu espírito missionário. A fé a faz manter sua participação na vida da paróquia São Simão, Nisso encontra um fiel aliado no Sr Manoel, um português dono de um pequeno sítio e que com sua Rural, todos os domingo, participa da Missa ou Celebração da Palavra na Matriz de São Simão e dá "carona" a Dona Odete. A fé da dona Odete não é apenas uma prática de tradições devocionais ou sacramentais. Apoiada pela paróquia São Simão, através das agentes pastorais Silvia e Vera, ela começa a visitar os moradores. As casas ainda são poucas, mas já dá para reunir crianças e iniciar um grupo de catequese, já dá para fazer Círculo Bíblico nas casas. Estas atividades são acompanhadas e apoiadas pelo Padre Bruno.

Está nascendo uma nova Comunidade Eclesial de Base. Nasce do encontro de pessoas de fé, de sonhos, de compromisso com o irmão. Nasce com a partilha da Palavra de Deus, com o compromisso



de semear paz, fraternidade, ser semente do Reino.

Dia 13 de agosto de 1983 é uma data muito importante. É quando Dom Mauro, Bispo de Duque de Caxias, visita esta semente que está brotando na casa de dona Odete. O barracão de zinco já deu lugar a uma casa de alvenaria. A catequese já é uma realidade, como também o Círculo Bíblico. A visita do Bispo é a confirmação oficial que o que nasceu é parte viva da Igreja Católica e recebe a confirmação de um sucessor dos Apóstolos, responsável pela evangelização naquela área.

A fé e a garra de dona Odete contagiam. O Sr. Manoel se anima a realizar um sonho antigo e ligado a uma promessa: construir uma Igreja em honra de Nossa Senhora da Conceição. Aproveita a oportunidade para organizar o que vai deixar de herança: um

lote para a Igreja, os lotes dos filhos e a casa e o lote central para a filha. Coloca tudo na mão de um despachante e cuida da construção da capela de Nossa Senhora da Conceição. Quando a capela fica pronta dona Odete transfere para lá a catequese e a preparação de Batismo. Também começam a ser celebradas as missas com regularidade mensal. Tudo parece bem encaminhado, mas o despachante em que foi depositada tanta confiança nada faz e isso provoca grande decepção e apesar de tentar o sr. Manoel morre sem conseguir regularizar diante da lei o que era sua vontade. Por algum tempo as atividades da comunidade continuam acontecendo lá.

1988: ANO DE MORTE E DE RESSURREIÇÃO

Janeiro de 1988 é marcado por muito calor, mas no último fim de semana um forte temporal traz muita chuva que vai continuando no começo de fevereiro, provocando grande enchente. A estrada do Amapá fica alagada por mais de duas semanas e o bairro completamente sem condução. Os trabalhadores tem que vir pegar o ônibus na ponte, caminhando mais de 3 quilómetros em cima do dique ou enfrentando a água que em alguns pontos alcança quase um metro e meio. Um desmoronamento mata 3 crianças. Os bombeiros e as autoridades aproveitam a oportunidade para se promover.

No dia 19 de março, Padre Bruno realiza na capela de Nossa Senhora da Conceição construída pelo Sr Manoel a Celebração da

penitência comunitária e individual. Dona Maria das Neves mãe de 3 crianças da catequese procura o padre para uma conversa individual. Fala de sua vida familiar, da casa que está construindo com o marido Sebastião, de seu sonho de viajar para o Nordeste depois do nascimento do filho que está esperando, para rever seus pais. É uma mãe feliz, pobre, mas feliz e cheia de sonhos bonitos. Com este espírito se prepara para celebrar a Páscoa no dia 3 de abril. Exatamente um mês depois da Páscoa, na noite de 3 de maio, os sonhos de vida e de amor de dona Maria das Neves são interrompidos por mãos assassinas.

3 de maio 1988, data que ficará na história com o sinal do sangue dos Mártires. . As forças da morte realizam seus planos. Tentam colocar "um ponto final", tentam impor com a violência do poder assassino o domínio do mal. A casa de Maria das Neves e Sebastião é invadida. Dona Maria das Neves tenta pedir socorro. È agredida e assassinada no quarto em construção já preparado para receber a laje no próximo fim de semana. Os assassinos perfuram o seu corpo de mãe grávida com a tesoura. que ela usava como instrumento de trabalho para ajudar no sustento da família. Depois, no único quarto da casa onde toda a família vive, as três meninas: Elizete (5 anos), Elionete (7 anos) e Eliete (9 anos) são violentadas e sufocadas enquanto o pai imobilizado é obrigado a assistir e por fim ele também é assassinado. A violência não termina aí. Os passarinhos na gaiola também são mortos e até as flores em frente a casa são pisoteadas e arrancadas. Não pode ficar nenhum sinal de vida.

Porque? Porque tanta maldade? O único motivo é a vingança?. O Sr. Sebastião não teria permitido que traficantes se aproveitassem de seu lugar de trabalho como ponto de distribuição de drogas, pior, denunciou o fato à polícia.

No dia seguinte ninguém escuta as vozes das crianças que

formação. As Missas da comunidade eram celebradas na "varanda", mas o povo sonhava em ter uma Igreja-templo e também alguns tinham dificuldade em aceitar o nome de Comunidade dos Mártires. Por não ter um conhecimento mais aprofundado para eles este nome trazia apenas a lembrança de morte, exatamente o que nós não queríamos. Decidimos aceitar uma sugestão que nasceu do povo e passamos a chamá-la de Comunidade Nossa Senhora dos Mártires e o padre Bruno fez uma adaptação da imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, mais tarde. quando foi pintada a Igreja, a própria imagem também foi adaptada.

Dom Mauro acompanhou todas estas etapas e as aprovou. Aliás Dom Mauro Morelli sempre teve um carinho especial pela Comunidade Nossa Senhora dos Mártires e sempre que tinha oportunidade se fazia presente para celebrar. Foi numa destas celebrações que nos incentivou a construir uma Igreja-Templo bem maior e até deu alguns palpites de como poderia ser. Incentivou e deu sugestões, mas também ajudou concretamente a conseguir a verba necessária. A nova Igreja é inaugurada no dia 17 de julho de 1999.

Igreja-Povo de Deus.

Naquela terra banhada do sangue dos mártires não foi erguido apenas um templo. Novas atividades nasceram e fizeram com que lá onde as forças da morte pareciam ter alcançado a vitória, surgissem muitos sinais de vida. A comunidade procurou conhecer a realidade em que estava inserida fazendo uma pesquisa de casa em casa para saber o número de moradores e sobretudo a situação educacional e outras informações sobre a situação econômica e assistência médica.

Muito importante foi o elo de ligação que Sílvia, Georgina, Fátima, Ana Lúcia e outros participantes da comunidade N.S. dos Mártires e Santa Rita estabeleceram com a Diocese e o poder público

A luta pela água foi um momento forte. Como sempre os moradores foram se organizando para tentar resolver o que era possível com suas própria forças, mas ao mesmo tempo fazendo pressão sobre o poder público. Um abaixo assinado foi levado ao governador e abriu caminho para que não só a água chegasse aos moradores, mas

também o asfalto, a iluminação pública, o telefone e com isso também o transporte público.

Uma das marcas registradas da vida da Comunidade Nossa Senhora dos Mártires foi a luta em favor das crianças. Luta que foi se concretizando através do Projeto Primeiros Passos da Diocese de Duque de Caxias. Outro Projeto trazido para a Comunidades foi o Projeto Luar de Danças e finalmente o Mutirão Contra a Desnutrição Materno Infantil. O Mutirão foi organizado de forma a visitar todas as casas e levantar a situação nutricional de todas as crianças do bairro. A boa organização fez com que Amapá fosse o primeiro bairro a concluir o levantamento e a partir daí se tornasse notícia no Município. O que resultou na criação do Portal por parte da Prefeitura.

Muitas outras iniciativas brotaram naquele terreno fértil: o resgate da sabedoria popular através da cozinha alternativa, o Coral, as Vigílias, a continuidade das obras do Centro de Espiritualidade e Formação, a construção do galpão, a participação dos moradores no projeto das Hortas Familiares nas áreas dos Dutos da Petrobrás, os cursos para iniciantes do CEBÍ , a Caminhada dos Mártires pela paz..

Muito mais há para ser dito, escrito e avaliado. Muitos testemunhos dos que fizeram acontecer a história desta comunidade Eclesial de Base precisariam ser recolhidos. Este registro de parte da história possa realmente motivar muitos a não deixar que a caminhada fique esquecida e se interrompa. Ao continuar a caminhada a partir desta terra banhada pelo sangue de mártires possamos ajudar a Igreja a nunca deixar abandonados na margem da estrada os empobrecidos, sobretudo as crianças. Possamos deixar que o encontro de Jesus com o cego Bartimeu, como nos é apresentado no Evangelho de Marcos 10,46-52, ressoe como alerta na vida de cada um de nós.

NOSSA HISTÓRIA

Letra e música – Márcio Roberto Alves de Queiroz

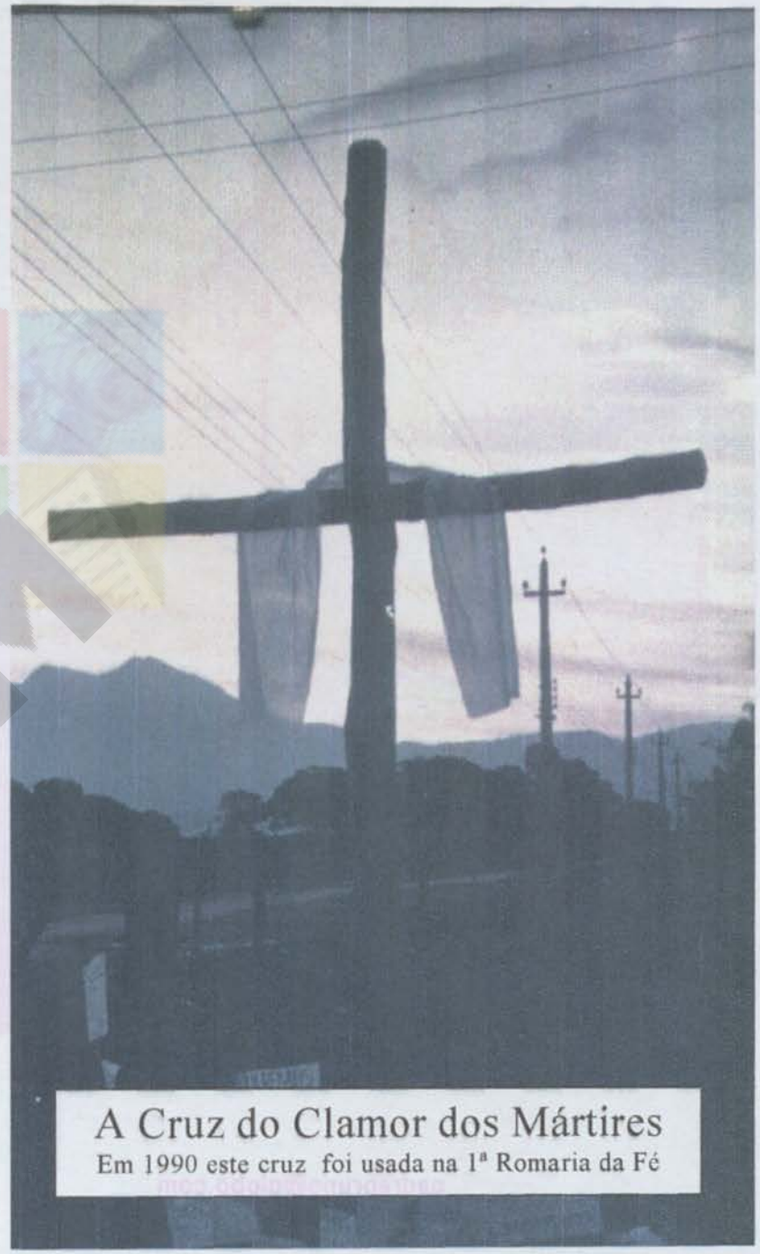
Numa madrugada fria no mês de Maria
Tranqüila dentro de uma casa uma família dormia.
O pai era comerciante, a mãe dona de casa.
Tinha três filhinhas lindas e mais uma que esperava.
Foi quando homens invadiram a vida daquela família
E sem dó, sem piedade, executaram um a um.
Como pode haver tanto mal, dentro do ser humano.
Que acaba com os planos de uma simples família?

Ao amanhecer o dia, abriram a porta.
E quando entraram, encontraram a família morta.
Vieram lágrimas nos olhos dos que estavam presentes.
Um homem, uma mulher grávida mais três inocentes.

Mas o povo não se calou, não abafou o seu grito.
E fez mais que infinito a vida desses mártires,
Juntaram-se com fervor a um padre lutador
Que fez essa história penetrar na memória.

Hoje o local é santo
Tanta coisa boa está acontecendo
Tanta novidade tanto movimento
Quem conhece a história sempre se emociona.

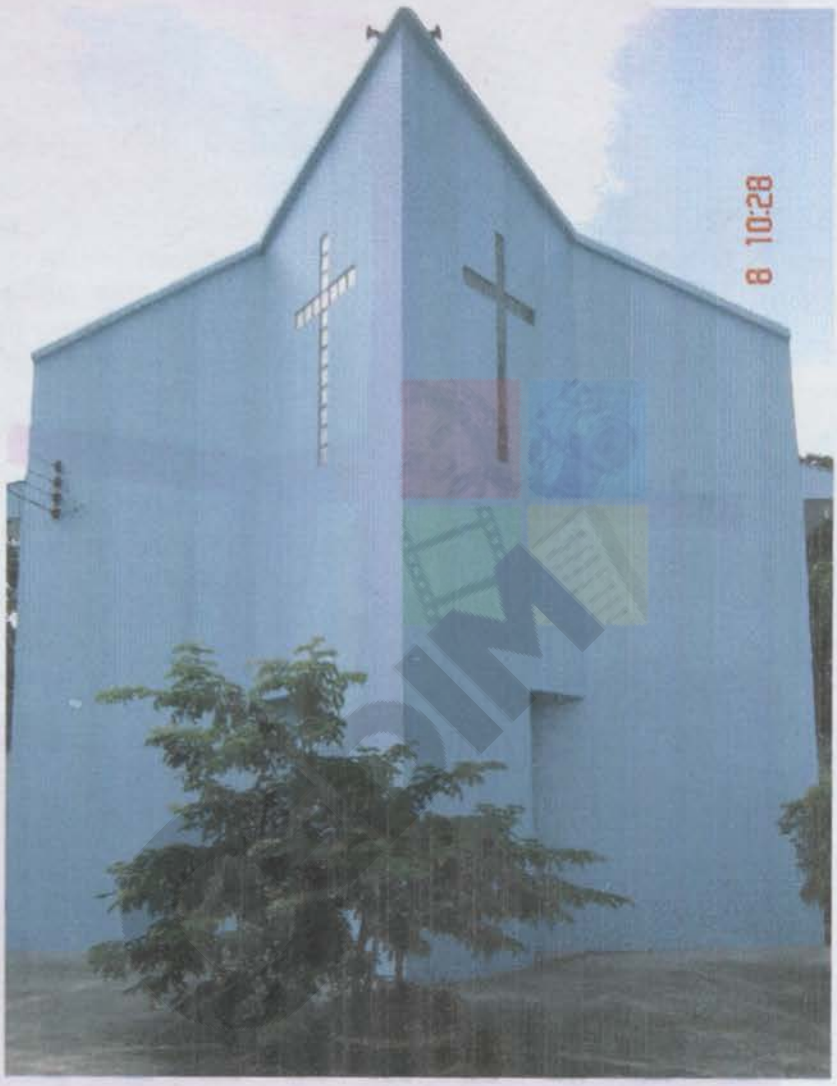
Hoje o local é santo
Aqui a nossa fé em Deus é decidida
Agora a nossa história já é conhecida
Onde derramou sangue, hoje gera vida.



A Cruz do Clamor dos Mártires

Em 1990 este cruz foi usada na 1ª Romaria da Fé

CEDIM



Estrada do Amapá 522 – Vila Susana Lt 03 Q.01
JARDIM AMAPÁ – 25245-010 – Duque de Caxias – RJ
Diocese: Duque de Caxias
e-mail: padrebruno@globo.com
Telefone da comunidade 2654-6840
Telefone da Paróquia São Simão 3134-2212

Comunidade Nossa Senhora dos Mártires da Baixada

20 anos anunciando a vitória da vida

Senhor, Deus da vida, somos pobres, mas em Ti ricos!
Periferia do mundo, mas no centro do teu coração!
Mortos, porém ressuscitados em Ti!

É nosso dever dar nome aos mártires, a estes exemplos de vida; sua história se torna escola: nela aprenderemos a ser também intrépidos e corajosos na construção do Reino. Eliete, Elionete, Elizete, Sebastião, Maria das Neves e...

Estrada do Amapá 522 – JARDIM AMAPÁ – 25245-010 – Duque de Caxias – RJ
Diocese: Duque de Caxias
e-mail: padrebruno@globo.com Telefones da comunidade 2654-6840 da Paróquia São Simão 3134-2212 -de contato 2654-6964 (Beth) 3659-6971(Silvia)

COMO CHEGAR

Ônibus: Caxias – Amapá (Empresa S. Antônio)
Central – Amapá (Empresa União

Programação

1º de maio: O sangue dos trabalhadores gera vida

Celebração do dia do Trabalhador e do testemunho de Sebastião

16:00 hs. Acolhida 16:30 hs. Oficio Divino pela paz e testemunhos

2 de maio: com Maria das Neves e Nossa Senhora protegendo a vida

18:00 hs. Terço e filme:Maria, sempre Maria **19:00 hs. Missa com Dom José Francisco**

3 de maio: a vitória da vida sobre a morte

8:30-13:00 hs. O Martirio na Biblia e Hoje (com Tereza Cavalcanti)
Inscrições pelo telefone 3134-2212 de terça a sábado de 8:30 às 12:00 hs.
13:00 hs. Almoço 14:00 – 16:00 Participação de crianças e jovens

16:00 hs. Missa dos 20 anos do Martírio (Concelebração com D. Mauro).

Venha celebrar a vida fazendo memória dos nossos Mártires e do amor de Nossa Senhora

Comunidade Nossa Senhora dos Mártires da Baixada

20 anos anunciando a vitória da vida

Senhor, Deus da vida, somos pobres, mas em Ti ricos!
Periferia do mundo, mas no centro do teu coração!
Mortos, porém ressuscitados em Ti!

É nosso dever dar nome aos mártires, a estes exemplos de vida; sua história se torna escola: nela aprenderemos a ser também intrépidos e corajosos na construção do Reino. Eliete, Elionete, Elizete, Sebastião, Maria das Neves e...

Estrada do Amapá 522 – JARDIM AMAPÁ – 25245-010 – Duque de Caxias – RJ
Diocese: Duque de Caxias
e-mail: padrebruno@globo.com Telefones da comunidade 2654-6840 da Paróquia São Simão 3134-2212 -de contato 2654-6964 (Beth) 3659-6971(Sílvia)

ELE

LEMBRANÇA DO 1º ANIVERSÁRIO
DA MORTE DO
Pe. Antônio Henrique Pereira
da Silva Neto - 27/05/1990

ELA

Ir. M. FILOMENA LOPES FILHA
Franciscana da Im. Conceição de Maria
de Bonlanden.

* 23 de maio de 1946
em São Miguel do Anta, MG
\+ 07 de junho de 1990
em Nova Iguaçu, RJ.

ELES

amaram tanto que deram suas Vidas por Nós.

ÊLE

PROVA DE AMOR MAIOR NÃO HÁ
QUE DOAR A VIDA PELO IRMÃO

JURAMENTO DO PASTOR

"Como o Pastor se inquieta por causa de seu rebanho, quando se acha no meio de suas ovelhas tresmalhadas, assim me inquietarei por causa do meu; eu o reconduzirei de todos os lugares por onde tinha sido dispersado num dia de nuvens e de trevas...

A ovelha perdida eu a procurarei; a desgarrada, eu a reconduzirei; a ferida, eu a curarei; a doente, eu a restabelecerei, enquanto também velarei sôbre a que estiver gorda e vigorosa. Fá-las-ei pastar tôdas com JUSTIÇA"

(Ezequiel, profeta)

ELA

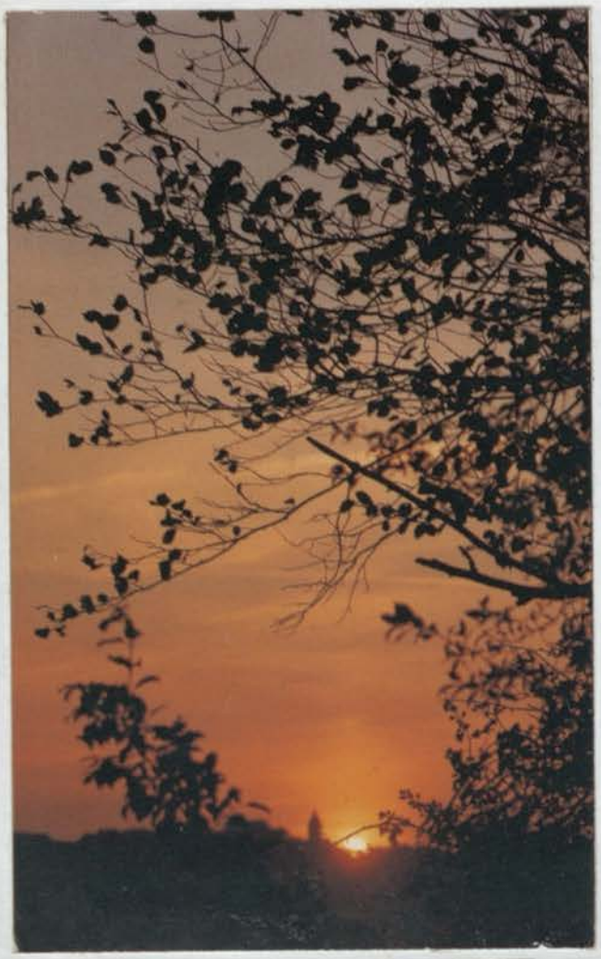
Ir. M. FILOMENA LOPES FILHA
Franciscana da Im. Conceição de Maria de Bonlanden.

* 23 de maio de 1946
em São Miguel do Anta, MG
+ 07 de junho de 1990
em Nova Iguaçu, RJ.

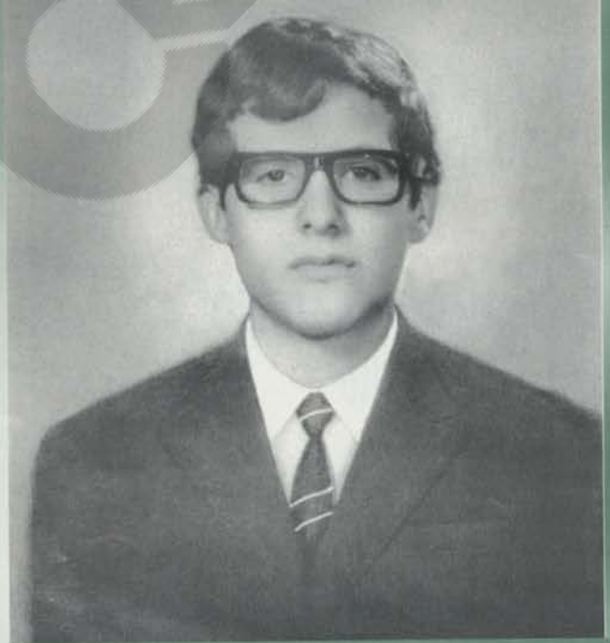
ELES

amaram tanto por Nós.

que deram suas Vidas



Alexandre Vannucchi Leme



25 anos depois

Ato em homenagem ao estudante
Alexandre Vannucchi Leme

Dia 20 de março
19:30 h

Salão Nobre da UNISO
Campus Trujillo

Av. General Osório, nº 35
Centro - Sorocaba

Vigília dos Mártires 2009

Tema: Martírio, Missão que gera paz.

Lema:
"O Martírio do dia-a-dia na ternura de Maria".
cf. Jo 19,26c)

Mantra
Do tronco da vida, mesmo ferida,
Nasce uma flor, rindo da dor, ô, ô, ô...

---

1. ***Pai Nosso dos Mártires***
Pai nosso dos pobres marginalizados!
Pai nosso dos mártires, dos torturados!
1. Teu nome é santificado naqueles que morrem
Defendendo a vida. Teu nome é glorificado quando
A justiça é nossa medida. Teu reino é de liberdade
Da fraternidade, paz e comunhão. Maldita toda a
Violência que devora a vida pela repressão.
2.Queremos fazer tua vontade. És o verdadeiro
Deus libertador. Não vamos seguir as doutrinas
Corrompidas pelo poder opressor. Pedimos-te o pão
Da vida, o pão da segurança, o pão das multidões.
O pão que traz humanidade, que constrói o homem.
Em vez de canhões.
3.Perdoa-nos quando, por medo ficamos calados
Diante da morte! Perdoa e destrói os reinos em que
A corrupção é a lei mais forte. Protege-nos da
Crueldade do esquadrão da morte, dos prevalecidos.
Pai Nosso revolucionário, parceiro dos pobres,
Deus dos oprimidos.

---

2. .Canto dos Mártires da Terra
1.Venham todos,cantemos um canto que nasce da terra,/ Canto novo de paz e esperança, em tempos de guerra./ Neste instante, há inocentes tombando nas mãos de tiranos./Tomar terra, ter lucro, matando: são esses seus planos.
2.Lavradores: Raimundo, José, Margarida, Nativo,/ Assumir sua luta, seu sonho, por nós é preciso/ Haveremos de honra todo aquele que caiu lutando,/ Contra os muros e cercas da morte jamais recuando
Eis o tempo de graça Eis o dia da libertação/ De cabeças erguidas, de braços unidos, irmãos/ Haveremos de ver qualquer dia, chegando a vitória:/ O povo nas ruas, fazendo a história,/ Crianças sorrindo, em toda a nação
3.Companheiro, no chão desta pátria é grande a peleja/ No altar da Igreja o seu sangue bem vivo lateja/Sobre as mesas de cada família há frutos marcados/E há flores vermelhas gritando por sobre os roçados
4.Ó Senhor, Deus da vida, escuta este nosso cantar,Pois contigo o povo oprimido há de sempre contar/ Para além da injúria e da morte, conduz nossa gente/ Que o teu Reino triunfe na terra deste Continente.

---

3. ***Somos gente nova vivendo a união/ somos povo semente de nova nação ê ê. Somos gente nova vivendo o amor/ somos comunidades, povo do senhor ê ê.***
1.Vou convidar meus irmãos trabalhadores,/ operários, lavradores, biscateiros e outros mais,/ e juntos vamos celebrar a confiança,/ nossa luta na esperança de ter pão e paz ê, ê.
2.Vou convidar os índios que ainda resistem,/ as lutas que ainda insistem no direito de viver,/ e juntos vamos, reunidos na memória,/ celebrar uma vitória que vai ter que acontecer, ê,ê.
3.Convido os negros, irmãos no sangue e na sina,/ seu gingado nos ensina a dança da redenção./ De braços dados no terreiro da irmandade,/ vamos sambar de verdade enquanto chega a razão,ê.
4.Vou convidar Oneide, Rosa, Ana e Maria,/ a mulher que noite e dia luta e faz nascer o amor./ E reunidos no altar da liberdade,/ vamos cantar a verdade, vamos pisar sobre a dor,ê, ê.
5.Vou convidar a criançada e a juventude,/ tocadores nos ajude, vamos cantar por aí,/ o nosso canto vai encher todo o país,/ velho vai dançar feliz, quem chorou vai ter que rir ê,
6.Desempregados, pescadores, desprezados, / e os marginalizados, venham todos se ajuntar./ Nossa marcha pra uma nova sociedade,/ quem nos ama de verdade, pode vir, tem um lugar ê, ê.

---

4. .Quando o dia da paz renascer,/ quando o sol da esperança brilhar, eu vou cantar./ Quando o povo nas ruas sorrir, e a roseira de novo florir, eu vou cantar./ Quando as cercas caírem no chão, quando as mesas se encherem de pão, eu vou cantar./ Quando os muros que cercam os jardins, destruídos, então, os jasmins, vão perfumar.
Vai ser tão bonito se ouvir a canção, cantada de novo, no olhar do homem a certeza do irmão, reinado do povo.

2.Quando as armas da destruição,/ destruídas em cada nação, eu vou sonhar./ E o decreto que encerra a opressão, assinado, só, no coração, vai triunfar./ quando a voz da verdade se ouvir,/ e a mentira não mais existir, será enfim, tempo novo de eterna justiça,/ Sem ódio, sem sangue ou cobiça. / vai ser assim.

---

5. *Acorda América chegou a hora de levantar*
O sangue dos mártires fez a semente se espalhar

1.Nestes campos, nestas planícies, nestes pampas e caatingas, nestas raízes entrelaçadas de etnias tão misturadas. É assim meu povo, é a nossa América Latina.

2.Meu irmão índio, meu irmão afro, meus latinos companheiros, nós somos vítimas da violência de um império estrangeiro. È assim meu povo, é a nossa América Latina.

3.Eu me pergunto e a nós todos, até que dia nós agüentamos. Essa violência tão assassina, nos tomam as terras, matam os índios. Nos deixam restos de nossa América Latina.

---

6. Canto de Maria

Vira o dia em que todos/ Ao levantar a vista / Veremos nesta terra / Reinar a liberdade. (bis)

1.Minha alma engrandece Ao Deus libertador. Se alegra meu espírito em Deus meu Salvador, Pois ele se lembrou do seu povo oprimido, E fez da sua serva a mãe dos esquecidos.

2. Imenso é seu amor sem fim sua bondade,
Pra todos que na terra, lhe seguem na humildade.Bem forte é nosso Deus, levanta o seu braço, espalha os soberbos, destrói todos os males.

3. Derruba os poderosos dos seus tronos erguidos, Com sangue e suor do seu povo oprimido, E farta os famintos, levanta os humilhados, arrasa os opressores, os ricos e os malvados.

4. Proteja o seu povo com todo carinho, fiel é seu amor em todo o caminho. Assim é o Deus vivo que marcha na história, bem junto do seu povo em busca da vitória.

5. Louvemos nosso Pai, Deus da libertação,
Que acaba co'a injustiça miséria e opressão. Louvemos nos irmãos, que lutam com valia, fermentando a história, Brasil, o grande dia!

---

7. Ave cheia de graça

Ave cheia de graça / Ave cheio de amor: Salve á Mãe de Jesus! A ti nosso canto e nosso louvor (bis)

Mãe do Redentor	- rogai
Mãe do Salvador	- rogai
Do Libertador	- rogai por nós
Mãe dos oprimidos	- rogai
Mãe dos perseguidos	- rogai
Dos desvalidos	- rogai por nós
Mãe do bóia fria	- rogai
Causa da alegria	- rogai
Mãe das mães, Maria	- rogai por nós
Mãe dos humilhados	- rogai
Dos martirizados	- rogai
Marginalizados	- rogai por nós
Mãe do céu clemente	- rogai
Mãe dos doentes	- rogai
Do menor carente	- rogai por nós
Mãe dos operários	- rogai
Dos presidiários	- rogai
Dos sem salário	- rogai por nós

---

8. O Deus que me Criou

O Deus que me criou / Me quis, me consagrou / Para anunciar o seu Amor. Eu sou como a chuva em terra seca / Pra saciar, fazer brotar / Eu vivo pra amar e pra servir! (bis)

Refrão: É missão de todos nós / Deus chama / Eu quero ouvir a sua voz.

O Deus que me criou / Me quis, me consagrou / Para anunciar o seu Amor. Eu sou como flor por sobre o muro / Eu tenho mel, sabor do céu / Eu vivo pra amar e pra servir! (bis)

O Deus que me criou / Me quis, me consagrou / Para anunciar o seu Amor. Eu sou como estrela em noite escura / Eu levo a luz, sigo a Jesus / Eu vivo pra amar e pra servir! (bis)

O Deus que me criou / Me quis, me consagrou / Para anunciar o seu Amor. Eu sou, sou profeta da verdade / Canto a justiça e a liberdade / Eu vivo pra amar e pra servir! (bis)

---

9. Ofertório

Sou bom pastor; /ovelhas guardarei. / Não tenho outro ofício nem terei. / Quantas vidas eu tiver, eu lhes darei!

1. Maus pastores, num dia de sombra, não cuidaram e o rebanho se perdeu. / Vou sair pelo campo, reunir o que é meu; / conduzir e salvar.

2. Verdes prados e belas montanhas/ hão de ver o pastor, rebanho atrás. / junto a mim as ovelhas terão paz; / poderão descansar.

---

10. comunhão

O Senhor é meu pastor, / nada me pode faltar; / onde houver muita fartura: / ele aí vai me levar!

1. Para as fontes de água fria / ele vai me conduzir. / Vou repousar, ganhar força: / e vontade de sorrir.

2. Por caminhos bem traçados / ele me faz caminhar; / nas passagens perigosas: / ele vem me acompanhar.

3. Me prepara mesa farta, / de invejar o meu vizinho; / me abraça e põe perfume, / enche o meu copo de vinho.

4. Me acompanha, noite e dia,/ tua força e teu amor; / vou morar na tua casa: / toda a vida, meu Senhor!

O Terço

Narrador - Tia Ana era uma senhora muito simples que vendia verduras na vizinhança. Certo dia, ela foi vender verduras na casa de um senhor e lá perdeu o seu terço. Passados alguns dias, tia na voltou àquela casa, e este senhor veio logo zombar dela dizendo:

Senhor - Você perdeu o seu Deus?

Narrador - Ela respondeu:

Tia Ana - Eu? Perder o meu Deus? Nunca.

Narrador - Então ele pegou o terço e disse:

Senhor - Não é este o seu Deus?

Tia Ana - - Graças a Deus, o senhor encontrou o meu terço. Muito obrigada.

Senhor - - Por que a senhora não troca este cordão com essas sementinhas pela Bíblia?

Narrador - E ela humildemente respondeu:

Tia Ana - Porque a Bíblia eu não sei ler, não senhor, e, com o terço, eu medito toda Palavra de Deus e a guardo no meu coração.

Senhor - - Medita a Palavra de Deus?Como assim?Poderia me dizer?

Tia Ana - Posso sim

Narrador - Tia Ana pegando o terço e disse:
- Quando eu pego na cruz, lembro-me que o filho de Deus derramou o seu sangue, pregado numa cruz, para nos salvar.
Essa primeira conta grossa me lembra que há um só Deus onipotente.
Essas três continhas pequenas, as três pessoas da Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo.
Esta conta grossa me faz lembrar a oração que o Senhor nos ensinou, que é o Pai-Nosso.
O terço tem cinco mistérios, que me fazem lembrar as cinco chagas do Nosso Senhor Jesus Cristo.
E cada Mistério tem dez Ave-marias, que me fazem lembrar os dez mandamentos, que o Senhor escreveu nas Tábuas de Moisés.
O Rosário de Nossa Senhora tem vinte Mistérios, que são: cinco gozosos, cinco Dolorosos, cinco Gloriosos e cinco Luminosos.
De manhã, quando me levanto para iniciar minha luta do dia-a-dia, eu rezo os mistérios Gozosos, lembrando-me do humilde lar de Maria em Nazaré.
Ao meio dia, para não desanimar, eu rezo os mistérios luminosos que me lembram de Jesus pregando e ensinando o caminho certo.
Á tardinha, no meu cansaço e fadiga do trabalho, eu rezo os Mistérios Dolorosos, que me fazem lembrar a dura caminhada de Jesus Cristo para o Calvário.
Quando chega a noite, com as lutas vencidas, eu rezo os mistérios Gloriosos, que me fazem lembrar que Jesus venceu a morte para dar a Salvação toda a humanidade.
Narrador - Ele, depois de ouvir tudo isso, disse:
Senhor - Eu não sabia disso. Tia Ana, me ensina a rezar o terço.

Rap dos Mártires

Refrão
Glória á deus nas alturas,
Paz aos homens de boa vontade!
Glória a Deus nas alturas,
E aos mártires dessa comunidade (bis)

Isso tudo começou / à vinte anos atrás
Uma tragédia que ocorreu / que ninguém esquece mais. / E pra quem ainda não sabe / nós então vamos contar / três crianças que morreram assassinadas / Bem aqui neste lugar / foi momento de tristeza / de grande comoção / que essa casa então virou / uma casa de oração / e bem aqui neste lugar / nós pedimos proteção / que ilumine nossos caminhos / por onde vamos passar /nós de força e alegria / pra poder continuar.

Refrão

Uma tragédia que ocorreu / à vinte anos atrás
Um ato de maldade / que ninguém esquece mais / Uma família assassinada / sem dó sem piedade / Executaram um a um / que quanta crueldade / Esse fato marcou / a vida de todos
Essa cicatriz não sairá de nosso povo / Muita gente se emociona / Ao lembrar dessa história / uma história e emoção / Que penetrou no coração / vem meu irmão / Continuar a comunhão / ficar perto de Deus / E buscar o seu perdão / se liga meu amigo
O que vou dizer agora /
nossa senhora dos mártires / está viva na memória

Refrão

A todos nossos santos mártires / pedimos proteção / mais não peço só pra mim / mais pra todos os irmãos / que ilumine nossos caminhos por onde vamos passar / que nos de força e alegria pra poder continuar / a divulgar nossa história / dançando ou rimando / com amor no coração / nesse lugar onde foram martirizadas três crianças inocentes / mais alguns dias depois / quando homens abriram a porto do quarto / encontraram uma linda planta / e daí foram foi surgindo a igreja / que hoje reuni muitos fieis / que acreditam no milagre dessas meninas / Eliete, Elionete e Elizete.

Refrão

Passando a palavra / me apresento Alemão / pra dizer para os irmãos / o que falta no coração / paz, honestidade, pura sinceridade / respeito, bondade, pra trazer felicidade / alegria fé amor e paixão / vamos aprender a viver em união / assim surgiu a igreja / dessa grande tragédia / que trouxe comoção / do sangue a união / do suor e do trabalho / a luta para ter um lugar melhor / um grande homem que sempre nos ajudou / e muito nos ensinou / com espírito lutador / Padre Bruno / o que mais se dedicou / para que do sangue e da morte / a vida superasse a dor / a comunidade está crescendo / ajudando, ensinando e orientando.

Refrão

Amapá meu lar

Eu vim de lá / com humildade e fé/ disposição sagacidade / com muita felicidade / á luta é forte / através do hip hop eu me expresso / cantando essa canção com amor no coração / chega de ilusão / vamos lá meu irmão / falar do meu povão que mora nesse lugar / vamos lá que eu vou lhe mostrar / antigamente muitas pessoas / passavam por dificuldades / estradas cheias de lama / pouca água e pouca luz / mas penso no futuro / e que Deus nos conduz / eu amo lugar que fica bem ali / eu sei que no futuro ele possa evoluir

Refrão
Amapá meu lar
Lugar bom de se morar (2x)

Amapá é a disciplina / que todos merecem ter / sem violência e preconceito / e alegria pra valer / sempre tenho um momento / de zoar com meus amigos / com Fabrício, com pingo / e também mano Virgílio / graças a Deus / que eu nasci com saúde / com fé no coração / e com amor no meu povão / muita gente sempre fala / que o Amapá não vale nada / eu acredito que o Amapá / um dia possa melhorar / eu só peço ao meu Deus / que abençoe esse lugar / que se chama Amapá

Refrão

Supero toda a dor / com sede de vitória / o passado cheio de glória / está vivo na memória / porque não posso parar / minha

rima continua / eu vou cantar pra me expressar / o direito que me falta / o tempo nunca volta / a mídia me ignora / sou aquele cara / que chega para mostrar todo nosso sofrimento / eu nunca vou me lamentar / só o que deixei de fazer / nunca posso entristecer / e me faz enlouquecer / e tenta nos calar / e ainda vem dizer / que não somos gente / que somos inconseqüentes / mas eu penso e sigo em frente / e falo pra minha gente / Amapá .../ vai mudar por aqui tem / tem gente boa / e com amor no coração

Refrão

Nascido em Caxias / criado na Baixada / bem vindos ao meu lar / de nome Amapá / hoje estou por baixo / amanhã passo por cima / da violência / hipocrisia / humilhação / corrupto e ladrão / eu não desisto não / sou guerreiro meu irmão / com fé no coração / encaro meus problemas / com muita disposição / foi do jeito que aprendi / a me virar por esse lugar / seguindo vou pra lá / me afastar da violência / ir pra perto dos amigos / continuo .... / sempre sorrindo / a procura do amor / que me faça esquecer a dor / todo sofrimento / e todo sentimento / de quando se vai mais uma vida / escoltada pela mão do ladrão / ou do policial / pra mim não é normal / se Deus pediu o amor / porque darmos o ódio / vivendo com rancor / vendo tanta gente ir embora / dizendo adeus antes da hora / ainda bem que eu tenho / esse lugar / pacifico / tranqüilo / de nome Amapá

Refrão
Amapá meu lar
Lugar bom de se morar (4x)

Graça a Deus / lá não temos violência / porque vivemos em plena consciência / e não adianta / vir dizer que não vai mudar / porque o povo de lá / a lição que a Gabriele / nos deixou bate no coração / nunca desista do seu sonho sangue bom.

<u>Caminhando e cantando</u>

1. Caminhando e cantando e seguindo a canção / somos todos iguais, braços dados ou não / Nas escolas, nas ruas, campos, construções, Caminhando e cantando e seguindo a canção.

Refrão
Vem, vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer! (bis)

2. Pelos campos há fome em grandes plantações / pelas ruas marchando indecisos cordões, ainda fazem da flor seu mais forte refrão / e acreditam nas flores vencendo o canhão.

3. Há soldados, armados, armados ou não, Quase todos perdidos de armas na mão. Nos quartéis lhes ensinam antigas lições / de morrer pela pátria e viver sem razão

4. Nas escolas, nas ruas, campos construções, / somos todos soldados armados ou não. Caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais, braços dados ou não.

5. Os amores na mente, as flores no chão / A certeza na frente, a história na mão. Caminhando e cantando e seguindo a canção, / aprendendo e ensinando uma nova lição.

Ladainha dos Mártires

- Irmãs e irmãos, evoquemos as testemunhas do Reino, os mártires da caminhada latino americana: que roguem a Deus por toda humanidade e por nós, herdeiros de muito sangue e de muito sonho.

Senhor, tende piedade de nós.
T – Senhor, tende piedade de nós.

Jesus Cristo, tende piedade de nós.
T – Jesus Cristo, tende piedade de nós.

Senhor, tende piedade de nós.
T – Senhor, tende piedade de nós.

À Santa Mãe de Deus pedimos proteção, a graça de seu filho e a força da união.
- Rogai por nós, rogai por nós. (bis)

De todo este Brasil, Terra de Santa Cruz, os mártires nos guiem na estrada de Jesus.

De todo o Continente, a Grande Pátria amada, os mártires nos levem na longa Caminhada.

Marçal e companheiros, Sepés de hoje ainda, juntai todas as tribos no sonho da Amerindia.

Lembremos de Zumbi, em todos os altares, pois derramou seu sangue, no Quilombo dos Palmares.

Eloy, Tião e Gringo, organizai o povo para a Reforma Agrária e um Sindicato novo.

Nas lidas do trabalho, nas greves necessárias, valei-nos, Santo Dias das lutas operárias.

Irmãs Cleusa, Adelaide, comadres Margaridas, tornai as companheiras mais fortes, mais unidas.

Velai os pequeninos, filhos do Pai celeste, piazinhos de Ronda Alta, anjinhos do Nordeste.

Frei Tito e João Bosco do nosso Ribeirão, livrai-nos da tortura, salvai-nos da opressão.

Animadores leigos, sal da comunidade, fazei de toda a Igreja um Povo de verdade.

Rútilio e Rodolfo, Josimo e Ezequiel, fazei de todo padre testemunha fiel.

Romero e Angelleli, da doação maior, tornai nossos pastores iguais ao Bom Pastor.

Ó Senhor, sede nossa salvação!
T – Ouvi-nos Senhor!

- Libertai-nos do pecado e da opressão!

- Acolhei o clamor dos oprimidos!

- Retornai a seu lar os exilados!

- Devolvei-nos os desaparecidos!

- Ajudai-nos a viver organizados!

- Ajudai-nos a livrar o Continente!

- Ensinai-nos a ser pobres com os pobres!

- Que façamos da política um serviço!

- Que haja terra para todos os sem – terra!

- Que haja casa para todos os sem - casa!

- Que haja pão para todos os sem - pão!

- Que haja paz para todos os sem - paz!

- Renovai toda a Igreja no Evangelho!

- Congregai as Igrejas para o Reino!

- Por Belém, pela Ceia e pela Cruz!

- Porque sois vida e ressurreição!

- Pelo Espírito que é vosso próprio Amor!

Jesus Cristo, ouvi-nos! Jesus Cristo, atendei-nos!
T – Jesus Cristo, ouvi-nos! Jesus Cristo, atendei-nos!

Pai nosso...

PLANO DIRETOR DE CRÉDITO RURAL

BANERJ

—PDCR/92—

-BANERJ - Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A
VIFIN - Vice-Presidência Financeira
DIOPE II - Diretoria de Operações II
GECRU - Gerência Geral de Crédito Rural
DEORU - Departamento de Operações Rurais
SEAPE - Seção de Apoio Técnico e Programas Especiais

CEDI

PLANO DIRETOR DE CRÉDITO RURAL

(PDCR/92)

I) HISTÓRICO

O panorama sócio-econômico-financeiro do País sofreu profundas mutações com o advento dos diversos e sucessivos planos governamentais (Cruzado I e II, Bresser), que atingiram sobremaneira o tomador de crédito rural, já afetado pela retirada gradual dos subsídios ao crédito rural, ocorrida a partir de 1982. Tais fatos, conjuminados à anistia constitucional à polemização gerada pela cobrança de correção monetária nos encargos contratuais de financiamentos rurais e à forma de condução, pelo BANERJ, dos processos de enquadramento de operações na anistia, corroborou significativamente para o afastamento dos produtores rurais desta Instituição, com a conseqüente retração de financiamentos da espécie.

Agravando esse quadro, o Banco Central do Brasil, gestor da política agrícola federal na área creditícia, implementou, a partir de setembro de 1990 (através da Resolução 1753, de 24/09/90, e das Circulares 1973, de 13.06.91, 1987, de 16.07.91 e 1995, de 25.07.91, posteriormente consolidadas pela Circular 2057, de 09.10.91), diversas medidas que inviabilizaram uma atuação eficaz da Carteira de Crédito Rural como instrumento de política agrícola estadual, uma vez que as aplicações ficam restritas principalmente ao custeio de atividades inadequadas às aptidões do Rio de Janeiro.

Em conseqüência dessas medidas, procedeu-se a um levantamento comparativo dos financiamentos, na referida modalidade, das principais atividades agrícolas do Estado (arroz, milho, olericultura, citrus), constatando-se que, mesmo se toda a área agricultável do RJ, nas referidas culturas, fosse financiada, a necessidade de aplicação da Carteira não seria absorvida nos prazos estabelecidos pelos referidos normativos.

Em face dessa realidade e considerando o fato de que a não aplicação do total do exigível acarretaria multas e penalidades para o Banco (Circular/BACEN 1696, de 25/04/90), a alternativa encontrada foi a aplicação de parte dos recursos fora do Estado, redundando, assim, na situação atual, onde 65% estão alocados em outros Estados.

A adoção desse procedimento proporcionou uma economia altamente relevante, uma vez que não se teve que arcar com sanções, junto ao BACEN, fato que comprovadamente ocorreria se a Carteira não optasse por esse direcionamento de recursos.

Cabe ressaltar, ainda, em relação às aplicações efetuadas fora do RJ, o seu aspecto qualitativo, assegurado pelo critério de seletividade adotado para a escolha dos clientes beneficiados por financiamentos de maior valor e a garantia subsidiária de fiança nos demais, o que vem reforçar a liquidez das mesmas.

Mesmo assim, esse quadro precisava de ser revertido, para que fôssemos coerentes com nossas proposições.

Tínhamos ciência de que a economia agrícola fluminense necessitava de ser modernizada e, principalmente, direcionada para suas vocações naturais, ampliando a relação custo/benefício da agropecuária e permitindo, a médio prazo, o equilíbrio da balança comercial referente ao abastecimento da população do Estado.

Durante todo este período, o BANERJ encaminhou diversas solicitações formais ao BACEN (SADIR 3523, de 27.11.91, 4961, de 12.11.91 e 5213, de 29.11.91), que culminaram com a autorização, em caráter excepcional, por parte do BACEN, em 07.01.92, para que pudéssemos aplicar a nossa exigibilidade rural em atividades adequadas às necessidades e potencialidades do Estado do Rio.

II) - FUNDAMENTOS BÁSICOS

A participação da agricultura fluminense na economia Estadual foi bastante significativa do período colonial até o contemporâneo, quando, então, se acelerou o declínio das lavouras de exportação. Este período foi caracterizado pela ocorrência dos ciclos do açúcar, do café e, por último, da citricultura, os quais originaram pólos de desenvolvimento bem definidos.

A partir de 1950, a agricultura fluminense cedeu lugar ao crescimento dos setores industrial e de serviços a título de serem estas as vocações naturais do Estado.

Como resultado desse processo, há muitos anos que a participação do setor primário no PIB estadual gira em torno de 2%, sendo muito forte a dependência de outros Estados, provocando uma evasão significativa da renda interna, através de volumosas importações de alimentos.

Paralelamente, a intensificação dos fluxos migratórios, ao longo dos anos, decorrentes desta política de desenvolvimento, gerou graves focos de pressão social, haja vista que, em termos estatísticos, 92% da população fluminense concentram-se no Grande Rio e primeiros Distritos. Cabe ressaltar que o movimento migratório em nosso Estado não decorreu em função da modernização de sua agricultura, mas pelas más condições de vida e pela utilização de tecnologias inadequadas às condições sócio-econômicas do meio rural.

Urge, portanto, encontrar alternativas, de acordo com as características do Estado, que contemplem todos os aspectos abordados, propiciando o aumento da participação agrícola na renda interna, uma melhoria na qualidade dos produtos oferecidos à população, além de oferecer condições de permanência da mão-de-obra rural no campo, diminuindo os problemas da favelização e marginalidade urbana.

As atividades devem caracterizar-se pela economia de espaço e alta rentabilidade em relação à área ocupada, onde a intensidade do uso de capital coexiste harmonicamente com uma mão-de-obra de razoável nível de qualificação e satisfatória remuneração.

Paralelamente, já existem atividades importantes exploradas pelos produtores fluminenses, porém, muitas vezes, de modo inadequado e ineficiente, carecendo, pois, do redimensionamento de seus objetivos mercadológicos, adequação de sua infra-estrutura de produção e modernização técnica, de forma a explorar suas reais potencialidades.

O Estado do Rio de Janeiro situa-se em posição estratégica em relação ao país, sendo relativamente bem servido em termos de infra-estrutura (transportes, comunicação, canais de escoamento próprios, como o Porto e o Aeroporto do Rio de Janeiro, eletrificação,etc.), ficando dessa forma facilitada a colocação dos produtos, não só internamente (segundo mercado consumidor do país), como nos demais Estados, reunindo, ainda, condições para projetar-se no mercado externo, minimizando, assim, a mencionada evasão de divisas estaduais, pela obtenção do equilíbrio de nossa balança comercial (agrícola)

III) PLANO DIRETOR DE CRÉDITO RURAL (PDC[illegible])/SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO COM BASE NA COTAÇÃO DO PRODUTO

Apesar de já terem sido lançados anteriormente diversos programas destinados ao financiamento das atividades agropecuárias, cujos objetivos eram coerentes com as necessidades de cada segmento produtivo, os mesmos, em sua maior parte, não lograram alcançar, até hoje, os resultados esperados.

Historicamente, o atendimento usual era concedido através de financiamentos isolados, muitas vezes destinados a inversões dissociadas de um contexto de produção/produtividade, as quais nem sempre revertem em resultados significativos, se inclusive, de difícil acompanhamento e controle, propiciando desvios dos objetivos técnicos e econômicos, que viriam justificar e subsidiar a própria concessão dos recursos; isto é, uma vez que a maior preocupação dos segmentos envolvidos (Banco produtor e assistência técnica) restringia-se ao reembolso do crédito, não se conseguia obter, entre as partes, o devido comprometimento com aqueles resultados indicativos da efetividade do crédito.

Torna-se necessário, pois, uma mudança de postura onde, sem se descuidar dos aspectos de segurança e liquidez das operações, também seja contemplada a objetividade e a conservação dos recursos aplicados, de forma a possibilitar a mensuração de sua eficácia.

Concomitantemente, em face de nossas responsabilidades de fomento e desenvolvimento, inerentes à condição de instituição financeira oficial do Estado, existe a necessidade de encontrar-se caminhos e opções viáveis que nos permitam compatibilizar as prioridades agropecuárias do RJ com o volume de recursos que estarão disponíveis, oriundos da exigibilidade rural (MCR 6.2), principalmente dentro do próprio Estado do Rio de Janeiro.

Assim sendo, sedimentando essa perspectiva, tent[illegible] reverter o panorama econômico fluminense e dando um novo en[illegible]e filosófico ao crédito rural, a Diretoria do SIB, aprovou em [illegible]1.92, o PLANO DIRETOR DE CRÉDITO RURAL, que acreditamos se[illegible] alavancagem inicial de um processo inadiável de desenvolvimen[illegible]o nosso setor primário.

O PDCR/92 tem como linhas mestras de ação:

- a necessidade de se elencar todas as atividade[illegible]dalidades de crédito rural, atentando-se obrigatoriamente pa[illegible]s princípios básicos da oportunidade e da adequação;

- a necessidade de se programar com eficácia a of[illegible];

- a necessidade de se diagnosticar a demanda e de[illegible] identificar formas de supri-la.

- a necessidade de se incentivar efetivament[illegible] adoção de / tecnologia.

- a necessidade de se selecionar devidamente o cl[illegible]e.

Quanto ao último enfoque, ou seja, a segment[illegible] do mercado tomador de crédito, pontuamos:

- não interessa ao Banco trabalhar com produtore[illegible]ue mantenham uma postura conservadora (apegada, quase [illegible]pre, a um tradicionalismo retrógrado de procediment[illegible]e decisões errôneas), refratária à adoção de tecnologias m[illegible]odernas e/ou novas opções de investimento;

- interessa ao Banco trabalhar com clientes que [illegible]ssuam "visão empresarial" ou que apresentem condições para d[illegible]volvê-la;

- interessa ao Banco conseguir adesões; isto é, [illegible]rair para o ramo agropecuário os empresários fluminense[illegible]dos setores secundário e terciário (em sua grande maiori[illegible]proprietários rurais), para que, mediante o balizamento merca[illegible]gico adequado e suporte técnico e financeiro oportunos, venham[illegible] inclusive, a servir de multiplicadores e difusores de op[illegible] viáveis de investimento;

- interessa ao Banco, enfim, trabalhar com pequ[illegible], médios e grandes produtores e com suas cooperativas, [illegible] que todos apresentem condições de virem a se comprometer [illegible] a proposta desenvolvimentista com que o BANERJ pretend[illegible]portear seu direcionamento de crédito.

Para otimização do Plano, o BANERJ vem desenvolve[ndo] um trabalho conjunto com a Secretaria de Estado de Agricultu[ra] Abastecimento e Pesca e a EMATER-Rio, implantando o SISTEMA DE [AMO]RTIZAÇÃO COM BASE NA COTAÇÃO DO PRODUTO, com o objetivo de [elim]inar um dos principais fatores quem vem motivando o afastame[nto] dos clientes potenciais da Carteira Rural, decorrente do desc[onhe]cimento quanto à natureza e o comportamento futuro dos index[adores] econômicos embutidos nos encargos financeiros incidentes so[bre] as operações, "traduzindo-os" para uma linguagem de domínio co[mum] e do produtor rural, ou seja, o seu próprio produto, e, [conse]qüentemente, facilitando sua tomada de decisão.

Essa sistemática permitirá ao produtor efetuar o [ressa]rcimento de seu crédito, com base na equivalência entre o va[lor] contratado e uma determinada quantidade de produto, calcu[lado] previamente, afastando, assim, a incerteza e o medo, decorren[tes] da incidência da atualização monetária.

Além da amortização com base na cotação do produ[to] fazem parte da estratégia de trabalho da Carteira Rural os seg[uintes] mecanismos para o estímulo e alavancagem da demanda pelo Cr[édito] Rural dentro do nosso Estado:

- saneamento da Carteira através da recuperaç[ão] das operações inadimplentes, notadamente aquelas contratadas de [mar]ço de 1986 até dezembro de 1987;

- ênfase na possibilidade de créditos de invest[imento], suspensos há praticamente dois anos, o que vem a ser de [grande] interesse para o alcance dos objetivos do PDCR.

Também está previsto, com base na constatação [de] que entre os principais motivos do insucesso de vários pro[gramas] anteriores está a ausência de credibilidade (interna/exter[na] ou mesmo o desconhecimento (interno/externo) do conteúdo de [suas] propostas, o planejamento e a execução de uma programação de [ação], capaz de contemplar adequadamente os aspectos de divulgaç[ão] e comunicação entre os diversos públicos-alvos envolvidos, quer [sej]am internos (GEROPS, Gerentes Titulares e Encarregados d[a] Carteira) ou externos (Órgãos Técnicos credenciados, Produto[res] Empresários Rurais e Cooperativas).

IV) PRODUTOS BENEFICIADOS

As análises conjunturais efetuadas pelos Ór[gãos] envolvidos indicaram a oportunidade de utilização do[s] recursos da exigibilidade rural nas seguintes atividades:

GRÃOS (*)
- arroz
- feijão -da seca e de inverno (irrigado)
- milho

CAFEICULTURA

FRUTICULTURA
- abacaxi (*)
- banana
- goiaba (*)
- laranja (*)
- limão (*)
- maracujá
- tangerina (*)

BOVINOCULTURA
- corte e leite

AVICULTURA
- corte e postura

OLERICULT (*)
- alface
- berinje
- cenoura
- jiló
- milho v
- chuchu
- couve-f
- ervilha
- pepino
- pimentã
- tomate
- vagem
- quiabo
- batata-

S CULTURA

Obs.: I-O crédito rural contemplará todas as modalidades/atividades, mas a amort com base na cotação do produto, numa primeira etapa, beneficiará somente os produtos previament onados.

II-Atividades/produtos com cobertura pelo SEGURO AGRÍCOLA BANERJ.(*)

BANERJ

V) MECÂNICA OPERACIONAL

1) A forma de pagamento programada no pro técnico será registrada no Instrumento de Crédito pertin com valores expressos em moeda-corrente, ou então, em entuais, cujo somatório totalize 100 % do valor do financi o.

2) Cada prestação, para efeito de amortização, é ansformada em quantidade física do produto equivalente, co e nos preços de responsabilidade da SEAAP, vigentes à époc contratação, e fornecidos às Agências Operadoras em Crédit ral através de normativos específicos. Este cronograma de mbolso físico será firmado em Termo de Compromisso Mútuo.

3) A operação será sempre atualizada pela ação da TRD, acrescido de juros anuais, vigentes para operações de crédito rural.

4) Na data de cada amortização, a respectiva qua ade de produto é reconvertida em cruzeiros, utilizando-se o o do produto (constante na instrução normativa em vigor).

5) Quando das amortizações, caso o valor da cota produto seja superior ao débito da prestação, corrigida so procedimentos de rotina (juros + atualização monetária), á cobrado do mutuário o menor entre os valores, ficand entretanto, a critério do mutuário, a opção final de pagame

6) Na hipótese de o valor pago corresponder à c de amortização e este valor ser inferior ao do saldo devedor prestação no sistema, a diferença será redistribuída, pro ionalmente às prestações ainda pendentes.

Se a diferença vier a ocorrer no vencimento fi do contrato, a critério do mutuário, será dividida pelo val da última cota de amortização, gerando um novo cronograma d reembolso, com conseqüente prorrogação automática do crédito, om as mesmas prerrogativas.

7) Caso o mutuário venha a optar pelo pagament lo valor do produto, mesmo sendo este superior àquele espondente ao saldo devedor normal, além de quitada a parce questão será abatida parte da seguinte, podendo, inclusive, r a ocorrer liquidação antecipada da dívida.

8) Síntese:

8.1 Dados

a) Linhas de Crédito
   - Amortização com base na cotação do prod — Taxa Crédito Rural
   - Amortização com base na cotação do prod — Taxa Livre
b) Saldo Devedor do Sistema para a Prestação . - (SDSP)
c) Valor Pago . - (VP)
d) Código para Pagamento Integral . - (I)
e) Código para Pagamento Parcial . - (P)
f) Parcelas Pendentes . - (PP)
g) Resíduo . - (R)
h) Resíduo Final . - (RF)
i) Valor Pago Vencimento do Crédito . - (VPV)
j) Saldo Devedor da Operação no Vencimento . - (SDO)
l) Última Cota de Amortização . - (UCA)

8.2 Mecanismo

Ocorrência	*Processament*	*Sistema*
a) se, VP = SDSP	quita	ela;
b) se, VP > SDSP	quita parte	ela e abate restação se-quinte
c) se, VP < SDSP e código I	acata (= SDSP	acha R VP); redis-tribui proporcional-mente PP; quita parcela
d) se, VP < SDSP e código P	acata, atraso	sa débito em relatório;
e) se, VPV = SDO	quita	ação;
f) se, VPV < SDO	acata, RF pelo emite r duos Pe tização tação d	RF, divide lor da UCA e tório (Resí-ntes - amor-base na co-oduto).

ANO XVI - Nº 193
AGOSTO - 2001

IMPRESSO

Pelejando

JORNAL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT / MG

6ª Romaria das Àguas e da Terra

Documento Água

I Congresso Nacional da CPT

Pág. 06

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais celebram o seu dia com muita luta

Pág. 04

Encontro da Rede de Advogados Populares 04 à 05 de agosto

Pág. 04

"...O sertão é o nervo e o osso do Brasil. Não podemos nos esquecer que do Nordeste para Minas corre um eixo que, não por acaso, segue o curso do rio da unidade nacional, o São Francisco. È a esse eixo o Brasil tem que voltar de vez em quando se não quiser se esquecer de que é Brasil..."

Ariano Suassuna

Minas por um outro mundo

29, 30 e 31 de agosto de 2001
Preparação para o Fórum Social Mundial 2002

Pág. 03

Foto: Comunidades do vale do Mucuri discutem sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável Rural

OPINIÃO

Porque Salinas

A região Norte de Minas Gerais é uma das mais pobres do estado.Compreende a chamada área mineira da SUDENE, com 120.701 Km², e está incluída no Polígono das Secas, região marcada pela escassez de chuvas. Nos últimos 30 anos a região vem sendo alvo de um processo de transformação estrutural caracterizada pela concentração da terra e degradação ambiental que acarreta a seca de nascentes de córregos e o comprometimento de várias safras agrícolas.Os grandes projetos agropecuários implantados na região não responderam às necessidades dos pequenos agricultores; ao invés disso, têm provocado a expulsão do homem do campo, a desestabilização econômica dos pequenos produtores e, conseqüentemente, a migração de adultos e jovens e o inchamento das cidades maiores.

Na região do Alto Jequitinhonha, onde está Salinas, a realidade não é diferente. A implantação de barragens, a monocultura de eucalipto e os projetos de irrigação trouxeram o desmatamento desordenado, a devastação do meio ambiente, a utilização intensiva de agrotóxico, a extinção de alguns rios e a poluição de outros, como o Rio Salinas, que hoje é um esgoto.

Todos estes fatores agravam a situação dos homens e das mulheres que sempre viveram do trabalho na terra, além de beneficiarem empresas, bancos e grandes fazendeiros. Os exemplos mais recentes desta realidade são a Barragem de Irapé, no Rio Jequitinhonha, e a Barragem de Berizal, no Rio Pardo, que devem expulsar cerca de 7.000 trabalhadores e trabalhadoras de suas propriedades.

Felizmente, em meio a esta problemática também florescem sinais de esperança. Pessoas se organizam em partidos populares, sindicatos, movimentos, associações e comunidades. Lideranças lutam por igualdade, reforma agrária, moradia digna, emprego, saúde, educação, justiça... Cidadãos e cidadãs se empenham na preservação e no resgate da cultura dos índios Maxacalis e Xacriabás, em Itacarambi e Teófilo Otoni, e dos remanescentes de quilombos, em São João da Ponte. Cristãos e cristãs, à luz da Palavra de Deus, abraçam a missão por Jesus Cristo. Enfim, muita gente se assume Povo de Deus e defende a vida, a plena realização dos direitos humanos e a vivência da fraternidade.

Romaria das Águas e da Terra

19 de agosto de 2001

Salinas-Norte de Minas

Momentos importantes

05:00-Alvorada e chegada dos romeiros
07:00 - Animação dos Romeiros
08:00 - Abertura da Romaria
08:30 - Início da caminhada com a Cruz e o São Francisco
09:15 - 1ª parada - Terra
10:15 - 2ª parada - Água (Barragens e privatização)
10:45 - Fincamento da Cruz da Romaria
- Trabalho Escravo e Grandes Projetos
11:30 - 3ª Parada - Agricultura Familiar
12:00 - Concentração na Pça. Jõao Cardoso e Almoço/partilha
13:30 - Grito da Romaria
15:00 - Continuidade da Celebração
17:00 - Encerramento

Missões: 12 a 18 de agosto

Os missionários da 6º Romaria irão para as comunidades rurais e cidades vizinhas, levantar a situação local e discutir com a sociedade os temas do Tríduo: 1º A vida brotou das águas; 2º Sem a terra não há vida; 3º Povo de Deus em caminhada por terra e água.

Serão fonte de inspiração desta jornada os Documentos Terra, Água e Direito aprovados no I Congresso da CPT.

Denunciarão:

-A brutal desigualdade social, que se agrava no país enquanto o governo se submete aos grandes grupos do capital e às exigências do FMI e Banco Mundial;
- A crescente e inaceitável proteção ao latifúndio, garantida por medidas do Governo FHC, que governa de costas para o povo e nega , na prática, fazer a Reforma Agrária; hipocritamente o governo federal se auto promove, através de medidas compensatórias ilusórias, como Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário, " terra pelo correio" e se torna insuportável quando reprime e criminaliza as organizações dos trabalhadores e suas lideranças. E impede , de forma autoritária e inconstitucional, a desapropriação de áreas ocupadas, mesmo griladas, improdutivas e agressivamente imensas.
-Privatização das águas, os trasngênicos e outros.

Pelejando

Publicação da Pastoral da Terra de Minas Gerais - CPT/MG

Redação, Secretaria e Administração:
Rua Minduri, 285
Bairro Santa Inês
Belo Horizonte / MG
CEP 31080-270
Fone: (031) 3486-3705
Fax: (031) 3486-0939
cptmg@inet.com.br
Conselho Editorial:
Marcilene Aparecida Ferreira (CPT - MG)
José Romário Rodrigues (CPT - Vale do Mucuri)
José Jamir Chaves (CPT - Centro-Oeste)
Apoio: Lair Mattar (CPT-BH)
Edição:
marcicpt@mail.inet.com.br
Impressão:
Gráfica Fumarc
Tiragem: 2.000 exemplares

PROSA BOA

com o leitor

CEDEFES

Caros amigos da CPT-MG

Estamos cumprimentando os companheiros pelo dia de hoje, 25 de julho, Dia do Trabalhador Rural e pela sua permanente luta e incansável luta em defesa dos direitos desta categoria social das mais sofridas do Brasil.

Na oportunidade, nós, do CEDEFES, reafirmamos nosso apoio, solidariedade, divulgação e mobilização a favor das causas da reforma agrária, da agricultura familiar, do desenvolvimento rural sustentável, da educação do campo e de todas as lutas dos homens, das mulheres e dos jovens do campo, no Brasil e neste nosso estado de Minas Gerais.

Recebam o abraço de todos nós.

Equipe Executiva Diretoria e Sócios do CEDEFES

Urgente

Marilene, mãe de três filhos, acampada na Fazenda Sacramento, Pingo D´Águá- MG, há mais de dois anos, está enternada no hospital Vital Brasil em Timóteo-MG, com anemia profunda e infecção na medula óssea,o que lhe causou paralisia parcial. Solicitamos a solidariedade de todos para ajudá-la a pagar os exames e remédios necessários. Liguem para CPT Vale do Aço - (31) 3861-2436 ou para CPT/MG.

Editorial

Os assuntos nesta edição, do Jornal Pelejando, estão voltados para a ação dos missionários na preparação da 6º Romaria das águas e da Terra.

Em contraposição à impunidade no campo, que continua a fazer novas vítimas (assassinatos de uma família de agricultores em Marabá no Pará), reforçamos os espaços para se fazer ouvir o Grito dos Excluídos e discutir alternativas como no Fórum Social Mineiro.

E ainda parabenizamos o esforço contínuodos homens e mulheres do campo que em seu dia, 25 de julho, ocuparam terras em todo o país.

É momento de globalizar a solidariedade.

7º Grito dos Excluídos

"POR AMOR A ESSA PÁTRIA, BRASIL."

Na construção do 7º Grito dos Excluídos, conforme a 2ª Semana Social Brasileira nos ensinou, precisamos construir juntos um novo projeto de sociedade, no qual nosso país seja economicamente justo, politicamente democrático, socialmente equitativo e culturalmente plural. É evidente que neste processo o protagonismo deve ser sempre dos Excluídos.

O Grito posiciona-se contra a implantação da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas. Submeter-se incondicionalmente à ALCA é o mesmo que abdicarmos da capacidade e do direito, que como povo temos, de organizar nossa sociedade e de defender nossos interesses na esfera internacional; enfim, é abrir mão do direito de termos uma política comercial própria em relação ao nosso maior competidor; é nos tornarmos quintal dos Estados Unidos.

Nosso Grito clama também contra a atual política econômica que, objetivando a antender os interesses dos especuladores internos, gasta 38% do PIB, o que equivale a mais de 110 bilhões de dólares, para os serviços, juros e amortizações da dívida interna. Isso explica porque não há recursos para investir em educação, saúde, moradia, transporte, reforma agrária, geração de energia...

Nosso grito ergue-se também contra o atual fenômeno da globalização, que não admite fronteiras para o capital financeiro, se, por um lado, para este, não há fronteiras, de outro, erguem-se muros para os trabalhadores. Gritamos para globalizar a solidariedade, os direitos, a comunicação, enfim pelo direito de ir e vir das pessoas. Gritamos contra todas as atitudes e intituições que favorecem a xenofobia e a discriminação com relação ao imigrantes. O Grito apóia a campanha nacional pela modificação da lei dos Estrangeiros, afim de que todos possamos viver e trabalhar, em paz, no lugar onde estivermos. Enfim, o Grito soma-se a toda mobilização em preparação ao Fórum Social Mundial.

O 7º Grito traz como símbolo uma semente. É necessário plantarmos essa semente de uma nova sociedade e nos comprometermos com seu crescimento, para que possa produzir bons frutos. Nossa luta é por um mundo onde a vida esteja em primeiro lugar.

Minas por um outro Mundo

Produção da Riqueza e Reprodução Social

O Fórum Social Mundial (FSM) é um novo espaço internacional para a reflexão e organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e constroem alternativas visando priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais. Será realizado anualmente, a partir de 2001, sempre no final de janeiro, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, Suíça.

Minas se prepara para o Forum Social Mundial 2002, participe:

PROGRAMAÇÃO:

Dia 29/08/2001
*19:00 horas - **Abertura Solene.** Componentes da Mesa: Dr. Itamar Franco - Governador do Estado, Dr. Célio de Castro – Prefeito de Belo Horizonte, Dep. Antônio Júlio - Presidente da ALMG Comissão Nacional do FSM. Coord. FSMMG: Dirlene*
*20:00horas - Debate: **"O endividamento Brasileiro e as Eleições de 2002"** - Convidados representantes dos partidos políticos Itamar Franco, Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes, Garotinho. Coord. Dep. Antônio Júlio e Dirlene Marques*
***Dia 30/08/2001** -*
*8:30 horas – **"Globalização, neoliberalismo e financeirização do capital"***
Conferencistas: César Benjamim, Samuel Pinheiro*, Fiori, João Pedro Stédile*, João Antonio de Paula. Coordenação do FSMMG e ALMG*
*14:30 as 18:30horas – **Oficinas***
19:00 horas – **Espaço Cultural Livre** : (poesia, teatro, música)
Dia 31/08/2001
*8:30 horas – **"As Dívidas e os Orçamentos Públicos** - Conferencistas: Marcos Arruda*, Misabel Derzi*, Reinaldo Gonçalves*, Fernando Pimentel, Dalmo Dalari*. Coordenação: FSMMG*
*11:30 horas – **Plenária do Comitê Mineiro do Fórum - ampliação e organização dos comites no interior de Minas Gerais***
*15:00 às 17:00 horas - **Oficinas***
*17,30 horas – **Marcha Cívica contra a Corrupção** (Saída: Praça Afonso Arinos*
*18:00 horas - **Tribunal das Dívidas** - Local: Escadaria da Igreja São José. Juiz: Hélio Bicudo/Aristides Junqueira. Advogado de acusação: Luiz Eduardo Greenhalgs*. Advogado de defesa: Será representado por um ator. Testemunhas: Entidades e pessoas representando os excluídos: (sem terra, sem casa, mulheres, negros, criança e adolescentes, profissionais das áreas sociais etc.)Corpo de Jurados: Todos os presentes 21:00horas - **Grande Festa de encerramento**.*

Um outro mundo é possível !

Participe desta Campanha

√ O que é a campanha

A Campanha é uma ação de conscientização da sociedade brasileira a respeito da injusta realidade agrária do País e uma ação de pressão sobre os nossos políticos para que introduzam na Constituição Federal mecanismos que limitem o tamanho da propriedade da terra no Brasil, eliminando os latifúndios.

A Campanha entende que o Estado brasileiro tem a obrigação de garantir o direito à propriedade da terra a todos os brasileiros e brasileiras que dela precisam para trabalhar e ganhar o pão para si e para sua família. Esta campanha é um instrumento de resgate da cidadania e não se prende a razões de cunho ideológico. Ela visa superar o latifúndio, responsável pelo atraso econômico e pela exclusão da cidadania de milhões de brasileiros.

√ O que se quer alterar

No artigo 186, em que a Constituição define a função social da propriedade, queremos introduzir um quinto inciso, limitando o tamanho de todo latifúndio no Brasil a uma área correspondente, no máximo, a 35 módulos fiscais.

Terras acima de 35 módulos fiscais seriam automaticamente incorporadas ao patrimônio público. O módulo fiscal é uma referência estabelecida pelo INCRA, que define a área mínima suficiente para prover o sustento de uma família de trabalhadores rurais. Ele varia de região para região, e é definido para cada Município a partir de vários fatores, como a situação geográfica, a qualidade do solo, o relevo, as condições de acesso ao local, entre outros aspectos. Nos Estados do sul, cujo módulo fiscal gira em torno de 20 ha, este limite seria cerca de 700 ha. Nos Estados do Norte, onde o tamanho do módulo é cerca de 100 ha, este limite giraria em torno de 3.500 ha.

A introdução desta medida resultaria numa disponibilização imediata de grandes extensões de terras para as famílias acampadas, sem que tenham de ser dispendidos recursos públicos para indenização. Recursos que são hoje gastos em processos desapropriatórios poderiam ser empregados no apoio à infra-estrutura, ao crédito subsidiado e a assistência técnica visando a viabilização dos assentamentos.

ABRA-APR-CAPOIB-CÁRITAS-CESE-CIMI-CNASI-CONIC-CONTAG-CPT-FASE-IBASE-IBRADES-IFAS-INESC-MAB-MLST-MNDH-MPA-MST-PJR-REDE BRASIL-ANMTR-CNBB-Pastorais Sociais.

REGIONAIS

Dia do(da) Trabalhador (a) Rural
Dia de Luta

Aconteceram mobilizações em todo o País e ocorreram inúmeras ocupações de latifúndios improdutivos. Em Minas Gerais, foram ocupados 15 latifúndios improdutivos, conforme relação encaminhada pela FETAEMG, envolvendo 1257 famílias de sem terra.

Município	Fazenda	Nº de famílias
1- Ibirité/Brumadinho	Fazenda Maria Pastorina	230
2- Pirapora	Fazenda Prata (reocupada)	80
3- Tumiritinga	Fazenda Natal	35
4- Araxá	Fazenda São Mateus	70
5- Brasilândia	Fazenda Cachoeira Extrema	45
6- Lagoa Grande	Fazenda Gameleira	45
7- Montes Claros	Fazenda Canoas	33
8- Brasília de Minas	Fazenda Carrancas	30
9- Unaí	Fazenda Saco Grande II	70
10- Bonfinópolis	Fazenda do Aeroporto	63
11- São Romão/Icaraí	Fazenda Rodeio	300
12- Jequitinhonha	Fazenda Transval	50
13- Montes Claros	Fazenda da Produção	43
14- Montalvânia	Fazenda do Espírito	100
15- Dom Bosco	FazendaTapera (reocupada)	63

Vale do Aço

Sindicatos dos trabalhadores rurais do Vale do Aço, Médio Rio Piracicaba e Vale do Rio Doce, cutistas, realizaram um seminário em João Monlevade nos dias 27 a 29 de julho de 2001, assessorados pela Comissão Pastoral da Terra, pela CUT regional e estadual e mandato do Dep. Federal João Magno. Analisaram as conjunturas nacionais, estaduais e regionais.

O objetivo do seminário foi repensar a organização dos sindicatos na região para melhor enfrentarem os desafios do projeto neoliberal do governo FHC; incentivar alternativas como a agricultura familiar sustentável e agroecológica, a reforma agrária, a luta em defesa das águas (Gênero e Jovens); e planejamento em curto prazo para criação do Pólo Sindical da FETAEMG do Vale do Aço/Médio Rio Piracicaba. ***Lucimere***

Jequitinhonha

Jequitinhonha

O Dia do (a) trabalhador (a) Rural em Turmalina foi comemorado no dia 31 de julho na área de experimentação do CAV(Centro de Agricultura Alternativa Vicente Mica), com a participação de 38 comunidades rurais do município. As entidades parceiras (STR, PT, paróquia, EFA- Escola Família Agrícola de Turmalina, APLANT, Secretaria de Agricultura E CAV) através de uma mesa redonda, fizeram uma exposição dos trabalhos realizados nas comunidades. Além de uma bonita celebração os organizadores proporcionaram uma tarde cultural com muita música sertaneja e contos de causos interessantes. ***Gilmar***

Noroeste

Em Arinos, o evento organizado pelos trabalhadores rurais e com o apoio da CPT, MST, PT, para celebrar o dia 25 de julho, representou um marco na história de luta contra o latifúndio improdutivo. Os (as) trabalhadores (as) rurais nesses últimos 20 anos quebram com a reforma agrária a resistência do poder político exercido pelos coronéis da região, colocando em prática o projeto de Deus, onde reina a justiça, liberdade e igualdade para homens e mulheres.

Chico

Vale do Mucuri

Manifestação em Aguas Formosas

No dia 26 de julho, mais de 3000 Trabalhadores Rurais, em passeata pelas ruas, protestaram em frente da Prefeitura de Águas Formosas, contra o Banco da Terra e as falsas promessas do prefeito de assentar 300 famílias e acabar com o desemprego. Depois os trabalhadores protestaram contra o fechamento do posto do INSS na cidade e abraçaram o hospital simbolizando o descaso com a saúde do povo. Protestaram contra o Apagão nas comunidades rurais (Roseira) o Apagão de FHC e contra a Corrupção Municipal e Nacional.

A manifestação se encerrou com grande ato público e forró, comemorando o dia do Trabalhador Rural.

Organização: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas Formosas. Participação: MST, CPT, PT, PDT, Sindicato dos Servidores Públicos e Associações Comunitárias.

Comunidades Rurais reativam o Conselho Municipal de Desenvimento Rural

Mais de 60 lideranças de 18 comunidades debateram as propostas aprovadas no 1º Congresso de Desenvolvimento Rural e reativaram o Conselho com o objetivo de cobrar do atual Prefeito a continuidade do projeto de eletrificação das comunidades, a implantação do Projeto Escola Família Agrícola e cobrar também as promessas de campanha feitas pelo Prefeito.

Protesto em Pavão

Durante todo o dia 26 de julho o "Apagão", a "Reforma Agrária" e o "Desemprego"foram debatidos em Pavão. Encerrando com passeata e ato público, assim mais de duas mil pessoas participaram das manifestações do dia do trabalhador e trabalhadora rural na cidade, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais com total apoio do Prefeito Leodônio e da Equipe da CPT Mucuri.

Centro Oeste

Celebraram uma missa no dia dos trabalhadores rurais, no dia 22 de julho, na Matriz de São Vicente Ferrer. Denunciaram a situação das famílias dos trabalhadores(as) rurais no município de Formiga, na sua luta pela permanência na terra. Trecho da abertura da celebração: "*... Aproveitamos também este momento para denunciar... tantas injustiças ocorridas contra trabalhadores(as) rurais no Brasil. A injustiça contra tantos sem-terras, e os encurralados em pequenas faixas de terra, estes que, privados de até poderem ser chamados de trabalhadores rurais, são humilhados por este Brasil afora. Queremos denunciar hoje, as injustiças sofridas pelos trabalhadores(as) rurais pertencentes aos povos indígenas que são privados de expressarem a sua cultura que se materializa também na sua forma de produzir. E ainda queremos denunciar as injustiças sofridas pelos agricultores familiares desta nação que são privados de incentivos de crédito, infra-estrutura e oportunidades de mercado...*"

Mª Vitória Ramos

Norte

Brejo dos Crioulos é remanescente de quilombo

Aconteceu uma celebração reforçando a luta dos(as) trabalhadores(as) rurais na comunidade Brejo dos Crioulos, município de São João da Ponte. Participaram 2.000 trabalhadores de 50 municípios do Norte de Minas e o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas (CPT, CAA, Movimento Sindical). O Objetivo foi levar ao conhecimento de outros municípios e apresentar a Tese do Professor João Batista, que constata que a comunidade Brejo dos Crioulos é "Remanescente de Quilombo". A seguir as entidades presentes assinaram um documento exigindo, da Fundação Palmares, a demarcação das terras que se encontram nas mãos dos fazendeiros da Região. Todos foram aclamados com fogos de artifícios, muito batuque e dança afro. ***Alvimar***

Jovens da Arquidiocese de Montes Claros discutem a questão da "Terra e Água para todos"

Reuniram os coordenadores de grupos de jovens do Norte de Minas, em Salinas-MG e levantaram o cenário da região. A realidade atual das Águas, o desrespeito à terra, à saúde, à educação e ao desemprego estão dentre a situações que mais preocupam os Jovens.

"Nós discutimos que a água da nossa região está acabando, pois, nossos córregos e rios estão secando. Sabemos que a nossa região pode sofrer um grande impacto ambiental, pois nossos cerrados foram desmatados e no lugar dos pequizeiros, eles plantaram eucaliptos..

O principal problema enfrentado pela população desta região é o desemprego...muitos perderam parte das terras, ou devido à seca, tiveram que abandonar o trabalho na terra. Hoje, são obrigados a migrar para o corte da cana ou colheita de café em outras regiões do país. **Estamos gritando por novas alternativas!**"

Grasiele

LUTA PELA TERRA E NA TERRA

Vamos Salvar o Velho Chico

Nascido na Serra Canastra, sudoeste de Minas Gerais, ele percorre 2.700Km,em direção Norte, passando por mais quatro estados (Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas). Do seu trajeto, 58% cortam o sertão nordestino, constituindo o único Rio perene a atravessar a região semi-árida. Sua bacia se estende por uma área de 640 mil quilômetros quadrados, onde estão 503 municípios, nos quais vivem 14 milhões de pessoas. Para elas o "Rio das Barbas Brancas" é como um pai, o "Velho Chico".

O Rio São Francisco, o Velho Chico da fala afetiva do povo ribeirinho, é hoje um doente em fase terminal. A seca de suas águas neste ano de 2001 assustou a opinião pública nacional. Mas assustou menos do que deveria, levando em conta a previsão da NASA, a agência espacial dos Estados Unidos, feita com base em observações via satélite: a continuar assim, em 60 anos, ou menos, o Rio estará morto, com água correndo só no período das chuvas.

É esse o futuro que legaremos ao Rio da Unidade Nacional, aceitando passivamente o desenrolar de uma morte anunciada?

Na alvorada deste novo milênio, é o próprio Rio que nos interpela. O clamor do Rio, de nervos e ossos expostos, é para que não nos esqueçamos de nós mesmos, de nossa história, de nossa riqueza e de nossa humanidade. Para que não esqueçamos do Brasil que somos.

Exatamente no ano em que se completam 500 anos de seu "descobrimento" pelo navegador português Américo Vespúcio, o São Francisco nos lança seu trágico grito. Clama por vida. Vida para suas águas, seu povo, seus peixes, suas matas, seus bichos, suas lagoas. Vida para seus tambores, suas violas, suas carrancas, seus poetas e suas folias. Vida para a fé de seu povo. Vida para pescadores, varzanteiros, caatingueiros, lavadeiras, artesãos, bóias-frias e rezadeiras. Vida para suas tribos, seus assentados e seus quilombolas. O Rio clama pela vida que sempre generosamente distribuiu pelo sertão.

Vivemos agora um momento limite. O tempo urge. Proteger e revitalizar o São Francisco talvez seja o maior dever cívico do momento presente. O socorro prestado ao Rio São Francisco será a medida do amor e do respeito que temos ao Brasil.

Para curar estas "doenças" e salvar o corpo ainda vivo do Velho Rio, não há outra saída senão parar com todas as agressões. E ao invés de avançar sobre ele como se fosse fonte inesgotável, cooperar com ele, a serviço da vida de todos. Neste sentido propomos, também, quatro medidas urgentes e complementares:

1- Não construir, na área da Bacia Hidrográfica do São Francisco, nenhum novo grande projeto, seja de barragem, irrigação, monoculturas, pastagens ou transposição de águas, que implique em desmatamento, erosão de solos e poluição ou perda de águas.

Apesar dos inúmeros questionamentos e falhas apontadas, o Governo Federal ainda pretende realizar o bilionário **Projeto da Transposição.** Pode-se afirmar com certeza que, além de desconsiderar a situação do rio, tal projeto é uma grande mentira. Vai atingir menos de 5% da área castigada pela seca nos Estados "beneficiados" e mais do que isso atingirá uma região que já tem muita água: é a segunda do mundo em número de açudes (70 mil). E será o consumidor doméstico, inclusive o não beneficiado, a arcar com os altos custos da água, usada majoritariamente para irrigação de grandes empresas – este o verdadeiro objetivo.

2- Proceder a estudos multidisciplinares com vistas a um amplo e profundo Diagnóstico da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

3- Elaborar, com base no Diagnóstico, um Plano de Revitalização da Bacia, que desenvolva programas tais como de recomposição das matas ciliares, de saneamento básico e tratamento do esgoto e de educação em todos níveis e setores da população, com ênfase na educação ambiental.

4- Construir e por em prática um Plano de Gerenciamento Integrado da Bacia Hidrográfica do São Francisco, com participação da sociedade civil organizada. Este programa deve controlar e harmonizar os múltiplos usos dos recursos hídricos, com base num "orçamento das águas": quanta água para consumo humano e animal, quanta para energia, quanta para irrigação, quanta deve ficar de reserva, etc.

Foto:

Banco da Terra

Projeto proposto pelo Banco Mundial, em 1996, baseado na compra de terras no mercado, diretamente por Associações Comunitárias, legalmente constituídas, mediante financiamento reembolsável e com recursos a fundo perdido, para implantação de apoio.Dois anos após a implantação do projeto, o programa tem mudado de nome gradativamente: Banco da Terra, Cédula da Terra, ParaTerra e atualmente "Novo Mundo Rural", que veio com mudanças, tendo agora 20 anos para pagar a dívida; agora com extensão para todos os Estados do país. Minas Gerais foi o 15º Estado a assinar o Convênio.

Segundo documentos oficiais, o Programa contará com recursos da ordem de US$ 150 milhões (US$ 30 milhões para Minas Gerais). De onde o Governo Federal vai retirar esta verba? Do recurso para desapropriação de terras? Do montante que restou para as ações de reforma agrária, após os cortes de mais de 60% que fez no orçamento de 1999? Como dizer, então, que o PARA-TERRA é ação complementar de Reforma Agrária?

O prazo previsto de implantação é de 3 anos, a contar de outubro de 1997. O prazo para os beneficiários pagarem a terra, que inicialmente era de 10 anos, com 3 anos de carência, hoje é proposto 20 anos. Encargos financeiros: TJLP. Garantias: o imóvel adquirido é o aval solidário dos beneficiários, ou seja, o pagamento é feito pela Associação Comunitária. Os beneficiários terão direito aos créditos do PRONAF.

O PARA-TERRA EM MINAS GERAIS - segundo dados do INCRA, foram criados 14 projetos de assentamentos, com um total de 591 famílias assentadas, ocupando uma área de 15.685,77ha no Norte de Minas,

Os trabalhadores têm três visões quanto ao PARA-TERRA: a primeira de resistência das famílias e não pagamento das dívidas; a segunda, de abandono dos lotes e automaticamente das dívidas e a terceira, de esperança de receber financiamentos para as culturas, benfeitorias nos lotes e para começar a pagar as parcelas da dívida.

PRINCIPAIS CRÍTICAS LEVANTADAS:

- Adistribuição de terras passou a ser controlada pelo latifúndio, que decide se vende ou não a terra, quando quer e pelo preço que pedir, com isso tem elevado o preço da terra na região;
- Considerando os recursos hídricos, a terra e o clima da região fica claro que o critério de dimensão dos lotes inviabiliza o programa, que não dá condições para as famílias sobreviverem. As famílias buscam empréstimos nos bancos para plantar e beneficiar os lotes, sem nenhuma perspectiva de pagamento;
- As associações não foram constituídas a partir da iniciativa dos trabalhadores e sim de políticos, o que reforça, mais uma vez, o controle das decisões e o atendimento dos interesses do poder político local;
- O grande beneficiário do Programa é o fazendeiro, que deixou de ser punido pela desapropriação e foi premiado com a venda de terras degradadas, à vista, com preços bem além do mercado da região, mesmo quando a terra não cumpria função social. As terras transformaram-se em verdadeiros ativos financeiros;
- A compra de terras é feita sem a participação e discussão profunda com os trabalhadores sem terra, e sem uma visão técnica do perfil do solo e a viabilidade do mesmo.

Não está claro no programa, a possibilidade de prorrogação da dívida, como está previsto no Projeto "Novo Mundo Rural", a forma que se dará o parcelamento dos lotes, a negociação de outras terras sem conclusão dos projetos já implantados, a determinação do prazo, a emancipação do programa, o acompanhamento pela SUDENOR e por fim quais serão as atribuições do INCRA nessas áreas.

BÍBLIA E VIDA

Documento Água

"Então me mostrou o rio da água viva, brilhante como cristal, que sai do trono de Deus e do Cordeiro" (Ap. 22,1)

A - Água, origem da vida A vida brotou das águas. Nosso Planeta tem 70% de sua superfície coberta por água. Desconhece-se qualquer forma de vida que dispense a água. Na criação "o Espírito de Deus pairava sobre as águas". O próprio ser humano é "terra e água", animado pelo "sopro do Espírito de Deus" e feito à sua imagem e semelhança.

B - Água, um direito natural e inalienável Sendo a água constitutiva do ser humano, da vida como um todo e do meio ambiente da vida, ela é um direito natural, patrimônio da humanidade, dádiva divina e não obra humana. Por isso, ela não pode ser reduzida a uma mercadoria e a um bem particular. E nenhum ser humano pode arrogar a si o poder de negar a qualquer semelhante ou ser vivo este bem essencial à vida.

C - Terra e água são bens indissociáveis A humanidade toma consciência de que terra e água são indissociáveis. A Terra é o "Planeta Água" e só se conhece água na terra. Daí a necessidade de manejar com consciência e responsabilidade esses bens entregues por Deus à humanidade para que deles cuidasse com carinho. Por isso é um imperativo bíblico e vital respeitar e cuidar da terra e da água, missão especialmente confiada aos agricultores(as), unidos em suas comunidades de resistência.

D - Em defesa da sustentabilidade A chamada revolução verde e a atual agricultura que incorpora os últimos avanços da tecnologia têm sido devastadoras: transformam a terra em mero objeto de produção; tratam a água como simples insumo; destroem as florestas e devastam os solos; contaminam as águas, com a disseminação de produtos químicos; produzem alimentos envenenados; consomem 70% da água doce do planeta com irrigações, extinguindo córregos, rios e mananciais; incrementam a monocultura em grandes extensões, fragilizando as defesas naturais. As grandes empresas, com a cumplicidade dos governos, controlam a produção mundial de sementes, colocando em risco a segurança alimentar, provocando a expansão da miséria, agredindo o meio ambiente e atentando contra a saúde humana. Hoje, pretendem impor o uso de sementes transgênicas.

E - O compromisso da CPT por uma agricultura saudável Por princípio ético, a CPT quer romper com esse modelo sócio-econômico-globalizado, predador e excludente que promove e se beneficia da privatização e mercantilização da água. Junto com a mulher e o homem do campo, a CPT reafirma seu compromisso com uma agricultura saudável, socialmente justa, economicamente adequada e ecologicamente equilibrada, que respeite a terra, as águas e o ser humano. A democratização da água e da terra é condição necessária para este tipo de agricultura.

Em vista disso, a CPT assume como ações prioritárias para o próximo período:

1. Estimular os(as) trabalhadores(as) a lutar pela preservação da água e dos mananciais;
- recuperação e reflorestamento das matas ciliares, com espécies nativas;
- tratamento e reciclagem do lixo e esgotos domésticos, industriais e agroindustriais.

2. Investir na formação e informação de agentes e de trabalhadores(as):
- Aprofundar o sentido da água para a agricultura familiar;
- Descobrir formas de captação, armazenamento e uso da água;
- Estudar: a legislação ambiental, lei de recursos hídricos, as atribuições da Agência Nacional da Água, o direito do uso e da apropriação da água;
- Produzir subsídios em linguagem popular em vista de promover uma educação ambiental;
- Divulgar experiências agroecológicas e de preservação do meio ambiente;
- Incentivar programas de formação de agentes ambientais das comunidades.

3. Incentivar a participação dos(as) trabalhadores(as) e de suas organizações:
- nos conselhos municipais;
- nos comitês de bacias hidrográficas;
- nos fóruns de defesa dos direitos à água.

4. Estimular a criação de uma grande rede de entidades pastorais, grupos e organizações para conquista e defesa da água.
- Elaborar com participação de todas as regiões propostasde políticas públicas de recursos hídricos
- Campanha nacional urgente de informação sobre o direito do acesso à água e de combate à sua privatização e mercantilização.

5. Propor à CNBB que a água seja tema de uma futura Campanha da Fraternidade;

6. Reforçar a luta pela conquista de políti cas públicas de recursos hídricos:
- pressionar para que os orçamentos públi cos contemplem os recursos hídricos;
- trabalhar estratégias de enfrentamento das políticas oficiais;
- criar mecanismos de controle popular na aplicação das verbas destinadas aos recursos hídricos.

7. Apoiar e participar de lutas concretas:
- combate à transposição do Rio São Francisco;
- combate à privatização e à mercantilização das águas;
- combate aos grandes projetos: de barragens, de irrigação, de hidrovias, de hidroelétricas, de gasodutos na Amazônia, devastadores da natureza e da vida.
- combate ao uso de produtos químicos na agricultura;
- combate ao uso indiscriminado da água na irrigação;
- propostas de convivência com o semi árido
- captação de água de chuva através das cister nas
- campanha de " Um Milhão de Cisternas"
- técnicas de captação já existentes (cacimba ...);
- ocupações dos açudes públicos;
- ocupações nas áreas onde haja concentração de água;
- discussão em nível nacional das questões do semi árido;
- criação de reservas extrativistas;
- agricultura familiar sustentável desenvolvida na Amazônia por índios, seringueiros, ribeirinhos e colonos;
- movimento dos ribeirinhos pela preservação dos lagos, rios, igarapés da Amazônia.

Documento elaborado e aprovado no I Congresso Nacional da CPT Bom Jesus da Lapa - BA / 2001

POLÍTICA

O Bom samaritano: Justiça, Solidariedade e Mística

Globalizar a solidariedade e a luta pela Justiça, de mãos dadas (cf. Sl 85,11). É hora de articular bem a luta por Justiça, com Solidariedade e com Mística libertadora. Pois luta por Justiça sem solidariedade e sem mística pode recair em "mera ação política": transforma algumas estruturas, mas não recria as pessoas. Solidariedade sem Justiça e sem mística pode recair em "mero assistencialismo ou paternalismo", o que gera dependência e não liberta as pessoas. Mística sem Justiça e sem solidariedade pode recair em "mero pietismo alienante".

O "episódio-parábola" do bom samaritano (cf. Lc 10,25-37) pode ser um paradigma excelente para nos ajudar a articular de maneira crítica e criativa o tripé LUTA PELA JUSTIÇA, SOLIDARIEDADE E MÍSTICA LIBERTADORA. O samaritano entrou para a História como o Pai dos Voluntários autênticos.

Em Lc 10,33-35, o samaritano percorre os passos da Compaixão que deságua na Misericórdia:

"Certo samaritano..." Um anônimo, herege segundo a religião judaica, um impuro segundo a raça, um pagão segundo a cultura. Estando **viajando, aproxima-se** da realidade do caído e semimorto. Não passa adiante. Não teoriza nem tenta justificar esta realidade para aliviar a consciência. Interrompe seus planos e deixa-se guiar pelo inesperado. Quem ama verdadeiramente "Faz das tripas coração", isto é, produz o tempo necessário para estar com o outro.

Vê o excluído semi-morto. Entrega seu olhar ao outro que sofre, olha-o com benevolência e ternura, deixa-se absorver pela dor do outro. Diz a sabedoria popular que o que os olhos não vêem o coração não sente. Diz um provérbio indiano que os olhos vêm mil vezes mais do que os ouvidos escutam.

Se move de Compaixão frente à dor do excluído. A **Dor** sentida pelo excluído foi suavizada pelo **Odor** da companhia do samaritano. Segundo Dallai Lama, compaixão é admitir que a vida do outro é mais importante do que a minha própria vida; é orientar a vida a partir do outro que sofre. O outro se torna um absoluto na minha vida. Quem vai decidir se o meu trabalho vai continuar é a situação do outro.

Aproxima ainda mais da pessoa sofrida, entrega-se gradativamente ao outro. É na proximidade que se dá o encontro face-a-face, o encontro do EU-TU. Esse encontro com Deus se dá no encontro face-a-face com o outro, principalmente com o outro que está excluído, semi-morto.

Cuida do outro no imediato e no mediato (fez curativos, derramando óleo e vinho nas feridas. O samaritano vive na espiritualidade do CUIDADO com o outro e consigo mesmo. O óleo serve para curar feridas. O vinho, além de curar, dá alegria; ajuda para retomar a vida. Hoje, no Brasil, milhares de boas samaritanas e samaritanos estão curando muita gente com medicina alternativa: cura pelo método bio-energético, chás das folhas, raízes e cascas de plantas, barroterapia, urinoterapia, aromoterapia, relaxamento, etc.

Faz-se solidário também no mediato (E colocando-o sobre o seu próprio animal, o levou a uma pensão, onde cuidou dele). Além de dar os primeiros socorros, encaminha o semi-morto para o restabelecimento completo da vida. O samaritano procura não só assistir alguém em perigo, mas também dar seu tempo, seu dinheiro e o seu ser, sem fazer conta de nada. Desinstalou-se e cedeu o seu próprio animal para carregar o outro. O que nos faz recordar que o povo pobre recebe com alegria as visitas, indo dormir no chão para lhes dar a própria cama.

Deixa o assaltado encaminhado: Foi embora, mas além de ter deixado marcas de bondade, saiu marcado positivamente para o resto da vida.

O samaritano soube a hora exata de entrar e soube o momento oportuno de sair da vida do outro. Foi embora, sem deixar nome nem endereço. Agindo, assim o samaritano evitou que se criasse vínculo de dependência entre ele e a pessoa semi-morta. Ou seja, foi solidário de modo gratuito e libertador.

Frei Gilvander Moreira

Conscientizar para Mudar

Eu não consigo entender,
Achar a clara razão
De quem só vive pra ter
E ainda se diz bom cristão
Cezar Gonçalves e Pedro Munhoz

Estamos quase às vésperas da eleição para Presidente da República, Governadores de Estado, Senadores, Deputados Federais e Estaduais. É tempo de se perguntar o que eles fizeram, de fato, de verdade, para mudar a situação agrária.É hora de trabalhar para que nas próximas eleições a bancada ruralista dos deputados federais e senadores latifundiários cedam lugar à bancada dos trabalhadores rurais.É hora de pensar em votar em Presidente que governe a serviço do Povo pobre e do camponês.

Está mais do que na hora de dar um basta à impunidade e violência no campo.Só este ano, até maio, os conflitos no campo no Brasil foram de 163, envolvendo 438.362 hectares e 29.600 famílias.Líderes dos sem terra continuam a serem mortos.E pasmem! Crianças e adolescentes são ameaçados de 1.990 a 2.000 foram 41.

E ainda transgênicos se tornam ameaças à saúde e à política agrícola dos sem terra.Sem falar dos inúmeros entraves burocráticos para vistorias em terras improdutivas e liberação de créditos.

Nos 6 anos de FHC continuou a concentração de terras e o êxodo rural.De 1995 a 1997 400.000 pequenos produtores rurais perderam suas terras.4,2milhões de pessoas abandonaram o campo (cerca de 840.000 famílias); 1% dos proprietários possuem 44% das terras.E dos 400 milhões de hectares considerados agrícolas 60 milhões são utilizados na cultura de grãos; o restante estão improdutivos.

O judiciário nem sempre leva em conta a situação social mas só a letra da lei, o que emperra o avanço da luta dos sem terra ou permite que a impunidade no campo continue condenando trabalhadores e livrando latifundiários e seus capangas de julgamentos e prisões.

Para reverter essa situação é necessária a união, de todas as forças conscientes e dos movimentos organizados da cidade e do campo. Assim se entende a justeza do lema: Reforma Agrária é uma luta de todos.

A luta continua até que as espadas e lanças cedam lugar às foices.

Pe Henrique de Moura Faria.

Manifestante é morto em Gênova

Um jovem, 20 anos, morreu depois de receber um tiro na cabeça e ser atropelado por um jipe que fazia segurança durante protestos da cúpula do G8 e, Gênova 9Itália). Um fotógrafo da agência Reuters viu o manifestante levar doi tiros.

Reuters

IV ENCONTRO DA REDE DE ADVOGADAS E ADVOGADOS POPULARES DE MG (RENAP)

O IV Encontro Estadual da RENAP, em Ibirité, foi um momento importe para a organização e for-mação dos advogados que atuam junto aos movi-mentos populares.

Dia 04 de agosto aconteceram debates com os seguintes temas:

1º Conjuntura Agrária em MG - Assesoria do Dr. Marcelo Resende – Superintendente do ITER/MG e do Dr. Marcos Helênio – Assessor Jurídico do ITER/MG)

2º Ações de Desapropriação - Asses. Dr. Ivan, ex-procurador do INCRA/MG.

Apresentação da Renap - avaliação dasua atuação em Minas, partilha de experiência.Levantamento das demandas Jurídicas pontuadas pelos advogados(as) e entidades(CPT, MST,MDC);planejamento, discussão sobre organização, funcionamento e parcerias da Renap

Dia 05 De Agosto –Domingo Passeio cultural em Ouro Preto/MG

Minas irá sediar o 8º Encontro Nacional da RENAP em dezembro de 2001.

Fonte: www.correiocidadania.com.br

Impunidade Aumenta a Violência no Campo

06 de Julho - Eurival Carvalho foi preso, torturado e levado para Marabá.

09 de julho - pistoleiros de Marabá assassinaram o agricultor José Pinheiro Lima, sua esposa e seu filho. Segundo informação da Polícia Federal à Secretaria de Defesa Social do Pará, o crime foi encomendado por fazendeiros da região.

Nos últimos cinco anos, mais de cinquenta trabalhadores rurais foram assassinados no Pará. Dos madantes, só dois foram "presos": o fazendeiro Carlos Antônio Costa, acusado de mandar matar Onalício Barros e Valentin Serra, do MST, em Paraopebas (PA), em março de 1998; e o fazendeiro Décio José Barroso Nunes, acusado de mandar assassinar José Dutra da Costa, dirigente sindical de Rondon do Pará,em novembro de 2000. O primeiro ficou preso 22 dias. O segundo 13.

CULTURA POPULAR

Indicamos

"Paixão e Dor", novo Livro de poemas de José Prates.

Prates é mineiro de Salinas, cidade que ele considera não apenas a capital da cachaça, mas a capital do mundo, fonte inesgotável de sua melhor inspiração.

Foi líder estudantil na UnB de onde teve que partir para um exílio de 10 anos, período que é relatado com excelente humor em seu libro de memórias "o Pirata Escarlate".

É Presidente da Academia de Letras do Distrito Federal e membro da Academia de Letras de Salinas, da qual é um dos fundadores.

" A palavra é a alma do espírito" afirma Prates para justificar sua crença profunda no poder mágico e revolucionário do discurso e da obra literária, na luta pela construção de um mundo inteiramente digno e feliz. Vale a pena!

CD - "Em Canto Pela Terra"

Antônio Baiano é agente da CPT/ Goiás e canta a luta do povo da terra. No sábado, dia 18 de agosto, ele participará da noite cultural da 6ª Romaria, em Salinas-MG.

"Que se faça justiça, Repartam as terras, Partilhem o pão entre nós filhos teus."

Folia do Boi-de-Janeiro

Homenagem ao folião de Salinas popular e democrático

Alguém andou dizendo
Que janeiro não saía
Janeiro está na rua
Com prazer e alegria.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Beija esta menina
Que tem medo de careta.

Vem de muito distante
a folia deste boi
Chegou no seu rompante
Foliou e já se foi.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Pega o coronel
Que ele quer fazer mutreta

O povo de Salinas
Gosta mesmo é de folia
Juntar com as meninas
P´ra fazer a cantoria.

Boi, boi,boi
Boi da cara preta
Puxa o meu povo
P´ra alegria da retreta

O Boi só quer brincar
Com os velhos e as crianças
Veio trazer a paz
Alegria e a esperança.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Toca o chocalho
O zabumba e a carrapeta.

O bom Jesus-menino
Nasceu numa manjedoura
Pregou a humildade
Para ser duradoura.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Pega o coronel
Que é zuado da veneta.

Jesus nos ensinou
A ter solidariedade
Amar a quem precisa
E agir com caridade.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Leva o egoísmo -
Que é coisa do Capeta.

Vivemos numa luta
Entre puros e sabidos
Mas Deus que fez o mundo
Não nos quer tão divididos.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Leva para longe
O cacife e a roleta.

Salinas terra boa
De gente hospitaleira
O povo de Salinas
É assim a vida inteira.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Pega o coronel
E põe ele de muleta.

O Boi aconteceu
Lá na Gruta de Belém
Saudou o Deus-Menino
E brincou de vai-e-vem.

Boi, boi, boi
Boi da cara preta
Lembra essa gente
Que Jesus não foi careta

José Prates

Faça agora sua assinatura do Pelejando

Assinaturas: Recorte o quadro abaixo, preencha e envie para a Comissão Pastoral da Terra:
Rua Minduri, 285 - Bairro Santa Inês - CEP: 31080-270 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Assinatura anual: Individual R$4,50. Coletiva (acima de 10 assinaturas para o mesmo endereço) R$3,50. Apoiador R$10,00. Enviar o pagamento através de cheque nominal cruzado em nome da Comissão Pastoral da Terra, ou comprar a quantidade de selos novos correspondente ao valor da assinatura, colocá-los em um envelope, e nos enviar.

Nome: .....
Rua: ..... Nº: .....
Bairro: ..... Fone: .....
Diocese: .....
Cidade: ..... CEP:..... Estado:.....

Estou enviando: **Selos** ☐ **Cheque** ☐ **Dinheiro** ☐
Assinatura ☐ **Quantidade** ☐ **Renovar assinatura** ☐

Prelazia do Xingu

Conselho da Pastoral

Bethânia (Altamira-PA) - 15-19 de abril de 1998

Relatório

15 de abril de 1998

No dia 15, às 20 horas da noite teve início o encontro do **Conselho de Pastoral da Prelazia do Xingu**, com oração e a leitura do Evangelho dos discípulos de Emaús, Lucas 24, 13-35. Em seguido Dom Erwin apresentou os novos padres; lembrou a passagem de cinquenta (50) anos de vida religiosa da Irmã Dorothy e os 70 anos de vida do Padre Oscar Furh. Seguiu-se a apresentação das áreas presesntes. O Padre Alírio fez a explanação do programa e cronograma de trabalho, sendo que o dia inicia com a oração às 7:00 horas e conclue às 20:00 horas com plenária.

Na quinta-feira dia 16 às 19:45 horas, haverá a Missa Crismal na catedral e na sexta-feira, 17 em frente ao Incra em Altamira, haverá uma manifestação, O Culto Ecumênico pela passagem do segundo ano do massacre de Eldorado de Carajás.

16 de abril de 1998

Cada área expõe a síntese da situação econômica, política, social e religiosa de seu município; levantamento de casos gritantes e depoimentos:

Pe. Geraldo João Lima

Altamira

Município	Economia	Política	Social	Religiosa
São Felix do Xingu	Fraca, no interior, está escapando com financiamento (FNO/PROCERRA). Cidade: pouco dinheiro, serrarias fechados, comércio acumulando engolindo o pequeno. Desemprego.	Escolas fechadas, sem condições de funcionamento. Não há cursos para professores. Municipalização do ensino.	Não há médico	Preparação dos 60 anos de paróquia aumentou a participação na Igreja. Igreja nova.
Tucumã	Desemprego, insegurança nos assentamentos. Fazendeiros x colonos. FNO/Procerra	povo conformado políticos desinteressados	ricos/pobres/abandono das colônias, pobreza	grupo de vizinhos. CEB's. Participa, mas por tradição

CEDIM

Ourilândia do Norte	As atividades principais do município surgiu através do interesse pela extração do ouro e madeira. Com o esgotamento desses recursos nota-se a dimunição da população 1991+/- 40.000 moradores 1998+/- 15.000. No momento a atividade principal é a agropecuária. Os colonos notam que com o desmatamento surge a venda de terra aumentando assim os fazendeiros. Houve assentamento de colonos na área da Campos Altos. Na última visita foram localizadas 4 novas comunidades. O que dificulta as micro empresas e a geração de empregos é a falta de energia.	A administração se interessa com a infra-estruturas, estradas, vicinais. Se interessou pela educação facilitando o acesso na zona rural colocando ônibus para os alunos	cidade homogênia. Há um grande esforço pela sobrevivência: diaristas, recorrem aos produtos da zona rural, feiras, comerciantes	Houve interligação com a secretaria de educação na aertura da CF/98. A Igreja Católica é solicitada a ir em outras regiões mais remotas como F. Queimada Aumento de igrejinhas em grande número tanto católica como de outras seitas. Há um esforço em reforçar os gruos de vizinhos. Formando bairros.
Brasil Novo	Diminuição das coletas. Não há dinheiro. R$1,00 a diiária. O comérico está acumulando.	PMDB = Neo-liberal. Começa tudo não terminam nada. Compra-se caminhões R$12.000,00 de transportes = alunos para escolas	Se não há dinheiro, morre.	Catequese/grupos de vizinhos enfraquecimento dos cultos

Medicilândia	Habitantes 34.200. Empobrecimento gradativo. Usina sob empenho/sequestro. Projeto de 300 mil Hect. de cana. Emprego na Eletronorte. Gleba Surubim: 1200 famílias	Zona eleitoral/prefeito demagogia/Câmara favorável ao prefeito	Não há estradas, lotes abandonadas, Movimento dos Sem-Terra = 3 mil associados R$5,00; R$1,00 mensal	desânimo em todas as comunidades. Fim do milênio/ êxodo para Roraima, para a cidade. Só de uma comunidade sairam 09 famílias.
Uruará	Madeira = 70% devastação, Agricultura familiar 25%. Êxodo rural, desemprego, canteiro de operários. Projeto Lumiar: 300 famílias assentados. Eletronorte	Como organizar uma oposição construtiva?	3 mil sem-terra na cidade, KM140 Assentamento; Sem-Terra, ameaças, julgamento do INCRA/ violência: 6 assassinatos, 2 bombas no colégio municipal, sabotagem dos estudantes, vícios/ área indígena, Projeto de saúde: médicos franceses por 3 anos, rádio comunitária reaberta	Aumento da participação/jovens/ dízimo/seitas estabilizados. Êxodo rural Três igrejas na cidade de Uruará <u>Placas</u>: a liderança assume tudo, nova coordenação.
Vitória do Xingu	17 mil habitantes, 50% sobrevive da pesca e diária. Fome na cidade. Na roça tem o que comer.	CPI contra o prefeito. Investiga o dinheiro público. Pequeno grupo que é beneficiado. O prefeito foi afastado por 17 dias. A Câmara é contrária ao prefeito 6 x 3	Educação em decadência. 15 dias de aula. 26 toneladas de alimentos merenda. Saude: médico ao lado do povo. Não recebe da prefeitura.	Participação ativa. Encontro das CEBs em agosto. Desconfiança.
Souzel	Extração da madeira = 80%. Empresas que são donos das terras. Desemprego. Concentração da Terra = 80km na mão de dois donos. Entrada frente Anapu; via Portel 60 km dois donos...eco-turismo	acumular a economia em poucas mãos. Grupo Reicom, usa o poder para crescer economicamente.	Educação, certa preocupação/ melhoria, saúde, sem médico/ precária	participação maior, porém sem fé firme. Medo insegurança. Desligado da realidade.

Porto de Moz	Zona rural, sem apoio do poder público. Na cidade: desemprego/madeira	3 grupos no poder. Campos = Madeira . Obras em troca da madeira. Serviço privado e não público.	Insegurança, drogas/violência/o delegado é cunhado do prefeito. Vereador irmão do prefeito. Medo. Saúde: Boa, dois médicos Avanço na educação	Queda nas comunidades. Boa participação, desligada da realidade. O Conselho não tem aval em nada.
Gurupá	Zona rural: extração do palmito, pesca, borracha, agricultura, madeira, farinha. Desmantelamento da estrutura passado (PT). FNO gira em torno da prefeitura. Não há assistência técnica.	Obras mau-feitas. Funcionários públicos recebendo com atraso repressão/ditadura. O comércio cobra 10% a mais nas requisições.	Educação: não há professor, não há material escolar Saúde: não há medicamentos, não há Conselho Municipal de Saúde Segurança: 5 assassinatos. Aumento de violência	
Anapu	Habitantes 10.300	Organizações rivais do prefeito. PL segue a linha do FHC e Almir. 1 ano e 8 meses: cinco secretários de educação/3 secretários de administração. Sem a presença do prefeito. 20 mil litros de óleo por mês. Com quatro motores de energia.	Projeto Lumiar desmobilizado pelo prefeito. 2 assentamentos desorganizados. Saúde: 1 ambulância uso do prefeito. 1 posto de saúde, 1 enfermeira, médico de 15 em 15 dias.	Igreja nova. Ordenação do Amaro. Catequese, aumento de participação.

Pastoral Indigenista	privatização, Orçamento: 13.500.000 para 3.000.000 Vigilância: 5.000.000 para 2.000.000 Projetos. 713.000 para 135.000 Atividades produtivas: 10.000 para 3.000 Enxugamento das verbas. FUNAI sem condições para agir. Abre as portas para qualquer projeto. Parceria: Body Chopp, Eco-Turismo, Compra e venda de madeiras, proselitismo, seitas, garimpos, madeira, biopirataria.		Êxodo para as cidades, vícios, proposta de projetos com a comunidade Européia. O modelo branco de gerir a educação	
Altamira	.Processo contra 11 pessoas acusadas de promover um quebra-quebra na Câmara Municipal. No momento estão no processo as pessoas: Raimundo Nonato e Gracinda.	Decepção. Surgiu um novo grupo. Constroi obras ilusórios. Desemprego. Rebaixamento do valor do salário. Falta de perspectiva e insegurança	Educação: escolar sem funcionamento. Concurso Público. Exclui os da Zona Rural. Saúde: fraca Violência: gangues, vícios, falta de energia.	Desânimo nas comunidade do interior. Sede pela Palavra de Deus

Porto de Moz	Zona rural, sem apoio do poder público. Na cidade: desemprego/madeira	3 grupos no poder. Campos = Madeira . Obras em troca da madeira. Serviço privado e não público.	Insegurança, drogas/violência/o delegado é cunhado do prefeito. Vereador irmão do prefeito. Medo. Saúde: Boa, dois médicos Avanço na educação	Queda nas comunidades. Boa participação, desligada da realidade. O Conselho não tem aval em nada.
Gurupá	Zona rural: extração do palmito, pesca, borracha, agricultura, madeira, farinha. Desmantelamento da estrutura passado (PT). FNO gira em torno da prefeitura. Não há assistência técnica.	Obras mau-feitas. Funcionários públicos recebendo com atraso repressão/ditadura. O comércio cobra 10% a mais nas requisições.	Educação: não há professor, não há material escolar Saúde: não há medicamentos, não há Conselho Municipal de Saúde Segurança: 5 assassinatos. Aumento de violência	
Anapu	Habitantes 10.300	Organizações rivais do prefeito. PL segue a linha do FHC e Almir. 1 ano e 8 meses: cinco secretários de educação/3 secretários de administração. Sem a presença do prefeito. 20 mil litros de óleo por mês. Com quatro motores de energia.	Projeto Lumiar desmobilizado pelo prefeito. 2 assentamentos desorganizados. Saúde: 1 ambulância uso do prefeito. 1 posto de saúde, 1 enfermeira, médico de 15 em 15 dias.	Igreja nova. Ordenação do Amaro. Catequese, aumento de participação.

1. Em grupos interdiscipinários, fazer levantamento de possíveis posições e ações diante destas situações:

Grupo 1: -Retomar a luta em relação aos demitidos de Altamira
-Eleições '98. Aproveitar as rádios comunitárias. Ter um regimento claro sobre os diriegentes das mesmas, pessoas capacitadas.
-Apoio aos Conselhos populares
-Solidariedade na luta
-Carta de denúncia sobre a situação na Prelazia. Dar informações concretas.
-Informativo prelatício e/ou paroquial
-Pressionar sobre o Estatuto do Indio

Grupo 2: -Projetos de Reflorestamento: Mogno
-Conselhos municipais paritários
-Reivindicar melhor educação, estrada e saúde
-Ensino modelar (5-8 série no interior)
-Unificar as esquerdas nas próximas eleições.

Grupo 3: -Voltar aos trabalhos de base e de massa
-Dinamizar as celebrações, celebrar os fatos
-Investir nos grupos de vizinhos
-Ser fiscal da política
-Investir nos comitês de Recursos naturias
-Organização de pescadores
-investir nos esforços que estão surgindo/fiscalizar o dinheiro público

Grupo 4: -Porque Igrejas cheias e os movimentos vazios?
-falta de movimentação da massa
-voltar ao profetismo - denunciar
-Como Conselho de Pastoral fazer um pronunciamento sobre a realidade que está aí
-Os jovens buscam algo novo
-Família Rural escola.

Grupo 5: -Por que os animadores quando se mudam do interior para a cidade deixam de assumir? Igrejas cheias mas sem compromisso.
-Associações, cooperativas
-Família. Mas como, se ela vive separada?
-Falta orientação técnica na agricultura

Grupo 6: -leitura mais aprimorada dos situações (conjuntura economômica e política)
-os prefeitos são mais aprimorados
-membros da igreja nas secretarias
-dar eco às iniciativas comunitárias
-casa familiar rural
-conselhos municipais
-não ignorar o poder público
-questão de segurança: somente 04 delegados concursados de Altamira, Uruará, Porto de Moz.
-o poder judiciário é dependente das prefeituras.

Após as apresentações dos grupos, D. Erwin fez uma síntese.

2. Estudo do documento da Assembléia dos Regionais Norte I e II. Leiam e comentem:

1. Estamos dentro ou fora deste documento com nossa atuação pastoral? Dê exemplos.
2. Tem novidades? Falta alguma coisa? Levando em conta nosso objetivo e prioridades da Prelazia (sem nos limitar aos mesmos), quais os apelos para nós? O que queremos fazer?

Grupo 6: -Respeito as festas religiosas (São Benedito, São Braz, São Sebastião)
Inculturação: Inserção junto aos índios (Assurini)
Falta de espaço para culturas de fora.
Celebrar a vida.
Cidadania: Assumia-se os movimentos populares
Hoje quem faz a formação são os próprios movimentos. E estão encontrando dificuldade de preparar novas lideranças.
Afastamento das lideranças da igreja
Desencontros
Não basta dar dinheiro, é preciso estar junto com os movimentos.

Grupo 5: -Documento âmplo. É difícil ficar fora dele.
-Ponto 50 do documento: nos anima a caminhar.
-Diversidade de grupos
-Como celebrar, tendo presente os símbolos de cada cultura?
-Como trabalhamos a CF '98?
-Como buscar as ovelhas que estão fora do rebanho?
-Como incluir os problemos em nossa evangelização, atingir mais pessoas?
-A palavra CEBs não aparece no documento.

Grupo 4: -Documento muito intrínseco
-O ponto sobre cidadania e cultura apontam pistas para se trabalhar.
-As denúncias não surtem efeitos
-Os grandes projetos estão chegando e nós estamos somente olhando

Grupo 3: Igreja discípula da Palavra: A Igreja do Xingu inspira atitudes na Palavra de Deus e ao mesmo tempo procura ser teestemunha do Evangelho, ex. Cursos bíblicos que várias pessoas vem acompanhando, onde se estuda a palavra de Deus e as linhas favoráveis à luz dessa palavra de Deus.

Há tentativas de viabilizar um diálogo com outras Igrejas. Entrar no processo de organização de rádios comunitários.

Exemplos não faltam. Em Altamira, no caso dos meninos emasculados, o apoio que a Igreja dá a questão dos assentamentos. É bem conhecida a ação de denúncia.

A Igreja do Xingu denuncia a ação devastadora dos madeireiros.

Combate ao projeto dos hidroelétrico do Xingu. Em Porto de Moz a Igreja apoia e a organização de áreas comunitárias de preservação florestais.

Inculturação: inserção junto a pastoral indigenista (Aldeia Assurini)

Tentativa de celebrar a nossa fé com a expressão típica popular.

A Igreja do Xingu vem se esforçando para que todos sejam reconhecida sua cidadania.

Caminhão comunitária, lavoura definitiva, organização de pescadores, sindicatos, formação de liderança (ITEPAX), cursos com base bíblica, ajudar a vivenciar a fé em Jesus Cristo.

Grupo 2: - Luta em defesa dos indígenos
-Valorização das culturas
-Falta de consciência sobre o ecumenismo
-Assumir com mais garra as prioridades.
-Redução dos movimentos
-A luta é fraca.

-Falta ardor missionário e expresão profética
-As lideranças se afastam? Ou a Igreja se afastou delas?
-Questão da terra, família
-Pouca ação em relação a cultura negra.

Grupo 1: -CEBs: Ausência no documento da palavra CEBs
-Estamos inseridos no documento.
-Falta celebrar as novas culturas.
-Não há um assumir ecumênico
-Regressão da missão profética
-Ministérios leigos. Como organizá-los?
-Como trabalhar as diferenças culturais?
-Que os bispos tomem uma posição profética frente a questão do Estatuto do índio.
-Denúncios sobre a exploração da madeira.
-Como apoiar as pessoas que assumem a defesa do povo?
-Os encontros dos bispos (Sínodo, Itaici) não consulta a base. Nem em nível de bispo não tem acontecido.
-A nomeação de bispos sem levar em conta a realidade.

Após a colocação dos grupos, houve espaço para debate. Falou-se sobre os grandes projetos SIVAM/SIPAM - barragem no Xingu, Calha Norte. Usar bem as rádios comunitárias. Retomar o jornalzinho da Prelazia. Tomar posições nas eleições '98

17 de abril de 1998

Após a celebração da Eucarístia presidida por D. Erwin, foram realizados trabalhos em grupos com as seguintes perguntas:

3.Levando em conta as conclusões das duas sessões do dia anterior, que posições vamos tomar? Quais as ações coletivas? Como reanimar as CEBs?

Retornando os grupos, foram apresentados os seguintes propostas:

Grupo 1: 1. Pronunciamento solidário da CNBB Norte II.
A. Agilização da aprovação do Estatuto do índio
b. Documento de apoio ao Ministério Público de Marabá e ao mesmo tempo pedindo a agilidade do processo referente aos envolvidos no Plano YUCATA
2. Rádio Comunitárias
a. Capacitação de pessoas
b. Regimento bem definido (orientações, critéiros, afinidades, etc.)

Grupo 2: -Unir as forças com os grupos que lutam e os movimentos organizados
-Continuar investindo na formação levando em conta a conjuntura atual.
-Assumir o que foi encaminhada em cada uma das prioridades.

Grupo 3: Pagina 13, último parágrafo do documento das Regionais.

Grupo 4: Posição: Documento desse Conselho: Diante do quadro Neo-liberal, como estamos vivendo isso? Declaramos a favor da vida do povo. Incluir perspectivas das eleições.
Ação:
a) Criar (Forum) uma dinâmica das organizações populares por município.
b) Apoiar e atender aos apelos e iniciativas das pastorais
c) Novas lideranças
d) Santas Missões Populares

Grupo 5: Ter uma pastoral de Conjunto

Grupo 6: Prioridade Terra:

Social: A Igreja tem o papel de envolver as associações, movimentos, sindicatos

Econômico: Aproveitar os recursos, ampliar ou criar ações nos projetos de desenvolvimento sustentável.

Religioso: Resgate da mística da Terra. Meio-ambiente e trabalhar a espiritualidade da criação

Ações diretas:

-Denúncias sobre a destruiçaõ

-Criação de um banco de dados (Centro Pastoral)

Político: Apoio e participação nas rádios comunitárias, criação do jornalzinho para dar eco às experiências de comercialização, recursos naturais e soluções de conflitos de terra.

Após a apresentação dos grupos, houve impasse no debate. D. Erwin apresentou seu programa até janeiro de 1999. Pela parte da tarde retomou-se o debate sobre pastoral de conjunto porém sem uma definição precisa.

18 de abril de 1998

Para a oração da manhã a equipe de liturgia usou como dinâmica que cada pessoa excrevesse em um papel "que pastoral queremos." Botaram as seguintes expectativas: Pastoral comunicativa, que corresponda às necessidades do povo, que dá vida, muita fé e oração, uma igreja libertadora, convivência com o novo, articulada e partilhada, que valorize a caminhada, com mais participação, solidária, que volte às fontes, mais amor às famílias, uma pastoral indigenista solidária, livre, dinâimca, que assuma o projeto de Deus, sinal da presença de Deus, com resistência, que defenda a vida, pelos índios, pelos útlimos, "A mim fizestes . . ."

Em seguida, o Padre Alírio destacou os sinais de vida e de morte que apareceram nos trabalhos de grupo dos dias anteriores:

Sinais de Morte

1. Igreja x organizações
2. Governos muniicipais
3. Nossas prioriddes não assumidas.
4. As eleições de 1998
5. Concentração da Terra
6. Exploração da madeira
7. Pastoral de Conjunto?

Sinais de Vida

1. Rádios comunitárias
2. Santas Missões Populares
3. Caminhada da PJ
4. Secretaria da CPT e CIMI em Marabá
5. Padres Novos
6. CEBs da Transamazônica e Marabá
7. Medicina Alternativa
8. Casa Rural familiar

A seguir, houve um debate sobre esses sinais. Partimos para trabalho em grupo com as seguintes perguntas: Levando-se em conta a questão conjuntural dos municípios apresentada no primeiro dia e confontando nossa caminhada com o documento de Manaus, a partir das propostas do dia anterior, o que queremos?

Após a apresentação das propostas dos grupos, foram aprovadas as seguintes:

1. Realizar um econtro com as organização ligadas à Igreja a fim de acender luzes, buscar novas forças, reanimar as energias e em conjunto encontrar saídas para a realidade em que vivemos, provocando um possível enocntro com todos os segmentos do município.

2. Escrever uma carta às comunidades apresentando os sinais de morte e de vida sentidos e discutidos nessa reunião do Conselho de Pastoral, tendo em vista as eleições deste ano, sendo uma voz profética do mesmo.

3. Apoiar a rádios comunitárias ajudando a criá-las, onde ainda não existem e melhorar os programas já existentes. Capacitando pessoas através de cursos próprios.

Continuando os trabalhos, reuniu-se em grupos por categoria, padres, irmãs e leigos/leigas para vislumbrar propostas de como organizar e realizar a Quarta Assembléia do Povo de Deus do Xingu.

19 de abril de 1998

Após a celebração da Eucaristia, foi feita a exposição dos trabalhos em grupo. Início de uma relfexão sobre uma Assembléia do Povo de Deus da Prelazia do Xingu em 1999. Retrospecitvo da Terceira, pontos positivos e negativos. Propostas: Tema, processo, etc.

Padres: linhas: Retornar a história de cada município e ver o problema atual.
Assembléia: aponte soluções.
Fase preparatória: Sinais de morte e vida. Contratar uma equipe de assessoria que trabalhe nas áreas, com rigor científico e ajude a refletir e não imponha. Que respeite nossa caminhada.

Irmãs: Conselho ampliada em 1999
Prioridades não trabalhadas
Encaminhamentos para a quarta Assembléia não iniciados na Mini-Assembléia
Fazer um encaminhamento feito por equipe de assessoria que acompanhe o processo avaliativo

Leigos: A Assembléia deve acontecer em 1999, seja uma avaliação dos 64 anos.
Preparada - equipe que acompanha Equipe que faça o estudo do passado e presentes épocas de avanço e de paradas.
Sugestão: prioridades
Cada um tenha uma equipe de coordenação
Alerta - não se repita o erro da última assembléia
Questionamos as reuniões privativas no regional e a reunião do presbitério na Prelazia do Xingu. Os bispos vão tratar dos ministérios leigos sem a presença deles.

Ponto comum: Equipe de assessoria para encaminhar a Assembléia do Povo de Deus
Data: 1999
Mês: outubro
Tema: Avaliar os 64 anos da Prelazia incluindo as prioridades e os sinais de morte e de vida ocorridos nesse período, a fim de compreender os rumos seguidos até hoje.

Comunicações

1. **Vocações**: Seminário 08, Belém: 10, Ingoshtat: 05, PCC:07, Notre Dame 03, Adoradoras 02 Gastos com seminário: R$1.000,00 por seminarista em Altamira, Belém R$70.000

2. **Pastoral da Juventude**: Encontro realizada na Bethânia 5-8 de março de 1998 sobre eleições e municipalização. Curso de capacitação de jovens por áreas. Encontro de avaliação 8 a 11 de outubro de 1998 em Bethânia. Encontro da área três Xingu, Obidos, Santarém, Itaituba. Concílio dos Jovens Latino Americano em São Paulo 12 a 18 de julho de 98. Assembléia Nacional da Juventude, Niterói, RJ. Avaliação e planejamento da PJ Regional, Ponta de Pedras. 27 a 29 de novembro de 1998. Janeiro de 1999 ecnontro da Área 3 em Óbidos. (10 vagas)

3. **Assembléia do Comire** 30 de outubro a 02 de novembro de 1998 na Bethânia. Pessoas das áreas. Infância missionária (EFAIM), encontro em Belém, Tabor 13 a 17 de maio de 1998

4. **CEBI** 15 a 20 de setembro Bíblia da Ótica da Mulher e Oficina na Bethânia. Irmãs Tea e Jane

5. **Projeto de Reconstrução Nacional**: Seminário em Belém 05-06 de junho de 1998. R$10,00 inscrição, na Escola Técnica Federal. Plíno de Arruda Sampaio e César Benjamin palestrantes. Lula e João Pedro Stédile debatores. Livro: Opção brasileira. Faz inscrição com Cáritas em Belém.

6. **Leigos e leigas**. Conselho de Leigos de 06 pessoas. Dificuldade em criar o Conselho de Leigos da área. Falta objetivo. Encontro de cristãos e cristãs engajados em vários segmentos sociais em novembro. Refletir sobre mística, fé, esperança. Dia Nacional dos Leigos e Leigas. Coleta para os leigos. 25 de novembro.

7. **CF '98** Várias paróquias colocram sua experiências.

8. **CEBs:** Encontro das CEBs da Transamazônica 20 a 23 de agosto de 1998 em Vitória do Xingu.

9. **Catequese:** Livro de cantos para animar a catequese de iniciação (50 centavos cada exemplar), tem uma equipe elaborando subsídio para trabalhar com catequese de iniciação. Encontro em Belém da regional começa 30 de abril até 3 de maio. O encontro em nível de prelazia 4-7 de setembro assessorado por Padre Giovanni.

Avaliação

o que foi bom: conversamos, convivência entre nós, alimentação, as celebrações, análise de conjuntura, confraternização, debate-boa participação, animação musical, levantamento dos sinais de vida e morte, discussão da quarta assembléia, encaminhamentos, carta às comunidaades, presença na manifestação, celebração dos Santos Óleos, liturgia domingo com os três novos padres foi bonita, a presença dos leigos, possibilidade de se encontrar, paciência das pessoas para aguentar,

para melhorar: animação, A coordenação de Pastoral: ter firmeza, ser competente, ser dinámica, planejar, enviar relatórios com antecedência, entrosamento entre todos, confiança entre todos, bispo sai, ausência de leigos, preparação do conselho por parte da coordenação, metodologia de trabalho, missa de crisma, nossos momentos de oração, faltou comunicação entre os próprios membros da coordenação, encontro para organizar melhor o andamento do Conselho Pastoral, faltou conduzir

Após a apresentação das propostas dos grupos, foram aprovadas as seguintes:

1. Realizar um econtro com as organização ligadas à Igreja a fim de acender luzes, buscar novas forças, reanimar as energias e em conjunto encontrar saídas para a realidade em que vivemos, provocando um possível enocntro com todos os segmentos do município.

2. Escrever uma carta às comunidades apresentando os sinais de morte e de vida sentidos e discutidos nessa reunião do Conselho de Pastoral, tendo em vista as eleições deste ano, sendo uma voz profética do mesmo.

3. Apoiar a rádios comunitárias ajudando a criá-las, onde ainda não existem e melhorar os programas já existentes. Capacitando pessoas através de cursos próprios.

Continuando os trabalhos, reuniu-se em grupos por categoria, padres, irmãs e leigos/leigas para vislumbrar propostas de como organizar e realizar a Quarta Assembléia do Povo de Deus do Xingu.

19 de abril de 1998

Após a celebração da Eucaristia, foi feita a exposição dos trabalhos em grupo. Início de uma relfexão sobre uma Assembléia do Povo de Deus da Prelazia do Xingu em 1999. Retrospecitvo da Terceira, pontos positivos e negativos. Propostas: Tema, processo, etc.

Padres: linhas: Retornar a história de cada município e ver o problema atual.
Assembléia: aponte soluções.
Fase preparatória: Sinais de morte e vida. Contratar uma equipe de assessoria que trabalhe nas áreas, com rigor científico e ajude a refletir e não imponha. Que respeite nossa caminhada.

Irmãs: Conselho ampliada em 1999
Prioridades não trabalhadas
Encaminhamentos para a quarta Assembléia não iniciados na Mini-Assembléia
Fazer um encaminhamento feito por equipe de assessoria que acompanhe o processo avaliativo

Leigos: A Assembléia deve acontecer em 1999, seja uma avaliação dos 64 anos.
Preparada - equipe que acompanha Equipe que faça o estudo do passado e presentes épocas de avanço e de paradas.
Sugestão: prioridades
Cada um tenha uma equipe de coordenação
Alerta - não se repita o erro da última assembléia
Questionamos as reuniões privativas no regional e a reunião do presbitério na Prelazia do Xingu. Os bispos vão tratar dos ministérios leigos sem a presença deles.

Ponto comum: Equipe de assessoria para encaminhar a Assembléia do Povo de Deus
Data: 1999
Mês: outubro
Tema: Avaliar os 64 anos da Prelazia incluindo as prioridades e os sinais de morte e de vida ocorridos nesse período, a fim de compreender os rumos seguidos até hoje.

Comunicações

1. **Vocações**: Seminário 08, Belém: 10, Ingoshtat: 05, PCC:07, Notre Dame 03, Adoradoras 02 Gastos com seminário: R$1.000,00 por seminarista em Altamira, Belém R$70.000

2. **Pastoral da Juventude**: Encontro realizada na Bethânia 5-8 de março de 1998 sobre eleições e municipalização. Curso de capacitação de jovens por áreas. Encontro de avaliação 8 a 11 de outubro de 1998 em Bethânia. Encontro da área três Xingu, Obidos, Santarém, Itaituba. Concílio dos Jovens Latino Americano em São Paulo 12 a 18 de julho de 98. Assembléia Nacional da Juventude, Niterói, RJ. Avaliação e planejamento da PJ Regional, Ponta de Pedras. 27 a 29 de novembro de 1998. Janeiro de 1999 ecnontro da Área 3 em Óbidos. (10 vagas)

3. **Assembléia do Comire** 30 de outubro a 02 de novembro de 1998 na Bethânia. Pessoas das áreas. Infância missionária (EFAIM), encontro em Belém, Tabor 13 a 17 de maio de 1998

4. **CEBI** 15 a 20 de setembro Bíblia da Ótica da Mulher e Oficina na Bethânia. Irmãs Tea e Jane

5. **Projeto de Reconstrução Nacional**: Seminário em Belém 05-06 de junho de 1998. R$10,00 inscrição, na Escola Técnica Federal. Plíno de Arruda Sampaio e César Benjamin palestrantes. Lula e João Pedro Stédile debatores. Livro: Opção brasileira. Faz inscrição com Cáritas em Belém.

6. **Leigos e leigas**. Conselho de Leigos de 06 pessoas. Dificuldade em criar o Conselho de Leigos da área. Falta objetivo. Encontro de cristãos e cristãs engajados em vários segmentos sociais em novembro. Refletir sobre mística, fé, esperança. Dia Nacional dos Leigos e Leigas. Coleta para os leigos. 25 de novembro.

7. **CF '98** Várias paróquias colocram sua experiências.

8. **CEBs:** Encontro das CEBs da Transamazônica 20 a 23 de agosto de 1998 em Vitória do Xingu.

9. **Catequese:** Livro de cantos para animar a catequese de iniciação (50 centavos cada exemplar), tem uma equipe elaborando subsídio para trabalhar com catequese de iniciação. Encontro em Belém da regional começa 30 de abril até 3 de maio. O encontro em nível de prelazia 4-7 de setembro assessorado por Padre Giovanni.

Avaliação

o que foi bom: conversamos, convivência entre nós, alimentação, as celebrações, análise de conjuntura, confraternização, debate-boa participação, animação musical, levantamento dos sinais de vida e morte, discussão da quarta assembléia, encaminhamentos, carta às comunidaades, presença na manifestação, celebração dos Santos Óleos, liturgia domingo com os três novos padres foi bonita, a presença dos leigos, possibilidade de se encontrar, paciência das pessoas para aguentar,

para melhorar: animação, A coordenação de Pastoral: ter firmeza, ser competente, ser dinámica, planejar, enviar relatórios com antecedência, entrosamento entre todos, confiança entre todos, bispo sai, ausência de leigos, preparação do conselho por parte da coordenação, metodologia de trabalho, missa de crisma, nossos momentos de oração, faltou comunicação entre os próprios membros da coordenação, encontro para organizar melhor o andamento do Conselho Pastoral, faltou conduzir

melhor os debates ocorridos. Poderia ter sido melhor o encaminhamento das posições, pois esta dificultar o andamento do Conselho- Plenário,

sugestões: ampliar a equipe de coordenação, envia a pauta com antecedência, ou se faz um encontro bem articulado ou não fazer, que o bispo se adapte a agenda das comunidades, evitar tantas saídas, uma assessoria permanente no pastoral, a equipe de coordenação deveria ser reestruturada no próximo conselho (nov 98), usar os recursos que temos: computador, xerox, etc., pastoral de Conjunto participativa e inserida.

* Duas pessoas entregaram avaliações constatando que não dava de avaliar porque 1. partiu totalmente daquilo que esperava e 2. todas as instâncias da Prelazia têm que ser re-estruturadas.

Próxima reunião do Conselho de Pastoral:

11 a 14 de novembro de 1998 (caso há segundo turno)
12 a 15 de novembro de 1998 (caso não há segundo turno).

Na Bethânia, começando à noite na primeira data e terminando ao meio dia na segunda data.

Retiro da Prelazia:

27 a 31 de julho de 1998

Na Bethânia, organizada pela CRB com a contribuição das irmãs, padres e leigos partilhando sua espiritualidade.

CEDIM

CPT
COMISSAO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 · CEP 20001-970 · RJ
TEL(021) 232-0495 FAX(021) 221-4109

ENCONTRO DE AVALIAÇÃO EM PREPARAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA

LOCAL: COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO - ALTO DA BOA VISTA

DIAS : 04, 05, 06 DE JUNHO DE 1993

PARTICIPANTES:

VOLTA REDONDA: Valdecir, Vanderléia, Neusa, Elias, Márcio

NOVA IGUAÇU : Sonia, Marcos, Joana D'arc, Lodovica, Rosangela, Agostinho, Cláudio

ITAGUAÍ : Elza, ir. Josefina, Ir. Aparecida

VALENÇA : Jorge Henrique

Secretariado : Luís Fernando, Weverton, Generosa, Maria Amélia, Mauri-zio, pe. Geraldo

ASSALARIADO : Joana

ASSESSORIA : Terezinha (CEPIS)

DIA: 04.06.93 - COLEGIADO AMPLIADO

- Participação dos trabalhadores na Assembléia critérios:
  1. conhecer os trabalhos da CPT
  2. contribuir nas discussões
  3. participação de 3 trabalhadores por área

- Valença - Discussão não pode ocorrer devido a ausência dos componentes da equipe, e a discussão foi adiada para a próxima reunião de Valença com a presença do secretariado.

- Pauta da Assembléia (alguns encaminhamentos)
  . análise de conjuntura - Cândido - IBASE)
  . abertura - 1 trabalhador e 1 assessor de fora
  . noite cultural / criativa - com apresentação das realidades das áreas.

DIA: 05.06.93

DINÂMICAS: 1. reconhecimento / posse do espaço físico
2. de entrosamento / reconhecer o outro
3. de apresentação do grupo

1º MOMENTO: Dinâmica das espectativas do encontro através das cores, aglutinadas em grupo.

Cor Rosa : levar em conta o subjetivo
Cor Branca : paz e harmonia (integração, abertura, busca da verdade)
Cor Amarelo : conseguir trabalhar com as diferenças
Cor Laranja : clarear os caminhos
Cor Vermelha : paixão pelo trabalho, chama, fogo, desepero em relação a assembléia, esperança de de mudança
Cor Azul : distância, retrocesso, interação entre os grupos
Cor Verde : esperança e harmonia, desafio, melhorar as linhas de ação.

2º MOMENTO: através da dinâmica do fósforo, cada pessoa respondeu, a questão: Por que estou na CPT?

A dinâmica teve por objetivo a capacidade de síntese de cada um, e criar condições às pessoas, com dificuldades em se expressar (timidez), a participarem.

3º MOMENTO: Aprofundamento da avaliação a partir do planejamento estratégico.
: Reconstituição das propostas do planejamento estratégico em grupo, a partir das prioridades de atuação:
. sindicalismo
. assentamento
. mulher
. assalariado
. outros (reunindo a assessoria técnica)

Questões:
1. Qual o objetivo do seu trabalho e como está fazendo para realizá-lo?
2. Quais as expectativas que os trabalhadores têm em nosso trabalho?
3. Como a questão pastoral perpassa o nosso trabalho?

Reflexão individual durante 5 minutos

APRESETNAÇÃO DOS GRUPOS:

1. OBJETIVO: assessorar e acompanhar
COMO RALIZAR: - animar a esperança
- dar ênfase na formulação humana e espiritual no meio rural.
- regularizar as posses
- preocupação com a produção e administração das má

quinas
- tendo Cristo como referencial

2. - é uma prática ecumênica que motiva os irmãos a estarem juntos
   - comissões que discutem com os poderes governamentais
   - produzindo subsídios que respondam as necessidades
   - trabalho de formação visando criar uma consciência crítica

3. - uma enērgia que anima a luta
   - afirmando valores comunitários (nós) sem que esqueçamos o individual (eu-família)
   - usando a bíblia como instrumento:
   - Deus = Justiça = posse da terra ═══ não é questão religiosa, mas passa por ela.

ASSENTAMENTO (2)

1. OBJETIVO: organização e mobilização
   COMO REALIZAR: - animá-los para a luta
   - a partir da necessidade e através de uma avaliação conjunta

2. EXPECTATIVA PATERNALISTA
   - maior parte intervenção nas assembléias
   - falta de clareza da identidade da CPT

3. PELA DIMENSÃO ECLESIAL
   - a prática aponta para perspectiva pastoral
   - fé como elemento de motivação pelo trabalho.

SINDICALISMO E ASSALARIADOS

1. OBJETIVOS DO NOSSO TRABALHO:
   - estruturar os STRs

COMO: - através do estudo de leis, teses, reflexões sobre o sindicalismo hoje, havendo o repasse através de grupos.
- ser uma intervenção educativa, que busque através da reflexão a formação de uma consciência crítica. Que permita aos trabadores serem sujeitos de sua história, através da escolha de suas próprias formas de organização.

COMO: - através de visitas as famílias, reuniões, espaços para formação, discussões coletivas, etc.

2. EXPECTATIVAS DOS TRABALHADORES:
   - contribuição na discussão das formas de organização.
   - ajudar na discussão sem ser direção
   - a assessoria jurídica
   - preparação de encontros
   - ser uma luz, junto as discussões

- assistencialismo / paternalismo
- assumamos atividades por eles
- subsídios para as discussões

3. PASTORAL:
   - essência de nossa existência está presente em todas as nossas ações, a partir da visão de imagem e semelhança do "PAI".

OS OUTROS
(1 e 2)
- ajudar na organização dos trabalhadores
- construir juntos um projeto de formação
- fazer com que as pessoas discubram o direito acima da lei
- ajudar a criar uma CPT de conjunto

3. - todas as nossas ações são Pastorais. Porque são alimentadas pela mística cristã.
- nova ética
- homem novo (mulher)
- busca da libertação.

MULHERES:
1. - ajudar a refletir, levar em conta a autonomia da mulher
- vida ativa nas mudanças sociais
- conhecer seu corpo, suas pontecialidades

INSTRUMENTOS E MEIOS
- encontro sobre a palavra bíblica
- linha da história de cada mulher
- grupo de alfabetização
- os vários encontros (ISER, CAMPO ALEGRE...)

EXPECTATIVAS:
- imediatismo
- organização e aprofundamento da fé
- ajudar para sair da situação de opressão

Após a expressão em torno de cada questão, sugiram alguns comentários e problematizações.

1ª QUESTÃO: - "De um modo geral, o objetivo conseguiu ser delineado pelo o grupo. No entanto, o grande aspecto a ser aprofundado e avaliado é o "como". O objetivo é alcançado a partir de que passos concretos? Importa o fim e não o meio?
- "O "como", a gente já tem. É só fazer...?
- "No planejamento estratégico, já saia que o que falta é a clareza de objetivos".

2ª QUESTÃO: - "Os trabalhadores buscam as soluções concretas, rápi-

das, imediatas para os problemas, e que venham de fora".

- "O desafio é transformar a expectativa imediata em algo mais consistente".

3ª QUESTÃO: - (perpassa) "em momentos onde tem uma prática concreta de fé e em ação que apontam para o crescimento do trabalhador".

- "a pastoral está preocupada em construir o Reino e não em contribuir a igreja ... passa mais pela fé teologal do que teológica".

"isto não impede que haja em alguns momentos, a explicitação da fé, de acordo com a realidade".

"pastoral consegue ser pastoral, quando ela consegue construir uma nova certeza, o homem e a mulher nova"

"o entendeimento que temos hoje, é mais claro. Na realidade anteriormente não se conseguia ter esta visão".

DIA: 06.06.93

- Dinâmica da confiança e troca de energia
- Rádio Memória, relatando o dia anterior e recolhendo as impressões do encontro.

4º MOMENTO: Responder numa folha de papel a sequinte questão:
Qual o principal desafio da CPT?

Através de adesivo, foi colado no peito e os participantes procuraram agrupar-se por identidade / afinidade do dasefio. No momento seguinte, os grupos se reuniram procurando sitentizar e explicitar em cartazes os desafios e as propostas.

GRUPO I

DESAFIOS - Recuperar a credibilidade

PROPOSTAS

1. levar a sério as decisões do colegiado e da assembléia;
2. mudar a forma do colegiado: datas, informações, correspondências, etc;
3. mudar visita dos assessores com a coordenação nas áreas;
4. articular as relações com outras entidades e bispos.

GRUPO II

DESAFIO: Formação

PROPOSTAS

1. Projeto de formação adequado às necessidades;
2. que de instrumentos e não (só) respostas;

3. conhecimento da realidade (necessidades);
4. construir com os atores relacionamento maior com as equipes e áreas;
5. equipe de formação com agentes;
6. processo de avaliação permanente;

GRUPO III

DESAFIO: Contato com os trabalhadores.

PROPOSTAS

1. conhecer mais a realidade - não só o político, social e econômico, mas também o pessoal (subjetivo)
   . celebrando, vivendo suas alegrias e tristezas, estar junto no seu dia a dia.

NOSSA METODOLOGIA: "Fazer-se de tolo, para ganhar o tolo e fazer-se de sábio para ganhar o sábio (AP. S. Paulo)

2. Ações outras:

- regularizações fundiárias e créditos.
- identificar situações de trabalho escravo;
- defesa do trabalhador escravo.

GRUPO IV

DESAFIOS: - criar condições de intercâmbio entre equipes
- desvendar o bloqueio que viabiliza efetivamente o trabalho em conjunto.

PROPOSTAS:

- momentos que proporciona uma partilha das equipes através de: encontros, seminários, conversas (lazer).

GRUPO V

DESAFIO: O ecumenismo a partir da base.

PROPOSTA: Onde existe a CPT, levar a proposta da mesma para os evangéli-
ex.: Romaria - modo de participação.

GRUPO VI

- Conhecimento e compreensão da realidade

DESAFIO: melhor conhecimento da realidade, para definição da forma educativa de nossa intervenção, de modo, a permitir aos trabalhadores serem os agentes da transformação.

ENCAMINHAMENTO: discussão e definição de um projeto de formação, que vise a capacitação dos agentes da CPT e dos trabalhadores.

GRUPO VII

DESAFIO: Planejamento coerente das linhas de ações.

PROPOSTAS:

- que respondam as necessidades / demandas dos trabalhadores, ' respeitando-se os potenciais humanos da entidade;
- através de uma concepção metodológica que proporcionam uma participação substantiva, efetiva, afetiva com a dos trabalhadores;
- rever aprofundar as linhas de ação
- rever a estruturação e a metodologia do colegiado

Durante e após a exposição, surgiram comentários e questionamentos em torno dos desafios e propostas levantadas.

"existe falta de liberdade das pessoas em participarem e se posicionarem nas instâncias da CPT e entre as pessoas"

"a discussão sobre a participação ou não participação no colegiado, deve ser pensada não apenas no sentido de se excluir o ausente,' mas de se buscar as motivações e saídas (para tal)"

"talvez o que emperre não seja o modelo, mas o modo como ele (colegiado está acontecendo"

"a equipe de Itaguaí, conversou e tem que tirar o chapéu para o trabalho de visitas que Maria Amélia e Maurizio vem fazendo nas áreas"

"É necessário que as experiências sobre religiosidade, encontre espaço no colegiado e sejam repassadas"

"e que haja preocupação não com os pastores, grandes figuras, ' mas com aqueles que estão nos assentamentos, com aqueles que estamos mantentdo relação"

Weverton procurou elaborar uma síntese sobre as propostas:

1. Integração e intercâmbio das equipes a partir da partilha ' das práticas, buscando a recuperação da credibilidade;
2. Conhecer melhor a realidade, para proporcionar uma formação e um planejamento coerente com as linhas de ação a partir das necessidades.
3. rever a estruturação e metodológico do colegiado
4. valorizar

Houve debate em torno de alguns aspectos da síntese e o grupo ' decidiu manter a redação dos desafios e proposta na redação original.

ENCAMINHAMENTOS:

1. Que o relatório do encontro seja preparado o mais rápido possível e enviado as áreas
2. Que haja uma avaliação e aprofundamento desses pontos
3. Que se garanta o repasse dessas discussões à área ausente

5º MOMENTO: Celebração e avaliação.

OBS: Solicitamos escusas por não conseguirmos garantir o registro da totalidade das falas e a riqueza das reflexões.

/ets

MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA - M A R A
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - I N C R A

VER
FIA
Versão de
Versão de
8/91 803.91

PROCERA

PROGRAMA ESPECIAL DE CREDITO PARA A REFORMA AGRARIA

NORMAS OPERACIONAIS

1991

CEDIM

PROGRAMA ESPECIAL DE CRÉDITO PARA A REFORM BRÁRIA - PROCERA
NORMA OPERACIONAL

1. INTRODUÇÃO

A oferta de crédito estratégicamente direci o constitui apoio importante aos projetos de assentamento, itindo inclusive acelerar seu desenvolvimento rumo à definiti mancipação.

Com caráter nitidamente social, o PR A é importante instrumento para a consolidação desses proj , ao ensejar que agricultores de baixa renda tenham acesso inanciamentos em condições especiais, compativeis com suas po ilidades.

2. OBJETIVOS:

2.1. Apoiar os assentados e suas famili a implantação da parcela que recebem.

2.2. Oferecer aos assentados, no momen a elaboração do projeto de financiamento, orientaç obre a definição das atividades a serem desenvolv e o volume de crédito necessário, visando obter m produtividade e elevar a renda familiar;

— 2.3. Educar os mutuários para que, futuro possam dirigir-se diretamente ao Banco a obter crédito agrícola, passando portanto beneficiarem-se diretamente da política de desenvolv to rural;

2.4. Assegurar efetiva implantação projetos de assentamento, fixando o homem à ter evitando o êxodo rural;

2.5. Estimular e fortalecer o desenvo nto do sistema associativo e cooperativo;

2.6. Aumentar a produção agrícol incentivando a modernização da lavoura, o aumento produtividade e contribuindo para a elevação da of de alimentos no mercado consumidor.

3. ITENS FINANCIÁVEIS

3.1. Construção de casa rústica ou melhor bitacional.

3.2. Implantação da infra-estrutura prod e sua operação especialmente:

(a) Construção de cercas, galpões, armazéns e outras instalações vinculadas à produção agropecuária;

(b) implantação de culturas permanentes;

(c) construção, reforma ou ampliação de obras de captação e distribuição de água;

(d) aquisição e instalação de máquinas e equipamentos agrícolas;

(e) realização de obras de irrigação e drenagem em pequenas áreas (nunca superiores a 4 ha) e conservação do solo;

(f) aquisição de animais reprodutores de trabalho;

(g) aquisição de insumos, materiais e implementos utilizados nas lavouras e criações;

(h) aquisição e instalação de máquinas e equipamentos para beneficiamento, industrialização e armazenagem de produtos agropecuários;

(i) aquisição e instalação de equipamentos para aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis;

(j) integralização de quotas de capital em cooperativas, associações de produtores ou entidades assemelhadas e integradas aos projetos de armazenamento aprovados pelo INCRA.

3.3. Aquisição de equipamentos e utensílios de uso doméstico e de bens essenciais de consumo indispensáveis á saúde e ao bem-estar familiar (admitida já no âmbito do primeiro projeto de aproveitamento econômico).

3.4. Outras finalidades compatíveis e necessárias à consecução dos objetivos e metas dos planos de armazenamento.

4. CARACTERÍSTICAS DO FINANCIAMENTO:

4.1. Valor Máximo:

(a) individual - até Cr$ 939,00(novecentos e trinta e nove mil duzentos oitenta e sete cruzeiros);

(b) em grupo (cooperativas, associações etc.) até o valor individual multiplicado pelo número de beneficiados.

Obrigar !!

4.2.1 Prazo

Café. permanentes após o início da produção.
coco 5 Anos
goiaba 4 Anos
Cítrus 3 Anos
banana 2 Anos
maracujá 2 Anos

Para pagamento dos financiamento[s] será fixado, de acordo com sua finalidade, obedec[endo] aos seguintes limites:

(a) custeio - até 2 (dois) anos;

(b) aquisição de animais - a[té] 5 (cinco) anos, compreendendo período de a[té] (dois) anos de carência;

(c) aquisição de máquinas, equip[amentos] e construção de benfeitorias - até 7 (set[e] anos, compreendendo período de 2 (dois) anos de c[arência];

4.2.2 Tanto o período de carência como o [prazo total deverão ser determinados em função da capac[idade] de pagamento do mutuário, estabelecida no projet[o] de financiamento, observados os limites acima fixados.

4.3. Juros 50% DA TR + 3% AO ANO!

São de 3% (três por cento) ao [ano], capitalizados durante o período de c[arência], corrigidos monetariamente em 50% (cinquenta p[or cen]to) da variação média da taxa referencial de ju[ros] - TR, ou outro indicador que vier a ser estabeleci[do].

4.4. Habilitação

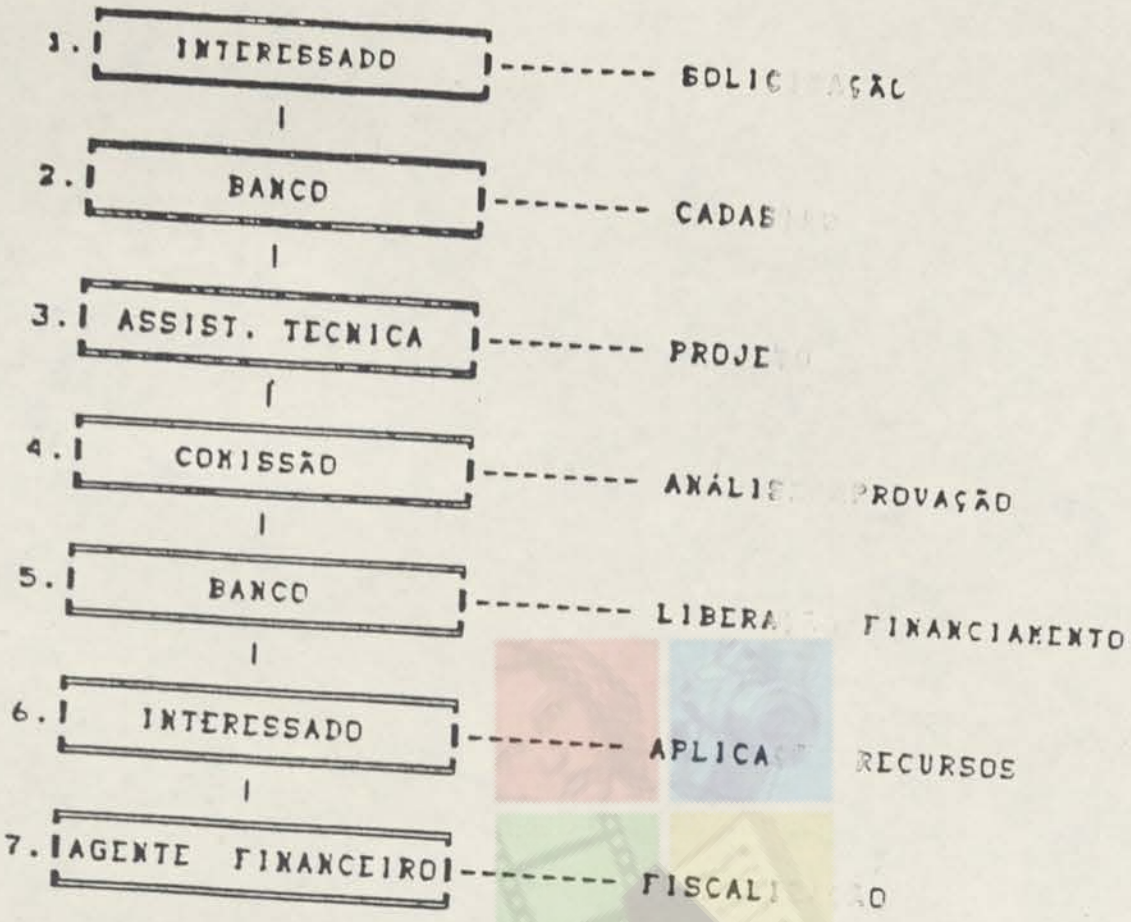
4.4.1. O interessado deve dirigir-s[e] à agência do Banco do Brasil de sua jurisdi[ção] ou ao agente financeiro por este credenci[ado] para solicitar o financiamento.

4.4.2. Aprovado o cadastro do inter[essado] (individual, grupo, associações, coop[erativas]) o Banco encaminha o beneficiário à [assistência técnica] para, em conjunto, elabor[ar] o projeto de aproveitamento agrícola qu[e] será objeto de financiamento. O projeto [deverá] técnicos e financeiros, [os aspectos] aplicação. do plano de

4.4.3. A assistência técnica encam[inhará] o projeto à Comissão Estadual do PROCERA, a que proceda a análise técnica e econômica.

4.4.4. Aprovado o projeto, este encaminhado à Superintendência do Banco do [Bra]sil na capital, para que esta autorize à agê[ncia] a liberação do financiamento solicitado.

4.4.5. A assistência técnica supervi[sionará] a aplicação do crédito, de acordo com o [plano] de aplicação apresentado no projeto. O [Ba]nco do Brasil fiscalizará a correta utilizaç[ão] dos recursos.



5. PRÉ REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO:

5.1. O interessado deve apresentar, pa[ra] o cadastramento bancário um dos seguintes documen[tos] provisórios ou definitivos, de posse, emitido pelo [INCRA]: carta de anuência, autorização de ocupação, co[ntra]to de concessão de uso ou título definitivo, ou ainda [out]ro considerado hábil.

5.2. O cadastro do Banco habilitar[á] o interessado, baseando-se em informações re[fer]entes a seus procedimentos anteriores.

5.3. De acordo com o beneficiário, o proje[to] será individual ou coletivo. No projeto coletivo o gr[upo] ou cooperativa deverá ser constituído formalmen[te] e todos os beneficiários serão responsáveis pelo [cré]stimo.

5.4. O projeto é classificado como Inicial [ou] Complementar:

(a) inicial, quando é elaborado pela p[rim]eira vez para a família, associação ou cooperativa

(b) Suplementar se, no projeto ini[illegible], o financiamento não atingir o teto estipul[illegible] quando então o mutuário passará a ter direit[illegible] financiamento cujo valor, somado ao anterior, n[illegible] ultrapasse o teto estipulado, por família.

5.5. Os projetos de financiamento serão [illegible]borados por órgãos estaduais de assistência téc[illegible], especialmente contratos pelo Banco do Brasil..

5.6. A (SR) SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL informará à assistência téc[illegible] e ao Banco do Brasil, como agente financeiro, qu[illegible]são os projetos de assentamento selecionados como prioritários para receberem financiamentos do PROCERA.

6. COMISSÕES ESTADUAIS

Os financiamentos dos projetos agrícol[illegible]ão analizados e decididos por comissões estaduais, integ[illegible]s em cada unidade federada por um representante do [illegible] (que detém a presidência), um do Banco do Brasil, um [illegible]overno do Estado, um da Empresa de Assistência Técnic[illegible] um da Federação Estadual dos Trabalhadores Agrícolas e [illegible]epresentante dos lavradores assentados..

7. O AGENTE FINANCEIRO:

De acordo com o Convênio assinado pelo [illegible], com o Banco do Brasil, este passa a ser o agente fin[illegible]ro do PROCERA, devendo, onde não possuir agências e par[illegible] conveniência dos agricultores assentados, credenciar outr[illegible]ue se encarreguem das operações de financiamento.

8. RECURSOS FINANCEIROS:

Os recursos do PROCERA provém do Fundo [illegible]ábil, instituído pelo CMN - Conselho Monetário Nacional, constituído pelas seguintes fontes:

a. dotações orçamentárias da União;

b. produto das amortizações das te[illegible] adjudicadas aos beneficiários da Reforma Agrária;

c. retorno dos financiamentos concedi[illegible]

d. outras.

CPT
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 · CEP 20001-970 . RJ
TEL(021) 232-0495 FAX(021) 221-4109

PAUTA - 8ª ASSEMBLÉIA CPT/RJ - 17, 18, 19 e 20 DE JUNHO DE 1993

DIA 17/06 (Quinta feira)

19:30 h - Abertura

DIA 18/06 (Sexta feira)

7:30 h - Café
8:00 h - Apresentação da pauta
8:10 h às 9:15 h - Dinâmica de grupo
9:15 h às 9:45 h - Celebração
9:45 h às 10:00 h - Cafezinho
10:00 h às 12:30 h - Análise e debate da conjuntura
12:30 h às 14:00 h - Almoço
14:00 h às 14:20 h - Dinâmica de grupo
14:20 h às 15:30 h - Análise e debate conjuntura eclesial
15:30 h às 15:45 h - Cafezinho
15:45 h às 17:15 h - Discussão, sistematização e registro criativo das atividades da CPT

17:15 h às 18:30 h — Apresentação criativa e avaliação do dia.

19:00 h - Jantar

20:30 h - Apresentação da realidade das áreas

DIA 19.06 (sábado)

8:00 h às 8:30 h — Dinâmica de grupo

8:30 h às 10:30 h — Estudo das linhas de atuação

10:30 h às 10:45 h — Cafezinho

10:45 h às 12:30 h — Redefinição do trabalho e propostas

12:30 h às 14:00 h — Almoço

14:00 h às 15:30 h — Apresentação de proposta debates e votação

15:30 h às 15:45 h — Cafezinho

15:45 h às 18:00 h — Discussão estatuto, Regimento Interno

19:00 h às 20:00 h — Jantar

20:00 h às 21:00 h — Celebração

21:00 h - Noite cultural

DIA 20.06 (domingo)

8:00 h às 10:30 h — Processo Eleitoral

10:30 h
 às — Escolha delegados à Assebléia Nacional
11:30 h

11:30 h
 às — Avaliação
12:30 h

12:30 h
 às — Almoço
14:00 h

14:00 h - Celebração

OBS: Apresentação de proposta para emendas do Regimento Interno deverá ser entregue até às 20:00 horas de sexta feira dia 18/06

MAC/ets

CEDIM

Gualdo

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA -
Rua 19, No 35 - Centro
Caixa Postal 749,
74001-970 - GOIÂNIA - GO - BRASIL
Fone: (062) 224-4436
Fax: (062) 225-4967
Nodo ALTERNEX: CPTNAC

Goiânia, 6 de novembro de 1992

Prezado Coordenador

Estamos remetendo o material referente aos encaminhamentos decididos no Encontro de outubro passado visando viabilizar o Programa de trabalho "História da CPT".

Quero lembrá-lo de duas coisas:

1) o Conselho decidiu que a pesquisa será feita em todos os Regionais, visando garantir o resgate das originalidades vivenciadas em cada Regional. Isto significa que a concretização do Programa dependerá da participação dos Regionais, tornando-o uma de suas prioridades no ano de 1992/93

2) o Conselho delegou ao encontro de outubro a responsabilidade de definir o detalhamento possível do Programa. Mesmo com limitações, encontra-se no material anexo o que foi produzido pelos representantes dos 18 Regionais presentes. Este é o caminho que teremos todos de seguir, pelo menso na primeira fase. Contamos com sua cooperação para que seja viabilizado o cronograma elaborado.

Sabendo das limitações dos orçamentos de todos, elaboramos um Projeto de Ajuda conjunto para buscarmos os recursos indispensáveis. A projeção foi feita a partir das sugestões recebidas da maioria dos Regionais. Procuraremos encaminhá-lo imediatamente. Daremos notícias logo que soubermos quem estará disposto a apoiar-nos nesta empreitada.

Certos de contarmos com a sua "apaixonada" participação, despedimo-nos com um abraço afetuoso.

Fraternalmente

Jerônimo Nunes

PROPOSTA DE CRONOGRAMA

PARA O PROGRAMA HISTÓRIA DA CPT

1.- Nov/92 a nov/93:
Primeira fase de aprofundamento, nos Regionais e Nacional.

2.- Cada Regional e o Nacional organizam Equipes Temáticas, para viabilizar a Pesquisa, aplicando o Questionário.

3.- Até final de agosto, cada Regional organiza Encontro Regional para produzir uma primeira análise compreensiva de sua história.

4.- Até final de agosto, cada Regional envia à Coordenação e Assessoria nacional cópia de documentos, o Questionário respondido e o texto produzido no Encontro Regional .

4.- Em novembro de 1993, realização de Encontro Nacional em que, com ajuda dos assessores, produziremos a Análise compreensiva possível da CPT com o material levantado, e marcaremos os pontos de aprofundamento necessários, objeto da segunda etapa do Programa.

RELEMBRANDO

Para não repetir trabalhos inutilmente, é importante LEVANTAR pesquisas e análises já existentes, em relação à realidade e em relação à CPT.

As respostas ao Questionário devem estar documentadas em documentos, depoimentos, boletins, cartilhas, cartazes, relatórios de Assembléias e de Encontros, cartas... Sem isso, estaremos trabalhando ainda na base de opiniões.

Combinamos de fazer o máximo possível e o melhor possível dentro dos prazos marcados. Mãos à obra!

CEDIM

QUESTIONARIO
Para o Programa História da CPT

A proposta è de que este questionário seja preenchido pelas equipes regionais, de modo a se obter uma visão global da região, situar as questões maiores, específicas de cada região e da prática da CPT na região. O levantamento deve ter presente sempre a participação dos homens e das mulheres em todo o processo. Deve ter presente, também, a hipótese de periodização da História da CPT: 1975-1981; 1981-1987; 1987-1992. A partir de seus resultados, pode-se pensar na redefinição do roteiro das entrevistas não diretivas e na escolha das pessoas-cheves para depoimentos e histórias de vida.

1. DADOS DO REGIONAL

1.1 - Data da criação
1.2 - Estruturação

2. REALIDADE SóCIO-ECONôMICA DA REGIAO

2.1 - Base econômica da área do Regional
2.2 - O lugar, a importância das atividades industriais
2.3 - O lugar das atividades agrícolas
2.4 - A estrutura fundiária: o lugar das grandes, médias e pequenas propriedades
2.5 - A natureza das grandes e médias propriedades (latifúndio, empresas agrícolas?)
2.6 - Qual a natureza das pequenas unidades de exploração familiar: propriedade privada? arrendadas? de parceria? posse? outras?
Qual desses tipos é predominante?
2.7 - Quais são as relações de trabalho predominantes? (assalariado, parceria, outros)
2.8 - Condições da pequena exploração familiar: arrendamento, parceria, posse, outros (importância na região; Condições de contrato; Condições de trabalho e de vida; origem da familia)
2.9 - O trabalho assalariado: importância na região; Condições de contratação: Condições de trabalho e de vida; origem do trabalhador assalariado
2.10 - Existe algum tipo de trabalho escravo na sua região? Quais são as caracteristicas que o definem como trabalho escravo?
2.11 - Existe violência nas relações de trabalho? Quais?
2.12 - Existe trabalhador sem terra na sua região (nesse caso quais são as estratégias de sobrevivência usadas por eles?)
2.13 - Quais os tipo de conflitos existentes na região (Terra, Trabalhista, Sindical, Garimpo, Política Agrícola, Questão Indígena outros)
2.14 - Existe migração: quais as causas; qual a origem e destino
2.15 - Existe êxodo rural? Se existe, qual a percentagem de crescimento?
2.15 - Qual o principal problema dos trabalhadores ruraisl na sua região?
2.16 - A seu ver, quais os problemas mais imediatos dos trabalhadores rurais na sua região?

---

[1] - Utilizamos aqui o conceito de trabalhador rural de modo abrangente e incluindo o gênero: diversos seguimentos do campesinato (pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros e posseiros; trabalhadores assalariados (temporários e permanentes)

3. REALIDADE POLITICA DA REGIAO

3.1 - Como se mostram as relações entre trabalhadores rurais e proprietários fundiários?
3.2 - Como se mostram as relações entre trabalhadores rurais e autoridades públicas?
3.3 - Como se mostram as relações entre trabalhadores rurais e partidos politicos?
3.4 - Que tipo de relações existem entre os próprios trabalhadores rurais?
3.5 - Qual é o grau de participação dos trabalhadores rurais na vida da comunidade2?
3.6 - Quais os partidos politicos existentes? Qual é o partido que domina a região?
3.7 - Qual o tipo de atuação desses partidos? Qual a influência deles junto aos trabalhadores rurais?
3.8 - Existem Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs)? Qual é a sua prática?
3.9 - Como é a relação dos trabalhadores rurais com as diferentes organizações (FETAGs, MST, Associações, Cooperativas, outros sindicatos)?
3.11 - Que tipo de luta e de movimentos sociais aconteceram nessas regiões? Como surgiram?
4. A REALIDADE CULTURAL DA REGIAO

4.1- Quais são, na região, as principais formas de expressão cultural?
4.2- Os representantes da cultura dominante participam dessas manifestações culturais? Como?
4.3- As formas de expressão cultural próprias ao campesinato permanecem?
4.4- Há algum incentivo, por parte do Estado, ou de setores da sociedade civil? Como se dão?
4.5- Há presença da cultura dominante na vida dos trabalhadores rurais? Como isso se dá? Qual a reação dos trabalhadores?
4.6- Os trabalhadores têm receptor de rádio, TV, toca-discos, video-cassete? Que programas preferem? Que tipo de música preferem?
4.7- Existe hábito de leitura entre os trabalhadores? Que tipo de leitura preferem?
4.8- Existe produção artistica (literária, musical, cerâmica, outras) local? ?
4.9- Existem, na região, emissoras de rádio e TV (incluidas as alternativas)? Existem programas de trabalhadores ou para trabalhadores em rádio e TV? Como eles são? E como reagem a esses programas os trabalhadores?
4.10- Quais as formas de lazer existentes? Quais os preferidos pelos diferentes segmentos de trabalhadores rurais?
4.11- A seu ver, quais os cinco principais traços da cultura camponesa?
4.12 - A seu ver, quais os cinco principais traços da visão de mundo camponesa?
4.13- A seu ver, existem na cultura e na visão de mundo camponesa elementos que atrapalham/impedem conhecer e assumir os problemas da sua realidade?

---

2 - Entende-se por comunidade o espaço sócio-econômico-cultural onde vive o trabalhador: povoado, vila, bairro.

5. A REALIDADE RELIGIOSA DA REGIÃO

5.1 - Quais as principais formas de expressão religiosa dos trabalhadores rurais na região (dentro do catolicismo)?
5.2 - Como se dá a presença das igrejas (enquanto instituição) na região?
5.3 - Existem outras formas de expressão religiosa dos trabalhadores rurais na região? Quais?
5.4 - Comd você descreveria a religiosidade camponesa?
5.5- Registram-se diferenças entre a religiosidade/prática religiosa dos camponeses e a religiosidade/prática religiosa dos trabalhadores assalariados? Quais? Como você explica essas diferenças (se elas existem)?
5.6- Quais seriam os principais simbolos da religiosidade camponesa?
5.7- Quais seriam os principais ritos da religiosidade camponesa?
5.8- Quais seriam os principais princípios éticos da religiosidade camponesa?
5.9- Na religiosidade camponesa predominam os princípios éticos, os simbolos, os ritos ou outros elementos?
5.10- Como você avalia essa predominância acima revelada?
5.11- A seu ver, o que é mais importante na definição do cerne de uma religião: os princípios éticos ou os simbolos e ritos?
5.12 - Como você explica a diversificação religiosa entre os trabalhadores rurais?
5.13 - Existem expressões de pentecostalismo no campo? Como você explica sua presença?
5.14 - Qual a postura da CPT diante dessa diversificação?
5.15- A seu ver, existem na religiosidade camponesa elementos que atrapalham/impedem conhecer e assumir os problemas da sua realidade?

6. A CRIAÇAO DA CPT

6.1 - Antecedentes do trabalho pastoral ligado à problemática da terra na região
6.2 - Causas imediatas da CRIAÇAO da CPT (na região e nas subregiões)
6.3 - Equipes locais (data de criação e pequeno histórico)
6.7 - Reação das dioceses e Regionais da CNBB
6.8 - Reação da sociedade local
6.9 - Relação com as CEBs
6.10 - Relação com outras pastorais

7. OS AGENTES PASTORAIS

7.1 - Quem são os agentes pastorais da CPT?
7.2 - Quais são os seus vínculos com a CPT
7.3 - Quais são os critérios para escolha desses agentes?
7.4 - Qual o tipo de formação que foi e lhes é dada ?
7.5 - Como você avalia o preparo dos agentes pastorais em termos teóricos, teológicos e doutrinários? Explicar sua resposta
7.6 - Como você avalia o compromisso desses agentes em relação à proposta da CPT?
7.7 - A Fé e a Espiritualidade pessoal tem alguma coisa a ver com a prática enquanto agente pastoral da CPT?
7.8 - Qual a trajetória de vida desses agentes inclusive a partir de seu envolvimento com a CPT?

8. OS ASSESSORES

8.1 - Que são os assessores da CPT?
8.2 - Quais são os seus vínculos com a CPT?
8.3 - Como é visto o papel dos assessores?
8.4 - Quais os critérios de escolha dos assessores?
8.5 - Qual é a Reação ao trabalho dos assessores (por parte da hierarquia; dos agentes pastorais; da base)

9. A PRATICA DA CPT

9.1 - Que objetivos e propostas tinha a CPT, no momento de sua CRIAÇAO, na região?
9.2 - Como a CPT Regional se organizou?
9.3 - Que dificuldades encontrou?
9.4 - Que apoios encontrou?
9.5 - Houve alguma articulação com as igrejas cristãs?
- a partir de problemas específicos?
- a partir de propostas semelhantes de pastoral?
9.6 - Como a CPT se relaciona com as paróquias e dioceses?
9.7 - Como se relaciona com comunidades e demais instituições Eclesiásticas?
9.8 - Quais os métodos de ação da CPT?
9.9 - Como você avalia a metodologia da CPT?
9.10 - Situe as principais lutas dos trabalhadores rurais na sua região e explicite a participação/atuação da CPT nessas lutas?
9.11 - Quais as dificuldades encontradas no encaminhamento dessas lutas?
9.12 - Que apoios foram conseguidos?
9.13 - A seu ver, qual a contribuição da CPT para as conquistas obtidas (ou para o fracasso da luta)?
9.14 - Qual a Relação da CPT com:
- a imprensa local?
- sindicatos urbanos locais?
- STRs?
- sindicatos e associações patronais?
- associações de trabalhadores e/ou produtores?
- cooperativas?
- CUT, CGT, MST.
- partidos políticos
- com a CEBs, outras pastorais e serviços?
- com organizações e movimentos das mulheres?
9.15 - Qual o público mais atingido pela prática da CPT (faixa etária, gênero)
9.16 - Qual a Relação da CPT com as autoridades locais (Prefeitos, polícia, órgãos públicos, Judiciário)
9.17 - Qual a Relação da CPT regional/local com organismos internacionais?
9.18 - Qual a Relação da CPT com outras igrejas?
9.19 - A CPT tem trabalho em conjunto com outras igrejas, confissões e cultos? Quais e como?
9.20 - A CPT fez publicações? Que tipos? Para quem?

10. A VISAO DE MUNDO E DE SOCIEDADE DA CPT

10.1 - Como você descreveria as classes sociais no campo? Quais os critérios utilizados?
10.2 - A seu ver, qual seria o traço predominante entre essas classes?
10.3 - Na sua VISAO, qual o lugar da terra para o camponês e para o trabalhador agrícola assalariado?

CEDIM

10.4 - Qual é a posição da CPT com Relação à propriedade privada da terra?
10.5 - Qual é a posição da CPT com Relação à Reforma Agrária?
10.6 - Qual o posicionamento da CPT com Relação à luta pela terra na sua região?
10.7 - Como você avalia a prática da CPT com Relação à luta pela terra na sua região?
10.8 - Como você avalia a prática da CPT com Relação à luta dos assalariados?
10.9 - Como você avalia a prática da CPT com Relação à luta dos pequenos produtores?
10.10 - Como a CPT lida com a diversidade dos problemas criados pela questão agrária na sua região?
10.11 - Como você avalia a prática da CPT com Relação à violência no trabalho?
10.12 - Como você avalia a prática da CPT com Relação à violência no campo?
10.13 - Considerando os problemas imediatos do trabalhador rural (camponês e assalariado) que contribuição tem dado a CPT para a solução desses problemas?
10.14 - Como você avalia a prática da CPT com Relação às várias formas de organização dos trabalhadores na luta pelos seus direitos?
10.15 - O trabalho de base da CPT: formas e limitações, avanços.

11. ESPIRITUALIDADE, MISTICA E TEOLOGIA

11.1 - Como tem sido a prática religiosa da CPT?
11.2 - Quais têm sido os pontos fortes da prática religiosa da CPT?
11.3 - Quais têm sido os pontos de estrangulamento da prática religiosa da CPT?
11.4 - A seu ver, quais são as inovações que a prática pastoral da CPT tem trazido à espiritualidade camponesa?
11.5 - Como reagem os trabalhadores rurais e comunidades às práticas religiosas e à espiritualidade propostas pela CPT?
11.6 - A seu ver, quais os fundamentos da espiritualidade/prática religiosa da CPT?
11.7 - A seu ver, há alguma relação entre a fé dos agentes pastorais e a prática CPT?

12. PROBLEMAS E DESAFIOS

12.1 - A seu ver, quais os pontos de estrangulamento na prática pastoral da CPT: na estruturação da CPT? na metodologia? na prática cotidiana? na relação com as autoridades eclesiásticas? na relação com entidades e movimentos dos trabalhadores rurais? na relação com as culturas camponesas? outros?

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 1991

(nº 1.714/89, na Casa de origem

Regulamenta o art. 185, inciso I, da Constituição Federal, e define pequeno e médio produtores rurais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Para efeito do disposto no art. 185, inciso I, da Constituição Federal, entende-se por:

I - pequena propriedade, o imóvel rural:

a) de área não excedente a quatro módulos fiscais de cultura ou atividade predominante no imóvel;

b) explorado direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, nas épocas de pico de demanda de mão-de-obra;

c) que garanta a absorção de toda a mão-de-obra ativa do conjunto familiar, assegurando, ainda, a sua subsistência e o processo social e econômico;

II - média propriedade, o imóvel rural:

a) de área não excedente a quinze módulos fiscais;

b) explorado, econômica e racionalmente, pelo agricultor e sua família, admitida a ajuda permanente de terceiros.

Art. 2º - Para efeito das Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991 e 8.174, de 30 de janeiro de 1991 - Lei Agrícola, entende-se por:

I - pequeno produtor rural aquele cuja renda bruta não ultrapasse o limite de isenção do imposto de renda sobre a atividade rural, e que, tendo na atividade agropecuária, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da sua renda total, mediante o concurso de mão-de-obra familiar e de terceiros, temporária ou permanente, seja detentor, a qualquer título, em um ou mais imóveis rurais, de área total não superior a quatro módulos rurais de cultura ou atividade predominante no imóvel ou imóveis;

II - médio produtor rural aquele que aufere uma renda anual líquida, antes do desconto do imposto de renda, de até duas vezes o valor limite de isenção do mesmo imposto sobre a atividade rural, e que, tendo na atividade agropecuária, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da sua renda total, seja detentor, a qualquer título, em um ou mais imóveis rurais, de área total não superior a quinze módulos rurais da cultura ou atividade predominante no imóvel ou imóveis.

§ 1º - Para a conceituação de pequeno ou médio produtores rurais não se levará em conta o fato de serem ou não proprietários dos meios de produção necessários ao desenvolvimento de suas atividades econômicas, bem como, no caso do médio produtor, se inexiste o concurso de mão-de-obra familiar.

§ 2º - Os módulos fiscais a serem considerados para efeito do disposto nos incisos I e II deste artigo são aqueles vigentes à data da publicação desta Lei.

Art. 3º - Para efeito de financiamentos rurais, os pequenos produtores serão subclassificados em miniprodutores rurais, quando, utilizando exclusivamente mão-de-obra familiar, sua renda bruta for inferior a 40% (quarenta por cento) do limite estabelecido no inciso I do artigo anterior.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

.....

Titulo II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capitulo I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XXVI — a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

.....

Título VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

. . . . . .

Capítulo III

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

. . . . . .

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I — a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.

. . . . . .

. . . . . .

LEI N.º 4.504 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

DISPÕE SÔBRE O ESTATUTO DA TERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

. . . . . .

Art. 4º — Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I — "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

II — "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva tôda a fôrça de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros;

. . . . . .

. . . . . .

À Comissão de Assuntos Econômicos

Publicado no DCN -Seção II- de 26.10.91

Centro Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Geraldo

PROJETO C- 212/2143A
CPT/NOVA IGUAÇU.

PROJETO TRIENAL.

CPT. NOVA IGUAÇU - RJ - BRASIL.
CAIXA POSTAL Nº 77324

CEDIM

INDICE.

1. PROJETO ANTERIOR.

1.1 AVALIAÇAÕ DOS OBJETIVOS

- METODOLOGIA:

A) GANHOS

B) DIFICULDADES.

1.2 FINALIDADE DA ENTIDADE.

2. REALIDADE ATUAL.

2.1. DESCRIÇÃO DA REALIDADE - DESAFIOS.

2.2. ALGUMAS EXPERIENCIAS CONCRETAS.

3. NOVO PROJETO.

3.1 OBJETIVO GERAL.

3.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS.

3.3 BENEFICIARIOS E ABRANGÊNCIAS.

3.4 METODOLOGIA.

3.5 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES: DURAÇÃO.

3.6 MÉDOTO DE AVALIAÇÃO.

4. CONCLUSÃO.

5. ORÇAMENTO.

1) PROJETO ANTERIOR

1.1. AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS.

Acreditamos que a avaliação dos objetivos do nosso projeto foram em parte desenvolvida no relatório semestral 1991, onde procuramos relatar e descrever as atividades, levando-se em conta os avanços, retrocessos e limitações que encontramos.

Sentimos todavia, a necessidade de aprofundar e avaliar, no conjunto o nosso trabalho nos diversos setores:

1- acompanhamento das áreas.
2- comissão dos assentados.
3- apoio as áreas em conflitos.
4- grupos de mulheres.
5- trabalho sindical.
6- formação dos agentes.

A metodologia de avaliação dos objetivos será apresentada em dois eixos: ganhos e dificuldades.

A)<u>GANHOS</u>.

De modo geral percebemos que alguns assentamentos conseguiram concretizar experiências de trabalho coletivo; cozinha artezanal, fabricação de velas, horta medicinal, plantação de maracuja, etc.

Os trabalhadores conquistaram espaços para comercialização da produção.

Foram constituidos grupos escolares interligados com áreas urbanas em dois assentamentos.

A nível de saúde 2 cursos de "medicina popular" foram organizados com a perspectiva de continuidade e acompanhamento.

Nos vários assentamentos percebemos certo crescimento na participação de modo mais amplo, nas reivindicações e propostas de Reforma Agrária e na formulação da Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu (Leis que regulamentam a constituição do Municipio de Nova Iguaçu).

Em relação a nossa equipe, a capacitação dos agentes foi realizada de modo conjunto atraves de 4 seminários a nível de: Produção e Credito Agricola, curso de Formação Juridica, Religiosidade Popular, Movimento Social no Campo.

A utilização do Boletim serviu como instrumento de discusão, informação nos assentamentos, mas se deu de forma limitada.

B)<u>DIFICULD.</u>

No conjunto de nosso trabalho identificamos como fatores fundamentais de entrave ao avanço dos trabalhadores; a falta de perspectiva e de um projeto de Reforma Agrária; a indefinição fundiária e a carência de recursos a nível estadual, capazes de concretizar as

propostas dos trabalhadores.

Percebemos que não obtivemos avanço significativo no projeto sindical e na formação de novas delegacias, devido ao pequeno quadro de lideranças e ao lento crescimento de conciência de classe.

As propostas de iniciativas de produção estão encontrando dificuldades por falta de recursos.

Como sempre sentimos dificuldades em concretizar a formação de modo amplo, sobretudo a nível administrativo.

Neste sentido caberia agora registrar que na nossa atuação com os trabalhadores rurais, embora com saldo significativo de dificuldade e impasse, conseguimos avançar na medida em que novas iniciativas surgiram num contexto de grande escassez, sobretudo de recursos e apoio dos orgãos governamenatais.

Estas iniciativas aliadas as enormes demandas, coloca para nossa equipe novas frentes e novos desafios gerando continuidade ao nosso trabalho.

1.2. FINALIDADE DA ENTIDADE.

A CPT se coloca como serviço na defesa e reconstituição da vida a partir da luta pela terra com objetivo central de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos sem terra e dos trabalhadores rurais."

Como grupo que se identifica e contribui com as linhas de ação: Pastoral, luta pela terra praticas alternativas, individualismo e outras organizações dos trabalhadores rurais, constituidos pelo conjunto de nossa entidade CPT- RJ, desenvolvemos um trabalho de animação, incentivo e colaboração para a construção de uma nova reforma agrária, como processo de uma transformação social integral.

2) REALIDADE ATUAL

2.1. DESCRIÇÃO DA REALIDADE - DESAFIOS

A realidade dos assentamentos nos Municipios de Nova Iguaçu, Queiamdos, Japeri e Paracambi é fruto de uma situação mais ampla vivida pelo conjunto dos trabalhadores rurais do Rio de Janeiro.

Ela caracteriza -se de um lado pela fragilidade da organização das diversas categorias em concretizar uma ação conjunta, devido a dificuldade do exercício da cidadania e democracia participativa dos trabalhadores. E por um outro lado, pelo abandono por parte das Entidades Governamentais.

A crise econômica que os trabalhadores enfrentam nesses municipios reduz a metade o contigente de trabalhadores empreagados na industria e comércio, criando situações muito contraditórias na cidade, que por causa do desemprego e a necessidade de trabalhar os fazem tentar retomar a produção na terra a fim de garantir sua sobrevivência. Em contrapartida, os trabalhadores que fazem ocupação de terra não conseguindo ajuda por parte do governo para o plantio, insumos, etc. são levados a buscar um sub-emprego na cidade para complementar a renda familiar.

Esta realidade traz um desafio que é o surgimento de uma nova categoria: o "rururbano". Ou seja, trabalhador que garante a sua sobrevivência no meio rural e urbano.

A pesar das dificuldades alguns assentamentos estão conseguindo:

. manter a comercialização na CEASA.

. trabalhar coletivamente através (cooperativa de mulheres, plantio de maracujá, horta comunitária, ervas medicinais, etc).

. encontros de intercâmbio para aprendizado e trôca de experiências (produção de doces, artesanato, cultivo de abelhas e fabricação de adubo orgânico).

Desafios:

. trabalhar a nova categoria - rururbano.

. fortalecer as iniciativas comunitárias.

. a questão da violência no campo.

. comercialização - novas formas.

. grandes projetos - o que fazer frente a eles.

.a politica agrária - novas formas de ocupação, sustentação do homem no campo.

2.2. ALGUMAS EXPERIÊNCIAS CONCRETAS.

2.2.1. A cozinha Artezanal.

O grupo de mulheres em Campo Alegre que desenvolvem o trabalho da cozinha artesanal com a fabricação de doces compotas, balas e licores caseiros, reune 10 mulheres dos assentamentos de Mato Grosso, Marapicu e Acampamento.

O trabalho que recebe apoio do ACRA (Associação e cooperação aos Paises da Africa e America Latina), e assessoria da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e EMATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) de modo articulado, vem encontrando resultado na medida em que o próprio grupo já consegue comercializar nas feiras e no CEPAL (Centro Diocesano de Pastoral)

A asessoria prestada ao grupo até o momento envolveu desde a discusão do estatuto, acompanhamento aos momentos de reunião, avaliação bem como de uma formação específica necessária a administração.

2.2.2. MEDICINA POPULAR.

A CPT vem desenvolvendo de modo mais aprofundado o trabalho com Medicina Popular atraves de cursos e encontros sobre ervas medicinais. este trabalho, como ja foi citado em nosso relatório semestral, tem a preocupação em reunir, sistematizar, treinar e socializar as experiências e o conhecimento em caráter permanente com os lavradores de diversos assentamentos.

Os cursos em média atingem diretamente a 30 trabalhadores, representantes de 13 assentamentos, e ainda a alguns participantes da área urbana. Em alguns assentamentos já começa a se desenvolver o cultivo da horta medicinal.

3 NOVO PROJETO

3.1. OBJETIVO GERAL:

Contribuir com o processo de surgimento de novas lideranças e dar continuidade ao processo de fortalecimento da organização autônoma dos trabalhadores rurais da baixada fluminense na perspectiva da contribuição dos mesmos na luta pela transfofrmação da sociedade.

OBJETIVOS ESPECíFICOS:

Incentivar e articular as experiências alternativas e pequenas co-operativas;

Incentivar a organização das mulheres de modo a torná- las mais autônomas em suas lutas especificas;

Contribuir com os trabalhadores na discusão de um projeto político agricola e agrária, junto aos orgãos competentes do Estado;

Incentivar os trabalhadores no proceso de luta e conquista de infra- estrutura social a nível de saúde, educação, e da produção necessária a subsistência e permanência na terra;

Acompanhar as Associaações de pequenos produtores;

Dar continuidade a proposta de capacitação de novas lideranças;

Mobilização e incentivo a participação dos trabalhadores no Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Nova I guaçu e Paracambi

Apoiar os trabalhadores na questão da violência nos assenatmentos.

BENEFICIÁRIOS / ABRANGÊNBCIAS:

O nosso trabalho atinge de forma direta 12 assentamentos: localizados em, Nova Iguaçu, Queimados, Paracambi, Japeri e Engenheiro Pedreira, somando aproxiamadamenter 900 familias, compostas em média de 02 á 10 pessoas entre crianças, jovens, homens e mulheres.

Na perspectiva de fixar o trabalhador rural no campo - através de discussões e na busca conjunta de soluções que facilitem a vida do homem no campo- Entendemos que o nosso trabalho beneficia também os centros urbanos (Nova Iguaçu, Queimados, Paracambi, Japeri, Engenheiro Pedreira), já que tentando fixar o homem no campo, estamos tentando impedir o exôdo rural e suas consequências mais graves, que são: inchaço das cidades, aumento da violência, desemprego, fálta de moradia, etc.

3.4 METODOLOGIA

Procuraremos desenvolver neste item a metodologia que utilizaremos em nosso trabalho:

Acompanhar as assembléias com intervenções, contribuindo com o processo de discusão e reflexão das propostas dos trabalhadores.

Estar presente nos assentamentos nos momentos de conflitos, sejam estes internos ou externos.

Visitar constantemente as áreas com objetivo de perceber as relações cotidianas entre os trabalhadores para que possamos contribuir de modo mais quantitativo nas assembléias.

Acompanhar e assessorar os trabalhadores rurais em reuniões e encontros com orgãos governamentais.

Promover encontros de troca de experiência entre trabalhadores rurais, de modo que os mesmos sejam sujeitos de seu processo de formação, e ajudar na articulação das áreas.

Articulação com organizações não governamentais e segmentos sociais que desenvolvem ou apoiam o trabalho a nível rural, no sentido de buscar recursos humanos, técnicos e econômicos.

Ajudar os trabalhadores rurais a refletirem e encaminharem lutas por produção e comercialização.

Buscar a formação e capacitação dos trabalhadores através de cursos de 3 dias e elaboração de material informativo, como boletins, cartilhas, etc.

PROJETO C - 212/2143A
CPT/ NOVA IGUAÇU.

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES .

Os acompanhamentos as assembléias, visitas as casas, reuniões com a diretoria e aos processos eleitorais são e serão atividades de caráter permanente. As atividades mensais, quinzenais e até semanais acontecem em função da demanda dos assenatmentos e associações.

O trabalho de fortalecimento da organização dos trabalhadores, implica na capacitação através da assessoria de administração de bens comunitário implantada em caráter experimenatl no assentamento de Paracambi, envolvendo reuniões quinzenais.

O desenvolvimento de atividades educacionais e a recuperação da cultura popular, ocorrerá da seguinte forma:

_ através de utilização mensal de slides e filmes;

- e na comemoração de datas importantes nos assentamentos e outras festas tradicionais da cultura brasileira. Para a realização dessas atividades serão necessárias em média 2 a 3 reuniões em preparação.

A discusão e busca de alternativas viáveis, como a criação de cooperativas e de espaço para a comercialização da produção adquirida, exige uma assessoria junto aos trabalhadores sobre os meios e locais de fácil escoamento de modo permanente, tanto nas assembléias dos assentamentos bem como nas reuniões das associações dos pequenos produtores e Galpão 30 no CEASA (Central de abastecimento Social de Servviço a Agricultura).

Nossa atividade junto ao grupo de mulheres vem suscitando necessidades, trazendo uma nova dimensão para a atuação. Os grupos de mulheres tem procurado desenvolver algumas experiências alternativas no aproveitamento da colheita excedente, atráves da " Cozinha Artesanal " e ainda na confecção de artesanatos. Essa demanda exige de nós um acompanhamento direto a nível da capacitação, intercâmbio com outras áreas e de alternativas para a comercialização implicando em reuniões semanais e quinzenais.

A ausência de assistência a saúde no meio rural vem sendo enfrentada atráves do incentivo a socialização da " Medicina Popular " e o cultivo de ervas medicinais nos assentamentos. Com isso, pretendemos realizar 3 cursos por área e 1 curso ampliado durante o ano objetivando o repasse do aprendizado e a fabricação de remédios caseiros na perspectiva de dar continuidade a essas experiências.

A formação dos agentes vai procurar dar conta de alguns temas que já vem sendo desenvolvidos em conjunto com a CPT/RJ. Entretanto, temos a previsão de 2 seminários por ano com assuntos pertinentes a realidade da Baixada.

Dentro do âmbito da Diocese, fazemos parte de um Forum onde se reunem todas as pastorais sociais que tém como objetivo discutir as nossas atividades junto aos trabalhadores em geral. Essas reuniões ocorrem mensalmente e ate quinzenalmente de acordo com as necessidades.

No que diz respeito a questão sindical o nosso trabalho tem se dado no nivel do acompanhamento e assessoramento a duas oposições sindicais nos Municipios de Nova Iguaçu e Paracambi.

Em Nova Iguaçu haverá eleição sindical nos dias 5 e 6 de fevereiro de 1992, onde já começamos um ciclo de reuniões quinzenais com a oposição. Nos próximos 50 dias o nosso trabalho será intensificado no sentido de reforçar a campanha e a elaboração de material de divulgação da chapa, com reuniões semanais, levando- se em conta que independente do resultado das eleições vamos dar continuidade ao trabalho de formação mensal.

Em Paracambi o trabalho com a oposição será intensificado mais a frente, já que as eleições ocorrerão em novembro de 1992.

Pretendemos dar continuidade as reuniões mensais da equipe, por setores e aos encontros trimestrais, no sentido de buscar garantir o espaço de avaliação trôca de experências e decisões das atividades.

O processo de avaliação e planejamento do nosso trabalho é permanente. No entanto a cada ano realizamos um encontro amplo de avaliação e planejamento.

O trabalho em diversos momentos vem sendo desenvolvido em alguns assentamentos de modo articulado a outras Organizações não Governamentais, tais como, CAPINA (Cooperação e Apoio à projetos de Inspiração Alternativa), ACRA (Associação e Cooperação aos Paises da America Latina) e ainda com alguns técnicos da EMATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Dentre as várias atividades acima relacionadas, tiramos como prioridade para o ano de 1992 :
.SAúDE
.SINDICALISMO
.TRABALHO COM MULHERES
.ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

DURAÇÃO

ASSEEMBLÉIAS ORDINÁRIAS NO ASSENTAMENTO

PEDRA LISA (quinzenal) _____24
PAES LEME (semanal)_____48
VILA DE CAVA (mensal)_____12
PARACAMBI (quinzenal)_____24
MUTIRÃO DA FÉ (mensal) _____12
CAMPO ALEGRE _____36
(PRIORIZANDO 3 REGIONAIS, SENDO 12 ASSEMBLÉIAS EM CADA REGIONAL)

TOTAL DE ASSEMBLÉIAS _____156.

GRUPO DE MULHERES.

ENCONTRO ANUAL _____1

PAES LEME (mensal _____12
VILA DE CAVA (semanal_____48
CAMPO ALEGRE (semanal)____48
(envolvendo mulheres de 3 regionais).

REUNIÕES COM A DIRETORIA.

PAES LEME (mensal) _____12

ASSESSORIA Á ADMINISTRAÇÃO DE BENS COMUNITÁRIO

PARACAMBI (quinzenal) _____24

IRABALHOS COM FILMES E SLIDES

CAMPO ALEGRE (mensal) _____12

FESTAS (AO ANO)

PAES LEME _____3
VILA DE CAVA _____4
MUTIRÃO DA FÉ _____1
CAMPO ALEGRE _____4

GALPÃO 30 - CEASA

REUNIÕES _____12

COOPERATIVA

CAMPO ALEGRE (mensal) _____12

FORMAÇÃO

Agentes _____2 (por ano)

MEDICINA POPULAR.

ENCONTRO (anual) _____1

CAPOEIRÃO _____6 (ao ano)

VILA DE CAVA _____6 (ao ano)

CDMI (Comissão Diocesana do Mundo do Trabalho)

Engloba as pastorais (ACO - Ação Católica Operária, CPT- Comissão Pastoral da Terra, JOC - Juventude Operária Católica, PO - Pastoral Operária).

Reuniões ordinárias (mensal _____12
(podendo haver reuniões extraordinárias em intervalos de 15 dias)

EQUIPE

ENCONTRO TRIMESTRAIS_____4
ENCONTRO AMPLO _____1
ENCONTRO MENSAIS _____12

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO _____12
EQUIPE PASTORAL _____6
EQUIPE SINDICAL _____12
EQUIPE DE MULHERES _____6

OPOSIÇÃO SINDICAL

NOVA IGUAÇU _____8 (até o momento das eleições)
" (mensal)_____12
PARACAMBI (mensal)_____12

3.6 MÉTODO DE AVALIAÇÃO

A avaliação de nosso trabalho vem se dando nas reuniões mensais, a cada primeira 5ª feira do mês e nos encontros trimestrais.

Esta avaliação tem como propósito:

. Fazer um balanço sobre a concretização da atividades planejadas.

. Estabelecer uma análise sobre os avanços, limites e recuos de nosso trabalho junto a categoria.

. Estabelecimento de táticas e estratégicas para avanço na propostas para o meio rural.

. Revisão e encaminhamento de propostas a cada área.

. Avaliação do entrosamento entre agentes e trabalhadores.

CEDI

4) CONCLUSÃO

No decorrer do nosso trabalho diversos e novos desafios foram surgindo, como ja apontamos em nossa análise sobre a realidade atual. No entanto, entre essas questões a principal delas é a necessidade de se buscar formas alternativa para produção e comercialização para a pequena produção. Tais alternativas implicam num enfrentamento com os governos- Federal, Estadual e Municipal - na luta por crédito agrícola e espaço para a comercialização, já que a política desenvolvida pelo governo está voltada para as Empresas Rurais de grande porte.

A desproporção de investimentos pode ser constatada pois, em 5 anos o governo do Estado apenas apoiou o funcionamento de equipamentos de forma cooptativa e assistencialista, em 5 assentamentos na baixada, sem no entanto estabelecer uma politica de utilização e manutenção. Desta forma os trabalhadores não conseguiram conquistar sua autonomia política e econômica capaz de garantir a participação no mercado.

Embora o trabalho seja desenvolvido de modo articulado com outras Organizações não Governamentais e ainda forças sociais do campo e da cidade, a realidade permanece desafiadora. Este quadro vem exigindo da CPT um desdobramento, requerendo a participação de um número maior de agentes; avaliamos que para a concretização dos objetivos propostas a curto, médio e longo prazo de modo sistemático, exigirá um trabalho continuo daí propormos para esta entidade um projeto para 3 anos, conforme conversa na visita de FÁBIO POELHEKKE em novembro de 1990.

Informamos que atualmente a equipe constitui-se de 12 agentes sendo 2 liberados a tempo parcial, 2 agentes voluntarios que recebem ajuda de custo por dedicarem mais tempo em função da saída da GENEROSA para a coordenação da CPT/RJ e de 8 agentes voluntários. No entanto, nossa proposta para os 3 anos do projeto é manter o mesmo quadro de liberados; 1 agente a tempo integral e 2 agentes a tempo parcial.

Pedimos escusas quanto a demora na elaboração do projeto, que ocorreu pelo fato da equipe constituir- se em sua maior parte de agentes voluntários com pouco tempo para dedicar- se a preparação do mesmo. No entanto, solicitamos a tenção especial desta entidade no sentido de nos informar sobre sua aprovação e liberação o mais breve posível.

A proveitamos a oportunidade para informar que a contribuição do projeto deverá ser liberada á LODOVICA PEIROTTI, atual coordenadora da equipe.

Desde já agradecemos.

Fraternalmente.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/ NOVA IGUAÇU.

LODOVICA PEIROTTI.

Lodovica Peirotti

5) ORÇAMENTO.

ORÇAMENTO CPT/ NOVA IGUAÇU.

1- MATERIAL FORMAÇÃO (ASSINATURAS, REVISTAS)	US$	100,00
2- CARRO (MANUTENÇÃO, COMBUSTÍVEL, SEGURO)	US$	2.900,00
3- AJUDA DE CUSTO AGENTES	US$	2.900,00
4- BOLETIM	US$	200,00
5- ENCONTRO EQUIPE E CAPACITAÇÃO AGENTES	US$	1.200,00
6- ENCONTROS LAVRADORES	US$	500,00
7- CONTA TELEFÔNICA	US$	240,00
8- MATERIAL EQUIPE (MATERIAL FOTOGRÁFICO,FITAS, MATERIAL DIDÁTICOS)	US$	400,00
9- SALÁRIO AGENTES (15 SALÁRIOS +30% ENCARGOS SOCIAISX 13 MENSALIDADES)	US$	12.985,00
TOTAL POR 1 ANO=	US$	21.825,00
TOTAL POR 3 ANOS=	US$	65.475,00

CONTRIBUIÇÃO LOCAL

1 - ALUGUEL DA SALA (CATEDRAL DE NOVA IGUAÇU)	US$	1.463,00
2 - LUZ	US$	73,17
3 - SALA PARA PEQUENOS CURSOS (IGREJA DE QUEIMADOS)	US$	97,56
4 - CONTRIBUIÇÃO LAVRADORES (ALIMENTAÇÃO)	US$	35,00
5 - TRABALHO VOLUNTÁRIO (AGENTES)	US$	5.553,54
TOTAL POR 1 ANO=	US$	7.222,27
TOTAL POR 3 ANOS=	US$	21.666,81

PROJETO C - 212/2143A
CPT/ NOVA IGUAÇU.

ANEXO - 1

Como ja falamos anteriormente, a equipe da CPT de Nova Iguaçu constitui- se de 12 agentes, sendo 9 como voluntários e 3 como liberados.

Os voluntários são:

- Agostinho Gomes Montalvão.
- Claudio Amaro.
- Rosângela Martins Lage.
- Joana D' arc da Silva Pereira.
- Geraldo João Lima.
- Lodovica Peirotti.
* Generosa de Oliveira Silva.

Temos ainda mais três agentes que estão começando um trabalho com a CPT, como agentes voluntarios.

- Maria de Fátima, Marcio.

Os liberados são:

- Marcia Baptista Marinho
- Sonia Ferreira Martins.

* Generosa de Oliveira, é atualmente Coordeandora da CPT RJ, mas continua dando contribuição na equipe de Nova Iguaçu como agente voluntária.

Obs: Os agentes Claudio Amaro e Agostinho Montalvão, estão por hora recebendo uma ajuda de custo por estarem dedicando mais tempo a equipe, devido a saida da Generosa que dava trabalho a temro integral.

CEDIN

Geraldo

PROGRAMA MOEDA VERDE -PROMOV

O Programa Moeda Verde tem como objetivo principal traduzir para os produtores os encargos financeiros que incidem sobre os empréstimos, para uma linguagem de uso comum do agricultor, ou seja, os seus produtos.

Segundo material de divulgação do próprio Banco, (em anexo), o objetivo principal é "induzir um desenvolvimento de nossa agropecuária, através do incentivo à adoção de teconlogia, fornecida pela EMATER e demais empresas conveniadas com o Banco, num retorno ao Crédito Rural Orientado, onde os financiamentos concedidos estejam intimamente vinculados a um contexto de produção/produtividade".

Ainda segundo a mesma fonte a condição básica para adesão ao PROMOV é "que o interessado possua, ou possa vir a desenvolver, uma visão empresarial sobre a atividade rural e esteja motivado à modernização de sua exploração e/ou a novas opções de investimento".

O PROMOV é uma linha de crédito aberta para operações de financiamento para investimentos fixos ou semifixos, custeio e comercialização, além de créditos especiais para cooperativas. A grande diferença entre o PROMOV e as outras linhas de crédito é que por força de negociações entre o BANERJ e o BANCO CENTRAL concedeu-se a autorização em caráter excepcional (para o Rio) para liberação de créditos para financiamento de investimentos. O BANCO CENTRAL, como gestor da política agrícola federal na área creditícia só permite a liberação de crédito para custeio e comercialização.

Outra grande diferença é que a forma de pagamento está vinculada ao preço do produto financiado. Isto não significa que o produtor irá pagar somente o equivalente em produtos da parcela vencida, mas que o excedente deste valor está automaticamente refinanciado, passando para a parcela do ano seguinte, por exemplo:

Caso um produtor tome por empréstimo a quantia de Cr$..... 150.000,00 a serem pagos em 3 anos. No 1º ano o pagamento será feito da seguinte forma:

Cr$ 50.000,00 + TRD + 9,0% ao ano

Convertidos em valores do produto negociado. Quando o produtor for quitar a 1ª parcela, se o valor do produto for inferior ao valor à ser pago, a diferença será automaticamente anexada a parcela do ano seguinte. Isto evita a inadimplência do produtor logo no

1º ano, caso ocorra algum tipo de problema com a produção ou com o preço do produto.

Esta é uma forma de financiamento tradicional na sua estrutura, exigindo inclusive como garantia do empréstimo a hipoteca da propriedade ou outra garantia real qualquer.

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS:

- É uma linha de crédito tradicional.
- Requer um mínimo de contabilidade e alguma experiência com financiamento.
- Depende de uma avaliação inicial da EMATER e uma outra posterior do próprio BANERJ para a aprovação do projeto.
- O conceito MODERNIZAR imposto pelo financiador, implica, indiretamente no uso de insumos industriais, uma vez que depende da aprovação do projeto por Empresas com características tradicionais como BANERJ e EMATER.
- Exige garantias reais (TERRA) para a concessão do empréstimo.
- Forma de pagamento normal, apenas vinculado ao produto.

ESTA LINHA DE CRÉDITO ESTÁ ABERTA ÀS SEGUINTES CULTURAS:

GRÃOS*
- arroz
- feijão da seca e do inverno (irrigado)
- milho
- café

FRUTICULTURA
- abacaxi*
- banana*
- goiaba*
- laranja*
- limão*
- maracujá*
- tangerina*

OLERICULTURA*
- alface
- beringela
- cenoura
- jiló
- milho verde
- chuchu
- couve-flor
- ervilha
- pepino
- pimentão
- tomate
- vagem
- quiabo
- batata-doce

BOVINOCULTURA
- corte
- leite

AVICULTURA
- corte
- postura

SUINOCULTURA

* Produtos/atividades com cobertura pelo Seguro Agrícola BANERJ.

Obs.: O prazo de carência é determinado pelo técnico elaborador do projeto, respeitados os limites máximos, por finalidade, determinados pelo BANCO CENTRAL. (Prazo de carência é o período que vai do início do plantio até o 1º pagamento, período este em que não ocorre nenhum tipo de pagamento).

PROGRAMA ESPECIAL DE CRÉDITO PARA A REFORMA AGRÁRIA-PROCERA

É uma linha de crédito especial que tem como principais objetivos a tentativa de garantir a efetiva implantação dos projetos de Reforma Agrária apresentando aos agricultores de baixa renda, condições especiais de financiamento.

São itens financiáveis pelo PROCERA principalmente aqueles que dizem respeito a infra-estrutura para o agricultor assentado. A saber:

a) Construção de casa rústica ou melhoria da mesma.

b) Implantação da infra-estrutura produtiva e sua operação, especialmente:

- construção de cercas, galpões, etc...;
- implantação de culturas permanentes;
- construção, reforma ou aquisição de obras de captação de água;
- realização de obras de irrigação e drenagem (nunca superior a 4 ha) e conservação do solo;
- aquisição de animais reprodutores e de trabalho;
- insumos, materiais e implementos utilizados nas lavouras;
- aquisição e instalação de equipamentos e máquinas para beneficiamento, industrialização e armazenagem de produtos.

c) Aquisição de equipamentos e utensílios e de bens essenciais de uso indispensáveis ao bem estar e à saúde.

d) Outras finalidades compatíveis com as metas e planos do assentamentos.

O PROCERA caracteriza-se por permitir um valor de financiamento máximo da ordem de Cr$ 15.000.000,00 (em 04/09/92) para atividades por famílias e para grupos no valor máximo de Cr$ ..... 15.000.000,00 (em 04/09/92) multiplicado pelo nº de famílias beneficiados.

Os prazos para pagamento do financiamento obedecem aos se-

guintes critérios:

a) Custeio (até 2 anos)

b) Aquisição de animais - até 5 anos, com carência de até 2 anos.

c) Aquisição de máquinas e equipamentos e construção de benfeitorias - até 7 anos, com carência de 2 anos.

d) Para investimentos em lavouras permanentes a prazo de carência foi estendido a um período máximo equivalente ao período do início da produção.

Exemplo: côco - 5 anos de carência
goiaba - 4 anos de carência
citros - 3 anos de carência
banana - 2 anos de carência
maracujá - 2 anos de carência

Os juros do PROCERA são de 3% ao ano, capitalizados durante o período de carência, corrigidos monetariamente em 50% da variação média da TR, ou outro indicador econômico que vier a ser estabelecido.

Estão aptos a receber os recursos do PROCERA os trabalhadores que possuam um destes documentos de posse emitidos pelo INCRA = Carta de Anuência, Autorização de ocupação (AO), Contrato de concessão de uso ou título definitivo, ou ainda outro considerado hábil.

Como funciona?

INTERESSADO	solicitação junto ao Banco do Brasil
BANCO	faz o cadastramento do grupo ou individual e encaminha o beneficiário à assistência técnica
ASSIST. TÉCNICA	elabora o projeto e o encaminha a Comissão Estadual do PROCERA
COMISSÃO PROCERA	avalia o projeto e então, caso tenha sido aprovado, será encaminhado a Superintendência Regional do BANCO DO BRASIL, para que encaminhe a agência local a liberação oficialmente solicitado.

BANCO liberação de crédito

INTERESSADO aplicação dos recursos

ASSIST. TÉCNICA supervisionará a aplicação dos recursos de acordo com plano apresentado pelo projeto.

A Comissão do PROCERA é composta por um representante do INCRA (que detém a presidência da Comissão), um representante do governo do Estado, um representante da EMATER, um da FETAG e um representante dos trabalhadores rurais assentados. Esta comissão é responsável pela análise e decisão de qual ou quais os projetos serão liberados. Desta forma é muito importante que os trabalhadores rurais assentados acompanhem muito aproximamente os trabalhos desta comissão.

Em resumo o PROCERA pelas suas caracteristas no que diz respeito ao pagamento dos recursos aplicados, tem se mostrado um bom mecanismo de financiamento para os assentados, desde que sejam elaborados projetos coerentes, com a realidade local e que estes recursos sejam efetivamente alocados nas atividades para os quais foram destinados.

II - LINHAS DE CRÉDITO NORMAIS

Estas linhas de crédito estão a disposição na maioria dos estabelecimentos bancários.

Estão aptos a receber estes financiamentos os agricultores que possam oferecer a propriedade como garantia (ou outra garantia real qualquer) e apresentem projeto de investimento aprovado pelos técnicos do BANCO ou qualquer outro cadastr pelo Banco.

Além da exigência da garantia real outro problema sério para a tomada de empréstimos é a correção financeira do pagamento , que apesar de sofrer variações segundo cada instituição financeira, tem como base a variação média da TRD mais os juros de aproximadamente 10% ao ano.

No caso específico do Banco do Brasil, foi determinado pelo Banco Central que os financiamentos atendem apenas o custeio das safras, comercialização e cooperativas. Foi determinado também

em portaria recentemente assinada, que os juros anuais obedecerão aos seguintes critérios:

6% para pequenos produtores
9% para médios produtores
12,5% para grandes produtores

Desta forma podemos observar que esta não é uma linha de financiamento compatível com a realidade dos pequenos trabalhadores rurais.

Como já foi colocado esta é uma avaliação preliminar (simplificada), sendo assim, pode e deve ser acrescida de outras informações mais locais, ou de qualquer outra natureza.

Obviamente estou me colocando a disposição para esclarecimentos no que está relacionado a estas informações gerais e a outras que sejam importantes no sentido de melhor esclarecer estas notas.

JRR/ets

CEDIM

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NO REGIMENTO INTERNO

Art. 10 -

d) Secretário Executivo

Art. 21 -

§ Único- conforme normas de funcionamento.

Art. 24 -

Presidente Regional deve ser membro da Hierarquia da Igreja Católica.

Art. 28 -

h) manter acrescendo através de visitas.

Art. 29 -

c) manter acrescendo através de visitas.

NORMAS DE FUNCIONAMENTO

1. O que o Colegiado reuna-se nos finais de semana.

2. Ao término de cada Colegiado elabora-se a pauta do próximo.

CEDIM

Formação

"Construir

Reflexão Refletir e sistematizar
~~Reflexão de uma~~ prática metodológica popular para um
melhor serviço de uma ~~melhor forma organizar para~~
aos trabalhadores.

Formação Política que o trab

Formação p/ o senso crítico

Formação cultural que "resgate"

CEDIM

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Cx.Postal 749 - CEP 74001-970 - Goiânia-GO - Brasil

Fone: (062) 224 44 36 - Fax.: (062) 225 4967

==========

PROPOSTA DE DINÂMICA PARA 9ª. ASSEMBLÉIA ORDINARIA

De acordo com a proposta da maioria dos grupos, assumida pelo Conselho Diretor quando elaborou o roteiro de preparação, o eixo da Assembléia vai ser a avaliação da prática da CPT nos últimos dois anos. Os critérios para avaliação são ditados pela última Assembléia, suas intuições e suas conclusões expressas nos objetivos e nas linhas de trabalho. Veja o Pastoral da Terra nº. 95 de Julho/Agosto de 1991.

I - LEMA: deveria ser um apelo forte neste momento de sofrimento e exclusão. Exs.:

- "Vão às encruzilhadas e convidem para a festa todos os que encontrarem" - MT. 22, 9
- "Aos famintos enche de bens e despede os ricos de mãos vazias" - Lc 1, 53
- "CPT - À procura das ovelhas perdidas" - Lc. 15, 3 - 7
- "Vi um novo céu e uma nova terra" - Apoc. 21, 1
- "Deus se levanta para julgar e salvar os pobres da terra" - Salmo 76, 10
- "Renovai a face da terra" - Salmo 104, 30

II - ROTEIRO DA ASSEMBLÉIA:

1. COMPREENSÃO DA CPT E SUA AÇÃO

Dia 03/08 - 14 hs. - Abertura e oração.

15 hs. - Apresentação da síntese elaborada pelo Secretariado Nacional a partir dos relatórios dos Regionais (esquematizada por Grande Região ou por linha temática?).

15:20 hs. - Trabalho de grupo (por grande Região ou por linha temática?).

17 hs. - Plenária de apresentação da síntese dos grupos (CPT e realidade) de forma criativa.

Dia 04/08 - Manhã - Continuação da plenária.

- Síntese dos assessores e debate.

10:30 hs. - Intervenção dos assessores para compreendermos melhor a realidade atual (conjuntura) e levantar questionamentos para avaliação.

2. AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DA CPT

Dia 04/08 - 14 hs. - Critérios para avaliação : relembrar última assembléia e algumas descobertas do estudo de história.

- Avaliação em grupos aleatórios: avanços, limites e dificuldades da CPT, limites e dificuldades do trabalho no nível local, regional, nacional.

16:30 hs. - Plenário dos grupos - Questionamento dos assessores para ajudar a avaliar no plenário.

Dia 05/08 - Grupos: Aprofundar a avaliação de alguns pontos mais importantes e descobrir novos desafios e novas perspectivas que saem desta avaliação.

10:30 hs. - Plenário

14 hs. - Reflexão e interiorização dos apelos de Deus na realidade e nesta avaliação - Celebração.

3. PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO

Dia 06/08 - Manhã - * Grupos:

- O que a CPT quer neste momento? Como vemos sua missão nesta conjuntura de hoje?
- Qual a grande prioridade nacional? Qual o grande eixo que inspira nossa ação?
- Linhas de atuação.

* Plenário

- Tarde - * Grupos:

- Como implementar a grande prioridade e as linhas, a nível Nacional, Grandes Regiões e Regionais?

17 hs. - Eleições.

Dia 07/08 - Programação de grandes atividades, responsáveis, cronograma

Dia 07/08, às 18 hs. - Encerramento

III - LITURGIA

Assembléia não é só reflexão, é encontro, celebração, compromisso. Propomos como tema básico das celebrações: **os excluídos e sua esperança.**

Cada Grande Região orienta a liturgia de um dia:

dia 03 - Centro Leste
04 - Nordeste
05 - Noroeste
06 - Norte
07 - Sul

Assessores de liturgia:

IV - ANIMAÇÃO E AMBIENTE

Os Regionais deverão trazer material visual de sua vida e lutas (cartazes, fotos, slides, vídeos) para ser exposto e, se possível, deixar uma cópia das coisas principais para o secretariado nacional (que ele ainda não tenha recebido). Podem trazer exemplares para venda ou troca com outros regionais.

V - CONSELHO NACIONAL

Inicia no dia 2, 9 horas da manhã, no CTL, mesmo local da Assembléia.

Pauta:

- Integração das diversidades, fidelidade ao espirito e metodologia, dar às lutas uma dimensão nacional. Como realizar isso hoje? Como o secretariado nacional no seu trabalho cotidiano e no acompanhamento de regionais pode contribuir para isso?
- Planejamento, registro de atividades, avaliação, orçamento, projeto e pestação de contas - seriedade do relacionamento com entidades solidárias.
- Contabilidade nacional e auditoria
- programação nacional: lutas, formação, história.

Secretariado Nacional, 27.05.93.

CEDIM

PROPOSTA DE ESTATUTO DA COMISSÃO DOS ASSENTADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINUTA

TÍTULO I

NOME E FINALIDADE

Art. A Comissão dos Assentados do Estado do Rio de Janeiro é uma entidade civil sem fins lucrativos, que objetiva promover a discussão, concientização, comercialização, organização e articulação dos assentamentos, representando-os, inclusive, junto aos órgãos oficiais.

Art. Constituem objetivos da Comissão Estadual:

I- Criação de departamentos de produção, comercialização, finanças, formação política, saúde e educação.

II- Incentivar plantio em área com produção coletiva para criar fundo financeiro para a Comissão.

III- Promover a comercialização dos produtod agrícolas dos assentamentos.

IV- Promover encontros e debates.

V- Incentivar a sindicalização.

VI- Promover a formação de monitores e lideranças.

VII- Representar os assentados no âmbito administrativo e jurídico

VIII- Criar um banco de dados sobre os assentamentos

IX- Preparar e apresentar projetos

X- Firmar convênio com órgaos oficiais

TÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

ART. Serão associados as comunidades com caráter de assentamento.

ART. A representação junto a Comissão Estadual poderá abranger toda área do assentamento ou áreas específicas deste, a critério da comunidade.

ART. A inclusão de representantes de novos assentamentos na Comissão Estadual dependerá de aprovação prévia de sua maioria.

ART. Os associados não respondem pessoal ou subsidiariamente pelas obrigações da Comis - são.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

ART. Constituem foros de poder da Comissão:

a) Conselho Estadual;

b) Conselho Executivo;

ART. O Conselho Estadual se reunirá em encontro estadual dos representantes dos assentamentos e/ou áreas específicas e será instalado, no mínimo, por metade mais um dos representantes, sendo as decisões tomadas pela maioria dos presentes.

I- Representar a entidade em Juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo delegar poderes a um ou mais procuradores;
II- Manter e organizar o arquivo da entidade;
III- Abrir, rubricar e encerrar os Livros da entidade;
IV- Autorizar as despesas necessárias à manutenção da entidade, de acordo com as decisões do colegiado;
V- Assinar toda a correspondência da entidade;
VI- Assinar todos os cheques e demais papéis que importem em obrigações sociais;
VII- Assinar escrituras e contratos após devida aprovação de acordo com o estabelecido em Regimento Interno;
VIII- Lavrar e assinar atas das reuniões do Conselho Executivo;
IX- Fazer toda a correspodência da entidade;
X- Dirigir trabalhos de secretaria, tendo a seu cargo o arquivo da entidade;
XI- Manter em dia o registro de representantes e controle de presença do Conselho Executivo;
XII- Assinar todos os cheques e saques em bancos, bem como quaisquer documentos expedidos pela contabilidade e tesouraria;
XIII- Escriturar, em forma contábil, o Livro Caixa;
XIV- Efetuar, mediante comprovantes, os pagamentos devidos;
XV- Manter depositados, em estabelecimento oficial de créditos os valores;
XVI- Submeter bimensalmente ao Conselho Executivo, e semestralmente ao Conselho Estadual, um relatório pormenorizado da situação financeira da entidade.
ART. As regiões e o número dos seus representantes serão constituidos segundo o estabelecido em Regimento Interno.
ART.. Cabe ao Conselho Estadual decidir sobre a criação ou desmembramento de região, número de representantes, podendo ser a proposta encaminhada pelo Conselho Executivo ou qualquer representante.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. O presente estatuto somente poderá ser reformado ou modificado, especialmente convocado para este fim, contando com, pelo menos, dois terços dos representantes, exigindo-se para ser aprovada a reforma o pronunciamento da maioria absoluta dos presentes.
ART. A entidade será dissolvida com aprovação de três quartos (3/4) da totalidade dos representantes do Conselho Estadual, especialmente convocados, com antecedência mínima de 30 dias, para deliberar a respeito.
Parágrafo Único - Dissolvida a entidade e satisfeita todas as suas obrigações, seu patrimônio será destinado a entidades afins, decidido pela assembléia.
ART. Na falta de disposições expressas neste estatuto o procedimento das reuniões será conduzido de acordo co o Regimento Interno a ser estabelecido.

ART. O Conselho Estadual é um órgão colegiado que será composto por dois representantes por assentamento e/ou áreas especifica.
ART. Cabe ao Conselho Estadual deliberar sobre as diretrizes básicas a serem realizadas pelo Conselho Executivo.
ART. Os representantes do Conselho Estadual terão um mandato de dois anos, tomarão posse em seguida às eleições, devendo escolher os componetes do Conselho Executivo.
ART. O Conselho Estadual se reunirá ordinariamente, de seis em seis meses e, extraordinariamente, quando se fizer necessário, ou por solicitação dos representantes ou do Conselho Executivo, com, pelo menos, dois terços em primeira convocação e pela metade daqueles representantes em segunda convocação.
ART. Compete aos membros do Conselho Estadual:
I- Encaminhar as diretrizes e decisões dos encontros para serem cumpridas pelo Conselho Executivo, zelando sempre pelo efetivo cumprimento
II- Fiscalizer todos os atos do Conselho Executivo
III- Participar dos encontros estaduais e regionais de sua áreas
IV- Defender a obidiência das normas deste estatuto
V- Analisar as reclamações e denúncias de irregularidades, encaminhando as providências.
ART. A exclusão ou substituição de membros no Conselho Estadual antes do término do mandato deverá ser decidida pela comunidade com a presença de representantes do Conselho Executivo.
Parágrafo Único - Serão excluídos do Conselho Estadual:
I- O representante que infringir as normas sociais;
II- Aquele que deixar de cumprir as suas obrigações para com a entidade, ou faltar a duas reuniões consecutivas sem prévia justificação.
ART. O Conselho Executivo será composto por representantes dos assentamentos e/ou áreas específicas, escolhidos entre os membros do Conselho Estadual, obedecendo-se a divisão por regiões.
ART. Os membros do Conselho Executivo terão um mandato de dosi anos e tomarão posse de imediato, após a devida escolha entre os membros do Conselho Estadual.
ART O Conselho Executivo deverá reunir-se, em caráter ordinário, bimensalmente, e, extraordinàriamente, quando necessário e convocado por qualquer representante, respeitado o quorum de metade mais um.
ART. Compete aos membros do Conselho Executivo:
I- Convocar, instalar e presidir os encontros e reuniões dos Conselhos;
II- Lavrar e assinar as atas do Conselho Estadual;
III- Manter em dia o registro de representantes e controle de presença do Conselho Estadual;
IV- Resolver todos os casos omissos neste estatuto depois de ouvir os representantes, ' com a decisão sujeita ratificação ou não pelo Conselho Estadual;
V- Analisar as reclamações e denúncias de irregularidades, encaminhando as providências
VI- Estimular os encontros regionais pelas áreas com foro consultivo para discussão e informação.
ART. O Conselho Executivo terá suas tarefas administrativas exercidas por dois coordenadores indicados pelo seu colegiado, tendo as seguintes atribuições:

3. - AS DEZ PROPOSTAS BÁSICAS DA ABRA PARA A CONSTITUINTE

PRIMEIRA: Do conceito de propriedade da terra agrícola

A terra como capital produtivo[2] deve ser entendida como bem a ser preservado, conservado e principalmente trabalhado para atingir sua finalidade essencial de produção de outros bens para a satisfação das necessidades humanas: tanto no aspecto da alimentação e consumo geral, quanto para a geração de trabalho e bem estar das populações do meio rural que dependem do acesso a essa terra para a sua estabilidade econômica e social [3]. "Não existe direito de propriedade quando não estiver satisfeita a exigência de função social"[4]

SEGUNDA: Da proteção das terras do patrimônio público ou que venham a ele ser incorporada

"Será lícito ao Estado transferir apenas o direito de superfície sobre as terras públicas, havidas ou não por desapropriação por interesse social, quando destinadas a programas de Reforma Agrária ou Colonização, remanescendo ao Estado com o direito de as reaver, sem qualquer indenização, daqueles que não lhes derem a destinação e o aproveitamento previstos no título de concessão".

TERCEIRA: Do preço das indenizações para fins de Reforma Agrária

" O imóvel rural desapropriado para fins de Reforma Agrária será indenizado na proporção da utilidade que representa para a sociedade, até o limite dos tributos honrados pelo proprietário, podendo a lei determinar expropriações sem indenização em casos de excessiva concentração".

QUARTA: Da forma de pagamento das desapropriações

"As indenizações por interesse social para fins de Reforma Agrária serão sempre pagas em títulos da dívida pública com prazos e interesses proporcionais ao desvirtuamento da função social do imóvel rural desapropriado".

QUINTA: Da localização e qualidade das terras, das desapropriações e do acesso à propriedade rural.

" É dever do Poder Público promover e criar as condições de acesso do trabalhador à propriedade da terra economicamente útil, de preferência na região onde habita, ou, quando as circunstâncias urbanas ou regionais o aconselharem, em zonas plenamente ajustadas, proibida a transferência de populações para longe dos locais onde vivem e trabalham". (Proposta ampliada da CPEC - Comissão Provisória de Estudos Constitucionais).

2/ COMPARATO, F.Konder. Muda Brasil - Uma Constituição para o Desenvolvimento Democrático.S.Paulo, Brasiliense, 1986,pág.52

3/ MORAES, Sonia H.N. "A Questão da propriedade da Terra: Conceitos e Princípios Incorporados ao Direito Agrário Latino Americano e a Necessidade de uma Evolução". Campinas, S.Paulo, mimeo, pág.39.

4/ DALLARI, D.A. Parecer escrito. São Paulo, 27 de agosto de 1985.

SEXTA: Do Instituto da Área Mínima

"É dever do poder público fixar, tendo em vista as particularidades regionais, a área máxima do imóvel rural a ser garantida em propriedade, devendo o excedente ser destinado a programas de Reforma Agrária, indenizado na forma estabelecida no ítem terceiro".

SÉTIMA: Da contribuição de melhoria

" Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir contribuição de melhoria, arrecadada dos imóveis beneficiados por obras públicas, que terá como limite total a despesa realizada. Nas áreas prioritárias de Reforma Agrária o produto da arrecadação é destinado à sua realização, devendo ser cobrado, no máximo, até três anos depois de concluída a obra".

OITAVA: Da limitação de área para a alienação e concessão de terras públicas"

" Salvo para a execução de planos de Reforma Agrária, não se fará, sem prévia autorização do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a cem módulos de exploração rural".

NONA: Das indenizações e despejos de pequenos posseiros e proprietários rurais

" Os pequenos proprietários e posseiros rurais desapropriados ou desapossados pela construção de obras públicas, de utilidade ou necessidade pública, terão a seguinte forma de indenização: as benfeitorias em dinheiro, e a terra, trocada por outra área de igual valor e semelhante potencial produtivo, sempre conforme o disposto no ítem quinto".

DÉCIMA: Da duração da Reforma Agrária

" A Constituição deve explicitar o processo de Reforma Agrária como projeto prioritário de desenvolvimento para o país definindo a redistribuição de terras agrícolas de forma ampla, imediata, massiva, enérgica, pacífica e feita com a participação dos trabalhadores. Sua duração deve ser definida, e como tal, ser tratada nas Disposições Transitórias". (Sugestão de Juvenal Boller de Souza Fº, com modificações de Sonia G.Moraes).

CPT
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA REGIONAL RIO DE JANEIRO
CX. POSTAL 1243 · CEP 20001 · RIO DE JANEIRO · RJ
TEL. (021) 285-6840

MÁRCIO PRADO

REGIMENTO INTERNO

Capítulo I - Da Entidade

Art. 1º - A Comissão Pastoral da Terra, também denominada pela sigla CPT, é uma entidade jurídica de direito privado, de caráter religioso e filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro em Goiânia, capital do estado de Goiás.

Art. 2º - A CPT é regida por seus Estatutos Sociais, aprovados em Assembléia Geral, e suas atividades são reguladas por Regimento Interno.

Capítulo II - Do Regional Rio de Janeiro

Art. 3º - Para maior entrosamento com a pastoral da região e maior presença junto à opinião pública nacional, os membros da Comissão Pastoral da Terra do Rio de Janeiro, agrupam-se num Regional com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, filiado à CPT Nacional.

Art. 4º - O Regional Rio de Janeiro é autônomo na elaboração de seu regimento, respeitadas as disposições dos Estatutos Sociais, nomeadamente no que diz respeito à eleição de seus representantes à Assembléia Geral e de sua Coordenação Regional

Art. 5º - São membros da CPT/RJ todas as pessoas que trabalham ativa e diretamente na Pastoral do meio rural e na Educação Libertadora com todas as categorias de trabalhadores no campo, visando fortalecer e colaborar na construção de suas organizações; que desejam ligar-se à entidade, sejam aceitas pelo Colegiado Regional ou pelo Conselho Diretor Nacional e sejam participantes, devidamente constituídos dos encontros nas diversas instâncias da Entidade.

Parágrafo único - A expressão dos direitos de membros será realizada através da participação e do direito de voz e voto nas diversas reuniões, encontros e Assembléias da Entidade.

Art. 6º - O Regional Rio de Janeiro da Comissão Pastoral da Terra, será constituído:

a) pela Assembléia Geral Regional;
b) pelo Colegiado Regional;
c) por um bispo acompanhante;
d) pelo Presidente Regional;
e) pelo Secretariado Regional,
f) pelas áreas com suas equipes locais.

Parágrafo único - O funcionamento desses órgãos, ressalvadas as determinações dos Estatutos Sociais e do Regimento Nacional, serão regulas das pelo presente Regimento Interno.

Art. 7º - O Regional Rio de Janeiro da Comissão Pastoral da Terra é pastoral e funcionalmente ligado ao Nacional da CPT, além da ligação jurídica decorrente de sua qualidade de filial.

§ 1º - A presenço do Nacional no Regional dar-se-á concretamente através da Diretoria e do Secretariado Nacional;

§ 2º - O Secretariado Nacional fa-se-á presente no Regional Rio de Janeiro, mediante conveniência ou convite de qualquer instância do art. 6, acompanhando o Regional em suas atividades e fornecendo subsídios no encaminhamento das linhas gerais de atuação.

§ 3º - O Regional Rio de Janeiro por ser filial da CPT Nacional, fica obrigado a manter os devidos registros contábeis e de pessoal, que serão apresentados ao Secretariado Nacional no fim de cada exercício, sob forma de balancetes e demonstração de contas.

Capítulo III - Da Assembléia Regional

Art. 8º - A Assembléia Geral Regional é o órgão supremo para deliberar sobre todas as questões referentes à vida e ao trabalho do Regional Rio de Janeiro.

Art. 9º - A Assembléia Regional, convocada pelo Presidente e pelo Colegiado, reunir-se-à, em sessão ordinária, de dois em dois anos e em sessão estraordinária por deliberação do Colegiado Regional ou petição da maioria simples das áreas.

Art. 10 - A Assembléia Geral Regional será composta:

a) representantes das áreas;
b) Bispo acompanhante;
c) Presidente:
d) Coordenação;
e) integrantes do colegiado;
f) assessores
g) representantes do Secretariado Nacional;
h) representantes da CNBB

§ 1º - As representações das áreas à Assembléia serão constituidas e fixadas pelo Colegiado, proporcionalmente ao número de equipes, por área, dentre as quais, o coordenador da área. E a participação dos lavradores ficará a critério das áreas.

§ 2º - É conveniente a participação na Assembléia Geral Regional, dos responsáveis das Igrejas, que acompanham a CPT na Região, não sendo contudo sua presença computada na composição numérica prevista no paragráfo anterior.

Art. 11 - Compete à Assembléia Geral Regional:

a) aplicar as linhas gerais das Assembléias Nacionais à Região, fixando as diretrizes e linhas gerais de trabalho na região.
b) avaliar a gestão do Colegiado, da Presidência e da Coordenação anterior.
c) aprovar ou modificar o Regimento Interno e a Política Financeira do Regional Rio de Janeiro;
d) eleger o Presidente Regional e o Coordenação Regional e confirmar as áreas e suas Equipes Locais;
e) deliberar sobre assuntos de interesse permanente do Regional Rio de Janeiro.

Art. 12 - Todas as decisões da Assembléia Geral Regional, com exceção das eleições, serão tomadas mediante voto declarado da maioria simples dos presentes habilitados.

Capítulo IV - Das Eleições do Presidente e Coordenação da CPT

Art. 13 - A Assembléia Geral é o órgão supremo para deliberar e efetuar a eleição do Presidente e coordenação.

Art. 14 - Com exceção dos convidados, terão direito a voto todos os componentes da Assembléia Geral Regional, de acordo com a enumeração do Art. 10 deste Regimento.

Parágrafo único - O candidato para ser considerado eleito deverá obter dois terços dos votos presentes; num segundo escrutínio deverá obter a maioria absoluta e, se assim não for eleito, passar-se-á a um 3º ou mais escrutínios onde apenas a maioria simples será exigida.

Art. 15 - As eleições para Presidente e Coordenação da CPT serão realizadas por meio do voto expresso pelos membros integrantes da Assembléia Regional da CPT

§ 1º - Para a realização das eleições, serão escolhidos pela Assembléia Geral através de voto declarado, três (3) pessoas, sendo um (1) presidente e dois (2) secretários, para integrarem e dirigirem os trabalhos da mesa receptora.

§ 2º - Para efetuar as eleições, serão confeccionadas cédulas, estando indicado o local em que deverá constar o nome do Presidente e da Coordenação escolhidos pelos votantes.

§ 3º - As cédulas deverão ser rubricadas pelo presidente da mesa receptora, eleito pela mesma Assembléia.

Art. 16 - Eleita a mesa receptora, os candidatos deverão inscrever-se ou serem inscritos para participar das eleições.

Art. 17 - Terminada a votação para os cargos, serão apurados os votos imediatamente pela mesa receptora sob a direção do seu presidente.

§ 1º - Para ser considerado eleito, o candidato deverá obter maioria absoluta e, se ainda assim não for eleito, passar-se-á a um terceiro ou mais escrutínios onde apenas a maioria simples será exigida.

Art.18º - O Bispo Acompanhante, o Presidente e Coordenação da CPT, terão direito a voto, independente das áreas a que pertencem.

Art. 19 - Após proclamados os vencedores pela mesa receptora, os eleitos terão assento à mesa, sendo imediatamente empossados pelo seu presidente.

Capítulo V - Do Colegiado

Art. 20 - O Colegiado do Regional do Rio Janeiro Deliberativo e Consultivo, será composto:

a) Pelo Bispo acompanhante;
b) pelo Presidente Regional;
c) pela Coordenação Regional;
d) pelos Representantes de Áreas;
e) um representante da assessoria

§ 1º - Cada área escolherá, a seu critério, dois representantes para fazer parte do Colegiado.

§ 2º - Os demais assessores participarão do Colegiado apenas com direito a voz.

Art. 21 - O Colegiado reunir-se-á, normalmente, a cada dois meses, podendo o mesmo ser convocado extraordinariamente pelo Presidente ou por 4 membros do mesmo.

Art. 22 - Compete ao Colegiado:

a) ouvidos os interessados, reconhecer ou suprimir as áreas, bem como fixar ou alterar os seus limites territoriais. As decisões nesse sentido serão submetidas à próxima Assembléia Geral Regional;
b) encaminhar as decisões da Assembléia Geral Regional;

CEDIM

c) preparar e organizar os Encontros de Lavradores no Estado;
d) dar as diretrizes e acompanhar os trabalhos do Secretariado Regional; das áreas e equipes locais.
e) fixar critérios para a consecução e aplicação de verbas e fiscalizar as finanças do Regional Rio de Janeiro;
f) opinar sobre questões políticas, sindicais, pastorais e outras;
g) admitir e demitir assessores;
h) constantemente avaliar os trabalhos da CPT na região;
i) por em prática as linhas gerais de trabalho da CPT-RJ, de acordo com a Assembléia Nacional.

Parágrafo único - Para desempenhar suas funções, o Colegiado poderá convocar assessores extraordinários, para participarem de suas reuniões.

Capítulo VI do Bispo Acompanhante

Art. 23 - Compete ao Bispo Acompanhante:
a) acompanhar o desenpenho da CPT/RJ;
b) participar da Assembléia Regional, do Colegiado e dos encontros de avaliação e planejamento;
c) representar junto a conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Regional Leste 1, e junto às outras Igrejas Cristãs da Região

Capítulo VII - do Presidente Regional

Art.24º - O Regional Rio de Janeiro em Assembléia Geral, elegerá um Presidente Regional por um período de dois anos, podendo ser reconduzido. O Presidente Regional será um membro da hierarquia de uma das Igrejas Cristãs que apoiam a Comissão Pastoral da Terra.

Art. 25 - Compete ao Presidente Regional:
a) Informar constantemente ao bispo acompanhante o desempenho do Regional
b) presidir as reuniões do colegiado na ausência do Bispo acompanhante

c) representar quando designado pelo Bispo acompanhante a entidade junto a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Regional Leste 1 e junto às outras igrejas cristãs da região

Capítulo VIII - Do Secretariado Regional

Art. 26 - O Secretariado Regional é o órgão da Comissão Pastoral da Terra a quem caberá o acompanhamento e a execução dos trabalhos em nível regional.

Parágrafo único - O Secretariado Regional é composto pelo Presidente Regional; a Coordenação composta por membros eleitos em Assembléia Geral e por assessores e funcionários contratados pelo Colegiado.

Art. 27 - À Coordenação Regional, necessariamente, terá opção de fé, integrada numa das Igrejas Cristãs voltadas em seu trabalho pastoral, à luta pela libertação dos oprimidos.

Parágrafo único - A Coordenação Regional, eleita em Assembléia Geral Regional por dois anos e será confirmado pelo Diretoria Nacional da CPT.

Art. 28 - Compete a Coordenação Regional

a) interessar-se pelos objetivos e ações da entidade na região;
b) ter um posicionamento definido diante das linhas e dos objetivos da entidade nas lutas dos trabalhadores rurais;
c) representar o regional Rio de Janeiro da Comissão Pastoral da Terra em juízo ou fora dela;
d) manter o Conselho Nacional informado sobre o trabalho na região.
e) assinar documentos de maior importância;
f) presidir quando designado a sessões do Colegiado e as Assembléia Geral, bem como dos encontros maiores.
g) fazer executar as decisões do Colegiado e da Assembléia Geral Regional;
h) e prioritariamente:

- encaminhar as decisões do Colegiado e da Assembléia Geral e coordenar os trabalhos na sede;
- encaminhar, acompanhar e articular os trabalhos em todas as áreas do Regional;
- estabelecer contatos com as Igrejas locais, entidades, movimentos estaduais nos níveis urbano e rural
- representar o Presidente Regional em seus impedimentos ou ausência

Art. 29 - Compete aos assessores do Regional:

a) executar as decisões do colegiado;
b) organizar e coordenar encontros regionais e outras atividades que os trabalhos na região exigir;
c) assessorar e acompanhar as áreas.

Parágrafo único - Os funcionários do escritório poderão participar de reunião a convite do Colegiado, com direito à voz e a voto.

Capítulo IX - Das Áreas

Art. 30 - O Regional Rio de Janeiro da Comissão Pastoral da Terra será subdividido em áreas, reconhecidas pelo Colegiado e confirmadas pela Assembléia Geral, na forma do Artigo 22, letra "a". Cada área elegerá os seus representantes para integrar o Colegiado, antes da Assembléia Ordinária.

Art. 31 - A organização interna e a coordenação de cada área, corresponderá às necessidades das equipes locais.

Art. 32 - Compete à Coordenação da área:

a) promover o entrosamento entre as equipes locais e estabelecer " contatos com outras Igrejas, movimentos e entidades rurais e urbanos.
b) promover o trabalho das equipes locais, em seu âmbito próprio
c) zelar pelo cumprimento, por parte das equipes locais, dos objetivos gerais da Comissão Pastoral da Terra, das resoluções das Assembléias e das determinações do Colegiado;
d) organizar as finanças necessárias para os trabalhos na área.

Capítulo X - Das Equipes Locais

Art. 33 - Cada área, de acordo com os objetivos da CPT-RJ, poderá criar e organizar equipes locais segundo suas necessidades.

§ 1º - A s equipes locais compostas de, no mínimo dois membros terão os seus limites territoriais estabelecidos pelas áreas.

§ 2º - Somente serão consideradas, aquelas que forem reconhecidas pelo Colegiado ou pela Assembléia Regional.

Art. 34 - Cada equipe elegerá um coordenador, que será reconhecido pela área e confirmado pelo Colegiado.

Art. 35 - À Equipe compete:

a) convocar e realizar as reuniões para discutir os assuntos de interesse dos lavradores, ajudando-os a se posicionarem diante das lutas das classe trabalhadora ;

B) incentivar os lavradores a participarem da vida sindical, política e pastoral e das lutas dos trabalhadores;

c) elaborar, adquirir e divulgar os materiais da CPT para os trabalhadores rurais ;

d) preparar reuniões de estudo daquilo que interessa aos trabalhadores rurais;

e) cumprir as determinações das Assembléias nacionais e regionais;

f) alimentar a fé dos lavradores cristãos ligados às lutas.

Capítulo XI - Das Disposições Gerais

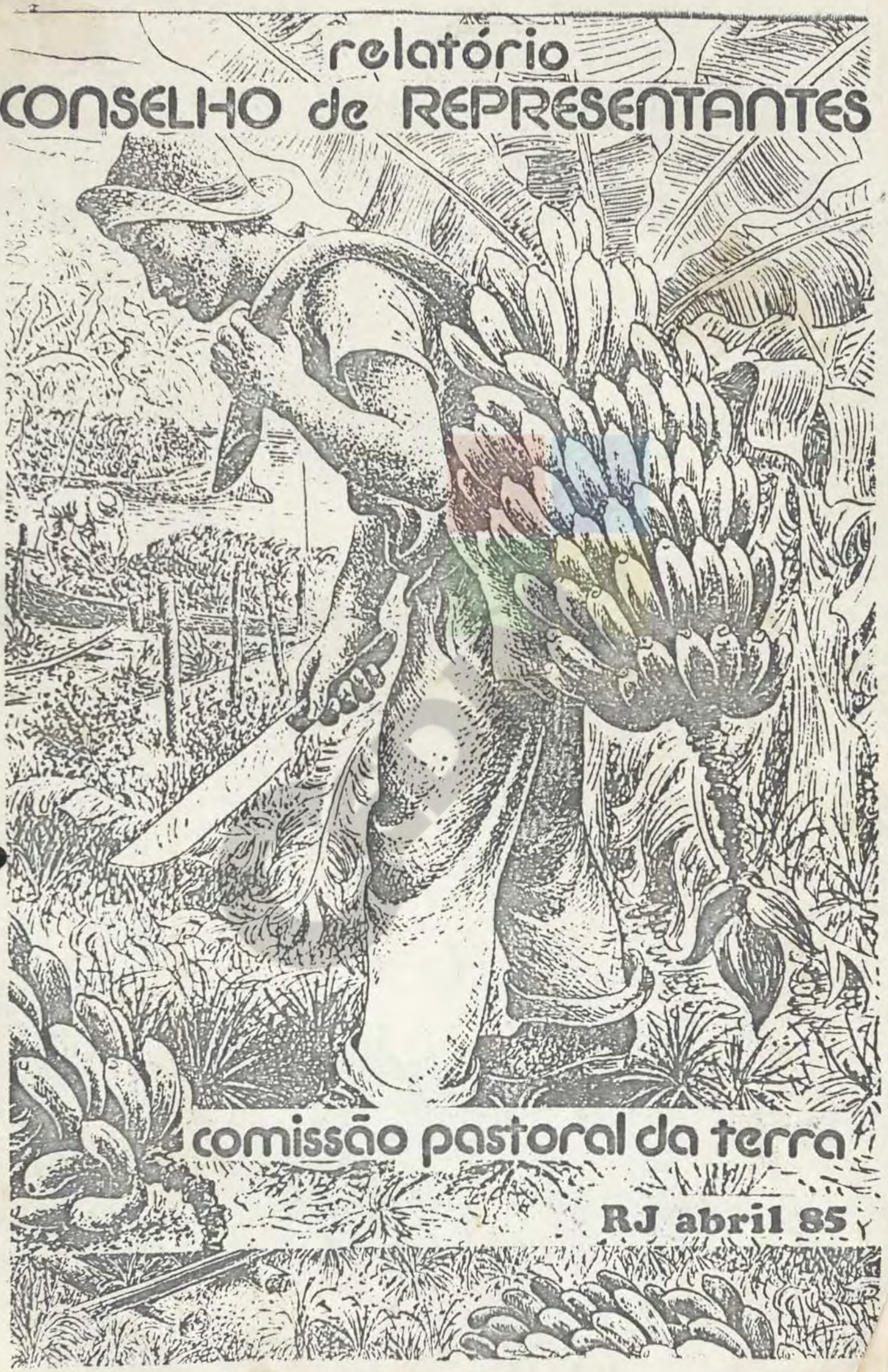
Art. 36 - Os casos omissos, imprevistos ou controversos serão decididos pelo Colegiado, observadas as determinações das normas do Nacional.

Parágrafo único - As decisão devem ser referidas por Assembléia.

(Modificado e aprovado na Assembléia Geral da CPT/RJ nos dias 13, 14, 15 e 16 de junho de 1991)

Luizete

relatório
CONSELHO de REPRESENTANTES



comissão pastoral da terra

RJ abril 85

RELATÓRIO CONSELHO DE REPRESENTANTES
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA _ R

abril 1985

Foi realizado de 22 a 24 de abril, com a participação de 36 representantes.

coordenação - Arsênio, Fernando Moura, Castilho
secretaria - Lia, Abílio
Liturgia - Valdevino, Adenilde, Mª de Lourdes.

1. Exposição: TRANSIÇÃO DA DITADURA MILITAR PARA A NOVA REPÚBLICA
(Fernando Moura)

Com processo de distensão iniciado na época de Geisel, onde as forças armadas, principal sustentáculo do regime, atuavam como partido político representando os interesses do conjunto das classes dominantes, assistimos hoje a uma mudança nas formas de dominação - uma transição de um regime militar para uma democracia burguesa, ainda restrita .

A iniciativa dessa transição é dos liberais, embora o movimento de massas tenha contribuído para acelerar este processo de mudanças.

Buscam uma trégua com o movimento popular, via a proposta de pacto social, que deverá ser forjado pela negociação política dos conflitos sociais.

Para concretizar tal conciliação propõe:

Plano de Emergência

Atendimento de algumas exigências sociais (reformulação CLT, lei de greve, desatrelamento sindicatos, etc.), mas sem tocar no essencial para o regime.

Questão Rural

Da mesma forma, vão mexer em alguns aspectos da política agrícola, dando mais ênfase na produção de alimentos e vão mexer na própria estrutura fundiária. Para este fim estão elaborando um plano de Reforma Agrária, ouvindo diversos setores da sociedade e que prevê o assentamento de 2.000.000 de famílias em 4 anos de governo.

É importante ressaltar que existe grande distância entre elaborar um plano e sua execução, embora os pas

sos iniciais desse governo são demonstrativos, sem dúvida, de um interesse maior em interferir na questão fundiária.

1.1 Questão para os grupos: COMO ESTÁ SENDO A MUDANÇA DE CO JUNTURA

1.2 Relatório dos grupos e complementação em plenário:

Da Classe Dominante

Insatisfação com o poder dos tecnocratas em nível da política econômica traçada para o país e do grau de centralização da gest ão e aplicação de tal política. Busca a dominação pela política de conciliação , com substituição de setores de elasse no poder, mas não da classe no poder.

Do Movimento Popular

Teve papel destacado em períodos de pique (diretas, p.ex.), mas o saldo organizativo em todo o processo de transição é pequeno, continuando como expectador.

As reivindicações são econômicas imediatas, não chegando a questionar o poder, salvo algumas poucas exce - ções.

Sem propostas ainda para o novo momento político, deverá trabalhar ocupando e abrindo espaços.

"... atentar para nova composição no seio do movimento popular. Pessoas que antes eram amigas, hoje são governo..."

"Como as modificações propostas pelo novo governo se refletem ao nível do movimento popular ?"

"...estamos desprevinidos. Nem purismo , nem conciliação. Uma visão crítica permanente me parece que deve ser a nova postura."

"...distinguir organizações populares- aqueles que se auto intitulam populares para manter sua hegemonia nos movimentos populares - e os movimentos populares pro -

priamente ditos, este sim longe da autonomia, muito dēbeis..."

"... o povo não ē tão ingênuo. Houve esperança, hā espaços novos..."

2. Exposição: O QUE É A CONSTITUIÇÃO, COMO SE ORGANIZA A CONSTITUINTE

(Miguel)

Por definição usualmente aceita, CONSTITUIÇÃO ē a lei maior. Mas seria então necessário definir o que ē ' lei.

A nossa sociedade tem visão mitificada (isto ē , de mito) da LEI. Se diz que são as leis que constituem o DIREITO. Mes mo nas universidades se ensina que a lei ē a fonte do Direito. Isto ē uma visão positivista, quer dizer, não explica nada e sō faz forçar uma aceitação de fato. A confusão entre Direito e Lei ē propositalmente imposta nas nossas cabeças para que todos antes de saber se tem ou não direito tenham de ver se existe alguma lei que' autorize ou proiba.

Na nossa visão entendemos DIREITOS como conquistas e imposições resultantes da luta de classes. Não necessariamente antagonismos de uma classe contra outra. Mui - tas vezes existem diferenças de aspirações e reivindicações entre setores de uma mesma classe.

Daī, podemos dizer que Direitos são decorrentes ' de compromissos assumidos entre classes sociais. E mais , os Direitos não são estāticos, (isto ē, sempre os mesmos e do mesmo jeito, dā mesma qualidade) por todo o sempre. A sociedade humana ē dināmica, isto ē os conflitos estão em permanente movimento. Quando um conflito se resolve surgem outros, que vão gerar novos direitos. Ou então muitos direitos conquistados hā muito tempo atrās hoje jā não servem para nada, porque as relações sociais mudaram totalmente.

Por isso podemos tambēm dizer que as leis materializam a conquista dos direitos, ou de outra maneira, materializam como se fossem um contrato, os compromissos assumi - dos pelas classes.

Mas aī surge uma outra questão. Nas sociedades '

como a nossa, do sistema capitalista:

a) qual a classe que estabelece os limites do compromisso ? Dizendo de outra maneira, qual a classe que' determina até que ponto vai o Direito ?

Por exemplo, é muito comum se falar que o direito de um termina quando começa o de outro. Se a gente pensar não em pessoas mas em classes como é que fica isso ?Onde termina o direito dos trabalhadores e onde começa o dos exploradores do trabalho ?

b) qual a classe que domina os instrumentos jurídicos da aplicação do Direito ?

Por exemplo, é muito comum ser impossível conseguir o reconhecimento de algum direito que o trabalhador ' tem (e até já está escrito em lei) na justiça ou em alguma repartição do governo.

Mas, quando a gente diz INSTRUMENTO JURÍDICO,não é só a Justiça ou órgão público. É muito mais que isso : a CONCEITUAÇÃO do Direito. Por exemplo, o que significa ' para a classe dominante a "funçãosocial da propriedade" ou "empresa rural" ? Ou então, como agora mesmo foi dito pelo governo: "greve reivindicatória" e "greve política" ? Quem é o dono do pensamento que faz a diferença entre uma e outra ?

O regime da demo cracia formal (isto é, que tem FORMA de democracia mas o conteúdo é bem diferente)não pode reconhecer a existência de conflitos nas relações sociais. Tem de dissimular (mascarar) esses conflitos, ocul - tando as suas reais naturezas. Os conflitos, por isso,tem de ser submetidos a regras. Tem de ser formalizados, isto é, tem de ter formas bem definidas desligadas das contradições entre classes.

Por isso é que existe necessidade de LEIS e em consequência dessa"lei maior" que é a Constituição. O conjunto de todas as leis, inclusive a Constituição que regula e ordena elas todas é a representação jurídica das relações conflitivas dentro da sociedade. Quando a gente diz "representações" é no sentido de que não mostra a verdade, assim como a artista"representa" um papel: o Ney Latorraca na novela da televisão não é ele mesmo, é o Volpone...

A existência de leis:

a) favorece a imagem do Estado que, por utilizar regras definidas (as leis), parece estar acima das classes e portanto um poder "neutro" e imparcial na sociedade.

b) expressa de maneira deformada os conflitos , operando como um modelador. Isto é, criando modelos para resolver os conflitos sociais (a greve salarial, a desapropriação por interesse social, a sentença judicial, etc.).

Mas, voltando à questão da Constituição, é preciso não esquecer que ela em cada momento histórico legaliza e reflete o estágio da luta de classes dentro da sociedade da época em que ela foi elaborada.

Assim é nas diversas Constituições brasileiras : as de 1824, 1891, 1934, 1946, 1967, 1969.

O espaço onde se dão essas lutas não é nas leis, e dentro da própria sociedade, a Constituição é reflexo ' das forças que cada classe ou setor tem naquele período,para fazer passar e expressar seus interesses.

Uma outra questão.

Como são feitas as Constituições ?

Às vezes um governante ele próprio ou por um pequeno grupo de doutores fez a Constituição e "dá" ela para a Nação. Outras vezes são convocadas eleições e elei - tos aqueles que se reunem e elaboram essa lei. Vamos distribuir um trabalho que conta a história das Constituições brasileiras, mais ou menos informando as circunstâncias ' históricas e como foram feitas.

2.1 Questões para os grupos: A CAMPANHA PELA CONSTITUINTE INTERESSA AO MOVIMENTO POPULAR ? QUAIS SÃO AS PROPOSTAS , PRAZOS ? EM QUE CONDIÇÕES SE DARIA A LUTA PELA CONSTITUINTE ? QUEM CONVOCA ? QUE TIPO ? QUEM ELABORA ? A CONSTITUINTE DETERMINA OS DIREITOS OU REFLETE OS DIREITOS -PASSA POR DENTRO OU A LUTA É NA SOCIEDADE ? QUE PROPOSTAS DO GOVERNO INTERESSAM AOS TRABALHADORES ?

2.2 Relatório dos grupos e complementação em plenário.

Qual a posição da CPT ?

Realizar estudos, fazer e divulgar cartilhas e apostilhas' sobre o assunto(para agentes e com linguagem mais popular)
Formar uma comissão para elaborar uma cartilha mais simples.
Enfocar a questão da terra na Constituição atual.
Examinar as propostas da burguesia e as relações de força,

para que se possa influir no processo.
Levar essa discussão para as bases.

3 FORÇAS POLÍTICAS, MOVIMENTOS E A CPT

3.1 Análise da conjuntura local, a partir das forças políticas atuantes.

Questões para os grupos: QUAIS SÃO AS FORÇAS POLÍTICAS ATUANTES ? COMO ESSES GRUPOS SE ARTICULAM OU SE CONFLITAM ? COMO SE RELACIONAM EM NÍVEL ESTADUAL' OU NACIONAL ?

3,1.1Relato dos grupos e complementação em plenário.

1. Na maior parte das áreas, as forças políticas atuantes são PDS, PMDB e PDT, do ponto de vista' partidário. O PT está enfraquecido. O PDS, em diversas ' regiões vem sendo um pouco absorvido pelo PDT.

2. Outras forças atuantes seriam a Igreja, as associações de moradores, STRs.

3. As prefeituras, a grosso modo, jogam no sentido de aproximar, para manter sob controle, as associações de moradores ou outros movimentos.

4. STRs com posições bastante atrasadas e as oposições sindicais encontrando dificuldades para ' organizar chapas alternativas.

5. A Igreja, em sua maioria, reforça e apoia os movimentos populares.

6. O movimento popular, de um modo geral, desorganizado, enfraquecido e muito despolitizado.

3.2 Exposição: O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (Fernando Moura)

O Movimento dos Sem Terra desenvolve-se, sobretudo na região sul do país. A partir de 79 surgem algumas ' lutas importantes pela terra, entre estas o acampamento de Ronda Alta e a luta dos desabrigados de Itaipu.Estas lutas

obtem algumas vitórias e aos poucos levam ao surgimento de outras lutas pela terra. A partir de certo momento surge a necessidade de articulação dessas lutas, sendo realizados vários encontros a partir de julho de 82.

Em janeiro o movimento realiza o seu I Congresso Nacional, com a presença de 1.500 delegados, de todos os estados do país e onde se elabora um conjunto de exigências ao futuro governo.

O movimento então passa a se organizar em 10 Estados da federação.

Algumas debilidades:

- é um movimento ainda muito dependente da CPT.

- é carente de uma política de alianças mais ampla e há certo fechamento para a articulação com outras forças políticas.

- tende a certo paralelismo sindical.

É um movimento que apresenta um grande potencial pelas características das suas lutas e das suas formas de organização, que vêm correspondendo aos anseios dos trabalhadores rurais sem terra.

Este movimento se propõe a ser um movimento autônomo (da Igreja, partidos políticos), assim como se propõe ser uma articulação no interior do movimento sindical de trabalhadores rurais e nesse sentido contribui para fortalecer o sindicalismo combativo.

3.3 Exposição: IV CONGRESSO DA CONTAG

(Miguel)

Em verdade, o Congresso não é da CONTAG. Está sendo anunciado como o IV Congresso dos Trabalhadores Rurais

Na prática, acaba virando mesmo um congresso dos sindicalistas pelas manobras que são feitas no regimento interno, que não permite uma livre presença de todos os lavradores que queiram ir ao Congresso. Agora, pelo regimento só vão um membro da diretoria de cada STR e mais um associado escolhido ou por assembléia ou indicado pela diretoria. Como na imensa maioria dos sindicatos não foi feita assembléia para escolher o representante, acaba indo mesmo o presidente e um "cupincha" dele.

Mas é preciso ver que hoje a CONTAG congrega

mais ou menos 2.600 sindicatos municipais distribuídos em 22 federações estaduais, das mais diferentes posições políticas e ideológicas: desde sindicatos combativos e verdadeiramente representantes e encaminhadores das lutas, até os mais sem vergonha pelegos e vendidos latifundiários.

Também, pela legislação sindical, cada sindicato único no município tem associados como proprietários (pequenos e até médios), parceiros, arrendatários, assalariados permanentes ou temporários. A grande capacidade do movimento sindical e especialmente da CONTAG é manter um malabarismo e conciliar interesses muitas vezes antagônicos' dentro de um mesmo sindicato.

Por exemplo, a grande maioria dos sindicatos do Sul, é controlado por proprietários muitas vezes até ricos. É claro que esses sindicatos não podem defender os interesses daqueles associados que são "bóias-frias". Ou então o contrário: os sindicatos do nordeste canavieiro que é controlado pelos assalariados e que por isso dão muito pouca ' importância na luta pela terra dos posseiros que são associados nesses mesmos sindicatos.

Realmente esta questão merece um estudo muito sério por parte dos trabalhadores, lavradores, sem-terra. Se, de um lado o sindicato único que congrega todas as categorias impede a divisão e talvez o enfraquecimento, de outro lado fica difícil entender como pode atuar na defesa de classes e categorias diferenciadas.

Temos de chamar atenção que não se trata só de CATEGORIAS mas de CLASSES diferenciadas.

Aqueles que são detentores da terra - meio de produção - pertencem a uma mesma classe (proprietários, posseiros). Aqueles que não tem meios de produção e só tem a força de trabalho, que são obrigados a vender, pertencem a outra classe (sem-terra , assalariados, etc.).

É claro que existe diferença fundamental entre um pequeno proprietário de, digamos, 10, 20 ou até 50 hectares e o grande proprietário de 500, 1.000, 10.000 hectares. Isso também tem de ser levado em conta.

Por enquanto só quero chamar atenção para isso , sem colocar ainda em discussão porque acho que nós aqui ainda não estamos preparados. Daí, fica a questão: manter esta estrutura do sindicalismo de trabalhadores rurais ou marchar para sindicatos classistas, representativos de classes e categorias diferentes ?

Mas voltando ao IV Congresso.

Até o meio do ano passado se falava que esse Congresso ia ser um recuo sobre o III Congresso. Que a questão central não ia mais ser a Reforma Agrária e sim a questão da previdência social. Isto porque a CONTAG cada vez se preocupava mais em ter uma política do tipo tradicional no sindicalismo. Ou seja encaminhar luta dos assalariados por melhores salários, melhores condições de trabalho, etc. A questão da Reforma Agrária, na medida em que já "pintava" a candidatura de político do PMDB ia trazer dificuldades para as composições e conchavos.

Mas, para surpresa de alguns, a CONTAG "deu a volta por cima". As propostas que foram aprovadas nos Congressos e encontros estaduais e que serão discutidas no Congresso, são bastante avançadas. Algumas até mais avançadas que as resoluções do Congresso dos Sem Terra...

Essa é uma das maneiras pela qual a diretoria da CONTAG consegue se manter e segurar esse conjunto tão diferenciado de sindicatos e federações: apresenta propostas bem avançadas. Mas não bota em prática. Melhor dizendo, deixa que cada STR ou Federação faça como bem entender.

As propostas avançadas são aprovadas em Congressos e não são executadas pelo movimento sindical em seu conjunto. Isso leva ao fortalecimento das diretorias pelegas ou atrazadas e ao isolamento dos sindicalistas combativos.

Mas, de qualquer forma, é muito positivo que o Congresso aprove propostas avançadas, que podem servir de instrumento aos trabalhadores para exigir de seus sindicatos e federações o cumprimento das resoluções tiradas em Congresso e não executadas pelo STR.

É bom lembrar que depois do III Congresso de 1979, praticamente a única coisa que a CONTAG fez foi publicar livretos com resoluções e enviar para as Federações. Até hoje muitos sindicatos nem receberam esses livretos que ficaram empacotados nas federações.

Naquela ocasião a CPT publicou as resoluções do III Congresso e difundiu massivamente entre os trabalhadores rurais.

Independentemente de haver ou não participação de sindicalistas combativos do Rio nesse atual Congresso, é necessário se levar a discussão das propostas, e depois das resoluções, para que o maior número possível de lavradores de nosso Estado tomem conhecimento delas e se preparem para exigir da FETAG e dos STRs aquelas posições de luta.

3.4 Questões para os grupos: DIANTE DESSA CONJUNTURA ' QUAIS SÃO OS DESAFIOS PARA A ASSEMBLÉIA DA CPT ? QUAL A POSIÇÃO DA CPT RJ DIANTE DAS PROPOSTAS DOS MOVIMENTOS POPULARES ? E QUAIS SÃO OS ESPAÇOS PARA OS MOVIMENTOS LEVAREM AS SUAS LUTAS ?

3.5 Relatório dos grupos e complementação em plenário:

A - 1. A CPT tem trabalho efetivo junto aos trabalhadores, assessorando, mas ainda não alcançando ' seus objetivos.

2. Necessidade de maior capacitação de agentes e assessores propriamente ditos, e da estrutura da CPT em si (slides, textos ,cartilhas, etc.) para educação ' permanente, ajudando a clarear espaços políticos em que se abrem.

3. Repensar o problema das alianças, ampliando o leque com o qual trabalha e na forma como trabalha, ajudando o movimento popular a romper o seu isolamento.

4. As lutas são todas que impliquem na melhoria ' das condições de vida e trabalho. Nesse momento político destacam-se:

. a campanha pela Constituinte
. Reforma Agrária
. eleições nas capitais e áreas de segurança nacional
. custo de vida.

Quanto aos espaços, considerando como permanente' o Sindicato, destacar os partidos políticos, IV Congresso ' da CONTAG, o Movimento dos SEM TERRA, e a campanha por uma nova Constituição, que implicará em comícios, mobilização , etc.

B - Quanto aos desafios:

1. enfrentar de forma menos espontaneísta o problema das ocupações (campanha de material, fundos divulgação da luta, terra a ser ocupada)

2. Como ampliar as alianças

3. Relação com o poder. Discutir também a participação nos partidos políticos sem se posicionar

por nehum deles particularmente.

4. 4. Trabalho com os assalariados.

5. O papel da assessoria ser avaliado continuadamente.

6. Modificar a atual estrutura da CPT

7. Criar estratégias de trabalho.

4. PARA ASSEMBLÉIA REGIONAL

1. Temário:
   . ocupação de terra - Reforma Agrária
   . papel da assessoria
   . partidos políticos
   . alianças e negociações
   . sindicalismo
   . assalariados

2. Comissão de organização da Assembléia
   Júlio - Liturgia
   Eulália temário
   secretariado ordem do dia
   Luizella dinâmica
   Castilho - lazer
   ficando a coordenação responsável pelo acompanhamento.

3. Convidados especiais :
   bispos da região, CUT Regional, Pastoral Ecumênica da Terra (Caxias), CONCLAT Regional, , FAMERJ, Associação de Engenheiros AgrônomisRJ, Associação de Moradores de Paracambi, Mutirões de Campo Alegre, Guandu e Marapicu; CPO, FASE, IBASE, Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu, CERIS, Pastor Mozart, FETAG RJ, ISER CEDAC, Movimento Nacional dos SEM TERRA.

4. Assembléia Regional de Goiás - 20/23 julho
   Luizella e Teresa

. Assembleïa Teõfilo Otoni - 28/30 julho
Eulãlia e Paulo Cesar

. Romaria da Terra -Trindade- GO - 28 julho
Fernando de Brito, Luizella. Pe. Leopoldo, Castilho, Eulãlia, Luis Fernando e Arsênio.

5. Universidade Popular
Temas: acrescenta-se didática
nº de pessoas : 4
candidatos : Castilho, Luizella, Abílio, Luiz Fernando, Valdecir, Paulo Cesar, Eulãlia, Ir. Jõ

6. Assembléia Nacional
data: 4 a 10 de agosto /85
2 agentes e um lavrador (um agente da coordenação regional da CPT)
Temário: Reforma Agrãria
Pastoral
Teologia
Espaço do Evangelho
Ato público com manifestação no último dia.

5. DA ESTRUTURA DA CPT

Pelo atual Regimento:
A ASSEMBLÉIA GERAL é o õrgão máximo de decisão.
As EQUIPES LOCAIS são criadas de acordo com a estrutura do trabalho.

O CONSELHO DE REPRESENTANTES é consultivo e deliberativo, mas não tem poder de decisão em questões maiores que só a Assembléia pode resolver.

O SECRETARIADO tem como tarefa por em prática as decisões e linhas (Presidente, coordenador, 2 coordenadores adjuntos, assessoria, serviços).

"... mais agilidade na tomada de decisões de forma a que acompanhe a conjuntura..."

"OCConselho não tem objetivos definidos".

"... falta de participação que não é estimulada. Mudança para colegiado ' tem que ser pra democratizar..."

"... ter uma assessoria de Pastoral..."

"...esforço no sentido da capacitação' dos companheiros das equipes locais ' que acompanham trabalhos (p.ex. algumas reuniões da assessoria por atividade ' específica (sindical,p.ex.)."

"Falta entrosamento com as Pastorais ' Diocesanas."

"... assessoria se capacitar para não' se distanciar da base..."

RESOLUÇÕES PARA A ASSEMBLÉIA REGIONAL

1. Manter a presidência com as funções atuais.
2. Substituir o coordenador por um colegiado ou secretaria do executivo.
3. Transformar as atuais reuniões do Conselho em reuniões' de estudo.
4. Coordenação ampliada , composta de um companheiro por área, que se reuna uma vez por mês.

MUTIRÃO DO PISTÓIA I - RESUMO

1a. parte:

O Mutirão ou Associação de Moradores dos Conjuntos Habitacionais do Bairro da Prata e Adjacências, encontra-se sediada no Conjunto cidade de Pistóia na estrada Plínio Casado, nºs 3341 e 3469, Bairro da Prata - Belford Roxo - 4º Distrito de Nova Iguaçu. No mapa iguaçuano, estamos localizados, AQUI!

DESCRIÇÃO DA REALIDADE ATUAL:

Encontram-se os conjuntos sem nenhuma manutenção, desde a sua construção , sendo que, as pequenas melhorias realizadas no local foram feitas, pelos próprios moradores, mas sem grande valia devido ao seu estado de abandono e o baixo poder aquisitivo de seus moradores. Sem lixeiras no local estamos expostos a toda sorte de insetos como: ratos, baratas, formigas e outros. Os esgotos correm diariamente pelo prédio numa constante ameaça aos moradores. A falta de uma área de lazer obriga as crianças a brincarem justamente nestes locais de lixeiras e esgotos abertos, portante, expostas a toda sorte de doenças.

O interior de cada apartamento encontra-se com grandes rachaduras, queda de rebocos, infiltrações, entupimentos, janelas e portas podres, isntalações elétricas e hidráulicas velhas e cheias de riscos para os moradores.

Nossa estrada no ano passado foi asfaltada, ficando justamente em frente aos blocos totalmente desprezada, como se não existisse. Falta policiamento, telefones públicos, etc.

HISTÓRICO DA NOSSA CAMINHADA:

Em 1980 surgiu um cidadão com uma carta de arrematação que constava a posse dos 96 (noventa e seis) apartamentos do conjunto. Este Sr. se apresentou como pastor Batista, advogado e bacharel em letras e disse estar disposto a negociar . Alguns moradores levaram o fato ao conhecimento do padre da Igreja de Santo Antônio da Prata, na época, padre André. E este encaminhou o grupo à Caritas Diocesana de Nova Iguaçu, onde conheceram a Comissão de Justiça e Paz, que após ouvir o grupo imediatamente se dispôs a colaborar. Propuseram a formação de uma Comissão dentre os moradores do conjunto e a partir daí sucederam várias reuniões no local onde chegou-se a discutir até o preço para os apartamentos (sempre com a presença da Comissão de Justiça e Paz). Certo dia o advogado da empresa arrematadora chegou ao conjunto à noite,de surpresa e solicitou uma reunião com os moradores.

Nesta ocasião portava ele de autorização para negociar diretamente com os moradores, e marcou com o povo um encontro no local. Uma semana depois, pedindo a cada morador que levasse a quantia de Cr$ 700,00 para movimentar a papelada inicial da venda dos imóveis e posteriormente traria o documento de Promessa de Compra e Venda. No dia marcado lá estávamos com a quantia exigida. A maior parte dos moradores confiava no cidadão. Após recolher o capital, agradeceu e gentilmente retirou-se. Depois surgiu a desconfiança de que o homem estava enrolando e querendo ganhar tempo. Por isso um membro da comissão de moradores resolveu fazer uma sindicância e decobriu que se travava de um vigarista. A comissão do conjunto o procurou e conseguiu recuperar todo o dinheiro e devolver aos moradores.

Devemos frisar e deixar claro que tudo isso aconteceu porque desde o encontro de surpresa o pessoal da Comissão do Conjunto Habitacional não deu ouvidos às orientações fornecidas pela Comissão de Justiça e Paz que sempre dizia: Nada de dinheiro, sem finance.ra, e isso não foi respeitado.

Com isto o povo perdeu o ânimo o grupo foi dissolvido e tudo voltou a estaca zero.

2a. parte:

Começou então a aparecer vários boatos de despejo e as várias pessoas levadas pelo medo e outros pelo desânimo se viam obrigadas a passar seus apartamentos por preços irrisórios. O tempo foi passando, passando. Quando de repente os moradores começaram a receber correspondência de uma Empresa chamada AMIL(Assessoria e Planejamento Técnico Ltda), convidando-nos a comparecer em seu escritório para resolver assunto de nosso interesse. Isto em março de 1982.

Alguns moradores foram ao escritório da AMIL e lá ficaram conhecendo os novos proprietários do Conjunto Habitacional e suas primeiras palavras foram: Só atendemos a um morador de cada vez. E novamente a inexperiência imperou, pois aceitamos a sua proposta ou porque não dizer, imposição, mas de certa forma foi bom. Porque assim ficamos a par das pretensões da AMIL. Isto em março de 1982. Era a seguinte:

1) Negociar com os moradores individualmente
2) Aos moradores que não tivessem condições de compra, propunha pagar a mudança para onde quer que fossem, a outros indenizar ou comprar os apartamentos no valor estipulado por eles.
   OBS: chegaram até a comprar um apartamento por Cr$ 400.000,00 o qual foi ocupa por outra pessoa.

40

MUTIRÃO DO JARDIM IGUAÇU - RESUMO

I - HISTÓRICO:

1a. Invasão - Em agosto de 1983 estávamos preparados para ocupar um terreno da Prefeitura. Éramos 41 famílias.
Começamos a marcação de lotes, a abrir um poço, a lançar alguns alicerces no regime de Mutirão. E enquanto fazíamos esse trabalho, um morador vizinho ao terreno, percebeu que se tratava de uma ocupação, vendo-nos com maus olhos. O que ele fez? Foi diretamente à Prefeitura, procurou o Secretário de Obras. Imediatamente chega um trator que virou e revirou o terreno, levando nosso projeto por água abaixo.

Decidimos, então, que nova ocupação seria feita à noite, no silêncio.

2a. Invasão - A nossa 2a. tentativa foi em outro terreno, também da Prefeitura. Após várias Assembléia fizemos uma avaliação da 1a. Invasão e procuramos corrigir as falhas.

Resolvemos entrar em outro terreno da Prefeitura, próximo ao primeiro. Para lá fomos de mala e cuia. Sem furar poço, nem marcar os lotes. Fizemos tudo depois da ocupação. Carregamos nas costas o que pudemos e dispostos a resistir a todas as ameaças. Já estávamos há 4 dias nessa área, quando de repente chegaram carros e caminhões trazendo homens fardados e à paisana. Eram cerca de 30 homens no total. Começaram logo a derrubar nossos barracos; resistimos como pudemos, mas fomos vencidos. Vieram a nosso socorro ocupantes de outra área, Bairro Metropolitano, a Cáritas e a Comissão de Justiça e Paz. Depois de muita conversa, mas com todo o nosso material derrubado, os homens da aeronáutica resolveram levar-nos para a outra área, a 1a. que ocupamos. Fato curioso: houve um engano: ocupamos a área errada. Pensamos ser da Prefeitura, mas era da Aeronáutica. O terreno da Prefeitura ficava ao lado.

3a. Invasão - A mudança nos consolou um pouco, mas também trouxe transtornos, pois nosso material foi todo misturado o que causou embaraço para a separação deles.

O Capitão parecia um homem bom. Ofereceu-nos móveis velhos, como: mesa, cadeira, estante.

As ameaças dos vizinhos recomeçaram. Eles não nos queriam naquele terreno, pois nós éramos grupo de favelados indesejáveis.

Autoridades chegaram com ameaças de expulsão, juntamente com os fiscais e o trator. Formamos um cordão de mãos dadas e resistimos: - O trator só entra aqui se passar por cima de nós. Vendo a nossa união, a máquina deu meia-volta. Foi a nossa 1a. grande vitória!

Logo depois chega o Prefeito. Disse que não nos cederia o terreno e que ficássemos provisoriamente até sermos levados para o Mutirão de Nova Aurora. Disse que a Prefeitura já tinha planos para construir no terreno um Lar dos Velhinhos.

Lutamos contra a fome, o vento, o frio e a falta de recursos. Nossos primeiros vizinhos apavorados conseguiram que soldados ficassem nos vigiando. Durante uma semana eles ficaram na área, vigiando um bando de marginais e índios. Aturamos ofensas e abusos.

Faltamos ao trabalho e passamos fome, mas ninguém saía do local. A comida era dividida. Recebemos ajuda das igrejas, de particulares, como roupas e comidas.

Os nossos barracos eram a nossa imagem. Paredes e pontas de pano, de plástico e de papelão.

O nosso Mutirão começou a tomar forma. Queremos ressaltar o apoio que nos é dado até hoje pela Cáritas Diocesana e Comissão Diocesana de Justiça e Paz nas pessoas de Sada, Azuleicka, Frei Luís, Bráulio e ainda a orientação das engenheiras Quina e Terezinha para a construção do Centro Comunitário.

Nosso centro comunitário está com as paredes do salão levantadas, Agora vai ser colocada a laje. Ele está sendo construído nos fins-de-semana pelos próprios moradores.

Nossas reuniões ainda são ao ar livre. Daqui há pouco passaremos para o Centro Comunitário.

Hoje já temos luz, (não oficial), mas no início tínhamos de acender uma lareira para iluminar e espantar os mosquitos.

Temos na ocupação uma bica de água para atender ao Mutirão.

Há poucos dias houve outra ameaça de um abaixo-assinado para nos tirar de lá. Logo fizemos reuniões para saber como proceder.

A nosso organização está fraca em alguns pontos. Muitos moradores do nosso Mutirão já fazem parte da Associação de Moradores. Contamos, também, com o apoio da Associação de Moradores no projeto de saneamento da área. Aos sábados funciona um grupinho de Círculo Bíblico que é mais um ponto para nos animar.

Para nós Mutirão é o mesmo que força, união.

Só contamos com a nossa união e com os grupos nossos amigos, por isso: Viva o nosso Mutirão!

MUTIRÃO DE NOVA AURORA - RESUMO

O Mutirão iniciou-se no dia 02/11/1979, que foi nessa 1a, reunião que era feita nas casas dos companheiros, no Bairro Xavantes, Essa reunião era composta de 3 componentes que após discutir com diversas pessoas resolverem se reunir, para ver o que podia ser feito pelo nosso povo, na sua maioria pessoas que moram em beira de rios, avenidas, infectas, cabeças de porcos, pagando aluguéis caríssimos.

Vendo que sozinhos não poderíamos fazer grandes coisas, começamos a convidar outras pessoas que se encontravam, com os mesmos problemas. Foram feitas várias reuniões, cujo principal tema era a luta pela posse de terra. O número de pessoas foi crescendo gradativamente, vendo que precisávamos expandir mais a reunião nós passamos a nos reunir em Heliópolis. Depois de várias reuniões o numéro de pessoas cresceu tanto, que não foi possível fazê-las nas casas dos companheiros, tivemos que passar a nos reunir ao ar livre. Nesse sentido nós realizamos a nossa 1a. Assembléia com 500 presentes, que até então ainda não eram inscritos, pois até nós não tínhamos pensado nisso, era um movimento novo, inexperiente, mas com muita garra.

Depois de se fazer várias assembléias, o pátio já não dava mais. Resolvemos em assembléia pedir ajuda a igreja local na pessoa do Padre Matteo Vivalda, a princípio ele não aceitou muito bem esse nosso movimento, pois não sabia muito o que nós pretendíamos. Com o passar do tempo ele foi compreendendo melhor a nossa luta, nos aceitando e passou a dar o seu apoio.

Contamos também com a participação muito importante que não podemos deixar de citar que foi o trabalho desempenhado pela Irmã Maria, que sempre se manteve firme junto com o Mutirão até nos momentos mais difíceis do Movimento.

Após várias lutas, resolvemos em assembléia que se faria o levantamento da área, que até então não sabíamos qual seria, pois nós nos mantinhamos unidos com a esperança de algum dia conseguir o nosso lote de terra para morar. Foi feito o levantamento e descobrimos uma área de terra pertencente a CODENI (Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu), e que a maior parte das ações dessa companhia pertencia a Prefeitura de Nova Iguaçu. Em assembléia nós marcamos uma passeata até a área e tomamos posse da terra. Houve repressão por parte des autoridades, mas nós fomos apoiados pela Comissão de Justiça e Paz, que em nome do Bispo Dom Adriano Hypólito deu-nos toda assistência jurídica e moral, com este apoio iniciaram-se as negociações. A 1a. reunião com o Prefeito foi marcada por Dom Adriano.

Depois de várias negociações nós começamos a melhorar o nosso movimento. Houve a 1a. eleição no dia 25 de dezembro de 1981. Registramos o nosso movimento com o nome escolhido em assembléia: O MUTIRÃO DE NOVA AURORA.

Depois das eleições do Mutirão voltamos a negociar agora não apenas como Comissão, mas já com uma diretoria eleita e o movimento registrado, Esse passo foi decisivo para o Mutirão que passou a ser mais bem aceito do que era antes. Mas por outro lado, as negociações estavam difíceis. O Prefeito não cederia facilmente. Nós colocamos o problema em assembléia, lançamos a proposta de fazermos um documento para o Prefeito assinar, dando-nos a posse legal da terra. A assembléia apoiou e fizemos o documento: Marcamos uma passeata e fomos até à Prefeitura dispostos a acampar se fosse preciso. Chegando lá um dos secretários do Prefeito disse que ele teria viajado. Dissemos que nós ficaríamos ali enquanto durasse a viagem do Prefeito vendo que nós não sairíamos no 2º dia já anoitecendo o Prefeito recebeu uma Comissão nossa. Nós ficamos lá no pátio da Prefeitura, cantando, pedindo a Deus que desse certo. Depois de alguns tempo de negociações, saiu o Dr. Delário, da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu, com o documento na mão gritando: VITÓRIA. Nós gritamos, choramos, cantamos, fizemos uma grande festa, mas se por um lado tínhamos vencido uma batalha, por outro a guerra continuava. Foram remarcados os terrenos. Outro problema tão cruciante quento o problema da terra, pois os companheiros tinham a terra, mas não tinham como construir. Fizemos então uma reunião com a Diretoria, Padre Matteo Vivalda e a Irmã Maria. Nessa reunião foi discutido o problema das companheiros que não tinham como construir. Padre Matteo e a Irmã Maria deram a idéia de se fazer um projeto com o CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social). Fizemos o nosso 1º Projeto, que se chamou Mini-Projeto. Seriam 12 casas e esse projeto foi aprovado pelo CERIS, que mandou uma organização Italiana, chamada MLAL (Movimento Leigo de Ajuda para a América Latina).

Com a construção das casas feitas pelo projeto o Mutirão criou novo ânimo os outros companheiros começaram a construir por conta própria. O material do projeto funcionaria como fundo rotativo ou seja, os companheiros qunndo terminassem de construir a sua casa pagariam o material mensalmente, para que outros companheiros também pudessem construir sua casa própria. Mesmo assim ainda era pouco. Fizemos outra reunião para ver a melhor maneira de se conseguir mais verba para o financiamento de material de construção. Foi colocado pelos companheiros que deveríamos recorrer ao Estado. Colocamos o problema em Assembléia e propomos fazer uma passeata e o governador nos recebeu, prometendo que apoiaria o projeto apresentado.

HISTÓRIA DO MUTIRÃO DO PARQUE ESTORIL - RESUMO

O Mutirão começou com dois grupinhos que se encontraram numa esquina com a mesma idéia de se conseguir um pedaço de terra para trabalhar. Acharam que as terras do Parque Estoril que pertence ao Ministério da Agricultura seria o ideal. Decidiram, então, pela sua ocupação. Os grupos se juntaram e rumaram para as terras, começando a ocupação. Em 1º lugar foi feita a demarcação das terras. Outras pessoas vendo a marcação das terras foram chegando, desejando se juntar ao grupo. Tivemos então, de abrir inscrições porque eram muitos os pedidos. Depois chegamos, também, a uma parte da fazenda Dendê. Começamos a trabalhar na terra. Um dia, quando, já estávamos todos acomodados e trabalhando, chega um companheiro assustado para nos dizer que uma senhora chegou de fora, dizendo-se dona da área e mandou suspender o trabalho. Logo depois chegou a Dra. Laura muito nervosa. Resolvemos fazer uma pequena reunião com os companheiros mais próximos e a Dra. Laura. Justificamos a ocupação, dizendo que eram terras abandonadas, que o povo está passando fome, que só queremos a terra para trabalhar e depois ela foi embora. No dia seguinte chega o camburão da Polícia e ao mesmo tempo um helicóptero sobrevoa a área. Chegavam policiais de todos os lados. Deram ordem de prisão para todos os homens e mulheres.

Prenderam todas as nossas ferramentas, Fomos, então, todos presos para o Rio de Janeiro. Pedimos ajuda a Comissão Diocesana de Justiça e Paz e, imediatamente, dois advogados chegaram lá na Polícia Federal.
Ficamos todo o dia e toda a noite presos como maus elementos armados. Fomos soltos depois de muita conversa.

Retornamos a Nova Iguaçu e fomos diretos ao Centro de Formação. Recebemos um jantar, e, logo em seguida houve uma Assembléia com a presença de muitos grupos e do Bispo Dom Adriano. Na verdade, essa prisão serviu para nos animar e nos unir mais. Decidimos que íamos voltar para o mesmo lugar e continuar a luta.

E voltamos e chegavam mais gente para o Mutirão. Só que nossas ferramentas não voltaram. As inscrições chegaram a quase 4.000 pessoas. Depois de algum tempo chegam as nossas ferramentas.

Mas, não conseguimos aumentar a ocupação. Muitos companheiros ficaram amedontrados. Eram muita gente e pouca terra,
Remarcamos as terras que já ocupávamos, diminuindo o seu tamanho para outros companheiros. Não conseguimos mais segurar todas as pessoas inscritas e, também, a própria Comissão foi desanimando. A Comissão não era bem unida e muita coisa ficava nas costas do Presidente. Muitas vezes o presidente falava coisas que nunca conseguiu cumprir.

O Mutirão, apesar de tantos problemas continua a trancos e barrancos. Muitos comem aquilo que plantam e continuamos a ocupar a terra. Nossos desejos são conseguir: Escola, água, luz, posto médico e transporte.

A água faz a maior falta na plantação, A que temos não é suficiente para o trabalho.

A luz vai possibilitar o funcionamento de máquinas, como, a moenda de cana para fazer melado, rapadura. O funcionamento de chocadeiras para a criação de pintos. O funcionamento de bombas para irrigação e a luz para nossas casas.

O posto médico é de grande necessidade. A distância e a falta de transporte são muito difíceis para o atendimento aos doentes.

Não temos estrada boa. Se tivéssemos um caminhão próprio nossos produtos: banana, aipim, cana, etc. Sabemos que a melhor estrada seria beirando o Rio Iguaçu muito mais perto e não seria tão caro. Temos galpões bons para guardar os produtos. Há um projeto do Pastor João Ramos de construir lá uma Igreja.
E, assim, devagarinho íamos caminhando, quando em fevereiro de 1985 chegando um Dr. lá do Ministério da Agricultura reclamando a nossa presença nas terras.
Veio com uma história comprida. É a seguinte: há uns dez anos foi feito um contrato entre o Ministério da Agricultura e Prefeitura e a Associação Rural de Nova Iguaçu para aproveitar aquela área para muitas coisas. Ela seria um núcleo de escola agrícola e uma porção de coisas. Na verdade nada disso aconteceu. Agora vem ameaçar a gente de sair da área. Corremos logo para a Cáritas Diocesana e a CDJP e contamos o caso. Eles telefonaram para o Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro e convidaram o Dr. Apolinário para uma reunião aqui em Nova Iguaçu. Ficou tudo combinado e no dia 22 de fevereiro houve essa reunião no salão da Cáritas Diocesana. Compareceram: o Dr. Apolinário, as Irmãs da Comunidade, pessoas da Cáritas e da Comissão de Justiça e Paz, uma jornalista e uma Comissão do Parque Estoril.

Depois de muita conversa resolvemos ir ao Rio no dia 05 de março para uma decisão final. No dia 26 de fevereiro, antes de descer, fizemos uma grande Assembléia lá dentro no Mutirão.
Foi muita gente. Nós queríamos contar para os companheiros o resultado da reunião e, também, preparar a turma para o encontro do Rio. As Irmãs, a CPT, a Cáritas e a Comissão de Justiça e Paz foram lá.

MUTIRÃO DO BAIRRO METROPOLITANO - RESUMO

HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO: Nossa ocupação numa área da Prefeitura foi preparada durante meses com reuniões todas as sextas-feiras no salão da Igreja São Pedro e São Paulo. Desde o início contamos com o apoio da Paróquia, da Cáritas Diocesana e da Comissão Diocesana de Justiça e Paz. Na noite de 26 para 27 de março de 1983 começou a ocupação. Chovia muito, faltava material para levantar os barracos, fizemos a capina da área, pois o mato estava alto. Logo que levantamos alguns barracos no regime de Mutirão, chegam alguns fiscais da Prefeitura que a ponta-pés jogou no chão mais de 10 barracos. Tirou à força os moradores, inclusive uma mulher grávida e as crianças. Foi um Deus nos acuda! Gritaria, correria, xingamentos. Imediatamente telefonamos para a Cáritas Diocesana e a Comissão de Justiça e Paz. Eles vieram correndo. Houve ameaças e discussões. Os fiscais distribuiram cartões entre nós para não deixar entrar mais ninguém e mandou que procurássemos o Secretário de Obras da Prefeitura, porque eles estavam com ordens para derrubar os barracos.

Foi organizada, nesse dia, uma Comissão formada pelos ocupantes, membros da Cáritas Diocesana e da CDJP diretamente a Prefeitura Municupal e exigimos a presença do Secretário de Obras. Aguardamos horas seguidas até conseguirmos a audiência.

Uma semana depois voltam os fiscais num caminhão com 8 homens, 2 camburões e uma joaninha que chegaram para prender os marginais que éramos todos nós.

Os homens foram obrigados a descer do caminhão, contrariados e sentindo pena da nossa situação.

Nesse momento, um dos fiscais perguntou: - Por que Dom Adriano não dá suas terras para o povo morar?

Chamamos a CDJP e a Cáritas Diocesana. Chegaram 2 pessoas. Havia até fiscal armado. Nada os sensibilizava. Vimos nossas tábuas e arames irem para os caminhões. Um dos membros da CDJP levou um empurrão e a outra pessoa enfrentou com muita coragem os fiscais. Chegaram a ameaçar-nos de morte. Muitas reuniões foram feitas com fogueiras para nos aquecer e iluminar. O nosso mutirão nasceu da necessidade de termos uma casa para morar. Somente a nossa união dava-nos força para continuar uma luta tão desigual.

Aqueles que iniciaram aquela luta sabem dar valor à nossa organização, ao nosso mutirão. Vimos companheiros doentes e operados construindo seus barracos. Ficou até bonito o colorido dos 25 barracos da ocupação: plásticos, colchas de retalhos, papelão e outras coisas.

Era uma dor só: desemprego, fome, falta de escola, dívidas com aluguel, barraco sem teto, falta d'água.

Construímos um poço em mutirão para servir à Comunidade. As reuniões semanais sempre tiveram a presença da Cáritas e CDJP.

Já temos luz na ocupação. Atualmente, estamos começando a construção de um Centro Comunitário na própria ocupação, num terreno que reservamos desde o início.

Um grande problema apareceu dentro do próprio Mutirão:

Uma senhora apareceu, pedindo pelo amor de Deus que arrumássemos um pedacinho de terra. Ficamos compadecidos, pois não havia mais lugar desocupado.
Mas, como sempre tem um jeitinho, resolvemos dar um pedacinho no lote reservado ao Centro Comunitário até encontrarmos outra solução. Quando uma das famílias desistiu de continuar, tratamos de comunicar a tal senhora a sua transferência. Ela, então, negou-se a cumprir o que combinamos, alegando que era uma injustiça o que estávamos fazendo com ela. Deu parte na Delegacia contra nós, foi ao Secretário de Obras da Prefeitura. Disse também, que roubamos, Cr$ 40.000,00 do seu barraco e até, numa tarde de domingo chegou uma patrulhinha da Polícia e fomos um grupo parar na Delegacia. Pedimos socorro à CDJP, tendo ido, também à Delegacia, O Dr. Francisco Amaral e a Sada. O motivo alegado por ela foi o do roubo. Mentiu e chorou na Delegacia. Conclusão, ficamos fichados como ladrões. Acusação mentirosa feita por uma companheira que não considerou o Centro Comunitário como um bem para todos. Chegamos a construir no outro terreno, no regime de Mutirão, um outro barraco. Mas, nada fazia a senhora mudar de idéia. Tivemos que modificar a planta do Centro Comunitário, porque a briga era sem fim. Com isso, a Prefeitura ia gostando de saber que o nosso Mutirão tinha virado um inferno. Era a maneira de justificar que éramos marginais.

Hoje várias famílias já fizeram suas casinhas de tijolos e estão livres de aluguéis.

Somente a nossa união, a compreensão, a harmonia, enfim o nosso Mutirão foi capaz de garantir o nosso lote naquela terra da Prefeitura.

MUTIRÃO DO BAIRRO DA VIGA - RESUMO

Histórico da ocupação - 1a. fase: - Início da luta 1982.

Primeiramente, a Viga era uma área particular com uma parte mais distante do rio das Botas e a outra grande parte perto do rio, ou melhor, do valão que em épocas de chuva enchia os terrenos e os muitos barracos. Na parte melhor que não é atingida pelas enchentes chegaram a construir um conjunto de 12 casas. A outra foi sendo ocupada sem nenhuma organização por 80 famílias. O proprietário do terreno nunca nos incomodou. Com a sua morte, a área foi vendida para um empresário de Nova Iguaçu. Chegou o novo proprietário com o projeto de construir um grande conjunto na área. Os ocupantes atrapalharam o seu projeto. Houve muitas ameaças e chegou a colocar fogo em um barraco, deixando a família no tempo.

Diante desse fato, muitos outros moradores se organizaram e foram procurar o Pároco, a Cáritas Diocesana e a Comissão Diocesana de Justiça e Paz.

2a. fase:

Ficamos encorajados com o apoio que recebemos e decidimos reconstruir o barraco daquela família. Escolhemos o dia e o Mutirão da reconstrução começou.Tudo foi trazido: ferramentas, madeiras, prego, café, pão, refresco, etc. No fim da tarde o barraco estava pronto. Quando o proprietário percebeu que havia o sinal de organização, ele mudou de atitude. Começaram as reuniões de negociação, chegando concordar com a venda da área. Mas, pediu a quantia de Cr$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros). Voltamos a conversar e ele baixou para 3.000.000,00.

A Diocese, resolve assumir a compra, passando o terreno diretamente para a Associação de Moradores. Cada família recebeu passou a pagar Cr$ 65.000,00 pelo seu pedaço de terra numa prestação simbólica de Cr$ 1.000,00. Esse pagamento é feito e é revertido para a própria Associação. Esse foi o trato com a Diocese.

As 12 casas do Conjunto distante do valão também foram ameaçadas de despejo, A Associação convidou a CDJP e à Cáritas Diocesana para nos ajudar e dar o seu apoio à nossa luta que era grande. Mas, para isso acontecer houve muito trabalho; havia morador há 15 anos.

3a. fase:

A Caritas e a CDJP fizeram uma proposta ao nosso Mutirão que seria a seguinte: O arquiteto Vicente Loureiro membro da CDJP era, também, professor de uma Faculdade de Arquitetura do Rio de Janeiro e um grupo de 24 alunos estavam interessados em fazer um projeto de urbanização de uma favela. Aceitamos logo a proposta. Formaram-se 4 grupos de estudantes que durante 6 meses estiveram conosco nos fins-de-semana. Depois desse tempo foram apresentados 4 projetos diferentes de urbanização da nossa área. Esse trabalho foi reconhecido pela Faculdade.
O dia da apresentação foi um dia de festa. Era uma esperança só. Não sabíamos qual era o melhor, porque todos eram ótimos. Uma beleza! Nossos barracos não seriam derrubados. Há somente uma via circular para carros pesados. As outras ruas seriam de pedestre. Não mudaria o rosto da nossa Comunidade, mas ia ficar mais bonito. Decidimos, então, que seria formado um só projeto,mas com as idéias dos quatro projetos.E assim foi a coisa. Esse projeto está em andamento na Prefeitura até hoje. Estão acabando aos poucos o levantamento do terreno para depois seguir o projeto.

Será o 1º projeto diferente de urbanização aprovado pela Prefeitura. Nós seremos o exemplo de uma comunidade urbanizada de acordo com o nosso gosto e a nossa arrumação.

4a. fase:

A luta pela construção da ponte sobre o valão.
Dividindo o bairro está o valão ou o rio das Botas que era atravessado por uma ponte de dormentes, muito perigosa e que já caiu algumas veses por ocasião das enchentes e causava vários acidentes. Sem a ponte as famílias do lado de lá ficavam isoladas e sem água.

Promessas das autoridades não faltavam para fazer a ponte de concreto. Foram muitas Assembléias na Comunidade, muitos encontros com autoridades e nada. Resolvemos fazer uma passeata até a Prefeitura. Houve muita propaganda e animação. No dia da passeata foi a maior chuva. Fomos debaixo de chuva; em frente a Prefeitura fizemos uma dramatização . Conseguimos que uma Comissão nossa falasse com o Prefeito. Reanimou a nossa esperança. Hoje temos, felizmente a tão desejada ponte de concreto.

5a. fase:

A luta agora é pressionar a aprovação do projeto de urbanização que está na Prefeitura. A nossa organização tem altos e baixos. Como pontos altos podemos dizer que temos em Centro Comunitário. Lá funciona, também, o Posto de Saúde uma vez por semana. Temos encontros no Centro Comunitário com Assembléia promovidas pela Associação de Moradores.

RESUMO DAS PROPOSTAS E SITUAÇÃO DO TRABALHO POPULAR PELA CONSTITUINTE

O Projeto surgiu da necessidade de sistematizar a atuação de várias organizações que atuam nos movimentos populares, a fim de conseguir explicar, por um lado, a "emenda Constitucional que convocou a Constituinte" (a ser instalada em fevereiro de 87) e que será portanto a Constituinte Congressual ou um Congresso com poderes constituintes e não a Assembléia Nacional Constituinte e por outro, a importância de se trabalhar, mesmo dentro das regras estabelecidas pelo regime, conquistados espaços, para neste Congresso Constituinte, discutir e até aprovar as reivindicações populares.

Ao desencadear-se o processo de redemocratização da Nação, após 20 anos de regime militar, a elaboração da Nova Constituição tornou-se a tarefa política mais importante e abrangente da atual conjuntura brasileira, isto porque a atual está superada. Existe hoje um espaço e um grau de consciência e organização da sociedade que permitem, como nunca antes, que o povo assuma seu papel legítimo de fonte do poder político e do corpo de leis que devem reger a Nação. No entanto, o novo Governo, por sua característica liberal, não reconhece este espaço popular. Só através da mobilização articulada é que será possível a participação real do povo no processo Constituinte e de reconstrução da Nação.

Dentro do movimento de forças que se organizam em busca da Nova Constituição Brasileira, é necessário articular as forças populares em um Movimento Popular pela Constituinte, posto que mesmo depois de eleito o Congresso Constituinte, as necessidades de trabalhar as propostas do bloco popular continuam colocadas. É claro que o momento é diferente, já que a correlação de forças está mais bem definida após as eleições, mas as questões que geraram o Projeto Educação Popular para a Constituinte, como divulgar, canalizar, assessorar e articular as iniciativas populares de participação no processo Constituinte são todas questões que continuam a merecer nossa atenção e trabalho político.

No momento, o Projeto congrega um representante de cada organização: CPT / CPO/ CEDAC/ IBASE/ ISER/ FASE/INESC/ CEDI.

Assim, em fevereiro de 86, montamos um curso de 3 dias para 40 multiplicadores e a partir dai tivemos uma atividade permanente, de carater nacional, dando assessoria a grupos e fazendo palestras e debates. Como CPT, participei de vários, no Rio e fora do Rio, assim como da preparação de outros tantos (SP,PR e ES), sempre com o enfoque maior de TERRA e CONSTITUINTE, dentro de uma análise de conjuntura.

- Diferença entre análise de conjuntura e estrutura
- O que se pretende com esta análise
- Ação concreta
- Estratégia e tática para encaminhar ao resultado desejado

Em todos os encontros recolhiamos o material e o projeto, em suas reuniões semanais, analisava para, numa dinâmica de educação popular, elaborar roteiros e materiais para divulgação. Além disso o Grupo do Projeto fez uma análise comparativa com outras Constituições, priorizando a portuguesa.

Pontos principais:

- Modelo de desenvolvimento
- A Questão Agrária
- A Questão da Propriedade
- Capital/Trabalho
- Soberania Nacional /Economia

Redefinindo sempre os objetivos da luta.

Temas pré-constituintes:

I. O que é a Constituição? Eficácia e legitimidade das normas consticucionais
II. Constituinte: competência, atribuições e funcionamento
III. História da mobilização popular pela Constituinte _ Estratégias de luta - Como organizar um comitê pró-participação popular na constituinte
IV. Constituinte: Legislação partidária e eleitoral - A Frente Popular Democrática e as eleições para a Constituinte

Curso para Monitores:

I. Discussão Objetivos do Curso
II. Intercâmbio de experiências das entidades
III. Análise participativa da conjuntura, com foco na questão da Constituinte
IV. Síntese
V. Conteúdo da Constituinte
   . História das Constituições
   . Fins e Limites da Constituição
   . Questões prioritárias
   . Estado e Poder - Controle pela Sociedade, a Questão do Poder Popular
VI. Plano de Ação

Dentre oa trabalhos elaborados e que serviram de base para cursos, seminários, reuniões e formação de comitês, etc. , fizemos:

1. A Propriedade da Terra na Constituição (co-edição AJUP/FASE)
2. A História das Constituintes (co-edição FASE)
3. Como surgiram as Constituições Brasileiras as Contituições Brasileiras (Marcus Arruda e Cesar Caldeira)

Analisamos também várias propostas apresentadas por outras organizações como OAB e sobretudo a apresentada durante a XI Conferência Nacional da OAB - em Belém em 6/8/86 de autoria de José Gomes da Silva.

Discutimos a proposta de criação da Justiça Agrária - sendo que as principais opiniões estão na Coleção "Seminários" nº5.

Discutimos ainda a proposta da CONTAG e do documento da 24ª Assembléia Geral da CNBB (abril 86) e o trabalho da Comissão Afonso Arinos.

Todo o material elaborado e estudado foi utilizado nos cursos e palestras.

Eu, pessoalmente, como CPT, participei da preparação de vários cursos e palestras, do curso em Conceição do Araguaia (uma semana), cursos e palestras em Caxias, Ramos - Grupo de Jovens e Associação de Moradores - Vassouras, Vetrome, Mangaratiba, Fundão.

Ainda na reta final, elaboramos um novo Projeto para atuar como lobby no Congresso e capacitar os movimentos populares, após discussões nas bases, a influir na nova Constituição.

Tento, a seguir, fazer uma síntese das propostas surgidas em várias reuniões de lideranças, de base, a partir do trabalho dos diversos grupos que atuaram com vistas à Constituinte, em relação à questão da TERRA.

Comissão Pastoral da Terra

Caixa Postal, 749 - Fone:(062) 223 4039
74.000 - GOIÂNIA - Goiás - Brasil

SINOPSE ECLESIAL

MÊS : MAR/ ABRIL de 1986 Nº 13

SÍNODO EXTRAORDINÁRIO NA LUZ DO VATICANO II

Durante a 24a. Assembléia da CNBB em abril, dom Aloísio Lorscheider fez um relatório escrito sobre o sínodo extraordinário que aconteceu em Roma de 24 de novembro a 8 de dezembro de 1985. Já passou um tempo, mas nos parece importante transcrever o comentário e as impressões pessoais dele sobre este sínodo.

"Ficaram muito nítidas certas preocupações de alguns padres sinodais, que influenciaram este Sínodo Extraordinário e que ajudam a situá-lo melhor.

1. Predominou a preocupação com os problemas internos da Igreja, a começar pela própria noção de Igreja.

2. A idéia de acentuar a Igreja como mistério e, por isso, a tendência de privilegiar a imagem de Corpo de Cristo, Templo do Espírito Santo, e não tanto a de Povo de Deus, tornou-se muito palpável. O receio de alguns, ao menos nas entrelinhas, era que a imagem " Povo de Deus" não fora bem entendida, tendo dado origem a uma leitura mais sociológica do que teológica da Igreja, com o risco de descambar para uma visão meramente democrática da Igreja.

3. Nesta linha de pensamento questionou-se o princípio da subsidiariedade considerado por alguns como princípio válido na sociologia, mas não na eclesiologia.

4. Apareceu também diversas vezes a preocupação, que já se fizera sentir no Vaticano II, que a colegialidade pudesse de alguma forma afetar o primado papal. Daí a acentuação do Papa por si e do Papa junto com os Bispos. Ficou-se nesta afirmação sem um ulterior aprofundamento sobre o exercício deste poder do Papa por si ou do Papa junto com os Bispos, tendo em vista a atual situação do mundo com suas enormes possibilidades de comunicação.

5. Manifestou-se neste sínodo uma terminologia nova. Tomando o termo pluralismo em sentido negativo, como defesa de posições entre si opostas, tendo como consequência a dissolução, destruição e perda da identidade, colocou-se o termo pluriformidade como positivo, vendo a pluriformidade e não o pluralismo como verdadeira riqueza, trazendo consigo uma plenitude.

Não atinei bem com esta distinção.

6. Considerando este sínodo em seu conjunto, fiquei com a impressão de que o grande problema ficou sendo o da dessacralização ou secularismo, que se poderia definir como visão automística do homem e do mundo que prescinde da dimensão do mistério, não toma em conta esta dimensão, esquece-a e até a nega. Aos poucos ficou quase como um slogan: volta ao sagrado!

Entrou aí também a origem e difusão das seitas como questionamento

à nossa própria ação pastoral. A pergunta era se temos suficientemente presente a fome e a sede espirituais dos homens do nosso tempo, especialmente dos jovens, e se damos a esta fome e sede uma resposta satisfatória em nossa ação pastoral.

Os esforços para chamar a atenção sobre a injustiça institucionalizada e o fenômeno da dominação crescente no mundo não surtiram muito efeito. Apareceram tanto na Relação Final como na mensagem que o Sínodo enviou ao mundo como mudanças dos sinais dos tempos, mas não como uma tônica orientadora desses documentos. A opção preferencial pelos pobres apresenta-se bastante hesitante. O interesse por uma Igreja Pobre e dos Pobres não manifestou de sorte a merecer maior atenção. A idéia da mudança do lugar social da Igreja não parece estar muito presente em âmbito de Igreja Universal!"

Aloísio Car. Lorscheider
Arcebispo de Fortaleza

2. ENCONTRO DO PAPA E DA CÚRIA ROMANA COM OS REPRESENTANTES DOS BISPOS BRASILEIROS

Nos dias 13, 14 e 15 de março, aconteceu o encontro do papa com 21 bispos brasileiros representando toda a CNBB. A finalidade deste encontro, foi fazer uma avaliação da "visita ad límina". A conversa, que durou ao todo 18 horas, se desenvolveu num clima de clareza e caridade, no esforço de entender bem a realidade da vida da igreja no Brasil. Segundo o relato dos Bispos que participaram do encontro, o papa escutou muito e houve vários esclarecimentos com a cúria romana.

O papa e os bispos reafirmaram que a missão essencial da Igreja é evangelizar e ser sinal de comunhão na nossa realidade.

Aqui nos interessa lembrar que um dos assuntos enfrentados nessa ocasião foi a atuação da CPT: isso devido ao fato que havia algumas acusações que levantavam suspeitas sobre a nossa prática no campo social e na Igreja. O esclarecimento dessas acusações foi feito por dom Moacyr Grechi (presidente nos primeiros oito anos de vida da CPT) e dom Luciano Mendes de Almeida (secretário da CNBB). Eles colocaram o histórico da CPT, descrevendo a sua ação dentro da sociedade e da igreja, e entregaram ao papa (depois de explicada) cópia da pesquisa da violência no campo em 1985.

A impressão positiva deste encontro se deve ao fato que, na conversa direta, se evitam os caminhos escuros através dos quais chegam ao papa e à cúria romana informações distorcidas, tendenciosas e até falsas, sobre a nossa igreja e a nossa situação político-social . No diálogo direto, vários pontos, como este da CPT, foram esclarecidos e, colocando a verdade dos fatos, ficaram desmoralizados os canais (pouco eclesiais) que alguns bispos e grupos usaram para " informar" Roma sobre a vida da nossa igreja. Fazemos votos que estes canais produzam um "silêncio obsequioso" por um tempo razoável, evitando assim "desvios e perigos de desvio " na verdade da informação.

3. FIM DO SILÊNCIO DE LEONARDO BOFF

No dia 8 de maio de 1985 a congregação vaticana pela doutrina e a fé, penalizou o frei Leonardo Boff com um tempo de "silêncio obsequioso". A pena foi suspensa no começo de abril deste ano e o teólogo volta às suas atividades normais; entre elas, a assessoria, em julho, do encontro internacional das CEBs, em Trindade, Goiás.

4-CHEGOU O TEXTO " LIBERDADE CRISTÃ E LIBERTAÇÃO "

A melhor maneira de conhecer o texto é você lê-lo e estudá-lo com atenção: isso é fundamental porque vai ser um meio de trabalho para muito tempo.

O seu sentido para o igreja em geral, e o Brasil em particular, é importantíssimo: ele, sem dúvida significa um sinal verde para a teologia da libertação e para o compromisso da igreja que se renova ao abrir-se aos pobres e ao Espírito.

Mais clara ainda é a carta que o papa mandou à CNBB durante a 24a. assembléia geral em Itaicí ; anexamos cópia da carta, destacando que o nº 5 nos parece o miolo da mensagem toda: nele João Paulo II coloca sua confiança no trabalho que os bispos estão desenvolvendo e lembra "o serviço que a igreja pode prestar ao país e ao quase- continente latino - americano, como também a muitos outras regiões do mundo..."

5. VISITA DO CARDEAL OBANDO E BRAVO (BISPO DA MANÁGUA, NICARÁGUA)

No fim do ano passado os jornais noticiaram que o cardeal Obando e Bravo iria visitar o Brasil. A data da visita coincidiria com a assembléia da CNBB em Itaicí. O Cardeal de Manágua é universalmente conhecido pela sua feroz oposição à revolução Sandinista e pela sua ligação com os interesses da burguesia.

Tomando conhecimento desta visita, que queria conseguir no Brasil a desmoralização do regime da Nicarágua, vários setores da Igreja e da sociedade começaram a se manifestar e movimentar para que a presença de Obando e Bravo no Brasil fosse uma oportunidade para questionar as posições antipopulares por ele assumidas. Ao mesmo tempo, queriam manifestar abertamente o apoio do Brasil à luta do povo da Nicarágua.

De repente, no começo de abril, os jornais noticiaram que a visita do prelado Nicaraguense tinha sido adiada por tempo indeterminado. Entendeu talvez,que o tiro ia sair pela culatra... De fato, sempre mais se percebe que, a nível internacional e dentro da Nicarágua, o cardeal está ficando cada vez mais isolado. Ele está apostando tudo na derrota da revolução popular sandinista, mas na medida em que Reagan é derrotado no congresso, a contra-revolução tem menos força.

Como se sentirá este"pastor" que nunca rezou pelos 13.000 Nicaraguenses que foram assassinados pela violência dos " contra " e pelos dólares dos capitalistas americanos?

6. 24a. ASSEMBLÉIA DA CNBB

De 9 a 18 de abril aconteceu a 24a. assembléia da CNBB em Itaicí (SP). Estiveram presentes 260 bispos e, como sempre, a pauta dos temas tratados foi muito grande. Destacaremos alguns.

* O que mais ocupou a assembléia foi o estudo e a preparação do documento: " Por uma ordem constitucional: declaração pastoral". O debate foi amplo e aberto e 2.906 correções ou emendas foram apresentadas para aperfeiçoar o texto . O documento oferece elementos importantes para o nosso trabalho e devemos estudá-lo a fundo.

* Numa das noites, dom Pedro Casaldáliga teve a oportunidade de colocar uma ampla informação sobre a sua visita à Nicarágua na ocasião do jejum do Pe. Miguel D'Escoto e da " Insurreição Evangélica " proclamada no país. Mais uma vez, para desfazer dúvidas e más informações, foi bom escutar as informações corretas sobre as relações entre a hierarquia católica daquele país e a revolução popular sandinista. Importante foi também a descrição que dom Pedro fez do sofrimento e da firmeza do povo Nicaraguense frente à loucura inperialista de Reagan. Até o mês de junho sairá um livro de D. Pedro sobre a Nicarágua.

* Outro momento da assembléia que queremos lembrar é o painel dos "sem- terra" e das pastorais ligadas ao mundo do trabalho: CPT, CPO, JOC e ACO. Tivemos a ocasião de colocar vários fatos e reflexões sobre a situação dos trabalhadores: falta de terra, violência, " Reforma Agrária" do governo, organização sindical, etc... Um particular valor adquiriu a apresentação de dois textos sobre a violência: Um da CPT sobre a violência em 1985, o outro dos " sem-terra" sobre assassinato ou desaparecimento de lavradores entre 1964 e 1985. Informamos também os bispos que as pastorais do mundo do trabalho estão procurando uma ação mais articulada entre elas, para ter uma presença mais significativa dentro da igreja.

TENTAMOS INTERPRETAR ESTES FATOS:

Diante destes fatos todos, alguns jornais tiveram uma reação muito negativa e até histérica contra a igreja. Eles esperavam que a caminhada da igreja no Brasil recebesse de Roma um clamoroso desmentido e ficasse desmoralizada e obrigada a recuar. Por isso, o que a imprensa publicou foi muito parcial, jogando notícias completamente falsas ou tendenciosas, de modo que a igreja e o seu compromisso com os oprimidos foram ainda apresentados como o moleque c que merece um puxão de orelhas.

Tentando ler na fé os acontecimentos que lembramos acima, pode - mos afirmar que a igreja deu um passo importante no sentido de deixar-se levar pelo Espírito e andar mais livre na Evangelização. O conselho de Gamaliel, quando

o sinédrio de Jerusalém quis impedir aos apóstolos de anunciar o Evangelho de Cristo, foi este: " Se esta obra vem dos homens, vai acabar por si mesma, mas se vem de Deus, não podereis dar-lhe fim". (At. 5,38-39)

Esta caminhada"vem de Deus" e a igreja dos pobres, depois de um tempo sofrido, conseguiu abrir o espaço apertado em que alguns queriam amarrá-la. A sua vivência da fé-profecia ganhou mais fôlego: é um sinal de esperança e mais uma confirmação que a " periferia do mundo" e os " servos sofredores" podem oferecer alternativas para um caminho novo de libertação.

É bom, porém, lembrar três coisas:

- o caminho que está na frente não é plano e livre de impedimentos. A nível de Igreja existem ainda setores muito fechados. O processo contra Clodovís Boff e a reserva da congregação da Doutrina e da fé em relação à coleção " Teologia e Libertação", cuja publicação está, por enquanto, suspensa, são sinais desse fechamento. E a nível socio-político, o projeto da Nova República continua sua luta contra uma participação e organização maior do povo. São desafios que não podem nos deixar " dormir no ponto".

-A segunda reflexão deve levar em conta um fato: estes " pontos ganhos" da Igreja dos pobres não aconteceram por si, como que caídos do céu.Aconteceram dentro de ações concretas pensadas, programadas e executadas pelas comunidades, por grupos eclesiais e ecumênicos, por bispos e também por setores não cristãos que lutam por uma sociedade mais justa. Daí a necessidade da vigilância e da organização para que todos sejamos agentes responsáveis : nos acontecimentos da Igreja devemos colocar fatos como sinais de esperança, que dêem sentido às palavras " comunhão e participação."

- Não podemos,em fim, esquecer o desafio maior: teremos sempre mais capacidade de fazer uma história de salvação (= mundo novo, Reino de Deus), na medida em que aprofundamos e ampliamos o nosso trabalho evangelizador: esta deve continuar a primeira preocupação nossa para que os momentos em que este trabalho se coloca como impacto, frente a certos acontecimentos negativos ou para construir alternativas, possamos agir não em grupinhos isolados e sem rumo, mas como Igreja- Povo de Deus que faz da CARIDADE uma atividade eficaz. E é bom lembrar aqui que, quando se fala de"povo de Deus" e de "Igreja", se quer incluir todos os cristãos: desde a comunidade que se reúne lá no fundo da mata, até os que exercem o serviço da autoridade.

Comissão Pastoral da Terra

Caixa Postal, 749 - Fone:(062) 223 4039
74.000 - GOIÂNIA - Goiás - Brasil

SINOPSE ECLESIAL

MÊS : MAR/ ABRIL de 1986 Nº 13

SÍNODO EXTRAORDINÁRIO NA LUZ DO VATICANO II

Durante a 24a. Assembléia da CNBB em abril, dom Aloísio Lorscheider fez um relatório escrito sobre o sínodo extraordinário que aconteceu em Roma de 24 de novembro a 8 de dezembro de 1985. Já passou um tempo, mas nos parece importante transcrever o comentário e as impressões pessoais dele sobre este sínodo.

"Ficaram muito nítidas certas preocupações de alguns padres sinodais, que influenciaram este Sínodo Extraordinário e que ajudam a situá-lo melhor.

1. Predominou a preocupação com os problemas internos da Igreja, a começar pela própria noção de Igreja.

2. A idéia de acentuar a Igreja como mistério e, por isso, a tendência de privilegiar a imagem de Corpo de Cristo, Templo do Espírito Santo, e não tanto a de Povo de Deus, tornou-se muito palpável. O receio de alguns, ao menos nas entrelinhas, era que a imagem " Povo de Deus" não fora bem entendida, tendo dado origem a uma leitura mais sociológica do que teológica da Igreja, com o risco de descambar para uma visão meramente democrática da Igreja.

3. Nesta linha de pensamento questionou-se o princípio da subsidiariedade considerado por alguns como princípio válido na sociologia, mas não na eclesiologia.

4. Apareceu também diversas vezes a preocupação, que já se fizera sentir no Vaticano II, que a colegialidade pudesse de alguma forma afetar o primado papal. Daí a acentuação do Papa por si e do Papa junto com os Bispos. Ficou-se nesta afirmação sem um ulterior aprofundamento sobre o exercício deste poder do Papa por si ou do Papa junto com os Bispos, tendo em vista a atual situação do mundo com suas enormes possibilidades de comunicação.

5. Manifestou-se neste sínodo uma terminologia nova. Tomando o termo pluralismo em sentido negativo, como defesa de posições entre si opostas, tendo como consequência a dissolução, destruição e perda da identidade, colocou-se o termo pluriformidade como positivo, vendo a pluriformidade e não o pluralismo como verdadeira riqueza, trazendo consigo uma plenitude.

Não atinei bem com esta distinção.

6. Considerando este sínodo em seu conjunto, fiquei com a impressão de que o grande problema ficou sendo o da dessacralização ou secularismo, que se poderia definir como visão automística do homem e do mundo que prescinde da dimensão do mistério, não toma em conta esta dimensão, esquece-a e até a nega. Aos poucos ficou quase como um slogan: volta ao sagrado!

Entrou aí também a origem e difusão das seitas como questionamento

à nossa própria ação pastoral. A pergunta era se temos suficientemente presente a fome e a sede espirituais dos homens do nosso tempo, especialmente dos jovens, e se damos a esta fome e sede uma resposta satisfatória em nossa ação pastoral.

Os esforços para chamar a atenção sobre a injustiça institucionalizada e o fenômeno da dominação crescente no mundo não surtiram muito efeito. Apareceram tanto na Relação Final como na mensagem que o Sínodo enviou ao mundo como mudanças dos sinais dos tempos, mas não como uma tônica orientadora desses documentos. A opção preferencial pelos pobres apresenta-se bastante hesitante. O interesse por uma Igreja Pobre e dos Pobres não manifestou de sorte a merecer maior atenção. A idéia da mudança do lugar social da Igreja não parece estar muito presente em âmbito de Igreja Universal!"

Aloísio Car. Lorscheider
Arcebispo de Fortaleza

2. ENCONTRO DO PAPA E DA CÚRIA ROMANA COM OS REPRESENTANTES DOS BISPOS BRASILEIROS

Nos dias 13, 14 e 15 de março, aconteceu o encontro do papa com 21 bispos brasileiros representando toda a CNBB. A finalidade deste encontro, foi fazer uma avaliação da "visita ad limina". A conversa, que durou ao todo 18 horas, se desenvolveu num clima de clareza e caridade, no esforço de entender bem a realidade da vida da igreja no Brasil. Segundo o relato dos Bispos que participaram do encontro, o papa escutou muito e houve vários esclarecimentos com a cúria romana.

O papa e os bispos reafirmaram que a missão essencial da Igreja é evangelizar e ser sinal de comunhão na nossa realidade.

Aqui nos interessa lembrar que um dos assuntos enfrentados nessa ocasião foi a atuação da CPT: isso devido ao fato que havia algumas acusações que levantavam suspeitas sobre a nossa prática no campo social e na Igreja. O esclarecimento dessas acusações foi feito por dom Moacyr Grechi (presidente nos primeiros oito anos de vida da CPT) e dom Luciano Mendes de Almeida (secretário da CNBB). Eles colocaram o histórico da CPT, descrevendo a sua ação dentro da sociedade e da igreja, e entregaram ao papa (depois de explicada) cópia da pesquisa da violência no campo em 1985.

A impressão positiva deste encontro se deve ao fato que, na conversa direta, se evitam os caminhos escuros através dos quais chegam ao papa e à cúria romana informações distorcidas, tendenciosas e até falsas, sobre a nossa igreja e a nossa situação político-social . No diálogo direto, vários pontos, como este da CPT, foram esclarecidos e, colocando a verdade dos fatos, ficaram desmoralizados os canais (pouco eclesiais) que alguns bispos e grupos usaram para " informar" Roma sobre a vida da nossa igreja. Fazemos votos que estes canais produzam um "silêncio obsequioso" por um tempo razoável, evitando assim "desvios e perigos de desvio " na verdade da informação.

3. FIM DO SILÊNCIO DE LEONARDO BOFF

No dia 8 de maio de 1985 a congregação vaticana pela doutrina e a fé, penalizou o frei Leonardo Boff com um tempo de "silêncio obsequioso". A pena foi suspensa no começo de abril deste ano e o teólogo volta às suas atividades normais; entre elas, a assessoria, em julho, do encontro internacional das CEBs, em Trindade, Goiás.

4-CHEGOU O TEXTO " LIBERDADE CRISTÃ E LIBERTAÇÃO "

A melhor maneira de conhecer o texto é você lê-lo e estudá-lo com atenção: isso é fundamental porque vai ser um meio de trabalho para muito tempo.

O seu sentido para o igreja em geral, e o Brasil em particular, é importantíssimo: ele, sem dúvida significa um sinal verde para a teologia da libertação e para o compromisso da igreja que se renova ao abrir-se aos pobres e ao Espírito.

Mais clara ainda é a carta que o papa mandou à CNBB durante a 24a. assembléia geral em Itaicí ; anexamos cópia da carta, destacando que o nº 5 nos parece o miolo da mensagem toda: nele João Paulo II coloca sua confiança no trabalho que os bispos estão desenvolvendo e lembra "o serviço que a igreja pode prestar ao país e ao quase- continente latino - americano, como também a muitos outras regiões do mundo..."

5. VISITA DO CARDEAL OBANDO E BRAVO (BISPO DA MANÁGUA, NICARÁGUA)

No fim do ano passado os jornais noticiaram que o cardeal Obando e Bravo iria visitar o Brasil. A data da visita coincidiria com a assembléia da CNBB em Itaicí. O Cardeal de Manágua é universalmente conhecido pela sua feroz oposição à revolução Sandinista e pela sua ligação com os interesses da burguesia.

Tomando conhecimento desta visita, que queria conseguir no Brasil a desmoralização do regime da Nicarágua, vários setores da Igreja e da sociedade começaram a se manifestar e movimentar para que a presença de Obando e Bravo no Brasil fosse uma oportunidade para questionar as posições antipopulares por ele assumidas. Ao mesmo tempo, queriam manifestar abertamente o apoio do Brasil à luta do povo da Nicarágua.

De repente, no começo de abril, os jornais noticiaram que a visita do prelado Nicaraguense tinha sido adiada por tempo indeterminado. Entendeu talvez,que o tiro ia sair pela culatra... De fato, sempre mais se percebe que, a nível internacional e dentro da Nicarágua, o cardeal está ficando cada vez mais isolado. Ele está apostando tudo na derrota da revolução popular sandinista, mas na medida em que Reagan é derrotado no congresso, a contra-revolução tem menos força.

Como se sentirá este"pastor" que nunca rezou pelos 13.000 Nicaraguenses que foram assassinados pela violência dos " contra " e pelos dólares dos capitalistas americanos?

6. 24a. ASSEMBLÉIA DA CNBB

De 9 a 18 de abril aconteceu a 24a. assembléia da CNBB em Itaicí (SP). Estiveram presentes 260 bispos e, como sempre, a pauta dos temas tratados foi muito grande. Destacaremos alguns.

* O que mais ocupou a assembléia foi o estudo e a preparação do documento: " Por uma ordem constitucional: declaração pastoral". O debate foi amplo e aberto e 2.906 correções ou emendas foram apresentadas para aperfeiçoar o texto . O documento oferece elementos importantes para o nosso trabalho e devemos estudá-lo a fundo.

* Numa das noites, dom Pedro Casaldáliga teve a oportunidade de colocar uma ampla informação sobre a sua visita à Nicarágua na ocasião do jejum do Pe. Miguel D'Escoto e da " Insurreição Evangélica " proclamada no país. Mais uma vez, para desfazer dúvidas e más informações, foi bom escutar as informações corretas sobre as relações entre a hierarquia católica daquele país e a revolução popular sandinista. Importante foi também a descrição que dom Pedro fez do sofrimento e da firmeza do povo Nicaraguense frente à loucura inperialista de Reagan. Até o mês de junho sairá um livro de D. Pedro sobre a Nicarágua.

* Outro momento da assembléia que queremos lembrar é o painel dos "sem- terra" e das pastorais ligadas ao mundo do trabalho: CPT, CPO, JOC e ACO. Tivemos a ocasião de colocar vários fatos e reflexões sobre a situação dos trabalhadores: falta de terra, violência, " Reforma Agrária" do governo, organização sindical, etc... Um particular valor adquiriu a apresentação de dois textos sobre a violência: Um da CPT sobre a violência em 1985, o outro dos " sem-terra" sobre assassinato ou desaparecimento de lavradores entre 1964 e 1985. Informamos também os bispos que as pastorais do mundo do trabalho estão procurando uma ação mais articulada entre elas, para ter uma presença mais significativa dentro da igreja.

TENTAMOS INTERPRETAR ESTES FATOS:

Diante destes fatos todos, alguns jornais tiveram uma reação muito negativa e até histérica contra a igreja. Eles esperavam que a caminhada da igreja no Brasil recebesse de Roma um clamoroso desmentido e ficasse desmoralizada e obrigada a recuar. Por isso, o que a imprensa publicou foi muito parcial, jogando notícias completamente falsas ou tendenciosas, de modo que a igreja e o seu compromisso com os oprimidos foram ainda apresentados como o moleque o que merece um puxão de orelhas.

Tentando ler na fé os acontecimentos que lembramos acima, podemos afirmar que a igreja deu um passo importante no sentido de deixar-se levar pelo Espírito e andar mais livre na Evangelização. O conselho de Gamaliel, quando

o sinédrio de Jerusalém quis impedir aos apóstolos de anunciar o Evangelho de Cristo, foi este: " Se esta obra vem dos homens, vai acabar por si mesma, mas se vem de Deus, não podereis dar-lhe fim". (At. 5,38-39)

Esta caminhada"vem de Deus" e a igreja dos pobres, depois de um tempo sofrido, conseguiu abrir o espaço apertado em que alguns queriam amarrá-la. A sua vivência da fé-profecia ganhou mais fôlego: é um sinal de esperança e mais uma confirmação que a " periferia do mundo" e os " servos sofredores" podem oferecer alternativas para um caminho novo de libertação.

É bom, porém, lembrar três coisas:

- o caminho que está na frente não é plano e livre de impedimentos. A nível de Igreja existem ainda setores muito fechados. O processo contra Clodovis Boff e a reserva da congregação da Doutrina e da fé em relação à coleção " Teologia e Libertação", cuja publicação está, por enquanto, suspensa, são sinais desse fechamento. E a nível socio-político, o projeto da Nova República continua sua luta contra uma participação e organização maior do povo. São desafios que não podem nos deixar " dormir no ponto".

-A segunda reflexão deve levar em conta um fato: estes " pontos ganhos" da Igreja dos pobres não aconteceram por si, como que caídos do céu.Aconteceram dentro de ações concretas pensadas, programadas e executadas pelas comunidades, por grupos eclesiais e ecumênicos, por bispos e também por setores não cristãos que lutam por uma sociedade mais justa. Daí a necessidade da vigilância e da organização para que todos sejamos agentes responsáveis : nos acontecimentos da Igreja devemos colocar fatos como sinais de esperança, que dêem sentido às palavras " comunhão e participação."

- Não podemos,em fim, esquecer o desafio maior: teremos sempre mais capacidade de fazer uma história de salvação (= mundo novo, Reino de Deus), na medida em que aprofundamos e ampliamos o nosso trabalho evangelizador: esta deve continuar a primeira preocupação nossa para que os momentos em que este trabalho se coloca como impacto, frente a certos acontecimentos negativos ou para construir alternativas, possamos agir não em grupinhos isolados e sem rumo, mas como Igreja- Povo de Deus que faz da CARIDADE uma atividade eficaz. E é bom lembrar aqui que, quando se fala de"povo de Deus" e de "Igreja", se quer incluir todos os cristãos: desde a comunidade que se reúne lá no fundo da mata, até os que exercem o serviço da autoridade.

I. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS

1.1. A INDÚSTRIA CRESCE EM 1985

A Indústria brasileira cresceu em 8,5% no ano passado. Esse desempenho foi considerado ótimo pelos empresários, e se deveu sobretudo ao crescimento da indústria extrativa mineral (11,5%) a indústria de material elétrico (19,3%) e a indústria química, petróleo, etc. que cresceu 16,8%. (ESP o6.o2.86)

Já a indústria do estado de são paulo cresceu no ano passado 11,4% de forma homogênea em quase todos setores. Essa taxa de crescimento foi o maior registrado desde 1976, e fez com que a indústria paulista voltasse a atingir os níveis de produção equivalentes ao ano de 1980. (ESP 19.o2.86)

1.2. O LUCRO DOS BANCOS

A Folha de são paulo publicou no dia 17.o2.86 a tabela ao lado, onde analisa o aumento dos lucros dos bancos. Para se ter uma idéia do crescimento real dos lucros dos bancos, eles transformaram o lucro em ORTNs, com isso eliminaram a inflação do ano.
Como se vê pelo total, em 1984 os maiores bancos lucraram 1o6 milhões de ORTns, passando para 187,6 milhões em 85. Ou seja tendo um aumento no lucro liquido de 81%. Esse é na prática o aumento do seu capital liquido. E mais, significa que os bancos num ano, quase dobraram seu capital.
E no capitalismo, se alguém ganha, é porque tem alguém perdendo..

BONS LUCROS PARA OS BANCOS

Resultados em milhões de ORTN (valores médios de cada período)

Bancos	1º semestre/85	2º semestre/85	Ano de 1984	Ano de 1985
Bamerindus	2,7	4,6	2,4	7,3
Econômico	4,0	3,9	6,6	7,9
Nacional	1,3	2,6	1,8	3,9
Noroeste	0,5	1,2	0,9	1,7
Real	1,5	3,8	3,3	5,3
Unibanco	3,2	5,2	5,5	8,4
Mercantil SP	2,1	2,5	3,2	4,6
BCN	1,3	1,9	2,4	3,2
Bradesco	25,4	32,2	30,0	57,6
Itaú	12,5	17,4	21,1	29,9
Francês e Brasileiro	1,1	1,4	2,0	2,5
Bandeirantes	0,1	0,4	0,4	0,5
Banco do Brasil	88,4	99,2	106,9	187,6

Fonte: Corretora Bamerspe

1.3. LUCRO DO BANCO DO BRASIL E DA PETROBRAS

Acaba de ser publicado o balanço do Banco do Brasil relativo a 1985. Seu lucro líquido descontado tudo, imposto de renda, remunerações diversas, foi de 10 trilhões de cruzeiros, que representou um lucro de 25,77 cr$ por ação de cr$ 1,oo.

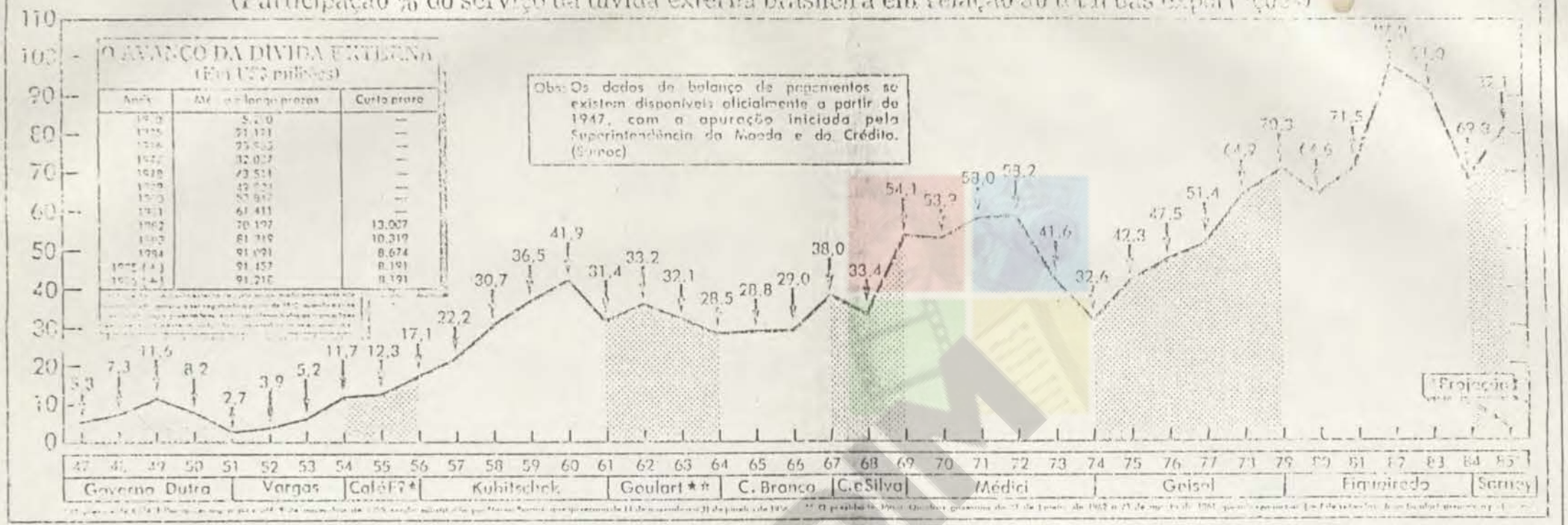
Já a PETROBRAS tambem encerou seu balanço e apresentou um lucro líquido em 1985, de 11 trilhões de cruzeiros.

(FSP 16.o1.1986)

1.4. DÍVIDA INTERNA DO SETOR PÚBLICO

O Banco Central divulgou documento sobre a Dívida interna pública no país. Ou seja, foram somadas as dívidas do governo federal, dos governos estaduais, e das empresas públicas e autarquias. A dívida total pública atingiu em final de 1985, aproximadamente 106,5 bilhões de dólares, ou 1,4 quatrilhões de cruzeiros. Essa dívida pública representa 81,39% do PIB, ou seja: de toda produção anual do país. Ou seja, é como se o país inteiro tivesse de trabalhar um ano inteiro, de graça, somente para pagar a dívida dos setores publicos.

(E no pacotão do governo ela ficou intocável..) FSP e ESP - 22.o2.86)



1.5. QUANTO PESA O PAGAMENTO DA DÍVIDA ?

A FSP do dia 29.12.85 publicou a tabela acima que demonstra o comportamento e o peso da dívida externa brasileira desde 1947 até os dias atuais.
Os percentuais que aparecem a cada ano, é quanto representa o pagamento da parcela vencida mais os juros da dívida, sobre as exportações. Nota-se como a economia brasileira foi se tornando cada vez mais dependente e cada vez mais incapaz de sair da roda do capitalismo internacional. Ao ponto de que nos últimos quatro anos se o Brasil fosse pagar a parte vencida mais os juros teria que usar praticamente todo valor das exportações. Mas como pelo acordo com o FMI estamos pagando somente os juros da dívida, ou seja em torno de 10 a 12 bilhões por ano. Esse pagamento representa 40% de tudo o que exportamos.

1.6. SUPERAVIT DA BALANÇA COMERCIAL VAI PARA PAGAMENTO DE JUROS

Com toda política de estímulo à exportação e os benefícios que o governo concedeu às empresas, o saldo da balança comercial no final de 1985 foi de 12 bilhões de dólares. Ou seja a diferença entre o valor das vendas (exportações) e o valor das compras (importações.) Mas esse superavit, foi gasto precisamente para pagar os juros da dívida externa, que totalizaram aproximadamente 10, 4 bilhões de dólares. E rolamos para mais adiante o começo do pagamento da dívida mesmo. Ou seja, aumentamos os esforços de todo país, mas não pagamos nada, ao contrário, passamos a dever mais ainda.

(FSP 09.01.86 e ESP 03.01.86)

1.7. DÍVIDA EXTERNA DO GOVERNO

O Governo federal acaba de publicar o valor da dívida total do setor público, no exterior.

Na página anterior relatamos a dívida interna. Ou seja a dívida dos governos para os bancos locais.

Na tabela ao lado, vê-se a dívida para os bancos estrangeiros. Nota-se a separação entre governo federal estadual e empresas. Vê-se que a dívida total é de 70 bilhões de dólares, e descontando as reservas no Banco central, vem para 60 bilhões.

Mas o que impressiona é que dessa dívida o Governo federal deve apenas 13,6 bilhões, que devem ter sido aplicados em obras públicas de utilidade social. A maior parte da dívida são de empresas estatais e públicas, cujo destino e utilidade dos recursos, ninguém tem notícias. (FSP o9.o2.86)

DÍVIDA EXTERNA PÚBLICA

Discriminação	US$ milhões 1984	1985
Dívida Registrada	70.569	72.018
Governo Federal	13.468	13.611
Estados e Municípios	3.787	3.961
Autarquias, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	53.314	54.446
Dívida Não Registrada (2)	3.473	3.000
Depósitos Registrados em Moeda Estrangeira do Setor Privado	5.344	4.545
TOTAL	79.386	79.563
Reservas Internacionais (3) (-)	11.995	12.695
DÍVIDA EXTERNA PÚBLICA LÍQUIDA	67.391	66.868
Res. 63 do Setor Público (-)	3.465	3.385
Outras Respon. do Setor Publ. Financeiro (-)(4)	2.594	2.520
DÍVIDA EXTERNA PÚBL. LÍQ. AJUSTADA	61.332	60.963

Notas: (1) Distribuição por contratante. Exclui a Dívida Indireta do Setor Público (Aval concedido à Div. do Setor Privado).
(2) Linhas de Crédito Comercial.
(3) Conceito de Liquidez Internacional.
(4) BNDES (inclusive Res. 64), Finame e Finep.

1.8. QUANTO AS MULTINACIONAIS ENVIARAM PARA FORA NOS ÚLTIMOS ANOS ?

Na tabela ao lado o jornal estado de São Paulo (o7.o2.) publica um balanço, do que entrou de capital estrangeiro de 83 a 85, e o que saiu, de parte das próprias empresas. O resultado é fantástico. Somando os três anos, as empresas investiram no país 775 milhões de dólares. Reinvestiram lucros obtidos aqui mesmo, em torno de 1,7 bilhões, mas enviaram para fora, para suas matrizes um total de 2,6 bilhões de dólares em lucros e dividendos. Como se vê, realmente a economia brasileira precisa do capital estrangeiro para poder se desenvolver e crescer...

INVESTIMENTOS DIRETOS E REMESSAS DE LUCROS E DIVIDENDOS 1983-85 (EM US$ MILHÕES)

Discriminação	1983	1984	1985	Total
1. Investimentos (liquidos)*	664	1.077	800	2.541
2. Conversão de empréstimos em invest.	425	730	611**	1.766
3. Investimentos novos (1-2) .	239	347	189	775
4. Lucros e Dividendos (liquidos)***	758	796	1.140	2.694
5. Entrada liquida de divisas (3-4)	-519	-449	-951	-1.919
Lucros reinvestidos	695	472	129****	1.296

* Exclui reinvestimentos.
** Extrapolado com base no valor observado em jan/set 85.
*** Exclui lucros reinvestidos.
**** Valor observado em jan/mar 85.

ECONOMIA INTERNACIONAL

1.9. DÉFICIT NA BALANÇA COMERCIAL DOS ESTADOS UNIDOS

Segundo publicações do depto de Estado norteamericano, a diferença entre as vendas no exterior e as compras dos Estados Unidos, deixaram um saldo negativo de 148,5 bilhões de dólares na balança comercial dos estados Unidos.

Isso significa, que houve 148,5 bilhões de dólares em mercadorias, que os países de todo mundo enviaram para os estados Unidos, melhorar seu padrão de vida, etc.etc. e que foi pago com uma moeda, nacional que não tem mais lastro em ouro. Ou seja, os Estados Unidos está se aproveitando de ser o dólar a moeda internacional, para que os países financiem o seu bem estar, e sobretudo os seus déficit público e comercial.

(ESP 31.o1.86)

2. P O L Í T I C A E C O N Ô M I C A

2.1. OS REAIS OBJETIVOS DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

Recentemente a CPT divulgou uma análise mais detalhada do significado e conseqüências do PACOTE DO GOVERNO CONTRA A INFLAÇÃO, que foi o que monopolizou o noticiário no final de Fevereiro e março, e que de fato representou as principais mudanças na política econômica do governo.

O principal a entender do PACOTE CONTRA A INFLAÇÃO, é que o objetivo maior de toda política econômica do governo, é conseguir que haja um maior volume de recursos aplicados em investimentos produtivos, para fazer com que a economia cresça. E para alcançar a isso, só há um caminho: "reduzir o nível de consumo da população".

Acontece que além disso, os níveis em que alcançou a inflação estavam afetando a decisão dos empresários, que preferiam aplicar o seu capital em especulação, ou seja,manter o capital em sua forma financeira, e não investir em produção. Daí que o Governo procurou tomar medidas, no PACOTE, que conseguissem reduzir o nível da inflação, para dar maior confiança ao empresariado, e ao mesmo tempo reduzir o nível de consumo da população.

Agora, se o governo quisesse apenas reduzir o nível da inflação, sem reduzir consumo da população poderia ter tomado outras medidas contra a inFLAÇÃO, ou seja atacar outras causas mais importantes.

Vejam por exemplo, no dia 31.o1.(ESP) o professor Octavio Bulhões que é membro do Conselho Monetário Nacional e é o guru de todos economistas oficialistas do país, afirmou de que a única maneira de reduzir a inflação no país, seria atacar por sua causa principal: O DÉFICIT PÚBLICO.

Depois em fevereiro,nas duas reuniões do Conselho Monetário, toda tônica das discussões havidas, era de como encontrar formas de REDUZIR O CONSUMO DA POPULAÇÃO.

Vejam o que saiu, disfarçadamente nos jornais, naquela época. Foram as discussões que chegaram a conclusão que se deveria dar um tratamento de choque na inflação, mas buscando junto a redução do consumo.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem, em reunião telefônica de emergência, uma série de medidas para restringir o consumo, aquecido desde o ano passado com a recuperação da economia. O novo pacote reduziu para 120 dias o prazo máximo de financiamento de qualquer tipo de bem de consumo, novos ou usados; estabeleceu o teto máximo de 100 ORTN (Cr$ 9,30 milhões) para os novos contratos de cheques especiais ou renovação de contratos anteriores, além de estabelecer o prazo de 120 dias para estes contratos (hoje, de seis meses); elevou para 40% o pagamento mínimo das faturas de cartões de crédito; limitou em 5% todas as aplicações das instituições financeiras nas operações de crédito pessoal, excluindo as operações com crédito rural; proibiu as operações de arrendamento mercantil (leasing), entre as pessoas físicas.

(ESP 21.o2.86)

Medidas do governo pretendem inibir o consumo para controlar a inflação

Não se admire se um dia desses o governo decretar que é proibido comprar, alegando que as indústrias não têm produtos para fornecer ao comércio. A decisão terá sido apenas mais um passo para tentar controlar a inflação de demanda —a mesma que se tentará conter através das medidas tomadas quinta-feira, em reunião telefônica, pelo Conselho Monetário Nacional.

Entenda o que está acontecendo. Os aumentos reais de salários obtidos durante o ano passado provocaram uma explosão consumista. Os assalariados foram às compras em massa e os bens de consumo oferecidos pelas lojas foram insuficientes para atender à procura , já que o crescimento da indústria não acompanhou o crescimento dos salários.

O descompasso entre oferta e demanda fez com que os preços dos produtos disparassem. Para frear esta escalada, o governo resolveu atacar em duas frentes. Primeiro,controlando alguns preços através do Conselho Interministerial de Preços (CIP).Mas como a pressão continuasse, decidiu-se desincentivar as compras a crédito — a segunda frente do ataque.

É nesta direção que seguem as medidas tomadas quinta-feira pelo CMN. O maior impacto foi a redução do prazo de financiamento para quatro meses, válido para a compra de qualquer tipo de bem.Além disso, o CMN diminuiu para 24 meses (dos 50 anteriores) o prazo de consórcios; fixou em cem ORTNs o limite dos cheques especiais e limitou o pagamento mínimo dos cartões de crédito a 40% do saldo devedor, contra os 10% anteriores.

Tentando frear a demanda —que é apenas um dos fatores de pressão sobre a inflação— o governo pode conseguir, por tabela, reduzir os juros. Com a diminuição da procura por crédito, as instituições financeiras terão menos necessidade de captar recursos e poderão, por isso, trabalhar com taxas mais brandas.Veja na tabela como ficaram as passagens aéreas com o novo prazo

(ESP 23.o2.86)

2.2. VERBAS PARA O NORDESTE..

O Superintendente da SUDENE anunciou em Brasília, que durante o ano de 1986, o Nordeste terá verbas no valor de cr$ 32,5 trilhões. Essa verba seria aplicada em vários projetos no nordeste e no apoio ao pequeno agricultor. Época de eleições, a indústria da seca, do sertão, do coronelismo cresce.. (FSP 22.o1.86)

2.3. OS ROMBOS DO BIMESTRE

BNDES ASSUME ROMBO DA CARAIBA

A CARAIBA METAIS é uma empresa estatal que se dedica a refinamento de metais e minérios, e costumeiramente administrada segundo manda as leis do empreguismo, do compadrio e do favoretismo político, já que está instalada na Bahia. Resultado, no final de 85 praticamente quebrou. Seu furo foi de 5,6 trilhões de prejuízo. Mas não se preocupem, para não deixar mal o nosso amigo Antônio Carlos Magalhães, o BNDES resolveu pagar todo esse prejuízo. (FSP 14.o2.86)

O ROMBO NO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Saiu o Richbieter do IBC por briga com o Gusmão. Quem botar em seu lugar? Fácil. O presidente Sarney resolveu dar uma mãozinha pro seu amigo de infância, que era embaixador na Colômbia, e que estava louco para voltar ao Brasil, pois Bogotá é uma cidade sem muitos atrativos. Certamente o amigo já conhecia a planta de café, através dos luxuosos catálogos de propaganda do Itamaraty.
Resultado: Segundo as investigações feitas pelo próprio Ministério da Fazenda houve um desvio de 300 milhões de dólares, ou 4,5 trilhões de cruzeiros.
Já segundo um empresário ligado ao setor, o desvio ou os prejuízos para o IBC devem ter sido próximos a um bilhão de dólares. Mas não se preocupem que na Nova República não existe mais repressão, ninguém mais vai preso. (FSP 31.o1.86)

O GOVERNO DÁ UMA MÃOZINHA PROS BANCOS

Os Bancos comerciais do Brasil recolhem os impostos federais, e demoram entre 13 a 40 dias para depositar esse dinheiro que o contribuinte pagou, nos cofres do Tesouro Federal. Com essa inflação que havia, segundo o ministério da Fazenda, graças a essa colher de chá, os Bancos tiveram um lucro de 20 trilhões de cruzeiros, deixando de recolher os impostos nos dias exatos. (ESP 01.o1.86)

GOVERNO PERDE ATÉ POR NÃO SABER NEGOCIAR

O Governo Brasileiro tem adotado a tática de negociar a dívida externa, por perios de dois em dois anos. A maioria dos outros países do terceiro mundo negociam a cada seis meses ou a cada ano. Com isso podem renegociar a taxa spread, que é a taxa de negociação sobre o volume negociado. Com essa prática de deixar para cada dois anos, o BRASIL teve um prejuízo durante o ano de 1985, de 170 milhões de dólares. (Jornal do brasil 17.o1.86)

O ROMBO DO MONTEPIO DA FAMÍLIA MILITAR

O MPM tinha sede em Porto alegre e se dedicava a vender a ilusão ao povo em geral que pagando uma certa quantia por mês, durante 20 anos, depois disso se aposentaria com um salário equivalente a coronel. Cerca de 57.000 trouxas, a maioria gaúchos entraram na fria, e cerca de 14.332 já tinham chegado a época de começar a receber benecíficios. Mas o negócio foi a pique, apesar de ser dirigido por militares da reserva. O Furo foi de 5 trilhões de cruzeiros, e o Ministro da fazenda decretou a falência, apenas para evitar que o furo aumentasse. Conclusão: como o governo dava garantia a esses "institutos de previdência privada", os cofres públicos vão marchar com os os 5 trilhões, que já é o rombo atual. E os trouxas que pagaram todos esses anos ou já tinham a receber, marcharam solenemente, como manda a regra militar. E no mais, o Brasil continua tudo como antigamente, que aliás é da praxe militar manter a tradição. (ESP 18.o2.86)

B N H TAMBÉM ASSUME ROMBO

Muitas empresas depositavam os Fundo de Garantia-FGTS no BANCO COMIND, em nome dos seus empregados. Mas o BANCO "se esquecia de depositar na conta dos empregados"

Aí o COMIND quebrou, foi à falência. Então o BNH foi fazer o levantamento dos recursos do FGTS, resultado: o COMIND desviou 970 bilhões de cruzeiros das contas dos trabalhadores. Coitados! Mas o BNH que é uma instituição de respeito, não quiz deixar mal os amigos do COMIND, (lembre-se o ex-ministro do trabalho. o Macedo, era um dos diretores) e resolveu assumir os prejuzios dos desvios do COMIND.

(Jornal do brasil 17.o1.86)

III. CONJUNTURA NO CAMPO E POLÍTICA AGRICOLA DO GOVERNO

3.1. O PACOTÃO CONTRA A INFLAÇÃO E OS FINANCIAMENTOS RURAIS

Apesar de ter saído um comentário especial sobre os efeitos do pacote contra a inflação, tem muita gente se perguntando como ficam os financiamentos rurais, já que o governo disse que acabou a correção monetária nos empréstimos, e muitos agricultores e alguns sindicalistas rurais puxa-sacos acharam que foi uma vitória dos agricultores.

O que aconteceu foi o seguinte: O governo atualizou a dívida dos agricultores com a correção monetária até 28 de fevereiro, e de lá pra diante não tem mais correção monetária, mas aí congelou os preços também.

POR EXEMPLO: UM AGRICULTOR tirou um empréstimo de cr$ 1.500.000,oo em agosto, para um hectare de milho.

A correção monetária de setembro a fevereiro foi de 1o3%, logo foi acrescida na dívida mais cr$ 1.545.000,oo de correção.

E mais o juro de 3% ao ano, que dá em seis meses 1,5%, somando tudo isso, o agricultor ficou com uma dívida em 1º de março de cr$ 3.o9o.675 e isso foi então transformado em cruzados.

Agora, o agricultor deve 3.o91 cruzados, e de março até junho quando vence o empréstimo ele vai pagar somente 3% de juro ao ano.

Mas aconteoe que o preço do milho, que poderia ser melhor em junho, foi tabelado lá embaixo, ou seja em apenas 79,oo cruzados ao saco.

Por tanto, o agricultor vai precisar colher (3.o91 dividido por 79) 39 sacos de milho por hectare,somente para pagar o empréstimo no banco.

O que melhorou nisso tudo? Nadà!

SE FOR FAZER A MESMA CONTA PARA O SOJA, vamos chegar à conclusão que o agricultor vai ter que colher 25 sacos de soja por hectare, já que a soja foi tabelada em 125 cruzados ao saco, só para pagar o empréstimo. Para ter uma idéia, tinha muita gente que tinha feito contrato a futuro, para vender o so ja em julho, a 200.000 o saco! E se foi pro beleléu.

3.2. O CONGELAMENTO DOS PREÇOS PROS AGRICULTORES

Parece uma coisa boa. Mas não é. Nesses últimos meses, o preço que o agricultor recebia pelos produtos da pequena lavoura (milho, suino, leite, mandioca, feijão) não foram tão baixos. Por outro lado, os preços que os operários pagavam na cidade nunca foram tão altos. Por que isso? Significa que os intermediários, comerciantes e indústrias nunca tinham conseguido uma margem de lucro tão alta, quanto nesse período, porque usaram como desculpa, a seca, a enchente, o escambau. E a realidade é essa aí. O Pacote do governo congelou isso aí.

A Fundação Getúlio Vargas acaba de fazer um estudo, que foi publicado mostrando como se comportou o poder de compra dos agricultores que produzem batata, feijão,milho, suinos, leite. Ou seja o pequeno agricultor. Na outra página estamos publicando a tabela estatística que resume isso aí. Vamos explicar. O caso da batata, em 1977 valia 100, em relação ao que o agricultor comprava, em 1980 passou para 159 ou seja aumentou seu poder de compra, e agora em dezembro de 1985, baixou para 54, ou seja em 5 anos, o produtor de batata, reduziu seu poder de compra em 3 vezes. A turma do feijão passou de 100 em 1977, para 173 em 1980 e caiu para 87, em 1985. A turma do leite, passou para 87 em 1980 e caindo para 64 em dezembro de 1985.

Quer dizer, esses produtores perderam muito dinheiro nesses quatro últimos anos. E se levarmos em conta, a média geral de todos agricultores, considerando aí tambem os grandes produtores, que ganharam dinheiro exportando, mesmo assim, segundo cálculo para o Estado do Paraná, os agricultores em geral, em média, tinham um poder de compra de 100 em 1977, passaram para 1o4 em 1980 ou seja aumentaram 4% em 4 anos, e depois baixaram para 90 em 1985. Ou seja nos últimos 5 anos, em média os agricultores baixaram seu poder de compra em 15%. Isso significa reduzir o consumo dessa população, e centralizar capital em outras mãos, provavelmente nas mãos da agroindústria.
Segue a tabela. da Folha de são paulo 17.o2.86)

Tabela 1

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PREÇOS REAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES, 15 PRODUTOS E GERAL (1977 = 100)

	BATATA	FEIJÃO	MANDIOCA	MILHO	BOVINO	SUÍNO	OVOS	FRANGO	SOJA	CAFÉ	AMENDOIM	ALGODÃO	CACAU	FUMO	LARANJA	TRIGO	LEITE	CANA	GERAL/PR
1977	164,7	159,3	128,3	72,5	159,1	165,4	81,6	80,2	93,8	76,5	55,4	95,0	77,2	43,7	73,4	71,5	65,6	87,7	104,0	104,4
1978	139,6	94,0	139,4	64,9	124,3	117,5	57,2	77,1	80,4	66,3	37,8	95,6	70,8	34,0	50,0	60,5	71,3	88,6	100,0	84,6
1979	149,4	43,5	65,2	44,4	100,0	99,5	70,3	70,0	67,5	61,5	40,3	75,2	65,1	25,2	50,2	62,0	82,5	67,3	94,4	72,6
1980	169,0	142,2	85,1	65,0	150,1	118,2	66,9	75,0	75,7	93,9	32,8	96,0	90,1	40,0	71,7	58,5	80,1	63,6	77,7	96,6
1981	128,6	55,1	111,7	70,9	103,7	126,0	81,0	85,7	88,2	94,3	41,5	142,4	88,7	50,8	64,0	64,3	89,7	61,8	76,9	93,5
1982	154,1	72,2	81,3	54,9	126,0	107,6	74,4	62,7	77,9	71,6	65,5	91,4	65,2	46,2	74,5	86,3	97,6	59,5	74,2	85,4
1983	181,1	97,2	83,9	69,0	129,2	110,1	70,7	62,8	73,5	76,2	55,9	114,1	60,0	43,4	62,0	101,3	88,1	55,5	70,6	89,5
1984	123,2	54,3	76,7	71,9	134,6	98,2	80,1	65,2	69,0	74,4	66,0	94,3	71,6	45,7	70,6	96,2	92,4	56,0	70,9	82,6
1985	104,5	52,6	70,3	70,4	143,2	86,6	72,0	75,9	62,9	71,9	64,5	85,3	75,5	41,1	91,7	85,9	87,0	64,3	68,0	80,7
A	120,1	34,3	71,7	66,1	143,4	80,5	62,5	70,9	63,9	72,3	62,8	85,3	77,2	44,0	82,5	80,4	99,9	62,3	75,7	81,8
M	125,3	39,6	81,4	63,9	125,3	74,1	55,8	63,4	61,6	67,4	63,3	84,8	73,9	43,7	80,9	91,4	102,7	59,6	72,0	79,9
J	130,7	67,7	91,0	63,4	124,6	70,2	62,5	62,5	68,2	66,8	54,1	87,6	70,1	44,3	77,7	89,0	105,6	54,9	72,5	78,7
J	129,5	87,2	55,5	45,6	116,9	93,7	69,5	57,3	82,7	92,9	48,2	92,5	65,2	45,9	75,5	85,8	103,1	55,0	84,0	82,2
A	124,0	15,...	80,1	40,1	111,0	125,6	64,1	72,5	99,1	60,8	47,2	93,2	63,2	48,4	67,9	73,0	100,5	100,8	78,1	82,0
S	140,4	141,1	77,9	37,5	116,4	122,3	70,5	71,0	94,7	63,5	45,...	94,3	64,7	50,0	69,8	77,1	99,5	57,4	71,7	84,4
O	145,5	91,6	79,0	35,5	106,7	128,1	72,7	51,5	75,7	74,9	50,...	1...	60,7	55,2	66,2	78,6	102,2	55,2	75,5	79,2
N	159,3	76,5	83,4	38,5	141,2	160,4	85,2	66,7	94,8	76,6	78,7	92,8	53,0	—	—	—	97,2	62,7	—	92,1
D	151,2	54,4	87,6	41,8	141,7	134,7	90,0	66,5	93,0	68,8	142,5	79,4	45,8	—	—	—	90,9	65,9	—	90,5

Fonte: IEA/SP, Portal e FGV (cana, fumo, laranja e leite)

3.3. Mão-de-obra escrava no Norte

A existência de mão-de-obra escrava no Amazonas, Pará, Mato Grosso e Maranhão foi denunciada ao ministro Almir Pazzianotto pelos respectivos delegados regionais do Trabalho, durante encontro realizado ontem em Brasília, com representantes do Ministério do Trabalho em todo o Brasil. A reunião será encerrada hoje.

A delegada regional do Pará, Maria Josefina Coutinho da Silva, disse que a fiscalização na área rural "é quase impossível" e que no seu Estado "matam-se líderes sindicais com a maior naturalidade".

Os delegados do Trabalho pediram maior entrosamento entre os Ministérios do Trabalho e da Justiça, mas Pazzianotto explicou suas dificuldades: "O Ministério do Trabalho não pode prender bandidos, isso é função policial".

O delegado regional do Trabalho em Goiás, Gonçalo Bezerra Lima, informou que há dez mil pessoas trabalhando em mineração em condições subumanas. E o representante do Maranhão, Paulo Celso Marinho, resumiu o drama enfrentado pelos trabalhadores do Nordeste e confirmou a existência de trabalho escravo.

No Maranhão, professoras ganham 16 mil cruzeiros por mês e as bancárias são imediatamente demitidas quando se casam ou engravidam. No campo, o quadro é ainda pior, segundo o depoimento de Paulo Celso Marinho: "Em Imperatriz procurei o delegado da Polícia Federal para fiscalizar uma fazenda. Ele me disse que não poderia ir e me aconselhou a também não ir, porque lá havia gente armada de metralhadora".

Contrastando com as dificuldades existentes no Nordeste e no Centro-Oeste, o delegado regional do Rio de Janeiro disse que no seu Estado "tudo corre às mil maravilhas".

(ESP 3o.o1.86)

3.4. MIRAD JÁ TEM DINHEIRO PARA REFORMA AGRÁRIA

O Ministério da reforma agrária já dispõe de 2, 5 trilhões de cruzeiros para fazer reforma agrária nesse ano. E até o fim do ano o MIRAD espera receber mais 7 trilhões para concluir o programa. Parece muito dinheiro, mas basta rever os furos que o governo tapou nesse início de ano: 4,5 trilhões para Caraiba, 5 trilhões Montepio da família militar, 4,5 trilhões no IBC, 970 bilhões no COMIND, se fosse a sério, daria para fazer muita reforma agrária nesse país. (FSP 22.o1.86)

3.5. MIRAD DEVERÁ REVER PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

Segundo o Ministro Nelson Ribeiro, de 1978 a 1984 o INCRA implantou 63 projetos de colonização no Norte e centro-oeste do país, distribuindo terras a 87 mil famílias. Segundo o Ministro, somente 19 projetos deram certo, e por tanto o MIRAD terá que rever a situação de 38 mil famílias. Para tanto o MIRAD dispõem de uma verba de 1,5 trilhões. (ESP 19.o2.86)

3.6. DINHEIRO PARA O NORDESTE

Além do dinheiro da SUDENE, o Nordeste deverá receber esse ano cerca de 2,5 trilhões de cruzeiros para programas de irrigação. A verba já está alocada e será distribuída pelo Ministerior. Os frutos se colherão já em novembro... ESP 15.o1.86)

3.7. BANCO INTERAMERICANO DEU DINHEIRO

O BANCO MUNDIAL (e não interamericano) liberou uma verba de 600 milhões de dólares ou seja, mais de 7 trilhões de cruzeiros, para que o governo faça um programa de atendimento ao pessoal pequeno produtores que foram atingidos pela Seca. O dinheiro já veio. Mas os agricultores ainda não viram. Vai acabar em mais uma continha da dívida externa. (FSP 17.o1.1986)

3.8. COMO PASSAR DE MINISTRO PARA GOVERNADOR. PEDRO SIMOM EXPLICA..

Um dia antes de deixar o cargo de Ministro da agricultura, o Ministro pedro Simon, que deixa o cargo para concorrer a governador no estado do Rio Grande do sul, assinou 38 convênios de doação de recursos do ministério, na ordem de 4 bilhões de cruzeiros.

Seguindo "as prioridades da agricultura e dos pequenos.." o Ministro distribuiu esses recursos, desta forma: 2,6 bilhões foram para os estado do rio Grande do sul, (apenas a cooperativa de Caçapava do Sul, da onde é seu suplente de senador, o sr. alcides Saldanha recebeu de mão beijada 800 milhões de cr$) O estado do Ceará inteirinho recebeu 790 milhões, o distrito federal (tem muita agricultura) 484 milhões, Mato Grosso 50 milhões, e Mato grosso do sul, o saldo de 15 milhões de cruzeiros.

Certamente é por isso, que os gaúchos brigavam tanto para ter o Ministério da agricultura na mão. Agora chegou a vez dos goianos. Leiam a sinopse de Janeiro de 1987, que relataremos o quanto será doado aos municípios de Goiás. (ESP 13.o2.86)

3.9. O DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA NACIONAL

Cada vez que sai uma reunião sobre reforma agrária ou um pronunciamento público, os fazendeiros enchem a boca afirmando que o progresso no meio rural depende do espírito empreendedor dos pecuaristas. Boa piada. Agora, o jornal Indicador rural, que é dirigido à burguesia rural publicou uma pesquisa em que mostra, que o

REBANHO DE GADO BOVINO NO BRASIL em 1940, era equivalente a o,9 cabeças por habitante, agora, em 1985, o rebanho bovino, era equivalente a o,9 cabeças por habitante.

Ou seja em 45 anos, de progresso, de desenvolvimento tecnológico, de raças, etc. etc. a Pecuária brasileira cresceu Z-E-R-O

(Indicador rural 2º quinzena de janeiro/86)

3.10. PREÇOS DAS TERRAS CONTINUAM SUBINDO

Muita gente pensava, que com o anúncio do plano de reforma agrária do governo, os latifundiários iriam se assustar e o preço das terras baixaria. Mas parece que eles entenderam bem, que o Plano não representa nenhum perigo para eles. A Fundação getúlio Vargas acaba de publicar os dados de preços de terra para alguns estados ,do centro-sul. Vê-se na tabela ao lado, que os preços continuam subindo acima da inflação, e com exceção do Rio de Janeiro todos estados as terras valorizaram significativamente. Vejam o caso do mato grosso do sul, a capital dos latifundiários, onde a terra aumentou ou valorizou 64% acima da inflação.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS CORRENTES DA TERRA
(região centro-sul 1º semestre 84/85 (1) – em Cr$1.000/ha)

	Lavoura		Var.% real (2)	Pastagem		Var.% real (2)
Estado	1984 (a)	1985 (3) (b)	(b/a)	1984 (c)	1985 (3) (d)	(d/c)
Minas Gerais	788,3	3.555,5	40,3	585,6	2.546,3	35,3
Rio de Janeiro	1.392,0	4.306,1	- 3,7	829,8	2.492,8	- 6,5
São Paulo	1.778,4	7.304,1	27,8	1.331,8	5.894,0	37,7
Paraná	2.186,4	8.924,6	27,0	1.292,0	5.183,2	24,8
Rio Grande do Sul	1.763,6	5.885,8	3,8	958,2	3.198,1	3,8
Mato Grosso do Sul	1.101,0	5.551,6	56,9	549,0	2.902,7	64,5
Goiás	797,2	2.727,5	6,4	530,2	1.917,5	12,5

(1) Levantamento feito em junho de cada ano.
(2) Em termos reais, em cruzeiro de junho de 1985, corrigido pelo índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.
(3) Estimativa preliminar.

Fontes: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e IEA – Instituto Economia Agrícola

E mesmo São Paulo onde os fazendeiros se agitaram mais, o crescimento foi de 38% acima da inflação. (FSP o5.o1.1986)

CEDIM

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ